



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1571

Segunda-feira - 15 de Setembro de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2
Anchieta.....	11
Antônio Carlos.....	11
Arroio Trinta.....	12
Ascurra.....	15
Balneário Rincão.....	34
Benedito Novo.....	35
Biguaçu.....	35
Bom Jesus do Oeste.....	39
Bom Retiro.....	40
Braço do Trombudo.....	44
Brunópolis.....	47
Brusque.....	47
Caçador.....	60
Camboriú.....	65
Campo Alegre.....	102
Campos Novos.....	267
Capinzal.....	273
Catanduvas.....	332
Chapadão do Lageado.....	332
Concórdia.....	333
Cordilheira Alta.....	334
Coronel Martins.....	336
Correia Pinto.....	338
Corupá.....	351
Curitibanos.....	351
Dionísio Cerqueira.....	352
Erval Velho.....	353
Faxinal dos Guedes.....	360
Forquilha.....	361
Fraiburgo.....	362
Garopaba.....	366
Gaspar.....	367
Governador Celso Ramos.....	369
Herval d'Oeste.....	371
Ilhota.....	372
Imarui.....	373
Imbituba.....	375
Ipumirim.....	383
Irineópolis.....	385
Itá.....	386
Itapiranga.....	386
Itapoá.....	388
Ituporanga.....	389
Joaçaba.....	392
Lages.....	417
Lebon Régis.....	424
Leoberto Leal.....	424
Lindóia do Sul.....	430

Luzerna.....	436
Macieira.....	439
Mafrá.....	439
Maravilha.....	441
Massaranduba.....	442
Meleiro.....	444
Modelo.....	445
Navegantes.....	446
Nova Trento.....	451
Ouro Verde.....	453
Paial.....	454
Palhoça.....	455
Papanduva.....	459
Passo de Torres.....	465
Passos Maia.....	473
Paulo Lopes.....	515
Penha.....	528
Peritiba.....	529
Pinheiro Preto.....	557
Pomerode.....	558
Ponte Serrada.....	558
Porto Belo.....	559
Porto União.....	559
Rio do Sul.....	562
Salto Veloso.....	574
Santa Cecília.....	604
Santa Rosa do Sul.....	605
Santa Terezinha do Progresso.....	606
São Bento do Sul.....	608
São José do Cedro.....	612
São Lourenço do Oeste.....	614
Schroeder.....	637
Sombrio.....	639
Timbé do Sul.....	641
Timbó.....	641
Três Barras.....	642
Tunápolis.....	647
Vargem Bonita.....	655
Videira.....	673
Vitor Meireles.....	685
Xaxim.....	685
Zortéa.....	686

Consórcios

ARIS.....	686
-----------	-----

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Daniilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinícius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

Processo Licitatório Nº. 60/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
PROCESSO LICITATÓRIO 60/2014
PREGÃO PRESENCIAL 47/2014

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 60/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 47/2014", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a locação de brinquedos para utilização em evento, o qual será processado e julgado no dia 23 de setembro de 2014 às 15h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Íntegra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 10 de setembro de 2014
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Processo Licitatório Nº. 25/2014 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO 25/2014
PREGÃO PRESENCIAL 21/2014

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 25/2014, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº 21/2014", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a selecionar proposta mais vantajosa para aquisição de material médico-hospitalar, o qual será processado e julgado no dia 23 de setembro de 2014 às 13h30 em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Íntegra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 10 de setembro de 2014
ORLANDO FÁVERO
Gestor do FMS

Edital Infração Nº 774 352 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 774 352/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ASD8070	8774074350	7455/0	14/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
AWI7857	8774074431	7463/0	16/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
CBH1364	8774064800	7455/0	22/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
CMD7137	8774074730	7455/0	03/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
COS2045	8774074454	7455/0	11/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
EEH2326	8774074910	7455/0	14/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
IIF2963	8774074134	7455/0	30/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
INS4798	8774074579	7463/0	25/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
IRZ2621	8774074496	7455/0	23/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
IRZ2621	8774074561	7455/0	23/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
JTT6769	8774074922	7455/0	14/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXP6360	8774074546	7455/0	21/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXV4955	8774073779	7455/0	09/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYP6210	8774073952	7455/0	27/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYT0992	8774065025	7455/0	21/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
LZJ6208	8774064963	7455/0	17/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBE3744	8774064504	7455/0	06/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCD9038	8774073889	7455/0	21/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCD9038	8774073992	7455/0	21/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCI1789	8774074063	7455/0	30/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCK8854	8774064891	7455/0	14/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCT8972	8774072963	7455/0	03/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDS4977	8774075206	7455/0	27/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDW7060	8774074213	7455/0	08/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEN7081	8774065751	7455/0	01/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEN7081	8774065758	7455/0	01/07/2012	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFA3105	8774074978	7455/0	09/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFV9602	8774075268	7455/0	23/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGB7388	8774074824	7463/0	13/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
MGR1791	8774074929	7455/0	14/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHB8444	8774074957	7463/0	03/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
MIB5936	8774074703	7455/0	31/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MII5931	8774065058	7455/0	22/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIL9941	8774073984	7455/0	21/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIS6817	8774074753	7455/0	05/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIT6985	8774074803	7455/0	10/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJM7864	8774074103	7455/0	04/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJQ9524	8774074743	7455/0	05/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJW6089	8774074765	7455/0	06/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKI7764	8774073906	7455/0	22/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKJ3234	8774073965	7455/0	27/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLN4129	8774074801	7455/0	10/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLX0538	8774074732	7455/0	04/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMA0911	8774074781	7455/0	07/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMA0996	8774075374	7455/0	02/07/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 12 DE SETEMBRO DE 2014

EVARISTA BERNADETE TRENTTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital Infração Nº 774 351 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 774 351/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACP9897	8774076335	7455/0	20/07/2014	218 * I
AGJ5353	8774075814	7455/0	10/07/2014	218 * I
AIC0584	8774076772	7455/0	10/08/2014	218 * I
AKD2841	8774076517	7455/0	23/07/2014	218 * I
ALK8220	8774076796	7455/0	06/08/2014	218 * I
ALO8786	8774076745	7455/0	08/08/2014	218 * I
AUW5805	8774075933	7455/0	09/07/2014	218 * I
AWB9860	8774076565	7455/0	03/08/2014	218 * I
BMS3271	8774076339	7455/0	20/07/2014	218 * I
CIU5190	8774076773	7455/0	10/08/2014	218 * I
CSX1497	8774076715	7455/0	06/08/2014	218 * I
CYW1338	8774075950	7455/0	10/07/2014	218 * I
DMA9933	8774076830	7455/0	10/08/2014	218 * I
EIR6256	8774076696	7455/0	04/08/2014	218 * I
EIR6256	8774076816	7455/0	08/08/2014	218 * I
IDB3922	8774075900	7455/0	07/07/2014	218 * I
INP9063	8774076766	7463/0	10/08/2014	218 * II
INX6361	8774076265	7455/0	16/07/2014	218 * I
IOH0131	8774076553	7455/0	02/08/2014	218 * I
KYZ6224	8774076804	7455/0	07/08/2014	218 * I
LXD9696	8774076325	7455/0	19/07/2014	218 * I
MAD2068	8774076491	7455/0	25/07/2014	218 * I
MAI5524	8774076128	7455/0	18/07/2014	218 * I
MAK0792	8774076770	7455/0	10/08/2014	218 * I
MBJ4792	8774076432	7463/0	25/07/2014	218 * II
MBJ7787	8774076421	7455/0	23/07/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCU5463	8774076698	7455/0	04/08/2014	218 * I
MEE2964	8774076488	7455/0	25/07/2014	218 * I
MEE6953	8774076318	7455/0	19/07/2014	218 * I
MEL5274	8774076067	7463/0	15/07/2014	218 * II
MEV6819	8774076756	7455/0	09/08/2014	218 * I
MFE4008	8774076779	7455/0	04/08/2014	218 * I
MFJ7103	8774076771	7455/0	10/08/2014	218 * I
MGY8375	8774076448	7455/0	27/07/2014	218 * I
MHL1338	8774076019	7455/0	14/07/2014	218 * I
MHR3056	8774076298	7463/0	18/07/2014	218 * II
MHU5758	8774075757	7455/0	08/07/2014	218 * I
MIH1087	8774076780	7463/0	05/08/2014	218 * II
MIL6473	8774076818	7455/0	08/08/2014	218 * I
MIM3376	8774076774	7463/0	10/08/2014	218 * II
MIM3376	8774076776	7455/0	10/08/2014	218 * I
MJQ3309	8774076762	7463/0	10/08/2014	218 * II
MJV9836	8774076297	7463/0	18/07/2014	218 * II
MJY2710	8774076275	7455/0	17/07/2014	218 * I
MKB2098	8774076718	7463/0	06/08/2014	218 * II
MKL5794	8774076792	7455/0	06/08/2014	218 * I
MLA9119	8774076172	7455/0	19/07/2014	218 * I
MLD1961	8774076093	7455/0	16/07/2014	218 * I
MLJ8295	8774076277	7455/0	17/07/2014	218 * I
MLT7595	8774076754	7455/0	09/08/2014	218 * I
MMH0355	8774075975	7455/0	11/07/2014	218 * I
MMH8074	8774076104	7455/0	17/07/2014	218 * I
OBS8526	8774076748	7455/0	08/08/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 12 DE SETEMBRO DE 2014

EVARISTA BERNADETE TRENTTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital Infração Nº 128 646 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 128 646/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBV6972	54995425E	5525/0	14/06/2014	R\$ 85,12	181 * XV
MDC8267	54995345E	5967/0	05/06/2014	R\$ 191,53	203 * V
MDP4360	54995511E	5185/1	13/06/2014	R\$ 127,69	167
MFB3173	54887941B	5487/0	24/06/2012	R\$ 127,69	181 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 12 DE SETEMBRO DE 2014

EVARISTA BERNARDETE TRENTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital Infração Nº 128 645 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 128 645/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AIT4993	54888418B	5274/1	16/04/2014	R\$ 191,53	175
LZM5060	54995436E	5045/0	04/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
LZM5060	54995437E	6599/2	04/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBC5366	54995395E	5010/0	12/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBC5366	54995396E	5061/0	12/05/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MBV6972	54995348E	6610/2	14/06/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MBV6972	54995349E	6912/0	14/06/2014	R\$ 53,20	232
MBV6972	54995426E	6599/2	14/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBV6972	54995427E	6769/2	14/06/2014	R\$ 85,12	230 * XXII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 12 DE SETEMBRO DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DELEGADO DE POLICIA

Edital Infração Nº 128 644 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 128 644/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
JNP1400	54888449B	6122/0	19/08/2014	214 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 12 DE SETEMBRO DE 2014

EVARISTA BERNARDETE TRENTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital Infração Nº 128 643 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 128 643/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BYO7014	54995605E	5010/0	16/08/2014	162 * I
IFM2660	54995552E	6610/2	19/07/2014	230 * VII
MBK0818	54888343B	6599/2	11/07/2014	230 * V
MGE8473	54995522E	5010/0	05/08/2014	162 * I
MGE8473	54995523E	5118/0	05/08/2014	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 12 DE SETEMBRO DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DELEGADO DE POLÍCIA

Anchieta**PREFEITURA****Extrato Aviso TP 008-2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
AVISO LICITAÇÃO – Tomada de Preços 008/2014

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Tomada de Preços, do tipo Menor Preço Global para Contratação de empresa para execução de obras e serviços de engenharia para execução de Revitalização da Avenida Anchieta entre os entroncamentos com as Ruas Hélio Wassun e Santos Dumont, em regime de empreitada global com fornecimento de materiais e mão-de-obra necessários, em conformidade com o Convenio nº. 2014TR0002303 que celebram o Município de Anchieta e o Estado de Santa Catarina por meio da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Dionísio Serqueira. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até as 14:00 do dia 15/10/2014. Informações fone (0xx49)3653-0188. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – Feira.

Anchieta, 11 de setembro de 2014.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Extrato Aviso TP 007-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
AVISO LICITAÇÃO – Tomada de Preços 007/2014

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Tomada de Preços, do tipo Menor Preço Global para Contratação de empresa para execução de obras e serviços de engenharia, em regime de empreitada global com fornecimento de materiais e mão-de-obra necessária para a execução da 1ª etapa da reforma da Praça Municipal Orestes Gheller, sendo a construção de uma área coberta para realização de eventos culturais e turísticos com 375m2, conforme contrato de repasse nº 1.002.522-5/2012/MTUR/CAIXA e o município de Anchieta, pago com recursos de convenio com o Governo Federal. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até as 08:30 do dia 15/10/2014. Informações fone (0xx49)3653-0188. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – Feira.

Anchieta, 11 de setembro de 2014.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Antônio Carlos**PREFEITURA****Portaria N 410/2014**

PORTARIA Nº 410/2014.
Concede Férias a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a LUCIDE MARIA SCHMITZ KREFF, ocupante do cargo comissionado de SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL, a partir de 15 de setembro de 2014, relativo ao período aquisitivo de 03/01/2013 a 02/01/2014.

Artigo 2º - No período de férias acima especificado, as atividades inerentes ao cargo de Secretário de Saúde e Assistência Social serão exercidas pelo Coordenador de Saúde, Irani Hipolito da Silva.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 12 de setembro de 2014.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 15 de setembro de 2014.

Decreto N° 091/2014

DECRETO Nº 091/2014

Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento programa de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001451/13 de 17 de Dezembro de 2013

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 16.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.10.306.0004.2.004-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 16.000,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair excesso de arrecadação 16.000,00

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 12 de Setembro de 2014.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Arroio Trinta

PREFEITURA

Decreto Nº 1631

DECRETO Nº 1631, de 01 de setembro de 2014.

Nomeia Comissão Especial de Avaliação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art.53, § 1º da Lei 8.666/93,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Especial de Avaliação, com fim específico de avaliar os seguintes Bens:

LOTE 01: 01 veículo caminhão Mercedes bens L1516 ano/modelo 1986, chassi 34530512704795, motor 34493810844003, Placa LXR 5244.

LOTE 02: 01 veículo caminhão Mercedes bens L1517 ano/modelo 1986, chassi 9BM345333GB726509, motor 344955-10-868293, Placa LXC 9262.

LOTE 03: 01 veículo Chevrolet prisma, ano 2008, capacidade 05 pessoas, chassi 9BGRM69808G258869, Placa MEI 8614.

LOTE 04: 01 veículo Chevrolet Vectra, ano 2009, capacidade 05 pessoas, chassi 9BGAB69C09B254826, Placa MGM 8254.

LOTE 05: 01 motoniveladora marca Huber Warco, modelo 165S, ano 1973, motor SCANIA.

LOTE 06: 01 tanque distribuidor de adubo orgânico com pneus de um eixo rodado simples, sem bomba, capacidade de carga de 4.000 litros, marca Mepel.

LOTE 07: 02 Fotocopiadoras.

LOTE 08: 01 cadeira dentista; 01 raio x de consultório odontológico; e outros equipamentos odontológicos.

LOTE 09: MOBILIÁRIO: 02 arquivos de aço com 04 gavetas; 01 bebedouro; 07 cadeiras; 01 mesa para bebedouro.

LOTE 10: APARELHO ELETRÔNICO: 01 aparelho DVD; 02 aparelhos de som; 03 rádios; 10 aparelhos de parabólicas; 01 conversos de TV; 25 televisores.

LOTE 11: ELETRODOMÉSTICOS: 01 climatizador de ar portátil; 01 refrigerador 280 litros; 01 fogão industrial.

LOTE 12: SUCATA DE INFORMÁTICA: 18 estabilizadores; 34 CPUs; 32 monitores; 04 nobreaks; 07 impressoras; 01 máquina de escrever; e outros.

Parágrafo único. Os bens de que trata o "caput" deste Artigo serão avaliados pela comissão composta com os seguintes membros:

1. ALDO GEMELI
2. ITACIR CAMILO BIAVA
3. AFONSO CONSONI
4. CLAUDIR CREPALDI
5. JULIAR LUIZ MANENTI
6. JOAREZ LIDANI

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 01 de setembro de 2014.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Decreto Nº 1632

DECRETO Nº 1632, de 01 de setembro de 2014.

Autoriza Desmembramento de Área que Especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o dispositivo no artigo 100, Inciso VII da Lei Orgânica do Município, e demais normas legais aplicáveis à matéria,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover o desmembramento de uma área urbana com área total de 3.831,00m², localizado na Rua Videira, centro, nesta cidade de Arroio Trinta, de propriedade do senhor VILMAR COSSA, inscrito no CPF nº 987.596.399-20, objeto da matrícula RG nº 11.345 do Cartório de Registro de Imóveis, Comarca de Videira - SC.

Parágrafo único. O referido desmembramento será de: área 01 com 651,27m², área 02 com 637,91m², área 03 com 624,58m², área 04 com 654,30m², área 05 com 639,11m² e área 06 com 623,83m², conforme o Mapa e o Memorial Descritivo apresentado.

Art. 2º este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 01 de setembro de 2014.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Portaria Nº 180

PORTARIA Nº 180, de 01/09/2014.

Altera Carga Horária de Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 1381 de 25/02/2009 e Decreto Municipal nº 1127 de 08/04/2009,

RESOLVE:

Artigo 1.º - A pedido, reduzir a Carga Horária por tempo indeterminado da servidora municipal, SÔNIA FATIMA NESI, brasileira, divorciada, ocupante do cargo efetivo de RECEPCIONISTA, de 40:00 horas semanais para 20:00 horas semanais, a partir de 01 de setembro de 2014.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 01 de setembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

Portaria Nº 181

PORTARIA Nº 181, de 01/09/2014.

Concede Licença Maternidade para Servidora que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Orgânica do Município e com o Art. 133 da Lei Municipal Complementar nº 1043/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais e suas alterações posteriores,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder Licença Maternidade para a servidora RACHEL SIMONE MENEGUZZI MANENTI, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, na forma do Art. 133 da Lei Municipal Complementar nº 1043/2004 e suas alterações posteriores, pelo período de 12/08/2014 a 07/02/2015, ou seja, 180 (cento e oitenta) dias.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12/08/2014.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 01 de setembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Portaria Nº 182

PORTARIA Nº 182, de 01/09/2014.

Concede Licença Maternidade para Servidora que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Orgânica do Município e com o Art. 133 da Lei Municipal Complementar nº 1043/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais e suas alterações posteriores,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder Licença Maternidade para a servidora THAISE CRISTINA NESI SERIGHELLI, ocupante do cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRA, na forma do Art. 133 da Lei Municipal Complementar nº 1043/2004 e suas alterações posteriores, pelo período de 14/08/2014 a 09/02/2015, ou seja, 180 (cento e oitenta) dias.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12/08/2014.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 01 de setembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Portaria Nº 184

PORTARIA Nº 184, de 01/09/2014.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 98 da Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, NORBERTO ALVES RIBEIRO, brasileiro, casado, ocupante do cargo de Provimento Efetivo MOTORISTA, relativas ao período aquisitivo de 02/09/2013 à 02/09/2014, e gozo das mesmas no período de 02/09/2014 a 01/10/2014, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 01 de setembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Portaria Nº 183

PORTARIA Nº 183, de 01/09/2014.

Autoriza Contratação Temporária por Prazo Determinado Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei nº 1043 de 02/07/2004 e por excepcional interesse público,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Autorizar a Contratação Temporária por Prazo Determinado, nos termos da Lei nº 1043 de 02/07/2004 e por excepcional interesse público, a Senhora LUCIMAR DA SOLER GRIFANTE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 014.453.789-30 e Identidade nº 3.484.188, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta - SC, para exercer a função de AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, Nível CE-AA, por 20:00 (vinte) horas semanais, no horário compreendido entre 14:00 as 18:00 horas de 2.ª à 6.ª feira, com vencimentos em Lei, pelo período de 01/09/2014 à 31/03/2015.

Parágrafo único - A servidora contratada esta substituindo Rachel Meneguzzi Manenti, no qual encontra-se em Licença Maternidade.

Artigo 2.º - O servidor contratado de acordo com o art. 1º desta Portaria será vinculado ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 01 de setembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Portaria Nº 185

PORTARIA Nº 185, de 01/09/2014.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 98 da Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, SAIONARA ANGELINA CIVIDINI DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, ocupante do cargo de Provimento Efetivo AUXILIAR OPERACIONAL II, relativas ao período aquisitivo de 02/09/2013 à 02/09/2014, e gozo das mesmas no período de 02/09/2014 a 01/10/2014, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 01 de setembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Portaria Nº 186

PORTARIA Nº 186, de 01/09/2014.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 98 da Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, JANETE SCHWANTZ, brasileira, solteira, ocupante do cargo de Provimento Efetivo TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL, relativas ao período aquisitivo de 02/09/2013 à 02/09/2014, e gozo das mesmas no período de 02/09/2014 a 01/10/2014, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 01 de setembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Portaria Nº 187

PORTARIA Nº 187, de 01/09/2014.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 98 da Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, IVANIR MIOTELLI CASALETTI, brasileira, casada, ocupante do cargo de AUXILIAR

OPERACIONAL II, relativas ao período aquisitivo de 09/09/2013 à 09/09/2014, e gozo das mesmas no período de 09/09/2014 a 08/10/2014, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 01 de setembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Portaria Nº 188

PORTARIA Nº 188, de 01/09/2014.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 98 da Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, LUCIMARA APARECIDA ALVES, brasileira, solteira, ocupante do cargo de AUXILIAR OPERACIONAL II, relativas ao período aquisitivo de 09/09/2013 à 09/09/2014, e gozo das mesmas no período de 09/09/2014 a 08/10/2014, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 01 de setembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Portaria Nº 189

PORTARIA Nº 189, de 01/09/2014.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 98 da Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, CLAUDIO SPRICIGO, brasileiro, casado, ocupante do cargo de Provimento Efetivo ASSISTENTE ARTISTICO CULTURAL, relativas ao período aquisitivo de 18/09/2012 à 18/09/2013, e gozo das mesmas no período de 22/09/2014 a 21/10/2014, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 01 de setembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Ascurra

PREFEITURA

Errata Nº 01/2014 A Lei Complementar Nº 151, de 01/09/2014

ERRATA Nº 01/2014 a Lei Complementar nº 151, de 01 de setembro de 2014.

O Prefeito Municipal de Ascurra, Sr MOACIR POLIDORO, brasileiro, casado, empresário, CPF nº 293.339.209-78, domiciliado e residente na Rua Benjamin Constant, nº 174, Bairro Centro, na cidade de Ascurra, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, vem a público retificar o número da Lei Complementar nº 151, de 01 de setembro de 2014, que dispõe sobre a criação do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, formado pelos MUNICÍPIOS DE APIÚNA, ASCURRA E RODEIO, no modelo Consorcial da Lei Federal nº 11.107/05, institui entidade autárquica interfederativa, e dá outras providências. Devido a um erro material na edição da referida Lei, observando-se o seguinte:

Altera o número Lei, devido a erro material (digitação do número não observou a sequência numérica).

- Onde se lê:

Lei Complementar nº 151, de 01 de setembro de 2014.

- Leia-se:

Lei Complementar nº 152, de 01 de setembro de 2014.

Ascurra (SC), 11 de setembro de 2014.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Lei Complementar Nº 152, de 01 de Setembro de 2014.

LEI COMPLEMENTAR Nº 152, de 01 de setembro de 2014.

Dispõe sobre a criação do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, formado pelos MUNICÍPIOS DE APIÚNA, ASCURRA E RODEIO no modelo Consorcial da Lei Federal nº 11.107/05, institui entidade autárquica interfederativa, e dá outras providências.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica instituído, como associação pública, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, formado pelos MUNICÍPIOS DE APIÚNA, ASCURRA E RODEIO, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, na forma do Código Civil Brasileiro e da Lei Federal nº 11.107/05 e seus regulamentos.

Parágrafo Único - Fica autorizado ao Chefe do Poder Executivo participar da gestão associada de serviços públicos no modelo consorcial adotado.

Art. 2º - Fica ratificado o protocolo de intenções do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, formado pelos MUNICÍPIOS DE APIÚNA, ASCURRA E RODEIO, na forma do Anexo Único, integrante desta Lei.

§ 1º - Fica autorizado o ingresso, no Consórcio Público de que trata esta Lei, de Ente da Federação não mencionado no protocolo de intenções como possível integrante do consórcio público, desde que sua inclusão seja aprovada por 2/3 (dois terços) dos votos em Assembléia Geral do CIAPS.

§ 2º - Ocorrendo à hipótese de que trata o parágrafo anterior, caberá a Assembléia Geral aprovar a alteração necessária no respectivo contrato de consórcio público na forma a ser estabelecida no Estatuto da CIAPS.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 01 de setembro de 2014.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal de Ascurra/SC.

Publicada a presente Lei na forma regulamentar, Município de Ascurra em, 01 de setembro de 2014.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

Anexo Único.

PROTOCOLO DE INTENÇÕES QUE ENTRE SI FIRMAM OS MUNICÍPIOS DE APIÚNA, ASCURRA E RODEIO VISANDO CONSTITUIR O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS.

PREÂMBULO

A possibilidade de incremento das atividades de cooperação através de consórcio intermunicipal passou a se tornar realidade a partir da Lei nº 8.080/90 - Lei Orgânica da Saúde, sendo que, depois, a Lei nº 9.433/97 e outros instrumentos jurídicos contemplaram expressamente também esta forma de organização para atendimento das necessidades e serviços comuns dos Entes Federados.

Contudo, foi somente a partir da alteração dada ao artigo 241 da Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998, que tal situação ganhou status constitucional, sendo posteriormente regulamentada pela Lei nº 11.107, de 06/04/2005, e pelo Decreto nº 6.017, de 17/01/2007.

Esta nova disciplina legal (Lei nº 11.107/05 e Decreto nº 6.017/07) oportuniza a criação de Consórcios Públicos regulados pelo direito privado ou sob o abrigo do direito público, sendo que, se constituídos neste último formato, ficam em condições de receber recursos voluntários decorrentes de convênios com as demais esferas de Governo (Estado e União), usufruir da imunidade tributária constitucional (art. 150, VI, "a", e § 2º, da CF) e dos privilégios processuais (artigos 188, 475 e 730 do CPC) próprios dos Entes Federados, além da aplicação do tratamento diferenciado para seus procedimentos licitatórios.

Por outro lado, deste novo ordenamento jurídico desponta a necessidade de realização de Concurso Público para contratação de pessoal, de Prestação de Contas ao TCE/SC, de uso da contabilidade pública para registro de receitas e despesas e da consolidação destas com a contabilidade dos Entes Federados integrantes, para apuração dos limites legais, além de outros instrumentos de gestão e de transparência.

Assim, na esteira desta evolução, a cooperação interfederativa tem demonstrado sua importância, com relevantes ganhos para a população, pois, a conjugação de esforços dos diferentes Municípios (Entes federados), possibilita a implementação de políticas

públicas, que individualmente, nenhum deles teria condições plenas de realizar com eficácia.

Pelo exposto, e:

- Considerando que serão observados, para os fins deste protocolo e de todos os atos emanados ou subscritos pelo Consórcio Público ou pelos Entes consorciados, os seguintes conceitos:

I - área de atuação: área correspondente à soma dos territórios dos Municípios que tenham ratificado por lei o protocolo de intenções e/ou firmado convênio com o Consórcio Público;

II - contrato de programa: instrumento pelo qual devem ser constituídas e reguladas as obrigações que um Ente da Federação, inclusive sua administração indireta, tenha para com outro Ente da Federação, ou para com o Consórcio Público, no âmbito da prestação de serviços públicos por meio de gestão associada ou cooperação institucional;

III - contrato de rateio: contrato por meio do qual os Entes consorciados comprometem-se a fornecer recursos financeiros para a realização das despesas do consórcio público;

IV - convênio de cooperação: pacto firmado por Entes da Federação ou seus órgãos e o Consórcio Público, com o objetivo de promover atividades, ações e serviços de interesse público e/ou autorizar a gestão associada de serviços públicos;

V - gestão associada de serviços públicos: exercício das atividades de planejamento, administração e execução de serviços públicos por meio do Consórcio Público, conforme contrato de programa ou convênio de cooperação, acompanhadas ou não da prestação direta de serviços públicos ou da transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos;

VI - planejamento: as atividades atinentes à identificação, qualificação, quantificação, organização e orientação de todas as ações, públicas e privadas, por meio das quais um serviço público deve ser prestado ou colocado à disposição de forma adequada;

VII - prestação de serviço público em regime de gestão associada: execução, por meio de cooperação federativa, de toda e qualquer atividade ou obra com o objetivo de permitir aos usuários o acesso a um serviço público com características e padrões de qualidade determinados pela regulação ou pelo contrato de programa, inclusive quando operada por transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos;

VIII - protocolo de intenções: contrato preliminar que, ratificado pelos Entes da Federação interessados, converte-se em contrato de consórcio público;

IX - ratificação: aprovação pelo Ente da Federação, mediante lei, do protocolo de intenções ou do ato de retirada do consórcio público;

X - reserva: ato pelo qual Ente da Federação não ratifica, ou condiciona a ratificação, de determinado dispositivo de protocolo de intenções;

XI - retirada: saída de Ente da Federação de consórcio público, por ato formal de sua vontade;

XII - serviços administrativos: serviços que o Poder Público executa para atender a suas necessidades internas ou preparar outros serviços que serão prestados ao público;

XIII - serviço público na área de saúde: atividade ou comodidade material fruível diretamente pelo usuário, em atenção aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde - SUS;

XIV - termo de parceria: instrumento passível de ser firmado entre consórcio público e entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes para o fomento e a execução de atividades de interesse público, previstas no art. 3º da Lei nº 9.790, de 23/03/1999; e

XV - titular de serviço público: Ente da Federação a quem compete prover o serviço público, especialmente por meio de planejamento, regulação, fiscalização e prestação direta ou indireta;

Os Municípios de APIÚNA, ASCURRA e RODEIO, de comum acordo, firmam o presente PROTOCOLO DE INTENÇÕES, visando integrar e constituir o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, na forma da Lei nº 11.107/05, de seu regulamento (Decreto nº 6.017/07) e das demais disciplinas legais aplicáveis à matéria, tendo como justas e acordadas as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA DENOMINAÇÃO E NATUREZA JURÍDICA

1.1 - O consórcio público será denominado CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, e constitui-se sob a forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, integrando, nos termos da lei, a administração indireta dos Entes consorciados.

1.1.1 - O Consórcio adquire personalidade jurídica de direito público mediante a vigência das leis de ratificação dos Entes consorciados, na forma deste Protocolo de Intenções, da Lei nº 11.107/05 e do seu regulamento.

1.1.2 - O Consórcio Público gozará da imunidade tributária de que trata o art. 150, VI, "a", e § 2º, da Constituição Federal, bem como da isenção dos demais tributos instituídos pelos Municípios consorciados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FINALIDADE

2.1 - Constitui finalidade do Consórcio Público a organização da rede de atenção à saúde mental dos Municípios consorciados, integrando-se com a rede básica e tendo como uma das atribuições supervisionar e qualificar a rede básica para a atenção em saúde mental.

2.1.1 - O Consórcio Público promoverá a implantação e gestão de um Centro Regional de Atenção Psicossocial (CAPS), modalidade I, para atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS nas redes municipais de saúde de Apiúna, Ascurra e Rodeio, possibilitando:

I - Oferta de suporte hospitalar para as situações de urgência/emergência em saúde mental;

II - Minimizar o sofrimento mental grave principalmente no momento de crise aguda com o cuidado hospitalar até a remissão do quadro;

III - Proporcionar retaguarda hospitalar a Rede de Atenção Psicossocial;

IV - Fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) da região;

V - Oferecer projeto terapêutico individualizado, atendendo as necessidades de cada usuário;

VI - Reduzir a iatrogenia e a cronicidade dos quadros de intenso sofrimento psíquico.

2.1.2 - O CAPS deverá constituir-se em serviço ambulatorial de atenção diária que funcione segundo a lógica do território de atuação do Consórcio Público, disponibilizando serviço de atenção psicossocial com as seguintes características:

a - responsabilizar-se, sob coordenação do gestor local, pela organização da demanda e da rede de cuidados em saúde mental no âmbito do seu território;

b - possuir capacidade técnica para desempenhar o papel de regulador da porta de entrada da rede assistencial no âmbito do seu território e/ou do módulo assistencial, definido na Norma Operacional de Assistência à Saúde (NOAS), de acordo com a determinação do gestor local;

c - coordenar, por delegação do gestor local, as atividades de supervisão de unidades hospitalares psiquiátricas no âmbito do seu território;

d - supervisionar e capacitar as equipes de atenção básica, serviços e programas de saúde mental no âmbito do seu território e/ou do módulo assistencial;

e - realizar, e manter atualizado, o cadastramento dos pacientes que utilizam medicamentos essenciais para a área de saúde mental regulamentados pela Portaria/GM/MS nº 1077 de 24 de agosto de 1999 e medicamentos excepcionais, regulamentados pela Portaria/SAS/MS nº 341 de 22 de agosto de 2001, dentro de sua área assistencial;

f - funcionar no período de 08 às 18 horas, em 02 (dois) turnos, durante os cinco dias úteis da semana.

2.1.2.1 - A assistência prestada ao paciente no CAPS I inclui as seguintes atividades:

a - atendimento individual (medicamentoso, psicoterápico, de orientação, entre outros);

b - atendimento em grupos (psicoterapia, grupo operativo, atividades de suporte social, entre outras);

c - atendimento em oficinas terapêuticas executadas por profissional de nível superior ou nível médio;

d - visitas domiciliares;

e - atendimento à família;

f - atividades comunitárias enfocando a integração do paciente na comunidade e sua inserção familiar e social;

g - os pacientes assistidos em um turno (04 horas) receberão uma refeição diária, os assistidos em dois turnos (08 horas) receberão duas refeições diárias.

2.2 - Para cumprimento de suas finalidades, o Consórcio poderá:

I - firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos governamentais ou não-governamentais;

II - ser contratado pela administração direta ou indireta dos Municípios consorciados, dispensada a licitação;

III - realizar licitações compartilhadas e promover desapropriações ou instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou de interesse social;

IV - adquirir e ou receber em doação ou cessão de uso, os bens que entender necessários, os quais integrarão seu patrimônio.

2.3 - O desenvolvimento de ações e de serviços de saúde pelo Consórcio Público, deve obedecer aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde - SUS.

2.4 - Os Municípios só poderão se consorciar em relação a todas as finalidades objeto da instituição do Consórcio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE DURAÇÃO E DA SEDE

3.1 - O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, vigorará por prazo indeterminado.

3.1.1 - A alteração ou a extinção do contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela assembleia geral, previamente autorizado, ou sendo ratificado, através de lei por todos os Entes consorciados.

3.2 - O Consórcio terá sede na Rua Quintino Bocaiuva, nº 204, Centro, na cidade de Apiúna - SC.

3.2.1 - Os serviços administrativos, contábeis e jurídicos do Consórcio Público poderão ser realizados, a título de cooperação, pela Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, sita à Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro Velha, no Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, por seus próprios meios.

3.2.2 - A Assembleia Geral do Consórcio, mediante decisão de 2/3 (dois terços) dos consorciados, poderá alterar a sede, dispensando-se, para este fim, a ratificação mediante lei por todos os Entes consorciados.

CLÁUSULA QUARTA - DA SUBSCRIÇÃO

4.1 - São subscritores do presente protocolo de intenções:

I - MUNICÍPIO DE APIÚNA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 79.373.767/0001-16, com sede na Rua Quintino Bocaiuva, nº 204, na cidade de Apiúna, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, NICANOR MORRO, CPF nº 004.461.659-72

II - MUNICÍPIO DE ASCURRA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.772/0001-61, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 221, na cidade de Ascurra, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, MOACIR POLIDORO, CPF nº 293.339.209-78

III - MUNICÍPIO DE RODEIO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.814/0001-64, com sede na Rua Barão do Rio Branco, nº 1.069, na cidade de Rodeio, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, PAULO ROBERTO WEISS, CPF nº 765.097.459-68

4.1.1 - O Protocolo de Intenções, após sua ratificação pelos Municípios que o subscrevem, converter-se-á no Contrato de Consórcio Público.

4.1.2 - Somente será considerado consorciado o Ente da federação subscritor do protocolo de intenções que o ratificar por lei.

4.1.3 - Será automaticamente admitido no consórcio o Ente da Federação que efetuar a ratificação em até 2 (dois) anos da sua assinatura.

4.1.4 - A ratificação realizada após 2 (dois) anos da subscrição do protocolo de intenções dependerá de homologação da Assembleia Geral do Consórcio Público.

4.2 - Consideram-se subscritores todos os Municípios criados por desmembramento ou fusão de quaisquer dos Municípios mencionados nos incisos do item 4.1 desta cláusula, desde que o seu representante legal tenha firmado o presente protocolo de intenções.

4.3 - É facultado o ingresso de novos municípios participantes no

Consórcio Público a qualquer momento, o que se fará com o pedido formal à Diretoria, a qual, uma vez aprovada na Assembléia Geral e atendidos os requisitos legais e do estatuto do consórcio, informará da aceitação ou não do novo consorciado.

4.3.1 - Aprovado o consorciado, este providenciará a Lei Municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções consolidado e de autorização para adesão ao Contrato de Consórcio Público, celebração do Contrato de Rateio e subscrição de Contrato de Programa, inclusão da dotação orçamentária na Lei Orçamentária Anual, para destinação de recursos financeiros ao Consórcio Público, efetiva participação nas atividades do Consórcio Público e nas Assembléias Gerais, com colaboração para ações de fortalecimento e defesa da Entidade e de suas prerrogativas.

4.4 - Na hipótese da lei de ratificação prever reservas para afastar ou condicionar a vigência de cláusulas, parágrafos, incisos ou alíneas do Protocolo de Intenções, o consorciamento do Município dependerá de que as reservas sejam aceitas pelos demais Entes da Federação subscritores.

CLÁUSULA QUINTA - DA ÁREA DE ATUAÇÃO DO CONSÓRCIO

5.1 - A área de atuação do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS será a área correspondente à soma dos territórios dos Municípios consorciados.

5.2 - Em caso de interesse dos Municípios Consorciados, condicionado a aprovação da Assembléia Geral, o Consórcio poderá exercer atividades fora de sua área de atuação.

CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSORCIADOS

6.1 - Constituem direitos dos consorciados:

I - participar das Assembléias Gerais e discutir os assuntos submetidos à apreciação dos consorciados;

II - votar e ser votado para os cargos de Presidente, de Vice-Presidente ou do Conselho Fiscal;

III - propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos Municípios e ao aprimoramento do Consórcio;

IV - compor a Diretoria ou Conselho Fiscal do Consórcio nas condições estabelecidas pelo Estatuto.

6.1.1 - Quando adimplente com suas obrigações, qualquer Ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste Protocolo de Intenções ou no Contrato do Consórcio Público.

6.2 - Constituem deveres sociais:

I - cumprir e fazer cumprir o presente Protocolo, em especial, quanto ao pagamento das contribuições previstas no "Contrato de Rateio";

II - acatar as determinações da Assembléia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações do Consórcio, em especial ao que determina o "Contrato de Programa" e o "Contrato de Rateio";

III - cooperar para o desenvolvimento das atividades do Consórcio, bem como, contribuir com a ordem e a harmonia entre os consorciados e colaboradores;

IV - participar ativamente das reuniões e assembléias gerais do Consórcio.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO

7.1 - O Consórcio será organizado por estatutos cujas disposições, sob pena de nulidade, deverão atender a todas as cláusulas deste Protocolo de Intenções e do respectivo Contrato de Consórcio.

7.2 - O Consórcio é composto dos seguintes órgãos:

I - Assembléia Geral;

II - Diretoria;

III - Conselho Fiscal.

CLÁUSULA OITAVA - Da Assembléia Geral

8.1 - A Assembléia Geral, instância máxima do Consórcio, é órgão colegiado composto pelos Chefes dos Poderes Executivos de todos os Entes consorciados.

8.1.1 - No caso de impedimento ou ausência do Chefe do Poder Executivo, este poderá delegar competência ao Vice-Prefeito para representá-lo na Assembléia Geral, praticando todos os atos.

8.1.2 - Ninguém poderá representar dois consorciados na Assembléia Geral.

8.2 - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente três vezes por ano, em datas a serem definidas, e, extraordinariamente, sempre que convocada, inclusive, neste último caso, para deliberar sobre a destituição de membros da Diretoria ou sobre alteração estatutária.

8.2.1 - A forma de convocação das assembléias gerais ordinárias e extraordinárias será definida nos estatutos.

8.3 - Cada consorciado terá direito a um voto na Assembléia Geral.

8.3.1 - O voto será público e nominal, inclusive nos casos de julgamento em que se suscite a aplicação de penalidade a servidores do Consórcio ou a Ente consorciado.

8.4 - Os estatutos deliberarão sobre o número de presenças necessárias para a instalação da Assembléia e para que sejam válidas suas deliberações e, ainda, o número de votos necessários à apreciação de determinadas matérias.

8.5 - Compete à Assembléia Geral:

I - homologar o ingresso no Consórcio de Ente federativo que não tenha sido subscritor inicial do Protocolo de Intenções;

II - aplicar a pena de exclusão do Consórcio;

III - elaborar os estatutos do Consórcio e aprovar as suas alterações;

IV - eleger ou destituir o Presidente e o Vice-Presidente do Consórcio, cujos mandatos serão de 1 (um) ano, permitida a reeleição para um único período subsequente;

V - ratificar ou recusar a nomeação ou destituir os demais membros da Diretoria;

VI - aprovar:

a) orçamento plurianual de investimentos;

b) programa anual de trabalho;

c) o orçamento anual do Consórcio, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos

por recursos advindos de contrato de rateio;
d) a realização de operações de crédito;
e) a fixação, a revisão e o reajuste de tarifas e outros preços públicos, bem como de outros valores devidos ao Consórcio pelos consorciados, por particulares ou pelos usuários;
f) a alienação e a oneração de bens do Consórcio ou daqueles que, nos termos de contrato de programa, lhe tenham sido outorgados os direitos de exploração;

VII - homologar as decisões do Conselho Fiscal;

VIII - aceitar a cessão de servidores de Ente federativo consorciado ou conveniado ao Consórcio;

IX - aprovar planos e regulamentos dos serviços do Consórcio;

X - aprovar a celebração de convênios e contratos de programa;

XI - apreciar e sugerir medidas sobre:

a) a melhoria dos serviços prestados pelo Consórcio;
b) o aperfeiçoamento das relações do Consórcio com órgãos públicos, entidades e empresas privadas.

8.5.1 - Somente será aceita a cessão de servidores com ônus para o Consórcio mediante decisão unânime da Assembléia Geral, presentes pelo menos 2/3 (dois terços) dos membros consorciados. No caso de o ônus da cessão ficar com o consorciado, exigir-se-á, para a aprovação, 2/3 (dois terços) dos votos dos membros presentes.

8.5.2 - As competências arroladas nesta cláusula não prejudicam que outras sejam reconhecidas pelos estatutos.

8.5.3 - O mandato do Presidente e/ou do Vice-Presidente cessará automaticamente no caso de o eleito não mais ocupar a Chefia do Poder Executivo do Ente consorciado que representa na Assembléia Geral, hipótese em que será sucedido por quem preencha essa condição.

8.6 - O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos em Assembléia especialmente convocada, podendo ser apresentadas candidaturas nos primeiros trinta minutos. Somente será aceita a candidatura de Chefe de Poder Executivo de Ente consorciado.

8.6.1 - O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos mediante voto público e nominal.

8.6.2 - Será considerado eleito o candidato que obtiver ao menos 2/3 (dois terços) dos votos, não podendo ocorrer à eleição sem a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) dos consorciados.

8.6.3 - Caso nenhum dos candidatos tenha alcançado 2/3 dos votos, realizar-se-á segundo turno de eleição, cujos candidatos serão os dois candidatos mais votados para cada função. No segundo turno será considerado eleito o candidato que obtiver metade mais um dos votos, excetuados os votos brancos.

8.6.4 - Não obtido o número de votos mínimo mesmo em segundo turno, será convocada nova Assembléia Geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias, caso necessário prorrogando-se pro tempore o mandato do Presidente ou do Vice-Presidente em exercício.

8.7 - Proclamado eleito candidato a Presidente, a ele será dada a palavra para que indique o Coordenador Executivo ou o confirme na função.

8.7.1 - Uma vez indicado, o Presidente da Assembléia indagará, caso presente, se o mesmo aceita a função. Caso ausente, o Presidente eleito deverá comprovar o aceite por qualquer meio idôneo.

8.7.2 - Caso haja recusa da indicação, será concedida a palavra para que o Presidente eleito apresente nova indicação.

8.7.3 - Estabelecida indicação válida, esta somente produzirá efeito caso aprovada por 2/3 (dois terços) dos votos, exigida a presença da maioria absoluta dos consorciados.

8.8 - Os membros da Diretoria poderão ser destituídos mediante aprovação de moção de censura apresentado com apoio de pelo menos dois terços dos Consorciados, em Assembléia Geral especificamente convocada.

8.8.1 - Em qualquer Assembléia Geral donde conste na pauta o item "assuntos gerais", poderá ser apresentado eventuais moções de censura ao final da reunião, observando-se a subscrição qualificada de que trata o item anterior.

8.8.2 - Recebida moção de censura, sua discussão e apreciação será objeto da primeira Assembléia Geral Extraordinária que se seguir, vedada a deliberação de qualquer outro item de pauta.

8.8.3 - A votação da moção de censura será efetuada depois de facultada a palavra, por quinze minutos, ao seu primeiro subscritor e, caso presente, ao membro da Diretoria que se pretenda destituir.

8.8.4 - Será considerada aprovada a moção de censura se obter voto favorável de 2/3 (dois terços) dos representantes presentes à Assembléia Geral, em votação pública e nominal.

8.8.5 - Caso aprovada moção de censura do Presidente do Consórcio, ele estará automaticamente destituído, procedendo-se, na mesma Assembléia, à eleição do Presidente para completar o período remanescente de mandato.

8.8.6 - Na hipótese de não se viabilizar a eleição de novo Presidente, o Vice-Presidente assumirá esta função até a próxima Assembléia Geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias.

8.8.7 - Aprovada moção de censura apresentada em face do Coordenador Executivo, ele será automaticamente exonerado, aguardando-se indicação do Presidente do Consórcio, para nomeação de seu substituto, após homologação da Assembléia Geral.

8.8.8 - Rejeitada moção de censura, nenhuma outra, de igual teor, poderá ser apresentada nas Assembléias que se realizarem nos sessenta (60) dias seguintes.

8.9 - Será convocada Assembléia Geral específica para a elaboração e/ou alteração dos estatutos do Consórcio, por meio de publicação e correspondência dirigida a todos os subscritores do presente Protocolo de Intenções, acaso não tenha ocorrido à convocação específica durante a realização da Assembléia anterior.

8.9.1 - Confirmado o quorum de instalação, a Assembléia Geral, por maioria simples, elegerá o Presidente e o Secretário da Comissão Especial que dirigirá a Assembléia e, ato contínuo, aprovará resolução que estabeleça:

I - o texto básico do projeto de estatutos e/ou de alteração que norteará os trabalhos;

II - o prazo para apresentação de emendas e de destaques para votação em separado;

III - o número de votos necessários para aprovação de emendas ao projeto de estatutos.

8.9.2 - Sempre que recomendar o adiantado da hora, os trabalhos

serão suspensos para recomencem em dia, horário e local, anunciados antes do término da sessão.

8.9.3 - Da nova sessão poderão comparecer os Entes que tenham faltado à sessão anterior, bem como os que, no interregno entre uma e outra sessão, tenham também ratificado o Protocolo de Intenções.

8.9.4 - Os estatutos preverão as formalidades e quorum para a alteração de seus dispositivos.

8.9.5 - Os estatutos do Consórcio e suas alterações entrarão em vigor após publicação na imprensa oficial, na forma legal.

8.10 - Nas atas da Assembléia Geral serão registradas:

I - por meio de lista de presença, todos os Entes federativos representados na Assembléia Geral;

II - de forma resumida, todas as intervenções orais e, como anexo, todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da Assembléia Geral;

III - a íntegra de cada uma das propostas votadas na Assembléia Geral e a indicação expressa e nominal de como cada representante nela votou, bem como a proclamação de resultados.

8.10.1 - No caso de votação secreta, será registrada em ata a expressa motivação do segredo e o resultado final da votação.

8.10.2 - Somente se reconhecerá sigilo de documentos e declarações efetuadas na Assembléia Geral mediante decisão na qual se indiquem expressamente os motivos do sigilo. A decisão será tomada por 2/3 (dois terços) dos votos dos presentes e a ata deverá indicar expressa e nominalmente os representantes que votaram a favor e contra o sigilo.

8.10.3 - A ata será rubricada em todas as suas folhas, inclusive de anexos, por aquele que a lavrou e por quem presidiu o término dos trabalhos da Assembléia Geral.

8.11 - Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, a íntegra da ata da Assembléia Geral será, em até dez dias após a aprovação, publicada no sítio que o Consórcio manter na rede mundial de computadores - internet.

8.11.1 - Mediante requerimento e pagamento das despesas de reprodução, cópia autenticada da ata será fornecida para qualquer interessado.

CLÁUSULA NONA - DA DIRETORIA (PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE)

9.1 - Sem prejuízo do que previrem os estatutos do Consórcio, incumbe ao Presidente:

I - representar o consórcio judicial e extrajudicialmente;

II - ordenar as despesas do consórcio e responsabilizar-se pela sua prestação de contas;

III - convocar as Assembléias Gerais;

IV - zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelos estatutos a outro órgão do Consórcio;

V - promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio.

9.1.1 - Com exceção da competência prevista no inciso I, todas as demais poderão ser delegadas ao Coordenador Executivo.

9.1.2 - Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do Consórcio, o Coordenador Executivo poderá ser autorizado a praticar atos ad referendum do Presidente.

9.2 - Na ausência eventual ou impedimento temporário do Presidente, assumirá o Vice-Presidente.

9.3 - O substituto ou sucessor do Prefeito o substituirá na Presidência.

CLÁUSULA DÉCIMA - Da DIRETORIA E DO COORDENADOR EXECUTIVO

10.1 - A Diretoria é órgão executivo e de gestão das atividades do Consórcio Público, composta por dois membros que exercerão funções próprias, sendo um o Presidente do Consórcio Público e outro o Coordenador Executivo.

10.1.1 - Não haverá percepção de remuneração ou quaisquer espécies de verba indenizatória por parte do Presidente, sem prejuízo do pagamento das despesas de locomoção, transporte, hospedagem e/ou alimentação quando em deslocamento no interesse exclusivo do Consórcio Público. O Coordenador Executivo perceberá a remuneração estabelecida para a função, acaso não perceba qualquer outro tipo de vencimento, salário ou subsídio de qualquer outro órgão de Ente federado ou de Município consorciado.

10.1.2 - A disciplina da posse do Presidente e a forma de nomeação e posse do Coordenador Executivo serão fixadas nos estatutos.

10.2 - Mediante proposta do Presidente do Consórcio, aprovada pela Assembléia Geral, poderá haver redesignação interna de funções na Diretoria e/ou delegação de competência.

10.3 - A Diretoria deliberará sobre atos de gestão do Consórcio Público e executará todas as deliberações da Assembléia Geral.

10.3.2 - As deliberações da Diretoria serão externadas na forma de Resolução.

10.4 - Além do previsto nos estatutos, compete à Diretoria:

I - julgar recursos relativos à:

- a) homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;
- b) impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação e homologação e adjudicação de seu objeto;
- c) aplicação de penalidades a servidores do consórcio;

II - autorizar que o Consórcio ingresse em juízo, reservado ao Presidente a incumbência de, ad referendum, tomar as medidas que reputar urgentes;

III - autorizar a contratação, dispensa ou exoneração de empregados e de servidores temporários;

IV - promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio.

10.5 - Para exercício da função de Coordenador Executivo ou de qualquer outro emprego de confiança no Consórcio Público será exigida experiência e formação profissional em nível superior, com especialização em áreas afins com a Administração Pública e com

as finalidades do CIAPS.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CONSELHO FISCAL

11.1 - O Conselho Fiscal é composto por três Conselheiros, sendo dois secretários municipais de saúde indicados por seus pares e um Prefeito eleito pela Assembleia Geral realizada no mês de dezembro de cada ano, para mandato de um ano, o qual coincidirá com o ano civil. Os membros do Conselho Fiscal não serão remunerados, sob pretexto ou forma alguma, sendo, entretanto, o exercício do mandato considerado serviço público relevante.

11.1.1 - Os membros do Conselho Fiscal somente poderão ser afastados de seus cargos mediante moção de censura aprovada por 2/3 (dois terços) de votos da Assembleia Geral, exigida a presença de 3/5 dos Entes consorciados.

11.2 - A Assembleia Geral reunir-se-á mediante convocação para eleição do Conselho Fiscal.

11.2.1 - Nos primeiros trinta minutos de reunião serão apresentadas as indicações dos dois secretários municipais de saúde que integrarão o Conselho Fiscal, bem como as candidaturas dos prefeitos interessados para a vaga em disputa.

11.2.2 - As candidaturas serão sempre pessoais, vedada à inscrição ou apresentação de chapas.

11.2.3 - Poderá se candidatar ao Conselho Fiscal qualquer representante de Ente consorciado.

11.2.4 - A eleição do Conselho Fiscal realizar-se-á por meio de voto aberto sendo que cada eleitor somente poderá votar em um candidato.

11.2.5 - Considera-se eleito membro efetivo o candidato com maior número de votos e, como membro suplente, os candidatos que se seguirem em número de votos. Em caso de empate, será considerado eleito o candidato de maior idade.

11.3 - Além do previsto nos estatutos, compete ao Conselho Fiscal exercer o controle da legalidade, legitimidade e economicidade da atividade patrimonial e financeira do Consórcio, com o auxílio, no que couber, do Tribunal de Contas.

11.3.1 - O disposto no item 11.3 não prejudica o controle externo a cargo do Poder Legislativo de cada Ente consorciado e nem a fiscalização dos respectivos Conselhos Municipais de Saúde, no que se refere aos recursos que cada um deles efetivamente entregou ou compromissou ao Consórcio.

11.4 - Os estatutos deliberarão sobre o funcionamento do Conselho Fiscal.

11.4.1 - As decisões do Conselho Fiscal serão submetidas à homologação da Assembleia Geral.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS HUMANOS

12.1 - Somente poderão prestar serviços remunerados ao Consórcio os contratados para ocupar os empregos públicos previstos nos Anexos 1 ou 2 deste Protocolo de Intenções, bem como, em havendo necessidade e interesse, pessoas físicas ou jurídicas contratadas conforme dispuser a lei.

12.1.1 - A participação do Conselho Fiscal ou de outros órgãos diretivos que sejam criados pelos estatutos ou por deliberação da Assembleia Geral, bem como a participação dos representantes dos entes consorciados na Assembleia Geral e em outras

atividades do Consórcio não será remunerada, sendo considerado trabalho público relevante.

12.1.2 - O Presidente não será remunerado e não poderá receber qualquer quantia do Consórcio, em razão do exercício dessa função, ressalvado o disposto na primeira parte do item 10.1.1 deste Protocolo de Intenções.

12.1.3 - O Coordenador Executivo perceberá o salário estabelecido para o emprego, observando-se o disposto na segunda parte do item 10.1.1 deste Protocolo de Intenções, bem como as demais vantagens estabelecidas em Lei ou no Protocolo de Intenções ratificado.

12.2 - Os empregados públicos efetivos, comissionados ou contratados temporariamente pelo Consórcio são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e estarão submetidos ao Regime Geral de Previdência Social.

12.2.1 - O regulamento do quadro de pessoal do Consórcio Público, a ser definido por resolução aprovada pela Assembleia Geral, obedecendo ao disposto neste Protocolo de Intenções, no Contrato de consórcio e no Estatuto, tratará especialmente da descrição das funções, dos requisitos para ocupação dos empregos públicos, da forma de recrutamento, dos benefícios funcionais, da jornada de trabalho, dos direitos e deveres e do regime disciplinar.

12.2.2 - A exoneração ou demissão de empregados públicos dependerá de ato administrativo da Diretoria, motivado no caso de dispensa por iniciativa do Consórcio Público, observada as demais formalidades legais.

12.2.3 - Os empregados do Consórcio não poderão ser cedidos, inclusive para os próprios Entes consorciados, sem prejuízo da possibilidade de prestação de serviços na sua área de atuação, através do Consórcio Público.

12.2.4 - Os Entes da Federação consorciados, ou os com eles conveniados, poderão ceder-lhe servidores, na forma e condições da legislação de cada um.

12.2.4.1 - Os servidores efetivos recebidos em cessão permanecerão no seu regime jurídico e previdenciário originário, com remuneração paga pelo órgão cedente, podendo, a critério da Assembleia Geral, ser-lhes concedida gratificação complementar em razão da remuneração de mercado para função que venham a desempenhar no CIAPS, no percentual de até 100% (cem por cento) de sua remuneração mensal do órgão de origem.

12.2.4.2 - O pagamento de gratificação complementar na forma prevista no item anterior, não configura vínculo novo do servidor cedido, para fins trabalhistas, contudo o CIAPS efetuará a retenção e recolherá os encargos tributários correspondentes.

12.2.4.3 - Na hipótese do item 12.2.4 deste Protocolo de Intenções, o Ente da Federação consorciado cedente deverá assumir a manutenção dos pagamentos da remuneração regular do servidor e dos encargos, donde tais pagamentos serão contabilizados como créditos hábeis para operar compensação com obrigações previstas no contrato de rateio e/ou ressarcidos mensalmente pelo CIAPS.

12.3 - O quadro de pessoal do Consórcio é composto pelos empregados públicos constantes nos anexos próprios deste Protocolo de Intenções.

12.3.1 - Os empregos do Consórcio serão providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exceto o de Coordenador Executivo, que será de livre nomeação e exoneração. O

emprego público de livre nomeação e exoneração é regido pelo critério de confiança e seu ocupante obrigado ao regime de dedicação integral ao serviço, donde poderá ser convocado a trabalhos excepcionais além da carga horária regulamentar, sem remuneração adicional.

12.3.2 - A remuneração dos empregos públicos é a definida nos anexos próprios deste Protocolo de Intenções.

12.3.2.1 - Após deliberação da Assembleia Geral, a Diretoria poderá conceder revisão geral anual de remuneração aos empregados do Consórcio Público no mês de janeiro de cada ano, utilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC (IBGE) acumulado no ano anterior.

12.3.2.2 - Após autorização legislativa de cada Ente Consorciado e deliberação da Assembleia Geral, a Diretoria poderá conceder reclassificação do salário inicial de empregos do quadro geral e/ou reajuste geral de salários aos empregados do Consórcio Público.

12.3.3 - A contratação de profissionais para os empregos de confiança, bem como a declaração de abertura de vagas e a autorização para início do processo de recrutamento para os empregos de provimento efetivo ou para as contratações temporárias, depende de prévia justificação da necessidade, da demonstração da viabilidade financeira e da aprovação em Assembleia Geral.

12.3.4 - São requisitos básicos para ingresso no Quadro Funcional do Consórcio Público:

I - a nacionalidade brasileira.

II - o gozo dos direitos políticos.

III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais.

IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do emprego, e/ou os requisitos especiais para o seu desempenho.

V - idade mínima de 18 (dezoito) anos.

VI - aptidão física e mental.

VII - possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH), inclusive para eventual condução de veículos do CIAPS em deslocamentos a serviço, exceto se contratado na condição de portador de necessidades especiais.

12.3.5 - As atribuições do emprego podem justificar a exigência de outros requisitos, estabelecidos na forma do item 12.2.1 deste Protocolo de Intenções.

12.3.6 - Sem prejuízo das atribuições do quadro funcional, fica instituído o Programa de Concessão de Estágio Não-Obrigatório aplicado ao estágio de estudantes, na forma da legislação federal específica, com disponibilidade de vagas em igual número de Entes Federados que integre o Consórcio Público.

12.3.6.1 - O recrutamento de candidatos para as vagas de estágio, dentre o contingente de alunos das instituições de ensino conveniadas, será feito:

I - diretamente pelo CIAPS através de processo seletivo simplificado, de provas ou de provas e títulos, após prévia convocação por edital divulgado no site do Consórcio Público, no Diário Oficial dos Municípios e junto as Instituições de Ensino conveniadas;

II - em caso de urgência ou necessidade imediata, diretamente pela Instituição de Ensino ou pelos Agentes de Integração, através

de processo seletivo ou cadastro.

12.3.6.2 - A carga horária de estágio ficará estabelecida em 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais ou em 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) semanais, remuneradas através de bolsa-estágio nos seguintes valores:

I - R\$ 433,80 (quatrocentos e trinta e três reais e oitenta centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

II - R\$ 648,09 (seiscentos e quarenta e oito reais e nove centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

12.3.6.3 - Sem prejuízo da contratação em favor do estagiário de seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, e do pagamento da remuneração de que trata o item anterior, lhe será concedido:

I - auxílio-transporte mensal, consistente no fornecimento de vale-transporte, conforme estabelece a legislação federal específica e de acordo com as normas municipais, no caso de utilização de transporte coletivo público, ou na indenização correspondente ao valor líquido que seria desembolsado para aquisição do vale-transporte, no caso de utilização de outro meio de transporte (próprio ou particular).

II - auxílio-alimentação, na forma concedida aos empregados em geral, proporcionalmente a jornada diária de estágio.

III - período de recesso remunerado de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares e antes do encerramento do contrato, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, ou proporcional nos demais casos, vedado sua indenização.

12.3.6.4 - O Consórcio Público poderá, também, celebrar convênio de concessão de estágio obrigatório com Instituições de Ensino, assumindo responsabilidade pela contratação do seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, e mediante remuneração equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido para contraprestação do estágio não-obrigatório.

12.4 - Os editais de concurso público do Consórcio Público deverão atender ao contido no regulamento do quadro de pessoal, e serem subscritos pelo Presidente e/ou pelo Coordenador Executivo.

12.4.1 - Cópia do edital será entregue a todos os Entes consorciados, para fins de conhecimento e divulgação.

12.4.2 - O edital, em sua íntegra, será publicado em sítio que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores - internet - bem como, na forma de extrato, será publicado na imprensa oficial.

12.4.3 - Nos quinze primeiros dias que decorrerem da publicação do extrato mencionado no item anterior, poderá ser apresentadas impugnações ao edital, as quais deverão ser decididas em sete dias. A íntegra da impugnação e de sua decisão serão publicadas no sítio que o Consórcio manter na rede mundial de computadores - internet.

12.5 - Somente admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público consistente na substituição de empregado público afastado temporariamente de suas funções por motivo de doença ou outro afastamento legal, e desde que imprescindível para continuidade

dos serviços do Consórcio Público.

12.5.1 - Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público do titular afastado, percebendo a remuneração para ele prevista.

12.6 - As contratações temporárias observarão as disposições estabelecidas no art. 37, IX, da Constituição Federal, artigos 443, 445, 451 e 452 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e demais disposições previstas no Estatuto do Consórcio Público.

12.6.1 - As contratações por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público terão prazo de até um ano, podendo ser prorrogado justificadamente uma única vez até atingir o prazo máximo total de dois anos.

12.6.2 - O retorno do servidor titular ao exercício de suas funções ou o alcance do prazo máximo de que trata o item anterior faz cessar automaticamente a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sem qualquer indenização.

12.6.3 - O regulamento do quadro de pessoal do Consórcio Público disciplinará inclusive a contratação temporária.

12.7 - O valor dos salários mensais guarda correlação com o cumprimento integral da carga de trabalho regular estabelecida para o emprego, sendo que esta, no interesse do serviço e de comum acordo com o empregado, poderá ser aumentada até o limite de 40 (quarenta) horas semanais ou reduzida em até 50% (cinquenta por cento), com o respectivo aumento ou redução proporcional da remuneração.

12.7.1 - Além do salário, poderá ser pago ao empregado as seguintes vantagens:

I - indenizações;

II - auxílios pecuniários;

III - gratificações;

IV - adicionais.

V - auxílio alimentação.

12.7.1.1 - As indenizações e os auxílios pecuniários não se incorporam ao salário para qualquer efeito.

12.7.1.2 - As gratificações e os adicionais integram a remuneração do empregado, nos casos e condições indicados em Lei, no Estatuto ou no regulamento do quadro de pessoal, devendo ser nominalmente identificado e destacado.

12.7.1.3 - As vantagens pecuniárias não serão acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

12.7.1.4 - Os adicionais e gratificações devidos aos empregados em razão do exercício do emprego serão calculadas na forma da lei ou do regulamento do quadro de pessoal, atendendo as situações específicas de sua aplicabilidade e incidirão sempre tão somente sobre o salário atribuído ao empregado.

12.7.2 - Conceder-se-á:

I - Indenização de transporte ao empregado que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do emprego, conforme dispuser o regulamento do quadro de pessoal,

observado o limite de $\frac{1}{4}$ do valor do litro do combustível gasolina, por quilometro.

II - Adiantamento de viagem ao empregado que se deslocar, em caráter eventual ou transitório, em objeto de serviço, para custeio das despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana.

12.7.2.1 - Na hipótese do empregado receber adiantamento de viagem e não realizar o deslocamento, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-lo integralmente, no prazo de cinco (5) dias, e na hipótese de o empregado retornar em prazo menor que o previsto, restituirá os valores recebidos em excesso, no mesmo prazo.

13.7.2.2 - Os adiantamentos de viagem serão requeridos em formulário próprio, onde será qualificado o beneficiário e identificado à data de afastamento, trajeto e motivo da viagem. O processamento contábil para pagamento do adiantamento observará ao disposto na Lei nº 4.320/64.

12.7.2.3 - Aplica-se o disposto nos itens 12.7.2 e 12.7.3 aos servidores públicos colocados à disposição do Consórcio Público por qualquer outra entidade estatal, fundacional, autárquica ou para-estatal, e aos contratados temporariamente.

12.7.3 - Será concedido vale transporte na forma da legislação federal específica ao empregado ou estagiário que o requerer, para deslocamento residência/local de trabalho e vice-versa.

12.7.4 - Sem prejuízo das demais vantagens estabelecidas no estatuto, a Diretoria poderá conceder aos empregados efetivos, comissionados ou temporários e aos estagiários, o auxílio alimentação, proporcional a carga horária mensal, na forma e condições estabelecidas no regulamento do quadro de pessoal, limitado ao valor máximo diário de R\$ 20,00 (vinte reais).

12.7.5 - Além do salário e das demais vantagens previstas em lei ou no estatuto, poderá ser deferido aos empregados as seguintes gratificações e adicionais:

I - gratificação natalina, na forma estabelecida em Lei;

II - gratificação complementar, na forma estabelecida no item 12.2.4.1 deste Protocolo de Intenções;

III - adicional por serviço extraordinário, na forma da Lei;

IV - adicional de férias, na forma da Lei;

V - adicional pelo trabalho insalubre ou perigoso, na forma da Lei;

VI - adicional noturno, na forma da Lei;

VII - adicional por qualificação.

12.7.5.1 - O valor da gratificação complementar de que trata o inciso II do item anterior poderá ser reduzido nos casos em que sua aplicação integral acarrete o pagamento de remuneração superior ao valor do salário estabelecido para o emprego de Coordenador Executivo.

12.7.6 - O adicional por qualificação corresponderá a um acréscimo de 5% (cinco por cento) sobre o salário do empregado efetivo, limitado ao máximo de 30% (trinta por cento), por força da qualificação profissional obtida além daquela prevista para ocupação do emprego e que guarde correlação direta com as atribuições deste, observado interstício de cinco anos de exercício no emprego para cada período aquisitivo.

12.7.6.1 - Para habilitar-se ao adicional por qualificação o

empregado deverá atender, cumulativamente, as seguintes condições:

I - ter concluído curso de pós-graduação, especialização, mestrado ou doutorado ou ter completado 150 (cento e cinquenta) horas de cursos/seminários/palestras, dentre outros, sempre em temas correlatos com o emprego ocupado.

II - ter completado 05 (cinco) anos de serviço no Consórcio, ininterruptos ou não, para o primeiro período aquisitivo, e interstício de igual tempo para os períodos aquisitivos subseqüentes.

12.7.6.2 - Fica prejudicada a contagem regular do período aquisitivo para o adicional de que trata este artigo, se o empregado apresentar qualquer uma das seguintes ocorrências em sua vida funcional:

I - tiver sido condenado em processo criminal, por decisão definitiva, ou sofrer penalidade disciplinar de suspensão;

II - tiver mais de 05 (cinco) faltas injustificadas no período aquisitivo;

III - tiver se afastado de suas funções por período contínuo superior a trinta dias, independentemente de percepção ou não de remuneração, exceto para os casos de exercício de emprego de confiança no próprio Consórcio Público ou em Ente consorciado.

12.7.6.3 - O empregado que no decorrer do período aquisitivo incidir nas hipóteses do item anterior, perderá o tempo decorrido, iniciando-se novo período aquisitivo quinquenal após a cessação do impedimento.

12.8 - Os empregos públicos de que trata o item 12.3 deste Protocolo de Intenções terão suas atribuições e descrições disciplinadas pelo regulamento do quadro de pessoal, observadas as seguintes diretrizes mínimas:

I - Para o emprego de COORDENADOR EXECUTIVO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Desempenhar as atribuições de gestão e controle das atividades, recursos financeiros e pessoal do Consórcio Público, zelando pelo cumprimento das normas estatutárias e regimentais e dos contratos celebrados; Representar o Consórcio Público conforme poderes outorgados pelo Presidente; Prestar todas as informações necessárias aos consorciados e aos órgãos públicos; Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio; Desenvolver outras atribuições correlatas a função, além das demais previstas no Protocolo de Intenções e no Estatuto; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Experiência e formação profissional em nível superior, com especialização em áreas afins com a Administração Pública e com as finalidades do CIAPS.

II - Para o emprego de MÉDICO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar atividade de natureza especializada, envolvendo supervisão, planejamento, coordenação, programação e execução de atividades pertinentes a defesa e proteção da saúde individual e coletiva; Examinar o paciente, auscultando, palpando ou utilizando instrumentos especiais, para determinar diagnóstico ou, se necessário, requisitar exames complementares e encaminhá-lo ao especialista; Analisar e interpretar resultados de exames de raios X, bioquímico,

hematológico e outros, comparando-os com padrões normais, para confirmar ou informar o diagnóstico; Prescrever medicamentos, indicando dosagem e respectiva via de administração, assim como cuidados a serem observados para conservar ou restabelecer a saúde do paciente; Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, tratamento, evolução da doença, para efetuar orientação terapêutica adequada; Emitir atestados de saúde, sanidade e aptidão física e mental e de óbito, para atender a determinações legais; Atender a urgências clínicas, cirúrgicas ou traumatológicas; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

III - Para o emprego de ENFERMEIRO(A):

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar ações educativas, preventivas e curativas, na área da saúde pública; Selecionar e executar ações de enfermagem de acordo com as prioridades, necessidades e características de cada caso, particularmente para: gestantes e crianças de alto risco, bem como, outros clientes que apresentam risco para si próprio ou para a comunidade; Coordenar e supervisionar a organização e execução das atividades de enfermagem, desenvolvidas nas Unidades de atendimento sob sua responsabilidade, levando em conta os demais elementos da equipe de saúde do Centro de Saúde; Supervisionar e avaliar sistematicamente os registros e anotações das atividades realizadas pelo pessoal de enfermagem; Assegurar condições adequadas de limpeza, preparo, esterilização e manuseio do material em uso; Verificar sistematicamente o funcionamento de aparelhos utilizados na área de enfermagem, providenciando reparação ou substituição quando for o caso; Participar na supervisão das atividades de matrícula e fichário central; Verificar periodicamente as condições de conservação e prazo de validade de soros e vacinas; Promover o inter-relacionamento das atividades internas e externas do CAPS desenvolvidas pelo pessoal de enfermagem; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

IV - Para o emprego de ASSISTENTE SOCIAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Planejar e executar atividades que visam a assegurar o processo de melhoria da qualidade de vida, bem como busca garantir o atendimento das necessidades básicas das classes populares e dos Segmentos sociais mais vulneráveis às crises sócio-econômicas; Aconselhar e orientar indivíduos afetados em seu equilíbrio emocional, baseando-se no conhecimento sobre a dinâmica psicossocial do comportamento das pessoas; Promover a participação consciente dos indivíduos em grupos, desenvolvendo suas potencialidades; Programar a ação básica de uma comunidade no campo social e outros, valendo-se da análise dos recursos e das carências sócio-econômicas dos indivíduos e da comunidade; Assistir as famílias nas suas necessidades básicas, orientando-as e fornecendo-lhes suporte material, educacional e outros; Desenvolver outras atividades de caráter comunitário que possam ser utilizadas como elemento catalisador da potencialidade dos indivíduos na solução de seus próprios problemas; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

V - Para o emprego de PSICÓLOGO(A):

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Participar da elaboração de programas educativos, junto à população, para orientar nos processos intra e interpessoais e nos mecanismos de comportamento humano; Elaborar e ampliar técnicas psicológicas, como teste para determinação de características afetivas, intelectuais, sensoriais ou motoras; Técnicas psicoterápicas e outros métodos de verificação, para possibilitar a orientação, seleção e treinamento de campo profissional, no diagnóstico e na identificação e interferência nos fatores determinantes na ação do indivíduo, em sua história pessoal, familiar, educacional e social; Atendimento familiar, e individual, visitas domiciliares; Assessoria e orientação aos casos encaminhados pelo Conselho Tutelar; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

VI - Para o emprego de TÉCNICO EM ENFERMAGEM:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Auxiliar no atendimento à pacientes nas unidades hospitalares e de saúde pública sob supervisão; Orientar e revisar o auto cuidado do cliente a alimentação e higiene pessoal; Executar a higienização ou preparação dos clientes para exames ou atos cirúrgicos; Zelar pela limpeza, conservação e assepsia do material e do instrumental; Executar e providenciar a esterilização de salas e do instrumento adequado às intervenções programadas; Manter atualizado o prontuário dos pacientes; Verificar a temperatura, pulso e respiração e registrar os resultados nos prontuários; Ministrar medicamentos, aplicar imunizantes e fazer curativos; Fazer a orientação sanitária de indivíduos em unidade de saúde; Atividade auxiliar, na área de enfermagem, desenvolvidas junto ao indivíduo, família a comunidade visando a prevenção de doenças, promoção e recuperação da saúde; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso Técnico na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

VII - Para o emprego de Auxiliar Administrativo

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: - Exercer atividades de ordem auxiliar em executar atividades de caráter administrativo, financeiro, tributário e fiscal, sob supervisão da chefia imediata; fazer encaminhamentos, procedimentos e trabalhos que lhe forem atribuídos pela chefia imediata; digitar e ou datilografar processos de rotinas internas ou externas; prestar atendimento ao público em todas as áreas que lhe forem fixadas; transcrever atos oficiais; preencher formulários, fichas e outros; codificar e arquivar documentos; providenciar e preparar material de expediente; executar outras atividades correlatas.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Escolaridade Nível Médio

VIII - Para o emprego de MOTORISTA:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Dirigir veículos de passageiros e transporte de pacientes; Manter o veículo em condições de conservação e funcionamento, providenciando conserto,

abastecimento, lubrificação, limpeza e troca de peças; Atender às normas de segurança e higiene no trabalho; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Escolaridade de Nível Médio; CNH categoria "C".

IX - Para o emprego de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Operar eletrodomésticos e outros equipamentos e utensílios; Lavar manualmente ou por meios mecânicos louças, talheres e utensílios; Fazer e servir café, água e outros alimentos solicitados nas dependências dos órgãos; Preparar e servir refeições e proceder a aquecimento de alimentos; Receber e examinar o material destinado à preparação de alimentos e bebidas e acondicioná-los em recipientes adequados; Informar previamente à Chefia imediata sobre a necessidade de material para o desenvolvimento normal dos serviços; Manter e zelar pela conservação dos equipamentos e utensílios utilizados; Efetuar o controle do material existente no setor, discriminando-o por peças e respectivas quantidades, para manter o estoque e evitar extravios; Executar serviços de limpeza e conservação, zelando pela ordem e segurança no ambiente de trabalho, observando as normas e instruções, para prevenir acidentes; Notificar toda e qualquer ocorrência que dificulte o bom andamento dos trabalhos, visando o conserto ou reparo de aparelhos ou substituição de materiais; Manter o ambiente de trabalho limpo e com boa aparência; Proceder a coleta e remoção de resíduos, aplicação de ceras industriais, conservantes, lustradores e limpadores em móveis e pisos, retirada do pó ou varrição de pisos, carpetes e tapetes nos escritórios e áreas externas; Coleta e remoção de papéis usados, colocação de desodorizantes, aplicação de detergentes, lavagem e higienização em sanitários; Retirada de resíduos e limpeza dos vidros das portas e janelas; Reposição de materiais de higiene pessoal, tudo visando ao asseio e conservação dos prédios públicos e das áreas limítrofes; Efetuar corte de grama, bem como a poda de árvores e arbustos; Capinagem de áreas verdes com a retirada de todo material para depósito de lixo; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Escolaridade de Ensino Fundamental Completo.

12.9 - São deveres do empregado, além de outras obrigações expressas que lhe sejam impostas por lei ou pelo regulamento do quadro de pessoal:

I - Respeitar o regime de horário de trabalho que lhe for estabelecido bem como o registro de entradas e saídas, horas extras e autorização para tal e ainda proceder a anotação do registro do ponto.

II - Acatar com presteza e boa vontade as ordens que lhe forem dadas pelo Presidente, Coordenador Executivo e demais Chefes.

III - Desempenhar suas atribuições com honestidade, atenção e critério, visando sempre o atendimento dos objetivos do Consórcio Público e cooperando para o perfeito andamento dos serviços.

IV - Comportar-se com ordem, disciplina e urbanidade no trato com os colegas de trabalho e com os Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e servidores dos Municípios Consorciados, para que seja mantido o espírito de cordialidade e cooperação indispensável ao

desempenho das tarefas.

V - Apresentar-se ao trabalho adequadamente trajado.

VI - Guardar segredo, quando necessário, sobre fatos que lhe chegam ao conhecimento em virtude do seu constante relacionamento com os representantes dos Municípios Consorciados.

VII - Comunicar ao Chefe imediato quaisquer fatos ou informações que possam interessar ao Consórcio Público e ao serviço.

VIII - Oferecer, quando pedidas ou espontaneamente, quaisquer sugestões que possam representar melhoria dos serviços.

IX - Atender, na forma das disposições legais, a prorrogação do horário de trabalho quando exigir o serviço e a juízo do Coordenador Executivo.

X - Devotar-se, inteiramente, aos encargos que lhe forem delegados, não aceitando atribuições estranhas que possam influir na sua produtividade e que provoquem incompatibilidade de horário, sobrepondo os interesses do Consórcio a quaisquer outros de ordem pessoal.

12.10 - Ao empregado é especialmente proibido:

I - Referir-se de modo depreciativo aos superiores ou a seus atos, bem como aos colegas e representantes dos Municípios.

II - Promover, nas dependências do Consórcio, manifestação de apreço ou desapeço a pessoas ou a entidades, propaganda política ou aliciamento partidário.

III - Receber propinas, comissões ou vantagens indevidas de qualquer espécie, em razão do emprego.

IV - Fornecer informações que possam comprometer o Consórcio ou os Municípios consorciados.

V - Executar, durante o expediente, serviços estranhos ao Consórcio, sendo, também, proibido o uso de material do Consórcio para fins particulares.

VI - Retirar-se do trabalho durante as horas de expediente, sem permissão, ou perturbar os colegas de trabalho com conversas estranhas ao serviço.

VII - Utilizar-se de aparelhos, equipamentos e veículos do Consórcio no interesse particular próprio ou de terceiros.

VIII - Ocupar concomitantemente ao emprego do Consórcio qualquer cargo ou emprego remunerado no serviço público, exceto nos casos de acumulação permitida pela Constituição Federal e mediante comprovada compatibilidade de horários.

IX - Prestar serviços particulares aos Municípios consorciados, diretamente ou através de interposta pessoa, mediante o recebimento de remuneração ou vantagem, ou exercer atividades incompatíveis com as atividades do Consórcio Público.

12.10.1 - Pelo exercício irregular de suas atribuições, o empregado está sujeito às sanções disciplinares e outras de caráter trabalhista, bem como à responsabilização civil e criminal.

12.11 - A reparação de eventual prejuízo causado pelo empregado ao Consórcio Público, direta ou indiretamente, é feita, parceladamente, mediante desconto na folha de pagamento, limitado ao percentual de 30% (trinta por cento) da remuneração mensal, abstraidos os descontos legais.

12.11.1 - Quando necessário, o Consórcio deve promover ação regressiva contra o empregado.

12.11.2 - As multas de trânsito são de responsabilidade do empregado que estiver utilizando o veículo, podendo ser pagas pelo Consórcio e descontadas da remuneração do empregado em até 03 (três) parcelas, mediante requerimento do interessado.

12.12 - Sem prejuízo das sanções disciplinares, o empregado pode ser responsabilizado por:

I - Sonegação de valores, objetos, aparelhos e equipamentos confiados a sua guarda e responsabilidade;

II - Faltas, danos, avarias e quaisquer prejuízos que venham a sofrer os bens e os materiais sob sua guarda ou sujeitos a sua fiscalização, exame ou conferência;

III - Qualquer prejuízo que causar ao patrimônio ou a quaisquer bens e direitos do Consórcio Público, dos Municípios consorciados ou de terceiros, por culpa, dolo, ignorância, indolência, negligência ou omissão.

12.13 - São penalidades disciplinares:

I - advertência.

II - repreensão.

III - suspensão.

IV - demissão.

12.13.1 -

A pena de advertência será aplicada verbalmente pelo Coordenador Executivo, quando o empregado deixar de cumprir os deveres funcionais.

12.13.2 - A pena de repreensão será aplicada pelo Coordenador Executivo quando o empregado for reincidente na falta de cumprimento de seus deveres, devendo ser escrita e anotada em sua ficha funcional e garantido ao empregado o pleno direito de defesa.

12.13.3 - A pena de suspensão ocorre quando houver dolo, ou culpa na falta de cumprimento dos deveres pelo empregado ou por reincidência na falta de cumprimento de seus deveres pela qual já tenha sido repreendido.

12.13.4 - A pena de suspensão, aplicada pelo Presidente ou pelo Coordenador Executivo, deve ser graduada em períodos de 03 (três), 07 (sete) ou 15 (quinze) dias, conforme a gravidade da infração cometida e dos danos acarretados aos serviços do Consórcio Público.

12.13.5 - A demissão deve ser aplicada nos casos definidos como falta grave.

12.13.6 - Na aplicação das penalidades deve ser considerada a vida funcional do empregado, a natureza e gravidade da falta e os danos que dela decorrerem para o Consórcio ou para terceiros.

12.13.7 - As penalidades de advertência e de repreensão terão seus registros cancelados, após o decurso de três e cinco anos de efetivo exercício, respectivamente, se o empregado não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

12.13.8 - Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de salário ou remuneração, ficando

o empregado obrigado a permanecer em serviço.

12.14 - A autoridade ou chefia que tiver ciência de irregularidade praticada por qualquer empregado do Consórcio é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

12.14.1 - As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.

12.14.2 - Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada por falta de objeto.

12.15 - Da sindicância poderá resultar:

I - arquivamento do processo.

II - aplicação de penalidade de advertência ou suspensão.

III - instauração de processo disciplinar.

12.15.1 - O prazo para conclusão da sindicância não excederá 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade competente.

12.15.2 - Sempre que o ilícito praticado pelo empregado ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 07 (sete) dias, de demissão do emprego efetivo ou destituição do emprego em comissão, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

12.16 - Como medida cautelar e a fim de que o empregado não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do emprego, pelo prazo de até 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração.

12.16.1 - O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

12.17 - O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidades de empregado por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do emprego em que se encontre investido.

12.17.1 - O processo disciplinar será conduzido por comissão processante especial composta de três empregados, designados pela autoridade competente que indicará, dentre eles, o seu presidente.

12.17.2 - A comissão terá como secretário, empregado designado pelo seu presidente, podendo a designação recair em um dos seus membros.

12.17.3 - Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

12.17.4 - A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse do Consórcio.

12.17.5 - O prazo para conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

12.17.6 - Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto, até a entrega do relatório final.

12.17.7 - Será assegurado transporte aos membros da comissão e ao secretário, quando obrigados a se deslocarem da sede dos trabalhos para a realização de missão essencial ao esclarecimento dos fatos.

12.17.8 - As reuniões e as audiências das comissões terão caráter reservado, e serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

12.18 - O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão.

II - inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa e relatório.

III - julgamento.

12.19 - O inquérito administrativo obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado a ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

12.19.1 - Os autos da sindicância integrarão o processo disciplinar como peça informativa da instrução.

12.19.2 - Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.

12.19.3 - Na fase do inquérito, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

12.19.4 - É assegurado ao empregado o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

12.19.5 - O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

12.19.6 - Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato depender de conhecimento especial de perito.

12.19.7 - As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do interessado, ser anexado aos autos.

12.19.8 - Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcados para inquirição.

12.19.9 - O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

12.19.10 - As testemunhas serão inquiridas separadamente.

12.19.11 - Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á à acareação entre os depoentes.

12.19.12 - Concluída a inquirição das testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do acusado.

12.19.13 - No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, e sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, será promovida a acareação entre eles.

12.19.14 - O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-se-lhe, porém, reinquiri-las, por intermédio do presidente da comissão.

12.19.15 - Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo menos 01 (um) médico psiquiatra.

12.19.16 - O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal, após a expedição de laudo pericial.

12.20 - Tipificada a infração disciplinar, será formulada a indicição do empregado, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.

12.20.1 - O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-se-lhe vista do processo na secretaria do Consórcio.

12.20.2 - Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de 20 (vinte dias).

12.20.3 - No caso de recusa do indiciado em exarar o ciente na cópia do mandado, a recusa não lhe aproveitará, e o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da comissão que procedeu ao ato de citação.

12.20.4 - O indiciado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

12.20.5 - Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado em jornal de grande circulação na localidade do último domicílio conhecido, para apresentar defesa.

12.20.6 - Na hipótese do item anterior, o prazo para defesa será de dez dias, contados do dia útil seguinte a publicação do edital.

12.20.7 - Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

12.20.8 - A revelia será declarada, por termo, nos autos do processo.

12.21 - Apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

12.21.1 - O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do empregado.

12.21.2 - Reconhecida a responsabilidade do empregado, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

12.21.3 - O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento.

12.22 - No prazo de 20 (vinte) dias contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

12.22.1 - Se a penalidade a ser aplicada exceder a alçada da autoridade instauradora do processo, este será encaminhado à autoridade competente, que decidirá em igual prazo.

12.22.2 - Havendo mais de um indiciado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição da pena mais grave.

12.22.3 - Reconhecida pela comissão a inocência do empregado, a autoridade instauradora do processo determinará o seu arquivamento, salvo se flagrantemente contrária à prova dos autos.

12.22.4 - Quando a infração estiver capitulada como crime, o processo disciplinar será remetido ao Ministério Público para instauração da ação penal, ficando transladado na repartição.

12.23 - O julgamento acatará o relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos.

12.23.1 - Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la, ou isentar o empregado de responsabilidade.

12.23.2 - Verificada a ocorrência de vício insanável, a autoridade que determinou a instauração do processo ou outra de hierarquia superior declarará a sua nulidade, total ou parcial, e ordenará, no mesmo ato, o saneamento do processo, com o refazimento dos atos anulados, suprimindo as irregularidades.

12.23.3 - O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo.

12.23.4 - A autoridade julgadora que der causa à prescrição, será responsabilizada na forma deste regulamento.

12.23.5 - Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do empregado.

12.24 - O empregado que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

12.25 - O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

12.25.1 - Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do empregado, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

12.25.2 - No caso de incapacidade mental do empregado, a revisão será requerida pelo respectivo curador.

12.25.3 - No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

12.25.4 - A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos, ainda não apreciados no processo originário.

12.25.5 - O requerimento de revisão do processo será dirigido ao Presidente do Consórcio que, se autorizar a revisão, encaminhará o pedido a autoridade competente para providenciar a constituição

de nova comissão processante, na forma deste regulamento.

12.25.6 - A revisão correrá em apenso ao processo originário.

12.25.7 - Na petição inicial, o requerente pedirá dia e hora para a produção de provas e inquirição das testemunhas que arrolar.

12.25.8 - A comissão revisora terá 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos.

12.25.9 - Aplicam-se aos trabalhos da comissão revisora, no que couber, as normas e procedimentos próprios da comissão do processo disciplinar.

12.26 - O julgamento caberá à autoridade que aplicou a penalidade.

12.26.1 - O prazo para julgamento será de 20 (vinte) dias contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.

12.26.2 - Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do empregado, exceto em relação à destituição do emprego em comissão, que será convertida em exoneração.

12.26.3 - Da revisão do processo não poderá resultar agravamento de penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

13.1 - Sob pena de nulidade do contrato e responsabilidade de quem lhe deu causa, todas as contratações do Consórcio Público observarão ao disposto na legislação de licitações e contratos administrativos.

13.1.1 - O Consórcio Público poderá realizar licitação cujo edital preveja contratos a serem celebrados pela Administração direta ou indireta dos Entes da Federação consorciados, nos termos do § 1º do art. 112 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993.

13.1.2 - O Consórcio Público poderá manter sistema de registro de preços, observado o disposto no item anterior.

13.2 - Todas as licitações terão publicidade nos casos e formas previstos na legislação federal respectiva.

13.3 - Acaso o Consórcio Público não possua empregados públicos permanentes para integrarem a Comissão de Licitações, esta poderá funcionar com a designação de servidores efetivos de qualquer um dos Entes consorciados.

13.4 - Todos os contratos serão publicados conforme dispuser a legislação federal respectiva.

13.5 - Qualquer cidadão, independentemente de demonstração de interesse, tem o direito de ter acesso aos documentos sobre a execução e pagamento de contratos celebrados pelo Consórcio.

13.6 - O Conselho Fiscal poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos e, por maioria de dois terços de seus membros, poderá determinar que a execução do contrato seja suspensa, até que os esclarecimentos sejam considerados satisfatórios.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PATRIMÔNIO

14.1 - O patrimônio do Consórcio será constituído:

I - pelos bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título;

II - pelos bens e direitos que lhe forem transferidas por entidades públicas ou privadas.

14.2 - A Alienação dos Bens Imóveis que integram o patrimônio do Consórcio será submetida à apreciação da Assembléia Geral, que a aprovará pelo voto de 2/3 (dois terços) dos prefeitos dos municípios consorciados presentes na Assembléia Geral convocada para este fim.

14.2.1 - A Alienação de Bens Móveis dependerão unicamente de aprovação do Coordenador Executivo, quando inservíveis para os fins do Consórcio público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

15.1 - A execução das receitas e das despesas do Consórcio obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

15.2 - Constituem recursos financeiros do Consórcio:

I - as contribuições mensais dos municípios consorciados aprovadas pela Assembléia Geral, expressas em "Contrato de Rateio", de acordo com a Lei;

II - a remuneração de outros serviços prestados pelo Consórcio aos consorciados ou para terceiros;

III - os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;

IV - os saldos do exercício, quando vinculados a investimentos previstos no Plano Plurianual de Trabalho;

V - as doações e legados;

VI - o produto de alienação de seus bens livres;

VII - o produto de operações de crédito;

VIII - as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira;

IX - os créditos e ações;

X - as transferências voluntárias decorrentes de convênios, ajustes, termos de cooperação ou programas.

15.2.1 - O produto da arrecadação do imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelo Consórcio Público, será repassado aos Entes consorciados na proporção de sua participação para manutenção do CIAPS, podendo haver compensação contábil com as obrigações estabelecidas no contrato de rateio.

15.3 - Os Entes consorciados somente entregarão recursos ao Consórcio:

I - para o cumprimento dos objetivos estabelecidos neste Contrato, devidamente especificados;

II - quando tenham contratado o Consórcio para a prestação de serviços na forma deste Contrato;

III - na forma do respectivo contrato de rateio.

15.3.1 - Os Entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do Consórcio.

15.4 - O Consórcio estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os Entes da Federação consorciados vierem a celebrar com o Consórcio.

15.5 - No que se refere à gestão associada, a contabilidade do Consórcio deverá permitir que se reconheça a gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares.

15.5.1 - Anualmente deverá ser apresentado demonstrativo que indique:

I - o investido e arrecadado em cada serviço, inclusive os valores de eventuais subsídios cruzados;

II - a situação patrimonial, especialmente quais bens que cada Município adquiriu isoladamente ou em condomínio para a prestação dos serviços de sua titularidade e a parcela de valor destes bens que foi amortizada pelas receitas emergentes da prestação de serviços.

15.5.2 - Todas as demonstrações financeiras serão publicadas no sítio que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores - internet.

15.6 - Com o objetivo de receber transferência de recursos ou realizar atividades e serviços de interesse público, o Consórcio fica autorizado a celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

15.7 - Fica o Consórcio autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por Entes consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos, executar obras ou programas e/ou prestar serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA REPRESENTAÇÃO DOS ENTES CONSORCIADOS

16.1 - Em assuntos de interesse comum dos Municípios ou de maior repercussão para as atividades do Consórcio Público, a Diretoria fica autorizada a representar os Entes da Federação consorciados perante outras esferas de governo, inclusive com o objetivo de celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras, receber transferências e/ou aplicar recursos, efetuar Prestação de Contas, e defender as causas municipalistas e/ou regionais.

16.2 - A Diretoria deverá relatar em Assembleia Geral todas as ações e providências adotadas com base na autorização de que trata o item anterior, evitando interferência injustificada ou prejudicial aos interesses de Municípios consorciados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA SAÍDA DO CONSÓRCIO

17.1 - A retirada de membro do Consórcio dependerá de ato formal de seu representante na Assembleia Geral, e somente se concretizará após a apresentação de lei local específica que autorize ou ratifique o ato de saída.

17.2 - A saída não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o Consórcio.

17.2.1 - Os bens destinados ao Consórcio pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:

I - decisão de 2/3 (dois terços) dos Entes federativos consorciados do Consórcio, manifestada em Assembleia Geral;

II - expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação;

II - reserva da lei de ratificação que tenha sido regularmente aprovada pelos demais subscritores do Contrato de Consórcio Público ou pela Assembleia Geral do Consórcio.

17.2.2 - A saída do Ente Federado detentor de condição essencial ou em cujo território o Consórcio Público tenha instalações e/ou serviços implantados não poderá impedir ou inviabilizar a continuidade de atuação do CIAPS, nem prejudicar os demais Municípios consorciados.

17.3 - São hipóteses de exclusão de Ente consorciado, observada, necessariamente, a legislação respectiva:

I - a não inclusão, pelo Ente consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio ou deliberação da Assembleia Geral;

II - a subscrição de protocolo de intenções para constituição de outro consórcio com finalidades iguais ou, a juízo da maioria da Assembleia Geral, assemelhadas ou incompatíveis;

III - a existência de motivos graves, reconhecidos, em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim.

17.3.1 - A exclusão prevista no inciso I do item 17.3 somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o Ente consorciado poderá se reabilitar.

17.3.2 - Os estatutos poderão prever outras hipóteses de exclusão.

17.4 - Os estatutos estabelecerão o procedimento administrativo para a aplicação da pena de exclusão, respeitado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

17.4.1 - A aplicação da pena de exclusão dar-se-á por meio de decisão da Assembleia Geral, exigido o mínimo de metade mais um dos votos.

17.4.2 - Nos casos omissos, e subsidiariamente, será aplicado o procedimento previsto na legislação própria.

17.4.3 - Da decisão que decretar a exclusão caberá recurso de reconsideração dirigido à Assembleia Geral, o qual não terá efeito suspensivo, e será interposto no prazo de 10 (dez) dias contados da ciência da decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

18.1 - Os Municípios consorciados autorizam a gestão associada dos serviços públicos de saúde na forma deste protocolo de intenções, os quais serão prestados conforme o contrato de programa.

18.2 - Para a consecução da gestão associada, os Municípios consorciados podem transferir ao Consórcio o exercício das competências de planejamento, de gestão e/ou de execução dos serviços públicos.

18.2.1 - As competências cujo exercício poderá se transferir, incluem, dentre outras atividades:

I - a elaboração, a avaliação, a auditoria e o monitoramento de planos de trabalho, bem como de programas e seus respectivos orçamentos e especificações;

II - a elaboração de planos de investimentos para a expansão, a manutenção e a modernização dos sistemas e serviços em saúde;

III - a elaboração de planos de redução dos custos dos serviços em saúde;

IV - o acompanhamento e a avaliação das condições de prestação dos serviços em saúde;

V - o apoio à prestação dos serviços em saúde, destacando-se:
a) a aquisição, a guarda e a distribuição de materiais e medicamentos para a manutenção, a reposição, a expansão e a operação dos sistemas;
b) a manutenção de média e alta complexidade;
c) o controle de qualidade e monitoramento;
d) demais serviços de cunho administrativo e financeiro que se fizerem necessários.

18.3 - Fica o Consórcio autorizado a receber a transferência do exercício de outras competências referentes ao planejamento, a gestão e a execução de serviços públicos.

18.4 - O Consórcio Público poderá conceder, permitir ou autorizar a particular a prestação dos serviços públicos objeto da gestão associada, seja em nome próprio, seja em nome de Entes consorciados, ficando também permitido estabelecer termo de parceria ou contrato de gestão que tenha por objeto quaisquer dos serviços sob regime de gestão associada.

18.5 - Os estatutos preverão normas complementares para o procedimento administrativo do Consórcio que tenha por objeto a elaboração de planos ou regulamentos de serviços públicos, bem como a atividade de fiscalização e exercício do poder disciplinar, hierárquico e de polícia.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO CONTRATO DE PROGRAMA

19.1 - Ao Consórcio somente é permitido firmar contrato de programa para prestar serviços públicos por meios próprios ou sob sua gestão administrativa ou contratual, sendo-lhe vedado subrogar ou transferir direitos ou obrigações.

19.1.1 - O Consórcio também poderá celebrar contrato de programa com as Autarquias, Fundações e demais órgãos da administração indireta dos Entes consorciados.

19.1.2 - O disposto no item 19.1 desta cláusula não prejudica que, nos contratos de programa celebrados pelo Consórcio, se estabeleça a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos.

19.2 - São cláusulas necessárias do contrato de programa celebrado pelo Consórcio Público, observando-se necessariamente a legislação correspondente, as que estabeleçam:

I - o objeto, a área e o prazo da gestão associada de serviços públicos, inclusive a operada com transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços;

II - o modo, forma e condições de prestação dos serviços;

III - os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade dos serviços;

IV - procedimentos que garantam transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares, especialmente no que se refere aos subsídios cruzados;

V - os direitos, garantias e obrigações do titular e do Consórcio, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão dos serviços e conseqüente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e instalações;

VI - os direitos e deveres dos usuários para obtenção e utilização dos serviços;

VII - a forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e das práticas de execução dos serviços, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-las;

VIII - as penalidades e sua forma de aplicação;

IX - os casos de extinção;

X - os bens reversíveis;

XI - os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas ao Consórcio relativas aos investimentos que não foram amortizados por receitas emergentes da prestação dos serviços;

XII - a obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas do Consórcio ao titular dos serviços;

XIII - a periodicidade em que o Consórcio deverá publicar demonstrações financeiras sobre a execução do contrato;

XIV - o foro e o modo amigável de solução das controvérsias contratuais.

19.2.1 - No caso de a prestação de serviços ser operada por transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, também são necessárias as cláusulas que estabeleçam:

I - os encargos transferidos e a responsabilidade subsidiária da entidade que os transferiu;

II - as penalidades no caso de inadimplência em relação aos encargos transferidos;

III - o momento de transferência dos serviços e os deveres relativos à sua continuidade;

IV - a indicação de quem arcará com o ônus e os passivos do pessoal transferido;

V - a identificação dos bens que terão apenas a sua gestão e administração transferidas e o preço dos que sejam efetivamente alienados ao contratado;

VI - o procedimento para o levantamento, cadastro e avaliação dos bens reversíveis que vierem a ser amortizados mediante receitas emergentes da prestação dos serviços.

19.2.2 - Os bens vinculados aos serviços públicos serão de propriedade do Município contratante, sendo onerados por direitos de exploração que serão exercidos pelo Consórcio pelo período em que vigor o contrato de programa.

19.2.3 - Nas operações de crédito contratadas pelo Consórcio para investimentos nos serviços públicos deverá se indicar o quanto corresponde aos serviços de cada titular, para fins de contabilização e controle.

19.2.4 - Receitas futuras da prestação de serviços poderão ser entregues como pagamento ou como garantia de operações de crédito ou financeiras para a execução dos investimentos previstos no contrato.

19.2.5 - A extinção do contrato de programa dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente das referentes à economicidade e viabilidade da prestação dos serviços pelo Consórcio, por razões de economia de escala ou de escopo.

19.2.6 - O contrato de programa continuará vigente nos casos de:

I - o titular se retirar do Consórcio ou da gestão associada;

II - extinção do consórcio.

19.2.7 - Os contratos de programa serão celebrados mediante dispensa de licitação, incumbindo ao Município contratante obedecer fielmente às condições e procedimento previstos na legislação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

20.1 - A extinção de contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, autorizado ou ratificado mediante lei por todos os Entes consorciados.

20.1.1 - Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços, sendo que os demais bens, mediante deliberação da Assembleia Geral, serão alienados, se possível, e seus produtos rateados em cotas partes iguais aos consorciados.

20.1.2 - Até que haja decisão que indique os responsáveis para cada obrigação, os Entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos Entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

20.1.3 - Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem.

20.2 - A alteração do contrato de consórcio público observará o procedimento estabelecido neste Protocolo de Intenções, no estatuto e na legislação aplicável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 - O Consórcio será regido pelo disposto na Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, por seu regulamento, por este Protocolo de Intenções e pelas leis de ratificações, as quais se aplicam somente aos Entes federativos que as emanaram.

21.1.1 - Fica instituído o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos do CIAPS, observando-se que:

I - O Diário Oficial dos Municípios substitui a publicação impressa e será veiculado gratuitamente no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br;

II - A publicação atenderá os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-estrutura de

Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil;

III - Os prazos, para todos os efeitos, serão contados a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios.

IV - Serão publicados no Diário Oficial dos Municípios todos os atos administrativos editados a partir da adaptação do Consórcio aos ditames da Lei nº 11.197/05;

V - A Diretoria observará a necessidade de publicação também por outros meios, quando necessário para atendimento de disposição específica de lei.

21.2 - A interpretação do disposto neste Protocolo de Intenções deverá ser compatível com o exposto em seu Preâmbulo e, bem como, com os seguintes princípios:

I - respeito à autonomia dos Entes federativos consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do consórcio depende apenas da vontade de cada Ente federativo, sendo vedado que se lhe ofereça incentivos para o ingresso;

II - solidariedade, em razão da qual os Entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do consórcio;

III - eletividade de todos os órgãos dirigentes do consórcio;

IV - transparência, pelo que não se poderá negar que o Poder Executivo ou Legislativo de Ente federativo consorciado tenha o acesso a qualquer reunião ou documento do consórcio;

V - eficiência, o que exigirá que todas as decisões do consórcio tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade.

21.3 - O exercício fiscal coincidirá com o ano civil para efeitos de atendimento às normas de contabilização do Consórcio.

21.3.1 - O Consórcio Público adotará a contabilidade pública, bem como executará a Prestação de Contas legalmente exigível.

21.4 - O protocolo de intenções deverá ser publicado na imprensa oficial.

21.4.1 - A publicação do protocolo de intenções poderá dar-se de forma resumida, desde que a publicação indique o local e o sítio da rede mundial de computadores - internet, em que se poderá obter seu texto integral.

21.5 - A Diretoria, mediante aplicação de índices oficiais, poderá corrigir monetariamente os valores previstos neste Protocolo de Intenções.

21.6 - Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral, observando-se os princípios da legislação aplicável aos consórcios públicos e a Administração Pública em geral.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

22.1 - Para dirimir eventuais controvérsias deste Protocolo de Intenções e do Contrato de Consórcio Público que originar, fica eleito o foro da Comarca de Ascurra, Estado de Santa Catarina, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Ascurra, aos 09 de julho de 2014.

Nicanor Morro	Moacir Polidoro
Município de Apiúna	Município de Ascurra

Paulo Roberto Weiss	Luiz Cláudio Kades	
Município de Rodeio	OAB/SC 17.692	
	Assessor Jurídico da AMMVI	

ANEXO 1 - dos empregos públicoS DE CONFIANÇA

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
1	Coordenador Executivo	40 hs	R\$ 4.000,00

ANEXO 2 - dos empregos públicos PERMANENTES

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
01	Médico	10 horas	R\$ 4.000,00
01	Enfermeiro	40 horas	R\$ 3.017,71
01	Assistente Social	30 horas	R\$ 2.753,81
01	Psicólogo	40 horas	R\$ 2.753,81
01	Técnico em Enfermagem	40 horas	R\$ 1.406,20
01	Auxiliar Administrativo	40 horas	R\$ 1.523,38
01	Motorista	40 horas	R\$ 1.113,00
01	Auxiliar de Serviços Gerais	40 horas	R\$ 820,29

Decreto Nº 2623, de 01 de Setembro de 2014

DECRETO Nº 2623, de 01 de setembro de 2014.

Regulamenta a realização dos processos administrativos, autos de infração e imposição de penalidades previstas na Lei n. 1366, de 27/05/2014, assim como estipula a forma de fiscalização do disposto na mesma Lei e dá outras providências.

MOACIR POLIDORO, Prefeito de Ascurra/SC, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos I, II e III, c/c art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 18 de dezembro de 2002, e com fundamento no art. 03 da Lei nº 1053, de 23 de março de 2007:

DECRETA:

Art. 1º - Os atos administrativos necessários a execução do disposto na Lei 1366/2014 serão regulamentados pelo disposto no presente Decreto, assim como, no que couber, pelo disposto no Código de Posturas deste Município de Ascurra/SC, Lei Complementar nº 088/2008.

DAS DENÚNCIAS

Art. 2º - As denúncias acerca de infrações ao disposto na Lei nº 1366/2014 deverão ser encaminhadas ao Órgão da Procuradoria deste Município de Ascurra/SC.

Parágrafo único - As denúncias ora mencionadas deverão ser realizadas por escrito, contendo o nome do denunciante, o agente infrator, a data da infração, a data da apresentação da denúncia e o relato desta.

DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

Art. 3º - Apresentada a denúncia de infração, a Procuradoria deste Município deverá instaurar o competente processo administrativo de averiguação.

§ 1º - Instaurado o competente procedimento, a Procuradoria encaminhará ao Setor de Posturas deste município cópia deste, para fins de fiscalização.

§ 2º - Caberá ao Fiscal de Posturas deste Município, após o recebimento de cópia do processo administrativo, a fiscalização in loco da denúncia recebida, bem como a realização do Auto de Infração competente, quando for o caso.

§ 3º - Caberá a Procuradoria deste Município a formação de comissão, com no mínimo três servidores, para análise e julgamento dos processos administrativos originados na Lei nº 1366/2014.

DO AUTO DE INFRAÇÃO

Art. 4º - Auto de infração é o instrumento no qual é lavrada a descrição da infração aos dispositivos da Lei nº 1366/2014, pela pessoa física ou jurídica, e deverá ser lavrado com precisão e clareza, sem rasuras.

Art. 5º. Do Auto de Infração deverá constar:

I - dia, mês e ano, hora e local de sua lavratura;

II - o nome do infrator ou denominação que o identifique e, se houver, das testemunhas;

III - o fato que constitui a infração e as circunstâncias pertinentes, bem como, o dispositivo legal violado e, quando for o caso, referências da Notificação;

IV - o valor da multa a ser paga pelo infrator;

V - o prazo de que dispõe o infrator para efetuar o pagamento da multa ou apresentar sua defesa e suas provas;

VI - nome e assinatura do agente fiscal que lavrou o Auto de Infração.

§ 1º. As omissões ou incorreções do Auto de Infração não acarretarão sua nulidade quando do processo constar elementos suficientes para a determinação do infrator e da infração.

§ 2º. A assinatura do infrator não constitui formalidade essencial à validade do Auto de Infração, sua aposição não implicará em confissão e nem tampouco sua recusa agravará a pena.

§ 3º. Se o infrator, ou quem o represente, não puder ou não quiser assinar o Auto de Infração far-se-á menção de tal circunstância, devendo este ato ser testemunhado por duas pessoas.

DA DEFESA

Art. 6º. O infrator terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentar sua defesa contra a ação do agente fiscal, contados a partir da data do recebimento comprovado do Auto de Infração.

Art. 7º. A defesa far-se-á por requerimento dirigido ao titular do órgão municipal responsável pelo cumprimento da Lei nº 1366/2014, facultado instruir sua defesa com documentos que deverão ser anexados ao processo.

Art. 8º. Pelo prazo em que a defesa estiver aguardando julgamento serão suspensos todos os prazos de aplicação das penalidades ou cobranças de multas, exceto as penalidades sobre precatórios e que haja cessado qualquer agravante do fato gerador.

Art. 9º - A decisão deverá ser dada no prazo de 15 (quinze) dias, fundamentada por escrito, concluindo pela procedência ou não do Auto de Infração.

Art. 10 - O autuado será notificado da decisão:

I - pessoalmente, mediante entrega de cópia da decisão proferida e contra recibo;

II - por carta, acompanhada de cópia da decisão e com Aviso de Recebimento;

III - por edital publicado em jornal local, se desconhecido o

domicílio do infrator ou este recusar-se a recebê-la.

Art. 11 - Na ausência do oferecimento da defesa no prazo legal, ou de ser ela julgada improcedente, será validada a multa já imposta, que deverá ser recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, além das demais penalidades previstas e prazos para cumpri-las.

Parágrafo único. O prazo para cumprimento das penalidades impostas neste artigo será contado a partir da notificação do infrator da decisão.

DOS RECURSOS

Art. 12 - Da decisão da autoridade julgadora, poderá aquele que se julga prejudicado, interpor recurso ao Prefeito Municipal, em um prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados a partir do comprovado recebimento da notificação referida no artigo 10 deste Decreto.

Art. 13 - As decisões definitivas serão cumpridas no prazo de 15 (quinze) dias pelo responsável.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14 - As situações para as quais for omissa o presente Decreto Regulamentar, mas que tratarão do disposto na Lei nº 1366/2014 deverão observar as normas expostas na Lei Complementar nº 088/2008.

Art. 15 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 01 de setembro de 2014.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar.
Município de Ascurra em, 01 de setembro de 2014.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

Balneário Rincão

PREFEITURA

Aviso de Revogação 061/Pmbr/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCÃO
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO EDITAL CHAMADA PUBLICA Nº. 061/PMBR/2014

O Município de Balneário Rincão torna público aos licitantes e interessados, que revogou com fulcro no artigo 49 da Lei 8666/93, o EDITAL DE CHAMADA PUBLICA Nº. 061/PMBR/2014, que tem como objeto a contratação de serviços para corte de árvores exóticas (casuarina equisetifolia) localizados na Av. Leoberto leal e repaisagem do canteiro central, no município de Balneário Rincão - SC., em conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores, conforme Ata de Revogação, anexo ao Processo Licitatório.

Balneário Rincão/SC., 11 de Setembro de 2014.
DECIO GOMES GOES
PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCÃO

Benedito Novo

PREFEITURA

Edital de Convocação - CMDCA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

Edital de Convocação do Fórum de Eleição dos Representantes das Entidades Não Governamentais para compor o CMDCA - Biênio 2014/2016.

O Conselho Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente de Benedito Novo-SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Constituição Federal de 1988, Lei nº 8.069/90, Lei Federal nº 8.242/91, Lei Municipal 812/93 e Resolução do Conanda nº 105/2005, através de sua Presidente Sra. Sueli Becker Roeder, CONVOCAR as Entidades Não Governamentais para o Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente, onde serão eleitos os representantes da sociedade civil para compor o CMDCA - Biênio 2014/2016. A eleição será realizado no dia 21 de outubro de 2014, às 9 (nove) horas, na sede da Câmara de Vereadores, Rua Rodolfo Klitzke, nº 54 - Centro - Benedito Novo, para o preenchimento das 10 (dez) vagas. O Credenciamento será realizado no dia e local do Fórum, das 08:00 às 09:00 Horas, com a apresentação dos documentos solicitados conforme o edital. O Edital completo encontra-se publicado site www.beneditonovo.sc.gov.br e no "Quadro Mural" na sede da Prefeitura.

Benedito Novo, 15 de setembro de 2014.
Sueli Becker Roeder
Presidente

Biguaçu

PREFEITURA

Termo de Rescisão Amigável do Contrato Nº 10.172/2013 - Processo de Licitação: Pregão Presencial Nº 94/2013

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO Nº 10.172/2013
PROCESSO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 94/2013

CONTRATO RESCINDIDO: Nº. 10.172/20113 - PP Nº 94/2013 - FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BIGUAÇU/SC.

CONTRATADO: SETSERV - PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA RESPONSÁVEL PELO POSTO DE ATENDENTE NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA 24 HORAS.

PROCESSO Pregão Presencial 94/2013 - Contrato nº 10.172/20113

O Município de Biguaçu, pessoa jurídica Direito Público Interno, inscrita no CGC/MF, sob o número 82.892.308/0001-53, através de seu FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ sob o nº. 08.999.257/0001-00, estabelecida na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, 114 - Praia João Rosa - Biguaçu - CEP: 88160-000, aqui representado pelo Senhor Secretário de Saúde LEANDRO ADRIANO DE BARROS, por delegação e competência (Decreto 149/2012 combinado com a Portaria nº 2874/2010 de 25 de outubro de 2010), assim estabelece:

CONSIDERANDO que em 22/05/2014 foi realizada a contratação de uma Organização Social de Saúde para gerenciar as Unidades Básicas de Saúde, conforme se depreende da Chamada Pública nº 35/2014;

CONSIDERANDO que a Organização Social de Saúde vencedora do certame ficará responsável também pela contratação de atendentes na Unidade de Pronto Atendimento 24 horas;

Esta Administração Pública RESOLVE RESCINDIR AMIGAVELMENTE o Contrato 10.172/2013, firmado com a empresa SETSERV - PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA. - EPP, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CGC/MF sob o número 18.868.861/0001-51, com sede na BR 101, Km 198, s/nº, pista lateral, Serraria - São José/SC, CEP: 88.115-710, neste ato representado pela Senhora Marly Cardoso de Barros Gomes da Silva, portadora da carteira de identidade nº 5.980.746 SSP-SC, e CPF nº 883.886.039-49, nos termos do art. 79, II e § 1º da Lei Federal 8.666/93.

Biguaçu, 13 de agosto de 2014.
Leandro Adriano de Barros
Secretário de Saúde Setserv

Marly Cardoso de Barros Gomes da Silva
Prestadora de Serviços Ltda. - EPP

Decreto Nº 131/2014

DECRETO Nº 131/2014 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

REGULAMENTA O ART. 5º, §2º, DA LEI COMPLEMENTAR 67/2013, QUE DISPÕES SOBRE O PROGRAMA DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU - PROBIGUÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu em exercício, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com art. 98, VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu, DECRETA:

Considerando a necessidade de atribuir e atender os preceitos da Lei Complementar nº 67/2013, que criou o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico do Município de Biguaçu - PROBIGUÁ;

Considerando a necessidade de dispensar tratamento diferenciado como forma de atrair empreendimentos ao município de Biguaçu, conforme previsto na Lei Complementar nº 67/2013, que permite maior agilidade e objetividade ao registro de formalização e legalização desses empreendimentos, bem como a unificação de procedimentos e processos de registros das micro e pequenas empresas;

Considerando a carência de incentivo ao desenvolvimento empresarial no Município de Biguaçu, se faz necessário a implementação de dispositivos legais que visam fomentar o desenvolvimento econômico e consequentemente social do município;

Considerando o exposto no art. 5º, §2º, da Lei Complementar nº 67/2013, que determina a necessidade de disposição em norma regulamentadora que preveja a documentação necessária para o recebimento, conhecimento do pedido, concessão e manutenção dos incentivos fiscais,

DECRETA:

Art. 1º. Fica definido o procedimento para protocolização e apreciação do pedido de concessão ou manutenção de benefícios fiscais previstos na Lei Complementar 67/2013, e estabelece a documentação necessária para conhecimento do pedido, conforme determina o art. 5º, §2º, da Lei Complementar nº 67/2013, que institui o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico do Município de Biguaçu.

Art. 2º. O pedido de quaisquer benefícios previstos na Lei Complementar nº 67/2013, deverá ser dirigido à Comissão de Análise de Benefícios Fiscais, mediante protocolo realizado no Pró-Cidadão e deverá ser instruído preliminarmente com os seguintes documentos:

- I- requerimento escrito, legível e em que conste as razões de fato e de direito que justifiquem o pedido;
- II- demonstração dos benefícios advindos ao Município e/ ou seus municípios com a implantação da empresa beneficiária no território de Biguaçu;
- III- ato Constitutivo completo da Pessoa Jurídica beneficiária;
- IV- documento comprobatório dos poderes de representação da pessoa que firmar o requerimento;
- V- projeto e Estudo de Viabilidade Econômico/Financeiro do empreendimento;
- VI- Certidão negativa de débitos com a Fazenda Municipal;
- VII- declaração do titular da Empresa beneficiária manifestando o pleno conhecimento do conteúdo da presente Lei, aceitando-a em todos os seus termos;
- VIII- Quaisquer outros documentos que se fizerem necessário no decorrer da análise do requerimento.

§ 1º - Do projeto aludido no inciso V deverá constar:

- I- o objetivo do empreendimento que busca a instalação neste Município;
- II- o estudo de viabilidade que deverá conter o tamanho do empreendimento, ou seja, a estrutura-física e demais características;
- III- o estudo de mercado, de custos e das receitas previstas;
- IV- cronograma físico e financeiro de implantação;
- V- cópia do último balanço da Empresa a ser beneficiada e da última DIEF em caso de Empresa já existente;
- VI- o número de vagas diretas de empregos disponíveis ou a serem disponibilizadas pelo empreendimento.

Art. 3º. Após a protocolização, o processo será encaminhado para parecer prévio da Fiscalização de Tributos, Sanitária, Ambiental, Obras e Posturas, e em seguida será remetido à Comissão de Análise de Benefício Fiscal para apreciação:

§1º - O parecer prévio deverá versar sobre a regularidade do projeto de instalação ou ampliação do empreendimento em face da respectiva legislação municipal e deverá ser emitido em prazo não superior á 3 (três) dias úteis a contar da data de recebimento.

Art.4º. A Comissão de Análise de Benefícios Fiscais apreciará o seguintes requisitos para concessão do benefício:

- I- o numero de novos empregos diretos;
- II- pareceres técnicos prévios emitidos pelas fiscalizações de tributos, obras, ambiental e sanitária;
- III- previsão de arrecadação de tributos;
- IV- utilização de matéria-prima produzida no local ou região, ou insumos fornecidos por empresas locais;
- V- impacto causado ao meio ambiente;
- VI- Outros aspectos relevantes.

§ 1º - considerar-se-ão prioritariamente os projetos protocolados por ordem cronológica de entrada.

Art. 5º. Os membros da Comissão de Análise de Benefício Fiscal serão nomeados por decreto do Prefeito Municipal, de acordo com o art. 7º da Lei Complementar nº 67/2013.

Art. 6º. O funcionamento da Comissão de Análise de Benefício Fiscal será definido por regulamento específico, que entende-se por decreto municipal, conforme determina o parágrafo 2º do art. 7 da Lei 67/2013.

Art. 7º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu/SC, 10 de setembro de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

Portaria Nº 2151/2014

PORTARIA nº 2151 de 12 de setembro de 2014

Nomeia Adriana Schein, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Pesca, na Secretaria Municipal de Pesca e Maricultura, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Adriana Schein, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Pesca, nível CC-4, na Secretaria Municipal de Pesca e Maricultura, a contar de 15/09/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 15/09/2014.

Biguaçu, 12 de setembro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2150/2014

PORTARIA nº 2150 de 12 de setembro de 2014

Nomeia Fernanda Hoffmann Loeff, para exercer o cargo em comissão de Diretor do Procon, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Fernanda Hoffmann Loeff, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Diretor do Procon, nível CC-2, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a contar de 15/09/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 15/09/2014.

Biguaçu, 12 de setembro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2149/2014

PORTARIA nº 2149 de 12 de setembro de 2014

Exonera o(a) Servidor(a) Ivo João Siqueira Neto, ocupante do cargo comissionado de Diretor do Procon, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Ivo João Siqueira Neto, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Diretor do Procon, nível CC-2, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 11/09/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/09/2014.

Biguaçu, 12 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2148/2014

PORTARIA nº 2148 de 12 de setembro de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Neiva Aparecida Correia, ocupante do cargo temporário de Professor II, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Neiva Aparecida Correia, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/09/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/09/2014.

Biguaçu, 12 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2147/2014

PORTARIA nº 2147 de 12 de setembro de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Alessandra Comicholli de Quadros, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Sala, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Alessandra Comicholli de Quadros, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Sala, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/09/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/09/2014.

Biguaçu, 12 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2146/2014

PORTARIA Nº 2146/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SOLANGE SALETE DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo temporário de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8023/2014 em anexo no período de 02/09/2014 a 05/09/2014.

Biguaçu, 12 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2145/2014

PORTARIA Nº 2145/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SIRLEI DE SIQUEIRA, ocupante do Cargo temporário de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7974/2014 em anexo no período de 09/09/2014 a 11/09/2014.

Biguaçu, 12 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2144/2014

PORTARIA Nº 2144/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JOSIANE SCHNEIDER DA SILVA, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO EM NUTRIÇÃO E DIETÉTICA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7987/2014 em anexo no período de 09/09/2014 a 12/09/2014.

Biguaçu, 12 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2143/2014

PORTARIA Nº 2143/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIA ANGELICA DO NASCIMENTO, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8024/2014 em anexo no período de 10/09/2014 a 30/09/2014.

Biguaçu, 12 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Republicação PP 152/2014 PMB E Outros

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

REPUBLICAÇÃO DO PP 152/2014 PMB

Devido à falta de empresas interessadas no PP 152/2014 PMB, que tem como objeto "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA

PARA REALIZAR REFORMA DE BRINQUEDOS E EQUIPAMENTOS URBANOS DAS PRAÇAS E ÁREAS DE LAZER DE RESPONSABILIDADE DA SECETUL", fica republicada a mesma para a seguinte data: RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS DE PREÇOS: dia 26/09/2014, até 13:45 horas.

ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS: dia 26/09/2014, às 14:00 horas.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 15 de setembro de 2014.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 205/2014 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE INVENTÁRIO DOS BENS DO MUNICÍPIO CONFORME EXIGÊNCIA LEGAL, CONFORME ANEXO I, PARTE INTEGRANTE DESTE EDITAL.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 29 setembro, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 29 setembro, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 15 de setembro de 2014.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

Decreto Nº 128/2014

DECRETO Nº 128/2014 DE 04 de setembro DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2014.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu em Exercício, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3417/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 35.752,99 (Trinta e cinco mil setecentos e cinquenta e dois reais e noventa e nove centavos) a dotação abaixo indicada, por conta do Superávit Financeiro de 2013, apurado em fonte de recurso:

07. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0701.12.361.0003.1005	Ampliação da Rede Física do Ensino Fundamental	35.752,99
4.4.90.00/0.3.70.000201	Investimentos	35.752,99

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 04 de setembro de 2014.
Ramon Wollinger
Prefeito Municipal em Exercício

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

79ª Convocação Para O Processo Seletivo - Sesau - Edital 001/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPALIDADE DE BIGUAÇU
SECRETARIA DA SAÚDE

Rua: Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/n., Rio Caveiras - Biguaçu / CEP: 88.160-000
FONE/FAX: (48) 3039 8500

79ª Convocação para o Processo Seletivo - SESAU - edital 001/2012
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, no uso de suas atribuições, CONVOCA os candidatos aprovados no Processo Seletivo SESAU edital 001/2012, abaixo relacionados para comparecerem na Secretaria Municipal da Saúde de Biguaçu, situada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/n., Rio Caveiras, Biguaçu/SC (ao lado da Policlínica Municipal), até o dia 18/09/2014, munidos de Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DOS CANDIDATOS ABAIXO RELACIONADOS É INDISPENSÁVEL, NO PRAZO ACIMA MENCIONADO, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO NO PRAZO SERÁ CONSIDERADO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA.

Somente após a entrega de documentos, incluindo aprovação no exame pré-admissional, os candidatos assinarão contrato e iniciarão suas atividades.

Biguaçu, 15 de setembro de 2014.

Leandro Adriano de Barros
Secretário da Saúde

Cargo - Lotação 1033 - Enfermeiro II
25 - Débora Perez de Souza Lima

Cargo - Lotação 1047 - Farmacêutico
07 - Alexandre Luiz Pereira

Cargo - Lotação 3126 - Agente Comunitário de Saúde - Saveiro
03 - Stefany Rodrigues de Lima

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

Contrato Adm Nº 68/2014

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 68/2014

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: MAQTER TERRAPLENAGEM LTDA..

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 1790/2014

Objeto: Prestação de serviços na recuperação de 37,5 KM de estradas vicinais.

Valor: R\$ 385.868,02 (Trezentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e oito reais e dois centavos).

Vigência: 10 de setembro de 2014 a 10 de março de 2014.

Assinatura: 10 de setembro de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº. 2224/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 2224/2014
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0052/2014

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 08:15 horas do dia 25 de Setembro de 2014, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a contratação de empresa para prestação de serviço para atualização física e contábil do patrimônio de acordo com as normas Brasileiras e Internacionais de contabilidade aplicadas ao setor publicas.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste - SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: compras@bomjesusdooeste.sc.gov.br ou no site www.bomjesusdooeste.sc.gov.br

Bom Jesus do Oeste - SC, aos 15 de Setembro de 2014.
Airton Antonio Reinehr
Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº2229/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 2229/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0053/2014

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 09:00 horas do dia 25 de Setembro de 2014, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a Locação de sala comercial para instalação de biblioteca publica municipal.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste - SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br ou no site www.bomjesusdoeste.sc.gov.br

Bom Jesus do Oeste - SC, aos 15 de Setembro de 2014.

Airton Antonio Reinehr

Prefeito Municipal

Contrato Adm Nº 69/2014

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 69/2014

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: DILETO MENEGOTO

Objeto: Aquisição de cascalho para estradas vicinais do interior do município.

Valor: R\$ 1.200,00 (Um mil e duzentos reais).

Vigência: 11 de setembro a 30 de setembro de 2014.

Assinatura: 11 de setembro de 2014.

Airton Antonio Reinehr

Prefeito Municipal

Bom Retiro**PREFEITURA****812.09.14 - P. Lic. Trat. Saúde Maria A. Deucher**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 812/14 de 11.09.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 04 de setembro de 2014, a funcionária Maria Anita Deucher, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, 30 horas, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
11 de setembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS

Prefeito Municipal

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

813.09.14 - P. Lic. Trat. Saúde Lurdes Ap. P. Santos

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 813/14 de 11.09.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 11 de setembro de 2014, a funcionária Lurdes Aparecida dos Passos Santos, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
11 de setembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS

Prefeito Municipal

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

814.09.14 - P. Lic. Trat. Saúde Cleia M. Neckel

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 814/14 de 11.09.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 09 de setembro de 2014, a funcionária Cleia Moretti Neckel, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
11 de setembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

815.09.14 - P. Lic. Trat. Saúde Marcia Eger Alexandre

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 815/14 de 11.09.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 09 de setembro de 2014, a funcionária Marcia Eger Alexandre, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Municipal Antônia Maria da Silva Vieira.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
11 de setembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

816.09.14 - P. Lic. Trat. Saúde Rosemélia G. Rosa

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 816/14 de 11.09.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 10, 11 e 12 de setembro de 2014, a funcionária

Rosemélia Gamba da Rosa, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
11 de setembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

817.09.14 - P. Lic. Trat. Saúde Viviane R. Pires

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 817/14 de 11.09.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 05 de setembro de 2014, a funcionária Viviane Rosar Pires, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Municipal Antônia Maria da Silva Vieira.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
11 de setembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

818.09.14 - P. Prom Habilitação Carlos Renato Neckel

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 818/14 de 11.09.14

Concede Promoção por Nova Habilitação

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 13 e 14 da Lei Complementar n.º 03/04 de 31.03.04 (Dispõe Sobre o Novo Plano de Cargos e Salários do Poder Executivo) e alterado pela Lei Complementar 12/06 de 21 de Março de 2006 (Dispõe sobre a alteração na Lei Complementar 03/04 que trata de Cargos e Salários, Reestrutura do Quadro de Pessoal do Poder Executivo e dá Outras Providências):

RESOLVE:

Conceder promoção por nova habilitação, com percentual de 20% sobre o seu padrão de vencimentos de acordo com o que determina o artigo 13 e 14 da Lei Complementar 03/04 de 31 de Março de 2004, alterado pela Lei Complementar 12/06 de 21 de Março de 2006, ao funcionário Carlos Renato Neckel, ocupante do cargo de Mecânico - Padrão I - Nível 05, em virtude da conclusão do Ensino Médio no Curso de Técnico em Contabilidade pelo Colégio Estadual Alexandre de Gusmão, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, conforme requerimento datado de 05 de maio de 2014 e despacho em 11 de agosto de 2014, conforme parecer Jurídico.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
11 de setembro de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

819.09.14 - P. Prom Habilitação Everaldo Goedert

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 819/14 de 11.09.14
Concede Promoção por Nova Habilitação

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 13 e 14 da Lei Complementar n.º 03/04 de 31.03.04 (Dispõe Sobre o Novo Plano de Cargos e Salários do Poder Executivo) e alterado pela Lei Complementar 12/06 de 21 de Março de 2006 (Dispõe sobre a alteração na Lei Complementar 03/04 que trata de Cargos e Salários, Reestrutura do Quadro de Pessoal do Poder Executivo e dá Outras Providências):

RESOLVE:

Conceder promoção por nova habilitação, com percentual de 20% sobre o seu padrão de vencimentos de acordo com o que determina o artigo 13 e 14 da Lei Complementar 03/04 de 31 de Março de 2004, alterado pela Lei Complementar 12/06 de 21 de Março de 2006, ao funcionário Everaldo Goedert, ocupante do cargo de Motorista - Padrão I - Nível 04, em virtude da conclusão do Ensino Médio pela CEJA/ 27ª GEREI, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, conforme requerimento datado de 09 de maio de 2014 e despacho em 11 de agosto de 2014, conforme parecer Jurídico.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
11 de setembro de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

820.09.14 - P. Prom Habilitação Wilibaldo Neckel Filho

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 820/14 de 11.09.14
Concede Promoção por Nova Habilitação

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 13 e 14 da Lei Complementar n.º 03/04 de 31.03.04 (Dispõe Sobre o Novo Plano de Cargos e Salários do Poder Executivo) e alterado pela Lei Complementar 12/06 de 21 de Março de 2006 (Dispõe sobre a alteração na Lei Complementar 03/04 que trata de Cargos e Salários, Reestrutura do Quadro de Pessoal do Poder Executivo e dá Outras Providências):

RESOLVE:

Conceder promoção por nova habilitação, com percentual de 20% sobre o seu padrão de vencimentos de acordo com o que determina o artigo 13 e 14 da Lei Complementar 03/04 de 31 de Março de 2004, alterado pela Lei Complementar 12/06 de 21 de Março de 2006, ao funcionário Wilibaldo Neckel Filho, ocupante do cargo de Motorista - Padrão I - Nível 04, em virtude da conclusão do Ensino Médio no Curso de Técnico em Contabilidade pelo Colégio Estadual Alexandre de Gusmão, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, conforme requerimento datado de 14 de abril de 2014 e despacho em 11 de agosto de 2014, conforme parecer Jurídico.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
11 de setembro de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

2244.14 - L. Logomarca Oficial

Lei n. 2244/2014 de 11.09.14
Institui Logomarca Turística e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC;
Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica instituída no Município a Logomarca Turística "Bom Retiro - Portal da Serra Catarinense".

Parágrafo Único - A "logomarca turística" será representada por arte reproduzindo elementos da natureza e símbolos municipais e terá as características conforme apresentadas no anexo único desta lei com a seguinte descrição:

I - Um campo de altitude com uma serra representando a região do Campo dos Padres, ponto culminante do Estado de Santa Catarina, Morro da Boa Vista com 1827 metros;

II - Uma árvore Pinheiro-brasileiro (Araucaria angustifolia), espécie conífera presente nas florestas ombrófilas mistas do Município.

III - Um sol nascente dando as boas vindas ao turista à Bom Retiro - o Portal da Serra Catarinense;

IV - Uma Curucaca (Theristicus caudatus), Ave Símbolo Municipal instituída pela Lei nº 1845/2006;

V - Uma legenda contendo a seguinte inscrição: BOM RETIRO - PORTAL DA SERRA CATARINENSE - www.portaldaserra.tur.br, Ponto Culminante do Estado - 1827m.

Art. 2º - Compete ao Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal da Indústria, comércio e Turismo a viabilização para ampla divulgação da Logomarca Turística.

Parágrafo Único - A logomarca turística, será de uso irrestrito e poderá ser utilizada por pessoas físicas ou jurídicas em adesivos e plotagem de veículos, panfletos, cartazes, embalagens de produtos, sítios da internet, selos, cancelas, etc.

Art. 3º - A arte da logomarca turística "Bom Retiro - Portal da Serra Catarinense", será disponibilizada permanentemente para download gratuito no site oficial do Município - www.bomretiro.sc.gov.br.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 04 de setembro de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. Administração e Fazenda

ANEXO ÚNICO

ANEXO ÚNICO



821.09.14 - P. Lic. Trat. Saúde Ivanir B. Neckel

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 821/14 de 12.09.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 15 (quinze) dias de licença para realizar tratamento de saúde, a contar do dia 11 de setembro com término no dia 25 de setembro de 2014, a funcionária Ivanir de Brida Neckel, ocupante do cargo de Servente - Padrão I - Nível 01, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
12 de setembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Braço do Trombudo**PREFEITURA****Lei 0807/2014**

LEI Nº 0807/2014

Autoriza firmar Convênio e Transferência de recursos financeiros ao Lar Beneficente João 3:16, através do Fundo Municipal de Assistência Social.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio e Transferência de Recursos Financeiros ao Lar João 3:16, através do Fundo Municipal de Assistência Social, objetivando serviços de proteção social especial de alta complexidade, envolvendo o atendimento a crianças e adolescentes ameaçadas de seus direitos fundamentais.

Art. 2º A Transferência do Recurso Financeiro a ser repassado à entidades é de R\$ 6.933,83 (seis mil novecentos e trinta e três reais e oitenta e três centavos), conforme resolução nº 08/2014 de 01.08.2014 do Conselho Municipal de Assistência Social e, nos termos da minuta de contrato, anexa a presente lei.

Art. 3º A despesa decorrente da execução desta Lei correrá à conta do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, 11 de setembro de 2014.

Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Lei 0808/2014

LEI Nº 0808/2014

Autoriza firmar Convênio e Transferência de recursos financeiros ao Lar Recanto do Sossego, através do Fundo Municipal de Assistência Social.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio e Transferência de Recursos Financeiros ao Lar Recanto do Sossego, através do Fundo Municipal de Assistência Social, objetivando serviços de proteção social especial de alta complexidade, envolvendo o atendimento a pessoa idosa.

Art. 2º A Transferência do Recurso Financeiro a ser repassado à entidades é de R\$ 6.933,83 (seis mil novecentos e trinta e três reais e oitenta e três centavos), conforme resolução nº 08/2014 de 01.08.2014 do Conselho Municipal de Assistência Social e, nos termos da minuta de contrato, anexa a presente lei.

Art. 3º A despesa decorrente da execução desta Lei correrá à conta do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, 11 de setembro de 2014.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

ANEXO I

MINUTA DE CONVÊNIO Nº /2014

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BRAÇO DO TROMBUDO E O LAR RECANTO DO SOSSEGO.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BRAÇO DO TROMBUDO, com sede à Praça da Independência, nº 25, Centro, Braço do Trombudo/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 95.952.230/0001-67, doravante denominado MUNICÍPIO, representada neste ato por seu Prefeito Municipal Senhor , portador da Carteira de Identidade nº e CPF nº e o LAR RECANTO DO SOSSEGO, com sede na Rodovia SC 426 km 49,5 Divisa - Braço do Trombudo - SC, inscrito no CNPJ sob nº 83.781.807/0001-36, doravante denominado LAR, neste ato representado pelo Presidente Senhor , portador da Carteira de Identidade nº e CPF , resolvem celebrar o presente convênio de cooperação técnica-financeira, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste convênio, o co-financiamento de recursos estaduais para a melhoria da gestão de prestação de serviços de proteção social especial de alta complexidade, executados gratuitamente por organizações públicas ou privadas registradas no CMAS. Conforme Resolução da CIB/SC nº 003/09 de 15.06.2009 e Resolução do CEAS/SC nº 005/09 de 23.06.2009, serão co-financiados os municípios que possuem em sua sede o referido serviço, e os recursos aplicados no atendimento de indivíduos residentes no município ou no máximo, naqueles que residem nos municípios que compõem a Comarca onde o serviço se encontra instalado. A Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004 assim define tais serviços: são aqueles que garantem proteção integral - moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário, tais como: Atendimento Integral Institucional, casa lar, república, casa de passagem, albergue, família acolhedora.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Tem fundamentação legal na Lei Estadual Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007, no que couber; na Lei Federal nº 8.666 de 21.06.93 e alterações posteriores; no Decreto Estadual nº 307, de 04.06.2003 e alterações posteriores, e nas normas emanadas pelo Tribunal de Contas do Estado, especialmente as contidas nos Decretos Estaduais 2895/2005 e 4777/2006.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para a execução do presente Convênio a Prefeitura Municipal passará a importância de R\$ 6.933,83 (seis mil, novecentos trinta reais e três reais e oitenta e três centavos), provenientes de recurso financeiro do Governo do Estado de Santa Catarina, conforme resolução nº 08/2014 de 01.08.2014 do Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único: A transferência dos recursos deverá ser gasto com despesas de custeio no valor de R\$ 3.934,79 (três mil, novecentos e trinta e quatro reais e setenta e nove centavos) e despesas com investimento no valor de R\$ 2.999,04 (dois mil,

novecentos e noventa e nove reais e quatro centavos), conforme Anexo II, parte integrante desta Lei.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Repassar a entidade o recurso financeiro proveniente do Governo do Estado de Santa Catarina e a contrapartida proveniente da Prefeitura Municipal;

II - Definir os serviços a serem co-financiados através de Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social, observado o estabelecido: na Lei N.º 8.069 de 13/07/1990 na Lei nº 8.742, de 7.12.93 - Lei Orgânica de Assistência Social/LOAS em seu artigo 23, parágrafo único; na Norma Operacional Básica/SUAS, combinada com os artigos 1º, 2º, 23 e 24 da Lei Orgânica da Assistência Social; na Resolução RDC N.º 283 de 26/09/2005 - ANVISA que dispõe sobre o regulamento técnico que define normas de funcionamento para as instituições de longa permanência para idosos, de caráter residencial (DOU 27/09/2005:58-60); demais normativas legais previstas nas políticas de direitos e setorial por segmento atendido - e conforme Plano de Trabalho.

II - Executar, direta ou indiretamente, o objeto pactuado, em conformidade com o projeto técnico e o plano de trabalho aprovado, observando as normas legais vigentes, a legislação da área de assistência social e normas específicas, os critérios de qualidade técnica, os prazos e os valores previstos;

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO LAR

I - Responsabilizar-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;

II - Ressarcir à Prefeitura Municipal os recursos recebidos através deste Convênio, quando comprovada a sua inadequada utilização;

III - Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, danos causados a terceiros e pagamentos de seguros em geral, eximindo a Prefeitura Municipal de quaisquer ônus e reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;

IV - Responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos estabelecidos quanto à utilização dos recursos;

Não usar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção social e pessoal de autoridades ou servidores públicos;

V - Aceitar a supervisão e orientação técnica promovida pela Prefeitura Municipal, fornecendo imediatamente as informações necessárias à sua execução;

VI - Encaminhar à Prefeitura Municipal - Gerência de Administração, Finanças e Contabilidade, a Prestação de Contas dos recursos recebidos, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, para a 1ª ou única parcela, e 60 (sessenta) dias para as demais parcelas, contados da data do recebimento dos mesmos;

VII - Manter conta corrente específica para este convênio junto ao Banco do Brasil, sob o título Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo/Fundo Municipal de Assistência Social/Serviços de Proteção Social de Alta Complexidade/Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação-SST;

VIII - Aplicar os saldos do convênio, enquanto não utilizados, em cadereta de poupança se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto, lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos recursos verificar-se em prazos menores que um mês;

IX - Computar, obrigatoriamente, a crédito do Convênio, as receitas financeiras auferidas na forma do item anterior, as quais serão aplicadas exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste;

X - Devolver à Prefeitura Municipal, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das aplicações financeiras no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Convênio, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela Prefeitura Municipal;

XI - Utilizar os recursos, única e exclusivamente, para o fim estabelecido na Cláusula Primeira deste Convênio, sob pena de ressarcimento à Prefeitura Municipal dos valores repassados, com atualização monetária, independente de procedimentos judiciais;

XII - Propiciar aos técnicos da Prefeitura Municipal, todos os meios e condições necessárias ao acompanhamento, à supervisão e à fiscalização da execução do convênio;

XIII - Diligenciar para que nos serviços de alta complexidade haja intervenção de equipe multiprofissional - mínimo de assistente social e psicólogo, para o necessário suporte aos usuários e seus familiares, na construção ou fortalecimento de vínculos saudáveis e protetores, visando a preparação para o desligamento, construção de autonomia e demais requisitos que possibilitem o retorno à família e/ou comunidade.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Prestação de Contas dos recursos financeiros de que trata a Cláusula Terceira será elaborada de acordo com as Normas de Contabilidade e Auditoria expedidas pela Secretaria de Estado da Fazenda e do Tribunal de Contas do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem descumprimento de quaisquer Cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata, incluindo a suspensão de repasses de recursos financeiros pela SECRETARIA, independente de procedimentos judiciais.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

Poderá haver rescisão do presente Convênio em decorrência da aplicação das penalidades previstas nas Cláusulas anteriores ou por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

CLÁUSULA NONA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

A vigência do presente Convênio será contado a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado, através de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO

Mediante acordo entre as partes, o presente Convênio poderá ter suas Cláusulas alteradas através de Termo Aditivo.

Parágrafo Único: Da comunicação a que se refere o caput desta cláusula deverá constar, obrigatoriamente, o nome e a qualificação completa do(s) envolvido(s).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Trombudo Central para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente Convênio em 03 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo.

Braço do Trombudo, em

Prefeito Municipal

Presidente do Lar Recanto do Sossego

Testemunhas

ANEXO II

APLICAÇÃO DOS RECURSOS:

33.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO (Despesas de custeio)

- Gêneros de alimentação;
- Material farmacológico;
- Material educativo e esportivo;
- Material de expediente;
- Material de processamento de dados;
- Material de cama, mesa e banho;
- Material de copa e cozinha;
- Material de limpeza e produção de higienização;
- Uniformes, tecidos e aviamentos;
- Material para manutenção de bens imóveis;
- Material para manutenção de bens móveis;
- Material elétrico e eletrônico;
- Material para manutenção de veículos;
- Vestuário, calçados e complementos;
- Gás engarrafado.

33.90.36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA (Despesas de custeio)

- Serviços prestados por técnicos/profissionais;
- Manutenção e conservação de equipamentos;
- Manutenção e conservação de veículos;
- Manutenção e conservação de bens imóveis;
- Serviços médicos e odontológicos.

33.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA (Despesas de custeio)

- Serviços técnicos profissionais prestados por empresas;
- Serviços de energia elétrica;
- Serviços de água e esgoto;
- Serviços gráficos;
- Vale transporte;
- Serviços de cópias e reprodução de documentos;
- Manutenção e conservação de equipamentos de processamentos de dados;
- Manutenção e conservação de bens imóveis;
- Tarifa de gás canalizado;
- Serviço de telefonia fixa.

44.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (Despesas de capital)

- Aparelhos e equipamentos para esporte e diversões;
- Aparelhos e utensílios domésticos;
- Coleções e materiais bibliográficos;
- Discotecas e filmotecas;
- Instrumentos musicais e artísticos;
- Equipamentos para áudio, vídeo e foto;
- Mobiliário em geral;
- Peças não incorporáveis a imóveis.

Brunópolis

PREFEITURA

Aviso de Licitação Nº 40/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS
Processo Licitatório nº 40/2014 - Edital de Pregão Presencial nº 34/2014

Objeto: aquisição de materiais de construção para reforma ou ampliação de unidades habitacionais. Data e horário: o recebimento dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será até às 09h00min do dia 26/09/2014, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Armino Leobet, 441, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 08h30min às 12h00min e das 13h30min às 16h30min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado.

Ademil Antonio da Rosa
Prefeito Municipal.

Brusque

PREFEITURA

Portaria Nº 2005/2014, de 15 de Setembro de 2014

PORTARIA Nº 2005/2014, de 15 de setembro de 2014.

"Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 12/2014 - referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 03/2014 e dá outras providências."

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

RESOLVE

Considerando, a doença da Presidente da Comissão Processante. Considerando o falecimento dos pais do indiciado, e visando a ampla defesa.

Considerando, os feriados e pontos facultativos ocorridos em: 04/08/14 (aniversário do Município);

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada em desfavor do servidor ERICKSON DA SILVA FLORES, ocupante do cargo de motorista socorrista do SAMU, portador do CPF nº 942.332.091-00, RG nº 6.213.972, para apurar os fatos constante da denúncia/ Despacho datado de 26 de novembro de 2013, encaminhado pelo Departamento de Recursos Humanos, onde em tese acumula cargos públicos em dois municípios (Prefeitura Municipal de Brusque e na Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú), com fundamentos nos moldes dos arts. 175, inciso XX da Lei Complementar 147/2009 e art. 37 XVI, letra "c" da Constituição Federal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 13 de setembro de 2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 15 de setembro de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Decreto Nº 7.494, de 10 de Setembro de 2014

DECRETO nº 7.494, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.

Concede Férias Coletivas aos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da atribuição que lhe confere o art. 111, inciso I, da Lei Orgânica do Município, c/c parágrafo único do art. 19 da Lei Complementar nº 147/09 - Estatuto dos Servidores Municipais,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida férias coletivas aos Servidores Públicos Municipais de Brusque, no período compreendido entre 22 de dezembro de 2014 e 11 de Janeiro de 2015, ressalvado o disposto neste decreto.

Parágrafo único. Ficam excluídos os Servidores Públicos Municipais que estiverem relacionados nas escalas de plantão de suas respectivas Secretarias.

Art. 2º Os Secretários Municipais deverão organizar escala de plantão dos serviços públicos essenciais, para atendimento ao público, durante o período de férias coletivas.

Art. 3º Os servidores municipais pertencentes ao Quadro do Magistério Público Municipal e os atuantes na Secretaria de Educação usufruirão férias de acordo com o calendário escolar, conforme dispõe o art. 40 e seguintes da Lei Complementar nº 146/09.

Art. 4º No período relacionado no artigos 1º, fica excluído da contagem das férias o dia 1º de janeiro (Ano Novo).

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de setembro de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Publicado na Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de setembro de 2014.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP
Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 7.496, de 11 de Setembro de 2014

DECRETO Nº. 7.496, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.676 de 19.12.13, a Lei nº 3.644 de 30.08.13, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 214.381,28 (Duzentos e Catorze mil trezentos e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), para atender a programação abaixo especificada:

30.00 Fundo Municipal de Assistência Social
30.001 Fundo Municipal de Assistência Social
008.0244.0255.2326 Gestão SUAS
3.1.90.00 Aplicações Diretas - Despesas Correntes
0.3.52.05 Outras Transf. FNAS - ACESSUAS
VALOR R\$ 64.962,62
0.3.52.09 Outras Transf. FNAS - PSB
VALOR R\$ 34.066,67
3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos - Despesas Correntes
0.3.52.05 Outras Transf. FNAS - ACESSUAS
VALOR R\$ 8.858,54
0.3.52.09 Outras Transf. FNAS - PSB
VALOR R\$ 4.645,45
3.3.90.00 Aplicações Diretas- Outras Despesas Correntes
0.3.52.07 Outras Transf. FNAS - IGD SUAS
VALOR R\$ 2.825,79
008.0244.0255.2329 Proteção Social Básica
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.3.52.05 Outras Transf. FNAS - ACESSUAS
VALOR R\$ 49.214,12
0.1.52.20 Outras Transf. FEAS - Benefícios Eventuais
VALOR R\$ 24.000,00
0.3.52.09 Outras Transf. FNAS - PSB
VALOR R\$ 25.808,09

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.52.20	Outras Transf. FEAS - Benefícios Eventuais
Valor Orçado	R\$ 11.000,00
Valor arrecadado até a data de 11/09/2014.	R\$ 35.181,97
Excesso de arrecadação até a data de 11/09/2014.	R\$ 24.181,97
Valor a Utilizar	R\$ 24.181,97

II - superávit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

Conta Corrente	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2013
62747-X	B.B. FMAS - ACES-SUAS	0.3.52.05 0.1.52.05	188.459,57 7.099,97
TOTAL GERAL			195.559,54
Valores Comprometidos	Fonte de Recursos		Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.52.05/0.3.52.05		0,00
DDO à Pagar	0.1.52.05/0.3.52.05		1.147,32
Restos à Pagar	0.1.52.05/0.3.52.05		9.615,78
TOTAL	0.1.52.05/0.3.52.05		10.763,10
Saldo	Fonte de Recursos		Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.52.05		184.796,44

Conta Corrente	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2013
60535-2	B.B. FMAS - IGD SUAS	0.3.52.07 0.1.52.07	5.370,10 5,16
TOTAL GERAL			5.375,26
Valores Comprometidos	Fonte de Recursos		Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.52.07/0.3.52.07		0,00
DDO à Pagar	0.1.52.07/0.3.52.07		0,00
Restos à Pagar	0.1.52.07/0.3.52.07		5,16
TOTAL	0.1.52.07/0.3.52.07		5,16
Saldo	Fonte de Recursos		Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.52.07		5.370,10

Conta Corrente	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2013
58406-1	B.B. FMAS - PBF I	0.3.52.09	96.648,09
58407-X	B.B. FMAS - PBV II	0.3.52.09	12.152,67
TOTAL GERAL			108.800,76
Valores Comprometidos	Fonte de Recursos		Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.52.09/0.3.52.09		0,00
DDO à Pagar	0.1.52.09/0.3.52.09		0,00
Restos à Pagar	0.1.52.09/0.3.52.09		0,00
TOTAL	0.1.52.09/0.3.52.09		0,00
Saldo	Fonte de Recursos		Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.52.09		108.800,76

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 11/09/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de setembro de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL ELTON ROGRIGO RIFFEL
Prefeito Municipal Procurador Geral do Município

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA
Secretário de Orçamento e Gestão

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP
Chefe Gabinete do Prefeito

Extrato Processo Licitatório Nº 025/2014 - FMS

TOMADA DE PREÇOS nº 002/2014 - FMS

Processo Licitatório nº 025/2014 - FMS

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, através do Fundo Municipal de Saúde (FMS), com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, destinada ao recebimento de propostas para a execução das obras de construção da Unidade de Saúde do Bairro São Pedro, localizada na Rua Catarina Visconti Imhof, n. 121, Município de Brusque. Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 03/10/2014, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da prefeitura ou preferencialmente no site: www.brusque.sc.gov.br 11/09/2014

ANA BEATRIZ BARON LUDVIG
Secretária de Saúde

Extrato Processo Licitatório Nº 026/2014 - FMS

TOMADA DE PREÇOS nº 003/2014 - FMS

Processo Licitatório nº 026/2014 - FMS

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, através do Fundo Municipal de Saúde (FMS), com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, destinada ao recebimento de propostas para a execução das obras de construção da Unidade de Saúde do Bairro Rio Branco, localizada na Rua Marcio Hass, Município de Brusque.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 03/10/2014, às 10h00min.
Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da prefeitura ou preferencialmente no site: www.brusque.sc.gov.br 11/09/2014

ANA BEATRIZ BARON LUDVIG
Secretária de Saúde

Extrato Processo Licitatório Nº 027/2014 - FMS

TOMADA DE PREÇOS nº 004/2014 - FMS

Processo Licitatório nº 027/2014 - FMS

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, através do Fundo Municipal de Saúde (FMS), com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, destinada ao recebimento de propostas para a execução das obras de construção da Unidade de Saúde do Bairro Zantão, localizada na Rua Arnaldo Ristow, Município de Brusque.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 03/10/2014, às 14h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da prefeitura ou preferencialmente no site: www.brusque.sc.gov.br 11/09/2014

ANA BEATRIZ BARON LUDVIG
Secretária de Saúde

Extrato Processo Licitatório Nº 028/2014 - FMS

TOMADA DE PREÇOS nº 005/2014 - FMS

Processo Licitatório nº 028/2014 - FMS

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, através do Fundo Municipal de Saúde (FMS), com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, destinada ao recebimento de propostas para a execução das obras de construção da Unidade de Saúde do Bairro Limeira Alta, localizada na Rua Alberto Müller, Município de Brusque.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 03/10/2014, às 16h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da prefeitura ou preferencialmente no site: www.brusque.sc.gov.br 11/09/2014

ANA BEATRIZ BARON LUDVIG
Secretária de Saúde

Extrato Processo Licitatório Nº 029/2014 - FMS

TOMADA DE PREÇOS nº 006/2014 - FMS

Processo Licitatório nº 029/2014 - FMS

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, através do Fundo Municipal de Saúde (FMS), com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, destinada ao recebimento de propostas para a execução das obras de construção de academia no Bairro Santa Luzia, Município de Brusque.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 06/10/2014, às 14h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da prefeitura ou preferencialmente no site: www.brusque.sc.gov.br 12/09/2014

ANA BEATRIZ BARON LUDVIG
Secretária de Saúde

Extrato Processo Licitatório Nº 030/2014 - FMS

TOMADA DE PREÇOS nº 007/2014 - FMS

Processo Licitatório nº 030/2014 - FMS

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, através do Fundo Municipal de Saúde (FMS), com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, destinada ao recebimento de propostas para a execução das obras de construção da Unidade de Saúde Ema II, Bairro Limoeiro, Município de Brusque.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 06/10/2014, às 16h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da prefeitura ou preferencialmente no site: www.brusque.sc.gov.br 12/09/2014

ANA BEATRIZ BARON LUDVIG
Secretária de Saúde

Extrato Processo Licitatório Nº 125/2014

CONCORRÊNCIA nº 012/2014

Processo Licitatório nº 125/2014

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, destinada ao recebimento de propostas para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE MÉDIA E BAIXA TENSÃO, PARA INSTALAÇÃO DE POSTOS DE TRANSFORMAÇÃO PARA AS UNIDADES ESCOLARES DOS BAIRROS SANTA LUZIA, RIO BRANCO E MALUCHE, TODAS NO MUNICÍPIO DE BRUSQUE.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 21/10/2014, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da prefeitura ou preferencialmente no site www.brusque.sc.gov.br 12/09/2014

GLEUSA LUCI FISCHER
Secretária de Educação

Extrato Processo Licitatório Nº 143/2014

PREGÃO nº 084/2014

Processo Licitatório nº 143/2014

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO (reabertura de preços), destinada ao recebimento de propostas para a prestação de serviços de recepção (lote 01) e serviços financeiros para venda de ticket's/bilheteria (lote 02) para a 29ª Festa Nacional do Marreco, de 09 a 19 de outubro de 2014.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 30/09/2014, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br 12/09/2014

NORBERTO JOÃO MAESTRI
Secretário de Turismo

Extrato Processo Licitatório Nº 150/2014

PREGÃO nº 090/2014

Processo Licitatório nº 150/2014

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a prestação de serviços de locação de flores e montagem de jardins para a Administração.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 25/09/2014, às 14h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br 11/09/2014

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA
Secretário de Orçamento e Gestão

Portaria Nº 9.260, de 11 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 9.260, DE 11 DE AGOSTO DE 2014.

(REEDIÇÃO DE PORTARIA)

Exonera e declara vacância de cargo público de servidor que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n.º 147/2009, o servidor Caue Schuch Lopes, matrícula 10000000854-1, ocupante do cargo efetivo de Monitor Escolar, lotado na Secretaria de Educação, a partir de 04/07/2014.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n.º 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04/07/2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de agosto de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP
Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.261, de 11 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 9.261, DE 11 DE AGOSTO DE 2014.

(REEDIÇÃO DE PORTARIA)

Exonera e declara vacância de cargo público de servidora que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n.º 147/2009, a servidora Nadine Moritz de Oliveira, matrícula 443182-4, ocupante do cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria de Educação, a partir de 07/07/2014.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n.º 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07/07/2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de agosto de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP
Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.293, de 18 de Agosto de 2014.

PORTARIA Nº 9.293, DE 18 DE AGOSTO DE 2014.

Substitui membros representantes no Conselho Municipal da Cidade - COMCIDADE, nomeados por meio da Portaria n.º 8.667/13.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir os membros titular e suplente da Secretaria de Turismo no Conselho Municipal da Cidade - COMCIDADE, nomeados no art. 1º, item V da Portaria n.º 8.667/13, conforme segue:

Art. 1º (...)

V - um representante da Secretaria de Turismo
Titular: Gabriela Ristow Buss
Suplente: Ademir José Moraes

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de agosto de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP
Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.306, de 22 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 9.306, DE 22 DE AGOSTO DE 2014.

Nomeia os membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Brusque.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do artigo 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Municipal n.º 2.858/05 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear para compor o Conselho Municipal do Meio Ambiente de Brusque, biênio 2014/2016, os seguintes membros:

I - Governamental

a) Representantes da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA:

Titular: Diego Furtado
Suplente: Eduardo Serpa

b) Representantes da Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque:

Titular: Rodrigo Fischer
Suplente: Márcia Terezinha Benvenuti Zen

c) Representantes do Instituto Brusquense de Planejamento e Mobilidade - IBPLAN:

Titular: Carolina Maria Dalri Meireles
Suplente: Norene Felsky Odawara

d) Representantes do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE:

Titular: Gilberto dos Anjos
Suplente: Rogério Ristow

e) Representantes da Secretaria de Saúde:

Titular: Lucie Herta Hilbert
Suplente: Fernanda Lippert

f) Representantes da Secretaria de Saúde:

Titular: Kelle Leite Henschel
Suplente: Roberta Wegner Hort

g) Representantes da Procuradoria-Geral do Município:

Titular: Danyelle Brem Moraes
Suplente: Jéssica Voltolini Pereira

II - Não Governamental

a) Representantes do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Brusque - SINSEB:

Titular: Vanessa Constansa S. Becker
Suplente: Paulo Henrique Flores

b) Representantes do Clube de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Brusque - CEAB:

Titular: Juliano Piske
Suplente: João Paulo Maçaneiro

c) Representantes do Instituto Nossa Cidade - INC:

Titular: Ronald Ivar Kamp
Suplente: Grazielle Beiler

d) Representantes da Associação Industrial e Empresarial de Brusque - ACIBr:

Titular: Valter Stoltenberg
Suplente: Halisson Habitzreuter

e) Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB

- Subseção de Brusque:
Titular: Sérgio Bernardo Júnior
Suplente: Karlos Antônio S. Hernandez

f) Representantes da União Brusquense das Associações de Moradores - UBAM:
Titular: José Carlos Odisi
Suplente: Juarez Grazcki

g) Representantes da Associação das Micro e Pequenas Empresas de Brusque - AMPE:
Titular: Alzira Darós
Suplente: Mauro Schoening

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de agosto de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP
Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.311, de 26 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 9.311, DE 26 DE AGOSTO DE 2014.
Substitui membros representantes de entidades não-governamentais no Conselho Municipal da Juventude - COMJUV, nomeados por meio da Portaria n.º 8.580/13.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Substituir os membros suplentes do Conselho Municipal da Juventude - COMJUV, nominados nos itens II - "d" e "e" da Portaria n.º 8.580/13, conforme segue:

II - (...)

d) um representante da União de Associações de Moradores - UBAM:

...
Suplente: Letícia Hinselmann

e) um representante da área empresarial indicado pela Associação Comercial e Industrial de Brusque e/ou Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL)

...
Suplente: Jonathan A. Casagrande (ACIBr)

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de agosto de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP
Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.312, de 26 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 9.312, DE 26 DE AGOSTO DE 2014.
Substitui membros representantes no Conselho Municipal da Cidade - COMCIDADE, nomeados por meio da Portaria n.º 8.667/13.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir os membros titular e suplente dos segmentos sociais, institutos, ONGs, associações de moradores legalmente constituídas em Brusque no Conselho Municipal da Cidade - COMCIDADE, nominados no art. 1º, item XI da Portaria n.º 8.667/13, conforme segue:

Art. 1º (...)

XI - 02 (dois) representantes dos segmentos sociais, institutos, ONGs, associações de moradores legalmente constituídas em Brusque:

Titular: Vanderlei Jacintho (UBAM)
Suplente: Agnaldo Bueno Lopes (UBAM)

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de agosto de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP
Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.316, de 26 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 9.316, DE 26 DE AGOSTO DE 2014.
(REEDIÇÃO DE PORTARIA)

Exonera e declara vacância de cargo público de servidora que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n.º 147/2009, a servidora Mariane Sauer, matrícula 4124588-1, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria de Assistência Social e Habitação, a partir de 12/08/2014.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n.º 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12/08/2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de agosto de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP
Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.319, de 01 de Setembro de 2014

PORTARIA Nº 9.319, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar n.º 146/09 alterada pelas Leis Complementares n.ºs 159/10 e 179/11,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Ana Maria Basso dos Santos, matrícula 681873-3, do cargo de provimento em comissão de Diretora de Escola, vinculada a Secretaria de Educação, lotada na E.E.F. Rio Branco, a partir de 31/08/2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/08/2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de setembro de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP
Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.320, de 01 de Setembro de 2014

PORTARIA Nº 9.320, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar n.º 146/09 alterada pelas Leis Complementares n.ºs 159/10 e 179/11,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, Nelita Kirchner, matrícula 7188-11, do cargo de provimento em comissão de Diretora de Escola, vinculada à Secretaria de Educação, lotada na E.E.F. Carlos Moritz, a partir de 31/08/2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

com efeitos a partir de 31/08/2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de setembro de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP
Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.321, de 01 de Setembro de 2014

PORTARIA Nº 9.321, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar n.º 143/2009 e Anexo I - E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Antonio Marcos Gomes Azevedo para ocupar o cargo em comissão de Diretor, Padrão CC-IV, lotado na Secretaria de Governo e Gestão Estratégica, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos no Anexo I - E, da Lei Complementar n.º 143/2009, reajustados pelas Leis n.ºs 3.317/10, 3.377/11, 3.458/12, 3.586/13 e 3.703/14.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de setembro de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP
Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.322, de 01 de Setembro de 2014

PORTARIA Nº 9.322, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar n.º 146/09 alterada pelas Leis Complementares n.ºs 159/10 e 179/11 c/c o Ato Normativo n.º 001/2014,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Ligia Dalmarco, matrícula 44355.7, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretora da Escola de Ensino Fundamental Paquetá, lotada na Secretaria de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de setembro de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP
Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.323, de 01 de Setembro de 2014

PORTARIA Nº 9.323, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I - E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Valcir Jordão Heiderscheidt para ocupar o cargo em comissão de Diretor, Padrão CC-IV, lotado na Secretaria de Obras, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos no Anexo I - E, da Lei Complementar nº 143/2009, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.458/12, 3.586/13 e 3.703/14.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de setembro de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP
Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.324, de 02 de Setembro de 2014

PORTARIA Nº 9.324, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidor que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, de ofício, na forma do art. 42, parágrafo único, b da Lei Complementar n.º 147/2009, Eduardo da Silva, matrícula 10000000942-1, ocupante do cargo efetivo de Monitor Escolar II, 40 horas, vinculado à Secretaria de Educação, lotado no Centro de Educação Infantil Tia Trude, a partir de 01/09/2014.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n.º 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

com efeitos a partir de 01/09/2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de setembro de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP
Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.325, de 02 de Setembro de 2014

PORTARIA Nº 9.325, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidora que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, de ofício, na forma do art. 42, parágrafo único, b da Lei Complementar n.º 147/2009, Joanilza Heidemann Junglos, matrícula 4116399-1, ocupante do cargo efetivo de Monitor Escolar II, 40 horas, vinculada à Secretaria de Educação, lotada no Centro de Educação Infantil Tia Ana, a partir de 01/09/2014.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n.º 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/09/2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de setembro de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP
Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.326, de 02 de Setembro de 2014

PORTARIA Nº 9.326, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.

Substitui membro representante do Corpo de Bombeiros no Conselho Municipal de Turismo - COMTUR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir o membro suplente do Corpo de Bombeiros no

Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, conforme segue:

- Suplente: Cabo BM Carlos Rodrigo da Silva

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de setembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.327, de 02 de Setembro de 2014

PORTARIA Nº 9.327, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.

Substitui membro representante no Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Natural e Artístico Cultural, nomeado por meio da Portaria n.º 8.868/13.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir o membro titular da UNIASSELVI/ASSEVIM no Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Natural e Artístico Cultural, nominado no art. 1º da Portaria n.º 8.868/13, conforme segue:

Art. 1º (...)

- UNIASSELVI/ASSEVIM:

Titular: Raviane Cristina Werner Mondini

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de setembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

Lei Complementar Nº 222, de 12 de Setembro de 2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 222, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a outorga onerosa do direito de construir, para fins de regularização de edificações construídas em desconformidade com a legislação urbanística vigente, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica o Município de Brusque autorizado a regularizar as edificações irregulares e clandestinas edificadas em desconformidade com os limites urbanísticos estabelecidos em lei, desde que apresentem condições mínimas de higiene, segurança, estabilidade, salubridade e habitabilidade, obedecidas as regras desta Lei Complementar.

Art. 2º Para a regularização prevista nesta Lei Complementar, o Poder Público dispensará ou reduzirá as limitações administrativas estabelecidas em Lei, sem óbice à exigência de cumprimento de medidas mitigatórias.

Parágrafo único. Para efeitos do que trata esta Lei Complementar, considera-se:

I - construção irregular: aquela cuja licença foi expedida pelo Município, porém executada total ou parcialmente em desacordo com o projeto aprovado;

II - construção clandestina: aquela executada sem prévia autorização do Município, ou seja, sem projetos aprovados e sem a correspondente licença; e

III - construção clandestina parcial: aquela correspondente à ampliação de construção legalmente autorizada, porém sem licença do Município.

Art. 3º O Poder Executivo, através de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), estipulará as medidas mitigatórias e/ou compensatórias correspondentes à regularização requerida, com o propósito de garantir a inclusão social e a sustentabilidade do Município de Brusque.

§ 1º O interessado em regularizar o imóvel, construção ou benfeitoria, com base no disposto nesta Lei Complementar, firmará Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) específico com o Poder Público, no qual será consubstanciado o comprometimento quanto à estrita observância do que dispõe o respectivo alvará, e o cumprimento das medidas mitigatórias e/ou compensatórias apontadas pelo Poder Público, com o cronograma de obra, quando necessário.

§ 2º Quando o imóvel a ser regularizado necessitar de alguma medida mitigatória e/ou compensatória, será expedido, após a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), o alvará de regularização, para somente após o cumprimento do determinado ser expedido o habite-se; quando não houver essa necessidade, será expedido o alvará de regularização e habite-se conjuntamente.

Art. 4º Não serão passíveis de regularização, para os efeitos desta Lei Complementar, as edificações:

I - que apresentarem irregularidades não previstas nesta Lei Complementar;

II - localizadas em logradouros ou terrenos públicos;

III - localizadas em faixas não edificáveis junto a lagos, rios, córregos, fundo de vale, faixas de escoamento de águas pluviais, galerias, canalizações e linhas de transmissão de energia de alta tensão, bem como nas vias públicas municipais que contenham essa restrição;

IV - que causem danos ao meio ambiente e/ou ao patrimônio histórico ou cultural.

§ 1º Todas as obras irregulares ou clandestinas que, por suas características construtivas, resultem em comprometimento da estrutura restante, edículas isoladas, sistemas construtivos de baixo custo e fácil demolição, não serão regularizadas e não poderão receber adequações ou ampliações.

§ 2º As características construtivas de que trata o parágrafo anterior serão determinadas por meio de laudo técnico elaborado por profissional habilitado pelo CREA ou CAU do quadro efetivo do Município.

§ 3º Caberá ao Instituto Brusquense de Planejamento - IBPLAN, após elaboração de laudo técnico, determinar a regularização originada da aplicação desta Lei.

§ 4º Todas as edificações deverão possuir passeio público executado, conforme a NBR 9050, sendo que na comprovação da impossibilidade de adequação - obras construídas na linha de muro - caberá ao IBPLAN a autorização da redução ou exclusão deste.

§ 5º Em áreas com declividade/atividade superior ao estabelecido em Lei Federal e Municipal e consideradas áreas de risco, a regularização poderá ocorrer, desde que, atendido o disposto na Resolução CONAMA nº 369/2006.

§ 6º A regularização da localização da edificação sobre áreas de preservação permanente (non aedificandi) somente poderá ser autorizada pelo órgão ambiental competente.

Art. 5º São apenas passíveis de regularização, com base nesta Lei Complementar, as edificações que possuírem irregularidades atreladas com os seguintes parâmetros urbanísticos:

I - recuos;

II - afastamentos;

III - taxa de ocupação;

IV - coeficiente de aproveitamento;

V - projeção de sacadas e pavimentos sobre recuo e logradouro público;

VI - número e dimensões de vagas de estacionamento e de carga e descarga, disponibilizadas em desacordo à exigida e/ou disponibilizadas sobre a área de recuo;

VII - número de pavimentos;

VIII - área de permeabilidade do terreno;

IX - usos em desacordo com o Zoneamento vigente, desde que comprovada a atividade existente no local há mais de 5 anos a contar da data de aprovação desta lei, com apresentação do EIV (Estudo de Impacto de Vizinhança) devidamente aprovado pelo COMCIDADE;

X - edificações já averbadas em matrícula, sem especificação da área construída;

XI - edificações com o pé direito em desacordo com o exigido pela legislação vigente;

XII - edificações em desacordo com as normas de acessibilidade, salvo as que possuírem uso comercial ou industrial que deverão adaptar-se à NBR 9050.

§ 1º Sempre que a regularização tratar de afastamento lateral e de fundos, o proprietário deverá apresentar acordo extrajudicial dos vizinhos lindeiros, com firma reconhecida, onde estes, seus herdeiros e/ou sucessores e futuros compradores não se opõem à irregularidade apresentada na edificação, isentando o Município de qualquer responsabilização futura relativa ao direito de afastamento, ventilação e iluminação da edificação.

§ 2º Quando a regularização tratar de recuo e projeção de sacada ou pavimento sobre recuo e logradouro público, o proprietário do imóvel deverá firmar termo de compromisso com o Poder Público

Municipal, pelo qual se compromete a demolir a parte edificada sobre o recuo e logradouro público, quando solicitado pelo Município, abstendo-se da indenização da parte da obra construída irregularmente, mesmo que paga a contrapartida financeira correspondente para a regularização prevista nesta Lei Complementar. Art. 6º A regularização das construções de que trata esta Lei Complementar dependerá da apresentação pelo proprietário ou responsável pelo imóvel dos seguintes documentos:

I - cópia da Notificação emitida por Fiscal de Obras e Posturas do Município e/ou ações judiciais, quando houver;

II - declaração do profissional, responsabilizando-se sob as penas da lei, pela veracidade das informações prestadas, conforme Anexo I;

III - cópia de documento que indique a titularidade do imóvel, tais como matrícula atualizada do Cartório de Registro de Imóveis e quando necessário, Compromisso ou Promessa de Compra e Venda com a mesma área da matrícula relacionada com a devida anuência do proprietário;

IV - declaração de inexistência de débitos perante o IBPLAN;

V - certidão negativa relativa ao imóvel;

VI - anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou registro de responsabilidade técnica (RRT) referente à regularização da obra, com laudo técnico, informando as condições da edificação;

VII - projeto arquitetônico da edificação, constando:

a) planta de situação;

b) planta de localização contendo, no mínimo, as cotas da situação real da edificação sobre o lote e planilha de áreas da mesma, conforme Anexo II;

c) planta baixa de todos os pavimentos da edificação;

d) dois (02) cortes e fachadas principais, passando por locais que melhor identifiquem toda a edificação;

e) no selo de identificação de cada prancha: "REGULARIZAÇÃO DE OBRA, NOS TERMOS DA LEI";

f) para edificações que não sejam unifamiliares, o requerente deverá apresentar o estipulado Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiros;

g) Alvará Sanitário junto a Vigilância Sanitária;

h) Licenciamento Ambiental, quando a atividade requerer.

VIII - comprovante dos recolhimentos das taxas exigidas quando da operação de projetos;

IX - imagem do Google Earth localizando o lote;

X - anuência da sociedade condominial, quando for o caso.

Parágrafo único. Constatadas, a qualquer tempo, divergências nas informações ou discrepância nos valores recolhidos, o interessado será notificado a saná-los ou a prestar esclarecimentos no prazo de trinta (30) dias, sob pena de ser indeferido seu pedido e aplicadas as sanções cabíveis.

Art. 7º As regularizações, para qualquer tipo de edificação, que dizem respeito às hipóteses previstas no art. 5º, somente serão efetivadas mediante o pagamento de uma contrapartida financeira, conforme estabelecido nesta lei.

Art. 8º As compensações dar-se-ão em forma de contrapartida financeira, da seguinte forma:

I - compensações para a concessão de aumento do potencial construtivo de 1/8 CUB (um oitavo do custo unitário básico) por metro quadrado edificado a mais ou ausente do permitido/exigido para o uso e a zona em que situa;

II - compensações para a concessão de redução do número de vagas para estacionamento e pátio de carga e descarga 2 CUB (duas vezes o custo unitário básico), por vaga;

III - compensações para a concessão de desmembramento 1/2 CUB (metade do custo unitário básico) por lote.

§ 1º Considera-se CUB o Custo Unitário Básico, baseado no Sindicato de Indústria da Construção Civil (SINDUSCON), que deve ser calculado de acordo com a atividade em questão e, quando residencial, considerar o padrão médio da edificação.

§ 2º Quando a edificação apresentar irregularidades distintas, aplicam-se cumulativamente as compensações em que haja incorrido.

§ 3º O valor referente à contrapartida financeira poderá ser parcelado em até trinta e seis (36) parcelas iguais e mensais, obedidas, quanto aos juros e à correção monetária, as disposições aplicáveis aos tributos municipais, tendo como parcela mínima o valor de R\$100,00 (cem reais).

§ 4º A expedição do habite-se ficará condicionada à comprovação do pagamento da 1ª parcela do termo de ajuste de conduta.

§ 5º O inadimplemento de cinco (05) parcelas ou mais, sujeitará a cassação do habite-se expedido, com perda dos valores já recolhidos para compensação das sanções administrativas, não excluindo a aplicação de outras medidas cabíveis.

§ 6º Os casos de isenção estão previstos no art. 17 desta Lei.

Art. 9º As demandas judiciais promovidas pelo Município visando à demolição, paralisação ou interdição de construção irregular ou clandestina, que tenham sido regularizadas com base nesta Lei Complementar, serão extintas, devendo o proprietário ou responsável pela obra promover antecipadamente o pagamento das custas judiciais, emolumentos e honorários advocatícios.

Art. 10. As regularizações das construções localizadas em vias não oficializadas, loteamentos ou desmembramentos não aprovados pelo Poder Público Municipal dependerão de deliberação por parte do IBPLAN, observando-se a situação consolidada do local.

Art. 11. São também regularizáveis em regiões consolidadas, os desmembramentos em que os lotes a desmembrar e a área remanescente possuam edificações realizadas até a data da publicação desta Lei, cujas áreas (desmembradas e remanescente) possuam testada mínima de 5 m (cinco metros) e área superficial mínima de 125 m² (cento e vinte e cinco) metros quadrados, que apresentarem as seguintes condições locais:

I - Vias públicas oficializadas pelo Município;

II - Lotes demarcados;

III - Equipamentos urbanos de abastecimento de água, energia elétrica e drenagem de águas pluviais.

Art. 12. O pedido de que trata o artigo anterior deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - título de propriedade do imóvel;

II - memorial descritivo da situação proposta;

III - planta de situação do desmembramento com as suas dimensões, distâncias a uma das esquinas, nomes de todas as ruas que delimitam a quadra e indicação de norte magnético, em escala 1:1000;

IV - Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do CREA ou registro de Responsabilidade Técnica - RRT do CAU;

V - comprovante de pagamento da taxa correspondente à licença do desmembramento, nos termos do Código Tributário Municipal;

VI - fotos (10x15cm) da edificação, mostrando os recuos, afastamentos do imóvel e número de pavimentos, apresentando, quando possível, as desconformidades com a lei de uso e ocupação do solo, quando solicitado pelo Órgão Competente.

Art. 13. Aplica-se para o procedimento de que trata o artigo 12 as taxas vigentes de parcelamento, sob a forma de desmembramento.

Art. 14. A regularização da edificação não dispensa o interessado do cumprimento das demais exigências previstas em Lei para a utilização do imóvel para fins comerciais e industriais.

Art. 15. O Poder Público poderá negar a legalização a qualquer obra ou construção indevidamente executada, sempre que esta, em função das transgressões, afete o conjunto urbanístico local, não apresente condições mínimas de habitabilidade, uso, segurança, higiene, estética, bem como afete as condições de trânsito, transporte, estacionamento e outros serviços públicos.

Art. 16. A presente Lei Complementar exige o Município de Brusque de toda e qualquer responsabilidade no tocante a quaisquer direitos a propriedade de imóvel, posse ou domínio útil, a qualquer título, inclusive por acessão física.

Art. 17. Os interessados ficarão isentos do pagamento da contrapartida financeira para regularização da construção quando:

I - o imóvel possuir área construída de até 70,00 m² (setenta metros quadrados), destinado exclusivamente à residência unifamiliar, sendo este o único imóvel de sua propriedade;

II - edificações construídas comprovadamente até 1991;

III - os casos a que se refere o artigo 5º inciso X.

§ 1º A isenção prevista nos incisos I e II do caput será solicitada em requerimento escrito, instruído com as provas do cumprimento das exigências necessárias à sua concessão.

§ 2º Verificada, a qualquer tempo, a inobservância dos requisitos exigidos para sua concessão, ou o desaparecimento das condições que a motivaram, a isenção será cancelada, por despacho da autoridade competente, ficando o contribuinte obrigado a recolher a contrapartida financeira devida, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação da decisão.

Art. 18. Os recursos provenientes das contrapartidas financeiras previstas nesta Lei Complementar serão destinados à área de infraestrutura urbana, viária e ao meio ambiente, devendo ser destinados ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Art. 19. As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão por conta de dotação própria, consignada no orçamento do Município de Brusque.

Art. 20. Somente serão beneficiados pelo disposto nesta Lei Complementar aqueles que, no prazo de 2 (dois) anos, a contar da data da sua publicação, procederem o requerimento junto ao IBPLAN para regularização das edificações existentes em desconformidade com a legislação urbanística vigente.

Parágrafo único. A contrapartida prevista no art. 8º desta Lei Complementar será cobrada em dobro quando as edificações já tiverem sido notificadas pelo IBPLAN, no período de setembro de 2011 à setembro de 2013, nos termos da Lei Complementar nº 170/11.

Art. 21. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de setembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP
Chefe de Gabinete

Anexo Lei Complementar 222/2014

ANEXO I MODELO DE TERMO DE DECLARAÇÃO E RESPONSABILIDADE

Eu, _____, inscrito no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA/Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU sob o nº _____, abaixo subscrito, DECLARO, para fins de regularização, na forma prevista na Lei Complementar Municipal nº _____, e como responsável pelo levantamento da edificação localizada no imóvel situado na Rua _____, sob o número de matrícula _____ junto ao Cartório de Registro de Imóveis da _____ Circunscrição de propriedade/posse/domínio de _____, que o projeto apresentado reflete fielmente a construção executada, sendo passível de celebração de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, tendo pleno conhecimento de que no caso de serem apuradas desconformidades não será expedido Certificado de Vistoria e Conclusão de Obra - Habite-se.

E por ser a expressão da verdade, firmo a presente sob as penas da lei.

Brusque(SC), _____.

Assinatura do Profissional Assinatura do Proprietário

ANEXO II

QUADRO ESTATÍSTICO DA CONSTRUÇÃO:

INFORMAÇÕES DA CONSTRUÇÃO	PERMITIDO PLANO DIR.	CONSTR. EXISTENTE
ÁREA DO LOTE		
ÁREA CONSTRUÍDA TOTAL		
ÁREA A REGULARIZAR TOTAL		
TAXA DE OCUPAÇÃO DA CONSTRUÇÃO		
ÍNDICE DE APROVEITAMENTO DA CONSTRUÇÃO		
ÍNDICE DE PERMEABILIDADE DO TERRENO		
ALTURA DA CONSTRUÇÃO (entre o meio-fio da calçada e o topo da última laje acabada)		

NÚMERO DE PAVIMENTOS		
AFASTAMENTO FRONTAL		
AFASTAMENTO LATERAL DIREITO		
AFASTAMENTO LATERAL ESQUERDO		
AFASTAMENTO DE FUNDOS		
PÉ DIREITO		

Obs.: O presente quadro deverá constar na planta arquitetônica.

Decreto Nº. 7.497, de 11 de Setembro de 2014

DECRETO Nº. 7.497, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.676 de 19.12.13, a Lei nº 3.644 de 30.08.13, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no valor de R\$ 289.373,00 (duzentos e oitenta e nove mil, e trezentos e setenta e três reais), para atender a programação abaixo especificada:

25.00 Fundo Municipal de Saúde
25.001 Fundo Municipal de Brusque
010.0301.0340.1171 Construção Ampl. E Reforma de Unidade de Saúde
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.71.00 Outros Rec. Fundo Nacional de Saúde Inv.
VALOR R\$ 89.373,00
010.0301.0275.2272 Manutenção Assistência Farmacêutica (BLA-TB)
3.3.93.00 Transferência a Consórcios Públicos
0.1.02.00 Rec. de Impostos e de Transf. Imp-Saúde
VALOR R\$ 100.000,00
010.0304.0105.2279 Manutenção da Vigilância Sanitária
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.12.01 Serviço de Saúde - Vigilância Sanitária
VALOR R\$ 100.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

25.00 Fundo Municipal de Saúde
25.001 Fundo Municipal de Brusque
010.0301.0340.1171 Construção Ampl. E Reforma de Unidade de Saúde
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimento
0.1.71.00 Outros Rec. Fundo Nacional de Saúde Inv.
VALOR R\$ 89.373,00
010.0301.0275.2272 Manutenção Assistência Farmacêutica (BLA-TB)
3.3.90.00 Aplicações diretas - Outras despesas correntes
0.1.0.2.00 Rec. de Impostos e de Transf. Imp-Saúde
VALOR R\$ 100.000,00

I - Excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.12.01	Serviços de Saúde - Vigilância Sanitária
Valor Orçado	R\$ 705.000,00
Valor Arrecadado até 11/09/14	R\$ 817.139,88
Excesso de Arrecadação	R\$ 112.139,88
Valor Utilizado	R\$ 100.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de setembro de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL ELTON ROGRIGO RIFFEL
Prefeito Municipal Procurador Geral do Município

ANA BEATRIZ BARON LUDVIG
Secretária de Saúde

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP
Chefe Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.200, de 04 de Julho de 2014

PORTARIA Nº 9.200, DE 04 DE JULHO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município - LOM,

RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 008/2013, de 19 de dezembro de 2013, homologado em 23 de abril de 2014, para provimento do cargo efetivo de MOTORISTA SOCORRISTA, conforme abaixo nominados:

MOTORISTA SOCORRISTA
EDUARDO GAI GARCIA

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de julho de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 1722/2014

PORTARIA Nº 1722/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Sem Vencimentos a pedido da servidora Sra. PATRICIA SCHAEFER ROSA, matrícula nº 47610.2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Nutricionista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para tratar de assuntos particulares, pelo período de 01 (hum) anos, a contar de 06/08/2014.

Parágrafo Único - A licença de que trata este artigo foi concedida com fulcro nos artigos nºs 129, III e 137 da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de agosto de 2014.
Arnaldo Francisco da Silva
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício
Diretor de Recursos Humanos

Caçador

PREFEITURA

Revogação do Processo de Licitação 48-2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Revoga-se o processo Licitatório nº 48/2014 EDITAL: TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2014 TIPO: MENOR PREÇO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA POR EMPREITADA GLOBAL, PARA RECUPERAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL DO POSTO DE SAÚDE DO BAIRRO BERGER - MUNICIPIO DE CAÇADOR-SC, com a abertura dos envelopes de HABILITAÇÃO e de PROPOSTA DE PREÇO, às 16:00 horas do dia 10 (dez) de setembro de 2014, conforme especificações deste edital e seus anexos. POR CARACTERIZAR-SE UMA LICITAÇÃO DESERTA.

Caçador, 12 de setembro de 2014.
ROSELAINE DE ALMEIDA PÉRICO
Secretaria de Saúde

Lei Nº 3.155/2014

LEI Nº 3.155, de 10 de setembro de 2014.
Suplementa e anula dotações orçamentárias no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias abaixo descritas, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, no valor de R\$ 810.000,00 (oitocentos e dez mil reais):

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde Bloco Atenção Básica
3.3.50.00.00.00.00.0000 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos R\$ 20.000,00

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
12.365.0011.1.036 - Construção, Ampliação e Reformas de Centros de Educação Infantil
4.4.90.00.00.00.00.0001 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
12.361.0011.2.047 - Aplicação Recursos do FUNDEB 40%
3.3.50.00.00.00.00.0019 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos R\$ 331.000,00
12.365.0011.2.056 - Manutenção do Convênio com a ACEIAS
3.3.50.00.00.00.00.0001 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos R\$ 429.000,00
Total R\$ 810.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação disposta no art. 1º, serão utilizados recursos das anulações das dotações orçamentárias abaixo especificadas, no valor de R\$ 810.000,00 (oitocentos e dez mil reais):

02.04 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
06.181.0004.2.017 - Auxílio Financeiro à Associação de Serviços

Sociais Voluntários de Caçador
3.3.50.00.00.00.00.0000 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos R\$ 20.000,00

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
12.361.0011.1.030 - Construção, Ampliação e Reformas de Escolas Municipais
3.3.90.00.00.00.00.0001 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
12.361.0011.2.047 - Aplicação Recursos do FUNDEB 40%
3.1.90.00.00.00.00.0019 - Aplicações Diretas R\$ 331.000,00
12.361.0011.2.045 - Manutenção da Secretaria da Educação
3.1.90.00.00.00.00.0001 - Aplicações Diretas R\$ 429.000,00
Total R\$ 810.000,00
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 10 de setembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Gilberto Nicolao Haudsch
SECRETÁRIO DA FAZENDA

Decreto Nº 6.109/2014

DECRETO nº 6.109, de 08 de setembro de 2014.
Suplementa Dotação Orçamentária, por conta de Remanejamento entre Despesas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor da Secretaria Municipal de Educação, na importância de R\$ 2.232,23 (dois mil, duzentos e trinta e dois reais e vinte e três centavos):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
12.361.0011.2.045 - Manutenção da Secretaria de Educação
4.4.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 2.232,23

Art. 2º Para atender a suplementação especificada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes de Remanejamento entre despesas no valor de R\$ 2.232,23 (dois mil, duzentos e trinta e dois reais e vinte e três centavos):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
12.361.0011.2.045 - Manutenção da Secretaria de Educação
3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 2.232,23

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 08 de setembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Gilberto Nicolao Haudsch
SECRETÁRIO DA FAZENDA

Decreto Nº 6.110/2014

DECRETO Nº 6.110, de 09 de setembro de 2014.
Nomeia Comissão Especial de Avaliação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA :

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos ANTÔNIO CARLOS DO NASCIMENTO BITTENCOURT, PEDRO ANTÔNIO MASIERO e RICARDO CERRY, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Avaliação das seguintes áreas abaixo relacionadas:

I - um terreno rural com superfície de 105.066,00m² (cento e cinco mil e sessenta e seis metros quadrados), situado na Fazenda Cachoeira, nesta Comarca de Caçador, de propriedade de Osny Caetano da Silva Júnior, casado com Bianca Mara Zanchi Caetano da Silva, objeto da matrícula nº 25.229, do Registro de Imóveis da Comarca de Caçador.

II - um terreno rural com superfície de 229.883,57m² (duzentos e vinte e nove mil oitocentos e oitenta e três metros e cinquenta e sete decímetros quadrados), pertencente a uma área maior de 843.280,00m² (oitocentos e quarenta e três mil, duzentos e oitenta metros quadrados), situado na Granja Maristela, Fazenda Cachoeira, nesta Comarca de Caçador, de propriedade de Osny Caetano da Silva Júnior, casado com Bianca Mara Zanchi Caetano da Silva, objeto da matrícula nº 0918, do Registro de Imóveis da Comarca de Caçador,

III - um terreno rural com superfície de 20.840,25m² (vinte mil, oitocentos e quarenta metros e vinte e cinco decímetros quadrados), pertencente a uma área maior de 292.110,13m² (duzentos e noventa e dois mil, cento e dez metros e treze decímetros quadrados), situado no Castelhanos, nesta Comarca de Caçador, de propriedade de Baú - Madeiras Agroindustrial Ltda, objeto da matrícula nº 19518, do Registro de Imóveis da Comarca de Caçador;

IV - um terreno rural com superfície de 47.251,90m² (quarenta e sete mil, duzentos e cinquenta e um metros e noventa decímetros quadrados), pertencente a uma área maior de 238.864,95m² (duzentos e trinta e oito mil, oitocentos e sessenta e quatro metros e noventa e cinco decímetros quadrados), situado no Castelhanos, nesta Comarca de Caçador, de propriedade de Sul Brasil Indústria e Comércio de Acessórios Plásticos Ltda., objeto da matrícula nº 24.807, do Registro de Imóveis da Comarca de Caçador;

V - um terreno rural com superfície de 8.775,00m² (oito mil, setecentos e setenta e cinco metros quadrados), situado na Fazenda Cachoeira, nesta Comarca de Caçador, de propriedade de Antonio Francisco da Silva, objeto da matrícula nº 4851, do Registro de Imóveis da Comarca de Caçador.

Art. 2º A Comissão deverá apresentar laudo de avaliação ao Poder Executivo Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 09 de setembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Decreto Nº 6.111/2014

DECRETO Nº 6.111, de 10 de setembro de 2014.
Nomeia Comissão Especial de Avaliação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA :

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos ANTÔNIO CARLOS DO NASCIMENTO BITTENCOURT, PEDRO ANTÔNIO MASIERO e ALCEU ZARDO, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Avaliação da seguinte área abaixo relacionada:

I - um terreno rural com superfície de 84.104,40m² (oitenta e quatro mil, cento e quatro metros e quarenta decímetros quadrados), de propriedade de Serraria Cerro Azul, objeto das matrículas nºs 13.970, 16.143, 14.623, 7.292, 11.309, 16.054 e 30.192, do Registro de Imóveis da Comarca de Caçador.

Art. 2º A Comissão deverá apresentar laudo de avaliação ao Poder Executivo Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 10 de setembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Decreto Nº 6.112/2014

DECRETO nº 6.112, de 10 de setembro de 2014.
Substitui membro nomeado pelo Decreto nº 6.014/14, para compor Equipe Técnica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituído o membro CAROLINE ROCHA DE PAULA, designada para compor a Equipe Técnica do Órgão Gestor da Secretaria Municipal de Assistência Social, que será responsável pelo preenchimento de informações no Sistema de Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social (CNEAS), pela servidora ARLETE TORRESAN, a contar desta data.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 10 de setembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Decreto Nº 6.113/2014

DECRETO nº 6.113, de 10 de setembro de 2014.

Suplementa Dotação Orçamentária, por conta de Remanejamento entre Despesas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor da Secretaria Municipal da Fazenda, na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais):

11 - SECRETARIA DA FAZENDA

04.123.0002.2.778 - Manutenção da Secretaria da Fazenda

3.1.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação especificada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes de Remanejamento entre despesas no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais):

11 - SECRETARIA DA FAZENDA

04.123.0002.2.778 - Manutenção da Secretaria da Fazenda

3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 10 de setembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Gilberto Nicolao Haudsch
SECRETÁRIO DA FAZENDA

Decreto Nº 6.116/2014

DECRETO nº 6.116, de 11 de setembro de 2014.

Substitui membro nomeado pelo Decreto nº 5.677/13, para compor Comissão para Análise de Amostras.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituído o membro CRISTIANE ALINE DE SANTI, designada para compor a Comissão para Análise de Amostras dos Processos Licitatórios da Secretaria de Assistência Social, pela servidora ADRIANA DE LURDES BUSATO, a contar desta data.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de setembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Resolução Nº 01/2014 Comsea

Resolução 01/2014 de 12 de setembro de 2014.

Dispõe sobre a aprovação do COMSEA para a adesão do município de Caçador/SC ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional- SISAN.

O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3.060 de 12 de novembro de 2013, que institui o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Caçador/SC.

CONSIDERANDO o Caderno de Orientações para a adesão dos municípios ao SISAN do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS- Secretaria Executiva da Câmara Intermunicipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN.

CONSIDERANDO a Reunião Ordinária do dia 12 de setembro de 2014, Ata nº 50.

Resolve:

Art. 1º Aprovar a adesão do município ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional- SISAN.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 12 de setembro de 2014.

Marilene Ruppel Mantovani

Presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional- COMSEA

Aviso de Licitação PR 18-2014 - FUNDEMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2014

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE DOIS CAMINHÕES CABINE DUPLA PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROJETO SOS NASCENTES E FUNSAN DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 26/09/2014.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 26/09/2014.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 12 de setembro de 2014.

Luiz Gustavo Pavelski

Presidente FUNDEMA

CÂMARA MUNICIPAL**Resolução 07-14 - Define Os Centros de Custos Câmara**

RESOLUÇÃO Nº 07, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.

Define os Centros de Custos da Câmara Municipal de Caçador.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, do Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 43, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador e com base na Resolução nº 05, de 8 de setembro de 2014, que dispõe sobre a estrutura organizacional da Câmara Municipal de Caçador e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º Define os Centros de Custos da Câmara Municipal de Caçador, compreendendo os seguintes órgãos:

I - Centro de Custo 1:

- a) Plenário Osvaldo José Gomes;
- b) Plenário Joaquim Scolaro;
- c) Comissões Permanentes;
- d) Comissões Temporárias;
- e) Assessoria Contábil/Financeira;
- f) Assessoria Jurídica;
- g) Assessoria Legislativa;
- h) Assessoria Parlamentar de Gabinete.

II - Centro de Custo 2:

- a) Presidência;
- b) Diretoria Geral;
- c) Assessoria de Comunicação;
- d) Assessoria de Gabinete da Presidência;
- e) Controle Interno.

III - Centro de Custo 3:

- a) Análise Legislativa;
- b) Assistência Legislativa;
- c) Expediente;
- d) Arquivo;
- e) Biblioteca.

IV - Centro de Custo 4:

- a) Contabilidade;
- b) Compras;

c) Tesouraria;

d) Patrimônio;

e) Estoque.

V - Centro de Custo 5:

- a) Recursos Humanos;
- b) Assistência Jurídica;
- c) Licitações;
- d) Protocolo.

VI - Centro de Custo 6:

- a) telefonia;
- b) recepção;
- c) processamento de dados;
- d) frota;
- e) serviços gerais.

VII - Centro de Custo 7:

- a) Câmara Mirim.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 2014.

Wilson Luiz Binotto,
Presidente.

Edital de Audiência Pública Nº 07/2014.

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA nº 07/2014.

A Câmara Municipal de Caçador convida toda a sociedade civil organizada com atuação e sede no Município de Caçador, bem como os demais municípios, a participar de AUDIÊNCIA PÚBLICA, no âmbito da COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTAS DO MUNICÍPIO, que se realizará no dia 30 de setembro de 2014, às 18h30min, no Plenário Osvaldo José Gomez, sito à Rua Fernando Machado, 139, com a finalidade de demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais referentes ao 2º quadrimestre do exercício de 2014.

Caçador, em 10 de setembro de 2014.

Wilson Luiz Binotto,
Presidente da CMC.

Alencar Mendes,
Presidente em Exercício da CFOCM.

Resolução Nº 06-14 - Condutas Período Eleitoral
RESOLUÇÃO Nº 06, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre procedimentos e condutas a serem observadas pelos agentes políticos e demais servidores, com relação à veiculação de propaganda eleitoral, no recinto da Câmara Municipal de Caçador, durante o período eleitoral de 2014.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, no exercício de suas atribuições legais, de conformidade com o art. 42, inciso I da Lei Orgânica do Município e art. 29, inciso I do Regimento Interno da Câmara Municipal:

Considerando que neste ano de 2014 serão realizadas eleições para Presidente da República, Vice-Presidente, Governador, Vice-Governador, Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual, no dia 5 de outubro, se faz necessária a regulamentação da veiculação de propaganda eleitoral nas dependências desta Câmara Municipal, conforme disposição do art. 37, § 3º da Lei Federal nº 9.504, de 1997;

Considerando que o mencionado art. 37, § 3º, estabelece que a veiculação de propaganda eleitoral nas dependências do Poder Legislativo fica a critério da Mesa Diretora respectiva;

Considerando, por fim, a imperiosa necessidade de regulamentação, no período eleitoral, das condutas a serem adotadas pelos agentes políticos e demais servidores, com relação à veiculação de propaganda eleitoral no recinto desta Casa Legislativa:

RESOLVE:

Art. 1º Durante o período eleitoral fica expressamente vedado aos servidores públicos e agentes políticos da Câmara Municipal de Caçador:

I - afixar ou permitir a afixação de material como panfletos, folders, cartazes ou similares que veicule propaganda eleitoral em toda e qualquer dependência da Câmara Municipal de Caçador, inclusive nas paredes externas e janelas;

II - distribuir ou, por qualquer modo, facilitar a distribuição no âmbito das dependências da Câmara Municipal, de material que contenha propaganda de candidato, partido político ou coligação, bem como o depósito ou guarda deste material nestas mesmas instalações;

III - promover o transporte em veículos oficiais, a serviço da Câmara Municipal, de material de propaganda política e eleitoral de candidatos, partidos políticos ou coligações;

IV - ceder, utilizar ou de qualquer modo facilitar a utilização de bens e espaços pertencentes à Câmara Municipal, ou sob sua guarda e responsabilidade, em favor de candidato, partido político ou coligação;

V - utilizar em benefício de candidato, partido político ou coligação, materiais ou serviços custeados pela Câmara Municipal;

VI - ceder servidor ou empregado da administração pública local, vinculados à Câmara Municipal, durante o horário de expediente, para participação de propaganda política e eleitoral de candidatos, partidos políticos ou coligações, ou usar de seus serviços para comitês de campanha;

VII - a reprodução reprográfica de material, o envio de correspondência, o uso do sistema de telefonia fixo e celular, e-mail e qualquer outro material de expediente da Câmara Municipal, para promover a campanha eleitoral de qualquer candidato, partido ou coligação;

VIII - usar material que identifique candidato, partido político ou coligação, no interior da Câmara Municipal durante as Sessões Plenárias, no local de permanência dos Vereadores e nas salas das Comissões durante as respectivas reuniões.

§ 1º Entende-se por servidor e agente político, para efeitos deste artigo, quem exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função junto à Câmara Municipal.

§ 2º Entende-se por material de propaganda política e eleitoral de candidatos, partidos políticos ou coligações, para efeitos deste artigo, materiais gráficos, escritos ou impressos, materiais sonoros, e todo e qualquer objeto destinado à campanha.

§ 3º Não se inclui nas vedações deste artigo:

I - a entrada e permanência dos veículos dos Vereadores e Servidores que contenham propaganda de candidato, partido ou coligação;

II - afixação no interior dos Gabinetes dos Vereadores dos materiais de campanha previstos nesta Resolução.

Art. 2º Fica vedada a veiculação através do site da Câmara Municipal, de matéria que tenha como característica:

I - transmissão, ainda que sob a forma de entrevista jornalística, de resultados ou imagens de realização de pesquisa ou qualquer outro tipo de consulta popular de natureza eleitoral;

II - utilização de trucagem, montagem ou outro recurso de áudio ou vídeo que, de qualquer forma, degradem ou ridicularizem candidato, partido político ou coligação;

III - veiculação de propaganda política ou difusão de opinião favorável ou contrária a candidato, partido político ou coligação, e a seus órgãos ou representantes;

IV - permissão de tratamento privilegiado a candidato, partido político ou coligação.

Art. 3º As restrições aludidas no art. 2º, deverão ser observadas nas transmissões das Sessões Plenárias, conforme dispõe o art. 57 da Lei Federal nº 9.504, de 1997.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 2014.
Wilson Luiz Binotto,
Presidente.

Flavio Henrique dos Santos,
1º Secretário.

Cleony Lopes Barboza Figur,
2ª Secretária.

Camboriú

PREFEITURA

PR 6/14 - Fmc

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 006/2014-FMC

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DECORAÇÃO DOS EVENTOS: MOSTRA ABERTA DE TEATRO; *1º ENCONTRO DOS CONTADORES DE HISTÓRIA; *EXPOSIÇÃO DE ARTES; *3º CIRCUITO ESTADUAL DE CINEMA INFANTIL; *PRÊMIO CULTURA AÇORIANA - ARTE SOBRE TELA; *FESTIVAL DA CULTURA; *FORMATURA DAS OFICINAS E CURSOS; *DESFILE E BAILE DA ESCOLHA DA RAINHA FESTA RURAL. EVENTOS ESTES QUE COMPÕEM A PROGRAMAÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 10:00 horas do dia 25 (Vinte e Cinco) de Setembro de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 12 de Setembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Termo de Errata PR 10/14 - FUMREBOM

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

TERMO DE ERRATA

PREGÃO PRESENCIAL 010/2014-FUMREBOM

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Pregão Presencial 010/2014 - FUMREBOM, tendo como objeto a "AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, ZERO QUILOMETRO, DE FABRICAÇÃO NACIONAL, ANO E MODELO 2014, NA COR VERMELHA PARA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE CAMBORIÚ", sofreu a seguinte alteração:

Foi alterado a descrição do item 01 do Anexo I:

- onde lê-se: ESPECIFICAÇÃO - VEÍCULO PICK-UP CONFIGURAÇÕES MÍNIMAS: VEÍCULO TIPO CAMIONETA, 0KM (ZERO QUILOMETRO), ANO/MODELO 2014; CABINE DUPLA, 04 (QUATRO) PORTAS, E CAPACIDADE PARA 05 (CINCO) OCUPANTES, COM CAÇAMBA; COMPRIMENTO MÍNIMO DE 5.160 MM, LARGURA MÍNIMA DE 1.770 E MÁXIMA DE 1.850 MM, ALTURA MÁXIMA DE 1.890 MM, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS MÍNIMA DE 3.000 MM. DEVERÁ TER ALTURA LIVRE DO SOLO DE NO MÍNIMO 220 MM; CAÇAMBA DEVERÁ POSSUIR DIMENSÕES MÍNIMAS DE 1.320 MM DE COMPRIMENTO, 1.450 MM DE LARGURA E ALTURA MÍNIMA DE 400 MM; O VEÍCULO DEVERÁ POSSUIR CAPACIDADE DE CARGA DE PELO MENOS 900 KG; PROTETOR DE CAÇAMBA ORIGINAL; COR VERMELHO SÓLIDO; ESTRIBOS NAS LATERAIS; GANCHOS DIANTEIROS; PROTETOR DE CÁRTER; MOTOR COM PROPULSÃO DIESEL COM NO MÍNIMO 170 CV, E 2.980 CM³, INJEÇÃO ELETRÔNICA, COM TURBO E INTERCOOLER; TRAÇÃO 4X2, 4X4 E 4X4 REDUZIDA COM ACIONAMENTO POR ALAVANCA; TRANSMISSÃO

AUTOMÁTICA DE 05 (CINCO) VELOCIDADES []

- leia-se: ESPECIFICAÇÃO - VEÍCULO PICK-UP CONFIGURAÇÕES MÍNIMAS: VEÍCULO TIPO CAMIONETA, 0KM (ZERO QUILOMETRO), ANO/MODELO 2014; CABINE DUPLA, 04 (QUATRO) PORTAS, E CAPACIDADE PARA 05 (CINCO) OCUPANTES, COM CAÇAMBA; COMPRIMENTO MÍNIMO DE 5.160 MM, LARGURA MÍNIMA DE 1.770 E MÁXIMA DE 1.850 MM, ALTURA MÁXIMA DE 1.890 MM, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS MÍNIMA DE 3.000 MM. DEVERÁ TER ALTURA LIVRE DO SOLO DE NO MÍNIMO 220 MM; CAÇAMBA DEVERÁ POSSUIR DIMENSÕES MÍNIMAS DE 1.320 MM DE COMPRIMENTO, 1.450 MM DE LARGURA E ALTURA MÍNIMA DE 400 MM; O VEÍCULO DEVERÁ POSSUIR CAPACIDADE DE CARGA DE PELO MENOS 900 KG; PROTETOR DE CAÇAMBA ORIGINAL; COR VERMELHO SÓLIDO; ESTRIBOS NAS LATERAIS; GANCHOS DIANTEIROS; PROTETOR DE CÁRTER; MOTOR COM PROPULSÃO DIESEL COM NO MÍNIMO 170 CV, E 2.980 CM³, INJEÇÃO ELETRÔNICA, COM TURBO E INTERCOOLER; TRAÇÃO 4X2, 4X4 E 4X4 REDUZIDA COM ACIONAMENTO POR ALAVANCA; TRANSMISSÃO MANUAL DE 05 (CINCO) VELOCIDADES []

Desta maneira, fica prorrogada a data de abertura das propostas e documentações para o dia 25/09/2014 às 14h00min.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 12 de Setembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Lei N.º 2.712/2014

LEI N.º 2.712/2014

"DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE AQUECIMENTO DE ÁGUA POR ENERGIA SOLAR NOS PRÉDIOS PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica estabelecida, nos termos desta lei, a obrigatoriedade da instalação de sistemas de aquecimento de água por energia solar nas novas construções, ampliações e/ou reformas dos prédios públicos do município de Camboriú.

Art. 2º Os sistemas de aquecimento de água por energia solar de que trata esta Lei deverão ser dimensionados para atender, no mínimo, a cinquenta por cento de toda a demanda anual de água quente consumida na edificação.

Art. 3º O disposto nesta Lei não se aplica às edificações nas quais seja tecnicamente inviável alcançar as condições que correspondam à demanda anual de energia necessária para aquecimento de água por energia solar, na conformidade do disposto no seu art. 2º.

Parágrafo único. O enquadramento na situação prevista no "caput" deste artigo deverá ser comprovado por meio de estudo técnico elaborado por profissional habilitado, que demonstre a inviabilidade técnica de instalação do sistema.

Art. 4º As instalações utilizadas na implantação do sistema de aquecimento de água deverão respeitar a Normas Brasileiras (NBR's) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e ter sua eficiência comprovada por órgão técnico credenciado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO.

Art. 5º Todo edital de licitação, para obras de construção ou reforma de prédio público, trará, expressamente, a obrigatoriedade da instalação de sistema de aquecimento de água por energia solar na edificação.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo máximo de 90 dias a contar da data de sua publicação, especialmente detalhando medidas e parâmetros necessários à sua efetivação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Camboriú, em 12 de setembro de 2014.

MÁRCIO AQUILES DA SILVA
Presidente da Câmara

Publicada no Diário Oficial
Dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no livro de publicação.

Decreto N.º 1.919/2014

DECRETO N.º 1.919/2014

Reajusta a Tarifa do Transporte Coletivo no Município de Camboriú e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII, do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO o contrato de concessão de serviço público de transporte municipal n.º 001/2001, prorrogado em 20 de dezembro de 2011, por meio do quarto termo aditivo;

CONSIDERANDO o requerimento da Empresa Camboriú Transporte e Turismo Ltda. de 05/09/2014, acompanhado de planilha atualizada de custos, conforme determina o Ministério dos Transportes;

CONSIDERANDO o interesse público na manutenção do serviço prestado com qualidade, continuidade e eficiência;

DECRETA:

Art. 1º A tarifa cobrada pela Empresa Camboriú Transporte e Turismo Ltda., concessionária do serviço de transporte coletivo no Município de Camboriú, a partir do dia 15 de setembro de 2014, passa a ser de R\$ 3,25 (três reais e vinte e cinco centavos) para os itinerários constantes do contrato de concessão de serviço público de transporte coletivo municipal n.º 001/2001.

Art. 2º Fica revogado o Decreto n.º 1.671/2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 11 de setembro de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.923/2014

DECRETO N.º 1.923/2014

Altera o Decreto Municipal n.º 1.708, de 28 de agosto de 2013.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil, pelo artigo 79, inciso VII da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Ficam alteradas as alíneas "k" e "o" do inciso I, bem como a alínea "a", o item 1 da alínea "c" e o item 3 da alínea "d" do inciso II, todas do artigo 1º do Decreto Municipal n.º 1.708/2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º ()

I - ()

()

k) Procuradoria-Geral do Município: Felipe Bittencourt Wolfram, tendo como suplente Glaucia Fernanda Desplanches Sidor Bechtold;

()

o) Fundação Camboriuense de Gestão e Desenvolvimento Sustentável: Carla Rosana Krug, tendo como suplente Marcelo Guerreiro Chaves;

()

II - ()

a) Organização de entidade ambiental ou do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú: Ênio Faquete, tendo como suplente Letícia Rabelo;

()

c) ()

1. Gilmar Bolsi, tendo como suplente Roberta Raquel (Instituto Federal Catarinense - IFC);

()

d) ()

()

3. Eriberto João Rocha, tendo como suplente Valdecir Pereira (Câmara de Dirigentes Lojista - CDL).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 12 de setembro de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

Lei N.º 2.713/2014

LEI N.º 2.713/2014

Altera a Lei Municipal n.º 2.342, de 06 de julho de 2011.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alterados o caput do artigo 6º, o artigo 11, o caput e o inciso II do § 1º do artigo 14, todos da Lei Municipal n.º 2.342/2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º Os profissionais responsáveis pela execução do PROJOVEM ADOLESCENTE - Serviço Socioeducativo, exceto os mencionados

no inciso III do artigo 5º desta Lei, quando ofertado o serviço diretamente, deverão ser investidos ou contratados pelos entes locais com observância dos incisos II e IX do artigo 37 da Constituição.

()

Art. 11. Os profissionais do PROJÓVEM ADOLESCENTE serão contratados nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal.

()

Art. 14. A contratação do Facilitador de Oficina se dará pela celebração de contrato de prestação de serviços, não gerando qualquer vínculo de natureza empregatícia.

()

§ 1º ()

()

II - cada turma atendida poderá atingir até 30 (trinta) adolescentes.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 12 de setembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

RGF - Anexo I - Demonstrativo da Despesa com Pessoal Poder Legislativo 2º Quadrimestre 2014

MUNICÍPIO DE CAMBORIU - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE CAMBORIU
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
	(a)	NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.258.172,85	0,00
Pessoal Ativo	2.258.172,85	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	2.258.172,85	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	2.258.172,85	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	133.458.029,50	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	1,69	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 6%	8.007.481,77	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 5,7%	7.607.107,68	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 5,4%	7.206.733,59	
FONTE:		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

CAMBORIU, 11/09/2014

MARCIO AQUILES DA SILVA
Presidente da Camara

MARCIANO SILVA NETO
Contador CRC/SC 023979/O-8

Publicação Anexos LRF - RREO 4º Bimestre / 2014 - RGF 2º Quadrimestre / 2014

MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	68.329.142,26	92.936,82
Pessoal Ativo	66.485.011,10	70.461,78
Pessoal Inativo e Pensionista	1.520.422,46	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	323.708,70	22.475,04
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	2.340.882,20	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	819.621,62	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	838,12	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.520.422,46	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	65.988.260,06	92.936,82
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	66.081.196,88	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	135.203.815,61	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	48,88	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	73.010.060,43	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	69.359.557,41	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%	65.709.054,39	
FONTE:		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

Camboriú, 11/09/2014

Luzia Lourdes Coppi Mathias
Prefeita Municipal

Sérgio Luiz Venâncio
Secretário de Finanças

Renata Pereira
Contadora - CRC 028070/O-6

Kaíta Helen Testoni
Controladoria

MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	2.535.830,95	1.956.707,33	1.538.340,30	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	2.535.830,95	1.956.707,33	1.538.340,30	0,00
Interna	2.535.830,95	1.956.707,33	1.538.340,30	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	17.099.683,77	27.893.357,38	27.022.461,95	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	17.766.740,51	30.489.153,69	29.117.737,40	0,00
Demais Haveres Financeiros	88,26	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	667.145,00	2.595.796,31	2.095.275,45	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-14.563.852,82	-25.936.650,05	-25.484.121,65	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	121.308.199,91	132.697.904,76	135.203.815,61	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	2,09%	1,47%	1,14%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-12,01%	-19,55%	-18,85%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	145.569.839,89	159.237.485,71	162.244.578,73	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	131.012.855,90	143.313.737,14	146.020.120,86	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	2.535.830,95	1.956.707,33	1.538.340,30	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	2.386.649,69	1.817.202,69	1.247.755,69	0,00
Interna	2.386.649,69	1.817.202,69	1.247.755,69	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	149.181,26	139.504,64	290.584,61	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	487.805,01	931.767,87	963.001,96	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.326.716,38	34.827.572,83	34.089.937,30	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	13.889.325,31	13.889.325,31	13.889.325,31	0,00
Passivo Atuarial	13.889.325,31	13.889.325,31	13.889.325,31	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	18.476.060,01	20.169.082,27	22.198.613,31	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.287,18	3.847,23	3.765,94	0,00
Investimentos	18.474.772,83	20.165.235,04	22.194.847,37	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	19.116,05	92.382,16	54.564,12	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	-4.586.734,70	-6.279.756,96	-8.309.288,00	0,00

Camboriú, 11/09/2014

Luzia Lourdes Coppi Mathias
Prefeita Municipal

Sérgio Luiz Venâncio
Secretário de Finanças

Renata Pereira
Contadora - CRC 028070/O-6

Kaita Helen Testoni
Controladoria

FONTE:

MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2014

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	121.308.199,91	132.697.904,76	135.203.815,61	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22^c	26.687.803,98	29.193.539,05	29.744.839,43	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	24.019.023,58	26.274.185,14	26.770.355,49	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

Camboriú, 11/09/2014

Luzia Lourdes Coppi Mathias
Prefeita Municipal

Sérgio Luiz Venâncio
Secretário de Finanças

Renata Pereira
Contadora - CRC 028070/O-6

Kaita Helen Testoni
Controladoria

MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	160.874,21	160.874,21
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	160.874,21	160.874,21
Interna	160.874,21	160.874,21
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	160.874,21	160.874,21
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	135.203.815,61	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	160.874,21	0,12
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	21.632.610,50	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	19.469.349,45	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	9.464.267,09	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	160.874,21	0,12

FONTE:

Camboriú, 11/09/2014

Luzia Lourdes Coppi Mathias
Prefeita Municipal

Sérgio Luiz Venâncio
Secretário de Finanças

Renata Pereira
Contadora - CRC 028070/O-6

Kaíta Helen Testoni
Controladoria

MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Quadrimestre de 2014

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	66.081.196,88	48,88
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	73.010.060,43	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	69.359.557,41	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-25.484.121,65	-18,85
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	162.244.578,73	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	29.744.839,43	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	160.874,21	0,12
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	21.632.610,50	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	9.464.267,09	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	0,00	0,00

FONTE:

Camboriú, 11/09/2014

Luzia Lourdes Coppi Mathias
Prefeita Municipal

Sérgio Luiz Venâncio
Secretário de Finanças

Renata Pereira
Contadora - CRC 028070/O-6

Kaíta Helen Testoni
Controladoria

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas						
Mobiliária	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	123.500.000,00	123.500.000,00	24.734.115,27	20,03	101.455.716,06	82,15
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	123.500.000,00	123.500.000,00	24.734.115,27	20,03	101.455.716,06	82,15
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	7.426.559,19	—	—	4.077.700,69	—
Superávit Financeiro	—	7.426.559,19	—	—	4.077.700,69	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	121.063.500,00	33.640.881,11	154.704.381,11	19.738.417,99	115.368.581,25	23.645.944,01	82.790.430,04	53,52
DESPESAS CORRENTES	108.931.800,00	8.568.428,04	117.500.228,04	17.780.375,82	88.555.852,74	19.969.207,80	72.451.230,69	61,66
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	65.068.400,00	65.896,77	65.134.296,77	11.196.833,15	42.841.568,69	11.212.258,56	42.806.258,23	65,72
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	500.000,00	0,00	500.000,00	33.346,27	178.137,23	34.016,41	174.758,70	34,95
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	43.363.400,00	8.502.531,27	51.865.931,27	6.550.196,40	45.536.146,82	8.722.932,83	29.470.213,76	56,82
DESPESAS DE CAPITAL	10.031.700,00	25.072.453,07	35.104.153,07	1.958.042,17	26.812.728,51	3.676.736,21	10.339.199,35	29,45
INVESTIMENTOS	8.331.700,00	25.072.453,07	33.404.153,07	1.673.318,67	25.641.334,51	3.387.099,31	9.180.834,49	27,48
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.700.000,00	0,00	1.700.000,00	284.723,50	1.171.394,00	289.636,90	1.158.364,86	68,14
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.100.000,00	0,00	2.100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.436.500,00	122.767,00	2.559.267,00	441.711,36	1.999.711,19	477.291,76	1.939.854,29	75,80
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.211.500,00	122.767,00	2.334.267,00	440.911,36	1.796.311,19	440.911,36	1.796.311,19	76,95
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	225.000,00	0,00	225.000,00	800,00	203.400,00	36.380,40	143.543,10	63,80

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.436.500,00	122.767,00	2.559.267,00	441.711,36	1.999.711,19	477.291,76	1.939.854,29	619.412,71
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	123.500.000,00	33.763.648,11	157.263.648,11	20.180.129,35	117.368.292,44	24.123.235,77	84.730.284,33	72.533.363,78
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	123.500.000,00	33.763.648,11	157.263.648,11	20.180.129,35	117.368.292,44	24.123.235,77	84.730.284,33	72.533.363,78
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	16.725.431,73	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	123.500.000,00	33.763.648,11	157.263.648,11	20.180.129,35	117.368.292,44	24.123.235,77	101.455.716,06	72.533.363,78

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 4.774.548,51

FONTE:

Camboriú, 11/09/2014

Luzia Lourdes Coppi Mathias Prefeita Municipal	Sérgio Luiz Venâncio Secretário de Finanças	Renata Pereira Contadora - CRC 028070/O-6	Kaita Helen Testoni Controladoria
---	--	--	--------------------------------------

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
				Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)			17.861.000,00	18.354.011,86	102,76
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU			6.000.000,00	6.867.077,69	114,45
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI			5.000.000,00	5.190.521,20	103,81
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS			3.500.000,00	2.554.264,76	72,98
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF			320.000,00	196.254,74	61,33
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos			31.000,00	229.145,92	739,18
Dívida Ativa dos Impostos			2.950.000,00	3.311.595,24	112,26
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa			60.000,00	5.152,31	8,59
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)			41.400.000,00	25.642.061,69	61,94
Cota-Parte FPM			27.000.000,00	15.429.142,53	57,14
Cota-Parte ITR			10.000,00	1.350,74	13,51
Cota-Parte IPVA			4.200.000,00	3.368.178,56	80,19
Cota-Parte ICMS			10.000.000,00	6.714.622,94	67,15
Cota-Parte IPI-Exportação			140.000,00	103.109,96	73,65
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais			50.000,00	25.656,96	51,31
Desoneração ICMS (LC 87/96)			50.000,00	25.656,96	51,31
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II		59.261.000,00	59.261.000,00	43.996.073,55	74,24
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
				Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS			7.375.000,00	5.675.987,81	76,96
Provenientes da União			6.814.000,00	5.093.285,36	74,75
Provenientes dos Estados			561.000,00	582.702,45	103,87
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE			0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		7.375.000,00	7.375.000,00	5.675.987,81	76,96
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS	
				Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100
DESPESAS CORRENTES		19.714.000,00	20.656.619,56	15.127.193,51	73,23
Pessoal e Encargos Sociais		12.333.000,00	12.278.556,77	8.126.995,33	66,19
Outras Despesas Correntes		7.381.000,00	8.378.062,79	7.000.198,18	83,55
DESPESAS DE CAPITAL		513.000,00	6.742.969,63	6.127.088,67	90,87
Investimentos		513.000,00	6.742.969,63	6.127.088,67	90,87

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	513.000,00	6.742.969,63	6.127.088,67	90,87	2.016.675,99	29,91
Investimentos	513.000,00	6.742.969,63	6.127.088,67	90,87	2.016.675,99	29,91
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	20.227.000,00	27.399.589,19	21.254.282,18	77,57	14.945.545,06	54,55
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	%	DESPESAS LIQUIDADAS	%
			Até o Bimestre (h)	(h/IV)x100	Até o Bimestre (i)	(i/IVg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	7.375.000,00	12.717.200,00	9.870.951,51	46,44	5.504.168,23	36,83
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	7.375.000,00	12.717.200,00	9.870.951,51	46,44	5.504.168,23	36,83
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	-	0,00	0,00	-	-
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	7.375.000,00	12.717.200,00	9.870.951,51	46,44	5.504.168,23	36,83
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	12.852.000,00	14.682.389,19	11.383.330,67	31,13	9.441.376,83	17,72
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]						
	2.841.965,80					

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						
Inscritos em 2013	1.185.022,66	34.021,20	245.680,99	939.341,67	0,00	
TOTAL	1.185.022,66	34.021,20	245.680,99	939.341,67	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)				
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00			
TOTAL (VIII)	0,00	0,00	0,00			
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
	LIMITE NÃO CUMPRIDO					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
	-	-	-			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
Atenção Básica Assistência Hospitalar e Ambulatorial Vigilância Epidemiológica TOTAL	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
	17.955.000,00	24.810.389,19	19.618.679,10	92,30	13.905.692,02	93,04
	1.622.000,00	1.900.000,00	1.124.296,97	5,29	649.069,17	4,34
	650.000,00	689.200,00	511.306,11	2,41	390.783,87	2,61
	20.227.000,00	27.399.589,19	21.254.282,18	100,00	14.945.545,06	100,00

FONTE:

- ¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
- ² O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h-i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- ³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h-i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- ⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
- ⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
- ⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i) - (15 \times Ilb)/100]$

Continua 3/4

Município de Camboriú - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Camboriú, 11/09/2014

Município de Camboriú - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	123.500.000,00	
Previsão Atualizada		—	123.500.000,00	
Receitas Realizadas		24.734.115,27	101.455.716,06	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	4.077.700,69	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	123.500.000,00	
Créditos Adicionais		—	33.763.648,11	
Dotação Atualizada		—	157.263.648,11	
Despesas Empenhadas		20.180.129,35	117.368.292,44	
Despesas Liquidadas		24.123.235,77	84.730.284,33	
Superavit Orçamentário		—	16.725.431,73	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		20.180.129,35	117.368.292,44	
Despesas Liquidadas		24.123.235,77	84.730.284,33	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			135.203.815,61	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		1.330.734,70	4.774.548,51	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		277.417,83	1.060.406,28	
Liquidadas		277.417,83	1.060.406,28	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		1.053.316,87	3.714.142,23	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-505.368,36	-13.005.151,98	2.573,40
Resultado Primário		1.276.000,00	14.495.019,79	1.135,97
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	5.274.569,10	215.166,64	3.544.614,98	1.514.787,48
EXECUTIVO	4.653.984,56	215.166,64	3.000.891,54	1.437.926,38
LEGISLATIVO	377.048,91	0,00	361.485,01	15.563,90
EXECUTIVO	243.535,63	0,00	182.238,43	61.297,20
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	496.518,05	80,00	496.260,50	177,55
EXECUTIVO	469.088,85	80,00	469.008,85	0,00
LEGISLATIVO	27.429,20	0,00	27.251,65	177,55
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	68.795,28	68.795,28	0,00	0,00
EXECUTIVO	68.795,28	68.795,28	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	170.626,95	0,00	170.626,95	0,00
EXECUTIVO	169.116,11	0,00	169.116,11	0,00
LEGISLATIVO	1.510,84	0,00	1.510,84	0,00
TOTAL:	6.010.509,38	284.041,92	4.211.502,43	1.514.965,03

Continua 1/2

Município de Camboriú - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		8.760.248,54	25%	19,91
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		18.971.004,83	60%	81,77
Liquidadas		18.971.004,83		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			160.874,21	-159.874,21
Despesa de Capital Líquida			10.339.199,35	24.764.953,72
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			235.200,00	-234.200,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		9.441.376,83	15,00	21,46
Liquidadas		9.441.376,83		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Camboriú, 11/09/2014

 Luzia Lourdes Coppi Mathias
 Prefeita Municipal

 Sérgio Luiz Venâncio
 Secretário de Finanças

 Renata Pereira
 Contadora - CRC 028070/O-6

 Kaita Helen Testoni
 Controladoria

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	121.063.500,00	154.704.381,11	19.738.417,99	115.368.581,25	23.645.944,01	82.790.430,04	97,71	53,52
Legislativa	3.479.500,00	3.479.500,00	532.150,17	1.887.543,82	526.200,74	1.693.673,39	2,00	48,68
Ação Legislativa	3.479.500,00	3.479.500,00	532.150,17	1.887.543,82	526.200,74	1.693.673,39	2,00	48,68
Judiciária	519.000,00	719.000,00	61.910,07	573.665,01	64.887,08	568.209,79	0,67	79,03
Ação Judiciária	201.000,00	201.000,00	0,00	193.956,81	0,00	193.956,81	0,23	96,50
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	318.000,00	518.000,00	61.910,07	379.708,20	64.887,08	374.252,98	0,44	72,25
Administração	10.804.900,00	12.156.700,00	1.948.686,09	9.581.153,89	2.010.210,73	6.924.524,17	8,17	56,96
Administração Geral	8.642.900,00	9.875.900,00	1.714.750,30	7.950.828,06	1.611.360,17	5.571.884,54	6,58	56,42
Administração Financeira	1.576.000,00	1.689.800,00	170.307,32	1.136.253,50	276.503,32	916.124,26	1,08	54,21
Normalização e Fiscalização	158.000,00	163.000,00	27.240,96	114.166,13	26.839,77	113.474,94	0,13	69,62
Comunicação Social	428.000,00	428.000,00	36.387,51	379.906,20	95.507,47	323.040,43	0,38	75,48
Segurança Pública	824.500,00	1.583.960,48	258.675,33	710.932,87	152.644,03	470.998,73	0,56	29,74
Policimento	495.500,00	495.500,00	48.125,05	254.787,45	41.184,44	174.194,18	0,21	35,16
Defesa Civil	329.000,00	1.088.460,48	210.550,28	456.145,42	111.459,59	296.804,55	0,35	27,27
Assistência Social	4.296.500,00	5.318.631,00	651.049,85	3.748.386,85	796.859,18	2.772.722,48	3,27	52,13
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.125.000,00	1.352.500,00	227.553,10	1.352.047,88	284.427,01	773.959,92	0,91	57,22
Assistência Comunitária	3.171.500,00	3.966.131,00	423.496,75	2.396.338,97	512.432,17	1.988.762,56	2,36	50,40
Previdência Social	2.400.000,00	2.400.000,00	268.810,79	1.113.049,82	277.417,83	1.060.406,28	1,25	44,18
Previdência do Regime Estatutário	2.400.000,00	2.400.000,00	268.810,79	1.113.049,82	277.417,83	1.060.406,28	1,25	44,18
Saúde	21.607.000,00	28.779.589,19	3.675.112,81	22.389.556,73	5.276.126,27	15.647.604,88	18,47	54,37
Atenção Básica	17.735.000,00	24.590.389,19	3.094.014,65	19.481.254,63	4.627.804,37	13.770.806,75	16,25	56,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.622.000,00	1.900.000,00	371.110,75	1.124.296,97	214.232,73	649.069,17	0,77	34,16
Vigilância Epidemiológica	650.000,00	689.200,00	71.891,59	511.306,11	104.612,31	390.783,87	0,46	56,70
Alimentação e Nutrição	1.600.000,00	1.600.000,00	138.095,82	1.272.699,02	329.476,86	836.945,09	0,99	52,31
Educação	41.289.000,00	46.661.938,83	6.704.697,00	33.479.626,42	7.529.315,46	27.843.887,16	32,86	59,67
Ensino Fundamental	25.275.000,00	28.919.812,00	3.964.496,60	20.852.281,42	4.608.259,87	16.549.748,24	19,53	57,23
Educação Infantil	15.953.000,00	17.681.126,83	2.740.200,40	12.597.345,00	2.906.055,59	11.274.138,92	13,31	63,76
Educação de Jovens e Adultos	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Especial	50.000,00	50.000,00	0,00	30.000,00	15.000,00	20.000,00	0,02	40,00
Cultura	835.500,00	1.199.300,00	152.335,39	902.710,08	172.259,78	827.244,99	0,98	68,98
Difusão Cultural	835.500,00	1.199.300,00	152.335,39	902.710,08	172.259,78	827.244,99	0,98	68,98

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Urbanismo	121.063.500,00	154.704.381,11	19.738.417,99	115.368.581,25	23.645.944,01	82.790.430,04	97,71	53,52
Infra-Estrutura Urbana	10.890.500,00	24.201.363,61	2.063.623,63	19.316.406,72	2.880.718,13	9.512.444,38	11,23	39,31
Serviços Urbanos	9.907.000,00	22.874.363,61	1.929.496,72	18.469.419,87	2.748.717,14	8.780.162,70	10,36	38,38
Habitação	983.500,00	1.327.000,00	154.126,91	846.986,85	132.000,99	732.281,68	0,86	55,18
Habitação Urbana	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	14.485.000,00	18.030.000,00	2.611.400,66	15.254.352,91	2.605.428,21	9.886.402,18	11,67	54,83
Gestão Ambiental	14.485.000,00	18.030.000,00	2.611.400,66	15.254.352,91	2.605.428,21	9.886.402,18	11,67	54,83
Preservação e Conservação Ambiental	536.500,00	575.500,00	65.903,67	338.726,27	67.650,90	302.059,80	0,36	52,49
Agricultura	536.500,00	575.500,00	65.903,67	338.726,27	67.650,90	302.059,80	0,36	52,49
Extensão Rural	1.065.000,00	1.065.000,00	152.319,01	758.675,62	179.605,11	723.124,32	0,85	67,90
Comércio e Serviços	1.065.000,00	1.065.000,00	152.319,01	758.675,62	179.605,11	723.124,32	0,85	67,90
Turismo	1.084.100,00	1.523.598,00	92.840,20	1.308.902,83	199.848,14	1.188.335,10	1,40	78,00
Desporto e Lazer	1.084.100,00	1.523.598,00	92.840,20	1.308.902,83	199.848,14	1.188.335,10	1,40	78,00
Desporto Comunitário	1.442.500,00	1.506.300,00	160.833,55	1.455.360,18	346.560,28	1.055.213,62	1,25	70,05
Encargos Especiais	1.442.500,00	1.506.300,00	160.833,55	1.455.360,18	346.560,28	1.055.213,62	1,25	70,05
Serviço da Dívida Interna	3.400.000,00	3.400.000,00	318.069,77	2.549.531,23	560.212,14	2.313.578,77	2,73	68,05
Outros Encargos Especiais	2.200.000,00	2.200.000,00	318.069,77	1.349.531,23	323.653,31	1.333.123,56	1,57	60,60
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.200.000,00	1.200.000,00	0,00	1.200.000,00	236.558,83	980.455,21	1,16	81,70
	2.100.000,00	2.100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Legislativa	2.436.500,00	2.559.267,00	441.711,36	1.998.711,19	477.291,76	1.939.854,29	2,29	75,80
Ação Legislativa	20.500,00	20.500,00	3.967,63	13.905,61	3.331,45	13.203,23	0,02	64,41
Judiciária	20.500,00	20.500,00	3.967,63	13.905,61	3.331,45	13.203,23	0,02	64,41
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	3.500,00	3.500,00	355,60	1.285,36	355,60	1.285,36	0,00	36,72
Administração	3.500,00	3.500,00	355,60	1.285,36	355,60	1.285,36	0,00	36,72
Administração Geral	126.500,00	126.500,00	14.940,55	84.624,93	19.434,52	73.415,65	0,09	58,04
Administração Financeira	90.000,00	90.000,00	8.963,42	62.667,45	13.457,39	51.458,17	0,06	57,18
Normalização e Fiscalização	34.000,00	34.000,00	5.697,71	20.923,77	5.697,71	20.923,77	0,02	61,54
Comunicação Social	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2.000,00	2.000,00	279,42	1.033,71	279,42	1.033,71	0,00	51,69

Continua 2/4

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Assistência Social	2.436.500,00	2.559.267,00	441.711,36	1.999.711,19	477.291,76	1.939.854,29	2,29	75,80
Assistência Comunitária	41.000,00	41.000,00	8.300,64	28.178,67	8.836,84	28.014,86	0,03	68,33
Saúde	41.000,00	41.000,00	8.300,64	28.178,67	8.836,84	28.014,86	0,03	68,33
Atenção Básica	220.000,00	220.000,00	31.764,87	137.424,47	35.405,78	134.885,27	0,16	61,31
Educação	220.000,00	220.000,00	31.764,87	137.424,47	35.405,78	134.885,27	0,16	61,31
Ensino Fundamental	1.825.000,00	1.947.767,00	357.829,15	1.618.210,93	381.287,97	1.580.918,35	1,87	81,17
Educação Infantil	1.145.000,00	1.267.767,00	230.610,20	1.098.133,33	244.853,67	1.075.502,32	1,27	84,83
Cultura	680.000,00	680.000,00	127.218,95	520.077,60	136.434,30	505.416,03	0,60	74,33
Difusão Cultural	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Urbanismo	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana	125.000,00	125.000,00	18.752,43	69.146,91	18.752,43	69.146,91	0,08	55,32
Serviços Urbanos	110.000,00	110.000,00	15.780,81	58.756,60	15.780,81	58.756,60	0,07	53,42
Saneamento	15.000,00	15.000,00	2.971,62	10.390,31	2.971,62	10.390,31	0,01	69,27
Saneamento Básico Urbano	15.000,00	15.000,00	2.226,76	8.623,31	2.226,76	8.623,31	0,01	57,49
Gestão Ambiental	15.000,00	15.000,00	2.226,76	8.623,31	2.226,76	8.623,31	0,01	57,49
Preservação e Conservação Ambiental	2.000,00	2.000,00	0,00	600,00	79,14	528,49	0,00	26,42
Agricultura	2.000,00	2.000,00	0,00	600,00	79,14	528,49	0,00	26,42
Extensão Rural	16.000,00	16.000,00	2.762,12	10.373,39	2.762,12	10.373,39	0,01	64,83
Comércio e Serviços	16.000,00	16.000,00	2.762,12	10.373,39	2.762,12	10.373,39	0,01	64,83
Turismo	7.000,00	7.000,00	811,61	2.337,61	811,61	2.337,61	0,00	33,39
Desporto e Lazer	7.000,00	7.000,00	811,61	2.337,61	811,61	2.337,61	0,00	33,39
Desporto Comunitário	31.000,00	31.000,00	0,00	25.000,00	4.007,54	17.121,86	0,02	55,23
	31.000,00	31.000,00	0,00	25.000,00	4.007,54	17.121,86	0,02	55,23

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.436.500,00	2.559.267,00	441.711,36	1.999.711,19	477.291,76	1.939.854,29	2,29	75,80
Desporto e Lazer	31.000,00	31.000,00	0,00	25.000,00	4.007,54	17.121,86	0,02	55,23
Desporto Comunitário	31.000,00	31.000,00	0,00	25.000,00	4.007,54	17.121,86	0,02	55,23
TOTAL (III) = (I + II)	123.500.000,00	157.263.648,11	20.180.129,35	117.368.292,44	24.123.235,77	84.730.284,33	100,00	53,88

FONTE:

Camboriú, 11/09/2014

Luzia Lourdes Coppi Mathias	Sérgio Luiz Venâncio	Renata Pereira
Prefeita Municipal	Secretário de Finanças	Contadora - CRC 028070/O-6

Kaita Helen Testoni
Controladoria

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Camboriú - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Agos/2014	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	10.236.794,56	10.752.322,42	11.518.999,84	13.360.043,89	12.703.118,32	15.672.156,66	12.015.727,86	12.405.309,46	12.255.357,85	11.070.311,87	11.307.358,42	11.345.240,75	128.820.500,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.597.414,76	1.834.303,56	1.776.524,71	1.752.332,72	2.350.452,88	5.982.281,02	2.976.612,61	2.678.074,97	2.289.491,87	2.093.910,73	2.024.700,86	1.860.317,68	22.996.000,00
I.P.T.U.	93.799,68	90.231,42	69.465,41	25.315,84	321.767,39	3.386.946,28	939.981,92	667.767,13	304.893,36	251.389,72	228.647,53	165.680,34	6.000.000,00
I.R.R.F.	26.982,62	25.638,50	28.519,16	196.021,34	0,00	25.463,73	27.044,75	25.580,28	28.435,76	31.799,58	29.841,37	28.089,27	320.000,00
I.S.S.	375.633,39	368.750,94	368.220,04	273.549,09	303.382,83	337.932,05	320.788,43	333.347,29	332.685,51	347.781,09	250.524,73	327.842,83	3.500.000,00
I.T.B.I.L	384.604,32	536.717,80	519.052,24	415.845,10	867.200,46	661.593,12	633.734,78	663.716,85	572.186,52	611.644,69	636.242,63	524.210,15	5.000.000,00
Outras Receitas Tributárias	716.394,75	811.964,90	791.247,86	841.601,35	858.102,20	970.353,84	1.058.082,73	967.663,42	1.000.286,70	856.695,65	879.444,60	814.456,09	8.176.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	322.652,72	318.926,87	317.255,25	458.809,60	335.202,40	422.786,21	365.994,26	339.413,19	347.508,93	363.725,03	352.973,93	354.521,97	3.738.500,00
RECEITA PATRIMONIAL	160.018,34	198.302,19	174.378,16	216.049,96	199.112,79	363.642,22	317.042,28	434.882,03	543.976,38	327.518,71	405.441,40	575.835,48	922.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	763.656,42	834.925,64	819.387,08	859.675,68	767.996,92	889.068,65	844.373,76	919.706,76	887.167,23	830.919,00	827.430,39	856.877,24	9.726.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.841.365,09	6.655.541,37	7.678.688,60	8.007.500,61	8.059.531,31	7.362.436,33	6.824.376,57	7.383.666,20	7.699.673,36	6.921.934,34	6.852.068,07	7.294.181,09	86.606.000,00
Cota-Parte do FPM	1.410.713,15	1.410.734,82	1.982.303,50	2.023.974,65	2.379.325,46	2.540.771,59	1.507.173,15	1.720.184,40	2.282.357,23	1.719.119,96	1.476.506,52	1.793.704,22	27.000.000,00
Cota-Parte do ICMS	832.192,87	809.090,07	900.296,56	897.285,98	883.974,47	838.355,61	846.110,86	828.303,72	844.376,79	851.315,73	782.143,58	830.040,38	10.000.000,00
Cota-Parte do IPVA	403.889,22	404.178,19	247.430,03	196.505,42	258.137,91	324.607,52	371.404,11	480.455,25	481.613,63	460.828,54	534.960,35	455.973,25	4.200.000,00
Cota-Parte do ITR	946,33	6.483,93	1.639,51	238,51	94,14	353,88	66,40	106,78	98,09	36,90	44,67	549,98	10.000,00
Outras Transferências Correntes	1.421.176,58	1.329.771,90	1.533.716,93	1.870.807,10	1.445.036,32	642.136,96	1.317.941,54	1.547.522,74	1.012.138,41	986.161,80	1.357.739,44	1.336.100,33	12.206.000,00
Transferências da LC 61/1989	11.673,15	12.478,66	13.842,09	14.794,20	13.870,33	11.742,97	11.474,38	12.892,79	13.587,95	12.941,81	13.295,27	13.704,46	140.000,00
Transferências da LC 87/1996	3.677,61	3.677,61	3.677,61	3.677,61	3.665,28	3.665,28	0,00	3.665,28	3.665,28	3.665,28	3.665,28	3.665,28	50.000,00
Transferências do FUNDEB	2.757.095,18	2.679.126,19	3.015.780,37	3.000.217,14	3.075.427,40	3.000.802,52	2.769.992,33	2.790.935,24	3.051.635,98	2.887.864,42	2.674.072,96	2.860.443,19	33.000.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	551.687,23	909.322,79	752.366,04	2.065.675,32	990.822,02	651.940,23	684.542,38	629.468,31	508.540,08	526.944,06	844.743,77	403.507,29	4.832.000,00
DEDUÇÕES (II)	676.637,46	672.064,39	769.743,46	916.926,38	852.137,43	923.070,96	705.496,88	767.455,65	883.579,19	769.568,63	723.719,27	780.176,59	10.126.500,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	144.006,97	143.075,14	143.905,42	289.544,70	144.324,14	179.075,77	156.241,35	158.414,21	156.399,59	159.987,20	159.596,32	160.649,28	1.848.500,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	532.630,49	528.989,25	625.838,04	627.381,68	707.813,29	743.995,19	547.245,53	609.041,44	727.179,60	609.581,43	564.122,95	619.527,31	8.280.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	9.560.157,10	10.080.258,03	10.748.656,38	12.443.117,51	11.850.980,89	14.748.085,70	11.312.240,98	11.637.853,81	11.371.776,66	10.300.783,24	10.583.639,15	10.565.064,16	118.692.000,00

FONTE:

Camboriú, 11/09/2014

Luzia Lourdes Coppi Mathias
Prefeita MunicipalSérgio Luiz Venâncio
Secretário de FinançasRenata Pereira
Controladora - CRC 028070/O-6Kaila Helen Testoni
Controladora

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		R\$ 1,00				
RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		2.188.500,00	2.188.500,00	894.036,13	3.028.762,40	1.663.137,26
RECEITAS CORRENTES		2.188.500,00	2.188.500,00	894.036,13	3.028.762,40	1.663.137,26
Receita de Contribuições dos Segurados		1.848.500,00	1.848.500,00	320.245,60	1.274.687,86	1.186.374,82
Pessoal Civil		1.848.500,00	1.848.500,00	320.245,60	1.274.687,86	1.186.374,82
Ativo		1.848.500,00	1.848.500,00	320.245,60	1.274.687,86	1.186.374,82
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial		320.000,00	320.000,00	573.790,53	1.754.074,54	459.419,03
Receitas Imobiliárias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários		320.000,00	320.000,00	573.790,53	1.754.074,54	459.419,03
Outras Receitas Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes		20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	17.343,41
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS		20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	17.343,41
Demais Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		2.211.500,00	2.211.500,00	436.698,57	1.745.786,11	1.402.078,72
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)		4.400.000,00	4.400.000,00	1.330.734,70	4.774.548,51	3.065.215,98
DESPESAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)		2.400.000,00	2.400.000,00	277.417,83	1.060.406,28	782.311,61
ADMINISTRAÇÃO		20.000,00	20.000,00	0,00	1.280,00	53.035,26
Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	53.035,26
Despesas de Capital		20.000,00	20.000,00	0,00	1.280,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL		2.380.000,00	2.380.000,00	277.417,83	1.059.126,28	729.276,35

Continuação 2/4

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
Pessoal Civil	0,00	0,00	260.525,23	987.148,77	729.276,35
Aposentadorias	0,00	0,00	222.593,66	841.270,09	609.406,54
Pensões	0,00	0,00	37.931,57	145.878,68	119.869,81
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	2.380.000,00	2.380.000,00	16.892,60	71.977,51	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	2.380.000,00	2.380.000,00	16.892,60	71.977,51	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	2.400.000,00	2.400.000,00	277.417,83	1.060.406,28	782.311,61
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III – VI)	2.000.000,00	2.000.000,00	1.053.316,87	3.714.142,23	2.282.904,37
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS					
			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor			2.000.000,00		
BENS E DIREITOS DO RPPS					
Bancos Conta Movimento Investimentos		JULHO	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
			2014	2013	
			2.878,50 21.572.555,54	3.765,94 22.194.847,37	3.923,11 16.946.633,18

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	2.211.500,00	2.211.500,00	436.698,57	1.745.786,11	1.402.078,72
RECEITAS CORRENTES (VII)	2.211.500,00	2.211.500,00	436.698,57	1.745.786,11	1.402.078,72
Receita de Contribuições Patronais	2.211.500,00	2.211.500,00	436.698,57	1.745.786,11	1.402.078,72
Pessoal Civil	2.211.500,00	2.211.500,00	436.698,57	1.745.786,11	1.402.078,72
Ativo	2.211.500,00	2.211.500,00	436.698,57	1.745.786,11	1.402.078,72
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	2.211.500,00	2.211.500,00	436.698,57	1.745.786,11	1.402.078,72

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Camboriú, 11/09/2014

Luzia Lourdes Coppi Mathias Prefeita Municipal	Sérgio Luiz Venâncio Secretário de Finanças	Renata Pereira Contadora - CRC 028070/O-6	Kaita Helen Testoni Controladoria
---	--	--	--------------------------------------

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.535.830,95	1.667.102,99	1.538.340,30
DEDUÇÕES (II)	17.099.683,77	30.774.303,65	29.107.345,10
Disponibilidade de Caixa Bruta	17.766.740,51	30.782.542,22	29.117.737,40
Demais Haveres Financeiros	88,26	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	667.145,00	8.238,57	10.392,30
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-14.563.852,82	-29.107.200,66	-27.569.004,80
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-14.563.852,82	-29.107.200,66	-27.569.004,80

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2014 (C - A)
VALOR	1.538.195,86	-13.005.151,98

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-505.368,36

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	13.889.325,31	13.889.325,31	13.889.325,31
Passivo Atuarial	13.889.325,31	13.889.325,31	13.889.325,31
DEDUÇÕES (VIII)	18.476.060,01	21.121.124,10	22.198.613,31
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.287,18	7.067,26	3.765,94
Investimentos	18.474.772,83	21.114.056,84	22.194.847,37
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-4.586.734,70	-7.231.798,79	-8.309.288,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-4.586.734,70	-7.231.798,79	-8.309.288,00

FONTE:

Camboriú, 11/09/2014

Luzia Lourdes Coppi Mathias
Prefeita Municipal

Sérgio Luiz Venâncio
Secretário de Finanças

Renata Pereira
Contadora - CRC 028070/O-6

Kaita Helen Testoni
Controladoria

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	122.055.000,00	20.960.587,18	92.366.938,75	80.292.660,53
Receita Tributária	22.996.000,00	3.885.018,54	22.243.242,62	17.327.294,21
I.P.T.U.	6.000.000,00	394.327,87	6.867.077,69	5.860.619,27
I.S.S.	3.500.000,00	578.367,56	2.554.264,76	2.467.427,75
I.T.B.I.	5.000.000,00	1.160.452,78	5.190.521,20	3.550.638,22
I.R.R.F.	320.000,00	57.930,64	196.254,74	180.142,29
Outras Receitas Tributárias	8.176.000,00	1.693.939,69	7.435.124,23	5.268.466,68
Receita de Contribuição	5.950.000,00	1.144.194,47	4.647.914,03	3.632.959,98
Receitas Previdenciárias	4.060.000,00	756.944,17	3.020.473,97	2.588.453,54
Outras Contribuições	1.890.000,00	387.250,30	1.627.440,06	1.044.506,44
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	2.000.001,00
Receita Patrimonial	922.000,00	981.276,88	3.167.461,29	2.889.855,14
(-) Aplicações Financeiras	922.000,00	981.276,88	3.167.461,29	889.854,14
Transferências Correntes	78.326.000,00	12.962.598,90	53.269.146,53	47.414.894,93
F.P.M.	21.600.000,00	2.616.168,64	12.343.314,22	11.433.246,08
I.C.M.S.	8.000.000,00	1.297.747,32	5.371.698,99	4.851.812,70
Convênios	107.000,00	44.324,73	115.294,58	188.598,28
Outras Transferências Correntes	48.619.000,00	9.004.358,21	35.438.838,74	30.941.237,87
Demais Receitas Correntes	14.783.000,00	2.968.775,27	12.206.635,57	9.917.510,41
Dívida Ativa	3.950.000,00	1.023.151,88	4.225.927,13	3.358.028,01
Diversas Receitas Correntes	10.833.000,00	1.945.623,39	7.980.708,44	6.559.482,40
RECEITAS DE CAPITAL (II)	523.000,00	2.792.251,21	5.921.316,02	3.252.040,15
Operações de Crédito (III)	1.000,00	160.874,21	160.874,21	103.383,37
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	1.000,00	235.200,00	235.200,00	11.100,00
Transferências de Capital	521.000,00	2.396.177,00	5.525.241,81	3.137.556,78
Convênios	521.000,00	2.396.177,00	5.525.241,81	3.137.556,78
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	521.000,00	2.396.177,00	5.525.241,81	3.137.556,78
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	122.576.000,00	23.356.764,18	97.892.180,56	83.430.217,31
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	120.059.495,04	20.446.499,56	74.391.084,98	61.471.998,30
Pessoal e Encargos Sociais	67.468.563,77	11.653.169,92	44.602.569,42	37.932.925,07
Juros e Encargos da Dívida (IX)	500.000,00	34.016,41	174.758,70	314.788,33
Outras Despesas Correntes	52.090.931,27	8.759.313,23	29.613.756,86	23.224.284,90
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	119.559.495,04	20.412.483,15	74.216.326,28	61.157.209,97
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	35.104.153,07	3.676.736,21	10.339.199,35	6.594.537,87
Investimentos	33.404.153,07	3.387.099,31	9.180.834,49	5.479.364,16
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.700.000,00	289.636,90	1.158.364,86	1.115.173,71
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	33.404.153,07	3.387.099,31	9.180.834,49	5.479.364,16
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	100.000,00	-	-	-

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DO RPPS (XVII)	2.000.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	155.063.648,11	23.799.582,46	83.397.160,77	66.636.574,13
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-32.487.648,11	-442.818,28	14.495.019,79	16.793.643,18
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	4.077.700,69	0,00
Superávit Financeiro	-	-	4.077.700,69	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				1.276.000,00

FONTE:

Camboriú, 11/09/2014

Luzia Lourdes Coppi Mathias
Prefeita Municipal

Sérgio Luiz Venâncio
Secretário de Finanças

Renata Pereira
Contadora - CRC 028070/O-6

Kaita Helen Testoni
Controladoria

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS				
	Em Exercícios Anteriores	Inscritos		Saldo	Cancelados	Pagos	Liquidados	Pagos	Cancelados
		Em 31 de Dezembro de 2013	Em Exercícios Anteriores						
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	177,55	496.340,50	243.535,63	177,55	80,00	496.260,50	3.554.829,73	3.544.614,98	215.166,64
EXECUTIVO	0,00	83.546,02	0,00	0,00	0,00	83.546,02	745.765,91	742.153,41	3.958,43
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	83.546,02	0,00	0,00	0,00	83.546,02	745.765,91	742.153,41	3.958,43
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ	0,00	83.546,02	0,00	0,00	0,00	83.546,02	745.765,91	742.153,41	3.958,43
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA CULTURA - CAMBORIÚ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.375,04	5.375,04	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.375,04	5.375,04	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAMBOF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.500,00	16.500,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.500,00	16.500,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE CAMB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.200,00	15.200,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.200,00	15.200,00	0,00
FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA MILITAR DE CAM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.912,40	20.912,40	0,00
FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA MILITAR DE CA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.912,40	20.912,40	0,00
FUNDO MUN. AGROPECUARIO E MEIO AMB. DE CAI	0,00	8.370,62	0,00	0,00	0,00	8.370,62	0,00	0,00	220,00
FUNDO MUNICIPAL DE AGROPECUARIA E MEIO AI	0,00	8.370,62	0,00	0,00	0,00	8.370,62	0,00	0,00	220,00
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMBOI	0,00	16.320,21	0,00	0,00	0,00	16.320,21	65.733,68	63.231,43	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE DESENV. E ASSISTÊNCIAS	0,00	16.320,21	0,00	0,00	0,00	16.320,21	65.733,68	63.231,43	0,00
FUNDO MUN. REQ. DO CORPO DE BOMBEIROS DI	0,00	1.573,58	0,00	0,00	0,00	1.573,58	0,00	0,00	0,00
FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOM	0,00	1.573,58	0,00	0,00	0,00	1.573,58	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUN.DOS DIR. DA CRIANCA E ADOLESC CA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DOS DIR.DA CRIANCA E ADOLI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CAMBORIU	0,00	215.653,42	0,00	0,00	80,00	215.573,42	733.734,92	733.734,92	159.560,47
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO	0,00	215.653,42	0,00	0,00	80,00	215.573,42	733.734,92	733.734,92	159.560,47
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE C	0,00	10.814,60	0,00	0,00	0,00	10.814,60	486.649,96	486.649,96	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO	0,00	10.814,60	0,00	0,00	0,00	10.814,60	486.649,96	486.649,96	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMBORIU	0,00	132.810,40	0,00	0,00	0,00	132.810,40	982.514,81	978.414,81	51.427,74
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	132.810,40	0,00	0,00	0,00	132.810,40	982.514,81	978.414,81	51.427,74
INST. DE PREV. DOS SERV.PUB. DO MUNIC. DE CA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.648,00	16.648,00	0,00
INSTITUTO DE PREV.SERV.PUB.MUNIC. DE CAMB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.648,00	16.648,00	0,00
LEGISLATIVO	177,55	27.251,65	0,00	177,55	0,00	27.251,65	361.485,01	361.485,01	0,00
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	177,55	27.251,65	0,00	177,55	0,00	27.251,65	361.485,01	361.485,01	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	170.626,95	-	-	-	170.626,95	-	-	68.795,28
EXECUTIVO	0,00	14.387,45	0,00	0,00	0,00	14.387,45	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	14.387,45	0,00	0,00	0,00	14.387,45	0,00	0,00	0,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ	0,00	14.387,45	0,00	0,00	0,00	14.387,45	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUN. AGROPECUARIO E MEIO AMB. DE CAI	0,00	1.074,13	0,00	0,00	0,00	1.074,13	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE AGROPECUARIA E MEIO AI	0,00	1.074,13	0,00	0,00	0,00	1.074,13	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMBOI	0,00	2.559,13	0,00	0,00	0,00	2.559,13	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE DESENV. E ASSISTÊNCIAS	0,00	2.559,13	0,00	0,00	0,00	2.559,13	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CAMBORIU	0,00	137.205,08	0,00	0,00	0,00	137.205,08	68.795,28	68.795,28	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO	0,00	137.205,08	0,00	0,00	0,00	137.205,08	68.795,28	68.795,28	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE C	0,00	925,61	0,00	0,00	0,00	925,61	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO	0,00	925,61	0,00	0,00	0,00	925,61	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMBORIU	0,00	12.964,71	0,00	0,00	0,00	12.964,71	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	12.964,71	0,00	0,00	0,00	12.964,71	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO	0,00	1.510,84	0,00	0,00	0,00	1.510,84	0,00	0,00	0,00
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0,00	1.510,84	0,00	0,00	0,00	1.510,84	0,00	0,00	0,00

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

PRRO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS			RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS		Saldo	Inscritos	RP NÃO PROCESSADOS		
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013	Saldo
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)								
LEGISLATIVO								
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	-	170.626,95	170.626,95	-	-	-	68.795,28	-
	0,00	1.510,84	1.510,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	1.510,84	1.510,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	177,55	666.987,45	666.887,45	80,00	177,55	243.535,63	5.099.828,75	1.514.787,48

FONTE:

Camboriú, 11/09/2014

Luzia Lourdes Coppi Mathias	Sérgio Luiz Venâncio	Renata Pereira
Prefeita Municipal	Secretário de Finanças	Contadora - CRC 028070/O-6

Kaita Helen Testoni
Controladoria

MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	17.861.000,00	17.861.000,00	3.003.632,37	18.354.011,86	102,76
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	8.820.000,00	8.820.000,00	1.108.507,14	10.140.779,20	114,97
1.1.1- IPTU	6.000.000,00	6.000.000,00	394.903,21	6.892.123,27	114,87
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	20.000,00	20.000,00	8.176,51	222.701,44	1.113,51
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	2.750.000,00	2.750.000,00	704.298,27	3.046.402,67	110,78
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	50.000,00	50.000,00	1.704,49	4.597,40	9,19
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	(575,34)	(25.045,58)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	5.001.000,00	5.001.000,00	1.160.452,78	5.190.521,20	103,79
1.2.1- ITBI	5.000.000,00	5.000.000,00	1.177.102,78	5.240.117,50	104,80
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	(16.650,00)	(49.596,30)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.720.000,00	3.720.000,00	676.741,81	2.826.456,72	75,98
1.3.1- ISS	3.500.000,00	3.500.000,00	578.367,56	2.579.448,48	73,70
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	10.000,00	10.000,00	1.073,48	6.444,48	64,44
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	200.000,00	200.000,00	97.113,42	265.192,57	132,60
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	10.000,00	10.000,00	187,35	554,91	5,55
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	(25.183,72)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	320.000,00	320.000,00	57.930,64	196.254,74	61,33
1.4.1- IRRF	320.000,00	320.000,00	57.930,64	196.376,09	61,37
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	(121,35)	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	41.400.000,00	41.400.000,00	5.918.253,24	25.642.061,69	61,94
2.1- Cota-Parte FPM	27.000.000,00	27.000.000,00	3.270.210,74	15.429.142,53	57,14
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	27.000.000,00	27.000.000,00	3.270.210,74	15.429.142,53	57,14
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	10.000.000,00	10.000.000,00	1.622.183,96	6.714.622,94	67,15
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	50.000,00	50.000,00	7.330,56	25.656,96	51,31
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	140.000,00	140.000,00	26.999,73	103.109,96	73,65
2.5- Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	594,65	1.350,74	13,51
2.6- Cota-Parte IPVA	4.200.000,00	4.200.000,00	990.933,60	3.368.178,56	80,19
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	59.261.000,00	59.261.000,00	8.921.885,61	43.996.073,55	74,24
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	50.000,00	50.000,00	7.518,32	8.916,15	17,83
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	3.969.000,00	3.969.000,00	827.506,89	3.257.706,12	82,08
5.1- Transferências do Salário-Educação	3.140.000,00	3.140.000,00	588.167,72	2.517.458,37	80,17
5.2- Transferências Diretas - PDDE	3.500,00	3.500,00	0,00	2.940,00	84,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	798.000,00	798.000,00	200.568,00	611.736,00	76,66
5.4- Transferências Diretas - PNATE	14.500,00	14.500,00	3.569,02	8.922,55	61,53
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	13.000,00	13.000,00	35.202,15	116.649,20	897,30
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	104.000,00	104.000,00	1.939.652,44	3.242.966,79	3.118,24
6.1- Transferências de Convênios	102.000,00	102.000,00	1.920.136,61	3.195.422,11	3.132,77
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	2.000,00	2.000,00	19.515,83	47.544,68	2.377,23
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	4.123.000,00	4.123.000,00	2.774.677,65	6.509.589,06	157,88
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	8.280.000,00	8.280.000,00	1.183.650,26	5.128.506,74	61,94
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	5.400.000,00	5.400.000,00	654.042,10	3.085.828,31	57,14
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.000.000,00	2.000.000,00	324.436,64	1.342.923,95	67,15
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	10.000,00	10.000,00	1.466,10	5.131,35	51,31
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	28.000,00	28.000,00	5.399,95	20.622,02	73,65
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.000,00	2.000,00	118,92	270,11	13,51
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	840.000,00	840.000,00	198.186,55	673.731,00	80,21
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	33.050.000,00	33.050.000,00	5.558.007,20	23.200.606,45	70,20
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	33.000.000,00	33.000.000,00	5.534.516,15	23.111.174,04	70,03
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	50.000,00	50.000,00	23.491,05	89.432,41	178,86
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	24.720.000,00	24.720.000,00	4.350.865,89	17.982.667,30	72,75
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	26.440.000,00	26.440.000,00	4.900.709,91	18.971.004,83	71,75
13.1- Com Educação Infantil	13.190.000,00	13.190.000,00	2.382.162,62	9.596.048,26	72,75
13.2- Com Ensino Fundamental	13.250.000,00	13.250.000,00	2.518.547,29	9.374.956,57	70,75
14- OUTRAS DESPESAS	6.610.000,00	6.610.000,00	962.299,95	3.748.810,74	56,71
14.1- Com Educação Infantil	1.826.000,00	1.826.000,00	271.904,80	1.039.489,09	56,93
14.2- Com Ensino Fundamental	4.784.000,00	4.784.000,00	690.395,15	2.709.321,65	56,63
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	33.050.000,00	33.050.000,00	5.863.009,86	22.719.815,57	68,74
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					22.719.815,57
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %					81,77
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %					16,16
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - ((19.1 + 19.2)) %					2,07
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	14.815.250,00	14.815.250,00	2.230.471,40	10.999.018,39	74,24
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	15.781.000,00	15.781.000,00	2.776.311,12	11.081.945,24	70,22
23.1- Creche	7.890.500,00	7.890.500,00	1.388.155,56	5.540.972,63	70,22
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	7.508.000,00	7.508.000,00	1.327.033,71	5.317.768,68	70,83
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	382.500,00	382.500,00	61.121,85	223.203,95	58,35
23.2- Pré-escola	7.890.500,00	7.890.500,00	1.388.155,56	5.540.972,61	70,22
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	7.508.000,00	7.508.000,00	1.327.033,71	5.317.768,67	70,83
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	382.500,00	382.500,00	61.121,85	223.203,94	58,35
24- ENSINO FUNDAMENTAL	24.049.000,00	24.171.767,00	4.159.727,65	15.750.403,01	65,16
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	18.034.000,00	18.034.000,00	3.208.942,44	12.084.278,22	67,01
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	6.015.000,00	6.137.767,00	950.785,21	3.666.124,79	59,73
25- ENSINO MÉDIO	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	39.841.000,00	39.963.767,00	6.936.038,77	26.832.348,25	67,14
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					17.982.667,30
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					89.432,41
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					18.072.099,71
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					8.760.248,54
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					19,91
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	3.150.000,00	4.400.172,00	703.464,66	1.512.309,59	34,37
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	923.000,00	5.045.766,83	475.351,73	1.646.270,05	32,63
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	4.073.000,00	9.445.938,83	1.178.816,39	3.158.579,64	33,44
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	43.914.000,00	49.409.705,83	8.114.855,16	29.990.927,89	60,70

MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	452.389,74	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	23.111.174,04	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	22.460.659,30	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	22.145.005,33	0,00
49.2 Restos a Pagar	315.653,97	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	89.432,41	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.192.336,89	0,00

Camboriú, 11/09/2014

Luzia Lourdes Coppi Mathias	Sérgio Luiz Venâncio	Renata Pereira	Kaíta Helen Testoni
Prefeita Municipal	Secretário de Finanças	Contadora - CRC 028070/O-6	Controladoria

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Campo Alegre

PREFEITURA

Lei Nº 2.494 de 13 de Dezembro de 2000

LEI Nº 2.494 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2000
ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA
DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no exercício de suas atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Orçamento Fiscal da Administração Indireta do Município de Campo Alegre/SC, para o exercício de 2001, estima a Receita e fixa a despesa em R\$ 1.271.000,00 (um milhão, duzentos e setenta e um mil reais).

Art. 2º) A Receita será realizada mediante a arrecadação; preços, rendas e outras fontes, receitas estas correntes e de capital.

Art.3º) A Despesa será realizada segundo a discriminação nos quadros e demonstrativos anexos, parte integrante desta Lei, obedecendo a seguinte especificação por Unidade Orçamentária:

Fundação Municipal de Desporto e Cultura R\$ 121.000,00
Fundo Municipal de Agricultura e Meio Ambiente R\$ 150.000,00
Fundo Municipal de Habitação R\$ 100.000,00
Fundo Municipal de Assistência Social R\$ 150.000,00
Fundo Municipal de Saúde R\$ 300.000,00
Fundo Municipal de Desenvolvimento R\$ 350.000,00
Fundo Municipal de Turismo R\$ 100.000,00

TOTAL GERAL: R\$ 1.271.000,00

Art.4º) Fica o Ordenador da despesa da respectiva Unidade Orçamentária autorizado a:

I - realizar operações de crédito por antecipação de receita até o limite de 15 % (quinze por cento) da receita estimada nos termos desta Lei;

II - abrir crédito suplementar até o limite de 50 % (cinquenta por cento) da despesa nos termos do Artigo 7º, inciso I da Lei Federal nº 4.320/64, por conta:

Parágrafo Único - De recursos oriundos de doações e decorrentes de auxílios, acordos e convênios com órgãos do Estado ou da União.

III - Movimentar dotações dentro da mesma categoria de programação desde que não implique em aumento ou diminuição de Recursos alocados:

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir do dia 1º de janeiro de 2001.

Art.6º) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
13 de dezembro de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 14/12/2000.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA RECEITA ORÇAMENTÁRIA EXERCÍCIO DE 2001.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1210.00	Contribuições Sociais	R\$ 20.000,00
1331.00	Rendimentos de Aplicações Financeiras	R\$ 1.000,00
1713.01	Transferências do Município	R\$ 70.000,00
1722.09	Outras Transferências do Estado	R\$ 20.000,00
1990.00	Outras Receitas Correntes	R\$ 10.000,00
TOTAL		R\$ 121.000,00

FUNDO MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE RECEITA ORÇAMENTÁRIA/2001.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1210.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ 35.000,00
1321.00	JUROS E TÍTULOS DE RENDA	R\$ 1.000,00
1331.00	RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANC.	R\$ 500,00
1713.00	TRANSFERÊNCIAS DO MUNICÍPIO	R\$ 30.000,00
1722.09	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	R\$ 65.500,00
1990.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$ 18.000,00
	TOTAL:	R\$ 150.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO RECEITA ORÇAMENTÁRIA/2001.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1210.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ 8.000,00
1321.00	JUROS E TÍTULOS DE RENDA	R\$ 1.000,00
1331.00	RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R\$ 500,00
1713.00	TRANSFERÊNCIAS DO MUNICÍPIO	R\$ 39.500,00
1722.09	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	R\$ 35.000,00
1990.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$ 16.000,00
	TOTAL:	R\$ 100.000,00

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

Mª. ELIANE FRIEDRICH
CRC-SC 020486/0-1

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL RECEITA ORÇAMENTÁRIA/2001.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1210.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ 20.000,00

1321.00	JUROS E TÍTULOS DE RENDA	R\$ 4.000,00
1331.00	RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R\$ 300,00
1713.00	TRANSFERÊNCIAS DO MUNICÍPIO	R\$ 30.700,00
1722.09	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	R\$ 50.000,00
1990.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$ 45.000,00
	TOTAL:	R\$ 150.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
RECEITA ORÇAMENTÁRIA/2001.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1210.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ 10.000,00
1331.00	RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R\$ 1.500,00
1713.00	TRANSFERÊNCIAS DO MUNICÍPIO	R\$ 91.500,00
1721.09	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	R\$ 151.000,00
1722.09	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	R\$ 5.000,00
1762.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS	R\$ 5.000,00
1990.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$ 20.000,00
2422.09	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS	R\$ 16.000,00
	TOTAL:	R\$ 300.000,00

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

M^a. ELIANE FRIEDRICH
CRC-SC 020486/0-1

FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
RECEITA ORÇAMENTÁRIA/2001.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1210.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ 40.000,00
1321.00	JUROS E TÍTULOS DE RENDA	R\$ 10.000,00
1331.00	RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R\$ 1.000,00
1713.00	TRANSFERÊNCIAS DO MUNICÍPIO	R\$ 54.000,00
1722.09	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	R\$ 100.000,00
1990.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$ 145.000,00
	TOTAL:	R\$ 350.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO
RECEITA ORÇAMENTÁRIA/2001.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1210.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ 30.000,00
1321.00	JUROS E TÍTULOS DE RENDA	R\$ 1.000,00
1331.00	RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R\$ 500,00
1713.00	TRANSFERÊNCIAS DO MUNICÍPIO	R\$ 25.000,00
1722.09	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	R\$ 30.000,00
1990.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$ 13.500,00
	TOTAL:	R\$ 100.000,00

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

M^a. ELIANE FRIEDRICH
CRC-SC 020486/0-1

ORÇAMENTO - PROGRAMA/2001
DESPESA ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO	Fundação Municipal de Desporto e Cultura	08
UNIDADE	Fundação Municipal de Desporto e Cultura	08
FUNÇÃO	Educação e Cultura	08
PROGRAMA	Educação Física e Desportos	46
SUBPROGRAMA	Desporto Amador	224
PROJETO/ATIVIDADE	Manutenção das atividades Desportivas	2001
CÓDIGO	08.08.08.46.224-2001	

DESCRIÇÃO/OBJETIVOS/METAS

CÓDIGO	ELEMENTO	VALOR	
3111.00	Pessoal Cível	14.006,66	
3113.00	Obrigações Patronais	2.673,99	
3120.00	Material de Consumo	10.000,00	
3131.00	Remuneração Serviços Pessoais	1.000,00	
3132.00	Outros Serviços e Encargos	20.000,00	
3259.00	Outras Transferências a Pessoas	5.000,00	
4110.00	Obras e Instalações	5.000,00	
4120.00	Equipamento e Material Permanente	8.319,35	
TOTAL		66.000,00	

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

M^a. ELIANE FRIEDRICH
CRC-SC 020486/0-1

ORÇAMENTO - PROGRAMA/2001
DESPESA ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO	Fundação Municipal de Desporto e Cultura	08
UNIDADE	Fundação Municipal de Desporto e Cultura	08
FUNÇÃO	Educação e Cultura	08
PROGRAMA	Cultura	48
SUBPROGRAMA	Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico	246
PROJETO/ATIVIDADE	Manutenção das atividades Culturais	2002
CÓDIGO	08.08.08.48.246-2002	

DESCRIÇÃO/OBJETIVOS/METAS

CÓDIGO	ELEMENTO	VALOR	
3111.00	Pessoal Cível	11.000,00	
3113.00	Obrigações Patronais	2.000,00	
3120.00	Material de Consumo	5.000,00	
3131.00	Remuneração Serviços Pessoais	20.000,00	
3132.00	Outros Serviços e Encargos	6.000,00	
4110.00	Obras e Instalações	1.000,00	
4120.00	Equipamento e Material Permanente	10.000,00	
TOTAL		55.000,00	

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

M^a. ELIANE FRIEDRICH
CRC-SC 020486/0-1

ORÇAMENTO - PROGRAMA / 2001.
DESPESA ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO	FUNDO MUNIC. DA AGRICULTURA E MEIO AMB	CÓDIGO 04
UNIDADE	FUNDO MUNIC. DA AGRICULTURA E MEIO AMB	CÓDIGO 04
FUNÇÃO	AGRICULTURA	CÓDIGO 04
PROGRAMA	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	CÓDIGO 18
SUBPROGRAMA	EXTENSÃO RURAL	CÓDIGO 111
PROJETO /ATIVIDADE	MANUTENÇÃO DAS ATIV. AGROPECUÁRIAS	CÓDIGO 1001
CÓDIGO	04.04.04.18.111-1001	

DESCRIÇÃO/OBJETIVOS/METAS

CÓDIGO	ELEMENTO	VALOR
3111.00	PESSOAL CÍVIL	5.000,00
3113.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	200,00
3120.00	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
3131.00	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	1.000,00

3132.00	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	71.000,00
4110.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	15.000,00
4120.00	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	37.800,00
	TOTAL:	150.000,00

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

M^a. ELIANE FRIEDRICH
CRC-SC 020486/0-1

ORÇAMENTO - PROGRAMA / 2001.
DESPESA ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	CÓDIGO 10
UNIDADE	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	CÓDIGO 10
FUNÇÃO	HABITAÇÃO E URBANISMO	CÓDIGO 10
PROGRAMA	HABITAÇÃO	CÓDIGO 57
SUBPROGRAMA	HABITAÇÕES URBANAS	CÓDIGO 316
PROJETO /ATIVIDADE	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES HABITACIONAIS	CÓDIGO 2001
CÓDIGO	10.10.10.57.316-2001	

DESCRIÇÃO/OBJETIVOS/METAS

CÓDIGO	ELEMENTO	VALOR
3111.00	PESSOAL CÍVIL	5.000,00
3113.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	400,00
3120.00	MATERIAL DE CONSUMO	15.600,00
3131.00	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	38.000,00
3132.00	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	30.000,00
4110.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	5.000,00
4120.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.000,00
	TOTAL:	100.000,00

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

M^a. ELIANE FRIEDRICH
CRC-SC 020486/0-1

ORÇAMENTO - PROGRAMA / 2001.
DESPESA ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CÓDIGO 15
UNIDADE	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CÓDIGO 15
FUNÇÃO	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	CÓDIGO 15
PROGRAMA	SOCIAL	CÓDIGO 81
SUBPROGRAMA	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	CÓDIGO 487
PROJETO /ATIVID.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES SOCIAIS	CÓDIGO 2001

CÓDIGO	15.15.15.81.487-2001	
--------	----------------------	--

DESCRIÇÃO/OBJETIVOS/METAS

CÓDIGO	ELEMENTO	VALOR
3111.00	PESSOAL CÍVIL	1.000,00
3113.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	400,00
3120.00	MATERIAL DE CONSUMO	60.000,00
3131.00	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	1.600,00
3132.00	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	7.000,00
3259.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS	2.000,00
3233.00	CONTRIBUIÇÕES CORRENTES	48.000,00
4110.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.000,00
4120.00	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
	TOTAL:	150.000,00

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

M^a. ELIANE FRIEDRICH
CRC-SC 020486/0-1

ORÇAMENTO - PROGRAMA / 2001.
DESPESA ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CÓDIGO 13
UNIDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CÓDIGO 13
FUNÇÃO	SAÚDE E SANEAMENTO	CÓDIGO 13
PROGRAMA	SAÚDE	CÓDIGO 75
SUBPROGRAMA	ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA	CÓDIGO 428
PROJETO /ATIVIDADE	MANUTENÇÃO ASSISTÊNCIA MÉDICO HOSP. SANITÁRIA	CÓDIGO 2001
CÓDIGO	13.13.13.75.428-2001	

DESCRIÇÃO/OBJETIVOS/METAS

CÓDIGO	ELEMENTO	VALOR
3111.00	PESSOAL CÍVIL	1.200,00
3113.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	200,00
3120.00	MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00
3131.00	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	20.000,00
3132.00	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	120.000,00
3259.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS	3.600,00
4110.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	30.000,00
4120.00	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	25.000,00
	TOTAL:	300.000,00

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

M^a. ELIANE FRIEDRICH
CRC-SC 020486/0-1

ORÇAMENTO - PROGRAMA / 2001.
DESPESA ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO	FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO	CÓDIGO 03
UNIDADE	FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO	CÓDIGO 03
FUNÇÃO	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	CÓDIGO 03
PROGRAMA	ADMINISTRAÇÃO	CÓDIGO 07
SUBPROGRAMA	ADMINISTRAÇÃO GERAL	CÓDIGO 021
PROJETO /ATIVIDADE	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO	CÓDIGO 2001
CÓDIGO	03.03.03.07.021.2001	

DESCRIÇÃO/OBJETIVOS/METAS

CÓDIGO	ELEMENTO	VALOR
3111.00	PESSOAL CÍVIL	5.000,00
3113.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	400,00
3120.00	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
3131.00	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	92.000,00
3132.00	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	210.000,00
4110.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	12.600,00
4120.00	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
	TOTAL:	350.000,00

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

M^a. ELIANE FRIEDRICH
CRC-SC 020486/0-1

ORÇAMENTO - PROGRAMA/2001
DESPESA ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO	FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	CÓDIGO 11
UNIDADE	FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	CÓDIGO 01
FUNÇÃO	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	CÓDIGO 11
PROGRAMA	TURISMO	CÓDIGO 65
SUBPROGRAMA	PROMOÇÃO DO TURISMO	CÓDIGO 363
PROJETO /ATIVIDADE	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS	CÓDIGO 2001
CÓDIGO	11.01.11.65. 363-2001	

DESCRIÇÃO/OBJETIVOS/METAS

CÓDIGO	ELEMENTO	VALOR
3111.00	PESSOAL CÍVIL	15.000,00

3113.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	400,00
3120.00	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
3131.00	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	10.000,00
3132.00	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	29.600,00
4110.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	15.000,00
4120.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.000,00
	TOTAL:	100.000,00

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

M^a. ELIANE FRIEDRICH
CRC-SC 020486/0-1

LEI Nº 2.493 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2000

LEI Nº 2.493 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2000.

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O ANO DE 2001

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Orçamento Fiscal do Município de Campo Alegre para o exercício de 2001, estima a receita e fixa a despesa da Administração Direta em R\$ 4.750.000,00 (quatro milhões, setecentos e cinquenta mil reais).

Art.2º) A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, preços, rendas e outras fontes, receitas estas correntes e de capital.

RECEITAS

1 -Receitas Correntes R\$ 4.670.436,52
Receitas Tributárias R\$ 607.114,44
Receita Patrimonial R\$ 23.665,96
Transferência Correntes R\$ 3.853.258,53
Outras Receitas Correntes R\$ 186.397,59

2 -Receitas de Capital R\$ 79.563,48
Total .. R\$ 4.750.000,00

Art.3º) A despesa será realizada segundo a discriminação nos quadros e demonstrativos anexos, parte integrante desta Lei, obedecendo a seguinte especificação, por unidade orçamentária:

DESPESAS

Câmara de VereadoresR\$ 237.500,00
Gabinete do PrefeitoR\$ 161.900,00
Secretaria Municipal de Administração e FinançasR\$ 752.712,39
Secretaria Municipal de EducaçãoR\$ 1.701.740,69
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar socialR\$ 649.798,00
Secretaria Municipal de Desenvolvimento EconômicoR\$ 113.247,00
Secret. Municipal de Planej. Urbano, Obras, Transp. e Serv. Públicos.. R\$ 704.901,92
Reserva de Contingência R\$ 428.200,00
TOTAL R\$ 4.750.000,00

Art.4º) Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - realizar operações de crédito por antecipação de receita até o limite de 15% (quinze por cento) da receita estimada nos termos desta Lei.

II - abrir crédito suplementar até o limite de 50 % (cinquenta por cento) da despesa nos termos do Art.7º, inciso I da Lei 4.320/64, por conta:

a - da anulação parcial de dotação da reserva de contingência em atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos

b - de recursos oriundos de doações e decorrentes de auxílios, acordos e convênios com órgãos do Estado ou da União.

III - Movimentar dotações dentro da mesma categoria de programação desde que não implique em aumento ou diminuição de recursos alocados.

Art.5º) O orçamento fiscal do Município de Campo Alegre para o exercício de 2001 que estima a receita e fixa a despesa da Administração Indireta será proposto em Lei específica.

Art.6º) O Município poderá conceder Auxílio Financeiro a Entidades Privadas, sem fins lucrativos, em pleno funcionamento, mediante autorização Legislativa, até o limite de 1,5% (um vírgula cinco por cento) das Receitas Correntes.

Parágrafo Único - Os recursos do que trata o caput deste artigo serão concedidos mediante a assunção de obrigação por parte da entidade beneficiada, de demonstrar a aplicação dos mesmos recursos em relatório anual enviado ao Prefeito Municipal e a Câmara de Vereadores.

Art.7º) Fica autorizada a contribuição do município para o custeio de despesas do Estado e da União, em cumprimento do convênio firmado com estes entes.

Parágrafo Único - A contribuição de que trata o caput deste artigo poderá ser feita tanto em valores pecuniários, como em pessoal ou equipamento da administração.

Art.8º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir do dia 1º de janeiro de 2001.

Art.9º) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
13 de dezembro de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE DE F^a. P. M. FOITTE

Secretária de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 14/12/2000.

LEI Nº 2.492 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2000

LEI Nº 2.492 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2000

DISPÕE SOBRE INCLUSÃO DE ITENS NO ANEXO I DA LEI MUNICIPAL Nº 2.471 DE 30 DE JUNHO DE 2000

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica incluído itens no Anexo I da Lei Municipal nº 2.471 de 30 de junho de 2000, Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Obras e Serviços Públicos, passando a vigorar com a seguinte redação:

AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS	-	Aquisição de uma Patrola Moto Niveladora;
	-	Aquisição de um Caminhão Canga (truque);
	-	Aquisição de um Trator de Pneu;
	-	Aquisição de um Trator de Esteira;
	-	Aquisição de um Britador Móvel.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em, 13 de dezembro de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE

Secretária de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 14/12/2000.

Lei Nº 2.491 de 13 de Dezembro de 2000

LEI Nº 2.491 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2000

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 127.000,00 (cento e vinte e sete mil reais) a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento vigente.

0200 - Gabinete do Prefeito

0201 - Chefia de Gabinete

03.07.020.2003 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil R\$ 16.000,00

3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 800,00

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0301 - Divisão Pessoal

03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades Administrativas

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil R\$ 9.000,00

3200.00 - Transferências Correntes

3210.00 - Transferências Intragovernamentais

3214.00 - Transferências a Fundos R\$ 9.000,00

3250.00 - Transferências a Pessoal

3251.00 - Inativos R\$ 1.170,36

3253.00 - Salário Família R\$ 70,00

0302 - Divisão do Tesouro

03.08.033.2008 - Encargos e Amortização de Dívidas

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3260.00 - Encargos da Dívida Interna

3261.00 - Encargos da Dívida Pública R\$ 3.400,00

0303 - Divisão do Controle Fazendário

03.08.030.2009 - Manutenção das Atividades de Finanças

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil R\$ 3.500,00

3250.00 - Transferências a Pessoal

3251.00 - Inativos R\$ 1.870,30

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0401 - Divisão de Apoio Administrativo

08.42.188.2011 - Gestão Administrativa da Educação

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil R\$ 6.000,00

3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 600,00

3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas

3251.00 - Inativos R\$ 2.912,77

0402 - Divisão de Ensino Fundamental

08.42.188.2017 - Desenvolvimento do Ensino Fund. e Valorização do Magistério

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil R\$ 39.546,96

3200.00 - Transferências Correntes

3220.00 - Transferências Intergovernamentais

3224.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais R\$ 15.000,00

0403 - Divisão de Ensino Infantil

08.41.185.2018 - Manutenção das Atividades da Creche

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil R\$ 12.200,00

3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas

3253.00 - Salário Família R\$ 65,00

08.41.190.2019 - Manutenção das Atividades de Educação

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil R\$ 3.500,00

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

0501 - Divisão de Assistência a Saúde

13.75.428.2022 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 300,00

0502 - Divisão de Assistência Social à Comunidade

15.81.483.2024 - Conselho Tutelar

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 929,50

15.81.486.2025 - Gestão Administrativa da Assistência Social

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Civil R\$ 1.050,00
 3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferências a Pessoas
 3251.00 - Inativos R\$ 15,11
 0700 - Secretaria Municipal de Planej. Urb. Transp. e Obras
 0701 - Divisão da Frota Municipal
 10.60.325.2030 - Gestão Administrativa do Órgão
 3000.00 - Despesas Correntes
 3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferências a Pessoas
 3253.00 - Salário Família R\$ 70,00
 TOTAL R\$ 127.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
 13 de dezembro de 2000.
 MANUEL R. DEL OLMO
 Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE
 Secretária de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em
 13/12/2000

Lei Nº 2.490 de 13 de Dezembro de 2000

LEI Nº 2.490 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2000
 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO
 PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 60.990,00 (sessenta mil, novecentos e noventa reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social
 0501 - Divisão de Assistência à Saúde
 15.81.483.2022 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Civil R\$ 29.500,00
 0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
 0601 - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente
 04.18.111.2027 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Civil R\$ 3.500,00
 0700 - Secretaria Municipal de Planej. Urb. Transp. e Obras
 0701 - Divisão da Frota Municipal
 10.60.325.2030 - Gestão Administrativa do Órgão
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Civil R\$ 21.000,00

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 6.000,00
 3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferências a Pessoas
 3251.00 - Inativos . R\$ 990,00
 TOTAL R\$ 60.990,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

0100 - Câmara Municipal de Vereadores
 0101 - Câmara Municipal de Vereadores
 01.01.001.2001 - Manutenção das Atividades Legislativas
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Civil R\$ 7.000,00
 3120.00 - Material de Consumo R\$ 3.000,00
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 3.000,00
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 15.000,00
 0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
 0301 - Divisão Pessoal
 03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades Administrativas
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 9.323,62
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 181,90
 03.07.471.2006 - Ticket Alimentação para Servidores
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 7.386,48
 0302 - Divisão de Tesouro
 03.08.030.2009 - Manutenção das Atividades de Finanças
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 1.098,00
 0400 - Secretaria Municipal de Educação
 0402 - Divisão de Ensino Fundamental
 08.42.188.2017 - Desenvol. do Ensino Fundam. e Valor. do Magistério
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3120.00 - Material de Consumo R\$ 15.000,00
 TOTAL R\$ 60.990,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
 13 de dezembro de 2000.
 MANUEL R. DEL OLMO
 Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. MACHADO FOITTE
 Secretária de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em
 13/12/2000

LEI Nº 2.489 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2000

LEI Nº 2.489 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2000

CRIA E DENOMINA ESCOLA MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art.1º) Fica criada com efeitos retroativos à 19 de março de 1988, uma escola na localidade de Rodeio de Santa Cruz neste município, a ser denominada: ESCOLA ISOLADA MIGUEL FRANCO DA ROCHA, ficando a mesma subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
06 de dezembro de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE

Secretária de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 06/12/2000

Lei Nº 2.488 de 29 de Novembro de 2000

LEI Nº 2.488 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2000

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 152.700,00 (Cento e cinquenta e dois mil, setecentos reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0201 - Gabinete do Prefeito

0200 - Gabinete do Prefeito

03.07.020.2003 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil R\$ 4.000,00

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0301 - Divisão Pessoal

03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades Administrativas

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil R\$ 9.000,00

3200.00 - Transferências Correntes

3210.00 - Transferências Intragovernamentais

3214.00 - Transferências a Fundos R\$10.000,00

3230.00 - Transferências a Instituições Privadas

3233.00 - Contribuições Correntes R\$ 2.200,00

3250.00 - Transferências a Pessoas

3251.00 - Inativos R\$ 1.200,00

0303 - Divisão de Controle Fazendário

03.08.030.2009 - Manutenção das Atividades de Finanças

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil R\$ 4.000,00

3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas

3251.00 - Inativos R\$ 1.200,00

15.84.492.2010 - Contribuição ao PASEP

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3280.00 - Contribuição para formação do PASEP R\$ 4.000,00

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0401 - Divisão de Apoio Administrativo

08.42.188.2011 - Gestão Administrativa da Educação

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil R\$ 3.000,00

3113.00 - Obrigações Patronais ... R\$ 500,00

3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas

3251.00 - Inativos R\$ 1.500,00

0402 - Divisão de Ensino Fundamental

08.42.188.2017 - Desenvolvimento do Ensino Fund. e Valorização do Magistério

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil R\$ 30.000,00

3113.00 - Obrigações Patronais .. R\$ 300,00

3200.00 - Transferências Correntes

3220.00 - Transferências Intergovernamentais

3224.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais
..... R\$ 40.000,00

3250.00 - Transferências a Pessoas

3253.00 - Salário Família R\$ 600,00

0403 - Divisão de Ensino Infantil

08.41.185.2018 - Manutenção das Atividades da Creche

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil R\$ 10.000,00

08.41.190.2019 - Manutenção das Atividades de Educação

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil R\$ 2.200,00

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

0501 - Divisão de Assistência à Saúde

15.81.483.2022 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil R\$ 12.000,00

3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 1.000,00

0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

0601 - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente

04.18.111.2027 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil R\$ 2.000,00

0700 - Secretaria Municipal de Planej. Urb. Transp. e Obras

0701 - Divisão da Frota Municipal

10.60.325.2030 - Gestão Administrativa do Órgão

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Civil R\$10.000,00
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 2.000,00
 3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferências a Pessoas
 3251.00 - Inativos R\$ 2.000,00
 TOTAL R\$152.700,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

0100 - Câmara Municipal de Vereadores
 0101 - Câmara Municipal de Vereadores
 01.01.001.2001 - Manutenção de Atividades Legislativas
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil R\$ 15.000,00
 3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 7.205,63
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 10.000,00
 01.01025.1001 - Conclusão do Prédio da Câmara
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4110.00 - Obras e Instalações R\$ 17.143,00
 01.01.235.2002 - Bolsa Estudantil a Servidor
 3000.00 - Despesas Correntes
 3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferências a Pessoas
 3254.00 - Apoio Financeiro a Estudantes R\$ 2.286,00
 0202 - Gabinete do Prefeito
 0201 - Chefia de Gabinete
 03.07.020.2003 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3120.00 - Material de Consumo R\$ 6.000,00
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 1.950,00
 3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferências a Pessoas
 3253.00 - Salário Família R\$ 114,00
 0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
 0301 - Divisão de Pessoal
 03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades de Administração
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3120.00 - Material de Consumo R\$ 3.000,00
 3130.00 - Serviços de Terceiro e Encargos
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos .. R\$10.000,00
 3190.00 - Diversas Despesas de Custeio
 3191.00 - Sentenças Judiciais R\$ 300,00
 0303 - Divisão de Controle Fazendário
 03.08.030.2009 - Encargos e Amortização de Dívidas
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3120.00 - Material de Consumo R\$ 5.000,00
 3130.00 - Serviços de Terceiro e Encargos

 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 1.000,00
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos . R\$10.000,00
 3190.00 - Diversas Despesas de Custeio

3192.00 - Despesas de Exercícios Anteriores R\$ 224,49
 3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferências a Pessoas
 3253.00 - Salário Família R\$ 137,00
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 2.000,00
 0400 - Secretaria Municipal de Educação
 0401 - Divisão de Apoio Administrativo
 08.42.1885.2011 - Gestão Administrativa da Educação
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 1.033,46
 0402 - Divisão de Ensino Fundamental
 08.42.188.1003 - Construção Ampliação e Reforma de Escolas
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 1.557,73
 0403 - Divisão de Ensino Infantil
 08.41.185.2018 - Manutenção das Atividades de Creches
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 4.549,00
 08.41.190.2019 - Manutenção das Atividades Educação Pré-Escolar
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3120.00 - Material de Consumo R\$ 5.000,00
 3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferências a Pessoas
 3251.00 - Inativos R\$ 366,00
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 5.121,00
 0404 - Divisão de Cultura
 08.48.246.2020 - Manutenção das Atividades Culturais
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3120.00 - Material de Consumo R\$ 1.000,00

 0405 - Divisão de Merenda Escolar
 08.42.188.2021 - Coordenação do Fornecimento da Merenda Escolar
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3120.00 - Material de Consumo R\$ 1.143,00
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 133,00
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 1.143,00
 0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social
 0501 - Divisão de Assistência a Saúde
 13.75.428.2022 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3120.00 - Material de Consumo R\$ 10.000,00
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 5.000,00
 3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferências a Pessoas

3251.00 - Inativos . R\$ 101,00
 0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade
 15.81.427.2023 - Doação de Cestas Básicas a Carentes
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 315,90
 15.81.483.2024 - Conselho Tutelar
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3120.00 - Material de Consumo R\$ 1.500,00
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 112,55
 15.81.486.2025 - Gestão Administrativa da Assistência Social
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3120.00 - Material de Consumo R\$ 3.000,00
 0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
 0601 - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente
 04.14.080.1006 - Implantação do Horto Municipal
 3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio
 3120.00 - Material de Consumo R\$ 347,62
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 812,00
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 1.556,00
 04.18.111.2027 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico
 3000.00 - Despesas Correntes
 3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferências a Pessoas
 3253.00 - Salário Família R\$ 23,00
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4110.00 - Obras e Instalações R\$ 6,16
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 751,65
 0603 - Divisão de Turismo
 11.65.363.2029 - Incentivo ao Turismo
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3120.00 - Material de Consumo R\$ 3.010,21
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 482,00
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos .. R\$ 3.914,00
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4110.00 - Obras e Instalações R\$ 114,00
 0700 - Secretaria Munic. Planej., Transportes e Obras
 0701 - Divisão de Frota Municipal
 10.60.325.2030 - Gestão Administrativa do Órgão
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 5.000,00
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 3.212,00
 0703 - Divisão de Obras, Planej. e Serviços Públicos
 10.60.325.2034 - Limpeza Pública e Coleta de Lixo
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 1.035,60
 TOTAL R\$152.700,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
 29 de Novembro de 2000.
 MANUEL R. DEL OLMO
 Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE
 Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/2000
 em ____/____/____

JOSÉ LUIS SILVA
 Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.487 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2000

LEI Nº 2.487 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2000
 DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE TERMINAL RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DE CAMPO ALEGRE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Terminal Rodoviário de Passageiros de Campo Alegre, passa a ser denominado TERMINAL RODOVIÁRIO EDUARDO DUVOISIN.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 1.938/94 de 22 de junho de 1994.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
 21 de novembro de 2000.
 MANUEL R. DEL OLMO
 Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. MACHADO FOITTE
 Secretária de Administração e Finanças

Publicado e registrado na forma da Lei nº 2.416/99 em ____/____/____

JOSÉ LUIS SILVA
 Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 2.486 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2000

LEI Nº 2.486 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2000
 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$147.374,50 (Cento e quarenta e sete mil, trezentos e setenta e quatro reais, cinquenta centavos) a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento vigente.

0201 - Gabinete do Prefeito
 0200 - Gabinete do Prefeito
 03.07.020.2003 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 2.000,00
 0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
 0301 - Divisão Pessoal
 03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades Administrativas
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Civil R\$ 2.000,00
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos.
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 1.904,32
 3200.00 - Transferências Correntes
 3210.00 - Transferências Intragovernamentais
 3214.00 - Transferências a Fundos R\$10.000,00
 3230.00 - Transferências a Instituições Privadas
 3233.00 - Contribuições Correntes R\$ 2.200,00
 0303 - Divisão de Controle Fazendário
 15.84.492.2010 - Contribuição ao PASEP
 3000.00 - Despesas Correntes
 3200.00 - Transferências Correntes
 3280.00 - Contribuição para formação do PASEP R\$ 4.000,00
 0400 - Secretaria Municipal de Educação
 0401 - Divisão de Apoio Administrativo
 08.42.188.2011 - Gestão Administrativa da Educação
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 751,74
 3130.00 - Serviços de Terceiro e Encargos
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 1.030,44
 3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferências a Pessoas
 3251.00 - Inativos R\$ 3.000,00
 0402 - Divisão de Ensino Fundamental
 08.42.188.2017 - Desenvolvimento do Ensino Fund. e Valorização do Magistério
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Civil R\$ 33.000,00
 3200.00 - Transferências Correntes
 3220.00 - Transferências Intergovernamentais
 3224.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais
 R\$ 40.000,00
 0403 - Divisão de Ensino Infantil
 08.41.185.2018 - Manutenção das Atividades da Creche
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Civil R\$ 10.500,00
 3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferências a Pessoas
 3253.00 - Salário Família R\$ 200,00
 08.41.190.2019 - Manutenção das Atividades de Educação
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Civil R\$ 3.000,00
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos.
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 200,00
 0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social
 0502 - Divisão de Assistência social à Comunidade
 15.81.483.2024 - Conselho Tutelar

3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 500,00
 0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.
 0601 - Divisão da Agricultura e Meio Ambiente
 04.18.111.2027 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 488,00
 0700 - Secretaria Municipal de Planej. Urb. Transp. e Obras
 0701 - Divisão da Frota Municipal
 10.60.325.2030 - Gestão Administrativa do Órgão
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Civil R\$ 32.000,00
 3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferências a Pessoas
 3253.00 - Salário Família R\$ 600,00
 TOTAL R\$147.374,50

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
 21 de novembro de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO
 Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. MACHADO FOITTE
 Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99
 em ____/____/____

JOSÉ LUIS SILVA
 Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 2.484 DE 24 DE OUTUBRO DE 2000

LEI Nº 2.484 DE 24 DE OUTUBRO DE 2000
 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO
 ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 112.000,00 (cento e doze mil reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento vigente.

0200 - Gabinete do Prefeito
 0201 - Chefia do Gabinete
 03.07.020.2003 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Civil R\$ 22.743,58
 0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
 0301 - Divisão Pessoal

03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades Administrativas
 3000.00 - Despesas Correntes
 3200.00 - Transferências Correntes
 3230.00 - Transferências a Instituições Privadas
 3233.00 - Contribuições Correntes ... R\$ 2.200,00
 3250.00 - Transferências a Pessoas
 3251.00 - Inativos R\$ 2.320,03
 3253.00 - Salário Família R\$ 6,39
 0303 - Divisão de Controle Fazendário
 03.08.030.2009 - Manutenção das Atividades de Finanças
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Civil R\$ 8.200,00
 15.84.492.2010 - Contribuição ao PASEP
 3000.00 - Despesas Correntes
 3200.00 - Transferências Correntes
 3280.00 - Contribuição para formação do PASEP R\$ 5.000,00
 0400 - Secretaria Municipal de Educação
 0401 - Divisão de Apoio Administrativo
 08.42.188.2011 - Gestão Administrativa da Educação
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Civil R\$ 8.000,00
 3130.00 - Serviços de Terceiro e Encargos
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 200,00
 3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferências a Pessoas
 3251.00 - Inativos . R\$ 5.000,00
 0402 - Divisão de Ensino Fundamental
 08.42.188.2017 - Desenvolvimento do Ensino Fund. e Valorização do Magistério
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Civil R\$ 33.000,00
 3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferências a Pessoas
 3253.00 - Salário Família R\$ 580,00
 0403 - Divisão de Ensino Infantil
 08.41.185.2018 - Manutenção das Atividades da Creche
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Civil R\$ 10.000,00
 3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferências a Pessoas
 3253.00 - Salário Família R\$ 100,00
 08.41.190.2019 - Manutenção das Atividades de Educação
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Civil R\$ 2.000,00
 0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social
 0502 - Divisão de Assistência social à Comunidade
 15.81.483.2024 - Conselho Tutelar
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3131.00 - Remuneração de serviços pessoais R\$ 1.000,00
 0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.
 0601 - Divisão da Agricultura e Meio Ambiente
 04.18.111.2027 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Civil R\$ 4.500,00

0700 - Secretaria Municipal de Planej. Urba. Transp. e Obras
 0701 - Divisão da Frota Municipal
 10.60.325.2030 - Gestão Administrativa do Órgão
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 5.000,00
 3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferências a Pessoas
 3253.00 - Salário Família R\$ 150,00
 16.88.020.2032 - Reforma e Manutenção dos Veículos e Maquinários
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 2.000,00
 TOTAL R\$ 112.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre "SC" em, 24 de outubro de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE F^a. P. M. FOITTE

Secretaria de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99 em, ____/____/____

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.483 de 24 de Outubro de 2000

LEI Nº 2.483 DE 24 DE OUTUBRO DE 2000

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 98.396,70 (noventa e oito mil, trezentos e noventa e seis reais e setenta centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
 0301 - Divisão Pessoal
 03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades Administrativas
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Civil R\$ 11.000,00
 0303 - Divisão de Controle Fazendário
 03.08.030.2009 - Manutenção das Atividades de Finanças
 3000.00 - Despesas Correntes
 3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferências a Pessoas
 3251.00 Inativos .. R\$ 5.396,70
 0400 - Secretaria Municipal de Educação
 0402 - Divisão de Ensino Fundamental
 08.42.188.2017 - Desenvolvimento do Ensino Fund. e Valorização

do Magistério
 3000.00 - Despesas Correntes
 3200.00 - Transferências Correntes
 3220.00 - Transferências Intergovernamentais
 3224.00 - Transferências a Instituiç. Multigovernamentais R\$ 35.000,00
 0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social
 0501 - Divisão de Assistência Social
 13.75.428.2022 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Civil R\$ 23.000,00
 0700 - Secretaria Municipal de Planej. Urba. Transp. e Obras
 0701 - Divisão da Frota Municipal
 10.60.325.2030 - Gestão Administrativa do Órgão
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Civil R\$ 24.000,00
 TOTAL R\$ 98.396,70

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
 0301 - Divisão Pessoal
 03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades Administrativas
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 300,00
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 2.000,00
 03.07.025.1002 - Restauração do Prédio da Prefeitura
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4110.00 - Obras e Instalações R\$ 115,52
 0302 - Divisão de Tesouro
 03.08.033.2008 - Encargos e Amortização de Dívidas
 3000.00 - Despesas Correntes
 3200.00 - Transferências Correntes
 3260.00 - Encargos da Dívida Interna
 3261.00 - Encargos da Dívida Pública R\$ 2.500,00
 4000.00 - Despesas de Capital
 4300.00 - Transferências de Capital
 4350.00 - Amortização da Dívida Interna
 4351.00 - Amortização da Dívida Contratada R\$ 10.000,00
 0303 - Divisão de Controle Fazendário
 03.08.030.2009 - Manutenção das Atividades de Finanças
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 6.582,75
 0400 - Secretaria Municipal de Educação
 0401 - Divisão de Apoio Administrativo
 08.47.239.2011 - Gestão Administrativa da Educação
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3120.00 - Material de Consumo R\$ 2.000,00
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos .. R\$ 3.000,00
 08.47.235.2014 - Bolsa Estudantil a Servidor
 3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferências a Pessoas
 3254.00 - Apoio Financeiro a Estudantes R\$ 4.000,00
 0402 - Divisão do Ensino Fundamental
 08.42.188.2017 - Desenvolvimento Ensino Fund. Valorização do Magistério
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 4.000,00
 0403 - Divisão de Ensino Infantil
 08.41.190.2019 - Manutenção das Atividades de Educação
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 1.600,00
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4110.00 - Obras e Instalações R\$ 2.224,25
 0404 - Divisão da Cultura
 08.48.246.1004 - Construção do Anfiteatro Municipal
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4110.00 - Obras e Instalações R\$ 13.360,80
 08.48.246.2020 - Manutenção das Atividades Culturais
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3113.00 - Obrigações Patronais .. R\$ 3.000,00
 0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social
 0501 - Divisão de Assistência Social
 13.75.428.2022 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 8.000,00
 3120.00 - Material de Consumo R\$ 10.000,00
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 10.000,00
 0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade
 15.81.483.2024 - Conselho Tutelar
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Civil R\$ 143,00
 3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 114,00
 3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferências a Pessoas
 3253.00 - Salário Família R\$ 57,00
 15.81.486.2025 - Gestão Administrativa da Assistência Social
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Civil
 3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 376,73
 0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
 0601 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente
 04.14.080.1006 - Implantação do Horto
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3120.00 - Material de Consumo R\$ 3.000,00
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4110.00 - Obras e Instalações R\$ 457,00
 04.18.111.2027 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico
 3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Civil
 3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 2.000,00
 3120.00 - Material de Consumo R\$ 2.451,65
 0602 - Divisão do Comércio e Indústria
 11.62.346.2028 - Implantação e Ampliação do Parque Industrial
 4000.00 - Despesas de Capital
 4200.00 - Inversões Financeiras
 4210.00 - Aquisição de Imóveis ... R\$ 1.143,00
 0700 - Secretaria Municipal de Planej. Urba. Transp. e Obras
 0701 - Divisão da Frota Municipal
 10.60.325.2030 - Gestão Administrativa do Órgão
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Civil
 3113.00 - Obrigações Patronais . R\$ 3.000,00
 9000 - Reserva de Contingência
 9099 - Reserva de Contingência
 99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações
 9000.00 - Reserva de Contingência
 9900.00 - Reserva de Contingência
 9990.00 - Reserva de Contingência R\$ 2.971,00
 TOTAL R\$98.396,70

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-
 das as disposições em contrário.

Campo Alegre "SC" em, 24 de outubro de 2000.
 MANUEL R. DEL OLMO
 Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P.M. FOITTE
 Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99 em, ____/
 ____ / ____

JOSÉ LUIS SILVA
 Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.482 de 28 de Setembro de 2000

LEI Nº 2.482 DE 28 DE SETEMBRO DE 2000
 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO
 PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
 0301 - Divisão Pessoal
 03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades Administrativas
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3200.00 - Transferências Correntes
 3210.00 - Transferências Intragovernamentais
 3214.00 - Contribuições a Fundos R\$ 22.000,00
 0400 - Secretaria Municipal de Educação
 0402 - Divisão de Ensino Fundamental

08.42.188.2017 - Desenvolv. do Ensino Fundam. e Valoriz. do Magistério
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3200.00 - Transferências Correntes
 3220.00 - Transferências Intragovernamentais
 3224.00 - Transfer. a Instituições Multigovernamentais R\$ 10.000,00
 TOTAL R\$ 32.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

0400 - Secretaria Municipal de Educação
 0403 - Divisão de Ensino Infantil
 08.41.185.2018 - Manutenção das Atividades de Creches
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 10.000,00
 0700 - Secretaria Municipal de Planej. Urba. Transp. e Obras
 0701 - Divisão da Frota Municipal
 16.91.575.1010 - Ação de Pavimentação
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4110.00 - Obras e Instalações R\$ 22.000,00
 TOTAL R\$ 32.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-
 das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
 28 de setembro de 2000.
 MANUEL R. DEL OLMO
 Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª P. M. FOITTE
 Secretária de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99
 em ____ / ____ / ____

LEI Nº 2.481 DE 22 DE SETEMBRO DE 2000

LEI Nº 2.481 DE 22 DE SETEMBRO DE 2000.
 Acrescenta e altera artigos da Lei nº 2.471, de 30 de junho de 2000 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2001

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e segundo o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. O Art. 5º da Lei nº 2.471, de 30 de junho de 2000, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único :

Art. 5º ...

Parágrafo único: O controle de custos e a avaliação de resultados decorrentes dos programas previstos na proposta orçamentária, serão efetuados concomitantemente a execução do orçamento e demonstrados em relatório anual enviado a Câmara Municipal.

Art. 2º. O Parágrafo único do Art. 7º passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º ..

Parágrafo único: Os recursos de que trata o caput deste artigo serão concedidos mediante a assunção de obrigação por parte da entidade beneficiada, de demonstrar a aplicação dos mesmos recursos em relatório anual enviado ao Prefeito Municipal e a Câmara de Vereadores.

Art. 3º. O inciso III do artigo 8º passa a vigorar com a seguinte redação

Art. 8º

III - 15% da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º da Constituição Federal.

Art. 4º. O Art. 14º passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 14º A proposta orçamentária anual conterá reserva de contingência no valor de 10 % da receita corrente líquida, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos

Parágrafo único: As anulações da reserva de contingência destinadas a prover os créditos adicionais, serão efetuadas por decreto para o atendimento do disposto no caput deste artigo, e por lei para para outros fins, desde que limitadas a 1/12 para cada mês do exercício financeiro.

Art.5º. Insere o seguinte artigo no texto da LDO:

Art.15º. Fica autorizada a contribuição do Município para o custeio de despesas do Estado e da União, em cumprimentos do Convênio firmado com estes entes.

Parágrafo Único - A contribuição de que trata o caput deste artigo poderá ser feita tanto em valores pecuniários, como em pessoal ou equipamento da Administração.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
22 de setembro de 2000.
MANUEL R DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª P. MACHADO FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99
em ____/____/____

LEI Nº 2.480 DE 22 DE AGOSTO DE 2000

LEI Nº 2.480 DE 22 DE AGOSTO DE 2000
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO
ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 77.400,00 (setenta e sete mil e quatrocentos reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
0301 - Divisão de Pessoal

03.07.021.2004 - Coordenação de Atividades Administração

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas

3251.00 - Inativos R\$ 2.400,00

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0401 - Divisão de Apoio Administrativo

08.42.188.2011 - Gestão Administrativa da Educação

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil R\$ 7.000,00

0403 - Divisão do Ensino Infantil

08.41.185.2018 - Manutenção das Atividades de Creche

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil R\$ 22.000,00

0700 - Secret. Mun. Planej. Urba, Obras Transp. e Serv. Públicos.

0701 - Divisão da Frota Municipal

10.60.325.2030 - Gestão Administrativa do Órgão.

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil R\$ 46.000,00

TOTAL ... R\$ 77.400,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
22 de agosto de 2000.
MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e Registrada na forma da Lei nº 2.416/99 em ____/____/____

LEI Nº 2.479 DE 22 DE AGOSTO DE 2000

LEI Nº 2.479 DE 22 DE AGOSTO DE 2000
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 193.500,00 (cento e noventa e três mil e quinhentos reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0200 - Gabinete do Prefeito

0201 - Chefia do Gabinete

03.07.020.2003 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil R\$ 23.000,00

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
 0301 - Divisão Pessoal
 03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades Administrativas
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Civil R\$ 23.000,00
 0303 - Divisão de Controle Fazendário
 03.08.030.2009 - Manutenção das Atividades de Finanças
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Civil R\$ 5.000,00
 0400 - Secretaria Municipal de Educação
 0401 - Divisão de Apoio Administrativo
 08.42.188.2011 - Gestão Administrativa da Educação
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferências a Pessoas
 3251.00 - Inativos R\$ 3.000,00
 0402 - Divisão de Ensino Fundamental
 08.42.188.2017 - Desenv. do Ensino Fund. e Valorização do Magistério
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Civil R\$ 67.000,00
 0403 - Divisão de Ensino Infantil
 08.41.190.2019 - Manutenção das Atividades de Educação
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Civil R\$ 6.500,00
 0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social
 0501 - Divisão de Assistência Social
 13.75.428.2022 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3111.00 - Pessoal Civil R\$ 55.000,00
 0600 - Secretaria Municipal de Desenv. Econômico
 0601 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente
 04.18.111.2027 - Gestão Administrativa Desenv. Econômico
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Civil R\$ 11.000,00
 TOTAL .. R\$ 193.500,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

0200 - Gabinete do Prefeito
 0201 - Chefia do Gabinete
 03.07.020.2003 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 6.488,50
 0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
 0301 - Divisão Pessoal
 03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades Administrativas
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 290,99
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos

4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 5.000,00
 4200.00 - Investimentos Financeiros
 4260.00 - Const. ou Aum. Cap. Empr. Comerc. ou Finan. R\$ 500,00
 03.07.471.2006 - Ticket Alimentação para Servidores
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos . R\$ 5.747,48
 0303 - Divisão de Controle Fazendário
 03.08.030.2009 - Manutenção das Atividades de Finanças
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3190.00 - Diversas Despesas de Custeio
 3192.00 - Despesas de Exercícios Anteriores R\$ 5.489,51
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 5.000,00
 0400 - Secretaria Municipal de Educação
 0401 - Divisão de Apoio Administrativo
 08.47.239.2015 - Transporte Escolar
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 24.512,52
 0402 - Divisão do Ensino Fundamental
 08.42.188.2017 - Desenvolvimento do Ensino Fund. e Valoriz. do Magistério
 4000.00 - Despesas de Capital
 4200.00 - Investimentos Financeiros
 4260.00 - Const. ou Aum. Cap. Emp. Comerc. ou Finan. R\$ 500,00
 0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social
 0501 - Divisão de Assistência Social
 13.75.025.1005 - Const. Ampliação e Reforma de Postos de Saúde
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4110.00 - Obras e Instalações R\$ 20.572,00
 13.75.428.2022 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 40.000,00
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 5.000,00
 0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade
 15.81.483.2024 - Conselho Tutelar
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos

4110.00 - Obras e Instalações R\$ 3.857,00
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 5.429,00
 15.81.486.2025 - Gestão Administrativa da Assistência Social
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4110.00 - Obras e Instalações R\$ 571,00
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 1.143,00
 0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
 0601 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente
 04.14.080.1006 - Implantação do Horto
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 1.143,00
 04.17.103.2026 - Continuidade do Projeto Quiriri

3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3120.00 - Material de Consumo R\$ 1.143,00
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 2.286,00
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 1.143,00
 0603 - Divisão de Turismo
 11.65.363.2029 - Incentivo ao Turismo
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Civil R\$ 1.771,00
 3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 114,00
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 40.000,00
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 571,00
 0700 - Secretaria Municipal de Planej. Urba. Transp. e Obras
 0701 - Divisão da Frota Municipal
 10.60.325.2030 - Gestão Administrativa do Órgão
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 5.000,00
 0703 - Divisão de Obras, Planejamento e Serviços Públicos
 09.51.020.1011 - Eletrificação Urbana e Rural
 4000.00 - Despesas de Capital
 4300.00 - Transferências de Capital
 4320.00 - Transferências Intragovernamentais
 4324.00 - Transferências a Instit. Multigovern R\$ 3.857,00
 10.60.325.2034 - Limpeza Pública e Coleta de Lixo
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 5.000,00
 13.76.448.2035 - Implantação do Aterro Sanitário
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4110.00 - Obras e Instalações R\$ 1.371,00
 TOTAL R\$ 193.500,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-
 das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
 22 de agosto de 2000.
 MANUEL R. DEL OLMO
 Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE
 Secretária de Administração e Finanças

Publicada e Registrada na forma da Lei nº 2.416/99
 em ____/____/____

LEI Nº 2.478 DE 16 DE AGOSTO DE 2000

LEI Nº 2.478 DE 16 DE AGOSTO DE 2000

ALTERA O ART. 2º DA LEI MUNICIPAL Nº 2.400 DE 04.05.99

E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,
 no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber
 que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Altera o Art. 2º da Lei Municipal nº 2.400 de 04 de maio
 de 1999, que passa a ter a seguinte Redação:

Art. 2º) O Conselho de Alimentação Escolar terá a seguinte con-
 figuração:

- I - um representante do Poder Executivo, indicado pelo Chefe des-
 se Poder;
- II - um representante do Poder Legislativo, indicado pela Mesa
 Diretora desse Poder;
- III - dois representantes dos professores, indicados pelo respecti-
 vo órgão de classe;
- IV - dois representantes de pais de alunos, indicados pelos Con-
 selhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades si-
 milares;
- V - um representante de outro segmento da sociedade local.

Art. 2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revo-
 gadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
 16 de agosto de 2000.
 MANUEL R. DEL OLMO
 Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE
 Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,
 em ____/____/____

LEI Nº 2.477 DE 30 DE JUNHO DE 2000

LEI Nº 2477 DE 30 DE JUNHO DE 2000

FIXA OS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES E PRESIDENTE DA
 CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE/SC PARA
 A LEGISLATURA 2001/2004 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,
 no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a
 Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Ficam fixados os subsídios dos Vereadores e do Presidente
 da Câmara Municipal de Campo Alegre conforme segue:

PRESIDENTE CÂMARA R\$ 740,00 (setecentos e
 quarenta reais).
 VEREADORES R\$ 620,00 (seiscentos
 e vinte reais).

Art. 2º) Os subsídios fixados nesta Lei são compostos de 4 (qua-
 tro) parcelas correspondentes às sessões ordinárias mensais,
 sendo este o critério para desconto de faltas, não incidindo no
 pagamento dos vereadores presentes a sessão não realizada por
 ausência de matéria a ser votada e a não realização de sessão por
 falta de quorum.

Art. 3º) Durante o recesso parlamentar, o Subsídio do Vereador
 será pago na mesma proporção das parcelas correspondentes ao

número de sessões ordinárias, autorizado o pagamento de sessões extraordinárias na proporção de ¼ (um quarto) dos valores acima fixados.

Parágrafo Único - é vedado o pagamento de parcela indenizatória ao Vereador, quando da convocação de sessão extraordinária no período ordinário.

Art. 4º) Os subsídios ora fixados, serão atualizados nos mesmos índices concedidos aos Servidores Públicos Municipais, respeitando os limites legalmente fixados.

Art. 5º) Esta Lei adequar-se-á à Emenda Constitucional 025/2000, no que couber, à partir de sua vigência.

Art. 6º) As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária específica.

Art. 7º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de Janeiro de 2001.

Art. 8º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
30 de Junho de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE de Fª. P. M. FOITTE

Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei 2.416/99,
em ____/ ____/ ____

LEI Nº 2.476 DE 30 DE JUNHO DE 2000

LEI Nº 2.476 DE 30 DE JUNHO DE 2000

ESTABELECE OS SUBSÍDIOS DO PREFEITO, DO VICE-PREFEITO E DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS PARA A GESTÃO DE 2001/2004 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) O Subsídio mensal do Prefeito Municipal será de R\$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais), à partir de 1º de Janeiro de 2001.

Art. 2º) O Subsídio mensal do Vice-Prefeito Municipal, será de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), à partir de 1º de Janeiro de 2001.

Art. 3º) O Subsídio de Secretário Municipal será de R\$ 1.785,00 (um mil setecentos e oitenta e cinco reais), à partir de 1º de Janeiro de 2001, vedado o pagamento de qualquer acréscimo ou vantagens adicionais.

Art. 4º) Os Subsídios constantes dos artigos 1º, 2º e 3º, referem-se ao valor bruto, do qual descontar-se-ão todos os encargos legais.

Art. 5º) O Vice-Prefeito, nomeado Secretário, deverá optar pelo recebimento de seu subsídio ou o de Secretário, vedado o pagamento de qualquer acréscimo ou vantagens adicionais.

Art. 6º) Fica assegurado ao Prefeito e ao Secretário Municipal o direito de férias anuais de 30 (trinta dias), não cabendo indenização

a qualquer título, quando deixarem de ser gozadas.

Art. 7º) Os Subsídios de que trata esta Lei, serão atualizados com os mesmos índices concedidos aos Servidores Públicos Municipais, respeitando os limites legalmente fixados.

Art. 8º) As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária específica.

Art. 9º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de Janeiro de 2001.

Art. 10º) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
30 de Junho de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE de Fª. P. M. FOITTE

Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei 2.416/99,
em ____/ ____/ ____

LEI Nº 2.475 DE 30 DE JUNHO DE 2000

LEI Nº 2.475 DE 30 DE JUNHO DE 2000.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 34.633,02 (trinta e quatro mil, seiscentos e trinta e três reais e dois centavos), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0701 - Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Serviços Públicos

0701 - Divisão de Frota Municipal

10.60.325.2030 - Gestão Administrativa do Órgão

3000.00 - Despesas de Custeio

3100.00 - Despesas Correntes

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$14.000,00

16.91.575.1009 - Obras e Instalações em Geral

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimento

4110.00 - Obras e Instalações R\$ 8.633,02

16.91.575.1010 - Ação da Pavimentação

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimento

4110.00 - Obras e Instalações R\$12.000,00

TOTAL R\$34.633,02

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0301 - Divisão de Pessoal

03.07.021.2005 - Eventos Comemorativos ao Aniversário

3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material Consumo R\$10.000,00

3130.00 - Serviço Terceiros e Encargos
3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 5.189,28
3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$10.000,00
03.07.472.2007 - Ticket Combustível para Servidores
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3130.00 - Serviços Terceiros e Encargos
3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 5.358,00
0400 - Secretaria Municipal de Educação
0401 - Divisão Apoio Administrativo
08.43.197.2012 - Bolsa Estudantil do 2º Grau Técnico
3000.00 - Despesas Correntes
3200.00 - Transferências Correntes
3254.00 - Apoio Financeiro a Estudantes R\$ 3.429,00
08.47.235.2014 - Bolsa Estudantil a Servidor
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Transferências Correntes
3254.00 - Apoio Financeiro a Estudante R\$ 656,74

TOTAL R\$34.633,02

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
30 de Junho de 2000.
MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE de Fª. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei 2.416/99,
em ____/____/____

LEI Nº 2.474 DE 30 DE JUNHO DE 2000

LEI Nº 2.474 DE 30 DE JUNHO DE 2000
"DENOMINA DE NORVALINO GOMES, RUA DO MUNICÍPIO"

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica denominada a Rua: NORVALINO GOMES, uma rua localizada à 3 km do centro deste Município, sentido ao Município de São Bento do Sul/SC, saindo da Rodovia SC-301 sentido norte, com extensão de 290,00 m e largura de 12,00 m, neste Município, conforme croquis em anexo.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
30 de Junho de 2000.
MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE de Fª. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei 2.416/99,
em ____/____/____

LEI Nº 2.473 DE 30 DE JUNHO DE 2000

LEI Nº 2.473 DE 30 DE JUNHO DE 2000
"DENOMINA DE AMANDUS FUCKNER PONTE DO MUNICÍPIO"

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica denominada de AMANDUS FUCKNER, uma Ponte de concreto armado, com 8,00m de largura e 15m de comprimento, situada sobre o Rio Tijucume, na Localidade de Bateias de Cima, Rodovia Municipal 020, neste Município.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
30 de Junho de 2000.
MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE de Fª. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei 2.416/99,
em ____/____/____

Lei Nº 2.472 de 30 de Junho de 2000

LEI Nº 2.472 DE 30 DE JUNHO DE 2000
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0200 - Gabinete do Prefeito
0201 - Chefia do Gabinete
03.07.020.2003 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3110.00 - Pessoal
3110.00 - Pessoal
3111.00 - Pessoal Civil R\$ 8.500,00
0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
0301 - Divisão Pessoal
03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades Administrativas
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3100.00 - Despesas de Custeio
3110.00 - Pessoal
3111.00 - Pessoal Civil R\$10.000,00
0303 - Divisão de Controle Fazendário
15.84.492.2010 - Contribuição ao PASEP
3000.00 - Despesas Correntes
3200.00 - Transferências Correntes
3280.00 - Contribuição para formação do PASEP R\$ 6.000,00
0400 - Secretaria Municipal de Educação
0401 - Divisão de Apoio Administrativo
08.42.188.2011 - Gestão Administrativa da Educação
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Civil R\$ 3.000,00
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos .. R\$ 7.000,00
 3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferências a Pessoas
 3251.00 - Inativos R\$ 3.000,00
 0402 - Divisão de Ensino Fundamental
 08.42.188.2017 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Civil R\$25.000,00
 0403 - Divisão de Ensino Infantil
 08.41.185.2018 - Manutenção das Atividades de Creches
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Civil R\$ 8.000,00
 08.41.190.2019 - Manutenção das Atividades Educação Pré - Escolar
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Civil R\$ 2.000,00
 3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferências a Pessoas
 3253.00 - Salário Família R\$ 200,00
 0404 - Divisão da Cultura
 08.48.246.1004 - Construção do Anfiteatro Municipal
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4110.00 - Obras e Instalações R\$75.000,00
 0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social
 0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade
 15.81.486.2024 - Gestão Administrativa da Assistência Social
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 3.000,00
 0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
 0601 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente
 4.18.111.2027 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Cível R\$ 8.000,00
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 1.000,00
 0700 - Secretaria Mun. Planej. Urba, Obras Transp. e Serv. Públicos.
 0701 - Divisão da Frota Municipal
 10.60.325.2030 - Gestão Administrativa do Órgão
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Cível R\$ 25.000,00
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 10.000,00
 0702 - Departamento de Transporte
 16.88.020.2032 - Reforma e Manutenção dos Veículos e Maquinários
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de Consumo R\$ 5.300,00
 TOTAL R\$200.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

9000 - Reserva de Contingência
 9099 - Reserva de Contingência
 99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações
 9000.00 - Reserva de Contingência
 9900.00 - Reserva de Contingência
 9990.00 - Reserva de Contingência R\$200.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
 30 de Junho de 2000.
 MANUEL R. DEL OLMO
 Prefeito Municipal

MARLENE de Fª. P. M. FOITTE
 Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei 2.416/99,
 em ____/ ____/ ____

Lei Nº 2.471 de 30 de Junho de 2000

LEI Nº 2.471 DE 30 DE JUNHO DE 2000
 DISPÕE SOBRE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2001 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Ficam estabelecidas, para a elaboração do Orçamento deste Município, para o exercício de 2.001, as Diretrizes de que trata esta Lei.

Art.2º) As metas e as prioridades da administração pública municipal para o exercício financeiro de 2.001, serão aquelas constantes do Anexo I, II e III desta Lei, indicadas a nível setorial, com as alternativas a serem desenvolvidas para atingir objetivos específicos.

Art.3º) A Lei Orçamentária Anual compreenderá o orçamento dos Poderes Executivo e Legislativo, seus Fundos, Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta.

Art.4º) O Poder Executivo promoverá estudos visando introduzir as seguintes modificações na legislação tributária do Município:

I - Atualizar o Cadastro Imobiliário e Fiscal do Município, dotando-o de informações que assegurem a justiça fiscal nos lançamentos e cobrança dos impostos municipais;

II - Rever os critérios de cobrança das taxas, para adequá-las ao custo real dos serviços que constituem os respectivos fatos geradores;

III - Utilizar a Contribuição de Melhoria como instrumento financiador de obras municipais, especialmente no que se refere à pavimentação de ruas;

IV - Aperfeiçoar os instrumentos para agilização da cobrança da

dívida ativa, bem como, a correção de seus créditos.

Art.5º) Na elaboração da proposta orçamentária, sem prejuízo das normas financeiras estabelecidas pela legislação federal, observar-se-à o seguinte:

I - A despesa não será superior à receita estimada;

II - Não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos;

III - O pagamento do serviço da dívida, de pessoal, encargos sociais e a manutenção de atividades, terão prioridade sobre as ações de expansão.

Art.6º) Na programação de investimentos da administração pública Direta e Indireta, serão observadas as seguintes regras:

I - Projetos em fase de execução terão preferência sobre novos projetos;

II - Não poderão ser programados novos projetos:

a) À conta da redução ou anulação de dotações de projetos em efetivo andamento;

b) Que não tenham viabilidade técnica, econômica e financeira.

Art.7º) O Orçamento Anual poderá consignar recursos destinados à concessão de auxílios financeiros a entidades privadas, sem fins lucrativos, em pleno funcionamento, até o limite de 1,5% das receitas correntes.

Parágrafo único - Não poderá ser concedida ajuda à entidade que esteja em débito com prestações de contas, decorrentes de sua responsabilidade.

Art.8º) O Município aplicará, no mínimo:

I - 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, sendo:

a) 15% da receita da QP-ICMS transferida ao município e 15% do FPM e QP-IPPI, aplicados segundo a Lei Federal 9.424 de 24 de dezembro de 1.996 e segundo esta Lei.

b) 10% das fontes da alínea anterior destinadas a manutenção e desenvolvimento do ensino.

c) 60% das receitas de impostos, não compreendidas as transferências, aplicadas no ensino fundamental.

d) Até 40% das receitas da alínea anterior na manutenção e desenvolvimento do ensino.

II - 60% dos recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério, na remuneração de profissionais do magistério do ensino fundamental e os 40% restantes, na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental.

III - 10% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, no setor da saúde.

IV - 5% das receitas resultantes de impostos, compreendida a proveniente de transferências, no desenvolvimento e fomento do setor produtivo, assim entendido como agricultura, comércio, indústria e turismo.

Art.9º) A sistemática de elaboração do Orçamento Anual, obedecerá a estrutura organizacional dos Poderes Executivo e Legislativo,

dos Fundos criados por lei, das Autarquias e Fundações que recebam Recursos do Tesouro Nacional, prevendo Recursos destinados ao Poder Legislativo não Superior a 8% (oito por cento) e nem inferior a 5% (cinco por cento), das Receitas Tributárias e das Transferências previstas no parágrafo 5º do Artigo 153 e nos Artigos 158 e 159 da Constituição Federal, obedecidos ainda os demais limites Constitucionais e da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art.10) As despesas totais com pessoal, assim entendidas aquelas descritas no Artigo 18 e caput e parágrafo 1º da Lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, não poderão exceder a 60% (sessenta por cento) da Receita Corrente Líquida, obedecido ainda a repartição deste limite em 54% (cincoenta e quatro por cento) para o Poder Executivo e 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo.

Parágrafo 1º - No limite estabelecido neste artigo, incluem-se as despesas com remuneração de pessoal, a qualquer título, proventos de aposentadorias, e pensões, obrigações patronais e remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores.

Parágrafo 2º - As despesas com pessoal Inativo e Pensionistas não poderão exceder o limite de 5% (cinco por cento) das despesas totais com pessoal.

Art 11) São irrelevantes, nos termos do parágrafo 3º do Artigo 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as despesas decorrentes de ação Governamental que acarretem um dispêndio de até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida, seja em Projeto ou Atividade de caráter continuado sem prejuízo da necessária previsão Orçamentária para sua execução.

Art.12) Ficam estabelecidos os seguintes limites de créditos Orçamentários, sobre as Receitas Correntes, para despesas com:

I- Publicidade, propaganda e condecorações: 3 %

II - Locação de mão-de-obra: 2 %

At.13) A abertura de créditos suplementares será assegurada pela Lei Orçamentária, até o limite de 50 % da despesa fixada.

Art.14) O Orçamento assegurará recursos destinados à Reserva de Contingência, não superior a 20 % e não inferior a 15 % do total da despesa fixada.

Parágrafo Único - Não serão admitidas emendas ao Orçamento, que impliquem na redução do limite mínimo previsto neste artigo, quando a fonte de recursos nela indicadas for a Reserva de Contingência.

Art.15) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
30 de Junho de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE de Fª. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei 2.416/99,
em ____/ ____/ ____

ANEXO I
ADMINISTRAÇÃO DIRETA
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DE 2.001.

GABINETE DO PREFEITO

Reivindicações, realizações e convênios	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação do Posto Policial de Fragosos; - Implantação do Posto Policial de Bateias de Baixo; - Implantação da Rádio-Patrolha no Município; - Solicitação de novos veículos para as Polícias Civil e Militar.
Subvenções	<ul style="list-style-type: none"> - Fundação Municipal de Desporto e Cultura; - AMUNESC - Associação dos Municípios do Nordeste Catarinense; - FECAM - Federação Catarinense de municípios; - Outras entidades Assistenciais do Município através do F.M.A.S
Publicidade	<ul style="list-style-type: none"> - Divulgação das realizações do Governo Municipal nas áreas fundamentais; - Divulgação das Campanhas Comunitárias.
Informatização	<ul style="list-style-type: none"> - Aquisição de um microcomputador multi-mídia; - Aquisição de um software de gerenciamento de atos oficiais; - Inscrição na Internet. - Aquisição de um televisor com vídeo.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ITEM	METAS
Informatização	- Atualização dos sistemas.
Capacitação de Recursos humanos	<ul style="list-style-type: none"> - Treinamento dos servidores públicos, através de cursos, seminários, simpósios etc; - Melhoria da eficiência funcional; - Implantar a visão do "Contribuinte em 1º lugar".
Material Permanente	- Aquisição de equipamento material permanente.
Patrimônio	<ul style="list-style-type: none"> - Quantificar a valorização e desvalorização do Patrimônio municipal; - Regularizar a situação jurídica dos bens imóveis do poder Público Municipal.
PRONAM	- Continuidade do Programa Municipal de Maximização das Receitas.
Movimento Econômico	- Contratação de serviços de auditoria das DIFEs do município.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Informatização	<ul style="list-style-type: none"> - Aquisição de Microcomputadores; - Aquisição de softwares de gerenciamento para a educação.
Aquisição de Material Permanente	<ul style="list-style-type: none"> - TV e Vídeos-cassetes para as escolas; - Retroprojeto; - Projetor de slides.

Escolas	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliação de Escolas Estaduais Municipalizadas: Avenquinha e São Miguel; - Aquisição de equipamento e material permanente em geral; - Restauração de prédios escolares, construção de muros e cercas; - Irradicação do Analfabetismo; - Aquisição de mimeógrafo para as Escolas; - Aquisição de Laboratório Móvel para as Escolas.
Creches	<ul style="list-style-type: none"> - Aquisição de parques infantis para as creches; - Equipamento e material Permanente em geral.
Construções	- Construção da sede da Secretaria de Educação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

Reformas e Construções	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliação da Unidade sanitária (sede); - Desenvolvimento do projeto de Rede de Esgoto para o centro e bairros. - Implantação de sistema de água nas localidades de Bateias de Cima, Lageado e São Miguel (alto São Miguel).
Equipamentos	<ul style="list-style-type: none"> - Aquisição de um equipo Odontológico para o Posto de Saúde Central; - Um automóvel com 05 lugares;
Recursos Humanos	- Médico Pediatra

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Indústria	<ul style="list-style-type: none"> - Aquisição de terrenos para programas de incentivo a indústria; - Concessão de incentivos fiscais na implantação de indústrias no município; - Criação de um serviço de apoio técnico a micro e pequena empresa; - Criação de um condomínio empresarial no município; - Elaboração de propostas a grandes empresas que atuem nos ramos que sejam vocação econômica do município; - Parceria com a Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Campo Alegre; - Realização de cursos de capacitação de mão-de-obra e de novos empreendedores.
Comércio	<ul style="list-style-type: none"> - Programas que visem o fortalecimento do comércio local; - Combate a evasão de divisas; - Incentivo a atividades comerciais complementares (fechar o ciclo de consumo); - Incentivos fiscais a instalação e ampliação de casas de comércio; - Agilização para instalação do PROCON.
Turismo	<ul style="list-style-type: none"> - Aquisição de uma filmadora; - Montagem do acervo visual do município; - Parceria com projetos da iniciativa privada; - Programas de desenvolvimento do Ecoturismo; - Incentivos fiscais a instalação de empresas do ramo turístico; - Embelezamento trevos de acesso ao centro da cidade, Bateias de Baixo e Fragosos.

DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Inseminação Artificial	- Melhorar padrão genético; - Aumento da produtividade do rebanho.
Conscientização e Capacitação do Produtor	- Treinamento do produtor via palestras, cursos, etc; - Extensão Rural.
Atendimento Clínico Veterinário	- Continuar com atendimento clínico; - Aquisição de materiais e equipamentos para o desenvolvimento do trabalho.
Fomento	- Criar e ampliar as fontes de renda do produtor através de feiras; - Celebrar convênios com a Epagri e Cidasc.
Patrulha mecanizada agrícola	- Aquisição de máquinas agrícolas; - Terceirizar serviços; - Realizar Convênios Sindicatos e Cooperativas.
Parque de eventos	- Aquisição de uma área.
Horto Municipal de Ervas Medicinais e Plantas Ornamentais	- Construção das Instalações da sede do Horto. (cozinha, banheiros, sala para atividades em geral.
Dragagem de Rios	- Incorporação de novas áreas agrícolas; - Aumento da produção; - Evitar enchentes.
Estruturação dos serviços Agropecuários	- Aumento do quadro técnico; - Aquisição de materiais para melhorar o trabalho de assistência técnica; - Agrupar todas as instituições de agricultura em um lugar apenas.
Desenvolvimento do Município	- Criação da Micro bacia II - Projeto Bird - PRESTO Turismo Rural; - Criar novas alternativas de renda ao produtor rural.
Combate ao Simulium Pertinax (borrachudo)	- Auxílio do Plano Municipal de Combate ao Simulium Pertinax.
Programa Hortas Escolares	- Aquisição de calcário; - Curso para merendeiras e acompanhamento pela Secretaria Municipal de Educação; - Colaboração da comunidade na organização de hortas.
Projeto-Piloto: Artesanato em lã de Ovelha, nas Escolas Rurais	- Elaborar plano de trabalho para execução do Programa com acompanhamento da Divisão de Agricultura; - Reposição de materiais e equipamentos; - Evidenciar o programa como mais uma alternativa de renda; - Realização de treinamento para instrutores; - Promover exposição para venda de trabalhos artesanais.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Capacitação	- Capacitação do trabalhadores em serviços como calceteiro e afins; - Capacitação dos operadores de máquinas;	
Logradouros públicos	- Colocação de lixeiras nos centros Urbanos; - Arborização dos centros urbanos; - Conservação de logradouros públicos; - Construção de passeios e meios-fios; - Recuperação de pontes e bueiros; - Sinalização das vias urbanas e rurais; - Recuperação do Asfalto na localidade de Fragosos; - Recuperação do calçamento na localidade de Bateias de Baixo.	
Conservação de Estradas	- Contratos de fornecimento de saibro com fornecedores locais devidamente credenciados; - Aprendizagem de novas técnicas de manutenção de estradas vicinais.	
Aquisição de Máquinas	- Aquisição de uma Patrola Moto niveladora; - Aquisição de 1 caminhão caçamba (truque); - Aquisição de 1 Trator de Pneu.	

Construções e Reformas	<ul style="list-style-type: none"> - Pavimentação de ruas no centro e bairros; - Construção de abrigos para passageiros de ônibus; - Conclusão de reforma da Praça Sofia Rudnick Baptista, na localidade de Fragosos; - Construção de novas praças e áreas verdes na sede e bairros; - Benfeitorias nos cemitérios municipais; - Implantação do aterro sanitário; - Implantação de redes de águas pluviais e esgotos no centro e bairros; - Abertura de novas vias e acessos; - Implantação de novas unidades habitacionais; - Construção do Pórtico na Rod. SC- 301; - Construção do Posto de Informações Turísticas; - Construção do Calçadão no Rua: Cél. Bento D' Amorim; - Reforma do Auditório da Casa da Cultura; - Reforma da Caixa D'água no Distrito de Bateias de Baixo; - Pesquisa e implantação de novas modalidades para construção de casas populares; - Construção de banheiros públicos na sede do município; - Construção de Pontes de concreto armado e reforma em geral de Pontes. 	
	<ul style="list-style-type: none"> - Aquisição de áreas de Terra para praça e outros; - Aquisição de área para implantação de aterro sanitário; - Aquisição de área para ampliação do Cemitério Municipal; - Aquisição de áreas para implantação de lagoas de tratamento de esgoto. 	

	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação de Infra-Estrutura na Cascata Paraíso; - Colocação das placas turístico-informativas; - Dragagem de rios; - Expansão da rede de energia elétrica, iluminação pública no perímetro urbano e rural. 	
Convênios	<ul style="list-style-type: none"> - Convênios para elaboração de projetos de unidades habitacionais; - Celebração de Convênios Estaduais e Federais. 	
Melhorias	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorias do sistema de coleta de lixo; - Urbanização dos projetos habitacionais existentes; - Incentivo a criação de novos loteamentos urbanizados. 	

ANEXO II - DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2001 PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

ITEM	METAS
Informatização	- Continuidade do Processo de Informatização, atualização e aquisições de sistemas.
Capacitação de Recursos Humanos.	c) Treinamento de servidores, melhoria na eficiência funcional.
Equipamentos e Material Permanente.	- Aquisição de veículo leve; - Aquisição de Equipamento e Material Permanente.
Restauração e reforma.	- Continuação da Restauração e Reforma do Prédio;

ANEXO III - DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2001 ADMINISTRAÇÃO INDIRETA FUNDAÇÃO E FUNDOS MUNICIPAIS

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA

Esportes	<ul style="list-style-type: none"> - Construção de Quadras de esportes - canchas polivalentes nos Bairros: Belo Horizonte no Conjunto Habitacional Vila Scheide Bairro Cascatas no Conjunto Habitacional Bela Vista; - Construção Alambrado Estádio João Cavalheiro no Distrito de Fragosos; - Construção Estádio no Distrito de Bateias de Baixo; - Contratar professor habilitado em Educação Física; - Promoção de eventos desportivos; - Apoio Financeiro para os JASC E JESC; - Apoio Financeiro para cursos técnicos na área de esportes; - Aquisição de Mobiliários em Geral- - Aquisição de Material Desportivo em Geral.
Cultura	<ul style="list-style-type: none"> - Recuperação do arquivo histórico do Município; - Aquisição de livros e Enciclopédias para a Biblioteca Pública Municipal; - Aquisição de Instrumentos Musicais, para Escola de Música; - Aquisição de Mobiliários em geral; - Aquisição de um Microcomputador ; - Implantação do Museu Municipal; - Construção do Espaço Cultural - Auditório Municipal.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

- Celebração de Convênios com o Governo Federal e Estadual.
- Aquisição de Equipamento e Material Permanente (Móveis, Utensílios, Médico, Odontológico e Laboratorial).
- Desenvolver Programas na Área de Saúde Preventiva e Curativa.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Celebração de Convênios com Governo Federal e Estadual.
- Desenvolver projetos na Área Social, (Amparo ao Idoso, Criança carente e deficiente).
- Aquisição de equipamento e Material Permanente.

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- Celebração Convênios com Governo Federal e Estadual.
- Aquisição de Equipamento e Material Permanente.
- Desenvolver Projetos na Área de Educação.
- Aquisição de Automóvel.
- Implantação - Informática.
- Melhoria na Eficiência Funcional.
- Aprimoramento Recursos Humanos.

FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO

- Celebração de Convênios com Governo Federal, Estadual, Órgãos Internacionais e com outras Entidades e Instituições Públicas e Privadas.
- Incentivo - Apoio ao Desenvolvimento Turístico.
- Turismo Urbano e Rural.
- PRESTO : Turismo Rural, Ecoturismo.
- Implantação Informática

FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

- Celebração de Convênios com Governo Federal, Estadual e Pessoas Jurídicas.
- Aquisição de Imóvel.
- Aquisição de equipamento e Material Permanente, (Tratores e Implementos Agrícolas).
- Desenvolver Projetos de Desenvolvimento Técnico Agropecuários.
- Aquisição de Automóvel.
- Implantação Informática

FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO

- Celebração de Convênios - Organismos Internacionais, Órgão federal e estadual, celebração de Contratos com órgão de Desenvolvimento geral do Município.
- Desenvolver Projetos para Desenvolvimento Geral do Município.
- Recebimento de Doações Públicas e Privadas.
- Operações de Crédito.
- Aquisição de Equipamento e Material Permanente.
- Celebração de Contratos com Entidades de Fomento, Públicas e Privadas.

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

- Celebração de Convênios com Governo Federal e Estadual.
- Aquisição de Imóvel (área de Terra).
- Desenvolver Projetos Habitacionais.

Campo Alegre, "SC", em 30 de junho de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

Lei Nº 2.470 de 21 de Junho de 2000

LEI Nº 2470 DE 21 DE JUNHO DE 2000.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O CEMITÉRIO ECUMÊNICO DE FRAGOSOS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Declarado de Utilidade Pública o CEMITÉRIO ECUMÊNICO DE FRAGOSOS, com sede à Rua: Fernando Jung, 818 - Distrito de Fragosos no município de Campo Alegre/SC, registrado no Cartório de Registro Civil e Anexos sob nº 57, à fls. 61, do Livro nº 1 de Registro de Sociedades Cíveis, e na Secretaria da Receita Federal no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 83.645.028/0001-03.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em, 21 de Junho de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE de Fª. P. M. FOITTE

Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99, em ____/____/____

LEI Nº 2.469 DE 21 DE JUNHO DE 2000

LEI Nº 2469 DE 21 DE JUNHO DE 2000.

AUTORIZA PRESTAR SERVIÇOS E DOAR MATERIAL DE CONSTRUÇÃO A ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a:

I - Prestar serviços de elaboração de Projeto de Obra Civil e acompanhamento Técnico para a construção de Capela Mortuária Comunitária no Distrito de Fragosos.

II - Doar material de construção para obra da Capela Mortuária Comunitária no Distrito de Fragosos no valor até R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais).

Parágrafo Único: O beneficiário do contido nos incisos I e II deste Artigo é o Cemitério Ecumênico de Fragosos, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica CNPJ sob nº. 83.645.028/0001-03.

Art.2º) As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão por conta de Dotação Orçamentária específica.

Art.3º.) Esta lei entra vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
21 de Junho de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE de Fª. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei 2.416/99,
em ____/____/____

Lei Nº 2.468 de 02 de Junho de 2000

LEI Nº 2468 DE 02 DE JUNHO DE 2000.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ADQUIRIR E DOAR MATERIAL DE CONSTRUÇÃO.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado adquirir para posterior doação materiais para construção, abaixo relacionados em benefício do Sr. HILDEBRANDO DE ASSIS, portador do CPF nº 015.270.789-14, Carteira de Identidade nº 22/R - 2.925.166, residente na localidade de Lageado neste Município.

1,500 m³ Taboas de Pinus 1" X 3,00 mts.
06 pç. Madeira quadrada de Pinus 8 X 10 cm. 5,00 mts.
10 pç. Madeira quadrada de Pinus 8 X 10 cm. 3,00 mts.
06 pç. Madeira quadrada de Pinus 6 X 10 cm. 4,50 mts.
120 ml. de ripas de Pinus para Telhas.
200 ml. Mata Junta de Pinus

Art. 2º) As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão por conta de Dotação Orçamentária específica.

Art.3º.) Esta lei entra vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
02 de junho de 2000.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE Fª. P. M. FOITTE
Secretária Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,
em ____/____/____

LEI Nº 2.467 DE 01 DE JUNHO DE 2000

LEI Nº 2467 DE 01 DE JUNHO DE 2000.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 235.000,00 (Duzentos e trinta e cinco mil reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

0700 - Secretaria Munic. Planejamento, Transportes e Obras.
0701 - Divisão de Frota Municipal
16.91.575.1010 - Ação de Pavimentação
4000.00 - Despesas de Capital
4100.00 - Investimentos
4110.00 - Obras e Instalações R\$235.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

9000 - Reserva de Contingência
9099 - Reserva de Contingência
99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações
9000.00 - Reserva de Contingência
9900.00 - Reserva de Contingência
9990.00 - Reserva de Contingência R\$235.000,00
Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
01 de junho de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE Fª. P. M. FOITTE
Secretária Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,
em ____/____/____

LEI Nº 2.466 DE 01 DE JUNHO DE 2000

LEI Nº 2466 DE 01 DE JUNHO DE 2000.

DISPÕE SOBRE CONTRIBUIÇÕES CORRENTES

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a contribuir em uma única parcela o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais); à FECAMPO - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CAMPO ALEGRE.

Art. 2º) Para pagamento da contribuição corrente que trata o Artigo 1º desta Lei, será utilizado Recurso da seguinte Dotação Orçamentária:

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0301 - Divisão Pessoal

03.07.021.2004 Coordenação das Atividades Administração

3200.00 -Transferências Correntes

3230.00 -Transferências a Instituições Privadas

3233.00 -Contribuições Correntes.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
01 de Junho de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE Fª. P. M. FOITTE

Secretária Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,
em ____/____/____

LEI Nº 2.465 DE 26 DE MAIO DE 2000

LEI Nº 2465 DE 26 DE MAIO DE 2000

AUTORIZA EFETUAR DESPESAS COM ATLETAS EM JOGOS OFICIAIS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar despesas com o custeio de alimentação e transporte para os atletas que representarem o Município em competições desportivas oficiais

Parágrafo Único: As despesas de que trata o caput deste Artigo ficam restritos ao período das competições e limitados; quanto a alimentação à R\$ 15,00 (quinze reais) por atleta e por dia;

Art.2º) A concessão deste benefício fica condicionada a existência de Dotação Orçamentária e Recursos disponíveis e ainda ao juízo de conveniência de oportunidade do Poder Executivo.

Art.3º) As despesas oriundas da presente Lei correrão por conta de Dotação Orçamentária específica e deverão ser comprovadas pelos atletas, bem como os respectivos pagamentos, com recibos e documentos fiscais.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
26 de maio de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE Fª. P. M. FOITTE

Secretária Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,
em ____/____/____

LEI Nº 2.464 DE 26 DE MAIO DE 2000

LEI Nº 2464 DE 26 DE MAIO DE 2000

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 181.000,00 (Cento e oitenta e hum mil reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento vigente.

0700 - Secret. Mun. Planej. Urba, Obras Transp. e Serv. Públicos.

0701 - Divisão da Frota Municipal

16.91.575.1009 - Obras e Instalações e Geral.

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4110.00 - Obras e Instalações em Geral R\$ 181.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
26 de maio de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE Fª.P.M.FOITTE

Secretaria Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,
em ____/____/____

Lei Nº 2.463 de 10 de Maio de 2000

LEI Nº. 2463 de 10 de Maio de 2000.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ISENTAR TAXAS E TARIFAS OS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA MORADIA ECONÔMICA.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a isentar taxas e tarifas dos beneficiários do Programa de Moradia Econômica, quanto a análise, aprovação, vistoria e fiscalização da licença municipal de construção.

Parágrafo único: O benefício do caput deste artigo, se concederá apenas aos beneficiários que pretenderem a primeira licença municipal de construção, feita segundo os projetos de moradia econômica registrados como tais no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA.

Art.2º. Esta lei entra vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC em,
10 de Maio de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE F^a. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº. 2.416/99 em, ____/
____/____

Lei Nº 2.462 de 02 de Maio de 2000

LEI Nº 2.462 DE 02 DE MAIO DE 2000
"DENOMINA DE AUGUSTO OSOVSKI, RUA DO MUNICÍPIO"

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica denominada a Rua: AUGUSTO OSOVSKI, uma rua saindo da Rua Estanislau Milchevski - direção ao sudeste até a Sociedade Bateense Gralha Azul, com extensão de 57,00 m e largura de 7,60 m, situada no Distrito de Bateias de Baixo, neste município, conforme croquis em anexo.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
02 de maio de 2000.
MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE DE F^a. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,
em ____/____/____

Lei Nº 2.461 de 19 de Abril de 2000

LEI Nº2.461 DE 19 DE ABRIL DE 2000.
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CEDER O USO DE BEM PÚBLICO AO IBGE

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder o uso de dependências do Poder Público Municipal e linha telefônica para o IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, por ocasião do Censo Demográfico do ano 2000.

Parágrafo único: Inclui-se na autorização legislativa do caput deste artigo, as eventuais despesas de telefonia efetuados pelo cessionário.

Art.2º. Esta lei entra vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre "SC" em, 19 de abril de 2000.
MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE DE F^a. P. M. FOITTE
Secretária Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,
em ____/____/____

LEI Nº 2.460 DE 31 DE MARÇO DE 2000

LEI Nº 2.460 DE 31 DE MARÇO DE 2000
AUTORIZA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A - EPAGRI, sociedade de economia mista, integrante da Administração indireta do Estado de Santa Catarina, e o município de Campo Alegre, objetivando estabelecer ações básicas de Cooperação Técnica em regime de parceria, execução de trabalhos de Assistência Técnica e Extensão Rural, especificamente no que se refere a elaboração e supervisão de Planos de Créditos.

Art.2º O Convênio de Cooperação Técnica referido no artigo 1º, faz parte integrante desta Lei.

Art.3º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão por conta de Dotação Orçamentária específica.

Art.4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
31 de março de 2000.
MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE DE F^a. P. M. FOITTE
Secretária Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99, em:
31/03/2000.

LEI Nº 2.459 DE 22 DE MARÇO DE 2000

LEI Nº 2.459 DE 22 DE MARÇO DE 2000
AUTORIZA PAGAMENTO DESPESA DE COMBUSTÍVEL A SER DO-ADO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar o pagamento de até 500 (quinhentos) litros de gasolina comum, a serem doados aos vacinadores comunitários, para abastecimento dos veículos a serem utilizados na campanha Contra a Febre Afetosa nos meses de março e abril do corrente ano em nosso município, campanha esta de iniciativa da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC.

Art.2º) A despesa com a execução da presente Lei, correrá por conta de Dotação Orçamentária Específica.

Art.3º) A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
22 de março de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE

Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,
em ____/____/____

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 2.458 DE 22 DE MARÇO DE 2000

LEI Nº 2.458 DE 22 DE MARÇO DE 2000.

AUTORIZA EFETUAR DESPESA E DOAÇÃO
DE TROFÉUS E PREMIAÇÃO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber
que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar
despesa no valor de R\$ 602,00 (seiscentos e dois reais), para
aquisição de troféus e pagamento de premiação de competições
desportivas a serem realizadas na 3ª Festa Estadual da Ovelha.

Art.2º) Fica igualmente autorizado o Poder Executivo Municipal a
doar os troféus adquiridos, bem como pagar o valor da premiação
aos vencedores das competições referidas no artigo anterior desta
Lei.

Art.3º) As despesas com a execução da presente Lei, correrão por
conta de dotação orçamentária específica.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-
das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
22 de março de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE

Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,
em ____/____/____

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 2.457 DE 22 DE MARÇO DE 2000

LEI Nº 2.457 DE 22 DE MARÇO DE 2000.

INSTITUI A "SEMANA DA ÁGUA" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,
no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que
a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica instituída em todo o Município de Campo Alegre a
"Semana da Água".

Art.2º) A Semana da Água tem por objetivos:

I - promover a conscientização da comunidade para a importância
do gerenciamento adequado dos recursos hídricos do município;
II - divulgar a Política e o Sistema Nacional e Estadual de Geren-
ciamento dos Recursos Hídricos;
III - estimular a adoção de práticas e medidas de proteção dos
recursos hídricos;

Art.3º) A Semana da Água será realizada na última semana do
mês de setembro, quando se comemora o início da primavera;

Art.4º) A coordenação das comemorações da Semana da Água,
ficará a cargo do Poder Executivo Municipal, que atuará em sin-
tonia com órgãos, instituições, empresas e comunidade em geral.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-
das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
22 de março de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE

Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,
em ____/____/____

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 2.456 DE 15 DE MARÇO DE 2000

LEI Nº 2.456 DE 15 DE MARÇO DE 2000.

AUTORIZA EFETUAR DESPESA DE AQUISIÇÃO
GASOLINA PARA DOAÇÃO A APAE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber
que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a efetuar des-
pesa na aquisição de até 2.610 (dois mil seiscentos e dez) litros
de gasolina comum, a serem doados a APAE - Associação de Pais
e Amigos dos Excepcionais de Campo Alegre/SC, para ser utilizado
no veículo: Marca Volkswagen - Kombi, ano modelo 1.997 Chassis
9BW3Z231VP024012, Placas LYT - 3965, de propriedade da enti-
dade, destinado ao transporte de alunos da mesma.

Parágrafo Único - A quantia do combustível que trata o artigo 1º
desta Lei, será utilizada no período de fevereiro de 2000 à dezem-
bro de 2000.

Art.2º) A despesa decorrente da execução da presente Lei, correrá
por conta de dotação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
15 de março de 2000.
MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,
em ____/____/____

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.455 de 15 de Março de 2000

LEI Nº 2.455 DE 15 DE MARÇO DE 2000.

"AUTORIZA REPASSE PARA O CONSÓRCIO QUIRIRI"

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal fica autorizado a repassar para o consórcio Quiriri, até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), no decorrer do exercício de 2000.

Art.2º) Este repasse servirá para cobrir parte das despesas do Consórcio no que se refere a pessoal, material de expediente, veículo e viagens, água, luz, telefone, aluguel e outros itens necessários ao seu funcionamento.

Art.3º) O repasse de que trata o Artigo 1º poderá ser efetuado em parcelas, de acordo com a necessidade.

Art.4º)) A entidade beneficiada por esta Lei terá o prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos recursos, para prestar contas dos mesmos à Municipalidade.

Art.5º) As despesas com a execução da presente Lei, correrão por conta de dotações do Orçamento Vigente,

Art.6º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
15 de março de 2000.
MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,
em ____/____/____

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.454 de 15 de Março de 2000

LEI Nº 2.454 DE 15 DE MARÇO DE 2000.

DISPÕE SOBRE CONTRIBUIÇÕES CORRENTES

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a contribuir mensalmente à AMUNESC - Associação de Municípios do Nordeste de Santa Catarina, o valor mensal de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais), nos meses de janeiro à dezembro de 2000.

Art.2º) Para pagamento de que trata o Artigo 1º desta Lei serão utilizados Recursos da seguinte Dotação Orçamentária:

0200 - Gabinete do Prefeito
0201 - Chefia de Gabinete
03.07.020.2002 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito
3000.00 - Despesas Correntes
3200.00 - Transferências Correntes
3230.00 - Transferências a Instituições Privadas
3233.00 - Contribuições Correntes

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais retroativo à partir de 1º de janeiro de 2000.

Art.4º) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
15 de março de 2000.
MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,
em ____/____/____

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.453 de 15 de Março de 2000

LEI Nº 2.453 DE 15 DE MARÇO DE 2000

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A CONTRIBUIR PARA A FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS - FECAM

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado contribuir à Federação Catarinense de Municípios - FECAM, pessoa jurídica de direito privado, com Sede em Florianópolis e que congregará todos os Municípios e Associações de Municípios do Estado.

Art.2º) Na forma da autorização contida no artigo anterior, o Município deverá cumprir com todas as disposições estatutárias da entidade.

Art.3º) O Executivo Municipal fica autorizado a contribuir financeiramente para a Federação Catarinense de Municípios - FECAM com o valor mensal de R\$ 200,00 (duzentos reais), no período

compreendido de 1º de janeiro de 2000 à 31 de dezembro de 2000.

Art.4º) As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta de dotação orçamentária específica.

Art.5º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais retroativo à partir de 1º de janeiro de 2000.

Art.6º) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
15 de março de 2000.
MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,
em ____/____/____

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.452 de 15 de Março de 2000

LEI Nº 2.452 DE 15 DE MARÇO DE 2000
DENOMINA DE MOACYR MACHADO SCHROEDER,
TRAVERSA DO MUNICÍPIO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica denominada a TRAVESSA MOACYR MACHADO SCHROEDER, uma rua saindo da Rua Ernesto Afonso Scheide com saída na Rua: Prefeito Oldemar Duvoisin, situada no centro deste município conforme croquis em anexo.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
15 de março de 2000.
MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,
em ____/____/____

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 2.451 DE 03 DE MARÇO DE 2000

LEI Nº 2.451 DE 03 DE MARÇO DE 2000

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - PRO-FDM E TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO FUNDO E DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado De Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal do Estado de Santa Catarina-PRO-FDM, mediante assinatura de convênio com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e com a intervenção do BADESC - AGÊNCIA CATARINENSE DE FOMENTO S/A

Art.2º) A adesão ao PRO-FDM propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de obras de infraestrutura econômica e social, serviços públicos, máquinas e equipamentos para adequação institucional da administração municipal na forma do seu Regulamento.

Art.3º) Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos em obras, serviços, máquinas e equipamentos, e projetos de desenvolvimento institucional, fica o Poder Executivo autorizado a tornar empréstimo junto ao BADESC - AGÊNCIA - PRÓ-FDM, até o montante de R\$ 634.512,00 (seiscentos e trinta e quatro mil, quinhentos e doze reais).

Parágrafo Único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art.4º) Para dar continuidade ao PRO-FDM, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como, para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art.5º) Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 6,5 % (seis e meio por cento) ao ano, acrescido da taxa de juros de longo prazo - TJLP, ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art.6º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
03 de março de 2000.
MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,
em ____/____/____

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.450 de 31 de Janeiro de 2000

LEI Nº 2.450 DE 31 DE JANEIRO DE 2000.

AUTORIZA A CONTABILIZAR DESPESAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contabilizar por conta de dotação de despesas do Exercício Anterior na dotação 03.08.030.2009 - Manutenção das atividades de Finanças 3192.00 - Despesas de Exercícios Anteriores, a seguinte Fatura Fiscal nº 055.904 - Reunidas S.A - Transportes Coletivos, no valor de R\$ 224,49 (duzentos e vinte e quatro reais, quarenta e nove centavos).

Art.2º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
31 de janeiro de 2000.
MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,
em ____/____/____

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.449 de 31 de Janeiro de 2000

LEI Nº 2.449 DE 31 DE JANEIRO DE 2000

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO ANTECIPAR AO IPESC VALORES A SEREM RETIDOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a despesa no valor de R\$ 23.435,94 (vinte e três mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e noventa e quatro centavos) em prol do IPESC - Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina, correspondente aos valores a serem descontados pelo município da remuneração dos servidores municipais ex-segurados do referido Instituto.

Parágrafo Único - A despesa será efetuada em 36 (trinta e seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas de 611,78 (seiscentos e onze vírgula setenta e oito) UFIRS.

Art.2º) Fica autorizado igualmente o Poder Executivo Municipal a descontar dos Servidores Municipais os valores pagos ao IPESC - Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo Único - O critério dos descontos dos funcionários e inativos, será estabelecido por comissão formada por 5 (cinco) componentes, sendo 2 (dois) do Executivo e 3 (três) do Legislativo, a ser criada imediatamente após a sanção da presente lei.

Art.3º) As despesas oriundas da presente lei correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária: 03.08.033.2008 - Encargos e Amortização de Dívidas.

Art.4º) Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
31 de janeiro de 2000.
MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,
em ____/____/____

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.448 de 16 de Dezembro de 1999

LEI Nº 2.448 DE 16 DE DEZEMBRO DE 1999

AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado dos Transportes e Obras, com a interveniência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, e o município de Campo Alegre, objetivando a construção de uma ponte na localidade de Bateias de Cima sobre o Rio Tijucume.

Art.2º) O Convênio é a participação financeira do Estado referida no artigo 1º, faz parte integrante desta Lei.

Art.3º) As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão por conta de Dotação Orçamentária Específica.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
16 de dezembro de 1999.
MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,
em ____/____/____

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.447 de 15 de Dezembro de 1999

LEI Nº 2.447 DE 15 DE DEZEMBRO DE 1999.

DISPÕE SOBRE CRIAÇÃO PRÉ ESCOLAR
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica criado o Pré Escolar; conforme especificação abaixo:

Pré Escolar "COELHINHO SABIDO"

Integrado à Escola Isolada Professor Eugênio Schutzler, situado à Rua: Principal s/n, na localidade de Lageado, neste município.

Art.2º) As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão por conta de Dotação Orçamentária específica.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
15 de dezembro de 1999.

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,
em ____/____/____

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 2.447 DE 15 DE DEZEMBRO DE 1999

LEI Nº 2.447 DE 15 DE DEZEMBRO DE 1999.

DISPÕE SOBRE CRIAÇÃO PRÉ ESCOLAR
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica criado o Pré Escolar; conforme especificação abaixo:

Pré Escolar "COELHINHO SABIDO"

Integrado à Escola Isolada Professor Eugênio Schutzler, situado à Rua: Principal s/n, na localidade de Lageado, neste município.

Art.2º) As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão por conta de Dotação Orçamentária específica.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
15 de dezembro de 1999.

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,
em ____/____/____

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 2.446 DE 15 DE DEZEMBRO DE 1999

LEI Nº 2.446 DE 15 DE DEZEMBRO DE 1999.

DISPÕE SOBRE CRIAÇÃO DE PRÉ ESCOLAR
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica criado o Pré Escolar; conforme especificação abaixo:

Pré Escolar "TURMA DO MORANGUINHO"

Integrado à Escola Reunida Municipal Carlos Frederico Adolfo Schneider, situado à Rua: Cél. Veríssimo de Souza Freitas nº 563 - Bairro Cascatas, neste município.

Art.2º) As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão por conta de Dotação Orçamentária específica.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
15 de dezembro de 1999.

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,
em ____/____/____

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 2.445 DE 15 DE DEZEMBRO DE 1999

LEI Nº 2.445 DE 15 DE DEZEMBRO DE 1999.

DISPÕE SOBRE CRIAÇÃO DE PRÉ ESCOLAR
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica criado o Pré Escolar; conforme especificação abaixo:

Pré Escolar "MORADA DO SOL"

Integrado à Escola Municipal Maria José Duarte Silva Bernardes, situado à Rua Nereu Ramos nº 124 - Centro, neste município.

Art.2º) As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão por conta de Dotação Orçamentária específica.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
15 de dezembro de 1999.

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,
em ____/____/____

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.444 de 15 de Dezembro de 1999

LEI Nº 2.444 DE 15 DE DEZEMBRO DE 1999.
DISPÕE SOBRE CRIAÇÃO DE PRÉ ESCOLAR
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber
que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica criado o Pré Escolar; conforme especificação abaixo:
Pré Escolar "URSINHOS CAPRICHOSOS"
Integrado à Escola Reunida Municipal Bela Vista, situado à Rua:
Das Azaléias nº 59 - Bairro Cascatas, neste município.

Art.2º) As despesas decorrentes com a execução da presente Lei,
correrão por conta de Dotação Orçamentária específica.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-
das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
15 de dezembro de 1999.
MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,
em ____/____/____

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 2.443 DE 15 DE DEZEMBRO DE 1999

LEI Nº 2.443 DE 15 DE DEZEMBRO DE 1999
ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA
DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,
no exercício de suas atribuições que lhe são conferidas, faz saber
que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a
seguinte Lei:

Art.1º) O Orçamento Fiscal da Administração Indireta do Município
de Campo Alegre/SC, para o exercício de 2000, estima a Receita
e fixa a despesa em R\$ 1.210.000,00 (um milhão, duzentos e dez
mil reais).

Art. 2º) A Receita será realizada mediante a arrecadação; preços,
rendas e outras fontes, receitas estas correntes e de capital.

Art.3º) A Despesa será realizada segundo a discriminação nos
quadros e demonstrativos anexos, parte integrante desta Lei,

obedecendo a seguinte especificação por Unidade Orçamentária:
Fundação Municipal de Desporto e Cultura R\$ 110.000,00
Fundo Municipal de Agricultura e Meio Ambiente R\$ 150.000,00
Fundo Municipal de Habitação R\$ 100.000,00
Fundo Municipal de Assistência Social R\$ 150.000,00
Fundo Municipal de Saúde R\$ 250.000,00
Fundo Municipal de Desenvolvimento R\$ 350.000,00
Fundo Municipal de Turismo R\$ 100.000,00

TOTAL GERAL: R\$ 1.210.000,00

Art.4º) Fica o Ordenador da despesa da respectiva Unidade Orça-
mentária autorizado a:

I - realizar operações de crédito por antecipação de receita até o
limite de 15 % (quinze por cento) da receita estimada nos termos
desta Lei;

II - abrir crédito suplementar até o limite de 50 % (cinquenta por
cento) da despesa nos termos do Artigo 7º, inciso I da Lei Federal
nº 4.320/64, por conta:

Parágrafo Único - De recursos oriundos de doações e decorrentes
de auxílios, acordos e convênios com órgãos do Estado ou da
União.

III - Movimentar dotações dentro da mesma categoria de pro-
gramação desde que não implique em aumento ou diminuição de
Recursos alocados:

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, pro-
duzindo seus efeitos legais a partir do dia 1º de janeiro de 2000.

Art.6º) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
15 de dezembro de 1999.
MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,
em ____/____/____

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA

RECEITA ORÇAMENTÁRIA EXERCÍCIO DE 2000.

1210.00	Contribuições Sociais	R\$ 40.000,00
1321.00	Juros e Títulos de Renda	R\$ 1.000,00
1331.00	Rendimentos de Aplica- ções Financeiras	R\$ 1.000,00
1713.00	Transferências do Município	R\$ 40.000,00
1722.01	Outras Transferências do Estado	R\$ 23.000,00
1990.00	Outras Receitas Cor- rentes	R\$ 5.000,00
TOTAL		R\$ 110.000,00

**FUNDO MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
RECEITA ORÇAMENTÁRIA/2000.**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1210.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ 35.000,00
1321.00	JUROS E TÍTULOS DE RENDA	R\$ 1.000,00
1331.00	RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R\$ 500,00
1713.01	TRANSFERÊNCIAS DO MUNICÍPIO	R\$ 30.000,00
1722.01	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	R\$ 65.500,00
1990.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$ 18.000,00
	TOTAL:	R\$ 150.000,00

**FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
RECEITA ORÇAMENTÁRIA/2000.**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1210.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ 8.000,00
1321.00	JUROS E TÍTULOS DE RENDA	R\$ 1.000,00
1331.00	RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R\$ 500,00
1713.01	TRANSFERÊNCIAS DO MUNICÍPIO	R\$ 39.500,00
1722.01	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	R\$ 35.000,00
1990.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$ 16.000,00
	TOTAL:	R\$ 100.000,00

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

M^a. ELIANE FRIEDRICH
CRC-SC 020486/0-1

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RECEITA ORÇAMENTÁRIA/2000.**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1210.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ 20.000,00
1321.00	JUROS E TÍTULOS DE RENDA	R\$ 4.000,00
1331.00	RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R\$ 300,00
1713.01	TRANSFERÊNCIAS DO MUNICÍPIO	R\$ 30.700,00
1722.01	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	R\$ 50.000,00
1990.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$ 45.000,00
	TOTAL:	R\$ 150.000,00

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

M^a. ELIANE FRIEDRICH
CRC-SC 020486/0-1

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
RECEITA ORÇAMENTÁRIA/2000.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1210.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ 15.000,00
1321.00	JUROS E TÍTULOS DE RENDA	R\$ 2.000,00
1331.00	RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R\$ 1.000,00
1713.01	TRANSFERÊNCIAS DO MUNICÍPIO	R\$ 77.000,00
1722.01	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	R\$ 82.000,00
1990.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$ 73.000,00
	TOTAL:	R\$ 250.000,00

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

M^a. ELIANE FRIEDRICH
CRC-SC 020486/0-1

FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
RECEITA ORÇAMENTÁRIA/2000.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1210.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ 40.000,00
1321.00	JUROS E TÍTULOS DE RENDA	R\$ 10.000,00
1331.00	RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R\$ 1.000,00
1713.01	TRANSFERÊNCIAS DO MUNICÍPIO	R\$ 54.000,00
1722.01	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	R\$ 100.000,00
1990.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$ 145.000,00
	TOTAL:	R\$ 350.000,00

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

M^a. ELIANE FRIEDRICH
CRC-SC 020486/0-1

FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO
RECEITA ORÇAMENTÁRIA/2000.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1210.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ 30.000,00
1321.00	JUROS E TÍTULOS DE RENDA	R\$ 1.000,00
1331.00	RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R\$ 500,00
1713.01	TRANSFERÊNCIAS DO MUNICÍPIO	R\$ 25.000,00
1722.01	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	R\$ 30.000,00
1990.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$ 13.500,00

	TOTAL:	R\$ 100.000,00
--	--------	----------------

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

M^a. ELIANE FRIEDRICH
CRC-SC 020486/0-1

ORÇAMENTO - PROGRAMA/2000

DESPESA ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO	Fundação Municipal de Desporto e Cultura	08
UNIDADE	Fundação Municipal de Desporto e Cultura	08
FUNÇÃO	Educação e Cultura	08
PROGRAMA	Educação Física e Desportos	46
SUBPROGRAMA	Desporto Amador	224
PROJETO/ATIVIDADE	Manutenção das atividades Desportivas	2001
CÓDIGO	08.08.08.46.224-2001	

DESCRIÇÃO/OBJETIVOS/METAS

CÓDIGO	ELEMENTO	VALOR	
3111.00	Pessoal Cível	10.500,00	
3113.00	Obrigações Patronais	50,00	
3120.00	Material de Consumo	10.000,00	
3131.00	Remuneração Serviços Pessoais	1.000,00	
3132.00	Outros Serviços e Encargos	15.000,00	
3259.00	Outras Transferências a Pessoas	5.000,00	
4110.00	Obras e Instalações	5.000,00	
4120.00	Equipamento e Material Permanente	13.450,00	
TOTAL		60.000,00	

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

M^a. ELIANE FRIEDRICH
CRC-SC 020486/0-1

ORÇAMENTO - PROGRAMA/2000

DESPESA ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO	Fundação Municipal de Desporto e Cultura	08
UNIDADE	Fundação Municipal de Desporto e Cultura	08
FUNÇÃO	Educação e Cultura	08
PROGRAMA	Cultura	48
SUBPROGRAMA	Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico	246
PROJETO/ATIVIDADE	Manutenção das atividades Culturais	2002
CÓDIGO	08.08.08.48.246-2002	

DESCRIÇÃO/OBJETIVOS/METAS

CÓDIGO	ELEMENTO	VALOR	
3111.00	Pessoal Cível	20.000,00	
3113.00	Obrigações Patronais	100,00	
3120.00	Material de Consumo	10.000,00	
3131.00	Remuneração Serviços Pessoais	900,00	
3132.00	Outros Serviços e Encargos	8.000,00	
4110.00	Obras e Instalações	1.000,00	
4120.00	Equipamento e Material Permanente	10.000,00	
TOTAL		50.000,00	

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

M^a. ELIANE FRIEDRICH
CRC-SC 020486/0-1

ORÇAMENTO - PROGRAMA / 2000.

DESPESA ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO	FUNDO MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	CÓDIGO 04
UNIDADE	FUNDO MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	CÓDIGO 04
FUNÇÃO	AGRICULTURA	CÓDIGO 04
PROGRAMA	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	CÓDIGO 18
SUBPROGRAMA	EXTENSÃO RURAL	CÓDIGO 111
PROJETO /ATIVIDADE	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS	CÓDIGO 1001
CÓDIGO	04.04.04.18.111-1001	

DESCRIÇÃO/OBJETIVOS/METAS

CÓDIGO	ELEMENTO	VALOR
3111.00	PESSOAL CÍVIL	5.000,00
3113.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	200,00
3120.00	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
3131.00	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	1.000,00
3132.00	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	71.000,00
4110.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	15.000,00
4120.00	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	37.800,00
	TOTAL:	150.000,00

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

M^a. ELIANE FRIEDRICH
CRC-SC 020486/0-1

ORÇAMENTO - PROGRAMA / 2000.

DESPESA ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	CÓDIGO 10
UNIDADE	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	CÓDIGO 10
FUNÇÃO	HABITAÇÃO E URBANISMO	CÓDIGO 10
PROGRAMA	HABITAÇÃO	CÓDIGO 57
SUBPROGRAMA	HABITAÇÕES URBANAS	CÓDIGO 316
PROJETO /ATIVIDADE	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES HABITACIONAIS	CÓDIGO 2001
CÓDIGO	10.10.10.57.316-2001	

DESCRIÇÃO/OBJETIVOS/METAS

CÓDIGO	ELEMENTO	VALOR
3111.00	PESSOAL CÍVIL	5.000,00
3113.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	400,00
3120.00	MATERIAL DE CONSUMO	15.600,00
3131.00	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	38.000,00
3132.00	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	30.000,00
4110.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	5.000,00
4120.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.000,00
	TOTAL:	100.000,00

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

M^a. ELIANE FRIEDRICH
CRC-SC 020486/0-1

ORÇAMENTO - PROGRAMA / 2000.

DESPESA ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CÓDIGO 15
UNIDADE	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CÓDIGO 15
FUNÇÃO	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	CÓDIGO 15
PROGRAMA	SOCIAL	CÓDIGO 81
SUBPROGRAMA	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	CÓDIGO 487
PROJETO /ATIVIDADE	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES SOCIAIS	CÓDIGO 2001
CÓDIGO	15.15.15.81.487-2001	

DESCRIÇÃO/OBJETIVOS/METAS

CÓDIGO	ELEMENTO	VALOR
3111.00	PESSOAL CÍVIL	1.000,00
3113.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	400,00
3120.00	MATERIAL DE CONSUMO	60.000,00

3131.00	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	1.600,00
3132.00	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	7.000,00
3259.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS	2.000,00
3233.00	CONTRIBUIÇÕES CORRENTES	48.000,00
4110.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.000,00
4120.00	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
	TOTAL:	150.000,00

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

M^a. ELIANE FRIEDRICH
CRC-SC 020486/0-1

ORÇAMENTO - PROGRAMA / 2000.

DESPESA ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CÓDIGO 13
UNIDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CÓDIGO 13
FUNÇÃO	SAÚDE E SANEAMENTO	CÓDIGO 13
PROGRAMA	SAÚDE	CÓDIGO 75
SUBPROGRAMA	ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA	CÓDIGO 428
PROJETO /ATIVIDADE	MANUTENÇÃO ASSISTÊNCIA MÉDICO HOSP. SANITÁRIA	CÓDIGO 2001
CÓDIGO	13.13.13.75.428-2001	

DESCRIÇÃO/OBJETIVOS/METAS

CÓDIGO	ELEMENTO	VALOR
3111.00	PESSOAL CÍVIL	1.000,00
3113.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	400,00
3120.00	MATERIAL DE CONSUMO	54.000,00
3131.00	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	26.000,00
3132.00	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	120.000,00
3259.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS	10.000,00
4110.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	13.600,00
4120.00	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	25.000,00
	TOTAL:	250.000,00

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

M^a. ELIANE FRIEDRICH
CRC-SC 020486/0-1

ORÇAMENTO - PROGRAMA / 2000.

DESPESA ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO	FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO	CÓDIGO 03
UNIDADE	FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO	CÓDIGO 03
FUNÇÃO	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	CÓDIGO 03
PROGRAMA	ADMINISTRAÇÃO	CÓDIGO 07
SUBPROGRAMA	ADMINISTRAÇÃO GERAL	CÓDIGO 021
PROJETO /ATIVIDADE	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO	CÓDIGO 2001
CÓDIGO	03.03.03.07.021.2001	

DESCRIÇÃO/OBJETIVOS/METAS

CÓDIGO	ELEMENTO	VALOR
3111.00	PESSOAL CÍVIL	5.000,00
3113.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	400,00
3120.00	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
3131.00	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	92.000,00
3132.00	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	210.000,00
4110.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	12.600,00
4120.00	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
	TOTAL:	350.000,00

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

M^a. ELIANE FRIEDRICH
CRC-SC 020486/0-1

ORÇAMENTO - PROGRAMA/2000

DESPESA ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO	FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	CÓDIGO 11
UNIDADE	FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	CÓDIGO 01
FUNÇÃO	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	CÓDIGO 11
PROGRAMA	TURISMO	CÓDIGO 65
SUBPROGRAMA	PROMOÇÃO DO TURISMO	CÓDIGO 363
PROJETO /ATIVIDADE	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS	CÓDIGO 2001
CÓDIGO	11.01.11.65. 363-2001	

DESCRIÇÃO/OBJETIVOS/METAS

CÓDIGO	ELEMENTO	VALOR
3111.00	PESSOAL CÍVIL	15.000,00
3113.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	400,00
3120.00	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00

3131.00	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	10.000,00
3132.00	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	29.600,00
4110.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	15.000,00
4120.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.000,00
	TOTAL:	100.000,00

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

M^a. ELIANE FRIEDRICH
CRC-SC 020486/0-1

Lei Nº 2.443 de 15 de Dezembro de 1999

LEI Nº 2.443 DE 15 DE DEZEMBRO DE 1999

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no exercício de suas atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Orçamento Fiscal da Administração Indireta do Município de Campo Alegre/SC, para o exercício de 2000, estima a Receita e fixa a despesa em R\$ 1.210.000,00 (um milhão, duzentos e dez mil reais).

Art. 2º) A Receita será realizada mediante a arrecadação; preços, rendas e outras fontes, receitas estas correntes e de capital.

Art.3º) A Despesa será realizada segundo a discriminação nos quadros e demonstrativos anexos, parte integrante desta Lei, obedecendo a seguinte especificação por Unidade Orçamentária:

Fundação Municipal de Desporto e Cultura R\$ 110.000,00
Fundo Municipal de Agricultura e Meio Ambiente R\$ 150.000,00
Fundo Municipal de Habitação R\$ 100.000,00
Fundo Municipal de Assistência Social R\$ 150.000,00
Fundo Municipal de Saúde R\$ 250.000,00
Fundo Municipal de Desenvolvimento R\$ 350.000,00
Fundo Municipal de Turismo R\$ 100.000,00

TOTAL GERAL: R\$ 1.210.000,00

Art.4º) Fica o Ordenador da despesa da respectiva Unidade Orçamentária autorizado a:

I - realizar operações de crédito por antecipação de receita até o limite de 15 % (quinze por cento) da receita estimada nos termos desta Lei;

II - abrir crédito suplementar até o limite de 50 % (cinquenta por cento) da despesa nos termos do Artigo 7º, inciso I da Lei Federal nº 4.320/64, por conta:

Parágrafo Único - De recursos oriundos de doações e decorrentes de auxílios, acordos e convênios com órgãos do Estado ou da União.

III - Movimentar dotações dentro da mesma categoria de programação desde que não implique em aumento ou diminuição de Recursos alocados:

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir do dia 1º de janeiro de 2000.

Art.6º) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
15 de dezembro de 1999.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE

Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,
em ____/____/____

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA

RECEITA ORÇAMENTÁRIA EXERCÍCIO DE 2000.

1210.00	Contribuições Sociais	R\$ 40.000,00
1321.00	Juros e Títulos de Renda	R\$ 1.000,00
1331.00	Rendimentos de Aplicações Financeiras	R\$ 1.000,00
1713.00	Transferências do Município	R\$ 40.000,00
1722.01	Outras Transferências do Estado	R\$ 23.000,00
1990.00	Outras Receitas Correntes	R\$ 5.000,00
TOTAL		R\$ 110.000,00

FUNDO MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
RECEITA ORÇAMENTÁRIA/2000.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1210.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ 35.000,00
1321.00	JUROS E TÍTULOS DE RENDA	R\$ 1.000,00
1331.00	RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R\$ 500,00
1713.01	TRANSFERÊNCIAS DO MUNICÍPIO	R\$ 30.000,00
1722.01	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	R\$ 65.500,00
1990.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$ 18.000,00
	TOTAL:	R\$ 150.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
RECEITA ORÇAMENTÁRIA/2000.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1210.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ 8.000,00
1321.00	JUROS E TÍTULOS DE RENDA	R\$ 1.000,00

1331.00	RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R\$ 500,00
1713.01	TRANSFERÊNCIAS DO MUNICÍPIO	R\$ 39.500,00
1722.01	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	R\$ 35.000,00
1990.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$ 16.000,00
	TOTAL:	R\$ 100.000,00

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

Mª. ELIANE FRIEDRICH

CRC-SC 020486/0-1

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RECEITA ORÇAMENTÁRIA/2000.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1210.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ 20.000,00
1321.00	JUROS E TÍTULOS DE RENDA	R\$ 4.000,00
1331.00	RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R\$ 300,00
1713.01	TRANSFERÊNCIAS DO MUNICÍPIO	R\$ 30.700,00
1722.01	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	R\$ 50.000,00
1990.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$ 45.000,00
	TOTAL:	R\$ 150.000,00

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

Mª. ELIANE FRIEDRICH

CRC-SC 020486/0-1

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

RECEITA ORÇAMENTÁRIA/2000.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1210.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ 15.000,00
1321.00	JUROS E TÍTULOS DE RENDA	R\$ 2.000,00
1331.00	RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R\$ 1.000,00
1713.01	TRANSFERÊNCIAS DO MUNICÍPIO	R\$ 77.000,00
1722.01	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	R\$ 82.000,00
1990.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$ 73.000,00
	TOTAL:	R\$ 250.000,00

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

Mª. ELIANE FRIEDRICH

CRC-SC 020486/0-11

FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO

RECEITA ORÇAMENTÁRIA/2000.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1210.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ 40.000,00
1321.00	JUROS E TÍTULOS DE RENDA	R\$ 10.000,00
1331.00	RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R\$ 1.000,00
1713.01	TRANSFERÊNCIAS DO MUNICÍPIO	R\$ 54.000,00
1722.01	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	R\$ 100.000,00
1990.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$ 145.000,00
	TOTAL:	R\$ 350.000,00

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

M^a. ELIANE FRIEDRICH
CRC-SC 020486/0-1

FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO

RECEITA ORÇAMENTÁRIA/2000.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1210.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ 30.000,00
1321.00	JUROS E TÍTULOS DE RENDA	R\$ 1.000,00
1331.00	RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R\$ 500,00
1713.01	TRANSFERÊNCIAS DO MUNICÍPIO	R\$ 25.000,00
1722.01	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	R\$ 30.000,00
1990.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$ 13.500,00
	TOTAL:	R\$ 100.000,00

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

M^a. ELIANE FRIEDRICH
CRC-SC 020486/0-1

ORÇAMENTO - PROGRAMA/2000

DESPESA ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO	Fundação Municipal de Desporto e Cultura	08
UNIDADE	Fundação Municipal de Desporto e Cultura	08
FUNÇÃO	Educação e Cultura	08
PROGRAMA	Educação Física e Desportos	46
SUBPROGRAMA	Desporto Amador	224
PROJETO/ATIVIDADE	Manutenção das atividades Desportivas	2001
CÓDIGO	08.08.08.46.224-2001	

DESCRIÇÃO/OBJETIVOS/METAS

CÓDIGO	ELEMENTO	VALOR	
3111.00	Pessoal Cível	10.500,00	
3113.00	Obrigações Patronais	50,00	
3120.00	Material de Consumo	10.000,00	
3131.00	Remuneração Serviços Pessoais	1.000,00	
3132.00	Outros Serviços e Encargos	15.000,00	
3259.00	Outras Transferências a Pessoas	5.000,00	
4110.00	Obras e Instalações	5.000,00	
4120.00	Equipamento e Material Permanente	13.450,00	
TOTAL		60.000,00	

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

M^a. ELIANE FRIEDRICH
CRC-SC 020486/0-1

ORÇAMENTO - PROGRAMA/2000

DESPESA ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO	Fundação Municipal de Desporto e Cultura	08
UNIDADE	Fundação Municipal de Desporto e Cultura	08
FUNÇÃO	Educação e Cultura	08
PROGRAMA	Cultura	48
SUBPROGRAMA	Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico	246
PROJETO/ATIVIDADE	Manutenção das atividades Culturais	2002
CÓDIGO	08.08.08.48.246-2002	

DESCRIÇÃO/OBJETIVOS/METAS

CÓDIGO	ELEMENTO	VALOR	
3111.00	Pessoal Cível	20.000,00	
3113.00	Obrigações Patronais	100,00	
3120.00	Material de Consumo	10.000,00	
3131.00	Remuneração Serviços Pessoais	900,00	
3132.00	Outros Serviços e Encargos	8.000,00	
4110.00	Obras e Instalações	1.000,00	
4120.00	Equipamento e Material Permanente	10.000,00	
TOTAL		50.000,00	

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

M^a. ELIANE FRIEDRICH
CRC-SC 020486/0-1

ORÇAMENTO - PROGRAMA / 2000.

DESPESA ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO	FUNDO MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	CÓDIGO 04
UNIDADE	FUNDO MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	CÓDIGO 04
FUNÇÃO	AGRICULTURA	CÓDIGO 04
PROGRAMA	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	CÓDIGO 18
SUBPROGRAMA	EXTENSÃO RURAL	CÓDIGO 111
PROJETO /ATIVIDADE	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS	CÓDIGO 1001
CÓDIGO	04.04.04.18.111-1001	

DESCRIÇÃO/OBJETIVOS/METAS

CÓDIGO	ELEMENTO	VALOR
3111.00	PESSOAL CÍVIL	5.000,00
3113.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	200,00
3120.00	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
3131.00	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	1.000,00
3132.00	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	71.000,00
4110.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	15.000,00
4120.00	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	37.800,00
	TOTAL:	150.000,00

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

M^a. ELIANE FRIEDRICH
CRC-SC 020486/0-1

ORÇAMENTO - PROGRAMA / 2000.

DESPESA ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	CÓDIGO 10
UNIDADE	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	CÓDIGO 10
FUNÇÃO	HABITAÇÃO E URBANISMO	CÓDIGO 10
PROGRAMA	HABITAÇÃO	CÓDIGO 57
SUBPROGRAMA	HABITAÇÕES URBANAS	CÓDIGO 316
PROJETO /ATIVIDADE	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES HABITACIONAIS	CÓDIGO 2001
CÓDIGO	10.10.10.57.316-2001	

DESCRIÇÃO/OBJETIVOS/METAS

CÓDIGO	ELEMENTO	VALOR
3111.00	PESSOAL CÍVIL	5.000,00
3113.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	400,00
3120.00	MATERIAL DE CONSUMO	15.600,00
3131.00	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	38.000,00
3132.00	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	30.000,00
4110.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	5.000,00
4120.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.000,00
	TOTAL:	100.000,00

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

M^a. ELIANE FRIEDRICH
CRC-SC 020486/0-1

ORÇAMENTO - PROGRAMA / 2000.

DESPESA ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CÓDIGO 15
UNIDADE	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CÓDIGO 15
FUNÇÃO	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	CÓDIGO 15
PROGRAMA	SOCIAL	CÓDIGO 81
SUBPROGRAMA	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	CÓDIGO 487
PROJETO /ATIVIDADE	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES SOCIAIS	CÓDIGO 2001
CÓDIGO	15.15.15.81.487-2001	

DESCRIÇÃO/OBJETIVOS/METAS

CÓDIGO	ELEMENTO	VALOR
3111.00	PESSOAL CÍVIL	1.000,00
3113.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	400,00
3120.00	MATERIAL DE CONSUMO	60.000,00
3131.00	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	1.600,00
3132.00	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	7.000,00
3259.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS	2.000,00
3233.00	CONTRIBUIÇÕES CORRENTES	48.000,00
4110.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.000,00
4120.00	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
	TOTAL:	150.000,00

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

M^a. ELIANE FRIEDRICH
CRC-SC 020486/0-1

ORÇAMENTO - PROGRAMA / 2000.

DESPESA ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CÓDIGO 13
UNIDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CÓDIGO 13
FUNÇÃO	SAÚDE E SANEAMENTO	CÓDIGO 13
PROGRAMA	SAÚDE	CÓDIGO 75
SUBPROGRAMA	ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA	CÓDIGO 428
PROJETO /ATIVIDADE	MANUTENÇÃO ASSISTÊNCIA MÉDICO HOSP. SANITÁRIA	CÓDIGO 2001
CÓDIGO	13.13.13.75.428-2001	

DESCRIÇÃO/OBJETIVOS/METAS

CÓDIGO	ELEMENTO	VALOR
3111.00	PESSOAL CÍVIL	1.000,00
3113.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	400,00
3120.00	MATERIAL DE CONSUMO	54.000,00
3131.00	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	26.000,00
3132.00	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	120.000,00
3259.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS	10.000,00
4110.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	13.600,00
4120.00	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	25.000,00
	TOTAL:	250.000,00

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal
ORÇAMENTO - PROGRAMA / 2000.

Mª. ELIANE FRIEDRICH
CRC-SC 020486/0-1

DESPESA ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO	FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO	CÓDIGO 03
UNIDADE	FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO	CÓDIGO 03
FUNÇÃO	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	CÓDIGO 03
PROGRAMA	ADMINISTRAÇÃO	CÓDIGO 07
SUBPROGRAMA	ADMINISTRAÇÃO GERAL	CÓDIGO 021
PROJETO /ATIVIDADE	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO	CÓDIGO 2001
CÓDIGO	03.03.03.07.021.2001	

DESCRIÇÃO/OBJETIVOS/METAS

CÓDIGO	ELEMENTO	VALOR
3111.00	PESSOAL CÍVIL	5.000,00
3113.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	400,00

3120.00	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
3131.00	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	92.000,00
3132.00	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	210.000,00
4110.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	12.600,00
4120.00	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
	TOTAL:	350.000,00

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

Mª. ELIANE FRIEDRICH
CRC-SC 020486/0-1

ORÇAMENTO - PROGRAMA/2000

DESPESA ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO	FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	CÓDIGO 11
UNIDADE	FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	CÓDIGO 01
FUNÇÃO	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	CÓDIGO 11
PROGRAMA	TURISMO	CÓDIGO 65
SUBPROGRAMA	PROMOÇÃO DO TURISMO	CÓDIGO 363
PROJETO /ATIVIDADE	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS	CÓDIGO 2001
CÓDIGO	11.01.11.65. 363-2001	

DESCRIÇÃO/OBJETIVOS/METAS

CÓDIGO	ELEMENTO	VALOR
3111.00	PESSOAL CÍVIL	15.000,00
3113.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	400,00
3120.00	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
3131.00	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	10.000,00
3132.00	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	29.600,00
4110.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	15.000,00
4120.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.000,00
	TOTAL:	100.000,00

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

Mª. ELIANE FRIEDRICH
CRC-SC 020486/0-1

Lei Nº 2.442 de 15 de Dezembro de 1999

LEI Nº 2.442 DE 15 DE DEZEMBRO DE 1999.

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O ANO DE 2000 .

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Orçamento Fiscal do Município de Campo Alegre para o exercício de 2000, estima a receita e fixa a despesa da Administração Direta em R\$ 4.350.000,00 (quatro milhões e trezentos e cinquenta mil reais).

Art.2º) A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, preços, rendas e outras fontes, receitas estas correntes e de capital.

RECEITAS

1 -Receitas Correntes R\$ 4.161.614,00
Receitas Tributárias R\$ 672.120,00
Receita Patrimonial R\$ 4.372,00
Transferência Correntes R\$ 3.293.066,00
Outras Receitas Correntes R\$ 192.056,00

2 -Receitas de Capital R\$ 188.386,00

Total R\$ 4.350.000,00

Art.3º) A despesa será realizada segundo a discriminação nos quadros e demonstrativos anexos, parte integrante desta Lei, obedecendo a seguinte especificação, por unidade orçamentária:

DESPESAS

Câmara de Vereadores R\$ 217.500,00
Gabinete do Prefeito R\$ 136.157,64
Secretaria Municipal de Administração e Finanças R\$ 596.253,28
Secretaria Municipal de Educação R\$ 1.269.213,42
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar social R\$ 518.848,54
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico R\$ 117.064,12
Secret. Municipal de Planej. Urbano, Obras, Transp. e Serv. Públicos R\$ 624.963,00
Reserva de Contingência R\$ 870.000,00

TOTAL R\$ 4.350.000,00

Art.4º) Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - realizar operações de crédito por antecipação de receita até o limite de 15% (quinze por cento) da receita estimada nos termos desta Lei.

II - abrir crédito suplementar até o limite de 50 % (cinquenta por cento) da despesa nos termos do Art.7º, inciso I da Lei 4.320/64, por conta:

a - da anulação parcial de dotação da reserva de contingência.

b - de recursos oriundos de doações e decorrentes de auxílios, acordos e convênios com órgãos do Estado ou da União.

III - Movimentar dotações dentro da mesma categoria de programação desde que não implique em aumento ou diminuição de recursos alocados.

Art.5º) O orçamento fiscal do Município de Campo Alegre para o exercício de 2000 que estima a receita e fixa a despesa da Administração Indireta será proposto em Lei específica.

Art.6º) O Município poderá conceder Auxílio Financeiro a Entidades Privadas, sem fins lucrativos, em pleno funcionamento, mediante autorização Legislativa, até o limite de 1,5% (um vírgula cinco por cento) das Receitas Correntes.

Art.7º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir do dia 1º de janeiro de 2000.

Art.8º) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
15 de dezembro de 1999.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE

Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,
em ____/____/____

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 2.441 DE 09 DE DEZEMBRO DE 1999

LEI Nº 2.441 DE 09 DE DEZEMBRO DE 1999

CONCEDE ISENÇÃO TRIBUTÁRIA COMO FORMA

DE INCENTIVO ECONÔMICO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica autorizado o Poder Executivo a conceder isenção de tributos, pelo período de 5 (cinco) anos, a Empresa Normóveis Indústria Comércio e Participações Ltda, conforme o inciso III, art. 3º da Lei Municipal nº 2.230 de 27 de maio de 1997.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
09 de dezembro de 1999.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE

Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,
em ____/____/____

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.440 de 09 de Dezembro de 1999

LEI Nº 2.440 DE 09 DE DEZEMBRO DE 1999

AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO

O Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar, objetivando a realização de policiamento ostensivo motorizado, executando rondas periódicas e atendimento à ocorrência no Município, através de guarnições de radiopatrulha da Polícia Militar.

Art.2º) O Convênio de Cooperação Técnica referido no artigo 1º, faz parte integrante desta Lei.

Art.3º) As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão por conta de Dotação Orçamentária Específica.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
09 de dezembro de 1999.

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,
em ____/____/____

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.439 de 30 de Novembro de 1999

LEI Nº 2.439 DE 30 DE NOVEMBRO DE 1999

AUTORIZA DOAÇÃO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a doar o valor de R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) à Banda Musical de Campo Alegre - BAMUCA, para incentivo à atividades cultural exercida pela entidade.

Art.2º) A despesa decorrente da execução da presente lei, correrá por conta de dotação do orçamento vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
30 de novembro de 1999.

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,
em ____/____/____

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.438 de 30 de Novembro de 1999

LEI Nº 2.438 DE 30 DE NOVEMBRO DE 1999

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 172.700,00 (cento e setenta e dois mil e setecentos reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0200 - Gabinete do Prefeito
0201 - Gabinete do Prefeito
03.07.020.2030 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3110.00 - Pessoal
3111.00 - Pessoal Civil R\$ 8.000,00
3120.00 - Material de Consumo R\$ 1.500,00
0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
0301 - Divisão Pessoal
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3110.00 - Pessoal
3111.00 - Pessoal Civil R\$ 11.500,00
3120.00 - Material de Consumo R\$ 400,00
3200.00 - Transferências Correntes
3210.00 - Transferências Intragovernamentais
3214.00 - Contribuições a Fundos R\$ 2.000,00
0302 - Divisão de Tesouro
03.08.033.2007 - Encargos e Amortização de Dívidas
4000.00 - Despesas de Capital
4300.00 - Transferências de Capital
4350.00 - Amortização da Dívida Interna Contratada
4351.00 - Amortização da Dívida R\$ 4.600,00
0303 - Divisão de Controle Fazendário
03.08.030.2008 - Manutenção das Atividades de Finanças
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3110.00 - Pessoal
3111.00 - Pessoal Civil R\$ 4.000,00
3120.00 - Material de Consumo R\$ 1.000,00
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 7.600,00
15.84.492.2009 - Contribuição ao PASEP
3000.00 - Despesas Correntes
3200.00 - Transferências Correntes
3280.00 - Contribuição para formação do PASEP R\$ 4.000,00
0400 - Secretaria Municipal de Educação
0401 - Divisão de Apoio Administrativo
08.42.188.2010 - Gestão Administrativa da Educação
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3110.00 - Pessoal
3111.00 - Pessoal Civil R\$ 4.600,00
3200.00 - Transferências Correntes
3250.00 - Transferências a Pessoas

3251.00 - Inativos R\$ 1.509,19
 3253.00 - Salário Família R\$ 6,05
 0402 - Divisão de Ensino Fundamental
 08.42.188.2016 - Desenvolvimento do Ensino Fundam. e Valorização do Magistério
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Cível R\$ 31.000,00
 3200.00 - Transferências Correntes
 3220.00 - Transferências Intragovernamentais
 3224.00 - Transferências a Instituições R\$ 5.510,13
 0403 - Divisão de Ensino Infantil
 08.41.185.2017 - Manutenção das Atividades de Creches
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Cível R\$ 11.200,00
 08.41.190.2018 - Manutenção das Atividades da Educação Pré-Escolar
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Cível R\$ 3.800,00
 0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social
 0501 - Divisão de Assistência a Saúde
 13.75.428.2021 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Cível R\$ 22.000,00
 3120.00 - Material de Consumo R\$ 7.300,00
 0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
 0601 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente
 04.18.111.2026 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Cível R\$ 5.300,00
 0700 - Secretaria Mun. Planej. Urb. Ob. Transp. Serv. Públicos.
 0701 - Divisão da Frota Municipal
 10.60.325.2029 - Gestão Administrativa do Órgão
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Cível R\$ 28.500,00
 3120.00 - Material de Consumo R\$ 6.000,00
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 113,26
 3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferências a Pessoas
 3251.00 - Inativos R\$ 1.261,37

TOTAL R\$ 172.700,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

0100 - Câmara de Vereadores
 0101 - Câmara de Vereadores
 01.01.001.2001 - Manutenção de Atividades Legislativas
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Cível R\$ 8.000,00
 0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
 0301 - Divisão de Pessoal

03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades de Administração
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 900,00
 03.07.471.2005 - Ticket Alimentação para Servidores
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 2.600,00
 0303 - Divisão de Controle Fazendário
 03.08.030.2008 - Manutenção das Atividades de Finanças
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 546,00
 0400 - Secretaria Municipal de Educação
 0401 - Divisão de Apoio Administrativo
 08.42.188.2010 - Gestão Administrativa da Educação
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferências a Pessoas
 3254.00 - Apoio Financeiro a Estudantes R\$ 496,25
 08.47.239.2014 - Transporte Escolar
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 107,54
 0402 - Divisão de Ensino Fundamental
 08.42.188.2015 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 30.611,30
 08.42.188.2016 - Desenv. do Ensino Fund. Valorização Magistério
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 5.000,00
 0403 - Divisão de Ensino Infantil
 08.41.185.2017 - Manutenção das Atividades de Creches
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 2.100,00
 08.41.190.2018 - Manutenção das Atividades Educação Pré-Escolar
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 500,00
 0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social
 0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade
 15.81.486.2024 - Gestão Administrativa da Assistência Social
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 1.000,00
 0600 - Secretaria Municipal de Desenv. Econômico
 0601 - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente
 04.14.080.1006 - Implantação do Horto Municipal
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 2.000,00
 0603 - Divisão de Turismo
 11.65.363.2028 - Incentivo ao Turismo

4000.00 - Despesas de Capital
4100.00 - Investimentos
4110.00 - Obras e Instalações R\$ 13.100,00
0700 - Secret. Mun. Planej. Urba, Obras Transp. Serv. Públicos.
0701 - Divisão da Frota Municipal
10.910.575.1010 - Obras e Instalações em Geral
4000.00 - Despesas de Capital
4100.00 - Investimentos
4110.00 - Obras e Instalações R\$ 49.978,91
16.91.575.1011 - Ação de Pavimentação
4000.00 - Despesas de Capital
4100.00 - Investimentos
4110.00 - Obras e Instalações R\$ 55.760,00

TOTAL R\$ 172.700,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-
das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
30 de novembro de 1999.
MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,
em ____/____/____

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.437 de 19 de Novembro de 1999

LEI Nº 2.437 DE 19 DE NOVEMBRO DE 1999.
AUTORIZA EFETUAR PAGAMENTO DE AJUDA DE CUSTO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber
que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE deste Município au-
torizado a efetuar ajuda de custo, ao Sr. PAULO ADILSON LOPES,
portador do CPF nº . 638.525.949-87, residente no Distrito de
Bateias de Baixo, neste Município.

Art.2º) A ajuda a que se refere o artigo 1º desta Lei, será no va-
lor de R\$ 1.250,00 (hum mil e duzentos e cinquenta reais), para
pagamento de cirurgia na colocação de prótese da coxa femural.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-
das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
19 de novembro de 1999.
MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,
em ____/____/____

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.436 de 19 de Novembro de 1999

LEI Nº 2.436 DE 19 DE NOVEMBRO DE 1999
ALTERA A LEI Nº 2.284 DE 23/12/97 E DÁ OUTRAS PROVIDÊN-
CIAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber
que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica criado 01 (um) novo cargo de Enfermeira com carga
horária de 40 horas semanais, ficando alterados os anexos XI e XII
da Lei nº 2.284 de 23/12/97.

Art.2º) O cargo de Assistente Social passa a ter uma carga horária
semanal de 20 horas e um nível de vencimento igual a 20 (vinte),
ficando alterado o anexo XI da Lei nº 2.284 de 23/12/97.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-
das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
19 de novembro de 1999.
MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,
em ____/____/____

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.435 de 10 de Novembro de 1999

LEI Nº 2.435 DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999
AUTORIZA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber
que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar
Convênio com o Município de Joinville-SC, objetivando a conjuga-
ção de esforços para execução de ações, em sistema de parceria,
na região denominada Estrada Laranjeiras, território de Joinville-
SC, que visem melhorar a qualidade de vida das populações re-
sidentes na região, através da orientação e disciplina das ativi-
dades econômicas locais, bem como da manutenção do sistema
viário daquela região; fomentar o turismo ecológico e a educação
ambiental; preservar as culturas e as tradições locais; a proteger
os recursos hídricos, a fauna silvestre, garantir a conservação de
remanescente da Mata Atlântica, através da fiscalização do uso e
ocupação do solo e do meio ambiente.

Art.2º) As despesas decorrentes com a execução da presente Lei
correrão por conta de Dotação Orçamentária específica.

Art.3º) O termo do Convênio referido no artigo 1º, faz parte inte-
grante desta Lei.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-
das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
10 de novembro de 1999.
MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE DE F^a. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,
em ____/____/____

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.434 de 27 de Outubro de 1999

LEI Nº 2.434 DE 27 DE OUTUBRO DE 1999.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER PERMISSÃO
PARA EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE
ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTOS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a conceder permissão para exploração do serviço de fornecimento de água tratada e tratamento de efluentes líquidos localizado na Rodovia Municipal nº 303 na localidade de Corredeiras no município de Campo Alegre, ao Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul - SAMAE - por um prazo de 20 (vinte) anos.

Art.2º) As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária específica.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
27 de outubro de 1999.
MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE DE F^a. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,
em ____/____/____

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.433 de 27 de Outubro de 1999

LEI Nº 2.433 DE 27 DE OUTUBRO DE 1999

AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC, para tanto receber o veículo marca FIAT, modelo Uno, ano 1989, chassi K3490703, placas MAK- 9249, cor branca, combustível álcool, em perfeito estado de conservação, aos fins específicos da defesa sanitária animal no município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) O Convênio de Cooperação Técnico referido no artigo 1º, faz parte integrante desta Lei.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
27 de outubro de 1999.
MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE DE F^a. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,
em ____/____/____

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 2.432 DE 27 DE OUTUBRO DE 1999

LEI Nº 2.432 DE 27 DE OUTUBRO DE 1999

AUTORIZA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio com a Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC - Centro de Ciências Agroveterinárias - CAV, com o objetivo a concessão de estágio curricular pela concedente á Acadêmicos regularmente matriculados no Curso de Agronomia e Medicina Veterinária da referida Universidade, entende-se estágio como estratégia de complemento ao processo de ensino-aprendizagem e adaptação ao trabalho que o acadêmico encontrará como profissional.

Art. 2º - Art.2º O Termo do Convênio referido no artigo 1º, faz parte integrante desta Lei.

Art. 3º - Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
27 de outubro de 1999.
MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE DE F^a. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99 em: 27/10/1999

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 2.431 DE 21 DE OUTUBRO DE 1999

LEI Nº 2.431 DE 21 DE OUTUBRO DE 1999

AUTORIZA INDENIZAR ÁREA DE TERRA PARA RETIFICAÇÃO DE RUA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a indenizar a Srª. ADELINA ARACY COTOVISKY, portadora do CPF nº 765.211.339-34, residente à Rua: Jorge Lacerda nº 376 - Centro, neste município, no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais).

Art.2º) A indenização que se refere o Artigo 1º desta Lei, é proveniente de uma área de terra de 38,11 m2 (trinta e oito metros quadrados e onze centímetros), destinado a retificação da rua Jorge Lacerda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
21 de outubro de 1999.
MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada, na forma da Lei nº 2.416/99, em ____/____/____

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 2.430 DE 21 DE OUTUBRO DE 1999

LEI Nº 2.430 DE 21 DE OUTUBRO DE 1999.

REVOGA LEI MUNICIPAL Nº 2.078/95 DE 06 DE JUNHO DE 1995

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º- Fica revogada a Lei Municipal de nº 2.078/95 de 06 de Junho de 1995, e todas as suas disposições.

Art.2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua Publicação, revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
21 de outubro de 1999.
MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada, na forma da Lei nº 2.416/99, em ____/____/____

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 2.429 DE 21 DE OUTUBRO DE 1999

LEI Nº 2.429 DE 21 DE OUTUBRO DE 1999

AUTORIZA CONCESSÃO DE INCENTIVO ECONÔMICO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso de suas atribuições e conforme parágrafo único do art. 4º da Lei Municipal nº 2.230 de 27 de maio de 1997; Resolve:

Art.1º) Fica autorizado o Poder Executivo a conceder os seguintes incentivos econômico à MÓVEIS ALHERC LTDA - ME, para instalação de uma unidade industrial, segundo o disposto na Lei nº 2.230 de 27 de maio de 1997;

Parágrafo Único - Doação do terreno nº 6-B com área de 3.430,70 m 2 (três mil, quatrocentos e trinta metros quadrados e setenta centímetros), localizado na Rua: Francisco Bueno Franco no Parque Industrial, neste município.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
21 de outubro de 1999.
MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada, na forma da Lei nº 2.416/99, em ____/____/____

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 2.428 DE 21 DE OUTUBRO DE 1999

LEI Nº 2.428 DE 21 DE OUTUBRO DE 1999

"DENOMINA DE WALDEMIRO BARTSCH, RUA DO MUNICÍPIO"

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica denominada a Rua: WALDEMIRO BARTSCH, uma rua saindo da Rodovia Municipal 333 sentido Leste, até terras de Juramir Roberge, com extensão de 150,00 m e largura de 12,00 m, situada na localidade de Lageado, neste município, conforme croquis em anexo.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
21 de outubro de 1999.
MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada, na forma da Lei nº 2.416/99, em ____/____/____

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 2.427 DE 30 DE SETEMBRO DE 1999

LEI Nº 2.427 DE 30 DE SETEMBRO DE 1999

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 331.125,18 (trezentos e trinta e um mil cento e vinte e cinco reais e dezoito centavos), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0301 - Divisão Pessoal

03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades Administrativas

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível R\$ 11.000,00

3200.00 - Transferências Correntes

3210.00 - Transferências Intragovernamentais

3214.00 - Contribuições a Fundos R\$ 20.000,00

3230.00 - Transferências a Instituições Privadas

3233.00 - Transferências Correntes R\$ 5.800,00

3250.00 - Transferências a Pessoas

3251.00 - Inativos R\$ 3.479,39

3253.00 - Salário Família R\$ 20,00

0303 - Divisão de Controle Fazendário

03.08.030.2008 - Manutenção das Atividades de Finanças

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível R\$ 7.500,00

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 10.000,00

3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas

3251.00 - Inativos R\$ 7.743,69

15.84.492.2009 - Contribuição ao PASEP

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3280.00 - Contribuição para formação do PASEP R\$ 7.800,00

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0401 - Divisão de Apoio Administrativo

08.42.188.2010 - Gestão Administrativa da Educação

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível R\$ 6.000,00

3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas

3251.00 - Inativos R\$ 4.983,17

08.42.188.2016 - Desenvolvimento do Ensino Fundam. e Valorização do Magistério

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível R\$ 66.000,00

3200.00 - Transferências Correntes

3220.00 - Transferência Intergovernamentais

3224.00 - Transf. a Instituições Multigovernamentais R\$ 46.350,75

3250.00 - Transferências a Pessoas

3253.00 - Salário Família R\$ 1.092,00

08.41.185.2017 - Manutenção das Atividades de Creches

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível R\$ 22.800,00

3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas

3253.00 - Salário Família R\$ 320,25

08.41.190.2018 - Manutenção das Atividades da Educação Pré-Escolar

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível R\$ 5.150,00

0405 - Divisão de Merenda Escolar

08.42.188.2020 - Coordenação do Fornecimento da Merenda Escolar

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de Consumo R\$ 8.000,00

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

0501 - Divisão de Assistência a Saúde

13.75.428.2021 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível R\$ 38.500,00

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 10.000,00

3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas

3253.00 - Salário Família .. R\$ 157,40

0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade

15.81.483.2023 - Conselho Tutelar

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3131.00 - Remuneração de Serviços PessoaisR\$ 588,00

15.81. 486.2024 - Gestão Administrativa da Assistência Social

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 300,00

0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

0601 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente

04.18.111.2026 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível R\$ 9.000,00

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 316,00

0603 - Divisão de Turismo

11.65.363.2028 - Incentivo ao Turismo

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 308,00

0700 - Secretaria Mun. Planej. Urba, Obras Transp. e Serv. Públicos.

0701 - Divisão da Frota Municipal

10.60.325.2029 - Gestão Administrativa do Órgão

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível ... R\$ 27.100,00

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 8.000,00

3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferências a Pessoas
 3251.00 - Inativos R\$ 2.300,00
 3253.00 - Salário Família R\$ 516,53

TOTAL R\$ 331.125,18

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

0100 - Câmara de Vereadores
 0101 - Câmara de Vereadores
 01.01.001.2001 - Manutenção de Atividades Legislativas
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Cível R\$ 4.000,00
 3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 6.500,00
 3120.00 - Material de Consumo R\$ 3.000,00
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 7.000,00
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 16.000,00
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 10.000,00
 01.01.025.1001 - Conclusão do Prédio da Câmara
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4110.00 - Obras e InstalaçõesR\$ 15.000,00
 01.01.235.2002 - Bolsa Estudantil a Servidor
 3000.00 - Despesas Correntes
 3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferências a Pessoas
 3254.00 - Apoio Financeiro a Estudante R\$ 1.179,00
 0200 - Gabinete do Prefeito
 0201 - Chefia do Gabinete
 03.07.020.2003 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3120.00 - Material de Consumo R\$ 2.000,00
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 2.000,00
 3200.00 - Transferências Correntes
 3230.00 - Transferências a Instituições Privadas

3233.00 - Transferências Correntes . R\$ 1.182,00
 3250.00 - Transferências a Pessoas
 3253.00 - Salário Família .. R\$ 100,00
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 6.300,00
 0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
 0301 - Divisão Pessoal
 03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades Administrativas
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 5.000,00
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 700,60
 03.00.025.1002 - Restauração do Prédio da Prefeitura
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4110.00 - Obras e InstalaçõesR\$ 4.000,00

03.07.472.2006 - Tíket Combustível para Servidores
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 3.732,30
 0303 - Divisão de Controle Fazendário
 03.08.030.2008 - Manutenção das Atividades de Finanças
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 5.000,00
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 1.000,00
 3190.00 - Diversas Despesas de Custeio
 3192.00 - Despesas de Exercícios Anteriores . R\$ 238,11
 3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferências a Pessoas
 3253.00 - Salário Família R\$ 120,00
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 4.068,25
 0400 - Secretaria Municipal de Educação
 0401 - Divisão de Apoio Administrativo
 08.42.188.2010 - Gestão Administrativa da Educação
 3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio
 3120.00 - Material de Consumo ... R\$ 4.000,00
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 11.860,00
 3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferências a Pessoas
 3253.00 - Salário Família R\$ 750,00
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 1.031,00
 08.47.235.2013 - Bolsa Estudantil a Servidor
 3000.00 - Despesas Correntes
 3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferências a Pessoas
 3254.00 - Apoio Financeiro a Estudantes R\$ 2.819,84
 08.47.239.2014 - Transporte Escolar
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 2.611,00
 08.42.188.2015 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3120.00 - Material de Consumo R\$ 5.000,00
 08.42.188.2016 - Desenv. Ensino Fundamental Valorização Magistério
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3120.00 - Material de Consumo R\$ 50.000,00
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 18.000,00
 0403 - Divisão de Ensino Infantil
 08.41.185.2017 - Manutenção das Atividades de Creches
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 1.000,00
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4110.00 - Obras e Instalações R\$ 3.000,00

4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 8.000,00
 08.41.190.2018 - Manutenção das Atividades de Educação Pré Es-
 colar
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3120.00 - Material de Consumo R\$ 3.500,00

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 180,00
 3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferências a Pessoas
 3251.00 - Inativos . R\$ 320,00
 3253.00 - Salário Família ... R\$ 98,00
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4110.00 - Obras e Instalações R\$ 2.500,00
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 3.000,00

08.42.188. 2019 - Manutenção das Atividades da Escola Itinerante
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível R\$ 1.000,00
 3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 100,00
 3120.00 - Material de Consumo R\$ 500,00
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 200,00
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 200,00
 3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferências a Pessoas
 3253.00 - Salário Família .. R\$ 50,00
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos

4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 200,00
 0405 - Divisão de Merenda Escolar
 08.42.188.2020 - Coordenação do Fornecimento da Merenda Es-
 colar

3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 200,00
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 1.000,00

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social
 0501 - Divisão de Assistência a Saúde
 13.75.025.1005 - Construção Ampliação e Reforma de Postos de
 Saúde

4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4110.00 - Obras e Instalações R\$ 25.000,00
 13.75.428.2021 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal
 3000.00 - Despesas Correntes
 3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferência a Pessoas

3251.00 - Inativos . R\$ 500,00
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 8.102,00

0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade
 15.81.483.2023 - Conselho Tutelar
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Cível R\$ 1.000,00
 3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 100,00

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 2.300,00

3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferências a Pessoas
 3253.00 - Salário Família . R\$ 50,00
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos

4110.00 - Obras e InstalaçõesR\$ 4.984,90
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 13.201,00
 15.81. 486.2024 - Gestão Administrativa da Assistência Social

3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível R\$ 6.000,00
 3120.00 - Material de Consumo R\$ 1.000,00
 3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferência a Pessoas
 3251.00 - Inativos R\$ 500,00
 3253.00 - Salário Família .. R\$ 41,35

4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4110.00 - Obras e InstalaçõesR\$ 240,00

0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
 0601 - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente
 04.14.080.1006 - Implantação do Horto Municipal

3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3120.00 - Material de Consumo R\$ 3.000,00

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 1.000,00
 4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos
 4110.00 - Obras e InstalaçõesR\$ 92,00
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 701,00

04.17.103.2025 - Continuidade do Projeto Quiriri

3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3120.00 - Material de Consumo R\$ 1.000,00

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 2.000,00
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 1.000,00

04.18.111.2026 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Eco-
 nômico

3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3120.00 - Material de Consumo R\$ 1.000,00

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 2.000,00
 3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferência a Pessoas
 3253.00 - Salário Família .. R\$ 20,00
 4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos
 4110.00 - Obras e InstalaçõesR\$ 100,00
 0602 - Divisão de Comércio e Indústria

11.62.346.2027 - Implantação e ampliação do Parque Industrial
 4000.00 - Despesas de Capital
 4200.00 - Inversões Financeiras

4210.00 - Aquisição de Imóveis R\$ 1.000,00
 0603 - Divisão de Turismo
 11.65.363.2028 - Incentivo ao Turismo

3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível R\$ 2.273,00
 3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 510,03
 3120.00 - Material de Consumo R\$ 1.000,00

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 1.000,00
4000.00 - Despesas de Capital
4100.00 - Investimentos
4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 74,00
0700 - Secret. Mun. Planej. Urba, Obras Transp. e Serv. Públicos.
0701 - Divisão da Frota Municipal
10.60.325.2029 - Gestão Administrativa do Órgão
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 2.000,00
4000.00 - Despesas de Capital
4100.00 - Investimentos

4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 13.895,80
16.88.534.2033 - Conservação de Estradas do Interior
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3120.00 - Material de Consumo R\$ 8.000,00
0703 - Divisão de Serviços Públicos
09.51.020.1012 - Eletrificação Urbana e Rural
4000.00 - Despesas de Capital
4300.00 - Transferências de Capital
4320.00 - Transferências Intragovernamentais
4324.00 - Transf. a Instituições Multigovernamentais R\$ 6.000,00
13.76.448.2034 - Implantação do Aterro Sanitário
4000.00 - Despesas de Capital
4100.00 - Investimentos
4110.00 - Obras e Instalações R\$ 1.200,00
TOTAL R\$ 331.125,18

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
30 de setembro de 1999.
MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 30 dias do mês de setembro de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 2.426 DE 27 DE SETEMBRO DE 1999

LEI Nº 2.426 DE 27 DE SETEMBRO DE 1999
"DENOMINA DE ALBANO WOLLNER, RUA DO MUNICÍPIO"

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica denominada a Rua: ALBANO WOLLNER, uma rua saindo da Rua José Endler - em frente da Rua Estanislau Milchevski - direção ao norte até o Rio Bateias, com extensão de 100,00 m e largura de 12,00 m, situada no Distrito de Bateias de Baixo, neste município, conforme croquis em anexo.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
27 de setembro de 1999.

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 27 dias do mês de setembro de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 2.425 DE 27 DE SETEMBRO DE 1999

LEI Nº 2.425 DE 27 DE SETEMBRO DE 1999
"DENOMINA DE RUDOLFO MUEHLBAUER, RUA DO MUNICÍPIO"

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica denominada a Rua: RUDOLFO MUEHLBAUER, uma rua lateral da Rua Cél. Veríssimo de Souza Freitas, com extensão de 46,20 m e largura de 6,00 m, situada no Bairro Cascatas, neste município, conforme croquis em anexo.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
27 de setembro de 1999.
MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 27 dias do mês de setembro de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.424 de 16 de Setembro de 1999

LEI Nº 2.424 DE 16 DE SETEMBRO DE 1999
ALTERA O ARTIGO 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 1838/93

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Artigo 1º da Lei Municipal nº 1838/93 de 18 de novembro de 1993 passa a Ter a seguinte redação.

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a doar Imóvel de sua propriedade, localizado no Parque Industrial de Campo Alegre, situado à Rodovia SC 301, neste município para a Empresa Estofados Mosela Ltda, com área de 8.567,11 m2 (oito mil, quinhentos e sessenta e sete metros e onze decímetros quadrados).

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
16 de setembro de 1999.
MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 16 dias do mês de setembro de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.423 de 16 de Setembro de 1999

LEI Nº 2.423 DE 16 DE SETEMBRO DE 1999.

ALTERA ARTIGO 52 DA LEI MUNICIPAL 2.000, DE 19 DE OUTUBRO DE 1994.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O Artigo 52 da Lei nº 2.000, de 19 de outubro de 1994 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.52) O licenciamento será concedido anualmente por requerimento do interessado dirigido a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único - Para a concessão da licença e renovação, a Prefeitura Municipal observará os seguintes requisitos:

- I - Apresentação da autorização da FATMA e DNPM;
- II - O Transporte dos minérios será sempre feito por caminhões coberto com lona, visando evitar o derramamento de minerais nas vias públicas;
- III - No caso de terraplanagem será exigido sistema de contenção de lama proveniente de erosão do solo.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre,
16 de setembro de 1999.
MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 16 dias do mês de setembro de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.422 de 31 de Agosto de 1999

LEI Nº 2.422 DE 31 DE AGOSTO DE 1999

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar por conta de Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 144.600,00 (cento e quarenta e quatro mil e seiscentos reais), afim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente.

0200 - Gabinete do Prefeito
0201 - Chefia do Gabinete
03.07.020.2003 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3120.00 - Material de Consumo R\$ 2.000,00
3132.00 - Outros Serviços de Encargos . R\$ 2.000,00
0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
0301 - Divisão Pessoal
03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades Administrativas
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3110.00 - Pessoal
3111.00 - Pessoal Cível . R\$ 3.000,00
0303 - Divisão de Controle Fazendário
03.08.030.2008 - Manutenção das Atividades de Finanças
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3110.00 - Pessoal
3111.00 - Pessoal Cível . R\$ 2.000,00
15.84.492.2009 - Contribuição ao PASEP
3000.00 - Despesas Correntes
3200.00 - Transferências Correntes
3280.00 - Contribuição para formação do PASEP R\$ 3.500,00
0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social
0501 - Divisão de Assistência a Saúde
13.75.428.2021 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3110.00 - Pessoal
3111.00 - Pessoal Cível R\$ 10.000,00
3120.00 - Material de Consumo .. R\$ 4.000,00
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 1.000,00
3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 2.000,00
3250.00 - Transferência a Pessoas
3253.00 - Salário Família R\$ 100,00
0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade
15.81.483.2023 - Conselho Tutelar
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 2.000,00
0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
0601 - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente
04.18.111.2026 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 30.000,00
0603 - Divisão de Turismo
11.65.363.2028 - Incentivo ao Turismo

4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4110.00 - Obras e Instalações R\$ 13.000,00
 0700 - Secretaria Mun. Planej. Urba, Obras Transp. e Serv. Públicos.
 0701 - Divisão da Frota Municipal
 16.91.575.1010 - Obras e Instalações em Geral
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4110.00 - Obras e Instalações R\$ 50.000,00
 0702 - Divisão de Transportes
 16.88.020.2032 - Reforma e manutenção do maquinário
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3120.00 - Material de Consumo .. R\$ 10.000,00
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 10.000,00

TOTAL R\$ 144.600,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo Primeiro desta Lei, correrá por Conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
 31 de agosto de 1999.
 MANUEL R. DEL OLMO
 Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª, P. M. FOITTE
 Secretária de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 31 dias do mês de agosto de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA
 Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 2.421 DE 24 DE AGOSTO DE 1999

LEI Nº 2.421 DE 24 DE AGOSTO DE 1999

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 143.172,00 (cento e quarenta e três mil, cento e setenta e dois reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social
 0501 - Divisão de Assistência Social
 13.75.428.2021 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Cível R\$ 31.200,00
 3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 4.000,00
 3120.00 - Material de Consumo R\$ 2.000,00
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 2.000,00
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 2.000,00
 3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferências a Pessoas

3253.00 - Salário Família R\$ 252,00
 15.81.486.2024 - Gestão Administrativa de Assistência Social
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Cível R\$ 18.000,00
 3113.00 - Obrigações Patronais ... R\$ 1.000,00
 3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferência a Pessoas
 3253.00 - Salário Família R\$ 20,00
 0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
 0601 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente
 04.18.111.2026 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Cível R\$ 15.000,00
 3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 1.000,00
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 1.000,00
 0603 - Divisão de Turismo
 11.65.363.2028 - Incentivo ao Turismo
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Cível R\$ 1.000,00
 0700 - Secretaria Mun. Planej. Urba, Obras Transp. e Serv. Públicos.
 0701 - Divisão da Frota Municipal
 10.60.325.2029 - Gestão Administrativa do Órgão
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Cível R\$ 55.000,00
 3113.00 - Obrigações Patronais .. R\$ 2.000,00
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 500,00
 3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferências a Pessoas
 3251.00 - Inativos R\$ 6.000,00
 3253.00 - Salário Família R\$ 1.200,00

TOTAL R\$ 143.172,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
 0303 - Divisão de Controle Fazendário
 03.08.030.2008 - Manutenção das Atividades de Finanças
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 12.700,75
 0400 - Secretaria Municipal de Educação
 0401 - Divisão de Apoio Administrativo
 08.43.197.2011 - Bolsa Estudantil de 2º grau Técnico
 3000.00 - Despesas Correntes
 3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferências a Pessoas
 3254.00 - Apoio Financeiro a Estudantes R\$ 3.000,00
 08.44.198.2012 - Bolsa Estudantil Universitário
 3000.00 - Despesas Correntes
 3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferências a Pessoas
 3254.00 - Apoio Financeiro a Estudantes R\$ 6.924,00
 08.47.235.2013 - Bolsa Estudantil a Servidor
 3000.00 - Despesas Correntes
 3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas
 3254.00 - Apoio Financeiro a Estudantes R\$ 4.547,25
 08.48.246.1003 - Construção do Anfiteatro Municipal
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4110.00 - Obras e Instalações R\$ 46.000,00
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 20.000,00
 0402 - Divisão de Ensino Fundamental
 08.42.188.2016 - Desenvolvimento Ensino Fundamental e Valorização Magistério
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 143.172,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
 24 de agosto de 1999.
 MANUEL R. DEL OLMO
 Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª, P. M. FOITTE
 Secretária de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 24 dias do mês de agosto de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA
 Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 2.420 DE 24 DE AGOSTO DE 1999

LEI Nº 2.420 DE 24 DE AGOSTO DE 1999

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar por conta de Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 178.000,00 (cento e setenta e oito mil reais), afim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente.

0200 - Gabinete do Prefeito
 0201 - Chefia do Gabinete
 03.07.020.2003 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 2.500,00
 0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
 0301 - Divisão Pessoal
 03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades Administrativas
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 2.100,00
 3200.00 - Transferências Correntes
 3230.00 - Transferência a Instituições Privadas
 3233.00 - Contribuições Correntes R\$ 8.000,00
 3250.00 - Transferência a Pessoas

3251.00 - Inativos R\$ 3.500,00
 0302 - Divisão de Tesouro
 03.08.033.2007 - Encargos e Amortização de Dívidas
 4000.00 - Despesas de Capital
 4300.00 - Transferências de Capital
 4350.00 - Amortização da Dívida Interna
 4351.00 - Amortização da Dívida Contratada R\$ 12.000,00
 0303 - Divisão de Controle Fazendário
 03.08.030.2008 - Manutenção das Atividades de Finanças
 3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Civil .. R\$ 5.000,00
 3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 3.000,00
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ... R\$ 5.000,00
 3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferência a Pessoas
 3251.00 - Inativos R\$ 5.000,00
 15.84.492.2009 - Contribuição ao PASEP
 3000.00 - Despesas Correntes
 3200.00 - Transferências Correntes
 3280.00 - Contribuição para formação do PASEP R\$ 1.000,00
 0400 - Secretaria Municipal de Educação
 0401 - Divisão de Apoio Administrativo
 08.42.188.2010 - Gestão Administrativa da Educação
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 1.500,00
 3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferência a Pessoas
 3251.00 - Inativos R\$ 5.000,00
 0402 - Divisão de Ensino Fundamental
 08.42.188.2016 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Civil R\$ 40.000,00
 3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 5.000,00
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos . R\$ 2.000,00
 3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferências a Pessoas
 3253.00 - Salário Família R\$ 1.500,00
 0403 - Divisão de Ensino Infantil
 08.41.185.2017 - Manutenção das Atividades de Creches
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Civil R\$ 26.000,00
 3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 1.000,00
 3120.00 - Material de Consumo R\$ 2.500,00
 3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferências a Pessoas
 3253.00 - Salário Família R\$ 100,00

08.41.190.2018 - Manutenção das Atividades Educação Pré - Escolar
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Civil R\$ 10.500,00
 0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social
 0501 - Divisão de Assistência a Saúde
 13.75.428.2021 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal

3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Cível R\$ 33.800,00
 0700 - Secretaria Mun. Planej. Urba, Obras Transp. e Serv. Públicos.
 0701 - Divisão da Frota Municipal
 16.91.575.1010 - Obras e Instalações em Geral
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4110.00 - Obras e Instalações R\$ 2.000,00

TOTAL R\$ 178.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo Primeiro desta Lei, correrá por Conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
 24 de agosto de 1999.
 MANUEL R. DEL OLMO
 Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE
 Secretária de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 24 dias do mês de agosto de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA
 Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.419 de 24 de Agosto de 1999

LEI Nº 2.419 DE 24 DE AGOSTO DE 1999
 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO
 PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0200 - Gabinete do Prefeito
 0201 - Chefia do Gabinete
 03.07.020.2003 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Cível . R\$ 35.000,00
 3120.00 - Material de Consumo R\$ 1.000,00
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos .. R\$ 2.000,00
 0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
 0301 - Divisão Pessoal
 03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades Administrativas
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Cível R\$ 25.000,00
 3120.00 - Material de Consumo R\$ 2.000,00
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 5.000,00
 3200.00 - Transferências Correntes
 3210.00 - Transferências Intragovernamentais
 3214.00 - Contribuições a Fundos R\$ 30.000,00

TOTAL R\$ 100.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

9000 - Reserva de Contingência
 9099 - Reserva de Contingência
 99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações
 9000.00 - Reserva de Contingência
 9900.00 - Reserva de Contingência
 9990.00 - Reserva de Contingência R\$ 100.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
 24 de agosto de 1999.
 MANUEL R. DEL OLMO
 Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE
 Secretária de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 24 dias do mês de agosto de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA
 Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 2.418 DE 05 DE JULHO DE 1999

LEI Nº 2.418 DE 05 DE JULHO DE 1999
 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE
 ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar por Conta de Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

0700 - Secretaria Mun. Planej. Urba, Obras Transp. e Serv. Públicos.
 0701 - Divisão da Frota Municipal
 10.60.325.2029 - Gestão Administrativa do Órgão
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos R\$ 30.000,00
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos
 TOTAL R\$ 30.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
05 de julho de 1999.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE DE F^a. P. M. FOITTE

Secretaria de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 05 dias do mês de julho de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.417 de 05 de Julho de 1999

LEI Nº 2.417 DE 05 DE JULHO DE 1999.

AUTORIZA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SDM, a Fundação do Meio Ambiente - FATMA, objetivando a Cooperação Técnica e Institucional com vistas a execução do Programa de Desenvolvimento Sustentado, especialmente em relação ao cumprimento da Legislação Florestal e da Mata Atlântica, no território do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta de Dotação Orçamentária específica.

Art.3º) O termo do Convênio referido no artigo 1º, faz parte integrante desta Lei.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
05 de julho de 1999.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE DE F^a. P. M. FOITTE

Secretária de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 05 dias do mês de julho de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.416 de 05 de Julho de 1999

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.416 DE 05 DE JULHO DE 1999

DIPÕE SOBRE PUBLICAÇÃO OFICIAL NO ÂMBITO DO
PODER EXECUTIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º.) A publicação de leis e demais atos do Poder Executivo serão efetuados na imprensa oficial e no átrio da Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único: É lícito ao Poder Executivo publicar na imprensa oficial somente a ementa das leis e atos oficiais, devendo os tais estarem afixados no átrio da Prefeitura Municipal, pelo período mínimo de 15 (quinze) dias, sem prejuízo da eficácia dos atos publicados.

Art.2º.) Será considerada imprensa oficial a empresa jornalística que contratar com o Poder Executivo para publicação dos atos oficiais sem prejuízo da obrigação da realização do procedimento licitatório quando o valor anual superar o limite de dispensa de licitação do art. 24, inciso II da lei 8.666 de 21.06.93 alterada pela lei 8.883 de 08.06.94 e pela lei 9.648 de 27.05.98.

Parágrafo Único: A empresa jornalística contratada será preferencialmente a que combinar economicidade na contratação e maior cobertura no território do Município, exceto para a publicação dos resumos de editais de concorrências, tomadas de preços, concursos e leilões que deverão ser publicados, atendida a economicidade, em jornal diário de grande circulação no Estado conforme art. 21, inciso III da lei 8.666 de 21.06.93 alterada pela lei 8.883 de 08.06.94 e pela lei 9.648 de 27.05.98.

Art.3º.) A publicação de leis e atos oficiais nos murais do átrio da Prefeitura Municipal será registrada em livro próprio que conterá o tipo do ato publicado, a data da fixação no mural, o número do instrumento e a ementa do ato publicado.

Art.4º.) É lícito a divulgação em jornal ou sistema de radiodifusão de sons e imagens das atividades dos órgãos de cada poder nos limites da Lei de Diretrizes Orçamentárias, sendo, no entanto, vedada a realização de despesas de divulgação, por quaisquer destes meios, de parabenizações de qualquer espécie ou outras divulgações que não tenham caráter de interesse público.

Art.5º.) Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
05 de julho de 1999.

MANUEL RODRIGUES DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE DE FÁTIMA PESSOA MACHADO FOITTE

Secretaria de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos cinco dias do mês de julho de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.415 de 05 de Julho de 1999

LEI Nº 2.415 DE 05 DE JULHO DE 1999

DISPÕE SOBRE DIRETRIZES PARA O EXERCÍCIO DE 2.000, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Ficam estabelecidas, para a elaboração do Orçamento deste Município, para o exercício de 2.000, as Diretrizes de que trata esta Lei.

Art.2º) As metas e as prioridades da administração pública municipal para o exercício financeiro de 2.000, serão aquelas constantes do Anexo I, II e III desta Lei, indicadas a nível setorial, com as alternativas a serem desenvolvidas para atingir objetivos específicos.

Art.3º) A Lei Orçamentária Anual compreenderá o orçamento dos Poderes Executivo e Legislativo, seus Fundos, órgãos e entidades da administração Direta e Indireta.

Art.4º) O Poder Executivo promoverá estudos visando introduzir as seguintes modificações na legislação tributária do Município:

I - Atualizar o Cadastro Imobiliário e Fiscal do Município, dotando-o de informações que assegurem a justiça fiscal nos lançamentos e cobrança dos impostos municipais;

II - Rever os critérios de cobrança das taxas, para adequá-las ao custo real dos serviços que constituem os respectivos fatos geradores;

III - Utilizar a Contribuição de Melhoria como instrumento financiador de obras municipais, especialmente no que se refere à pavimentação de ruas;

IV - Aperfeiçoar os instrumentos para agilização da cobrança da dívida ativa, bem como, a correção de seus créditos.

Art.5º) Na elaboração da proposta orçamentária, sem prejuízo das normas financeiras estabelecidas pela legislação federal, observar-se-à o seguinte:

I - A despesa não será superior à receita estimada;

II - Não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos;

III - O pagamento do serviço da dívida, de pessoal, encargos sociais e a manutenção de atividades, terão prioridade sobre as ações de expansão.

Art.6º) Na programação de investimentos da administração pública direta e indireta, serão observadas as seguintes regras:

I - Projetos em fase de execução terão preferência sobre novos projetos;

II - Não poderão ser programados novos Projetos:

a) À conta da redução ou anulação de dotações de projetos em efetivo andamento;

b) Que não tenham viabilidade técnica, econômica e financeira.

Art.7º) O Orçamento anual poderá consignar recursos destinados à concessão de auxílios financeiros a entidades privadas, sem fins lucrativos, em pleno funcionamento, até o limite de 1,5% das receitas correntes.

Parágrafo único - Não poderá ser concedida ajuda à entidade que

esteja em débito com prestações de contas, decorrentes de sua responsabilidade.

Art.8º) O Município aplicará, no mínimo:

I - 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, sendo:

a) 15% da receita da QP-ICMS transferida ao município e 15% do FPM e QP-IPI, aplicados segundo a Lei Federal 9.424 de 24 de dezembro de 1.996 e segundo esta Lei.

b) 10% das fontes da alínea anterior destinadas a manutenção e desenvolvimento do ensino.

c) 60% das receitas de impostos, não compreendidas as transferências, aplicadas no ensino fundamental.

d) Até 40% das receitas da alínea anterior na manutenção e desenvolvimento do ensino.

II - 60% dos recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério, na remuneração de profissionais do magistério do ensino fundamental e os 40% restantes, na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental.

III - 10% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, no setor da saúde.

IV - 5% das receitas resultantes de impostos, compreendida a proveniente de transferências, no desenvolvimento e fomento do setor produtivo, assim entendido como agricultura, comércio, indústria e turismo.

Art.9º) A sistemática de elaboração do orçamento Anual, obedecerá a estrutura organizacional dos Poderes Executivo e Legislativo, dos Fundos criados por lei, das Autarquias e Fundações que recebam Recursos do Tesouro nacional, prevendo Recursos destinados ao Poder Legislativo não Superior a 10% (dez por cento) e nem inferior a 5% (cinco por cento), não podendo o total da despesa com a remuneração dos vereadores ultrapassar o montante de 5% (cinco por cento) da receita do Município, excluídas:

I - A Receita de contribuição de servidores, destinadas à constituição de fundos ou reservas para custeio de programas de previdência e assistência Social, mantidos pelo Município;

II - A Receita proveniente de operações de crédito;

III - A Receita resultante de alienação de bens móveis e imóveis;

IV - Os recursos vinculados oriundos de transferência da União ou do Estado, através de convênios ou outros ajustes para a realização de obras ou manutenção de serviços, inclusive os provenientes dos programas de saúde;

V - As indenizações e restituições;

VI - As contribuições de melhoria;

Art.10º) As despesas totais com pessoal ativo e inativo da administração direta e indireta, inclusive fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, não poderão exceder a sessenta por cento das respectivas receitas correntes.

Parágrafo Único - No limite estabelecido neste artigo, incluem-se as despesas com remuneração de pessoal, a qualquer título,

proventos de aposentadorias, e pensões, obrigações patronais e remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores.

Art.11º) Ficam estabelecidos os seguintes limites de créditos Orçamentários, sobre as Receitas Correntes, para despesas com:

I- Publicidade, propaganda e condecorações: 1 %

II - Locação de mão-de-obra: 2 %

At.12º) A abertura de créditos suplementares será assegurada pela Lei Orçamentária, até o limite de 50 % da despesa fixada.

Art.13º) O Orçamento assegurará recursos destinados à Reserva de Contingência, não superior a 20 % e não inferior a 15 % do total da despesa fixada.

Parágrafo Único - Não serão admitidas emendas ao Orçamento, que impliquem na redução do limite mínimo previsto neste artigo, quando a fonte de recursos nela indicadas for a Reserva de Contingência.

Art.14º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 1º de janeiro de 1999.

Art.15º) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
05 de julho de 1999.

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 05 dias do mês de julho de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

ANEXO I
ADMINISTRAÇÃO DIRETA
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DE 2.000.

GABINETE DO PREFEITO

Reivindicações, realizações e convênios	- Implantação do Posto Policial de Fragosos; - Implantação do Posto Policial de Bateias de Baixo; - Implantação da Rádio-Patrolha no Município; - Solicitação de novos veículos para as Polícias Civil e Militar.
Subvenções	- Fundação Municipal de Desporto e Cultura; - AMUNESC - Associação dos Municípios do Nordeste Catarinense; - FECAM - Federação Catarinense de municípios; - Outras entidades Assistenciais do Município através do F.M.A.S
Publicidade	- Divulgação das realizações do Governo Municipal nas áreas fundamentais; - Divulgação das Campanhas Comunitárias.
Informatização	- Aquisição de um microcomputador multi-mídia; - Aquisição de um software de gerenciamento de atos oficiais; - Inscrição na Internet, com Home Page Campo-alegrense; - Aquisição de um televisor com vídeo.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ITEM	METAS
Informatização	- Atualização dos sistemas.
Capacitação de Recursos humanos	- Treinamento dos servidores públicos, através de cursos, seminários, simpósios etc; - Melhoria da eficiência funcional; - Implantar a visão do "Contribuinte em 1º lugar".
Material Permanente	- Aquisição de equipamento material permanente.
Patrimônio	- Quantificar a valorização e desvalorização do Patrimônio municipal; - Regularizar a situação jurídica dos bens imóveis do poder Público Municipal.
PRONAM	- Continuidade do Programa Municipal de Maximização das Receitas.
Movimento Econômico	- Contratação de serviços para auditar as DIFEs do município.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Informatização	- Aquisição de Microcomputadores; - Aquisição de softwares de gerenciamento para a educação.
Aquisição de Material Permanente	- TV e Vídeos-cassete para as escolas; - Retro-projetor; - Projetor de slides.
Escolas	- Construção da Unidade Escolar (E.R.Mª. José da Silva Bernardes); - Ampliação de Escolas Estaduais Municipalizadas: Avenquinha e São Miguel; - Aquisição de equipamento e material permanente em geral; - Restauração de prédios escolares, construção de muros e cercas; - Irradicação do Analfabetismo; - Aquisição de mimeógrafo para as Escolas; - Aquisição de Laboratório Móvel para as Escolas.
Creches	- Aquisição de parques infantis para as creches; - Equipamento e material Permanente em geral.
Construções	- Construção da sede da Secretaria de Educação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

Reformas e Construções	- Ampliação da Unidade sanitária (sede); - Construção de um posto de saúde que atenda as comunidades de Cubatão, Tijucume, Campinas, Ribeirão do Meio, Papanduvinha e Bateias de Cima; - Desenvolvimento do projeto de Rede de Esgoto para o centro e bairros. - Implantação de sistema de água nas localidades de Bateias de Cima, Lageado e São Miguel (alto São Miguel).
Equipamentos	- Aquisição de um equipo Odontológico para o Posto de Saúde Central; - Um automóvel com 05 lugares;
Recursos Humanos	- Médico Pediatra

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Indústria	<ul style="list-style-type: none"> - Aquisição de terrenos para programas de incentivo a indústria; - Concessão de incentivos fiscais na implantação de indústrias no município; - Criação de um serviço de apoio técnico a micro e pequena empresa; - Criação de um condomínio empresarial no município; - Elaboração de propostas a grandes empresas que atuem nos ramos que sejam vocação econômica do município; - Parceria com a Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Campo Alegre; - Realização de cursos de capacitação de mão-de-obra e de novos empreendedores.
Comércio	<ul style="list-style-type: none"> - Programas que visem o fortalecimento do comércio local; - Combate a evasão de divisas; - Incentivo a atividades comerciais complementares (fechar o ciclo de consumo); - Incentivos fiscais a instalação e ampliação de casas de comércio; - Agilização para instalação do PROCON.
Turismo	<ul style="list-style-type: none"> - Aquisição de uma filmadora; - Montagem do acervo visual do município; - Parceria com projetos da iniciativa privada; - Programas de desenvolvimento do Ecoturismo; - Incentivos fiscais a instalação de empresas do ramo turístico; - Embelezamento trevos de acesso ao centro da cidade, Bateias de Baixo e Fragosos.

DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Inseminação Artificial	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar padrão genético; - Aumento da produtividade do rebanho.
Conscientização e Capacitação do Produtor	<ul style="list-style-type: none"> - Treinamento do produtor via palestras, cursos, etc; - Extensão Rural.
Atendimento Clínico Veterinário	<ul style="list-style-type: none"> - Continuar com atendimento clínico; - Aquisição de materiais e equipamentos para o desenvolvimento do trabalho.
Fomento	<ul style="list-style-type: none"> - Criar e ampliar as fontes de renda do produtor através de feiras; - Celebrar convênios com a Epagri e Cidasc.
Patrulha mecanizada agrícola	<ul style="list-style-type: none"> - Aquisição de máquinas agrícolas; - Terceirizar serviços; - Realizar Convênios Sindicatos e Cooperativas.

Parque de eventos	- Aquisição de uma área.
Horto Municipal de Ervas Medicinais e Plantas Ornamentais	- Construção do Horto.
Dragagem de Rios	<ul style="list-style-type: none"> - Incorporação de novas áreas agrícolas; - Aumento da produção; - Evitar enchentes.
Estruturação dos serviços Agropecuários	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento do quadro técnico; - Aquisição de materiais para melhorar o trabalho de assistência técnica; - Agrupar todas as instituições de agricultura em um lugar apenas.
Desenvolvimento do Município	<ul style="list-style-type: none"> - Criação da Microbacia II - Projeto Bird - PRESTO Turismo Rural; - Criar novas alternativas de renda ao produtor rural.
Combate ao Simulium Pertinax (borrachudo)	- Auxílio do Plano Municipal de Combate ao Simulium Pertinax.
Programa Hortas Escolares	<ul style="list-style-type: none"> - Aquisição de calcário; - Curso para merendeiras e acompanhamento pela Secretaria Municipal de Educação; - Colaboração da comunidade na organização de hortas.
Projeto-Piloto: Artesanato em lã de Ovelha, nas Escolas Rurais	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar plano de trabalho para execução do Programa com acompanhamento da Divisão de Agricultura; - Reposição de materiais e equipamentos; - Evidenciar o programa como mais uma alternativa de renda; - Realização de treinamento para instrutores; - Promover exposição para venda de trabalhos artesanais.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Capacitação	<ul style="list-style-type: none"> - Capacitação do trabalhadores em serviços como calceteria e afins; - Capacitação dos operadores de máquinas; 		
Logradouros públicos	<ul style="list-style-type: none"> - Colocação de lixeiras nos centros Urbanos; - Reabornização dos centros urbanos; - Conservação de logradouros públicos; - Construção de passeios e meio-fios; - Recuperação de pontes e bueiros; - Sinalização das vias urbanas e rurais; - Recuperação do Asfalto na localidade de Fragosos; - Recuperação do calçamento na localidade de Bateias de Baixo. 		

Conservação de Estradas	- Contratos de fornecimento de saibro com fornecedores locais devidamente credenciados; - Aprendizagem de novas técnicas de manutenção de estradas vicinais.		
Aquisição de Máquinas	- Aquisição de uma Patrola-Motoniveladora; - Aquisição de 1 caminhão caçamba (truque); - Aquisição de 1 Trator de Pneu.		
Construções e Reformas	- Pavimentação de ruas no centro e bairros; - Construção de abrigos para passageiros de ônibus; - Conclusão do terminal rodoviário; - Conclusão de reforma da Praça Sofia Rudnick Baptista, na localidade de Fragosos; - Construção de novas praças e áreas verdes na sede e bairros; - Construção de uma ponte sobre o Rio São Miguel na localidade de São Miguel; - Benfeitorias nos cemitérios municipais; - Implantação do aterro sanitário; - Implantação de redes de águas pluviais e esgotos no centro e bairros; - Abertura de novas vias e acessos; - Implantação de novas unidades habitacionais; - Construção do Pórtico sobre a SC 301; - Construção do Ponto de Informações Turísticas; - Construção do Calçadão na Rua: Cél. Bento de Amorim; - Reforma da Auditoria da Casa da Cultura; - Reforma da Intendência de Bateias; - Reforma da Caixa D'água de Bateias; - Pesquisa e implantação de novas modalidades de construção de casas populares; - Construção de banheiros públicos na sede do município; - Construção da Ponte sobre o Rio Tijucume na Rodovia 303 - Bateias de Cima e demais Pontes.		

Aquisição	- Aquisição de áreas de Terra para praça e outros; - Aquisição de área para implantação de aterro sanitário; - Aquisição de área para ampliação do Cemitério Municipal; - Aquisição de áreas para implantação de lagoas de tratamento de esgoto.		
Implantação	- Implantação de Infra-Estrutura na Cascata Paraíso; - Colocação das placas turístico-informativas; - Dragagem de rios; - Expansão da rede de energia elétrica, iluminação pública no perímetro urbano e rural.		
Convênios	- Convênios para elaboração de projetos de unidades habitacionais; - Celebração de convênios estaduais e federais.		
Melhorias	- Melhorias do sistema de coleta de lixo; - Urbanização dos projetos habitacionais existentes; - Incentivo a criação de novos loteamentos urbanizados.		

ANEXO II - DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 1999 PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

ITEM	METAS
Informatização	- Continuidade do Processo de Informatização.
Aquisições	- Aquisição de veículo leve; - Aquisição de Equipamento e Material Permanente.
Construção e Reforma	- Continuação da Restauração e Reforma do Prédio; - Aprimorar Recursos Humanos.

ANEXO III - DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 1999
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
FUNDAÇÃO E FUNDOS MUNICIPAIS

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA

Esportes	<ul style="list-style-type: none"> - Construção de Quadras de esportes - canchas polivalentes Vila Sheide e Bela Vista; - Construção Alameda Estádio João Cavalheiro - Fragosos; - Construção Estádio localidade de Bateias de Baixo; - Contratar professor habilitado em Educação Física; - Promoção de eventos desportivos; - Apoio Financeiro para os JASC E JESC; - Apoio Financeiro para cursos técnicos na área de esportes; - Aquisição de Mobiliários em Geral; - Aquisição de Material Desportivo em Geral.
Cultura	<ul style="list-style-type: none"> - Recuperação do arquivo histórico do Município; - Aquisição de livros e Enciclopédias para a Biblioteca Pública Municipal; - Aquisição de Instrumentos Musicais, para Escola de Música; - Aquisição de Mobiliários em geral; - Aquisição de um Microcomputador ; - Implantação do Museu Municipal; - Construção do Anfiteatro Municipal.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

- Celebração de Convênio com o Governo Federal e Estadual.
- Aquisição de Equipamento e Material Permanente (Móveis, Utensílios, Médico, Odontológico e Laboratorial).
- Desenvolver Programas na Área de Saúde Preventiva e Curativa.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Celebração de Convênio com Governo Federal e Estadual.
- Desenvolver projetos na Área Social, (Amparo ao Idoso, Criança carente).
- Aquisição de equipamento e Material Permanente.

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- Celebração Convênio com Governo Federal e Estadual.
- Aquisição de Equipamento e Material Permanente.
- Desenvolver Projetos na Área de Educação.
- Aquisição de Automóvel.
- Implantação - Informática.
- Melhoria na Eficiência Funcional.
- Aprimoramento Recursos Humanos.

FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO

- Celebração de Convênio com Governo Federal, Estadual, Órgãos Internacionais e com outras Entidades e Instituições Públicas e Privadas.
- Incentivo - Apoio ao Desenvolvimento Turístico.
- Turismo Urbano e Rural.
- PRESTO : Turismo Rural, Ecoturismo.
- Implantação Informática

FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

- Celebração de Convênio com Governo Federal, Estadual e Pessoas Jurídicas.
- Aquisição de Imóvel.
- Aquisição de equipamento e Material Permanente, (Tratores e Implementos Agrícolas).
- Desenvolver Projetos de Desenvolvimento Técnico Agropecuários.
- Aquisição de Automóvel.
- Implantação Informática

FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO

- Celebração de Convênios - Organismos Internacionais, Órgão federal e estadual, celebração de Contratos com órgão de Desenvolvimento geral do Município.
- Desenvolver Projetos para Desenvolvimento Geral do Município.
- Recebimento de Doações Públicas e Privadas.
- Operações de Crédito.
- Aquisição de Equipamento e Material Permanente.
- Celebração de Contratos com Entidades de Fomento, Públicas e Privadas.

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

- Celebração de Convênio com Governo Federal e Estadual.
- Aquisição de Imóvel (área de Terra).
- Desenvolver Projetos Habitacionais.

MANUEL R. DEL OLMO
 Prefeito Municipal

Lei Nº 2.414 de 23 de Junho de 1999

LEI Nº 2.414 DE 23 DE JUNHO DE 1999.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ALIENAR BEM PÚBLICO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica autorizado o Poder Executivo a alienar por investidura, nos moldes art. 17, II e § 3º da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, uma área de 250,25 m2 descritas nos anexos I e II desta Lei, pertencente ao imóvel inscrito no Cartório de Registros de Imóveis de São Bento do Sul, sob matrícula nº 08.863 Livro nº 02, pelo valor de R\$ 1.251,25 (hum mil, duzentos e cinquenta e um reais e vinte e cinco centavos) conforme avaliação constante do anexo III desta Lei, ao proprietário lindeiro da referida área.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 2.374 de 20 de novembro de 1998.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
 23 de junho de 1999.
MANUEL R. DEL OLMO
 Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE
 Secretária de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 23 dias do mês de junho de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA
 Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 2.413 DE 23 DE JUNHO DE 1999

LEI Nº 2.413 DE 23 DE JUNHO DE 1999

AUTORIZA A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO COM A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - COHAB/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a celebrar convênio com a Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB, CGC/MF 83.883.710/0001-34, estabelecida à Rua: Doutor Fúlvio Aducci, nº 767, em Estreito - Florianópolis, de conformidade com os termos constantes do ANEXO ÚNICO desta Lei.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre "SC", 27 de maio de 1999.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE

Secretária de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 23 dias do mês de junho de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 2.412 DE 23 DE JUNHO DE 1999

LEI Nº 2.412 DE 23 DE JUNHO DE 1999

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar por conta de Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 76.900,00 (setenta e seis mil e novecentos reais), afim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente.

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0301 - Divisão Pessoal

03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades Administrativas

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 1.500,00

3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 10.000,00

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0302 - Divisão de Tesouro

03.08.033.2007 - Encargos e Amortização de Dívidas

4000.00 - Despesas de Capital

4300.00 - Transferências de Capital

4350.00 - Amortização da Dívida Interna

4351.00 - Amortização da Dívida Contratada R\$ 10.000,00

0303 - Divisão de Controle Fazendário

03.08.030.2008 - Manutenção das Atividades de Finanças

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 1.000,00

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0401 - Divisão de Apoio Administrativo

08.47.239.2014 - Transporte Escolar

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 1.300,00

08.41.190.2018 - Manutenção das Atividades da Educação Pré-Escolar

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil R\$ 1.000,00

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

0501 - Divisão de Assistência a Saúde

13.75.428.2021 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas

3253.00 - Salário Família R\$ 100,00

0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

0601 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente

04.18.111.2026 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 10.000,00

0700 - Secretaria Mun. Planej. Urba, Obras Transp. e Serv. Públicos.

0701 - Divisão da Frota Municipal

10.60.325.2029 - Gestão Administrativa do Órgão

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de Consumo . R\$ 10.000,00

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 1.000,00

3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 30.000,00

16.91.575.1010 - Obras e Instalações em Geral

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4110.00 - Obras e Instalações R\$ 1.000,00

TOTAL R\$ 76.900,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo Primeiro desta Lei, correrá por Conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",

23 de junho de 1999.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE

Secretária de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 23 dias do mês de junho de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.411 de 23 de Junho de 1999

LEI Nº 2.411 DE 23 DE JUNHO DE 1999.

CRIA E DENOMINA OS BAIRROS DA SEDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica a área urbana da sede do município de Campo Alegre subdividida em cinco bairros, definidos respectivamente, pelos seguintes perímetros:

I - CENTRO

A poligonal que delimita a área do Bairro Centro inicia-se no eixo da Rodovia SC-301 no encontro com o eixo da Rua Getúlio Vargas. Deste ponto pelo eixo da Rua Getúlio Vargas até o encontro com o eixo da Rua Altamiro Lobo Guimarães e deste ponto seguindo pelo eixo da Rua Altamiro Lobo Guimarães até o encontro com o eixo da Rua Cel. Raymundo Munhoz. Deste ponto pelo eixo da rua Cel. Raymundo Munhoz até o encontro com o eixo da Rua Raymundo Gomes Munhoz. Partindo então pelo eixo da Rua Raymundo Gomes Munhoz até o encontro com o eixo da Rua Cél. Bueno Franco. Pelo eixo da Rua Cél. Bueno Franco até o encontro com o eixo da Rua Waldomiro Schroeder. Daí segue pelo eixo da mesma até o encontro com o eixo do Rio Turvo. Segue então pelo eixo do Rio Turvo em direção Norte até o encontro com o eixo da Rodovia SC-301. Segue deste ponto pelo eixo da Rodovia SC-301 em direção Oeste até o encontro do eixo da Rodovia SC-301 com o eixo da Rua. Getúlio Vargas.

II - SANTO ANTÔNIO

A poligonal que delimita a área do Bairro Santo Antônio, inicia sobre o eixo da Rodovia SC-301 no sentido Campo Alegre-São Bento no ponto do cruzamento do eixo da mesma com o ponto delimita o perímetro urbano no lado Oeste. Partindo deste ponto, segue perpendicularmente à Rodovia SC-301 por 300 metros. Segue então paralelamente à Rodovia SC-301 sentido leste, mantendo-se distante 300 metros da mesma, até um ponto localizado a 200 metros da Rodovia Municipal 080 Campo Alegre-Avenquinha, deste segue paralelamente a referida Rodovia em direção Norte por 700 metros e deste ponto converge em direção ao Norte cruzando a Rodovia Municipal 080 Campo Alegre-Avenquinha e indo até um ponto distante 200 metros da mesma. Segue daí paralela a Rodovia Municipal 080 Campo Alegre-Avenquinha em direção Sudeste distante 200 metros da mesma até um ponto distante 300 metros da

Rodovia SC-301. Deste ponto parte seguindo paralelamente à Rodovia SC-301 em direção Leste distante 300 metros da mesma até o encontro com o eixo do Rio Turvo.

Segue então pelo eixo do Rio Turvo em direção Sul até o encontro com o eixo da Rodovia SC-301. Deste ponto em direção Oeste segue pelo eixo da Rodovia SC-301 até o encontro do eixo da mesma com a linha que inicia a poligonal.

III - PINHAIS

A poligonal que delimita a área do Bairro Pinhais, inicia-se sobre cruzamento do eixo da Rodovia SC-301 com o eixo do Rio Turvo. Deste ponto parte em direção Norte pelo eixo do Rio Turvo até um ponto distante perpendicularmente ao eixo da Rodovia SC-301. Deste ponto segue em direção Leste paralelamente a Rodovia SC-301 até um ponto distante 200 metros da Rodovia Municipal 010 Campo Alegre-Bateias de Baixo e daí segue por 400 metros em direção Norte paralela a mesma. Deste ponto converge em direção Leste cruzando a Rodovia Municipal 010 Campo Alegre-Bateias de Baixo até um ponto distante 200 metros da mesma. Segue então paralela a mesma em direção Sul até um

ponto distante 300 metros da Rodovia SC-301. Deste segue paralelamente a SC-301 distante da mesma 300 metros em direção Leste até um ponto à 900 metros do cruzamento com a Rodovia Municipal 010 Campo Alegre-Bateias de Baixo com a Rodovia SC-301. Deste converge perpendicularmente em direção a Rodovia SC-301 até o seu eixo por 300 metros. Segue daí em direção Oeste pelo eixo da Rodovia até o encontro do eixo do Rio Turvo.

IV - BELO HORIZONTE

A poligonal que delimita a área do Bairro Belo Horizonte inicia-se sobre o eixo da Rodovia SC-301 à 900 metros do cruzamento com a Rodovia Municipal 010 Campo Alegre-Bateias de Baixo sentido Leste, seguindo então perpendicularmente à SC-301 em direção Sul até um ponto distante 300 metros do eixo da Rodovia, e de lá seguindo paralelamente a Rodovia em direção Oeste até o encontro com o Rio sem denominação, seguindo então pela margem Leste em direção ao Sul cruzando a Estrada Dona Francisca até um ponto distando 200 metros da mesma. Deste ponto segue paralelamente a Estrada Dona Francisca e depois a Rua Ernesto Afonso Scheide em direção Oeste distando 200 metros das mesmas até um ponto distante distando 200 metros do prolongamento da Rua Oldemar Duvoisin, e de lá segue paralela em direção Sul, distante 200 metros do prolongamento da Rua Oldemar Duvoisin até o encontro com o eixo do Rio Turvo. Partido daí segue pelo eixo do Rio Turvo em direção Norte até o encontro do eixo da Rodovia SC-301 com o eixo do mesmo. Deste ponto segue pelo eixo da Rodovia SC-301 em direção Leste até o encontro do ponto distante 900 metros do cruzamento da Rodovia Municipal 010 Campo Alegre-Bateias de Baixo com a Rodovia SC-301. No bairro Belo Horizonte encontra-se a Vila Scheide e a Vila Piske.

V - CASCATAS

A poligonal que delimita a área do Bairro Cascatas inicia-se no encontro do eixo do Rio Turvo com a linha que segue 200 metros paralela ao prolongamento da Rua Oldemar Duvoisin. Deste ponto parte em direção Sudoeste até ao encontro dos eixos das Ruas Cél. Bueno Franco e Cél. Veríssimo de Souza Freitas. Segue então por uma linha reta em direção Leste até o encontro do eixo da rua que segue em direção a Rio Vermelho com o eixo do Rio Ribeirão Farias, e deste ponto segue em linha reta em direção ao Norte até um ponto localizado a 300 metros da Rodovia SC-301 na propriedade do Frigorífico Ahrens. Deste ponto segue por 860,00 metros em direção Oeste, paralelamente a Rodovia SC-301 distante 300 metros da mesma, seguindo então por uma linha reta em direção norte até o encontro com o eixo da Rodovia SC-301 no cruzamento da mesma com a Estrada Dona Francisca. Segue então pelo eixo da Rodovia SC-301 sentido Campo Alegre até o encontro do eixo da mesma com o eixo da Rua Getúlio Vargas. Deste ponto pelo eixo da Rua Getúlio Vargas até o encontro com o eixo da Rua Altamiro Lobo Guimarães e deste ponto seguindo pelo eixo da Rua Altamiro Lobo Guimarães até o encontro com o eixo da Rua Cél. Raymundo Munhoz. Deste ponto pelo eixo da rua Cél. Raymundo Munhoz até o encontro com o eixo da Rua Raymundo Gomes Munhoz. Partindo então pelo eixo da Rua Raymundo Gomes Munhoz até o encontro com o eixo da Rua Cél. Bueno Franco. Pelo eixo da Rua Cél. Bueno Franco até o encontro com o eixo da Rua Waldomiro Schroeder pelo eixo da Rua Waldomiro Schroeder até o encontro com o eixo do Rio Turvo. No Bairro Cascatas encontra-se o Conjunto Habitacional Bela Vista e Vila Cedro.

Art.2º Passa a constituir parte integrante desta Lei a Planta de Divisão de Bairros da Sede Urbana do Município de Campo Alegre, na escala de 1/5.000, em anexo.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
23 de junho de 1999.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE DE F^a. P. M. FOITTE

Secretária de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 23 dias do mês de junho de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.410 de 10 de Junho de 1999

LEI Nº 2.410 DE 10 DE JUNHO DE 1999.

Dispõe sobre o Plano de Carreira E Remuneração dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, ESTADO DE SANTA CATARINA, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. - Fica instituído o Plano de Carreira e Remuneração para os profissionais do magistério do município de Campo Alegre integrado por cargos de provimento efetivos, classificados e especificados na forma desta Lei Complementar.

Parágrafo único - O Plano de Carreira e Remuneração de que trata o "caput" deste artigo está fundamentado na qualificação profissional e no desempenho, objetivando a melhoria da qualidade do magistério municipal e a valorização de seus integrantes.

TÍTULO II

DOS CONCEITOS

Art. 2º. - Para efeito da aplicação desta Lei, considera-se:

I - Plano de Carreira - conjunto de diretrizes e normas que estabelece a estrutura e procedimentos de cargos, remuneração e desenvolvimento dos profissionais do magistério.

II - Carreira - é o agrupamento de cargos integrantes do Plano de Carreira e Remuneração, observadas a natureza das atribuições e habilitação profissional.

III - Profissionais do Magistério - conjunto de professores e especialistas em assuntos educacionais, ocupantes de cargos e funções do quadro de pessoal.

IV - Professor - membro do magistério que exerce atividades docentes nas áreas de atuação infantil e ensino fundamental.

V - Especialista em Assuntos Educacionais - membro do Magistério que desempenha atividades de administração, supervisão, planejamento, orientação, atendimento e acompanhamento pedagógico.

VI - Nível - graduação ascendente determinante de promoção vertical.

VII - Referência - graduação ascendente existente em cada nível, determinante de promoção horizontal.

VIII - Progresso Funcional - deslocamento do servidor nos níveis e referências contidas no plano de carreira.

TÍTULO III

DA ESTRUTURA BÁSICA DO PLANO DE CARREIRA

Art. 3º. - O Plano de Carreira do Município de Campo Alegre está constituído de:

I -	Quadro de Pessoal dos Profissionais do Magistério;
II -	Tabela de Unidades de Vencimento;
III -	Enquadramento; e
IV -	Progresso Funcional.

CAPÍTULO I

DO QUADRO DE PESSOAL DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

Art. 4º - O quadro de pessoal dos profissionais do magistério de que trata este Plano de Carreira está composto pelos cargos de provimento efetivos de Professor e Especialista em Assuntos Educacionais criados e providos com os respectivos quantitativos, distribuídos em referências e níveis de vencimentos especificados nos Anexos I e II desta Lei Complementar.

Art. 5º - Os cargos de provimento efetivos referentes aos servidores do magistério, têm as respectivas descrição detalhada, especificação, habilitação profissional e jornada de trabalho estabelecidas na forma constante dos Anexos VIII e IX.

CAPÍTULO II

DA TABELA DE UNIDADES DE VENCIMENTO

Art. 6º - A tabela de unidades de vencimento está constituída por 05 (cinco) níveis verticais e 06 (seis) referências horizontais por nível, observada a formação profissional, conforme Anexo III, parte integrante desta Lei.

Parágrafo único - A tabela isonômica dos profissionais do magistério obedece um crescimento linear de 2,0% (dois vírgula zero por

cento) a cada 02 (dois) anos.

SEÇÃO I

DA GRATIFICAÇÃO

Art. 7º - Ao profissional do magistério designado para exercer a função de Diretor das Unidades Escolares será concedida uma gratificação, com percentual especificado no Anexo V, sobre o vencimento do cargo efetivo e de acordo com o número de alunos.

Art. 8º - Ao professor que atua na função de Coordenador de Creches, será concedida gratificação de 20% (vinte por cento), tendo por base o seu vencimento e a carga horária da respectiva função.

Art. 9º - Ao professor que atua em escola localizada em zona rural será concedida gratificação de 10% (dez por cento), tendo por base o seu vencimento de carreira e sua jornada de trabalho.

Art. 10 - As gratificações de que tratam os artigos 7º, 8º e 9º, serão suspensas quando o profissional do magistério afastar-se das atividades inerentes à sua função, exceto nos casos de licenças para tratamento de saúde, gestação, paternidade, férias e não serão incorporadas para efeitos de aposentadoria.

Art. 11 - Ao ocupante de cargo efetivo, com 20 (vinte) horas semanais, nomeado para o exercício de função gratificada de Diretor das Unidades Escolares com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, poderá ser ampliada sua carga horária, enquanto permanecer na função.

Art. 12 - Os valores das gratificações previstas por esta Lei não serão incorporadas ao valor do vencimento normalmente percebido pelo profissional em educação, bem como não servirão de base para cálculo de qualquer outra vantagem, exceto gratificação natalina e de férias.

Art.13 - A função gratificada, privativa do membro do magistério ocupante de cargo permanente é regida pelo critério de confiança, de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo.

CAPÍTULO III

DO ENQUADRAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

Art. 14 - Os profissionais do magistério, que detenham habilitação profissional nos termos desta Lei Complementar, serão enquadrados, por transformação, observado o vencimento atual nos respectivos cargos, em nível e referência constantes do Anexo IV, de acordo com a situação profissional que se encontra e com sua jornada de trabalho.

Parágrafo único - Os atuais ocupantes do cargo de professor cujo vencimento ultrapassar os valores instituídos pela Tabela de Unidades de Vencimento, Anexo III, respeitada a habilitação, serão enquadrados em cargos isolados, extintos quando vagarem, conforme Anexo VII.

Art. 15 - Os servidores da categoria profissional de professor que não tiverem a habilitação exigida para o desempenho do cargo, doravante denominados Professor Leigo serão enquadrados em cargos isolados, extintos quando vagarem, conforme Anexo VI.

§1º - Aos professores leigos é assegurado o prazo previsto pela Lei nº. 9.424 de 24/12/96, Lei do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, para obtenção da habilitação necessária ao exercício das atividades docentes.

§2º - Mediante comprovação de habilitação específica os

professores leigos serão enquadrados, automaticamente, de acordo com a habilitação adquirida.

Art. 16 - Para o enquadramento de que trata o artigo 14, o Chefe do Poder Executivo designará uma comissão, que levará em consideração os atuais vencimentos e vantagens, habilitação e as condições necessárias para o exercício do cargo.

Parágrafo único - Concluído os trabalhos, o Chefe do Poder Executivo expedirá ato de enquadramento.

CAPÍTULO IV

DO PROGRESSO FUNCIONAL DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

Art. 17 - O progresso funcional dos profissionais do magistério ocorrerá dentro do mesmo cargo, após o cumprimento do estágio probatório, nos respectivos níveis e referências, de acordo com a habilitação conforme o Anexo I, da seguinte forma:

I -	pela progressão por cursos de aperfeiçoamento ou capacitação;
II -	pela progressão por desempenho;
III -	por nova habilitação ou titulação.

Parágrafo único - O progresso funcional de que trata o "caput" deste artigo será regulamentado por ato do Chefe do Poder Executivo.

SEÇÃO I

DA PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO

Art. 18 - A progressão por cursos de aperfeiçoamento ou capacitação ocorrerá alternadamente com a progressão por desempenho, de 02 (dois) em 02 (dois) anos de forma horizontal de uma referência para outra imediatamente superior ou de forma vertical da referência E para a referência A .

Parágrafo único - A primeira progressão na modalidade de que trata o "caput" deste artigo será efetuada no mês de fevereiro do ano 2000.

Art. 19 - O servidor do magistério fará jus ao progresso por cursos de aperfeiçoamento ou capacitação ao apresentar 80 (oitenta) horas/aula na área de atuação ou formação profissional, relacionados com a disciplina e aqueles que servem de subsídios para atuação no cargo, cuja carga horária mínima deverá ser de 20 (vinte) horas/aulas.

§ 1º - Para a progressão de que trata esta Lei, poderão ser utilizados todos os cursos freqüentados a partir de 1998.

§ 2º - A carga horária excedente da última progressão não poderá ser utilizada para novas progressões.

§ 3º - Somente serão computados e válidos os cursos viabilizados ou autorizados pela Secretaria Municipal de Educação.

SEÇÃO II

DA PROGRESSÃO POR DESEMPENHO

Art. 20 - A progressão por desempenho deverá avaliar o membro do magistério no cumprimento das suas atribuições, levando em consideração os seguintes critérios:

I -	qualidade e produtividade no trabalho;
II -	iniciativa e presteza;
III -	aproveitamento em programas de capacitação;
IV -	administração do tempo e uso adequado dos equipamentos de serviço;
V -	assiduidade e pontualidade.

Art. 21 - O profissional do magistério será submetido a avaliação permanente e será efetuada através de preenchimento de formulário específico, levando-se em consideração os critérios estabelecidos no art. 20.

Parágrafo único - Caberá à Secretaria Municipal de Educação, a operacionalização da avaliação do servidor, com ciência do mesmo.

Art. 22 - O membro do magistério que não alcançar na avaliação os critérios mínimos estabelecidos, deverá participar de todas as orientações pedagógicas e cursos de capacitação específicos para melhoria do desempenho promovidos e ou autorizados pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 23 - Fica prejudicada a progressão funcional referida no artigo anterior, quando o membro do magistério sofrer uma das seguintes penalidades, durante o período aquisitivo:

I -	somar 02 (duas) penalidades de advertência;
II -	sofrer pena de suspensão disciplinar;
III -	completar 03 (três) faltas injustificadas ao serviço;
IV -	somar 05(cinco) chegadas atrasadas ou saídas antecipadas sem autorização da chefia.

Parágrafo único - A aplicação das penalidades acima referidas será efetuada pelo Diretor da Unidade Escolar ou a quem for determinado, em conjunto com o Secretário Municipal de Educação.

Art. 24 - A progressão por desempenho será realizada através do Sistema de Avaliação de Desempenho Funcional e será objeto de estudo da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

SEÇÃO III

DA PROGRESSÃO POR NOVA HABILITAÇÃO OU TITULAÇÃO

Art. 25 - A progressão por nova habilitação ou titulação, ocorrerá anualmente, no mês de julho em nível sequencial de habilitação ou titulação, desde que não implique em mudança de área de ensino, atuação, formação e cargo conforme critérios abaixo:

I - Do Nível 1 para o Nível 3 - somente após conquistar o Nível / Referência 1B;

II - Do Nível 3 para o Nível 5 - somente após conquistar o Nível / Referência 3D.

§1º - Terão direito a progressão que se refere o "caput" deste artigo, todos os servidores do magistério que preencherem os requisitos previstos.

§2º - A primeira progressão de que trata este artigo será efetuada no ano 2000 , através de edital.

TÍTULO IV

DO INGRESSO E DA JORNADA DE TRABALHO

CAPÍTULO I

DO INGRESSO

Art. 26 - O ingresso na carreira do magistério dar-se-á em nível e referência inicial do cargo, para a qual o servidor prestou concurso público de provas e títulos.

Art. 27 - Os profissionais do magistério serão lotados na Secretaria de Educação do Município e terão exercício nas unidades escolares para as quais forem designados.

Art. 28 - O estágio probatório, tempo de exercício profissional a ser avaliado, periodicamente, por comissão instituída para essa finalidade, ocorrerá entre a posse e a investidura no cargo.

Art. 29 - A formação dos profissionais do magistério exigida para o exercício nas diversas atividades é a de habilitação de nível superior, de duração plena, ou de nível médio, na modalidade normal, para a docência na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, de acordo com os anexos VIII e IX.

Parágrafo único - Excepcionalmente, até dezembro do ano 2002 , poderá ser aceita habilitação de nível médio, na modalidade normal para os profissionais do magistério.

Art. 30 - O vencimento dos ocupantes de cargos do quadro dos profissionais do magistério, com jornada de 40 (quarenta) horas semanais está fixado em níveis e referências, segundo os valores constantes do Anexo III, desta Lei Complementar.

Parágrafo único - O vencimento do professor será proporcional a sua jornada de trabalho.

CAPÍTULO II

DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 31 - A jornada de trabalho dos profissionais do magistério poderá ser de 20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas semanais, incluídas 20% (vinte por cento) de horas atividades.

§ 1º - As horas atividades a que se refere o "caput" deste artigo, são destinadas à preparação do trabalho didático, à colaboração com a administração da escola, às reuniões pedagógicas, à articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional, de acordo com a proposta pedagógica de cada unidade escolar, as quais deverão ser cumpridas na escola.

§ 2º - Durante a(s) hora(s) atividade(s) serão oferecidos aos alunos conteúdos que integram valores recreativos, culturais e artísticos, ministrados por professores habilitados do quadro dos profissionais do magistério ou por profissionais autorizados legalmente.

Art. 32 - A jornada de trabalho do professor deverá ser obrigatoriamente cumprida e completada onde for necessária, inclusive em mais de um estabelecimento de ensino, quando for o caso.

Parágrafo único - Os critérios para complementação da jornada a que se refere o "caput" deste artigo serão definidos em ato expedido pelo Chefe do Poder Executivo.

TÍTULO V

DA VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

Art. 33 - A Administração Pública Municipal promoverá a valorização dos profissionais do magistério, assegurando-lhes, nos termos deste Plano de Carreira e Remuneração:

I -	ingresso, exclusivamente, por concurso público de provas e títulos;
-----	---

II -	piso salarial profissional de acordo com o anexo III;
III -	dedicação exclusiva ao cargo;
IV -	progresso funcional.

Art. 34 - É assegurado, ainda, ao membro do magistério público municipal em exercício, o aperfeiçoamento continuado, através de programas de desenvolvimento profissional, incluída a formação de nível superior em instituições credenciadas, bem como em programas de aperfeiçoamento em serviço.

Parágrafo único - A implementação dos programas de que trata o "caput" deste artigo, levará em consideração:

I - prioridades em áreas curriculares carentes de profissionais;
II - a situação funcional dos professores de modo a priorizar os que terão mais tempo de ser cumprido no sistema;
III - a utilização de metodologias, incluindo as que empregam recursos de educação a distância.

Art. 35 - A Secretaria Municipal de Educação promoverá ou viabilizará cursos, treinamentos, palestras e outras formas de capacitação, que visem ao aperfeiçoamento dos profissionais do magistério.

§ 1º - Para participar dos cursos de aperfeiçoamento externo, o interessado deverá encaminhar expediente formal à Secretaria Municipal de Educação, solicitando sua liberação e a remuneração dos dias de afastamento, informando ainda:

I - Nome do curso;
II - Entidade promotora;
III - Local, data e carga horária.

§ 2º - Caberá à Secretaria Municipal de Educação, após o recebimento do requerimento, proceder à análise do conteúdo programático, custos e demais dados sobre o curso solicitado.

§ 3º - O requerimento do interessado, acompanhado da análise e das recomendações da Secretaria Municipal de Educação, deverá ser encaminhado ao Prefeito Municipal, para deferimento ou indeferimento do mesmo, observado o interesse público.

Art. 36 - A experiência mínima, pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer funções do magistério, que não a de docência, será de 2 (dois) anos e pode ser adquirida em qualquer nível de ensino público ou privado.

Art. 37 - Aos docentes em exercício de regência de classe nas unidades escolares serão assegurados 45 (quarenta e cinco) dias de férias anuais, distribuídas nos períodos de recesso, conforme o interesse da escola, fazendo jús os demais integrantes do magistério a 30 (trinta) dias por ano.

TÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 38 - A ampliação da jornada de trabalho, dar-se-á mediante a existência de vagas, devidamente justificadas pela Secretaria Municipal de Educação, através de edital.

Art. 39 - A jornada de trabalho poderá ser reduzida, com a conseqüente redução salarial na mesma proporção mediante requerimento do interessado ou de ofício por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 40 - Quando da passagem para a inatividade, os profissionais do magistério, terão seus proventos fixados conforme a jornada de trabalho exercida nos últimos 05 (cinco) anos.

Art. 41 - Os profissionais do Magistério em efetivo exercício quando da publicação da presente Lei serão enquadrados, num prazo máximo de 30 (trinta) dias observados os direitos adquiridos e as exigências estabelecidas no artigo 14.

Art. 42 - Caberá às Secretarias Municipais de Educação e de Administração e Finanças, a coordenação e implantação do presente Plano.

Art. 43 - O Chefe do Poder Executivo expedirá os atos necessários à plena execução das disposições da presente Lei Complementar.

Art. 44 - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações próprias, previstas no Orçamento do Município.

Art. 45 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 46 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
10 de junho de 1999

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE F. P. MACHADO FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 10 dias do mês de junho de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

ANEXO I

QUADRO DE PESSOAL DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

CARGO	ÁREA DE ATUAÇÃO	NÍ-VEIS	REFE-RÊN-CIAS	QUANTIDADE		
Professor	Educação Infantil			C	P	V
	Ensino Fundamental	1 - 5	A - F	12	09	03
	• 1ª à 4ª série	3 - 5	A - F	01	01	-
	• 1ª à 4ª série	1 - 5	A - F	22	19	03
	• 3ª à 4ª série	3 - 5	A - F	04	03	01
	Assuntos Educacionais	3 - 5	A - F	03	02	01
	Física	3 - 5	A - F	01	01	-
	Administrador Escolar	3 - 5	A - F	01	01	-
	Supervisor	3 - 5	A - F	01	-	01
	Orientador Educacional					
TOTAL				45	36	09

*C = Criados

P = Providos

V = Vagos

ANEXO II

QUADRO DE PESSOAL DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

CARGO	NÍVEL	REFERÊNCIA	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
PROFESSOR	1		Habilitação obtida em curso de nível médio, na modalidade normal.
	2	A-F	
	3	A-F	Habilitação obtida em curso de nível superior, de duração plena, na área específica.
	4	A-F	
	5	A-F	Habilitação obtida em curso de nível superior, de duração plena, na área específica e curso de pós-graduação/especialização na área de atuação ou formação.
ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	3	A-F	Habilitação obtida em curso de nível superior, de duração plena, nas áreas de administração escolar, supervisão escolar ou orientação educacional.
	4	A-F	
	5	A-F	Habilitação obtida em curso de nível superior, de duração plena, nas áreas de administração escolar, supervisão escolar ou orientação educacional e curso de pós graduação/especialização na área de atuação ou formação.

ANEXO III

TABELA DE UNIDADES DE VENCIMENTO

HABILITAÇÃO	NÍVEL/REFERÊNCIA	A	B	C	D	E	F
NÍVEL MÉDIO - 2º. Grau	1	429,00	437,58	446,33	455,26	464,36	473,65
	2	483,12	492,79	502,64	512,69	522,95	533,41
NÍVEL SUPERIOR	3	587,00	598,74	610,71	622,93	635,39	648,10
	4	661,06	674,28	687,76	701,52	715,55	729,86
PÓS GRADUAÇÃO: ESPECIALIZAÇÃO	5	715,55	729,86	744,46	759,35	774,53	790,02

CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais.

ANEXO IV

ENQUADRAMENTO

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
QTDE.	CARGO		CARGO	NÍVEL	REFERÊNCIA
29	Professor I		Professor	1-2	A-F
05	Professor III		Professor	3-4	A-F
01	Administrador		Administrador	3-4	A-F
01	Supervisor		Supervisor	3-4	A-F

ANEXO V

DA GRATIFICAÇÃO

FUNÇÃO	NÍVEL	Nº. DE ALUNOS	PERCENTUAL DA GRATIFICAÇÃO
DIRETOR DAS UNIDADES ESCOLARES	F 1	De 60 a 100	20%
	F 2	Acima de 100	30%

ANEXO VI

QUADRO EM EXTINÇÃO

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA	
ENSINO FUNDAMENTAL					
QTDE.	CARGO	C.H.		CARGO	VENCIMENTO
01	Professor não habilitado	20h		Professor Leigo	255,13
01	Professor não habilitado	20h		Professor Leigo	223,12
01	Professor não habilitado	20h		Professor Leigo	206,63
01	Professor não habilitado	20h		Professor Leigo	212,45

01	Professor não habilitado	20h	Professor Leigo	230,12
02	Professor não habilitado	20h	Professor Leigo	230,63
01	Professor não habilitado	20h	Professor Leigo	247,63
02	Professor não habilitado	20h	Professor Leigo	243,61
01	Professor não habilitado	40h	Professor Leigo	406,81
01	Professor não habilitado	40h	Professor Leigo	425,58
02	Professor não habilitado	40h	Professor Leigo	440,29
01	Professor não habilitado	40h	Professor Leigo	448,30
02	Professor não habilitado	40h	Professor Leigo	451,87
01	Professor não habilitado	40h	Professor Leigo	426,08
01	Professor não habilitado	40h	Professor Leigo	461,44
01	Professor não habilitado	40h	Professor Leigo	470,65
01	Professor não habilitado	40h	Professor Leigo	481,91
01	Professor não habilitado	40h	Professor Leigo	546,01
ENSINO INFANTIL				
02	Professor não habilitado	20h	Professor Leigo	203,29
02	Professor não habilitado	20h	Professor Leigo	216,63
01	Professor não habilitado	40h	Professor Leigo	375,51
01	Professor não habilitado	40h	Professor Leigo	381,77
01	Professor não habilitado	40h	Professor Leigo	388,03
03	Professor não habilitado	40h	Professor Leigo	406,81
01	Professor não habilitado	40h	Professor Leigo	433,40

ANEXO VII

CARGOS ISOLADOS

QTDE.	CARGO	VENCIMENTO
01	PROFESSOR I	R\$ 569,25
01	PROFESSOR I	R\$ 555,80

ANEXO VIII

DESCRIÇÃO DO CARGO

CARGO: PROFESSOR

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem;
- Participar no processo de planejamento das atividades da escola;
- Elaborar programas, planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino;
- Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola;

- Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino;
- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;
- Estabelecer formas alternativas de recuperação para os alunos que apresentarem menos rendimento;
- Atualizar-se em sua área de conhecimento;
- Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;
- Zelar pela aprendizagem do aluno;
- Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino;
- Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe;
- Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de suas(s) classe(s);
- Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente;
- Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;
- Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola;
- Zelar pela disciplina e pelo material docente;
- Executar, outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

FORMA DE RECRUTAMENTO:

- Concurso público de provas e títulos

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL EXIGIDA PARA O PROVIMENTO DO CARGO:

- Habilitação profissional de nível superior, em curso de licenciatura plena ou nível médio, na modalidade normal, comprovada mediante certificado.

JORNADA DE TRABALHO:

- 20 (vinte), ou 40 (quarenta) horas semanais.

ANEXO IX

DESCRIÇÃO DO CARGO

CARGO: ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS:

- 1 - ADMINISTRADOR ESCOLAR
- 2 - ORIENTADOR EDUCACIONAL
- 3 - SUPERVISOR ESCOLAR

DESCRIÇÃO DETALHADA

1.ADMINISTRADOR ESCOLAR

- Prestar assessoria à direção da escola na definição de diretrizes de ação, na aplicação de legislação referente ao ensino e de administração de pessoal;
- Colaborar com a direção da escola no que se relaciona com sua habilitação profissional;
- Articular as diferentes tendências relacionadas ao processo pedagógico, buscando unidade de ação, com vistas as finalidades por magistério;
- Acompanhar o trabalho da escola assessorando a direção no diagnóstico, no planejamento e na avaliação de resultados, na perspectiva de um trabalho coletivo e interdisciplinar;
- Colaborar com todos os profissionais que atuam na escola, visando o aperfeiçoamento e a busca de soluções aos problemas do ensino;
- Buscar atualizar-se permanentemente;
- Ajudar a implantar e manter formas de atuação, estabelecidas com o propósito de assegurar as metas e objetivos traçados para garantir a função social da escola;
- Coletar, organizar e socializar a legislação de ensino e de administração de pessoal;

- Colaborar com a direção da escola no sentido de organizar e distribuir recursos físicos e humanos, necessários à viabilização do projeto político-pedagógico da escola;
- Coordenar o processo de elaboração e atualização do Regimento Escolar, garantindo o seu cumprimento;
- Colaborar na elaboração de diretrizes científicas e unificadoras do processo administrativo, que levem à consecução da filosofia e da política educacional;
- Implantar e manter formas de atuação adequadas para assegurar o cumprimento das metas e a consecução dos objetivos a serem alcançados;
- Executar outras atividades afins.

2. ORIENTADOR EDUCACIONAL

- Planejar e coordenar o serviço de orientação educacional;
- Coordenar a orientação vocacional e o aconselhamento psicopedagógico do educando;
- Orientar os professores na identificação de comportamentos divergentes dos alunos, bem como de propostas alternativas de solução;
- Ativar o processo de integração escolar-família-comunidade;
- Subsidiar os professores quando à utilização de recursos psicopedagógicos;
- Promover o aconselhamento psicopedagógico dos alunos, individual ou em grupo, aplicando os procedimentos adequados;
- Participar na construção do projeto político-pedagógico;
- Participar do diagnóstico da escola junto à comunidade escolar, identificando o contexto sócio-econômico e cultural em que o aluno vive;
- Estimular a reflexão coletiva de valores morais e éticos, visando a construção da cidadania;
- Participar da elaboração do regimento escolar;
- Buscar atualizar-se permanentemente;
- Colaborar na construção da auto-estima do aluno, visando a aprendizagem do mesmo, bem como à construção de sua identidade pessoal e social;
- Influir para que o corpo diretivo e docente se comprometam com o atendimento as reais necessidades dos alunos;
- Executar outras atividades compatíveis com a sua função.

3. SUPERVISOR ESCOLAR

- Avaliar o desempenho da Escola, como um todo, de forma a caracterizar suas reais possibilidades e necessidades, seus níveis de desempenho no processo de desenvolvimento do currículo e oportunizar tomadas de decisões, embasadas na realidade;
- Apresentar propostas que visem a melhoria da qualidade de ensino e o alcance das metas estabelecidas para esse fim;
- Coordenar a elaboração do planejamento de ensino e de currículo;
- Assessorar a direção e as demais atividades e serviços da escola;
- Participar da elaboração do regimento escolar;
- Orientar e supervisionar atividades visando o pleno rendimento escolar;
- Assessorar o trabalho docente na busca de soluções para os problemas de repetência evasão e reprovação escolar;
- Assessorar o trabalho docente quanto à métodos de ensino;
- Promover o aperfeiçoamento dos professores através de encontro de estudo ou reuniões pedagógicas;
- Buscar atualização permanente;
- Colaborar com todos os profissionais da escola, na busca de solução para os problemas do corpo docente e de ensino;
- Estimular e assessorar a efetivação das mudanças no ensino;
- Executar outras atividades afins.

FORMA DE RECRUTAMENTO PARA O CARGO DE ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS:

- Concurso público de provas e títulos

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL EXIGIDAS PARA O PROVIMENTO DO CARGO:

- Habilitação profissional obtida em cursos de graduação plena em Pedagogia comprovada mediante certificado.
- ### JORNADA DE TRABALHO
- 20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas semanais.

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

Lei Nº 2.409 de 01 de Junho de 1999

LEI Nº 2.409 DE 1º DE JUNHO DE 1999

AUTORIZA PAGAMENTO DESPESA DE COMBUSTÍVEL A SER DO-ADO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar o pagamento de 600 (seiscentos) litros de gasolina comum, a serem doados aos vacinadores comunitários, para abastecimento dos veículos a serem utilizados na campanha Contra a Febre Aftosa nos meses de maio e junho do corrente ano em nosso município, campanha esta de iniciativa da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC.

Art.2º) A despesa com a execução da presente Lei, correrá por conta de Dotação Orçamentária Específica.

Art.3º) A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
1º de junho de 1999.
MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, ao 1º dia do mês de junho de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.408 de 01 de Junho de 1999

LEI Nº 2.408 DE 1º DE JUNHO DE 1999.

AUTORIZA PAGAMENTO DESPESA

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a efetuar o pagamento despesa no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), para locação de espaço com área de 50 m2 (cinquenta metros quadrados) da Promossul no Município de São Bento do Sul/SC quando da realização da Móvel Brasil 99, o espaço a ser locado destina-se para exposição de produtos das indústrias do município de Campo Alegre/SC.

Parágrafo Único - O pagamento da despesa que trata o artigo 1º desta Lei será efetuado ao Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de São Bento do Sul/SC.

Art.2º) A despesa decorrente da execução da presente Lei, correrá

por conta de dotação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-
das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
1º de junho de 1999.

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente
desta Prefeitura Municipal, ao 1º dia do mês de junho de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.407 de 01 de Junho de 1999

LEI Nº 2.407 DE 1º DE JUNHO DE 1999.
AUTORIZA EFETUAR DESPESA DE AQUISIÇÃO
GASOLINA PARA DOAÇÃO A APAE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber
que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a efetuar des-
pesa na aquisição de até 1.540 (um mil quinhentos e quarenta)
litros de gasolina comum, a serem doados a APAE - Associação de
Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Alegre/SC, para ser uti-
lizado no veículo: Marca Volkswagen - Kombi, ano modelo 1.997
Chassis 9BW3Z231VP024012, Placas LYT - 3965, de propriedade
da entidade, destinado ao transporte de alunos da mesma.

Parágrafo Único - A quantia do combustível que trata o artigo 1º
desta Lei, será utilizada no período de junho de 1999 à dezembro
de 1999.

Art.2º) A despesa decorrente da execução da presente Lei, correrá
por conta de dotação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-
das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
1º de junho de 1999.

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente
desta Prefeitura Municipal, ao 1º dia do mês de junho de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.406 de 01 de Junho de 1999

LEI Nº 2.406 DE 1º DE JUNHO DE 1999
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber
que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito
Suplementar no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil
reais), afim de suplementar as seguinte Dotações do Orçamento
Vigente:

0200 - Gabinete do Prefeito
0201 - Chefia do Gabinete
03.07.020.2003 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Pre-
feito
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3110.00 - Pessoal
3110.00 - Pessoal
3111.00 - Pessoal CívelR\$ 3.000,00
3113.00 - Obrigações PatronaisR\$ 2.000,00
3120.00 - Material de ConsumoR\$ 2.000,00
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
3132.00 - Outros Serviços e EncargosR\$ 4.000,00
0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
0301 - Divisão Pessoal
03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades Administrativas
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3100.00 - Despesas de Custeio
3110.00 - Pessoal
3111.00 - Pessoal CívelR\$ 9.000,00
3113.00 - Obrigações PatronaisR\$ 1.350,00
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
3131.00 - Remuneração de Serviços PessoaisR\$ 1.400,00
3132.00 - Outros Serviços e EncargosR\$ 3.000,00
3200.00 - Transferências Correntes
3210.00 - Transferências Intragovernamentais
3214.00 - Contribuições a FundosR\$ 25.000,00
3250.00 - Transferências a Pessoas
3251.00 - InativosR\$ 1.500,00
0303 - Divisão de Controle Fazendário
15.84.492.2009 - Contribuição ao PASEP
3000.00 - Despesas Correntes
3200.00 - Transferências Correntes
3280.00 - Contribuição para formação do PASEP R\$ 5.000,00
0400 - Secretaria Municipal de Educação
0401 - Divisão de Apoio Administrativo
08.42.188.2010 - Gestão Administrativa da Educação
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3110.00 - Pessoal
3113.00 - Obrigações PatronaisR\$ 500,00
3200.00 - Transferências Correntes
3250.00 - Transferências a Pessoas
3251.00 - InativosR\$ 2.050,00
0402 - Divisão de Ensino Fundamental
08.42.188.2016 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Va-
lorização do Magistério
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3110.00 - Pessoal
3113.00 - Obrigações PatronaisR\$ 1.500,00
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
3131.00 - Remuneração de Serviços PessoaisR\$ 2.000,00
3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas
 3253.00 - Salário FamíliaR\$ 800,00
 0403 - Divisão de Ensino Infantil
 08.41.185.2017 - Manutenção das Atividades de Creches
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal CívelR\$ 20.000,00
 3113.00 - Obrigações PatronaisR\$ 500,00
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais .R\$ 500,00
 08.41.190.2018 - Manutenção das Atividades da Educação Pré-Escolar
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal CívelR\$ 5.000,00
 0405 - Divisão de Merenda Escolar
 08.42.188.2020 - Coordenação do Fornecimento da Merenda Escolar
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3120.00 - Material de ConsumoR\$ 8.000,00
 0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social
 0501 - Divisão de Assistência a Saúde
 13.75.428.2021 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal CívelR\$ 50.000,00
 3113.00 - Obrigações PatronaisR\$ 2.000,00
 0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade
 15.81. 486.2024 - Gestão Administrativa da Assistência Social
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal CívelR\$ 7.000,00
 0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
 0601 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente
 04.18.111.2026 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal CívelR\$ 9.500,00
 3113.00 - Obrigações PatronaisR\$ 1.000,00
 3120.00 - Material de ConsumoR\$ 2.000,00
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 400,00
 0603 - Divisão de Turismo
 11.65.363.2028 - Incentivo ao Turismo
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal CívelR\$ 3.500,00
 3113.00 - Obrigações PatronaisR\$ 1.000,00
 0700 - Secretaria Mun. Planej. Urba, Obras Transp. e Serv. Públicos.
 0701 - Divisão da Frota Municipal
 10.60.325.2029 - Gestão Administrativa do Órgão
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal CívelR\$ 40.000,00
 3113.00 - Obrigações PatronaisR\$ 5.000,00
 3132.00 - Outros Serviços e EncargosR\$ 10.500,00
 0702 - Departamento de Transporte
 16.88.020.2032 - Reforma e Manutenção do Maquinário

3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3120.00 - Material de ConsumoR\$ 10.000,00
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3132.00 - Outros Serviços e EncargosR\$ 10.000,00

TOTALR\$ 250.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

9000 - Reserva de Contingência
 9099 - Reserva de Contingência
 99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações
 9000.00 - Reserva de Contingência
 9900.00 - Reserva de Contingência
 9990.00 - Reserva de Contingência R\$ 250.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
 1º de junho de 1999.
 MANUEL R. DEL OLMO
 Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE
 Secretária de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, ao 1º dia do mês de junho de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA
 Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.405 DE 18 DE MAIO DE 1999

LEI Nº 2.405 DE 18 DE MAIO DE 1999
 ALTERA LEI 2.284 DE 23.12.97 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O cargo de Técnico em Processamento de Dados passa a Ter uma carga horária semanal de 20 horas e um nível de vencimento igual a 26 (vinte e seis) ficando alterado portanto o Anexo XI da Lei 2.284 de 23.12.97.

Parágrafo Único: Fica autorizado o Poder Executivo a apostilar no assentamento do servidor ocupante do cargo de Técnico de Processamento de Dados, as alterações do caput deste artigo.

Art. 2º. Ficam criados 2 (dois) novos cargos de Odontólogo com carga horária de 8 horas semanais, ficando alterados os Anexos XI e XII da Lei 2.284 de 23.12.97.

Art. 3º. Ficam criados 3 (três) novos cargos de Zeladora com carga horária de 40 horas semanais, ficando alterados os Anexos XI e XV da Lei 2.284 de 23.12.97.

Art. 4º. Fica criado 1 (um) novo cargo de Auxiliar Odontológico com carga horária de 40 horas semanais, ficando alterados os Anexos XI e XIV da Lei 2.284 de 23.12.97.

Art. 5º. Acrescenta-se a seguinte alínea ao inciso I do art. 11 da Lei 2.284 de 23.12.97.

Art 11. ...

I -

a)

b)

c)

d) Serviço de Protocolo e Arquivo

Parágrafo Único: O Anexo II da Lei 2.284 de 23.12.97 passa a vigorar com a inclusão do Serviço de protocolo e Arquivo no organograma da Secretaria de Administração e Finanças, diretamente ligado a Diretoria de Administração.

Art. 6º. Fica criado 1 (um) novo cargo de provimento em comissão denominado Encarregado de protocolo e Arquivo com nível de vencimento 11, símbolo CC-4, ficando alterados os Anexos XI e XIV da Lei 2.284 de 23.12.97.

Parágrafo Único - Não terá direito à gratificação de representação o cargo referido no caput deste artigo.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
18 de maio de 1999.
MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 18 dias do mês de maio de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.404 de 18 de Maio de 1999

LEI Nº 2.404 DE 18 DE MAIO DE 1999

AUTORIZA A OUTORGA DE PERMISSÃO PARA EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art 1º) Fica o Poder executivo Municipal autorizado a outorgar permissão para exploração dos serviços de coleta, transporte, tratamento e transformação de resíduos sólidos e remoção de entulhos no Município de Campo Alegre, mediante as condições estabelecidas por esta lei e através da realização do competente procedimento licitatório.

Parágrafo Único - A outorga de que trata o "caput " deste artigo poderá ser total ou parcial.

Art 2º) O prazo da permissão será de 10 (dez) anos, contados do ato da outorga da mesma.

Art 3º) Constituir-se-ão obrigações da permissionária:

I - sujeitar-se à normas legais e à fiscalização do poder permitente;
II - não paralisar os serviços objeto da permissão, mesmo que parcialmente, sob pena de multa diária pecuniária, correspondente a

100 UFIR's, exceto motivos alheios à sua vontade, devidamente comprovados;

III - manter os veículos e equipamentos para prestação do serviço em boas condições;

IV - cumprir as ordens de serviço emitidas pelo poder pertinente;

V - executar os serviços com rigoroso cumprimento de horário, frequência, itinerário e demais condições definidas pelo poder permitente;

VI - conceder isenções de tarifa determinadas pela legislação específica;

VII - possuir terreno e instalações físicas próprias ou locadas, situados no Município de Campo Alegre, a partir da outorga da permissão, adequadas a transformação e tratamento de resíduos;
VIII - colocação de containers nas localidades as quais não são servidas pela coleta regular, a pedido da comissão da Igreja ou Capela, por escrito ao Poder Executivo Municipal.

Art 5º) O permissionário será remunerado através do pagamento direto ou indireto efetuado pelos usuários.

§ 1º - As tarifas a serem cobradas dos usuários, serão aprovadas por ato do poder permitente.

§ 2º - Os reajustes das tarifas serão de estudo específico, levando-se em conta, entre outros fatores, as despesas médias de conservação e manutenção, contribuições e encargos de pessoal, custo de combustível e lubrificantes, assegurada justa remuneração de capital.

Art 6º) Independente das penalidades pecuniárias impostas a permissionária, a permissão poderá ser revogada caso a permissionária:

I - perder os requisitos de capacidade financeira, técnica ou administrativa;

II - tiver decretada a concordata, falência ou iniciar processo de dissolução;

III - paralisar total ou parcialmente os serviços objeto da permissão;

IV - subcontratar ou transferir a terceiros, no todo ou parte, os serviços objeto da permissão;

Parágrafo Único - A revogação da permissão outorgada, desde que motivada, não originará à permissionária, direito à indenização de quaisquer ordem.

Art 7º) As infrações e respectivas penalidades serão objeto de regulamento expedido por ato do Executivo Municipal, bem como as normas que regem o serviço de coleta de resíduos.

Art 8º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
18 de maio de 1999.
MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 18 dias do mês de maio de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.403 de 12 de Maio de 1999

LEI Nº 2.403 DE 12 DE MAIO DE 1999.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PERMITIR AOS POSSUIDORES DE IMÓVEIS URBANOS A CONTRATAÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO E INFRA-ESTRUTURA EM VIAS PÚBLICAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre , Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica autorizado o Poder Executivo a permitir aos possuidores de imóveis urbanos contratarem diretamente a execução de obra de pavimentação e infra-estrutura nas vias públicas respectivas de seus imóveis, arcando diretamente com os custos respectivos das obras, cumpridas as seguintes exigências:

I - A pavimentação somente poderá ser realizada em áreas dotadas de rede de galerias de águas pluviais;

II - Anuência da totalidade dos beneficiados pela obra.

§ 1º - Na hipótese de a anuência de que trata o inciso II ser inferior a totalidade mas superior a 60% dos beneficiados, os interessados poderão obter a permissão de que trata o caput deste artigo desde que o Município tenha contratado a parcela da obra a que não anuiram os demais.

§ 2º - A contratação de que trata o parágrafo anterior não prescindirá da oportunidade e do interesse público, bem como das disposições das leis de licitações e contratos administrativos e das leis orçamentárias.

§ 3º - Na hipótese do § 1º deste artigo, fica a permissão condicionada a escolha da mesma empresa que contratou com o Município.

Art.2º) Ficam isentos da Contribuição de Melhoria os permissionários de que trata o caput do artigo anterior.

Art.3º) Incumbe ao Município:

I - Elaborar o projeto básico e o orçamento dos custos das obras;

II - A fiscalização da execução das obras.

Art.4º) Para obtenção da permissão de que trata o artigo 1º desta Lei os interessados deverão protocolar requerimento junto ao Gabinete do Prefeito Municipal instruído com os seguintes documentos:

I - Projeto elaborado pela Prefeitura Municipal;

II - Declaração individual de cada proprietário de imóvel beneficiado pela execução da obra, constando a concordância com o pagamento direto dos custos respectivos à empresa contratada;

III - Declaração da empresa escolhida para execução da obra de garantia dos serviços por um prazo não inferior a 3 anos;

IV - a minuta do contrato a ser celebrado entre os moradores e a empresa escolhida para execução das obras.

Art.5º) Não responderá o Município por qualquer obrigação oriunda do contrato entre a empresa executora das obras e os permissionários.

§ 1º - Aplica-se o disposto no caput deste artigo inclusive quando a realização da obra contratada pelos permissionários for

concomitante com a obra contratada pelo Município.

Art.6º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
12 de maio de 1999.

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

Lei2403

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 12 dias do mês de maio de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.402 de 06 de Maio de 1999

LEI Nº 2.402 DE 06 DE MAIO DE 1999

CONCEDE ISENÇÃO DE CRÉDITOS DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL COMO FORMA DE INCENTIVO ECONÔMICO

Considerando que o Município de Campo Alegre tem uma política de concessão de incentivos fiscais que inclui a isenção de tributos - Lei Municipal nº 2.230 de 27 de maio de 1997, art.3º, inciso III; Considerando que a Da Gota Indústria Comércio de Aguardente Ltda. Fixou sua unidade de produção em Campo Alegre em imóvel próprio adquirido para este fim;

Considerando que a Da Gota Indústria Comércio de Aguardente Ltda. Mantém 13 empregos diretos no município e contribui com o movimento econômico municipal;

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica autorizado o Executivo Municipal a conceder isenção de tributos, pelo período de 5 (cinco) anos, à empresa Da Gota Indústria Comércio de Aguardente Ltda., conforme inciso III, art.3º da Lei Municipal nº 2.230 de 27 de maio de 1997.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
06 de maio de 1999.

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 06 dias do mês de maio de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.401 de 04 de Maio de 1999

LEI Nº 2.401 DE 04 DE MAIO DE 1999.

AUTORIZA PAGAMENTO DESPESA DE TRANSPORTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a efetuar a despesa de custeio do transporte dos alunos do Curso de Plantas Medicinais - A NATUREZA CURA, no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

Art.2º) A despesa que trata o Artigo 1º desta Lei correrá por conta de Dotação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
04 de maio de 1999.
MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 04 dias do mês de maio de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.400 DE 04 DE MAIO DE 1999

LEI Nº 2.400 DE 04 DE MAIO DE 1999.

CRIA O CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica criado o Conselho de Alimentação Escolar do Município de Campo Alegre, destinado a fiscalizar e controlar a aplicação de recursos destinados a Merenda Escolar, bem como participar da elaboração do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Art.2º) O Conselho de Alimentação Escolar terá a seguinte configuração:

- dois representantes da Secretaria Municipal de Educação;
- um representante da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social;
- um representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente;
- um representante dos Professores;
- um representante de pais de alunos.

§ 1º- A cada membro efetivo corresponderá um suplente.

§ 2º - Os representantes serão indicados pelas entidades que representam e serão nomeados por Decreto do Executivo Municipal.

Art.3º) O exercício de mandato de Conselheiro será gratuito e terá a duração de dois anos, podendo o Conselheiro ser reconduzido.

Art.4º) O Conselho terá até 30 (trinta) dias para elaborar o seu Regimento Interno, após a data de promulgação desta Lei.

Art.5º) As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação do Orçamento Vigente.

Art.6º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
04 de maio de 1999.
MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 04 dias do mês de maio de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.399 DE 04 DE MAIO DE 1999

LEI Nº 2.399 DE 04 DE MAIO DE 1999

DISPÕE SOBRE REPRESENTANTES DO GOVERNO PRESTADORES DE SERVIÇOS E USUÁRIOS, NO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Conselho Municipal de Saúde terá a seguinte composição:

I) - Representante do Governo:
- representante da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social.

II) - Representantes dos Prestadores de Serviços:
- um representante da área Hospitalar;
- um representante de Laboratório de Análises Clínicas;
- um representante da área médica;
- um representante da área Odontológica.

III) - Dos Usuários:
- um representante das Associações de moradores e bairros;
- um representante das Entidades Religiosas;
- um representante da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Campo Alegre (ACIACA);
- um representante da Associação de Pais e Professores.

Parágrafo Único - A cada titular do Conselho Municipal de Saúde corresponderá um suplente.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário especialmente a Lei Municipal nº 1.965/94 de 13 de setembro de 1994.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
04 de maio de 1999.
MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente

desta Prefeitura Municipal, aos 04 dias do mês maio de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.398 de 04 de Maio de 1999

LEI Nº 2.398 DE 04 DE MAIO DE 1999.

DISPÕE SOBRE REMISSÃO E ANISTIA A EMPRESAS DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a conceder, aos contribuintes na qualidade de pessoa jurídica, remissão de juros de mora e anistia de multa, havidos pela Fazenda Pública Municipal por ocasião de lançamento de taxas e impostos.

Art. 2º. A concessão do benefício de que trata o artigo anterior, fica condicionada ao pedido do contribuinte formulado à Fazenda Pública Municipal, no prazo de 90 (noventa) dias da vigência da presente lei e ainda ao pagamento da obrigação tributária principal a qual está ligada a obrigação acessória de multa e juros que será objeto da remissão e anistia.

Art. 3º. Fica obrigada a Fazenda Pública Municipal a divulgar por todos os meios ao seu alcance, o benefício objeto desta lei.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
04 de maio de 1999.
MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 04 dias do mês de maio de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Anexo Único da Lei Municipal nº 2.398 de 04 de maio de 1999

EMPRESA	Valores dos Últimos 5 Anos				
	Principal	Multa	Juros	Total Débito	Total Benefício
Brim Ind. e Com. de Móveis Ltda "ME"	150,44	7,52	24,07	31,59	31,59
Ademir José Munhoz	157,64	7,88	25,22	33,10	33,10
Budmeyer S.A.	238,37	11,91	38,13	50,04	50,04
Campo Alegre Benefic. e Export. de Mad. Ltda	151,46	7,57	31,80	39,37	39,37

Desdobramento de Madeiras 3 Irmãos Ltda.	91,83	4,59	14,69	19,28	19,28
Desdobramento de Madeiras Fabiana Ltda.	229,35	11,46	49,03	60,49	60,49
Desdobramento de Madeiras Munhoz Ltda.	91,83	4,59	14,69	19,28	19,28
Desdobramento de Madeiras Sto. Antônio Ltda.	352,65	17,58	59,91	76,59	76,59
Desdobramento Rio Madeiras Ltda.	202,91	10,14	42,46	52,60	52,60
Desemovel Ind. e Com. Ltda.	91,83	4,59	14,69	19,28	19,28
Design 2000 do Brasil	5910,04	295,50	945,60	1241,10	1241,10
Ervateira Correia Ind. e Com. Ltda "ME"	142,89	7,14	29,03	36,17	36,17
Extração de Madeira Irmãos Rocha Ltda	242,58	12,12	10,91	23,03	23,03
Ind. de Madeira Rech Ltda.	1977,94	96,09	317,83	413,92	413,92
Ind. Comércio de Móveis Fragosos Ltda.	762,91	38,13	161,16	199,29	199,29
Ind. de móveis 3 Irmãos Ltda.	1008,03	50,40	225,27	275,67	275,67
Ind. de Móveis Bateias Ltda.	753,54	37,67	120,56	158,23	158,23
Ind. de Móveis Campestre Ltda.	1045,40	34,65	223,50	258,15	258,15
Ind. de Móveis Cascata Ltda.	3820,24	165,48	604,00	769,48	769,48
Ind. de Móveis Ipanema Ltda.	434,93	22,42	103,92	126,34	126,34
Ind. de Móveis Lader Ltda.	314,62	15,72	50,33	66,05	66,05

Ind. de Móveis Primavera Ltda.	234,55	11,72	37,52	49,24	49,24
Ind. de Móveis Tezine Ltda.	428,25	21,41	93,52	114,93	114,93
Ind. de Móveis Jodecar Ltda.	483,05	24,14	104,58	128,72	128,72
Ind. e Corte de Madeiras Ossovski	201,37	10,06	43,65	53,71	53,71
JNK Ind. e Com. de Madeiras Ltda.	74,24	3,71	11,87	15,58	15,58
Leonel Blaskovski ME	199,28	9,72	40,38	50,10	50,10
M.M Madeiras e Derivados	494,53	24,72	115,36	140,08	140,08
Madeira AMC Ltda. ME	265,13	13,25	58,01	71,26	71,26
Madeira Universal	314,37	15,70	83,69	99,39	99,39
Madeira Flor de Liz Ltda.	91,83	4,59	14,69	19,28	19,28
Mário Stominsky ME	632,05	20,55	70,73	91,28	91,28
Munhoz Ind. e Com. Ltda.	150,44	7,52	24,07	31,59	31,59
NP Serraria e Com. de Madeiras Ltda.	437,32	21,84	56,51	78,35	78,35
Odir Schwarz - Serraria	1001,81	51,58	155,96	207,54	207,54
Pedro Norival Gerther ME	200,28	10,01	41,80	51,81	51,81
Rogério Nelson Tremi ME	219,39	10,95	37,01	47,96	47,96
Serraria Ba-teias Ltda.	249,40	12,46	50,60	63,06	63,06
Serraria Continental Ltda.	91,83	4,59	14,69	19,28	19,28
Serraria Fermio	461,76	23,07	148,44	171,51	171,51
Serraria Irmãos Blaskovski	355,14	17,75	71,40	89,15	89,15
Tarpã Móveis Ltda.	121,14	6,05	19,38	25,43	25,43
VSF Ind. e Com. de Madeiras Ltda.	268,33	13,41	60,39	73,80	73,80
TOTAL	25146,92	1258,38	4419,47	5662,10	5662,10

LEI Nº 2.397 DE 29 DE ABRIL DE 1999

LEI Nº 2.397 DE 29 DE ABRIL DE 1999.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art.1º) Fica a Fundação Municipal de Desporto e Cultura, autorizada a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0800 - Fundação Municipal de Desporto e Cultura
0808 - Fundação Municipal de Desporto e Cultura
08.46.224.2001 - Manutenção das Atividades Desportivas
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3110.00 - Pessoal
3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 1.000,00
3130.00 - Serviços de Terceiro e Encargos
3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 4.000,00
08.48.246.2002 - Manutenção das Atividades Culturais
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3110.00 - Pessoal
3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 1.000,00
3130.00 - Serviços de Terceiro e Encargos
3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 26.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo 1º desta Lei correrá, por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0800 - Fundação Municipal de Desporto e Cultura
0808 - Fundação Municipal de Desporto e Cultura
08.46.224.2001 - Manutenção das Atividades Desportivas
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3120.00 - Material de Consumo R\$ 6.000,00
4000.00 - Despesas de Capital
4100.00 - Investimentos
4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 10.000,00
08.48.246.2002 - Manutenção das Atividades Culturais
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3120.00 - Material de Consumo R\$ 5.000,00
4000.00 - Despesas de Capital
4100.00 - Investimentos
4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 5.000,00

TOTAL R\$ 26.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
29 de abril de 1999.
MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MARLENE DE F. P. M. FOITTE
Secretária de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente

desta Prefeitura Municipal, aos 29 dias do mês de abril de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.396 DE 24 DE MARÇO DE 1999

LEI Nº 2.396 DE 24 DE MARÇO DE 1999

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A SUBVENCIONAR A ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE - A.C.C.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a subvencionar no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) por mês limitado a R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) no ano de 1999 a A.C.C. (Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre).

Art.2º) As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

03.00 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

03.01 - Divisão de Pessoal

03.07.021.2004 - Coordenação das atividades de administração.

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3230.00 - Transferências a Instituições Privadas

3233.00 - Contribuições Correntes

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 1º de janeiro de 1999, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
24 de março de 1999.

EVALDO TABBERT
Prefeito Municipal em Exercício

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 24 dias do mês de março de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.395 de 22 de Março de 1999

LEI Nº 2.395 DE 22 DE MARÇO DE 1999.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A RECEBER BENS EM DOAÇÃO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal fica autorizado a receber em doação do Banco do Brasil S/A, os bens abaixo relacionados e avaliados:

Descrição	Avaliação
Mesa madeira Jacarandá	R\$ 25,00
Mesa madeira Jacarandá	R\$ 25,00

Mesa madeira Jacarandá	R\$ 25,00
Mesa máquina de escrever	R\$ 5,00
Mesa máquina de escrever	R\$ 5,00
Mesa máquina de escrever	R\$ 5,00
Mesa máquina de escrever	R\$ 5,00
Mesa máquina de escrever	R\$ 5,00
Mesa máquina de escrever	R\$ 5,00
Mesa máquina de escrever	R\$ 5,00
Mesa máquina de escrever	R\$ 5,00
Máquina de escrever	R\$ 30,00
Máquina de escrever	R\$ 30,00
Armário de material	R\$ 10,00
Poltrona	R\$ 10,00
Sofa 3 lugares	R\$ 20,00
Sofa 3 lugares	R\$ 20,00
Banco 3 lugares	R\$ 5,00
Mesa de canto	R\$ 5,00
Mesa de canto	R\$ 5,00
Mesa de centro de mármore	R\$ 15,00
4 cadeira madeira com rodas	R\$ 5,00 cada
1 cadeira estofada com braço	R\$ 5,00
1 cadeira estofada sem braço com rodas	R\$ 5,00
1 cadeira estofada com braço sem rodas	R\$ 5,00
4 cadeiras desmontadas	R\$ 1,00 cada
3 pés desmontados	R\$ 1,00 cada
2 cadeiras altas de caixa	R\$ 5,00 cada
Total da Avaliação:	R\$ 317,00

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
22 de março de 1999.
EVALDO TABBERT
Prefeito Municipal em Exercício

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 22 dias do mês de março de 1999

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.394 DE 10 DE MARÇO DE 1999

LEI Nº 2.394 DE 10 DE MARÇO DE 1999

AUTORIZA REALIZAÇÃO DE DESPESAS PARA OS FESTEJOS DO ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica a Fundação Municipal de Desporto e Cultura autorizada a realizar despesas para os festejos do Aniversário do Município, até o valor de R\$ 4.315,00 (quatro mil, trezentos e quinze reais).

Parágrafo Único - As despesas que se referem ao "caput" são com: apresentações artísticas, alimentação, divulgação, serviços de arbitragem e aquisição de troféus e certificados.

Art.2º) As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão por conta de dotação Orçamentária específica.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
10 de março de 1999.
MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 10 dias do mês de março de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.393 DE 05 DE MARÇO DE 1999

LEI Nº 2.393 DE 05 DE MARÇO DE 1999.
AUTORIZA ANISTIA DE DÍVIDA ATIVA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anistiar os Créditos inscritos em Dívida Ativa originários de taxas de: Fiscalização, Localização, Instalação e Funcionamento, no valor de R\$ 282,97 (duzentos e oitenta e dois reais e noventa e sete centavos), do contribuinte LEVINO ANDRÉ PEREIRA DE ANDRADE, inscrito no Cadastro Mobiliário Municipal sob nº 249-6, referente aos anos de 1996, 1997 e 1998.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
05 de março de 1999.
MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 05 dias do mês de março de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.392 DE 05 DE MARÇO DE 1999

LEI Nº 2.392 DE 05 DE MARÇO DE 1999.
AUTORIZA A EMPENHAR DESPESAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Contabilizar por conta de Dotação de despesas do exercício anterior na Dotação 03.08.030.2008 - Manutenção das Atividades das Finanças - 3192.00.00 - Despesas de Exercícios Anteriores a seguinte Nota Fiscal nº 000667 do LABORATÓRIO VIRMOND LTDA, no valor de R\$ 1.597,18 (hum mil, quinhentos e noventa e sete reais e dezoito centavos); e as seguintes Faturas Fiscais nº 051.273 no valor de R\$ 119,51 (cento e dezenove reais e cinquenta e um centavos) e

nº 051.274 no valor de R\$ 45,20 (quarenta e cinco reais e vinte centavos) da Empresa REUNIDAS S/A - Transportes Coletivos.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
05 de março de 1999.
MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 05 dias do mês de março de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.391 DE 05 DE MARÇO DE 1999

LEI Nº 2.391 DE 05 DE MARÇO DE 1999
AUTORIZA DOAÇÃO DE CEM TONELADAS DE CALCÁREO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar até cem toneladas de calcáreo, através de sorteio, destinado à agropecuaristas que estiverem em dia com seus Blocos de Notas Fiscais de Produtor Rural até 28 de fevereiro do corrente ano.

Art.2º) As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária - 04.18.111.2026 - 3132.00 - Outros Serviços e Encargos da Divisão de Agricultura e Meio Ambiente., do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
05 de março de 1999.
MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 05 dias do mês de março de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.390 DE 23 DE DEZEMBRO DE 1998

LEI Nº 2.390 DE 23 DE DEZEMBRO DE 1998

CONCEDE REMISSÃO DE CRÉDITOS DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL COMO FORMA DE INCENTIVO ECONÔMICO

Considerando que o Município de Campo Alegre tem uma política de concessão de incentivos fiscais que inclui a isenção de tributos e a doação de terrenos;

Considerando que a Móveis e Torneados Arbeit Ltda fixou sua unidade de produção em Campo Alegre em imóvel próprio adquirido para este fim e nunca gozou de incentivos fiscais econômicos do Município;

Considerando que a Móveis e Torneados Arbeit Ltda. mantém 32 empregos diretos no município e contribui significativamente com o movimento econômico municipal;

Considerando que deve-se dispensar tratamento isonômico as empresas independente de onde estejam localizadas se no parque industrial ou fora dele;

Considerando que as dificuldades que atravessa a Móveis e Torneados Arbeit Ltda, e os riscos advindos de uma eventual quebra;

Considerando, por fim, o valor diminuto do incentivo econômico que se concede frente ao benefício que terá a empresa e que repartirá, em seu desenvolvimento, com a comunidade Campo-alegrense;

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Ficam remidos os créditos da Fazenda Pública Municipal no valor de R\$ 1.028,00 (um mil e vinte e oito reais) da contribuinte Móveis e Torneados Arbeit Ltda. à partir da data de promulgação desta Lei.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
23 de dezembro de 1998.

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 23 de dezembro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.389 de 23 de Dezembro de 1998

LEI Nº 2.389 DE 23 DE DEZEMBRO DE 1998

ALTERA ALÍQUOTA DO ISS PARA SERVIÇOS DE FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Acrescenta-se o seguinte inciso ao artigo 127 da Lei nº 2.293 de 26 de dezembro de 1997:

Art.127º)

I -

II -
III - Florestamento e reflorestamento: 3%

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
23 de dezembro de 1998.

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 23 dias do mês de dezembro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.388 de 23 de Dezembro de 1998

LEI Nº 2.388 DE 23 DE DEZEMBRO DE 1998

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PARTICIPAR DE CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar consórcio intermunicipal de saúde objetivando o planejamento, a coordenação e a execução dos serviços de saúde a nível ambulatorial e hospitalar de âmbito regional.

Art.2º) Fica autorizada a participação do município no quadro de sócios da CIS/AMUNESC, sociedade civil a ser constituída pelo consórcio de que trata o artigo anterior, para consecução dos seus fins.

Parágrafo Único - fica ratificado, em todos os seus termos e para todos os seus efeitos, o Estatuto Social da sociedade civil de que trata o caput deste artigo, parte integrante da presente Lei.

Art.3º) Fica o Poder Executivo autorizado a realizar despesas com a implantação e manutenção do consórcio, no valor de R\$ 0,10 (dez centavos) por habitante do município.

Parágrafo Único - O número de habitantes do município será o utilizado pelo Ministério da Saúde, para fins de repasse dos Recursos do PAB.

Art.4º) As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária específica do Fundo Municipal de Saúde.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
23 de dezembro de 1998.

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente

desta Prefeitura Municipal, aos 23 dias do mês de dezembro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.387 de 23 de Dezembro de 1998

LEI Nº 2.387 DE 23 DE DEZEMBRO DE 1998.

DISPÕE SOBRE A ELABORAÇÃO, BENEFICIAMENTO COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ARTESANAIS ORIGEM VEGETAL NO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) São consideradas passíveis de beneficiamento e elaboração artesanal as seguintes matérias primas, seus derivados e subprodutos:

- I - Frutas;
- II - Cereais;
- III - Hortalças.

Art.2º) A produção artesanal de alimentos define-se pelo limite anual de 30 (trinta) toneladas para produtor individual e 150 (cento e cinquenta) toneladas para uma associação de produtores, para os produtos de que trata esta Lei.

DAS OBRIGAÇÕES DOS PRODUTORES:

Art.3º) O estabelecimento do produtor artesanal de alimentos deverá registrar-se na Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, mediante formalização de pedido instituído pelos seguintes documentos:

I - Requerimento dirigido à Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, solicitando o registro do produtor e inspeção pela Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social;

II - Alvará de localização fornecido pela Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

III - Documento oficial que comprove a condição de produtor rural do requerente, ou do grupo de associados;

IV - Registro no Cadastro Geral de Contribuintes - CGC ou Inscrição de Produtor Rural na Secretaria da Fazenda Estadual;

V - Análise de água utilizada no estabelecimento produtor;

VI - Planta baixa do estabelecimento localizando os equipamentos e sistema de tratamento de efluentes;

VII - Capacitação técnica fornecida por órgão oficial;

VIII - Outros exames ou atestados `a critério da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, e ou Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social.

Art.4º) O estabelecimento processador artesanal de alimentos manterá livro onde serão registradas as informações recomendadas, e visitas das Divisões de Vigilância Sanitária e Divisão de Agricultura e Meio Ambiente, e EPAGRI, objetivando o controle sanitário da produção.

PARÁGRAFO ÚNICO - As Secretarias ou Diretorias Municipais de

Saúde, do Bem Estar Social, Agricultura e Meio Ambiente, e EPAGRI, poderão estabelecer, a seu critério, as análises rotineiras necessárias para cada produto processado, bem como coletar novas amostras e repetir as análises que julgar convenientes.

Art.5º) Constituem-se para fins de normatização os seguintes grupos de produtos afins:

I - GRUPO I: Doces, geléias, compotas, bebidas e outros - são produtos oriundos da transformação de frutas;

II - GRUPO II : Panifício e Confeitaria;

III - GRUPO III: Conservas, que são produtos oriundos da transformação de olerícolas.

DAS INSTALAÇÕES:

Art.6º) A área de produção deverá dispor de:

I - Adequada distância de focos de insalubridade;

II - Pé direito de 3 metros, no mínimo;

III - Piso cerâmico anti-derrapante de cor clara, rejunte claro.

IV - Paredes revestidas com cerâmica ou pintura epoxi, de no mínimo 2 (dois) metros de altura, de cor clara e impermeável, sendo o rejunte de cor clara;

V - Forro de PVC ou laje com pintura clara e impermeável;

VI - Abertura em alumínio, PVC, ferro galvanizado, com telas protetoras de malha fina, removível, e pintura com tinta esmalte de cor branca, a partir dos 2 (dois) metros;

VII - Luminosidade natural e artificial;

VIII - Distância mínima de pontos de concentração de animais e dejetos, de 20 metros;

IX - As mesas e balcões deverão ser revestidos com inóx. Na área de estocagem, as prateleiras poderão ser revestidas de fórmica ou impermeabilizadas com pintura lavável (epoxi), e de cor clara.

X - Os tanques na área de limpeza e lavagem deverão ser de inóx;

XI - As pias e ou tanques de limpeza dentro da área de manipulação deverão ser de inóx.

XII - As instalações elétricas, hidráulicas e hidrosanitárias deverão ser embutidas na parede, ou devidamente protegidas;

XIII - As águas provenientes do processo produtivo, da limpeza dos equipamentos e pisos, deverão ter um tratamento adequado, de acordo com a atividade;

XIV - As águas provenientes dos banheiros deverão ter tratamento de acordo com a ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, ou seja, fossa séptica e filtro anaeróbio, sumidouro ou vala de infiltração.

PARÁGRAFO ÚNICO - Quando o local de produção também for o local de comercialização, será necessária a construção de uma área própria para atender ao público, podendo ser anexo ou não à área de estocagem.

Art.7º) As exigências mínimas para os produtos pertencentes ao GRUPO I - Doces, Geléias, Compotas, Bebidas e outros, são as seguintes:

I - A construção destinada à produção deverá ser dividida em 3 (três) áreas distintas, compreendendo: área de recepção, limpeza e lavagem das frutas, área de manipulação e área de estocagem e embalagem.

II - Sobre o fogão na área de manipulação, deverá ter uma coifa, com exaustor interno e ou chaminé.

Art.8º) As exigências mínimas para os produtos pertencentes ao GRUPO II - Panifício e Confeitaria, são as seguintes:

I - A construção do local de produção deverá ser dividida em 3 (três) áreas distintas, compostas de: área de manipulação, área de fornos e área de estocagem.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quando o forno a ser utilizado for elétrico ou a gás, o mesmo poderá permanecer dentro da área de manipulação, observando a devida ventilação do ambiente, dispensando a construção da área de fornos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Todos os produtos com derivados de leite e ovos, deverão ser refrigerados a temperatura máxima de + 5o C (Graus Célsius).

Art.9º) As exigências mínimas para os produtos pertencentes ao GRUPO III - Conservas, são as seguintes:

I - A construção destinada à produção deverá contemplar 3 (três) áreas distintas, compostas de área de limpeza da matéria prima, área de manipulação e área de estocagem;

II - Sobre o fogão deverá existir uma coifa para absorver os vapores com exaustor interno e ou chaminé.

Art.10º) A unidade produtora poderá ser anexa à residência do produtor com parede fechada e uso exclusivo para a fabricação de produtos artesanais. O acesso a sala de manipulação deverá dispor de um vestuário com armário, e conforme a necessidade, poderá ser exigida a construção de pedilúvio.

PARÁGRAFO ÚNICO - O banheiro poderá fazer parte da construção, porém com acesso exclusivo, devendo conter pia, saboneteira com sabão líquido e toalha de uso único (descartável)

DA EMBALAGEM:

Art.11º) Para fins de acondicionamento dos produtos de produção artesanal, será estabelecido os seguintes tipos de embalagens:

I - GRUPO I - Doces, geléias, compotas, bebidas e outros: somente poderão ser comercializados os produtos em embalagens de vidro, com tampa hermética. Para doces será permitido o uso de embalagens e baldes plásticos.

PARÁGRAFO ÚNICO - Não será permitido o reaproveitamento de embalagens comercializadas, a não ser os que possibilitem o uso de tampa hermética.

II - GRUPO II - Panifício e confeitaria: somente serão comercializados os produtos acondicionados em sacos plásticos para alimentos e devidamente selados.

III - GRUPO III - Conservas: será permitida a comercialização somente em embalagens de plástico ou vidro com tampa hermética.

Art.12º) Todos os produtos embalados deverão ter lacre inviolável.

Art.13º) Todo produto artesanal deverá ter rótulo aprovado pela Divisão de Agricultura e Meio Ambiente, EPAGRI e "Consórcio Quiriri", com as seguintes informações mínimas, em letras legíveis:

- I - Nome do Produto;
- II - Peso Líquido ("g" ou "kg"), ou peso drenado ("g" ou "kg"), ou volume ("ml" ou "l");
- III - Data de fabricação;
- IV - Data de validade;
- V - Ingredientes;

- VI - Modo de conservação;
- VII - Identificação do produtor;
- VIII - CGC - Inscrição Estadual ou Nº Produtor Rural;
- IX - Endereço - telefone;
- X - Nº de controle de produtos no "Consórcio Quiriri";
- XI - Isento de aditivos químicos.

PARÁGRAFO ÚNICO - O "Consórcio Quiriri" fornecerá o selo de orientação aos produtores rurais somente após o registro do produto.

Art.14º) Não será permitido o uso de aditivos químicos nos produtos artesanais.

DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Art.15º) O produtor responsável pelo processamento dos produtos responderá legal e juridicamente pelas consequências à saúde pública, caso se comprove omissão ou negligência de sua parte no que diz respeito à higiene, adição de produtos químicos e ou biológicos, uso indevido de práticas de beneficiamento, acondicionamento, conservação, transporte e comercialização.

PARÁGRAFO ÚNICO - A determinação do prazo de validade é de responsabilidade do produtor, conforme legislação pertinente.

Art.16º) O transporte dos produtos até a comercialização deverá ser efetuado em veículo fechado, de uso exclusivo, dotado de proteção adequada para manter a qualidade dos produtos.

Art.17º) A matéria-prima, quando não originária do estabelecimento registrado, deverá ser oriunda de estabelecimento com inspeção sanitária.

Art.18º) As pessoas envolvidas na manipulação e processamento de alimentos artesanais deverão observar com atenção as normas de higiene e asseio corporal, em especial:

- I - Usar uniforme completo (calçado fechado ou bota, camisa, avental, gorro e calça comprida) de cores claras e limpos;
- II - Possuir carteira de saúde atualizada;
- III - Manter as mãos e unhas limpas, unhas curtas e sem pintura, não fumar, não mascar gomas ou praticar atos semelhantes nos locais de trabalho;
- IV - Afastar-se das atividades quando apresentar sinais de doenças ou lesões na pele;

V - Não realizar qualquer ato físico que de alguma maneira possa contaminar os produtos;

VI - Asseio corporal - barba feita.

Art.19º) O produtor somente obterá o registro final, após a obtenção do Alvará Sanitário junto à Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social.

Art.20º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
23 de dezembro de 1998.

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 23 dias do mês de dezembro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.386 DE 23 DE NOVEMBRO DE 1998

LEI Nº 097/98, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1998

ALTERA DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL - LEI 2.293 DE 26 DE DEZEMBRO DE 1997 - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art 1º) Altera-se o caput do art. 13 e acrescenta-se um parágrafo, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art 13. Poderá ser parcelado, a requerimento do contribuinte, o crédito tributário e fiscal não quitado vencido ou a vencer.

§ 1º . O crédito não quitado e vencido poderá ser:

- I - inscrito ou não em dívida ativa, ainda que ajuizada a sua cobrança, com ou sem trânsito em julgado;
- II - tenha sido objeto de notificação ou autuação;
- III - denunciado espontaneamente pelo contribuinte.

§ 2º . O crédito não quitado a vencer somente poderá ser parcelado se demonstrada a impossibilidade de pagar do sujeito passivo, apurado em despacho fundamentado do Secretário de Administração e Finanças.

Art 2º) O art. 16 passa a vigorar com a seguinte Redação:

"Art 16. O parcelamento poderá ser concedido, a critério da autoridade competente, em até 36 (trinta e seis) meses mensais, atualizadas segundo a variação da Unidade Fiscal de Referência - UFIR, ou outro índice que venha a substituí-la.

§ 1º. O valor mínimo de cada parcela será equivalente a:

- I - 10 (dez) Unidades Fiscais de Referência - UFIR, em se tratando de contribuinte pessoa física;
- II - 25 (vinte e cinco) Unidades Fiscais de Referência - UFIR, em se tratando de contribuinte pessoa jurídica;

§ 2º "

Art 3º) Altera-se o caput do art. 20 e acrescenta-se um parágrafo, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art 20. O pedido de parcelamento deverá ser formulado pelo sujeito passivo da obrigação tributária ou fiscal.

§ 1º. Em se tratando de crédito tributário ou fiscal já vencido é imprescindível a assinatura do Termo de Reconhecimento de Dívida.

§ 2º "

Art 4º. Acrescenta-se uma alínea ao Inciso I do art. 31 renomeando-se as demais, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art 31. "

I - Cancelar administrativamente, de ofício, o crédito tributário e fiscal, quando:

- a) a situação econômica do contribuinte assim o indicar;
- b)
- c)
- d)
- e) "

Art 5º. O art. 122 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art 122.

- I - profissional autônomo de nível elementar: 2%
- II - profissional autônomo de nível médio: 3%
- III - profissional autônomo de nível superior: 4%

§ 1º.

§ 2º "

I -

II - "

Art 6º) Substitui-se, no art. 152, a expressão "artigo 115" pela expressão "art. 149" passando a vigorar com a seguinte redação:

" Art 152. O contribuinte enquadrado pelo regime de estimativa fiscal, previsto no art. 149, poderá no período de 30 (trinta) dias, contestar, comprovadamente, o valor do imposto fixado.

Art 7º. Exclui-se no inciso I do art. 189 as expressões "desmembramento" e "remembramento" e substitui-se a expressão numérica "3.000" por "3001" na alínea "b" do mesmo inciso, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art 189.

I - Arruamento e loteamento:

- a)
- b) de 3001 m2 a 10.000m2 - 200 UFIR;
- c)

II -

III -

IV - "

Art 8º. Substitui-se a expressão numérica "25" por "26" na alínea "c" do inciso I do art. 248, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art 248.

I - Atividade industrial:

- a) ;
- b) ;
- c) de 26 até 50 empregados: 60 UFIR;
- d)

II -

III -

IV -

V -

Art 9º. Fica revogado o inciso IV do art. 275.

Art 10º. Acrescenta-se a expressão "e 1999" ao caput do art. 279 e ao seu parágrafo único, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 279. O valor venal dos terrenos da zona urbana do município para o ano de 1998 e 1999, deverão obedecer os seguintes

valores:

- I -
- II -
- III -
- IV -

Parágrafo Único: Fica dispensado, para o ano de 1998 e 1999 a elaboração de Planta Gerérica de Valores, pela Comissão de que trata o art. 103. "

Art 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

LEI Nº 2.387 DE 23 DE DEZEMBRO DE 1998

LEI Nº 2.387 DE 23 DE DEZEMBRO DE 1998.

DISPÕE SOBRE A ELABORAÇÃO, BENEFICIAMENTO COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ARTESANAIS ORIGEM VEGETAL NO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) São consideradas passíveis de beneficiamento e elaboração artesanal as seguintes matérias primas, seus derivados e subprodutos:

- I - Frutas;
- II - Cereais;
- III - Hortaliças.

Art.2º) A produção artesanal de alimentos define-se pelo limite anual de 30 (trinta) toneladas para produtor individual e 150 (cento e cinquenta) toneladas para uma associação de produtores, para os produtos de que trata esta Lei.

DAS OBRIGAÇÕES DOS PRODUTORES:

Art.3º) O estabelecimento do produtor artesanal de alimentos deverá registrar-se na Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, mediante formalização de pedido instituído pelos seguintes documentos:

I - Requerimento dirigido à Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, solicitando o registro do produtor e inspeção pela Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social;

II - Alvará de localização fornecido pela Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

III - Documento oficial que comprove a condição de produtor rural do requerente, ou do grupo de associados;

IV - Registro no Cadastro Geral de Contribuintes - CGC ou Inscrição de Produtor Rural na Secretaria da Fazenda Estadual;

V - Análise de água utilizada no estabelecimento produtor;

VI - Planta baixa do estabelecimento localizando os equipamentos e sistema de tratamento de efluentes;

VII - Capacitação técnica fornecida por órgão oficial;

VIII - Outros exames ou atestados `a critério da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, e ou Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social.

Art.4º) O estabelecimento processador artesanal de alimentos manterá livro onde serão registradas as informações recomendadas, e visitas das Divisões de Vigilância Sanitária e Divisão de Agricultura e Meio Ambiente, e EPAGRI, objetivando o controle sanitário da produção.

PARÁGRAFO ÚNICO - As Secretarias ou Diretorias Municipais de Saúde, do Bem Estar Social, Agricultura e Meio Ambiente, e EPAGRI, poderão estabelecer, a seu critério, as análises rotineiras necessárias para cada produto processado, bem como coletar novas amostras e repetir as análises que julgar convenientes.

Art.5º) Constituem-se para fins de normatização os seguintes grupos de produtos afins:

I - GRUPO I: Doces, geléias, compotas, bebidas e outros - são produtos oriundos da transformação de frutas;

II - GRUPO II : Panifício e Confeitaria;

III - GRUPO III: Conservas, que são produtos oriundos da transformação de olerícolas.

DAS INSTALAÇÕES:

Art.6º) A área de produção deverá dispor de:

I - Adequada distância de focos de insalubridade;

II - Pé direito de 3 metros, no mínimo;

III - Piso cerâmico anti-derrapante de cor clara, rejunte claro.

IV - Paredes revestidas com cerâmica ou pintura epoxi, de no mínimo 2 (dois) metros de altura, de cor clara e impermeável, sendo o rejunte de cor clara;

V - Forro de PVC ou laje com pintura clara e impermeável;

VI - Abertura em alumínio, PVC, ferro galvanizado, com telas protetoras de malha fina, removível, e pintura com tinta esmalte de cor branca, a partir dos 2 (dois) metros;

VII - Luminosidade natural e artificial;

VIII - Distância mínima de pontos de concentração de animais e dejetos, de 20 metros;

IX - As mesas e balcões deverão ser revestidos com inóx. Na área de estocagem, as prateleiras poderão ser revestidas de fórmica ou impermeabilizadas com pintura lavável (epoxi), e de cor clara.

X - Os tanques na área de limpeza e lavagem deverão ser de inóx;

XI - As pias e ou tanques de limpeza dentro da área de manipulação deverão ser de inóx.

XII - As instalações elétricas, hidráulicas e hidrosanitárias deverão ser embutidas na parede, ou devidamente protegidas;

XIII - As águas provenientes do processo produtivo, da limpeza dos equipamentos e pisos, deverão ter um tratamento adequado, de acordo com a atividade;

XIV - As águas provenientes dos banheiros deverão ter tratamento de acordo com a ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, ou seja, fossa séptica e filtro anaeróbico, sumidouro ou vala de infiltração.

PARÁGRAFO ÚNICO - Quando o local de produção também for o local de comercialização, será necessária a construção de uma área própria para atender ao público, podendo ser anexo ou não à área de estocagem.

Art.7º) As exigências mínimas para os produtos pertencentes ao GRUPO I - Doces, Geléias, Compotas, Bebidas e outros, são as seguintes:

I - A construção destinada à produção deverá ser dividida em 3 (três) áreas distintas, compreendendo: área de recepção, limpeza e lavagem das frutas, área de manipulação e área de estocagem e embalagem.

II - Sobre o fogão na área de manipulação, deverá ter uma coifa, com exaustor interno e ou chaminé.

Art.8º) As exigências mínimas para os produtos pertencentes ao GRUPO II - Panificação e Confeitaria, são as seguintes:

I - A construção do local de produção deverá ser dividida em 3 (três) áreas distintas, compostas de: área de manipulação, área de fornos e área de estocagem.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quando o forno a ser utilizado for elétrico ou a gás, o mesmo poderá permanecer dentro da área de manipulação, observando a devida ventilação do ambiente, dispensando a construção da área de fornos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Todos os produtos com derivados de leite e ovos, deverão ser refrigerados a temperatura máxima de + 5o C (Graus Célsius).

Art.9º) As exigências mínimas para os produtos pertencentes ao GRUPO III - Conservas, são as seguintes:

I - A construção destinada à produção deverá contemplar 3 (três) áreas distintas, compostas de área de limpeza da matéria prima, área de manipulação e área de estocagem;

II - Sobre o fogão deverá existir uma coifa para absorver os vapores com exaustor interno e ou chaminé.

Art.10º) A unidade produtora poderá ser anexa à residência do produtor com parede fechada e uso exclusivo para a fabricação de produtos artesanais. O acesso a sala de manipulação deverá dispor de um vestuário com armário, e conforme a necessidade, poderá ser exigida a construção de pedilúvio.

PARÁGRAFO ÚNICO - O banheiro poderá fazer parte da construção, porém com acesso exclusivo, devendo conter pia, saboneteira com sabão líquido e toalha de uso único (descartável)

DA EMBALAGEM:

Art.11º) Para fins de acondicionamento dos produtos de produção artesanal, será estabelecido os seguintes tipos de embalagens:

I - GRUPO I - Doces, geléias, compotas, bebidas e outros: somente poderão ser comercializados os produtos em embalagens de vidro, com tampa hermética. Para doces será permitido o uso de embalagens e baldes plásticos.

PARÁGRAFO ÚNICO - Não será permitido o reaproveitamento de embalagens comercializadas, a não ser os que possibilitem o uso de tampa hermética.

II - GRUPO II - Panificação e confeitaria: somente serão comercializados os produtos acondicionados em sacos plásticos para alimentos e devidamente selados.

III - GRUPO III - Conservas: será permitida a comercialização somente em embalagens de plástico ou vidro com tampa hermética.

Art.12º) Todos os produtos embalados deverão ter lacre inviolável.

Art.13º) Todo produto artesanal deverá ter rótulo aprovado pela Divisão de Agricultura e Meio Ambiente, EPAGRI e "Consórcio

Quiriri", com as seguintes informações mínimas, em letras legíveis:

I - Nome do Produto;

II - Peso Líquido ("g" ou "kg"), ou peso drenado ("g" ou "kg"), ou volume ("ml" ou "l");

III - Data de fabricação;

IV - Data de validade;

V - Ingredientes;

VI - Modo de conservação;

VII - Identificação do produtor;

VIII - CGC - Inscrição Estadual ou Nº Produtor Rural;

IX - Endereço - telefone;

X - Nº de controle de produtos no "Consórcio Quiriri";

XI - Isento de aditivos químicos.

PARÁGRAFO ÚNICO - O "Consórcio Quiriri" fornecerá o selo de orientação aos produtores rurais somente após o registro do produto.

Art.14º) Não será permitido o uso de aditivos químicos nos produtos artesanais.

DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Art.15º) O produtor responsável pelo processamento dos produtos responderá legal e juridicamente pelas consequências à saúde pública, caso se comprove omissão ou negligência de sua parte no que diz respeito à higiene, adição de produtos químicos e ou biológicos, uso indevido de práticas de beneficiamento, acondicionamento, conservação, transporte e comercialização.

PARÁGRAFO ÚNICO - A determinação do prazo de validade é de responsabilidade do produtor, conforme legislação pertinente.

Art.16º) O transporte dos produtos até a comercialização deverá ser efetuado em veículo fechado, de uso exclusivo, dotado de proteção adequada para manter a qualidade dos produtos.

Art.17º) A matéria-prima, quando não originária do estabelecimento registrado, deverá ser oriunda de estabelecimento com inspeção sanitária.

Art.18º) As pessoas envolvidas na manipulação e processamento de alimentos artesanais deverão observar com atenção as normas de higiene e asseio corporal, em especial:

I - Usar uniforme completo (calçado fechado ou bota, camisa, avental, gorro e calça comprida) de cores claras e limpos;

II - Possuir carteira de saúde atualizada;

III - Manter as mãos e unhas limpas, unhas curtas e sem pintura, não fumar, não mascar gomas ou praticar atos semelhantes nos locais de trabalho;

IV - Afastar-se das atividades quando apresentar sinais de doença ou lesões na pele;

V - Não realizar qualquer ato físico que de alguma maneira possa contaminar os produtos;

VI - Asseio corporal - barba feita.

Art.19º) O produtor somente obterá o registro final, após a obtenção do Alvará Sanitário junto à Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social.

Art.20º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
23 de dezembro de 1998.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 23 dias do mês de dezembro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.385 DE 16 DE DEZEMBRO DE 1998

LEI Nº 2.385 DE 16 DE DEZEMBRO DE 1998.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER PERMISSÃO PARA EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTOS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a conceder permissão para exploração do serviço de fornecimento de água tratada e tratamento de efluentes líquidos na Rua Francisco Zoellner, localidade de Rio Represo, distrito de Fragosos, município de Campo Alegre, ao Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul - SAMAE - por um prazo de 20 (vinte) anos.

Art.2º) As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária específica.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 16 de dezembro de 1998.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 16 dias do mês de dezembro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.384 DE 16 DE DEZEMBRO DE 1998

LEI Nº 2.384 DE 16 DE DEZEMBRO DE 1998

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A FILIAR O MUNICÍPIO NA FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS - FECAM

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a filiar o município de Campo Alegre/SC na Federação Catarinense de Municípios - FECAM, pessoa jurídica de direito privado, com Sede em Florianópolis e que congregará todos os Municípios e Associações de Municípios do Estado.

Art.2º) Na forma da autorização contida no artigo anterior, o Município deverá cumprir com todas as disposições estatutárias da entidade.

Art.3º) O Executivo Municipal fica autorizado a contribuir financeiramente para a Federação Catarinense de Municípios - FECAM com o valor mensal de R\$ 200,00 (duzentos reais), no período compreendido de 1º de janeiro de 1999 à 31 de dezembro de 1999.

Art.4º) As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta de dotação orçamentária específica.

Art.5º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação,, produzindo seus efeitos legais à partir de 1º de janeiro de 1999.

Art.6º) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
16 de dezembro de 1998.

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 16 dias do mês de dezembro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.383 DE 16 DE DEZEMBRO DE 1998

LEI Nº 2.383 DE 16 DE DEZEMBRO DE 1998
CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE/SC. faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º) Fica criado o FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO, com o objetivo de dar suporte aos programas de estímulo às atividades turísticas, desenvolvidas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico através da Divisão de turismo..

Art.2º) O estímulo às atividades de turismo, será consubstanciado no fornecimento de bens e serviços, os quais serão financiados através de contrato firmado ente o Fundo Municipal de turismo e o beneficiário.

Art.3º) Constituem recursos financeiros do FMT:
I - As dotações constantes do orçamento do Município;
II - Os recursos oriundos de Convênios, acordos e contratos;
III- Doações e contribuições;
IV - A remuneração oriunda de aplicações financeiras;
V - Pagamento dos empréstimos concedidos com recursos do FMT e dos serviços prestados pelo Município destinados a executar melhoramentos na atividade turística no Município.
VI - Recursos decorrentes da alienação de material, bens ou equipamentos considerados inservíveis de propriedade do FMT.
VII- Outros recursos, de qualquer origem, que lhe forem transferidos.

Parágrafo Único - Fica o FMT autorizado a efetuar aplicações financeiras no sistema financeiro oficial, dos recursos que trata este artigo desde que não venha a interferir ou prejudicar as atividades do FMT.

Art.4º) Os recursos do FMT destinam-se a:
I - Financiar projetos ligados ao turismo local.
II - Financiar os empreendedores do turismo, com vistas á aquisição de bens de produção.
III - Financiar a realização de serviços de infra-estrutura em propriedades ou comunidades com potencial turístico.
IV- Cobrir despesas de custeio realizadas pela Divisão de turismo.

Parágrafo Primeiro - As definições a respeito dos financiamentos

concedidos pelo FMT, envolvendo itens a serem financiados, caracterização dos beneficiários, prazos de carência, encargos financeiros de amortização, serão estabelecidas anualmente pelo Conselho Municipal de Turismo.

Parágrafo Segundo - Fica estabelecido um limite de até 30 % (trinta por cento) dos recursos do FMT para pagamento das despesas de custeio realizadas pela Divisão de turismo.

Art.5º) O FMT será administrado por um Conselho Executivo composto pelos seguintes membros:
I - Presidente - Prefeito Municipal.
II - Vice Presidente - Chefe da Divisão de Turismo.
III- Tesoureiro - Secretário Municipal de Administração e Finanças.
IV- 02 (dois) empreendedores do turismo indicados pelo Conselho Municipal de Turismo do Município.

Parágrafo Único - O Conselho Municipal de turismo será um órgão deliberativo do Conselho Executivo do FMT.

Art.6º) A supervisão superior do FMT será exercida pelo Conselho Executivo, a quem cabe:
I - Fixar as diretrizes operacionais do Fundo em consonância com a programação estabelecida pelo Conselho Municipal de Turismo;
II - Baixar normas e instruções complementares, disciplinando a aplicação dos recursos financeiros disponíveis;
III- Aprovar os planos de aplicação dos recursos;
IV - Executar as atividades referentes ao FMT, , nos aspectos técnicos, administrativos e financeiros;
V - Aprovar e contratar os financiamentos concedidos pelo Fundo;
VI - Elaborar a proposta orçamentária;
VII - Prestar contas da gestão financeira do Fundo;
VIII- Desenvolver outras atividades indispensáveis à execução das finalidades do Fundo.

Art.7º) Ao Presidente do Conselho Executivo do FMT compete:
I - Presidir as reuniões do Conselho;
II - Fixar o calendário anual de reuniões e convocar os membros do Conselho;
III - Assinar Cheques, autorizar despesas e prestar contas da aplicação dos recursos do FMT;
IV - Representar o FMT em todos os atos jurídicos em que o mesmo seja parte interessada.

Art.8º) Ao Vice-Presidente do Conselho Executivo do FMT compete:
I - Substituir o Presidente, por ocasião de suas ausências ou impedimentos;
II - Assessorar o Presidente em matéria de sua especialidade;
III- Executar os planos de aplicação do FMT, aprovados pelo Conselho;
IV- Realizar outras tarefas que lhe sejam atribuídas;

Art.9º) Ao Tesoureiro do Conselho Executivo do FMT, compete:
I - Autorizar o depósito em conta bancária, do total da receita arrecadada;
II - Assinar, juntamente com o Presidente ou Vice- Presidente, os Cheques sacados contra a conta bancária, depois de processadas as despesas e autorizado seu pagamento, pelo Presidente;
III - Elaborar, anualmente, a prestação de contas relativa a receita e despesa do FMT , na forma de legislação vigente;
IV - Manter, sob sua guarda todos os documentos da receita e despesa do FMT;
V - Realizar outras tarefas que lhe forem atribuídas;

Art.10º) A prestação de contas da gestão financeira do Fundo, cabe ao Conselho Executivo, e será feita em cada exercício, por meio de balancetes, demonstrativos e balanços, na forma que dispõe a Lei 4.320/64, e nas normas emanadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art.11º) Os recursos do FMT, serão depositados em conta bancária própria, ressalvados os recursos estaduais ou federais, quando a legislação própria estabeleça modo diverso.

Art.12º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
16 de dezembro de 1998.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 16 dias do mês de dezembro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.382 DE 16 DE DEZEMBRO DE 1998

LEI Nº 2.382 DE 16 DE DEZEMBRO DE 1998.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE
COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE, com sede à Rua: Dr. Getúlio Vargas, 606 - Centro no município de Campo Alegre/SC, registrada no Cartório de Registro Civil e Anexos sob nº 455, à fls. 208/208v. e 209, do Livro A-nº 2 de Registro de Sociedades Cíveis, e na Secretaria da Receita Federal no Cadastro Geral de Contribuintes sob nº 02.843.454/0001-50.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
16 de dezembro de 1998.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 16 dias do mês de dezembro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.381 DE 16 DE DEZEMBRO DE 1998

LEI Nº 2.381 DE 16 DE DEZEMBRO DE 1998

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA

DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

O Prefeito Municipal em Exercício, de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no exercício de suas atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Orçamento Fiscal da Administração Indireta do Município de Campo Alegre/SC, para o exercício de 1999, estima a Receita e fixa a despesa em R\$ 1.160.000,00 (Hum milhão, cento e sessenta mil reais).

Art. 2º) A Receita será realizada mediante a arrecadação; preços, rendas e outras fontes, receitas estas correntes e de capital.

Art.3º) A Despesa será realizada segundo a discriminação nos quadros e demonstrativos anexos, parte integrante desta Lei, obedecendo a seguinte especificação por Unidade Orçamentária:

Fundação Municipal de Desporto e Cultura	R\$ 110.000,00
Fundo Municipal de Agricultura e Meio Ambiente R\$ 150.000,00
Fundo Municipal de Habitação R\$ 100.000,00
Fundo Municipal de Assistência Social R\$ 150.000,00
Fundo Municipal de Saúde	.. R\$ 200.000,00
Fundo Municipal de Desenvolvimento R\$ 350.000,00
Fundo Municipal de Turismo R\$ 100.000,00

TOTAL GERAL: R\$ 1.160.000,00

Art.4º) Fica o Ordenador da despesa da respectiva Unidade Orçamentária autorizado a:

I - realizar operações de crédito por antecipação de receita até o limite de 15 % (quinze por cento) da receita estimada nos termos desta Lei;

II - abrir crédito suplementar até o limite de 50 % (cinquenta por cento) da despesa nos termos do Artigo 7º, inciso I da Lei Federal nº 4.320/64, por conta:

Parágrafo Único - De recursos oriundos de doações e decorrentes de auxílios, acordos e convênios com órgãos do Estado ou da União.

III - Movimentar dotações dentro da mesma categoria de programação desde que não implique em aumento ou diminuição de Recursos alocados:

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir do dia 1º de janeiro de 1999.

Art.6º) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
16 de dezembro de 1998.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 16 dias do mês de dezembro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA

RECEITA ORÇAMENTÁRIA EXERCÍCIO DE 1999.

1210.00	Contribuições Sociais	R\$ 40.000,00
1321.00	Juros e Títulos de Renda	R\$ 1.000,00
1331.00	Rendimentos de Aplicações Financeiras	R\$ 1.000,00
1713.00	Transferências do Município	R\$ 40.000,00
1722.01	Outras Transferências do Estado	R\$ 23.000,00
1990.00	Outras Receitas Correntes	R\$ 5.000,00
TOTAL		R\$ 110.000,00

FUNDO MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
RECEITA ORÇAMENTÁRIA/1999.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1210.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ 35.000,00
1321.00	JUROS E TÍTULOS DE RENDA	R\$ 1.000,00
1331.00	RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R\$ 500,00
1713.01	TRANSFERÊNCIAS DO MUNICÍPIO	R\$ 30.000,00
1722.01	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	R\$ 65.500,00
1990.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$ 18.000,00
	TOTAL:	R\$ 150.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
RECEITA ORÇAMENTÁRIA/1999.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1210.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ 8.000,00
1321.00	JUROS E TÍTULOS DE RENDA	R\$ 1.000,00
1331.00	RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R\$ 500,00
1713.01	TRANSFERÊNCIAS DO MUNICÍPIO	R\$ 39.500,00
1722.01	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	R\$ 35.000,00
1990.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$ 16.000,00
	TOTAL:	R\$ 100.000,00

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RECEITA ORÇAMENTÁRIA/1999.

JOSÉ LUIS SILVA
CRC-SC 20060/0-3

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1210.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ 20.000,00

1321.00	JUROS E TÍTULOS DE RENDA	R\$ 4.000,00
1331.00	RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R\$ 300,00
1713.01	TRANSFERÊNCIAS DO MUNICÍPIO	R\$ 30.700,00
1722.01	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	R\$ 50.000,00
1990.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$ 45.000,00
	TOTAL:	R\$ 150.000,00

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

JOSÉ LUIS SILVA
CRC-SC 20060/0-3

RECEITA ORÇAMENTÁRIA/1999.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1210.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ 15.000,00
1321.00	JUROS E TÍTULOS DE RENDA	R\$ 2.000,00
1331.00	RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R\$ 1.000,00
1713.01	TRANSFERÊNCIAS DO MUNICÍPIO	R\$ 87.000,00
1722.01	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	R\$ 22.000,00
1990.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$ 73.000,00
	TOTAL:	R\$ 200.000,00

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO

JOSÉ LUIS SILVA
CRC-SC 20060/0-3

RECEITA ORÇAMENTÁRIA/1999.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1210.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ 40.000,00
1321.00	JUROS E TÍTULOS DE RENDA	R\$ 10.000,00
1331.00	RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R\$ 1.000,00
1713.01	TRANSFERÊNCIAS DO MUNICÍPIO	R\$ 54.000,00
1722.01	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	R\$ 100.000,00
1990.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$ 145.000,00
	TOTAL:	R\$ 350.000,00

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal
FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO

JOSÉ LUIS SILVA
CRC-SC 20060/0-3

RECEITA ORÇAMENTÁRIA/1999.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1210.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ 30.000,00
1321.00	JUROS E TÍTULOS DE RENDA	R\$ 1.000,00
1331.00	RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R\$ 500,00
1713.01	TRANSFERÊNCIAS DO MUNICÍPIO	R\$ 25.000,00
1722.01	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	R\$ 30.000,00
1990.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$ 13.500,00
	TOTAL:	R\$ 100.000,00

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal
ORÇAMENTO - PROGRAMA/1999

JOSÉ LUIS SILVA
CRC-SC 20060/0-3

DESPESA ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO	Fundação Municipal de Desporto e Cultura	08
UNIDADE	Fundação Municipal de Desporto e Cultura	08
FUNÇÃO	Educação e Cultura	08
PROGRAMA	Educação Física e Desportos	46
SUBPROGRAMA	Desporto Amador	224
PROJETO/ATIVIDADE	Manutenção das atividades Desportivas	2001
CÓDIGO	08.08.08.46.224-2001	

DESCRIÇÃO/OBJETIVOS/METAS

CÓDIGO	ELEMENTO	VALOR	
3111.00	Pessoal Cível	10.500,00	
3113.00	Obrigações Patronais	50,00	
3120.00	Material de Consumo	10.000,00	
3131.00	Remuneração Serviços Pessoais	1.000,00	
3132.00	Outros Serviços e Encargos	20.000,00	
4110.00	Obras e Instalações	5.000,00	
4120.00	Equipamento e Material Permanente	13.450,00	
TOTAL		60.000,00	

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal
ORÇAMENTO - PROGRAMA/1999

JOSÉ LUIS SILVA
CRC-SC 20060/0-3

DESPESA ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO	Fundação Municipal de Desporto e Cultura	08
UNIDADE	Fundação Municipal de Desporto e Cultura	08
FUNÇÃO	Educação e Cultura	08
PROGRAMA	Cultura	48
SUBPROGRAMA	Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico	246
PROJETO/ATIVIDADE	Manutenção das atividades Culturais	2002
CÓDIGO	08.08.08.48.246-2002	

DESCRIÇÃO/OBJETIVOS/METAS

CÓDIGO	ELEMENTO	VALOR	
3111.00	Pessoal Cível	20.000,00	
3113.00	Obrigações Patronais	100,00	
3120.00	Material de Consumo	10.000,00	
3131.00	Remuneração Serviços Pessoais	900,00	
3132.00	Outros Serviços e Encargos	8.000,00	
4110.00	Obras e Instalações	1.000,00	
4120.00	Equipamento e Material Permanente	10.000,00	
TOTAL		50.000,00	

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal
ORÇAMENTO - PROGRAMA / 1999.

JOSÉ LUIS SILVA
CRC-SC 20060/0-3

DESPESA ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO	FUNDO MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	CÓDIGO 04
UNIDADE	FUNDO MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	CÓDIGO 04
FUNÇÃO	AGRICULTURA	CÓDIGO 04
PROGRAMA	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	CÓDIGO 18
SUBPROGRAMA	EXTENSÃO RURAL	CÓDIGO 111
PROJETO /ATIVIDADE	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS	CÓDIGO 1001
CÓDIGO	04.04.04.18.111-1001	

DESCRIÇÃO/OBJETIVOS/METAS

CÓDIGO	ELEMENTO	VALOR
3111.00	PESSOAL CÍVIL	5.000,00
3113.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	200,00
3120.00	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
3131.00	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	1.000,00

3132.00	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	71.000,00
4110.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	15.000,00
4120.00	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	37.800,00
	TOTAL:	150.000,00

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

JOSÉ LUIS SILVA
CRC-SC 20060/0-3

ORÇAMENTO - PROGRAMA / 1999.

DESPESA ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	CÓDIGO 10
UNIDADE	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	CÓDIGO 10
FUNÇÃO	HABITAÇÃO E URBANISMO	CÓDIGO 10
PROGRAMA	HABITAÇÃO	CÓDIGO 57
SUBPROGRAMA	HABITAÇÕES URBANAS	CÓDIGO 316
PROJETO /ATIVIDADE	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES HABITACIONAIS	CÓDIGO 2001
CÓDIGO	10.10.10.57.316-2001	

DESCRIÇÃO/OBJETIVOS/METAS

CÓDIGO	ELEMENTO	VALOR
3111.00	PESSOAL CÍVIL	5.000,00
3113.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	400,00
3120.00	MATERIAL DE CONSUMO	15.600,00
3131.00	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	38.000,00
3132.00	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	30.000,00
4110.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	5.000,00
4120.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.000,00
	TOTAL:	100.000,00

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

JOSÉ LUIS SILVA
CRC-SC 20060/0-3

ORÇAMENTO - PROGRAMA / 1999.

DESPESA ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CÓDIGO 15
UNIDADE	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CÓDIGO 15
FUNÇÃO	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	CÓDIGO 15
PROGRAMA	SOCIAL	CÓDIGO 81
SUBPROGRAMA	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	CÓDIGO 487

PROJETO /ATIVIDADE	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES SOCIAIS	CÓDIGO 2001
CÓDIGO	15.15.15.81.487-2001	

DESCRIÇÃO/OBJETIVOS/METAS

CÓDIGO	ELEMENTO	VALOR
3111.00	PESSOAL CÍVIL	1.000,00
3113.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	400,00
3120.00	MATERIAL DE CONSUMO	60.000,00
3131.00	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	1.600,00
3132.00	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	9.000,00
3233.00	CONTRIBUIÇÕES CORRENTES	48.000,00
4110.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.000,00
4120.00	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
	TOTAL:	150.000,00

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

JOSÉ LUIS SILVA
CRC-SC 20060/0-3

ORÇAMENTO - PROGRAMA / 1999.

DESPESA ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CÓDIGO 13
UNIDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CÓDIGO 13
FUNÇÃO	SAÚDE E SANEAMENTO	CÓDIGO 13
PROGRAMA	SAÚDE	CÓDIGO 75
SUBPROGRAMA	ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA	CÓDIGO 428
PROJETO /ATIVIDADE	MANUTENÇÃO ASSISTÊNCIA MÉDICO HOSP. SANITÁRIA	CÓDIGO 2001
CÓDIGO	13.13.13.75.428-2001	

DESCRIÇÃO/OBJETIVOS/METAS

CÓDIGO	ELEMENTO	VALOR
3111.00	PESSOAL CÍVIL	1.000,00
3113.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	400,00
3120.00	MATERIAL DE CONSUMO	34.000,00
3131.00	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	26.000,00
3132.00	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	100.000,00
4110.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	13.600,00
4120.00	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	25.000,00
	TOTAL:	200.000,00

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

JOSÉ LUIS SILVA
CRC-SC 20060/0-3

ORÇAMENTO - PROGRAMA / 1999.

DESPESA ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO	FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO	CÓDIGO 03
UNIDADE	FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO	CÓDIGO 03
FUNÇÃO	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	CÓDIGO 03
PROGRAMA	ADMINISTRAÇÃO	CÓDIGO 07
SUBPROGRAMA	ADMINISTRAÇÃO GERAL	CÓDIGO 021
PROJETO /ATIVIDADE	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO	CÓDIGO 2001
CÓDIGO	03.03.03.07.021.2001	

DESCRIÇÃO/OBJETIVOS/METAS

CÓDIGO	ELEMENTO	VALOR
3111.00	PESSOAL CÍVIL	5.000,00
3113.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	400,00
3120.00	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
3131.00	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	92.000,00
3132.00	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	210.000,00
4110.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	12.600,00
4120.00	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
	TOTAL:	350.000,00

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

JOSÉ LUIS SILVA
CRC-SC 20060/0-3

ORÇAMENTO - PROGRAMA/1999

DESPESA ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO	FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	CÓDIGO 11
UNIDADE	FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	CÓDIGO 01
FUNÇÃO	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	CÓDIGO 11
PROGRAMA	TURISMO	CÓDIGO 65
SUBPROGRAMA	PROMOÇÃO DO TURISMO	CÓDIGO 363
PROJETO /ATIVIDADE	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS	CÓDIGO 2001
CÓDIGO	11.01.11.65. 363-2001	

DESCRIÇÃO/OBJETIVOS/METAS

CÓDIGO	ELEMENTO	VALOR
3111.00	PESSOAL CÍVIL	15.000,00

3113.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	400,00
3120.00	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
3131.00	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	10.000,00
3132.00	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	29.600,00
4110.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	15.000,00
4120.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.000,00
	TOTAL:	100.000,00

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

JOSÉ LUIS SILVA
CRC-SC 20060/0-3

Lei Nº 2.380 de 16 de Dezembro de 1998

LEI Nº 2.380 DE 16 DE DEZEMBRO DE 1998.

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O ANO DE 1999 .

O Prefeito Municipal em Exercício, de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Orçamento Fiscal do Município de Campo Alegre para o exercício de 1999, estima a receita e fixa a despesa da Administração Direta em R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais).

Art.2º) A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, preços, rendas e outras fontes, receitas estas correntes e de capital.

RECEITAS

1 -Receitas Correntes R\$ 3.388.100,00
 Receitas Tributárias R\$ 638.487,15 Receita Patrimonial R\$ 4.263,00
 Receita Agropecuária R\$ 2.150,00
 Transferência Correntes R\$ 2.610.045,00
 Outras Receitas Correntes R\$ 133.154,85

2 -Receitas de Capital R\$ 111.900,00

Total R\$ 3.500.000.00

Art.3º) A despesa será realizada segundo a discriminação nos quadros e demonstrativos anexos, parte integrante desta Lei, obedecendo a seguinte especificação, por unidade orçamentária:

DESPESAS

Câmara de VereadoresR\$ 186.000,00
 Gabinete do Prefeito R\$ 136.600,00
 Secretaria Municipal de Administração e FinançasR\$ 488.730,00
 Secretaria Municipal de Educação R\$ 1.174.357,00
 Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar social R\$ 299.310,00
 Secretaria Municipal de Desenvolvimento EconômicoR\$ 53.910,00
 Secret. Municipal de Planej. Urbano, Obras, Transp. e Serv. Públicos R\$ 461.093,00
 Reserva de Contingência R\$ 700.000,00

TOTAL R\$ 3.500.000,00

Art.4º) Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - realizar operações de crédito por antecipação de receita até o limite de 15% (quinze por cento) da receita estimada nos termos desta Lei.

II - abrir crédito suplementar até o limite de 50 % (cinquenta por cento) da despesa nos termos do Art.7º, inciso I da Lei 4.320/64, por conta:

a - da anulação parcial de dotação da reserva de contingência.

b - de recursos oriundos de doações e decorrentes de auxílios, acordos e convênios com órgãos do Estado ou da União.

III - Movimentar dotações dentro da mesma categoria de programação desde que não implique em aumento ou diminuição de recursos alocados.

Art.5º) O orçamento fiscal do Município de Campo Alegre para o exercício de 1999 que estima a receita e fixa a despesa da Administração Indireta será proposto em Lei específica.

Art.6º) O Município poderá conceder Auxílio Financeiro a Entidades Privadas, sem fins lucrativos, em pleno funcionamento, mediante autorização Legislativa, até o limite de 1% (um por cento) das Receitas Correntes.

Art.7º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir do dia 1º de janeiro de 1999.

Art.8º) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
16 de dezembro de 1998.
DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 16 dias do mês de dezembro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.379 de 10 de Dezembro de 1998

LEI Nº 2.379 DE 10 DE DEZEMBRO DE 1998.
DISPÕE SOBRE CONTRIBUIÇÕES CORRENTES

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a contribuir mensalmente à AMUNESC - Associação de Municípios do Nordeste de Santa Catarina, o valor mensal de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais), nos meses de janeiro à dezembro de 1999.

Art.2º) Para pagamento de que trata o Artigo 1º desta Lei serão utilizados Recursos da seguinte Dotação Orçamentária:

0200 - Gabinete do Prefeito

0201 - Chefia de Gabinete
03.07.020.2002 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito
3000.00 - Despesas Correntes
3200.00 - Transferências Correntes
3230.00 - Transferências a Instituições Privadas
3233.00 - Contribuições Correntes

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º (primeiro) de Janeiro de 1999.

Art.4º) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
10 de dezembro de 1998.
MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 10 dias do mês de dezembro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.378 de 25 de Novembro de 1998

LEI Nº 2.378 DE 25 DE NOVEMBRO DE 1998
CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE/SC. faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º) Fica criado o FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, com o objetivo de dar suporte aos programas de estímulo às atividades agropecuárias, pesqueiras, florestais e ligadas ao Meio Ambiente, desenvolvidas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico através da Divisão de Agricultura e Meio Ambiente..

Art.2º) O estímulo às atividades agropecuárias, pesqueiras, florestais e de Meio Ambiente, será consubstanciado no fornecimento de bens e serviços, os quais serão financiados através de contrato firmado ente o Fundo Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e o beneficiário.

Art.3º) Constituem recursos financeiros do FMAMA:
I - As dotações constantes do orçamento do Município;
II - Os recursos oriundos de Convênios, acordos e contratos;
III- Doações e contribuições;
IV - A remuneração oriunda de aplicações financeiras;
V - Pagamento dos empréstimos concedidos com recursos do FMAMA e dos serviços prestados pelo Município destinados a executar melhoramentos na atividade agropecuária e de Meio Ambiente no Município.
VI - Recursos decorrentes da alienação de material, bens ou equipamentos considerados inservíveis de propriedade do FMAMA.
VII- Outros recursos, de qualquer origem, que lhe forem transferidos.

Parágrafo Único - Fica o FMAMA autorizado a efetuar aplicações financeiras no sistema financeiro oficial, dos recursos que trata

este artigo desde que não venha a interferir ou prejudicar as atividades do FMAMA.

Art.4º) Os recursos do FMAMA destinam-se a:

- I - Financiar projetos ligados ao Meio Ambiente
- II - Financiar os produtores rurais e piscicultores, com vistas à aquisição de bens de produção.
- III - Financiar a realização de serviços de infra-estrutura em propriedades ou comunidades rurais ou piscicultivas.
- IV- Cobrir despesas de custeio realizadas pela Divisão de Agricultura e Meio Ambiente.

Parágrafo Primeiro - As definições a respeito dos financiamentos concedidos pelo FMAMA, envolvendo itens a serem financiados, caracterização dos beneficiários, prazos de carência, encargos financeiros de amortização, serão estabelecidas anualmente pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

Parágrafo Segundo - Fica estabelecido um limite de até 30 % (trinta por cento) dos recursos do FMAMA para pagamento das despesas de custeio realizadas pela Divisão de Agricultura e Meio Ambiente.

Art.5º) O FMAMA será administrado por um Conselho Executivo composto pelos seguintes membros:

- I - Presidente - Prefeito Municipal.
- II - Vice Presidente - Chefe da Divisão da Agricultura e Meio Ambiente.
- III- Tesoureiro - Secretário Municipal de Administração e Finanças.
- IV- 02 (dois) Produtores Rurais indicados pelo Conselho Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do Município.

Parágrafo Único - O Conselho Municipal de Agricultura e Meio Ambiente será um órgão deliberativo do Conselho Executivo do FMAMA.

Art.6º) A supervisão superior do FMAMA será exercida pelo Conselho Executivo, a quem cabe:

- I - Fixar as diretrizes operacionais do Fundo em consonância com a programação estabelecida pelo Conselho Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.;
- II - Baixar normas e instruções complementares, disciplinando a aplicação dos recursos financeiros disponíveis;
- III- Aprovar os planos de aplicação dos recursos;
- IV - Executar as atividades referentes ao FMAMA, , nos seguintes aspectos técnicos, administrativos e financeiros;
- V - Aprovar e contratar os financiamentos concedidos pelo Fundo;
- VI - Elaborar a proposta orçamentária;
- VII - Prestar contas da gestão financeira do Fundo;
- VIII- Desenvolver outras atividades indispensáveis à execução das finalidades do Fundo.

Art.7º) Ao Presidente do Conselho Executivo do FMAMA compete:

- I - Presidir as reuniões do Conselho;
- II - Fixar o calendário anual de reuniões e convocar os membros do Conselho;
- III - Assinar Cheques, autorizar despesas e prestar contas da aplicação dos recursos do FMAMA;
- IV - Aprovar Cheques, autorizar despesas e prestar contas da aplicação dos recursos do FMAMA;
- V - Representar o FMAMA em todos os atos jurídicos em que o mesmo seja parte interessada.

Art.8º) Ao Vice-Presidente do Conselho Executivo do FMAMA compete:

- I - Substituir o Presidente, por ocasião de suas ausências ou impedimentos;
- II - Assessorar o Presidente em matéria de sua especialidade;
- III- Executar os planos de aplicação do FMAMA, aprovados pelo

Conselho;

IV- Realizar outras tarefas que lhe sejam atribuídas;

Art.9º) Ao Tesoureiro do Conselho Executivo do FMAMA, compete:

- I - Autorizar o depósito em conta bancária, do total da receita arrecadada;
- II - Assinar, juntamente com o Presidente ou Vice- Presidente, os Cheques sacados contra a conta bancária, depois de processadas as despesas e autorizado seu pagamento, pelo Presidente;
- III - Elaborar, anualmente, a prestação de contas relativa a receita e despesa do FMAMA, na forma de legislação vigente;
- IV - Manter, sob sua guarda todos os documentos da receita e despesa do FMAMA;
- V - Realizar outras tarefas que lhe forem atribuídas;

Art.10º) A prestação de contas da gestão financeira do Fundo, cabe ao Conselho Executivo, e será feita em cada exercício, por meio de balancetes, demonstrativos e balanços, na forma que dispõe a Lei 4.320/64, e nas normas emanadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art.11º) Os recursos do FMAMA, serão depositados em conta bancária própria, ressalvados os recursos estaduais ou federais, quando a legislação própria estabeleça modo diverso.

Art.12º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 2.338 de 07 de julho de 1998.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
25 de novembro de 1998.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 25 dias do mês de novembro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.377 DE 25 DE NOVEMBRO DE 1998

LEI Nº 2.377 DE 25 DE NOVEMBRO DE 1998.

INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO, Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o Artº.71, inc. III da Lei Orgânica Municipal e na conformidade do Decreto Federal nº 1.946, de 28/06/96, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instituir o Conselho Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, de caráter consultivo e orientador e de funcionamento permanente.

Art.2º) Ficam atribuídas ao Conselho Municipal de Agricultura e Meio Ambiente as seguintes competências:

- I - Promover o entrosamento entre as atividades desenvolvidas pelo Executivo Municipal e órgãos e entidades públicas e privadas voltadas para o desenvolvimento rural e sustentável do município;
- II - Apreciar o Plano Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, e emitir parecer conclusivo atestando a sua viabilidade técnico-financeira, a legitimidade das ações propostas em relação às

demandas formuladas e recomendando a sua execução;
III - Exercer vigilância sobre a execução das ações previstas no Conselho Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
IV - Sugerir ao Executivo Municipal e aos órgãos e entidades públicas e privadas que atuam no município, ações que contribuam para o desenvolvimento sustentável e o aumento da produção agropecuária para a geração de emprego e renda no meio rural;
V - Sugerir políticas e diretrizes às ações do Executivo Municipal no que se refere à produção, à preservação do meio-ambiente, ao fomento agropecuário, à organização dos agricultores e à regularidade do abastecimento alimentar do Município;
VI - Assegurar a participação efetiva dos segmentos promotores e beneficiários das atividades agropecuárias e do Meio Ambiente desenvolvidas no Município;
VII - Administrar o Fundo Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, na forma da Lei.

Art.3º) O Conselho Municipal de Agricultura e Meio Ambiente tem foro e sede no Município de Campo Alegre-SC.

Art.4º) O mandato dos membros do Conselho Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, será de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período, e o seu exercício será sem ônus para os cofres públicos, sendo considerado serviço relevante ao Município.

Art.5º) Integram o Conselho Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, os seguinte membros:

- a) Prefeito Municipal em exercício;
- b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico - Divisão da Agricultura e Meio Ambiente;
- c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social;
- d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
- e) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;
- f) 01 (um) representante do Sindicato Rural de Campo Alegre;
- g) 01 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Alegre;
- h) 01 (um) representante da Cooperativa Regional Agrícola Norte Catarinense - Coopernorte;
- i) 01 (um) representante da Cooperativa dos Produtores de Mate de Campo Alegre;
- j) 01 (um) representante da Associação dos Piscicultores do Município de Campo Alegre;
- k) 01 (um) representante da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Campo Alegre - ACIACA;
- l) 01 (um) representante da CIDASC;
- m) 01 (um) representante da EPAGRI;
- n) 01 (um) representante da Souza Cruz;
- o) 01 (um) representante do Jovens Rurais
- p) 15 (quinze) representantes dos agricultores.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho Municipal de Agricultura e Meio Ambiente serão nomeados pelo Prefeito Municipal, através de Portaria, mediante indicação dos titulares dos órgãos e entidades representados.

Parágrafo Segundo - O Presidente do Conselho Municipal de Agricultura e Meio Ambiente será o titular da Divisão de Agricultura e Meio Ambiente

Parágrafo Terceiro - Cada entidade representada indicará um suplente, que substituirá o titular em qualquer eventualidade.

Parágrafo Quarto - No caso de um das entidades representadas encerrar suas atividades caberá ao Prefeito Municipal substituir o representante.

Art.6º) O Executivo Municipal, através de seus órgãos e entidades da administração direta e indireta, fornecerá as condições e as informações necessárias para o Conselho Municipal de Agricultura e Meio Ambiente cumprir as suas atribuições.

Art.7º) O Conselho Municipal de Agricultura e Meio Ambiente elaborará o seu Regimento Interno, para regular o seu funcionamento, no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da publicação desta Lei.

Art.8º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 2.339 de 07 de julho de 1998.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
25 de novembro de 1998.

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 25 dias do mês de novembro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.376 DE 25 DE NOVEMBRO DE 1998

LEI Nº 2.376 DE 25 DE NOVEMBRO DE 1998.

AUTORIZA CONTRIBUIÇÃO À AMUNESC

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal a contribuir excepcionalmente com o valor mensal de R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais) à AMUNESC - Associação de Municípios do Nordeste de Santa Catarina para pagamento de obrigação Judicial da Entidade.

Art.2º) A contribuição mensal que trata o Artigo 1º desta Lei será efetuada no período de novembro de 1998 à agosto de 1999, e correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 03.07.021.2003 - Divisão Pessoal Elemento 3233.00 - Contribuições Correntes da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre SC,
25 de novembro de 1998.

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 25 dias do mês de novembro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.375 de 25 de Novembro de 1998

LEI Nº 2.375 DE 25 DE NOVEMBRO DE 1998

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 185.581,03 (cento e oitenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e um reais e três centavos), afim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente.

0200 - Gabinete do Prefeito

0201 - Chefia do Gabinete

03.07.020.2002 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível R\$ 9.600,00

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0301 - Divisão Pessoal

03.07.021.2003 - Divisão de Pessoal

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível R\$ 27.500,00

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 70,00

3200.00 - Transferências Correntes

3230.00 - Transferências a Instituições Privadas

3233.00 - Contribuições Correntes R\$ 810,00

3251.00 - Inativos R\$ 105,16

3253.00 - Salário Família R\$ 120,00

0302 - Divisão de Tesouro

03.08.033.2005 - Amortização de Dívidas

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3260.00 - Encargos da Dívida Interna

3261.00 - Encargos da Dívida Pública R\$ 560,00

0303 - Divisão Controle Fazendário

03.08.030.2006 - Manutenção das atividades de Finanças

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível R\$ 9.000,00

3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas

3251.00 - Inativos R\$ 3.950,00

3253.00 - Salário Família R\$ 5,00

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0402 - Divisão de Ensino Fundamental

08.42.188.2014 - Desenvolvimento Ensino Fundamental Valorização do Magistério

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível R\$ 78.800,00

3113.00 - Obrigações Patronais . R\$ 500,00

3200.00 - Transferências Correntes

3220.00 - Transferências Intragovernamentais

3224.00 - Transferências a Instituições multigovernamentais...R\$ 45.000,00

0403 - Divisão de Ensino Infantil

08.41.185.2015 - Manutenção das atividades do Ensino Infantil

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível R\$ 9.560,87

TOTAL R\$ 185.581,03

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo Primeiro desta Lei correrá por Conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

0100 - Câmara de Vereadores

0101 - Câmara de Vereadores

01.01.001.2001 - Manutenção de Atividades Legislativas

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 5.000,00

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 9.110,47

01.01.025.1001 - Conclusão do Prédio da Câmara

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4110.00 - Obras e Instalações R\$ 25.596,00

0200 - Gabinete do Prefeito

0201 - Chefia do Gabinete

03.07.020.2002 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de Consumo ... R\$ 1.500,00

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 526,00

3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 6.000,00

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0301 - Divisão Pessoal

03.07.021.2003 - Divisão de Pessoal

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3113.00 - Obrigações Patronais .. R\$ 5.000,00

3120.00 - Material de Consumo .. R\$ 500,00

0302 - Divisão de Tesouro

03.08.033.2005 - Amortização de Dívidas

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4300.00 - Transferências de Capital

4350.00 - Amortização da Dívida Interna

4351.00 - Amortização da Dívida Contratada ... R\$ 250,00

0303 - Divisão Controle Fazendário

03.08.030.2006 - Manutenção das atividades de Finanças

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3113.00 - Obrigações Patronais . R\$ 5.000,00

3120.00 - Material de Consumo . R\$ 500,00

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0401 - Divisão de Apoio Administrativo

08.42.188.2008 - Gestão Administrativa da Educação.

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível R\$ 3.800,00

3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 1.500,00

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais . R\$ 1.000,00

3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas

3253.00 - Salário Família R\$ 1.800,00

08.43.197.2009 - Bolsa Estudantil de 2º Grau Técnico

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferências a Pessoas
 3254.00 - Apoio Financeiro a Estudantes R\$ 90,00
 08.47.235.2011 - Bolsa Estudantil a Servidor
 3000.00 - Despesas Correntes
 3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferências a Pessoas
 3254.00 - Apoio Financeiro a Estudantes R\$ 1.000,00
 08.47.239.2012 - Transporte Escolar
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 216,00
 0402 - Divisão de Ensino Fundamental
 08.42.188.1003 - Construção e Ampliação de Escolas
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4110.00 - Obras e Instalações R\$ 10.599,34
 08.42.188.2013 - Manutenção das atividades do Ensino Fundamental
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 2.337,76
 08.42.188.2014 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 568,44
 0403 - Divisão de Ensino Infantil
 08.41.185.2015 - Manutenção das atividades do Ensino Infantil
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3120.00 - Material de Consumo R\$ 8.000,00
 3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferências a Pessoas
 3253.00 - Salário Família R\$ 1.000,00
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 844,00
 0404 - Divisão de Ensino Itinerante
 08.42.188.2016 - Manutenção das atividades da Escola Itinerante
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3120.00 - Material de Consumo R\$ 30,50
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 103,00
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente . R\$ 300,00
 0405 - Divisão de Merenda Escolar
 08.81.483.2017 - Coordenação do Fornecimento da Merenda Escolar
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3120.00 - Material de Consumo . R\$ 45,00
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 100,00
 0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social
 0501 - Divisão de Assistência a Saúde
 13.75.025.1004 - Construção e Reforma de Postos de Saúde
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4110.00 - Obras e Instalações R\$ 2.000,00
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 166,00
 13.75.428.2018 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal

3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3120.00 - Material de Consumo R\$ 6.308,00
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 700,00
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 33.000,00
 3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferências a Pessoas
 3251.00 - Inativos R\$ 500,00
 3253.00 - Salário Família R\$ 120,00
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 18,29
 0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade
 15.81.427.2020 - Doação de Cestas Básicas
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 308,00
 15.81.483.2021 - Conselho Tutelar
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 5.000,00
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 970,00
 15.81.486.2019 - Gestão Administrativa da Assistência Social
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 500,00
 3120.00 - Material de Consumo R\$ 1.500,00
 3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferências a Pessoas
 3251.00 - Inativos R\$ 1.500,00
 3253.00 - Salário Família R\$ 90,00
 0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
 0601 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente
 04.14.080.1005 - Implantação do Horto Municipal
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4110.00 - Obras e Instalações R\$ 100,00
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 100,00
 04.18.111.2023 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 1.070,00
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 1.500,00
 3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferências a Pessoas
 3253.00 - Salário Família R\$ 15,00
 11.62.346.2024 - Implantação do Parque Industrial
 4000.00 - Despesas de Capital
 4200.00 - Inversões Financeiras
 4210.00 - Aquisição de Imóveis R\$ 100,00
 0603 - Departamento de Turismo
 11.65.363.2025 - Incentivo ao Turismo
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 1.500,00
 0700 - Secretaria Mun. Planej. Urba, Obras Transp. e Serviços Públicos.
 0701 - Departamento de Planejamento Urbano e Obras
 10.60.325.2026 - Gestão Administrativa do Órgão
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 500,00
 3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferências a Pessoas
 3253.00 - Salário Família R\$ 1.800,00
 10.60.325.2027 - Conservação de Logradouros Públicos
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4110.00 - Obras e Instalações ... R\$ 4.380,88
 16.88.449.1007 - Implantação de Redes de Esgotos Pluvial e Sanitário
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4110.00 - Obras e Instalações .. R\$ 9.222,82
 16.88.532.1009 - Conclusão do Terminal Rodoviário
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4110.00 - Obras e Instalações .. R\$ 50,00
 16.91.575.1008 - Término da Pavimentação das Ruas: 7 de Setembro, Getúlio Vargas
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4110.00 - Obras e Instalações .. R\$ 100,00
 16.91.575.1010 - Ação de Pavimentação
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4110.00 - Obras e Instalações .. R\$ 52,00
 0702 - Departamento de Transporte
 16.88.020.2029 - Reforma e Manutenção do Maquinário
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3120.00 - Material de Consumo R\$ 9.793,53
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 2.000,00
 16.88.534.2028 - Conservação de Estradas do Interior
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3120.00 - Material de Consumo R\$ 8.000,00
 0703 - Departamento de Serviços Públicos
 09.51.020.1011 - Eletrificação Rural e Urbana
 4000.00 - Despesas de Capital
 4300.00 - Transferências de Capital
 4320.00 - Transferências Intergovernamentais
 4324.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais....R\$ 100,00
 13.76.448.2030 - Implantação do Aterro Sanitário
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4110.00 - Obras e Instalações R\$ 100,00
 16.88.536.2031 - Implantação do Transporte Coletivo
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 100,00

TOTAL R\$ 185.581,03

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
 25 de novembro de 1998.

MANUEL R. DEL OLMO
 Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
 Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 25 dias do mês de novembro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
 Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.374 DE 20 DE NOVEMBRO DE 1998

LEI Nº 2.374 DE 20 DE NOVEMBRO DE 1998.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ALIENAR BEM PÚBLICO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica autorizado o Poder Executivo a alienar por investidura, nos moldes art. 17, II e § 3º da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, uma área de 291,43 m2 descritas nos anexos I e II desta Lei, pertencente ao imóvel inscrito no Cartório de Registros de Imóveis de São Bento do Sul, sob matrícula nº 08.863 Livro nº 02, pelo valor de R\$ 1.457,15 (um mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e quinze centavos) conforme avaliação constante do anexo III desta Lei, ao proprietário lindeiro da referida área.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
 20 de novembro de 1998.

MANUEL R. DEL OLMO
 Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
 Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 20 dias do mês de novembro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
 Chefe de Gabinete

Decreto Nº 8.564 de 12 de Setembro de 2014

DECRETO Nº 8.564 DE 12 DE SETEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.045 de 10 de dezembro de 2013; Decreta;

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 3.300,00 (Três mil e trezentos reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento vigente.

08.00 - Secretaria Municipal de Planej. Transporte e Obras

08.03 - Serviço de obras e serviços públicos

06.181.0050.2.040 - Manut. E Coord. Das Ativ. Da policia Civil, Militar e Radiopatrulha

300000.00.520 - Despesas Correntes

330000.00.520 - Outras Despesas Correntes

339000.00.520 - Aplicações Diretas

339039.00.520 - Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
R\$ 1.500,00

04.00 - Secretaria Municipal de Finanças

04.01 - Serviço de controle Fazendário

04.123.0006.2.044 - Pessoal da Secretaria Municipal de Finanças

300000.00.896 - Despesas Correntes

310000.00.896 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00.896 - Aplicações Diretas

319011.00.896 - Vencimentos e Vantagens Fixas- Pessoal Civil
R\$ 1.800,00

TOTAL

R\$ 3.300,00

Art. 2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planej. Transporte e Obras	
08.03 -	Serviço de obras e serviços públicos	
06.181.0050.2.040 -	Manut. E Coord. Das Ativ. Da policia Civil, Militar e Radiopatrulha	
400000.00.520 -	Despesas de Capital	
440000.00.520 -	Investimentos	
449000.00.520 -	Aplicações Diretas	
449052.00.520 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 1.500,00
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01 -	Serviço de controle Fazendário	
04.123.0006.2.044 -	Pessoal da Secretaria Municipal de Finanças	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339049.00.896 -	Auxilio Transporte	R\$ 1.800,00
	TOTAL	R\$ 3.300,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício, Município Campo Alegre/SC, 12 de setembro de 2014.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e

3.386 em: 12/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe do Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.373 de 20 de Novembro de 1998

LEI Nº 2.373 DE 20 DE NOVEMBRO DE 1998

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar por conta de Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 137.927,61 (cento e trinta e sete mil, novecentos e vinte e sete reais e sessenta e um centavos), afim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente.

0403 - Divisão de Ensino Infantil

08.41.185.2015 - Manutenção das atividades do Ensino Infantil

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível R\$ 11.239,13

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais . R\$ 260,00

3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas

3251.00 - Inativos R\$ 3.922,92

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

0501 - Divisão de Assistência a Saúde

13.75.428.2018 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível R\$ 48.000,00

3113.00 - Obrigações Patronais . R\$ 4.000,00

0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade

15.81.486.2019 - Gestão Administrativa da Assistência Social

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível R\$ 8.695,56

04.18.111.2023 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível R\$ 11.850,00

0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

0601 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente

04.18.111.2023 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 1.700,00

0603 - Departamento de Turismo

11.65.363.2025 - Incentivo ao Turismo

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível R\$ 100,00

0700 - Secret. Munic. Planej. Urbano Obras Transp. e Serviços Públicos

0701 - Departamento de Planejamento Urbano e Obras
10.60.325.2026 - Gestão Administrativa do Órgão
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3110.00 - Pessoal
3111.00 - Pessoal Cível R\$ 45.400,00
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 2.340,00
3200.00 - Transferências Correntes
3250.00 - Transferências a Pessoas
3251.00 - Inativos R\$ 420,00

TOTAL R\$ 137.927,61

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo Primeiro desta Lei, correrá por Conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
20 de novembro de 1998.
DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei, na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 20 dias do mês de novembro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.372 DE 28 DE OUTUBRO DE 1998

LEI Nº 2.372 DE 16 DE NOVEMBRO DE 1998.
ISENÇÃO DE TRIBUTOS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder isenção de 50% do ISS, que incide sobre a prestação de serviços à municipalidade, a Empresa HLT Transporte e Turismo Ltda, a partir do mês base novembro por um período de 1 ano.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 16 de novembro de 1998.

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 16 dias do mês de novembro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.371 DE 28 DE OUTUBRO DE 1998

LEI Nº 2.371 DE 28 DE OUTUBRO DE 1998
ALTERA PARTE DA REDAÇÃO DO ARTIGO 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 2.286

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica alterada parte da redação do Artigo 1º da Lei Municipal nº 2.286 de 23 de dezembro de 1997, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a contribuir mensalmente à AMUNESC - Associação de Municípios do Nordeste de Santa Catarina o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) nos meses de outubro, novembro e dezembro do corrente ano.

Art2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
28 de outubro de 1998.
MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal
MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 28 dias do mês de outubro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.370 de 28 de Outubro de 1998

LEI Nº 2.370 DE 28 DE OUTUBRO DE 1998
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE INCENTIVOS ECONÔMICOS E FISCAIS AO RAMO DO TURISMO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Poder Executivo fica autorizado a conceder incentivos econômicos e fiscais a empresas que explorem atividades do setor turístico no município.

§ Único - os benefícios de que trata o caput deste artigo serão concedidos a empresas que iniciem suas atividades ou que, já estando em pleno funcionamento pretendem a ampliação quantitativa ou qualitativa do objeto de suas atividades.

Art. 2º Os incentivos econômicos a que se refere o artigo anterior são:

I - a execução no todo ou em parte dos serviços de infraestrutura básica local e de acesso ao empreendimento bem como os serviços de movimentação de terra imprescindíveis ao projeto;

II - apoio técnico de elaboração de projetos tendentes a instruir pedidos de financiamento a agência de fomento.

§ Único - os benefícios previstos neste artigo não poderão atingir a importância superior a 20% (vinte por cento) do total imobilizado no empreendimento.

Art. 3º Os incentivos fiscais a que se refere o art. 1º desta lei se constituem na isenção de tributos e preços públicos municipais pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

Art. 4º O pedido de incentivos de que trata esta lei deverão ser requeridos na forma de regulamento próprio ao Prefeito Municipal que avaliará o pedido segundo os critérios de:

I - volume de absorção de mão-de-obra;

II - volume de aproveitamento de matéria-prima local;

III- pioneirismo

§ Único - o pedido deverá estar instruído com os seguintes documentos:

I - cadastro completo da empresa com cópia dos atos constitutivos e cartão de CNPT;

II - certidões negativas das fazendas federal, estadual e municipal;

III - projeto de instalação de seu estabelecimento e esboço de suas pretensões quanto a faturamento bruto anual, número de funcionários e aproveitamento de insumos locais;

IV - plano de destinação de resíduos;

V - projeto paisagístico do estabelecimento.

Art. 5º Cessarão os incentivos econômicos e fiscais quando:

I - não utilizados em suas finalidades específicas;

II - não se instalar o projeto no período de 6 (seis) meses da concessão dos benefícios ou o mesmo paralisar-se injustificadamente por mais de 3 (três) meses;

III - ocorrer a concordata, a falência ou a extinção nos moldes da legislação comercial no período de até 5 (cinco) anos da concessão dos benefícios;

IV - houver o cancelamento nos moldes do art. 83 da Lei 2293 de 23 de dezembro de 1997.

Art. 6º Os incentivos de que trata esta lei poderão ser concedidos isolados ou cumulativamente.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotação orçamentária específica.

Art. 8º Os casos omissos à presente lei serão resolvidos por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre,
28 de outubro de 1998.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
28 de outubro de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 28 dias do mês de outubro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.369 DE 28 DE OUTUBRO DE 1998

LEI Nº 2.369 DE 28 DE OUTUBRO DE 1998

DISPÕE SOBRE ATOS LESIVOS À LIMPEZA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Os estabelecimentos que comercializam alimentos para consumo imediato ou não, ficam obrigados:

I - A acondicionar o lixo produzido em sacos de polietileno manufaturados para este fim e depositá-lo em local próprio para o seu recolhimento;

II - a instalar e manter recipientes de lixo em locais visíveis e de fácil acesso;

Parágrafo Único - Submetem-se a mesma obrigação os comerciantes de feiras livres e os vendedores ambulantes.

Art. 2º - Os estabelecimentos que comercializam agrotóxicos ou produtos fito-sanitários ficam obrigados a dar os resíduos da comercialização a destinação específica a ser definida em regulamento próprio.

Art. 3º - Constitui-se infração punível conforme o disposto no Capítulo V do Código de Posturas do Município aprovado pela Lei 1025 de 09 de março de 1987 o descumprimento das obrigações dos artigos bem como:

I - depositar ou lançar papéis, latas, restos ou lixo de qualquer natureza, fora dos recipientes apropriados, em vias, calçadas, praças e demais logradouros públicos, que causem danos à conservação da limpeza urbana;

II - depositar, lançar ou atirar em quaisquer áreas públicas ou terrenos, edificados ou não, resíduos sólidos de qualquer natureza;

III - sujar logradouros ou vias públicas, em decorrência de obras ou desmatamento;

IV - depositar, lançar ou atirar em riachos, córregos, lagos e rios ou às suas margens, resíduos de qualquer natureza que causem prejuízo à limpeza urbana ou ao meio ambiente.

Art. 4º - O Governo do Município promoverá as políticas públicas de destinação adequada de resíduos sólidos preferindo sempre a reciclagem e o reaproveitamento de tais resíduos.

Parágrafo Único - Para o cumprimento do disposto no caput deste artigo o Poder Executivo deverá:

I - realizar regularmente programas de limpeza urbana priorizando mutirões e dias de faxina no Município;

II - promover periodicamente campanhas educativas através de meios de comunicação de massa;

III - realizar palestras e visitas às escolas, promover mostras itinerantes, apresentar audiovisuais, editar folhetos e cartilhas explicativas;

IV - desenvolver programas de informação, através da educação formal e informal, sobre materiais recicláveis e materiais biodegradáveis;

V - celebrar convênios com entidades públicas ou particulares objetivando a viabilização das disposições previstas neste artigo.

VI - colocar lixeiras nos locais considerados estratégicos quando distantes de estabelecimentos obrigatórios.

Art. 5º - Os estabelecimentos comerciais terão 120 (cento e vinte) dias da vigência desta lei para adequar-se às suas exigências.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
28 de outubro de 1998.
MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 28 dias do mês de outubro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.368 DE 23 DE OUTUBRO DE 1998

LEI Nº 2.368 DE 23 DE OUTUBRO DE 1998
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 161.644,00 (cento e sessenta e um mil, seiscentos e quarenta e quatro reais), afim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente.

0200 - Gabinete do Prefeito
0201 - Chefia do Gabinete
03.07.020.2002 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3110.00 - Pessoal
3111.00 - Pessoal Cível R\$ 8.400,00
3120.00 - Material de Consumo ... R\$ 2.000,00
3200.00 - Transferências Correntes.
3230.00 - Transferências a Instituições Privadas
3233.00 - Contribuições Correntes R\$ 4.000,00
0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
0301 - Divisão Pessoal
03.07.021.2003 - Divisão de Pessoal
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível R\$ 11.342,86
3120.00 - Material de Consumo R\$ 2.000,00
3200.00 - Transferências Correntes
3210.00 - Transferências Intragovernamentais
3214.00 - Contribuições a Fundos R\$ 5.100,00
3200.00 - Transferências Correntes
3230.00 - Transferências a Instituições Privadas
3233.00 - Contribuições Correntes R\$ 2.010,00

0302 - Divisão de Tesouro
03.08.033.2005 - Amortização de Dívidas
4000.00 - Despesas de Capital
4300.00 - Transferências de Capital
4350.00 - Amortização de Dívidas
4351.00 - Amortização da Dívida Contratada . R\$ 2.000,00
0303 - Divisão Controle Fazendário
03.08.030.2006 - Manutenção das atividades de Finanças
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3110.00 - Pessoal
3111.00 - Pessoal Cível R\$ 1.000,00
3120.00 - Material de Consumo R\$ 2.000,00
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 2.000,00
3200.00 - Transferências Correntes
3250.00 - Transferências a Pessoas
3251.00 - Inativos R\$ 1.000,00
0402 - Divisão de Ensino Fundamental
08.42.188.2014 - Desenvolvimento Ensino Fundamental Valorização do Magistério
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3110.00 - Pessoal
3111.00 - Pessoal Cível R\$ 28.100,00
3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 1.000,00
3120.00 - Material de Consumo R\$ 4.000,00
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos.
3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 1.000,00
3200.00 - Transferências Correntes
3220.00 - Transferências Intragovernamentais
3224.00 - Transferências a Instituições multigovernamentais...R\$ 10.725,47
3250.00 - Transferências a Pessoas.
3253.00 - Salário Família R\$ 1.480,72
0403 - Divisão de Ensino Infantil
08.41.185.2015 - Manutenção das atividades do Ensino Infantil
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3110.00 - Pessoal
3111.00 - Pessoal Cível R\$ 14.884,53
3200.00 - Transferências Correntes
3250.00 - Transferências a Pessoas
3251.00 - Inativos R\$ 1.800,00
0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social
0501 - Divisão de Assistência a Saúde
13.75.428.2018 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3110.00 - Pessoal
3111.00 - Pessoal Cível R\$ 27.000,00
0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade
15.81.486.2019 - Gestão Administrativa da Assistência Social
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3110.00 - Pessoal
3111.00 - Pessoal Cível R\$ 1.000,00
3130.00 - Serviço de Terceiros e Encargos
3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ... R\$ 395,00
0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

0601 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente
 04.17.103.2022 - Continuidade do Projeto Quiriri
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 1.505,42
 04.18.111.2023 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Cível R\$ 2.600,00
 0603 - Departamento de Turismo
 11.65.363.2025 - Incentivo ao Turismo
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Cível R\$ 1.500,00
 0700 - Secretaria Munic. Planej. Urbano Obras Transp. Serviços Públicos
 0701 - Departamento de Planejamento Urbano e Obras
 10.60.325.2026 - Gestão Administrativa
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Cível R\$ 15.800,00
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 4.000,00
 10.60.325.2027 - Conservação de Logradouros Públicos
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 2.000,00
 TOTAL R\$ 161.644,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo Primeiro desta Lei correrá por Conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
 0302 - Divisão de Tesouro
 03.08.033.2005 - Amortização de Dívidas
 3000.00 - Despesas Correntes
 3200.00 - Transferências Correntes
 3260.00 - Encargos da Dívida Interna
 3261.00 - Encargos da Dívida Pública R\$ 41.625,00
 0400 - Secretaria Municipal de Educação
 0401 - Divisão de Apoio Administrativo
 08.48.246.1002 - Construção de Anfiteatro Municipal.
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4110.00 - Obras e Instalações R\$ 56.910,00
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 15.000,00
 0700 - Secretaria Mun. Planej. Urba, Obras Transp. e Serviços Públicos.
 0701 - Departamento de Planejamento Urbano e Obras
 16.88.534.1006 - Construção de Pontes
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4110.00 - Obras e Instalações R\$ 48.109,00
 TOTAL R\$ 161.644,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
 23 de outubro de 1998.
 DR. MANUEL R. DEL OLMO
 Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
 Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 23 dias do mês de outubro de 1998

JOSÉ LUIS SILVA
 Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.367 DE 20 DE OUTUBRO DE 1998

LEI Nº 2.367 DE 20 DE OUTUBRO DE 1998.
 AUTORIZA PAGAMENTO DESPESA DE ALUGUEL

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a efetuar a despesa proveniente do Contrato de locação de uma linha telefônica para uso do destacamento da Polícia Militar de Campo Alegre no valor global de R\$ 195,00 (cento e noventa e cinco reais).

Parágrafo Único - O Contrato que trata o Caput deste Artigo é pelo prazo de três meses.

Art.2º) As despesas decorrentes da presente Lei correrá por conta de Dotação específica do Orçamento Vigente.

Art.3 º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
 20 de outubro de 1998.
 DR. MANUEL R. DEL OLMO
 Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
 Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 20 dias do mês de outubro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
 Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.366 de 14 de Outubro de 1998

LEI Nº 2.366 DE 14 DE OUTUBRO DE 1998.

AUTORIZA PAGAMENTO DESPESA DE REFEIÇÃO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a efetuar o pagamento de despesa com refeição e estadia, no valor de R\$ 481,00 (quatrocentos e oitenta e um reais).

Art.2º) A despesa que trata o Artigo 1º desta Lei correrá por conta de Dotação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
14 de outubro de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei, na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 14 dias do mês de outubro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.365 DE 24 DE SETEMBRO DE 1998

LEI Nº 2.365 DE 24 DE SETEMBRO DE 1998.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 130.465,00 (cento e trinta mil reais quatrocentos e sessenta e cinco reais), afim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente.

0200 - Gabinete do Prefeito

0201 - Gabinete do Prefeito

03.07.020.2002 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de ConsumoR\$ 1.000,00

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0402 - Divisão de Ensino Fundamental

08.42.188.2014 - Desenvolvimento Ensino Fundamental Valorização do Magistério

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível.....R\$ 46.000,00

3113.00 - Obrigações Patronais.....R\$ 1.706,00

0403 - Divisão de Ensino Infantil

08.41.185.2015 - Manutenção das atividades do Ensino Infantil

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3113.00 - Remuneração de Serviços Pessoais.....R\$ 400,00

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

0501 - Divisão de Assistência a Saúde

13.75.428.2018 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível.....R\$ 30.000,00

0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade

15.81.486.2019 - Gestão Administrativa da Assistência Social

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Remuneração de Serviços Pessoais.....R\$ 290,00

0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

0601 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente

04.18.111.2023 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível.....R\$ 4.249,00

3130.00 - Serviço de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos.....R\$ 500,00

0603 - Departamento de Turismo

11.65.363.2025 - Incentivo ao Turismo

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal CívelR\$ 2.000,00

0700 - Secretaria Munic. Planej. Urbano Obras Transp. Serviços Públicos

0701 - Departamento de Planejamento Urbano e Obras

10.60.325.2026 - Gestão Administrativa

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal CívelR\$ 42.500,00

3130.00 - Serviço de Terceiros e Encargos

3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais.....R\$ 1.820,00

TOTAL.....R\$ 130.465,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em, 24 de setembro de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 24 dias do mês de setembro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.364 DE 24 DE SETEMBRO DE 1998

LEI Nº 2.364 DE 24 DE SETEMBRO DE 1998.

DECLARA DE UTILIDADE

PÚBLICA CLUBE DE BOLÃO ARCO-ÍRIS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Declarado de Utilidade Pública, Clube de Bolão Arco-Íris, com sede à Rua Cascata, s/nº Centro, neste município, registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas e do Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Bento do Sul/SC, sob nº 443, fls. 201v, do Livro A-nº 2 de Registro de Sociedades Cíveis e na Secretaria da Receita Federal no Cadastro Geral de contribuintes sob o nº 02.630.395/0001-31, tendo seu Estatuto.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
24 de setembro de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 24 dias do mês de setembro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.363 de 24 de Setembro de 1998

LEI Nº 2.363 DE 24 DE SETEMBRO DE 1998

CRIA A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O QUADRO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA DE CAMPO ALEGRE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DR. Manuel Rodriguez Del Olmo, Prefeito Municipal de Campo Alegre, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art 1º) Esta lei cria a estrutura administrativa e o quadro de pessoal da Fundação Municipal de Desporto e Cultura segundo o Regime Jurídico Único dos servidores municipais e dá outras providências, necessárias a sua execução.

Art 2º) O regime jurídico único dos servidores municipais pertencentes à Fundação Municipal de Desporto e Cultura é o estatutário, disciplinado e regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Campo Alegre, objeto de lei própria.

Art 3º) Para efeito de aplicação desta lei, consideram-se:

I - estrutura administrativa de Fundação Municipal de Desporto e Cultura aquela dada no Capítulo II e Anexo I desta Lei;

II - quadros de pessoal aqueles descritos no Capítulo III desta lei e organizados segundo Anexos II e III desta lei;

III - plano de carreiras aquele conjunto das possibilidades de

evolução funcional dos servidores permanentes, através de promoção dentro das carreiras, observadas as regras e condições, estabelecidas em leis próprias.

Art 4º) A Fundação Municipal de Desporto e Cultura se organiza segundo a disposição prevista nos artigos seguintes, identificados por siglas oficiais e constantes do organograma geral da Fundação conforme Anexo I desta lei.

Art 5º) As unidades administrativas da Fundação se organizam noas seguintes níveis hierárquicos decrescentes:

I - Diretoria

II - Divisões

**CAPÍTULO II
DAS COMPETÊNCIAS**

Art 6º) São as seguintes as unidades administrativas que compõem a Fundação Municipal de Desporto e Cultura:

I - Diretoria Geral;

II - Divisão de Cultura;

III - Divisão de Esporte;

Art 7º) Compete à Diretoria Geral:

I - Elaborar e encaminhar ao Chefe do Poder Executivo para aprovação:

- a) O plano de Trabalho referente à política de esportes e cultura a ser praticado pela Fundação;
- b) O orçamento e o plano de aplicação de recursos;
- c) O relatório mensal e anual de atividades, a prestação de contas e o balanço anual;

II - Cumprir e fazer cumprir o disposto no Estatuto e no Regimento Interno, bem como sugerir e apresentar as alterações estatutárias que se fizerem necessárias.

III - Elaborar Regimento Interno da Fundação, para aprovação do Chefe do Poder Executivo.

Art 8º) Compete à Divisão de Cultura:

I - Executar a política municipal de cultura, em consonância com as diretrizes pertinentes ao Executivo e à Diretoria Geral;

II - Promover eventos e solenidades de incentivo e externalização da arte e da cultura no município;

III - Fomentar o ensino e a prática da música, do teatro, da dança, da pintura, da escultura, da literatura e do cinema, dentre outras manifestações artísticas.

Art 9º) Compete a Divisão de Esportes:

I - Executar a política municipal de esporte sob diretrizes do executivo e Diretoria Geral;

II - Desenvolver o esporte comunitário atentando para o seguinte:

- a) integração das comunidades interioranas através de torneios desportivos;
- b) prática do esporte como complemento ao ensino fundamental e médio;
- c) prática de esporte dirigida à terceira idade;
- d) prática de esporte como elemento de qualidade de vida.

III - Desenvolver o esporte competitivo atentando para o seguinte:

- a) monitoramento das potencialidades desportivas individuais e de grupo nas redes de ensino locais;
- b) incentivo aos atletas em potencial na prática do esporte competitivo e profissional
- c) elaboração e desenvolvimento de equipes competitivas nas principais modalidades desportivas;
- d) busca constante das melhores colocações nas competições desportivas de qualquer nível.

IV - Zelar pelo funcionamento e pela manutenção do ginásio de esportes "Helmuth Erico Herbst" organizando os horários de práticas desportivas e tornado-o concomitantemente:

- a) um centro de treinamento do esporte competitivo municipal;
- b) uma arena de competições desportivas de cunho regional;
- c) um local para prática do esporte comunitário, aberto a grupos e equipes de todo o município.

V - Monitorar, zelar e incentivar a prática de esportes nas quadras, campos de futebol, onde quer que se localizem, no território municipal.

VI - Promover ampla divulgação das suas atividades, possibilitando a todos quantos se interessarem pelo esporte, saber da realização de eventos desportivos no âmbito municipal.

CAPÍTULO III DOS QUADROS DE PESSOAL

Art 10) Passa a ser o constante do Anexo II o quadro dos cargos de provimento em comissão da Fundação Municipal de Desporto e Cultura, nas quantidades, denominações, vencimentos e cargas horárias ali especificadas.

Art 11) Passa a ser constante do Anexo III o quadro dos cargos em provimento efetivo da Fundação Municipal de Desporto e Cultura, nas quantidades, denominações, vencimentos e cargas horárias semanais ali especificadas, a serem providos na forma especificada no artigo 13 desta Lei.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art 12) A estrutura administrativa estabelecida na presente lei será efetivada através da adoção das seguintes medidas:

I - provimento dos respectivos cargos;

II - Dotação de elementos humanos e materiais indispensáveis ao funcionamento dos órgãos.

Art 13) Os cargos de provimento em comissão passam a ser os constantes do Anexo II da presente lei, classificados por símbolos de livre nomeação e exoneração.

Parágrafo Único - Os cargos de confiança serão preenchidos preferencialmente por servidores de carreira, na forma do artigo 18, inciso II da Lei Orgânica do Município.

Art 14) O provimento dos cargos constantes do Anexo III se dará:

I - Por concurso público de provas ou provas e títulos, de conformidade com o estatuto dos Servidores Municipais;

II - Por promoção, na forma da Lei do Plano de Carreiras dos Servidores Públicos Municipais.

Art 15) As despesas oriundas da aplicação desta lei correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento corrente, suplementadas se necessário.

Art 16) Fica o Executivo Autorizado a conceder Gratificação de Representação aos ocupantes de cargo em comissão, para fazer face das despesas individuais e extraordinárias decorrentes da representação social exigida pelo exercício de suas atribuições, até o máximo de 100% sobre o vencimento do cargo, a critério do Chefe do Poder.

Art 17) Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
24 de setembro de 1998.
DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 24 dias do mês de setembro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.362 DE 24 DE SETEMBRO DE 1998

LEI Nº 2.362 DE 24 DE SETEMBRO DE 1998.

ALTERA LEI MUNICIPAL Nº 2.275 DE 18 DE NOVEMBRO DE 1997, QUE CRIA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) É suprimido o Art.3º da Lei nº 2.275/97, reordenando-se os demais.

Art.2º) No Art.6º fica substituído a expressão "Diretor Presidente" por "Diretor Geral".

Art.3º) O parágrafo único do artigo 6º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.6º

Parágrafo Único - A remuneração do cargo de Diretor-Geral e de outros eventuais cargos será fixada em Lei própria que disponha sobre a criação de estrutura administrativa e quadro de pessoal da Fundação".

Art.4º) São suprimidos os incisos II, III e IV do art. 7º da Lei reordenando-se os demais.

Art.5º) Acrescenta-se a expressão "para aprovação do Chefe do Poder Executivo" ao inciso VI do Art. 7º que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.7º

VI - Elaborar o Regimento Interno da Fundação para aprovação de Chefe do Poder Executivo."

Art.6º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
24 de setembro de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 24 dias do mês de setembro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.361 DE 16 DE SETEMBRO DE 1998

LEI Nº 2.361 DE 16 DE SETEMBRO DE 1998.
AUTORIZA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio com o Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, objetivando fiscalizar a arrecadação da compensação financeira pela exploração de recursos minerais - CFEM. no território do Município de Campo Alegre.

Art.2º) As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta de Dotação Orçamentária específica.

Art.3º) O termo do Convênio referido no artigo 1º, faz parte integrante desta Lei.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 16 de setembro de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 16 dias do mês de setembro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.360 DE 16 DE SETEMBRO DE 1998

LEI Nº 2.360 DE 16 DE SETEMBRO DE 1998.

AUTORIZA A DOAÇÃO DE TERRENO DESTA MUNICIPALIDADE PARA A MITRA DIOCESANA DE JOINVILLE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a efetuar a doação de uma área de terra com 4.295,54 m² (quatro mil, duzentos e noventa e cinco vírgula cinquenta e quatro metros quadrados), de propriedade deste Município, avaliada em R\$ 500,00 (quinhentos reais) situada à Rua: Principal, s/nº - Avenida do Rio Negro, município de Campo Alegre/SC, para a Mitra Diocesana de Joinville/SC.

Art.2º) O imóvel rural descrito no artigo primeiro desta Lei possui as seguintes confrontações: faz frente a estrada Salto a Avenida do Rio Negro, e os outros três lados confinam pelos marcos existentes com terras de Jacó Telma e sua mulher Paulina Telma, matriculado sob nº 12.667 das folhas 275 , do Livro nº 3-R do Registro Geral do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul/SC.

Art.3º) O donatário deverá dar início à construção da nova sede da Capela Nossa Senhora Aparecida, no prazo de 2 (dois) anos, a contar da data da promulgação desta Lei e mantê-la sob funcionamento pelo prazo de 05 (cinco) anos, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio municipal, sendo que este não poderá ser alienado de qualquer forma.

Art.4º) A escritura pública de doação definitiva somente será efetivada após o quinto ano de funcionamento da Capela Nossa Senhora Aparecida, sendo que os ônus e encargos decorrentes desta correrão por conta exclusiva da própria donatária.

Art.5º) Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
16 de setembro de 1998.
DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 16 dias do mês de setembro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.359 de 09 de Setembro de 1998

LEI Nº 2.359 DE 09 DE SETEMBRO DE 1998.

AUMENTA CARGA HORÁRIA DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE FISIOTERAPEUTA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica alterado o nível de vencimento de "21" para "31" e a carga horária de "10" para "16", do cargo de Fisioterapeuta constante do Anexo XI da Lei Municipal nº 2.284 de 23 de fevereiro de 1998 e 2.334 de 02 de julho de 1998.

Art.2º) Fica autorizado o Secretário de Administração e Finanças a conceder os aumentos de carga horária e nível de vencimento do artigo 1º desta Lei a servidora Edite Maricler Virmond.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 1º de setembro de 1998.

Art.4º) Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
09 de setembro de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 09 dias do mês de setembro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.358 DE 09 DE SETEMBRO DE 1998

LEI Nº 2.358 DE 09 DE SETEMBRO DE 1998.

AUTORIZA CONCEDER CONTRIBUIÇÃO PARA O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA A RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO ALTO RIO NEGRO CATARINENSE - CONSÓRCIO QUIRIRI.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal fica autorizado a conceder contribuição de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) para o Consórcio Intermunicipal para a Recuperação Ambiental da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Negro Catarinense - Consórcio Quiriri.

Art.2º) A contribuição acima referida será repassada em 02 (duas) parcelas mensais e consecutivas de R\$ 500,00 (quinhentos reais), mensalmente, referente aos meses de setembro e outubro de 1998.

Art.3º) A contribuição de que trata o artigo 1º se refere a quota de participação do Município de Campo Alegre na realização da 6ª. EXPOAMA, com data prevista para 25 à 27 de setembro de 1998.

Art.4º) A entidade beneficiada por esta Lei terá o prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos recursos, para prestar contas dos mesmos à Municipalidade.

Art.5º) As despesas com a execução da presente Lei correrá por

conta de dotação do Orçamento Vigente.

Art.6º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 09 de setembro de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 09 dias do mês de setembro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.357 DE 09 DE SETEMBRO DE 1998

LEI Nº 2.357 DE 09 DE SETEMBRO DE 1998.

DEFINE ZONA URBANA DO MUNICÍPIO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Esta Lei define a zona urbana do município de Campo Alegre para fins tributários conforme o disposto no § 1º do Artigo 32 da Lei Complementar nº 5.172 de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.

Art.2º) Sem prejuízo do Artigo 2º, § 1º, inciso II da Lei 2.000 de 13 de dezembro de 1994. A zona urbana do município de Campo Alegre será descontinua e formada pelos 6 (seis) setores seguintes, todos constantes do Anexo Único, parte integrante desta Lei:

- I - Setor Centro;
- II - Setor Fragosos;
- III - Setor Bateias de Baixo
- IV - Setor Lageado
- V - Setor São Miguel;
- VI - Setor Parque Industrial

Art.3º) A área urbanizável do município passa a ser definida no Anexo III da Lei 2.000 de 13/12/94.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia a partir de 31 de dezembro de 1998.

Art.5º) Revogam-se as disposições em contrário, principalmente os contidos no Artigo 65 e no Anexo III da Lei 2.000 de 13 de dezembro de 1994.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
09 de setembro de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 09 dias do mês de setembro de

1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.356 de 26 de Agosto de 1998

LEI Nº 2.356 DE 26 DE AGOSTO DE 1998.

AUTORIZA USO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a destinar o uso do veículo - ônibus Marca Mercedes Benz ano de fabricação e modelo 1981, Chassi 3440581153 9065, código Renavam 353826960, Placas BYA 0008 adquirido com Recursos da extinta FAE, para prestação de serviços médicos e odontológicos aos alunos da rede municipal de Ensino Fundamental.

Art.2º) O veículo descrito no artigo primeiro desta Lei, transformado em consultórios; médico e odontológico, deverá prestar atendimento prioritário aos alunos diretamente nas escolas do município.

Art.3º) Os atendimentos de que trata esta Lei poderão se estender aos demais municípios, nas localidades que não dispõem de Postos de Saúde.

Art 4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
26 de agosto de 1998.
DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 26 dias do mês de agosto de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.355 de 24 de Agosto de 1998

LEI Nº 2.355 DE 24 DE AGOSTO DE 1998.

HOMOLOGA O TERMO DE CONVÊNIO Nº 96096/98, ENTRE O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE E O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica homologada a celebração do Termo de Convênio nº 96096/98 entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação FNDE e o Município de Campo Alegre/SC, no valor de R\$ 13.994,90 (treze mil, novecentos e noventa e quatro reais e noventa centavos) e o município com R\$ 1.399,49 (hum mil, trezentos e noventa e nove reais e quarenta e nove centavos), a título de contrapartida.

Art.2º) O objeto do presente Convênio refere-se ao Processo nº 23031.003098/97 - 46: a ampliação de sala (s) de aula do Ensino Fundamental e a aquisição de equipamento para escola (s) do

referido grau de ensino, nos termos especificados no plano de trabalho.

Art.3º) Os termos do Convênio a que se refere o Artigo primeiro fazem parte integrante desta Lei:

Art.4º) Fica, em consequência, o Executivo Municipal autorizado a abrir por Decreto, Créditos Suplementares até a importância de R\$ 13.994,90 (treze mil, novecentos e noventa e quatro reais e noventa centavos) acrescida de eventuais valores resultantes de sua aplicação financeira.

Art.5º) As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de Dotações do Orçamento Vigente.

Art.6º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
24 de agosto de 1998.
DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 24 dias do mês de agosto de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.354 DE 24 DE AGOSTO DE 1998

LEI Nº 2.354 DE 24 DE AGOSTO DE 1998.

DISPÕE SOBRE CRIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Ficam criadas as seguintes Unidades Escolares; conforme especificação abaixo:

Nome	Sede
1 - Escola Isolada Avenquinha de Santo Antônio	Avenquinha
2 - Escola Isolada Saltinho	Saltinho
3 - Escola Isolada Rodeio Grande	Rodeio Grande
4 - Escola Isolada Santana	Santana
5 - Escola Isolada Cubatão	Cubatão
6 - Escola Isolada Cãozinho	Cãozinho
7 - Escola Isolada Bateias de Cima	Bateias de Cima
8 - Escola Isolada São Miguel	São Miguel
9 - Escola Reunidas Antônio Domingos Corrêa	Bairro Scheide

Art.2º) Os bens móveis e Imóveis que integram as Unidades criadas por esta Lei serão inicialmente cedidos através do competente Termo de uso e cessão pela Diretoria de Construção e Administração Patrimonial da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto.

Art.3º) As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão por conta de Dotação Orçamentária específica.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
24 de agosto de 1998.
DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 24 dias do mês de agosto de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.353 de 24 de Agosto de 1998

LEI Nº 2.353 DE 24 DE AGOSTO DE 1998.

HOMOLOGA O TERMO DE CONVÊNIO Nº 43317/98, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE E O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica homologada a celebração do Termo de Convênio nº 43317/98, entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e o Município de Campo Alegre/SC, no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

Art.2º) O objeto do presente Termo de Convênio refere-se ao Processo nº 23031.002444/98 - 41: a manutenção das Escolas Públicas Municipais e Municipalizadas que atendam mais de 20 (vinte) alunos no Ensino Fundamental, à conta do programa de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental - PMDE..

Art.3º) Os termos do Convênio a que se refere o Artigo primeiro fazem parte integrante desta Lei.

Art.4º) Fica, em consequência, o Executivo Municipal autorizado a abrir por Decreto, Créditos Suplementares até a importância de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), acrescida de eventuais valores resultantes de sua aplicação financeira.

Art.5º) As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de Dotações do Orçamento Vigente.

Art.6º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
24 de agosto de 1998.
DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 24 dias do mês de agosto de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.352 de 24 de Agosto de 1998

LEI Nº 2.352 DE 24 DE AGOSTO DE 1998

ALTERA O ANEXO XI DA LEI MUNICIPAL Nº 2.284/97.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Altera o Anexo XI da Lei Municipal nº 2.284 de 23 de

dezembro de 1997, alterada pelas Leis Municipais nº 2.295 de 26/02/98 e Lei nº 2.334 de 02/07/98, o qual passará a vigorar conforme o disposto no Anexo Único constante desta Lei.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
24 de agosto de 1998.
DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 24 dias do mês de agosto de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 2.352 DE 24 DE AGOSTO DE 1998.

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO, ORDENADOS POR NÍVEIS:

Cargos	Denominação	Nível	Vencim	Carga
Hor.				
01	Administrador Escolar	23		40
11	Agente Administrativo	12		40
01	Agente em Atividade de Saúde	08		40
03	Agente Operacional	18		40
01	Apontador	10		40
03	Assistente Administrador	24		40
01	Assistente Social	34		40
06	Auxiliar Administrativo	03		40
10	Auxiliar de Berçário	03		40
09	Auxiliar de Enfermagem	05		40
08	Auxiliar de Escritório	03		40
03	Auxiliar de Saúde	03		40
15	Auxiliar de Serviços	02		40
02	Auxiliar Odontológico	03		40
01	Auxiliar Veterinário	19		40
01	Cadastrador	12		40
01	Desenhista Projetista	16		40
01	Digitador	08		40
01	Engenheiro Agrônomo	44		40
01	Engenheiro Civil	21		10
01	Enfermeiro	37		40
01	Farmacêutico	21		10
05	Fiscal de Obras, Posturas, Meio Ambiente e Serviços Públicos	15		40
03	Fiscal de Tributos	15		40
02	Fiscal Sanitário	18		40
01	Fisioterapeuta	21		10
01	Fonoaudiólogo	21		10
01	Inseminador Artificial	19		40
05	Médico Clínico Geral	36		15
01	Médico Ginecologista	28		10
01	Médico Pediatra	28		10
01	Médico Veterinário	44		40
03	Motorista de Ambulância	23		40
06	Motorista de Veículos Leves	16		40
09	Motorista de Veículos Pesados	16		40
01	Nutricionista	21		10
01	Odontólogo	21		08
01	Odontólogo	30		12
01	Odontólogo	35		16
03	Odontólogo	39		20
01	Operador de Manutenção	10		40

08	Operador de Máquina	16	40
01	Orientador Educacional	23	40
24	Professor não habilitado	14	40
18	Professor não habilitado	01	20
24	Professor I	16	40
14	Professor I	02	20
02	Professor II	19	40
02	Professor II	05	20
09	Professor III	21	40
06	Professor III	07	20
01	Psicólogo	21	10
01	Pedreiro	12	40
01	Supervisor Educacional	23	40
01	Técnico Agrícola	30	40
02	Técnico em Contabilidade	15	40
01	Técnico em Processamento de Dados	12	10
01	Terapeuta Ocupacional	21	10
01	Tesoureiro	12	40
01	Topógrafo Prático	18	40
18	Trabalhador Braçal	02	40
05	Vigia	11	40
48	Zelador Municipal	03	40

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.351 DE 24 DE AGOSTO DE 1998

LEI Nº 2.351 DE 24 DE AGOSTO DE 1998.
AUTORIZAÇÃO CONTRATAR PROFISSIONAL

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Autorizar o Poder Executivo Municipal a contratar o Profissional Odontólogo SR. CHARLES ADRIANO DUVOISIN à partir de 25 de agosto de 1998, por prazo indeterminado.

Art.2º) A prestação de serviços autorizada pelo Artigo primeiro desta lei, não possui ônus a quaisquer das partes em vista que a função será exercida gratuitamente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em 24 de agosto de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 24 dias do mês de agosto de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.350 DE 18 DE AGOSTO DE 1998

LEI Nº 2.350 DE 18 DE AGOSTO DE 1998.

IMPÕE NORMA AO MUNICÍPIO CASO HAJA INTERESSE DE DESVINCULAÇÃO DO CONSÓRCIO QUIRIRI

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Caso haja interesse do Poder Executivo Municipal de se desvincular do Consórcio Intermunicipal para a recuperação ambiental da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Negro Catarinense - Consórcio Quiriri, cuja participação foi autorizada pela Lei Municipal nº 2.257 de 19 de agosto de 1997, fica este obrigado a submeter tal interesse à apreciação da Câmara Municipal, mediante Projeto Lei, o qual será analisado pelos edis, que aprovarão ou rejeitarão a desvinculação.

Art.2º) O citado Projeto de Lei deverá ser devidamente instruído com todos os motivos da desvinculação.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
18 de agosto de 1998.
DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 18 dias do mês de agosto de 1998.
JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.349 de 18 de Agosto de 1998

LEI Nº 2.349 DE 18 DE AGOSTO DE 1998.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO ALTO RIO NEGRO CATARINENSE - CONSÓRCIO QUIRIRI

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Declarado de Utilidade Pública o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO ALTO RIO NEGRO CATARINENSE - CONSÓRCIO QUIRIRI, com sede em São Bento do Sul, na Rodovia BR 280 nº 21B, Oxford, registrado no Cartório de Registro Cível e Anexos sob nº 409, a fls. 173v., do Livro A-nº 2 de Registro de Sociedades Cívis, e na Secretaria da Receita Federal no Cadastro Geral de Contribuintes sob nº 02.375.463/0001-63.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
18 de agosto de 1998.
DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 18 dias do mês de agosto de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.348 de 18 de Agosto de 1998

LEI Nº 2.348 DE 18 DE AGOSTO DE 1998.

CRIA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Cria a APA - Área de Proteção Ambiental dos "Campos do Quiriri", assim entendida como a área da Bacia Hidrográfica do Rio Negro, dentro do Município de Campo Alegre, localizada entre sua nascente e um ponto à sua margem onde se encontra a Escola Isolada Rodeio de Santa Cruz na localidade de Rodeio Grande, e com as seguintes finalidades:

- I - proteger a nascente do Rio Negro, bem como de seus afluentes, tendo em vista a preservação e conservação natural da drenagem em suas formas e vazões;
- II - garantir a conservação da Mata e Pinhais (Floresta Ombrófila Mista) e Mata Atlântica (Floresta Ombrófila Densa) existentes na área;
- III - proteger a fauna silvestre;
- IV - melhorar a qualidade de vida das populações residentes através da orientação e disciplina das atividades econômicas locais;
- V - fomentar o turismo ecológico e a educação ambiental.

Art.2º) Na implantação e manejo da APA dos "Campos do Quiriri", serão adotadas, dentre outras as seguintes medidas:

- I - Elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico, a ser regulamentado pelo Executivo Municipal em conjunto com o Consórcio Intermunicipal da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Negro Catarinense - CONSÓRCIO QUIRIRI, definindo as atividades a serem incentivadas em cada Zona e as que deverão ser restringidas e proibidas;
- II - Utilização dos instrumentos legais e dos incentivos financeiros governamentais, para assegurar a proteção da biota, o uso racional do solo e outras medidas referentes a salvaguarda dos recursos ambientais;
- III - Aplicação de medida, nos termos da legislação vigente, destinada a impedir ou evitar o exercício de atividades causadoras de degradação da qualidade ambiental;
- IV - Divulgação das medidas previstas nesta Lei, objetivando o esclarecimento da comunidade local sobre a APA e suas finalidades;
- V - incentivo ao reconhecimento de Reservas Particulares do Patrimônio natural - RPPN, ou outra categoria de Unidade e conservação junto aos proprietários, cujos domínios encontram-se inseridos, no todo ou em partes, nos limites da APA.

Art.3º) Ficam vedadas na APA dos "Campos do Quiriri" dentre outras as seguintes atividades:

- I - Implantação de atividades industriais potencialmente poluidoras, que causem danos ao meio ambiente e afetem os mananciais de água;
- II - Realização de obras de movimentação de terra em áreas de declividade superior a 30 % (trinta por cento);
- III - Exercício de atividades capazes de provocar erosão do solo e ou assoreamento dos cursos d'água;
- IV - Exercício de atividade que impliquem matança, captura ou molestamento de espécies silvestres, quando essas atividades estiverem em desacordo com legislação vigente;

- V - Despejo sem tratamento prévio, de quaisquer afluentes, resíduos ou detritos nos casos d'água;
- VI - Retirada sem autorização prévia dos órgãos competentes, de areia e material rochoso que impliquem alterações ecológicas locais;
- VII - Retirada ou destruição, sem autorização prévia dos órgãos competentes, de vegetação nativa, causando dano direto ou indireto à APA.

Art.4º) Caberá ao Poder Executivo Municipal através de seus órgãos competentes em parceria com o Consórcio Quiriri, a implantação, administração e fiscalização do cumprimento do disposto nesta Lei, como também a prestação de assistência aos proprietários das áreas localizadas na APA, mediante programas que julgar convenientes e necessários, em articulação com os demais órgãos federais, estaduais, municipais e organizações não governamentais.

Parágrafo Único - O Consórcio Quiriri poderá firmar convênio e acordos com órgãos e entidades públicas e privadas para execução de caput deste Artigo.

Art.5º) O Poder Executivo Municipal através de seus órgãos competentes e em parceria com o Consórcio Quiriri, poderá criar conselho gestor da APA ou grupos técnicos para apoiar a implementação das atividades de administração, elaboração do Zoneamento Ecológico - Econômico e do Plano de Gestão Ambiental.

Art.6º) O descumprimento das normas disciplinadoras previstas nesta Lei sujeitará os infratores ao embargo das iniciativas irregulares, à medida cautelar de apreensão do material e das máquinas usadas nessas atividades, à obrigação de reposição e reconstrução, tanto quanto possível, da situação anterior e à imposição de multa, diária, em caso de infração continuada.

Parágrafo Primeiro - A multa referida neste artigo será de 50 UFIR a 1.000 UFIR de acordo com a gravidade da infração aplicável diariamente, enquanto esta perdurar.

Parágrafo Segundo - O pagamento da multa não isenta os infratores das sanções previstas em legislação federal ou estadual, quando for o caso.

Art.7º) Os recursos financeiros previstos no artigo anterior serão aplicados, prioritariamente, na APA instituída por esta Lei.

Art.8º) A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente em conjunto com o CONSÓRCIO QUIRIRI, expedirá os atos normativos complementares ao cumprimento desta Lei.

Art.9º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
18 de agosto de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei, na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 18 dias do mês de agosto de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.347 de 18 de Agosto de 1998

LEI Nº 2.347 DE 18 DE AGOSTO DE 1998.

CRIA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Cria a APA - Área de Proteção Ambiental do "Alto Rio Turvo", dentro do Município de Campo Alegre, assim estendida como a área localizada ao sul do Perímetro Urbano, entre o limite deste e as divisas com os Municípios de São Bento do Sul e Jaraguá do Sul, com as seguintes finalidades:

- I - proteger a nascente do Alto Rio Turvo, bem como seus afluentes, tendo em vista a preservação e conservação natural da drenagem em suas formas e vazões e sua condição de fonte de captação de água para abastecimento público;
- II - garantir a conservação da Mata e Pinhais (Floresta Ombrófila Mista) e Mata Atlântica (Floresta Ombrófila Densa) existentes na área;
- III - proteger a fauna silvestre;
- IV - melhorar a qualidade de vida das populações residentes através da orientação e disciplina das atividades econômicas locais;
- V - fomentar o turismo ecológico e a educação ambiental.

Art.2º) Na implantação e manejo da APA do "Alto Rio Turvo", serão adotadas, dentre outras as seguintes medidas:

- I - Elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico, a ser regulamentado pelo Executivo Municipal em conjunto com o Consórcio Intermunicipal da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Negro Catarinense - CONSÓRCIO QUIRIRI, definindo as atividades a serem incentivadas em cada Zona e as que deverão ser restringidas e proibidas;
- II - Utilização dos instrumentos legais e dos incentivos financeiros governamentais, para assegurar a proteção da biota, o uso racional do solo e outras medidas referentes a salvaguarda dos recursos ambientais;
- III - Aplicação de medida, nos termos da legislação vigente, destinada a impedir ou evitar o exercício de atividades causadoras de degradação da qualidade ambiental;
- IV - Divulgação das medidas previstas nesta Lei, objetivando o esclarecimento da comunidade local sobre a APA e suas finalidades;
- V - incentivo ao reconhecimento de Reservas Particulares do Patrimônio natural - RPPN, ou outra categoria de Unidade e conservação junto aos proprietários, cujos domínios encontram-se inseridos, no todo ou em partes, nos limites da APA.

Art.3º) Ficam vedadas na APA do "Alto Rio Turvo" dentre outras as seguintes atividades:

- I - Implantação de atividades industriais potencialmente poluidoras, que causem danos ao meio ambiente e afetem os mananciais de água;
- II - Realização de obras de movimentação de terra em áreas de declividade superior a 30 % (trinta por cento);
- III - Exercício de atividades capazes de provocar erosão do solo e ou assoreamento dos cursos d'água;
- IV - Exercício de atividade que impliquem matança, captura ou molestamento de espécies silvestres, quando essas atividades estiverem em desacordo com legislação vigente;
- V - Despejo sem tratamento prévio, de quaisquer afluentes, resíduos ou detritos nos casos d'água;
- VI - Retirada sem autorização prévia dos órgãos competentes, de areia e material rochoso que impliquem alterações ecológicas locais;
- VII - Retirada ou destruição, sem autorização prévia dos órgãos competentes, de vegetação nativa, causando dano direto ou indireto à APA.

Art.4º) Caberá ao Poder Executivo Municipal através de seus órgãos competentes em parceria com o Consórcio Quiriri, a implantação, administração e fiscalização do cumprimento do disposto nesta Lei, como também a prestação de assistência aos proprietários das áreas localizadas na APA, mediante programas que julgar convenientes e necessários, em articulação com os demais órgãos federais, estaduais, municipais e organizações não governamentais.

Parágrafo Único - O Consórcio Quiriri poderá firmar convênio e acordos com órgãos e entidades públicas e privadas para execução de caput deste Artigo.

Art.5º) O Poder Executivo Municipal através de seus órgãos competentes e em parceria com o Consórcio Quiriri, poderá criar conselho gestor da APA ou grupos técnicos para apoiar a implementação das atividades de administração, elaboração do Zoneamento Ecológico - Econômico e do Plano de Gestão Ambiental.

Art.6º) O descumprimento das normas disciplinadoras previstas nesta Lei sujeitará os infratores ao embargo das iniciativas irregulares, à medida cautelar de apreensão do material e das máquinas usadas nessas atividades, à obrigação de reposição e reconstituição, tanto quanto possível, da situação anterior e à imposição de multa, diária, em caso de infração continuada.

Parágrafo Primeiro - A multa referida neste artigo será de 50 UFIR a 1.000 UFIR de acordo com a gravidade da infração aplicável diariamente, enquanto esta perdurar.

Parágrafo Segundo - O pagamento da multa não isenta os infratores das sanções previstas em legislação federal ou estadual, quando for o caso.

Art.7º) Os recursos financeiros previstos no artigo anterior serão aplicados, prioritariamente, na APA instituída por esta Lei.

Art.8º) A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente em conjunto com o CONSÓRCIO QUIRIRI, expedirá os atos normativos complementares ao cumprimento desta Lei.

Art.9º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
18 de agosto de 1998.
DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 18 dias do mês de agosto de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.346 DE 11 DE AGOSTO DE 1998

LEI Nº 2.346 DE 11 DE AGOSTO DE 1998.

AUTORIZA REALIZAR DESPESA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesa com o fim específico de implantação do Destacamento da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, no imóvel de propriedade do Banco do Brasil S/A, sito a Rua: Pe. Luiz Gilg nº 138 Centro neste Município.

Art.2º) A despesa que trata o Artigo 1º desta Lei, será até o valor de R\$ 3.705,00 (três mil e setecentos e cinco reais).

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
11 de agosto de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 11 dias do mês de agosto de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.345 DE 11 DE AGOSTO DE 1998

LEI Nº 2.345 DE 11 DE AGOSTO DE 1998.

ABRE CRÉDITO ESPECIAL POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Especial no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), afim de suplementar o seguinte elemento de despesa criado na Dotação abaixo discriminada, no Orçamento Vigente:

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0402 - Divisão de Ensino Fundamental.

08.42.188.2014 - Desenvolvimento do Ensino Fundam. e Valorização do Magistério

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 7.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo anterior desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0404 - Divisão de Ensino Itinerante.

08.42.188.2016 - Manutenção das atividades da Escola Itinerante.

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Despesas de Consumo R\$ 4.900,00

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 1.900,00

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 200,00
TOTAL: R\$ 7.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
11 de agosto de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 11 dias do mês de agosto de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.343 de 11 de Agosto de 1998

LEI Nº 2.343 DE 11 DE AGOSTO DE 1998.

CONCEDE REMISSÃO TOTAL DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO À INDÚSTRIA DE MÓVEIS RIEL LTDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a remissão total do crédito tributário da Indústria de Móveis Riel Ltda, sito à Rua: Jorge Lacerda, relativo ao exercício de 1994 à 1997, decorrentes de Tributos Municipais, no valor de R\$ 1.600,08 (hum mil, seiscentos reais e oito centavos).

Art.2º) A remissão de que esta Lei formalizar-se-à através de despacho fundamentado, a ser exarado pelo chefe do Poder Executivo Municipal, desde que o beneficiário atenda ao registro disposto no Artigo 172, inciso IV do Código Tributário Nacional.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
11 de agosto de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 11 dias do mês de agosto de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.342 de 14 de Julho de 1998

LEI Nº 2.342 DE 14 DE JULHO DE 1998

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais), afim de Suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

0100 - Câmara Municipal de Vereadores
 0101 - Câmara Municipal de Vereadores
 01.01.001.2001 - Manutenção de Atividades Legislativas
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 800,00
 3120.00 - Material de Consumo R\$ 1.500,00
 TOTAL R\$ 2.300,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo 1º desta Lei correrá, por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

0100 - Câmara Municipal de Vereadores
 0101 - Câmara Municipal de Vereadores
 01.01.001.2001 - Manutenção de Atividades Legislativas
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3130.00 - Serviços de Terceiro e Encargos
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 2.300,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
 14 de julho de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO
 Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
 Secretário de Administração e Finanças
 Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 14 dias do mês julho de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
 Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.341 de 14 de Julho de 1998

LEI Nº 2.341 DE 14 DE JULHO DE 1998.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO REGULARIZAR LOTEAMENTO IRREGULAR.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art.1º) Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a lavrar o Auto de Regularização de loteamento, constante do Anexo, do conjunto Habitacional da Vila Scheide.

Parágrafo Único. Tal regularização realizar-se-á sem as exigências da lei municipal 2.001 de 19 de outubro de 1994 - Lei de Parcelamento do Solo.

Art. 2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre,
 14 de julho de 1.998.

Dr. MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO
 Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
 Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 14 dias do mês de julho de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
 Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.340 de 14 de Julho de 1998

LEI Nº 2.340 DE 14 DE JULHO DE 1998

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 92.080,00 (noventa e dois mil e oitenta reais), afim de Suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

0200 - Gabinete do Prefeito
 0201 - Chefia de Gabinete
 03.07.020.2002 - Coordenação do Gabinete do Prefeito
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Civil R\$ 29.000,00
 0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
 0301 - Divisão de Pessoal
 03.07.021.2003 - Divisão de Pessoal
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Civil R\$ 28.000,00
 0303 - Divisão de Controle Fazendário
 03.08.030.2006 - Manutenção das atividades das Finanças
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Civil R\$ 7.000,00
 3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferências a Pessoal
 3251.00 - Inativos R\$ 280,00
 0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social
 0501 - Divisão de Assistência Social
 13.75.428.2018 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Civil R\$ 17.000,00
 0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
 06.03 - Departamento de Turismo
 11.65.363.2025 - Incentivo ao Turismo
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Civil R\$ 3.000,00
 0700 - Secret. Munic. de Planej. Urbano, Obras Transp. e Serv.

Públicos

0701 - Departamento de Planejamento Urbano e Obras

10.60. 325.2026 - Gestão Administrativa do Órgão

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas

3251.00 - Inativos R\$ 7.800,00

TOTAL R\$ 92.080,00

Art.2º) Os Créditos a que se referem o Artigo 1º desta Lei correrão, por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0301 - Divisão Pessoal

03.07.021.2003 - Divisão Pessoal

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 22.000,00

0303 - Divisão de Controle Fazendário

03.08.030.2006 - Manutenção das atividades das Finanças

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 25.000,00

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0403 - Divisão de Ensino Infantil

08.41.185.2015 - Manutenção das atividades do Ensino Infantil

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de Consumo R\$ 8.000,00

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 10.000,00

0700 - Secret. Munic. Planej. Urbano, Obras, Transp. Serv. Públicos

0702 - Departamento de Transporte

16.88.534.2028 - Conservação Estradas do Interior

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de Consumo R\$ 5.000,00

16.88.020.2029 - Reforma e Manutenção do Maquinário

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de Consumo R\$ 22.080,00

TOTAL R\$ 92.080,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
14 de julho de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 14 dias do mês de julho de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.339 de 07 de Julho de 1998.

LEI Nº 2.339 DE 07 DE JULHO DE 1998.

INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DR. MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO, Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o Artº.71, inc. III da Lei Orgânica Municipal e na conformidade do Decreto Federal nº 1.946, de 28/06/96, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instituir o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR, de caráter consultivo e orientador e de funcionamento permanente.

Art.2º) Ficam atribuídas ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural as seguintes competências:

I - Promover o entrosamento entre as atividades desenvolvidas pelo Executivo Municipal e órgãos e entidades públicas e privadas voltadas para o desenvolvimento rural do Município;

II - Apreçar o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR, e emitir parecer conclusivo atestando a sua viabilidade técnico-financeira, a legitimidade das ações propostas em relação às demandas formuladas pelos agricultores, e recomendando a sua execução;

III - Exercer vigilância sobre a execução das ações previstas no CMDR;

IV - Sugerir ao Executivo Municipal e aos órgãos e entidades públicas e privadas que atuam no município, ações que contribuam para o aumento da produção agropecuária e para a geração de emprego e renda no meio rural;

V - Sugerir políticas e diretrizes às ações do Executivo Municipal no que se refere à produção, à preservação do meio-ambiente, ao fomento agropecuário e à organização dos agricultores e à regularidade do abastecimento alimentar do Município;

VI - Assegurar a participação efetiva dos segmentos promotores e beneficiários das atividades agropecuárias desenvolvidas no Município;

VII - Administrar o Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural - FUNDERURAL, na forma da Lei.

Art.3º) O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR tem foro e sede no Município de Campo Alegre-SC.

Art.4º) O mandato dos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR será de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período, e o seu exercício será sem ônus para os cofres públicos, sendo considerado serviço relevante ao Município.

Art.5º) Integram o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR, os seguinte membros:

a) Prefeito Municipal em exercício;

b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico - Divisão da Agricultura e Meio Ambiente;

c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social;

d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;

e) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

f) 01 (um) representante do Sindicato Rural de Campo Alegre;

g) 01 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Alegre;

h) 01 (um) representante da Cooperativa Regional Agrícola Norte Catarinense - Coopernorte;

i) 01 (um) representante da Cooperativa dos Produtores de Mate de Campo Alegre;

j) 01 (um) representante da Associação dos Agricultores do Município de Campo Alegre;

- k) 01 (um) representante da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Campo Alegre - ACIACA;
l) 01 (um) representante da CIDASC;
m) 01 (um) representante da EPAGRI;
n) 01 (um) representante da Souza Cruz;
o) 01 (um) representante do Jovens Rurais
p) 15 (quinze) representantes dos agricultores.

Parágrafo Primeiro - Os membros do CMDR serão nomeados pelo Prefeito Municipal, através de Portaria, mediante indicação dos titulares dos órgãos e entidades representados.

Parágrafo Segundo - O Presidente do CMDR será o titular da Divisão de Agricultura e Meio Ambiente

Parágrafo Terceiro - Cada entidade representada indicará um suplente, que substituirá o titular em qualquer eventualidade.

Parágrafo Quarto - No caso de um das entidades representadas encerrar suas atividades caberá ao Prefeito Municipal substituir o representante.

Art.6º) O Executivo Municipal, através de seus órgãos e entidades da administração direta e indireta, fornecerá as condições e as informações necessárias para o CMDR cumprir as suas atribuições.

Art.7º) O CMDR elaborará o seu Regimento Interno, para regular o seu funcionamento, no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da publicação desta Lei.

Art.8º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 2.253 de 1º de julho de 1997.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
07 de julho de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 07 dias do mês de julho de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.338 DE 07 DE JULHO DE 1998

LEI Nº 2.338 DE 07 DE JULHO DE 1998.

cria o FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL - FUNDERURAL e dá outras providências.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO, Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º) Fica criado o FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL - FUNDERURAL, com o objetivo de dar suporte aos programas de estímulo às atividades agropecuárias, pesqueiras e florestais, desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Agricultura.

Art.2º) O estímulo às atividades agropecuárias, pesqueiras e florestais, será consubstanciado no fornecimento de bens e serviços de bens e serviços, os quais serão financiados através de contrato firmado entre o FUNDERURAL e o beneficiário.

Art.3º) Constituem recursos financeiros do FUNDERURAL:

- I - As dotações constantes do orçamento do Município;
- II - Os recursos oriundos de Convênios, acordos e contratos;
- III - Doações e contribuições;
- IV - A remuneração oriunda de aplicações financeiras;
- V - Pagamento dos empréstimos concedidos com recursos do FUNDERURAL e dos serviços prestados pelo Município destinados a executar melhoramentos na atividade agropecuária no Município.
- VI - Recursos decorrentes da alienação de material, bens ou equipamentos considerados inservíveis de propriedade do FUNDERURAL.
- VII - Outros recursos, de qualquer origem, que lhe forem transferidos.

Parágrafo Único - Fica o FUNDERURAL autorizado a efetuar aplicações financeiras no sistema financeiro oficial, dos recursos que trata este artigo desde que não venha a interferir ou prejudicar as atividades do FUNDERURAL.

Art.4º) Os recursos do FUNDERURAL destinam-se a:

- I - Financiar os produtores rurais e piscicultores, a aquisição de bens de produção.
- II - Financiar a realização de serviços de infra-estrutura em propriedades ou comunidades rurais ou piscicultivas.
- III - Cobrir despesas de custeio realizadas pela Secretaria Municipal de Agricultura.

Parágrafo Primeiro - As definições a respeito dos financiamentos concedidos pelo FUNDERURAL, envolvendo itens a serem financiados, caracterização dos beneficiários, prazos de carência, encargos financeiros de amortização, serão estabelecidas anualmente pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

Parágrafo Segundo - Fica estabelecido um limite de até 30 % (trinta por cento) dos recursos do FUNDERURAL para pagamento das despesas de custeio realizadas pela Secretaria Municipal de Agricultura.

Art.5º) O FUNDERURAL será administrado por um Conselho Executivo composto pelos seguintes membros:

- I - Presidente - Prefeito Municipal.
- II - Vice Presidente - Chefe da Divisão da Agricultura e Meio Ambiente.
- III- Tesoureiro - Secretário Municipal de Administração e Finanças.
- IV- 02 (dois) Produtores Rurais indicados pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural do Município.

Parágrafo Único. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural será um órgão deliberativo do Conselho Executivo do FUNDERURAL.

Art.6º) A supervisão superior do FUNDERURAL será exercida pelo Conselho Executivo, a quem cabe:

- I - Fixar as diretrizes operacionais do Fundo em consonância com a programação estabelecida pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural;
- II - Baixar normas e instruções complementares, disciplinando a aplicação dos recursos financeiros disponíveis;
- III - Aprovar os planos de aplicação dos recursos;
- IV - Executar as atividades referentes ao FUNDERURAL, nos seguintes aspectos técnicos, administrativos e financeiros;
- V - Aprovar e contratar os financiamentos concedidos pelo Fundo;
- VI - Elaborar a proposta orçamentária;
- VII - Prestar contas da gestão financeira do Fundo;
- VIII- Desenvolver outras atividades indispensáveis à execução das finalidades do Fundo.

Art.7º) Ao Presidente do Conselho Executivo do FUNDERURAL compete:

I - Presidir as reuniões do Conselho;
II - Fixar o calendário anual de reuniões e convocar os membros do Conselho;
III - Assinar Cheques, autorizar despesas e prestar contas da aplicação dos recursos do FUNDERURAL;
IV - Aprovar Cheques, autorizar despesas e prestar contas da aplicação dos recursos do FUNDERURAL;
V - Representar o FUNDERURAL em todos os atos jurídicos em que o mesmo seja parte interessada.

Art.8º) Ao Vice-Presidente do Conselho Executivo do FUNDERURAL compete:

I - Substituir o Presidente, por ocasião de suas ausências ou impedimentos;
II - Assessorar o Presidente em matéria de sua especialidade;
III - Executar os planos de aplicação do FUNDERURAL, aprovados pelo Conselho;
IV - Realizar outras tarefas que lhe sejam atribuídas;

Art.9º) Ao Tesoureiro do Conselho Executivo do FUNDERURAL, compete:

I - Autorizar o depósito em conta bancária, do total da receita arrecadada;
II - Assinar, juntamente com o Presidente ou Vice- Presidente, os Cheques sacados contra a conta bancária, depois de processadas as despesas e autorizado seu pagamento, pelo Presidente;
III - Elaborar, anualmente, a prestação de contas relativa a receita e despesa do FUNDERURAL, na forma de legislação vigente;
IV - Manter, sob sua guarda todos os documentos da receita e despesa do FUNDERURAL;
V - Realizar outras tarefas que lhe forem atribuídas;

Art.10º) A prestação de contas da gestão financeira do Fundo, cabe ao Conselho Executivo, e será feita em cada exercício, por meio de balancetes, demonstrativos e balanços, na forma que dispõe a Lei 4.320/64, e nas normas emanadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art.11º) Os recursos do FUNDERURAL, serão depositados em conta bancária própria, ressalvados os recursos estaduais ou federais, quando a legislação própria estabeleça modo diverso.

Art.12º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 2.252 de 1º de julho de 1997.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
07 de julho de 1998.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 07 dias do mês de julho de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.337 DE 02 DE JULHO DE 1998

LEI Nº 2.337 DE 02 DE JULHO DE 1998

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

07.00 - Secretaria Munic. Planej. Urbano, Obras Transp. Serviços Públicos

07.01 - Departamento Planejamento e Obras

16.88.534.1006 - Construções de Pontes

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4110.00 - Obras e Instalações R\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 50.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo 1º desta Lei, correrá por conta de excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
02 de julho de 1998.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 02 dias do mês de julho de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.336 de 02 de Julho de 1998

LEI Nº 2.336 DE 02 DE JULHO DE 1998

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais) afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0301 - Divisão de Pessoal

13.07.021.2003 - Divisão de Pessoal

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3214.00 - Contribuições a Fundos R\$ 20.000,00

0700 - Secretaria Munic. Planej. Urbano Obras Transp. Serviços Públicos

0701 - Departamento Planejamento e Obras

10.60.325.2027 - Conservação de Logradouros Públicos

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4110.00 - Obras e Instalações R\$ 19.000,00

TOTAL R\$ 39.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo 1º desta Lei, correrá por conta de excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
02 de julho de 1998.
MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 02 dias do mês de julho de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.335 de 02 de Julho de 1998

LEI Nº 2.335 DE 02 DE JULHO DE 1998.

AUTORIZA RECEBIMENTO POR DOAÇÃO DE BEN MÓVEL

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber por Doação o Ben Móvel um aparelho de TV 20" marca Philips da empresa Nasa Industrial Ltda.

Art.2º) O Ben Móvel descrito no Artigo 1º desta Lei será destinado para uso da Creche Infância Feliz e integrará o Patrimônio Público Municipal.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
02 de julho de 1998.
MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente, aos 02 dias do mês de julho de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Ratificação Processo 37/2014

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 37/2014

RATIFICAÇÃO

Na qualidade de Secretária Municipal de Administração, no uso de minhas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Municipal nº 7786 DE 03 DE JUNHO DE 2013.

RATIFICO a decisão acima emanada pela Comissão Permanente de Licitações, no Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 37/2014,

tendo a escolha recaído sobre a empresa Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI (CNPJ 83.052.191/0039-35), com o valor global de R\$ 20.718,00 (vinte mil, setecentos e dezoito reais).

Campo Alegre, 10 de abril de 2014.
Lucilaine Mokfa Schwarz
Secretária Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO PROCESSO 12/2014

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

RATIFICAÇÃO

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 12/2014

Na qualidade de Secretária Municipal de Administração, no uso de minhas atribuições legais, RATIFICO a decisão emanada pela Comissão Permanente de Licitações no Processo de Inexigibilidade de Licitação n.º 12/2014, tendo a escolha recaída sob o Professor José Sluminski (CNPJ 15.347.153/0001-87), por notório saber.

Objeto: CONTRATAÇÃO, POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, DO PROFESSOR JOSÉ SLUMINSKI, PARA LECIONAR, ENSAIAR E REGER ABANDA MUNICIPAL (CENTRO) E AS FANFARRA DE BATEIAS DE BAIXO E FRAGOSOS, TOTALIZANDO 76 HORAS MENSAIS, SENDO DE RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO AINDA, ACOMPANHAR A BANDA E AS FANFARRAS NAS APRESENTAÇÕES CULTURAIS ORGANIZADAS PELA COORDENADORIA DE CULTURA, CONFORME CALENDÁRIO.

Valor Mensal: R\$ 2.100,00, totalizando R\$ 23.100,00 (para a vigência contratual de 11 meses, de fevereiro/2014 a dezembro/2014).

Campo Alegre, 12 de fevereiro de 2014.
Lucilaine Mokfa Schwarz
Secretária Municipal de Administração

LEI Nº 2.334 DE 02 DE JULHO DE 1998

LEI Nº 2.334 DE 02 DE JULHO DE 1998

ALTERA O ANEXO XI DA LEI MUNICIPAL Nº 2.295

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Altera o Anexo XI da Lei Municipal nº 2.295 de 26 de fevereiro de 1998, o qual passará a vigorar conforme o disposto no Anexo Único constante desta Lei.

Art.2º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
02 de julho de 1998.
MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 02 dias do mês de julho de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

ANEXO X I

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO, ORDENADOS POR NÍVEIS:

Nº Cargos	Denominação	Nível Vencimento	Carga Hor.
01	Administrador Escolar	23	40
11	Agente Administrativo	12	40
01	Agente em Atividade de Saúde	08	40
03	Agente Operacional	18	40
01	Apontador	10	40
03	Assistente Administrador	24	40
01	Assistente Social	34	40
06	Auxiliar Administrativo	03	40
10	Auxiliar de Berçário	03	40
09	Auxiliar de Enfermagem	05	40
08	Auxiliar de Escritório	03	40
03	Auxiliar de Saúde	03	40
15	Auxiliar de Serviços	02	40
02	Auxiliar Odontológico	03	40
01	Auxiliar Veterinário	19	40
01	Cadastrador	12	40
01	Desenhista Projetista	16	40
01	Digitador	08	40
01	Engenheiro Agrônomo	04	40
01	Engenheiro Civil	21	10
01	Enfermeiro	37	40
01	Farmacêutico	21	10
05	Fiscal de Obras, Posturas, Meio Ambiente e Serviços Públicos	15	40
03	Fiscal de Tributos	15	40
02	Fiscal Sanitário	18	40
01	Fisioterapeuta	21	10
01	Fonoaudiólogo	21	10
01	Inseminador Artificial	19	40
05	Médico Clínico Geral	36	15
01	Médico Ginecologista	28	10
01	Médico Pediatra	28	10
01	Médico Veterinário	44	40
03	Motorista de Ambulância	23	40
06	Motorista de Veículos Leves	16	40
09	Motorista de Veículos Pesados	16	40
01	Nutricionista	21	10
03	Odontólogo	21	08
01	Odontólogo	35	16
02	Odontólogo	39	20
01	Operador de Manutenção	10	40
08	Operador de Máquina	16	40
01	Orientador Educacional	23	40
19	Professor não habilitado	14	40
13	Professor não habilitado	01	20
19	Professor I	16	40
09	Professor I	02	20
01	Professor II	19	40
06	Professor III	21	40
01	Psicólogo	21	10
01	Pedreiro	12	40
01	Supervisor Educacional	23	40
01	Técnico Agrícola	30	40
02	Técnico em Contabilidade	15	40
01	Técnico em Processamento de Dados	12	10
01	Terapeuta Ocupacional	21	10
01	Tesoureiro	12	40
01	Topógrafo Prático	18	40
18	Trabalhador Braçal	02	40
05	Vigia	07	40
48	Zelador Municipal	03	40

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO
Prefeito Municipal

Lei Nº 2.333 de 02 de Julho de 1998

LEI Nº 2.333 DE 02 DE JULHO DE 1998

DISPÕE SOBRE DIRETRIZES PARA O EXERCÍCIO DE 1999, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Ficam estabelecidas, para a elaboração do Orçamento deste Município, para o exercício de 1999, as Diretrizes de que trata esta Lei.

Art.2º) As metas e as prioridades da administração pública municipal para o exercício financeiro de 1999, serão aquelas constantes do Anexo I, II e III desta Lei, indicadas a nível setorial, com as alternativas a serem desenvolvidas para atingir objetivos específicos.

Art.3º) A Lei Orçamentária Anual compreenderá o orçamento dos Poderes Executivo e Legislativo, seus Fundos, órgãos e entidades da administração Direta e Indireta.

Art.4º) O Poder Executivo promoverá estudos visando introduzir as seguintes modificações na legislação tributária do Município:

I - Atualizar o Cadastro Imobiliário e Fiscal do Município, dotando-o de informações que assegurem a justiça fiscal nos lançamentos e cobrança dos impostos municipais;

II - Rever os critérios de cobrança das taxas, para adequá-las ao custo real dos serviços que constituem os respectivos fatos geradores;

III - Utilizar a Contribuição de Melhoria como instrumento financiador de obras municipais, especialmente no que se refere à pavimentação de ruas;

IV - Aperfeiçoar os instrumentos para agilização da cobrança da dívida ativa, bem como, a correção de seus créditos.

Art.5º) Na elaboração da proposta orçamentária, sem prejuízo das normas financeiras estabelecidas pela legislação federal, observar-se-á o seguinte:

I - A despesa não será superior à receita estimada;

II - Não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos;

III - O pagamento do serviço da dívida, de pessoal, encargos sociais e a manutenção de atividades, terão prioridade sobre as ações de expansão.

Art.6º) Na programação de investimentos da administração pública direta e indireta, serão observadas as seguintes regras:

I - Projetos em fase de execução terão preferência sobre novos projetos; das receitas correntes.

II - Não poderão ser programados novos Projetos;

a) À contar a redução ou anulação de dotações de projetos em efetivo andamento;

b) Que não tenham viabilidade técnica, econômica e financeira.

Art.7º) O Orçamento anual poderá consignar recursos destinados à concessão de auxílios financeiros a entidades privadas, sem fins lucrativos, em pleno funcionamento, até o limite de 1% das receitas correntes.

Parágrafo único - Não poderá ser concedida ajuda à entidade que esteja em débito com prestações de contas, decorrentes de sua responsabilidade.

Art.8º) O Município aplicará, no mínimo:

I - 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, sendo:

a) 15% da receita da QP-ICMS transferida ao município e 15% do FPM e QP-IP, aplicados segundo a Lei Federal 9.424 de 24 de dezembro de 1.996 e segundo esta Lei.

b) 10% das fontes da alínea anterior destinadas a manutenção e desenvolvimento do ensino.

c) 60% das receitas de impostos, não compreendidas as transferências, aplicadas no ensino fundamental.

d) Até 40% das receitas da alínea anterior na manutenção e desenvolvimento do ensino.

II - 60% dos recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério, na remuneração de profissionais do magistério do ensino fundamental e os 40% restantes, na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental.

III - 10% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, no setor da saúde.

IV - 5% das receitas resultantes de impostos, compreendida a proveniente de transferências, no desenvolvimento e fomento do setor produtivo, assim entendido como agricultura, comércio, indústria e turismo.

Art.9º) A sistemática de elaboração do orçamento Anual, obedecerá a estrutura organizacional dos Poderes Executivo e Legislativo, dos Fundos criados por lei, das Autarquias e Fundações que recebam Recursos do Tesouro nacional, prevendo Recursos destinados ao Poder Legislativo não Superior a 10% (dez por cento) e nem inferior a 5% (cinco por cento), não podendo o total da despesa com a remuneração dos vereadores ultrapassar o montante de 5% (cinco por cento) da receita do Município, excluídas:

I - A Receita de contribuição de servidores, destinadas à constituição de fundos ou reservas para custeio de programas de previdência e assistência Social, mantidos pelo Município;

II - A Receita proveniente de operações de crédito;

III - A Receita resultante de alienação de bens móveis e imóveis;

IV - Os recursos vinculados oriundos de transferência da União ou do Estado, através de convênios ou outros ajustes para a realização de obras ou manutenção de serviços, inclusive os provenientes dos programas de saúde;

V - As indenizações e restituições;

VI - As contribuições de melhoria;

Art.10º) As despesas totais com pessoal ativo e inativo da administração direta e indireta, inclusive fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, não poderão exceder a sessenta por cento das respectivas receitas correntes.

Parágrafo Único - No limite estabelecido neste artigo, incluem-se

as despesas com remuneração de pessoal, a qualquer título, proventos de aposentadorias, e pensões, obrigações patronais e remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores.

Art.11º) Ficam estabelecidos os seguintes limites de créditos Orçamentários, sobre as Receitas Correntes, para despesas com:

I- Publicidade, propaganda e condecorações: 1,5 %

II - Locação de mão-de-obra: 2 %

At.12º) A abertura de créditos suplementares será assegurada pela Lei Orçamentária, até o limite de 50 % da despesa fixada.

Art.13º) O Orçamento assegurará recursos destinados à Reserva de Contingência, não superior a 20 % e não inferior a 15 % do total da despesa fixada.

Parágrafo Único - Não serão admitidas emendas ao Orçamento, que impliquem na redução do limite mínimo previsto neste artigo, quando a fonte de recursos nela indicadas for a Reserva de Contingência.

Art.14º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
02 de julho de 1998.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 02 dias do mês de julho de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete
ANEXO I
ADMINISTRAÇÃO DIRETA
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DE 1999.

GABINETE DO PREFEITO

Reivindicações, realizações e convênios.	- Implantação do Posto Policial de Fragosos; - Implantação do Posto Policial de Bateias de Baixo; - Implantação da Rádio-Patrolha no Município, - Solicitação de novos veículos para as Polícias Civil e Militar
Subvenções	- Fundação Municipal de Desporto e Cultura - AMUNESC - Associação dos Municípios do Nordeste Catarinense - E a outras Entidades através de autorização Legislativa
Publicidade	- Divulgação das realizações do Governo Municipal nas áreas fundamentais; - Divulgação das Campanhas Comunitárias.
Informatização	- Compra de um microcomputador multi-mídia; - Aquisição de um software de gerenciamento de atos oficiais; - Inscrição na Internet, com Home Page Campoalegrense.

Automóvel	- Adquirir carro para uso do Prefeito Municipal, com a troca do carro atual.
-----------	--

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ITEM	METAS
Informatização	- Atualização dos sistemas;
Capacitação de Recursos humanos	- Treinamento dos servidores públicos, através de cursos, seminários, simpósios etc - Melhoria da eficiência funcional; - Implantar a visão do "Contribuinte em 1º lugar".
Material Permanente	- Aquisição de equipamento material permanente.
Patrimônio	- Quantificar a valorização e desvalorização do Patrimônio municipal; - Regularizar a situação jurídica dos bens imóveis do poder Público Municipal.
Controle de Pessoal	- Automação do cartão ponto dos servidores públicos; - Início das avaliações funcionais periódicas dos servidores;
Fundo Previdenciário	- Criação e funcionamento do Fundo Previdenciário dos servidores municipais; - Criação da Associação dos Servidores Públicos de Campo Alegre.
PRONAM	- Continuidade do Programa Nacional de Maximização das Receitas Municipais.
DIEF	- Contratação de serviços para auditar as DIEF do município.
Convênio	- Firmar convênios com o Estado e com a União, para melhorias nas áreas de infra-estrutura, transportes, educação, cultura, saúde, agricultura e turismo.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Informatização	- Compra de máquinas; - Aquisição de softwares de gerenciamento para a educação
Aquisição de Material Permanente	- TV e Vídeos-cassete para as escolas; - Retro-projetor; - Projetor de slides;
Escolas	- Construção da Unidade Escolar (E.R.Mª. José da Silva Bernardes, - Ampliação de Escolas Estaduais Municipalizadas: Avenquinha e São Miguel; - Aquisição de equipamento e material permanente em geral; - Restauração de prédios escolares, construção de muros e cercas; - Irradicação do Analfabetismo - Aquisição de mimeógrafo para as Escolas; - Aquisição de Laboratório Móvel para as Escolas.

Creches	- Aquisição de parques infantis para as creches; - Equipamento e material Permanente em geral.
Secretaria Educação	- Construção da SEDE
Merenda Escolar	- Municipalização da Merenda Escolar; - Local para armazenamento da merenda escolar;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

Reformas e Construções	- Ampliação da Unidade sanitária (sede). - Construção de um posto de saúde que atenda as comunidades de Cubatão, Tijucume, Campinas, Ribeirão do Meio, Papanduvinha e Bateias de Cima; - Reforma da planta física interna e externa dos postos de saúde de Santana, Fragosos e Bateias de Baixo. - Desenvolvimento do projeto de Rede de Esgoto para o centro e bairros. - Implantação de sistema de água nas localidades de Bateias de Cima, Lageado e São Miguel (alto São Miguel).
Equipamentos	- Uma cadeira de dentista para a Unidade Sanitária (sede); - 05 incineradores de lixo; - Um automóvel com 05 lugares (1.8); - Uma ambulância equipada.
Recursos Humanos	- 01 motorista - 40 horas/semana - 01 fonoaudiólogo - 10 horas/semana - 01 odontólogo - 20 horas/semana - 04 técnicos ou auxiliar de enfermagem - 40 horas/semana - 02 agentes administrativos - 40 horas/sem. - 01 servente para serviços limpeza - 40 horas/semana - 01 médico pediatra - 10 horas/semana

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Indústria	-Aquisição de terrenos para programas de incentivo a indústria; - Concessão de incentivos fiscais na implantação de indústrias no município; - Criação de um serviço de apoio técnico a micro e pequena empresa; - Criação de um condomínio empresarial no município; - Elaboração de propostas a grandes empresas que atuem nos ramos que sejam vocação econômica do município; - Parceria com a Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Campo Alegre; - Realização de cursos de capacitação de mão-de-obra e de novos empreendedores.
Comércio	- Programas que visem o fortalecimento do comércio local; - Combate a evasão de divisas; - Incentivo a atividades comerciais complementares (fechar o ciclo de consumo); - Incentivos fiscais a instalação e ampliação de casas de comércio. - Agilização para instalação do PROCON
Turismo	- Aquisição de uma filmadora e máquina fotográfica; - Montagem do acervo visual do município; - Parceria com projetos da iniciativa privada; - Programas de desenvolvimento do Ecoturismo; - Incentivos fiscais a instalação de empresas do ramo turístico; - Investimento no embelezamento do município, incluindo trevo rotativo no centro e trevo na entrada de Bateias de Baixo.

DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Inseminação Artificial	- Melhorar padrão genético; - Aumento da produtividade do rebanho.
Conscientização e Capacitação do Produtor	- Treinamento do produtor via palestras, cursos, etc; - Extensão Rural.
Atendimento Clínico Veterinário	- Continuar com atendimento clínico; - Aquisição de materiais e equipamentos para o desenvolvimento do trabalho.
Fomento	- Criar e ampliar as fontes de renda do produtor.
Patrulha mecanizada agrícola	- Comprar máquinas agrícolas; - Tercerizar serviços; - Realizar Convênios Sindicatos e Cooperativas.

Parque de eventos	- Aquisição de uma área.
Horto Municipal	- Realização de um projeto para doação de recursos para a instalação do horto.
Dragagem de Rios	- Incorporação de novas áreas agrícolas; - Aumento da produção; - Evitar enchentes.
Estruturação dos serviços Agropecuários	- Aumento do quadro técnico; - Aquisição de materiais e veículo para melhorar o trabalho de assistência técnica; - Agrupar todas as instituições de agricultura em um lugar apenas.
Desenvolvimento do Município	- Criação da Microbacia do Vale do Rio Negro; - PRESTO Turismo Rural; - Criar novas alternativas de renda ao produtor rural.
Combate do Borrachudo	- Auxílio do Plano Municipal de Combate ao Borrachudo.
Programa Hortas Escolares	- Aquisição de calcário; - Curso para merendeiras e acompanhamento pela S.M.E; - Colaboração da comunidade na organização da horta.
Projeto-Piloto: Artesanato em lã de Ovelha, nas Escolas Rurais	- Elaborar plano de trabalho para execução do Programa com acompanhamento da S.M.R; - Reposição de materiais e equipamentos; - Evidenciar o programa como mais uma alternativa de renda; - Realização de treinamento para instrutores; - Promover exposição para venda de trabalhos artesanais.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, OBRAS TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS

Capacitação	- Capacitação do trabalhadores em serviços como calceteria e afins; - Capacitação dos operadores de máquinas;
Logradouros públicos	- Conservação de logradouros públicos; - Construção de passeios e meios-fios; - Recuperação de pontes e bueiros; - Sinalização das vias urbanas e rurais; - Recuperação do Asfalto na localidade de Fragosos; - Recuperação do calçamento na localidade de Bateias de Baixo.
Conservação de Estradas	- Contratos de fornecimento de saibro com fornecedores locais devidamente credenciados; - Aprendizagem de novas técnicas de manutenção de estradas vicinais; - Estradas.

Aquisição de Máquinas	- Aquisição de uma escavadeira hidráulica; - Aquisição de 2 caminhões caçamba (truque); - Aquisição de 1 Trator de Esteira; - Aquisição de 1 compactador de estradas; - Reforma de máquinas e caminhões.
Construções e Reformas	- Pavimentação de ruas no centro e bairros; - Construção de abrigos para passageiros de ônibus; - Conclusão do terminal rodoviário; - Conclusão de reforma da Praça Sofia Rudnick Baptista, na localidade de Fragosos; - Reforma da Praça EUGÊNIO TABBERT; - Construção de novas praças e áreas verdes na sede e bairros; - Construção de uma ponte sobre o Rio São Miguel na localidade de São Miguel; - Construção de uma ponte sobre o Rio Tijucume na localidade de Bateias de Cima, rodovia 303 e demais pontes; - Benfeitorias no cemitérios municipais; - Implantação do aterro sanitário; - Implantação de redes de águas pluviais e esgotos no centro e bairros; - Reforma e ampliação do Paço Municipal; - Abertura de novas vias e acessos; - Implantação de novas unidades habitacionais; - Pesquisa e implantação de novas modalidades de construção de casas populares; - Construção de banheiros públicos na sede do município.
Aquisição	- Aquisição de áreas de terra para praça e outros; - Aquisição de área para implantação de aterro sanitário; - Aquisição de área para ampliação do Cemitério Municipal; - Aquisição de áreas para implantação de lagoas de tratamento de esgoto.
Implantação	- Dragagem de rios; - Expansão da rede de energia elétrica, iluminação pública no perímetro urbano e rural.
Convênios	- Convênios para elaboração de projetos de unidades habitacionais; - Celebração de convênios estaduais e federais.
Contratação	- Continuação de serviços de recadastramento urbano predial e territorial.

Melhorias	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorias do sistema de coleta de lixo; - Urbanização dos projetos habitacionais existentes; - Incentivo a criação de novos loteamentos urbanizados.
-----------	--

ANEXO II - DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 1999
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

ITEM	METAS
Informatização	- Continuidade do Processo de Informatização
Aquisições	<ul style="list-style-type: none"> - Aquisição de veículo leve - Aquisição de Equipamento e Material Permanente
Construção e Reforma	- Continuação da Restauração e Reforma do Prédio
	- Aprimorar Recursos Humanos

ANEXO III - DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 1999
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
FUNDAÇÃO E FUNDOS MUNICIPAIS

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA

Esportes	<ul style="list-style-type: none"> - Construção de quadras de esportes - canchas polivalentes Vila Scheide e Bela Vista; - Construção Alambrado Estádio João Cavalheiro - Fragosos; - Construção Estádio localidade de Bateias de Baixo; - Contratar professor habilitado em Educação física; - Promoção de eventos desportivos; - Apoio Financeiro para os JASC E JESC; - Apoio Financeiro para cursos técnicos na área de esportes; - Aquisição de Mobiliários em Geral; - Aquisição de Material Desportivo em Geral.
Cultura	<ul style="list-style-type: none"> - Recuperação do arquivo histórico do Município; - Aquisição de livros e Enciclopédias para a Biblioteca Pública Municipal; - Aquisição de Instrumentos Musicais, para Escola de Música; - Aquisição de Mobiliários em geral; - Aquisição de Equipamento de Informática; - Implantação do Museu Municipal; - Construção do Anfiteatro Municipal.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

- Celebração de Convênio com o Governo Federal e Estadual.	
- Aquisição de Automóvel - Ambulância.	
- Aquisição de Equipamento e Material Permanente (Móveis, Utensílios, Médico, Odontológico e Laboratorial).	
- Desenvolver Programas na Área de Saúde Preventiva e Curativa	

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Celebração de Convênio com Governo Federal e Estadual.	
- Desenvolver projetos na Área Social, (Amparo ao Idoso, Criança carente).	
- Aquisição de equipamento e Material Permanente.	

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- Celebração Convênio com Governo Federal e Estadual.	
- Aquisição de Equipamento e Material Permanente.	
- Desenvolver Projetos na Área de Educação.	
- Aquisição de Automóvel.	
- Implantação - Informática.	
- Melhoria na Eficiência Funcional.	
- Aprimoramento Recursos Humanos.	

FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO

-Celebração de Convênio com Governo Federal, Estadual, Órgãos Internacionais e com outras Entidades e Instituições Públicas e Privadas.	
- Incentivo - Apoio ao Desenvolvimento Turismo.	
- Turismo Urbano e Rural.	
- PRESTO : Turismo Rural, Ecoturismo.	

FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

- Celebração de Convênio com Governo Federal e Estadual	
- Aquisição de Imóvel.	
- Aquisição de equipamento e Material Permanente, (Tratores e Implementos Agrícolas).	
- Desenvolver Projetos de Desenvolvimento Técnico Agropecuários.	

- Aquisição de Automóvel.	
---------------------------	--

FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO

- Celebração de Convênios - Organismos Internacionais, Órgão federal e estadual, celebração de Contratos com órgão de Desenvolvimento geral do Município.	
- Desenvolver Projetos para Desenvolvimento Geral do Município.	
- Recebimento de Doações Públicas e Privadas.	
- Operações de Crédito.	
- Aquisição de Equipamento e Material Permanente.	
- Celebração de Contratos com Entidades de Fomento, Públicas e Privadas.	

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

- Celebração de Convênio com Governo Federal e Estadual.	
- Aquisição de Imóvel (área de Terra).	
- Desenvolver Projetos Habitacionais.	

Campo Alegre/SC, 02 de julho de 1998.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.332 DE 23 DE JUNHO DE 1998

LEI Nº 2.332 DE 23 DE JUNHO DE 1998.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei: Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 249.650,00 (duzentos e quarenta e nove mil, seiscentos e cinquenta reais), afim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente:

0200 - Gabinete Prefeito

0201 - Gabinete Prefeito

03.07.020.2002 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível..... R\$ 8.600,00

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos..... R\$ 20.000,00

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0301 - Divisão Pessoal

03.07.021.2003 - Divisão de Pessoal

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível..... R\$ 20.000,00

3120.00 - Material de Consumo..... R\$ 3.000,00

3200.00 - Transferências Correntes

3210.00 - Transferências Intragovernamentais

3214.00 - Contribuições a Fundos..... R\$ 10.000,00

3200.00 - Transferências Correntes

3230.00 - Transferências a Instituições Privadas

3233.00 - Contribuições Correntes..... R\$ 2.000,00

0303 - Divisão Controle Fazendário

03.08.030.2006 - Manutenção das atividades de Finanças

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível..... R\$ 10.000,00

3120.00 - Material de Consumo..... R\$ 2.000,00

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos..... R\$ 10.000,00

15.84.492.2007 - Contribuição ao PASEP

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3280.00 - Contribuição para Formação do PASEP R\$

8.000,00

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0401 - Divisão de Apoio Administrativo

08.42.188.2008 - Gestão Administração da Educação

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de Consumo..... R\$ 1.500,00

08.43.197.2009 - Bolsa Estudantil de 2º grau Técnico

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas

3254.00 - Apoio Financeiro a Estudante..... R\$ 300,00

0402 - Divisão de Ensino Fundamental

08.42.188.2014 - Desenvolvimento Ensino Fundamental Valorização do Magistério

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível..... R\$ 20.000,00

3200.00 - Transferências Correntes

3220.00 - Transferências Intragovernamentais

3224.00 - Transferências a Instituições multigovernamentais...R\$ 20.000,00

0403 - Divisão de Ensino Infantil

08.41.185.2015 - Manutenção das atividades do Ensino Infantil

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível..... R\$ 30.000,00

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4120.00 - Equipamento e Material PermanenteR\$ 500,00

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

0501 - Divisão de Assistência a Saúde

13.75.428.2018 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível..... R\$ 20.000,00

3120.00 - Material de Consumo..... R\$ 10.000,00

0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

0601 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente

04.18.111.2023 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviço de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos..... R\$ 1.750,00

0700 - Secretaria Munic. Planej. Urbano Obras Transp. Serviços

Públicos
 0701 - Departamento de Planejamento Urbano e Obras
 10.60.325.2026 - Gestão Administrativa
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Cível..... R\$ 20.000,00
 3120.00 - Material de Consumo..... R\$ 20.000,00
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4120.00 - Equipamento e Material PermanenteR\$ 1.000,00
 10.60.325.2027 - Conservação de Logradouros Públicos
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4110.00 - Obras e Instalações..... R\$ 1.000,00
 16.88.449.1007 - Implantação de Rede Esgotos Pluvial e Sanitário
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4110.00 - Obras e Instalações..... R\$ 10.000,00
 TOTAL:..... R\$ 249.650,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei correrá por conta do Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
 23 de junho de 1998.
 MANUEL R. DEL OLMO
 Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
 Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 23 dias do mês de junho de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
 Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.331 de 23 de Junho de 1998

LEI Nº 2.331 DE 23 DE JUNHO DE 1998.
 REAJUSTA OS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS, DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO DESTA MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Ficam reajustados em 4,88% (quatro vírgula oitenta e oito por cento), os vencimentos dos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo, Legislativo e Fundação Municipal de Desporto e Cultura do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) O referido reajuste será calculado sobre os vencimentos do mês de maio/1998, e terá efeito retroativo à 1º (primeiro) de junho de 1998.

Art.3º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
 23 de junho de 1998.
 DR. MANUEL R. DEL OLMO
 Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
 Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 23 dias do mês de junho de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
 Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.330 DE 16 DE JUNHO DE 1998

LEI Nº 2.330 DE 16 DE JUNHO DE 1998.
 CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO AOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVADOS ATRAVÉS DO CONCURSO PÚBLICO INTERNO Nº 001/98.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder o Adicional por Tempo de Serviço equivalente a 20 % (vinte por cento) incidente exclusivamente sobre o vencimento básico do cargo efetivo, ainda que investido o servidor em função ou cargo de confiança, aos servidores efetivados através do concurso Público Interno nº 001/98.

Art.2º) Serão beneficiados pelo tratamento desta Lei aqueles servidores constantes no anexo Único, que faz parte integrante da mesma, respeitando-se os valores nele apostos.

Art.3º) As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de Dotações Orçamentárias Específicas.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
 16 de junho de 1998.
 DR. MANUEL R. DEL OLMO
 Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
 Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 16 dias do mês de junho de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
 Chefe de Gabinete

ANEXO ÚNICO

RELAÇÃO DE ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO COM
 BASE DE CÁLCULO À PARTIR DE 1990

NOME FUNCIONAL	CARGO	ADIC. T. SERV.	VALOR VENC.	VALOR PERC.
Juarez Thadeu Cunha	Assist. Administrativo	20 %	R \$ 486,02	R \$ 97,21
Luiza Rudnick	Auxiliar Administrativo	20 %	R \$ 174,44	R \$ 34,89
Luiza F. Zoellner	Prof. não Habilitada 20 H	20 %	R \$ 158,88	R \$ 31,78
Ivo Bonfanti	Prof. Música - 20 H	20 %	R \$ 148,69	R \$ 29,74
Daniel Carvalho	Trabalhador Braçal	20 %	R \$ 166,13	R \$ 33,23
Antônio M. Gornia-ck	Trabalhador Braçal	20 %	R \$ 166,13	R \$ 33,23
Ana Correia	Zeladora Municipal	20 %	R \$ 174,44	R \$ 34,89
Manoel V. Piske	Topógrafo Prático.	20 %	R \$ 362,67	R \$ 72,54

CAMPO ALEGRE "SC", 16 DE JUNHO DE 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

Lei Nº 2.329 de 16 de Junho de 1998

LEI Nº 2.329 DE 16 DE JUNHO DE 1998.

AUTORIZA PAGAMENTO DESPESA DE REFEIÇÃO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar o pagamento de despesa com refeição, no valor de R\$ 163,00 (cento e sessenta e três reais).

Art.2º) A despesa que trata o Artigo 1º desta Lei correrá por conta de Dotação Orçamentária Específica.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
16 de junho de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 16 dias do mês de junho de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.328 de 26 de Maio de 1998

LEI N.º 2.328 DE 26 DE MAIO DE 1998.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS SOCIAIS E DE SAÚDE A PESSOAS COMPROVADAMENTE CARENTES DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º) Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a conceder benefícios sociais e de saúde, como: medicamentos, passagens, alimentos, consultas e exames especializados, armação para óculos e outros, à pessoas do município, comprovadamente carentes.

Art. 2º) A Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, coordenará e desenvolverá estas atividades, através da ficha sócio-econômica, onde constem dados, como: situação sócio-econômica do interessado, salário, situação familiar, número de filhos e/ou dependentes, suas idades, residência e outros julgados importantes, para melhor avaliar o caso.

Art. 3º) Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
26 de maio de 1.998.

Dr. Manuel R. Del Olmo

Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 26 dias do mês de maio de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.327 de 26 de Maio de 1998

LEI N.º 2.327 DE 26 DE MAIO DE 1998.

AUTORIZA O PAGAMENTO DE DIÁRIA
AOS AGENTES POLÍTICOS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º) Fica autorizado o pagamento de diária nos moldes do art. 66 da Lei n.º 2.303 de 17 de março de 1998 aos agentes políticos do município.

Art. 2º) A concessão de diária será regulamentada por ato do Poder Executivo no prazo de 30 dias da promulgação da presente lei.

Parágrafo Único - A concessão de diária aos Vereadores e demais agentes públicos da Câmara Municipal será regulamentado por ato do Poder Legislativo.

Art. 3º) Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 17 de março de 1998.

Art.4º) Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre,
26 de maio de 1.998.
dr. Manuel R. Del Olmo
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 26 dias do mês de maio de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.326 de 18 de Maio de 1998

LEI Nº 2.326 DE 18 DE MAIO DE 1998.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Autoriza o Poder Executivo Municipal abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 49.196,44 (quarenta e nove mil, cento e noventa e seis reais e quarenta e quatro centavos), afim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente.

0300 - Secretaria Municipal Administração e Finanças
0301 - Divisão de Pessoal
03.07.021.2003 - Divisão de Pessoal
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3200.00 - Transferências Correntes
3210.00 - Transferências Intragovernamentais
3214.00 - Contribuições a Fundos R\$ 20.000,00
0303 - Divisão de Controle Fazendário
03.08.030.2006 - Manutenção das Atividades das Finanças
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3190.00 - Diversas Despesas de Custeio
3192.00 - Despesas de Exercício Anterior R\$ 696,44
0400 - Secretaria Municipal de Educação
0401 - Divisão de Apoio Administrativo
08.42.188.2008 - Gestão Administrativa da Educação
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3120.00 - Material de Consumo R\$ 2.000,00
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 5.000,00
0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social
0501 - Divisão de Assistência a Saúde
13.75.025.1004 - Construção e Reforma de Postos de Saúde
4000.00 - Despesas de Capital
4100.00 - Investimentos
4110.00 - Obras e Instalações R\$ 1.900,00
13.75.428.2018 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal
4000.00 - Despesas de Capital
4100.00 - Investimentos
4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 19.600,00

TOTAL R\$ 49.196,44

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo 1º desta Lei correrá por conta de anulação parcial de dotação do Orçamento Vigente.

90.00 - Reserva de Contingência

90.99 - Reserva de Contingência
99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações
9000.00 - Reserva de Contingência
9900.00 - Reserva de Contingência
9990.00 - Reserva de Contingência R\$ 49.196,44

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
18 de maio de 1998.
DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 18 dias do mês de maio de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.325 DE 18 DE MAIO DE 1998

LEI Nº 2.325 DE 18 DE MAIO DE 1998.
AUTORIZA A EMPENHAR DESPESAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Contabilizar por conta de Dotação de despesas do exercício anterior na Dotação 03.08.030.2006 - Manutenção das Atividades das Finanças - 3192.0000 - Despesas de Exercício Anterior as seguintes Notas Fiscais nº 001104 e 001181 da JUMBO DISTRIBUIDORA Ltda, no valor de R\$ 1.142,68 (hum mil, cento e quarenta e dois reais e sessenta e oito centavos).

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
18 de maio de 1998.
DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 18 dias do mês de maio de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.324 de 18 de Maio de 1998

LEI Nº 2.324 DE 18 DE MAIO DE 1998

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica a Fundação Municipal de Desporto e Cultura autorizada a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), afim de Suplementar a Seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

08.00 - Fundação Municipal de Desporto e Cultura
 08.08 - Fundação Municipal de Desporto e Cultura
 08.08.08.46.224.2001 - Manutenção das atividade Desportivas e Culturais
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Cível R\$ 9.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo 1º desta Lei correrá por Conta de Anulação Parcial de Dotação do Orçamento Vigente.

08.00 - Fundação Municipal de Desporto e Cultura
 08.08 - Fundação Municipal de Desporto e Cultura
 08.08.08.46.224.2001 - Manutenção das atividade Desportivas e Culturais
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 9.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
 18 de maio de 1998.
 DR. MANUEL R. DEL OLMO
 Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
 Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 18 dias do mês de maio de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
 Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.323 de 18 de Maio de 1998

LEI Nº 2.323 DE 18 DE MAIO DE 1998.

ALTERA NÍVEL DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO - AUXILIAR DE ENFERMAGEM E AGENTE DE ATIVIDADE DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Passa a ser o Nível 14 de Vencimento correspondente ao cargo de Auxiliar de Enfermagem, alterando-se o anexo XI da Lei Municipal nº 2.284 de 23 de Dezembro de 1997.

Art.2º) Passa a ser o Nível 15 do Agente em Atividade de Saúde, alterando-se também o anexo XI da Lei Municipal nº 2.284 de 23

de Dezembro de 1997.

Art.3º) Fica alterado o Anexo VI da Lei Municipal nº 2.300 de 10 de março de 1998 os níveis de Agente em Atividade de Saúde e Auxiliar de Enfermagem.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 1º de maio de 1998.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
 18 de maio de 1998.
 DR. MANUEL R. DEL OLMO
 Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
 Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 18 dias do mês de maio de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
 Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.322 DE 18 DE MAIO DE 1998

LEI Nº 2.322 DE 18 DE MAIO DE 1998.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Autoriza o Poder Executivo Municipal abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 21.400,00 (vinte e um mil, quatrocentos reais), afim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente.

0200 - Gabinete do Prefeito
 0201 - Chefia de Gabinete
 03.07.020.2002 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito
 3000.00 - Despesas Correntes
 3200.00 - Transferências Correntes
 3230.00 - Transferências a Instituições Privadas
 3233.00 - Contribuições Correntes R\$ 13.000,00
 0300 - Secretaria Municipal Administração e Finanças
 0303 - Divisão de Controle Fazendário
 03.08.030.2006 - Manutenção das atividades das Finanças
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 5.500,00
 0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
 0601 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente
 04.18.111.2023 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 1.400,00
 0603 - Departamento de Turismo
 11.65.363.2025 - Incentivo ao Turismo
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 1.500,00
 Total R\$ R\$ 21.400,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo 1º desta Lei correrá por conta de anulação parcial de dotação do Orçamento Vigente.

90.00 - Reserva de Contingência

90.99 - Reserva de Contingência

99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações

9000.00 - Reserva de Contingência

9900.00 - Reserva de Contingência

9990.00 - Reserva de Contingência R\$ 21.400,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
18 de maio de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 18 dias do mês de maio de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.321 de 12 de Maio de 1998

LEI Nº 2.321 DE 12 DE MAIO DE 1998.

ALTERA REDAÇÃO DO INCISO II DO

ARTIGO 4º DA LEI MUNICIPAL Nº 2.283.

O Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Inciso II do Artigo 4º da Lei Municipal nº 2.283 de 16 de dezembro de 1997, passa a ter a seguinte Redação: Abrir Crédito Suplementar até o limite de 80 % (oitenta por cento) da despesa nos termos do Artigo 7º, inciso I da Lei Federal nº 4.320/64, por conta da Anulação Parcial da Reserva de Contingência.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
12 de maio de 1998.

EVALDO TABBERT

Prefeito Municipal em Exercício

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 12 dias do mês de maio de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.320 de 12 de Maio de 1998

LEI Nº 2.320 DE 12 DE MAIO DE 1998.

CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica criado o Conselho Municipal de Trabalho, Emprego e Renda, Órgão de composição Tripartite e Partidária entre Entidades Governamentais, de Representação dos Trabalhadores e de Representação dos Empregadores.

Art.2º) Ao Conselho Municipal de Emprego, como Órgão Deliberativo e de Assessoramento, compete:

I - Estabelecer, acompanhar e avaliar a Política Municipal de Emprego, propondo as medidas que julgar necessárias ao desenvolvimento de seus princípios e diretrizes;

II - Participar da elaboração do Plano de Trabalho do Sistema Nacional de Emprego, no âmbito do Município, para que seja submetido à aprovação do SINE/SC - Sistema Estadual.

Art.3º) O Conselho Municipal de Emprego, é constituída de:

I - Entidades Governamentais:

a) Prefeitura Municipal;

b) Secretaria de Administração e Finanças

II - Representação dos Trabalhadores:

a) AECA - Associação dos Empregados de Campo Alegre

b) Sindicato dos trabalhadores Rurais de Campo Alegre

III - Representação dos Empregadores:

a) ACIACA - Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Campo Alegre

b) Sindicato Patronal do Mobiliário de São Bento do Sul/SC.

Parágrafo Único - As entidades de que trata este artigo indicarão os respectivos membros titulares e suplentes que farão parte do Conselho.

Art.4º) A Presidência do Conselho Municipal de Emprego, será exercida em sistema de Rodízio entre os representantes das entidades governamentais, dos trabalhadores e dos empregadores, estes nomeados por Decreto do Executivo Municipal.

I - A eleição do Presidente do Conselho ocorrerá por maioria simples dos votos dos seus integrantes, desde que haja representação Tripartite;

II - O mandato do Presidente terá duração de 12 (doze) meses, sendo vedada a recondução para o período consecutivo.

Art.5º) A Secretaria Executiva será exercida pelo Órgão responsável pela operacionalização do SINE no Município.

Art.6º) O Conselho elaborará o seu Regimento Interno, que será aprovado pela maioria absoluta de seus membros, desde que haja representação Tripartite, e publicado no Órgão Oficial de Imprensa do Estado, ou em um Jornal de Circulação no Município.

Art.7º) Pelas atividades exercidas no Conselho os seus membros, titulares e suplentes não receberão qualquer tipo de remuneração.

Parágrafo Único - Indicados os membros do Conselho, estes terão o prazo máximo de 30 (trinta) dias para a eleição de seu presidente e a escolha da data da Sessão que examinará e aprovará o Regimento Interno.

Art.8º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 1.936 de 20 de julho de 1995.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
12 de maio de 1998.

EVALDO TABBERT

Prefeito Municipal em Exercício

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 12 dias do mês de maio de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.319 de 06 de Maio de 1998.

LEI Nº 2.319 DE 06 DE MAIO DE 1998.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE
ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

0200 - Gabinete do Prefeito

0201 - Chefia de Gabinete

03.07.020.2002 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3230.00 - Transferências a Instituições Privadas

3233.00 - Contribuições Correntes R\$ 4.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

9000 - Reserva de Contingência

9099 - Reserva de Contingência

99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações

9000.00 - Reserva de Contingência

9900.00 - Reserva de Contingência

9990.00 - Reserva de Contingência R\$ 4.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
06 de maio de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 06 dias do mês de maio de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.318 de 05 de Maio de 1998

LEI Nº 2.318 DE 05 DE MAIO DE 1998.

"AUTORIZA REPASSE PARA O CONSÓRCIO QUIRIRI"

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal fica autorizado a repassar para o consórcio Quiriri, até R\$ 3.000,00 (três mil reais), no decorrer do exercício de 1998.

Art.2º) Este repasse servirá para cobrir parte das despesas do Consórcio no que se refere a pessoal, material de expediente, veículo e viagens, água, luz, telefone, aluguel e outros itens necessários ao seu funcionamento.

Art.3º) O repasse de que trata o Artigo 1º poderá ser efetuado em parcelas, de acordo com a necessidade.

Art.4º)) A entidade beneficiada por esta Lei terá o prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos recursos, para prestar contas dos mesmos à Municipalidade.

Art.5º) As despesas com a execução da presente Lei, correrão por conta de dotações do Orçamento Vigente,

Art.6º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
05 de maio de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 05 dias do mês de maio de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.317 de 28 de Abril de 1998

LEI Nº 2.317 DE 28 DE ABRIL DE 1998.

DISPÕE SOBRE CONTRIBUIÇÃO CORRENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contribuir a FECAMPO - Fundação Educacional de Campo Alegre o valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Art.2º) Para pagamento da contribuição corrente, serão utilizados recursos da seguinte Dotação Orçamentária: 03.07.020.2002 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito. 3233.00 - Contribuições Correntes.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
28 de abril de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 28 dias do mês de abril de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.316 de 28 de Abril de 1998

LEI Nº 2.316 DE 28 DE ABRIL DE 1998.

ATO INUTILIZADO
INUTILIZADA

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC em,
28 de abril de 1998.

MANUEL RPDRIGUEZ DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 28 dias do mês de abril de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.315 DE 28 DE ABRIL DE 1998

LEI Nº 2.315 DE 28 DE ABRIL DE 1998.

AUTORIZA ISENTAR TAXAS E PREÇOS PÚBLICOS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Autoriza o Poder Executivo Municipal a Isentar à Associação de Moradores Vila Scheide de Taxas e Preços Públicos, referente a desmembramento e loteamento do imóvel a referida Associação.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
28 de abril de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 28 dias do mês de abril de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.314 de 28 de Abril de 1998

LEI Nº 2.314 DE 28 DE ABRIL DE 1998.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Saúde autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

13.00 - Fundo Municipal de Saúde

13.13 - Fundo Municipal de Saúde

13.75.428.2001 - Manutenção Assistência Médico Hospitalar Sanitária

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 10.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo 1º desta Lei correrá por conta de Anulação parcial de Dotação do Orçamento Vigente.

13.00 - Fundo Municipal de Saúde

13.13 - Fundo Municipal de Saúde

13.75.428.2001 - Manutenção Assistência Médico Hospitalar Sanitária

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4110.00 - Obras e Instalações R\$ 10.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
28 de abril de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 28 dias do mês de abril de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.313 de 28 de Abril de 1998

LEI Nº 2.313 DE 28 DE ABRIL DE 1998.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal nº 2.304 de 24 de março de 1998, faz saber que Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abri Crédito Suplementar no valor de R\$ 35.050,00 (trinta e cinco mil e cinquenta reais), afim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente:

0200 - Gabinete do Prefeito

0201 - Chefia do Gabinete

03.07.020.2002 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito

3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 2.000,00
 0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
 03.07.021.2003 - Divisão de Pessoal
 3000.00 - Despesas Correntes
 3200.00 - Transferência Correntes
 3210.00 - Transferências Intragovernamentais
 3214.00 - Contribuições a Fundos R\$ 9.000,00
 0303 - Divisão de Controle Fazendário
 03.08.030.2006 - Manutenção das atividades das Finanças
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3120.00 - Material de Consumo R\$ 3.000,00
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 10.000,00
 3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferências a Pessoas
 3253.00 - Salário Família R\$ 50,00
 0400 - Secretaria Municipal de Educação
 0401 - Divisão de Apoio Administrativo
 08.47.235.2011 - Bolsa Estudantil a Servidor
 3000.00 - Despesas Correntes
 3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferências a Pessoas
 3254.00 - Apoio Financeiro a Estudantes ... R\$ 3.000,00
 0402 - Divisão do Ensino Fundamental
 08.42.188.2014 - Desenvolvimento Ensino Fundamental Valorização do Magistério
 3000.00 - Despesas Correntes
 3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferências a Pessoas
 3253.00 - Salário Família R\$ 3.000,00
 0700 - Secretaria Munic. Planej. Urbano Obras Transp. Serv. Públicos
 0701 - Departamento de Planejamento Urbano e Obras
 10.60.325.2026 - Gestão Administrativa do Órgão
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 5.000,00

TOTAL:R\$ 35.050,00

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo 1º desta Lei correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

9000 - Reserva de Contingência
 9099 - Reserva de Contingência
 99.99.999.29.99 - Recursos para Suplementações.
 9000.00 - Reserva de Contingência.
 9900.00 - Reserva de Contingência
 9999.00 - Reserva de Contingência R\$ 35.050,00

Art. 3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
 28 de abril de 1998.
 DR. MANUEL R. DEL OLMO.
 Prefeito Municipal.

MANOLO R. DEL OLMO
 Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 28 dias do mês de abril de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
 Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.312 DE 15 DE ABRIL DE 1998

LEI Nº 2.312 DE 15 DE ABRIL DE 1998.
 AUTORIZA RECEBER POR DOAÇÃO ÁREA TERRA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber por doação do Sr. Gabriel Pykocz, um área de terra de 342,15 m² (trezentos e quarenta e dois vírgula quinze metros quadrados) que faz parte integrante do imóvel com área total de 10.000,00 (dez mil metros quadrados) Registrada no Registro Imóveis Rita Amaral e Silva sob o nº R-1-21.894 do Livro 2 e lançada nos Livros 4 e 5.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
 15 de abril de 1998.
 DR. MANUEL R. DEL OLMO
 Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
 Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 15 dias do mês de abril de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
 Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.311 de 15 de Abril de 1998

LEI Nº 2.311 DE 15 DE ABRIL DE 1998.
 DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", no uso das atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art.1º) Fica criado o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

Art.2º) O Conselho será constituído por 5 (cinco) membros, sendo:
 a) um representante da Secretaria Municipal de Educação (ou órgão equivalente);
 b) um representante dos professores e dos diretores das escolas públicas do ensino fundamental;
 c) um representante de pais de alunos; e
 d) um representante dos servidores das escolas públicas do ensino fundamental. (*)
 e) um representante do Conselho Municipal de Educação.

- 1º- Os membros do Conselho serão indicados por seus pares ao Prefeito que os designará para exercer suas funções.

- 2º)- O mandato dos membros do Conselho será de dois anos, vedada a recondução para o mandato subsequente.

- 3º)- As funções dos membros do Conselho não serão remuneradas.

Art.3º) Compete ao Conselho:

I- acompanhar e controlar a repartição, transferência e aplicação dos recursos do Fundo;

II- supervisionar a realização do Censo Educacional Anual;

III- examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do Fundo.

Art.4º) As reuniões ordinárias do Conselho serão realizadas mensalmente, podendo haver convocação extraordinária, através de comunicação escrita, por qualquer de seus membros, ou pelo Prefeito.

Art.5º) O Conselho terá autonomia em suas decisões.

Art.6º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 2.237 de 24 de junho de 1997.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
15 de abril de 1998

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 15 dias do mês de abril de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.310 DE 15 DE ABRIL DE 1998

LEI Nº 2.310 DE 15 DE ABRIL DE 1998
RECONHECE DESPESA EXERCÍCIO
DE 1996, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a reconhecer Despesa, efetuada no exercício de 1996, no valor de R\$ 553,76 (quinhentos e cinquenta e três reais e setenta e seis centavos) em favor da Drogeria e Farmácia Catarinense S/A, inscrita no CGC sob nº 84.683.841/0001-77, decorrentes da aquisição de produtos odontológicos para a Secretaria Municipal de Saúde no período 27 de setembro à 10 de dezembro de 1996, referente as Notas Fiscal nº 030403, 025955, 025956 e 030608

Art.2º) O reconhecimento de que trata o Artigo 1º desta Lei, gera ao Poder Executivo Municipal a empenhar a despesa por conta de Dotação de Despesas de Exercício anterior no Projeto de atividade 03.08.030.2006 - Manutenção das atividades das Finanças elemento 3192.00 - Despesas de exercícios anteriores, e incluir para pagamento na ordem cronológica a partir da data da publicação desta Lei.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
15 de abril de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 15 dias do mês de abril de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.309 de 07 de Abril de 1998

LEI Nº 2.309 DE 07 DE ABRIL DE 1998.

AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO COM COOPERATIVA - ESCOLA DOS ALUNOS DO COLÉGIO AGRÍCOLA "VIDAL RAMOS" LTDA - COOPESA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a COOPERATIVA - ESCOLA DOS ALUNOS DO COLÉGIO AGRÍCOLA "VIDAL RAMOS" LTDA - COOPESA, em conformidade com o Convênio que faz parte integrante desta Lei, com a finalidade de estimular e desenvolver o Ensino Médio profissionalizante na área de Agropecuária.

Art.2º) As despesas com a execução da presente Lei, correrão por conta de dotação do Orçamento Específico.

Art.3º) A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
07 de abril de 1998.
DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 07 dias do mês de abril de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.308 de 01 de Abril de 1998

LEI Nº 2.308 DE 1º DE ABRIL DE 1998.

ISENÇÃO DE IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Isentar o IPTU - Imposto Territorial Urbano, que incide sobre o imóvel de propriedade dos Herdeiros de Alfredo Hennings, situado à Rua: Dr. Getúlio Vargas, 83 - Centro neste Município, imposto relativo ao exercício de 1998.

Art.2º) A isenção a que se refere o Artigo primeiro desta Lei aplica-se a título de indenização de uma área de 543,79 m² (quinhentos e quarenta e três e setenta e nove metros quadrados) que faz parte integrante do imóvel com área total de 3.246 m² (três mil,

duzentos e quarenta e seis metros quadrados) Registrada no Registro Imóveis sob o nº 1-12.942 do Livro 2 e lançado nos livros 4 e 5, a qual foi declarada de utilidade pública, pelo Decreto nº 2.394 de 23 de março de 1998, área esta destinada a regularizar alinhamento da Rua: José Gomes Munhoz, rua esta paralela a Rua: Cél Bueno Franco, com início na Rua: Waldemiro Schroeder e término na Rua: Dr. Getúlio Vargas.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
1º de abril de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, ao 1º dia do mês de abril de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.307 de 10 de Abril de 1998

LEI Nº 2.307 DE 1º DE ABRIL DE 1998.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Educação e do Desporto, objetivando o transporte escolar dos alunos do ensino fundamental, da rede estadual, residentes no interior do município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) As despesas oriundas do Convênio correrão por conta de dotação própria da Secretaria Municipal de Educação, do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
1º de abril de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, ao 1º dia do mês de abril de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.306 de 10 de Abril de 1998

LEI Nº 2.306 DE 1º DE ABRIL DE 1998.

CONCEDE ISENÇÃO IPTU, TCL, TAXA EXPEDIENTE NO EXERCÍCIO DE 1998.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a isentar o pagamento de IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano, TCL - e Taxa de Expediente Urbano, do contribuinte Sr. Alvino Feliciano, referente o exercício de 1998.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
1º de abril de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 1º dias do mês de abril de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.305 de 24 de Março de 1998

LEI Nº 2.305 DE 24 DE MARÇO DE 1998.

ALTERA ARTIGO 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 2.269

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Artigo 1º da Lei Municipal nº 2.269 de 23 de setembro de 1997 passa a ter a seguinte redação:

Art.1º) Fica autorizado o Poder Executivo a pagar as despesas de multa de veículos da frota municipal no valor de 1.242 UFIR (mil, duzentos e quarenta e dois UFIR).

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
24 de março de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 24 dias do mês de março de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.304 de 24 de Março de 1998

LEI Nº 2.304 DE 24 DE MARÇO DE 1998.

ABRE CRÉDITO ESPECIAL POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito especial no valor de R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais), afim de suplementar os seguintes elementos de despesa criados nas Dotações abaixo discriminadas, do Orçamento Vigente:

0400 - Secretaria de Educação
0401 - Divisão Administrativa da Educação
08.42.188.2008 - Gestão Administrativa da Educação
3120 - Material de Consumo ... R\$ 3.000,00
3132.00 - Serviços de Terceiros e Encargos R\$ 1.000,00
3251.00 - Inativos R\$ 10.000,00
4120.00 - Equipamento e Material Permanente .. R\$ 1.000,00
0402 - Divisão de Ensino Fundamental
08.42.188.2013 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
3120 - Material de Consumo .. R\$ 1.000,00
0700 - Secretaria Municipal Planejamento Urbano Obras Transportes e Serviços Públicos
0702 - Departamento de Transporte
16.88.020.2029 - Reforma e Manutenção do Maquinário
3132 - Serviços de Terceiros e Encargos R\$ 15.000,00

TOTALR\$ 31.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo anterior desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial de Dotação do Orçamento Vigente.

90.00 - Reserva de Contingência
90.99 - Reserva de Contingência
99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações
9000.00 - Reserva de Contingência
9990.00 - Reserva de Contingência R\$ 31.000,00

Art.3º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
24 de março de 1998.
DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 24 dias do mês de março de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.303 de 17 de Março de 1998

LEI Nº 2.303 DE 17 DE MARÇO DE 1998.

INSTITUI O REGIME JURÍDICO ÚNICO PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO, DAS AUTARQUIAS E DAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS INSTITUÍDAS E MANTIDAS PELO MUNICÍPIO, ESTABELECE DIRETRIZES GERAIS PARA SUA IMPLANTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO, Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei complementar:

TÍTULO I**DO REGIME JURÍDICO ÚNICO****DA INSTITUIÇÃO DO REGIME**

Art. 1º - Esta lei complementar institui o regime jurídico único dos servidores públicos do Município, Autarquias e Fundações Públicas instituídas e mantidas por este.

Art. 2º - Considera-se servidor público a pessoa vinculada à Administração Pública Municipal, por este regime jurídico, investida legalmente em cargo público.

Art. 3º - Cargo Público é o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a servidor, criado por lei, com denominação própria, em número certo e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.

Art. 4º - Os vencimentos dos cargos corresponderão a referências básicas, fixados em lei.

Art. 5º - Os cargos públicos são considerados efetivos ou em comissão.

§ 1º - Os cargos efetivos são aqueles cujo provimento se dá em caráter permanente e são distribuídos em carreiras, ou isolados, de acordo com a natureza do cargo.

§ 2º - As carreiras serão organizadas em grupos de cargos dispostos de acordo com a natureza profissional e complexidade de suas atribuições, guardando correlação com a finalidade do grupo ocupacional e do órgão ou entidade.

§ 3º - Cargos em comissão são aqueles cujo provimento se dá em caráter provisório, destinados a funções de confiança dos superiores hierárquicos.

Art. 6º - Quadro é o conjunto de carreiras, de cargos isolados integrantes das estruturas do Poder Executivo, Autarquias e das Fundações Públicas instituídas e mantidas pelo Município.

Art. 7º - É proibida a prestação de serviços gratuitos salvo os casos previstos em lei.

TÍTULO II**DO PROVIMENTO, DA VACÂNCIA E DO DESENVOLVIMENTO****CAPÍTULO I - DO PROVIMENTO****SEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 8º - São requisitos básicos para ingresso no Serviço Público:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o gozo dos direitos políticos;
III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, e ou os requisitos especiais para o seu desempenho;
V - idade mínima de 18 anos e máxima de 45 anos;
VI - aptidão física e mental.

§ 1º - As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.

§ 2º - Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscreverem em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, para as quais serão reservadas até 10% das vagas oferecidas no concurso.

Art. 9º - O provimento dos cargos públicos far-se-á por ato do Prefeito Municipal ou a quem for delegada tal competência.

Parágrafo Único - O provimento dos cargos das Autarquias e Fundações Públicas instituídas e mantidas pelo Município, far-se-á por ato dos Dirigentes Superiores das respectivas instituições, na forma da lei.

Art. 10 - São formas de provimento de cargos públicos:

I - nomeação;
II - promoção;
III - transferência;
IV - readaptação;
V - reversão;
VI - aproveitamento;
VII - reintegração;
VIII - recondução.

SEÇÃO II - DA NOMEAÇÃO

Art. 11 - A nomeação é o ato de provimento inicial do servidor no cargo e far-se-á:

I - em caráter efetivo, quando se tratar de cargo isolado ou de carreira, de provimento efetivo;

II - em comissão, inclusive na condição de interino, para cargos de confiança vagos.

§ 1º - Prescinde de concurso público a nomeação para cargo de provimento em comissão.

§ 2º - A nomeação do servidor público, para cargo de provimento em comissão determina, no ato da posse, o seu afastamento do cargo efetivo de que for titular, salvo nos casos de acumulação lícita.

§ 3º - O servidor ocupante de cargo em comissão poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade.

Art. 12 - A nomeação para cargo de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecida a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

Art. 13 - Os demais requisitos para o ingresso e o desenvolvimento do servidor público na carreira, mediante promoção serão definidos na lei do Plano de Carreiras.

SEÇÃO III - DO CONCURSO PÚBLICO

Art. 14 - O concurso público será de provas ou de provas e títulos, podendo ser realizado em duas etapas, conforme dispuserem a lei e o regulamento do respectivo plano de carreiras, condicionada a inscrição do candidato ao pagamento do valor fixado no edital, quando indispensável ao seu custeio, e ressalvadas as hipóteses de isenção nele expressamente previstas.

Art. 15 - O concurso público terá validade de até dois anos, a contar da sua homologação, prorrogável uma vez, por igual período, a critério da Administração.

Art. 16 - Para coordenar todas as etapas do concurso público, inclusive proceder ao julgamento de quaisquer recursos, a autoridade competente designará Comissão Especial composta de 05 (cinco) servidores públicos municipais de Campo Alegre.

Art. 17 - Observar-se-ão, na realização dos concursos as seguintes normas:

I - a abertura de concurso se dará por edital, publicado na imprensa local por três vezes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, de que constem:

- a) o número de vagas oferecidas, denominação dos cargos e respectivos vencimentos;
- b) os títulos exigidos;
- c) as condições para inscrição e provimento do cargo;
- d) tipo, natureza e programa das provas;
- e) o prazo das inscrições;
- f) a forma de comprovação dos requisitos para a inscrição;
- g) a época da:
 - 1 - realização das provas constando o dia, horário e local;
 - 2 - publicação nominal das inscrições homologadas com o número da inscrição;
 - 3 - publicação dos aprovados em ordem de classificação, constando o número da classificação, número de inscrição e nome do candidato;
 - 4 - escolha de vaga, constando o dia, horário e local, quando for o caso;
 - 5 - o prazo de validade do concurso, que não excederá de dois anos, prorrogável por igual período.

II - o limite de idade para inscrição em concurso, será, no mínimo, de 18 anos e máximo de 45 anos.

Art. 18 - Terá preferência para a nomeação, em caso de empate na classificação, sucessivamente, o candidato:

I - pertencente ao serviço público municipal de Campo Alegre, suas Autarquias e Fundações Públicas, que possuir maior tempo de efetivo exercício nesta condição;

II - o que tiver obtido melhor grau na matéria de peso mais elevado.

SEÇÃO IV - DA POSSE E DO EXERCÍCIO

Art. 19 - Posse é a investidura no cargo e se dá com a aceitação expressa das atribuições, deveres e responsabilidades e direitos inerentes ao cargo público, formalizada com a assinatura do termo pela Prefeito Municipal e pelo empossado.

§ 1º - A posse ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias contados da publicação do ato de provimento.

§ 2º - Em se tratando de servidor em licença, ou em qualquer outro afastamento legal, o prazo será contado do término do impedimento.

Art. 20 - A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção por junta médica oficial.

Parágrafo Único - Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente, para o exercício do cargo, e tiver cumprido demais requisitos estabelecidos nesta lei.

Art. 21 - Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança.

§ 1º - O exercício do cargo terá início dentro de 15 (quinze) dias, contados da data:

I - da publicação oficial do ato, no caso de reintegração;

II - da posse, nos demais casos.

§ 2º - Será exonerado do cargo o servidor empossado que não entrar em exercício no prazo previsto no parágrafo anterior.

§ 3º - A autoridade competente do órgão ou entidade para onde for designado o servidor, compete dar-lhe o exercício.

§ 4º - O início do exercício de função de confiança coincidirá com a data de publicação do ato de designação, salvo quando o servidor estiver em licença ou afastado por qualquer outro motivo legal, hipótese em que recairá no primeiro útil após o término do impedimento, que não poderá exceder a trinta dias da publicação.

Art. 22 - O início, a interrupção e o reinício do exercício, serão registrados no assentamento individual do servidor.

Parágrafo Único - Ao entrar em exercício, o servidor apresentará ao órgão competente os elementos necessários ao assentamento individual.

Art. 23 - A promoção não interrompe o tempo de exercício, que é contado do novo posicionamento na carreira, a partir da data de publicação do ato.

Art. 24 - O servidor não poderá ausentar-se do serviço para estudo ou missão de qualquer natureza, com ou sem vencimentos, sem prévia autorização do Chefe do Poder.

Art. 25 - O afastamento do exercício do cargo será permitido para:

I - exercer cargo de provimento em comissão na administração federal, estadual ou municipal, respectivas Autarquias, Fundações e entidades paraestatais;

II - candidatar-se a mandato eletivo, na forma da legislação específica;

III - exercício de mandato eletivo, na forma da legislação específica.

IV - atender convocação do serviço militar;

V - realizar estágios especiais, cursos de atualização, aperfeiçoamento, pós-graduação e missões de estudo, afins ao cargo que ocupa, quando autorizado pelo Chefe de Poder ou dos Dirigentes das Fundações Públicas instituídas e mantidas pelo Município;

VI - atender imperativo de convênio firmado;

VII - permanecer a disposição de outra entidade estatal, fundacional, autárquica e paraestatal.

VIII - participar de competições esportivas oficiais.

Parágrafo Único - O afastamento mencionado no inciso V obriga o servidor a continuar vinculado a entidade por período igual ao da duração do afastamento.

Art. 26 - O servidor será afastado do exercício do cargo quando preso previamente ou em flagrante, pronunciado por crime comum ou funcional, ou ainda, condenado por crime inafiançável em processo no qual não haja pronúncia.

Parágrafo Único - O afastamento do exercício do cargo, enquanto não houver condenação, não implica na suspensão dos

vencimentos.

Art. 27 - O ocupante de cargo de provimento efetivo sujeitar-se-á a 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, salvo quando houver disposição legal estabelecendo duração diversa.

Parágrafo Único - Além do cumprimento do estabelecido neste artigo, o exercício de cargo em comissão exigirá do seu ocupante integral dedicação do serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da administração.

Art. 28 - Respeitados os casos previstos nesta lei, o servidor que interromper o exercício num período de 12 meses, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos ou 60 (sessenta) alternados, está sujeito à demissão por abandono de cargo, apurado em competente processo disciplinar.

SEÇÃO V - DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 29 - Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 24 (vinte e quatro) meses, durante o qual sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes requisitos, a serem apurados através de ficha de acompanhamento que será instituída por ato do Executivo:

I - assiduidade e pontualidade;

II - disciplina;

III - capacidade de iniciativa;

IV - produtividade;

V - responsabilidade;

VI - eficiência;

VII - capacidade pedagógica para o membro do magistério.

Art. 30 - O Chefe imediato do servidor em estágio probatório informará a seu respeito, reservada e trimestralmente, ao órgão de pessoal, com relação ao preenchimento dos requisitos mencionados no artigo anterior.

§ 1º - De posse da informação trimestral, o órgão de pessoal emitirá parecer concluindo a favor ou contra a permanência do servidor em estágio.

§ 2º - Se o parecer for contrário à permanência do servidor, dar-se-á conhecimento deste, para efeito de apresentação de defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 3º - O órgão de pessoal encaminhará o parecer e a defesa ao Secretário de Administração, que decidirá pela exoneração ou manutenção do servidor.

§ 4º - Se o Secretário de Administração decidir pela exoneração, será lavrado o respectivo ato; caso contrário, o servidor permanecerá em estágio.

§ 5º - Nos trinta (30) dias anteriores ao final do último trimestre do estágio, o servidor que tiver sido aprovado nas avaliações anteriores, será submetido à última avaliação que seguirá os mesmos trâmites das avaliações anteriores.

§ 6º - Somente se aprovado em todas as avaliações é que o servidor será mantido no cargo.

§ 7º - A apuração dos requisitos mencionados no "caput" deste artigo deverá processar-se de modo que a exoneração, se houver, seja feita antes de findo o período de estágio probatório;

§ 8º - O servidor em estágio probatório poderá exercer quaisquer

cargos de provimento em comissão, bem como poderão ser concedidas as licenças previstas no art. 86. .

§ 9º - O estágio probatório ficará suspenso durante as licenças previstas nos incisos I a VII do art. 86, bem como durante o exercício de cargo de provimento em comissão.

Art. 31 - O servidor não aprovado no estágio será exonerado ou se estável, reconduzido a situação anterior.

SEÇÃO VI - DA ESTABILIDADE

Art. 32 - O servidor aprovado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar dois anos de efetivo exercício, após aprovação do estágio probatório.

Parágrafo Único - O exercício do cargo em comissão e as licenças previstas nos incisos I a VII do art. 86, interrompem a contagem de tempo para efeito de estabilidade.

Art. 33 - O servidor estável só poderá ser demitido em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que se lhe tenha assegurada ampla defesa.

SEÇÃO VII - DA TRANSFERÊNCIA

Art. 34 - Transferência é a passagem do servidor estável de cargo de carreira, para outro de igual denominação, grupo ocupacional e vencimento, pertencente a quadro de pessoal diverso, de órgão ou instituição do mesmo Poder.

Parágrafo Único - A transferência ocorrerá de ofício ou a pedido do servidor, atendido o interesse do serviço, mediante o preenchimento de vaga.

SEÇÃO VIII - DA READAPTAÇÃO

Art. 35 - Readaptação é a investidura do servidor estável em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção por junta médica oficial.

§ 1º - Se julgado incapaz para o serviço público, o readaptando será aposentado.

§ 2º - A readaptação será efetivada em cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida, nível de escolaridade e equivalência de vencimentos e, na hipótese de inexistência de cargo vago, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência da vaga.

SEÇÃO IX - DA REVERSÃO

Art. 36 - Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria.

Art. 37 - A reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação.

Parágrafo Único - Encontrando-se provido o cargo, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

Art. 38 - Não poderá reverter o aposentado que contar 70 (setenta) anos ou mais de idade.

SEÇÃO X - DA REINTEGRAÇÃO

Art. 39 - Reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial.

Parágrafo Único - Encontrando-se provido o cargo o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização.

SEÇÃO XI - DA RECONDUÇÃO

Art. 40 - Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de:

- I - inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo; e
- II - reintegração do anterior ocupante.

Art. 41 - Encontrando-se provido o cargo de origem, o servidor será aproveitado em outro cargo de atribuições e vencimento compatível com o anteriormente ocupado, acrescido das vantagens atribuídas em caráter permanente.

SEÇÃO XII - DA DISPONIBILIDADE

Art. 42 - Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com direito aos vencimentos integrais do cargo.

Art. 43 - A declaração de desnecessidade do cargo será feita por ato do Chefe de Poder ou do Dirigente de Autarquias e Fundações Públicas instituídas e mantidas pelo Município.

Art. 44 - O retorno à atividade do servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimento compatível com o anteriormente ocupado, acrescido das vantagens atribuídas em caráter permanente.

Parágrafo Único - O servidor em disponibilidade será obrigatoriamente aproveitado na primeira vaga que ocorrer, observado o disposto no "caput" deste artigo.

Art. 45 - Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, salvo doença comprovada por junta médica oficial.

SEÇÃO XIII - DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 46 - Poderá haver substituição no caso de impedimento legal e temporário do ocupante de cargo de provimento em comissão.

Art. 47 - A substituição será automática ou dependerá de ato da autoridade competente.

§ 1º - A substituição automática é feita por servidor previamente designado substituto do titular e será gratuita, salvo se exceder a 31 (trinta e um) dias, caso em que será remunerada a partir do trigésimo dia.

§ 2º - A substituição que depender de ato da autoridade competente será sempre remunerada.

§ 3º - Durante o período de substituição remunerada, o substituto perceberá a remuneração correspondente ao cargo em que se faça a substituição, ressalvado o caso de opção, proibida a acumulação de remuneração.

Art. 48 - Em caso excepcional, atendida a conveniência do serviço, o titular de cargo de direção ou chefia poderá ser nomeado ou designado, cumulativamente, para outro cargo da mesma natureza, até que se verifique a nomeação, designação ou reassunção do

titular, e, nesse caso, só perceberá a remuneração correspondente a um cargo, cabendo ao servidor a opção.

Art. 49 - A reassunção ou vacância do cargo faz cessar, de pronto, os efeitos da substituição.

CAPÍTULO II

DA VACÂNCIA

Art. 50 - A vacância do cargo público decorrerá de:

I - exoneração;

II - demissão;

III - promoção;

IV - transferência;

V - readaptação;

VI - aposentadoria

VII - posse em outro cargo inacumulável; e

VIII - falecimento.

Art. 51 - A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor ou de ofício.

Parágrafo Único - A exoneração de ofício será aplicada:

a) quando não satisfeitas as condições do estágio probatório;

b) quando não entrar no exercício no prazo estabelecido;

Art. 52 - A exoneração de cargo em comissão dar-se-á:

a) a juízo da autoridade competente; e

b) a pedido do próprio servidor.

CAPÍTULO III

DA REMOÇÃO

Art. 53 - Remoção é o deslocamento do servidor para preenchimento de cargo de lotação, no âmbito do mesmo quadro.

Art. 54 - A remoção de servidor se faz a pedido, por concurso, por permuta e de ofício.

§ 1º - A remoção por permuta se processa por consenso de ambos os interessados, observada a conveniência administrativa.

§ 2º - A remoção por concurso será precedida de edital de concurso de remoção onde constarão os requisitos.

Art. 55 - A remoção de ofício dar-se-á pelo interesse público.

Art. 56 - O servidor removido deverá assumir o exercício no local para onde foi designado, dentro do prazo de até 5 (cinco) dias, a contar do ato, salvo determinação em contrário.

CAPÍTULO IV

DO DESENVOLVIMENTO

Art. 57 - O desenvolvimento do servidor na carreira ocorrerá mediante promoção funcional que é a passagem a referência de vencimento imediatamente superior, dentro do mesmo cargo em que esteja o servidor enquadrado à época da concessão, em decorrência do mérito apontado em avaliação de desempenho periódica.

Art. 58 - O processamento da promoção funcional, obedecerá ao disposto na lei do Plano de Carreiras.

TÍTULO III

DOS DIREITOS E VANTAGENS

CAPÍTULO I - DOS VENCIMENTOS E DA REMUNERAÇÃO

Art. 59 - Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.

Art. 60 - Remuneração é o vencimento do cargo efetivo ou de comissão, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas nesta lei.

Art. 61 - Perderá o vencimento do cargo efetivo o servidor:

I - quando no exercício de cargo em comissão;

II - quando no exercício de mandato eletivo ressalvado o de Vereador, havendo compatibilidade de horário;

III - quando designado para servir em qualquer órgão da União, do Estado, do Município e de suas Autarquias, Entidades de Economia Mista, Empresa Pública ou Fundações, ressalvadas as situações expressas em lei.

Parágrafo Único - No caso mencionado no inciso I deste artigo, o servidor poderá optar pela remuneração do cargo efetivo de que for titular.

Art. 62 - O servidor ocupante de cargo em comissão terá assegurada a diferença do valor do vencimento do seu cargo de carreira e o valor do vencimento do cargo em comissão, incorporando-se a remuneração na proporção de 1/20 (um vinte avos) por ano de exercício, ininterrupto ou não, limitado ao vencimento do cargo em comissão.

Art. 63 - O servidor perderá:

I - a remuneração do dia e o repouso remunerado imediatamente posterior, se não comparecer ao serviço, salvo motivo justificado;

II - 1/3 (um terço) da remuneração, durante o afastamento por motivo de suspensão preventiva ou prisão preventiva, pronúncia por crime comum ou denúncia por crime funcional, ou ainda, condenação por crime inafiançável em processo no qual não haja pronúncia, com direito a diferença corrigida monetariamente, se absolvido;

III - 2/3 (dois terços) da remuneração durante o período do afastamento em virtude de condenação, por sentença definitiva, de pena que não determine demissão;

IV - a remuneração total, durante o afastamento por motivo de suspensão preventiva, com direito ao pagamento se absolvido, decretada em caso de alcance ou malversação de dinheiro público e cumprimento de pena judicial que não determine demissão.

Parágrafo Único - As faltas justificadas decorrentes de caso fortuito ou de força maior poderão ser compensadas a critério da chefia imediata, sendo assim consideradas como efetivo exercício.

CAPÍTULO II - DAS VANTAGENS

Art. 64 - Além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens:

I - indenizações;

II - auxílios pecuniários; e

III - gratificações.

§ 1º - As indenizações e os auxílios não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito.

§ 2º - As gratificações incorporam-se ao vencimento ou provento, nos casos e condições indicados nesta lei.

§ 3º - As vantagens pecuniárias não serão acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

SEÇÃO I - DAS INDENIZAÇÕES

Art. 65 - Constituem indenizações ao servidor:

- I - diárias; e
- II - transporte.

SUBSEÇÃO I - DAS DIÁRIAS

Art. 66 - O servidor que se deslocar em caráter eventual ou transitório do Município, em objeto de serviço, fará jus a passagens e diárias, para cobrir as despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana.

§ 1º - A diária será concedida por dia de afastamento, não podendo ser superior a metade, quando o deslocamento não exigir pernoite.

§ 2º - Na hipótese do servidor receber diárias e não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 3º - Na hipótese de o servidor retornar à sede em prazo menor que o previsto, restituirá as diárias recebidas em excesso, no mesmo prazo do artigo anterior.

Art. 67 - A forma de concessão de diárias e seu valor serão objeto de regulamento, baixado por ato do Executivo.

SUBSEÇÃO II - DO TRANSPORTE

Art. 68 - Conceder-se-á, sem prejuízo do recebimento de diária, indenização de transporte ao servidor que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do cargo, conforme regulamento.

SEÇÃO II - DO AUXÍLIO PECUNIÁRIO

Art. 69 - Será concedido ao servidor público a título de auxílio pecuniário, bolsa de estudo, conferida à servidor ativo, até o limite de 75% das mensalidades, inclusive a matrícula, de curso de graduação em nível superior, pós-graduação e mestrado, sem prejuízo do horário de trabalho, na forma estabelecida em regulamento.

SEÇÃO III - DAS GRATIFICAÇÕES

Art. 70 - Aos servidores serão concedidas as seguintes gratificações:

- I - gratificação de representação;
- II - gratificação especial
- III - gratificação natalina;
- IV - gratificação pela prestação de serviço extraordinário;
- V - gratificação de férias;
- VI - gratificação por tempo de serviço;
- VII - gratificação pelo trabalho insalubre ou perigoso;
- VIII - gratificação pela prestação de serviços nos órgãos de fiscalização;
- IX - gratificação pela prestação de serviços nos órgãos de saúde.

SUBSEÇÃO I - DA GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO

Art. 71 - A gratificação de representação poderá ser concedida a ocupante de cargo em comissão, para fazer face as despesas

individuais e extraordinárias decorrentes da representação social exigida pelo exercício de suas atribuições, até o máximo de 100% sobre o vencimento do cargo, a critério do Chefe de Poder ou dos Dirigentes das Autarquias e Fundações Públicas instituídas e mantidas pelo Município.

Art. 72 - A gratificação prevista neste artigo incorpora-se à remuneração do servidor na forma prevista no artigo 62.

SUBSEÇÃO II - DA GRATIFICAÇÃO ESPECIAL

Art. 73 - Ao servidor efetivo, ocupante de cargo em comissão e que não optar pelo vencimento do cargo comissionado, nos termos do parágrafo único do artigo 61, fica assegurada a percepção de gratificação equivalente a 20% (vinte por cento) do seu vencimento, incorporando-se ao seu vencimento, na forma do art. 64.

SUBSEÇÃO III - DA GRATIFICAÇÃO NATALINA

Art. 74 - O valor da gratificação natalina corresponderá a maior remuneração paga no exercício e beneficiará a todos os servidores municipais, inclusive os inativos e pensionistas.

§ 1º - A fração igual ou superior a quinze dias será considerada como mês integral.

§ 2º - A gratificação será paga até o dia quinze do mês de dezembro de cada ano.

Art. 75 - Em caso de comprovada necessidade poderá o servidor requerer a antecipação de 50% (cinquenta por cento) da gratificação, ficando a sua concessão, a critério da autoridade competente.

Art. 76 - O servidor exonerado perceberá a gratificação natalina, proporcionalmente aos meses de exercício calculada sobre a maior remuneração paga no exercício.

SUBSEÇÃO IV - DA GRATIFICAÇÃO PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO

Art. 77 - O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação a hora normal de trabalho.

§ 1º - Somente serão permitidos serviços extraordinários para atender a situações excepcionais e temporárias respeitado o limite máximo de 2 (duas) horas por jornada.

§ 2º - Em se tratando de serviço noturno, prestado no horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte, o valor da hora será acrescida de mais 25% (vinte e cinco por cento), computando-se cada hora como cinquenta e dois minutos e trinta segundos.

§ 3º - Em se tratando de serviço extraordinário noturno, prestado no horário determinado no parágrafo anterior, o valor da hora será acrescido de mais 75% (setenta e cinco por cento).

§ 4º - No caso de trabalho em dia consagrado ao repouso e em feriado, o adicional será de 100% (cem por cento) sobre a hora normal.

§ 5º - O exercício de cargo em comissão exclui a gratificação pela prestação de serviço extraordinário.

Art. 78 - O serviço extraordinário prestado pelo servidor integrará, pela média do valor dos serviços realizados nos respectivos períodos aquisitivos, o cálculo da gratificação natalina e das férias.

SUBSEÇÃO V - DA GRATIFICAÇÃO DE FÉRIAS

Art. 79 - Ao servidor, por ocasião das férias, será paga gratificação de um terço da remuneração correspondente ao período de férias.

SUBSEÇÃO VI - DA GRATIFICAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO

Art. 80 - O Adicional por Tempo de Serviço é devido à razão de 3% a cada três anos de serviço público efetivo prestado ao Município, às autarquias e às fundações, observado o limite máximo de 35% incidente exclusivamente sobre o vencimento básico do cargo efetivo, ainda que investido o servidor em função ou cargo de confiança.

Parágrafo Único - O servidor fará jus ao adicional a partir do mês em que completar o triênio.

SUBSEÇÃO VII - DA GRATIFICAÇÃO PELO TRABALHO PERIGOSO OU INSALUBRE

Art. 81 - Os servidores que trabalham com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, fazem jus a um adicional sobre o vencimento do cargo efetivo, observadas as situações estabelecidas na legislação específica.

§ 1º - O servidor que fizer jus às gratificações de insalubridade e de periculosidade deverá optar por um deles.

§ 2º - O direito à gratificação de insalubridade ou periculosidade cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa a sua concessão.

SUBSEÇÃO VIII - DA GRATIFICAÇÃO PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NOS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO

Art. 82 - Ao servidor que prestar serviço nos órgãos de fiscalização do Poder Executivo será conferida gratificação, a ser definida em lei específica.

SUBSEÇÃO IX - DA GRATIFICAÇÃO PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NOS ÓRGÃOS DE SAÚDE

Art. 83 - Aos servidores lotados nos órgãos de saúde do Município, que exerçam atividade fora da sede, em ambulatórios, postos de saúde, posto médico ambulante, ou que participem de programas de saúde específicos será concedida gratificação pela prestação de serviços nos órgãos de saúde, a ser conferida a critério do chefe do poder, cuja forma de concessão será definida em regulamento, e cujo percentual máximo a ser percebido será de 60% sobre o vencimento do cargo efetivo do servidor, não cumulativo.

§ 1º - Aos servidores que atuarem na área da saúde, em programa especiais, a serem definidos em regulamento próprio, será concedida gratificação em percentual de até 60% (sessenta por cento) sobre o vencimento do cargo efetivo.

§ 2º - Aos servidores ocupantes do cargo efetivo de médico que efetuarem atendimento fora da sede, será concedida gratificação em percentual de até 40% (quarenta por cento) sobre o vencimento do cargo efetivo.

§ 3º - Aos servidores ocupantes do cargo efetivo de médico, que tiverem o encargo de Auditor de Autorização de Internação Hospitalar (AIH) será concedida gratificação em percentual de até 25% (vinte e cinco por cento) sobre o vencimento do cargo efetivo.

CAPÍTULO III - DAS FÉRIAS

Art. 84 - O servidor fará jus, anualmente, a 30 (trinta) dias consecutivos de férias remuneradas que podem ser acumuladas até no máximo, de dois períodos, no caso de necessidade do serviço, ficando a critério da autoridade competente, a época da fruição.

§ 1º - Para cada período aquisitivo de férias, serão exigidos 12 (doze) meses de exercício, exceto para o magistério, cujas férias devem ser gozadas no período de recesso escolar.

§ 2º - É vedado levar a conta de férias qualquer falta ao serviço.

§ 3º - Serão consideradas como integrais as férias do servidor se no período aquisitivo, contar com até 9 (nove) faltas não justificadas ao trabalho.

§ 4º - As férias serão reduzidas para 20 (vinte) dias, se o servidor contar, no período aquisitivo até 10 (dez) faltas não justificadas; para 15 (quinze) dias, se tiver até 15 (quinze) faltas não justificadas; para 10 (dez) dias, se tiver até 20 (vinte) faltas não justificadas; para 05 (cinco) dias, se tiver até 25 (vinte e cinco) faltas não justificadas no trabalho.

§ 5º - O servidor não fará jus a férias, se tiver mais de 25 (vinte e cinco) faltas não justificadas.

§ 6º - Durante o recesso escolar, os Membros do Magistério poderão ser convocados pelo departamento competente para participar de cursos ou atividade relacionadas ao magistério, respeitado o período de 30 (trinta) dias de férias.

§ 7º - Sempre que as férias forem concedidas após o prazo de que trata o "caput" deste artigo, a administração pagará em dobro a respectiva remuneração.

§ 8º - Na exoneração do servidor será devida a remuneração simples ou em dobro, conforme o caso, correspondente ao período de férias cujo direito tenha adquirido, e a indenização será calculada com base na remuneração do mês em que foi publicado o ato exoneratório.

§ 9º - Após 12 (doze) meses de exercício, ocorrendo a exoneração, o servidor terá direito à remuneração relativa ao período incompleto de férias, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de prestação de serviço ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

Art. 85 - É facultado ao servidor converter 1/3 (um terço) das férias em abono pecuniário, desde que requeira com, pelo menos, quinze dias de antecedência do seu início.

Parágrafo Único - No cálculo do abono pecuniário será considerado o valor do adicional de férias previsto no artigo 84.

CAPÍTULO IV - DAS LICENÇAS**SEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 86 - Conceder-se-á licença ao servidor:

I - por motivo de doença em pessoa da família;

II - para serviço militar obrigatório;

III - para tratar de interesses particulares;

IV - como prêmio;

V - para atividade política;

VI - para participação em cursos, congressos e competições esportivas; e

VII - para desempenho de mandato classista.

§ 1º - O servidor não poderá permanecer em licença da mesma

espécie por prazo superior a 24 (vinte e quatro) meses.

§ 2º - A competência para a concessão de licença será do Chefe de Poder, dos Dirigentes de Autarquias e Fundações Públicas instituídas e mantidas pelo Município ou de outra autoridade definida em regulamento.

§ 3º - É vedado o exercício de atividade remunerada durante o período da licença prevista no inciso I.

SEÇÃO II - DA LICENÇA PARA MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

Art. 87 - O servidor efetivo poderá obter licença por motivo de doença em cônjuge ou companheiro, filhos e pais, ou dependente que viva às suas expensas e cujos nomes constem de seu assentamento individual, desde que prove ser indispensável a sua assistência pessoal, e esta não possa ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo, o que deverá ser apurado através de junta médica oficial e acompanhamento social.

Parágrafo Único - A licença de que trata este artigo será concedida com a remuneração integral durante os 2 (dois) primeiros meses e proporcional, quando ultrapassar esse limite, sendo:

I - 70% (setenta por cento), até 6 (seis) meses;

II - 50% (cinquenta por cento), de 6 (seis) meses até 12 (doze) meses;

III - sem remuneração, de 12 (doze) até 24 (vinte e quatro) meses.

SEÇÃO III - DA LICENÇA PARA SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO

Art. 88 - Ao servidor convocado para o serviço militar será concedida licença, na forma e condições previstas na legislação específica.

Parágrafo Único - Concluído o serviço militar, o servidor terá até 30 (trinta) dias sem remuneração para reassumir o exercício do cargo.

SEÇÃO IV - DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES

Art. 89 - A critério da Administração, poderá ser concedida ao servidor ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, licença para o trato de assuntos particulares, pelo prazo de até dois anos consecutivos, sem remuneração, prorrogável uma única vez, por período não superior a esse limite.

§ 1º - A licença poderá ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço, devendo neste caso o mesmo assumir imediatamente o serviço.

§ 2º - Não se concederá nova licença antes de decorridos dois anos do término da anterior ou de sua prorrogação.

Art. 90 - O requerente aguardará em exercício a decisão sobre o pedido de licença, que será comunicada ao servidor no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 91 - Ao servidor ocupante do cargo em comissão não se concederá, nessa qualidade, licença para tratar de interesses particulares.

Art. 92 - Terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício.

SEÇÃO V - DA LICENÇA-PRÊMIO

Art. 93 - Após cada quinquênio de exercício, a partir da vigência

desta lei, no serviço público municipal, nas Autarquias e Fundações Públicas instituídas e mantidas pelo Município, ao servidor efetivo que a requerer, conceder-se-á licença-prêmio de 30 (trinta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo.

Parágrafo Único - Os períodos de licença de que trata o caput não são acumuláveis.

Art. 94 - Não se concederá licença-prêmio ao servidor que, no período aquisitivo:

I - sofrer penalidade disciplinar de suspensão;

II - afastar-se do cargo em virtude de:

a) licença para tratar de interesses particulares;

b) condenação a pena privativa de liberdade, por sentença definitiva.

III - contar com mais de dez faltas injustificadas no período.

§ 1º - Não será considerado para efeito desta licença, o tempo de serviço prestado anteriormente a aposentadoria.

§ 2º - As faltas injustificadas ao serviço, que não excederão a 10 (dez), retardarão a concessão da licença prevista neste artigo na proporção de um mês para cada falta.

§ 3º - Na ocorrência das situações previstas neste artigo, iniciar-se-á a contagem de novo período aquisitivo para efeito da licença.

Art. 95 - O número de servidores em gozo simultâneo de licença-prêmio não poderá ser superior a 1/3 (um terço) da lotação da respectiva unidade administrativa do órgão ou entidade.

Art. 96 - A licença-prêmio será usufruída em período contínuo, ficando a critério do interessado a época da fruição, desde que se manifeste com antecedência mínima de 90 (noventa) dias a contar do protocolo do requerimento e desde que autorizado pelo superior hierárquico.

Art. 97 - O servidor público municipal, com direito a licença-prêmio, poderá optar pelo recebimento em dinheiro, de importância correspondente a metade ou ao período total da licença-prêmio.

§ 1º - No caso de optar pela conversão em pecúnia da metade do período da licença-prêmio, deverá o servidor gozar o restante a partir do recebimento da primeira metade.

§ 2º - Para efeito de cálculo será considerada a remuneração do cargo efetivo que o servidor estiver ocupando na data do início do gozo.

Art. 98 - Decairá do direito de receber a licença-prêmio não gozada, o servidor que não a requerer no prazo de 30 (trinta) dias da data da respectiva exoneração.

SEÇÃO VI - DA LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA

Art. 99 - O servidor efetivo terá licença, sem remuneração durante período que mediar entre a sua escolha, em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

§ 1º - O servidor efetivo candidato a cargo eletivo na localidade onde desempenha a sua função e que exerça cargo de direção, chefia, assessoramento, arrecadação ou fiscalização, dele será afastado, a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o décimo dia seguinte ao do pleito.

§ 2º - A partir do registro da candidatura e até o décimo dia seguinte ao da eleição, o servidor fará jus à licença, assegurados os vencimentos do cargo efetivo somente pelo período de três meses.

SEÇÃO VII - DA LICENÇA PARA DESEMPENHO DE MANDATO CLASSISTA

Art. 100 - É assegurado ao servidor o direito a licença para o desempenho de mandato na Associação dos Servidores e no Sindicato representativo da categoria.

§ 1º - Somente poderá ser licenciado servidor eleito para cargo de direção nas referidas entidades, até o máximo de 3 (três) por entidade.

§ 2º - A licença terá duração igual ao do mandato, podendo ser prorrogado por um período, em caso de reeleição.

§ 3º - Fica a critério do Chefe do Poder, dos Dirigentes de Autarquias e Fundações Públicas instituídas e mantidas pelo Município, remunerar ou não o servidor licenciado para os fins deste artigo.

SEÇÃO VIII - DA LICENÇA PARA PARTICIPAÇÃO EM CURSOS, CONGRESSOS E COMPETIÇÕES ESPORTIVAS

Art. 101 - O servidor terá direito à licença com remuneração integral para participar de cursos, congressos, seminários ou competições esportivas oficiais, mediante expressa autorização da autoridade competente.

CAPÍTULO V - DO TEMPO DE SERVIÇO

Art. 102 - A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos, considerando o ano como de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Art. 103 - Será considerado como de exercício o afastamento em virtude de:

- I - férias;
- II - casamento, até 5 (cinco) dias consecutivos, contados da realização do pedido;
- III - luto, a contar do falecimento do cônjuge e filhos, até 7 (sete) dias consecutivos, ou pelo falecimento de pais, sogros, avós e irmãos, até 3 (três) dias;
- IV - licença por acidente em serviço ou doença profissional;
- V - moléstia comprovada no próprio servidor até dois anos;
- VI - licença a gestante, a adotante e a paternidade;
- VII - convocação para o serviço militar;
- VIII - júri e outros serviços obrigatórios por lei;
- IX - em virtude de cursos, congressos, seminários e competições esportivas;
- X - exercício de cargos de provimento em comissão em órgão da União, do Estado e do Município, suas Autarquias e Fundações Públicas;
- XI - desempenho de mandato eletivo Federal, Estadual e Municipal;
- XII - doação de sangue, em um dia ao ano;
- XIII - para alistar-se como eleitor até dois dias;
- XIV - licença-prêmio;
- XV - licença para atividade política, exceto para efeito de promoção funcional por mérito;
- XVI - licença para desempenho de mandato classista, exceto para efeito de promoção funcional e licença-prêmio;
- XVII - licença para tratamento da própria saúde, até o limite de vinte e quatro meses, cumulativo ao longo do tempo de serviço público prestado ao Município, em cargo de provimento efetivo.

Art. 104 - Para efeito de aposentadoria computar-se-á integralmente:

- I - tempo de serviço público municipal;
- II - o período de serviço ativo nas forças armadas;
- III - o tempo de serviço em atividade privada vinculada à previdência social;
- IV - o tempo de licença para tratamento da própria saúde que exceder o prazo a que se refere o inciso XVII do art. 103.

Art. 105 - É vedada a soma de tempo de serviço simultaneamente prestado em cargos, empregos e funções.

Art. 106 - Não se contará para efeito de aposentadoria e disponibilidade o tempo em que o servidor esteve afastado em virtude de cumprimento de pena judicial que não determine demissão.

Art. 107 - Todo o tempo de serviço prestado ao Município, será integralmente considerado para os efeitos desta lei.

SEÇÃO ÚNICA - DO DIREITO DE PETIÇÃO

Art. 108 - É assegurado ao servidor o direito de requerer aos Poderes Públicos em defesa de direito ou de interesse legítimo.

Art. 109 - O requerimento será dirigido à autoridade competente para decidi-lo e encaminhado por intermédio daquela a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

TÍTULO IV

DO REGIME DISCIPLINAR

CAPÍTULO I - DA ACUMULAÇÃO

Art. 110 - É vedado a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horário:

- a) a de dois cargos de professor;
- b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
- c) a de dois cargos privativos de médico.

§ 1º - A proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange Autarquias, Empresas Públicas, e Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

§ 2º - A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.

§ 3º - O servidor vinculado ao regime desta lei que acumular lícitamente dois cargos efetivos, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos.

§ 4º - Considera-se acumulação proibida a percepção de vencimento de cargo público efetivo com proventos da inatividade, salvo quando os cargos de que decorram essas remunerações forem acumuláveis na atividade.

Art. 111 - O servidor não poderá exercer mais de um cargo em comissão, exceto no caso previsto no parágrafo 3º do art. 11, nem ser remunerado pela participação de mais de um órgão de deliberação coletiva.

Art. 112 - Verificada, em processo administrativo, acumulação de cargo proibida, o servidor será demitido de um dos cargos e restituirá o que tiver percebido indevidamente.

CAPÍTULO II - DOS DEVERES

Art. 113 - São deveres do servidor:

- I - exação administrativa;

II - assiduidade;
III - pontualidade;

IV - discrição;
V - urbanidade;
VI - observância das normas legais e regulamentares;
VII - obediência às ordens superiores, salvo quando manifestamente ilegais;
VIII - representar a autoridade superior sobre irregularidade de que tiver ciência em razão do cargo;
IX - zelar pela economia e a conservação do material que lhe for confiado;
X - fazer pronta comunicação a seu chefe imediato do motivo de seu não comparecimento ao serviço;
XI - manter, nas relações de trabalho ou não, comportamento condizente com a sua qualidade de servidor público e de cidadão;
XII - atender prontamente:
a) as requisições para defesa da Fazenda Pública;
b) a expedição de certidões requeridas para defesa de direitos;
c) ao imediato cumprimento de decisões e ordens do Poder Judiciário;
XIII - colaborar com o aperfeiçoamento do serviço, sugerindo a chefia imediata, as medidas que julgar necessárias.

CAPÍTULO III - DAS PROIBIÇÕES

Art. 114 - Ao servidor público é proibido:

I - ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;
II - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;
III - recusar fé a documentos públicos;
IV - opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;
V - promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição;
VI - referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso as autoridades públicas ou aos atos do Poder Público, mediante manifestação escrita ou oral, no recinto da repartição;
VII - cometer à pessoa estranha a repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que seja de sua competência ou de seu subordinado;
VIII - compelir ou aliciar outro servidor no sentido de filiação a associação profissional ou sindical, ou a partido político, no recinto da repartição;
IX - valer-se de cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;
X - participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil, ou exercer comércio, e, nessa qualidade, transacionar com o Poder Público;
XI - atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas municipais, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau;
XII - receber propina, comissão ou vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;
XIII - aceitar comissão, emprego ou pensão de Estado estrangeiro;
XIV - proceder de forma desidiosa;
XV - cometer a outro servidor atribuições estranhas as do cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;
XVI - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviço ou atividades particulares;
XVII - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com horário de trabalho;
XVIII - comparecer no trabalho em estado de embriaguez ou sob efeito de qualquer outra droga capaz de afetar a consciência.

CAPÍTULO IV - DAS RESPONSABILIDADES

Art. 115 - O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular das suas atribuições.

Art. 116 - A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao Erário ou a terceiros.

CAPÍTULO V - DAS PENALIDADES

Art. 117 - São penalidades disciplinares:

I - advertência;
II - suspensão;
III - demissão;
IV - cassação da disponibilidade ou aposentadoria;

V - destituição do cargo em comissão;
VI - destituição da função gratificada.

Art. 118 - Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

Parágrafo Único - O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Art. 119 - A advertência será aplicada por escrito, em casos de violação de proibição constante do artigo 114, inciso I a VIII, e de inobservância de dever funcional prescrito em lei, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave.

Art. 120 - A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder de noventa dias.

Art. 121 - A demissão será aplicada nos seguintes casos:

I - crime contra a Administração Pública;
II - abandono de cargo;
III - inassiduidade habitual;
IV - improbidade administrativa;
V - incontinência pública e conduta escandalosa;
VI - insubordinação grave em serviço;
VII - ofensa física ou moral, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;
VIII - aplicação irregular de dinheiros públicos;
IX - revelação de segredo apropriado em razão do cargo;
X - lesão aos cofres públicos e delapidação do patrimônio público;
XI - corrupção;
XII - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções;
XIII - comparecer ao serviço embriagado ou sob efeito de drogas;
XIV - transgressão do artigo 114 incisos IX a XVIII.

Art. 122 - Detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, a autoridade a que se refere o art. 125 notificará o servidor, por intermédio de sua chefia imediata, para apresentar opção no prazo improrrogável de dez dias contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por dois servidores estáveis, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração;

II - instrução sumária, que compreende indicação, defesa e relatório;

III - julgamento.

§ 1º - A indicação da autoria de que trata o inciso I dar-se-á pelo nome e matrícula do servidor, e a materialidade pela descrição dos cargos em situação de acumulação ilegal, dos órgãos ou entidades de vinculação, das datas de ingresso, do horário de trabalho e do correspondente regime jurídico.

§ 2º - A comissão lavrará, até três dias após a publicação do ato que a constituiu, termo de indicição em que serão transcritas as informações de que trata o parágrafo anterior, bem como promoverá a citação pessoal do servidor indiciado, por intermédio de sua chefia imediata, para, no prazo de cinco dias, apresentar defesa escrita, assegurando-se-lhe vista do processo na repartição, observado o disposto nos arts. 143 e 144.

§ 3º - Apresentada a defesa, a comissão elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos, opinará sobre a licitude da acumulação em exame, indicará o respectivo dispositivo legal e remeterá o processo à autoridade instauradora, para julgamento.

§ 4º - No prazo de cinco dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

§ 5º - A opção pelo servidor até o último dia de prazo para defesa configurará sua boa-fé, hipótese em que converter-se-á automaticamente em pedido de exoneração do outro cargo.

§ 6º - Caracterizada a acumulação ilegal e provada a má-fé, aplicar-se-á a pena de demissão, destituição ou cassação a aposentadoria ou disponibilidade em relação aos cargos em regime de acumulação ilegal, hipótese em que os órgãos ou entidades de vinculação serão comunicados.

§ 7º - O prazo para conclusão do processo administrativo disciplinar submetido ao rito sumário não excederá trinta dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por até quinze dias, quando as circunstâncias o exigirem.

§ 8º - O procedimento sumário rege-se pelas disposições deste artigo observando-se, no que lhe for aplicável, subsidiariamente, as disposições dos Títulos IV e V desta lei.

Art. 123 - Configura abandono de cargo a ausência do servidor ao serviço, por mais de trinta dias consecutivos.

Art. 124 - Na apuração de abandono de cargo ou inassiduidade habitual, também será adotado o procedimento sumário a que se refere o art. 122, observando-se especialmente que:

I - a indicação da materialidade dar-se-á:

a) na hipótese de abandono de cargo, pela indicação precisa do período de ausência intencional do servidor ao serviço superior a trinta dias;

b) no caso de inassiduidade habitual, pela indicação dos dias de falta ao serviço sem causa justificada, por período igual ou superior a cinco dias interpoladamente, durante o período de doze meses;

II - após a apresentação da defesa a comissão elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos, indicará o respectivo dispositivo legal, opinará, na hipótese de abandono de cargo, sobre a intencionalidade da ausência ao serviço superior a

trinta dias e remeterá o processo à autoridade instauradora para julgamento.

Art. 125 - As penalidades disciplinares serão aplicadas:

I - pelo Chefe de Poder ou Dirigente de Autarquia ou Fundação Pública instituída e mantida pelo Município, as de demissão, cassação de aposentadoria e disponibilidade;

II - outras autoridades, na forma dos respectivos regimentos ou regulamentos, nos casos de advertência e de suspensão até trinta dias.

Art. 126 - A demissão incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo ou função pública municipal, inclusive das Autarquias e Fundações Públicas instituídas e mantidas pelo Município.

Art. 127 - Será cassada disponibilidade do servidor:

I - que houver praticado na atividade falta punível com a demissão desde que não prescrita a ação disciplinar;

II - no caso do artigo 45;

III - que houver aceitado ilegalmente cargo ou função pública.

Art. 128 - A ação disciplinar prescreverá:

I - em cinco anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação da disponibilidade e aposentadoria;

II - em dois anos, quanto a suspensão; e

III - em cento e oitenta dias, quanto à advertência.

§ 1º - O prazo de prescrição começa a correr da data em que o ilícito foi praticado.

§ 2º - Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas, também, como crime.

§ 3º - A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição.

§ 4º - Interrompido o curso da prescrição, este recomeçará a correr, pelo prazo restante, a partir do dia em que cessar a interrupção.

TÍTULO V

DO PROCESSO DISCIPLINAR

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 129 - A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo, disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

Art. 130 - Da sindicância instaurada pela autoridade poderá resultar:

I - arquivamento;

II - abertura de processo disciplinar.

Parágrafo Único - O prazo para conclusão da sindicância não excederá 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade competente.

CAPÍTULO II - DO AFASTAMENTO PREVENTIVO

Art. 131 - Como medida cautelar e a fim de que o servidor não

venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do inquérito, sempre que julgar necessário, poderá ordenar o seu afastamento do cargo, pelo prazo de até 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo Único - O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

CAPÍTULO III - DO PROCESSO DISCIPLINAR

Art. 132 - O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidades de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.

Art. 133 - O processo disciplinar será conduzido por comissão processante especial composta de três servidores estáveis, designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou do mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.

§ 1º - A comissão terá como secretário, servidor designado pelo seu presidente, podendo a designação recair em um dos seus membros.

§ 2º - Não poderá participar da comissão parente acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até terceiro grau.

Art. 134 - A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Art. 135 - O processo disciplinar inicia-se com a publicação do ato que constituir a comissão.

Art. 136 - O processo disciplinar obedecerá o princípio do contraditório assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Art. 137 - O relatório da sindicância integrará o processo disciplinar, como peça informativa da instrução.

Parágrafo Único - Na hipótese do relatório da sindicância concluir pela prática de crime, a autoridade competente oficiará a autoridade policial, para abertura do inquérito, independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.

Art. 138 - O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

§ 1º - Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto, até a entrega do relatório final.

§ 2º - As reuniões da comissão serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

Art. 139 - A comissão promoverá a tomada de depoimentos, acares, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

Art. 140 - Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo

menos um médico psiquiatra.

Parágrafo Único - O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal, após a expedição de laudo pericial.

Art. 141 - Tipificada a infração disciplinar será elaborada a peça de instrução do processo, com o indiciamento do servidor.

§ 1º - O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-lhe vista do processo na repartição.

§ 2º - Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de 20 (vinte) dias.

§ 3º - O prazo de defesa poderá ser prorrogado pelo dobro, para diligências reputadas indispensáveis.

§ 4º - No caso de recusa do indiciado em apor o ciente na cópia da citação, o prazo para defesa contar-se-á da data declarada em termo próprio, pelo membro da comissão que fez a citação.

Art. 142 - O indiciado que mudar de residência fica obrigado a comunicar a comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

Art. 143 - Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado em jornal de grande circulação no Município, para apresentar defesa.

Parágrafo Único - Na hipótese deste artigo, o prazo para defesa será de 10 (dez) dias a partir da publicação do edital.

Art. 144 - Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

§ 1º - A revelia será declarada por termo nos autos do processo e devolverá o prazo para a defesa.

§ 2º - Para defender o indiciado revel, a autoridade instauradora do processo designará um servidor como defensor dativo, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.

Art. 145 - Apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

§ 1º - O relatório será sempre conclusivo quanto a inocência ou a responsabilidade do servidor.

§ 2º - Reconhecida a responsabilidade do servidor, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

Art. 146 - Concluído o processo disciplinar, será o mesmo remetido à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento.

SEÇÃO II - DO JULGAMENTO

Art. 147 - No prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

§ 1º - Se a penalidade a ser aplicada exceder a alçada da autoridade instauradora do processo, este será encaminhado à autoridade competente, que decidirá em igual prazo.

§ 2º - Havendo mais de um indiciado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição da pena mais grave.

§ 3º - Reconhecida pela comissão a inocência do servidor, a autoridade instauradora do processo determinará o seu arquivamento, salvo se flagrantemente contrária à prova dos autos.

Art. 148 - O julgamento acatará o relatório da comissão de inquérito, salvo quando contrária às provas dos autos.

Parágrafo Único - Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la, ou isentar o servidor de responsabilidade.

Art. 149 - Verificada a ocorrência de vício insanável, a autoridade que determinou a instauração do processo ou outra de hierarquia superior declarará a sua nulidade total ou parcial, e ordenará, no mesmo ato, a constituição de outra comissão para instauração de novo processo.

Art. 150 - Quando a infração estiver capitulada como crime, o processo disciplinar será remetido ao Ministério Público para instauração da ação penal, ficando cópia na repartição.

Art. 151 - O servidor que responde a processo disciplinar só poderá ser exonerado, a pedido, do cargo, após a conclusão dos processos e o cumprimento da penalidade, caso aplicada.

SEÇÃO III - DA REVISÃO DO PROCESSO

Art. 152 - O processo disciplinar poderá ser revisto, dentro de 180 (cento e oitenta) dias da data da publicação da decisão da autoridade julgadora a pedido ou de ofício, quando se aduzirem em fatos novos ou circunstanciais suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

§ 1º - Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

§ 2º - No caso de incapacidade mental do servidor, a revisão será requerida pelo respectivo curador.

Art. 153 - No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

Art. 154 - A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão que requer elementos novos, ainda não apreciados no processo originário.

TÍTULO I

DA SEGURIDADE SOCIAL

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 155 - O plano de seguridade social compreende um conjunto de benefícios que atendam as seguintes finalidades:

- I - garantir meios de subsistência nos eventos de doença, invalidez, velhice, acidente em serviço, inatividade, falecimento e reclusão;
- II - proteção à maternidade, à adoção e à paternidade; e
- III - assistência à saúde.

Parágrafo Único - Os benefícios serão concedidos nos termos desta lei.

Art. 156 - Os beneficiários do Plano de Seguridade Social do servidor compreendem:

- I - quanto ao servidor:
 - a) aposentadoria;
 - b) auxílio-natalidade;

- c) auxílio ao filho excepcional;
- d) salário família;
- e) licença para tratamento de saúde;
- f) licença à gestante, à adotante e à paternidade;
- g) licença por acidente em serviço; e
- h) licença para aleitamento materno.

II - quanto ao dependente:

- a) pensão vitalícia e temporária;
- b) pecúlio;
- c) auxílio-funeral; e
- d) auxílio reclusão.

Art. 157 - O Município, suas Autarquias e Fundações Públicas, instituídas e mantidas por seus órgãos ou mediante contratos ou com convênios com outras instituições, prestarão serviços de assistência médica, odontológica, laboratorial, hospitalar e farmacêutica e pensão vitalícia e temporária aos servidores e dependentes, na forma estabelecida em lei especial.

Art. 158 - O recebimento indevido de benefícios havidos por fraude, dolo ou má-fé, implicará na devolução ao erário do total auferido, sem prejuízo da ação penal cabível.

CAPÍTULO II - DOS BENEFÍCIOS

SEÇÃO I - DA APOSENTADORIA

Art. 159 - O servidor será aposentado:

I - por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, definidas na lei federal da seguridade social, e proporcionais nos demais casos;

II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III - voluntariamente:

- a) aos trinta e cinco anos de serviço, se homem, e aos trinta, se mulher, com proventos integrais;
- b) aos trinta anos de efetivo exercício em cargos de magistério, se professor, e vinte e cinco, se professora, com proventos integrais;
- c) aos trinta anos de serviço, se homem, e aos vinte e cinco, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;
- d) aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e aos sessenta, se mulher, proporcionais ao tempo de serviço;

§ 1º - Consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis, a que se refere o inciso I deste artigo, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira posterior ao ingresso no serviço público, hanseníase, cardiopatia grave, doença de Parkinson, paralisia irreversível e incapacitante, espondilartrose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados do mal de Paget (osteíte deformante), Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS, e outras que a lei indicar com base na medicina especializada.

§ 2º - Nos casos de exercício de atividades consideradas insalubres ou perigosas, a aposentadoria de que trata o inciso III, "a" e "c", observará o disposto em lei específica.

§ 3º - Na hipótese do inciso I o servidor será submetido à junta médica oficial, que atestará a invalidez quando caracterizada a incapacidade para o desempenho das atribuições do cargo ou a impossibilidade de se aplicar o disposto no art. 35.

Art. 160 - A aposentadoria compulsória será automática e declarada por ato, com vigência a partir do dia imediato àquele em que o servidor atingir a idade limite de permanência no serviço ativo.

Art. 161 - O provento da aposentadoria será revisto na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Parágrafo Único - São estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes de transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

Art. 162 - O servidor público perceberá dos cofres municipais apenas uma única aposentadoria.

SEÇÃO II - DO AUXÍLIO-NATALIDADE

Art. 163 - O auxílio-natalidade é devido à servidora, por motivo de nascimento de filho, inclusive natimorto, em quantia equivalente a um vencimento mínimo pago pelo Município.

Parágrafo Único - Na hipótese de parto múltiplo o valor será acrescido de cem por cento.

SEÇÃO III - DO AUXÍLIO AO FILHO EXCEPCIONAL

Art. 164 - O município concederá auxílio ao filho excepcional dependente do servidor público que perceber até três vezes o valor do menor vencimento instituído, consistindo de assunção integral das despesas de matrícula e mensalidades em escola especial, se for o caso, mais o repasse mensal, em folha de pagamento, do equivalente a trinta por cento do valor da menor referência de vencimento municipal.

SEÇÃO IV - DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 165 - A licença para tratamento de saúde será a pedido ou de ofício, e será precedida de exame por médico ou junta médica oficial do Município, sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo Único - A licença de até 03 (três) dias ao mês será concedida mediante atestado do médico assistente e além deste prazo por laudo da junta médica oficial do Município, salvo se da doença resultar em internamento hospitalar, caso em que será atestada pelo médico que assistir ao servidor.

Art. 166 - Inexistindo médico no órgão ou entidade no local onde se encontra ou tenha exercício em caráter permanente o servidor, será aceito atestado passado por médico particular.

Parágrafo Único - No caso do caput, o atestado somente produzirá efeitos depois de homologado pelo setor médico do respectivo órgão ou entidade.

Art. 167 - No curso da licença, o servidor poderá ser examinado a requerimento ou de ofício, ficando obrigado a reassumir imediatamente seu cargo se for considerado apto para o trabalho, sob pena de se considerarem como faltas os dias de ausência.

Art. 168 - A licença dependente de inspeção médica será concedida pelo prazo indicado no laudo ou atestado e, findo o prazo, haverá nova inspeção e o atestado ou laudo médico concluirá pela volta ao serviço, pela prorrogação da licença ou pela aposentadoria.

Art. 169 - Expirado o prazo do artigo anterior, o servidor será submetido a nova inspeção médica e aposentado, se for julgado definitivamente inválido para o serviço público e não puder ser readaptado.

Art. 170 - O servidor que se recusar a submeter-se a inspeção médica será punido com pena de suspensão, que cessará tão logo se verifique a inspeção.

Art. 171 - No curso da licença, o servidor abster-se-á de exercer qualquer atividade remunerada, ou mesmo gratuita, quando seja

em caráter contínuo, sob pena de cassação imediata da licença, com perda total da remuneração correspondente ao período já gozado e suspensão disciplinar.

SEÇÃO V - DA LICENÇA À GESTANTE, À ADOTANTE E À PATER-NIDADE

Art. 172 - Será concedida licença a servidora gestante, por cento e vinte dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração.

§ 1º - A licença terá início no primeiro dia do nono mês de gestação, salvo antecipação por prescrição médica.

§ 2º - No caso de natimorto, decorridos 30 (trinta) dias do evento, a servidora será submetida a exame médico e, se julgada apta, reassumirá o exercício.

§ 3º - No caso de aborto atestado por médico oficial, a servidora terá direito até 30 (trinta) dias de repouso remunerado.

Art. 173 - Pelo nascimento ou adoção de filhos, o servidor terá direito à licença paternidade de cinco dias úteis consecutivos.

Art. 174 - À servidora que adotar ou obtiver guarda judicial de criança até 1 (um) ano de idade, serão concedidos 90 (noventa) dias de licença remunerada.

Parágrafo Único - No caso de adoção ou guarda judicial de criança com mais de 1 (um) ano de idade, o prazo de que trata este artigo será de 30 (trinta) dias.

SEÇÃO VI - DA LICENÇA POR ACIDENTE EM SERVIÇO

Art. 175 - Será licenciado, com remuneração integral, o servidor acidentado em serviço.

Art. 176 - Configura acidente em serviço o dano físico ou mental sofrido pelo servidor e que se relacione mediata ou imediatamente, com as atribuições do exercício do cargo.

Parágrafo Único - Equipara-se ao acidente em serviço o dano:

I - decorrente de agressão sofrida e não provocada pelo servidor no exercício do seu cargo;

II - sofrido no percurso da residência para o trabalho e vice-versa.

Art. 177 - O servidor acidentado em serviço que necessite de tratamento especializado poderá ser tratado em instituição privada, a conta de recursos públicos.

Parágrafo Único - O tratamento recomendado por junta médica oficial constitui medida de exceção e somente será admissível quando inexistirem meios e recursos adequados em instituição pública.

Art. 178 - A prova do acidente será feita no prazo de 10 (dez) dias, prorrogável quando as circunstâncias o exigirem, a critério da autoridade competente.

SEÇÃO VII - DA LICENÇA PARA ALEITAMENTO MATERNO

Art. 179 - Para amamentar o recém-nascido até a idade de seis meses, a servidora lactante terá direito, durante a jornada de trabalho, a uma hora de descanso, que poderá ser parcelada em dois períodos de meia hora.

SEÇÃO VIII - DA PENSÃO

Art. 180 - Por morte do servidor, os dependentes fazem jus a uma pensão mensal de valor correspondente ao da respectiva remuneração ou provento, a partir da data do óbito.

Art. 181 - As pensões distinguem-se, quanto à natureza, em vitalícias e temporárias.

§ 1º - A pensão vitalícia é composta de cota ou cotas permanentes, que somente se extinguem ou reverterem com a morte de seus beneficiários.

§ 2º - a pensão temporária é composta de cota ou cotas que podem se extinguir ou reverter por motivo de morte, cessação de invalidez ou maioridade do beneficiário.

Art. 182 - São beneficiários das pensões:

I - vitalícia:

- a) o cônjuge;
- b) a pessoa desquitada, separada judicialmente ou divorciada com percepção de pensão alimentícia;
- c) o companheiro ou companheira designado que comprove união estável como entidade familiar;
- d) a mãe e o pai que comprovem dependência econômica do servidor;
- e) a pessoa designada, maior de 60 anos, e a pessoa portadora de deficiência que vivam sob dependência econômica do servidor;

II - temporária:

- a) os filhos, ou enteados, até 21 anos de idade, ou, se inválidos, enquanto durar a invalidez;
- b) o menor sob guarda ou tutela de até 21 anos de idade;
- c) o irmão órfão, de até 21 anos, e o inválido, enquanto durar a invalidez, que comprovem dependência econômica do servidor;
- d) a pessoa designada que viva na dependência econômica do servidor de até 21 anos, ou, se inválida, enquanto durar a invalidez.

§ 1º - A concessão de pensão vitalícia aos beneficiários de que tratam as alíneas "a" e "c" do inciso I deste artigo, exclui desse direito os demais beneficiários referidos nas alíneas "d" e "e".

§ 2º - A concessão da pensão temporária aos beneficiários de que tratam as alíneas "a" e "b" do inciso II deste artigo, exclui desse direito os demais beneficiários referidos nas alíneas "c" e "d".

Art. 183 - A pensão será concedida integralmente ao titular da pensão vitalícia, exceto se existirem beneficiários da pensão temporária.

§ 1º - Ocorrendo habilitação de vários titulares à pensão vitalícia, o seu valor será distribuído em partes iguais entre os beneficiários habilitados.

§ 2º - Ocorrendo habilitação às pensões vitalícia e temporária, metade do valor caberá ao titular ou titulares da pensão vitalícia, sendo a outra metade rateada em partes iguais, entre os titulares da pensão temporária.

§ 3º - Ocorrendo habilitação somente à pensão temporária, o valor integral da pensão será rateado, em partes iguais, entre os que se habilitarem.

Art. 184 - A pensão poderá ser requerida a qualquer tempo, prescrevendo tão somente as prestações exigíveis há mais de 5 (cinco) anos.

Parágrafo Único - Concedida a pensão, qualquer prova posterior ou habilitação tardia que implique exclusão de beneficiário ou redução de pensão só produzirá efeitos a partir da data em que for oferecida.

Art. 185 - Não faz jus à pensão o beneficiário condenado pela prática de crime doloso de que tenha resultado a morte do servidor.

Art. 186 - Será concedida pensão provisória por morte presumida

do servidor, nos seguintes casos:

- I - declaração de ausência, pela autoridade judiciária competente;
- II - desaparecimento em desabamento, inundação, incêndio ou acidente não caracterizado como em serviço;
- III - desaparecimento no desempenho das atribuições do cargo ou em missão de segurança.

Parágrafo Único - A pensão provisória será transformada em vitalícia ou temporária, conforme o caso, decorridos 5 (cinco) anos de sua vigência, ressalvando o eventual reaparecimento do servidor, hipótese em que o benefício será automaticamente cancelado.

Art. 187 - Acarreta perda da qualidade de beneficiário:

- I - o seu falecimento;
- II - a anulação do casamento, quando a decisão ocorrer após a concessão da pensão ao cônjuge;
- III - a cessação de invalidez, em se tratando de beneficiário inválido;
- IV - a maioridade de filho, irmão órfão ou pessoa designada, aos 21 anos de idade.

Art. 188 - Por morte ou perda da qualidade de beneficiário, a respectiva cota reverterá:

- I - da pensão vitalícia para os remanescentes desta pensão ou para os titulares da pensão temporária, se não houver pensionista remanescente da pensão vitalícia;
- II - da pensão temporária para os co-beneficiários ou, na falta destes, para o beneficiário da pensão vitalícia.

Art. 189 - As pensões serão automaticamente atualizadas na mesma proporção dos reajustes dos vencimentos dos servidores.

Art. 190 - Ressalvando o direito de opção, é vedada a percepção cumulativa de mais de uma pensão.

SEÇÃO IX - DO PECÚLIO

Art. 191 - Aos beneficiários de servidor falecido, ativo ou inativo, será pago um pecúlio especial correspondente a um mês do valor remunerado ou provento.

§ 1º - O pedido será concedido obedecida a seguinte ordem de preferência:

- a) ao cônjuge sobrevivente;
- b) aos filhos de qualquer condição e aos enteados, menores de vinte e um anos;
- c) aos indicados por livre nomeação do servidor; e
- d) aos herdeiros, na forma da lei civil.

§ 2º - A declaração de beneficiários será feita ou alterada a qualquer tempo, nela se mencionado o critério de divisão do pecúlio, no caso de mais de um beneficiário.

Art. 192 - O direito ao pecúlio caducará decorridos 180 (cento e oitenta) dias contados do óbito do segurado.

SEÇÃO X - DO AUXÍLIO RECLUSÃO

Art. 193 - À família do servidor ativo é devido o auxílio reclusão, nos seguintes valores:

- I - dois terços da remuneração, quando afastado por motivo de prisão, em flagrante ou preventiva, determinada pela autoridade competente, enquanto perdurar a prisão;
- II - metade da remuneração, durante o afastamento, em virtude de condenação, por sentença definitiva, à pena que não determina

a perda do cargo.

§ 1º - Nos casos previstos no inciso I deste artigo, o servidor terá direito à integralização da remuneração, desde que absolvido.

§ 2º - O pagamento do auxílio-reclusão cessará a partir do dia imediato àquele em que o servidor for posto em liberdade, ainda que condicional.

SEÇÃO XI - DO AUXÍLIO FUNERAL

Art. 194 - O auxílio funeral é devido à família do servidor falecido na atividade ou do aposentado, em valor equivalente a um mês da remuneração ou provento.

§ 1º - No caso de acumulação legal de cargos, o auxílio será pago somente em razão do cargo de maior remuneração.

§ 2º - O auxílio será pago no prazo de 72 (setenta e duas) horas, por meio de procedimento sumaríssimo, à pessoa da família que houver custeado o funeral, mediante comprovação.

Art. 195 - Se o funeral for custeado por terceiro, este será indenizado, observado o disposto no artigo anterior.

Art. 196 - Em caso de falecimento de servidor em serviço fora do local de trabalho, inclusive no exterior, as despesas de transporte do corpo correrão a conta dos recursos oficiais.

TÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

CAPÍTULO ÚNICO - DO ENQUADRAMENTO

Art. 197 - Os empregos e funções abrangidos pela estabilidade constitucional passam a integrar tabela em extinção, no respectivo órgão ou entidade, sem prejuízo dos direitos adquiridos.

Art. 198 - Para que possam ocupar os cargos instituídos no Plano de Carreira, os servidores incluídos na Tabela de que trata o artigo anterior, serão submetidos a concurso interno.

Art. 199 - Os servidores ocupantes de cargos públicos, sob regime estatutário, passam a ser regidos por esta lei, sem prejuízo dos direitos adquiridos.

Art. 200 - Os servidores que se encontram em período aquisitivo de triênios, terão este tempo computado para a concessão de triênio, na forma desta lei.

TÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

CAPÍTULO ÚNICO

Art. 201 - O Dia do Servidor Público será comemorado a 28 de outubro.

Art. 202 - A jornada de trabalho nas repartições públicas municipais será fixada por ato do Chefe de Poder e dos Dirigentes Superiores das Autarquias e Fundações Públicas, não podendo ser superior a 40 (quarenta) horas semanais, ressalvadas as jornadas dos integrantes do Magistério e daqueles que a legislação superior contrapor.

Parágrafo Único - Compete ao Chefe da repartição ou do serviço antecipar ou prorrogar o período de trabalho, quando necessário.

Art. 203 - Para todos os efeitos previstos nesta lei, os exames de sanidade física e mental serão obrigatoriamente realizados por médico do Município.

§ 1º - Em casos especiais, atendendo a natureza da enfermidade o Chefe de Poder ou Dirigente das Autarquias e Fundações Públicas instituídas e mantidas pelo Município, poderão designar uma junta médica para proceder ao exame, dela fazendo parte obrigatoriamente, um médico do Município.

§ 2º - Os atestados médicos concedidos aos servidores municipais, quando em tratamento fora do Município terão sua validade condicionada a ratificação posterior por médico do Município.

Art. 204 - Contar-se-á por dias corridos os prazos previstos nesta lei.

Parágrafo Único - Computar-se-á no prazo o dia inicial prorrogando-se para o primeiro dia útil o vencimento que incidir em sábado, domingo ou feriado.

Art. 205 - O Plano de Seguridade Social do servidor, que será instituído por lei, será custeado com o produto de arrecadação de contribuições sociais obrigatórias por parte dos servidores públicos do Município, Autarquias e Fundações instituídas e mantidas.

§ 1º - A contribuição devida do servidor, diferenciada em função da remuneração mensal percebida, será fixada na lei do Plano de Seguridade Social.

§ 2º - O custeio da aposentadoria é de responsabilidade parcial do Tesouro Municipal.

Art. 206 - Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, especialmente as leis nºs 1.388, de 30 de novembro de 1990; 1.914, de 13 de abril de 1994; 2.090, de 03 de julho de 1995 e 2.221, de 25 de março de 1997.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
17 de março de 1998.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 17 dias do mês de março de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.302 de 17 de Março de 1998

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.302 DE 17 DE MARÇO DE 1998.

AUTORIZA INSTALAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Resolve:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instalar energia elétrica conforme relação anexa, em casa de propriedade da Prefeitura Municipal, sita à rua Rodolfo Stulzer, Vila Scheide - fundos, cedida em locação à Senhora Tereza Padilha, portadora CPF nº 936.969.499-49.

Art.2º) A despesa com a execução da presente Lei, correrá por conta de dotação Orçamentária específica.

Art.3º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
17 de março de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei, na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 17 dias do mês de março de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.301 de 10 de Março de 1998

LEI Nº 2.301 DE 10 DE MARÇO DE 1998.

REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 1.187/88

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Revogar todas as disposições da Lei Municipal nº 1.187/88 de 30 de novembro de 1988.

Art. 2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" 10 de março de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 10 dias do mês de março de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.300 de 10 de Março de 1998

LEI Nº 2.300 DE 10 DE MARÇO DE 1998

INSTITUI O PLANO DE CARREIRAS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, ESTABELECE DIRETRIZES GERAIS PARA SUA IMPLANTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º) Fica instituído, o Plano de Carreiras para os servidores do Poder Executivo Municipal, destinado a organizar os cargos públicos de provimento efetivo.

Art.2º) Ficam criados os respectivos Quadros de Pessoal e instituídos os níveis hierárquicos, bem como estabelecidas as medidas necessárias à execução do Plano.

Art.3º) Para efeito da aplicação desta Lei, considera-se:

I - Quadros de Pessoal, aqueles descritos no Capítulo II desta Lei e organizados segundo os Anexos I a V desta Lei, revogando-se qualquer disposição anterior em contrário.

II - Plano de Carreiras, o dispositivo de evolução funcional descrito no Capítulo III e constante dos Anexos desta Lei, revogadas os sistemas anteriores de promoção e acesso.

Capítulo II

DOS QUADROS DE PESSOAL

Art.4º) O provimento dos cargos de provimento efetivo do Executivo Municipal, passam a ser os constantes dos Anexos I a IV, nas quantidades, denominação, carga horária semanal e requisitos ali especificados, a serem providos na forma do Capítulo III desta lei.

Art.5º) Os quadros de cargos isolados, de provimento efetivo do Executivo Municipal, previstos no Anexo V, são os não situados no plano de carreiras título gratificação do tempo de serviço bem como vantagem funcionais, na forma prevista pelo Estatuto dos Servidores Públicos.

CAPÍTULO III

DOS PLANOS DE CARREIRA

Art.6º) O provimento dos cargos efetivos se dará por:

I - concurso público de provas ou de provas e títulos, observando o Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

II - promoção por merecimento, na forma desta Lei;

III - enquadramento dos servidores, contratados pela CLT e estabilizados pela Constituição Federal, após aprovação em concurso interno, na forma desta Lei;

IV - enquadramento dos servidores contratados pela CLT através do concurso público.

Art.7º) O desenvolvimento do servidor na carreira ocorrerá mediante promoção por merecimento.

Art.8º) Promoção por merecimento, para os efeitos desta Lei, é

a passagem para cargo de maior complexidade e de maior vencimento, e depende para ser exercitada de:

I - existência de vaga no cargo a ser provido, observadas as quantidades estabelecidas nos Anexos I a IV;

II - preenchimento, pelos candidatos, dos requisitos de escolaridade dos cargos a serem providos, conforme constante dos Anexos I a IV;

III - cumprimento de interstício mínimo de 02 (dois) anos no cargo inferior ao aberto para promoção.

Art.9º) Nos Anexos VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII, cada grupo de cargos indica uma possibilidade de promoção, que se dará conforme os níveis horizontais ali estabelecidos, sendo o servidor, enquadrado do cargo de nível de vencimento inferior para o de nível de vencimento superior, imediatamente seguinte, dentro da hierarquia lá estabelecida.

Art.10) Após o enquadramento dos servidores estabilizados, procedida na forma das disposições finais e transitórias desta Lei, e após cada nova admissão de servidor pelo modo estabelecido nesta Capítulo, as promoções serão processadas por uma Comissão Especial, constituída de três servidores públicos, livremente designados e destituíveis pelo Prefeito, com mandato, reconduzível uma vez, de 02 (dois) anos.

Art.11) Cada vacância de cargo efetivo ocorrida será comunicada pela Chefia respectiva à Comissão, a qual, imediatamente passará a examinar, de todos os servidores municipais situados nas linhas de promoção ao cargo vago, os seus prontuários, para atestar se preenchem as condições de escolaridade e interstício, previstas nesta Lei, como exigências para a promoção por merecimento. Dentre os candidatos que as preenchem, a Comissão, pela avaliação do mérito dos prontuários, indicará o servidor a ser promovido ao Prefeito, que procederá imediatamente a promoção.

Parágrafo Único - Em caso de inexistir candidato em Condição de promoção, a Comissão comunicará ao Prefeito, para abertura de concurso público, quando julgado necessário o provimento do cargo vago.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art.12) Ficam mantidos, nas mesmas condições ora existentes, os atuais empregos do Executivo Municipal, regidos pela CLT, ocupados por servidores contratados, quer estabilizados pela Constituição, quer por Concurso Público anteriormente realizado, quer instáveis, observadas as seguintes disposições:

I - Os empregados não concursados e não estáveis não detêm qualquer garantia de permanência no serviço público, sendo necessário submeterem-se a concurso público, na forma da Constituição Federal e Estatuto dos Servidores Municipais, para ingressarem nos cargos estatutários de provimento efetivo constantes desta Lei, podendo ser inscritos de Ofício pelo Executivo ou órgão ao qual estiverem vinculados, nos cargos equivalentes aos atuais empregos, tão logo se abra concurso público para preenchimento daqueles cargos.

II - Os empregados estabilizados por força do art.41º da Constituição Federal, ou do art.19º do ADCT, da Constituição Federal, poderão ser enquadrados nas vagas constantes dos Anexos I a IV, desta Lei, desde que aprovados em concurso interno de efetivação, na forma do parágrafo 1º, do Art.19º do ADCT, da Constituição Federal;

III - Em caso de reprovação no concurso a que se refere o inciso anterior, os empregados estabilizados permanecerão ocupando os mesmos empregos, sendo considerado extinto qualquer emprego, quer ocupado por servidor estabilizado, quer ocupado por servidor instável, que venha a vagar a partir da publicação desta Lei.

Art. 13) A proporção entre a maior e a menor remuneração paga aos servidores públicos municipais é aquela constante do Anexo XIII desta Lei, considerada a relação entre o maior e o menor vencimento ali constante.

Art.14) A descrição das atribuições de cada cargo criado por Lei constará de Manual de Ocupações e será objeto de Regulamento aprovado por Decreto do Executivo.

Art.15) O enquadramento nominal de qualquer servidor se dará através de ato administrativo do Prefeito Municipal, indelegavelmente, e corrigirá, observada a legislação trabalhista e funcional estatutária, na melhor medida, distorções e aberrações existentes na situação individual dos servidores.

§ 1º - Todos os servidores serão enquadrados pelo vencimento básico constante desta Lei, sobre o qual serão, a partir do enquadramento, calculados ou recalculados os adicionais e as demais vantagens pessoais, incorporados ou não.

§ 2º - O enquadramento será processado por uma Comissão, constituída por cinco membros designados pelo Chefe do Executivo, a qual incumbirá a implantação do Plano de Carreira, na forma desta Lei.

Art.16) O Plano de Carreiras será implantado exclusivamente pelas normas constantes desta Lei, não prevalecendo qualquer outra.

Art.17) Os valores dos vencimentos estabelecidos no Anexo XIII serão reajustados de acordo com a legislação municipal específica.

Art.18) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente as Leis Municipais nºs 1.529, de 26 de novembro de 1991; 1.673, de 20 de janeiro de 1993; 1.815, de 21 de setembro de 1993 e 1.863m de 23 de dezembro de 1993.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
10 de março de 1998.
DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 10 dias do mês de março de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

ANEXO I

ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR

Quantidade	Denominação	Requisitos
01	Assistência Social	Curso Superior e Registro Conselho
01	Engenheiro Agrônomo	Nível Universitário e Inscrição no Órgão de Classe

01	Engenheiro civil	Nível Universitário e Inscrição no Órgão de Classe
01	Enfermeiro	Superior em Enfermagem e Registro Conselho
01	Farmacêutico	Nível Universitário e Inscrição no Órgão de Classe
01	Fisioterapeuta	Superior em Fisioterapia e Registro Conselho
01	Fonoaudiólogo	Superior em Fonoaudiologia e Registro Conselho
05	Medico Clinico Geral	Superior em Medicina e Registro Conselho
01	Medico Ginecológico	Superior em Medicina e Registro Conselho
01	Medico Pediatra	Superior em Medicina e Registro Conselho
01	Medico Veterinário	Nível Universitário e Inscrição no Órgão de Classe
01	Nutricionista	Curso Superior em Nutricionista
05	Odontólogo	Superior em Odontologia e Registro Conselho
01	Psicólogo	Nível Universitário e Inscrição no Órgão de Classe
01	Terapeuta Ocupacional	Superior em Terapia Ocupacional

ANEXO II

ATIVIDADES TÉCNICAS DE NÍVEL MÉDIO

Quantidade	Denominação	Requisitos
11	Agente Administrativo	2º Grau e Habilidades em Datilografia
01	Agente de atividade de Saúde	2º Grau Completo
03	Agente Operacional	2º Grau Completo
09	Auxiliar de Enfermagem	1º Grau, Curso de Auxiliar de Enfermagem e Registro Conselho.
01	Desenhista - Projetista	2º Grau e Curso Desenho Técnico
03	Fiscal de Tributos	2º Grau Completo
05	Fiscal de Obras, Postura, Meio Ambiente e Serviços Públicos.	Curso Nível Médio
05	Fiscal Sanitário	2º Grau completo (Curso específico)
01	Inseminação Artificial	Técnico Inseminação - 2º Grau
01	Técnico Agrícola	2º grau Técnico Agrícola ou Agropecuário, Carteira de Habilitação.
02	Técnico em Contabilidade	Curso Técnico em Contabilidade e Registro Conselho
01	Técnico em Processamento de Dados	2º Grau Completo

01	Tesoureiro	2º Grau Completo
01	Topógrafo Prática	Conhecimento Prática em Topografia

ANEXO III

SERVIÇOS AUXILIARES

Quantidade	Denominação	Requisitos
06	Auxiliar Administrativo	1º Grau Completo
02	Auxiliar Odontológico	1º Grau Completo
09	Auxiliar de Berçário	1º Grau Completo
08	Auxiliar de Escritório	1º Grau Completo
01	Auxiliar de veterinário	1º Grau Completo
01	Cadastrador	1º Grau Completo
01	Digitador	1º Grau Completo

ANEXO I V

TRANSPORTES E SERVIÇOS GERAIS

Quantidade	Denominação	Requisitos
01	Apontador	1º Grau Completo
15	Auxiliar de Serviços	Alfabetizado
06	Motorista de Veículos Leves	4º Serie do 1º Grau e Carteira Nacional de Habilitação
09	Motorista Veículos Pesados	Alfabetizado e Carteira Nacional de Habilitação
03	Motorista de Ambulância	4º Serie do 1º Grau e Carteira Nacional de Habilitação
08	Operador de Maquinas	Alfabetizado e Carteira Nacional de Habilitação
01	Operador de Manutenção	Alfabetizado
01	Pedreiro	Alfabetizado
12	Trabalhador Braçal	Alfabetizado
05	Vigia	Alfabetizado
43	Zelador Municipal	Alfabetizado

ANEXO V

QUADRO DE PESSOAL DOS CARGOS ISOLADOS

Nº Cargos	Denominação	Nível Vencimento	Carga Horária
03	Agente Operacional	23	40
01	Assistente Social	34	40
06	Auxiliar Administrativo	03	40
09	Auxiliar de Berçário	03	40
01	Desenhista - Projetista	16	40
01	Engenheiro Agrônomo	44	40

01	Engenheiro Civil	21	10
01	Enfermeiro	37	40
01	Farmacêutico	21	10
03	Fiscal de Tributos	15	40
01	Fiscal Sanitário	18	40
01	Fisioterapeuta	21	10
01	Fonoaudiólogo	21	10
05	Medico Clinico Geral	36	15
01	Medico Ginecologista	28	10
01	Medico Pediatra	28	10
01	Medico Veterinário	44	40
03	Motorista de Ambulância	23	40
06	Motorista de Veículos Leves	16	40
09	Motorista de Veículos Pesados	16	40
01	Nutricionista	21	10
03	Odontólogo	21	08
01	Odontólogo	35	16
01	Odontólogo	39	20
08	Operador de Maquina	16	40
01	Psicólogo	21	10
02	Técnico em Contabilidade	15	40
01	Terapeuta Ocupacional	21	10
01	Tesoureiro	12	40
01	Topógrafo Prático	18	40
05	Vigia	07	40
43	Zelador Municipal	03	40

ANEXO V I

CARGOS DISPOSTOS EM CARREIRAS

Nível de Vencimento	Denominação
08	Agente de Atividade de Saúde
05	Auxiliar de Enfermagem
03	Auxiliar de Saúde
03	Auxiliar Odontológico

ANEXO VII

CARGOS DISPOSTOS EM CARREIRAS

Nível de Vencimento	Denominação
24	Assistente Administrativo
12	Agente Administrativo
12	Tesoureiro
03	Auxiliar Administrativo
03	Auxiliar de Escritório

ANEXO VIII

CARGOS DISPOSTOS EM CARREIRAS

Nível de Vencimento	Denominação
15	Fiscal de Obras, Posturas, Meio Ambiente e Serviços Públicos.
12	Cadastrador

ANEXO IX

CARGOS DISPOSTOS EM CARREIRAS

Nível de Vencimento	Denominação
30	Técnico Agrícola
19	Auxiliar de Veterinário
19	Inseminador Artificial

ANEXO X

CARGOS DISPOSTOS EM CARREIRAS

Nível de Vencimento	Denominação
12	Técnico em Processamento de Dados
08	Digitador

ANEXO XI

CARGOS DISPOSTOS EM CARREIRAS

Nível de Vencimento	Denominação
12	Pedreiro
08	Operador de Manutenção

ANEXO XII

CARGOS DISPOSTOS EM CARREIRAS

Nível de Vencimento	Denominação
10	Apontador
02	Trabalhador Braçal
02	Auxiliar de Serviços

ANEXO XIII

TABELA DE VENCIMENTOS

Nível de Vencimento	Valores em R\$	Nível de Vencimento	Valores em R\$
01	R\$ 158,88	26	R\$ 535,84
02	R\$ 166,13	27	R\$ 562,63
03	R\$ 174,44	28	R\$ 590,77
04	R\$ 183,16	29	R\$ 620,31
05	R\$ 192,32	30	R\$ 651,27
06	R\$ 201,94	31	R\$ 683,88
07	R\$ 212,03	32	R\$ 718,08
08	R\$ 222,63	33	R\$ 753,98
09	R\$ 233,77	34	R\$ 791,68
10	R\$ 245,45	35	R\$ 831,26
11	R\$ 257,73	36	R\$ 872,82
12	R\$ 270,62	37	R\$ 916,48
13	R\$ 284,15	38	R\$ 962,30
14	R\$ 298,37	39	R\$ 1.010,42
15	R\$ 313,29	40	R\$ 1.060,94
16	R\$ 328,95	41	R\$ 1.113,99
17	R\$ 345,40	42	R\$ 1.169,69
18	R\$ 362,67	43	R\$ 1.228,17
19	R\$ 380,81	44	R\$ 1.289,57
20	R\$ 399,85	45	R\$ 1.354,05
21	R\$ 419,84	46	R\$ 1.421,75
22	R\$ 440,84	47	R\$ 1.492,84
23	R\$ 462,87	48	R\$ 1.567,48

24	R\$ 486,02	49	R\$ 1.646,10
25	R\$ 510,32	50	R\$ 1.728,41

LEI Nº 2.299 DE 03 DE MARÇO DE 1998

LEI N.º 2.299 DE 03 DE MARÇO DE 1998.

AUTORIZA A OUTORGA DE PERMISSÃO PARA EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar permissão para exploração dos serviços de transporte coletivo de passageiros no Município de Campo Alegre, mediante as condições estabelecidas por esta lei e através da realização do competente procedimento licitatório.

Parágrafo Único - Para efeitos desta lei, considera-se transporte coletivo aquele efetuado por veículo automotor, com itinerário definido, destinado à condução de pessoas, mediante o pagamento individual de passagem.

Art. 2º) Os serviços serão operados por linhas, que constarão do Edital de Licitação agrupadas em blocos, conforme os respectivos itinerários.

Art. 3º) O prazo da permissão será de 10 (dez) anos, contados do ato da outorga da mesma.

Art. 4º) Constituir-se-ão obrigações da permissionária:

I - sujeitar-se às normas legais e à fiscalização da Administração Municipal;

II - não paralisar os serviços objeto da permissão, mesmo que parcialmente, sob pena de multa diária pecuniária, correspondente a 100 UFIR's por veículo paralisado, exceto motivos alheios à sua vontade, devidamente comprovados;

III - manter a frota em boas condições de tráfego;

IV - apresentar os veículos para vistoria técnica, comprometendo-se a sanar as irregularidades no prazo que lhe for estipulado;

V - cumprir as ordens de serviço emitidas pelo Poder Público Municipal;

VI - executar os serviços com rigoroso cumprimento de horário, frequência, frota, tarifa, itinerário e demais condições definidas pela Administração Municipal;

VII - preservar a inviolabilidade dos instrumentos contadores de passageiros e outros;

VIII - complementar a frota, conforme a necessidade de expansão dos serviços;

IX - substituir os veículos que apresentarem danos que inabilitem o uso dos mesmos para os serviços de transporte coletivo de passageiros;

X - operar, com um número mínimo de veículos por linha, a ser estabelecido no Edital de Licitação;

XI - conceder isenções de tarifa, bem como desconto sobre o valor da passagem determinados pela legislação específica;

XII - respeitar o direito do usuário quanto à desobrigação do pagamento da tarifa, sempre que não dispuser de troco;

XIII - manter serviço de venda de passagens nos locais determinados pela Administração Pública, inclusive nos terminais urbanos construídos às suas expensas;

XIV - manter a idade média da frota operante em até 20 (vinte) anos;

XV - efetuar o licenciamento de todos os veículos no Município de Campo Alegre;

XVI - possuir terreno e instalação física próprias ou locadas, a partir da outorga da permissão, adequados ao funcionamento da garagem, estacionamento, oficina e manutenção da frota, situados no Município de Campo Alegre.

Art. 5º) Pelo serviço de transporte coletivo, a permissionária será remunerada através do pagamento direto ou indireto (vale transporte) efetuado pelos usuários.

- 1º - As tarifas a serem cobradas dos usuários de ônibus, serão aprovadas pela Comissão Municipal de Tarifas e fixadas por ato do Executivo Municipal.

- 2º - Os reajustes das tarifas serão precedidos de estudo específico, levando-se em conta, entre outros fatores, as despesas médias de conservação de manutenção, contribuições e encargos de pessoal, custo do combustível e lubrificantes, assegurada justa remuneração do capital.

Art. 6º) Os veículos a serem utilizados no serviço definido nesta lei deverão ser da categoria urbana e satisfazer as exigências do Código nacional de Trânsito, da Legislação correlata vigentes a contar as características estabelecidas no Edital de Concorrência.

Art. 7º) Independente das penalidades pecuniárias impostas a permissionária, a permissão poderá ser revogada caso a permissionária:

I - perder os requisitos de capacidade financeira, técnica ou administrativa;

II - tiver decretada a concordata, falência ou iniciar processo de dissolução;

III - paralisar os serviços de transporte coletivo urbano, ainda que parcialmente, com exceções previstas nesta Lei;

IV - reter indevidamente quantias de arrecadação pública;

V - subcontratar ou transferir a terceiros, no todo ou parte, os serviços objeto da permissão;

VI - utilizar no serviço veículo definitivamente impedido de transitar ou que ofereça algum risco aos usuários;

- 1º - A revogação da permissão outorgada, desde que motivada, não originará à permissionária, direito à indenização de quaisquer ordem.

- 2º - No caso de revogação da permissão se dar por algum dos motivos acima enumerados, ou a permissionária deixar de prestar os serviços objeto da permissão, imotivadamente, ficará obrigada a deixar à disposição do Poder público Municipal durante 190 (cento e noventa) dias a frota operante e suas instalações físicas, tempo este necessário para que o serviço não sofra solução de continuidade.

- 3º - Findo o prazo estipulado no parágrafo anterior, o Município efetuará a devolução da frota e instalações, nas mesmas condições que as recebeu.

Art. 7º) As infrações e respectivas penalidades e requisitos dos veículos serão objeto de regulamento expedido por ato do Executivo Municipal.

Art. 8º) Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre,
03 de março de 1.998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 03 de março de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.298 DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

LEI Nº 2.298 DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998
DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA
DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO, Prefeito Municipal de Campo Alegre.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art 1º) Fica o Executivo Municipal autorizado a contratar pessoal por tempo determinado, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, sob o regime especial administrativo de que trata esta lei..

Art 2º) São de necessidade temporária de excepcional interesse público, as contratações para:

I - atendimento a situações de emergência e de calamidade pública, de forma a conjurar ou limitar os efeitos de fatores anormais ou adversos, tais como, entre outros, os de natureza climática, atmosférica, geológica, sanitária e psico-social;

II - para substituição de pessoal nas unidades ambulatoriais, por vacância nos casos de licença, falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão;

III - para substituição de pessoal nas escolas, creches e centros sociais do município ou estaduais municipalizadas, por vacância nos casos de licença, falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão.

§ 1º - As contratações serão feitas por período de tempo estritamente necessário para consecução das tarefas, não podendo ultrapassar a seis meses, exceto nas hipóteses do Inciso III, cujo período de tempo é de doze meses, prazos que são improrrogáveis.

§ 2º - Na hipótese do inciso III, a contratação é autorizada após esgotada toda possibilidade de aproveitamento de pessoal e corpo docente disponível nas escolas, creches e centros sociais, de acordo com a respectiva habilitação profissional.

§ 3º - Em caso de substituição a que se referem os incisos II e III, a contratação só ocorrerá desde que o afastamento do titular seja por período igual ou superior a trinta dias.

Art 3º) Somente será permitida a recontração de pessoal docente nas escolas e creches municipais ou municipalizadas, na forma desta lei, no período letivo seguinte, ficando vedada nos demais casos, sob pena de nulidade do contrato e responsabilidade administrativa e civil da autoridade contratante.

Art 4º) O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta Lei, será feito mediante processo seletivo simplificado.

Parágrafo Único - A contratação de pessoal para atender o disposto no inciso I, do artigo 2º prescindirá do processo seletivo.

Art 5º) É vedado o desvio de função de pessoa contratada na

forma desta lei.

Art 6º) Nas contratações por tempo determinado não de ser observados os níveis de vencimentos dos servidores efetivos ocupantes dos cargos a serem preenchidos.

Parágrafo Único - Na hipótese do inciso III do Art. 2º, o contratado perceberá o vencimento por aula efetivamente ministrada.

Art 7º) Ao pessoal contratado sob o regime especial desta lei ficam estendidos os seguintes benefícios, conferidos aos servidores da municipalidade:

- I - gratificação natalina;
- II - gratificação pela prestação de serviço extraordinário;
- III - gratificação de férias;
- IV - gratificação pelo trabalho insalubre ou perigoso;
- V - gratificação pela prestação de serviços nos órgãos de saúde.

Art 8º) As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos desta lei serão apuradas mediante sindicância, concluída no prazo de 30 (trinta) dias e assegurada ampla defesa.

Art 9º) O pessoal temporário, durante a contratação contribuirá para a previdência social, nos mesmos parâmetros estabelecidos aos servidores efetivos.

Art 10) O contrato de trabalho temporário celebrado de acordo com esta lei, poderá ser rescindido a qualquer tempo, a critério da Administração, sem que da rescisão advinha qualquer indenização ao contratado.

Art 11) Os termos do contrato de trabalho temporário são os constantes do Anexo Único desta lei.

Art 12) As despesas decorrentes da execução desta lei, correrão por conta de dotação específica, consignada no orçamento vigente.

Art 13) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
em 26 de fevereiro de 1998.
DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 26 dias do mês de fevereiro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.297 de 26 de Fevereiro de 1998

LEI Nº 2.297 DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998
AUTORIZA DOAÇÃO DE PASSES ESCOLARES
AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fornecer passes escolares aos alunos da rede pública municipal de ensino que residam a uma distância igual ou superior a 1 Km da instituição de ensino.

Parágrafo Único - Terão direito ao passe escolar, os alunos que residam a uma distância mínima de 1 Km e que o mesmo seja beneficiado pela linha de ônibus, e que não exista nível escolar dentro de seu bairro.

Art 2º) Os passes serão fornecidos diretamente ao aluno na quantidade necessária ao deslocamento de ida e volta da escola durante cada mês.

Art 3º) Os passes escolares serão adquiridos diretamente do permissãoário do transporte coletivo de passageiros, em conformidade com a Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993 alterado pela Lei 8.883 de 8 de Junho de 1994.

Art 4º) As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta do elemento de despesa 04.01.08472392012.3132.0000.

Art 5º) Ficam convalidados os fornecimentos de passe escolar feitos em conformidade com o artigo 1º desta lei no período entre 09 de fevereiro de 1998 e a entrada em vigência da presente lei.

Art 6º) Durante o período que vigorar a autorização precária de exploração do transporte coletivo municipal de passageiros, o Executivo Municipal adquirirá, do respectivo autorizado, os passes escolares.

Art 7º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
26 de Fevereiro de 1998.
DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 26 dias do mês de fevereiro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.296 de 26 de Fevereiro de 1998

LEI Nº 2.296 DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998.

REGIME DE ADIANTAMENTO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º) Fica instituída, na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, a forma de pagamento de despesas pelo regime de adiantamento que reger-se-á segundo as normas legais vigentes que disciplinam a matéria.

Art. 2º) Entendem-se por adiantamento e numerário colocado à disposição de uma repartição, a fim de lhe dar condições de realizar despesas que, por sua natureza ou urgência, não possam aguardar o processamento normal.

Art. 3º) Os pagamentos a serem efetuados através do Regime de Adiantamento ora intitulado restringir-se-ão aos casos previstos nesta Lei e sempre em caráter de exceção.

Art. 4º) O adiantamento mensal de cada espécie de despesa não ultrapassará o valor do duodécimo da dotação correspondente.

Art. 5º) Poderão realizar-se sob o regime de adiantamento os pagamentos decorrentes das seguintes espécies de despesa:

I - despesas com material de consumo;

II - despesas com serviços de terceiros;

III - despesas com diárias e ajuda de custo;

IV - despesas com transportes em geral;

V - despesas judiciais;

VI - despesas com representação eventual;

VII - despesa extraordinária e urgente, cuja realização não permita delongas;

VIII - despesa que tenha de ser efetuada em lugar distante da sede da Prefeitura;

IX - despesa avulsa com aquisição de autopeças, manutenção e conserto de veículos.

X - despesa miúda e de pronto pagamento.

Artigo 6º) Considera-se despesa miúda e de pronto pagamento, para os efeitos desta Lei, as que se realizaram com:

I - selos, postais, telegramas, material e serviços de limpeza e higiene, lavagem de roupa, café e lanche, pequenos carros, transportes urbano, pequenos consertos, telefone, água, luz, força, gás e aquisição avulsa de livros, jornais e outras publicações;

II - encadernações avulsas e artigos de escritório, de desenho, impressos e papelaria em quantidade restrita, para uso ou consumo próximo ou imediato;

III - artigos farmacêuticos ou de laboratório, em quantidade restrita, para uso ou consumo próximo ou imediato;

IV - outra qualquer, de pequeno vulto e de necessidade imediata, desde que devidamente justificada.

Art. 7º) As despesas com artigos em quantidade maior, de uso ou consumo remotos, correrão pelos itens orçamentários próprios e seguirão o processamento normal da despesa.

CAPÍTULO II**DAS REQUISIÇÕES DE ADIANTAMENTO**

Art. 8º) As requisições de adiantamento serão feitas pelos Chefes de Divisão e dirigidas ao Secretário de Administração e Finanças, conforme modelo (anexos à presente Lei).

Art. 9º) Das requisições de adiantamento constarão, necessariamente, as seguintes informações:

I - dispositivo legal em que se baseia;

II - identificação da espécie da despesa mencionando o item do artigo quinto (5º) no qual ela se classifica;

III - nome completo, cargo ou função do servidor responsável pelo adiantamento;

IV - prazo de aplicação;

Art. 10) O prazo de aplicação poderá ser em base mensal, mencionando-se, neste caso, o valor global do atendimento, a quantia mensal a ser entregue e os meses de aplicação.

Art. 11) Na hipótese de adiantamento único, a requisição deverá esclarecer esse fato e fixar o prazo de aplicação.

Art. 12) Não se fará novo adiantamento:

I - a quem do anterior não haja prestado contas no prazo legal;

II - a quem, dentro de três dias, deixar de atender notificação para regularizar prestação de contas.

Art. 13) Não se fará adiantamento:

I - para despesa já realizada;

II - a servidor em alcance;

III - a servidor responsável por dois adiantamentos.

CAPÍTULO III**DO PERÍODO DE APLICAÇÃO**

Art. 14) O adiantamento solicitado em base mensal somente poderá ser aplicado durante o mês a que se refere ou durante o período de trinta dias a contar da data da entrega do dinheiro ao responsável.

Art. 15) No caso de adiantamento único o período de aplicação será aquele estabelecido na requisição conforme estabelecido no artigo onze (11).

Art. 16) Nenhum pagamento poderá ser efetuado fora do período de aplicação.

CAPÍTULO IV**DA TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS DE ADIANTAMENTO**

Art. 17) A requisição de adiantamento será autuada seguido diretamente ao Secretário de Finanças para a competente autorização.

Art. 18) Os processos de adiantamentos terão sempre andamento preferencial e urgente.

Art. 19) Autorizada, a despesa será empenhada e paga com cheque nominal a favor do responsável indicado no processo.

Art. 20) No caso de adiantamento em duodécimos a despesa será empenhada globalmente, pelo total do período e, mensalmente far-se-á o pagamento correspondente. Neste caso todos os pagamentos correrão pelo mesmo processo.

Art. 21) Cabe à Divisão de Contabilidade verificar, antes de registrar o empenho, se foram cumpridas as disposições desta Lei. Constatando algum defeito processual não dará prosseguimento ao processo, devendo devolvê-lo informando, para os reparos que se fizerem necessários.

Art. 22) Efetuado o pagamento, a Divisão de Contabilidade inscreverá o nome do responsável no Sistema de Compensação em conta apropriada subordinada ao grupo 4.03.01 RESPONSÁVEIS POR ADIANTAMENTOS.

Art. 23) Nos casos de adiantamento vultosos poderá o responsável fazer parcelados na Tesouraria, mediante simples requisição contendo os números do processo, do empenho e o valor da parcela solicitada.

Parágrafo Único: Na hipótese deste artigo, o período de aplicação, a que se referem os artigos 14 e 15, será contado a partir da data em que for entregue a primeira parcela.

CAPÍTULO V

DAS NORMAS DE APLICAÇÃO DO ADIANTAMENTO

Art. 24) O adiantamento não poderá ser aplicado em despesa de classificação diferente daquela para a qual foi autorizado.

Art. 25) A cada pagamento efetuado o responsável exigirá o correspondente comprovante: nota fiscal, nota simplificada, cupom, recibo, etc.

Art. 26) As notas fiscais serão sempre emitidas em nome da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

Art. 27) Os comprovantes da despesa não poderão conter rasuras, emendas, borrões e valor ilegível, não sendo admitido em hipóteses alguma, segundas vias, ou outras vias, cópias xerox, fotocópias ou qualquer outra espécie de reprodução.

Art. 28) Cada pagamento será convenientemente justificado, esclarecendo-se a razão da despesa, o destino da mercadoria ou do serviço e outras informações que possam melhor explicar a necessidade de operação.

Art. 29) Em todos os comprovantes da despesa constará o atestado de recebimento do material ou da prestação do serviço.

Art. 30) Nenhuma despesa realizada pelo regime de adiantamento poderá ultrapassar o valor correspondente e três vezes o salário mínimo mensal vigente na região.

Parágrafo Único - Ficam excluídas do limite estabelecido neste artigo as despesas correspondentes aos itens V-VI-VII-VIII- do artigo 5º (quinto).

CAPÍTULO VI

DO RECOLHIMENTO DO SALDO NÃO UTILIZADO

Art. 31) O saldo de adiantamento não utilizado será recolhido à Tesouraria da Prefeitura, mediante guia de arrecadação onde constará o nome do responsável e identificação do adiantamento cujo saldo está sendo restituído.

Art. 32) O prazo para recolhimento do saldo não utilizado será de 3 (três) dias úteis, a contar do termo final do período de aplicação.

Art. 33) A Divisão da Contabilidade à vista da guia do recolhimento emitirá a nota de anulação correspondente, juntando uma via ao processo. Registrará a anulação no Diário da Despesa Empenhada e no Diário da Despesa Realizada.

Art. 34) No mês de dezembro todos os saldos de adiantamento serão recolhidos à Tesouraria até o último dia útil, mesmo que o período de aplicação não tenha expirado.

Art. 35) Se, eventualmente, algum saldo de adiantamento for recolhido no exercício seguinte, o valor será classificado como receitas diversas do exercício.

CAPÍTULO VII

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 36) No prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do termo final

do período de aplicação, o responsável prestará contas da aplicação do adiantamento recebido.

Parágrafo Único - A cada adiantamento corresponderá uma prestação de contas.

Art. 37) A prestação de contas far-se-á mediante entrada, na Divisão de Contabilidade, dos seguintes documentos:

I - ofício conforme modelo a ser elaborado pela Divisão de Contabilidade;

II - impressos conforme modelos anexos à presente Lei;

III - relação de todos os documentos de despesa constando: número e data do documento, espécie de documento, nome do interessado e valor da despesa, constando no final da relação a soma da despesa realizada;

IV - cópia da guia de recolhimento do saldo não aplicado, se houver;

V - cópias da Nota de Empenho e da Nota de Anulação se houve saldo recolhido;

VI - documento das despesas realizadas, dispostos em ordem cronológica, na mesma seqüência da relação mencionada no item III;

VII - os documentos mencionados no item VI, de medidas reduzidas, serão colocados em folhas brancas tamanho ofício; em cada folha poderão ser colocados quantos documentos forem possíveis sem que fiquem sobrepostos uns aos outros;

VIII - em cada documento constará, obrigatoriamente: atestado de recebimento do material ou da prestação do serviço; a finalidade da despesa; o destino do material e outros esclarecimentos que se fizerem necessários à perfeita caracterização da despesa.

Art. 38) Não serão aceitos documentos rasurados, ilegíveis, com data anterior ou posterior ao período da aplicação do adiantamento ou que se refira a despesa não classificável na espécie de adiantamento concedido.

Parágrafo Único - Somente serão aceitos documentos originais, não se admitindo outras vias, xerox, fotocópias ou outra espécie de reprodução.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 39) Caberá à Divisão de Contabilidade a tomada de contas dos adiantamentos.

Art. 40) Recebidas as prestações de contas, conforme dispõe o artigo 38, a Divisão de Contabilidade verificará se as disposições da presente Lei foram inteiramente cumpridas, fazendo as exigências necessárias, fixando prazos razoáveis para que os responsáveis possam cumpri-las.

Art. 41) Se as contas foram consideradas em ordem e boas, a chefia da Divisão de Contabilidade certificará o fato, no local apropriado do documento mencionado no item II do artigo 38 e encaminhará o processo, apensado ao que autorizou o adiantamento, ao Chefe do Poder Executivo para aprovação ou não aprovação das contas, voltando à Divisão de Contabilidade para as seguintes providências:

I - no caso de as contas terem sido aprovadas:

a) baixar a responsabilidade inscrita no sistema de Compensação;
b) convidar o responsável para tomar ciência, no próprio processo;
c) arquivar o processo de prestação de contas apenso ao processo que autorizou o adiantamento, em local seguro onde ficará à disposição do Tribunal de Contas.

II - na hipótese da aprovação das contas condicionadas a determinadas exigências:

a) providenciar o cumprimento das exigências determinadas;
b) adotar as medidas indicadas no item anterior I.

III - não tendo sido aprovadas as contas seguir a orientação

determinada pelo Prefeito em seu despacho final.

Art. 42) A Divisão de Contabilidade organizará um calendário para controlar as datas em que deverão entrar as prestações de contas de adiantamentos concedidos.

Art. 43) No dia útil imediato ao vencimento do prazo para prestação de contas, sem que o responsável as tenha apresentado, a Divisão de Contabilidade oficiará diretamente ao responsável, concedendo-lhe o prazo final e improrrogável de 24 horas para fazê-lo.

Parágrafo Único - Na cópia do ofício o responsável assinará o recebimento da via original colocando de próprio punho a data do recebimento.

Art. 44) Não sendo cumprida a obrigação da prestação de contas, após o vencimento do prazo final estabelecido no artigo anterior, a Divisão de Contabilidade remeterá, no dia imediato, a cópia do ofício referida no parágrafo único do artigo 46 ao Departamento Jurídico, devidamente informada, para abertura de sindicância nos termos da legislação vigente.

Art. 45) Os casos omissos serão disciplinados pelo Diretor do Departamento de Finanças.

Art. 46) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre,
26 de fevereiro de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 26 dias do mês de fevereiro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

ANEXOS REFERIDOS NO ITEM II DO ARTIGO 38 E CAPUT
DO ARTIGO 8º DA LEI Nº _____ .

DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

PRESTAÇÃO DE CONTAS - REGIME DE ADIANTAMENTO

Da Divisão

à Divisão de Contabilidade (Departamento de Finanças)

Senhor Chefe:

Nos termos do Art. 38 da Lei nº de//
, apresentamos a V.Sª a prestação de contas relativa ao adiantamento recebido através da Requisição de Adiantamento nº de/ , Nota de Empenho nº , Nota de Anulação nº

Outrossim, a presente prestação de contas é composta dos seguintes documentos, que anexamos:

- a) balancetes de prestação de contas;
- b) relação dos documentos de despesa;
- c) cópia da guia de recolhimento do saldo não utilizado;
- d) cópia da Nota de Empenho;
- e) cópia da Nota de Anulação (com reversão à Dotação);

f) documentos das despesas utilizadas, numeradas de 01 a

Campo Alegre,//

.....

Responsável pelo Adiantamento

BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Adiantamento entregue em// , ao servidor

Requisição de Adiantamento nº Período de Aplicação de// a//

HISTÓRICO \$ \$

- 1 - Valor recebido
- 2 - Despesas realizadas, conforme comprovantes anexos, rubricados e numerados de 01 até
- 3 - Saldo não utilizado, recolhido conforme Guia de Arrecadação nº

TOTAL

Campo Alegre,//

.....

Responsável pelo Adiantamento (Ass.)

Esta prestação de contas deu entrada na Divisão de Contabilidade em//

.....

(nome por extenso)

CERTIFICAMOS HAVER EXAMINADO A PRESENTE PRESTAÇÃO DE CONTAS ENCONTRANDO-A EXATA. OPINAMOS PELA SUA APROVAÇÃO.

TRANSMITE-SE AO GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Divisão de Contabilidade em//

(Ass)

(nome por extenso)

.....

Chefe da Divisão de Contabilidade

(nome por extenso)

APROVADO - Data://

.....

Prefeito Municipal

NÃO APROVADO - Data://

.....

Prefeito Municipal

REQUISIÇÃO DE ADIANTAMENTO

Venho pelo presente requisitar conforme art. 9º e incisos da Lei Municipal nº o valor de R\$ a título de adiantamento para realizar despesa de

.....
..... . A quantia requeri-
da ficará sob responsabilidade do servidor
.....cargo função
..... e será aplicada no prazo de
.....dias a contar do recebimento.

.....
Requisitante.

Campo Alegre,/ /

Lei Nº 2.295 de 26 de Fevereiro de 1998

LEI Nº 2.295 DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998
ALTERA O TEXTO DA LEI COMPLEMENTAR 2.284
DE 23 DE DEZEMBRO DE 1997.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO, Prefeito Municipal de Campo Alegre.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art 1º - O artigo 13 passa a vigorar com a seguinte Redação:

Art 13 - A Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras, constante do Anexo III, conta com as seguintes unidades subordinadas:

I - Departamento de Obras

a) Divisão da Frota Municipal;

b) Divisão de Transportes;

c) Divisão de Obras, Planejamento Urbano e Serviços Públicos.

Art 2º - O artigo 19 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art 19 - A Secretaria Municipal de desenvolvimento Econômico, constante do Anexo VI, conta com as seguintes unidades subordinadas:

I - Departamento de desenvolvimento Econômico

a) Divisão de Agricultura e Meio Ambiente;

b) Divisão de Turismo;

c) Divisão de Comércio e Indústria

Art 3º - Os Anexos III, VI, VII, IX, X e XI passam a vigorar conforme o disposto nos anexos de, mesmo número, constantes desta Lei.

Art 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" ,
26 de fevereiro de 1998.
DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente

desta Prefeitura Municipal, aos 26 dias do mês de fevereiro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.294 DE 20 DE FEVEREIRO DE 1998

LEI Nº 2.294 de 20 de fevereiro de 1998.
INSTITUI O SISTEMA DE VALE ALIMENTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica instituído o sistema de vale alimentação, cujos tickets serão distribuídos mensalmente e gratuitamente entre os servidores públicos municipais que percebam remuneração igual ou inferior a R\$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais) para uma carga horária de 40 horas semanais de trabalho.

Parágrafo Único - Por decreto do Poder Executivo, poderá o valor do caput deste artigo ser reajustado proporcionalmente ao reajuste que venha receber o beneficiário do vale alimentação, em sua remuneração.

Art. 2º) Cada servidor beneficiado perceberá a cada mês o valor de R\$ 27,26 (vinte e sete reais e vinte e seis centavos), representados pelo vale alimentação, que terá forma e característica padronizada.

Art. 3º) Os vales alimentação serão adquiridos pela municipalidade de empresas especializadas neste sistema, através de procedimento licitatório próprio.

Art. 4º) Os servidores beneficiados por esta Lei, somente poderão fazer uso dos vales alimentação, nos estabelecimentos comerciais devidamente credenciados pela empresa vencedora do processo licitatório, sendo proibido o uso destes na aquisição de bebidas e cigarros ou qualquer outro item que não conste na cesta básica do município constante do anexo I parte integrante da presente Lei.

PARÁGRAFO ÚNICO - O não atendimento ao disposto no "caput" deste artigo pelo servidor, implica na imediata cassação do benefício.

Art. 5º) As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária específica.

Art. 6º) A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as Leis Municipais nº 1331 de 20 de junho de 1990; 1434 de 02 de abril de 1991; 1506 de 24 de setembro de 1991; 2255 de 05 de agosto de 1997.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
20 de fevereiro de 1998.
DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 20 dias do mês de fevereiro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

A N E X O I

CESTA BÁSICA MUNICIPAL

QTDE	PRODUTO
05 Kg	Arroz Parboilizado
08 Kg	Trigo
05 Kg	Açúcar Refinado
01 Kg	Fubá
01 Kg	Sal Refinado
01 Kg	Massa Vitaminada
01 Kg	Feijão preto
02 lt	Óleo de soja
01 Kg	Farinha de mandioca especial
500 g	Biscoito
01 lt	Extrato tomate
500 g	Café Extra forte
02 lt	Sardinhas
02 rl	Papel Higiênico
02 un	Sabão glicerinado
01 un	Sabonete
90 g	Creme dental
01 pc.	Lã de Aço
01 mç	Maço de Fósforo
01 Kg	Farinha de Biju
500 g	Margarina
500 g	Doce de frutas
400 g	Leite em pó instantâneo

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

Campos Novos

PREFEITURA

Decreto Nº 7.108/14 de 09/09/2014 Retifica E Atualiza As Confrontações do Loteamento Parque Industrial E Ecológico Ernesto Zortéa E Dá Outras Providências

DECRETO Nº 7.108 /14 DE 09/09/2014

RETIFICA E ATUALIZA AS CONFRONTAÇÕES DO LOTEAMENTO PARQUE INDUSTRIAL E ECOLÓGICO ERNESTO ZORTEA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON CRUZ, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica;

Considerando as disposições da lei federal nº 6.766/79, lei estadual nº 6.063/82 c/c artigos 55, §2º, 57, III E §4º da Lei Complementar Nº 03 de 28 de maio de 2007- Plano Diretor:

DECRETA:

Art. 1º. Ficam retificadas as confrontações do Loteamento Parque Industrial e Ecológico Ernesto Zortéa, o qual passará a ter 10 (dez) unidades imobiliárias autônomas com as seguintes dimensões e confrontações:

Lote 01: Com área de 5.995,00 m² com as seguintes confrontações:

Norte: 83,40m com a faixa de domínio da rodovia SC 135;

Sul: 81,63m com a área 09;

Leste: 66,01m com Ivandel Melo;

Oeste: 58,89m com Prefeitura Municipal + 21,45m com o lote 02.

Lote 02: Com área de 1.682,00 m² com as seguintes confrontações:

Norte: 29,82m com Prefeitura Municipal;

Sul: 29,89m com o lote 09;

Leste: 21,45m com o lote 01 + 33,93m com o lote 09;

Oeste: 57,36m com a Rua A.

Lote 03: Com área de 1.409,00 m² com as seguintes confrontações:

Norte: 53,58m com Vinicampos;

Sul: 48,86m com o lote 04;

Leste: 26,00m com a Rua A.

Oeste: 29,31m com Prefeitura Municipal;

Lote 04: Com área de 1.503,00 m² com as seguintes confrontações:

Norte: 48,86m com o lote 03;

Sul: 61,86m com o lote 05;

Leste: 26,00m com a Rua A.

Oeste: 31,41m com Prefeitura Municipal;

Lote 05: Com área de 1.574,00 m² com as seguintes confrontações:

Norte: 61,86m com o lote 04;

Sul: 59,46m com o lote 06;

Leste: 26,00m com a Rua A.

Oeste: 25,96m com Prefeitura Municipal;

Lote 06: Com área de 3.685,00 m² com as seguintes confrontações:

Norte: 59,46m com o lote 05;

Sul: 96,76m com o lote 07;

Leste: 45,00m com a Rua A.

Oeste: 70,69m com Prefeitura Municipal + 20,27m com a Mitra Diocesana.

Lote 07: Com área de 2.505,00 m² com as seguintes confrontações:

Norte: 96,76m com o lote 06;

Sul: 83,07m com o lote 08;

Leste: 28,97m com a Rua A.

Oeste: 29,00m com a Mitra Diocesana.

Lote 08: Com área de 2.109,00 m² com as seguintes confrontações:

Norte: 83,07m com o lote 07;

Sul: 69,27m com o lote 09;

Leste: 28,97m com a Rua A.

Oeste: 29,00m com a Mitra Diocesana.

Lote 09: Com área de 106.981,00 m² com as seguintes confrontações:

Norte: 69,24m com o lote 08 + 14,00m com a Rua A + 29,89m + 33,93m com o lote 02 + 81,63m com o lote 01;

Sul: 406,48m com o lote 10;

Leste: 535,32m com Ivandel Melo;

Oeste: 182,25m com a Rua A + 20,00m com a Rua B + 407,74m com a Mitra Diocesana.

Lote 10: Com área de 117.512,00 m² com as seguintes confrontações:

Norte: 75,73m com a Mitra Diocesana + 406,48m com o lote 09;

Sul: 422,44m com Herdeiros de Ney Almeida;

Leste: 461,25m com Ivandel Melo;

Oeste: 247,40m com Nicolau Keme Neto.

Art. 2º. Ficam aprovadas a Planta Arquitetônica e o Memorial Descritivo das unidades imobiliárias descritas, dimensionadas e caracterizadas no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º. Ficam os Cartórios de Tabelionato e do Registro de Imóveis, autorizados a promoverem a escrituração e as averbações que se fizerem necessárias ao registro dos imóveis objetos do presente decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 09 de setembro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 7.109/14 DE 10/09/2014 DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL QUE SERÁ RESPONSÁVEL NO MUNICÍPIO PELA ELABORAÇÃO DO PLANO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

DECRETO Nº 7.109 /14 DE 10/09/2014

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL QUE SERÁ RESPONSÁVEL NO MUNICÍPIO PELA ELABORAÇÃO DO PLANO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO.

NELSON CRUZ, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Campos Novos,

DECRETA:

CONSIDERANDO o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, destinado a regulamentar a forma como o Poder Público, por seus mais diversos órgãos e agentes, deverá prestar o atendimento especializado ao qual adolescentes autores de ato infracional têm direito;

CONSIDERANDO que o SINASE foi originalmente instituído pela Resolução nº 119/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, e foi aprovado pela Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que trouxe uma série de inovações no que diz respeito à aplicação e execução de medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, dispendo desde a parte conceitual até o financiamento do Sistema

Socioeducativo, definindo papéis e responsabilidades; CONSIDERANDO que com o advento da Lei nº 12.594/2012, passa a ser obrigatória a elaboração e implementação, nos municípios o Plano de Atendimento Socioeducativo (de abrangência decenal), com a oferta de serviços e programas destinados à execução das medidas socioeducativas em meio aberto (cuja responsabilidade ficou a cargo dos municípios) e privativas de liberdade (sob a responsabilidade dos estados), além da previsão de intervenções específicas junto às famílias dos adolescentes socioeducandos; CONSIDERANDO que o objetivo do SINASE, é a efetiva implementação de uma política pública especificamente destinada ao atendimento de adolescentes autores de ato infracional e suas respectivas famílias, de cunho eminentemente intersetorial, que ofereça alternativas de abordagem e atendimento junto aos mais diversos órgãos e “equipamentos” públicos; CONSIDERANDO que o SINASE, estabelece que a aplicação e execução das medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, por ser norteadas, antes e acima de tudo, pelo “princípio da proteção integral à criança e ao adolescente”, deve observar uma “lógica” completamente diversa da que orienta a aplicação e execução de penas a imputáveis (sem prejuízo, logicamente, do “garantismo” que, tanto na forma da lei quanto da Constituição Federal é assegurado indistintamente em qualquer dos casos), e que a verdadeira solução para o problema da violência infanto-juvenil, tanto no plano individual quanto coletivo, demanda o engajamento dos mais diversos órgãos, serviços e setores da Administração Pública, que não mais podem se omitir em assumir suas responsabilidades para com esta importante demanda; CONSIDERANDO que a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo é uma tarefa complexa, que por força do disposto na própria Lei nº 12.594/2012, relativa ao SINASE, demanda uma abordagem eminentemente interdisciplinar, considerando, inclusive, a necessidade de execução das ações a ele correspondentes de forma intersetorial; CONSIDERANDO que a elaboração do Plano de Atendimento Socioeducativo depende de dados confiáveis acerca da demanda de atendimento e estes deverão ser colhidos junto às mais diversas fontes - Polícias Civil e Militar, Ministério Público, Poder Judiciário, Conselho Tutelar; CONSIDERANDO que não é correto “delegar” exclusivamente ao CREAS a responsabilidade pela elaboração do “Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo” (assim como pela execução das medidas nele previstas), pois embora a área da assistência social seja muito importante tanto no processo de elaboração do “Plano”, quanto no atendimento dos adolescentes autores de atos infracionais e suas famílias, o planejamento e execução das ações respectivas deve também ficar a cargo de outros setores da administração (assim como outros “atores” do “Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente”), que desta forma, precisam ser também chamados a participar, formando uma “comissão intersetorial” encarregada de elaborar um esboço de “Plano Municipal”; CONSIDERANDO que o Plano de Atendimento Socioeducativo é uma construção coletiva, e exige uma a definição de uma “comissão intersetorial” que irá esboçá-lo e colocá-lo a aprovação em Audiência Pública;

DECRETA

Art. 1º. Nomear a Comissão Intersetorial responsável pela elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, conforme segue:

REPRESENTANTES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS**FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE**

- a) Eliamar Antunes Mayer
- b) Jussara Santin

FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

- a) Gilson Cesar Lopes
- b) Sibeli Wrubel

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

- a) Ana Cristina Pedroso
- b) Melissa Gomes

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- a) Maria Eliane Moraes
- b) Magdolna de Lima

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

- a) Sinclair Pizzani Zotti
- b) Elenice Fornara

SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

- a) Sérgio José Silvestrin
- b) Gelson Ribeiro da Silva

SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

- a) Antônio Ricieiri Chiochetta Netto
- b) Márcio Jorge de Azevedo

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

- a) Hayett Kanaan Milanez
- b) Diógenes Zoldan

SECRETARIA DE SAÚDE

- a) Flavio Bittencourt
- b) Leonardo Farias

SINE

- a) Dilse Bortoli
- b) Luciane Gomes de Almeida

GERED (SDR)

- a) Cristiane Borré de Souza
- b) Neuza Felicidade Ap. de Jesus Almeida

DELEGACIA DE POLICIA

- a) Livia Marques da Motta
- b) Barbara Redante

POLICIA MILITAR

- a) Cabo Joumar Vieira
- b) Soldado Lucas Alexandre Ferreira

REPRESENTANTES DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS**CONSELHO TUTELAR**

- a) Jaiane Rayzel
- b) Karen Cristina Lazarotto

CMDCA

- a) Pandora Valente
- b) Marcia Kaiper

COMAD

- a) Gilberto Scussiatto
- b) Neusa Teresinha Martignago

CONSELHO DA COMUNIDADE

- a) Thiago Assis Almeida da Costa
- b) Mayck Fagundes

OAB

- a) Rosana Zen Zortéa
- b) Vanessa Bettiato

APAE

- a) Leonide Louvato Teixeira
- b) Zilma Pereira Menegazzo

ACADAV

- a) Roseli Rossi
- b) Sara Dias

AMA

- a) Givani dos Santos
- b) Elizandra França

ACIRCAN

- a) Valmir de Ross
- b) Ademir Beber

ASSOCIAÇÃO DOS ALCOÓLICOS ANÔNIMOS - AAA

- a) Diomar Canuto
- b) Luciane Terezinha Baldissarelli

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES-APP - ESCOLA DEP. WAL-
DEMAR RUPP

- a) Suzane Aparecida da Silva de Lima
- b) Nathalia Deodato Cardoso

ORDEM DEMOLAY

- a) Bruno Rech
- b) Robson Joubert dos Santos

IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS

- a) Gesiel Ribeiro
- b) Adilson Barbosa dos Santos

Art. 2º. A Comissão Intersetorial terá a responsabilidade de elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo e encaminhar para aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Art. 3º. O Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo será elaborado e entregue ao CMDCA até o mês de novembro de 2014.

PARÁGRAFO ÚNICO: A Comissão Intersetorial definirá entre seus membros um coordenador, além de definir conjuntamente o calendário de reuniões sistemáticas para o processo de elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor a partir da sua publicação.

Município de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 10 de setembro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação - PP 07/2014 Fundecampos

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2014

FUNDECAMPOS

O Município de Campos Novos, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, torna público que fará realizar no dia 25 de setembro de 2014 às 14:30 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE SEMENTES, MUDAS, BANDEJAS, FERRAMENTAS, FERTILIZANTES E OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado

na Rua Expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 8h30min às 11h e das 13h30min às 17h00min diariamente.

Campos Novos, 12 de setembro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**RELATÓRIO FINAL - PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 04/2014**

Excelentíssimo Senhor

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

A Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo, constituída pela Portaria nº 1.196/2014 de 09/07/2014 e pela Portaria nº 1.197/2014 de 10/07/2014, com incumbência de apurar possível prática de infração cometida pelo Secretário CARLITO LUIZ DURLI no exercício das suas atribuições, apresenta seu Relatório Final, nos termos seguintes:

1. Da Instauração e da acusação

Pela Portaria nº 1.197/2014, datada de 10 de julho de 2014, foi instaurado o Presente Processo Administrativo. Instalou-se a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Campos Novos, localizada na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, Centro, na cidade de Campos Novos-SC, passando a constituir a sede da Comissão para apurar os fatos relacionados na Portaria Instauradora, acima citada (fl. 05).

Os trabalhos transcorreram com normalidade, sendo que, a Comissão iniciou os trabalhos analisando os documentos encaminhados pelo Ilustríssimo Promotor Dr. Giancarlo Rosa de Oliveira, conforme ofício nº 0044/2014/02PJ/CNO, onde constam fotos e denúncias feitas por servidores municipais sobre possível utilização indevida de maquinário e pessoal da Prefeitura Municipal em benefício pessoal do Sr. Carlito Luiz Durlí. A comissão juntou esses documentos aos autos do processo e decidiu tipificar as infrações disciplinares que supostamente foram cometidas pelo acusado.

2. Da Citação e da Defesa

Foi citado regularmente o acusado (fls. 48 e 49) a respeito do presente Processo Administrativo destacando quais as infrações ele teria supostamente cometido e na mesma oportunidade intimando para apresentar defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias úteis. O acusado solicitou então cópia integral dos autos do Processo Administrativo, o que lhe foi fornecido. Através de seu procurador, Noel Antônio Baratiéri, OAB/SC 16.462, foi apresentado defesa administrativa (fls. 53 a 92).

Na defesa administrativa apresentada, o procurador faz as seguintes citações: Que o fato dos servidores denunciadores Maicol Michel Moreira e Antônio Jesus Viater sentirem-se perseguidos pelo acusado durante a avaliação do estágio probatório é totalmente improcedente pois os servidores foram avaliados pelo acusado à luz dos princípios constitucionais, da legalidade, da eficiência e da moralidade administrativa; Que as notas baixas atribuídas aos servidores foram causadas pelos próprios servidores que demonstraram desempenho insuficiente no exercício das suas obrigações funcionais; Que portanto, não há qualquer perseguição aos denunciadores, mas sim uma avaliação responsável, séria e realista levado a termo pelo acusado; Que o servidor Maicol é mecânico mas sustenta que Carlos e Paulo são os mecânicos que consertam os veículos do acusado, então desta forma não haveria razões para que os referidos serviços fossem também solicitados ao denunciante, se já havia mecânicos para assim proceder; Que não há também razões para se dizer que o servidor Antônio Jesus Viater era perseguido pelo acusado, pois o servidor é operador de máquinas e nem sabe realizar serviços de mecânica; Que quanto ao conserto das grades, isso também foi feito por outros servidores e não

pelos denunciante o que leva a crer que não há lógica nas acusações levianas lançadas contra o acusado; Que os denunciante (servidor Maicol Michel Moreira e servidor Antônio Jesus Viater) tem o propósito de empreender uma injusta represália ao acusado em função das notas baixas que receberam quando da avaliação do estágio probatório; Que precisa ficar claro que nunca existiu perseguição contra os denunciante; Que as avaliações feitas pelo acusado refletem o desempenho profissional dos servidores, que, seguramente, deixam muito a desejar; Que o avaliador não pode fantasiar uma realidade que não existe, transformando o processo de avaliação em mero “faz de conta”; Que quanto ao fato dos servidores denunciante terem afirmado que os servidores temporários Paulo e Carlos são contratados de forma irregular e colocados em desvio de função, não dispõe o acusado de poder normativo para nomear nenhum servidor, que o secretário realiza a gestão de pessoas que são colocadas a sua disposição e não os nomeia; Que por outro lado, não se pode omitir que os servidores referidos são excelentes mecânicos, de elevada competência técnica o que acaba contribuindo, de forma intensa, para a manutenção das máquinas e equipamentos municipais; Que as acusações da utilização indevida de servidores e dos bens pertencentes ao ente municipal para o conserto de veículos particulares do acusado são completamente inverídicas e maldosas; Que as próprias declarações dos depoentes são contraditórias uma vez que o servidor Maicol diz ter feito reparo no trator CBT do acusado, já o servidor Antônio não menciona nenhum reparo no referido equipamento; Que os denunciante omitiram informação fundamental que afasta qualquer cometimento de improbidade por parte do acusado, pois os veículos de propriedade do acusado foram utilizados pelo ente municipal, sem qualquer custo, para entrega de brasilites aos desabrigados quando da ocorrência de temporais em Campos Novos, para os clubes de serviços, para transporte de cadeiras e mesas e na mudança de móveis da Prefeitura Municipal; Que as fotos em anexo demonstram essa realidade que foi propositalmente omitida pelos denunciante com o único objetivo de incriminar o acusado; Que os reparos feitos no caminhão do acusado, como a solda da tampa traseira e aperto dos grampos das molas ocorreu quando da entrega das brasilites para as pessoas carentes atingidas pelos temporais; Que no dia da mudança dos móveis da Prefeitura, ocorreu um vazamento do cárter do veículo camionete Iveco, razão pela qual foi realizado pelos servidores municipais, na Secretaria de Obras o reaperto do cárter. Que nunca foi feito nenhum serviço no trator CBT, bem como jamais houve trocas de peças dos veículos do acusado na Secretaria de Obras; Que o referido trator ficou no pátio da Secretaria de Obras por apenas uma noite; Que as declarações colhidas de servidores públicos municipais, lotados na Secretaria de Obras, por escritura pública, demonstram a total improcedência das acusações; Que os depoimentos são bastante esclarecedores e uníssonos no sentido de que os equipamentos do acusado foram utilizados sem qualquer custo para o ente municipal e que os pequenos reparos feitos na Secretaria de Obras ocorreu quando da utilização dos veículos do Secretário pela municipalidade; Que os servidores voluntariamente prestaram declarações, mediante escritura pública; Que os pequenos reparos feitos não implicaram em nenhum dano ao erário e também não proporcionaram vantagem ilícita ao acusado; Quanto ao conserto da grade da residência do acusado, diz que ainda no mandato do ex-prefeito Vilivaldo Erich Schmid, o servidor Adelmo Petri coletava entulhos na Rua Cel Lucidoro, 2113, Bairro São Sebastião quando danificou a grade da residência do Sr. Idalino Miguel Durli, onde aos fundos mora também o acusado; Que como a grade foi danificada pelo ente municipal, ela foi retirada do local, levada até a Secretaria de Obras, feito os devidos reparos e recolocada no local; Que esse é o procedimento padrão nesses casos e portanto não foi feita nenhuma concessão ao acusado, não houve um tratamento diferenciado, pois independente de quem seja lesado, a administração adota sempre a mesma postura reparando o dano causado a terceiro inocente; Que quanto acusação da utilização dos trabalhos do servidor Francisco Alupp Gonçalves, conhecido

como “Kika” durante o horário de expediente para ensacar e carregar aveia, é totalmente maliciosa e injusta; Que o servidor “Kika” trabalhou fora do expediente, mediante remuneração paga pelo acusado, sem qualquer ônus para a municipalidade; Por fim o procurador requer a juntada da defesa apresentada, que sejam ouvidas as seis testemunhas por ele arroladas e que no final o presente Processo Administrativo seja arquivado. O procurador anexou a defesa prévia, os Boletins de Avaliação dos servidores Maicol Michel Moreira e Antônio Jesus Viater; Fotos que demonstram a utilização dos veículos do acusado para atividades de interesse da municipalidade; Declarações tomadas dos servidores públicos municipais perante o Tabelião Substituto.

3. Análise das Provas e Delimitação das Condutas:

Acreditando que as informações até aqui levantadas sejam suficientes para esclarecimento dos fatos, e inexistindo pendência sobre qualquer pleito da defesa, estando formado o livre convencimento dos membros da Comissão, passou-se a concluir, com as razões que seguem:

Após a citação, o procurador do acusado apresentou a defesa prévia dentro do prazo estipulado, e a mesma foi anexada aos autos do processo. A defesa administrativa foi analisada conforme consta na Ata de Reunião 02 (fls. 51), e a comissão deferiu todos os pedidos de oitivas de testemunhas solicitadas pelo procurador do acusado, tendo também arrolado mais seis testemunhas.

A comissão decidiu intimar as testemunhas arroladas pelo procurador e outras testemunhas arroladas pela comissão. O acusado e seu procurador foram intimados acerca das datas das oitivas e comparecem nos dias e horários marcados (fls. 97 a 100). Foram ouvidas onze testemunhas, sendo que uma das testemunhas, Sr Emerson Henrique de Moraes, não foi localizado por encontrar-se afastado para tratamento de saúde. Após a oitiva das testemunhas a comissão reuniu-se conforme Ata de reunião 03 (fl. 140), e decidiu encaminhar ofício ao Excelentíssimo Promotor Dr. Giancarlo Rosa de Oliveira, solicitando cópia em mídia digital das fotos que foram encaminhadas através do ofício nº 0044/2014/02PJ/CNO, para que pudessem ser impressas coloridas, facilitando assim a visualização das mesmas. Tendo recebido as cópias em mídia digital, conforme relatado na Ata de Reunião 04 (fl. 169), a comissão imprimiu todas as fotos em cores e juntou aos autos do processo (fls. 146 a 167). A comissão também analisou ao vídeo constante do mesmo DVD (fl. 145) encaminhado a esta comissão, vídeo este que mostra o servidor Francisco Alupp Gonçalves fazendo o ensacamento de “resíduos de aveia” e ao ser questionado quanto ao valor que recebia para fazer aquele serviço particular ao acusado, disse não receber nenhum tipo de remuneração. A comissão então decidiu intimar o acusado para, acompanhado de seu procurador, prestar declarações a respeito dos fatos do referido processo (fls. 170 e 171).

Após a oitiva do acusado, a comissão encerrou os trabalhos de instrução do presente processo, e decidiu intimar o procurador do acusado para que no prazo de dez dias úteis, apresentasse suas alegações finais (fl.177). No prazo legal, as alegações finais foram apresentadas e analisadas por esta comissão.

Pelo que consta nos autos, através de evidentes e comprovatórios documentos anexados, das análises da defesa apresentada, das verificações realizadas pela Comissão, dos depoimentos dos testemunhos, das declarações do acusado, relatamos e emitimos parecer no seguinte sentido:

3.1 O processo tramitou regularmente e não há nulidades a serem sanadas.

3.2 Também não restam pontos da defesa a serem respondidos, já que todas as alegações foram sanadas ou atendidas durante o andamento do feito. Também parece que inexistem atos ou fases processuais a serem anuladas — segundo argumentado pelo defensor — pois não se demonstrou que algum prejuízo tenha sido

causado ao servidor. Além disso, foi efetivamente respeitada a ampla defesa e o contraditório, já que tanto o servidor como também seu procurador puderam acompanhar e se manifestar livremente em todos os atos praticados pela Comissão;

3.3 Quanto ao fato dos servidores denunciante Antônio Jesus Viater e Maicol Michel Moreira sentirem-se perseguidos durante o processo de avaliação do estágio probatório, segundo os mesmos, por não mais se submeterem a realizar serviços nos bens particulares do acusado, nada há a ser relatado. Em primeiro aspecto, porque não há provas consistentes de que tal hipótese tenha realmente ocorrido. Em segundo plano, o presente processo destina-se à averiguação de outras condutas, mas não a eventual "perseguição" a servidores subordinados ao Sr. Secretário de Obras. Por fim, porque a comissão entende não haver conduta típica prevista no Estatuto do Servidor para o caso da eventual ocorrência desta aventada "perseguição". Além do mais, a avaliação realizada pelo Sr. Secretário em relação aos servidores não tem caráter decisório, mas sim circunscreve-se a simples opinião que, se acatada, demandará adequado processo administrativo, onde os servidores poderão adequadamente combater eventual desacerto da avaliação. Em suma, neste aspecto, a Comissão opina no sentido de que não há penalidade a ser aplicada.

3.4 Quanto ao fato das nomeações dos servidores Carlos Pandolpho e Paulo Pandolpho terem sido feitas de forma irregular, a comissão entende que o fato não pode ser atribuído ao acusado pois trata-se de atribuição exclusiva do excelentíssimo Prefeito Municipal;

3.5 Quanto aos consertos realizados em veículos particulares do acusado, dando conta da utilização indevida de maquinários e pessoal da Prefeitura em benefício pessoal do acusado, segundo os depoimentos, temos que:

a) O servidor Maicol Michel Moreira diz ter feito serviços de troca de óleo e filtro e manutenção geral no caminhão LXQ 2884; Que presenciou os servidores Paulo e Carlos Pandolpho prestando manutenção no trator CBT; Que a camionete Iveco placas MIR0668 também era submetida a manutenção na Secretaria de Obras. Que já no início de suas atividades junto a Secretaria de obras, há cerca de três anos atrás, notou que o caminhão do acusado encontrava-se na oficina para manutenção; Que o acusado sempre dizia ser permitido fazer reparos em seu caminhão; Que o caminhão do acusado ficava estacionado dentro do barracão da oficina da Prefeitura carregados com sacos de aveia;

b) O servidor Antônio Jesus Viater diz ter presenciado os mecânicos da prefeitura prestando serviços particulares nos bens do acusado; Que algumas vezes, enquanto aguardava sua máquina ser reparada, efetuava serviços particulares ao acusado; Que presenciou os servidores da Secretaria de Obras realizando serviços na camionete Iveco que se encontrava na rampa da oficina; Que prestou serviços particulares ao acusado em duas ocasiões, durante o horário de expediente; que o serviço prestado consistiu em buscar "resíduo de trigo" na empresa Coocam a pedido do acusado; que normalmente havia um veículo de carga de propriedade do acusado, algumas vezes carregado, estacionado na garagem da Secretaria de Obras;

c) O servidor Francisco Alupp Gonçalves, popular "kika", diz que todos os dias presencia a camionete de acusado estacionada na garagem da Prefeitura; que o caminhão só é levado até a garagem quando são realizados os carregamentos de aveia; que nunca presenciou servidores fazendo reparos em veículos do acusado;

d) O servidor Ademir Batista relata que a camionete do acusado ficava estacionada na garagem da prefeitura; que o acusado dizia ter que deixar a camionete lá por falta de lugar para guardá-la; que nunca presenciou ninguém fazendo reparos nos veículos do

acusado; que já prestou serviços de reparos nos veículos do acusado mas fora do horário de expediente;

e) O servidor Emerson Henrique de Moraes declara que já presenciou tanto o caminhão quanto a camionete estacionada na garagem da Secretaria de obras. Que presenciou, a pedido do acusado, reparos feitos na camionete do mesmo;

f) O servidor Edmilson Antônio Martins de Souza, diz ter conhecimento de que a camionete e a carreta do acusado ficavam estacionadas na garagem da Secretaria de Obras; que já realizou reparos na carroceria da camionete do acusado;

g) O servidor Paulo Roberto Pandolpho diz ter visto o caminhão e a camionete de propriedade do acusado estacionados na garagem da Secretaria de Obras, que já fez reparos na camionete do acusado, sendo a troca de uma turbina; que o trator de propriedade do acusado, já esteve na oficina da Secretaria de Obras para lavagem; que Carlito lhe remunerava pelos serviços prestados em seus bens particulares;

h) O servidor Carlos Alberto Pandolpho disse que a camionete e o caminhão do acusado ficavam estacionados na garagem da Secretaria de Obras; que nunca realizou reparos nos veículos do acusado;

i) O servidor Dionei Machado disse ter ajudado a carregar e entregar materiais de construção em favor de municípios que foram vítimas de vendaval, utilizando veículo particular do acusado; que nunca presenciou servidores realizando serviços em veículos do acusado;

j) O servidor Santo Maria da Silva, disse ter realizado o reparo no câter do veículo placa MIR0668 e efetuado o reaperto dos grampos das molas no veículo placa LXQ2884, ambos de propriedade do acusado; Que os serviços ocorreram durante a entrega das brasileiras e a mudança da Prefeitura Municipal; que os veículos eram utilizados sem qualquer custo para a prefeitura; que o acusado disponibiliza seus veículos para exercício de atividades em favor dos servidores;

k) O servidor Walter Fernando de Souza disse que os veículos placas LXQ2884 e MIR0668 auxiliaram na época dos três temporais que atingiram o município, na entrega de brasileiras, nos clubes de serviço e na mudança da prefeitura; que foram efetuados reparos de solda da tampa traseira e aperto dos grampos das molas do veículo Placa LXQ2884 e o reaperto do câter do veículo Placa MIR0668; que o veículo do acusado ficava estacionado no pátio da Secretaria de Obras, porém outros veículos de particulares também ficavam estacionados na garagem da Secretaria

l) Nas fotos de folhas 147, 149, 158, 159 e 160 percebemos o caminhão de propriedade do acusado dentro do pátio da Secretaria de obras. Nas fotos das páginas 161 a 164, vemos a camionete do acusado estacionada na rampa da oficina, sendo que na foto constante da folha 163 e 167, podemos perceber um servidor realizando algum serviço na camionete.

Feitas estas considerações e, em que pese a defesa do acusado esteja baseada em alegações de que os veículos que foram consertados na Secretaria de Obras pois eram utilizados pelo ente municipal, sem qualquer custo, e os danos ocorridos nos veículos ocorreram quando estavam sendo utilizados em auxílio aos municípios, alguns dos servidores relatam terem efetivamente realizado serviços nos veículos do acusado, sendo remunerados "a parte". Outro servidor afirma também que o trator do acusado foi lavado na Secretaria de obras. Além destes, mais um servidor diz ter feito a troca de óleo e filtro no caminhão do acusado.

Destaque-se também que, no entendimento desta comissão, não restou comprovado se os consertos realmente ocorreram na época

dos temporais.

Dito isto, neste ponto, a comissão entende que nenhum bem particular — de qualquer cidadão que seja — deve ser reparado com materiais e servidores de órgão público, sem que seja feito uma solicitação por escrito, com uma justificativa plausível e a devida autorização da autoridade competente.

Se é assim, quanto a utilização da garagem da Secretaria de Obras pelo acusado para guardar sua camionete, a comissão entende ser uma prática incorreta pois não é dado ao servidor público a utilização de qualquer bem de município para suas atividades particulares.

Pelo exposto, a comissão entende que o acusado infringiu o Art. 124, inciso III e IX e Art. 125, inciso X, XVI da Lei Complementar nº 03/2000 de 04/12/2000.

3.6 Quanto à notícia de “ensacamento de aveia” realizado pelo servidor Francisco Alupp Gonçalves, de alcunha “Kika”, conforme demonstrado nas fotos de folhas 146 a 150, a comissão entende que, apesar das fotos não conterem datas e horários que comprovem o período da realização do serviço, o simples fato da utilização do ambiente da Secretaria de Obras para a realização do serviço, demonstra que o acusado valia-se do cargo para obter estas indevidas vantagens. Além do mais, em contrariedade às afirmações defensivas, três dos servidores que prestaram depoimento durante o processo, afirmam que o servidor “Kika” fazia o ensacamento de aveia durante o expediente de trabalho, o que pode demonstrar, por uma vez mais, a utilização de espaço e agentes públicos para a realização de serviços e interesses particulares. Neste ponto, então, a comissão entende que o acusado infringiu novamente as condutas contidas no Art. 124, inciso III c/c Art. 125 incisos X e XVI.

3.7 Quanto ao fato do acusado ter as grades de sua residência consertadas na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, nas fotos constantes nas folhas 152 a 154, percebe-se a confecção de uma grade e não apenas a realização de um reparo. Contudo, de fato, não é possível precisar se a grade foi confeccionada/consertada na Secretaria de Obras. Entretanto, a conclusão sob este prisma advém do contexto probatório levantado durante o procedimento de onde, no mínimo, se pode extrair que a conduta foi realizada, com materiais e servidores de órgão público, sem que tenha sido realizada uma solicitação por escrito, com uma justificativa plausível e a devida autorização da autoridade competente. Aliás, nisto, os testemunhos e as declarações do próprio acusado demonstram que não há nenhum controle quanto aos tais “danos causados a terceiros”, que possam posteriormente comprovar e justificar o que foi gasto pelo município nestes reparos. Veja-se que não há negativa na execução do serviço nas grades de propriedade do acusado. O que se tenta impingir a defesa é somente uma justificativa de que o conserto fora efetuado a partir de um dano ocasionado por um automotor da municipalidade. Assim é que a comissão entende que tal justificativa não é suficiente para afastar a irregularidade funcional, pois, no mínimo, um relatório, deveria ter sido submetido à autoridade superior, para justificar o uso de dinheiro público em um bem de propriedade do próprio Secretário de Obras. Enfim, também aqui, a Comissão acredita ter restado efetivamente configurada a infração funcional, conforme a previsão contida no art. 124, inciso III e Art. 125 X e XVI.

4. Conclusão:

Diante de tudo quanto restou transcrito, conclui-se que o processo administrativo foi integralmente respeitado, ultrapassando as fases meramente investigativas sendo, portanto, desnecessário novo procedimento.

É que por todas as fases atravessadas, a Comissão pôde concluir que era exigível do Secretário acusado uma conduta diversa, pois estando em cargo de chefia de diversos servidores e pela percussão das suas iniciativas, deveria possuir um profissionalismo tal, que fosse assim seguido pelos seus subordinados.

Além do mais, não se tratou de apenas uma conduta isolada, que

pudesse ser advertida e tolerada em respeito à eficiência do serviço público. Do contrário, o Sr. Secretário praticou diversas ações que, embora sejam tipificadas da mesma forma, não podem ser tratadas de outra maneira, senão de maneira cumulada.

Assim, o que se tem é que restou infringido o Estatuto do Servidor, por pelo menos três vezes, no que concerne ao previsto nos arts. 124, inciso III e Art. 125 X e XVI.

Tais dispositivos, prevêm pena de demissão ao seu transgressor. Contudo, considerando que se trata de cargo em comissão não ocupante de cargo efetivo, o mais adequado é a exoneração tal qual disciplina o art. 143 da Lei Complementar Municipal 03/2000. No que tange a reparação patrimonial, acredita-se que esta não seja necessária pois, apesar da gravidade das condutas averiguadas, vê-se que o prejuízo financeiro foi mínimo aos cofres públicos tendo sido, inclusive, impossível de mensurar este numerário.

Por fim, sugere-se ainda o encaminhamento de cópia do presente ao Ministério Público, uma vez que a notícia que culminou na deflagração deste procedimento partiu exatamente deste organismo, conforme ofício nº 0044/2014/02PJ/CNO.

É, nosso parecer, cujo Relatório submetemos a elevada consideração de Vossa Excelência.

Campos Novos (SC), 10 de setembro de 2014.

VIVIANE CRISTINA JUNHO

Presidente

ANA ELIZA MARA MARCON

Secretária

SONIA APARECIDA TRUCOLO

Membro

Decreto Nº 7.110/14 de 12/09/2014 Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros - FUNREBOM

DECRETO Nº 7.110 /14 DE 12/09/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - FUMREBOM

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros - FUMREBOM, no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) no seguinte projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 36 -FUNDO MUNICIPAL DE REEQ. DO CORPO DE BOMBEIROS

UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE REEQ. DO CORPO DE BOMBEIROS

PROJETO/ATIVIDADE: 1.030 - Reequipamento Do Fumrebom

Elementos de despesa: 02 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas....R\$ 100.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão subtraídos recursos provenientes de excesso de arrecadação de recursos próprios.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 12 de setembro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Capinzal

PREFEITURA

RREO 4º Bimestre 2014

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	69.875.517,95	69.875.517,95	11.415.394,01	16,34	40.606.756,34	29.268.761,61
RECEITAS CORRENTES	68.307.822,95	68.307.822,95	11.415.394,01	16,71	40.476.756,34	27.831.066,61
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.730.166,92	4.730.166,92	794.943,09	16,81	3.604.216,45	1.125.950,47
IMPOSTOS	3.286.257,40	3.286.257,40	769.183,94	23,41	3.369.316,56	-83.059,16
TAXAS	429.778,84	429.778,84	25.759,15	5,99	234.899,89	194.878,95
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.014.130,68	1.014.130,68	0,00	0,00	0,00	1.014.130,68
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	785.939,13	785.939,13	195.837,58	24,92	524.706,06	261.233,07
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	15.049,13	15.049,13	0,00	0,00	0,00	15.049,13
CONTRIB. P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	770.890,00	770.890,00	195.837,58	25,40	524.706,06	246.183,94
RECEITA PATRIMONIAL	647.035,19	647.035,19	134.571,93	20,80	403.379,35	243.655,84
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	38.988,86	38.988,86	2.248,76	5,77	3.930,79	35.058,07
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	606.623,85	606.623,85	127.223,86	20,97	379.370,32	227.253,53
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	614,52	614,52	5.099,31	829,80	20.078,24	-19.463,72
Outras Receitas Patrimoniais	807,96	807,96	0,00	0,00	0,00	807,96
RECEITA AGROPECUÁRIA	73.846,93	73.846,93	20.049,88	27,15	96.178,54	-22.331,61
Receita da Produção Vegetal	737,43	737,43	0,00	0,00	0,00	737,43
Receita da Produção Animal e Derivados	68,26	68,26	0,00	0,00	0,00	68,26
Outras Receitas Agropecuárias	73.041,24	73.041,24	20.049,88	27,46	96.178,54	-23.137,30
RECEITA INDUSTRIAL	682,82	682,82	0,00	0,00	0,00	682,82
RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	682,82	682,82	0,00	0,00	0,00	682,82
RECEITA DE SERVIÇOS	5.098.679,40	5.098.679,40	935.826,34	18,35	3.576.115,19	1.522.564,21
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	53.990.411,59	53.990.411,59	8.700.237,68	16,11	29.858.455,36	24.131.956,24
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	45.702.392,49	45.702.392,49	6.484.009,29	14,19	27.343.044,26	18.359.348,23
Transf. de Instituições Privadas	20.340,00	20.340,00	6.621,86	32,56	8.360,24	11.979,76
Transf. de Pessoas	4.225,00	4.225,00	0,00	0,00	2.000,00	2.225,00
Transf. de Conv.	8.263.454,10	8.263.454,10	2.209.606,53	26,74	2.505.060,85	5.758.403,25
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.981.060,97	2.981.060,97	633.927,51	21,27	2.413.705,40	567.355,57
Multas e Juros de Mora	408.630,92	408.630,92	74.573,75	18,25	237.041,12	171.589,80
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	165.214,25	165.214,25	5.398,55	3,27	23.579,62	141.634,63
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	679.500,67	679.500,67	59.521,89	8,76	358.406,60	321.094,07
RECEITAS DIVERSAS	1.727.715,13	1.727.715,13	494.433,32	28,62	1.794.678,06	-66.962,93
RECEITAS DE CAPITAL	1.567.695,00	1.567.695,00	0,00	0,00	130.000,00	1.437.695,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	900.000,00	900.000,00	0,00	0,00	0,00	900.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	900.000,00	900.000,00	0,00	0,00	0,00	900.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	155.695,00	155.695,00	0,00	0,00	0,00	155.695,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	128.029,18	128.029,18	0,00	0,00	0,00	128.029,18

Continua 1/3

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	69.875.517,95	69.875.517,95	11.415.394,01	16,34	40.606.756,34	58,11	29.268.761,61
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	27.665,82	27.665,82	0,00	0,00	0,00	0,00	27.665,82
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	512.000,00	512.000,00	0,00	0,00	130.000,00	25,39	382.000,00
	512.000,00	512.000,00	0,00	0,00	130.000,00	25,39	382.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	69.875.517,95	69.875.517,95	11.415.394,01	16,34	40.606.756,34	58,11	29.268.761,61
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	69.875.517,95	69.875.517,95	11.415.394,01	16,34	40.606.756,34	58,11	29.268.761,61
DEFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	69.875.517,95	69.875.517,95	11.415.394,01	16,34	40.606.756,34	58,11	29.268.761,61
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.769.980,05	—	—	642.010,06	—	—
Superávit Financeiro	—	1.769.980,05	—	—	642.010,06	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

[illegible]

Continua 2/3

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (gr/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	68.875.517,95	7.262.432,70	77.137.950,65	10.643.849,21	37.736.348,61	11.118.062,46	36.494.230,73	47,31	40.643.719,92
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	22.053.145,04	2.544.794,55	24.597.939,59	4.036.392,42	14.991.030,62	4.303.725,69	14.415.348,90	59,60	10.182.590,69
DESPESAS DE CAPITAL	21.728.979,23	4.674.583,99	26.403.563,22	1.529.376,77	4.317.202,89	1.728.008,93	3.697.021,67	14,00	22.706.541,55
INVESTIMENTOS	20.521.555,23	4.674.583,99	25.196.139,22	1.327.766,55	3.511.257,47	1.526.398,71	2.891.076,25	11,47	22.305.062,97
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.207.424,00	0,00	1.207.424,00	201.610,22	805.945,42	201.610,22	805.945,42	66,75	401.478,58
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	68.875.517,95	7.262.432,70	77.137.950,65	10.643.849,21	37.736.348,61	11.118.062,46	36.494.230,73	47,31	40.643.719,92
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	68.875.517,95	7.262.432,70	77.137.950,65	10.643.849,21	37.736.348,61	11.118.062,46	36.494.230,73	47,31	40.643.719,92
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	4.112.525,61	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	68.875.517,95	7.262.432,70	77.137.950,65	10.643.849,21	37.736.348,61	11.118.062,46	40.606.756,34	52,64	40.643.719,92

FONTE: Unidade Responsável Secretaria de Administração e Finanças

Capinza, 12/09/2014

ANDEVIR ISGANZELLA	MARLI SA APARECIDA PADILHA
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA - CRC SC 017849/O

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SAÍDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
						% (b/Total b)	% (b/a)
R\$ 1,00							
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)	69.875.517,95	77.137.950,65	10.643.849,21	37.736.348,61	11.118.062,46	36.494.230,73	47,31
Legislativa	3.032.500,00	3.032.500,00	248.185,70	957.503,34	248.185,70	957.503,34	31,57
Ação Legislativa	3.032.500,00	3.032.500,00	248.185,70	957.503,34	248.185,70	957.503,34	2,62
Administração	9.332.414,00	10.263.133,55	1.678.105,18	6.407.971,99	1.588.163,12	5.949.721,22	16,30
Administração Geral	9.332.414,00	10.263.133,55	1.678.105,18	6.407.971,99	1.588.163,12	5.949.721,22	16,30
Segurança Pública	875.584,00	1.128.585,83	146.961,97	384.204,89	146.961,97	384.204,89	1,05
Policimento	462.200,00	567.556,89	106.270,52	194.590,55	106.270,52	194.590,55	0,53
Defesa Civil	413.384,00	561.028,94	40.691,45	189.614,34	40.691,45	189.614,34	0,52
Assistência Social	1.392.528,00	2.043.241,75	192.548,09	528.153,36	192.548,09	528.153,36	1,45
Assistência ao Idoso	91.360,00	96.412,61	6.532,33	19.128,32	6.532,33	19.128,32	0,05
Assistência à Criança e ao Adolescente	803.624,00	995.964,82	97.610,50	336.318,00	97.610,50	336.318,00	0,92
Assistência Comunitária	497.544,00	950.864,32	88.405,26	172.707,04	88.405,26	172.707,04	0,47
Saúde	12.021.687,32	14.860.197,88	2.773.245,83	8.409.782,93	2.772.972,50	8.409.509,60	23,04
Atenção Básica	10.584.811,52	13.362.582,89	2.527.956,17	7.665.409,92	2.527.682,84	7.665.136,59	21,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	97.440,00	97.440,00	1.259,00	6.020,86	1.259,00	6.020,86	0,02
Suporte Profilático e Terapêutico	774.243,80	813.966,71	157.149,51	546.411,14	157.149,51	546.411,14	1,50
Vigilância Sanitária	22.272,00	22.272,00	2.579,12	9.083,47	2.579,12	9.083,47	0,02
Vigilância Epidemiológica	63.000,00	63.000,00	2.449,00	10.397,00	2.449,00	10.397,00	0,03
Alimentação e Nutrição	479.920,00	500.936,28	81.853,03	172.460,54	81.853,03	172.460,54	0,47
Educação	15.195.204,20	17.106.618,90	2.676.528,47	9.329.236,31	2.676.528,47	9.329.236,31	25,56
E ensino Fundamental	11.902.620,20	13.992.554,90	2.180.962,25	7.685.604,84	2.180.962,25	7.685.604,84	21,06
E ensino Médio	39.904,00	39.904,00	2.900,80	5.387,20	2.900,80	5.387,20	0,01
E ensino Superior	46.400,00	46.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	3.057.560,00	2.879.040,00	477.665,42	1.585.744,27	477.665,42	1.585.744,27	4,35
Educação de Jovens e Adultos	41.760,00	41.760,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Especial	106.960,00	106.960,00	15.000,00	52.500,00	15.000,00	52.500,00	0,14
Cultura	1.176.756,00	868.090,40	91.732,14	360.839,30	91.732,14	360.839,30	0,99
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	20.000,00	20.000,00	1.556,94	2.919,14	1.556,94	2.919,14	0,01
Difusão Cultural	1.156.756,00	848.090,40	90.175,20	357.920,16	90.175,20	357.920,16	0,98

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Capinzal - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Urbanismo	69.875.517,95	77.137.950,65	10.643.849,21	37.736.348,61	11.118.062,46	36.494.230,73	100,00	47,31
Infra-Estrutura Urbana	12.603.724,92	12.691.846,72	1.305.944,83	4.217.814,76	1.303.016,83	4.214.886,76	11,55	33,21
Serviços Urbanos	4.687.618,09	4.687.618,09	88.321,90	106.143,06	88.321,90	106.143,06	0,29	2,26
Transportes Coletivos Urbanos	6.823.386,83	7.134.228,63	1.075.920,36	3.595.098,33	1.072.992,36	3.592.170,33	9,84	50,35
Habituação	1.092.720,00	870.000,00	141.702,57	516.573,37	141.702,57	516.573,37	1,42	59,38
Habituação Urbana	623.015,00	628.137,48	93.718,70	115.408,05	93.718,70	115.408,05	0,32	18,37
Saneamento	623.015,00	628.137,48	93.718,70	115.408,05	93.718,70	115.408,05	0,32	18,37
Saneamento Básico Rural	5.087.431,19	5.333.898,86	497.208,03	2.421.955,60	544.772,99	1.659.117,31	4,55	31,11
Saneamento Básico Urbano	145.056,00	145.056,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	4.942.375,19	5.188.842,86	497.208,03	2.421.955,60	544.772,99	1.659.117,31	4,55	31,97
Preservação e Conservação Ambiental	89.520,00	89.520,00	3.281,90	7.883,20	3.281,90	7.883,20	0,02	8,81
Recuperação de Áreas Degradadas	58.896,00	58.896,00	3.231,90	7.778,20	3.231,90	7.778,20	0,02	13,21
Recursos Hídricos	16.704,00	16.704,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	13.920,00	13.920,00	50,00	105,00	50,00	105,00	0,00	0,75
Vigilância Sanitária	1.235.815,96	1.117.815,96	177.877,43	654.481,69	177.877,43	654.481,69	1,79	58,55
Promoção da Produção Vegetal	44.544,00	44.544,00	43.070,00	43.070,00	43.070,00	43.070,00	0,12	96,69
Defesa Sanitária Animal	1.030.727,96	935.927,96	122.311,48	556.681,37	122.311,48	556.681,37	1,53	59,48
Extensão Rural	46.400,00	23.200,00	0,00	4.185,00	0,00	4.185,00	0,01	18,04
Comércio e Serviços	55.680,00	55.680,00	9.288,95	33.725,87	9.288,95	33.725,87	0,09	60,57
Promoção Comercial	58.464,00	58.464,00	3.207,00	16.819,45	3.207,00	16.819,45	0,05	28,77
Turismo	496.600,00	469.786,25	17.174,99	108.929,34	17.174,99	108.929,34	0,30	23,19
Comunicações	419.560,00	138.840,00	9.674,99	42.376,98	9.674,99	42.376,98	0,12	30,52
Telecomunicações	77.040,00	330.946,25	7.500,00	66.552,36	7.500,00	66.552,36	0,18	20,11
Transporte	221.000,00	115.000,00	2.715,70	12.155,70	2.715,70	12.155,70	0,03	10,57
Transporte Rodoviário	221.000,00	115.000,00	2.715,70	12.155,70	2.715,70	12.155,70	0,03	10,57
Desporto e Lazer	2.216.420,00	2.604.393,75	146.927,79	1.588.822,81	657.927,79	1.588.822,81	4,35	61,01
Desporto Comunitário	1.349.188,00	1.859.053,96	92.400,74	287.104,01	92.400,74	287.104,01	0,79	15,44
Encargos Especiais	1.349.188,00	1.859.053,96	92.400,74	287.104,01	92.400,74	287.104,01	0,79	15,44
Administração Geral	2.901.129,36	2.901.129,36	499.291,72	1.944.101,33	508.083,40	1.926.273,94	5,28	66,40
	2.901.129,36	2.901.129,36	499.291,72	1.944.101,33	508.083,40	1.926.273,94	5,28	66,40

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	69.875.517,95	77.137.950,65	10.643.849,21	37.736.348,61	11.118.062,46	36.494.230,73	100,00	47,31
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	69.875.517,95	77.137.950,65	10.643.849,21	37.736.348,61	11.118.062,46	36.494.230,73	100,00	47,31

FONTE: Unidade Responsável Secretária de Administração e Finanças

Capinzal, 11/09/2014

ANDE VIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC SC 017849/C

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SAÍDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
						% (b/Total b)	% (b/a)
R\$ 1,00							
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)	69.875.517,95	77.137.950,65	10.643.849,21	37.736.348,61	11.118.062,46	36.494.230,73	47,31
Legislativa	3.032.500,00	3.032.500,00	248.185,70	957.503,34	248.185,70	957.503,34	31,57
Ação Legislativa	3.032.500,00	3.032.500,00	248.185,70	957.503,34	248.185,70	957.503,34	2,62
Administração	9.332.414,00	10.263.133,55	1.678.105,18	6.407.971,99	1.588.163,12	5.949.721,22	16,30
Administração Geral	9.332.414,00	10.263.133,55	1.678.105,18	6.407.971,99	1.588.163,12	5.949.721,22	16,30
Segurança Pública	875.584,00	1.128.585,83	146.961,97	384.204,89	146.961,97	384.204,89	1,05
Policimento	462.200,00	567.556,89	106.270,52	194.590,55	106.270,52	194.590,55	0,53
Defesa Civil	413.384,00	561.028,94	40.691,45	189.614,34	40.691,45	189.614,34	0,52
Assistência Social	1.392.528,00	2.043.241,75	192.548,09	528.153,36	192.548,09	528.153,36	1,45
Assistência ao Idoso	91.360,00	96.412,61	6.532,33	19.128,32	6.532,33	19.128,32	0,05
Assistência à Criança e ao Adolescente	803.624,00	995.964,82	97.610,50	336.318,00	97.610,50	336.318,00	0,92
Assistência Comunitária	497.544,00	950.864,32	88.405,26	172.707,04	88.405,26	172.707,04	0,47
Saúde	12.021.687,32	14.860.197,88	2.773.245,83	8.409.782,93	2.772.972,50	8.409.509,60	23,04
Atenção Básica	10.584.811,52	13.362.582,89	2.527.956,17	7.665.409,92	2.527.682,84	7.665.136,59	21,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	97.440,00	97.440,00	1.259,00	6.020,86	1.259,00	6.020,86	0,02
Suporte Profilático e Terapêutico	774.243,80	813.966,71	157.149,51	546.411,14	157.149,51	546.411,14	1,50
Vigilância Sanitária	22.272,00	22.272,00	2.579,12	9.083,47	2.579,12	9.083,47	0,02
Vigilância Epidemiológica	63.000,00	63.000,00	2.449,00	10.397,00	2.449,00	10.397,00	0,03
Alimentação e Nutrição	479.920,00	500.936,28	81.853,03	172.460,54	81.853,03	172.460,54	0,47
Educação	15.195.204,20	17.106.618,90	2.676.528,47	9.329.236,31	2.676.528,47	9.329.236,31	25,56
E ensino Fundamental	11.902.620,20	13.992.554,90	2.180.962,25	7.685.604,84	2.180.962,25	7.685.604,84	21,06
E ensino Médio	39.904,00	39.904,00	2.900,80	5.387,20	2.900,80	5.387,20	0,01
E ensino Superior	46.400,00	46.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	3.057.560,00	2.879.040,00	477.665,42	1.585.744,27	477.665,42	1.585.744,27	4,35
Educação de Jovens e Adultos	41.760,00	41.760,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Especial	106.960,00	106.960,00	15.000,00	52.500,00	15.000,00	52.500,00	0,14
Cultura	1.176.756,00	868.090,40	91.732,14	360.839,30	91.732,14	360.839,30	0,99
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	20.000,00	20.000,00	1.556,94	2.919,14	1.556,94	2.919,14	0,01
Difusão Cultural	1.156.756,00	848.090,40	90.175,20	357.920,16	90.175,20	357.920,16	0,98

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Capinzal - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Urbanismo	69.875.517,95	77.137.950,65	10.643.849,21	37.736.348,61	11.118.062,46	36.494.230,73	100,00	47,31
Infra-Estrutura Urbana	12.603.724,92	12.691.846,72	1.305.944,83	4.217.814,76	1.303.016,83	4.214.886,76	11,55	33,21
Serviços Urbanos	4.687.618,09	4.687.618,09	88.321,90	106.143,06	88.321,90	106.143,06	0,29	2,26
Transportes Coletivos Urbanos	6.823.386,83	7.134.228,63	1.075.920,36	3.595.098,33	1.072.992,36	3.592.170,33	9,84	50,35
Habitação	1.092.720,00	870.000,00	141.702,57	516.573,37	141.702,57	516.573,37	1,42	59,38
Habitação Urbana	623.015,00	628.137,48	93.718,70	115.408,05	93.718,70	115.408,05	0,32	18,37
Saneamento	623.015,00	628.137,48	93.718,70	115.408,05	93.718,70	115.408,05	0,32	18,37
Saneamento Básico Rural	5.067.431,19	5.333.898,86	497.208,03	2.421.955,60	544.772,99	1.659.117,31	4,55	31,11
Saneamento Básico Urbano	145.056,00	145.056,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	4.942.375,19	5.188.842,86	497.208,03	2.421.955,60	544.772,99	1.659.117,31	4,55	31,97
Preservação e Conservação Ambiental	89.520,00	89.520,00	3.281,90	7.883,20	3.281,90	7.883,20	0,02	8,81
Recuperação de Áreas Degradadas	58.896,00	58.896,00	3.231,90	7.778,20	3.231,90	7.778,20	0,02	13,21
Recursos Hídricos	16.704,00	16.704,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	13.920,00	13.920,00	50,00	105,00	50,00	105,00	0,00	0,75
Vigilância Sanitária	1.235.815,96	1.117.815,96	177.877,43	654.481,69	177.877,43	654.481,69	1,79	58,55
Promoção da Produção Vegetal	44.544,00	44.544,00	43.070,00	43.070,00	43.070,00	43.070,00	0,12	96,69
Defesa Sanitária Animal	1.030.727,96	935.927,96	122.311,48	556.681,37	122.311,48	556.681,37	1,53	59,48
Extensão Rural	46.400,00	23.200,00	0,00	4.185,00	0,00	4.185,00	0,01	18,04
Comércio e Serviços	55.680,00	55.680,00	9.288,95	33.725,87	9.288,95	33.725,87	0,09	60,57
Promoção Comercial	58.464,00	58.464,00	3.207,00	16.819,45	3.207,00	16.819,45	0,05	28,77
Turismo	496.600,00	469.786,25	17.174,99	108.929,34	17.174,99	108.929,34	0,30	23,19
Comunicações	419.560,00	138.840,00	9.674,99	42.376,98	9.674,99	42.376,98	0,12	30,52
Telecomunicações	77.040,00	330.946,25	7.500,00	66.552,36	7.500,00	66.552,36	0,18	20,11
Transporte	221.000,00	115.000,00	2.715,70	12.155,70	2.715,70	12.155,70	0,03	10,57
Transporte Rodoviário	221.000,00	115.000,00	2.715,70	12.155,70	2.715,70	12.155,70	0,03	10,57
Desporto e Lazer	2.216.420,00	2.604.393,75	146.927,79	1.588.822,81	657.927,79	1.588.822,81	4,35	61,01
Desporto Comunitário	1.349.188,00	2.604.393,75	146.927,79	1.588.822,81	657.927,79	1.588.822,81	4,35	61,01
Encargos Especiais	1.349.188,00	1.859.053,96	92.400,74	287.104,01	92.400,74	287.104,01	0,79	15,44
Administração Geral	2.901.129,36	2.901.129,36	499.291,72	1.944.101,33	508.083,40	1.926.273,94	5,28	66,40
	2.901.129,36	2.901.129,36	499.291,72	1.944.101,33	508.083,40	1.926.273,94	5,28	66,40

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Capinzal - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	69.875.517,95	77.137.950,65	10.643.849,21	37.736.348,61	11.118.062,46	36.494.230,73	100,00	47,31
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	69.875.517,95	77.137.950,65	10.643.849,21	37.736.348,61	11.118.062,46	36.494.230,73	100,00	47,31

FONTE: Unidade Responsável Secretaria de Administração e Finanças

Capinzal, 11/09/2014

ANDEVIR ISGANZELLA

PREFEITO MUNICIPAL

MARUSA APARECIDA PADILHA

CONTADORA - CRC SC 017849/C

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	69.875.517,95	77.137.950,65	10.643.849,21	37.736.348,61	11.118.062,46	36.494.230,73	100,00	47,31
Legislativa	3.032.500,00	3.032.500,00	248.185,70	957.503,34	248.185,70	957.503,34	2,62	31,57
Ação Legislativa	3.032.500,00	3.032.500,00	248.185,70	957.503,34	248.185,70	957.503,34	2,62	31,57
Administração	9.332.414,00	10.263.133,55	1.678.105,18	6.407.971,99	1.588.163,12	5.949.721,22	16,30	57,97
Administração Geral	9.332.414,00	10.263.133,55	1.678.105,18	6.407.971,99	1.588.163,12	5.949.721,22	16,30	57,97
Segurança Pública	875.584,00	1.128.585,83	146.961,97	384.204,89	146.961,97	384.204,89	1,05	34,04
Policimento	462.200,00	567.556,89	106.270,52	194.590,55	106.270,52	194.590,55	0,53	34,29
Defesa Civil	413.384,00	561.028,94	40.691,45	189.614,34	40.691,45	189.614,34	0,52	33,80
Assistência Social	1.392.528,00	2.043.241,75	192.548,09	528.153,36	192.548,09	528.153,36	1,45	25,85
Assistência ao Idoso	91.360,00	96.412,61	6.532,33	19.128,32	6.532,33	19.128,32	0,05	19,84
Assistência à Criança e ao Adolescente	803.624,00	995.964,82	97.610,50	336.318,00	97.610,50	336.318,00	0,92	33,77
Assistência Comunitária	497.544,00	950.864,32	88.405,26	172.707,04	88.405,26	172.707,04	0,47	18,16
Saúde	12.021.687,32	14.860.197,88	2.773.245,83	8.409.782,93	2.772.972,50	8.409.509,60	23,04	56,59
Atenção Básica	10.584.811,52	13.362.582,89	2.527.956,17	7.665.409,92	2.527.682,84	7.665.136,59	21,00	57,36
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	97.440,00	97.440,00	1.259,00	6.020,86	1.259,00	6.020,86	0,02	6,18
Suporte Profilático e Terapêutico	774.243,80	813.966,71	157.149,51	546.411,14	157.149,51	546.411,14	1,50	67,13
Vigilância Sanitária	22.272,00	22.272,00	2.579,12	9.083,47	2.579,12	9.083,47	0,02	40,78
Vigilância Epidemiológica	63.000,00	63.000,00	2.449,00	10.397,00	2.449,00	10.397,00	0,03	16,50
Alimentação e Nutrição	479.920,00	500.936,28	81.853,03	172.460,54	81.853,03	172.460,54	0,47	34,43
Educação	15.195.204,20	17.106.618,90	2.676.528,47	9.329.236,31	2.676.528,47	9.329.236,31	25,56	54,54
E ensino Fundamental	11.902.620,20	13.992.554,90	2.180.962,25	7.685.604,84	2.180.962,25	7.685.604,84	21,06	54,93
E ensino Médio	39.904,00	39.904,00	2.900,80	5.387,20	2.900,80	5.387,20	0,01	13,50
E ensino Superior	46.400,00	46.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	3.057.560,00	2.879.040,00	477.665,42	1.585.744,27	477.665,42	1.585.744,27	4,35	55,08
Educação de Jovens e Adultos	41.760,00	41.760,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Especial	106.960,00	106.960,00	15.000,00	52.500,00	15.000,00	52.500,00	0,14	49,08
Cultura	1.176.756,00	868.090,40	91.732,14	360.839,30	91.732,14	360.839,30	0,99	41,57
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	20.000,00	20.000,00	1.556,94	2.919,14	1.556,94	2.919,14	0,01	14,60
Divulgação Cultural	1.156.756,00	848.090,40	90.175,20	357.920,16	90.175,20	357.920,16	0,98	42,20

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Capinzal - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Urbanismo	69.875.517,95	77.137.950,65	10.643.849,21	37.736.348,61	11.118.062,46	36.494.230,73	100,00	47,31
Infra-Estrutura Urbana	12.603.724,92	12.691.846,72	1.305.944,83	4.217.814,76	1.303.016,83	4.214.886,76	11,55	33,21
Serviços Urbanos	4.687.618,09	4.687.618,09	88.321,90	106.143,06	88.321,90	106.143,06	0,29	2,26
Transportes Coletivos Urbanos	6.823.386,83	7.134.228,63	1.075.920,36	3.595.098,33	1.072.992,36	3.592.170,33	9,84	50,35
Habituação	1.092.720,00	870.000,00	141.702,57	516.573,37	141.702,57	516.573,37	1,42	59,38
Habituação Urbana	623.015,00	628.137,48	93.718,70	115.408,05	93.718,70	115.408,05	0,32	18,37
Saneamento	623.015,00	628.137,48	93.718,70	115.408,05	93.718,70	115.408,05	0,32	18,37
Saneamento Básico Rural	5.067.431,19	5.333.898,86	497.208,03	2.421.955,60	544.772,99	1.659.117,31	4,55	31,11
Saneamento Básico Urbano	145.056,00	145.056,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	4.942.375,19	5.188.842,86	497.208,03	2.421.955,60	544.772,99	1.659.117,31	4,55	31,97
Preservação e Conservação Ambiental	89.520,00	89.520,00	3.281,90	7.883,20	3.281,90	7.883,20	0,02	8,81
Recuperação de Áreas Degradadas	58.896,00	58.896,00	3.231,90	7.778,20	3.231,90	7.778,20	0,02	13,21
Recursos Hídricos	16.704,00	16.704,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	13.920,00	13.920,00	50,00	105,00	50,00	105,00	0,00	0,75
Vigilância Sanitária	1.235.815,96	1.117.815,96	177.877,43	654.481,69	177.877,43	654.481,69	1,79	58,55
Promoção da Produção Vegetal	44.544,00	44.544,00	43.070,00	43.070,00	43.070,00	43.070,00	0,12	96,69
Defesa Sanitária Animal	1.030.727,96	935.927,96	122.311,48	556.681,37	122.311,48	556.681,37	1,53	59,48
Extensão Rural	46.400,00	23.200,00	0,00	4.185,00	0,00	4.185,00	0,01	18,04
Comércio e Serviços	55.680,00	55.680,00	9.288,95	33.725,87	9.288,95	33.725,87	0,09	60,57
Promoção Comercial	58.464,00	58.464,00	3.207,00	16.819,45	3.207,00	16.819,45	0,05	28,77
Turismo	496.600,00	469.786,25	17.174,99	108.929,34	17.174,99	108.929,34	0,30	23,19
Comunicações	419.560,00	138.840,00	9.674,99	42.376,98	9.674,99	42.376,98	0,12	30,52
Telecomunicações	77.040,00	330.946,25	7.500,00	66.552,36	7.500,00	66.552,36	0,18	20,11
Transporte	221.000,00	115.000,00	2.715,70	12.155,70	2.715,70	12.155,70	0,03	10,57
Transporte Rodoviário	221.000,00	115.000,00	2.715,70	12.155,70	2.715,70	12.155,70	0,03	10,57
Desporto e Lazer	2.216.420,00	2.604.393,75	146.927,79	1.588.822,81	657.927,79	1.588.822,81	4,35	61,01
Desporto Comunitário	1.349.188,00	1.859.053,96	92.400,74	287.104,01	92.400,74	287.104,01	0,79	15,44
Encargos Especiais	1.349.188,00	1.859.053,96	92.400,74	287.104,01	92.400,74	287.104,01	0,79	15,44
Administração Geral	2.901.129,36	2.901.129,36	499.291,72	1.944.101,33	508.083,40	1.926.273,94	5,28	66,40
	2.901.129,36	2.901.129,36	499.291,72	1.944.101,33	508.083,40	1.926.273,94	5,28	66,40

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	69.875.517,95	77.137.950,65	10.643.849,21	37.736.348,61	11.118.062,46	36.494.230,73	100,00	47,31
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	69.875.517,95	77.137.950,65	10.643.849,21	37.736.348,61	11.118.062,46	36.494.230,73	100,00	47,31

FONTE: Unidade Responsável Secretaria de Administração e Finanças

Capinzal, 11/09/2014

ANDE VIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC SC 017849/C

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SAÍDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
						% (b/Total b)	% (b/a)
R\$ 1,00							
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	69.875.517,95	77.137.950,65	10.643.849,21	37.736.348,61	11.118.062,46	36.494.230,73	47,31
Legislativa	3.032.500,00	3.032.500,00	248.185,70	957.503,34	248.185,70	957.503,34	31,57
Ação Legislativa	3.032.500,00	3.032.500,00	248.185,70	957.503,34	248.185,70	957.503,34	2,62
Administração	9.332.414,00	10.263.133,55	1.678.105,18	6.407.971,99	1.588.163,12	5.949.721,22	16,30
Administração Geral	9.332.414,00	10.263.133,55	1.678.105,18	6.407.971,99	1.588.163,12	5.949.721,22	16,30
Segurança Pública	875.584,00	1.128.585,83	146.961,97	384.204,89	146.961,97	384.204,89	1,05
Policimento	462.200,00	567.556,89	106.270,52	194.590,55	106.270,52	194.590,55	0,53
Defesa Civil	413.384,00	561.028,94	40.691,45	189.614,34	40.691,45	189.614,34	0,52
Assistência Social	1.392.528,00	2.043.241,75	192.548,09	528.153,36	192.548,09	528.153,36	1,45
Assistência ao Idoso	91.360,00	96.412,61	6.532,33	19.128,32	6.532,33	19.128,32	0,05
Assistência à Criança e ao Adolescente	803.624,00	995.964,82	97.610,50	336.318,00	97.610,50	336.318,00	0,92
Assistência Comunitária	497.544,00	950.864,32	88.405,26	172.707,04	88.405,26	172.707,04	0,47
Saúde	12.021.687,32	14.860.197,88	2.773.245,83	8.409.782,93	2.772.972,50	8.409.509,60	23,04
Atenção Básica	10.584.811,52	13.362.582,89	2.527.956,17	7.665.409,92	2.527.682,84	7.665.136,59	21,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	97.440,00	97.440,00	1.259,00	6.020,86	1.259,00	6.020,86	0,02
Suporte Profilático e Terapêutico	774.243,80	813.966,71	157.149,51	546.411,14	157.149,51	546.411,14	1,50
Vigilância Sanitária	22.272,00	22.272,00	2.579,12	9.083,47	2.579,12	9.083,47	0,02
Vigilância Epidemiológica	63.000,00	63.000,00	2.449,00	10.397,00	2.449,00	10.397,00	0,03
Alimentação e Nutrição	479.920,00	500.936,28	81.853,03	172.460,54	81.853,03	172.460,54	0,47
Educação	15.195.204,20	17.106.618,90	2.676.528,47	9.329.236,31	2.676.528,47	9.329.236,31	25,56
E Ensino Fundamental	11.902.620,20	13.992.554,90	2.180.962,25	7.685.604,84	2.180.962,25	7.685.604,84	21,06
E Ensino Médio	39.904,00	39.904,00	2.900,80	5.387,20	2.900,80	5.387,20	0,01
E Ensino Superior	46.400,00	46.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	3.057.560,00	2.879.040,00	477.665,42	1.585.744,27	477.665,42	1.585.744,27	4,35
Educação de Jovens e Adultos	41.760,00	41.760,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Especial	106.960,00	106.960,00	15.000,00	52.500,00	15.000,00	52.500,00	0,14
Cultura	1.176.756,00	868.090,40	91.732,14	360.839,30	91.732,14	360.839,30	0,99
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	20.000,00	20.000,00	1.556,94	2.919,14	1.556,94	2.919,14	0,01
Difusão Cultural	1.156.756,00	848.090,40	90.175,20	357.920,16	90.175,20	357.920,16	0,98

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Capinzal - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Urbanismo	69.875.517,95	77.137.950,65	10.643.849,21	37.736.348,61	11.118.062,46	36.494.230,73	100,00	47,31
Infra-Estrutura Urbana	12.603.724,92	12.691.846,72	1.305.944,83	4.217.814,76	1.303.016,83	4.214.886,76	11,55	33,21
Serviços Urbanos	4.687.618,09	4.687.618,09	88.321,90	106.143,06	88.321,90	106.143,06	0,29	2,26
Transportes Coletivos Urbanos	6.823.386,83	7.134.228,63	1.075.920,36	3.595.098,33	1.072.992,36	3.592.170,33	9,84	50,35
Habitação	1.092.720,00	870.000,00	141.702,57	516.573,37	141.702,57	516.573,37	1,42	59,38
Habitação Urbana	623.015,00	628.137,48	93.718,70	115.408,05	93.718,70	115.408,05	0,32	18,37
Saneamento	623.015,00	628.137,48	93.718,70	115.408,05	93.718,70	115.408,05	0,32	18,37
Saneamento Básico Rural	5.067.431,19	5.333.898,86	497.208,03	2.421.955,60	544.772,99	1.659.117,31	4,55	31,11
Saneamento Básico Urbano	145.056,00	145.056,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	4.942.375,19	5.188.842,86	497.208,03	2.421.955,60	544.772,99	1.659.117,31	4,55	31,97
Preservação e Conservação Ambiental	89.520,00	89.520,00	3.281,90	7.883,20	3.281,90	7.883,20	0,02	8,81
Recuperação de Áreas Degradadas	58.896,00	58.896,00	3.231,90	7.778,20	3.231,90	7.778,20	0,02	13,21
Recursos Hídricos	16.704,00	16.704,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	13.920,00	13.920,00	50,00	105,00	50,00	105,00	0,00	0,75
Vigilância Sanitária	1.235.815,96	1.117.815,96	177.877,43	654.481,69	177.877,43	654.481,69	1,79	58,55
Promoção da Produção Vegetal	44.544,00	44.544,00	43.070,00	43.070,00	43.070,00	43.070,00	0,12	96,69
Defesa Sanitária Animal	1.030.727,96	935.927,96	122.311,48	556.681,37	122.311,48	556.681,37	1,53	59,48
Extensão Rural	46.400,00	23.200,00	0,00	4.185,00	0,00	4.185,00	0,01	18,04
Comércio e Serviços	55.680,00	55.680,00	9.288,95	33.725,87	9.288,95	33.725,87	0,09	60,57
Promoção Comercial	58.464,00	58.464,00	3.207,00	16.819,45	3.207,00	16.819,45	0,05	28,77
Turismo	496.600,00	469.786,25	17.174,99	108.929,34	17.174,99	108.929,34	0,30	23,19
Comunicações	419.560,00	138.840,00	9.674,99	42.376,98	9.674,99	42.376,98	0,12	30,52
Telecomunicações	77.040,00	330.946,25	7.500,00	66.552,36	7.500,00	66.552,36	0,18	20,11
Transporte	221.000,00	115.000,00	2.715,70	12.155,70	2.715,70	12.155,70	0,03	10,57
Transporte Rodoviário	221.000,00	115.000,00	2.715,70	12.155,70	2.715,70	12.155,70	0,03	10,57
Desporto e Lazer	2.216.420,00	2.604.393,75	146.927,79	1.588.822,81	657.927,79	1.588.822,81	4,35	61,01
Desporto Comunitário	1.349.188,00	1.859.053,96	92.400,74	287.104,01	92.400,74	287.104,01	0,79	15,44
Encargos Especiais	1.349.188,00	1.859.053,96	92.400,74	287.104,01	92.400,74	287.104,01	0,79	15,44
Administração Geral	2.901.129,36	2.901.129,36	499.291,72	1.944.101,33	508.083,40	1.926.273,94	5,28	66,40
	2.901.129,36	2.901.129,36	499.291,72	1.944.101,33	508.083,40	1.926.273,94	5,28	66,40

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	69.875.517,95	77.137.950,65	10.643.849,21	37.736.348,61	11.118.062,46	36.494.230,73	100,00	47,31
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	69.875.517,95	77.137.950,65	10.643.849,21	37.736.348,61	11.118.062,46	36.494.230,73	100,00	47,31

FONTE: Unidade Responsável Secretária de Administração e Finanças

Capinzal, 11/09/2014

ANDE VIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARUSA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC SC 017849/C

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Sa/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Agô/2014	TOTAL (ULT. 12 MESES)
RECEITAS CORRENTES (I)	4.735.976,05	4.776.312,56	5.090.731,96	6.022.046,31	5.055.115,64	5.495.362,41	4.924.188,30	5.313.368,82	6.778.081,48	7.023.295,70	4.827.549,02	5.408.290,67	65.450.179,12
RECEITA TRIBUTÁRIA	251.979,88	232.433,63	296.887,76	682.162,44	131.214,05	252.338,44	428.005,59	549.284,76	1.053.396,32	438.154,35	395.555,20	356.788,73	5.037.680,16
IPTU	11.075,77	18.189,84	6.704,42	10.796,93	87,87	0,00	0,00	230.340,14	764.833,68	83.977,35	89.072,96	75.183,62	1.200.241,78
IRPJ/F	40.703,39	17.027,26	64.121,40	411.846,37	7.534,30	4.338,08	205.380,71	55.443,92	58.191,01	73.893,60	82.338,42	59.852,68	1.000.854,14
I.S.S.	118.198,59	129.935,81	116.807,57	148.179,05	63.044,45	148.663,31	110.489,99	117.772,01	130.845,32	133.571,20	118.003,02	122.725,61	1.460.032,03
I.T.B.I.	65.172,32	59.106,29	47.694,47	68.089,06	33.784,08	81.160,99	59.673,02	58.709,62	81.891,63	143.430,39	86.017,05	12.909,76	1.432.751,59
Outras Receitas Tributárias	16.833,81	8.195,43	31.609,90	42.251,03	25.793,35	16.175,85	52.481,87	85.999,07	18.333,68	12.940,39	12.909,76	12.909,76	333.792,05
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	54.789,08	62.970,51	63.134,72	61.277,17	66.489,53	63.119,57	67.898,50	66.576,48	64.894,40	0,00	0,00	69.034,51	765.855,54
RECEITA PATRIMONIAL	47.469,41	55.027,79	37.024,31	69.854,42	24.675,14	49.597,05	42.279,78	46.678,02	46.341,11	64.237,77	70.334,16	70.334,16	612.782,28
RECEITA AGROPECUÁRIA	19.193,67	11.420,34	19.099,32	8.471,39	11.185,76	9.751,69	18.493,17	7.373,20	20.205,23	8.941,61	11.507,06	8.542,82	154.388,26
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	682,82
RECEITA DE SERVIÇOS	430.243,28	448.048,84	428.646,12	446.192,37	354.539,04	421.356,02	484.605,58	456.034,16	467.172,88	470.827,14	464.999,20	464.999,20	5.327.246,90
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.897.800,03	3.670.791,55	4.153.992,70	4.491.154,23	4.300.541,32	4.226.701,12	3.798.480,48	4.073.270,37	4.260.589,95	5.786.730,82	3.029.659,42	3.029.659,42	50.550.549,76
Cota-Parte do FPM	705.355,58	705.367,41	981.151,74	1.460.182,79	1.169.692,73	1.270.385,79	753.996,58	860.962,19	1.146.178,61	738.235,26	886.852,12	886.852,12	11.886.629,77
Cota-Parte do ICMS	1.587.193,44	1.543.066,81	1.717.049,70	1.711.304,09	1.647.798,98	1.523.897,19	1.591.327,02	1.527.530,81	1.588.403,88	1.461.427,01	1.531.342,89	1.531.342,89	18.970.900,64
Cota-Parte do IPVA	161.787,66	158.666,55	86.712,94	53.628,11	87.753,10	116.791,54	176.190,82	176.596,11	198.528,66	213.321,30	175.184,06	175.184,06	1.784.720,51
Cota-Parte do ITR	3.883,31	19.275,89	300,81	58,47	41.597,83	110,14	237,88	45,48	94.333,84	483,24	555,74	555,74	76.110,96
Outras Transferências Correntes	612.920,38	715.107,37	539.697,17	419.190,77	428.796,52	431.008,73	468.462,17	685.744,75	448.633,66	2.581.713,18	480.457,22	480.457,22	8.183.986,74
Transferências de LC 61/1989	22.263,01	23.795,31	26.399,62	28.216,50	25.763,23	21.679,90	21.164,05	23.047,95	25.008,42	24.528,45	25.263,41	25.263,41	291.109,21
Transferências de LC 87/1996	7.013,94	7.013,94	7.013,94	7.013,94	6.786,85	6.786,85	6.786,85	6.786,85	6.786,85	6.786,85	6.786,85	6.786,85	75.423,71
Transferências do FUNDEB	727.416,71	686.464,26	795.666,78	791.550,56	872.442,08	853.120,86	787.502,15	793.456,23	867.572,83	821.012,98	760.232,53	813.217,13	9.881.665,22
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	104.483,70	95.618,90	123.944,03	262.934,29	165.537,80	473.393,51	84.709,20	114.771,83	86.1382,59	125.035,48	78.507,96	508.892,03	3.000.692,32
DEDUÇÕES (II)	497.492,35	481.143,74	563.725,54	562.441,29	599.890,28	588.314,06	509.620,64	516.813,71	588.276,46	488.955,79	527.716,19	527.196,77	6.463.458,82
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	497.492,35	481.143,74	563.725,54	562.441,29	599.890,28	588.314,06	509.620,64	516.813,71	588.276,46	488.955,79	527.716,19	527.196,77	6.463.458,82
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	4.238.483,70	4.295.168,82	4.527.006,42	5.459.605,02	4.455.225,36	4.907.048,35	4.414.567,66	4.794.455,11	6.189.805,02	6.534.339,91	4.299.830,83	4.881.054,10	58.986.720,30

FONTE: Unidade Responsável Secretária de Administração e Finanças

Capinzal, 11/09/2014

ANDEIR ISCANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARILISA APARECIDA PAULHA
CONTADOR(A) - CRC SC 017849/O-8

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Capinzal - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
Valor			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
			0,00	

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Capinzal - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Unidade Responsável Secretaria de Administração e Finanças
Capinzal, 11/09/2014

ANDEVIR ISGANZELLA

MARLISA APARECIDA PADILHA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTADORA - CRC SC 017849/O

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	No Bimestre	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Capinzal - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
Valor			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
			0,00	

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Capinzal - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Unidade Responsável Secretária de Administração e Finanças
Capinzal, 11/09/2014

ANDEVIR ISGANZELLA

MARLISA APARECIDA PADILHA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTADORA - CRC SC 017849/O

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	No Bimestre	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
				No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil Aposentadorias Pensões Outros Benefícios Previdenciários Pessoal Militar Reformas Pensões Outros Benefícios Previdenciários Outras Despesas Previdenciárias Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS Demais Despesas Previdenciárias DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)		0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)		0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)		0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
				No Bimestre	Até o Bimestre/2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS		0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro		0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS		0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário		0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro		0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS		0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA			
Valor		0,00			
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
				No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)		0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais		0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil		0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continua 2/3

Município de Capinzal - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Unidade Responsável Secretaria de Administração e Finanças
Capinzal, 11/09/2014

ANDEVIR ISGANZELLA MARLISA APARECIDA PADILHA
PREFEITO MUNICIPAL CONTADORA - CRC SC 017849/O

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	No Bimestre	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Capinzal - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	No Bimestre	Até o Bimestre/2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA				
Valor				0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Capinzal - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Unidade Responsável Secretaria de Administração e Finanças
Capinzal, 11/09/2014

ANDEVIR ISGANZELLA

MARLISA APARECIDA PADILHA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTADORA - CRC SC 017849/O

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	900.000,00	0,00		900.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	26.403.563,22	3.697.021,67	0,00	22.706.541,55
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	26.403.563,22	3.697.021,67	0,00	22.706.541,55
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-25.503.563,22	-3.697.021,67		-21.806.541,55

FONTE: Unidade Responsável: Secretaria de Administração e Finanças

Capinzal, 11/09/2014

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC SC 017849/O-8

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art.53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.858.370,85	2.254.035,65	2.052.425,43
DEDUÇÕES (II)	4.529.093,74	8.060.386,27	8.337.267,51
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.533.280,99	9.346.413,00	9.359.635,95
Demais Haveres Financeiros	0,00	153.927,69	175.244,70
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	4.187,25	1.439.954,42	1.197.613,14
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.670.722,89	-5.806.350,62	-6.284.842,08
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.670.722,89	-5.806.350,62	-6.284.842,08

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2014 (C - A)
VALOR	-478.491,46	-4.614.119,19

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-152.017,93

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE: Unidade Responsável Secretaria de Administração e Finanças

Capinzal, 11/09/2014

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC SC 017849/O-8

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	67.702.479,61	11.288.170,15	40.097.442,22	35.225.002,76
Receita Tributária	4.730.166,92	794.943,09	3.604.216,45	3.226.287,86
I.P.T.U.	1.165.147,95	164.256,58	1.243.495,82	1.189.627,22
I.S.S.	1.190.297,40	241.533,63	945.920,01	945.937,95
I.T.B.I.	438.275,59	229.447,45	632.748,01	647.896,83
I.R.R.F.	492.536,46	133.946,28	547.152,72	233.614,11
Outras Receitas Tributárias	1.443.909,52	25.759,15	234.899,89	209.211,75
Receita de Contribuição	785.939,13	195.837,58	524.706,06	474.795,66
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	785.939,13	195.837,58	524.706,06	474.795,66
Receita Patrimonial Líquida	41.691,85	7.348,07	24.065,23	27.272,29
Receita Patrimonial	647.035,19	134.571,93	403.379,35	322.518,83
(-) Aplicações Financeiras	605.343,34	127.223,86	379.314,12	295.246,54
Transferências Correntes	53.990.411,59	8.700.237,68	29.858.455,35	26.739.048,70
F.P.M.	13.515.507,86	1.308.084,35	6.171.657,19	5.716.623,12
I.C.M.S.	17.980.071,16	2.394.216,12	9.929.712,41	9.437.971,28
Convênios	8.263.454,10	2.209.606,53	2.505.050,85	2.048.692,41
Outras Transferências Correntes	14.231.378,47	2.788.330,68	11.252.034,90	9.535.761,89
Demais Receitas Correntes	8.154.270,12	1.589.803,73	6.085.999,13	4.757.598,25
Dívida Ativa	679.500,67	59.521,89	358.406,60	360.517,41
Diversas Receitas Correntes	7.474.769,45	1.530.281,84	5.727.592,53	4.397.080,84
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.567.695,00	0,00	130.000,00	365.086,11
Operações de Crédito (III)	900.000,00	0,00	0,00	297.405,03
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	155.695,00	0,00	0,00	67.681,08
Transferências de Capital	512.000,00	0,00	130.000,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	512.000,00	0,00	130.000,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	512.000,00	0,00	130.000,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	68.214.479,61	11.288.170,15	40.227.442,22	35.225.002,76
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	50.709.387,43	9.390.053,53	32.797.209,06	29.986.703,04
Pessoal e Encargos Sociais	25.807.447,84	5.045.640,19	18.196.365,65	16.641.709,49
Juros e Encargos da Dívida (IX)	304.000,00	40.687,65	185.494,51	264.606,81
Outras Despesas Correntes	24.597.939,59	4.303.725,69	14.415.348,90	13.080.386,74
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	50.405.387,43	9.349.365,88	32.611.714,55	29.722.096,23
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	26.403.563,22	1.728.008,93	3.697.021,67	3.211.318,19
Investimentos	25.196.139,22	1.526.398,71	2.891.076,25	2.774.681,09
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.207.424,00	201.610,22	805.945,42	436.637,10
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	25.196.139,22	1.526.398,71	2.891.076,25	2.774.681,09

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	25.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	75.626.526,65	10.875.764,59	35.502.790,80	32.496.777,32
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-7.412.047,04	412.405,56	4.724.651,42	2.728.225,44
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	642.010,06	0,00
Superávit Financeiro	-	-	642.010,06	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-149.614,34

FONTE: Unidade Responsável Secretaria de Administração e Finanças

Capinzal, 11/09/2014

 ANDEVIR ISGANZELLA
 PREFEITO MUNICIPAL

 MARLISA APARECIDA PADILHA
 CONTADORA - CRC SC 017849/O-8

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	67.702.479,61	11.288.170,15	40.097.442,22	35.225.002,76
Receita Tributária	4.730.166,92	794.943,09	3.604.216,45	3.226.287,86
I.P.T.U.	1.165.147,95	164.256,58	1.243.495,82	1.189.627,22
I.S.S.	1.190.297,40	241.533,63	945.920,01	945.937,95
I.T.B.I.	438.275,59	229.447,45	632.748,01	647.896,83
I.R.R.F.	492.536,46	133.946,28	547.152,72	233.614,11
Outras Receitas Tributárias	1.443.909,52	25.759,15	234.899,89	209.211,75
Receita de Contribuição	785.939,13	195.837,58	524.706,06	474.795,66
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	785.939,13	195.837,58	524.706,06	474.795,66
Receita Patrimonial Líquida	41.691,85	7.348,07	24.065,23	27.272,29
Receita Patrimonial	647.035,19	134.571,93	403.379,35	322.518,83
(-) Aplicações Financeiras	605.343,34	127.223,86	379.314,12	295.246,54
Transferências Correntes	53.990.411,59	8.700.237,68	29.858.455,35	26.739.048,70
F.P.M.	13.515.507,86	1.308.084,35	6.171.657,19	5.716.623,12
I.C.M.S.	17.980.071,16	2.394.216,12	9.929.712,41	9.437.971,28
Convênios	8.263.454,10	2.209.606,53	2.505.050,85	2.048.692,41
Outras Transferências Correntes	14.231.378,47	2.788.330,68	11.252.034,90	9.535.761,89
Demais Receitas Correntes	8.154.270,12	1.589.803,73	6.085.999,13	4.757.598,25
Dívida Ativa	679.500,67	59.521,89	358.406,60	360.517,41
Diversas Receitas Correntes	7.474.769,45	1.530.281,84	5.727.592,53	4.397.080,84
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.567.695,00	0,00	130.000,00	365.086,11
Operações de Crédito (III)	900.000,00	0,00	0,00	297.405,03
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	155.695,00	0,00	0,00	67.681,08
Transferências de Capital	512.000,00	0,00	130.000,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	512.000,00	0,00	130.000,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	512.000,00	0,00	130.000,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	68.214.479,61	11.288.170,15	40.227.442,22	35.225.002,76
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	50.709.387,43	9.390.053,53	32.797.209,06	29.986.703,04
Pessoal e Encargos Sociais	25.807.447,84	5.045.640,19	18.196.365,65	16.641.709,49
Juros e Encargos da Dívida (IX)	304.000,00	40.687,65	185.494,51	264.606,81
Outras Despesas Correntes	24.597.939,59	4.303.725,69	14.415.348,90	13.080.386,74
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	50.405.387,43	9.349.365,88	32.611.714,55	29.722.096,23
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	26.403.563,22	1.728.008,93	3.697.021,67	3.211.318,19
Investimentos	25.196.139,22	1.526.398,71	2.891.076,25	2.774.681,09
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.207.424,00	201.610,22	805.945,42	436.637,10
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	25.196.139,22	1.526.398,71	2.891.076,25	2.774.681,09

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	25.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	75.626.526,65	10.875.764,59	35.502.790,80	32.496.777,32
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-7.412.047,04	412.405,56	4.724.651,42	2.728.225,44
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	642.010,06	0,00
Superávit Financeiro	-	-	642.010,06	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-149.614,34

FONTE: Unidade Responsável Secretaria de Administração e Finanças

Capinzal, 11/09/2014

 ANDEVIR ISGANZELLA
 PREFEITO MUNICIPAL

 MARLISA APARECIDA PADILHA
 CONTADORA - CRC SC 017849/O-8

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	67.702.479,61	11.288.170,15	40.097.442,22	35.225.002,76
Receita Tributária	4.730.166,92	794.943,09	3.604.216,45	3.226.287,86
I.P.T.U.	1.165.147,95	164.256,58	1.243.495,82	1.189.627,22
I.S.S.	1.190.297,40	241.533,63	945.920,01	945.937,95
I.T.B.I.	438.275,59	229.447,45	632.748,01	647.896,83
I.R.R.F.	492.536,46	133.946,28	547.152,72	233.614,11
Outras Receitas Tributárias	1.443.909,52	25.759,15	234.899,89	209.211,75
Receita de Contribuição	785.939,13	195.837,58	524.706,06	474.795,66
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	785.939,13	195.837,58	524.706,06	474.795,66
Receita Patrimonial Líquida	41.691,85	7.348,07	24.065,23	27.272,29
Receita Patrimonial	647.035,19	134.571,93	403.379,35	322.518,83
(-) Aplicações Financeiras	605.343,34	127.223,86	379.314,12	295.246,54
Transferências Correntes	53.990.411,59	8.700.237,68	29.858.455,35	26.739.048,70
F.P.M.	13.515.507,86	1.308.084,35	6.171.657,19	5.716.623,12
I.C.M.S.	17.980.071,16	2.394.216,12	9.929.712,41	9.437.971,28
Convênios	8.263.454,10	2.209.606,53	2.505.050,85	2.048.692,41
Outras Transferências Correntes	14.231.378,47	2.788.330,68	11.252.034,90	9.535.761,89
Demais Receitas Correntes	8.154.270,12	1.589.803,73	6.085.999,13	4.757.598,25
Dívida Ativa	679.500,67	59.521,89	358.406,60	360.517,41
Diversas Receitas Correntes	7.474.769,45	1.530.281,84	5.727.592,53	4.397.080,84
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.567.695,00	0,00	130.000,00	365.086,11
Operações de Crédito (III)	900.000,00	0,00	0,00	297.405,03
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	155.695,00	0,00	0,00	67.681,08
Transferências de Capital	512.000,00	0,00	130.000,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	512.000,00	0,00	130.000,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	512.000,00	0,00	130.000,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	68.214.479,61	11.288.170,15	40.227.442,22	35.225.002,76
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	50.709.387,43	9.390.053,53	32.797.209,06	29.986.703,04
Pessoal e Encargos Sociais	25.807.447,84	5.045.640,19	18.196.365,65	16.641.709,49
Juros e Encargos da Dívida (IX)	304.000,00	40.687,65	185.494,51	264.606,81
Outras Despesas Correntes	24.597.939,59	4.303.725,69	14.415.348,90	13.080.386,74
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	50.405.387,43	9.349.365,88	32.611.714,55	29.722.096,23
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	26.403.563,22	1.728.008,93	3.697.021,67	3.211.318,19
Investimentos	25.196.139,22	1.526.398,71	2.891.076,25	2.774.681,09
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.207.424,00	201.610,22	805.945,42	436.637,10
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	25.196.139,22	1.526.398,71	2.891.076,25	2.774.681,09

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	25.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	75.626.526,65	10.875.764,59	35.502.790,80	32.496.777,32
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-7.412.047,04	412.405,56	4.724.651,42	2.728.225,44
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	642.010,06	0,00
Superávit Financeiro	-	-	642.010,06	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-149.614,34

FONTE: Unidade Responsável Secretaria de Administração e Finanças

Capinzal, 11/09/2014

 ANDEVIR ISGANZELLA
 PREFEITO MUNICIPAL

 MARLISA APARECIDA PADILHA
 CONTADORA - CRC SC 017849/O-8

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	67.702.479,61	11.288.170,15	40.097.442,22	35.225.002,76
Receita Tributária	4.730.166,92	794.943,09	3.604.216,45	3.226.287,86
I.P.T.U.	1.165.147,95	164.256,58	1.243.495,82	1.189.627,22
I.S.S.	1.190.297,40	241.533,63	945.920,01	945.937,95
I.T.B.I.	438.275,59	229.447,45	632.748,01	647.896,83
I.R.R.F.	492.536,46	133.946,28	547.152,72	233.614,11
Outras Receitas Tributárias	1.443.909,52	25.759,15	234.899,89	209.211,75
Receita de Contribuição	785.939,13	195.837,58	524.706,06	474.795,66
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	785.939,13	195.837,58	524.706,06	474.795,66
Receita Patrimonial Líquida	41.691,85	7.348,07	24.065,23	27.272,29
Receita Patrimonial	647.035,19	134.571,93	403.379,35	322.518,83
(-) Aplicações Financeiras	605.343,34	127.223,86	379.314,12	295.246,54
Transferências Correntes	53.990.411,59	8.700.237,68	29.858.455,35	26.739.048,70
F.P.M.	13.515.507,86	1.308.084,35	6.171.657,19	5.716.623,12
I.C.M.S.	17.980.071,16	2.394.216,12	9.929.712,41	9.437.971,28
Convênios	8.263.454,10	2.209.606,53	2.505.050,85	2.048.692,41
Outras Transferências Correntes	14.231.378,47	2.788.330,68	11.252.034,90	9.535.761,89
Demais Receitas Correntes	8.154.270,12	1.589.803,73	6.085.999,13	4.757.598,25
Dívida Ativa	679.500,67	59.521,89	358.406,60	360.517,41
Diversas Receitas Correntes	7.474.769,45	1.530.281,84	5.727.592,53	4.397.080,84
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.567.695,00	0,00	130.000,00	365.086,11
Operações de Crédito (III)	900.000,00	0,00	0,00	297.405,03
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	155.695,00	0,00	0,00	67.681,08
Transferências de Capital	512.000,00	0,00	130.000,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	512.000,00	0,00	130.000,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	512.000,00	0,00	130.000,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	68.214.479,61	11.288.170,15	40.227.442,22	35.225.002,76
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	50.709.387,43	9.390.053,53	32.797.209,06	29.986.703,04
Pessoal e Encargos Sociais	25.807.447,84	5.045.640,19	18.196.365,65	16.641.709,49
Juros e Encargos da Dívida (IX)	304.000,00	40.687,65	185.494,51	264.606,81
Outras Despesas Correntes	24.597.939,59	4.303.725,69	14.415.348,90	13.080.386,74
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	50.405.387,43	9.349.365,88	32.611.714,55	29.722.096,23
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	26.403.563,22	1.728.008,93	3.697.021,67	3.211.318,19
Investimentos	25.196.139,22	1.526.398,71	2.891.076,25	2.774.681,09
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.207.424,00	201.610,22	805.945,42	436.637,10
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	25.196.139,22	1.526.398,71	2.891.076,25	2.774.681,09

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	25.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	75.626.526,65	10.875.764,59	35.502.790,80	32.496.777,32
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-7.412.047,04	412.405,56	4.724.651,42	2.728.225,44
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	642.010,06	0,00
Superávit Financeiro	-	-	642.010,06	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-149.614,34

FONTE: Unidade Responsável Secretaria de Administração e Finanças

Capinzal, 11/09/2014

 ANDEVIR ISGANZELLA
 PREFEITO MUNICIPAL

 MARLISA APARECIDA PADILHA
 CONTADORA - CRC SC 017849/O-8

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)											
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA											
FUNDO MUNIC. DE REEQUIP. CORPO DE BOMBEIROS	0,00	4.187,25	4.187,25	0,00	0,00	115.999,61	300.000,00	328.286,07	328.286,07	0,00	87.713,54
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	980,75	980,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SC	0,00	3.206,50	3.206,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Smae	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	115.999,61	0,00	28.286,07	28.286,07	0,00	87.713,54
SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	372.100,29	340.067,09	340.067,09	8.033,20	24.000,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)											
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	372.100,29	340.067,09	340.067,09	8.033,20	24.000,00
TOTAL (III) = (I) + (II):	0,00	4.187,25	4.187,25	0,00	0,00	115.999,61	672.100,29	668.353,16	668.353,16	8.033,20	111.713,54

FONTE: Unidade Responsável: Secretária de Administração e Finanças

Capinzal, 11/09/2014

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC SC 017849/O-8

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 30/04/2014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE: Unidade Responsável Secretária de Administração e Finanças

Capinzal, 11/09/2014

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC SC 017849/O-8

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 30/04/2014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE: Unidade Responsável Secretária de Administração e Finanças

Capinzal, 11/09/2014

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC SC 017849/O-8

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 30/04/2014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE: Unidade Responsável Secretária de Administração e Finanças

Capinzal, 11/09/2014

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC SC 017849/O-8

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 30/04/2014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE: Unidade Responsável Secretária de Administração e Finanças

Capinzal, 11/09/2014

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC SC 017849/O-8

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	155.695,00	0,00	155.695,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	27.665,82	0,00	27.665,82
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	128.029,18	0,00	128.029,18
TOTAL	155.695,00	0,00	155.695,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	139.195,00	2.560,00	0,00	136.635,00
Investimentos	139.195,00	2.560,00	0,00	136.635,00
TOTAL	139.195,00	2.560,00	0,00	136.635,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	8.607,64	-2.560,00	6.047,64

FONTE: Unidade Responsável Secretaria de Administração e Finanças

Capinzal, 11/09/2014

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC SC 017849/O-8

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADAA DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADAA DECLARAR

FONTE: Unidade Responsável Secretaria de Administração e Finanças

Capinzal, 11/09/2014

Município de Capinzal - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	69.875.517,95
Previsão Atualizada		—	69.875.517,95
Receitas Realizadas		11.415.394,01	40.606.756,34
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	642.010,06
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	69.875.517,95
Créditos Adicionais		—	7.262.432,70
Dotação Atualizada		—	77.137.950,65
Despesas Empenhadas		10.643.849,21	37.736.348,61
Despesas Liquidadas		11.118.062,46	36.494.230,73
Superavit Orçamentário		—	4.112.525,61
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		10.643.849,21	37.736.348,61
Despesas Liquidadas		11.118.062,46	36.494.230,73
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			58.986.720,30
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Liquidadas		0,00	0,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		-152.017,93	-4.614.119,19
Resultado Primário		-149.614,34	4.724.651,42
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		788.099,90	8.033,20
EXECUTIVO		788.099,90	8.033,20
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		4.187,25	0,00
EXECUTIVO		4.187,25	0,00
TOTAL:		792.287,15	8.033,20
DESPESAS COMAÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		6.553.535,40	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		4.873.984,29	60%
Liquidadas		4.873.984,29	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	900.000,00
Despesa de Capital Líquida		3.697.021,67	22.706.541,55

Continua 1/2

Município de Capinzal - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	155.695,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			2.560,00	136.635,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		6.478.539,63	15,00	25,59
Liquidadas		6.478.539,63		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE: Unidade Responsável Secretaria de Administração e Finanças

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Município de Capinzal - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial	—	69.875.517,95	
Previsão Atualizada	—	69.875.517,95	
Receitas Realizadas	11.415.394,01	40.606.756,34	
Déficit Orçamentário	—	0,00	
SalDOS de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	—	642.010,06	
DESPESAS			
Dotação Inicial	—	69.875.517,95	
Créditos Adicionais	—	7.262.432,70	
Dotação Atualizada	—	77.137.950,65	
Despesas Empenhadas	10.643.849,21	37.736.348,61	
Despesas Liquidadas	11.118.062,46	36.494.230,73	
Superavit Orçamentário	—	4.112.525,61	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO			
Despesas Empenhadas	10.643.849,21	37.736.348,61	
Despesas Liquidadas	11.118.062,46	36.494.230,73	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			58.986.720,30
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)	0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)	0,00	0,00	
Liquidadas	0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		-152.017,93	-4.614.119,19
Resultado Primário		-149.614,34	4.724.651,42
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	788.099,90	8.033,20	668.353,16
EXECUTIVO	788.099,90	8.033,20	668.353,16
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	4.187,25	0,00	4.187,25
EXECUTIVO	4.187,25	0,00	4.187,25
TOTAL:	792.287,15	8.033,20	672.540,41
DESPESAS COMAÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		6.553.535,40	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		4.873.984,29	60%
Liquidadas		4.873.984,29	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	900.000,00
Despesa de Capital Líquida		3.697.021,67	22.706.541,55

Continua 1/2

Município de Capinzal - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	155.695,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			2.560,00	136.635,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	6.478.539,63	15,00	25,59	
Liquidadas	6.478.539,63			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE: Unidade Responsável Secretária de Administração e Finanças

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Município de Capinzal - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	69.875.517,95
Previsão Atualizada		—	69.875.517,95
Receitas Realizadas		11.415.394,01	40.606.756,34
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	642.010,06
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	69.875.517,95
Créditos Adicionais		—	7.262.432,70
Dotação Atualizada		—	77.137.950,65
Despesas Empenhadas		10.643.849,21	37.736.348,61
Despesas Liquidadas		11.118.062,46	36.494.230,73
Superavit Orçamentário		—	4.112.525,61
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		10.643.849,21	37.736.348,61
Despesas Liquidadas		11.118.062,46	36.494.230,73
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			58.986.720,30
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Liquidadas		0,00	0,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		-152.017,93	-4.614.119,19
Resultado Primário		-149.614,34	4.724.651,42
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		788.099,90	8.033,20
EXECUTIVO		788.099,90	8.033,20
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		4.187,25	0,00
EXECUTIVO		4.187,25	0,00
TOTAL:		792.287,15	8.033,20
DESPESAS COMAÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		6.553.535,40	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		4.873.984,29	60%
Liquidadas		4.873.984,29	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	900.000,00
Despesa de Capital Líquida		3.697.021,67	22.706.541,55

Continua 1/2

Município de Capinzal - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	155.695,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			2.560,00	136.635,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		6.478.539,63	15,00	25,59
Liquidadas		6.478.539,63		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE: Unidade Responsável Secretaria de Administração e Finanças

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Município de Capinzal - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	69.875.517,95	
Previsão Atualizada		—	69.875.517,95	
Receitas Realizadas		11.415.394,01	40.606.756,34	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	642.010,06	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	69.875.517,95	
Créditos Adicionais		—	7.262.432,70	
Dotação Atualizada		—	77.137.950,65	
Despesas Empenhadas		10.643.849,21	37.736.348,61	
Despesas Liquidadas		11.118.062,46	36.494.230,73	
Superavit Orçamentário		—	4.112.525,61	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		10.643.849,21	37.736.348,61	
Despesas Liquidadas		11.118.062,46	36.494.230,73	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			58.986.720,30	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	
Resultado Nominal		-152.017,93	-4.614.119,19	
Resultado Primário		-149.614,34	4.724.651,42	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	788.099,90	8.033,20	668.353,16	111.713,54
EXECUTIVO	788.099,90	8.033,20	668.353,16	111.713,54
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	4.187,25	0,00	4.187,25	0,00
EXECUTIVO	4.187,25	0,00	4.187,25	0,00
TOTAL:	792.287,15	8.033,20	672.540,41	111.713,54
DESPESAS COMAÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		6.553.535,40	25%	25,85
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		4.873.984,29	60%	73,92
Liquidadas		4.873.984,29		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	900.000,00	
Despesa de Capital Líquida		3.697.021,67	22.706.541,55	

Continua 1/2

Município de Capinzal - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	155.695,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			2.560,00	136.635,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		6.478.539,63	15,00	25,59
Liquidadas		6.478.539,63		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE: Unidade Responsável Secretária de Administração e Finanças

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**Balancete Financeiro - por Categoria Econômica - Julho/2014****SANTA CATARINA****SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Julho/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	440.747,02	Despesa Orçamentária	355.196,05
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.919,93	Despesas exceto Intra-orçamentárias	355.196,05
RECEITA PATRIMONIAL	15.653,23	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	151.765,57
RECEITA DE SERVIÇOS	410.201,72	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	188.218,86
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.972,14	INVESTIMENTOS	15.211,62
Receita Extra - Orçamentária	426.212,78	Despesa Extra - Orçamentária	424.678,91
DEPÓSITOS	70.223,69	DEPÓSITOS	68.689,82
CONSIGNAÇÕES	15.018,50	CONSIGNAÇÕES	14.483,77
PREVIDÊNCIA SOCIAL	10.885,34	PREVIDÊNCIA SOCIAL	10.193,16
PENSAO ALIMENTICIA	360,25	PENSAO ALIMENTICIA	360,25
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	78,30	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	235,75
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	3.694,61	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	3.694,61
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	55.205,19	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	54.206,05
DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	55.205,19	DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	54.206,05
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	355.989,09	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	355.989,09
OBRIGAÇÕES A PAGAR	351.776,63	OBRIGAÇÕES A PAGAR	351.776,63
FORNECEDORES	197.390,22	FORNECEDORES	197.390,22
PESSOAL A PAGAR	118.331,21	PESSOAL A PAGAR	118.331,21
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	25.120,61	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	25.120,61
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	4.384,21	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	4.384,21
DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	6.550,38	DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	6.550,38
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	4.212,46	CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	4.212,46
ENTIDADES CREDORAS	4.212,46	ENTIDADES CREDORAS	4.212,46
Saldos anteriores	2.048.007,50	Saldos atuais	2.135.092,34
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	1.935.600,91	BANCO C/ MOVIMENTO	2.022.071,19
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANÇA	112.406,59	POUPANÇA	113.021,15
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	2.914.967,30	Total	2.914.967,30

CAPINZAL, 18/08/2014

SIDNEI PENZO
DIRETORMARIZA BRESSAN R. DE MORAES
Téc.Contab. 1 SC-017818-O-1

BALANCETE FINANCEIRO - POR CATEGORIA ECONÔMICA - AGOSTO/2014**SANTA CATARINA****SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Agosto/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	441.898,35	Despesa Orçamentária	431.854,55
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.682,26	Despesas exceto Intra-orçamentárias	431.854,55
RECEITA PATRIMONIAL	14.866,27	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	141.806,34
RECEITA DE SERVIÇOS	413.577,66	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	156.141,18
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.772,16	INVESTIMENTOS	133.907,03
Receita Extra - Orçamentária	503.381,57	Despesa Extra - Orçamentária	502.644,10
DEPÓSITOS	70.859,66	DEPÓSITOS	70.122,19
CONSIGNAÇÕES	15.786,54	CONSIGNAÇÕES	14.917,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	10.426,65	PREVIDÊNCIA SOCIAL	10.650,29
PENSAO ALIMENTICIA	573,17	PENSAO ALIMENTICIA	573,17
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	1.171,48	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	78,30
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	3.615,24	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	3.615,24
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	55.073,12	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	55.205,19
DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	55.073,12	DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	55.205,19
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	432.521,91	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	432.521,91
OBRIGAÇÕES A PAGAR	428.309,45	OBRIGAÇÕES A PAGAR	428.309,45
FORNECEDORES	283.859,01	FORNECEDORES	283.859,01
PESSOAL A PAGAR	107.232,93	PESSOAL A PAGAR	107.232,93
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	26.259,66	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	26.259,66
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	4.407,47	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	4.407,47
DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	6.550,38	DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	6.550,38
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	4.212,46	CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	4.212,46
ENTIDADES CREDORAS	4.212,46	ENTIDADES CREDORAS	4.212,46
Saldos anteriores	2.135.092,34	Saldos atuais	2.145.873,61
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	2.022.071,19	BANCO C/ MOVIMENTO	2.032.167,64
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANÇA	113.021,15	POUPANÇA	113.705,97
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	3.080.372,26	Total	3.080.372,26

CAPINZAL, 12/09/2014

SIDNEI PENZO
DIRETOR

MARIZA BRESSAN R. DE MORAES
Téc.Contab. 1 SC-017818-O-1

Catanduvras

PREFEITURA

Decreto Nº 2.009, de 04 de Setembro de 2014

DECRETO Nº 2.009/14 DE 04 DE SETEMBRO DE 2014.

"AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE CONVÊNIO NO DECORRER DO EXERCÍCIO, NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA".

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvras-Sc, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 2.432/13 de 20 de Dezembro de 2013 e a Lei Municipal nº 2.461/14 de 30 de julho de 2014, em seu Artigo 4º Inciso I e Lei Federal nº 4.320/64, (Art. 7º, I e 43, § 1º, II e § 3º).

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor Contábil autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), na seguinte Dotação Orçamentária.

ÓRGÃO	04	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO		
UNID. ORÇ.	0401	EDUCAÇÃO		
	365	EDUCAÇÃO INFANTIL		
		Construção e Ampliação de Creches/Mobiliário em Geral		
	158	DESPESAS DE CAPITAL-Salário Educação	R\$	30.000,00

§ 1º - Os recursos mencionados no Artigo Primeiro, são oriundos de Transferências de Convênios e/ou Programa do Salário Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvras SC, 04 de setembro de 2014.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA
Sec. Municipal de Administração.

Registrado e Publicado por esta Secretaria em 04/09/2014.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Portaria Nº 365 de 12.09.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 365/2014

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico de 60 (sessenta) dias;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º. Conceder em favor da servidora publica ROSEMARI RAY-MUNDO, matriculada sob o nº 248/01, licença pelo período de 08.09.14 a 22.09.14 (quinze) dias, para tratamento de saúde conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração, e prorrogar pelo período de 23.09.14 a 06.11.14 (quarenta e cinco) 45 dias, remunerada pelo Regime Geral de Previdência Social, na forma de benefício.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 08.09.2014.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 12 de setembro de 2014.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2014

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 25 de setembro de 2014, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de peças e à contratação de mão-de-obra (serviços mecânicos), para conserto do Moto Niveladora HWB 130M, para conserto do Veículo Ônibus - PLACA MKW 6896, IVECO, e do Veículo Ônibus PLACA MJH 4889, IVECO CITY CLASS, utilizados no Transporte Escolar pela Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Município de Chapadão do Lageado/SC, de acordo com as quantidades e especificações constantes no Anexo II - Termo de Referência.As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Pregoeiro e Equipe de apoio, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 15 de setembro de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 366 DE 15.09.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIANº 366/2014

- CONSIDERANDO, apresentação do atestado Médico para Gestante;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto no art. 65 da Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99 e c/c o art. 2º § 1º do Decreto nº. 03/2011 de 12.01.2011,

RESOLVE

Art.1º Prorrogar por 60 (sessenta) dias a Licença Maternidade da Servidora Pública ANGELA DA SILVA PAUL, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo - 40 horas, pelo período de 16.09.14 a 14.11.14.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 15 de setembro de 2014.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

**Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial
SRP Nº 107/2014 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 107/2014- PMC

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para Contratação de empresa para prestação de serviços de horas máquinas e transporte de terra, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, durante o exercício de 2014, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 02/10/2014.

Abertura: dia 02/10/2014 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 11 de setembro de 2014

RUIMAR SCORTEGAGNA

Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente - SEMADRA

**Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº
108/2014 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2014- PMC

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de café colonial para o dia 23 de outubro de 2014, em comemoração à XIV Semana do Servidor Público Municipal, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 02/10/2014.

Abertura: dia 03/10/2014 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 12 de setembro de 2014

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

ACEPETI 2ª 2014 PARCELA-SEDES

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - FMAS ACEPETI, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Concórdia SC, 12 de setembro de 2014.

Lauri Garbossa

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

Cordilheira Alta**PREFEITURA****Extrato ao Contrato Adm 065/2014**

Extrato DO CONTRATO ADM Nº: 065/2014.

Processo Administrativo n. 63/2014

Dispensa de Licitação n. 04/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC.

CONTRATADA: COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE XAXIM E REGIÃO OESTE CATARINENSE - COOPER XAXIM

Objeto: aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, durante o segundo semestre do exercício de 2014, de acordo com a Dispensa de Licitação n. 04/2014, ITENS Nº 01, 06, 07, 14 e 18, técnicos e pareceres em anexo, que desde já passam a integrar o presente termo.

Valor: R\$ 14.380,00 (quatorze mil trezentos e oitenta reais).

VIGÊNCIA: vigorará da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2014

RECURSOS: Projeto Atividade n. 30625062017;

Elemento n. 339099;

Signatários: Alceu Mazzioni e Silvia Maggioni Tressoldi

Cordilheira Alta, SC, em 13 de agosto de 2014.

EXTRATO AO CONTRATO ADM 066/2014

Extrato DO CONTRATO ADM Nº: 066/2014.

Processo Administrativo n. 68/2014

Dispensa de Licitação n. 05/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC.

CONTRATADA: COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL

Objeto: aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, durante o segundo semestre do exercício de 2014, de acordo com a Dispensa de Licitação n. 05/2014, ITENS Nº 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 e 13,

Valor: R\$ 23.849,70 (vinte e três mil oitocentos e quarenta e nove reais e setenta centavos)

VIGÊNCIA: vigorará da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2014

RECURSOS: Projeto Atividade n. 30625062017;

Elemento n. 339099

Signatários: Alceu Mazzioni e Antonio Luiz Schnorr

Cordilheira Alta, SC, em 15 de agosto de 2014.

EXTRATO AO CONTRATO ADM 067/2014

Extrato DO CONTRATO ADM Nº: 067/2014.

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 54/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC.

CONTRATADA: CLARO S.A

Objeto: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação em 08 (oito) meses do prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 54/2013, estendendo seu vigor até 30 de abril de 2015, com

fundamento no inciso II do art. 57 da Lei n. 8666/93.
Signatários: Alceu Mazzioni e Alexandre de Mello Silva

Cordilheira Alta, SC, em 29 de agosto de 2014.

EXTRATO AO CONTRATO ADM 068/2014

Extrato DO CONTRATO ADM Nº: 068/2014.

Processo Administrativo n. 75/2014

Dispensa de Licitação n. 06/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC.

CONTRATADA: MHNET EMPREENDIMENTOS LTDA

Objeto: O objeto do presente contrato é o fornecimento de acessos concentrados para formação de uma rede privada (intranet) sem conexão a internet com equipamentos, baseada em cabeamento de fibra óptica e rádio digital, nas unidades CRAS, centro social, unidades de saúde, escolas municipais, delegacia de polícia, parque de máquinas, câmara de vereadores, fornecidos no ponto concentrador da rede na sede administrativa da prefeitura municipal.

Valor: R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais).

VIGÊNCIA: vigorará do dia de sua assinatura até 31/12/2014.

RECURSOS: Projeto Atividade n. 2.002;

Modalidade de Aplicação n. 339000;

Signatários: Alceu Mazzioni e PATRICK CANTON

Cordilheira Alta, SC, em 01 de setembro de 2014.

EXTRATO EDITAL AVISO DE LICITAÇÃO PP 54/2014

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 079/2014.

Pregão Presencial n. 054/2014.

Tipo: Menor preço unitário.

Objeto: A presente licitação tem por objeto o a contratação de empresa para confecção de figurinos para realização de apresentações culturais par manutenção das atividades da Secretaria da Cultura e Esporte. .

Entrega dos Envelopes: até às 08:15 horas do dia 25/09/2014

Abertura dos Envelopes: 08:45 horas do dia 25/09/2014

O Edital poderá ser obtido no site www.pmcordi.sc.gov.br e no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 11 de setembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

DECRETO N. 416/2014

DECRETO Nº416 /2014, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde ao servidor Municipal, Sr. ITAMAR ZAMIANI, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 10 de setembro de 2014

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 417/2014

DECRETO Nº417 /2014, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 40 (quarenta) dias de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. LENIR ROSEMARY MARTELLI TECCHIO, ocupante do cargo de Professor lotada na Secretaria Municipal de Educação de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 10 de setembro de 2014

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 418/2014

DECRETO Nº418 /2014, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL, PARA TRATAMEN-
TO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 02 (dois) dias de licença para tratamento de saúde ao servidor Municipal, Sr. VALDINEI GARBOZZA, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 11 de setembro de 2014

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Coronel Martins**PREFEITURA****Aviso Público Nº 002/2014**

AVISO PÚBLICO Nº 002/2014

ADMISSÃO DE ESTAGIÁRIOS

A Secretaria Municipal de Educação do Município de Coronel Martins/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Dirceu Favretto, no uso das suas atribuições, emite aviso público aos acadêmicos que desejarem inscreverem-se para atuação perante a Prefeitura Municipal de Coronel Martins, para o ano letivo de 2014 podendo haver a rescisão antecipada do contrato, atendendo às disposições da Lei Municipal n. 612, de 19 de novembro de 2003.

1. DAS INSCRIÇÕES:

1.1. As inscrições estarão abertas dos dias 17 a 24 de setembro de 2014, das 08h30m às 11h030m e das 13h30m às 17h00m, junto ao setor de Recursos Humanos no Centro Administrativo Municipal.

1.2. Os candidatos deverão anexar à ficha de inscrição:

- a) Cópia dos documentos de identificação pessoal (CPF, RG e Quitação Eleitoral);
 - b) Histórico escolar de Ensino Superior em Pedagogia ou matérias específicas;
 - c) Documentos comprobatórios dos seguintes critérios de avaliação: tempo de serviço profissional no magistério e participação em cursos na área de atuação;
 - d) Comprovante de que reside no Município de Coronel Martins.
- Parágrafo Único: O não atendimento das alíneas "b" e "c" afetará na pontuação dos candidatos.

2. DAS VAGAS

2.1. O processo de seleção de que trata este Aviso Público visa a contratação de estagiários para o ano letivo de 2014, podendo haver a rescisão antecipada do contrato.

2.2. Quadro de vagas:

Função	Vagas	Carga Horária	Vencimento	Habilitação
Estagiário	01	30 horas semanais	R\$631,98	Acadêmico cursando Ensino Superior em Pedagogia ou matérias específicas.

3. DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO:

3.1. O processo de seleção será coordenado por uma comissão recomendada pelo Setor de Recursos Humanos e nomeada através de ato do Prefeito Municipal;

3.2. A Comissão de Seleção será composta por um funcionário interno do Setor de Recursos Humanos e por dois profissionais nomeados pela administração;

4. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

A classificação será feita de forma objetiva mediante a aplicação de pontos em relação à escolaridade, tempo de serviço e conclusão de cursos de aperfeiçoamento/atualização, conforme tabela abaixo:

Cargos	Título	Pontuação
	1º fase	02 pontos
	2º fase	03 pontos
	3º fase	04 pontos
	4º fase	05 pontos
	5º fase	06 pontos
	6º fase	07 pontos
	7º fase	08 pontos
	8º fase	09 pontos
	Tempo de Serviço no Magistério	0,25 pontos a cada mês, desconsiderando-se frações inferiores.
Acadêmico cursando Ensino Superior em Pedagogia ou Matérias Específicas	Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento	0,25 pontos a cada 10hs (dez horas), desconsiderando-se frações inferiores.

5. DA CLASSIFICAÇÃO:

- 5.1. Os candidatos serão classificados utilizando-se da somatória dos pontos conforme critérios do item 4;
- 5.2. Em caso de empate, terá preferência o candidato com maior número de filhos;
- 5.3. Persistindo o empate, terá preferência o candidato com maior idade e, por fim, sorteio.

6. DOS PRAZOS:

- a. Inscrição: 17 a 24 de Setembro de 2014,
- b. Divulgação do resultado final: 29 de setembro de 2014.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

O resultado será afixado em Mural na Prefeitura Municipal de Coronel Martins-SC e divulgado no site www.coronelmartins.sc.gov.br, a partir do dia 29 de Setembro de 2014.

Coronel Martins-SC, 12 de setembro de 2014.

Dirceu Favretto
Prefeito Municipal

FICHA DE
INSCRIÇÃO
AVISO PÚBLICO Nº 002/2014

(n.º _____)

Nome do Candidato (a): _____
Endereço: _____
Cidade: _____
UF: _____
Telefone: _____
RG: _____ CPF: _____
E-mail: _____

Cargo

Estagiário - 30 horas semanais

Documentos anexos:

() RG () CPF () Comprovante de quitação eleitoral () Comprovante de Escolaridade - Histórico escolar () Tempo de serviço () Comprovante de cursos de aperfeiçoamentos () certidão de nascimento dos filhos - caso possua.

Abaixo assinado, declaro conhecer e aceitar todas as normas Aviso Público 002/2014 da Secretaria Municipal de Educação.

Coronel Martins/SC, ____ de setembro de 2014.

Assinatura do Candidato (a)

FICHA DE INSCRIÇÃO (via do candidato)
AVISO PÚBLICO Nº 002/2014

(n.º _____)

Nome do Candidato (a): _____
RG: _____ CPF: _____

Cargo

Estagiário - 30 horas semanais

Visto do Responsável

Correia Pinto**PREFEITURA****Pregão Presencial - Processo 01/2014 FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DE CORREIA PINTO
PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO 01/2014 - FMAS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ARTESANATO, CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL. Tipo: Menor preço por LOTE. Abertura dos envelopes: 25/09/2014 às 14:00 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 19:00hs, ou em www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 15 de setembro de 2014.

VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES
Presidente da Comissão de Licitação
Pregoeiro Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO 60/2014 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 1/6
Processo Nº: 60/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 60/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 20/2014

No dia 12 do mês de Setembro do ano de 2014, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.438.655/0001-45, com sede administrativa localizada na RUA DUQUE DE CAXIAS, 1569, bairro CENTRO, CEP nº. 88535-000, nesta cidade de Correia Pinto/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). Válio Forster, inscrito no CPF sob o nº. 664.496.859-72, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 60/2014, Processo Licitatório nº. 60/2014, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EPI (EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL), CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
9948	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA ME	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9
11211	Peixer - Comercio, Serviços e Aluguéis Ltda Me	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA	04.584.756/0001-86	ALEX ROSA ZANETTE	036.018.989-00
Peixer - Comercio, Serviços e Aluguéis Ltda Me	07.436.274/0001-77		. . .

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EPI (EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL), CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL.
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 9948 - FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Jaqueta em nylon com bordado lateral	UN	Faccina Daltor	200,000	138,3000	27.660,00
2	Camiseta gola polo com bordado lateral	UN	Faccina Daltor	500,000	35,8300	17.915,00
3	Calça em brim ½ elástico com presilha, zíper e botão	UN	Faccina Daltor	500,000	41,5000	20.750,00
4	Botina com cadarço	UN	Calçados Schi	200,000	23,4500	4.690,00
5	Luva de raspa cano curto	UN	Mara Sinéia	200,000	8,7000	1.740,00
6	Protetor auricular tipo concha	UN	Protect	50,000	9,1000	455,00
7	Protetor auricular tipo plug de silicone	UN	Protect	100,000	1,0300	103,00
8	Bota de borracha cano médio	UN	Cartom	100,000	25,3500	2.535,00
9	Capa de PVC	UN	KCC	50,000	11,2000	560,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 2/6
Processo Nº.: 60/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 60/2014

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumento contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 3/6
Processo Nº.: 60/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 60/2014

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração;

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 4/6
Processo Nº.: 60/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 60/2014

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 5/6
Processo Nº.: 60/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 60/2014

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 6/6
Processo Nº.: 60/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 60/2014

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Correia Pinto para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Correia Pinto, 12 de Setembro de 2014.

Vanio Forster
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA ME CNPJ: 04.584.756/0001-86 _____

Peixer - Comercio, Serviços e Aluguéis Ltda Me CNPJ: 07.436.274/0001-77 _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO 08/2014 FMS/FHMC**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/6

FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO**Processo Nº.: 8/2014****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2014****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 3/2014**

No dia 9 do mês de Setembro do ano de 2014, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 14.741.096/0001-53, com sede administrativa localizada na RUA DUQUE DE CAXIAS, 1569, bairro CENTRO, CEP nº. 88535-000, nesta cidade de Correia Pinto/SC, representado pelo(a) Prefeito Municipal, o Sr(a). Vânio Forster, inscrito no CPF sob o nº. 664.496.859-72, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 8/2014, Processo Licitatório nº. 8/2014, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER LICENÇA DE USO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO DA SAÚDE, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE TREINAMENTO, IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO DOS DADOS EXISTENTES, MANUTENÇÃO LEGAL E CORRETIVA DURANTE O PERÍODO CONTRATUAL, SUPORTE TÉCNICO, CONFIGURAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO PARA ADAPTAR O SISTEMA ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC, COM CAPACITAÇÃO DAS DIRETORIAS E UNIDADES ASSISTENCIAIS DE SAÚDE, BEM COMO O HOSPIT. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
600	INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA ME - FILIAL	1, 2, 3, 4, 5

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA ME - FILIAL	00.867.301/0002-06	ALEXANDRE MARCELO MATOS	006.363.089-36

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER LICENÇA DE USO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO DA SAÚDE, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE TREINAMENTO, IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO DOS DADOS EXISTENTES, MANUTENÇÃO LEGAL E CORRETIVA DURANTE O PERÍODO CONTRATUAL, SUPORTE TÉCNICO, CONFIGURAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO PARA ADAPTAR O SISTEMA ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC, COM CAPACITAÇÃO DAS DIRETORIAS E UNIDADES ASSISTENCIAIS DE SAÚDE, BEM COMO O HOSPIT.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR LOTE, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 600 - INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA ME - FILIAL						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Licença de Uso/Implantação do Sistema	SER	INOVADORA	1,000	0,0001	0,00
2	Locação e manutenção mensal do Sistema. Fundo Municipal de Saúde.	MES	INOVADORA	12,000	1.000,0000	12.000,00
3	Locação e manutenção mensal do Sistema. Fundação Hospitalar Municipal	MES	INOVADORA	12,000	1.000,0000	12.000,00
4	Valor para conversão do banco de dados existente no município.	SER	INOVADORA	1,000	0,0001	0,00
5	140 horas Treinamento para a implantação dos módulos do sistema, quando solicitado; Incluindo: 80 deslocamentos para atendimento/treinamento, e 80 horas trabalhadas para atendimento/treinamento, para o Fundo Municipal de Saúde.	SER	INOVADORA	1,000	14.600,0000	14.600,00
Treinamento para a implantação dos módulos do sistema, quando solicitado; Incluindo: 60 deslocamentos para atendimento/treinamento, e 60 horas trabalhadas para atendimento/treinamento, para a Fundação Hospitalar Municipal.						
Se solicitado e autorizado pela administração municipal.						

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 2/6

Processo Nº.: 8/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2014

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumento contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 3/6
Processo Nº.: 8/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2014

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração;

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 4/6
Processo Nº.: 8/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2014

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 5/6
Processo Nº.: 8/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2014

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 6/6

Processo Nº.: 8/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2014

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Correia Pinto para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Correia Pinto, 9 de Setembro de 2014.

Vânio Forster
Prefeito Municipal

Empresas Participantes:

INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA ME - FILIAL

CNPJ: 00.867.301/0002-06 _____

Corupá

PREFEITURA

Decreto Nº 760/14

DECRETO Nº 760/14

AUTORIZA O CLUBE DE TRILHEIROS CHAVE 13 A FAZER USO SEM FINS LUCRATIVO, DO ESPAÇO PÚBLICO NA PRAÇA MUNICIPAL ARTUR MÜLLER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 152 e 155 da Lei Complementar Municipal nº 010/2009, de 29 de setembro de 2009, CONSIDERANDO, tratar-se de ação beneficente sem fins lucrativos;

CONSIDERANDO que, não haverá venda de bebidas e produtos de gêneros alimentícios;

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o uso do espaço público da Praça Artur Müller, no dia 04 de outubro de 2014, das 09 às 17 horas para a realização da ação, tendo como responsável o Clube de Trilheiros Chave 13.

Art. 2º - Toda a limpeza, segurança e integridade do patrimônio público, relativamente ao local de realização do evento, fica sob inteira responsabilidade do Clube de Trilheiros Chave 13.

Art. 3º - A autorização para uso do espaço público não acarreta em prejuízo a necessidade de observância aos ditames do Código de Posturas e demais Leis, inclusive no tocante a vedação ao consumo de bebidas alcoólicas em espaços públicos e vedação ao embarço a fluidez regular do trânsito.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
10 de setembro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Curitibanos

PREFEITURA

Justificativa de Dispensa de Licitação Nº 238/2014

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 238/2014

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Município de Curitibanos e a empresa CHAPEMÁQUINAS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, com o valor total de R\$ 280,00 (Duzentos e oitenta reais).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA A MANUTENÇÃO DA RETROESCAVADEIRA LB 110 EM USO NA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, TENDO EM VISTA QUE NÃO HOUVE PARTICIPANTES NO PREGÃO PRESENCIAL Nº 225/2014, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO V DA LEI 8.666/93, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 Inciso V - Quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso V da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 11 de setembro de 2014.

Diego Sebem Wordell
Presidente da Comissão

Cristina Melo Menegotto
Membro

Márcia Dominski Penteado
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso V dou como aprovada.

Curitibanos, 11 de setembro de 2014.

Claudio Vieira França
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a compra e venda mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 11 de setembro de 2014.

Jose Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Edital de Pregão Presencial Nº 57/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2014

O Fundo Municipal de Educação de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, aquisição e instalação de

equipamentos e materiais para sonorização para uso da Secretaria Municipal de Educação, conforme anexo I deste edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 29/09/2014, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibaanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 29/09/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos. O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibaanos sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 as 19:00) e/ou na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 12 de Setembro de 2014.

Kleberon Luciano Lima
Presidente do Fundo

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

Contratos 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 083/2014.

Contratante: Prefeitura de Dionísio Cerqueira

Contratado: Davi Casagrande - ME

Objeto: Contratação de empresa para realização de obra de reforma e melhorias com fornecimento de materiais no quartel do Corpo de Bombeiros de Dionísio Cerqueira. Origem: Processo 101/2014 Modalidade: CV 101/2014 PMDC Valor R\$ 19.717,42 Vigência: 11/09/2014 À 10/10/2014.

Dionísio Cerqueira 11/09/2014

Altair Rittes

Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 084/2014.

Contratante: Prefeitura de Dionísio Cerqueira

Contratado: Macoenge Ltda - EPP

Objeto: Contratação de empresa para execução de obras de construção do centro de referencia de Assistência Social - CRAS Contrato de Repasse 2623.1012.673-67/2013 FNAS/CAIXA Origem: Processo 095/2014 Modalidade: TP 085/2014 PMDC Valor R\$ 328.700,00 Vigência: 11/09/2014 À 31/12/2015.

Dionísio Cerqueira 11/09/2014

Altair Rittes

Prefeito Municipal.

RESULTADOS DE LICITAÇÕES 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do CV nº 101/2014, Objeto: Contratação de empresa para realização de obra de reforma e melhorias com fornecimento de materiais no quartel do Corpo de Bombeiros de Dionísio Cerqueira Vencedor Davi Casagrande - ME - Valor R\$ 19.717,42

Dionísio Cerqueira 11/09/2014

Altair Rittes

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do TP nº 095/2014, Objeto: Contratação de empresa para execução de obras de construção do centro de referencia de Assistência Social - CRAS Contrato de Repasse 2623.1012.673-67/2013 FNAS/CAIXA Vencedor Macoenge Ltda - EPP - Valor R\$ 328.700,00

Dionísio Cerqueira 11/09/2014

Altair Rittes

Prefeito Municipal

Erval Velho

PREFEITURA

Edital de Notificação por Autuação

Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração de Trânsito

Pelo presente ficam indicados os veículos relacionados:

Edital nº 264 225/2012

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
LWX1940	55879504D	5010/0	23/08/2012
LWX1940	55879505D	5118/0	23/08/2012
LWX1940	55879506D	6599/2	23/08/2012
LZJ0236	55879563D	5185/1	17/08/2012

Edital nº 264 224/2012

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
ALB0197	55047918D	7366/2	14/08/2012
AOX1239	55879564D	5185/1	18/08/2012
MGG6861	55879562D	5185/1	17/08/2012

Edital nº 264 223/2012

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
INE6606	55047956D	5606/0	29/07/2012
INE6606	55047957D	6319/0	29/07/2012
INE6606	55047958D	5185/1	29/07/2012
MIP5905	550497959D	5010/0	01/08/2012
MIP5905	55047960D	5118/0	01/08/2012
MJD7517	55047955D	5185/1	21/07/2012
MJF1412	55879553D	5185/1	23/07/2012
MJF1412	55879554D	5185/2	23/07/2012

Edital nº 264 222/2012

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
Mfv0976	55047910D	5525/0	30/05/2012

Edital nº 264 221/2012

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
MHE4754	55047914	5614/4	10/07/2012

Edital nº 264 220/2012

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
LZI3745	550447847D	5185/1	26/06/2012
MCO4028	550477846D	5185/1	23/06/2012

Edital nº 264 219/2012

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
ANN8281	55047915D	5614/4	10/07/2012

Edital nº 264 218/2012

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
AKZ7441	55047848D	5185/1	26/06/2012
MAF7319	55047951D	5525/0	13/06/2012
MCP3888	55047908D	5010/0	21/05/2012
MCP3888	55047909D	6599/2	21/05/2012

Edital nº 264 217/2012

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
MIY7321	55047840D	5185/1	10/04/2012

Edital nº 264 216/2012

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
AAL8069	55144881C	5738/0	24/08/2011

Edital nº 264 215/2012

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
Mde4650	55047799D	5541/1	27/05/2012

Edital nº 264 214/2012

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
LYQ0657	55047598D	5169/1	19/04/2012
LYQ0657	55047599D	5010/0	19/04/2012
LYQ0657	55047600D	6599/2	19/04/2012
LYQ0657	55047797D	5118/0	19/04/2012

Edital nº 264 213/2012

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
MCZ2718	55047819D	7340/0	05/03/2012

Edital nº 264 212/2012

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
DF09999	55047744D	5185/1	10/02/2012

Edital nº 264 211/2012

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
LWW1604	55047853D	7030/1	06/04/2012
LWW1604	55047854D	7048/1	06/04/2012
LXZ5953	55047794D	6599/2	16/04/2012
MAM6255	55047833D	5010/0	21/03/2012
MAM6255	55047836D	5118/0	21/03/2012
MIK4006	55047793D	5380/0	14/04/2012
MJT3668	55047827D	5185/1	15/03/2012

Edital nº 264 210/2012

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
LZI2939	55047820D	5185/1	05/03/2012

Edital nº 264 209/2012

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
AAU6635	55047664D	5550/0	08/09/2011

Edital nº 264 208/2012

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
CLZ2374	55047906D	6041/2	11/03/2012
IKE2217	55047815d	5185/1	21/02/2012
MAB1735	55047781D	5010/0	20/02/2012
MCA9876	55047834D	5010/0	21/03/2012
MCA9876	55047835D	6599/2	21/03/2012
MID7087	55047832D	7340/0	17/03/2012

Edital nº 264 207/2012

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
MEO4235	55047584D	5274/2	12/01/2012
MEO4235	55047585D	5274/1	12/01/2012
MEO4235	55047586D	5274/3	12/01/2012
MEO4235	55047587D	5720/0	12/01/2012

Edital nº 264 206/2012

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
MCO4028	55047750D	5185/1	11/03/2012
MEG6625	55047785D	5010/0	04/03/2012
MEG6625	55047786D	5118/0	04/03/2012

Edital nº 264 205/2012

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
LXV6836	55047903D	5185/1	11/03/2012

Edital nº 264 204/2012

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
MDT1977	55047546D	5185/1	14/08/2011
MIG6985	55047686D	5185/1	01/11/2012
MIG6985	55047687D	5185/2	01/11/2011

Edital nº 264 203/2012

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
AHD7810	55047780D	5185/1	18/02/2012
AHO0289	55047822D	5185/1	09/03/2012
LXS1644	55047749D	6599/2	06/03/2012
LXT5095	55047594D	5045/0	09/02/2012
LZZ7103	55047595D	5185/1	09/02/2012
MAZ9350	55047741D	5045/0	10/02/2012
MAZ9350	55047742D	6599/2	10/02/2012
MCC2370	55047747D	7366/2	22/02/2012
MFH6843	55047732D	5185/1	06/02/2012
MHP01887	55047779D	5185/1	18/02/2012
MII4930	55047720D	5010/0	02/02/2012
MII4930	55047722D	5118/0	02/02/2012

Edital nº 264 202/2012

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
AGJ6624	55047728D	5010/0	02/02/2012
AGJ6624	55047729D	5118/0	02/02/2012
AGJ6624	55047730D	6599/2	02/02/2012
ALT2185	55047715D	5614/4	29/01/2012
ALT2182	55047716D	7366/2	29/01/2012
LYP1749	55047717D	5010/0	01/02/2012
LYP1749	55047718D	5061/0	01/02/2012
LZD8855	55047807D	5061/0	01/02/2012
LZV5767	55047801D	5185/1	11/01/2012
MDR6382	55047588D	5185/1	25/01/2012
MIO5137	55047767D	5010/0	28/01/2012
MIO5137	55047768D	5118/0	28/01/2012

Edital nº 264 201/2012

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
BOC5603	55047740D	5380/0	07/02/2012
JEA6347	55047771D	5185/1	04/02/2012
LYQ2126	55047778D	5380/0	12/02/2012

Edital nº 264 200/2012

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
MDW4216	55047634D	5169/1	21/11/2011

Edital nº 264 199/2012

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
ILD5967	55047811d	5185/1	21/01/2012
MBX3138	55047812d	5185/1	27/01/2012
MGZ5149	55047591D	5185/1	03/02/2012

Edital nº 264 198/2012

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
AAP4595	55047759D	5185/1	30/12/2011
MAX4892	55047760D	6599/2	03/01/2012

Edital nº 264 197/2012

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
AFQ9182	55047688D	6599/2	04/11/2011
LXI6498	55047645D	5010/0	08/12/2011
LXI6498	55047646D	5118/0	08/12/2011
LXI6498	55047647D	6599/2	08/12/2011

Edital nº 264 196/2012

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
LZF5570	55047804D	5185/1	15/01/2012
MGY2156	55047754d	5641/4	18/12/2011
MHI3931	55047758D	5185/2	26/12/2011

Edital nº 264 195/2012

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
LYX4434	55047578D	7234/0	15/12/2011

LX4434	55047648D	6599/2	15/12/2011
LY4434	55047649D	5010/0	15/12/2011
LY4464	55047650D	5169/1	15/12/2011
MDU9474	55047762D	5010/0	08/01/2012
MDU9474	55047763D	6599/2	08/01/2012
MFI6068	55047757D	5185/1	26/12/2011
NEJ6729	55144843D	5525/0	29/12/2011

Edital nº 264 194/2012

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
AJO7272	55047751D	5185/1	18/12/2011
AJO7272	55047752D	5185/2	18/12/2011
MAE8735	55047635D	5185/1	24/11/2011
MAR0063	55047702D	5380/0	04/12/2011
MHY0932	55047643D	5185/1	04/12/2011

Edital nº 264 193/2012

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
AGU2353	55047570D	5274/1	26/11/2011
JWQ0841	55047704D	5010/0	12/12/2011
JWQ0841	55047705D	5061/0	12/12/2011
JWQ0841	55047706D	6599/2	12/12/2011
LYZ5062	55047571D	5010/0	08/12/2011
LYZ5062	55047572D	5118/0	08/12/2011
LYZ5062	55047573D	6599/2	08/12/2011

Edital nº 264 233/2013

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
MFJ4983	55879583D	5010/0	04/11/2012
MFJ4983	55879584D	5118/0	04/11/2012
MFJ4983	55879585D	6599/2	04/11/2012

Edital nº 264 232/2012

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
MIV200	55047927D	5185/1	17/09/2012

Edital nº 264 231/2012

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
BOE6728	55879579D	5185/1	01/11/2012
LYY0989	55047962D	5010/0	17/10/2012
LYY0989	55047963D	5118/0	17/10/2012
LYY0989	55879575D	5010/0	18/10/2012
LYY0989	55879576D	5118/0	18/10/2012

Edital nº 264 230/2012

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
MBV0966	55047964D	5010/0	17/10/2012
MBV0966	55047965D	5118/0	17/10/2012
MGV3054	55047932D	5010/0	15/11/2012
MGV3054	55047933D	5118/0	15/11/2012

Edital nº 264 230/2012

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
-------	------------------	--------------------	------------------

MBV0966	55047964D	5010/0	17/10/2012
MBV0966	55047965D	5118/0	17/10/2012
MGV3054	55047932D	5010/0	15/11/2012
MGV3054	55047933D	5118/0	15/11/2012

Edital nº 264 229/2012

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
MGR6069	55879578D	5525/0	31/10/2012

Edital nº 264 228/2012

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
BZM3729	55047921D	6866/1	17/08/2012
MJP2952	55047850D	5185/1	14/07/2012

Edital nº 264 227/2012

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
AHY2003	55879570D	5185/1	27/09/2012
LYY0989	55879565D	5185/1	31/08/2012
LYY0989	55879566D	5185/1	08/09/2012

Edital nº 264 226/2012

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
LWX0546	55047917D	5525/0	13/07/2012

Edital nº 264 265/2013

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
LYG6241	55879619D	5185/1	11/10/2013
LYG6241	55879626D	5185/1	21/10/2013
MBI8649	55879625D	5614/4	19/10/2013

Edital nº 264 264/2013

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
ATB3082	55879618D	7366/2	08/10/2013
BPP5832	55047940D	6599/2	21/09/2013
IRS9581	55047949D	7366/2	03/10/2013
LYG9119	55047947D	5452/2	03/10/2013

Edital nº 264 263/2013

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
MGY0630	55879667D	5185/1	15/08/2013

Edital nº 264 262/2013

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
MFZ6450	55879524D	5185/1	05/06/2013

Edital nº 264 261/2013

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
Mcg1963	55879697d	7366/2	03/09/2013

Edital nº 264 260/2013

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
MBC3863	55879545D	6599/2	13/07/2013
MBC3863	55879546D	5010/0	13/07/2013
MBC3863	55879547D	5118/0	13/07/2013

Edital nº 264 259/2013

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
LZA5790	55879662D	5231/1	31/08/2013

Edital nº 264 258/2013

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
LXS8246	55879610D	5185/1	05/08/2013
MAY1119	55879669D	5185/1	18/08/2013

Edital nº 264 257/2013

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
AKY8513	55047995D	5525/0	29/06/2013
MGS9900	55047886D	5185/1	21/05/2013
MKE4101	55047890D	5274/1	03/06/2013
MKE4101	55879522D	5169/1	03/06/2013

Edital nº 264 256/2013

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
LXK1906	55047896D	5185/1	24/06/2013

Edital nº 264 255/2013

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
JZQ7669	55879668D	5185/1	15/08/2013
MHO5153	55879606D	5185/1	21/07/2013

Edital nº 264 254/2013

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
MAZ8172	55879655D	5185/1	30/07/2013

Edital nº 264 253/2013

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
MEH4177	55047894D	5657/0	22/06/2013

Edital nº 264 252/2013

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
IHT9483	55879529D	6599/2	03/07/2013

Edital nº 264 251/2013

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
ABB9049	55879603D	5010/0	18/07/2013
ABB9049	55879604D	5118/0	18/07/2013
ABB9049	55879605D	6599/2	18/07/2013

ALI1768	55879601D	6599/2	10/07/2013
LWZ7328	55047999D	5010/0	05/07/2013
LWZ7328	55048000D	5118/0	05/07/2013
LXY6640	55879654D	5185/1	30/07/2013
MEH4177	55879653D	5207/0	26/07/2013

Edital nº 264 250/2013

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
DDF7151	55879534D	5185/2	06/07/2013
LXI5991	55047900D	5169/1	29/06/2013
LXI5991	55047998D	6556/5	29/06/2013
LZK2036	55879527D	5169/1	19/06/2013
LZK2036	55879538D	5010/0	19/06/2013
MAW5788	55879532D	5185/1	06/07/2013
MKE9507	55879537D	5169/1	07/07/2013

Edital nº 264 246/2013

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
MEG7333	55879513D	5835/0	17/03/2013
MEG7333	55879515D	5169/1	17/03/2013

Edital nº 264 245/2013

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
LXE2298	55047991D	5169/1	12/05/2013

Edital nº 264 244/2013

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
AEV8404	55047885D	5185/1	21/05/2013

Edital nº 264 243/2013

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
ASG1936	55047874D	5185/1	27/04/2013
JPH2209	55047884D	5185/1	09/05/2013
MEZ4548	55047871D	5169/1	13/04/2013
MJO7571	55879518D	5185/1	26/04/2013

Edital nº 264 242/2013

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
MBN0906	55047880D	5010/0	05/05/2013
MBN0906	55047881D	5118/0	05/05/2013

Edital nº 264 241/2013

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
ADZ1921	55047988D	6599/2	13/04/2013
LZO8607	55047870D	5169/1	03/04/2013
MDR7406	55047872D	5185/1	19/04/2013
MIU7775	55047876D	5010/0	28/04/2013
MIU7775	55047878D	5061/0	28/04/2013
MIV7200	55879517D	5185/1	26/04/2013
MKG8572	55047879D	7366/1	28/04/2013

Edital nº 264 240/2013

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
MBJ2279	55879591d	5185/1	19/01/2013

Edital nº 264 239/2013

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
JQE5320	55879599D	5185/1	25/01/2013

Edital nº 264 238/2013

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
MDH7055	55047866D	5185/1	17/03/2013

Edital nº 264 237/2013

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
HQD0484	55047974D	5010/0	27/01/2013
HQD0484	55047974D	5118/0	27/01/2013
MEH2496	55047864D	6181/0	12/02/2013
MHE2496	55047865D	5835/0	12/02/2013
MEY5570	55047983D	5185/1	05/02/2013

Edital nº 264 236/2013

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
LXT3299	55047982D	5185/1	05/02/2013
LZM8069	55879596D	5010/0	25/01/2013
LZM8069	55879597D	5118/0	25/01/2013
LZM8069	55879598D	6599/2	25/01/2013
MHF8785	55047986D	5061/0	11/02/2013
MHF8785	55047987D	5010/0	11/02/2013

Edital nº 264 235/2013

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
ANK7980	55047970D	5010/0	19/01/2013
ANK7980	55047971D	5118/0	19/01/2013

Edital nº 264 234/2013

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
MIY9211	55047977D	5185/1	31/01/2013

Edital nº 264 275/2014

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
LYU4856	55879754D	5380/0	29/11/2013
MDF0831	55879649D	5010/0	18/11/2013

Edital nº 264 274/2014

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
LXM6201	55879803D	5185/1	03/12/2013

Edital nº 264 273/2014

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
CEL7752	55879646D	5515/0	10/11/2014
MAA2496	55879636D	5010/0	03/11/2014
MAA2496	55879637D	5118/0	03/11/2014
MAA2496	55879638D	6599/2	03/11/2014
MDS7100	55879644D	5185/1	10/11/2014

Edital nº 264 272/2013

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
LWX4802	55879648D	5185/1	10/11/2013

Edital nº 264 271/2013

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
IEQ1622	55047938D	5185/1	12/09/2013
LWT4633	55047944D	5525/0	21/09/2013

Edital nº 264 270/2013

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
KBQ9009	55878751D	5738/0	17/11/2013

Edital nº 264 301/2014

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
MEN5269	55879924D	5525/0	24/05/2014

Edital nº 264 300/2014

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
ATB3082	55879618D	7366/2	08/10/2013

Edital nº 264 303/2014

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
JKS8692	55879912D	5525/0	05/04/2014
JKS8692	55879917D	5185/1	11/04/2014

Edital nº 264 302/2014

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
HTX7297	55879781D	6588/2	11/06/2014
HTX7297	55879782D	5010/0	11/06/2014
MHI0466	55879719D	5452/1	19/05/2014

Edital nº 264 299/2014

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
MCD6225	55879906D	5185/1	24/03/2014

Edital nº 264 298/2014

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
MEU6297	55879715D	5010/0	03/05/2014
MEU6297	55879716D	5118/0	03/05/2014

MEU6297	55879717D	6599/2	03/05/2014
---------	-----------	--------	------------

Edital nº 264 297/2014

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
MGZ0602	55879869D	5525/0	10/03/2014

Edital nº 264 296/2014

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
MCV9088	55879920D	5185/1	17/04/2014
MGZ8117	55879913D	5380/0	08/04/2014

Edital nº 264 295/2014

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
MBS3848	55879779D	5185/1	10/05/2014
MBS3848	55879780D	7366/2	10/05/2014
MGG6861	55879919D	5185/1	17/04/2014
MIT8779	55879714D	7366/2	25/04/2014

Edital nº 264 294/2014

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
MAH8125	55879834D	5185/1	09/02/2014

Edital nº 264 293/2014

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
IJJ9616	55879907D	5452/1	27/03/2014

Edital nº 264 292/2014

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
LYW4246	55879771D	5185/1	01/02/2014

Edital nº 264 291/2014

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
ANK7980	55879777D	6599/2	08/03/2014
MKN1701	55879847D	5010/0	06/03/2014

Edital nº 264 290/2014

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
AGQ0825	55879849D	5185/1	09/03/2014
AHL2538	55879901D	5185/1	09/03/2014

Edital nº 264 289/2014

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
MAR3930	55879820D	7366/2	28/12/2013

Edital nº 264 288/2014

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
MCL5492	55879778D	5169/1	11/03/2014
MEL7084	55879908	5185/1	27/03/2014

Edital nº 264 287/2014

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
MEK2894	55879833D	5185/1	09/02/2014
MEZ6210	55879772D	5010/0	23/02/2014
MEZ6210	55879773D	5118/0	23/02/2014
MEZ6210	55879774D	6599/2	23/02/2014
MEZ6210	55879775D	5169/1	23/02/2014
MEZ6210	55879776D	5282/0	23/02/2014
MIV7200	55879841D	5185/1	11/02/2014

Edital nº 264 286/2014

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
MAV2420	55879840D	5185/1	11/02/2014
MHD0001	55879902D	5185/1	09/03/2014

Edital nº 264

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
LZA6376	55879856D	5010/0	01/01/2014
LZA6376	55879857D	6599/2	01/01/2014
LZA6376	55879858D	5118/0	01/01/2014

Edital nº 264 284/2014

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
CHI4161	55879866D	7366/2	15/02/2014
EIV8375	55879832D	5185/1	09/02/2014
LXB6607	55879764D	5185/1	21/01/2014
MEZ4548	55879830D	7340/0	11/01/2014
MFM5987	55879769D	5185/1	01/02/2014
MKJ4097	55879839D	5185/1	11/02/2014
MKN1701	55879765D	5010/0	24/01/2014

Edital nº 264 283/2014

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
DJN5349	55879842D	5185/1	11/02/2014
LXD6526	55879823D	5185/1	30/12/2013
MLW2508	55879817D	5185/1	28/12/2013

Edital nº 264 282/2014

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
AMK2759	55879760D	5738/0	26/12/2013

Edital nº 264 281/2014

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
CHI4161	55879770D	5185/1	01/02/2014
DJF3291	55879810D	5185/1	19/12/2013
LXM6201	55879811D	5185/1	19/12/2013
MHS4798	55879766D	7366/2	27/01/2014

Edital nº 264 280/2014

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
MCV4759	55879826D	5185/1	30/12/2013
MDQ3848	55879859D	5010/0	04/01/2014

MDQ3848	55879860D	5118/0	04/01/2014
MDQ3848	55879861D	6599/2	04/01/2014
MDQ3848	55879862D	5835/0	04/01/2014

Edital nº 264 279/2014

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
ALW1713	55879647D	5185/1	10/11/2013
ASG1936	55879842D	5185/1	10/11/2013

Edital nº 264 278 2014

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
MIG3454	55879622D	5185/1	14/10/2013

Edital nº 264 277/2014

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
AEV8404	55879706D	6912/0	01/12/2013
MCE4370	55879758D	5320/0	10/12/2013
MDU9474	55879804D	5010/0	07/12/2013
MDU9474	55879806D	6599/2	07/12/2013
MDU9474	55879807D	5118/0	07/12/2013
MLF0717	55879753D	5525/0	29/11/2013

Edital nº 264 276/2014

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
ALW1713	55879612D	5185/1	21/09/2013
MAI0517	55047942D	5185/1	21/09/2013

Edital nº 264 269/2013

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
MAY6674	55879620D	5185/1	11/10/2013
MET6735	55879643D	5525/0	10/11/2013

Edital nº 264 268/2013

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
MIC3884	55879658D	5185/1	03/08/2013

Edital nº 264 267/2013

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
ILP6521	55047950D	5550/0	09/10/2013
MIK8491	55879623D	5045/0	19/10/2013
MIK8491	55879624D	5169/1	19/10/2013
MIU572	55879617D	5525/0	08/10/2013

Edital nº 264 266/2013

Placa	Auto de Infração	Código de Infração	Data da Infração
AFM0886	55047941D	5185/1	21/09/2013
MIP5905	55879615D	5010/0	27/09/2013
MIP5905	55879616D	5061/0	27/09/2013

Transcorrido o prazo acima, sem a apresentação de defesa de autuação, fica(m) os notificado(s) ciente(s) da imposição de

penalidade nos termos do Art. 282 da LEI N. 9503, de pagamento ou, querendo, ainda, apresentar recurso à Jari.

PORTARIA 2989/2014

PORTARIA 2989, de 11 de setembro de 2014.

Exonera Servidor Temporário e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. EXONERAR a pedido o Senhor OSIEL ANASTÁCIO NUNES, ocupante do cargo temporário de Agente de Serviços Gerais I, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho, nomeado pela Portaria 2947, de 12 de maio de 2014.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09 de setembro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 11 de setembro de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2990/2014

PORTARIA 2990, de 11 de setembro de 2014.

Exonera Servidor Temporário e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. EXONERAR por motivo de óbito a Senhora RUBIA MARA DAVOGLIO, ocupante do cargo temporário de Psicólogo, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho, nomeada pela Portaria 2951, de 15 de maio de 2014.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 11 de setembro de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças

LEI 1366/2014

Lei n. 1366, de 09 de setembro de 2014.

Reconhece de Utilidade Pública Entidade que especifica e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho - Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica reconhecida de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO BELA VISTA DO ERVAL, entidade sem fins econômicos e sem fins lucrativos estabelecida na Rua Isaltino Pedrozo de Campos, s/ nº, no Bairro Bela Vista, Município de Erval Velho, inscrita no CNPJ sob o nº 19.421.381/0001-00, com estatuto registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos / Registro Civil das Pessoas Jurídicas do Oficial Claudionor Luiz Machado da Comarca de Herval d' Oeste, SC, às fls 289 à 292 do Livro 4-A sob o nº 157, tendo como finalidade " Promover junto aos seus sócios e a comunidade a melhoria do convívio entre os habitantes através da integração de seus moradores, promovendo desenvolvimento comunitário através de programas, obras, atividades recreativas e sociais, culturais, desportivas, educacionais e artesanais com recursos próprios, obtidos por doações, subvenções, promoções e empréstimos".

Art. 2º - A Associação de Moradores do Bairro Bela Vista do Erval fica assegurado os direitos, vantagens e prerrogativas previstas em lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente no Município.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 09 de setembro de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 09 de setembro de 2014.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

Faxinal dos Guedes**PREFEITURA****1Extrato Contrato_alberici - Capela Mortuária Barra Grande**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0143/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Alberici e Cia Ltda Me.

Objeto: Contratação de empresa para reforma e ampliação da capela mortuária do distrito da Barra Grande, município de faxinal dos Guedes, incluindo materiais e mão de obra.

Valor: R\$ 129.340,42 (cento e vinte e nove mil trezentos e quarenta reais e quarenta e dois centavos)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0074/2014, na Modalidade Tomada de Preços nº 0003/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 11 de setembro de 2014.

EDEGAR GIORDANI

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato Contrato_ 01422014 - Luiz Quilante - Madeiras

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0142/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Luiz Quilante Me

Objeto: Aquisição de forma parcelada de madeiras para construção de casas populares na linha florestal - distrito Barra Grande e no município de Faxinal dos Guedes.

Valor: R\$ 51.392,00 (cinquenta e um mil trezentos e noventa e dois reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0081/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0043/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 08 de setembro de 2014.

EDEGAR GIORDANI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO ADT 2º ALEXSANDRA DOS SANTOS - RECURSOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

Contratante: Município de Faxinal dos Guedes
Contratado: Alessandra dos Santos Me
Objeto: Contratação de profissional par elaboração de projetos que visam a captação de recursos junto ao governo Estadual, Federal bem como em entidades privadas.
Número do Contrato: 0031/2013
Segundo Termo Aditivo: Prorroga Prazo de Vigência
Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0026/2013 na Modalidade Carta Convite nº 0011/2013 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 12 de setembro de 2014.
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

Forquilha**PREFEITURA****Extrato de Contrato PMF Nº. 185/2014**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 185/2014
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - IND. E COM. CONFECÇÕES LORICH LTDA ME
OBJETO - O presente Contrato tem por objeto, aquisição de camisetas, uniformes e afins para atendimento às diversas secretarias e Fundos do Município de Forquilha/SC, durante o exercício corrente.

VALOR - R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).
VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 3.3.90.30.23 (13); 3.3.90.30.23 (29); 3.3.90.30.23 (74); 3.3.90.30.23 (110).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 169/PMF/2014

DATA DA ASSINATURA - 26 de agosto de 2014.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 185/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 185/2014
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - IND. E COM. CONFECÇÕES LORICH LTDA ME
OBJETO - O presente Contrato tem por objeto, aquisição de camisetas, uniformes e afins para atendimento às diversas secretarias e Fundos do Município de Forquilha/SC, durante o exercício corrente.

VALOR - R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).
VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 3.3.90.30.23 (13); 3.3.90.30.23 (29); 3.3.90.30.23 (74); 3.3.90.30.23 (110).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 169/PMF/2014

DATA DA ASSINATURA - 26 de agosto de 2014.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Rec.Federais 12/09/2014

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
11/09/2014	Ministério da Saúde	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	94.081,41
11/09/2014	Ministério da Saúde	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	28.305,00
11/09/2014	Ministério da Saúde	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	7.500,00
11/09/2014	Ministério da Saúde	Atenção Básica	75.946,00

Secretaria de Finanças

EXTRATO DE CONTRATO Nº CT14PMF141

Extrato do Contrato nº CT14PMF141

Município de Fraiburgo - SC

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA. Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de pavimentação asfáltica CAUQ, de acordo com os Projetos, Memoriais Descritivos e Quantitativos (anexos ao PAL), nas Ruas e Avenidas do município relacionadas a seguir:

Nº	LOCAL	V. UNIT. R\$	V.GLOBAL-R\$
LOTE 5	6) Rua Pedro de Paula Rocha - Bairro São Miguel - Área de 1.153,10 m²;	R\$ 100.340,23	R\$ 100.340,23
SOMA GERAL			R\$ 100.340,23

Data do Contrato: 11.09.2014. Prazo de Vigência do Contrato: 180 (cento e oitenta) dias, de 11.09.2014 a 10.03.2015. Prazo de Execução: 150 (cento e cinquenta) dias após a emissão e entrega da Ordem de Serviço. Processo Administrativo Licitação: nº 0138/2014 - PMF. Modalidade: Concorrência Pública nº 0003/2014. Recursos: 9.259 - Convênio nº 2014TR001197, celebrado com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Fazenda e Secretaria de Estado da Casa Civil - Crédito Orçamentário - SEF/FUNDAM; e 1200 - Recursos Ordinários da Secretaria de Infraestrutura.

Fraiburgo (SC), 11 de setembro de 2014.

Ivo Biazolo

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº CT14PMF140

Extrato do Contrato nº CT14PMF140

Município de Fraiburgo - SC

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: JND CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA LTDA. Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de pavimentação asfáltica CAUQ, de acordo com os Projetos, Memoriais Descritivos e Quantitativos (anexos ao PAL), nas Ruas e Avenidas do município relacionadas a seguir:

Nº	LOCAL	V. UNIT. R\$	V.GLOBAL-R\$
LOTE 1	1) Avenida Michelle Simonetti - Trecho 1 - Bairro São Miguel - Área de 1.305,88 m²	R\$ 124.412,27	
LOTE 1	2) Avenida Michelle Simonetti - Trecho 2 - Bairro São Miguel - Área de 892,94 m²	R\$ 90.174,21	
SOMA DO LOTE 1 - TRECHO 1 + TRECHO 2			R\$ 214.586,48
LOTE 2	3) Rua Antenor Dias de Andrade - Bairro São Miguel - Área de 1.338,22 m²	R\$ 108.382,86	R\$ 108.382,86
LOTE 3	4) Rua Leopoldo Dias Leite - Bairro São Miguel - Área de 1.149,90 m²	R\$ 95.807,53	R\$ 95.807,53
LOTE 4	5) Rua Herzellino Del Re - Bairro São Miguel - Área de 1.149,46 m²	R\$ 95.190,07	R\$ 95.190,07
LOTE 6	7) Rua Sebastião H. de Oliveira - Bairro São Miguel - Área de 1.154,16 m²	R\$ 95.802,29	R\$ 95.802,29
LOTE 7	8) Avenida Guilherme Pinz - Trecho - Bairro São Miguel - Área de 4.500,26 m²	R\$ 394.134,06	R\$ 394.134,06
LOTE 8	9) Rua José Slongo - Bairro São Miguel - Área de 1.137,24 m²	R\$ 97.985,37	R\$ 97.985,37
LOTE 9	10) Rua Batista Rui - Bairro São Miguel - Área de 1.147,54 m²	R\$ 95.989,88	R\$ 95.989,88
LOTE 10	11) Rua Albino Secchi - Bairro São Miguel - Área de 1.148,16 m²	R\$ 95.559,59	R\$ 95.559,59
LOTE 11	12) Rua Angelim Grigolo - Trecho 1 - Bairro São Miguel - Área de 1.103,40 m²	R\$ 89.894,03	R\$ 89.894,03
LOTE 12	13) Rua Alcides Antonio Sella - Trecho 1 - Bairro São Miguel - Área de 1.146,74 m²	R\$ 89.991,34	R\$ 89.991,34
LOTE 13	14) Rua Rose Mari C.Rocha - Bairro São Miguel - Área de 1.146,38 m²	R\$ 89.491,74	R\$ 89.491,74
LOTE 14	15) Avenida Paulo Shirmmer - Trecho 1 - Bairro São Miguel - Área de 1.573,61 m²	R\$ 142.399,39	

LOTE 14	16) Avenida Paulo Shirmmer - Trecho 2 - Bairro São Miguel - Área de 1.615,16 m²	R\$ 148.202,61
	SOMA DO LOTE 15 - TRECHO 1 + TRECHO 2	R\$ 290.602,00
	SOMA GERAL	R\$1.853.417,24

Data do Contrato: 11.09.2014. Prazo de Vigência do Contrato: 180 (cento e oitenta) dias, de 11.09.2014 a 10.03.2015. Prazo de Execução: 150 (cento e cinquenta) dias após a emissão e entrega da Ordem de Serviço. Processo Administrativo Licitatório: nº 0138/2014 - PMF. Modalidade: Concorrência Pública nº 0003/2014. Recursos: 9.259 - Convênio nº 2014TR001197, celebrado com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Fazenda e Secretaria de Estado da Casa Civil - Crédito Orçamentário - SEF/FUNDAM; e 1200 - Recursos Ordinários da Secretaria de Infraestrutura.

Fraiburgo (SC), 11 de setembro de 2014.
Ivo Biazolo
Prefeito Municipal

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS - TOMADA DE PREÇOS Nº 0017_2014-PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
TOMADA DE PREÇOS Nº 0017/2014 - PMF

O Prefeito Municipal de Fraiburgo torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução de uma quadra coberta com vestiário, 25,80x38,00m totalizando uma com área a ser construída de 980,40 m², a ser edificada sobre o Lote nº 0001 da Quadra nº 266 na Avenida Carlos Maister no bairro das Nações, nesta cidade, conforme Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL), quando do julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS das empresas habilitadas quais sejam: CONSEST PRÉ-MOLDADOS LTDA enquadrada como microempresa; CONSTRUTORA EDIFICAÇÃO LTDA ME enquadrada como microempresa; A & B LOPES PLANEJAMENTOS EIRELI - ME enquadrada como microempresa e A.R.G INDUSTRIAL LTDA, após decorrido "in albis" o prazo recursal previsto no art. 109, inc. I, alínea "a" da Lei nº 8.666/93l, restou DESCLASSIFICADA pela Comissão pelo descumprimento do item 5.2 Letra "b" do Edital a proponente com o menor valor Global: A & B LOPES PLANEJAMENTOS EIRELI - ME e restou classificada pela Comissão, sagrando-se vencedora a segunda colocada com o menor valor Global: CONSTRUTORA EDIFICAÇÃO LTDA ME no total de R\$ 502.470,51 (quinhentos e dois mil, quatrocentos e setenta reais e cinquenta e um centavos) ficando este valor abaixo do máximo estipulado pelo Município no item 2.4 do Edital e cumprindo regularmente com todas as condições editalícias.

Fraiburgo (SC), 12 de setembro de 2014.
Ivo Biazolo
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 0242/2014

DECRETO Nº 0242, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.
ALTERA O ARTIGO 1º E ARTIGO 2º DO DECRETO N.º 0161/2013, DE 6 DE MAIO DE 2013, QUE DISPÕE SOBRE A COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DANDO NOVA REDAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, IVO

BIAZZOLO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei n.º 1524, de 30 de agosto de 2000, alterada e consolidada pela Lei n.º 2053, de 30 de março de 2010;

DECRETA:

Art. 1º. A Comissão Municipal de Defesa do Consumidor será composta por representantes do Poder Público e Entidades Representativas de Fornecedores e Consumidores, assim discriminados:

- I - o coordenador municipal do Procon;
- II - um representante da Secretária de Educação;
- III - um representante da Vigilância Sanitária;
- IV - um representante da Secretária de Finanças;
- V - um representante da Secretária de Agricultura;
- VI - um representante da ACIAF;
- VII - um representante da CDL;
- IX - um representante da Secretária de Desenvolvimento Econômico.

Art. 2º. O Coordenador Executivo do PROCON é membro nato da Comissão Municipal de Defesa do Consumidor;

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 12 DE SETEMBRO DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0116/2014-PMF

Aviso de Pregão Presencial Nº 0116/2014 - PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição do material necessário e mão de obra para fabricação e colocação de 2 (dois) portões de madeira de 3,50 metros, no Parque da Maçã, situado na SC 355, próximo ao Portal. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 25.09.2014. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 12 de setembro de 2014.
Ivo Biazolo
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1812/2014

PORTARIA Nº 1.812, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.
Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º Designar FLÁVIO ANDRÉ DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 907.133.209-82, nomeado no cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 2909, para acompanhamento e fiscalização das obras decorrentes dos

contratos administrativos CT14PMF140 e CT14PMF141, Processo Administrativo Licitatório nº 0138/2014, Concorrência Pública nº 0003/2014, cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de pavimentação asfáltica CAUQ, de acordo com os Projetos, Memoriais Descritivos e Quantitativos (ANEXOS), nas Ruas e Avenidas do município relacionadas a seguir: 1) Avenida Michelle Simonetti - Trecho 1 - Bairro São Miguel - Área de 1.305,88 m²; 2) Avenida Michelle Simonetti - Trecho 2 - Bairro São Miguel - Área de 892,94 m²; 3) Rua Antenor Dias de Andrade - Bairro São Miguel - Área de 1.338,22 m²; 4) Rua Leopoldo Dias Leite - Bairro São Miguel - Área de 1.149,90 m²; 5) Rua Herzolino Del Re - Bairro São Miguel - Área de 1.149,46 m²; 6) Rua Pedro de Paula Rocha - Bairro São Miguel - Área de 1.153,10 m²; 7) Rua Sebastião H. de Oliveira - Bairro São Miguel - Área de 1.154,16 m²; 8) Avenida Guilherme Pinz - Trecho - Bairro São Miguel - Área de 4.500,26 m²; 9) Rua José Slongo - Bairro São Miguel - Área de 1.137,24 m²; 10) Rua Batista Rui - Bairro São Miguel - Área de 1.147,54 m²; 11) Rua Albino Secchi - Bairro São Miguel - Área de 1.148,16 m²; 12) Rua Angelim Grigolo - Trecho 1 - Bairro São Miguel - Área de 1.103,40 m²; 13) Rua Alcides Antonio Sella - Trecho 1 - Bairro São Miguel - Área de 1.146,74 m²; 14) Rua Rose Mari C. Rocha - Bairro São Miguel - Área de 1.146,38 m²; 15) Avenida Paulo Shimmer - Trecho 1 - Bairro São Miguel - Área de 1.573,61 m²; 16) Avenida Paulo Shimmer - Trecho 2 - Bairro São Miguel - Área de 1.615,16 m², de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL).

Art. 2º. Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de setembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1809/2014

PORTARIA Nº 1.809, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0006 de 01 de julho de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com o ofício nº 062/2014 da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARCIO ANTONIO ANTUNES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 899.062.929-20, contratado em caráter temporário na função de AGENTE OPERACIONAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de outubro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de setembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1810/2014

PORTARIA Nº 1.810, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, o servidor ROBERTO STANGUERLIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 753.550.519-87, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE SANEAMENTO, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 12 de setembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de setembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1811/2014

PORTARIA Nº 1.811, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, o servidor ALBINO ALMEIDA DE ANDRADE, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 525.046.469-68, nomeado no cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 12 de setembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de setembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1813/2014

PORTARIA Nº 1.813, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar nº 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar nº 111, de 03 de março de 2010; e alterações posteriores, e comunicação interna nº 01175/2014, da Secretaria

Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, estará substituindo por 20 horas semanais a servidora CINTIA REGIANE BOTH, que encontra-se afastada em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora ANGELA BALESTRIN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 656.702.999-49, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ARTES, no período de 15 de setembro de 2014 até 20 de outubro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de setembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1814/2014

PORTARIA N.º 1.814, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir a pedido, o contrato de JONARA CONTE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 083.073.659-02, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 12 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de setembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1815/2014

PORTARIA Nº 1.815, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0025, de 02 de maio de 2014 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 01176/2014, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, estará substituindo por 20 horas semanais a servidora CINTIA REGIANE BOTH, que encontra-se afastada em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora MARCIA HELENA HERMES RIBEIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 022.680.229-94, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, no período de 15 de setembro de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de setembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 0243/2014

DECRETO Nº 0243, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2210, de 05 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo crédito adicional suplementar, para o exercício de 2014 no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) nas seguintes dotações orçamentárias:

10.00 - Secretaria de Infraestrutura

10.02 - Segurança Pública

06.182.0019.2.044 - Manutenção do FUNREBOM

3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0700 (254)

R\$ 20.000,00

Total R\$ 20.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

10.00 - Secretaria de Infraestrutura

10.02 - Segurança Pública

06.182.0019.2.044 - Manutenção do FUNREBOM

4.4.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0700 (255)

R\$ 20.000,00

Total R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 12 DE SETEMBRO DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Garopaba

PREFEITURA

Decreto N.º 133

DECRETO N.º 133, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.
DEFINE AUDIÊNCIA PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal n.º 717/ 2001,

DECRETA:

Art. 1º. Fica definida a realização de Audiência Pública com o objetivo de dar transparência, visibilidade, fiscalização, avaliação e controle, através da apresentação de relatório detalhado dos gastos com saúde, realizados no 2º quadrimestre do exercício de 2014.

Art. 2º. Será realizada a Audiência Pública no dia 29 de Setembro de 2014, às 19:30 horas, na Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 3º. A Audiência será coordenada pelo Senhor Secretário Municipal de Orçamento e Contabilidade e equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º. A Audiência será aberta a qualquer munícipe interessado.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de setembro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 15/09/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO
Secretário de Administração

COMUNICADO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, em cumprimento ao disposto no artigo 36 da Lei de Federal Complementar nº 141/2012, COMUNICA a realização, e CONVIDA os representantes das entidades civis organizadas e a população em geral a comparecerem a AUDIÊNCIA PÚBLICA, no dia 29/09/2014, às 19:30 horas, na Câmara Municipal de Vereadores, à Rua Praça Governador Ivo Silveira, Centro, com o objetivo de dar transparência, visibilidade, fiscalização, avaliação e controle, através da apresentação de relatório detalhado dos gastos com saúde, realizados no 2º quadrimestre de 2014.

Garopaba, 12 de setembro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

DECRETO N.º 134

DECRETO N.º 134, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 58.500,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.770 de 29/11/2013 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 58.500,00 (cinquenta e oito mil e quinhentos reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA				
20.000,00				
12361282.022 - Manutenção do Transporte Escolar				
20.000,00				
3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas				
20.000,00				
09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA				
11.000,00				
26782352.051 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infraestrutura				
11.000,00				
3.3.90.0.1.64.000017 - Aplicações Diretas				
11.000,00				
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
27.500,00				
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica				
10.000,00				
3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas				
10.000,00				
10301252.076 - Manutenção da Média e Alta Complexidade				
15.000,00				
3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas				
15.000,00				
10301252.078 - Manutenção da Vigilância em Saúde				
2.500,00				
4.4.90.0.2.14.000062 - Aplicações Diretas				
2.500,00				

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 58.500,00 (cinquenta e oito mil e quinhentos reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de setembro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 15/09/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO
Secretário de Administração

Gaspar

PREFEITURA

Decreto Nº 6.074, de 08 de Setembro de 2014

DECRETO Nº 6.074, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, com fundamento no art. 84, da Lei Municipal nº 1.305 de 09 de outubro de 1991,

DECRETA

Art. 1º Fica autorizada a realização de até 60 (sessenta) horas extraordinárias pelo servidor Gilberto Fernandes de Souza, e de 60 (sessenta) horas extraordinárias pelo servidor Rogério Agostinho Laurindo, para o atendimento do transporte escolar e das demais atividades Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 15 de setembro a 14 de outubro de 2014.

Parágrafo único. As horas extras serão realizadas sem prejuízo do repouso semanal remunerado.

Art. 2º As despesas decorrentes deste Decreto correrão a conta de dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 08 de setembro de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.076, DE 09 DE SETEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 6.076, DE 09 DE SETEMBRO DE 2014.

ALTERA O DECRETO Nº. 6.071, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014, QUE NOMEIA, EM SUBSTITUIÇÃO, MEMBRO DA COMISSÃO DE PREGÃO PRESENCIAL.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º O artigo 1º do Decreto nº 6.071, de 04 de setembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Fica nomeado como integrante da Equipe de Apoio para realização das licitações na modalidade Pregão o servidor JEAN CARLOS DE OLIVEIRA, matrícula nº 9034, em substituição à servidora Caroline Wehmuth.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 09 de setembro de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal de Gaspar

Decreto Nº 6.075, de 09 de Setembro de 2014

DECRETO Nº 6.075, DE 09 DE SETEMBRO DE 2014.

ALTERA O DECRETO Nº. 4.807, DE 31 DE JANEIRO DE 2012, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 3.328, DE 27 DE JUNHO DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE O ESTACIONAMENTO ROTATIVO NAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO, DENOMINADO DE "ÁREA AZUL" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º O artigo 2º do Decreto nº 4.807, de 31 de janeiro de 2012, fica acrescido dos §4º e §5º, com a seguinte redação:

"§4º A tolerância de 10 (dez) minutos, de que trata o caput deste artigo, será concedida pelo fiscal mediante o preenchimento de cartão azul específico, denominado "Aviso da Área Azul - Tolerância 10 minutos", ao ser flagrado veículo sem o pagamento da tarifa correspondente a utilização da "Área Azul.

§5º Passado o prazo de tolerância, sem o pagamento da tarifa, serão aplicadas as demais regras do estacionamento rotativo".

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 09 de setembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 3.480, DE 09 DE SETEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 3.480, DE 09 DE SETEMBRO DE 2014.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA, A SERVIDORA ROSELI CECILIA BORNHAUSEN.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, com fundamento no artigo 106, III, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Gaspar,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora ROSELI CECILIA BORNHAUSEN, ocupante do cargo em provimento efetivo de Merendeira/Servente, lotada na Secretaria de Educação, Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família, no período de 01/09/2014 a 30/09/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01/09/2014.

Gaspar, 09 de setembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.077, DE 09 DE SETEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 6.077, DE 09 DE SETEMBRO DE 2014.

EXONERA A SERVIDORA MARIA INES ANERES, DO CARGO DE TÉCNICA DE ENFERMAGEM.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada a servidora MARIA INES ANERES, ocupante do cargo efetivo de Técnica de Enfermagem, lotada com 40 horas semanais na Secretaria de Saúde, a partir de 09/09/2014, a qual foi nomeada pelo Decreto nº 5.047/2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 09 de setembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.007, DE 11 DE JULHO DE 2014.

DECRETO Nº 6.007, DE 11 DE JULHO DE 2014.

EXONERA, A PEDIDO, O SERVIDOR EDUARDO ERNESTO DIAS, DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE CONTABILIDADE.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor EDUARDO ERNESTO DIAS, portador do CPF nº 368.908.040-15, do cargo em comissão de diretor de contabilidade, Nível CC, Ref. 55, com 40 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 11 de julho de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.008, DE 11 DE JULHO DE 2014.

DECRETO Nº 6.008, DE 11 DE JULHO DE 2014.

NOMEIA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS, O SERVIDOR EDUARDO ERNESTO DIAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei Municipal nº 3.224 de 09 de junho de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o servidor EDUARDO ERNESTO DIAS, portador do CPF nº 368.908.040-15, ao cargo em comissão de Diretora de Recursos Humanos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 11 de julho de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº. 6.073, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.
DECRETO Nº. 6.073, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.
SUBSTITUI MEMBRO PARA INTEGRAR A COMISSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, a partir de 08 de setembro de 2014, os seguintes servidores para integrar a Comissão de Estágio Probatório:

I - EDUARDO ERNESTO DIAS, ocupante do cargo de Diretor de Recursos Humanos, em substituição à RAQUEL ROSE DA CUNHA QUADROS.

II - MARI JANETE VOIGT PAIM DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Especializados II, em substituição à MARAISA ZIMMERMANN.

III - MARCIA ZEN DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de Escriurário, em substituição à VIVIANE WEHMUTH LANA.

Art. 2º Permanecem inalterados os demais membros não mencionados neste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 08 de setembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

Aviso de Licitação Pregão 62-2014

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:
PREGÃO PRESENCIAL 062/2014

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que fará realizar licitação.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TELECOMUNICAÇÕES, TENDO POR FINALIDADE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL, COM FORNECIMENTO DE APARELHOS TELEFÔNICOS CELULARES E EQUIPAMENTOS PARA TRANSMISSÃO DE DADOS E ACESSO À INTERNET EM REGIME DE COMODATO, A SER REGIDA PELA LEI N.º 8.666/93, LEI N.º 9.472/97 E NORMAS REGULAMENTARES EXPEDIDAS PELA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 26/09/2014 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 26/09/2014 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura de Governador Celso Ramos no link Licitações, na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelso Ramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 11 de Setembro de 2014.

Mariana de Souza Fernandes

PREGOEIRA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 117/2014

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 117/2014

Ata de Registro de Preços nº 117/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

PREGÃO PRESENCIAL nº 057/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADO: JOEL AILTON DE OLIVEIRA - MEI

OBJETO: Registro de preços para aquisição de kits artesanato para atendimento de grupos de adultos e idosos cadastrados na secretaria do desenvolvimento social e cidadania do Município de Governador Celso Ramos/SC para atendimento das oficinas de trabalhos manuais do projeto "aprendendo com arte".

Governador Celso Ramos, 26 de Agosto de 2014.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 118/2014

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 118/2014

Ata de Registro de Preços nº 118/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

PREGÃO PRESENCIAL nº 059/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADO: DIEGO SAGÁS - ME.

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa para execução dos serviços de lavagem, troca de óleo e filtro para os veículos das secretarias do município de Governador Celso Ramos/SC.

Governador Celso Ramos, 27 de Agosto de 2014.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 119/2014

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 119/2014

Ata de Registro de Preços nº 119/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

PREGÃO PRESENCIAL nº 059/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADO: DIEGO SAGÁS - ME.

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa para execução dos serviços de lavagem, troca de óleo e filtro para os veículos da Secretaria da Saúde do município de Governador Celso Ramos/SC.

Governador Celso Ramos, 27 de Agosto de 2014.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 120/2014

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 120/2014

Ata de Registro de Preços nº 120/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

PREGÃO PRESENCIAL nº 059/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADO: RICIERY ALVES COSTA - DR LAVAÇÕES.

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa para execução dos serviços de lavagem, troca de óleo e filtro para os veículos das secretarias do município de Governador Celso Ramos/SC.

Governador Celso Ramos, 27 de Agosto de 2014.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 121/2014

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 121/2014

Ata de Registro de Preços nº 121/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

PREGÃO PRESENCIAL nº 059/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADO: RICIERY ALVES COSTA - DR LAVAÇÕES.

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa para execução dos serviços de lavagem, troca de óleo e filtro para os veículos da Secretaria de Saúde do município de Governador Celso

Ramos/SC.

Governador Celso Ramos, 27 de Agosto de 2014.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 122/2014

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 122/2014

Ata de Registro de Preços nº 122/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

PREGÃO PRESENCIAL nº 055/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADO: ACN COMERCIO DE PRODUTOS DE TRANSITO LTDA.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de equipamentos de rádio comunicação para a guarnição do corpo de bombeiros do município de Governador Celso Ramos/SC.

Governador Celso Ramos, 27 de Agosto de 2014.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 069/2014

Extrato de Contrato Nº 069/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 069/2014

CONVITE Nº 37/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADA: MDR PRODUÇÕES LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa para realização da estrutura do evento para comemoração do dia da independência do Brasil - 07 de setembro de 2014 - incluindo serviços de sonorização, instalação de grades, palanques e tendas na localidade de Palmas no Município de Governador Celso Ramos/SC.

Valor do contrato: R\$ 20.000,00

Governador Celso Ramos, 05 de Setembro de 2014.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO 038/2014

Extrato do Segundo Termo Aditivo referente ao contrato nº 038/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 038/2014.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CONTRATADO: EMPREITEIRA PAVICON LTDA.

OBJETO: O presente termo tem por objeto prorrogação do contrato Nº 038/2014 pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data 19/09/2014.

Governador Celso Ramos, 26 de Agosto de 2014

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

Extrato do Primeiro Termo Aditivo Referente ao Contrato 075/2013

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao contrato nº 075/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 075/2013.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CONTRATADO: CAPRIXO CONSTRUTORA LTDA. EPP

OBJETO: O presente termo tem por objeto aditar o contrato original, readequando as quantidades inicialmente licitadas, conforme quadro de quantidades fiscalizadas por este Município.

Governador Celso Ramos, 09 de Junho de 2014.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

Extrato do Segundo Termo Aditivo Referente ao Contrato 075/2013

Extrato do Segundo Termo Aditivo referente ao contrato nº 075/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 075/2013.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CONTRATADO: CAPRIXO CONSTRUTORA LTDA. EPP

OBJETO: O presente termo tem por objeto prorrogação do contrato Nº 075/2013 pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data 16/06/2014.

Governador Celso Ramos, 09 de Junho de 2014

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Portaria Nº 1028/2014

PORTARIA Nº 1028/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar do dia 11 de setembro de 2014, do servidor JOÃOZINHO VALDELIRO G. PEREIRA (Matr. 434), ocupante do Cargo de Provisão em Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "G", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Setembro de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

Ilhota

PREFEITURA

Lc 56 2014

Lei Complementar nº 56, de 02 de setembro de 2014.
APLICA A REVISÃO GERAL ANUAL NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ILHOTA.

CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota(SC faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam reajustados, a título de revisão geral anual, no percentual de 6.08% (seis inteiros e zero oito décimos por cento), a remuneração dos servidores da Câmara Municipal, bem como os subsídios dos vereadores.

Parágrafo Único - O reajuste será aplicado na folha de pagamento do mês de agosto de 2014.

Art. 2º O índice aplicado tem por base o INPC (Índice Geral de Preços ao Consumidor) do período compreendido entre 1º de junho de 2013 a 31 de maio de 2014.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei são oriundas de determinação constitucional e correrão por conta do orçamento da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a 1º de Agosto de 2014.

Ilhota(SC), em 02 de setembro de 2014.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

Lei 1778 2014

Lei nº 1778, de 02 de setembro de 2014.
INSTITUI BANCO DE REGISTRO DE MILHAGENS AÉREAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ILHOTA.

Daniel Christian Bosi, Prefeito Municipal de Ilhota, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado no município de Ilhota o Banco de Registro de Milhagens Aéreas proveniente de passagens e prêmios de milhagens aéreas adquiridas com recursos públicos municipais da Administração Direta, Indireta e Fundacional dos Poderes Executivo e Legislativo.

Parágrafo único. Os prêmios ou créditos de milhagens aéreas oferecidas pelas companhias de transporte serão incorporados ao erário e utilizados exclusivamente em missões oficiais.

Art. 2º Os agentes políticos e servidores públicos municipais que mantiverem cadastro nos programas de fidelidade das companhias de transporte aéreo deverão informar à Secretaria de Administração, em formulário próprio, o número de registro sob o qual tenha sido creditada a pontuação decorrente de viagens pagas com recursos públicos.

Art. 3º A fim de viabilizar a aplicação do disposto no artigo 2º, os agentes e servidores deverão, no prazo de dez dias após a prestação de contas relativas às diárias de viagens, encaminhar à Secretaria Municipal de Administração, os comprovantes dos créditos de

milhagens obtidos em face dos correspondentes deslocamentos, mediante apresentação de cópia do respectivo bilhete de embarque, quando houver a indicação respectiva, ou do extrato emitido pela companhia de transporte aéreo que prestou os serviços custeados pelo erário.

Parágrafo único. No caso do Poder Legislativo, o encaminhamento deverá se dar ao setor de Contabilidade da Câmara de Vereadores.

Art. 4º A Secretaria Municipal de Administração promoverá o imediato lançamento dos créditos no Banco de Registro de Milhagens, vinculado ao respectivo agente político ou servidor público.

Art. 5º Observado os prazos de caducidade, os créditos lançados no Banco de Registro de Milhagens serão utilizados na aquisição de passagens aéreas para:

I - deslocamentos funcionais de agentes e servidores da Administração, Direta e Indireta,

II - deslocamento individual de atleta ou de equipe de esporte amador vinculados à Fundação Municipal de Esporte, para participação em competições oficiais no âmbito nacional ou internacional.

Parágrafo único. No caso do inciso II do presente artigo, as passagens deverão ser requisitadas pelo Secretário Municipal de Esportes, sendo vedada a sua aquisição e utilização para dirigentes, não se compreendendo nesta restrição os técnicos do atleta ou da equipe.

Art. 6º Para implementação do disposto no artigo 5º, o agente ou servidor público titular do prêmio concedido pela companhia aérea efetuará a aquisição da passagem nos nomes indicados pela Secretaria Municipal de Administração.

Art. 7º O chefe de cada Poder regulamentará a presente lei, no que couber.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, em 02 de setembro de 2014.

Daniel Christian Bosi

Prefeito Municipal

Lei 1779 2014

Lei nº 1779, de 02 de setembro de 2014.
AUTORIZA O MUNICÍPIO A REALIZAR DESPESA QUE ESPECIFICA COM RAICA DE AGUIAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Daniel Christian Bosi, Prefeito Municipal de Ilhota, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Ilhota autorizado a realizar despesas com inscrição, alimentação, estadia e deslocamento de RAICA DE AGUIAR e sua acompanhante para participarem do LITTLE MISS WORLD 2014, até o montante de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

Parágrafo Único: A beneficiária fica obrigada a prestar contas nos moldes exigidos pelo Poder Concedente.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelo orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota em 02 de setembro de 2014.

Daniel Christian Bosi

Prefeito Municipal

Imarui

PREFEITURA

Lei Nº. 1.811, de 11 de Setembro de 2014.

LEI Nº. 1.811, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente, exercício 2014, na importância de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), com a seguinte classificação:

ÓRGÃO - 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE - 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. - 2.013	MANUTENÇÃO DE ENCARGOS GERAIS			
Dotação-Elemento	Cód.re-sumido	Recurso	Descrição	Valor
				R\$
3.1.90.91.00.00.00.00	149	1.000	Sentenças Judiciais	50.000,00
Total Suplementação				R\$ 50.000,00

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito especial disposta no art. 1º desta Lei serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO - 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE - 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. - 2.012	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Dotação-Elemento	Cód.re-sumido	Recurso	Descrição	Valor
				R\$
3.3.90.05.00.00.00.00	136	1.000	Outros Benefícios Previdenciários	10.000,00
ÓRGÃO - 07	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE			
UNIDADE - 07.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE			
PROJ/ATIV. - 2.020	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
Dotação-Elemento	Cód.re-sumido	Recurso	Descrição	Valor
				R\$
3.1.90.11.00.00.00.00	157	1.000	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	40.000,00
Total Suplementação				R\$ 50.000,00

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2014.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 11 de setembro de 2014

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 055-063/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IMARUÍ

O Município de Imaruí tona público os seguintes procedimentos:
Publicação de Extrato de Contrato

Contrato N. 055/2014. Contratante: Município de Imaruí. Contratada: Aldo & Marcelo Promoções e Eventos LTDA. Objeto: Locação de infraestrutura para eventos. Crédito Orçamentário: Proj./Ativ.: 2.045 - Elemento Despesa 3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.000 - Rubrica 290. Valor Total do contrato: R\$ 997,543. Pregão Presencial Nº 008/2014. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02. Vigência: 07/07/2014 a 06/08/2014. Assinatura: 07/07/2014. Signatários: Contratante, Sr. Manoel Viana de Sousa. Contratada, Sr. Aldo Soares Duarte.

Contrato N. 056/2014. Contratante: Município de Imaruí. Contratada: Imara Portes De Oliveira. Objeto: prestação de Serviço de assessoria e consultoria técnica especializada na implantação do novo código tributário Municipal de Imaruí, relacionados á: sistemática de lançamentos e tabela de valores. Crédito Orçamentário: Proj./Ativ.: 2.012 - Elemento Despesa 3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.000 - Rubrica 142. Valor Total do contrato: R\$ 6.600,00. Dispensa de Licitação - Processo Administrativo N. 033/2014. Fundamento Legal: Inciso II, Art. 24 da Lei 8.666/93. Vigência: 15/07/2014 a 14/08/2014. Assinatura: 15/07/2014. Signatários: Contratante, Sr. Manoel Viana de Sousa. Contratada, Sra. Imara Portes de Oliveira.

Primeiro Termo de Aditivo de Valor ao Contrato N. 031/2014. Contratante: Município de Imaruí. Contratada: DJP Construções e Comércio Ltda Me.

Considerando o contrato PMI nº 031/2014 desta unidade administrativa, elaborado tendo por objeto a "a CONTRATAÇÃO de empresa para a pavimentação com lajota e drenagem pluvial das Ruas David S. Gonçalves, Matias J. Crispim, Enedina Machado e parte da Rua Antônio Rodrigues."

Considerando que houve um equívoco no envio da Planilha Orçamentária que foi usada como modelo para a apresentação das propostas pelas empresas licitantes, pois consta nos subitens 1.1, 1.6 e 2.1 contrapartida física do Município, Considerando que houve erro material na soma da proposta da licitante vencedora do certame. Existe a necessidade de adequação formal do valor total e dos serviços a serem prestados pela empresa vencedora, para fins de regularização junto a Caixa Econômica Federal, o que deverá ser realizado através de aditivo contratual do valor e do serviço que consta na Planilha Orçamentária (subitem 1.6 - fls 189), mas deixou de ser somado - R\$ 184,23 (cento e oitenta e quatro reais e vinte e três centavos). O aditivo do referido valor se faz necessário, pois hoje o município não tem condições de realizar o serviço ali previsto (reaterro e apilotamento em camadas de 20cm), por falta de contingente de servidores, uma vez que houve unificação das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Agricultura. E ainda, para atender a legislação vigente pertinente a contrapartida dos municípios.

Considerando que o aditivo contratual não alterará as colocações dos licitantes que ocuparam o primeiro e segundo lugares, a classificação permanecerá inalterada; que não haverá prejuízo para o erário e que a empresa vencedora, tem ciência do erro formal e concorda com o aditivo contratual, assumindo o serviço constante no subitem 1.6 da proposta apresentada, que representa exatamente o valor que deixou de ser somado na Planilha Orçamentária, qual seja R\$ 184,23 (cento e oitenta e quatro reais e vinte e três centavos) e que o valor total contratado passará a ser de R\$ 130.975,13 (cento e trinta mil novecentos e setenta e cinco reais e treze centavos).

De comum acordo, ambas as partes, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato PMI nº 031/2014, para fazer

constar as seguintes alterações:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO VALOR DO TERMO ADITIVO E VALOR TOTAL DO CONTRATO

O valor total deste termo aditivo é de R\$ 184,23 (cento e oitenta e quatro reais e vinte e três centavos).

O valor inicial do contrato é de R\$ 130.790,90 (cento e trinta mil setecentos e noventa reais e noventa centavos). Somando-se o valor deste termo aditivo ao valor inicial, temos que o valor do contrato passa a ser de R\$ 130.975,13 (cento e trinta mil novecentos e setenta e cinco reais e treze centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

O objeto deste contrato será executado na forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, conforme determina o art. 6º, inciso VIII, alínea "a" e o art. 10, inciso II, alínea "a" da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições anteriormente avençadas, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUARTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A alteração contratual de que trata este instrumento é baseada no art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93.

Signatários: Pelo Município, o Senhor Manoel Viana de Sousa; pela Contratada, o Senhor Delcio Heinz.

Contrato N. 057/2014. Contratante: Município de Imaruí - Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude. Contratada: Abmael Scremin Lima. Objeto: prestação de Serviço de Instalação de Ar Condicionado com fornecimento de materiais. Crédito Orçamentário: (Proj./Ativ.: 2.027 - Elemento Despesa 3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.058 - Rubrica 191), (Proj./Ativ.: 2.029 - Elemento Despesa 3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.058 - Rubrica 216). Valor Total do contrato: R\$ 19.704,00. Pregão Eletrônico Nº 007/2014. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02. Vigência: 17/07/2014 a 01/07/2015. Assinatura: 17/07/2014. Signatários: Contratante, Sr. Manoel Viana de Sousa. Contratada, Sr. Abmael Scremin Lima.

Contrato N. 058/2014. Contratante: Município de Imaruí - Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude. Contratada: Auto Posto de Combustível Celso & Alcy. Objeto: aquisição de combustível para o Poder Executivo. Crédito Orçamentário: (Proj./Ativ.: 2.036 - Elemento Despesa 3.3.90.30.00.00.00.00.1.000 - Rubrica 279), (Proj./Ativ.: 2.036 - Elemento Despesa 3.3.90.30.00.00.00.00.1.024 - Rubrica 280). Valor Total do contrato: R\$ 10.130,40. Pregão Eletrônico Nº 003/2014. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02. Vigência: 04/08/2014 a 31/07/2015. Assinatura: 04/08/2014. Signatários: Contratante, Sr. Manoel Viana de Sousa. Contratada, Sra. Marcia Rocha Medeiros da Silveira.

Contrato N. 059/2014. Contratante: Município de Imaruí - Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude. Contratada: JK Pneus Ltda. Objeto: aquisição de pneus. Crédito Orçamentário: (Proj./Ativ.: 2.020 - Elemento Despesa 3.3.90.30.00.00.00.00.1.000 - Rubrica 163). Valor Total do contrato: R\$ 695,00. Pregão Eletrônico Nº 012/2014. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02. Vigência: 12/08/2014 a 11/08/2015. Assinatura: 12/08/2014. Signatários: Contratante, Sr. Manoel Viana de Sousa. Contratada, Sr. Rui Kolling.

Contrato N. 060/2014. Contratante: Município de Imaruí - Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude. Contratada: Transporte e Comércio de Pneus Oenning. Objeto: aquisição de pneus. Crédito Orçamentário: (Proj./Ativ.: 2.030 - Elemento Despesa 3.3.90.30.00.00.00.00.1.058 - Rubrica 226). Valor Total do contrato: R\$ 9.149,00. Pregão Eletrônico Nº 012/2014. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02. Vigência: 12/08/2014 a 11/08/2015. Assinatura: 12/08/2014. Signatários: Contratante, Sr. Manoel Viana de Sousa. Contratada, Sr. Luiz César Oenning.

Contrato N. 062/2014. Contratante: Município de Imaruí - Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Urbanos. Contratada: Eletro Comercial Energiluz Ltda. Objeto: Prestação de serviços de melhoria e manutenção da rede de iluminação pública do Município de Imaruí. Crédito Orçamentário: (Proj./Ativ.: 2.061 - Elemento Despesa 3.3.90.30.00.00.00.00.1.000 - Rubrica 352). Valor Total do contrato: R\$ 970.470,53. Tomada de Preço Nº 002/2014. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 12/08/2014 a 11/08/2015. Assinatura: 12/08/2014. Signatários: Contratante, Sr. Manoel Viana de Sousa. Contratada, Sr. Elígio José Schmitt.

Contrato N. 063/2014. Contratante: Município de Imaruí - Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude. Contratada: Race Sailtack Comercio De Produtos Náuticos Ltda - Me. Objeto: Aquisição de peças e equipamentos náuticos para o Projeto Segundo Tempo Navegar. Crédito Orçamentário: (Proj./Ativ.: 2.036 - Elemento Despesa 4.4.90.52.00.00.00.00.1.000 - Rubrica 283). Valor Total do contrato: R\$ 11.380,00. Fundamento Legal: Inciso V do artigo 24 da Lei 8.666/93. Vigência: 26/08/2014 a 31/12/2014. Assinatura: 26/08/2014. Signatários: Contratante, Sr. Manoel Viana de Sousa. Contratada, Sr. Jairo Melges Canona.

Imbituba

PREFEITURA

Portaria PMI/DGP Nº 422/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 422, de 28 de agosto de 2014.

Dispõe sobre a admissão de Motorista, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital - 01/2011, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Layon Alves Miguel	Motorista	070.221.169-97	01/07/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 28 de agosto de 2014.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE TOMADA DE PREÇO Nº 03/2014 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 118/2014

TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2014

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica, que realizará às 14:00 horas do dia 30 de setembro de 2014, licitação na modalidade de Tomada de Preços, tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Contratação de empresa com fornecimento de materiais e mão de obra para ampliação e reforma da Escola Básica Municipal Padre Itamar Luiz da Costa. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 15 de setembro de 2014.

Michela da Silva Freitas

Secretaria de Educação

EDITAL DE ELEIÇÃO Nº 001.2014 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

LEI MUNICIPAL Nº 1.199

EDITAL001/2014 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, reunido na sua Assembléia Ordinária dia 30 de julho deste ano, no CEGES às 18hs, resolve:

Art.1º- A Presidente no uso de suas atribuições e obedecendo ao disposto do Art.8º, 9º e 10º do seu Regimento Interno Convida as Entidades: APPS, Classe Médica, Dentistas, Enfermagem, Conselhos Comunitários, Associações de Moradores, Clubes de Serviços, Sindicatos e Laboratórios que queiram participar da composição do Conselho Municipal de Saúde de Imbituba para processo de composição biênio 2014\2016

Art. 2º - Seguindo o que dispões a Lei Municipal nº 2.297 de 15 de agosto de 2002, a Comissão de Saúde do Conselho Municipal se reunirá com as classes Médica e dos Dentistas às 19:00as do dia 22 de Setembro. E com a Classe de Enfermagem e dos Laboratórios às 18:00hs do dia 22 de setembro 2014, no Centro de Gestão em Saúde- CEGES sito a Rua Nereu Ramos nº 326, centro anexo a Secretária Municipal de Saúde.

Art. 3º - Representantes dos Conselhos Comunitários e Associações de Moradores às 18:00hs do dia 23 de Setembro. Representantes das APPS, Clubes de Serviços e Sindicatos às 19:00hs do dia 23 de setembro de 2014, no Centro de Gestão em Saúde - CEGES sito a Rua Irineu Ramos nº 326 Centro- anexo a Secretaria Municipal de saúde.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Maria de Lourdes Souza Pires

Presidente do CMSI

Rua Nereu Ramos- nº 326 - Centro - Imbituba - SC - CEP - 88780-000 -

Fone: (48) 33558300

EXTRATO: PMI SEDUC 2014/226 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2014/226 A00

Contratada: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ROÇA GRANDE.

C.N.P.J: 10.981.399/0001-92

Objeto: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA CONSTRUÇÃO DE FOSSA SÉPTICA, COM O FORNECIMENTO DE MATERIAL, DE MÃO DE OBRA, PARA ATENDER ESCOLAS E CMEI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE IMBITUBA.

Valor: R\$ 11.940,00 Prazo: 31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 116/2014 Dispensa nº25/2014

Imbituba, 10 de setembro de 2014.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal de Educação

Contratante

Empreiteira de Mão de Obra Roça Grande

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEFAZ 2014/224 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEFAZ 2014/224 A00

Contratada: VALMORZINHO MOTOS

C.N.P.J: 07.324.219/0001-95

Objeto: AQUISIÇÃO DE UMA MOTOCICLETA 150 FLEX, ZERO KM, ANO 2014, NA COR PRETA.

Valor: R\$ 8.116,67 Prazo: 31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 107/2014 Pregão nº65/2014

Imbituba, 10 de setembro de 2014.

Ivan vitória

Secretária Municipal da Fazenda

Contratante

Valmorzinho Motos

Representante Legal

Contratada

LEI COMPLEMENTAR Nº 4.446.2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 4.446, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a criação de vagas para cargos de provimento em comissão na Estrutura Organizacional Básica do Poder Executivo e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam criadas, na Estrutura Organizacional Básica do Poder Executivo Municipal de Imbituba, as seguintes vagas para os respectivos cargos de provimento em comissão:

I - 1(uma) vaga para "Assessor(a) I";

II - 1(uma) vaga para "Assessor(a) II";e

III - 1(uma) vaga para "Assessor(a) III".

§ 1º As vagas criadas passam a integrar os Anexos I e II da Lei Complementar nº 4.161, de 20 de fevereiro de 2013, os quais serão readequados por ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 2º As atividades dos assessores, cujas vagas foram criadas por esta Lei, não poderão ter caráter de atividades afins, e sim caráter de assessoramento, coordenação e chefia.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 12 de setembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo

Lei Nº 4.447.2014

LEI Nº 4.447, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.

Institui o Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Fica instituído o Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba - SIMSANI, constituído por um complexo de órgãos e instrumentos de que dispõe o Poder Executivo Municipal para, em regime de colaboração com os governos federal e estadual e com a participação da sociedade civil, formular, implementar e monitorar políticas e planos que promovam a segurança alimentar e nutricional da população.

Art. 2º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares saudáveis que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Art. 3º A segurança alimentar e nutricional abrange:

I - a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, do abastecimento e da distribuição dos alimentos, incluindo-se água, bem como da geração de emprego e da redistribuição da renda;

II - a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos;

III - a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social;

IV - a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade cultural da população;

V - a produção de conhecimento e o acesso à informação; e

VI - a implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais da população.

CAPÍTULO II**DO SISTEMA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

Art. 4º O Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba tem como base as seguintes diretrizes:

I - intersetorialidade dos programas e ações governamentais municipais;

II - colaboração com os governos federal e estadual e integração das políticas e dos planos nacional, estadual e municipal de segurança alimentar e nutricional;

III - levantamento e análise dos dados da segurança alimentar e nutricional da população;

IV - conjugação de ações diretas e imediatas de garantia de acesso à alimentação adequada, com ações que ampliem a capacidade de subsistência autônoma da população;

V - articulação entre orçamento e gestão; e

VI - produção de conhecimento e capacitação de recursos humanos.

Art. 5º O Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

de Imbituba reger-se-á pelos seguintes princípios:

- I - universalidade e equidade no acesso à alimentação adequada, sem qualquer espécie de discriminação;
- II - respeito à dignidade humana;
- III - participação social; e
- IV - transparência.

Art. 6º Compõem a estrutura do Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba:

- I - a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
- II - o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA;
- III - a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional do Poder Executivo Municipal;
- IV - os órgãos do Poder Executivo Municipal gestores de programas e ações afetos à segurança alimentar e nutricional; e
- V - as entidades privadas, com ou sem fins lucrativos, aderidas ao Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba.

Art. 7º Constituir-se-ão nos principais instrumentos do Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba:

- I - a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba; e
- II - o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba.

CAPÍTULO III

DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Art. 8º A Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba é instância de participação social.

Parágrafo único. A Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba realizar-se-á com periodicidade não superior a 4 (quatro) anos.

Art. 9º Compete à Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba:

- I - indicar ao COMSEA as diretrizes e prioridades da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba;
- II - avaliar a Política, o Plano e o Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba;

III - deliberar sobre os critérios de indicação dos representantes da sociedade civil no COMSEA;

IV - escolher os delegados municipais às Conferências Nacional e Estadual.

Art. 10. Cabe ao dirigente máximo do órgão responsável pela Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba convocar e coordenar a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba, que se reunirá ordinariamente a cada dois anos ou extraordinariamente, a qualquer tempo, a critério do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba - COMSEA, observado, prioritariamente, quanto à data de sua realização o calendário de convocação das Conferências Estadual e Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

CAPÍTULO IV

DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Art. 11. O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba - COMSEA é o órgão colegiado governamental com participação social.

Art. 12. Compete ao COMSEA:

I - a convocar a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba, bem como definir seus parâmetros de composição, organização e funcionamento, por meio de regulamento próprio;

II - propor à Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional do Poder Executivo Municipal, a partir das indicações da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba, as diretrizes e prioridades da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba, incluindo-se os requisitos orçamentários para as suas consecuições;

III - propor à Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional do Poder Executivo Municipal os critérios de adesão das entidades privadas ao Sistema Municipal, bem como o conteúdo dos respectivos termos de participação;

IV - colaborar na implementação e no monitoramento e avaliação da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba;

V - promover, em regime de colaboração com os conselhos nacional e estadual congêneres, a integração das políticas e dos Planos Nacional, Estadual e Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

VI - promover o diálogo e a convergência de ações com os conselhos congêneres de outros municípios;

VII - mobilizar e apoiar entidades da sociedade civil na discussão e na implementação das ações de segurança alimentar e nutricional;

VIII - estimular a ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social do Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba;

IX - zelar pela realização do direito humano à alimentação adequada;

X - manter articulação permanente com outros conselhos afins do Município; e

XI - elaborar e aprovar o seu regimento interno.

Art. 13. O COMSEA será composto por 12 (doze) conselheiros, sendo 4 (quatro) representantes do Poder Executivo Municipal e 8 (oito) representantes da Sociedade Civil.

§ 1º Para cada conselheiro titular haverá um suplente.

§ 2º Os conselheiros suplentes somente poderão participar das reuniões com direito a voz e voto em substituição aos respectivos titulares.

Art. 14. A atuação como conselheiro do COMSEA será considerada serviço de relevante interesse público e não remunerada.

Art. 15. O Poder Executivo Municipal será representado no COMSEA pelos secretários ou pelos respectivos conselheiros suplentes:

I - da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação - SEASH;

II - da Secretaria Municipal de Educação - SEDUC;

III - da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA; e

IV - da Secretaria de Agricultura e Pesca - SEAP.

Parágrafo único. Os conselheiros suplentes dos secretários serão designados pelos respectivos titulares da pasta.

Art. 16. Os representantes da Sociedade Civil no COMSEA serão eleitos em plenária convocada:

I - pelo Presidente do COMSEA, ou seu substituto legal, em até 60 (sessenta) dias antes do término do mandato do Conselho;

II - pelo dirigente máximo do órgão responsável pela Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba, em até 30 (trinta) dias antes do término do mandato do Conselho;

III - por qualquer membro do COMSEA, até o término do mandato do Conselho;

IV - pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, em qualquer tempo após o término do mandato do Conselho, ou antes da constituição do primeiro Conselho.

Art. 17. Os conselheiros representantes da Sociedade Civil, titulares e suplentes, serão nomeados pelo Prefeito.

§ 1º O mandato dos conselheiros representantes da Sociedade Civil será de 2 anos.

§ 2º O mandato de conselheiro representante da Sociedade Civil poderá ser renovado uma vez.

§ 3º Perderá o mandato o conselheiro representante da Sociedade Civil que faltar injustificadamente a 3 (três) sessões no decorrer do mandato.

Art. 18. A Mesa Diretora do COMSEA é composta por Presidente, o Vice-Presidente, o Secretário-Geral e o Secretário-Adjunto, os quais são eleitos pelos membros titulares do COMSEA.

Parágrafo único. O Presidente do Conselho Municipal de Alimentação Escolar - COMAE é membro convidado do COMSEA, com assento na Mesa Diretora e direito a voz.

Art. 19. O COMSEA reunir-se-á ordinariamente em sessões mensais e, extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente juntamente com o Secretário-Geral ou por pelo menos 1/3 (um terço) dos conselheiros, com antecedência mínima de 2 (dois) dias.

Art. 20. Poderão participar das reuniões do COMSEA, com direito a voz, a convite de seu Presidente os representantes de outros órgãos ou entidades públicas municipais, estaduais e nacionais, bem como os representantes de entidades da Sociedade Civil, cujas participações e manifestações, de acordo com a pauta da reunião, sejam justificáveis.

Art. 21. O COMSEA poderá criar comissões temáticas de caráter permanente e grupos de trabalho de caráter temporário para estudar problemas e desenvolver projetos na área de segurança alimentar e nutricional.

Art. 22. As despesas do funcionamento e das atividades do COMSEA serão previstas e realizadas no orçamento do órgão responsável pela Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba.

Parágrafo único. Caberá à Controladoria Geral do Município fornecer suporte técnico e administrativo ao COMSEA.

CAPÍTULO V DA CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Art. 23. A Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional do Poder Executivo Municipal é órgão colegiado governamental.

Art. 24. Compete à Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional do Poder Executivo Municipal:

I - a elaborar, a partir das propostas do COMSEA, a Política e o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba;

II - articular e auxiliar os órgãos do Poder Executivo Municipal na implementação dos programas e ações que integram a Política e o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba;

III - a manter a interlocução entre o COMSEA e os demais órgãos do Poder Executivo Municipal;

IV - acompanhar o planejamento e a gestão financeira e orçamentária dos programas e ações que integram a Política e o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba;

V - monitorar e avaliar a Política e o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba;

VI - pactuar com as câmaras congêneres dos governos federal e estadual os termos de gestão e de cooperação para a implementação integrada dos Planos Nacional, Estadual e Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

VII - participar de fóruns tripartites e bipartites sobre a segurança alimentar e nutricional, com as câmaras congêneres dos governos federal, estadual e municipal;

VIII - apresentar relatórios e prestar informações ao COMSEA, pertinentes à Política e ao Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba;

IX - definir, considerando as propostas do COMSEA, os critérios de adesão das entidades privadas ao Sistema Municipal, bem como o conteúdo dos respectivos termos de participação; e

X - elaborar e aprovar o seu regimento interno.

Art. 25. A Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional será composta pelos secretários ou pelos respectivos conselheiros suplentes que representam o governo no COMSEA.

Art. 26. A Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional do Poder Executivo Municipal será presidida pelo dirigente máximo do órgão responsável pela Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba.

Art. 27. A Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional do Poder Executivo Municipal poderá instituir grupos técnicos multidisciplinares para pesquisar, elaborar e analisar programas e ações intersetoriais de segurança alimentar e nutricional.

CAPÍTULO VI DOS ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Art. 28. Compete aos órgãos do Poder Executivo Municipal gestores de programas e ações afetos à segurança alimentar e nutricional:

I - colaborar com a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional do Poder Executivo Municipal na elaboração da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba;

II - colaborar com a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional do Poder Executivo Municipal no monitoramento e avaliação dos respectivos programas e ações que integram a Política e o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba;

III - colaborar com os gestores nacional e estadual dos respectivos setores para a implementação integrada das políticas e dos planos nacional, estadual e municipal de segurança alimentar e nutricional;

IV - fornecer informações à Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional do Poder Executivo Municipal e ao COMSEA, pertinentes aos respectivos programas e ações que integram a Política e o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba; e

V - criar nos respectivos programas e ações mecanismos de exigibilidade do direito humano à alimentação adequada.

Parágrafo único. A implementação dos programas e ações governamentais que integram a Política e o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba compete aos órgãos do Poder Executivo Municipal, conforme as respectivas legislações aplicáveis.

CAPÍTULO VII DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Art. 29. A adesão das organizações da sociedade civil ao Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba dar-se-á por meio de termo de colaboração ou de fomento, observado o regime jurídico das parcerias voluntárias estabelecido pela Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

§ 1º Considera-se organização da sociedade civil, na forma Lei Federal nº 13.019/2014, a pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais

resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

§ 2º Para aderir ao Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba as entidades previstas no caput deverão:

I - assumir o compromisso de respeitar e promover o direito humano à alimentação adequada;

II - contemplar em seu estatuto objetivos que favoreçam a garantia da segurança alimentar e nutricional;

III - estar legalmente constituída há, mínimo, 3 (três) anos, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

IV - ter experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;

V - comprovar capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades previstas e o cumprimento das metas estabelecidas;

VI - submeter-se ao processo de monitoramento do COMSEA; e
VII - atender a outras exigências e critérios estabelecidos pela Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional do Poder Executivo Municipal.

§ 3º As organizações da sociedade civil que aderirem ao Sistema Municipal poderão atuar na implementação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba, conforme definido no termo de participação.

§ 4º Os critérios de adesão e o conteúdo dos termos de colaboração ou de fomento serão definidos pela Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional do Poder Executivo Municipal a partir das propostas do COMSEA, observados os preceitos da Lei Federal nº 13.019/2014.

Art. 30. Os mecanismos de adesão das organizações da sociedade civil também serão definidos pela Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional do Poder Executivo Municipal a partir das propostas do COMSEA.

CAPÍTULO VIII

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Art. 31. A Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba será o principal instrumento de orientação do Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba.

Art. 32. A Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba deverá ser instituída com o objetivo geral de promover a segurança alimentar e nutricional.

Parágrafo único. A Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba deverá ser instituída com os seguintes objetivos específicos:

I - identificar, analisar, divulgar e atuar sobre os fatores condicionantes da insegurança alimentar e nutricional no Município;

II - articular programas e ações de diversos setores que respeitem, protejam, promovam e provejam o direito humano à alimentação adequada, observando as diversidades social, cultural, ambiental, étnico-racial, a equidade de gênero e a orientação sexual, bem como disponibilizar instrumentos para sua exigibilidade;

III - promover sistemas sustentáveis de base agroecológica de produção e distribuição de alimentos que respeitem a biodiversidade e fortaleçam a agricultura familiar, os povos indígenas e as comunidades tradicionais que assegurem o consumo e o acesso à alimentação adequada e saudável, respeitada a diversidade da cultura alimentar; e
IV - incorporar à política de Estado o respeito à soberania alimentar

e a garantia do direito humano à alimentação adequada, inclusive o acesso à água e promovê-los.

Art. 33. A Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba deverá ser instituída com as seguintes diretrizes:

I - promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;

II - promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos;

III - instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada;

IV - fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional;

V - promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura;

VI - apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada; e

VII - monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada.

Art. 34. A Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba deverá contemplar todas as pessoas que vivem no território municipal.

Art. 35. O monitoramento e avaliação da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba deverão ser feitos por método capaz de aferir a realização progressiva de o direito humano à alimentação adequada, o grau de implementação daquela política e o atendimento dos objetivos e metas estabelecidas e pactuadas no Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba.

§ 1º Caberá à Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional do Poder Executivo Municipal tornar públicas as informações relativas à segurança alimentar e nutricional da população.

§ 2º O método de monitoramento e avaliação deverá pautar-se pela participação social, equidade, transparência, publicidade e facilidade de acesso às informações.

§ 3º O método de monitoramento e avaliação deverá organizar, de forma integrada, os indicadores existentes nos diversos setores e contemplar as seguintes dimensões de análise:

I - produção de alimentos;

II - disponibilidade de alimentos;

III - renda e condições de vida;

IV - acesso à alimentação adequada e saudável, incluindo água;

V - saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados;

VI - educação; e

VII - programas e ações relacionados à segurança alimentar e nutricional.

§ 4º O método de monitoramento e avaliação deverá identificar os grupos populacionais mais vulneráveis à violação do direito humano à alimentação adequada, consolidando dados sociais.

CAPÍTULO IX

DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Art. 36. O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba será o principal instrumento de planejamento, gestão e execução da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba.

Art. 37. O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba deverá:

I - conter análise da situação municipal de segurança alimentar e nutricional;

II - ser quadrienal e ter vigência correspondente ao plano plurianual;

III - consolidar os programas e ações relacionados às diretrizes designadas e indicar as prioridades, metas e requisitos orçamentários para sua execução;

IV - explicitar as responsabilidades dos órgãos e entidades do Município integrantes do Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba e os mecanismos de integração e coordenação deste com os demais sistemas setoriais de políticas públicas;

V - incorporar estratégias territoriais e intersetoriais e visões articuladas das demandas da população, com atenção para as especificidades dos diversos grupos populacionais em situação de vulnerabilidade e de insegurança alimentar e nutricional, respeitando a diversidade social e cultural; e

VI - definir seus mecanismos de monitoramento e avaliação.

Parágrafo único. O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba será revisado após 2 (dois) anos pela Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional do Poder Executivo Municipal, com base nas propostas do COMSEA e no monitoramento da sua execução.

CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 38. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a adesão do Município ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, instituído pela Lei Federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, bem como ao Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Catarina.

Art. 39. Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente Lei Complementar no todo ou em parte.

Art. 40. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 41. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 12 de setembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Secretário Municipal de Governo

Lei Nº 4.448.2014

LEI Nº 4.448, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.

Institui o Sistema Eletrônico de Gestão para o cumprimento das obrigações fiscais do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no Município de Imbituba o Sistema Eletrônico de Gestão do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, através do Livro Eletrônico.

Art. 2º As pessoas jurídicas de direito público e privado, inclusive da Administração indireta da União, dos Estados e do Município, bem como as Fundações instituídas pelo Poder Público, estabelecidas ou sediadas no Município de Imbituba, ficam obrigadas a adotar o Livro Eletrônico, para processamento de dados de suas declarações, apresentando as informações mensalmente, via Internet, até o dia 10 do mês subsequente, relativas aos serviços contratados e/ou prestados.

§ 1º Incluem-se na obrigação descrita no caput os estabelecimentos equiparados à pessoa jurídica e os estabelecimentos sediados em outros municípios que venham a prestar e ou tomar, no município de Imbituba, os serviços listados nos § 5º, do Art. 267, da Lei Complementar nº 3.019, de 28 de dezembro de 2006.

§ 2º Poderá sofrer retificação as informações prestadas, a qualquer tempo, desde que não iniciado procedimento fiscal.

Art. 3º O Livro eletrônico será gerado por programa específico, disponibilizado gratuitamente via Internet, no endereço eletrônico da Prefeitura do Município de Imbituba, www.imbituba.sc.gov.br.

Art. 4º A apuração do imposto será feita, salvo disposição em contrário, ao final de cada mês, sob a responsabilidade individual do contribuinte ou responsável pelo imposto, mediante registro de suas operações tributáveis, os quais estarão sujeitos a posterior verificação pela autoridade fiscal.

§ 1º O prestador de serviços deverá escriturar por meio eletrônico, disponibilizado via Internet, mensalmente, as Notas Fiscais ou Faturas emitidas, com seus respectivos valores, emitindo ao final do processamento o boleto bancário e efetuar o pagamento do imposto devido.

§ 2º O tomador de serviços deverá escriturar por meio eletrônico, disponibilizado via Internet, mensalmente, as Notas Fiscais ou Faturas e os Recibos comprobatórios dos serviços tomados, efetuando as retenções de ISSQN exigidas na legislação, emitir, ao final do processamento, o boleto bancário e efetuar o pagamento do imposto devido, quando se revestir da qualidade de substituto ou responsável.

Art. 5º O prestador de serviços deverá escriturar por meio eletrônico, mensalmente, os valores recebidos através das operações de cartões de crédito e débito.

§ 1º A não escrituração por parte do prestador de serviços no contido no parágrafo anterior, implicará em multa no valor correspondente a 2.000 (duas mil) UFM's, por mês não escriturado.

§ 2º A utilização, pelas empresas prestadoras de serviços, de equipamentos cadastrados em nome de pessoa diversa, implicará em aplicação da penalidade de multa no valor de 5.000 (cinco mil) UFM's, para cada equipamento.

Art. 6º Para os efeitos desta Legislação, considera-se:

I - administradora de cartões de crédito:

a) em relação aos estabelecimentos credenciados, a pessoa jurídica responsável pela administração da rede de estabelecimentos, bem assim pela captura e transmissão das transações dos cartões de crédito.

Art. 7º As administradoras de cartões de crédito ou débito ficam obrigadas a apresentar as Declarações de Operações de Cartões de Crédito ou Débito, através do sistema Livro Eletrônico, de forma mensal, através da rede mundial de computadores, no sítio www.imbituba.sc.gov.br, através do link Livro Eletrônico.

§ 1º As administradoras de cartões de crédito ou débito prestarão informações sobre as operações efetuadas com cartões de crédito ou débito em estabelecimentos credenciados, prestadores de serviços, localizados no Município de Imbituba, compreendendo os montantes globais por estabelecimento prestador credenciado, ficando proibida a identificação do tomador de serviço, salvo por decisão judicial, quando se tratar de pessoas físicas.

§ 2º Para os efeitos desta lei, considera-se administradora de cartões de crédito ou débito, em relação aos estabelecimentos prestadores credenciados, a pessoa jurídica responsável pela administração da rede de estabelecimentos, bem assim pela captura e transmissão das transações dos cartões de crédito ou débito.

§ 3º Fica facultada à Secretaria Municipal da Fazenda a obtenção dos dados relativos às operações de cartões de crédito ou débito, por meio de convênio firmado com a Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina ou Receita Federal do Brasil.

Art. 8º A não entrega das informações nos prazos estabelecidos nesta lei, implicará nas infrações relativas ao fornecimento de informações referentes à utilização de cartões de crédito ou débito e congêneres em estabelecimentos prestadores de serviços localizados no Município de Imbituba:

a) multa de 5.000,00 (cinco mil) UFM'S, por mês, às pessoas jurídicas administradoras de cartão de crédito ou débito e congêneres que deixarem de apresentar, na conformidade desta legislação, as informações relativas à utilização de cartões de crédito ou débito e congêneres em estabelecimentos prestadores de serviços localizados no Município de Imbituba;

b) multa de 2.500,00 (duas mil e quinhentos) UFM'S, por mês, às pessoas jurídicas administradoras de cartão de crédito ou débito e congêneres que apresentarem fora do prazo estabelecido nessa legislação, ou o fizerem com dados inexatos ou incompletos, as informações relativas à utilização de cartões de crédito ou débito e congêneres em estabelecimentos prestadores de serviços localizados no Município de Imbituba.

Art. 9º No mês em que não prestarem ou que não tomarem serviços, os prestadores e os tomadores deverão informar obrigatoriamente no Livro Eletrônico, a ausência de movimentação econômica, que consiste no encerramento da declaração mensal sem a escrituração de qualquer documento fiscal.

Art. 10. Em substituição ao Livro de Registro de Serviços previsto na legislação vigente, o Tomador de Serviços, substituto tributário ou não e o Contribuinte emitente de Nota Fiscal de

Serviços, ficam obrigados a manter em cada um dos estabelecimentos sujeitos à inscrição, os seguintes livros fiscais de registro das prestações de serviços efetuadas ou contratadas, escriturados eletronicamente através do programa Livro Eletrônico:

I - Livro de Registro de Prestação de Serviços Próprios;

II - Livro de Registro de Serviços Tomados de Pessoas Jurídicas e Pessoas Físicas Sujeitos a Retenção ou não.

§ 1º O Livro Registro de Prestação de Serviços deverá ser escriturado pelos Contribuintes Prestadores de Serviços.

§ 2º O Livro de Registro de Serviços Tomados de Pessoas Jurídicas e Pessoas Físicas sujeitos a Retenção ou não, deverá ser escriturado pelos Tomadores contratantes de serviços, com responsabilidade para recolhimento do ISS, por Substituição e Retenção Tributária, atribuída pela legislação vigente e também pelos Tomadores de Serviços domiciliados no Município, independentemente dos mesmos não serem sujeitos a retenção.

§ 3º Findo o exercício fiscal, o contribuinte deverá emitir os livros fiscais em papel, contendo termo de abertura, encerramento, numeração em ordem sequencial dos livros, paginado, encadernado e assinado pelo contribuinte e pelo contabilista, dentro do prazo de 120 (cento e vinte dias) e registrar no órgão municipal competente, e conservá-lo no estabelecimento pelo prazo regulamentar para exibição ao fisco quando solicitado.

Art. 11. As instituições financeiras, assim consideradas pelo Conselho Monetário Nacional, estabelecidas neste Município sob o título de agência, filial, escritório, posto de atendimento, sucursal ou qualquer outra denominação, dispensadas da emissão de notas fiscais de serviços, ficam obrigadas ao preenchimento da planilha de taxas e serviços, disponível no programa Livro Eletrônico, declarando a Receita Bruta mensal, detalhando-a por conta analítica,

baseada no plano de contas instituído pelo Banco Central do Brasil - COSIF.

§ 1º Os estabelecimentos mencionados no "caput" deverão manter arquivados na agência local, para exibição ao Fisco, os mapas analíticos das receitas tributáveis e os balancetes analíticos padronizados pelo Banco Central.

§ 2º Os mapas analíticos deverão conter o nome do estabelecimento, o número de ordem, o mês e o ano de competência, o número de inscrição municipal, a codificação contábil, a discriminação dos serviços e os valores mensais de receitas correspondentes.

Art. 12. Todos os demais desobrigados de emissão de Notas Fiscais de Serviços, nos termos da legislação vigente, ficam também obrigados a escriturar a planilha a que se refere o artigo anterior, em relação aos serviços prestados e tomados.

Art. 13. O recolhimento do imposto retido na fonte, previsto na legislação vigente, far-se-á em nome do prestador de serviços, com a indicação do responsável pela retenção, observando-se o prazo regulamentar de pagamento.

Art. 14. Ficam substituídas as guias de recolhimento mensal e os "carnês" de recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, pela Guia de Recolhimento do ISSQN, emitida através do programa Livro Eletrônico.

Art. 15. O descumprimento às normas deste regulamento sujeita o infrator, prestador ou tomador de serviços, às penalidades previstas na legislação vigente, especialmente ao que:

I - deixar de remeter à Secretaria da Fazenda do Município, o Livro Eletrônico no prazo determinado, independente do pagamento do imposto;

II - Escriturar o Livro Eletrônico com omissões ou dados inverídicos, que importem na apuração de imposto em montante inferior ao devido.

Art. 16. Fica concedido 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação da presente lei, para que os contribuintes e tomadores de serviços façam as adaptações necessárias para o cumprimento da mesma.

Art. 17. Findo o prazo a que se refere o artigo anterior, passará a ser obrigatória a utilização do sistema previsto nesta lei e não será mais aceita a escrituração de Livros de Registro de Serviços até então utilizada e nem a forma de pagamento do imposto devido ou retido até então vigente, passando o recolhimento a ser efetuado apenas na forma prevista neste diploma legal.

Art. 18. O acesso ao preenchimento dos livros previstos nesta legislação utilizará uma senha que será fornecida ao contribuinte ou ao seu preposto, vinculado ao número do CRC do contabilista responsável.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015.

Imbituba, 12 de setembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo

Lei Nº 4.449.2014

LEI Nº 4.449, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 30.412,80 (trinta mil e quatrocentos e doze reais e oitenta centavos), para novo item orçamentário, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Manutenção do C.R.E.A.S		
08.243.0013-2.068		
4.4.90.00.00.00.00.00.0785	Aplicações Diretas	30.412,80
Total		30.412,80

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Especial de que trata o artigo anterior correrão por conta do excesso de arrecadação de recursos do Cofinanciamento Social Especial de Média Complexidade do FEAS - Fundo Estadual de Assistência Social.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 12 de setembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo

Decreto PMI Nº 213.2014

DECRETO PMI Nº 213, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Nº 4.449, de 12 de Setembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 30.412,80 (trinta mil e quatrocentos e doze reais e oitenta centavos), para novo item orçamentário, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Manutenção do C.R.E.A.S		
08.243.0013-2.068		
4.4.90.00.00.00.00.00.0785	Aplicações Diretas	30.412,80
Total		30.412,80

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Especial de que trata o artigo anterior correrão por conta do excesso de arrecadação de recursos do Cofinanciamento Social Especial de Média Complexidade do FEAS - Fundo Estadual de Assistência Social.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 12 de setembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo

CÂMARA MUNICIPAL**Portaria CMI Nº 29/2014**

PORTARIA CMI Nº 29/2014

"Concede Férias ao Servidor João Floriano".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Conceder, ao Sr. João Floriano, Secretário de Gabinete, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, sendo que 10 (dez) dias serão revertidos em pecúnia a ser recebido no mês de setembro de 2014, referentes ao período aquisitivo de 09/02/2013 a 08/02/2014, a ser gozada no período de 08/09/2014 a 27/09/2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba (SC), 01 de setembro de 2014.

Luís Antônio Dutra

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 01/09/2014.

PORTARIA CMI Nº 30/2014

PORTARIA CMI Nº 30/2014

"Concede Férias ao Servidor Luiz Dario Rocha".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Conceder, ao Sr. Luiz Dario Rocha, Controlador Interno, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referentes ao período aquisitivo de 03/12/2012 a 02/12/2013, a ser gozada no período de 08/09/2014 a 07/10/2014, com retorno ao trabalho programado para o dia 08/10/2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba (SC), 04 de setembro de 2014.

Luís Antônio Dutra

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 04/09/2014.

PORTARIA CMI Nº 31/2014

PORTARIA CMI Nº 31/2014

"Concede Férias a Servidora Anna Cláudia Speck de Souza".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Conceder, a Sra. Ana Cláudia Speck de Souza, Assessora Parlamentar, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referentes ao período aquisitivo de 05/02/2013 à 04/02/2014, a ser gozada no período de 08/09/2014 a 07/10/2014, com retorno ao trabalho programado para o dia 08/10/2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba (SC), 04 de Setembro de 2014.

Luís Antônio Dutra

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 04/09/2014.

Ipumirim**PREFEITURA****Extratos das Atas de Reg. de Preços do PL 59, PP 33-Rec. Recauc. E Vulc. de Pneus/PM**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO 59/2014

O Município de Ipumirim faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2014, do PROCESSO Nº 59/2014, homologado aos 10 de setembro de 2014, cujo objeto é contratação de empresa para serviços de recapagem, recauchutagem e vulcanização de pneus para a frota municipal de máquinas e veículos com entrega de forma parcelada, conforme as necessidades verificadas em cada setor, para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2014.59.9455 de 11 de setembro de 2014

FORNECEDOR: BORILLI PNEUS LTDA ME, situada na RODOVIA RS 463, KM 03, município de TAPEJARA-RS, inscrita no CNPJ sob n. 88.644.877/0001-66 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 138/0018878, representado pelo Senhor, RENATO BORILLI, CPF: 000.840.060-13.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	RECAUCHUTAGEM A QUENTE DE PNEUS 17.5X25 BORRACHUDO	UN	20,00	Vipal	1.267,39	25.347,78
3	RECAUCHUTAGEM A QUENTE DE PNEUS 14.9 X24 BORRACHUDO	UN	8,00	Vipal	876,90	7.015,16
4	RECAUCHUTAGEM A QUENTE DE PNEUS 18.4 X34 BORRACHUDO	UN	6,00	Vipal	1.436,75	8.620,51
7	RECAUCHUTAGEM A QUENTE DE PNEUS 12.5/80 X18 BORRACHUDO	UN	20,00	Vipal	743,15	14.863,07
14	Recauchutagem á quente Pneu 19.5 x 24 Borrachudo	UN	10,00	Vipal	1.424,15	14.241,49
16	VULCANIZAÇÃODE PNEU 17.5 X 25 BORRACHUDO	UN	20,00	Vipal	362,11	7.242,22
18	VULCANIZAÇÃODE PNEU 14.9 X 24 BORRACHUDO	UN	20,00	Vipal	239,24	4.784,84
19	VULCANIZAÇÃODE PNEU 18.4 X 34 BORRACHUDO	UN	8,00	Vipal	327,44	2.619,49
21	VULCANIZAÇÃODE PNEU 12.5/ 80 X 18 BORRACHUDO	UN	20,00	Vipal	176,85	3.536,93
26	Vulcanização de pneus 19,5 x 24- tração retroescavadeira	UN	10,00	Vipal	345,85	3.458,51
27	Recapagem a frio pneu 295/80 R 22,5- Borrachudo	UN	20,00	Vipal	471,80	9.436,07

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
28	Recapagem a frio pneu 295/80 R 22,5- Liso	UN	10,00	Vipal	452,06	4.520,63
29	Vulcanização pneu 295/80 R 22,5- borrachudo	UN	20,00	Vipal	101,66	2.033,30
30	Recapagem á frio de pneus 23.1 x 26- rolo compactador	UN	2,00	Vipal	2.070,88	4.141,76
31	Vulcanização pneu 23.1 x26	UN	4,00	Vipal	259,56	1.038,24
Valor Total Registrado					112.900,00	

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2014.59.6071 de 11 de setembro de 2014

FORNECEDOR: F.M PNEUS LTDA., situada na AV. MARAVILHA, 833, município de MARAVILHA-SC, inscrita no CNPJ sob n. 81.374.845/0001-49 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 251.840.484, representado pelo Senhor JANEI MOCELIN CPF: 324.969.150-04.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
2	RECAUCHUTAGEM A QUENTE PNEUS 1.400X24 BORRACHUDO, COM NO MINIMO 34 CM DE LARGURA DE BANDA, 2,6 CM DE PROFUNDIDADE DE SULCO E 8 CM DE LARGURA DE GARRA.	UN	80,00	VIPAL	1.083,675	86.694,00
17	VULCANIZAÇÃODE PNEU 1400 X 24 BORRACHUDO	UN	60,00	VIPAL	268,4333	16.106,00
5	RECAUCHUTAGEM A QUENTE DE PENUS 175/70 R13, COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO.	UN	20,00	VIPAL	95,00	1.900,00
6	RECAUCHUTAGEM A QUENTE DE PNEUS 175/70 R14, COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO.	UN	20,00	VIPAL	100,00	2.000,00
10	RECAPAGEM A FRIO PNEUS 255/75 R 15 BORRACHUDO, COM NO MÍNIMO 12 MM DE SULCO.	UN	16,00	VIPAL	240,00	3.840,00
12	RECAPAGEM A FRIO PNEUS 205/75 R 16 BORRACHUDO, COM NO MÍNIMO 12 MM DE SULCO.	UN	12,00	VIPAL	208,00	2.496,00
20	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 205/75 R 16 BORRACHUDO	UN	8,00	VIPAL	70,00	560,00
23	RECAPAGEM A FRIO DE PNEU 205/75 R14, COM NO MÍNIMO 12 MM DE SULCO.	UN	8,00	VIPAL	150,00	1.200,00
24	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 255/75 R15 BORRACHUDO	UN	10,00	VIPAL	70,00	700,00

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
8	RECAPAGEM A FRIO PNEUS 1.000 X 20 BORRACHUDO COM NO MÍNIMO 17 MM DE PROFUNDIDADE DE SULCO. DA BANDA DE RODAGEM	UN	40,00	VIPAL	463,3885	18.535,54
9	RECAPAGEM A FRIO PNEUS 1.000 R 20 BORRACHUDO RADIAL, COM NO MÍNIMO 17 MM DE PROFUNDIDADE DE SULCO, DA BANDA DE RODAGEM PARA RECAPAGENS DE 2ª VIDA EM DIANTE.	UN	100,00	VIPAL	473,3539	47.335,39
11	RECAPAGEM A FRIO PNEUS 1.000 R 20 LISO COM NO MÍNIMO 18,0 MM DE PROFUNDIDADE DA BANDA DE RODAGEM	UN	20,00	VIPAL	453,4232	9.068,46
13	RECAPAGEM Á QUENTE PNEUS 10 X 16.5 BORR. DESENHO G2	UN	30,00	VIPAL	453,4232	13.602,70
15	Recapagem á frio de Pneus 1000R 20 Borrachudo radial, Com no mínimo 22 mm de profundidade de Sulco e 220 mm de largura da banda de rodagem para 1ª Vida.	UN	60,00	VIPAL	473,3539	28.401,23
22	VULCANIZAÇÃO PNEU 1000 R 20 BORRACHUDO	SER	80,00	VIPAL	119,5841	9.566,73
25	Vulcanização de pneus 10 x 16,5- Bob Cat	UN	20,00	VIPAL	144,4975	2.889,95
Valor Total Registrado					R\$ 244.896,00	

As atas retrocitadas possuem vigência de 12 (doze) meses.

Irineópolis

PREFEITURA

Extrato Processo Licitatório Nº 57/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 57/2014
PREGÃO PRESENCIAL N.º 41/2014

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 26 de setembro de 2014, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando aquisição de 100 baldes, embalagem de 20 litros, de agente redutor líquido de óxidos de nitrogênio - arla 32, para o exercício de 2014, com entrega parcelada. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 11 de setembro de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Portaria N º 438/2014

PORTARIA N º. 438/2014.
DELEGA COMPETÊNCIA PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão Juliano Pozzi Pereira, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1º - DELEGAR a DANIELA APARECIDA FRITZEN RANDIG, servidora efetiva no cargo de Enfermeira, portadora da CNH Registro nº 03657513725, categoria AB, competência para dirigir os veículos de uso e propriedade do Fundo Municipal de Saúde, quando no desempenho de atividades inerentes ao seu cargo.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3º - Revoga-se a Portaria nº 193/2013 e demais disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 13 de Setembro de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 439/2014

PORTARIA N º. 439/2014.
DELEGA COMPETÊNCIA PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão Juliano Pozzi Pereira, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1º - DELEGAR a ROSILDA CRISTINA REGERT, servidora efetiva no emprego público de Enfermeira (ESF), portadora da CNH Registro nº 00575892008, categoria B, competência para dirigir os veículos de uso e propriedade da Secretaria Municipal de Saúde, quando no desempenho de atividades inerentes ao cargo.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 13 de Setembro de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

Itá**PREFEITURA****Aviso de Processo Licitatório Nº 052/2014, Tomada de Preços Nº 009/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2014

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2014

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá - SC Torna Público que fará realizar licitação, na modalidade Tomada de Preços, no dia 01 de outubro de 2014, visando a contratação de empresa para a prestação de serviços de assessoria na estruturação de leilões públicos eletrônicos e presenciais, para venda de bens do Município de Itá - SC, com utilização de recursos de tecnologia da informação, por meio de plataforma de transação via WEB. As propostas serão recebidas até às 08h30min do dia 01 de outubro de 2014 e abertas às 08h30min desta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508.

Itá-SC, 12 de Setembro de 2014.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Itapiranga**PREFEITURA****Portaria Nº 223/2014**

Portaria nº 223 de 10 de setembro de 2014.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio à servidora municipal Olga Vogel Eidt, matrícula nº 4096/01 pelo período de 03 (três) meses iniciando-se em data de 12/9/2014 até 11/12/2014, referente o período aquisitivo de 18/2/1993 até 17/2/1998.

Art. 2º. Converter o período de 12/9/2014 até 11/10/2014 correspondente a 2/3 (dois terços) da licença em abono especial, em conformidade com o § 2º do Art. 103 da Lei Complementar nº 39/2011.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 12 de setembro 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial do Estado - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

EXTRATO DE CONTRATOS PREFEITURA Nº 124 A 125/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - EXTRATOS CONTRATOS - PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 124/2014

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 079/2014

PARTES: Município de Itapiranga e BW Construções Ltda Me.

ORIGEM: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 070/2014.

OBJETO: Prorroga, até o dia 25 de outubro de 2014, o prazo para a execução em regime de empreitada global dos serviços para reforma, com área de 1.077,87 m² e ampliação, com área de 62,94 m², do ginásio de esportes Bela Vista, sito no Bairro Bela Vista, na cidade de Itapiranga.

VIGÊNCIA: 25 de outubro de 2014.

Itapiranga - SC. 05 de setembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 125/2014

PARTES: Município de Itapiranga e Combustíveis Itapiranga Ltda.

ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 140/2014.

OBJETO: Aquisição de combustível (óleo diesel) destinado para uso nas máquinas e caminhões desta municipalidade, como finalidade de recuperação de trechos danificados pelo evento ocorrido em junho/2014, conforme convênio nº 2014TR003059, que

celebram entre si o estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Defesa Civil e o município de Itapiranga.

VALOR: R\$ 50.000,00

VIGÊNCIA: 23 de dezembro de 2014.

Itapiranga - SC. 10 de setembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO DA SAÚDE Nº 026/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATOS CONTRATOS - SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 026/2014

PARTES: Município de Itapiranga e Rudiger Automóveis Ltda.

ORIGEM: Pregão Eletrônico 25/2014.

OBJETO: Aquisição de 01 veículo novo, 0 km, destinado para as unidades básicas de saúde do município de Itapiranga, conforme portaria ministério da saúde nº 2.198 de 11/09/2009, proposta nº 11356.676000/1130-03, recurso de emenda parlamentar nº 29050004 e 01 veículo novo destinado para uso da vigilância em saúde.

VALOR: R\$ 47.000,00

VIGÊNCIA: 04 de setembro de 2015.

Itapiranga - SC., 04 de setembro de 2014.

Luis Carlos Steffenon

Administrador do FMS

EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇO - SAÚDE Nº 069 A 073/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

ATAS REGISTRO DE PREÇOS - SAÚDE

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 069/2014.

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2014.

PARTES: Município de Itapiranga e MGF Distribuidora de Medicamentos Ltda.

ORIGEM: Pregão Eletrônico 045/2013.

OBJETO: Aquisição de medicamentos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.

VALOR: R\$ 1.336,77

VIGÊNCIA: 27 de janeiro de 2015.

Itapiranga - SC., 03 de setembro de 2014.

Luis Carlos Steffenon - Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 070/2014.

2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2014.

PARTES: Município de Itapiranga e Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda.

ORIGEM: Pregão Eletrônico 045/2014.

OBJETO: Aquisição de medicamentos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.

VALOR: R\$ 174,90

VIGÊNCIA: 27 de janeiro de 2015.

Itapiranga - SC., 04 de setembro de 2014.

Luis Carlos Steffenon - Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 071/2014.

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2014.

PARTES: Município de Itapiranga e Altermed Material Médico

Hospitalar Ltda.

ORIGEM: Pregão Eletrônico 045/2013.

OBJETO: Aquisição de medicamentos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.

VALOR: R\$ 331,52

VIGÊNCIA: 27 de janeiro de 2015.

Itapiranga - SC., 04 de setembro de 2014.

Luis Carlos Steffenon - Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 072/2014.

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2014.

PARTES: Município de Itapiranga e Mauro Marciano Comércio de Equipamentos.

ORIGEM: Pregão Eletrônico 045/2013.

OBJETO: Cancela o registro de preço do item nº 151, Complexo B Ampola de 2 ml, do pregão para aquisição de medicamentos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.

Itapiranga - SC., 04 de setembro de 2014.

Luis Carlos Steffenon - Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 073/2014.

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2014.

PARTES: Município de Itapiranga e Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.

ORIGEM: Pregão Eletrônico 045/2013.

OBJETO: Cancela o registro de preço do item nº 196, Fenobarbital gotas 4% 20 ml, do pregão para aquisição de medicamentos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.

Itapiranga - SC., 04 de setembro de 2014.

Luis Carlos Steffenon

Administrador do FMS

Itapoá

PREFEITURA

Extrato do Contrato Nº 82/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 82/2014

Contratante: Município de Itapoá-SC;
Contratada: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, com sede á Estrada Boa Esperança, nº 2320, Fundo Canoas, Rio do Sul/SC, CEP: 89.163-554, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.802.002/0001-02, e Inscrição Estadual: 253.148.995, representada neste ato por administrador, o Sr. ANACLETO FERRARI, portador do CNPF/MF nº 523.140.819-00, e do CI.RG nº 3R-1.428.772/SSI-SC.
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2014 - PROCESSO Nº 87/2014;
Objeto: Aquisição de equipamentos médicos hospitalares para uso na Sala de Estabilização do Pronto Atendimento 24 horas, conforme Anexo V do Edital.
Valor total: R\$ 14.049,86(Catorze mil quarenta e nove reais e oitenta e seis centavos).
Data da assinatura: 09/09/2014;
Data vigência contratual: O contrato iniciará na data da assinatura, e o seu termino está condicionado a entrega do total do objeto, 30 (trinta) dias corridos.

Itapoá, 12 de setembro de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 83/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 83/2014

Contratante: Município de Itapoá-SC;
Contratada: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA, com sede á Rua Fernando de Souza e Silva, nº 1199, Itoupava Norte, Blumenau/SC, CEP: 89.052-475, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.033.589/0001-12, e Inscrição Estadual: 253.869.366 representada neste ato por administrador, o Sr. MARCOS MURILIO PEREIRA, portador do CNPF/MF nº 808.696.299-72, e do CI.RG nº 2.799.192-0 SSP-SC.
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2014 - PROCESSO Nº 87/2014;
Objeto: Aquisição de equipamentos médicos hospitalares para uso na Sala de Estabilização do Pronto Atendimento 24 horas, conforme Anexo V do Edital.
Valor total: R\$ 17.609,00 (Dezessete mil seiscentos e nove reais).
Data da assinatura: 09/09/2014;
Data vigência contratual: O contrato iniciará na data da assinatura, e o seu termino está condicionado a entrega do total do objeto, 30 (trinta) dias corridos.

Itapoá, 12 de setembro de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 84/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 84/2014

Contratante: Município de Itapoá-SC;
Contratada: CIRURGICA CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETERINÁRIOS LTDA-ME, com sede á Rua Leoberto Laureano Henrich, nº 50, Passa Vinte, Palhoça/SC, CEP: 88.132-230, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.258.209/0001-15, e Inscrição Estadual: 257.054.367 representada neste ato pela administradora, a Sra. MICHELE MARIA DOS SANTOS KIRCHNER, portadora do CNPF/MF nº 004.208.199-83, e do CI.RG nº 3.924.419 SSP-SC.
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2014 - PROCESSO Nº 87/2014;
Objeto: Aquisição de equipamentos médicos hospitalares para uso na Sala de Estabilização do Pronto Atendimento 24 horas, conforme Anexo V do Edital.
Valor total: R\$ 9.650,00 (Nove mil seiscentos e cinquenta reais).
Data da assinatura: 09/09/2014;
Data vigência contratual: O contrato iniciará na data da assinatura, e o seu termino está condicionado a entrega do total do objeto, 30 (trinta) dias corridos.

Itapoá, 12 de setembro de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 85/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 84/2014

Contratante: Município de Itapoá-SC;
Contratada: MAGNA MÉDICA COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA EPP, com sede á Rodovia João Paulo, nº 695, Comercial Mondrian, sala 04, João Paulo, Florianópolis/SC, CEP: 88.030-300, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.922.811/0001-63, e Inscrição Estadual: 254.685.196 representada neste ato por administrador, o Sr. FELIPE TIAGO RACHADEL SARTORI, portador do CNPF/MF nº 007.855.699-60, e do CI.RG nº 4.000.742-1 SSP-SC.
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2014 - PROCESSO Nº 87/2014;
Objeto: Aquisição de equipamentos médicos hospitalares para uso na Sala de Estabilização do Pronto Atendimento 24 horas, conforme Anexo V do Edital.
Valor total: R\$ 27.450,00 (Vinte e sete mil quatrocentos e cinquenta reais).
Data da assinatura: 09/09/2014;
Data vigência contratual: O contrato iniciará na data da assinatura, e o seu termino está condicionado a entrega do total do objeto, 30 (trinta) dias corridos.

Itapoá, 12 de setembro de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL

CONVITE Nº 25/2014 - PROCESSO Nº 121/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

Preâmbulo (art. 40, caput)

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar no dia 26/09/2014 às 09h:30min, a Sessão Pública de abertura de envelopes de habilitação e propostas, e até às 09h:00min receberá envelopes dos possíveis interessados em participar do certame em epigrafe, o que ocorrerá em sua sede administrativa, sita à Rua Mariana Michels Borges (960), nº 201, Licitação na modalidade CONVITE Nº 25/2014 - PROCESSO Nº 121/2014, para a aquisição de 29,20m² de persianas tipo rolo com blackout modelo nápoles, tecido com base de pvc, conforme anexo I do edital. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h:00min às 14h:00min. Itapoá, 10 de setembro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE SAÚDE: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2014 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 023/2014 ENFERMEIRO

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2014

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 023/2014
ENFERMEIRO

Cristian Angelo Grassi, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA a candidata LILIAN GRAZIELLY CHIMENTÃO GOLÇALVES para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados.

1. Cédula de Identidade (RG) ;
2. Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;
5. Certidão de nascimento ou casamento;
6. Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
7. Uma foto recente ;
8. Comprovante de residência;
9. Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo;
10. Registro no COREN/SC;
11. Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
12. Certidão de Nascimento dos Filhos ;
13. Certidão de Regularização do CPF (internet) ;
14. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece);
15. Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece) ;
16. Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
17. Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);
18. Tipagem sanguínea;
19. Laudo médico;
20. Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº: _____;

Cristian Angelo Grassi
Secretário da Saúde
Itapoá, 12 de Setembro de 2014.

Itaporanga**PREFEITURA****Edital Nº 006/2014 de Convocação de Aprovados Em Concurso Público Municipal**

EDITAL Nº 006/2014 DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

"Dispõe sobre a convocação de candidatos classificados no Concurso Público Municipal - Editais nº. 001/2014 e 003/2014"

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Itaporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere a legislação específica, dentro do interesse e conveniência da Administração e obedecendo a ordem de classificação no Concurso Público Municipal nº. 001/2014, CONVOCA o candidato relacionado no Anexos I, da presente, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, localizado na Rua Vereador Joaquim Boeing, n.º 40, Centro, Itaporanga, / SC, do dia 11/09/2014 ao dia 10/10/2014, no horário das 7h às 13h, munidos dos documentos exigidos nos itens 1.3 e 1.4 do Edital nº. 001/2014 e 003/2014, visando comprovar os requisitos para a investidura no cargo público.

Outrossim, fica desde já cientificado o candidato aprovado convocado que o não comparecimento até a data indicada, implicará na perda do direito à posse e a qualquer outro direito inerente ao Concurso, conforme os termos do Edital e disposições da Lei Complementar nº. 020, de 17 de dezembro de 2008 e Lei Complementar nº 017, de 03 de outubro de 2007.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura do Município de Itaporanga, 11 de setembro de 2014.
ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município de Itaporanga

ANEXO IEDITAL Nº. 01/2014
CONVOCADO**CARGO: ADVOGADO**

Apresentar Diploma de Graduação em nível superior de Bacharel em Direito e Registro profissional na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Santa Catarina - OAB/SC., além dos demais documentos exigidos pelo Departamento de Recursos Humanos e os descritos nos itens 1.3 e 1.4 do Edital nº. 001/2014.

CLASSIFICAÇÃO CANDIDATO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
03	Márcio Lima da Costa Júnior

ANEXO IIEDITAL Nº. 03/2014
CONVOCADOS**CARGO: AGENTE DE SAÚDE**

Apresentar Diploma/Certificado do ensino fundamental, residir na Comunidade em que atuar, desde a data da publicação do Edital de Concurso Público, concluir com aproveitamento o curso introdutório de formação inicial e continuado, além dos demais documentos exigidos pelo Departamento de Recursos Humanos e os descritos nos itens 1.3 e 1.4 do Edital nº. 003/2014

CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS

Classificação	Candidato	Comunidade/Bairro
01	Sandra Regina Klau-	Santo Antônio
02	mann Zoz	
02	Selma Pereira de Souza	Santo Antônio
01	Vanessa Hang	Centro
01	Marilene Mohr Schafer	Cerro Negro
02	Tânia Aparecida Roling	Cerro Negro
	Weber	

DECRETO Nº 299 DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 299 de 10 de setembro de 2014.

"Institui o Comitê Executivo para Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e nomeia seus membros do Município de Ituporanga."

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa, usando de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Nacional nº 11445/2007, e Decreto do Executivo Federal Nº 7217/2010 bem como o Estatuto das Cidades (Lei 10257/2001).

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituído o Comitê Executivo para Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e nomeado seus respectivos membros do Município de Ituporanga. O Comitê terá a atribuição de realizar as atividades referentes ao escopo dos serviços constantes no Termo de Referência para Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Ituporanga, e será composto dos seguintes membros:

COORDENADOR: Marisol Batisti Stuepp - Agente de Combate a Endemias - Prefeitura do Município de Ituporanga.
Suplente: Moacir Cordeiro - Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil - Prefeitura do Município de Ituporanga.

Membro: Acássio Clasen - Engenheiro Agrônomo - Secretaria Municipal de Agricultura.
Suplente: Volmir Borsatto - Engenheiro Agrônomo - Secretaria Municipal de Agricultura.

Membro: Ana Alves Vieira - Secretária da Assistência Social - Prefeitura do Município de Ituporanga.
Suplente: Alessandra Hoffaman Moratelli - Assistente Social - Prefeitura do Município de Ituporanga.

Membro: Roberto Carlos Hamm - Secretário de Infraestrutura - Prefeitura do Município de Ituporanga.
Suplente: José Adelino Souza - Diretor do Departamento de Trânsito - Prefeitura do Município de Ituporanga.

Membro: Luiz Carlos Hesmann - Arquiteto - Prefeitura do Município de Ituporanga
Suplente: Toni Schutz - Desenhista - Prefeitura do Município de Ituporanga

Membro: Antônio Salésio Costa - Secretário de Saúde - Prefeitura do Município de Ituporanga.
Suplente: Daiana Pesenti - Enfermeira - Prefeitura do Município de Ituporanga.

Membro: Bento da Silva - Secretário de Serviços Urbanos - Prefeitura do Município de Ituporanga.
Suplente: Ademar Kuhnen - Diretor do Departamento de

Urbanismo - Prefeitura do Município de Ituporanga.

Membro: Gilson Broering - Auxiliar de Serviços Gerais - Prefeitura do Município de Ituporanga.
Suplente: Valdemir da Rosa - Agente de Combate a Endemias - Prefeitura do Município de Ituporanga.

Membro: Arnito Scheidt - Assistente Administrativo - CASAN Companhia Catarinense de Águas e Saneamento.
Suplente: Julio Pereira - Agente administrativo Operacional - CASAN Companhia Catarinense de Águas e Saneamento.

Membro: Fábio João da Silva - Engenheiro Sanitarista e Ambiental - Engenheiro Coordenador de Elaboração do PMSB - Empresa Ecoeficiência Soluções Ambientais.
Suplente: Fábio João da Silva Filho - Estagiário em Engenharia Civil e/ou Sanitária e/ou Ambiental - Empresa Ecoeficiência Soluções Ambientais.

Membro: Carlos Senger Júnior - Engenheiro Sanitarista e Ambiental - Elaboração de diagnóstico da infraestrutura existente, prognóstico (sistema de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e de drenagem urbana e gerenciamento de resíduos sólidos) e proposição de programas, projetos e ações para realizar o tratamento de dados, plotar gráficos e fazer as projeções para serviços no âmbito do saneamento básico e elaborar indicadores de desempenho e sistema de informações. - Empresa Ecoeficiência Soluções Ambientais.
Suplente: Thiago Jair dos Santos - Engenheiro Ambiental - Elaboração de diagnóstico da infraestrutura existente, prognóstico (sistema de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e de drenagem urbana e gerenciamento de resíduos sólidos) e proposição de programas, projetos e ações para realizar o tratamento de dados, plotar gráficos e fazer as projeções para serviços no âmbito do saneamento básico e elaborar indicadores de desempenho e sistema de informações. - Empresa Ecoeficiência Soluções Ambientais.

Membro: Cláudia Pick - Geógrafa - Elaborar levantamentos e estudos relacionados a área de geologia e/ou geografia demandadas no processo de elaboração do PMSB - Empresa Ecoeficiência Soluções Ambientais.
Suplente: Karine Rocha da Silva - Assistente Social - Desenvolver atividades, estudos e levantamentos socioculturais e de educação em saúde e mobilização social e preparar peças de apoio em comunicação e educação para as atividades de oficinas e mobilização social - Empresa Ecoeficiência soluções Ambientais.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, fica revogado o Decreto 028, de 04 de março de 2013 e as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ituporanga, 10 de setembro de 2014.
ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município

ELMO PISETTA
Secretário da Administração

Decreto Nº 300 de 10 de Setembro de 2014.

DECRETO Nº 300, de 10 de setembro de 2014.

“Cria Comitê de Coordenação para Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e Nomeia seus Membros do Município de Ituporanga.”

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa, usando de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Nacional nº 11445/2007, e Decreto do Executivo Federal Nº 7217/2010 bem como o Estatuto das Cidades (Lei 10257/2001).

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o Comitê de Coordenação para Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e nomeado seus respectivos membros. O Comitê terá a atribuição de avaliar e aprovar o trabalho produzido pelo Comitê Executivo, e será composto dos seguintes membros:

COORDENADOR: Nilson Kuster - Secretário de Planejamento - Prefeitura do Município de Ituporanga.

Suplente: Antônio José Tenfen - Fiscal de Obras e Postura - Prefeitura do Município de Ituporanga.

Membro : José Carlo Wiese - Engenheiro Civil - Prefeitura do Município de Ituporanga.

Suplente: Inês Regina Sebold Machado - Agente Administrativo - Prefeitura do Município de Ituporanga.

Membro : Orli Vicente - Fiscal de Saúde Pública - Prefeitura do Município de Ituporanga.

Suplente: Bruna Rudolfo - Oficial Administrativo - Prefeitura do Município de Ituporanga.

Membro : Marcos Antônio Vandresen - Agente Administrativo Operacional - CASAN Companhia Catarinense de Águas e Saneamento. Suplente: Cristiane Arndt - Assistente Administrativo - CASAN Companhia Catarinense de Águas e Saneamento.

Membro: katiucia Michele Visentainer- Engenheira Agrônoma - Epagri.

Suplente: Édio Zunino Sgrott - Engenheiro Agrônomo - Epagri.

Membro: Claudemir Coelho - Presidente da ONG Mãe d' Água.

Suplente: Delano Schafer - Tesoureiro da ONG Mãe d' Água.

Membro: Representante do Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica da Funasa de Santa Catarina.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, fica revogado o Decreto 027, de 04 de março de 2013 e as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA, 10 de setembro de 2014.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

ELMO PISETTA

Secretário da Administração

LEI Nº 2.571, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014

LEI Nº 2.571, de 11 de setembro de 2014

“Desafeta bem público de uso comum do povo”.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica desafetada ao uso comum a área de terras medindo 4.046,30 m² (quatro mil, quarenta e seis metros e trinta décimos quadrados), composta por parte da Rua nº 01 e a Rua nº 03 do Distrito Industrial de Ituporanga, conforme com mapa anexo.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 11 de setembro de 2014.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município de Ituporanga

Joaçaba

PREFEITURA

Homolog PL 21/2014 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 21/2014/FMS

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 21/2014/FMS - PP 16/2014 FMS, nos seguintes termos:

Objeto: o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de materiais de laboratório, destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba (SC).

- Empresas Vencedoras:

J.R. EHLKE & CIA LTDA

VALOR - R\$ 265.572,66

LABOURT COM. DE PROD. PARA LAB. LTDA

VALOR - R\$ 36.000,00

AJMN - COMERCIO DE PROD. CIENTIFICOS LTDA

VALOR - R\$ 29.718,69

DIAGNOSTICA CATARINENSE COM. PROD. LAB.

VALOR - R\$ 43.479,00

DM DIAGNOSTICA E SOLUÇÕES LTDA

VALOR - R\$ 16.885,50

PRONTOLAB - ART.P/ LAB EM GERAL

VALOR - R\$ 14.792,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 26 de agosto de 2014.

Marcos Weiss

Secretario FMS

HOMOLOG PL 22/2014 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 22/2014/FMS

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 22/2014/FMS - PP 17/2014 FMS, nos seguintes termos:

Objeto: a aquisição de 03 (três) veículos tipo passeio, sedan, novos, zero quilômetro, ano/modelo 2014 ou 2015, e 01 (um) veículo tipo van minibus, novo, zero quilômetro, ano/modelo 2014 ou 2015, destinados ao atendimento dos programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.

- Empresas Vencedoras:

NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA

VALOR - R\$ 119.400,00

SANTA PAULINA STRASBOURG VEICULOS LTDA

VALOR R\$ 122.000,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 12 de setembro de 2014.

Marcos Weiss

Secretario FMS

PORTARIA N.º 3163

PORTARIA Nº 3.163 DE 11 DE SETEMBRO DE 2014

"ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ALTERAR A CARGA HORÁRIA do(a) Servidor(a) Sr.(a) PATRICIA APARECIDA SBRUZZI, Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar como 2º professor para aluno com necessidades especiais, para atuar nas oficinas do período integral da Secola Rotary Fritz Lucht, de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas semanais a partir do dia 02 de setembro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 02 de setembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 11 de setembro de 2014

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

Portaria N.º 3164

PORTARIA Nº 3.164 DE 11 DE SETEMBRO DE 2014

"ANULA PORTARIA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. ANULAR A PORTARIA Nº 3.139 de 05 de setembro de 2014 que NOMEOU, o (a) Sr. (a) RICARDO ALTENBURGER, Diretor de Indústria, Comércio e Inovação, nível CC-2, com lotação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação, para exercer cumulativamente o cargo de Secretario Municipal de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação, nível CC-1, no período de 01 de setembro de 2014 a 15 de setembro de 2014 no período de férias do titular, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 173 de 11 de março de 2009 e Lei Complementar nº 230 de 14 de fevereiro de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de setembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo nº 3 parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 11 de setembro de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

Portaria N.º 3165

PORTARIA Nº 3.165 DE 11 DE SETEMBRO DE 2014
"ANULA PORTARIA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. ANULAR A PORTARIA Nº 3.162 de 10 de setembro de 2014 que NOMEOU, o (a) Sr. (a) PAULA GIOVANA KLEBER, Diretor de Saúde, nível CC-2, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer cumulativamente o cargo de Secretário Municipal de Saúde, nível CC-1, no período de 10 de setembro de 2014 a 24 de setembro de 2014 no período de férias do titular, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 173 de 11 de março de 2009 e Lei Complementar nº 230 de 14 de fevereiro de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 10 de setembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo nº 3 parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 11 de setembro de 2014.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 3166

PORTARIA Nº 3.166 DE 11 DE SETEMBRO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) FABIO JUNIOR ZANIN, Fiscal de Vigilância Sanitária, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 01 de setembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de setembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 11 de setembro de 2014.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 3167

PORTARIA Nº 3.167 DE 11 DE SETEMBRO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) EMERSON VIEIRA, Professor da Fundação, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Fundação Municipal de Cultura e Esporte, referente ao período de 14 de agosto de 2010 a 13 de agosto de 2011 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 19 de setembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de setembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 11 de setembro de 2014.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 3168

PORTARIA Nº 3.168 DE 11 DE SETEMBRO DE 2014
"DESIGNAR SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR o servidor Sr. VICTOR FELIPE SACCHETTI para acompanhar e fiscalizar os contratos nº 200, 201 e 202/2014/PMJ de 09 de setembro de 2014, proveniente do Processo de Licitação nº 59/2014/PMJ - Concorrência Pública nº 05/2014/PMJ de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei nº 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 09 de setembro de 2014, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 11 de setembro de 2014.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3169

PORTARIA Nº 3.169 DE 12 DE SETEMBRO DE 2014

"DESIGNAR SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR a servidora Sra. ANA PAULA FRANKE para acompanhar e fiscalizar a Ata de Registro de Preço nº 06/2014/FMS de 28 de agosto de 2014, proveniente do Processo de Licitação n.º 21/2014/FMS - Pregão Presencial n.º 16/2014/FMS de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 26 de agosto de 2014, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 12 de setembro de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

ATA REG. 06/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 1/22

Número do Registro de Preços: 6/2014 Data do Registro: 26/08/2014 Válido até: 26/08/2015						
Objeto da Compra: Registro De Preços para aquisição eventual e futura de materiais de laboratório, destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba (SC).						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
1	Hemoglobina glicada automatizada	TST	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	8,6807
2	COLESTEROL -	TST	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	0,9484
3	Colesterol HDL direto	TST	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	2,2937
4	TRIGLICERIDEOS -	TST	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	1,0743
5	ÁCIDO ÚRICO -	TST	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	0,9678
6	GLICOSE -	TST	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	0,9001
7	URÉIA -	TST	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	0,9775
8	FOSFATASE ALCALINA -	TST	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	0,9775
9	GAMA GT -	TST	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	1,1226
10	AMILASE -	TST	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	1,5678
11	CREATININA -	TST	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	0,9001
12	TGO/ASL	TST	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	0,9678

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Número do Registro de Preços: 6/2014 Data do Registro: 26/08/2014 Válido até: 26/08/2015						
Objeto da Compra: Registro De Preços para aquisição eventual e futura de materiais de laboratório, destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba (SC).						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
13	TGP/ALT	TST	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	0,9678
14	BILIRRUBINA DIRETA -	TST	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	0,9775
15	BILIRRUBINA TOTAL -	TST	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	0,9775
16	CÁLCIO -	TST	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	0,9775
17	MAGNÉSIO	UN	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	0,9872
18	Proteínas totais do soro	TST	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	0,9291
19	Proteínas totais urina	TST	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	0,9194
20	Albumina	TST	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	0,9097
21	CK Creatino Quinase	TST	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	1,2485
22	Alfa 1 glicoproteína ácida	TST	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	3,2131
23	Cloretos	TST	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	0,9678
24	Tubo de coleta a vácuo com ativador do coágulo (04 ml - tampa vermelha)	UN	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	GREINER	0	0,5033

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 3/22

Número do Registro de Preços: 6/2014 Data do Registro: 26/08/2014 Válido até: 26/08/2015						
Objeto da Compra: Registro De Preços para aquisição eventual e futura de materiais de laboratório, destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba (SC).						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
25	Tubo de coleta a vácuo com ativador do coágulo (10 ml - tampa vermelha)	UN	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	GREINER	0	0,5516
26	Tubo de coleta a vácuo com gel separador (04 ml - tampa amarela)	UN	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	GREINER	0	0,6581
27	Tubo de coleta a vácuo 13 x 75 mm com fluoreto de sódio (02 ml - tampa cinza)	UN	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	GREINER	0	0,5904
28	PCR LÁTEX AGLUTINAÇÃO MANUAL, KIT C/ 50 TESTES	KIT	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	66,3814
29	FR LÁTEX AGLUTINAÇÃO MANUAL, KIT C/ 50 TESTES	KIT	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	62,6747
30	ASO LÁTEX AGLUTINAÇÃO MANUAL, KIT C/ 50 TESTES -	KIT	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	101,2706
31	LDH	TST	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	1,0549
32	CALIBRADOR DE BIOQUÍMICA. CALIBRA OS SEGUINTES TESTES: COLESTEROL, HDL, TRIGLICERIDEO, ÁCIDO ÚRICO, GLICOSE, URÉIA, FOSFATASE ALCALINA, GAMA GT, AMILASE, CREATININA, TGO, TGP, BILIRRUBINA DIRETA E TOTAL, CÁLCIO, LDH. KIT C/ MÍN. DE 05 ML.	KIT	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	73,5722
33	SORO CONTROLE NORMAL E PATOLÓGICO. KIT C/ MÍNIMO DE 5 ML CADA.	KIT	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	132,3854
34	CK - MB	TST	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	1,0549
35	HEMOGRAMA	UN	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	MINDRAY	0	5,4219

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 4/22

Número do Registro de Preços: 6/2014 Data do Registro: 26/08/2014 Válido até: 26/08/2015						
Objeto da Compra: Registro De Preços para aquisição eventual e futura de materiais de laboratório, destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba (SC).						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
36	Tubo de coleta a vácuo 13 x 75 mm (04 ml) EDTA K3	UN	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	GREYNER	0	0,4787
37	Tubo de coleta a vácuo 13 x 75 mm (02 ml) EDTA K3	UN	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	GREYNER	0	0,5080
38	PT	TST	LABOURT COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATORIOS LTD (8003)	SIEMENS	0	3,7946
39	APTT	TST	LABOURT COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATORIOS LTD (8003)	SIEMENS	0	2,7243
40	Tubo de coleta a vácuo com citrato	UN	LABOURT COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATORIOS LTD (8003)	BD	0	0,6811
41	Sódio	TST	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	DIAMOND	0	2,2872
42	POTÁSSIO	UN	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	DIAMOND	0	2,2872
43	Tubos de coleta a vácuo	UN	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	GREINER	0	0,4512

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 5/22

Número do Registro de Preços: 6/2014			Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015		
Objeto da Compra-Registro De Preços para aquisição eventual e futura de materiais de laboratório, destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba (SC).							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
44	Equipamento para análise de eletrólitos Ion Seletivo em material biológico. Parâmetros quantificados: Sódio (Na+), Potássio (K+), Cálcio Ionizado (Ca2+), Cloreto (Cl) ou Lítio (Li+). Princípios de medição: Eletrodo Ion Seletivo (ISE) de forma rápida, precisa e eficiente. Tempo de análise de, no mínimo, 60 amostras/hora. Volume de amostras 95 ul (microlitros). Identificação das amostras por nome. Com Impressora térmica. Equipamento para aquisição.	UN	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	DIAMOND	0	19.448,8397	1
45	SORO ANTI A MONOCLONAL, REAGENTE P/ CLASSIFICAÇÃO DO SISTEMA SANGUINEO ABO. VOLUME 10ML	FR	PRONTOLAB-ART.P/LAB.EM GERAL (6021)	EBRAM	0	21.470,7299	2
46	SORO ANTI B MONOCLONAL, REAGENTE P/ CLASSIFICAÇÃO DO SISTEMA SANGUINEO ABO. VOLUME 10ML	FR	AMIN-COMÉRCIO DE PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA (7717)	FRESENIUS	0	16.9000	2
47	SORO ANTI D MONOCLONAL, REAGENTE P/ CLASSIFICAÇÃO DO SISTEMA SANGUINEO ABO. VOLUME 10ML	FR	DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	PROTHEMO	0	19.2600	3
48	SORO ANTI E MONOCLONAL, REAGENTE P/ CLASSIFICAÇÃO DO SISTEMA SANGUINEO ABO. VOLUME 10ML	FR	AMIN-COMÉRCIO DE PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA (7717)	EBRAM	0	12.1500	1
49	SORO ANTI F MONOCLONAL, REAGENTE P/ CLASSIFICAÇÃO DO SISTEMA SANGUINEO ABO. VOLUME 10ML	FR	DM DIAGNÓSTICA E SOLUÇÕES LTDA (7716)	FRESENIUS	0	16.9000	2
50	SORO ANTI G MONOCLONAL, REAGENTE P/ CLASSIFICAÇÃO DO SISTEMA SANGUINEO ABO. VOLUME 10ML	FR	DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	PROTHEMO	0	19.2600	3
51	SORO ANTI H MONOCLONAL, REAGENTE P/ CLASSIFICAÇÃO DO SISTEMA SANGUINEO ABO. VOLUME 10ML	FR	AMIN-COMÉRCIO DE PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA (7717)	EBRAM	0	12.1500	1
52	SORO ANTI I MONOCLONAL, REAGENTE P/ CLASSIFICAÇÃO DO SISTEMA SANGUINEO ABO. VOLUME 10ML	FR	DM DIAGNÓSTICA E SOLUÇÕES LTDA (7716)	FRESENIUS	0	16.9000	2
53	SORO ANTI J MONOCLONAL, REAGENTE P/ CLASSIFICAÇÃO DO SISTEMA SANGUINEO ABO. VOLUME 10ML	FR	DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	PROTHEMO	0	19.2600	3
54	SORO ANTI K MONOCLONAL, REAGENTE P/ CLASSIFICAÇÃO DO SISTEMA SANGUINEO ABO. VOLUME 10ML	FR	AMIN-COMÉRCIO DE PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA (7717)	EBRAM	0	24.7600	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 6/22

Número do Registro de Preços: 6/2014 Data do Registro: 26/08/2014 Válido até: 26/08/2015							
Objeto da Compra: Registro De Preços para aquisição eventual e futura de materiais de laboratório, destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba (SC).							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DM DIAGNÓSTICA E SOLUÇÕES LTDA (7716)	FRESENIUS	0	34,9000	2
			PRONTOLAB-ART.P/LAB.EM GERAL (6021)		0	35,0000	3
48	SORO ANTI A.B MONOCLONAL. REAGENTE P/ CLASSIFICAÇÃO DO SISTEMA SANGÜÍNEO ADO. VOLUME 10 ML.	FR	AJMN-COMÉRCIO DE PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA (7717)	EBRAM	0	12,1500	1
			DM DIAGNÓSTICA E SOLUÇÕES LTDA (7716)	FRESENIUS	0	16,9000	2
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	PROTHEMO	0	19,2600	3
49	SORO CONTROLE RH MONOCLONAL. VOLUME 10 ML -	FR	AJMN-COMÉRCIO DE PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA (7717)	EBRAM	0	12,1500	1
			DM DIAGNÓSTICA E SOLUÇÕES LTDA (7716)	FRESENIUS	0	16,9000	2
			PRONTOLAB-ART.P/LAB.EM GERAL (6021)		0	19,0000	3
50	Soro COOMBS poli específico. Volume 10 ml.	FR	AJMN-COMÉRCIO DE PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA (7717)	EBRAM	0	19,5000	1
			DM DIAGNÓSTICA E SOLUÇÕES LTDA (7716)	FRESENIUS	0	25,5000	2
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	PROTHEMO	0	25,5600	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 7/22

Número do Registro de Preços: 6/2014 Data do Registro: 26/08/2014 Válido até: 26/08/2015							
Objeto da Compra: Registro De Preços para aquisição eventual e futura de materiais de laboratório, destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba (SC).							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
51	CORANTE DE PANÓTICO RÁPIDO PARA COLORAÇÃO DIFERENCIAL EM HEMATOLOGIA. COMPOSTO PELAS SOLUÇÕES: CICLOEXADENO, ALZO BENZENOSULFÔNICO E FENOTIAZINA. KIT C/ 03 FRASCOS DE 500 ML CADA.	KIT	PRONTOLAB-ART.P/LAB.EM GERAL (6021)	NEWROV	0	24,8500	1
			DM DIAGNÓSTICA E SOLUÇÕES LTDA (7716)	NEWPROV	0	24,9000	2
			AJMIN-COMÉRCIO DE PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA (7717)		0	29,0200	3
52	CORANTE P/GRAM. COMPOSTO PELAS SOLUÇÕES: VIOLETA GENCIANA, LUGOL 0,6%, SOLUÇÃO DESCOLORANTE ÁLCOOL ÁCIDO E FUCSINA FENICADA KIT C/ 04 FRASCOS DE 500 ML CADA	KIT	AJMIN-COMÉRCIO DE PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA (7717)	NEWPROV	0	34,8200	1
			DM DIAGNÓSTICA E SOLUÇÕES LTDA (7716)	NEWPROV	0	35,9000	2
			PRONTOLAB-ART.P/LAB.EM GERAL (6021)		0	37,0000	3
53	Ponteira plástica universal azul p/micropipeta. Volume 200/1000 uL. Pacote com 1.000 unidades.	PCTE	AJMIN-COMÉRCIO DE PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA (7717)	CRAL	0	16,2000	1
			DM DIAGNÓSTICA E SOLUÇÕES LTDA (7716)	CRAL	0	17,9000	2
			PRONTOLAB-ART.P/LAB.EM GERAL (6021)		0	22,4200	3
54	Ponteira plástica universal amarela p/micropipeta. Volume 00/200 uL. Pacote com 1.000 unidades.	PCTE	AJMIN-COMÉRCIO DE PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA (7717)	CRAL	0	6,4000	1
			DM DIAGNÓSTICA E SOLUÇÕES LTDA (7716)	CRAL	0	8,7000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 8/22

Número do Registro de Preços: 6/2014			Data do Registro: 26/08/2014			Válido até: 26/08/2015		
Objeto da Compra: Registro De Preços para aquisição eventual e futura de materiais de laboratório, destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba (SC).								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
55	TUBO DE ENSAIO PLÁSTICO 5 ML -	UN	DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	CRAL	0	8,8200	3	
			ADMIN-COMÉRCIO DE PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA (7717)	CRAL	0	0,0400	1	
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	CRAL	0	0,0500	2	
			DM DIAGNÓSTICA E SOLUÇÕES LTDA (7716)	CRAL	0	0,0600	3	
56	TAMPA BRANCA P/ TUBO ENSAIO PLÁSTICO 5 ML -	UN	DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	CRAL	0	0,0295	1	
			ADMIN-COMÉRCIO DE PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA (7717)		0	0,0300	2	
			DM DIAGNÓSTICA E SOLUÇÕES LTDA (7716)	CRAL	0	0,0300	3	
			PRONTOLAB-ART.P/LAB.EM GERAL (6021)		0	0,0400	4	
57	TUBO CÔNICO GRADUADO PLÁSTICO 12 ML P/ URINA. PACOTE C/ 100 UN.	PCTE	PRONTOLAB-ART.P/LAB.EM GERAL (6021)	CRAL	0	12,0000	1	
58	Tubo cônico graduado plástico 12 ml. Pacote com 1.000 unidades.		DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	CRAL	0	14,8500	2	
		PCTE	ADMIN-COMÉRCIO DE PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA (7717)	CRAL	0	107,2500	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 9/22

Número do Registro de Preços: 6/2014 Data do Registro: 26/08/2014 Válido até: 26/08/2015						
Objeto da Compra: Registro De Preços para aquisição eventual e futura de materiais de laboratório, destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba (SC).						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			PRONTOLAB-ART.P/LAB.EM GERAL (6021)		0	123,4000
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	CRAL	0	123,5000
59	POTE PLÁSTICO C/BOCA LARGA, TAMPAROSQUEÁVEL, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, 80 A 100 ML., P/ COLETA DE URINA. PACOTE C/ 1000 UN.	PCTE	DM DIAGNÓSTICA E SOLUÇÕES LTDA (7716)	CRAL	0	290,0000
			AJMN-COMÉRCIO DE PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA (7717)		0	353,6000
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	CRAL	0	396,0000
60	Lâminas (vidro) para microscopia não lapidada. Com uma extremidade fosca. Tamanho 26x76 mm. Caixa c/ 50 unidades.	CX	AJMN-COMÉRCIO DE PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA (7717)	CRAL	0	2,0700
			DM DIAGNÓSTICA E SOLUÇÕES LTDA (7716)	PRECISION	0	2,8000
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	PRECISION	0	2,8600
61	LÂMINAS (VIDRO) P/ MICROSCOPIA FOSCA SEM LAPIDAR. TAMANHO 26X76 MM. CAIXA C/ 50 UN.	CX	AJMN-COMÉRCIO DE PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA (7717)	CRAL	0	2,0700
			DM DIAGNÓSTICA E SOLUÇÕES LTDA (7716)	PRECISION	0	2,8000
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	PRECISION	0	2,8600

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 10/22

Número do Registro de Preços: 6/2014 Data do Registro: 26/08/2014 Válido até: 26/08/2015							
Objeto da Compra: Registro De Preços para aquisição eventual e futura de materiais de laboratório, destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba (SC).							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
62	LAMÍNULAS DE VIDRO TAMANHO 18X18MM. CAIXA C/ 100 PÇ.	CX	AJMN-COMÉRCIO DE PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA (7717)	CRAL	0	0,9700	1
63	Troponina I - teste imunocromatográfico (rápido) para Troponina I (cassete). Amostras em sangue total, soro ou plasma. Kit com 20 testes.	KIT	DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	PRECISION	0	1,3300	2
			PRONTOLAB-ART.P/LAB.EM GERAL (6021)		0	1,5000	3
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	ORANGELIFE	0	101,6667	1
			DM DIAGNÓSTICA E SOLUÇÕES LTDA (7716)	BIOEASY	0	102,0000	2
			AJMN-COMÉRCIO DE PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA (7717)		0	118,5600	3
64	FLUORETO ANTICOAGULANTE P/EXAME DE GLICOSE. VOLUME 100 ML	FR	DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	ANALISA	0	27,6000	1
65	EDTA ANTICOAGULANTE P/ HEMATOLOGIA. CONCENTRAÇÃO: 01 GOTA P/ 5ML DE SANGUE. VOLUME DE 100 ML	FR	AJMN-COMÉRCIO DE PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA (7717)	NEWPROV	0	7,9300	1
			PRONTOLAB-ART.P/LAB.EM GERAL (6021)		0	25,0000	2
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	ANALISA	0	31,1800	3
66	AZUL DE CRESIL BRILHANTE P/ COLORAÇÃO DE RETICULÓCITO. VOLUME 100 ML	FR	AJMN-COMÉRCIO DE PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA (7717)	NEWPROV	0	21,2800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 11/22

Número do Registro de Preços: 6/2014 Data do Registro: 26/08/2014 Válido até: 26/08/2015						
Objeto da Compra: Registro De Preços para aquisição eventual e futura de materiais de laboratório, destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba (SC).						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			PRONTOLAB-ART.P/LAB.EM GERAL (6021)		0	26,5000
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	NEWPROV	0	29,4700
67	REATIVO DE MEYER P/ PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES. VOL. 100ML	FR	AJMN-COMÉRCIO DE PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA (7717)	NEWPROV	0	12,2000
			PRONTOLAB-ART.P/LAB.EM GERAL (6021)		0	15,8400
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	NEWPROV	0	16,8800
68	ÓLEO DE IMERSÃO P/ LEITURA MICROSCÓPICA. VOLUME 100 ML.	FR	AJMN-COMÉRCIO DE PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA (7717)	NEWPROV	0	10,6400
			PRONTOLAB-ART.P/LAB.EM GERAL (6021)		0	13,8200
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	NEWPROV	0	14,7200
69	VDRL OU LUES SUSPENSÃO ANTIGÊNICA ESTABILIZADA P/ PROVA VDRL OU LUES NA DETECÇÃO DA SÍFILIS. LEITURA MICROSCÓPICA POSITIVA NA PRESENÇA DE FLOCULAÇÃO. VOLUME P/ 250 TESTES	KIT	AJMN-COMÉRCIO DE PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA (7717)	WIENER	0	20,8000
			DM DIAGNÓSTICA E SOLUÇÕES LTDA (7716)	WIENER	0	23,0000
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	WIENER	0	27,3600

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 12/22

Número do Registro de Preços: 6/2014 Data do Registro: 26/08/2014 Válido até: 26/08/2015						
Objeto da Compra: Registro De Preços para aquisição eventual e futura de materiais de laboratório, destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba (SC).						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
70	Beta HCG visual. Método imuno rápido com 25 cassetes embalados separadamente.	KIT	DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	KATAL	0	98,0000
			PRONTOLAB-ART.P/LAB.EM GERAL (6021)		0	100,0000
71	Beta HCG soro urina em tiras.	UN	AJMN-COMÉRCIO DE PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA (7717)	EBRAM	0	0,3900
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	BIOCON	0	0,5800
72	SOLUÇÃO DE LUGOL VOLUME: 1000 ML -	FR	AJMN-COMÉRCIO DE PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA (7717)	NEWPROV	0	13,0500
			PRONTOLAB-ART.P/LAB.EM GERAL (6021)		0	16,9700
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	NEWPROV	0	18,0800
73	FITA DE URINA (REAGENTE P/ TESTE RÁPIDO DE SANGUE, UROBILINOGENÍO, BILIRRUBINA, PROTEÍNAS, NÍTRITO, CETONAS, LEUCÓCITOS, GLICOSE, PH E DENSIDADE. FRASCO C/ MIN DE 100 FITAS.	FR	DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	WAMA	0	16,6000
			AJMN-COMÉRCIO DE PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA (7717)		0	16,6400
			PRONTOLAB-ART.P/LAB.EM GERAL (6021)		0	29,5600

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 13/22

Número do Registro de Preços: 6/2014 Data do Registro: 26/08/2014 Válido até: 26/08/2015						
Objeto da Compra: Registro De Preços para aquisição eventual e futura de materiais de laboratório, destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba (SC).						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
74	ADESIVOS CURATIVOS REDONDOS. CAIXA C/ 500 UNIDADE.	CX	AJMN-COMÉRCIO DE PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA (7717)	CRAL	0	8,9500
76	LÁPIS DERMOGRAFICO AZUL -	UN	DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	BLOOD	0	12,6000
			PRONTOLAB-ART.P/LAB.EM GERAL (6021)		0	13,0000
			PRONTOLAB-ART.P/LAB.EM GERAL (6021)	DIXON	0	4,0000
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	DIXON	0	4,3333
77	ESCOVA PARA LAVAR TUBOS DE ENSAIO PEQUENOS.	UN	PRONTOLAB-ART.P/LAB.EM GERAL (6021)	WEINBERGER	0	1,3333
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	COSMOS	0	1,6200
78	ESCOVA PARA LAVAR TUBOS DE ENSAIO GRANDES.	UN	DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	COSMOS	0	1,6000
			PRONTOLAB-ART.P/LAB.EM GERAL (6021)		0	4,5000
80	Micropipeta. Volume variável de 10 a 1.000 ul. Observação: deverá possuir certificado de calibração emitido pela empresa e INMETRO.	UN	DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	KACIL	0	410,0000
			J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)		0	1,330,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 14/22

Número do Registro de Preços: 6/2014			Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015		
Objeto da Compra-Registro De Preços para aquisição eventual e futura de materiais de laboratório, destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba (SC).							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
81	Micropipeta. Volume variável de 10 a 100 ul. Observação: deverá possuir certificado de calibração emitido pela empresa e INMETRO.	UN	DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	KACIL	0	410,0000	1
			J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)		0	1,330,0000	2
82	KIT PARA DETERMINAÇÃO DE SANGUE OCULTO NAS FEZES - SEM DIETA (KIT C/ 25 TESTES)	KIT	DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	WAMA	0	72,0000	1
			DM DIAGNÓSTICA E SOLUÇÕES LTDA (7716)	BIOEASY	0	72,4000	2
			AIMN-COMÉRCIO DE PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA (7717)		0	73,8400	3
83	Centrífuga - Velocidade de 500 a 3400 RPM - incremento de 100 RPM programável. Trava de segurança na tampa. Sensor de tampa aberta. Painel digital ergonômico, composto de display de cristal líquido de duas linhas com iluminação e teclado de fácil operação. Freio automático ou acionado através do teclado. Capacidade para 28 tubos de 10 ml. Tensão de alimentação: Bivolt. Garantia mínima de 12 meses.	UN	DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	CELM	0	6,400,0000	1
			PRONTOLAB-ART P/LAB EM GERAL (6021)		0	14,744,6900	2
			J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)		0	16,986,0000	3
84	Lâmpada 6V 10W 7387 p/ microscópio óptico Nikon YS2	UN	AIMN-COMÉRCIO DE PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA (7717)	OSRAN	0	14,3000	1
			PRONTOLAB-ART P/LAB EM GERAL (6021)		0	24,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 15/22

Número do Registro de Preços: 6/2014 Data do Registro: 26/08/2014 Válido até: 26/08/2015							
Objeto da Compra: Registro De Preços para aquisição eventual e futura de materiais de laboratório, destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba (SC).							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
85	Tubo de Ensaio em vidro neutro, com fundo cilíndrico. Volume de 5 ml, dimensões 12x75 mm, espessura parede mínima de 1,0 mm. Embalagem com 500 unidades.	PCTE	DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	PHILIPS	0	24,3000	3
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	PRECISION	0	22,0000	1
86	Teste rápido PSA Antígeno Prostático Específico detecção qualitativa em amostras de soro com 20 placas tipo cassetes embaladas individualmente	KIT	AJMN-COMÉRCIO DE PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA (7717)		0	32,1500	2
			AJMN-COMÉRCIO DE PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA (7717)	WAMA	0	69,6800	1
87	Teste rápido imunocromatográfico para detecção de anti-HIV1/2(incluindo subtipo O) com, no mínimo, 20 testes embalados individualmente (no formato casete) com controle interno no próprio teste. Produto aprovado e utilizado pela Organização Mundial de Saúde	KIT	DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	WAMA	0	90,4500	2
			PRONTOLAB-ART.P/LAB.EM GERAL (6021)		0	98,0000	3
88	Teste rápido imunocromatográfico para detecção de Rotavírus com, no mínimo, 20 testes embalados individualmente (no formato casete), com controle interno no próprio teste. Produto aprovado e utilizado pela Organização Mundial de Saúde.	KIT	PRONTOLAB-ART.P/LAB.EM GERAL (6021)	DOLES	0	112,5000	1
			DM DIAGNÓSTICA E SOLUÇÕES LTDA (7716)	ABON	0	148,0000	2
88	Teste rápido imunocromatográfico para detecção de Rotavírus com, no mínimo, 20 testes embalados individualmente (no formato casete), com controle interno no próprio teste. Produto aprovado e utilizado pela Organização Mundial de Saúde.	KIT	DM DIAGNÓSTICA E SOLUÇÕES LTDA (7716)	ABON	0	189,1000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 16/22

Número do Registro de Preços: 6/2014 Data do Registro: 26/08/2014 Válido até: 26/08/2015						
Objeto da Compra: Registro De Preços para aquisição eventual e futura de materiais de laboratório, destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba (SC).						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
89	Teste rápido imunocromatográfico para detecção de ANTI-HCV com, no mínimo, 25 testes embalados individualmente (no formato cassete), com controle interno no próprio teste e produto aprovado e utilizado pela Organização Mundial de Saúde.	KIT	DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	BIOCON	0	225,0000
						2
90	Teste rápido imunocromatográfico para detecção qualitativa de HBsAg com, no mínimo, 25 testes embalados individualmente (no formato cassete), com controle interno no próprio teste e produto aprovado e utilizado pela Organização Mundial de Saúde.	KIT	DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	ORANGELIFE	0	78,0000
						1
91	Teste imunocromatográfico para detecção de MACONHA na urina, kit completo para a execução do teste, kit com, no mínimo, 20 testes, tiras embaladas separadamente, com registro no MS.	KIT	AJMN-COMÉRCIO DE PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA (7717)		0	84,5000
						2
			DM DIAGNÓSTICA E SOLUÇÕES LTDA (7716)	BIOEASY	0	98,3000
						3
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	ORANGELIFE	0	82,0000
						1
			DM DIAGNÓSTICA E SOLUÇÕES LTDA (7716)	WAMA	0	87,3000
						2
			AJMN-COMÉRCIO DE PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA (7717)		0	104,4000
						3
			AJMN-COMÉRCIO DE PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA (7717)	WAMA	0	95,0000
						1
			PRONTOLAB-ART.P/LAB.EM GERAL (6021)		0	108,8000
						2
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	WAMA	0	110,0000
						3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 17/22

Número do Registro de Preços: 6/2014 Data do Registro: 26/08/2014 Válido até: 26/08/2015						
Objeto da Compra: Registro De Preços para aquisição eventual e futura de materiais de laboratório, destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba (SC).						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
92	teste imunocromatografico para detecção de COCÁINA na urina, kit completo para a execução do teste, kit com no mínimo 20 testes, tiras embaladas separadamente, com registro no MS.	KIT	AJMN-COMÉRCIO DE PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA (7717)	WAMA	0	58,0000
93	Pipetas de Pasteur - Embalagem com 500 unidades		PRONTOLAB-ART.P/LAB.EM GERAL (6021)		0	108,8000
			DM DIAGNÓSTICA E SOLUÇÕES LTDA (7716)	ABON	0	115,7000
			AJMN-COMÉRCIO DE PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA (7717)	CRAL	0	20,1000
			PRONTOLAB-ART.P/LAB.EM GERAL (6021)		0	27,0000
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	CRAL	0	27,7200
95	Placa de Kleine (Placa com 12 cavidades, vidro)	UN	PRONTOLAB-ART.P/LAB.EM GERAL (6021)	PERFECTA	0	35,0000
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	PERFECTA	0	38,0000
			AJMN-COMÉRCIO DE PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA (7717)		0	44,2000
96	Estantes para tubo de ensaio, capacidade máxima para 120 tubos de 16 mm	UN	PRONTOLAB-ART.P/LAB.EM GERAL (6021)	PROCLIN	0	30,0000
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	RICILAB	0	34,5000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 18/22

Número do Registro de Preços: 6/2014 Data do Registro: 26/08/2014 Válido até: 26/08/2015							
Objeto da Compra: Registro De Preços para aquisição eventual e futura de materiais de laboratório, destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba (SC).							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
97	Tubos de ensaio de vidro neutro, com fundo cilíndrico. Volume de 10 ml. Embalagem com 500 unidades.	PCTE	DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	PRECISION	0	63,0000	1
98	Microtubo tipo Eppendorf (volume de 2 ml, tampa lisa, pacote com 1.000 unidades)	PCTE	PRONTOLAB-ART.P/LAB.EM GERAL (6021)		0	129,9000	2
			AJMIN-COMÉRCIO DE PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA (7717)	CRAL	0	22,8200	1
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	KASVI	0	31,6000	2
			PRONTOLAB-ART.P/LAB.EM GERAL (6021)		0	49,9000	3
99	Termômetro (temperatura máx/min de -50 a 70 °C, com alarme)	UN	DM DIAGNÓSTICA E SOLUÇÕES LTDA (7716)	J. PROLAB	0	49,4500	1
			PRONTOLAB-ART.P/LAB.EM GERAL (6021)		0	59,9000	2
100	Cronômetro (timer e relógio com alarme)	UN	PRONTOLAB-ART.P/LAB.EM GERAL (6021)	HERWEG	0	27,5000	1
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	CRONOMIXER	0	28,0000	2
			DM DIAGNÓSTICA E SOLUÇÕES LTDA (7716)	CRONOBIO	0	38,5000	3
101	Agulha para coleta a vácuo. Agulha para coleta múltipla de sangue, cânula em aço inoxidável, siliconizada e trifacetada. Dispositivo emborrachado que permite perfeito encaixe de adaptadores e facilita a troca de tubos. Embaladas individualmente em cápsulas hermeticamente fechadas, 21 g (25 x 0,8 mm) Mínimo 100 unidades	CX	DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	VACUPLAST	0	26,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 19/22

Número do Registro de Preços: 6/2014 Data do Registro: 26/08/2014 Válido até: 26/08/2015						
Objeto da Compra: Registro De Preços para aquisição eventual e futura de materiais de laboratório, destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba (SC).						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
102	Agulha para coleta a vácuo. Agulha para coleta múltipla de sangue, cânula em aço inoxidável, siliconizada e trifacetada. Dispositivo emborrachado que permite perfeito encaixe de adaptadores e facilita a troca de tubos. Embaladas individualmente em cápsulas hermeticamente fechadas, 22 g (25 x 0,7 mm) Mínimo 100 unidades	CX	DM DIAGNÓSTICA E SOLUÇÕES LTDA (7716)	VACUPLAST	0	26,6000
			PRONTOLAB-ART.P/LAB.EM GERAL (6021)		0	37,5000
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	VACUPLAST	0	26,5000
103	Adaptador. Compatível com diversos tamanhos de agulhas, scalpels e tubos, próprios para coleta múltipla de sangue. Confeccionado em polipropileno. Pacote com, no mínimo, 250 unidades.	PCTE	DM DIAGNÓSTICA E SOLUÇÕES LTDA (7716)	VACUPLAST	0	26,6000
			PRONTOLAB-ART.P/LAB.EM GERAL (6021)		0	37,5000
			J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	GREINER	0	136,3300
104	Pinça anatômica, sem dente, grande, de aço inoxidável	UN	PRONTOLAB-ART.P/LAB.EM GERAL (6021)	ABC	0	12,0000
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	THIMON	0	12,6000
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	CRAL	0	25,0000
106	Garrote descartável para flebotomia. Tiras com comprimento de 46 cm. Caixa com 25 unidades.	CX	AJMN-COMÉRCIO DE PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA (7717)	CRAL	0	18,7200

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 20/22

Número do Registro de Preços: 6/2014 Data do Registro: 26/08/2014 Válido até: 26/08/2015							
Objeto da Compra: Registro De Preços para aquisição eventual e futura de materiais de laboratório, destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba (SC).							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
107	Escalpe com trava de segurança - tamanho 25 G	UN	DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	CRAL	0	25,9200	2
108	Coletor de urina infantil unissex. Caixa com 50 unidades	CX	DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	LABOR IMPORT	0	1,2500	1
109	Seringa 10 ml, com dispositivo de segurança, descartável com agulha 25x7 não conectada. Caixa com 100 unidades.	CX	DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	MEDIC	0	1,7300	2
110	Seringa 05 ml, com dispositivo de segurança, descartável com agulha 25x7 não conectada. Caixa com 100 unidades.	CX	DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	MEDICPLAST	0	10,0000	1
						58,7500	1
						50,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 21/22

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015			
Objeto da Compra: Registro De Preços para aquisição eventual e futura de materiais de laboratório, destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba (SC).							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
111	Seringa 03 ml, com dispositivo de segurança, descartável com agulha 25x6 não conectada. Caixa com 100 unidades.	CX	PRONTOLAB-ART.P/LAB.EIM GERAL (6021)	VACUPLAST	0	47,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 22/22

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015			
Objeto da Compra: Registro De Preços para aquisição eventual e futura de materiais de laboratório, destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba (SC).							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

- REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2014
- PROCESSO Nº 21/2014
- (6021) - PRONTOLAB-ART.PILAB.EM GERAL

(7221) - J.R. EHLKE & CIA LTDA

(7716) - DM DIAGNÓSTICA E SOLUÇÕES LTDA

(7717) - AJMN-COMÉRCIO DE PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA

(7892) - DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI

(8003) - LABOURT COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATORIOS LTD

Joaçaba, 26 de Agosto de 2014.

SIMAE**Portaria JHL 148/2014**

PORTARIA SIMAE JHL - Nº 148/2014 DE 15/08/2014
(Resumo da Portaria)

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE: Com base no disposto nos arts. 138 à 140 da LC

76/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - constituir Comissão de Sindicância, integrada por Valdinei Antônio Gusatto, Valdirene Aparecida Dorini e Francielli W.G. Fiorin, para, sob a Presidência do primeiro, no prazo de 30 dias, apurar a veracidade dos fatos apontados no processo protocolizado sob. n. 1926/14.

Esta Portaria entrará em vigor a partir desta data, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Joaçaba-SC, 15 de agosto de 2014.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

Lages**PREFEITURA****Extrato Contrato 273/2014 PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 273/2014 -PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: JN MONN CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO LTDA, com sede a Rodovia BR 282, nº 49 - Bairro Conta Dinheiro - CEP: 88.523-320 - Lages /SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Reforma do CEIM Nelson Martins de Almeida, com fornecimento de material, em conformidade com Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/ Quantitativa e Projeto, copiados em CD, partes integrantes do edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da assinatura do(s) Contrato(s) decorrente(s);

2.2 De Execução, em até 90 (noventa) dias, a contar da data da assinatura da Ordem de Serviço;

2.3 De Entrega, em até 05 (cinco) dias da conclusão dos serviços, mediante Termo Circunstanciado endereçado à Secretaria de Infraestrutura, aos cuidados do Responsável Técnico pelo acompanhamento e fiscalização;

Lages, 09 de Setembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 150/2014 FCL

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO 150/2014 FCL

CONTRATANTE:FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.193.861/0001-10, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.

CONTRATADO: MAYKON PAULO JUNKES RAIZER DA CRUZ, CNPJ 18.104.886/0001-89, estabelecido à Rua Jorge Czerniewicz, nº 160, sala 112, CEP 89255-000 - Jaraguá do Sul/SC.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, da APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DOS ESPETÁCULOS TERRA DE NINGUÉM E CASA DE PÓLVORA a realizar-se nos dias 23 de Setembro de 2014 às 20h30min no Teatro Municipal Marajoara e dia 24 de Setembro de 2014 às 20h30min no Teatro de Bolso do SESC, durante o 35º FESTIVAL DE TEATRO DE LAGES - FETEL.

3. CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

3.1 Como remuneração pelo desenvolvimento da atividade a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 6.000,00(seis mil reais) no qual estão inclusas despesas de transporte, estadia e alimentação da CONTRATADA, em depósito bancário que será efetuado na conta do Contratado Banco do BRASIL, Agência 0405-7, Conta Corrente 53.581-8.

Lages, 03 de Setembro de 2014.

Mauricio Neves de Jesus

Superintendente FCL.

EXTRATO CONTRATO 151/2014 FCL

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO 151/2014 FCL

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.193.861/0001-10, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.

CONTRATADO: SUBITA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, CNPJ 10.209.507/0001-03, estabelecido à Rua Alameda Doutor Carlos de Carvalho, nº 655/1802, CEP 80430-180 - Curitiba/PR.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, da APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DO ESPETÁCULO EXTRAORDINÁRIO COTIDIANO a realizar-se no dia 24 de Setembro de 2014 às 09h30min na Fundação Cultural de Lages e às 20h30min no Teatro Municipal Marajoara e, durante o 35º FESTIVAL DE TEATRO DE LAGES - FETEL.

3. CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

3.1 Como remuneração pelo desenvolvimento da atividade a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 6.000,00(seis mil reais), no qual estão inclusas despesas de transporte, estadia e alimentação da CONTRATADA, em depósito bancário que será efetuado na conta do Contratado Banco do ITAÚ, Agência 1656, Conta Corrente 02550-7.

Lages, 03 de Setembro de 2014.

Mauricio Neves de Jesus

Superintendente FCL.

EXTRATO CONTRATO 152/2014 FCL

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO 152/2014 FCL

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.193.861/0001-10, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.

CONTRATADO: EDSON MARCONDES CARVALHO, CPF 733.204.809-44, RG 2.402.886, estabelecido à Rua José Maria Antunes Ramos, nº 50, Bairro Universitário, CEP 88511-110 - Lages/SC.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, da APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DO ESPETÁCULO SEMEAI E COLHEI a realizar-se no dia 25 de Setembro de 2014 às 20h30min no Teatro Municipal Marajoara, durante o 35º FESTIVAL DE TEATRO DE LAGES - FETEL.

3. CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

3.1 Como remuneração pelo desenvolvimento da atividade a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 6.000,00(seis mil reais), no qual estão inclusas despesas de transporte, estadia e alimentação da CONTRATADA, em depósito bancário que será efetuado na conta do Contratado Banco do BRADESCO, Agência 0360, Conta 049825-4.

Lages, 03 de Setembro de 2014.

Mauricio Neves de Jesus

Superintendente FCL.

EXTRATO CONTRATO 153/2014 FCL

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO 153/2014 FCL

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.193.861/0001-10, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.

CONTRATADO: WILLIAN WALTER SIEVERDET ME, CNPJ 73.298.259/0001-34, estabelecido à Rua André Largura, nº 899, CEP 89160-400 - Rio do Sul/SC.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, da APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DO ESPETÁCULO O INCRIVEL LADRÃO DE CALCINHAS a realizar-se nos dias 25 de Setembro de 2014 às 10h na EE Nossa Senhora do Rosário e no dia 26 de Setembro de 2014 às 20h30min no Teatro Municipal Marajoara e, durante o 35º FESTIVAL DE TEATRO DE LAGES - FETEL.

3. CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

3.1 Como remuneração pelo desenvolvimento da atividade a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 6.000,00(seis mil reais), no qual estão inclusas despesas de transporte, estadia e alimentação da CONTRATADA, em depósito bancário que será efetuado na conta do Contratado Banco Caixa Econômica Federal, Agência 0423, Conta Corrente 531-7 OP: 003.

Lages, 03 de Setembro de 2014.

Mauricio Neves de Jesus

Superintendente FCL.

EXTRATO CONTRATO 154/2014 FCL

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO 154/2014 FCL

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.193.861/0001-10, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.

CONTRATADO: GRUPO DE TEATRO MENESTREL FAZE-DÔ, CNPJ 01.810.319/0001-45, estabelecido à Rua Joinville, nº 312, Petrópolis, CEP 88505-210- Lages/SC.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, da APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DO ESPETÁCULO AMORA E JAGUATIRICA a realizar-se nos dias 23 de Setembro de 2014 às 14h30min no Teatro de Bolso do SESC e no dia 25 de Setembro de 2014 às 20h no Auditório do Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC e, durante o 35º FESTIVAL DE TEATRO DE LAGES - FETEL.

3. CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

3.1 Como remuneração pelo desenvolvimento da atividade a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 6.000,00(seis mil reais), no qual estão inclusas despesas de transporte, estadia e alimentação da CONTRATADA, em depósito bancário que será efetuado na conta do Contratado Banco do BRASIL, Agência 0307-7, Conta 5826-2.

Lages, 03 de Setembro de 2014.

Mauricio Neves de Jesus

Superintendente FCL.

EXTRATO CONTRATO 155/2014 FCL

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO 155/2014 FCL

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.193.861/0001-10, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.

CONTRATADO: CLUBE DA SOMBRA CRIAÇÕES E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, CNPJ 08.490.156/0001-00, estabelecido à Rua São Manoel, nº 1632/202, CEP 90620-110 - Porto Alegre/RS.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, da APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DO ESPETÁCULO SACY PERERÊ a realizar-se nos dias 24 de Setembro de 2014 às 14h30min no Teatro Municipal Marajoara e no dia 25 de Setembro de 2014 às 14h30min no Teatro Municipal Marajoara e, durante o 35º FESTIVAL DE TEATRO DE LAGES - FETEL.

3. CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

3.1 Como remuneração pelo desenvolvimento da atividade a

CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 6.000,00(seis mil reais), no qual estão inclusas despesas de transporte, estadia e alimentação da CONTRATADA, em depósito bancário que será efetuado na conta do Contratado Banco Caixa Econômica Federal, Agência 1645, Conta Corrente 433-7.

Lages, 03 de Setembro de 2014.
Maurício Neves de Jesus
Superintendente FCL.

EXTRATO CONTRATO 156/2014 FCL

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO 156/2014 FCL

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.193.861/0001-10, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.

CONTRATADO: TÊSPIS CIA DE TEATRO, MÚSICA E ARTES, CNPJ 00.758.586/0001-58, estabelecido à Rua Ernesto Kobarg, nº 45, São João, CEP 88304-460 - Itajaí/SC.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, da APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DO ESPETÁCULO UM, DOIS, TRÊS, ALICE a realizar-se nos dias 25 de Setembro de 2014 às 14h30min na EE Nossa Senhora do Rosário e no dia 26 de Setembro de 2014 às 14h30min no Teatro Municipal Marajoara e, durante o 35º FESTIVAL DE TEATRO DE LAGES - FETEL.

3. CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

3.1 Como remuneração pelo desenvolvimento da atividade a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 6.000,00(seis mil reais), no qual estão inclusas despesas de transporte, estadia e alimentação da CONTRATADA, em depósito bancário que será efetuado na conta do Contratado Banco do BRASIL, Agência 0305-5, Conta Corrente 56335-8.

Lages, 03 de Setembro de 2014.
Maurício Neves de Jesus
Superintendente FCL.

EXTRATO CONTRATO 157/2014 FCL

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO 157/2014 FCL

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.193.861/0001-10, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.

CONTRATADO: COMPANHIA MÚTUA TEATRO E ANIMAÇÃO, CNPJ 04.988.821/0001-39, estabelecido à Rua Pedro Antonio Fayal, nº 392, CEP 88305-010 - Itajaí/SC.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, da APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DO ESPETÁCULO A CAIXA a realizar-se nos dias 23 de Setembro de 2014 às 14h30min no Teatro Municipal Marajoara e no dia 24 de Setembro de 2014 às 10h na EE Nossa Senhora do Rosário e, durante o 35º FESTIVAL DE TEATRO DE LAGES - FETEL.

3. CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

3.1 Como remuneração pelo desenvolvimento da atividade a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 6.000,00(seis mil reais), no qual estão inclusas despesas de transporte, estadia e alimentação da CONTRATADA, em depósito bancário que será efetuado na conta do Contratado Banco Caixa Econômica Federal, Agência 0416, Conta Poupança: 136599-5 Op. 013.

Lages, 03 de Setembro de 2014.
Maurício Neves de Jesus
Superintendente FCL.

EXTRATO CONTRATO 158/2014 FCL

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO 158/2014 FCL

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.193.861/0001-10, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.

CONTRATADO: EMPRESA ARTÍSTICO CULTURAL MARQUES JOAQUIM LTDA ME, CNPJ 02.032.963/0001-00, estabelecido à Rua Maria Quitéria, nº 35 - CEP 88815-610- Criciúma/SC.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, da APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DO ESPETÁCULO JÚLIA a realizar-se nos dias 22 de Setembro de 2014 às 10h30min no EEB Rubens Arruda Ramos e no dia 23 de Setembro de 2014 às 17h na Praça João Costa, durante o 35º FESTIVAL DE TEATRO DE LAGES - FETEL.

3. CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

3.1 Como remuneração pelo desenvolvimento da atividade a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 6.000,00(seis mil reais), no qual estão inclusas despesas de transporte, estadia e alimentação da CONTRATADA, em depósito bancário que será efetuado na conta do Contratado no Banco do BRASIL, Agência 3541-6, Conta Corrente 5368-6.

Lages, 03 de Setembro de 2014.
Maurício Neves de Jesus
Superintendente FCL.

EXTRATO CONTRATO 159/2014 FCL

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO 159/2014 FCL

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.193.861/0001-10, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.

CONTRATADO: MARCOS LEANDRO DE CASTILHOS, CNPJ 04.518.117/0001-12, estabelecido à Rua Cel. Fernando Machado, nº 464, CEP 90010-320 - Porto Alegre/RS.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, da APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DO ESPETÁCULO ZONA PARAÍSO a realizar-se nos dias 23 de Setembro de 2014 às 10h20min no CAIC Nossa Senhora dos Prazeres e no dia 24 de Setembro de 2014 às 17h na Praça João Costa, durante o 35º FESTIVAL DE TEATRO DE LAGES - FETEL.

3. CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

3.1 Como remuneração pelo desenvolvimento da atividade a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 6.000,00(seis mil reais), no qual estão inclusas despesas de transporte, estadia e alimentação da CONTRATADA, em depósito bancário que será efetuado na conta do Contratado no Banco do BRASIL, Agência 0010-8, Conta Corrente 16743-6.

Lages, 03 de Setembro de 2014.
Maurício Neves de Jesus
Superintendente FCL.

EXTRATO CONTRATO 160/2014 FCL

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO 160/2014 FCL

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.193.861/0001-10, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.

CONTRATADO: ALISSON FRANCISCO ARAUJO DOS SANTOS, CNPJ 20.969.539/0001-60, estabelecido à Rua Floriano Muller, nº 407-CEP 88519-110 - Lages/SC.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, da uma APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DO ESPETÁCULO MÁQUINAS HUMANAS a realizar-se no dia 25 de Setembro de 2014 às 17h00min na Praça João Costa, durante o 35º FESTIVAL DE TEATRO DE LAGES - FETEL, e outra em data e local a critério do CONTRATANTE,

3. CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

3.1 Como remuneração pelo desenvolvimento da atividade a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 6.000,00(seis mil reais), no qual estão incluídas despesas de transporte, estadia e alimentação da CONTRATADA

Lages, 03 de Setembro de 2014.

Maurício Neves de Jesus

Superintendente FCL.

EXTRATO CONTRATO 161/2014 FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: CONTRATO 161/2014 FCL

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.193.861/0001-10, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURÍCIO NEVES DE JESUS.

CONTRATADO: TRILHO PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA, CNPJ 14.930.772/0001-37, estabelecido à Rua Pastor Ernesto Schlieper, nº 105/203, São Sebastião - CEP 91060-550 - Porto Alegre/RS.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, da APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA UMBIGO a realizar-se nos dias 26 de Setembro de 2014 às 10h20min na EEB Pinto Sombra e às 17h na Praça João Costa, durante o 35º FESTIVAL DE TEATRO DE LAGES - FETEL.

3. CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

3.1 Como remuneração pelo desenvolvimento da atividade a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 6.000,00(seis mil reais), no qual estão incluídas despesas de transporte, estadia e alimentação da CONTRATADA, em depósito bancário que será efetuado na conta do Contratado Banco Itaú, Agência 06, Conta Corrente 02410-1.

Lages, 03 de Setembro de 2014.

Maurício Neves de Jesus

Superintendente FCL.

EXTRATO CONTRATO 162/2014 FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: CONTRATO 162/2014 FCL

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.193.861/0001-10, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURÍCIO NEVES DE JESUS.

CONTRATADO: NÚCLEO ÀS DE PAUS PRODUÇÕES TEATRAIS LTDA, CNPJ 12.651.039/0001-58, estabelecido à Rua Pará, nº 1031, apto 13 - CEP 86010-450 - Londrina/PR.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, da APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DA PEREIRA DA MISÉRIA a realizar-se nos dias 26 de Setembro de 2014 às 10h30min na EMEB Santa Helena e dia 27 de Setembro de 2014 às 10h30m na Praça João Costa, durante o 35º FESTIVAL DE TEATRO DE LAGES - FETEL.

3. CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

3.1 Como remuneração pelo desenvolvimento da atividade a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 6.000,00(seis mil reais), no qual estão incluídas despesas de transporte, estadia e alimentação da CONTRATADA, em depósito bancário que será efetuado na conta do Contratado Banco Itaú, Agência 8835, Conta Corrente 00300-8.

Lages, 03 de Setembro de 2014.

Maurício Neves de Jesus

Superintendente FCL.

EXTRATO CONTRATO 163/2014 FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: CONTRATO 163/2014 FCL

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.193.861/0001-10, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURÍCIO NEVES DE JESUS.

CONTRATADO: MESSE PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA ME, CNPJ 00.777.418/0001-00, estabelecido à Avenida Sete de Setembro, nº 2275, Loja 2004, Bairro Rebouças - CEP. 88.230-010 Curitiba/PR.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, da APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA "A FARSA DA MULHER DE ZEBEDEU" a realizar-se no dia 22 de Setembro de 2014 às 20h30min no Teatro Municipal Marajoara, durante o 35º FESTIVAL DE TEATRO DE LAGES - FETEL.

3. CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

3.1 Como remuneração pelo desenvolvimento da atividade a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 15.000,00(quinze mil reais), no qual estão incluídas despesas de transporte, estadia e alimentação da CONTRATADA, em depósito bancário que será efetuado na conta do Contratado Banco Itaú, Agência 3723, Conta Corrente 11020-5.

Lages 03 de Setembro de 2014.

Maurício Neves de Jesus

Superintendente FCL.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 209/2014 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 209/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: JULIO CÉSAR RODRIGUES DELFES - ME, inscrita no CNPJ n.º 82.894.718/0001-33, com sede a Rua Mario Ribeiro Ramos, 242 - Bairro São Cristóvão, CEP 88509-340 - na cidade de Lages/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios e Descartáveis para uso em Diversos Setores da Prefeitura.

De acordo com a "CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO", item "7.3 Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente contratado, nos termos do § 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares" e com Parecer favorável da Secretaria Municipal da Administração, Secretaria Municipal da Fazenda e Parecer Jurídico 884/2014 favorável, ADITA-SE ao valor inicial contratado o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) sendo, R\$ 8.950,00 (oito mil, novecentos e cinquenta reais).

Lages, 10 de Setembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 191/2014 - FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 191/2014 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME, inscrita no CNPJ n.º 07.814.016/0001-87, com sede a Rua Olavo Bilac 1842 E - Bairro Jardim América - CEP 89803-426 - Chapecó/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios, Material de Consumo, Higiene e Limpeza para o Abrigo, da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 12.517,19 (doze mil, quinhentos e dezessete reais e dezenove centavos)

Lages, 10 de Setembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 190/2014 - FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 190/2014 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP 88.505-900.

CONTRATADO: BR MATERIAIS DE LIMPEZA LTDA, inscrita no CNPJ n.º 07.566.796/0001-93, com sede a Rua Affonso Daut, 284 - Petrópolis CEP 93.346-220 - Novo Hamburgo/RS.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios, Material de Consumo, Higiene e Limpeza para o Abrigo, da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 1.765,00 (hum mil, setecentos e sessenta e cinco reais)

Lages, 10 de Setembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 189/2014 - FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 189/2014 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: COMERCIAL DE ALIMENTOS MILÊNIO LTDA, inscrita no CNPJ n.º 07.773.491/0001-52, com sede a Avenida Caldas Junior, 550 - sala 01 - Bairro Santa Helena, na cidade de Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios, Material de Consumo, Higiene e Limpeza para o Abrigo, da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 11.970,00 (onze mil, novecentos e setenta reais)

Lages, 10 de Setembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 188/2014 - FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 188/2014 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: NEW WAY COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA, inscrita no CNPJ n.º 14.320.137/0001-38, com sede a Rua José Luciano Nunes, 176 - Centro - CEP 88340-539 - Camboriú/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios, Material de Consumo, Higiene e Limpeza para o Abrigo, da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 9.237,04 (nove mil, duzentos e trinta e sete reais e quatro centavos)

Lages, 10 de Setembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 187/2014 - FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 187/2014 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA ME, inscrita no CNPJ n.º 13.965.228/0001-68, com sede a Rua 24 de Outubro 1162- Centro - Bom Retiro/SC, CEP: 88680-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios, Material de Consumo, Higiene e Limpeza para o Abrigo, da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 9.144,99 (nove mil, cento e quarenta e quatro reais e noventa e nove centavos)

Lages, 10 de Setembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 186/2014 - FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 186/2014 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: CELIA REGINA W SANI - ME, inscrita no CNPJ n.º 04.195.853/0001-87, com sede a Avenida Beira Rio, 730 - Centro CEP: 88450-000 - Alfredo Wagner/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios, Material de Consumo, Higiene e Limpeza para o Abrigo, da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 1.837,50 (hum mil, oitocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos)

Lages, 10 de Setembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 185/2014 - FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 185/2014 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI EPP, inscrita no CNPJ n.º 09.008.570/001-00, com sede a Rua Irmgard Carl, 225 - Bairro Escola Agrícola, CEP: 89037-555 - Blumenau/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios, Material de Consumo, Higiene e Limpeza para o Abrigo, da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 15.499,25 (quinze mil, quatrocentos e noventa e nove reais e vinte e cinco centavos)

Lages, 10 de Setembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 184/2014 - FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 184/2014 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-000.

CONTRATADO: ORLEANS INFORMÁTICA LTDA EPP, inscrita no CNPJ n.º 02.315.593/0001-00, com sede a Rua Barão do Rio Branco, 312 - Centro, CEP: 88870-000 - Orleans/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios, Material de Consumo, Higiene e Limpeza para o Abrigo, da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 3.906,92 (três mil, novecentos e seis reais e noventa e dois centavos)

Lages, 10 de Setembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 183/2014 - FMAS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 183/2014 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: SUPER VAREJÃO CÓRDOVA DE ALIMENTOS, inscrita no CNPJ n.º 83.197.277/0001-83, com sede a Rua Araci Paim, 19 - Bairro Araucária, CEP 88512-680 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios, Material de Consumo, Higiene e Limpeza para o Abrigo, da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 5.389,36 (cinco mil, trezentos e oitenta e nove reais e trinta e seis centavos)

Lages, 10 de Setembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 182/2014 - FMAS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 182/2014 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: ZAGO FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA inscrita no CNPJ n.º 08.208.387/0001-88, com sede a Praça Vidal Ramos Sênior, Nº 86, CEP 88.502-005 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios, Material de Consumo, Higiene e Limpeza para o Abrigo, da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 2.638,99 (dois mil, seiscentos e trinta e oito reais e noventa e nove centavos)

Lages, 10 de Setembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 181/2014 - FMAS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 181/2014 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: JULIO CÉSAR RODRIGUES DELFES - ME, inscrita no CNPJ n.º 82.894.718/0001-33, com sede a Rua Mario Ribeiro Ramos, 242 - Bairro São Cristóvão, CEP 88509-340 - na cidade de Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios, Material de Consumo, Higiene e Limpeza para o Abrigo, da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 38.034,10 (trinta e oito mil, trinta e quatro reais e dez centavos)

Lages, 10 de Setembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

ANULAÇÃO TP 48-2014 PML

ANULAÇÃO

ASSUNTO:EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 48/2014 PML

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO COM BLOCOS INTER TRAVADOS (PAVER) E DRENAGEM PLUVIAL DA RUA QUERINO MAGNO GARCIA, TRECHO ENTRE RUA VIRGILIO RAMOS E AVENIDA BELIZARIO RAMOS.

O Município de Lages, representado neste ato pelo Secretário da Administração, face os erros contidos no projeto, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 1º do art. 49 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, delibera pela "ANULAÇÃO" do Processo Licitatório em epígrafe. Atenciosamente.

Lages, 12 de setembro de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

Lebon Régis

PREFEITURA

Aviso de Homologação 2014

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEBON RÉGIS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão Nº PR31/2014

Processo Administrativo: 48/2014

OBJETO: Aquisição de material gráfico, visando atender as necessidades das Unidades Básicas de Saúde do Município.

Data de Homologação: 10/09/2014

Licitantes Homologados: CYK GRAFICA E EDITORA LTDA ME - Valor Total de R\$ 7.607,00

Francisco Jucelino Ribeiro - Gestor

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº.... 27/2014

Contratante....: Fundo Municipal de Saúde de Lebon Régis

Contratado....: CYK GRAFICA E EDITORA LTDA ME

Valor : R\$ 7.607,00

Vigência : 10/09/2014 Término: 31/12/2014

Nº licitação..: PR31/2014

Objeto : Aquisição de material gráfico, visando atender as necessidades das Unidades Básicas de Saúde do Município.

Francisco Jucelino Ribeiro - Gestor

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão Nº PR32/2014

Processo Administrativo: 49/2014

OBJETO: A presente licitação visa à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de rodas para a Motoniveladora Case, Modelo 845B, nº de série NDAF03055.

Data de Homologação: 12/09/2014

Licitantes Homologados: PAVIMAQUINAS COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - Valor Total de R\$ 10.680,00

Lebon Régis, 12/09/2014

Ludovino Labas - Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº....: 77/2014

Contratante....: Município de Lebon Régis

Contratada....: PAVIMAQUINAS COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

Valor : R\$ 10.680,00

Vigência : 12/09/2014 Término: 31/12/2014

Nº da licitação: PR32/2014

Objeto : O presente contrato visa a aquisição de rodas para a Motoniveladora Case, Modelo 845B, nº de série NDAF03055.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 31/2014.

Processo Licitatório nº 11/2014 - Dispensa de Licitação nº 06/2014

Contratante: Município de Lebon Régis/SC

Contratado: Gilberto Bueno dos Reis ME

Objeto: O presente termo aditivo ao contrato n.31/2014, tem por finalidade aumentar o valor contratual em R\$ 1.810,50 (um mil oitocentos e dez reais e cinquenta centavos), em razão do aumento do número de alunos na linha nº 14.

Amparo legal: inciso I, alínea "b", art. 65 da Lei 8666/93

Da Ratificação: Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato ora aditados.

Lebon Régis, 10 de Setembro de 2014.

Departamento de Licitações.

Leoberto Leal

PREFEITURA

Decreto N.º 085/2014

DECRETO Nº 085, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal n.º 1.090, de 11 de setembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada dotação do Orçamento Fiscal Vigente, com as seguintes classificações, no valor de:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	56.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	56.000,00
Função	12	Educação	56.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	56.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	56.000,00
Projeto/ Atividade	0.003	Amortização da Dívida e Encargos	56.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	56.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.6.00.00.00	Amortização da Dívida	56.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	56.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	56.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			56.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na dotação com a seguinte classificação e respectivo valor:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	56.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	56.000,00
Função	28	Encargos Especiais	56.000,00
Sub-Função	846	Outros Encargos Sociais	56.000,00
Programa	0000	Encargos Especiais	56.000,00
Projeto/ Atividade	0.002	Amortização da Dívida e Encargos	56.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	56.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.6.00.00.00	Amortização da Dívida	56.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	56.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	56.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			56.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 12 de setembro de 2014.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Decreto N.º 086/2014

DECRETO Nº 086, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal n.º 1.091, de 11 de setembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada dotação do Orçamento Fiscal Vigente, com as seguintes classificações, no valor de:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	52.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	52.000,00
Função	12	Educação	52.000,00
Sub-Função	365	Educação Infantil	52.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	52.000,00
Projeto/ Atividade	2.007	Remuneração de Profissionais do Magistério - Ensino Infantil	52.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	52.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	52.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	52.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0018	Transferências do FUNDEB	52.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			52.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na dotação com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	52.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	52.000,00
Função	12	Educação	52.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	52.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	52.000,00
Projeto/ Atividade	2.006	Remuneração de Profissionais do Magistério - Ensino Fundamental	46.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	31.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	31.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	31.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0018	Transferências do FUNDEB	31.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	15.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	15.000,00

Projeto/ Atividade	2.006	Remuneração dos Profissionais do Magistério - Ensino Fundamental	15.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	15.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	15.000,00
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	15.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0018	Transferências do FUNDEB	15.000,00
Projeto/ Atividade	1.007	Renovação da Frota do Transporte Escolar	6.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	6.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	6.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	6.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0018	Transferências do FUNDEB	6.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			52.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 12 de setembro de 2014.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Decreto N.º 087/2014

DECRETO Nº 087, DE 12 DE SETEMBRO 2014.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal n.º 1.092, de 11 de setembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada dotação do Orçamento Fiscal Vigente, com as seguintes classificações, no valor de:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	02	GABINETE DO PREFEITO	43.000,00
Unidade Orçamentária	01	GABINETE DO PREFEITO	43.000,00
Função	4	Administração	43.000,00
Sub-Função	122	Administração Geral	43.000,00
Programa	0002	Gestão com Excelência	43.000,00
Projeto/ Atividade	2.002	Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito	43.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	41.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	41.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	41.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	41.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	2.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00

Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	2.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	2.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			43.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta das anulações, nas dotações com as seguintes classificações e valores:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	43.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	43.000,00
Função	4	Administração	43.000,00
Sub-Função	122	Administração Geral	43.000,00
Programa	0003	Gestão Geral e Administrativa	43.000,00
Projeto/ Atividade	2.003	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Administração Contabilidade e Finanças	43.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	38.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	38.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	38.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	38.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	5.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	5.000,00
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	5.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	5.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			43.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 12 de setembro de 2014.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Portaria Nº 104/2014

Portaria n.º 104, de 01 de agosto de 2014.
"Exonera servidores Municipais e dá outras Providências"

JOSÉ JAIR ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Leoberto Leal em exercício no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonera a servidora Municipal da Prefeitura Municipal de

Leoberto Leal/SC, conforme relação abaixo:

Ordem	Mat.	Nome	Cargo	Exoneração
01	54	Vani Marian Lopes	Auxiliar Administrativo	01.08.2014
02	1643	Maria Dolores Jorge	Auxiliar de Serviços Gerais	01.08.2014

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 01 de agosto de 2014.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
JOSÉ JAIR ALEXANDRE
Prefeito Municipal e.e

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 105/2014

Portaria n.º 105, de 04 de agosto de 2014.
"Nomeia Chefe de Departamento de Saúde de Rio das Pedras e dá outras providências."

JOSÉ JAIR ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Leoberto Leal em exercício, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção à Lei Complementar n.º 944/13;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, PRISCILA GABRIELA DA CUNHA, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade nº 4.097.148, CPF nº 037.613.459-33, para o exercício das funções do cargo em comissão de Chefe de Departamento de saúde de Rio das Pedras, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 04 de agosto de 2014.

Art. 2º Desempenhará as atribuições inerentes ao cargo, especialmente aquela descrita na Lei Municipal nº 944/13.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto leal 04 de agosto de 2014.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
JOSÉ JAIR ALEXANDRE
Prefeito Municipal e.e

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 106/2014

Portaria n.º 106, de 04 de agosto de 2014.

"Nomeia Médico Veterinário e dá Outras Providências"

JOSÉ JAIR ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Leoberto Leal em exercício, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e atenção a Lei 269 de 27 de junho de 2002, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear LEANDRO GOEDERT, portador do CPF nº 051.861.139-64 e RG nº 3.164.763, aprovado no concurso nº 001/2014, para o cargo efetivo de Médico Veterinário, com lotação na Secretaria Municipal da Agricultura, Turismo e Meio Ambiente, para executar seus serviços, a partir de 04 de agosto de 2014, assegurando - lhe o prazo de 30 (trinta) dias, para tomar posse, nos termos do Artigo 13 § 1º, da Lei 418/90, (Estatuto dos Servidores Municipais), oportunidade em que deverão já ter sido apresentados os seguintes documentos:

- 1 - Comprovante de escolaridade de habilitação exigida para o cargo, representada pelo Diploma de conclusão do curso de medicina Veterinária;
- 2 - Prova de Aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante atestado fornecido por médico oficial;
- 3 - Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- 4 - Declaração de que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargos, emprego ou função pública;
- 5 - Cópias dos seguintes Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal:
 - Prova de Identidade, CPF, CRMV e alistamento Militar;
 - Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
 - Comprovação de quitação com as obrigações eleitorais e,
 - Comprovante de endereço.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 04 de agosto de 2014.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JOSÉ JAIR ALEXANDRE

Prefeito Municipal e.e

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO

Secretario de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 107/2014

Portaria n.º 107, de 04 de agosto de 2014.

"Nomeia Enfermeira e dá Outras Providências"

JOSÉ JAIR ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Leoberto Leal em exercício, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e atenção a Lei 269 de 27 de junho de 2002, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ROBERTA OTTO, portadora do CPF nº 066.271.839-94 e RG nº 5.142.629, aprovada no concurso nº 001/2014, para o cargo efetivo de Enfermeira, com lotação na Secretaria Municipal da Saúde, para executar seus serviços, a partir de 04 de agosto de 2014, assegurando - lhe o prazo de 30 (trinta) dias, para tomar posse, nos termos do Artigo 13 § 1º, da Lei 418/90, (Estatuto dos Servidores Municipais), oportunidade em que deverão já ter sido

apresentados os seguintes documentos:

- 1 - Comprovante de escolaridade de habilitação exigida para o cargo, representado pelo Diploma de conclusão do curso de Enfermagem;
- 2 - Prova de Aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante atestado fornecido por médico oficial;
- 3 - Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- 4 - Declaração de que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargos, emprego ou função pública;
- 5 - Cópias dos seguintes Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal:
 - Prova de Identidade, CPF e COREN;
 - Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
 - Comprovação de quitação com as obrigações eleitorais e,
 - Comprovante de endereço.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 04 de agosto de 2014.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JOSÉ JAIR ALEXANDRE

Prefeito Municipal e.e

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO

Secretario de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 108/2014

Portaria n.º 108, de 11 de agosto de 2014.

"Nomeia Nutricionista e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e atenção a Lei 269 de 27 de junho de 2002, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear BRUNA SABEDRA BORDIN, portadora do CPF nº 007.618.080-86 e RG nº 1075162758, aprovada no concurso nº 001/2014, para o cargo efetivo de Nutricionista, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar seus serviços, a partir de 05 de agosto de 2014, assegurando - lhe o prazo de 30 (trinta) dias, para tomar posse, nos termos do Artigo 13 § 1º, da Lei 418/90, (Estatuto dos Servidores Municipais), oportunidade em que deverão já ter sido apresentados os seguintes documentos:

- 1 - Comprovante de escolaridade habilitação exigida para o cargo, representada pelo Diploma de conclusão do curso de Enfermagem;
- 2 - Prova de Aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante atestado fornecido por médico oficial;
- 3 - Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- 4 - Declaração de que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargos, emprego ou função pública;
- 5 - Cópias dos seguintes Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal:
 - Prova de Identidade, CPF e CRN;
 - Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
 - Comprovação de quitação com as obrigações eleitorais e,
 - Comprovante de endereço.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 11 de agosto de 2014.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 109/2014

Portaria n.º 109, de 11 de agosto de 2014.
"Nomeia Coordenadora do CRAS e dá
Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 269 de 27 de junho de 2002, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ROSIMERI SCHMITT SCHEIDT, portadora do CPF nº 825.094.419-49 e RG nº 2.260.487, aprovada no concurso nº 001/2014, para o cargo efetivo de Coordenadora do CRAS, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, para executar seus serviços, a partir de 11 de agosto de 2014, assegurando - lhe o prazo de 30 (trinta) dias, para tomar posse, nos termos do Artigo 13 § 1º, da Lei 418/90, (Estatuto dos Servidores Municipais), oportunidade em que deverão já ter sido apresentados os seguintes documentos:

- 1 - Comprovante de escolaridade habilitação (Diploma) exigida para o cargo;
- 2 - Prova de Aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante atestado fornecido por médico oficial;
- 3 - Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- 4 - Declaração de que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargos, emprego ou função pública;
- 5 - Cópias dos seguintes Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal:
 - Prova de Identidade, CPF e CRA;
 - Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
 - Comprovação de quitação com as obrigações eleitorais e,
 - Comprovante de endereço.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 11 de agosto de 2014.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 110/2014

Portaria n.º 110, de 11 de agosto de 2014.
"Nomeia Farmacêutica e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 269 de 27 de junho de 2002, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear BIANCA DANIELA MEIRA, portadora do CPF nº 009.933.729-02 e RG nº 5.071.214, aprovada no concurso nº 001/2014, para o cargo efetivo de Farmacêutica, com lotação na Secretaria Municipal da Saúde, para executar seus serviços, a partir de 11 de agosto de 2014, assegurando - lhe o prazo de 30 (trinta) dias, para tomar posse, nos termos do Artigo 13 § 1º, da Lei 418/90, (Estatuto dos Servidores Municipais), oportunidade em que deverão já ter sido apresentados os seguintes documentos:

- 1 - Comprovante de escolaridade de habilitação exigida para o cargo, representada pelo Diploma de conclusão do curso de Farmacêutico;
- 2 - Prova de Aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante atestado fornecido por médico oficial;
- 3 - Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- 4 - Declaração de que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargos, emprego ou função pública;
- 5 - Cópias dos seguintes Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal:
 - Prova de Identidade, CPF e CRF;
 - Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
 - Comprovação de quitação com as obrigações eleitorais e,
 - Comprovante de endereço.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 11 de agosto de 2014.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 111/2014

PORTARIA nº 111, de 20 de agosto de 2014.
Concede incorporação, nos termos do art. 71, I, da Lei nº 418/1990, a servidora KARLA ADRIANA ENGEL FRANÇA, e dá outras providências.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

Considerando, que a servidora Karla Adriana Engel França, ocupante do cargo em efetivo exercício de Professora Nível II, inscrita sob a matrícula nº 362 e 1033, foi secretaria municipal de Educação no período de 01 de janeiro de 2009 a 30 de junho de 2012,

RESOLVE:

Art.1º Conceder incorporação nos termos do art. 71, I, da Lei nº 418/1990, a servidora KARLA ADRIANA ENGEL FRANÇA, portadora do CPF nº 948.384.109-72, detentora da matrícula funcional nº

362 e 1033, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Nível II, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Autorizar a incorporação no vencimento do valor de R\$ 293,28 (duzentos e noventa e três reais e vinte e oito centavos), que corresponde 03 anos de efetivo exercício nas atividades de Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal/SC.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, e seus efeitos passam a vigorar a partir de maio de 2014, condicionando a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 20 de agosto de 2014.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.
RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 112/2014

Portaria n.º 112 de 20 de agosto de 2014.
"Altera Lotação do Servidor Público Municipal e dá outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Altera a lotação, a partir da publicação desta portaria, do servidor VALDIR LONGEN, ocupante do cargo provimento efetivo de Mecânico, inscrito sob a matrícula nº 1256, atualmente lotada na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, e assim ficando subordinada hierarquicamente à secretaria municipal de Educação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 20 de agosto de 2014.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 113/2014

Portaria n.º 113, de 20 de agosto de 2014.
"Concede progressão funcional à servidores e dá outras providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base na Lei Municipal nº 269 de 30 de junho de 2002, e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progressão Funcional, em percentual, ao vencimento do servidor relacionado, em cumprimento ao Art.31, Anexo VI, da Lei Municipal 269/2002:

Nome do Servidor	Matr.	Ocupante do Cargo Efetivo	Progressão Anterior	Progressão Concedida	Mês de Ref.
Eni Abreu	025	Motorista	H	I	Agosto/2014
Álvaro José Lopes	805	Motorista	C	D	Agosto/2014

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 20 de agosto de 2014.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 114/2014

Portaria n.º 114, de 20 de agosto de 2014.
"Exonera servidora Municipal e dá outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonera a Servidora Municipal da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal/SC, conforme relação abaixo:

Ordem	Mat.	Nome	Cargo	Exoneração
01	1615	Patrícia Carmisini Franzen	Professora	12.08.2014

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, e seus efeitos passam a vigorar a partir de 12/08/2014, condicionando a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 20 de agosto de 2014.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.
RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Decreto N.º 2.613/2014, de 10 de Setembro de 2014

DECRETO N.º 2.613/2014, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.190/2013 de 16 de Dezembro de 2013:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTES
Unidade 02 - Diretoria de Esporte e Cultura
Projeto/Atividade 2.019 - Manutenção das Atividades Esportivas e Recreativas
3.3.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
..... R\$ 3.840,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação das seguintes dotações:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTES
Unidade 02 - Diretoria de Esporte e Cultura
Projeto/Atividade 2.019 - Manutenção das Atividades Esportivas e Recreativas
4.4.50.00.00.00.00.0104 - Transf. a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos R\$ 3.840,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado,
Em, 10 de Setembro de 2014

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

DECRETO Nº 2.614/2014, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 2.614/2014, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014
DESIGNA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE BENS PARA A REALIZAÇÃO DE LEILÃO DE BENS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica designada Comissão Especial para avaliação e análise do valor dos bens especificados no Laudo de Avaliação do Leiloeiro Público Oficial Bel. Julio Ramos Luz, pertencentes ao Município de Lindóia do Sul.

Art. 2º - Para compor a Comissão que trata o art. 1º, ficam nomeados os seguintes membros:

- I - DIEGO FRARE
- II - JOSEMAR TECHIO
- III - NEIVA LUCIA PEREIRA CHAVES VON DENTZ
- IV - MARCIANE AGUSTINI
- V - ANTONIO CARLOS VICENTE
- VI - NEUDI DOMINGOS BERTOL

Art. 3º A avaliação deverá ser concluída no prazo de até 10 dias, mediante a entrega de parecer fundamentado, não gerando qualquer gratificação ou remuneração aos membros.

Art. 4º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Publica-se e Registra-se
Em 11 de setembro de 2014.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

DECRETO Nº 2.615/2014, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 2.615/2014, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014
APROVA LOTEAMENTO URBANO, DENOMINADO "LOTEAMENTO DONA ELISA", CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o Loteamento Urbano denominado "Loteamento Dona Elisa", com área total de 44.065,47m², situado no Município de Lindóia do Sul - SC, com registro no Primeiro Ofício de Registro de Imóveis de Concórdia sob Matrícula Nº 5.029, de propriedade de Hilário Nicolau, CPF 195.012.269-72 e Margarida Maria Nicolau, CPF 625.304.619-53, com as especificações a seguir, retiradas do memorial descritivo e projeto expedido pelo Engenheiro Agrimensor Roger Cerutti, registro nº 082910-4 - CREA SC e parecer da Arquiteta e Urbanista Gabriela Fernanda Grisa, registro A72691-5 - CAU:

LOTES

Área da Quadra "A" (lotes): 2.305,93 m²
Área da Quadra "B" (lotes): 1.662,66 m²
Área da Quadra "C" (lotes): 1.864,02 m²
Área da Quadra "D" (lotes): 9.738,14 m²
Área da Quadra "E" (lotes): 4.368,68 m²
Área da Quadra "F" (lotes): 3.682,29 m²
Área total das Quadras: 23.621,72 m²

RUAS

Área do Prolongamento da Rua da Paz" 2.692,75 m²
Área da Rua Paz 1.169,43 m²
Área da rua "B" 3.459,83 m²

Área da rua "C" 1.067,31 m²
 Área da rua "D" 1.522,62 m²
 Área do Prolongamento da Rua da Amizade 940,67m²
 Área total das Ruas: 10.852,61 m²

Área Verde Total: 2.378,68 m²
 Área P/ Equipamentos Públicos: 3.417,15 m²
 Área Total Loteada: 40.270,16 m²
 Área de Preservação Permanente: 2.818,78 m²
 Área Remanescente: 976,53 m²
 Descrição das áreas

Quadra A

Lote 01
 Área: 420,31 m²
 Confrontações:
 Nordeste: Na extensão de 31,55m com Área de Preservação Permanente (A.P.P.);
 Sudoeste: Na extensão de 30,72m com Lote 02;
 Sudeste: Na extensão de 13,03m com Prolongamento da Rua da Amizade;
 Noroeste: Na extensão de 15,08m com Mauri Delai e Cleusa Aparecida Canton Delai.

Lote 02
 Área: 423,57 m²
 Confrontações:
 Nordeste: Na extensão de 30,72m com Lote 01;
 Sudoeste: Na extensão de 30,13m com Lote 03;
 Sudeste: Na extensão de 13,92m com Prolongamento da Rua da Amizade;
 Noroeste: Na extensão de 13,93m com Mauri Delai e Cleusa Aparecida Canton Delai;

Lote 03
 Área: 360,00 m²
 Confrontações:
 Nordeste: Na extensão de 30,13m com Lote 02;
 Sudoeste: Na extensão de 29,62m com Lote 04;
 Sudeste: Na extensão de 12,04m com Prolongamento da Rua da Amizade;
 Noroeste: Na extensão de 12,04m com Mauri Delai e Cleusa Aparecida Canton Delai;

Lote 04
 Área: 360,00 m²
 Confrontações:
 Nordeste: Na extensão de 29,62m com Lote 03;
 Sudoeste: Na extensão de 29,10m com Lote 05;
 Sudeste: Na extensão de 12,16m com Prolongamento da Rua da Amizade;
 Noroeste: Na extensão de 12,37m com Mauri Delai e Cleusa Aparecida Canton Delai;

Lote 05
 Área: 374,60 m²
 Confrontações:
 Nordeste: Na extensão de 29,10m com Lote 04;
 Sudoeste: Na extensão de 28,55m com Lote 06;
 Sudeste: Na extensão de 13,00m com Prolongamento da Rua da Amizade;
 Noroeste: Na extensão de 13,00m com Mauri Delai e Cleusa Aparecida Canton Delai;

Lote 06
 Área: 367,45 m²
 Confrontações:
 Nordeste: Na extensão de 28,55m com Lote 05;

Sudoeste: Na extensão de 28,00m com Jair Carlos Rech e Ivanete Bernardi Rech - Lote 68 e Delcio Luiz Von Dentz e Marizete Alves Pereira Von Dentz - Lote 69, ambos da Quadra E do Loteamento Pedro e Osvaldinho Ltda;
 Sudeste: Na extensão de 13,00m com Prolongamento da Rua da Amizade;
 Noroeste: Na extensão de 13,00m com Mauri Delai e Cleusa Aparecida Canton Delai;

Quadra B

Lote 01
 Área: 389,90 m²
 Confrontações:
 Norte: Na extensão de 8,41m com Área de Preservação Permanente (A.P.P.);
 Sul: Na extensão de 16,00m com Prolongamento da Rua da Paz e na extensão de 11,22m em curva com Prolongamento da Rua da Paz;
 Leste: Na extensão de 21,97m com Lote 02;
 Noroeste: Na extensão de 21,11m com Prolongamento da Rua da Amizade;

Lote 02
 Área: 393,14 m²
 Confrontações:
 Norte: Na extensão de 20,86m com Área de Preservação Permanente (A.P.P.);
 Sul: Na extensão de 20,00m com Prolongamento da Rua da Paz;
 Leste: Na extensão de 20,14m com Lote 03;
 Oeste: Na extensão de 21,97m com Lote 01;

Lote 03
 Área: 444,18 m²
 Confrontações:
 Norte: Na extensão de 20,34m com Área de Preservação Permanente (A.P.P.);
 Sul: Na extensão de 20,00m com Prolongamento da Rua da Paz;
 Leste: Na extensão de 23,56m com Lote 04;
 Oeste: Na extensão de 20,14m com Lote 02;

Lote 04
 Área: 435,44 m²
 Confrontações:
 Norte: Na extensão de 19,57m com Área de Preservação Permanente (A.P.P.);
 Sul: Na extensão de 19,11m com Prolongamento da Rua da Paz;
 Leste: Na extensão de 20,58m com Área Remanescente;
 Oeste: Na extensão de 23,56m com Lote 03;

Quadra C

Lote 01
 Área: 430,10 m²
 Confrontações:
 Noroeste: Na extensão de 12,00m com Prolongamento da Rua da Paz;
 Sudeste: Na extensão de 14,43m com Lote 04;
 Nordeste: Na extensão de 27,00m com Rua B e 4,71m em curva Rua B;
 Sudoeste: Na extensão de 28,84m com Lote 02;

Lote 02
 Área: 388,04 m²
 Confrontações:
 Noroeste: Na extensão de 14,00m com Prolongamento da Rua da Paz, na extensão de 5,54m em curva com Prolongamento da Rua da Paz, e na extensão de 5,26m com Prolongamento da Rua da Amizade;
 Sudeste: Na extensão de 1,52m com Lote 04;

Nordeste: Na extensão de 28,84m com Lote 01;
Sudoeste: Na extensão de 30,40m com Lote 03;

Lote 03

Área: 564,11 m2

Confrontações:

Nordeste: Na extensão de 30,40m com Lote 02;
Sudoeste: Na extensão de 30,00m com Felipe João Fantin - Lote 01, Valter Zatta e Mafalda Maria Zatta - Lote 02, Loteamento Pedro e Osvaldinho Ltda - Lote 03, ambos da Quadra A do Loteamento Pedro e Osvaldinho Ltda;
Noroeste: Na extensão de 21,74m com Prolongamento da Rua da Amizade;
Sudeste: Na extensão de 15,95m com Lote 04;

Lote 04

Área: 481,77 m2

Confrontações:

Norte: Na extensão total de 15,95m, sendo 14,43m com Lote 01, sendo 1,52m com Lote 02;
Nordeste: Na extensão de 29,46m com Rua B;
Noroeste: Na extensão de 15,95m com Lote 03;
Sudoeste: Na extensão de 30,84m em linhas quebradas com Loteamento Pedro e Osvaldinho Ltda - Lotes 03 e 04 e Pedro Manoel de Freitas e Dalila Maria Bissolotti de Freitas - Lote 05, ambos da Quadra A do Loteamento Pedro e Osvaldinho Ltda;

Quadra D

Lote 01

Área: 480,63 m2

Confrontações:

Noroeste: Na extensão de 15,00m com a Rua da Paz;
Sudeste: Na extensão de 15,00m com Área de Equipamentos Públicos;
Nordeste; Na extensão de 32,41m com Área de Equipamentos Públicos;
Sudoeste: Na extensão de 31,67m com Lote 02;

Lote 02

Área: 469,56 m2

Confrontações:

Noroeste: Na extensão de 15,00m com Rua da Paz;
Sudeste: Na extensão de 15,00m com Área de Equipamentos Públicos e Área Verde - 01;
Nordeste: Na extensão de 31,67m com Lote 01;
Sudoeste: Na extensão de 30,94m com Lote 03;

Lote 03

Área: 458,93 m2

Confrontações:

Noroeste: Na extensão de 15,00m com Rua da Paz;
Sudeste: Na extensão de 15,00m com Área Verde - 01;
Nordeste; Na extensão de 30,94m com Lote 02;
Sudoeste: Na extensão de 30,00m com Lote 04;

Lote 04

Área: 450,00 m2

Confrontações:

Noroeste: Na extensão de 15,00m com Rua da Paz;
Sudeste: Na extensão de 15,00m com Área Verde - 01;
Nordeste; Na extensão de 30,00m com Lote 03;
Sudoeste: Na extensão de 30,00m com Lote 05;

Lote 05

Área: 450,00 m2

Confrontações:

Noroeste: Na extensão de 15,00m com Rua da Paz e Prolongamento da Rua da Paz;

Sudeste: Na extensão de 15,00m com Área Verde - 01;
Nordeste; Na extensão de 30,00m com Lote 04;
Sudoeste: Na extensão de 30,00m com Lote 06;

Lote 06

Área: 450,00 m2

Confrontações:

Noroeste: Na extensão de 15,00m com Prolongamento da Rua da Paz;
Sudeste: Na extensão de 15,00m com Área Verde - 01;
Nordeste; Na extensão de 30,00m com Lote 05;
Sudoeste: Na extensão de 30,00m com Lote 07;

Lote 07

Área: 450,00 m2

Confrontações:

Noroeste: Na extensão de 15,00m com Prolongamento da Rua da Paz;
Sudeste: Na extensão de 15,00m com Lote 24;
Nordeste; Na extensão de 30,00m com Lote 06;
Sudoeste: Na extensão de 30,00m com Lote 08;

Lote 08

Área: 450,00 m2

Confrontações:

Noroeste: Na extensão de 15,00m com Prolongamento da Rua da Paz;
Sudeste: Na extensão de 15,00m com Lote 23;
Nordeste; Na extensão de 30,00m com Lote 07;
Sudoeste: Na extensão de 30,00m com Lote 09;

Lote 09

Área: 360,00 m2

Confrontações:

Noroeste: Na extensão de 12,00m com Prolongamento da Rua da Paz;
Sudeste: Na extensão de 12,00m com Lote 22;
Nordeste; Na extensão de 30,00m com Lote 08;
Sudoeste: Na extensão de 30,00m com Lote 10;

Lote 10

Área: 360,00 m2

Confrontações:

Noroeste: Na extensão de 12,00m com Prolongamento da Rua da Paz;
Sudeste: Na extensão de 12,00m com Lote 21;
Nordeste; Na extensão de 30,00m com Lote 09;
Sudoeste: Na extensão de 30,00m com Lote 11;

Lote 11

Área: 360,00 m2

Confrontações:

Noroeste: Na extensão de 12,00m com Prolongamento da Rua da Paz;
Sudeste: Na extensão de 12,00m com Lote 20;
Nordeste; Na extensão de 30,00m com Lote 10;
Sudoeste: Na extensão de 30,00m com Lote 12;

Lote 12

Área: 360,00 m2

Confrontações:

Noroeste: Na extensão de 12,00m com Prolongamento da Rua da Paz;
Sudeste: Na extensão de 12,00m com Lote 19;
Nordeste; Na extensão de 30,00m com Lote 11;
Sudoeste: Na extensão de 30,00m com Lote 13;

Lote 13
Área: 360,00 m2
Confrontações:
Noroeste: Na extensão de 12,00m com Prolongamento da Rua da Paz;
Sudeste: Na extensão de 12,00m com Lote 18;
Nordeste; Na extensão de 30,00m com Lote 12;
Sudoeste: Na extensão de 30,00m com Lote 14;

Lote 14
Área: 360,00 m2
Confrontações:
Noroeste: Na extensão de 12,00m com Prolongamento da Rua da Paz;
Sudeste: Na extensão de 12,00m com Lote 17;
Nordeste; Na extensão de 30,00m com Lote 13;
Sudoeste: Na extensão de 30,00m com Lote 15;

Lote 15
Área: 448,05 m2
Confrontações:
Noroeste: Na extensão de 12,00m com Rua Prolongamento da Rua da Paz e na extensão de 4,71m em curva com Rua B;
Sudeste: Na extensão de 15,00m com Lote 16;
Nordeste; Na extensão de 30,00m com Lote 14;
Sudoeste: Na extensão de 27,00m com Rua B;

Lote 16
Área: 410,97 m2
Confrontações:
Noroeste: Na extensão de 15,00m com Lote 15;
Sudeste: Na extensão de 3,19m com Rua B;
Sul: Na extensão de 1,71m em curva com a Rua B;
Nordeste; Na extensão de 30,00m com Lote 17;
Sudoeste: Na extensão de 21,32m com Rua B e na extensão de 2,97m em curva com Rua B e na extensão de 10,54m com a Rua B;

Lote 17
Área: 360,00 m2
Confrontações:
Noroeste: Na extensão de 12,00m com Lote 14;
Sudeste: Na extensão de 12,00m com Rua B;
Nordeste; Na extensão de 30,00m com Lote 18;
Sudoeste: Na extensão de 30,00m com Lote 16;

Lote 18
Área: 360,00 m2
Confrontações:
Noroeste: Na extensão de 12,00m com Lote 13;
Sudeste: Na extensão de 12,00m com Rua B;
Nordeste; Na extensão de 30,00m com Lote 19;
Sudoeste: Na extensão de 30,00m com Lote 17;

Lote 19
Área: 360,00 m2
Confrontações:
Noroeste: Na extensão de 12,00m com Lote 12;
Sudeste: Na extensão de 12,00m com Rua B;
Nordeste; Na extensão de 30,00m com Lote 20;
Sudoeste: Na extensão de 30,00m com Lote 18;

Lote 20
Área: 360,00 m2
Confrontações:
Noroeste: Na extensão de 12,00m com Lote 11;
Sudeste: Na extensão de 12,00m com Rua B;
Nordeste; Na extensão de 30,00m com Lote 21;
Sudoeste: Na extensão de 30,00m com Lote 19;

Lote 21
Área: 360,00 m2
Confrontações:
Noroeste: Na extensão de 12,00m com Lote 10;
Sudeste: Na extensão de 12,00m com Rua B;
Nordeste: Na extensão de 30,00m com Lote 22;
Sudoeste: Na extensão de 30,00m com Lote 20;

Lote 22
Área: 360,00 m2
Confrontações:
Noroeste: Na extensão de 12,00m com Lote 09;
Sudeste: Na extensão de 12,00m com Rua B;
Nordeste: Na extensão de 30,00m com Lote 23;
Sudoeste: Na extensão de 30,00m com Lote 21;

Lote 23
Área: 450,00 m2
Confrontações:
Noroeste: Na extensão de 15,00m com Lote 08;
Sudeste: Na extensão de 15,00m com Rua B;
Nordeste; Na extensão de 30,00m com Lote 24;
Sudoeste: Na extensão de 30,00m com Lote 22;

Lote 24
Área: 450,00 m2
Confrontações:
Noroeste: Na extensão de 15,00m com Lote 07;
Sudeste: Na extensão de 15,00m com Rua B;
Nordeste; Na extensão de 30,00m com Área Verde - 01;
Sudoeste: Na extensão de 30,00m com Lote 23;

Quadra E

Lote 01
Área: 701,78 m2
Confrontações:
Noroeste: Na extensão de 31,97m com Rua B e na extensão de 12,84m com Lote 09;
Sudeste: Na extensão de 29,32m com Rua C;
Nordeste: Na extensão de 5,57m em curva com Rua B;
Sudoeste: Na extensão de 30,00m com Lote 02;

Lote 02
Área: 450,00 m2
Confrontações:
Nordeste: Na extensão de 30,00m com Lote 01;
Sudoeste: Na extensão de 30,00m com Lote 03 e 05;
Noroeste: Na extensão de 15,00m com Lote 09;
Sudeste: Na extensão de 15,00m com Rua C;

Lote 03
Área: 378,00 m2
Confrontações:
Nordeste: Na extensão de 27,00m com Lote 02;
Sudoeste: Na extensão de 27,00m com Lote 04;
Noroeste: Na extensão de 14,00m com Lote 05;
Sudeste: Na extensão de 14,00m com Rua C;

Lote 04
Área: 430,14 m2
Confrontações:
Nordeste: Na extensão de 27,00m com Lote 03;
Sudoeste: Na extensão de 24,00m com Rua D;
Noroeste: Na extensão de 16,00m com Lote 05;
Sudeste: Na extensão de 13,00m com Rua C;
Sul: Na extensão de 4,74m em curva com Rua C;

<p>Lote 05 Área: 360,00 m2 Confrontações: Nordeste: Na extensão de 12,00m com Lote 02 e 09; Sudoeste: Na extensão de 12,00m com Rua D; Noroeste: Na extensão de 30,00m com Lote 06; Sudeste: Na extensão de 30,00m com Lote 03 e 04;</p> <p>Lote 06 Área: 360,00 m2 Confrontações: Nordeste: Na extensão de 12,00m com Lote 09; Sudoeste: Na extensão de 12,00m com Rua D; Noroeste: Na extensão de 30,00m com Lote 07; Sudeste: Na extensão de 30,00m com Lote 05;</p> <p>Lote 07 Área: 360,00 m2 Confrontações: Nordeste: Na extensão de 12,00m com Lote 09; Sudoeste: Na extensão de 12,00m com Rua D; Noroeste: Na extensão de 30,00m com Lote 08; Sudeste: Na extensão de 30,00m com Lote 06;</p> <p>Lote 08 Área: 360,00 m2 Confrontações: Nordeste: Na extensão de 5,90m com Lote 09; Sudoeste: Na extensão de 12,50m com Rua D; Noroeste: Na extensão de 8,19m com Rua B e na extensão de 25,29m com Lote 10; Sudeste: Na extensão de 30,00m com Lote 07;</p> <p>Lote 09 Área: 541,40 m2 Confrontações: Noroeste: Na extensão de 48,54m com Rua B; Sudoeste: Na extensão de 39,16m com Lotes 05, 06, 07 e 08; Sudeste: Na extensão de 27,84m com Lote 01 e 02;</p> <p>Lote 10 Área: 427,36 m2 Confrontações: Noroeste: Na extensão de 33,83m com Rua B; Sudoeste: Na extensão de 25,31m com Rua D; Sudeste: Na extensão de 25,29m com Lote 08; Oeste: Na extensão de 8,02m em curva com Rua D;</p> <p>Quadra F</p> <p>Lote 01 Área: 706,56 m2 Confrontações: Nordeste: Na extensão de 24,00m com Rua D; Sudoeste: Na extensão de 24,00m com Área Verde do Loteamento Pedro e Osvaldinho Ltda - Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul; Noroeste: Na extensão de 28,90m com Lote 02; Sudeste: Na extensão de 30,00m com Posto Madesul Ltda;</p> <p>Lote 02 Área: 343,45 m2 Confrontações: Nordeste: Na extensão de 12,00m com Rua D; Sudoeste: Na extensão de 12,00m com Área Verde do Loteamento Pedro e Osvaldinho Ltda - Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul; Noroeste: Na extensão de 28,35m com Lote 03; Sudeste: Na extensão de 28,90m com Lote 01;</p>	<p>Lote 03 Área: 336,77 m2 Confrontações: Nordeste: Na extensão de 12,00m com Rua D; Sudoeste: Na extensão de 12,00m com Área Verde do Loteamento Pedro e Osvaldinho Ltda - Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul; Noroeste: Na extensão de 27,79m com Lote 04; Sudeste: Na extensão de 28,35m com Lote 02;</p> <p>Lote 04 Área: 330,21 m2 Confrontações: Nordeste: Na extensão de 12,00m com Rua D; Sudoeste: Na extensão de 12,00m com Área Verde do Loteamento Pedro e Osvaldinho Ltda - Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul; Noroeste: Na extensão de 27,24m com Lote 05; Sudeste: Na extensão de 27,79m com Lote 03;</p> <p>Lote 05 Área: 323,47 m2 Confrontações: Nordeste: Na extensão de 12,00m com Rua D; Sudoeste: Na extensão de 12,00m com Área Verde do Loteamento Pedro e Osvaldinho Ltda - Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul; Noroeste: Na extensão de 26,69m com Lote 06; Sudeste: Na extensão de 27,24m com Lote 04;</p> <p>Lote 06 Área: 316,92 m2 Confrontações: Nordeste: Na extensão de 12,00m com Rua D; Sudoeste: Na extensão de 12,00m com Área Verde do Loteamento Pedro e Osvaldinho Ltda - Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul; Noroeste: Na extensão de 26,14m com Lote 07; Sudeste: Na extensão de 26,69m com Lote 05;</p> <p>Lote 07 Área: 310,30 m2 Confrontações: Nordeste: Na extensão de 12,00m com Rua D; Sudoeste: Na extensão de 12,00m com Silvonei Luiz Rigo e Fabiula Vicenzi Rigo - Lote 12 e Área Verde do Loteamento Pedro e Osvaldinho Ltda - Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, ambos da Quadra A do Loteamento Pedro e Osvaldinho Ltda; Noroeste: Na extensão de 25,59m com Lote 08; Sudeste: Na extensão de 26,14m com Lote 06;</p> <p>Lote 08 Área: 307,85 m2 Confrontações: Nordeste: Na extensão de 12,00m com Rua D; Sudoeste: Na extensão de 12,02m em linhas quebradas com Inês Terezinha Ribeiro Conte - Lote 11 e Silvonei Luiz Rigo e Fabiula Vicenzi Rigo - Lote 12, ambos da Quadra A do Loteamento Pedro e Osvaldinho Ltda; Noroeste: Na extensão de 25,89m com Lote 09; Sudeste: Na extensão de 25,59m com Lote 07;</p> <p>Lote 09 Área: 351,49 m2 Confrontações: Nordeste: Na extensão de 13,80m com Rua D; Sudoeste: Na extensão de 13,06m com Pedro Manoel de Freitas e Dalila Maria Bissolotti de Freitas - Lote 10 e Inês Terezinha Ribeiro Conte - Lote 11, ambos da Quadra A do Loteamento Pedro e Osvaldinho Ltda; Noroeste: Na extensão de 26,46m com Área Verde - 02; Sudeste: Na extensão de 25,89m com Lote 08;</p>
---	--

<p>Lote 10 Área: 355,77 m2 Confrontações: Sudoeste: Na extensão de 29,43m com Loteamento Pedro e Osvaldinho Ltda - Lotes 06 e 07 e Guilherme Jean Locatelli - Lote 08, ambos da Quadra A do Loteamento Pedro e Osvaldinho Ltda; Noroeste: Na extensão de 43,51m com Rua B; Sudeste: Na extensão de 25,10m com Área Verde - 02;</p> <p>Área Verde 01 Área: 1.890,87m2 Confrontações: Noroeste: Na extensão de 63,00m com os lotes 02, 03, 04, 05 e 06 da Quadra D; Sudeste: Na extensão de 63,00m com Rua B; Nordeste: Na extensão de 30,00m com Área para Equipamentos Públicos; Sudoeste: Na extensão de 30,00m com Lote 24 da Quadra D;</p> <p>Área Verde 02 Área: 487,81 m2 Confrontações: Nordeste: Na extensão de 6,79m com Rua D e na extensão de 9,66m em curva com a Rua D; Sudoeste: Na extensão de 21,78m com Pedro Manoel de Freitas e Dalila Maria Bissolotti de Freitas - Lotes 09 e 10 e Guilherme Jean Locatelli - Lote 08, ambos da Quadra A do Loteamento Pedro e Osvaldinho Ltda; Noroeste: Na extensão de 25,10m com Lote 10; Sudeste: Na extensão de 26,46m com Lote 09;</p> <p>Área P/ Equipamentos Públicos Área: 3.417,15 m2 Confrontações: Nordeste: Na extensão de 6,61m em curva com Rua C; Sudoeste: Na extensão de 32,41m com Lote 01 da Quadra D, em descontinuidade 30,00m com Área Verde - 01; Noroeste: Na extensão de 59,28m em linhas quebradas com Rua da Paz, em descontinuidade 27,00m com Lotes 01 e 02 da Quadra D; Sudeste: Na extensão de 68,95m com Rua C e na extensão de 9,26m em curva com Rua B e na extensão de 39,44m com Rua B;</p> <p>Área de Preservação Permanente Área: 2.818,78m2 Confrontações: Norte: Na extensão total de 177,45m em linhas quebradas pelo Córrego Sem Denominação com Lirio Canton, Lucilda Canton e Geschaft Participações e Investimentos S. A; Sul: Na extensão total de 198,37m em linhas quebradas com Lote 01 da Quadra A, Lotes 01, 02, 03 e 04 da Quadra B, Área Remanescente, Prolongamento da Rua da Amizade e Rua da Paz; Nordeste: Na extensão de 20,32m com Rua da Paz; Noroeste: Na extensão de 15,19m com Mauri Delai e Cleusa Aparecida Canton Delai;</p> <p>Descrição das Ruas</p> <p>Rua da Paz Área: 1.169,43m2 Confrontações: Noroeste: Na extensão de 140,84m em linhas quebradas pelo Eixo da Rua da Paz, em descontinuidade na extensão de 7,19m com Área de Preservação Permanente; Nordeste: Na extensão de 15,96m pelo Eixo da Rua da Paz; Sudoeste: Na extensão de 25,60m com Prolongamento da Rua da Paz, em descontinuidade na extensão de 4,19m com Rua C; Sudeste: Na extensão de 12,53m com Rua da Paz, em descontinuidade na extensão de 132,23m em linhas quebradas com Lotes</p>	<p>01, 02, 03, 04 e 05 da Quadra D, Área de Equipamentos Públicos e Rua C.</p> <p>Prolongamento da Rua da Paz Área: 2.692,75m² Confrontações: Noroeste: Na extensão de 145,82m com os Lotes 01, 02, 03 e 04 da Quadra B e Área Remanescente e na extensão de 9,22m em curva com Área Remanescente, em descontinuidade na extensão de 31,52m com Prolongamento da Rua da Amizade; Nordeste: Na extensão de 25,60m com Rua da Paz, em descontinuidade na extensão de 11,22m em curva com o Lote 01 da Quadra B; Sudeste: Na extensão de 5,54m em curva com Lote 02 da Quadra C, na extensão de 183,23m em linhas quebradas com os Lotes 01 e 02 da Quadra C, Rua B, Lotes 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14 e 15 da Quadra D.</p> <p>Rua B Área: 3.459,83 m2 Confrontações: Noroeste: Na extensão de 9,26m em curva com a Área para Equipamentos Públicos, na extensão de 207,63m com Lotes 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24 da Quadra D, Área Verde - 01, Área de Equipamentos Públicos, em descontinuidade na extensão de 18,00m com Prolongamento da Rua da Paz; Sudeste: Na extensão de 201,86m com Lotes 01, 08, 09 e 10 da Quadra E, Lote 10 da Quadra F e Rua D, na extensão de 24,90m com Rua C, em descontinuidade 4,71m em curva com Lote 15 da Quadra D; Sudoeste: Na extensão de 4,71m em curva com Lote 01 da Quadra C, em descontinuidade na extensão de 5,57m em curva com Lote 01 da Quadra E, em descontinuidade na extensão de 24,69m com Pedro Manoel de Freitas e Dalila Maria Bissolotti de Freitas - Lote 05 e Loteamento Pedro e Osvaldinho Ltda - Lote 06, ambos da Quadra A do Loteamento Pedro e Osvaldinho Ltda; Oeste: Na extensão de 56,46m com Lotes 01 e 04 da Quadra C; Nordeste: Na extensão de 10,54m com Lote 16 da Quadra D, na extensão de 2,97m em curva com Lote 16 da Quadra D, e na extensão de 1,71m em curva com Lote 16 da Quadra D; Leste: Na extensão de 48,32m com Lotes 15 e 16 da Quadra D;</p> <p>Rua C Área: 1.067,31 m2 Confrontações: Nordeste: Na extensão 4,19m com Rua da Paz; Noroeste: Na extensão de 8,18m com Rua da Paz, em descontinuidade na extensão de 165,17m com Área de Equipamentos Públicos, Rua B, Lotes 01, 02, 03 e 04 da Quadra E, em descontinuidade na extensão de 4,74m em curva com Lote 04 da Quadra E; Sudoeste: Na extensão de 6,61m em curva com Área de Equipamentos Públicos, em descontinuidade na extensão de 9,00m com Rua D; Sudeste: Na extensão de 175,35m pelo Eixo da Rua C com Posto Madesul Ltda;</p> <p>Rua D Área: 1.522,62 m2 Confrontações: Nordeste: Na extensão de 106,81m com Lotes 04, 05, 06, 07, 08 e 10 da Quadra E e Rua C; Noroeste: Na extensão de 35,82m com Rua B; Sudoeste: Na extensão de 9,66m em curva com Área Verde - 02 e na extensão de 128,59m com Lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10 da Quadra F e Área Verde - 02; Sudeste: Na extensão de 11,83m com Posto Madesul Ltda; Leste: Na extensão de 8,02m em curva com Lote 10 da Quadra E;</p> <p>Prolongamento da Rua da Amizade</p>
---	--

Área: 940,67 m2

Confrontações:

Nordeste: Na extensão de 12,27m com Área de Preservação Permanente (A.P.P.);

Noroeste: Na extensão de 77,15m com Lotes 01, 02, 03, 04, 05 e 06 da Quadra A;

Sudeste: Na extensão de 79,63m com os Lotes 02 e 03 da Quadra C, Lote 01 da Quadra B e Prolongamento da Rua da Paz;

Sudoeste: Na extensão de 12,00m com Rua da Amizade.

Art. 2º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Publica-se e Registra-se
Em 11 de setembro de 2014.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

Luzerna

PREFEITURA

PL 113/2014 - TP 0014/2014 - Plano de Saúde - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 0113/2014 - PML

Tomada de Preço nº 0014/2014 - PML

A PREFEITURA DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Tomada de Preço. OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de Plano de Assistência à Saúde, exceto serviço, odontológicos, na prestação de Plano Privado de Assistência à Saúde na modalidade PRÉ-PAGAMENTO registrado na ANS, de abrangência em todo estado de Santa Catarina, regime ambulatorial, hospitalar e obstetrícia em acomodação enfermaria, com participação em procedimentos ambulatoriais para os servidores Ativos e Inativos do Município de Luzerna/SC e seus dependentes, na forma e condições descritas nos Anexos I deste Edital.

RÉGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09 horas do dia 03 de outubro de 2014.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 09 horas do dia 03 de outubro de 2014.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

DECRETO 1885

DECRETO Nº 1885 de 11 de setembro de 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2014".

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art.22, da Lei nº 1.171, de 12 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) à conta do superávit financeiro do exercício de 2013, apurado na Fonte 64 - Atenção Básica, criando a Fonte e Valor no Orçamento do Fundo de Saúde para 2014, atribuído à atividade:

Unidade Gestora - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade - 1301.10.301.0016.2017- Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte de Recursos - 0.3.64 - Atenção Básica R\$ 5.000,00

Art.2º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2013.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 11 de setembro de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

PL 114/2014 - PP 069/2014 - Cultivo de Plantas Fitoterápicas - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 114/2014 - FMS

Pregão Presencial nº 069/2014 - FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO para Registro de Preço.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a prestação de serviço de afofamento, adubação e encanteiramento manuais de solo (já sulcado), para a posterior prestação, pela mesma contratada, de serviço de cultivo de plantas fitoterápicas, através de seu plantio por transmutação ou semeadura, eliminação de ervas daninhas sem o uso de defensivos químicos, irrigação e posterior colheita, tudo conforme orientações a serem prestadas pelo Médico Dr. Erlo Lutz, preposto da ora Licitante, para execução do projeto de "Estruturação da Assistência Farmacêutica em Plantas Medicinais e Fitoterápicos no âmbito do SUS", no âmbito do Município de Luzerna; em área agricultável, localizada no perímetro urbano de Luzerna.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09 horas do dia 24 de setembro de 2014.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 09h30min do dia 24 de setembro de 2014.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

RECEITAS FEDERAIS DO DIA 11/09/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 11/09/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		19.822,08
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	11.210,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	11.210,00
4.1.7.2.1.33.11.00.00	Atenção Básica	11.210,00
4.1.7.2.1.33.11.10.00	Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	11.210,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	8.612,08
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	8.612,08
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	5.167,25
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	3.444,83

Luzerna, 12/09/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

Macieira**PREFEITURA****Publicação Resumida_ Aditivo Nº 15/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº 0028/2014.

Pregão Presencial nº 0022/2014.

1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0027/2014.

ADITIVO Nº 15/2014.

ADITIVO DE ACRESCIMO.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de horas máquina (com máquina e operador qualificado), a serem realizados com trator de esteiras, com lâmina anilha para limpeza de terrenos, destoques e demais serviços, de acordo com a solicitação da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico, destinado ao atendimento dos produtores rurais do município, conforme Lei Municipal nº 546/2011 e Decreto nº 1394 de 02 de junho de 2014, com descrições da máquina e demais especificações contidas no anexo I do Edital.

Contratada: JANDIR ELIZEU PIRAN ME.

Vigência do Contrato: De acordo com o Contrato Original.

Valor total: O valor total do Contrato passa de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) para o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), sofrendo um acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o art. 65, alínea "d" § 1º.

Pagamento: De acordo com o Contrato Original.

Macieira, 11 de setembro de 2014.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

Mafra**PREFEITURA****Processo Seletivo Simplificado - Edital Nº 003/2013 - Termo de Convocação Nº 13**

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 003/2013 - TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 13

O Prefeito do Município de Mafra-SC e o Secretário Municipal de Administração, com fundamento na Lei Municipal Nº 3.008, de 15 de dezembro de 2005 que dispõe sobre a Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público, Lei Complementar Nº 16 de 28 de dezembro de 2005, Lei Nº 3.795 de 04.04.2012, Constituição Federal, Artigo 37, inciso IX, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA os Profissionais a seguir relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado- Edital Nº 003/2013 desta Municipalidade, a comparecer no Endereço a seguir: Praça Desembargador Flávio Tavares, Nº 12- (Prédio da Prefeitura Municipal de Mafra- SC), no Departamento de Recursos Humanos e Qualidade, no dia 17 de setembro de 2014, às 14h00min.

RELAÇÃO DE VAGAS

1.) Área de Atuação: Educação Infantil
Professores (Habilitados e Não Habilitados)
Disciplina/ Série /Turma: Jardim I.
Vaga: 20 horas (vespertino).
Local: CEIM "Vista Alegre"
Obs.: Atuar até o dia 19/12/2014, para substituir professor que solicitou rescisão de contrato.

2.) Área de Atuação: Educação Infantil
Professores (Habilitados e Não Habilitados)
Disciplina/ Série /Turma: Maternal II
Vaga: 20 horas , vespertino.
Local: CEIM "Vila Nova"
Obs.: Atuar até 13/12/14, em substituição a professor em Licença Prêmio.

3.) Área de Atuação: Séries Iniciais do Ensino Fundamental
Professores (Habilitados e Não Habilitados)
Disciplina/ Série /Turma: 4º ano
Vaga: 20 horas (vespertino).
Local: EMEB "Colônia Ruthes"
Obs.: Atuar até o dia 23/10/14, em substituição de professora afastada para tratamento de saúde.

4.) Área de Atuação: Séries Finais do Ensino Fundamental.
Professores (Habilitados e Não Habilitados)
Disciplina/ Série /Turma: Língua Portuguesa.
Vaga: 20 horas (matutino).
Local: CEM "Beija-Flor"
Obs.: Atuar até 13/12/14, em substituição a professor em Licença Prêmio.

5.) Área de Atuação: Séries Iniciais
Professores (Habilitados e Não Habilitados)
Disciplina/Série/Turma: 4º Ano
Vaga: 40 horas ou 02 (duas) vagas de 20 horas, Matutino e Vespertino
Local: CEM. "Beija Flor"
Obs.: Atuar até o dia 04.10.2014

SEQUENCIA DE ESCOLHA APÓS A CONVOCAÇÃO DO EDITAL Nº 12

Cargo: 06. Professor Educação Infantil (não-habilitado)

sequencia	Insc.	candidato
1.	0150	JESSICA AUGUSTIN
2.	0375	ROSIMEIRE ROCHA
3.	0435	MARIA CAROLINA DOS SANTOS
4.	0040	MARGARETE BUBA SAIBOTH
5.	0111	CRISTIANE SCHELBAUER
6.	0334	ANDRESSA SIMONILZA DE LIMA
7.	0179	CLAUDIA BECKER CORDEIRO
8.	0065	BARBARA LOUISE BAUER
9.	0260	LAURICI DAVID
10.	0026	CAMILA GAISSLER MULLER DO NASCIMENTO
11.	0302	MARCIA LOPATA MACHADO FAGUNDES
12.	0383	RUBIANE CAROLINE BECKER
13.	0354	MARIA DE JESUS DE ANDRADE
14.	0463	IVANA CRISTIANE DE ALBUQUERQUE
15.	0196	ALESANDRA CARDOSO DE OLIVEIRA
16.	0177	ALINE BASSANI CARPEN
17.	0120	CARLA TATIANA BINNECK
18.	0270	JAINE DE OLIVEIRA PALHANO
19.	0294	MISAEAL XAVIER PAES
20.	0359	ROSÂNGELA APARECIDA DE VILLE
21.	0173	JOSANE APARECIDA MARTINS CORREA
22.	0344	NAYARA HULIANE WITT
23.	0031	KETLYN HINKEL CARVALHO
24.	0366	ELEANDRA DE MORAES STECLAN

Cargo: 05. Professor Educação Infantil (habilitado)

sequencia	Insc.	candidato
25.	0430	ALESSANDRA MARIA PASDIORA
26.	0316	CLAUDIA SABATKE MACHOWSKI
27.	0013	FRANCISCO KONIG NETO
28.	0212	FABIANA MARIA SCHWEIGERT LARA
29.	0186	SUELEN DE OLIVEIRA
30.	0098	ANGELA STOEDEL WITT
31.	0277	NEILA REGINA CAMPOS BRIZOLLA
32.	0080	ANA FRANCELIN DE OLIVEIRA
33.	0353	ALINY BRUNA ALVES
34.	0238	SILVANA FERREIRA LOURENÇO
35.	0336	SIMONE FERRARI DOS SANTOS
36.	0309	NEIDE APARECIDA RIALTO PINTO
37.	0335	SIMONE KELLY RANKEL
38.	0216	KALYNCA TEIXEIRA LISBOA
39.	0045	GISELLE MARIA RODRIGUES CARDOSO WENDT
40.	0181	MARCIA BARUFFI
41.	0371	ANA PAULA DRANKA TASCHEK
42.	0461	JORDANA NELITA KUSS
43.	0167	VANUZA PIAZ CORREIA DE SIQUEIRA
44.	0333	EDILVENE CANHA PSCHIEDT
45.	0389	CARINA ALTMANN
46.	0250	CLAUDETE DOARTES FLORES
47.	0050	VALDIRENE DO ROCIO GOMES SIQUEIRA HAABEN
48.	0158	MARLI COMOCHINA
49.	0481	ELENA RODRIGUES
50.	0188	RENATA MAÇANEIRO
51.	0234	HELLIN MARIA FERREIRA DAS CHAGAS
52.	0400	AURICIANE KMIETIK
53.	0239	MARISA GROSSEL
54.	0174	JUVILIANE ENEYDE GUTSTEN PADILHA
55.	0449	DAYANE CRISTINE ALVES
56.	0067	SOLANGE BROZOSKI BONETTES
57.	0219	KARINE TEIXEIRA LISBOA ROCHA

58.	0170	VANIA TERESINHA SCHUPPEL
59.	0165	VERONICA APARECIDA KAMERS
60.	0485	KÊNIA REGINA PRECISO
61.	0086	NATHALIE CAROLINE PLONKOSKI GRUBER
62.	0025	LUCÉLIAALVES
63.	0085	ROSILANE SILVA RIBEIRO
64.	0049	SALETE IANDARA MARTIN ESTEFANI ESTEFANO
65.	0087	CRISTIANE MARIA LIEBL
66.	0275	SIMONI DE CHAVES RIBEIRO
67.	0340	FRANCIELE APARECIDA DE LIMA MARX
68.	0332	CRISTINA MACHADO
69.	0156	MARIA DE LOURDES MORETO ELIAS
70.	0159	ANDRESSA ZIELINSKI
71.	0118	ANDRÉA ZIMKOWICZ REIMÃO DE MELLO
72.	0137	MARIA CRISTIANE SENA
73.	0478	ANIELI DE SOUZA LUZ
74.	0047	BIANCA MUNSTER
75.	0100	JANAINA PAOLA RAMOS SEIDEL
76.	0243	ANA PAULA SCHELBAUER
77.	0292	ANA KRUCZKEVICZ

Cargo: 06. Professor Educação Infantil (não-habilitado)

sequencia	Insc.	candidato
78.	0405	CLAUDIA VERIDIANE MARTINELLI
79.	0106	MARISA PROCHERA RODRIGUES
80.	0145	DÉBORA STOEDEL FIDELIS FERREIRA
81.	0425	ALINE SIQUEIRA
82.	0274	MARIA HELENA KALATAY SCARDANZAN
83.	0267	DAIANE CRISTINA CARVALHO WILLE
84.	0476	DANIELI KUSTER DE CAMARGO
85.	0014	JOZIANE AP URBANEK CHABLESKI
86.	0457	ELISANGELA PEREIRA
87.	0217	JÉSSICA CAROLINE STEPHANE KACHEL
88.	0044	GLACI PLACIDO FARIAS
89.	0387	GISELDA FRANCO DOS SANTOS BASTOS
90.	0070	MIRIAN PEREIRA DE SOUZA
91.	0328	ANDREA MODEL
92.	0305	ANNIE GABRIELI SILVEIRA CAETANO
93.	0300	HEDERLY MIRIANE INGLES
94.	0172	ZENILDA MARTINS CORREA
95.	0308	JULIANA FERNANDA PATZSCH

Cargo: 03. Professor Séries Iniciais (habilitado)

sequencia	Insc.	candidato
1.	0298	TEOTONIO BERGER
2.	0458	ALEXANDRA DA SILVA COELHO
3.	0230	ROSA DA SILVEIRA
4.	0054	ANDRÉA KUCHLER GONÇALVES DE LIMA
5.	0436	GHISLENY APARECIDA MAIDL FRAGOSO
6.	0386	ELIERCE ALTMANN
7.	0053	MARLI SIOMARA MARINO DA SILVA
8.	0210	JOSIANE FURTADO FRARE
9.	0331	MARCELA LOURENÇO TABORDA
10.	0452	RAQUEL SCONIECZNI LANSKI
11.	0447	JAQUELINE APARECIDA DE LARA NEUBURGER
12.	0257	MARIA EMILIA FELIPE
13.	0211	RAFAELA COSTA FURTADO KUIAVSKI
14.	0320	MONICA KUCHLER VIEIRA
15.	0287	ALTINO RAUEN
16.	0422	CLAUDETE APARECIDA GONÇALVES RIBEIRO
17.	0154	RENATA MARIA HERBST
18.	0222	IVONE DUTRA PIVOVAR
19.	0231	ELAINE CRISTINA FETTER
20.	0288	ALINE KOHLER

21.	0315	SUZI MERY APARECIDA PETERS
22.	0187	LISLAINE DOS SANTOS RODRIGUES
23.	0048	FABIANE SCHNEIDER PEREIRA
24.	0362	SOELY TERESINHA DE MELO BATISTA

Cargo: 04. Professor Séries Iniciais (não-habilitado)

sequencia	Insc.	candidato
25.	0313	GECILDA HIRTHE
26.	0299	SAMIEL APARECIDA CZERMACH PSCHIEDT
27.	0388	JOSE VALCIR GRAFF
28.	0448	EMILIA TERESINHA GREIN
29.	0438	FRANCIELE PESCHEL
30.	0182	LUCIA TEREZINHA DE OLIVEIRA
31.	0132	GISELE SCRU
32.	0241	VANESSA CRISTINA SIGNORELLI
33.	0322	LILEANA APARECIDA GARCIA
34.	0464	CRISLAINE FRANCINE DENCK
35.	0373	SILVANA SCHELBAUER
36.	0009	MARILDA DOS SANTOS MELLO
37.	0263	JOZIANE BICHESKI SCHELBAUER
38.	0283	MARIA DE LURDIS CARDOSO BUBNIAK
39.	0004	VANESSA MARIA MORAES
40.	0372	VANI DO LIVRAMENTO SILVA
41.	0423	DAIANE STEBEL
42.	0439	JAQUELINE BORNANN FIGURA DA CRUZ WITT
43.	0073	ELIZANGILA SIGNORELLI TABORDA
44.	0266	JÉSSICA APARECIDA PORTELLA TECLAK
45.	0240	KELIN ELIANA MARCINIAC ALTMANN

Cargo: 21. Professor de Língua Portuguesa (habilitado)

sequencia	Insc.	candidato
1.	0119	CAROLINE DE LIMA DA CRUZ
2.	0443	SIMONE APARECIDA DE OLIVEIRA GONÇALVES
3.	0489	EVELIN GISLANE SCHROEDER DE LIMA
4.	0166	ZENAIDE GABRIEL ANCIUTTI
5.	0330	MARILDA PADILHA DOS SANTOS

Cargo: 22. Professor de Língua Portuguesa (não-habilitado)

sequencia	Insc.	candidato
6.	0151	MARLENE TEREZINHA SILVEIRA PONTES
7.	0091	HIRVINNG ALECSSEY KERETCH ULBIRICH
8.	0363	CAROLINE MORAES RANGER MONTEIRO
9.	0351	ANA CRISTINA DEBRUM DOS SANTOS
10.	0280	ANA PAULA MEDEIROS DA CUNHA
11.	0355	VERIDIANA CARLA MACHADO
12.	0021	ROXANY MARIÊ HAAS
13.	0083	MARIANA HABLE
14.	0202	ANDRESSA APARECIDA TRAFCA
15.	0411	ANGELITA WEGRZINOVSKI
16.	0124	JACQUELINE HELENA LILA

O Candidato Classificado que não se apresentar no Setor de Recursos Humanos e Qualidade, da Prefeitura Municipal de Mafra, sito à Praça Desembargador Flávio Tavares, Nº 12, no dia 17 de setembro de 2014, às 14h00min perderá o direito às VAGAS especificadas neste Termo de Convocação.

Mafra, 12 de setembro de 2014.
Roberto Agenor Scholze
Prefeito do Município de Mafra

Tadeu David Geronasso
Secretário Municipal de Administração

Maravilha

PREFEITURA

Extr. Inexig. 3.756/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Contrato Administrativo n. 043/2014

Contratado: Júlio Ramos Luz

Contraprestação: 5% pago pelo arrematante diretamente ao Leiloeiro Oficial

Vigência até: 31/12/2014

Processo n. 3.756/2014

Inexigibilidade n. 004/2014

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que celebrou Contrato Administrativo para contratação do Sr. Júlio Ramos Luz, Leiloeiro Oficial. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 06 de agosto de 2014.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita de Maravilha.

Massaranduba

PREFEITURA

Ata 29.2013 - Aditivo Quantitativo de Pneus

PRIMEIRO ADITIVO DE QUANTIDADE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 29/2013 - MULTIENTIDADE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 81/2013

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 37/2013

Aos 10 dias do mês de Setembro do ano de 2014, a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, CPF nº. 399.964.099-53, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 81/2013 - Pregão Presencial Nº. 37/2013 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para aquisição de diversos pneus, câmaras e protetores, novos, de primeira linha e em conformidade com as normas técnicas do INMETRO, e serviço de recapagem de pneus e outros, destinados a manutenção da frota veicular municipal.

DA ALTERAÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ALTERÇÃO QUANTITATIVA

1.1. Aquisição de diversos pneus, câmaras e protetores, novos, de primeira linha e em conformidade com as normas técnicas do INMETRO, e serviço de recapagem de pneus e outros, destinados a manutenção da frota veicular municipal.

1.2. Este aditivo deu-se em virtude da quantidade estima não ser o suficiente para suprir as necessidades estimadas no processo licitatório. Segue abaixo as especificações e quantitativos aditados.

Empresa Vencedora

Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid	Marca	Qtde Licitada	Qtde Aditivo	R\$ Unit.	R\$Total
11	RODA BRASIL COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA	PNEU NOVO, 1000 X 20 RADIAL , 16 LONAS, LISO/MISTO, PROFUNDIDADE DE SULCO MÍNIMO 12 MM, ESTRUTURA PNEU CAMINHÃO TRAÇADO, CERTIFICADOS PELO INMETRO	UNID	JK JETWAY	24	06	R\$ 1.025,00	R\$ 6.150,00
Total: R\$ 6.150,00								

1.3. O valor estimado para a aquisição é de R\$ 6.150,00 (seis mil, cento e cinquenta reais).

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1. Integram esta Ata, o Edital do Processo Licitatório Nº. 81/2013 - Pregão Presencial Nº. 37/2013, e as propostas das empresas classificadas no certame supranumerado, sendo as demais cláusulas inalteradas.

2.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

Massaranduba - SC	10	de	Setembro	de	2013
-------------------	----	----	----------	----	------

PREFEITURA DE MASSARANDUBA
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito

RODA BRASIL COM. PEÇ. VEICULOSLTDA
RAFAEL SCORTEGAGNA
Contratada

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 28/2014 - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 28/2014 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2014

REGISTRO DE PREÇO

I - PREAMBULO

1.1. O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, situado na Rua 11 de Novembro, 2998, Centro, por intermédio de seu PREGOEIRO, designado pela Portaria nº. 346, de 10 de Fevereiro de 2014, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores vigentes e pertinentes à matéria, e Decreto Municipal nº. 2.051, DE 11 DE OUTUBRO DE 2010, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇO, com adjudicação pelo menor preço - por item, sob a forma de fornecimento parcelado.

1.2. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 - Habilitação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

DATA DE ABERTURA:	26 de setembro de 2014
LOCAL:	Prefeitura de Massaranduba - SC. Setor de Licitações Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro - Massaranduba - SC
ENTREGA DOS ENVELOPES:	08:00h
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DO PROCESSO:	08:30h

II - DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para fornecimento de diversos materiais ambulatoriais e descartáveis destinados para atendimento de pacientes das Unidades de Saúde do Município de Massaranduba (SC), ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO II - Termo de Referência.

E para que ninguém alegue desconhecimento, é o presente Edital publicado em resumo no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, afixado no Mural de Avisos da Prefeitura Municipal de Massaranduba, e disponibilizado no site oficial: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba (SC), 11 de setembro de 2014.

MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal
SUZANE E. F. REINKE
Gestora dos Fundos Municipais

LICITAÇÃO 57.2014 CONCORRÊNCIA 4.2014 - ERRATA TAXI

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

ERRATA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 57/2014

CONCORRÊNCIA Nº. 4/2014

O Município de Massaranduba, torna público de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações, encontra-se aberta licitação acima especificada, do tipo de julgamento "Melhor Técnica - Por Item", OBJETIVANDO A CONCESSÃO REFERENTE A EXPLORAÇÃO DE 09 PONTOS DE SERVIÇOS DE TÁXI, LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ONDE SE LÊ:

10.5.1 - Ano de Fabricação do Veículo:

ITEM	ANO DE FABRICAÇÃO	PONTOS
A	ZERO KM	20
B	2012	18
C	2011	16
D	2010	14
E	2009	12
F	2008	10
G	2007	8
H	2006	6

10.5.1.1 - O ano de fabricação deverá ser comprovado mediante cópia autenticada do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo.

LEIA-SE:

4 - DA PROPOSTA COMERCIAL:

10.5.1 - Ano de Fabricação do Veículo:

ITEM	ANO DE FABRICAÇÃO	PONTOS
A	ZERO KM	20
B	2013	18
C	2012	16
D	2011	14
E	2010	12
F	2009	10
G	2008	8
H	2007	6

10.5.1.1 - O ano de fabricação deverá ser comprovado mediante cópia autenticada do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo, ou não havendo o certificado supracitado, será pontuado pela proposta apresentada.

Massaranduba, 10 de Setembro de 2014.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito

Meleiro

PREFEITURA

Portaria N.º 339/2014

PORTARIA n.º 339/2014

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, à servidora VERA LÚCIA RONZANI CORRÊA, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil Efetiva, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atestado médico, por um período de até 15 (quinze) dias.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 11/09/2014.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 12 de Setembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 340/2014

PORTARIA n.º 340/2014

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A pedido, a Senhorita FRANCIELE BENDO NAZÁRIO, ocupante do cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Pato Donald.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 12/09/2014.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Portarias nº 301/2014, nº 470/2013 e nº 116/2013.

Meleiro, 12 de Setembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 341/2014

PORTARIA n.º 341/2014

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, à servidora LORIZETE BECKER ARIGONI, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atestado médico, por um período de até 15 (quinze) dias.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 04/09/2014.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 12 de Setembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

Edital de Convocação Para Audiência Pública

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Modelo SC, Sr. Ricardo Luis Maldaner, juntamente com a Câmara de Vereadores, através de seu Presidente Sr. Nadir Nicolli, no uso de suas atribuições, com fulcro na Lei Municipal nº.1457/2001, e de conformidade com o Parágrafo Quarto, do Artigo 9º, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 - LRF,

FAZ SABER a quem interessar possa que fará realizar Audiência Pública, para Demonstrar e Avaliar o Cumprimento das Metas Fiscais referente ao 2º Quadrimestre de 2014, no seguinte local, data e horário:

Local - Plenário da Câmara Municipal de Modelo SC

Rua do Comercio - Centro - Modelo SC

Data - 29/09/2014

Horário -08h30min

Coordenação da audiência pública:

Representante do Poder Executivo: Janice Martini Muller

Representante do Poder Legislativo: Lenoir Lang

Desta forma, ficam convocados todos os que desejarem participar desta Audiência Pública.

Modelo, (SC), 10 de setembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

NADIR NICOLLI

PRESIDENTE CÂMARA DE VEREADORES

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Modelo SC, no uso de suas atribuições, com fulcro na Lei Municipal nº. 1457/2001 e de conformidade com o Parágrafo Único, do Artigo 48, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, faz saber a quem interessar possa especialmente aos cidadãos maiores de 16 (dezesseis) anos de idade, que fará realizar Audiência Pública para Apresentação e Discussão de revisão do PPA - Plano Plurianual de Investimentos, LDO - Lei Diretrizes Orçamentárias e LOA - Lei Orçamentária para o Exercício de 2015, no seguinte local, data e horário:

Local - Plenário da Câmara de Vereadores

Rua do Comercio - Modelo - SC

Data - 29/09/2014

Horário - 09h30min horas

Representante do Poder Executivo: Janice Martini Muller

Representante do Poder Legislativo: Lenoir Lang

Os cidadãos Modelenses ficam devidamente convidados para participar desta Audiência Pública, com notificação a sociedade civil organizada, para indicação dos delegados, conforme determina ao artigo 7º da Lei Municipal 1457/2001.

Modelo SC, 10 de setembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 141/2014

PORTARIA Nº 0141/2014 de 12.09.2014.

AUTORIZA CONCESSÃO DE FÉRIAS INDENIZADAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria, Considerando o vencimento do período aquisitivo constante nesta Portaria, Considerando a necessidade da continuidade do serviço público, Considerando a solicitação da Servidora,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a concessão de férias indenizadas à Servidora Janice Martini Muller, relativo ao período aquisitivo de 02.02.2012 a 01.02.2013 (10 dias), com pagamento na folha de setembro/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 12 de setembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra:

Francieli Pavalicini

Chefe de Setor

Navegantes

PREFEITURA

Portaria 2883 Processo Administrativo

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 2883 DE 12 DE SETEMBRO DE 2014
INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim - Atendente de Posto de Saúde -, Juliana da Costa Succo - Analista Consultora Administrativa - e Euclides Mendes - Professor - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO para apurar possível abandono de cargo pela servidora EMANOELLE RAMOS BARBOSA.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE SETEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de setembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2884 PROCESSO ADMINISTRATIVO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 2884 DE 12 DE SETEMBRO DE 2014
INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60,

combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim - Atendente de Posto de Saúde -, Juliana da Costa Succo - Analista Consultora Administrativa - e Euclides Mendes - Professor - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO para apurar possível abandono de cargo pelo servidor JOÃO BATISTA CRUZ.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE SETEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de setembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2885 PROCESSO ADMINISTRATIVO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 2885 DE 12 DE SETEMBRO DE 2014
INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim - Atendente de Posto de Saúde -, Juliana da Costa Succo - Analista Consultora Administrativa - e Euclides Mendes - Professor - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO para apurar possível abandono de cargo pelo servidor LUIZ GONZAGA FLORENÇO JÚNIOR.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE SETEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de setembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 21/2014 FMV

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2014 FMV

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ATENDIMENTO AO 25º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 25/09/2014 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 25/09/2014 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 12 de setembro de 2014.
Roberto Carlos de Souza
Prefeito.

RESPOSTA IMPUGNAÇÃO CC Nº 13/2014 FMV - STADTBUS.

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 013/2014
IMPUGNANTE: STADTBUS TRANSPORTES LTDA

A empresa impugnante apresentou na data de 09/09/2014 impugnação ao edital nº 013/2014, aduzindo em suma que o presente edital teoricamente impediria a empresa de participar em função dos índices contábeis adotados. A empresa em sua inicial questiona a exigência de novos índices de liquidez geral e corrente incluídos no edital nº 13/2014 e diferente do constante no edital nº 24/2013 cancelado que era endividamento geral. Acusa ainda a empresa que o Município exigiu novos índices porque somos sabedores que a empresa não atenderá. Em síntese, é o breve relato dos fatos, estando à íntegra da impugnação anexada aos autos do processo, com vistas franqueadas, conforme previsto no Edital, passando a Comissão, em conformidade com o art. 41 da Lei 8.666/93, apreciar e julgar nos termos a seguir aduzidos.

I - PRELIMINARMENTE:

a) requisitos de admissibilidade

Inicialmente, cabe apreciar o requisito de admissibilidade da referida impugnação, verificando se a mesma foi interposta dentro do prazo estabelecido para tal.

O impugnante protocolou a impugnação perante Comissão através de fac-símile recebido em 09/09/2014, em tempo hábil, portanto, merece ter seu mérito analisado, visto que respeitou o prazo estabelecido na norma sobre o assunto.

A resposta estará disponível publicamente no site da Prefeitura Municipal de Navegantes.

II - DO MÉRITO

Passando à análise do mérito, quanto ao ponto impugnado pelo interessado, conforme posicionamento da área demandante/técnica do objeto, da Secretaria de Gestão e Controle (Controladoria do Município) e da Comissão Especial de Licitações tem-se as seguintes considerações e entendimentos:

a) Dos Novos Índices:

Inicialmente repudiamos veementemente a acusação leviana da empresa de que o Município adotou novos índices especificamente para prejudicá-la, alegação esta totalmente infundada e que ofende os princípios éticos e norteadores de toda a equipe técnica e comissão de licitação.

Os novos índices foram corrigidos na presente concorrência inicialmente pela constatação que o índice antes adotado trazia uma distorção na avaliação da capacidade financeira das empresas que viessem a participar da Concessão do Transporte Público. Capacidade está primordial em virtude dos grandes investimentos iniciais necessários para a implantação do transporte coletivo em nosso Município.

Todos os editais publicados deste Município referentes a Concessão do Transporte Coletivo, sem exceção, passaram por melhorias com o único objetivo, que é escolher a melhor empresa com a tarifa mais módica à população. Os índices agora presentes na Concorrência Pública nº 013/2014, não são índices novos adotados pelo Município em outras concorrências, os mesmos índices estão presentes em mais de 95% (noventa e cinco por cento) de todas as licitações realizadas pelo Município de Navegantes.

Anexamos à resposta técnica, que passando a integrar a fundamentação, conforme Ofício S.G.C nº 156/2014 da Secretaria de Gestão e Controle.

III - DA CONCLUSÃO

Pelas razões de fato e de direito acima aduzidas, a Comissão Especial de Licitação recebe a presente e no mérito decide por negar provimento à Impugnação apresentada por Stadtbust Transportes Ltda, mantendo-se o Edital nos seus devidos termos.

Comissão Especial de Licitação Transporte Público.

Navegantes, 12 de setembro de 2014. JAN ULLRICH, Presidente, Douglas Lemos, Fernanda Hassmann Constâncio, José Carlos Santos de Oliveira, Roberto Miguel Celezinsk, Janice Freygang. Maria Benedita Corrêa - Membros.

Nestes termos, no uso das atribuições legais, considerando a decisão acima, exarada pela Comissão Especial, ante o recurso impetrado pela licitante, RATIFICO integralmente a decisão prolatada.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito do Município.

APROVAÇÃO/REPROVAÇÃO AMOSTRAS, PEDIDO DE CANCELAMENTO, DECISÃO RECURSOS PREGÃO 35/2014 FMS

ATA VERIFICAÇÃO DE AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2014 FMS | PEDIDOS DE CANCELAMENTOS | DECISÃO DE RECURSOS.

Aos 10 dias do mês de setembro de 2014 reuniram-se os responsáveis pela análise das amostras referente o pregão nº 35/2014 FMS.

Enfermeiros responsáveis da Secretaria da Saúde os srs; Giselle Rocha Braga, Charlene Deitos, Ana Lucia Moreira, Helena dos Santos Soares, Fabiano Comarella de Souza, Jeferson Belotto, os quais verificaram a aprovação/reprovação referente a licitante conforme segue:

DIMACI

itens aprovados:

128, 156, 19, 75 .

itens reprovados:

112 não especifica a lubrificação à base de silicone, 01 abaixador de língua trincado e áspero nas laterais, 1,4 cm de largura e 14 cm de comprimento diferente do edital, 18 algodão não absorve adequadamente, 159 foi apresentada uma amostra diferente da cotada.

STARMED

itens aprovados:

152,154,150,76,48,50,46,90,89,85,25,111,87,91,86,88,31,165,167,169.

Itens reprovados:

109 cotou o valor unitário e o edital pedia cx com 10, 26 falta de informações no produto do fabricante, 163 metragem não condiz com edital (menor), 41 falta pectina e gelatina, 144 silicone não é transparente, 72 não é hipoalérgica, 145 látex não é transparente.

PRODUVALE

itens aprovados:

51, 93, 83, 02, 126,35, 153, 173

Itens reprovados:

53 não especifica a madeira, reintranêa não estabelece boa relação anatômica, apresenta várias imperfeições nas extremidades, 54 e 55 foi apresentado uma amostra para os 2 itens juntos entretanto ambos foram reprovadas pois o parafuso não atende a coloração do edital e o comprimento é de 160mm, 42 não possui diluição de 1,2 nas instruções de uso orientada a não diluição, 116 o edital requer bloqueador e a amostra é de protetor, não é oil free, não especifica a durabilidade de tempo e proteção, 132 e 133 apresentada apenas uma amostra entretanto ambas não confere a numeração amostra nº6 edital requer nº 7e8, 23 quantidade de fios e camadas não atende.

BIOTEXTIL

Itens reprovados : 38 dimensão é de 24x24 não atende o edital baixa absorção. 39 baixa absorção dimensão não atende 30x14

COINTER

itens aprovados:

5,121

EFETIVE

itens aprovados: 84

Itens reprovados:

21 não atende a metragem de 4,5 mt esticada, baixa elasticidade, 172 não atende o volume solicitado.

ALTERMED

itens aprovados:135, 148, 10, 182, 185, 110, 128, 74, 117, 4, 125, 130, 92.

Itens reprovados:

17 não especifica o PH, 3 produto não pode ser aplicado no restabelecimento da integridade da pele.

CIRURGICA BELA VISTA

itens aprovados:

124, 166, 168, 170, 151, 152, 155, 157, 187, 183, 8, 9, 11, 32, 33, 34, 106, 80, 47, 49, 58, 59, 60, 37.

Itens reprovados:

141 e 142 ambos não atendem o edital 30cc, 20 e 22 ambas a elasticidade é inadequada e não atende a 4,5m estendida, 52 não tem aderência e não facilita rompimento, 82 não refere hipoalérgico, 162 tampa não é de borracha conforme edital, 57 foi apresentado embalagem sem a amostra, 36 papel não é rígido.

PLASMEDIC

itens aprovados :

12, 129

Itens reprovados:

69 baixa aderência, não embalado individualmente não apresentou registro no MS nem metragem no produto, 56 cor pigmentação não atende o edital, 160 a tira não é de aspiração, não é embalada individualmente.

OLIMED

itens aprovados:

101, 77, 186, 103, 105, 102, 100, 99, 71, 104, 188, 27, 178, 177, 44, 70, 122, 81, 78, 123, 181, 119.

Itens reprovados:

161 não atende caixa tipo dispenser box, 24 baixa resistência, 68 não tem balão, 115 não apresentou a amostra que havia cotado, 95 96 97 98 luvas não são hipoalérgico, 131 não foi apresentada amostra com a numeração 6 conforme especificação do edital, 67 amostra não possui balão, 61 e 62 apresentado uma amostra para

os dois produtos entretanto não tem embalagem com especificação do produto.

Após foram verificados os pedidos de desistências e trocas de marcas conforme segue:

DIMACI

Item 159 - solicitou troca da marca inicialmente cotada de INCO-TERM para BIOLAND não juntou provas apenas alegou que estava sem previsão de entrega pelo fornecedor - indeferido.

Itens 73 e 160 - solicitou o cancelamento pois ocorreu erro de interpretação no edital - deferido

STARMED

Item 45 - solicitou o cancelamento pois foram informados pelo fornecedor que o item cotado não atende as solicitações feitas em edital - deferido.

Após foram verificados os recursos conforme segue:

EFETIVE

Item 109 - informa que o edital solicita unidade de medida caixa com 10 unidades e a empresa starmed cotou valor unitário tornando inexequível - deferido realmente foi constatado que o valor cotado era unitário e não da caixa com 10 unidades.

Item 115 - o edital solicita que o preservativo seja confeccionado em borracha nitr[ilica e a marca ofertada pela olimed e starmed são confeccionadas em látex não sendo antialérgico - decisão recurso perdeu o objeto uma vez que a empresa olimed não apresentou a marca cotada já sendo anteriormente reprovada, quanto o recurso contra a empresa starmed não há possibilidade de deferir ou indeferir uma vez que a mesma não foi convocada para apresentar sua amostra, deve-se respeitar primeiro a apresentação da amostra a aprovação ou reprovação da mesma para só após verificar tal recurso quanto a segunda.

Item 160 - menciona que a marca cotada não efetua o teste através de sangue venoso, arterial e neonato apenas sangue capilar, também não é embalada individualmente- deferido os técnicos já haviam reprovado a amostra.

COINTER

Item 29 - menciona que a primeira colocada nos lances não atende com a marca cotada dentre as menções consta que o cateter não é fabricado com protetor de encaixe conforme NR32 - decisão o recurso perdeu o objeto uma vez que a empresa produvale não apresentou amostra.

Item 30 - menciona que a primeira colocada nos lances não atende com a marca cotada dentre as menções consta que o cateter não é fabricado com protetor de encaixe conforme NR32 - decisão o recurso perdeu o objeto uma vez que a empresa produvale não apresentou amostra.

Item 40 - menciona que a empresa LM farma cotou um item composto por alginato de cálcio (CMC) e prata, sendo que o edital solicita que o produto possua carboximetilcelulose sódica 1.2% prata, e o alginato de cálcio tem menor retenção microbiana - decisão o recurso perdeu o objeto uma vez que a empresa LM farma não apresentou amostra já sendo reprovada.

Item 41 - menciona que a empresa starmed não atende na integra o descritivo do edital, decisão recurso perdeu o objeto uma vez que a amostra referente este item já foi reprovado anteriormente pelos técnicos.

Item 44 - menciona que ao item cotado pela empresa olimed não possui suporte para dedos, indeferido conforme verificação dos técnicos o item cotado possui tal suporte.

Item 79 - menciona que o item cotado pela empresa LM farma não possui hidantoina, sordato de potássio e acido bórico conforme solicitação do edital, decisão o recurso perdeu o objeto uma vez que a empresa LM farma não apresentou amostra já sendo reprovada.

Item 115 - o edital solicita que o preservativo seja confeccionado em borracha nitr[ilica e a marca ofertada pela olimed é confeccionadas em látex - decisão recurso perdeu o objeto uma vez que a empresa olimed não apresentou a marca cotada já sendo anteriormente reprovada.

Item 160 - menciona que a empresa plasmedic ofertou a marca

glucoseader que realiza testes apenas com amostra de sangue capilar, não possui embalagem individual das tiras e a memória de teste corresponde a 180 divergindo do solicitado no edital- deferido, os técnicos já haviam reprovado a amostra.

A licitante COINTER faz alusão de que os segundos e terceiros colocados nos itens por ela recorrido também não atendem ao solicitado ao edital, entretanto conforme já mencionado so após o chamamento das licitantes , recebimento das amostras, aprovação ou reprovação por parte dos técnicos é que será possível a verificação dos recursos referente os segundos e terceiros colocados. Ficam desde já intimados do presente.

GISELE ROCHA BRAGA
CHARLENE DEITOS
ANA LUCIA MOREIRA
HELENA DOS SANTOS SOARES
FABIANO COMARELLA DE SOUZA
JEFERSON BELOTTO

CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS 2º COLOCADOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2014 FMS

CHAMAMENTO 2º COLOCADOS PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS PREGÃO 35/2014 FMS

O Pregoeiro e a equipe de apoio torna publica a convocação dos licitantes para apresentação das amostras conforme segue, uma vez que as primeiras não atenderam com a especificação do edital ou não apresentaram a amostra.

ITENS	LICITANTES 2º COLOCADOS CONVOCADOS P/APRESENTAR AMOSTRA NO PRAZO CONSTANTE NO EDITAL
01	STARMED
03	STARMED
06	COINTER
07	BELA VISTA
13	SEM SEGUNDO
14	SEM SEGUNDO
15	SEM SEGUNDO
16	SEM SEGUNDO
17	PKB PRODUTOS
18	EFETIVE
20	EFETIVE
21	BELA VISTA
22	EFETIVE
23	STARMED
24	EFETIVE
26	OLIMED
28	SEM SEGUNDO
29	OLIMED
30	OLIMED
36	EFETIVE
38	PRODUVALE

39	EFETIVE
40	OLIMED
41	LM FARMA
42	ALTERMED
43	ALTERMED
45	OLIMED
52	EFETIVE
53	STARMED
54	PLASMEDIC
55	PLASMEDIC
56	PRODUVALE
57	EFETIVE
61	EFETIVE
62	EFETIVE
63	NÃO
64	NÃO
65	NÃO
66	NÃO
67	ALTERMED
68	ALTERMED
69	BELA VISTA
72	EFETIVE
73	ALTERMED
79	COINTER
82	OLIMED
94	OLIMED
95	EFETIVE
96	EFETIVE
97	EFETIVE
98	EFETIVE
107	BELA VISTA
108	BELA VISTA
109	EFETIVE
112	PRODUVALE
113	SEM SEGUNDO
114	EFETIVE
115	STARMED
116	STARMED
118	STARMED
120	DIMACI
127	ALTERMED
131	PRODUVALE
132	OLIMED
133	OLIMED
134	BELA VISTA
136	OLIMED
137	STARMED
138	STARMED
139	STARMED
140	DIMACI
141	STARMED
142	STARMED
143	STARMED
144	PRODUVALE
145	PRODUVALE
146	STARMED
147	BELA VISTA
149	STARMED
158	SEM SEGUNDO

159	OLIMED
160	DIMACI
161	DIMACI
162	SEM SEGUNDO
163	SEM SEGUNDO
164	SEM SEGUNDO
171	SEM VENCEDOR
172	PRODUVALE
174	ALTERMED
175	STARMED
176	SEM SEGUNDO
179	OLIMED
180	OLIMED
184	OLIMED

As licitantes anunciadas deverão apresentar as amostras no prazo estabelecido no edital, no departamento de compras e licitações. Prazo contado a partir da publicação deste.

Navegantes 12 de setembro de 2014
Pregoeiro e equipe de apoio

Extrato Contratual Nº 228/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.
EXTRATO CONTRATUAL PMN Nº 228/2014.

Contrato Nº.: 228/2014.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Contratada....: SOLO SONDAAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA.

Valor Total: R\$ 54.672,00 (cinquenta e quatro mil seiscentos e setenta e dois reais).

Vigência : Início: 10/09/2014 Término: 10/09/2015.

Licitação : Pregão Presencial nº 149/2014.

Recursos : Dotação: 2.011 3.3.90.0.00.00.

Objeto : Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços de Sondagem de Solo, através de CPT (cone Penetration Test) para elaboração de Projetos de Edificação de Obras no Município de Navegantes/SC, através do Pregão Presencial nº 149/2014.

Navegantes, 10 de setembro de 2014.

Ata Registro de Preços Nº 175/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PMN 175/2014

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 175/2014, relativa ao Pregão Presencial nº 175/2014 - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (HORTIFRUTIGRANJEIROS) PARA COMPOSIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DESTINADA AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Fornecedor: JEAN CARLOS PEREIRA NUNES - ME

Valor Total: R\$ 204.900,00 (duzentos e quatro mil e novecentos reais).

Vigência: 12/09/2015.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 12 de setembro de 2014.

ATA REGISTRO DE PREÇOS FMS034/2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS 034/2014

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 34/2014, relativa ao Pregão Presencial nº 34/2014 - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, SAMU, BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS E PACIENTES ACAMADOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC.

Fornecedor: ITAOX TRANP. GASES IND. LTDA.

Valor Total: R\$ 86.000,00.

Vigência: 11/09/2015.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 11 de setembro de 2014.

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 160/2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PMN 160/2014

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 160/2014, relativa ao Pregão Presencial nº 160/2014 - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Fornecedor: SILVESTRE SOM LTDA - ME

Valor Total: R\$ 15.990,00 (quinze mil novecentos e noventa reais)

Vigência: 04/09/2015.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 167/2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PMN Nº 167/2014

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 167/2014, relativa ao Pregão Presencial nº 167/2014 - contendo os preços registrados pelas empresas abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (PNEUS, CAMARAS DE AR, PROTETORES, REMENDO, COLA E BICOS PARA PNEUS) PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Fornecedor: COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA.

Valor Total: R\$ 34.520,00 (trinta e quatro mil quinhentos e vinte reais).

Fornecedor: TURBO AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA.

Valor Total: R\$ 34.842,80 (trinta e quatro mil oitocentos e quarenta e dois reais e oitenta centavos).

Fornecedor: RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA.

Valor Total: R\$ 34.842,80 (trinta e quatro mil oitocentos e quarenta e dois reais e oitenta centavos)

Fornecedor: RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA.

Valor Total: R\$ 131.366,90 (cento e trinta e um mil trezentos e sessenta e seis reais e noventa centavos).

Fornecedor: JOACABA PNEUS LTDA

Valor Total: R\$ 6.939,00 (seis mil novecentos e trinta e nove reais)

Fornecedor: CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA.

Valor Total: R\$ 60.296,00 (sessenta mil duzentos e noventa e seis reais)

Fornecedor: PNEUFORTE COMERCIO E RECAPAGENS LTDA

Valor Total: R\$ 2.088,00 (dois mil e oitenta e oito reais)

Vigência: 04/09/2015.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 229/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

EXTRATO CONTRATUAL PMN Nº 229/2014.

Contrato Nº.: 229/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: PROSUL PROJETOS SUPERVISAO E PLANEJAMENTO LTDA.

CNPJ: 80.996.861/0001-00.

Valor Total: R\$ 460.070,00 (quatrocentos e sessenta mil setenta reais)

Vigência : Início: 10/09/2014 Término: 08/04/2015.

Licitação : Tomada d Preço nº 170/2014.

Recursos : Dotação: 2.115 3.3.90.0.00.00.

Objeto : Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de Implantação de Programa de Recadastramento dos Clientes do Sistema de Distribuição de Água Potável, através da Secretaria de Saneamento Básico do Município de Navegantes/SC, Tomada de Preço nº 170/2014. Conforme Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, o Município de Navegantes e o SEMASA.

Navegantes, 10 de setembro de 2014.

Nova Trento**PREFEITURA****Ata Registro de Preços Nº 031/2014**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2014

PROCESSO Nº 096/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 057/2014

Aos onze dias do mês de setembro de 2014, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Trento, situada na Praça del Comune, nº 126, Centro, em Nova Trento/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 11/09/2014, RESOLVE registrar os preços das empresas vencedoras do certame citado, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a aquisição parcelada de LÂMINAS, PARAFUSOS, PORCAS, UNHAS E DENTES para Motoniveladora, Pá Carregadeira e Retroescavadeira, da frota do Município de Nova Trento, para atender as necessidades da Secretaria de Obras, conforme especificações constantes do edital, tipo menor preço por lote.

As Licitantes registradas para os materiais cotados são:

TRATOR PECAS COM. PEÇAS P/ TRATORES LTDA (CNPJ 79.905.071/0001-93)

Item	Qtde	Unid.	Especificação	Valor Unitário	Valor Total
6	2	Unid.	Lâmina da concha, para utilização de PÁ CARREGADEIRA MICHIGAN 75 III.	1.300,3314	2.600,66
7	30	Unid.	Dentes para utilização em PÁ CARREGADEIRA MICHIGAN 75 III.	135,9889	4.079,67
8	60	Unid.	Parafusos 5/8X3.1/2" comprimento, com porca, para utilização em PÁ CARREGADEIRA MICHIGAN 75 III.	2,9779	178,67
14	40	Unid.	Lâmina 13 furos 3/4, curva, dureza mínima de 450 HB, para MOTONIVELADORA CASE (Apresentar Certificado de Dureza, emitido pelo Fabricante).	459,2602	18.370,41
15	10	Unid.	Unhas p/ escarificador, c/ parafuso e porca, para MOTONIVELADORA CASE.	62,4594	624,59
16	4	Unid.	Lâmina da concha dianteira com parafusos e porcas, para utilização em RETRO CASE 580L.	451,0000	1.804,00
17	4	Unid.	Lâmina da concha da lança traseira, para utilização em RETRO CASE 580L.	395,0000	1.580,00
18	30	Unid.	Dente Concha Traseira.	38,0000	1.140,00
19	30	Unid.	Unha Concha Dianteira.	17,0000	510,00
25	2	Unid.	Lâmina da concha dianteira, RETRO NEW HOLLAND LB110.	896,00	1.792,00
26	2	Unid.	Lâmina da concha traseira, RETRO NEW HOLLAND LB110.	336,0000	672,00

27	20	Unid.	Parafuso com porca, para Lâminas, RETRO NEW HOLLAND.	3,5000	70,00
28	30	Unid.	Dente Concha Traseira.	39,0000	1.170,00
29	30	Unid.	Unha Concha Dianteira.	24,0000	720,00
33	40	Unid.	Lâmina 13 furos 3/4, curva, dureza mínima de 450 HB, para MOTONIVELADORA CASE (Apresentar Certificado de Dureza, emitido pelo Fabricante).	452,1878	18.087,51
34	40	Unid.	Lâmina 13 furos 5/8, curva, dureza mínima de 450 HB, para MOTONIVELADORA CASE (Apresentar Certificado de Dureza, emitido pelo Fabricante).	452,1878	18.087,51
35	10	Unid.	Unhas p/ escarificador, c/ parafuso e porca, para MOTONIVELADORA CASE.	61,4975	614,98

Valor Total homologado ao Licitante: R\$ 72.102,00

JULIO SILVESTRI FILHO ME (CNPJ 15.608.150/0001-50)

Item	Qtidade	Unid.	Especificação	Valor Unitário	Valor Total
1	40	Unid.	Lâmina 13 furos 3/4, curva, dureza mínima de 450 HB, para MOTONIVELADORA 120K. (Apresentar Certificado de Dureza, emitido pelo Fabricante).	474,7965	18.991,86
2	500	Unid.	Parafuso 3/4, X 2.1/4" comprimento, com porca, para utilização em MOTONIVELADORA 120K.	3,6664	1.833,20
3	10	Unid.	Unhas p/ escarificador, c/ parafuso e porca, para MOTONIVELADORA 120K.	82,4936	824,94
9	2	Unid.	Lâmina da concha dianteira, RETRO CATERPILLAR 416E.	688,9849	1.377,97
10	2	Unid.	Lâmina da concha traseira, RETRO CATERPILLAR 416E.	337,6026	675,21
11	20	Unid.	Dentes para RETRO CATERPILLAR 416E.	34,4492	688,98
12	50	Unid.	Parafuso 5/8X2,5" c/porca.	2,7559	137,80
13	15	Unid.	Capa p/dentes, com parafuso e porca, para RETRO CATERPILLAR 416E.	20,6695	310,04
20	2	Unid.	Lâmina da concha dianteira c/parafuso e porca, RETRO MAXION 750.	725,2207	1.450,44
21	2	Unid.	Lâmina da concha traseira, RETRO MAXION 750.	322,3203	644,64
22	90	Unid.	Dente para concha dianteira e traseira.	39,4842	3.553,58
23	200	Unid.	Parafuso 5/8X2,5" comprimento, com porca, para os dentes.	3,2232	644,64
24	30	Unid.	Parafuso com porca, para Lâminas RETRO MAXION 750.	3,2232	96,70

Valor Total homologado ao Licitante: R\$ 31.230,00

BT COMERCIAL IMPORT E EXPORT LTDA-EPP
(CNPJ 14.275.578/0001-65)

Item	Qtidade	Unid.	Especificação	Valor Unitário	Valor Total
30	20	Unid.	Lâmina 13 furos 3/4, reta, dureza mínima de 450 HB, para MOTONIVELADORA 120B.(Apresentar Certificado de Dureza, emitido pelo Fabricante).	350,0000	7.000,00
31	20	Unid.	Lâmina 13 furos 5/8, reta, dureza mínima de 450 HB, para MOTONIVELADORA 120B (Apresentar Certificado de Dureza, emitido pelo Fabricante).	350,0000	7.000,00
32	600	Unid.	Parafuso 5/8 X2"comprimento, com porca, para utilização em MOTONIVELADORA 120B.	4,0000	2.400,00

Valor Total homologado ao Licitante: R\$ 16.400,00

G MAIOCHI E CIA LTDA (CNPJ 84.091.974/0001-18)

Item	Qtidade	Unid.	Especificação	Valor Unitário	Valor Total
4	20	Unid.	Lâmina 13 furos 3/4, reta, dureza mínima de 450 HB, para MOTONIVELADORA 120B.(Apresentar Certificado de Dureza, emitido pelo Fabricante).	411,7730	8.235,46
5	600	Unid.	Parafuso 5/8 X2"comprimento, com porca, para utilização em MOTONIVELADORA 120B.	2,5909	1.554,54

Valor Total homologado ao Licitante: R\$ 9.790,00

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. ENTREGA: Os produtos deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos.

Nova Trento/SC, 11 de setembro de 2014.
APRIGIO JOSÉ BOTAMELI
Pregoeiro

Ouro Verde

PREFEITURA

Ofício 0038/2014

OFÍCIO Nº. 038/2014

Ouro Verde, 12 de Setembro de 2014

Conforme Edital de Chamada Pública Nº 002/2014, divulga-se Ordem de Classificação dos Candidatos para os cargos de Assistente Social e Psicólogo.

Nº Inscrição: 001

CARGO	NOME	CRITÉRIOS PARA ATRIBUIÇÃO DE PONTOS	PONTUAÇÃO
		I. Tempo de Serviço (Máximo 40 Pontos):	11
		II. Formação/Escolaridade (Máximo 40 Pontos):	
		a) Graduação:	05
		b) Pós-graduação:	
		c) Mestrado ou Doutorado:	
		III. Cursos:	
		a) Área criança e adolescente, carga horária mínima de 120 horas;	
		b) Área social ou afim, carga horária mínima de 120 horas;	
		c) Área criança e adolescente, carga horária superior a 80 horas;	
		d) Área social ou afim, carga horária superior a 80 horas;	
		e) Área criança e adolescente, carga horária superior a 70 horas;	
		f) Área social ou afim, carga horária superior a 70 horas;	06
		g) Área criança e adolescente, carga horária inferior a 50 horas;	05
		h) Área social ou afim, carga horária inferior a 50 horas;	04
Psicóloga	Regina Derossi	i) Participação em congressos, seminários e conferências na área da criança e do adolescente.	02
		Total:	33

Nº Inscrição: 002

CARGO	NOME	CRITÉRIOS PARA ATRIBUIÇÃO DE PONTOS	PONTUAÇÃO
		I. Tempo de Serviço (Máximo 40 Pontos):	40
		II. Formação/Escolaridade (Máximo 40 Pontos):	
		a) Graduação:	05
		b) Pós-graduação:	15
		c) Mestrado ou Doutorado:	
		III. Cursos: (Máximo 20 Pontos):	
		a) Certificado de Curso de Especialização na área da criança e do adolescente, carga horária mínima de 120 horas;	
		b) Certificado de Curso de Especialização na área Social ou afim, carga horária mínima de 120 horas;	
		c) Certificado de Curso na área criança e adolescente, carga horária superior a 80 horas;	
		d) Certificado de Curso na área social ou afim, carga horária superior a 80 horas;	
		e) Certificado de Curso na área criança e adolescente, carga horária superior a 70 horas;	
		f) Certificado de Curso na área social ou afim, carga horária superior a 70 horas;	
		g) Certificado de Curso na Área criança e adolescente, carga horária inferior a 50 horas;	
		h) Certificado de Curso na área social ou afim, carga horária inferior a 50 horas;	20
		i) Participação em congressos, seminários e conferências na área da criança e do adolescente.	
Assistente Social	Meridiana Maria Lunardi	1ª Classificada:	80

Nº Inscrição: 001

CARGO	NOME	CRITÉRIOS PARA ATRIBUIÇÃO DE PONTOS	PONTUAÇÃO
		I. Tempo de Serviço (Máximo 40 Pontos):	40
		II. Formação/Escolaridade (Máximo 40 Pontos):	
		a) Graduação:	05
		b) Pós-graduação:	15
		c) Mestrado ou Doutorado:	
		III. Cursos: (Máximo 20 Pontos):	
		a) Certificado de Curso de Especialização na área da criança e do adolescente, carga horária mínima de 120 horas;	
		b) Certificado de Curso de Especialização na área Social ou afim, carga horária mínima de 120 horas;	
		c) Certificado de Curso na área criança e adolescente, carga horária superior a 80 horas;	
		d) Certificado de Curso na área social ou afim, carga horária superior a 80 horas;	
		e) Certificado de Curso na área criança e adolescente, carga horária superior a 70 horas;	
		f) Certificado de Curso na área social ou afim, carga horária superior a 70 horas;	
		g) Certificado de Curso na Área criança e adolescente, carga horária inferior a 50 horas;	05
		h) Certificado de Curso na área social ou afim, carga horária inferior a 50 horas;	04
		i) Participação em congressos, seminários e conferências na área da criança e do adolescente.	02
Assistente Social	Joselha Cristina Dal Bello	2ª Classificada:	71

Rosane Mineto Selig
Prefeita Municipal

Paial

PREFEITURA

Pregão 007/2014 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAIAL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 007/2014

Objeto: aquisição de cortinas, destinados a Unidade Básica de Saúde, conforme especificações constantes no Anexo "E" deste Edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 13:45hs do dia 26/09/2014

Abertura: 26/09/2014 as 14:00hs

Demais informações, estarão disponíveis na página do município www.paial.sc.gov.br e poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045, pelo e-mail compras@paial.sc.gov.br

Município de Paial - SC em 12 de setembro de 2014.

Elisete Esposito Wortmann

Secretária de Saúde

Pregão 025/2014 PM

PREFEITURA MUNICIPAL PAIAL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 025/2014

Objeto: Registro de preços para possível aquisição de tubos de concreto, conforme relação de itens constantes no Anexo "E" deste Edital.

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das propostas: até as 08:45hs do dia 26/09/2014

Abertura: 26/09/2014 as 09:00hs

Informações complementares estarão disponíveis na página do município www.paial.sc.gov.br e poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045, pelo e-mail compras@paial.sc.gov.br

Município de Paial - SC em 12 de setembro de 2014.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

Dispensa de Licitação 008/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL
RESUMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dados do Processo Licitatório: Processo de 47/2014 - Dispensa de Licitação 08/2014

Objeto: Contratação de serviço de fiscalização de cobertura metálica de uma quadra escolar poliesportiva coberta com vestiários no Município de Paial em conformidade com o art. 24, I da Lei 8.666/93.

Contrato nº 65/2014

Contratado: CELLA PRODUTOS EM INOX LTDA - EPP

CNPJ: 11.888.721/0001-04

Data do Contrato: 12/09/2014

Valor do Contrato: R\$3.700,00

Informações complementares: Dispensa de Licitação Lei 8.666 Artigo 24 - Inciso I

Município de Paial - SC em 12 de setembro de 2014

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

Palhoça

PREFEITURA

Portaria Nº. 2485/2014.

PORTARIA Nº. 2485/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para VALDETE MARIA PINHO, matrícula nº. 801045-1, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 20/03/2009 a 20/03/2014, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 04/08/2014 à 04/09/2014.

Palhoça, SC, em 14 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2486/2014.

PORTARIA Nº. 2486/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARGARETE MEYER BONETTI, matrícula nº. 800311-2 titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 14/12/2001 a 14/09/2006, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 04/08/2014 à 04/10/2014.

Palhoça, SC, em 14 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2487/2014.

PORTARIA Nº. 2487/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SANDRA REGINA FOLSTER, matrícula nº. 800507-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 29/06/2001 a 29/06/2006, por 03 (três) meses e referente ao quinquênio de 29/06/2006 a 29/06/2011, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 18/08/2014 à 18/12/2014.

Palhoça, SC, em 14 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2488/2014.

PORTARIA Nº. 2488/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para REGINA DE OLIVEIRA MELO, matrícula nº. 122916-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 12/07/2009 a 12/07/2014, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 04/08/2014 à 04/11/2014.

Palhoça, SC, em 14 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2489/2014.

PORTARIA Nº. 2489/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

AUTORIZAR os servidores abaixo relacionados, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta

Prefeitura.

MATRICULA	SERVIDOR	CNH
100439-1	Antonio Nunes da Silva	220722040
100684-3	Luciamar Bittencourt Espíndola	865316311
100657-4	Tamara de Souza Candido	905755080

Palhoça, SC, em 14 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2490/2014.

PORTARIA Nº. 2490/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 1773 de 02 de maio de 2014, que Concedeu Agregação para Cursos Regulares a servidora ALEXANDRA DA SILVA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente a data que deveria ser 31 de janeiro de 2013, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 14 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2491/2014.

PORTARIA Nº. 2491/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para os servidores abaixo relacionados de acordo com o Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
802285-5	Alexandre Marcio de Souza	Graduação	30%	31/03/2014
801005-2	Maria Eni Valente da Silva	Graduação	30%	27/06/2014
300231-1	Maria Teresa Cardoso	Graduação	30%	27/06/2014

Palhoça, SC, em 14 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Portaria Nº. 2492/2014.

PORTARIA Nº. 2492/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 1406 de 16 de abril de 2012, que Averbou Tempo de Serviço da servidora LUCIA SILVA DEBIASI, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 06 (seis) anos, 08 (oito) meses e 11 (onze) dias, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 14 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2493/2014.

PORTARIA Nº. 2493/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, LUCIANA FRANCISCO, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/07/2014.

Palhoça, SC, em 14 de julho de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Portaria Nº. 2494/2014.

PORTARIA Nº. 2494/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1970 de 11 de junho de 2013, que Contratou por Tempo Determinado o servidor NEOMAR NARCISO BORGES CESAR JUNIOR, titular do cargo de Psicólogo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 20/06/2014 a 20/06/2015.

Palhoça, SC, em 14 de julho de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2495/2014.

PORTARIA Nº. 2495/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2098 de 20 de julho de 2012, que Contratou por Tempo Determinado a servidora CAROLINA SOARES, titular do cargo de Psicólogo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, até 30/09/2014.

Palhoça, SC, em 14 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2496/2014.

PORTARIA Nº. 2496/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2094 de 20 de julho de 2012, que Contratou por Tempo Determinado à servidora PAMELA CRISTINA DEUCHER, titular do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, até 30/09/2014.

Palhoça, SC, em 14 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2497/2014.

PORTARIA Nº. 2497/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2096 de 20 de julho de 2012, que Contratou por Tempo Determinado à servidora TATIANA FARIAS, titular do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, até 30/09/2014.

Palhoça, SC, em 14 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2498/2014.

PORTARIA Nº. 2498/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2126 de 20 de julho de 2012, que Contratou por Tempo Determinado à servidora JAME MAFIOLETTI DE OLIVEIRA, titular do cargo de Monitor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 25/07/2013 a 30/09/2014.

Palhoça, SC, em 14 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ERRATA 001 - PREGÃO 174/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
ERRATA Nº 001
PREGÃO PRESENCIAL Nº 174/2014

O Município de Palhoça torna público que houve alteração no Edital Convocatório do Pregão Presencial nº 174/2014 no tocante à qualificação econômico-financeira das licitantes. Em razão da alteração não afetar a formulação das propostas, de acordo com o §4º do Art.21 da Lei 8.666/93, a data de abertura da licitação não sofreu alteração. O edital, que está embasado na lei de licitações, e as respectivas alterações encontram-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito na Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC., na Sala da Comissão Permanente de Licitação, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 12 de setembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal.

RESUMO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS PARA O EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 247/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESUMO DE JULGAMENTO
PROCESSO LICITATÓRIO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº247/2013

O Município de Palhoça torna público, para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento para o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 247/2013, na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA, que tem como objeto a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de operação e manutenção dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Palhoça/SC, contemplando, simultaneamente, a transferência de experiência e de tecnologia ao corpo técnico da SAMAE, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material, conforme especificado no Edital e seus anexos.

CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA:

RIOVIVO AMBIENTAL LTDA venceu o item totalizando a importância de R\$ 9.316.971,35 (nove milhões, trezentos e dezesseis mil, novecentos e setenta e um reais e trinta e cinco centavos).

Palhoça, 12 de setembro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito

RESUMO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS PARA O EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 147/2014

ATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS APRESENTADAS PARA O EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 147/2014.

Aos doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze, na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, na sala de reuniões, a partir das 14h00min, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, designada pela portaria nº1419/2014, anexa a este processo. Sob a presidência o Senhor Júlio César da Cruz, convocando o funcionário Eduardo Henrique Machado Sato para secretariar os trabalhos, para tratar do julgamento e classificação das propostas para TOMADA DE PREÇOS Nº 147/2014, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para execução do muro de delimitação do terreno e pavimentação do pátio da Creche do Proinfância no bairro Vila Nova neste município, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material de acordo com as especificações contidas nos anexos, partes integrantes deste ato convocatório. Presentes a sessão os membros da Comissão Permanente de Licitações e, devidamente credenciados, a representante da empresa PONTOMAR ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP, Mérian Regina Silva Roeper CPF Nº 062.453.889-37. Empresas habilitadas: 1 - LUIZ FABIANO SILVEIRA ME, 2 - TNH PRESTADORA DE SERVIÇOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL, 3 - PONTOMAR ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP, 4 - VINICIUS GOEDERT ME, 5 - DARTORA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA EPP, 6 - MAWICON CONSTRUTORA LTDA e 7 - DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA. Em seguida, foram abertos os envelopes nº2 - Proposta de Preços - que estavam devidamente lacrados e rubricados em seu feixe. Dando prosseguimento, o Presidente da Comissão suspendeu a sessão para análise das Propostas. Considerando as cotações de cada licitante e o critério de julgamento adotado para o presente, chegou-se ao seguinte resultado classificatório:

EMPRESA	PROPOSTA (R\$)	CLASSIFICAÇÃO
PONTOMAR ENG. E CONSTR. LTDA EPP	118.281,50	1º
VINICIUS GOEDERT ME	119.337,50	2º
LUIZ FABIANO SILVEIRA ME	126.483,00	3º

MAWICON CONSTRUTORA LTDA	127.690,50	4º
DARTORA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA EPP	132.725,26	5º
TNH PRESTADORA DE SERVIÇOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL	134.724,00	6º
DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA	147.719,10	7º

Concluídos os trabalhos, a Comissão permanente de Licitações declarou VENCEDORA do certame a empresa PONTOMAR ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP. Determinou ainda a publicação da Ata no mural da Prefeitura Municipal, no Site da Prefeitura, no Diário Oficial dos Municípios e o envio através de ofício às licitantes habilitadas da classificação correspondente, para efeitos de intimação e ciência dos interessados, abrindo assim o prazo para interposição de recurso na fase de propostas. Não havendo interposição de recurso, o Presidente determinará o envio do processo à autoridade superior para despacho. Nada mais a tratar, a sessão foi encerrada, na qual se lavrou a presente ata, que lida e aprovada vai assinada pelos membros da comissão abaixo assinados.

Palhoça, 12 de setembro de 2014.
JÚLIO CÉSAR DA CRUZ JANE DAS DORES DA SILVA
Presidente da Comissão Membro da Comissão

EDUARDO HENRIQUE M. SATO
Membro da Comissão

MÉRIAN REGINA SILVA ROEPER
Pontomar E. e Construções

DECRETO Nº 1.706, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 1.706, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.

ORÇAMENTO. Suplementa e anula dotação orçamentária do orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Palhoça.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 3.933, de 26 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar no valor de R\$ 430.463,19 (quatrocentos e trinta mil, quatrocentos e sessenta três reais e dezenove centavos), na dotação orçamentária abaixo:

14 - SECRET.INFRAEST.TRANSITO,DEF CIVIL,ENERG.
14.01 - SECRET.INFRA EST.TRANSITO,DEF.CIVIL ENERG.
1023 - Pavimentação e Drenagem de Ruas R\$ 430.463,10
184 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 430.463,10

Art. 2º A suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta das anulações de dotações orçamentárias abaixo.

14 - SECRET.INFRAEST.TRANSITO,DEF CIVIL,ENERG.
14.01 - SECRET.INFRA EST.TRANSITO,DEF.CIVIL ENERG.
1.143 - Drenagem e Pavimentação de Ruas PACS II R\$ 430.463,10
194 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 430.463,10

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 12 de setembro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Papanduva

PREFEITURA

Ata de Registro de Preços Nº 069/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 069/2014

Aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de dois mil e quatorze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 084/2014 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 19/08/2014, RESOLVE registrar os preços da empresa CIRURGICA SANTA CRUZ COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 94.516.671/0002-34, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando o fornecimento de medicamentos da farmácia básica, para manutenção dos serviços de saúde do município, conforme itens descritos na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 - No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 55.195,00 (cinquenta e cinco mil, cento e noventa e cinco reais), relativos aos itens 100, 104, 123, 126, 127, 142, 147, 148, 150, 155, 185, 202, 221, 226, 281, 322, 361, 435, 436 e 452, objeto do Pregão Presencial Registro de Preços 084/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).;

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 084/2014 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 - Os materiais deverão ser entregues parceladamente mediante autorização de fornecimento ou requisição de compras ou pré empenho no prazo máximo de 05 (cinco) dias, conforme necessidade e procederá a solicitação do objeto nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação na Rua Jacob Schadeck nº 1207, Centro, Papanduva/SC, sede do Fundo Municipal de Saúde (SUS);

4.2 - O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ao) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

5.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;

5.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

5.3 - Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 084/2014 e seus anexos;

5.4 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a Registrada Vencedora deverá providenciar a correção em até 05 dias, sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 - Comunicar a registrada vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 - Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a registrada vencedora fornecer fora das especificações do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 - A Registrada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência da execução do objeto após a adjudicação da licitação;
- b) Não for entregue o material no prazo estabelecido neste Instrumento;
- c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

7.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

8.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

8.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

8.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;

8.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 - A contratada registrada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 - Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 19 de agosto de 2014.

_____ - Silvana Frederico Trindade -
Pregoeira

_____ - Eliton Luis de Souza Prestes -
Equipe de Apoio

_____ - Márcio Wisniewski - Equipe de
Apoio

_____ - Otávio Hunka - Equipe de Apoio

_____ - Cirúrgica Santa Cruz Comércio
de Produtos Hospitalares Ltda

Odair José Leandro Dias
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Segundo Termo Aditivo ao Contrato Nº 095/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Segundo Termo Aditivo ao contrato nº 095/2013, de 02/08/2013. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o reajuste financeiro do contrato 95/2013 objeto do Processo Licitatório na modalidade Tomada de Preços nº 072/2013; Considerando que as Leis Federais 8.666/93 e 10.192/2001 preveem este tipo de recomposição de preços; Considerando a necessidade da continuidade destes serviços; Considerando o princípio da economicidade; Considerando que pelo IGPM apura-se um índice de 5,3264800% para o período entre a data de contratação dos serviços até o presente, fica reajustado o valor por tonelada de R\$ 118,00 para R\$ 124,29 por tonelada. Contratado: SERRANA ENGENHARIA LTDA.

Papanduva, 19 de agosto de 2014
Dario Schicovski
Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇOS Nº 109/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

TOMADA DE PREÇOS Nº 109/2014. Objeto: Contratação de serviços de rastreamento da frota de veículos terrestres e equipamentos motorizados em uso pelo Governo Municipal. Tipo: Menor preço unitário; Entrega dos envelopes: Até o dia 30/09/2014 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: dia 30/09/2014 - 08:45hs. Base legal: Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 14:00 horas na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 12 de setembro de 2014

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 076/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 076/2014

Aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de dois mil e quatorze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 084/2014 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 19/08/2014, RESOLVE registrar os preços da empresa PONTAMED FARMACEUTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 02.816.696/0001-54, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando o fornecimento de medicamentos da farmácia básica, para manutenção dos serviços de saúde do município, conforme itens descritos na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 - No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 28.958,20 (vinte e oito mil, novecentos e cinquenta e oito reais e vinte centavos), relativos aos itens 03, 10, 23, 89, 94, 122, 133, 158, 163, 170, 186, 198, 206, 237, 244, 264, 268, 275, 288, 331, 350, 366, 394, 408 e 411, objeto do Pregão Presencial Registro de Preços 084/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não

ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).;

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 084/2014 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 - Os materiais deverão ser entregues parceladamente mediante autorização de fornecimento ou requisição de compras ou pré empenho no prazo máximo de 05 (cinco) dias, conforme necessidade e procederá a solicitação do objeto nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação na Rua Jacob Schadeck nº 1207, Centro, Papanduva/SC, sede do Fundo Municipal de Saúde (SUS);

4.2 - O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ao) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

5.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;

5.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

5.3 - Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 084/2014 e seus anexos;

5.4 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a Registrada Vencedora deverá providenciar a correção em até 05 dias, sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 - Comunicar a registrada vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 - Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a registrada vencedora fornecer fora das especificações do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 - A Registrada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência da execução do objeto após a adjudicação da licitação;
- b) Não for entregue o material no prazo estabelecido neste Instrumento;
- c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias

ou contratuais.

7.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

8.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

8.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

8.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;

8.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 - A contratada registrada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 - Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 19 de agosto de 2014.

_____ - Silvana Frederico Trindade -
Pregoeira

_____ - Eliton Luis de Souza Prestes -
Equipe de Apoio

_____ - Márcio Wisniewski - Equipe de
Apoio

_____ - Otávio Hunka - Equipe de Apoio
_____ - Pontamed Farmacêutica Ltda

Odair José Leandro Dias
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 002/2014**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2014**

DARIO SCHICOVSKI, Prefeito Municipal de Papanduva, no uso de suas atribuições, torna público que estarão abertas nos dias 11 e 12 de setembro de 2014, na Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Recursos Humanos, as inscrições do Processo Seletivo Simplificado, para seleção e contratação de pessoal em caráter temporário, para preenchimento de vaga para os Cargos de Enfermeiro e Agente Comunitário da Saúde, para atuação junto à Secretaria Municipal da Saúde, o qual reger-se-á, pelas normas em vigor e de acordo com as instruções deste Edital, em conformidade com: Lei 1803/2007, Lei 1799/2007 e Lei Complementar 08/2003.

I - DOS CARGOS E DAS VAGAS:

1.1 - O Processo Seletivo Simplificado destina-se à contratação de pessoal em caráter temporário, na quantidade prevista neste Edital, para atender as necessidades da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, por tempo determinado, conforme condições abaixo:

CARGO	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO	VAGAS	ESCOLARIDADE E EXIGÊNCIAS
ENFERMEIRO	40 HORAS SEMANAIS	R\$ 4.850,94	01	-DIPLOMA DE ENSINO SUPERIOR NA ÁREA DE ENFERMAGEM E REGISTRO NO RESPECTIVO CONSELHO COREN).
AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE (micro-área nº 05)	40 HORAS SEMANAIS	R\$ 812,80	01	-ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO -COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA NA MICROÁREA DE PROVIMENTO DA VAGA (MICROÁREA Nº 05 - ESF II conforme Anexo III)
AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE (micro-área nº 38)	40 HORAS SEMANAIS	R\$ 812,80	01	-ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO -COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA NA MICROÁREA DE PROVIMENTO DA VAGA (MICROÁREA Nº 38 - ESF SÃO CRISTÓVÃO (conforme Anexo III)

II - DOS REQUISITOS:

- 2.1 - Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- 2.2 - Ter 18 (dezoito) anos completos na data da contratação;
- 2.3 - Estar em pleno gozo de seus direitos civis e políticos;
- 2.4 - Estar quite com obrigações civis, militares e eleitorais;
- 2.5 - Ter aptidão física e mental;
- 2.6 - Apresentar cópia autenticada do Diploma Registrado;
- 2.7 - Carteira de Identidade Profissional do Conselho Regional da Classe
- 2.7.1 - Certidão de comprovação de regularidade junto ao Conselho de Classe.

III - DAS INSCRIÇÕES:

- 3.1 - As inscrições estarão abertas nos dias 11 e 12 de setembro de 2014, das 08h00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas, na Prefeitura Municipal de Papanduva, Rua Sérgio Glevinski, 134 CEP 89370-000 - Papanduva / SC - (047) 3653 2166 - Departamento de Recursos Humanos.
- 3.2 - As inscrições serão realizadas pessoalmente ou por procuração específica.
- 3.2.1 - Não serão recebidas inscrições por via postal, fax, internet ou similares, nem fora do local ou período relacionado para o

recebimento das inscrições.

3.3 - Para efetuar sua inscrição o candidato deverá:

- 3.3.1 - Preencher a ficha de inscrição, disponível no local das inscrições, conforme Anexo I.
- 3.3.2 - Apresentar fotocópia autenticada do comprovante de residência da microárea (para os candidatos ao cargo de Agente Comunitário de Saúde), a partir da data de publicação deste Edital.
- 3.3.3 - Apresentar os documentos relacionados abaixo:
 - Cédula de Identidade (RG) e CPF.

IV - DA AVALIAÇÃO:**4.0 - PARA OS CARGOS CORRESPONDENTES:**

- 4.1 - O Processo Seletivo consistirá na avaliação de tempo de serviço e dos títulos apresentados, especificamente referentes à área que estiverem concorrendo;
- 4.2 - A classificação final dos candidatos será feita em ordem decrescente de pontos;
- 4.3 - Para efeitos de classificação do cargo Enfermeiro, será atribuída a seguinte pontuação:
 - 4.3.1. - Especialização com carga horária mínima de 360 horas; - 01 (um) ponto
 - 4.3.2 - Especialização específica em Estratégia de Saúde da Família com carga horária mínima de 360 horas - 02 (dois) pontos.
 - 4.3.3 - Capacitação/aperfeiçoamento na área de atuação - 0,5 por cursos com no mínimo 80 horas de duração, realizadas no período de agosto de 2012 a agosto de 2014, totalizando no máximo 03(três) pontos.
 - 4.3.4 - Tempo de Serviço em setor público, na Estratégia de Saúde da Família - 0,5 por ano trabalhado, totalizando máximo de 04(quatro) pontos.
- 4.5 - Para efeitos de classificação do cargo Agente Comunitário da Saúde, será atribuída a seguinte pontuação:
 - 4.5.1 - Ensino médio concluído - 02(dois) pontos
 - 4.5.2 - Curso Superior Completo - 02(dois) pontos
 - 4.5.3 - Experiência na área da saúde pública - 0,5 por ano trabalhado, totalizando máximo de 02(dois) pontos.
 - 4.5.4 - Experiência anterior na área da saúde como Agente Comunitário da Saúde - 0,5 por ano trabalhado, totalizando máximo de 04(quatro) pontos.

V - DA CLASSIFICAÇÃO:

- 5.1 - Os candidatos habilitados serão classificados em ordem decrescente da nota para as cargos em seleção.
- 5.2 - A classificação será publicada no site www.papanduva.sc.gov.br e no mural da Prefeitura Municipal de Papanduva, a partir das 13:30h do dia 15 de setembro de 2014.
- 5.3 - Em caso de igualdade de classificação terá preferência sucessivamente para a contratação o candidato que, até o término do prazo para inscrição, comprovar ter:
 - 5.3.1 - Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição neste Concurso, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações - Estatuto do Idoso;

5.3.2 - Tempo de Serviço em setor público;

5.3.3 - Maior idade.

5.4 - A partir da publicação da classificação, o candidato terá 01 (um) dia útil para entrar com recurso junto ao Departamento de Recursos Humanos na Prefeitura Municipal de Papanduva, dirigido à Comissão Coordenadora do Teste Seletivo, designada pela Portaria nº 6830, de 04.08.2014.

5.4.1 - Serão desconsiderados pela Comissão Coordenadora do Teste Seletivo questionamentos não protocolados, protocolados fora do prazo e aqueles que não estiverem devidamente justificados e fundamentados.

5.5 - Uma vez julgados os recursos apresentados, será emitida classificação oficial definitiva no dia 24 de setembro de 2014 ao qual não caberão recursos administrativos adicionais.

VI - DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO:

- 6.1. Ser brasileiro nato;
- 6.2. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

6.3. Ter aptidão física e mental, demonstrada por atestado médico de saúde;

6.4. Apresentar os seguintes documentos, com cópia legível, acompanhada de original, quando for o caso:

- a) Certidão de Casamento ou Nascimento;
- b) Carteira de Identidade;
- c) Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- d) Título de Eleitor;
- e) Certidão relativa à quitação eleitoral;
- f) Certidão relativa ao gozo dos direitos políticos;
- g) Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
- h) Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- i) Certidão de Nascimento dos filhos;
- j) Carteira de Trabalho - da parte de identificação (frente e verso) e de todos os registros dos contratos;
- k) PIS/PASEP (frente e verso);

l) Declaração de que não estará acumulando cargos públicos, na forma disposta nos incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e de que não recebe proventos de aposentadoria oriundos de cargo, emprego ou exercício de função pública ou de regime próprio, nos termos do § 10 do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

m) Em caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, na forma disposta nas alíneas "a", "b" e "c" do inciso XVI do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, informar o cargo, órgão ao qual pertence e carga horária;

n) Número da conta-corrente;

o) Comprovante de endereço e telefone, atualizados;

p) 1 (uma) fotografia 3x4, recente;

q) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, processo disciplinar/penalidades disciplinares.

6.5 - Não serão aceitos protocolos dos documentos exigidos.

6.6 - O candidato após a convocação deverá apresentar-se na Prefeitura Municipal, setor de recursos Humanos, para entregar a documentação necessária a sua contratação, no prazo de 02(dois) dias úteis.

VII - DAS VAGAS DESTINADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:

7.1. O candidato que se declarar deficiente físico concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos, em face da disponibilização do percentual de vagas para cada cargo ser inferior a 0,5(cinco décimos).

VIII - DISPOSIÇÕES GERAIS:

8.1 As contratações decorrentes do presente Processo Seletivo Simplificado terão validade de até 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado uma vez por igual período.

8.2 - Os contratos serão por prazo determinado, Regime Jurídico Estatutário e vinculados ao Regime Geral da Previdência Social, com contribuições previdenciárias vertidas para o Instituto Nacional do Seguro Social-INSS;

8.3 O contrato firmado entre as partes, extinguir-se-á, sem direito à indenização, quando:

8.3.1 - pelo término do prazo contratual;

8.3.2 - por iniciativa do contratado;

8.3.3 - por conveniência da administração, a juízo da autoridade que proceder a contratação;

8.3.4 - quando o contratado incorrer em falta disciplinar;

8.4 - As irregularidades na documentação, mesmo que verificados posteriormente, acarretarão a nulidade da inscrição, da classificação e da contratação do candidato.

8.5 - O candidato classificado obriga-se a manter atualizado seu endereço perante ao Departamento de Recursos Humanos.

8.6 - Caberá ao Prefeito Municipal proceder a homologação do resultado final;

8.7 - Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pela Comissão Coordenadora do Teste Seletivo e pelo Departamentos de Recursos Humanos;

8.8 - Na superveniência de concurso público, as vagas previstas para este Processo Seletivo serão preenchidas pelos candidatos aprovados em concurso público.

8.9 - A classificação do presente Processo Seletivo Simplificado assegurará apenas a expectativa de direito à contratação, ficando a concretização da mesma condicionada à observância das disposições legais pertinentes e da exclusiva necessidade, interesse e conveniência da Administração.

8.10 - O presente Processo Seletivo Simplificado terá a validade de 1 ano, contado da data da homologação do resultado final.

Papanduva-SC, 25 de agosto de 2014.

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

ANEXO I

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA Inscrição Para Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 002/2014		N.º de Inscrição _____
Cargo: _____		
Nome do(a) Candidato(a):		
Identidade:	Data de Nascimento:	Sexo: M() F ()
CPF:	Título Eleitoral:	
Estado Civil:	e-mail-	
Endereço:	Bairro:	
Município:	Estado:	Fone: () _____
*O preenchimento dos itens abaixo deverá ser realizado pelo Recursos Humanos no ato da inscrição:		
() ENFERMEIRO:		
Especialização: () Sim () Não Pontuação _____		
Especialização ESF: () Sim () Não Pontuação _____		
Cursos Aperfeiçoamento: () Sim () Não Pontuação _____		
Experiência: () Sim _____ () Não Pontuação _____		
TOTAL _____		
() AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE - MICROÁREA ():		
Ensino médio: () Sim () Não Pontuação _____		
Ensino Superior () Sim () Não Pontuação _____		
Experiência na área saúde: () Sim () Não Pontuação _____		
Experiência Como ACS: () Sim () Não Pontuação _____		
TOTAL: _____		
Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Processo Seletivo. Responsabilizo-me pelas informações aqui prestadas, inclusive pela fidelidade das cópias dos documentos apresentados.		
Local e Data:	Assinatura do Candidato:	

Via Prefeitura
.....

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA Inscrição Para Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 002/2014		N.º de Inscrição _____
Nome do(a) Candidato(a):		
Cargo:		
Assinatura do Responsável pelo recebimento:		

Via Candidato

ANEXO II CRONOGRAMA

DATA	ATO
25/08/14	Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2014
25/08 a 10/09/2014	Divulgação do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2014
11 e 12/09/2014	Inscrição
15/09/2014	Homologação dos inscritos
16/09/2014	Prazo para recursos do não deferimento do pedido de inscrição
17/09/2014	Homologação Final
22/09/2014	Resultado Preliminar
23/09/2014	Prazo para recursos da nota de títulos e nota final
24/09/2014	Homologação do resultado final

ANEXO III

Agente Comunitário de Saúde (microárea 05)

Rua Jacy Falchetti- Quadras: 81, 82, 83, 84, 85, 86, 75, 76, 77, 78, 79, 80.

Rua Alois Adolfo Werka - Quadras 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91.

Rua Antonio Borges Bueno - Quadras 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98.

Rua Ermelino Atanásio - Quadras: 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104.

Rua Alfredo de Oliveira - Quadras: 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111

Rua João Greinert Quadras: 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 15 e prolongamento.

Rua Francisco Martins Haas - Quadras 1, 2, 3, 4, 5, 6, 15, 12, 13, 14.

Rua Agostinho Teixeira de Lima- Quadras: 12, 13, 14, 18, 19, 20, 21, 22.

Rua Jair Damaso da Silveira -Quadras:18, 19, 20, 21, 22, 34, 35, 36, 37, 38, 39.

Rua John Kennedy Quadras: 34, 35, 36, 37, 38,39.

Rua Maria Tereza S. Da Silveira - Quadra: 15 e final de rua.

Rua Francisco Frederico - Quadras: 06,15 e final de rua.

Rua Jacob Schadeck - Quadras: 5, 6, 105, 106, 104.

Rua Jucelino K de Oliveira - Quadras: 4, 5, 106, 107, 103, 104, 93, 94, 91.

Rua Jorge Lacerda - Quadras: 3, 4, 107, 108, 102, 103, 94, 95, 90, 91, 81, 82.

Rua Nereu Ramos - Quadras: 2, 3, 109, 108, 101, 102, 95, 96, 89, 90, 82, 83.

Rua Ernesto Greinert - Quadras: 83, 84, 88, 89 Avenida Papa João XXIII - Quadras: 84, 88, 101, 109, 02, 12, 85, 87, 97, 100, 110, 1,13.

Rua Tnt. Ary Rauen - Quadras: 21, 22, até John Kennedy.

Rua Ladislau Tabalipa - Quadras: 35 e outro lado da rua, 20, 21, 13, 14, 1, 110, 99, 100, 98, 97, 86, 87, 85.

Rua Graciliano Machado - Quadras: 35, 36, 19, 20.

Rua Cel. Severo de Almeida - Quadras: 36, 37, 18, 19.

Rua Cap. Estevão Furtado - Quadras: 38, 37.

Rua da quadra 39.

Agente Comunitário de Saúde (microárea 38)

Floresta II

ALTERAÇÃO Nº 01/2014 - EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2014

ALTERAÇÃO Nº 01/2014

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2014

O MUNICÍPIO DE PAPANDUVA-SC, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.533/0001-01,

TORNA PÚBLICO:

A presente alteração do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 002/2014, de 25 de agosto de 2014:

Alteração nº 01: o Item 3.1 passa a vigorar com a seguinte redação:

...

3.1 - As inscrições estarão abertas nos dias 11 e 12 de setembro de 2014, das 08:00 às 14:00 (sem intervalo), na Prefeitura Municipal de Papanduva, Rua Sérgio Glevinski, 134 CEP 89370-000 - Papanduva / SC - (047) 3653 2166 - Departamento de Recursos Humanos.

...

Demais itens ficam ratificados.

Centro Administrativo Municipal de Papanduva, 04 de setembro de 2014.

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

EDITAL DE ALTERAÇÃO Nº 02/2014 - EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2014

EDITAL DE ALTERAÇÃO Nº 02/2014

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2014

O MUNICÍPIO DE PAPANDUVA-SC, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.533/0001-01,

TORNA PÚBLICO:

A presente alteração do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 002/2014, de 25 de agosto de 2014:

Alteração nº 01: Prorrogação das inscrições:

Fica prorrogado o período para inscrições de 12/09/2014 a 19/09/2014, das 08:00 às 14:00 (sem intervalo), na Prefeitura Municipal de Papanduva, Rua Sérgio Glevinski, 134 CEP 89370-000 - Papanduva / SC - (047) 3653 2166 - Departamento de Recursos Humanos.

Alteração nº 02: o item III - DAS INSCRIÇÕES, passa a vigorar acrescido dos itens 3.4 e 3.5, conforme segue:

...

3.4 - A homologação dos inscritos ocorrerá no dia 23 de setembro de 2014, sendo concedido o prazo de 02 (dois) úteis para apresentação de recursos.

...

3.5 - A homologação final dos inscritos ocorrerá no dia 26 de setembro de 2014.

...

Alteração nº 03: o item 5.2 passa a vigorar com a seguinte redação:

...

5.2 - A classificação preliminar será publicada no site www.papanduva.sc.gov.br e no mural da Prefeitura Municipal de Papanduva, a partir das 13:30h do dia 30 de setembro de 2014.

...

Alteração nº 04: o item 5.4 passa a vigorar com a seguinte redação:

...

5.4 - A partir da publicação da classificação, o candidato terá 02 (dois) dias úteis para entrar com recurso junto ao Departamento de Recursos Humanos na Prefeitura Municipal de Papanduva, dirigido à Comissão Coordenadora do Teste Seletivo, designada pela Portaria nº 6830, de 04.08.2014.

...

Alteração nº 05: o item 5.5 passa a vigorar com a seguinte redação:

...

5.5 - Uma vez julgados os recursos apresentados, será emitida classificação oficial definitiva no dia 06 de outubro de 2014 ao qual não caberão recursos administrativos adicionais.

...

Alteração nº 06: o ANEXO II (CRONOGRAMA) passa a vigorar com a seguinte redação:

...
ANEXO II
CRONOGRAMA

DATA	ATO
25/08/14	Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2014
25/08 a 10/09/2014	Divulgação do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2014
11 e 12/09/2014	Inscrição
12/09/2014 a 19/09/2014	Prorrogação das inscrições
23/09/2014	Homologação dos inscritos
24/09/2014 e 25/09/2014	Prazo para recursos do não deferimento do pedido de inscrição
26/09/2014	Homologação Final das inscrições
30/09/2014	Resultado Preliminar
01/10/2014 e 02/10/2014	Prazo para recursos da nota de títulos e nota final
06/10/2014	Homologação do resultado final

...

Demais itens ficam ratificados.

Centro Administrativo Municipal de Papanduva, 12 de setembro de 2014.

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Passo de Torres

PREFEITURA

Lei Nº 950/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

LEI Nº 950, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014.

"DÁ DENOMINAÇÃO A CRECHE MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei;

Art. 1º A creche municipal passa a se chamar "Vereador Paulo José Ribeiro".

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da Presente lei, correm as custas do orçamento do Município de Passo de Torres.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 03 de setembro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria municipal de Administração e Finanças, em 03 de setembro de 2014.

Alessandra Alves Paganini Silvério
Secretária Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 951/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

LEI Nº 951, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014.

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, ASSOCIAÇÃO QUE ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei;

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a "ONG AMIGAS DA MAMA DE PASSO DE TORRES/SC".

Parágrafo Único - A Associação a que menciona o caput deste artigo, encontra-se com Estatuto registrado sob o nº 583 - livro A-0001, ÀS FOLHAS 183 do Cartório Trajano de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas localizado na Cidade de Santa Rosa do Sul - SC, bem como com cadastro no CNPJ sob o nº 11.745.843/0001-33.

Art. 2º Anexo a presente Lei, Estatuto, Ata de Fundação, CNPJ e Certidão do Cartório de Registro Civil da Comarca de Santa Rosa do Sul/SC.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente lei, correm as custas do Orçamento da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, SC.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação.

Passo de Torres, 03 de setembro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria municipal de Administração e Finanças, em 03 de setembro de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretária Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 952/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
LEI Nº 952, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014.
"ALTERA A LEI 737 DE 29 DE ABRIL DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei;

Art. 1º - Fica alterado anexo IV, que passa a vigorar conforme anexo I desta lei.

Art. 2º - Fica alterado anexo V, que passa a vigorar conforme anexo II desta lei.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se às disposições em contrário.

Passo de Torres, 03 de setembro de 2014.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria municipal de Administração e Finanças, em 03 de setembro de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretária Municipal de Administração e Finanças

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

ANEXO I GRUPO I ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR - ANS

NÍVEL	AMPLITUDE DE REFERENCIA	VENCIMENTO	CARGO
1	A	2.250,00	PSICÓLOGO, BIOLOGO, OFICIAL ADMINISTRATIVO EM PROJETOS E DIVULGAÇÃO
2	A	2.300,00	ENFERMEIRO, FARMACÊUTICO
3	A	2.590,00	ASSISTENTE SOCIAL
4	A	3.000,00	CONTADOR
5	A	3.700,00	ENGENHEIRO CIVIL, ARQUITETO, FISIOTERAPEUTA
6	A	4.805,50	ODONTÓLOGO
7	A	5.177,97	ADVOGADO
8	A	10.353,50	MÉDICO

GRUPO II ATIVIDADES OPERACIONAIS E DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - OAG

NÍVEL	AMPLITUDE DE REFERENCIA	VENCIMENTO	CARGO
10	A	1.100,00	AGENTE AUXILIAR, RECEPCIONISTA, TELEFONISTA
11	A	1.100,00	AUXILIAR DE ENFERMAGEM
12	A	1.341,57	AGENTE ADMINISTRATIVO
13	A	1.341,57	FISCAL DE TRIBUTOS, FISCAL DE OBRAS, FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, OPERADOR COMPUTADOR
14	A	1.911,90	TÉCNICO AGRÍCOLA, TÉCNICO EDIFICAÇÕES, TÉCNICO EM CONTABILIDADE, TÉCNICO EM ENFERMAGEM, TESOUREIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

GRUPO III TRANSPORTES E SERVIÇOS AUXILIARES - TSA

NÍVEL	AMPLITUDE DE REFERENCIA	VENCIMENTO	CARGO
20	A	900,00	BRAÇAL / SERVENTE / GUARDA
21	A	950,00	MOTORISTAS DE VEIC. EM GERAL, ARTIFICIE, CALCETEIRO, ELETICISTA
22	A	1.050,00	MOTORISTA DE ONIBUS E AMBULANCIA, OPERADOR DE MAQUINAS, MECANICO, PEDREIRO, CARPINTEIRO

LEI Nº 953/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
LEI Nº 953, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014.
"REGULAMENTA A ATIVIDADE DE VEÍCULO DE SOM DE PUBLICIDADE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei;

Art. 1º Fica o Poder Executivo, autorizado a regular atividade de Serviço de veículo de som de Publicidade no Município de Passo de Torres.

Art. 2º Os veículos usados na propaganda sonora deverão portar uma faixa de identificação bem visível, com a identificação da empresa de som com o respectivo CNPJ e portar o Alvará de Funcionamento atualizado e expedido pela Prefeitura Municipal de Passo de Torres.

§ 1º O horário de funcionamento deverá ser das 09 às 12 horas e das 14 às 19 horas, de segunda-feira à sábado, sendo que a permissão para a publicidade em carro de som em domingos, deverá ser autorizada pela municipalidade.

§ 2º No período de verão, nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, o horário da tarde poderá ser estendido das 09 às 12 horas e das 14 às 20 horas, de segunda-feira a sábado.

§ 3º Fica proibido aos veículos rodar a publicidade nas áreas, no mínimo 50m (cinquenta metros), próximo a hospitais, repartições do poder judiciário, creches e escolas (durante o cumprimento

do ano letivo) empresa de radiodifusão, estúdios de gravação e outros locais que mereçam silêncio.

Art. 3º A intensidade do som deverá ser medida por decibelímetro, e na falta deste equipamento, caberá ao profissional adequar seu volume de som de forma audível, que não agrida ao público ouvinte e não ultrapasse os limites já estabelecidos em lei.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Art. 4º As empresas que anunciarem seus produtos ou serviço em carros próprios ou que não tenham sua sede em Passo de Torres, deverão também, obedecer os preceitos do art. 2º da presente Lei.

Art. 5º A fiscalização será exercida pela Prefeitura Municipal que deverá tirar o veículo de circulação, em caso de descumprimento desta lei, lavrando auto de infração em conformidade com o Código Tributário do Município e ao secretário do meio ambiente.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 03 de setembro de 2014.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria municipal de Administração e Finanças, em 03 de setembro de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 070/2014

PORTARIA Nº. 070, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

“CONCEDE LICENÇA INTERESSE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SANDRA LEMOS FERNANDES, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal ;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Interesse a Servidora Pública Municipal, Sandra Lemos Fernandes , de acordo com o que dispõe o Artigo 111, combinado com o parágrafo 1º. do artigo 107 da Lei Municipal Nº 118 de 13 de outubro de 1994, Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais.

Art. 2º - A Licença Interesse, a que se refere o o caput do Artigo 1º se dará pelo período de 02 (dois) anos, e sem remuneração, começando em 01 de setembro de 2014.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de setembro de 2014.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 01 de setembro de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretária M. de Administração e Finanças.

PORTARIA Nº 071/2014

PORTARIA 071, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei 118/94.

Considerando o atestado médico apresentado pela servidora Eliete Kijillim do Nascimento onde consta que a mesma apresenta-se incapacitada para o trabalho;

Considerando que a legislação vigente dá amparo a concessão de licença para tratamento de saúde;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde a servidora Pública Municipal, Eliete Kijillim do Nascimento até a mesma apresentar a Comunicação de Decisão do fim do Benefício emitido pelo médico pericial do INSS.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 02 de setembro de 2014.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de setembro de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretária Municipal de Administração e Finanças.

PORTARIA Nº 072/2014

PORTARIA Nº 072, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, SIMONE LEMOS FERNANDES SCHOEFFER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a servidora Pública Municipal, Simone Lemos Fernandes Schoeffer , referente ao período aquisitivo de 13/12/2004 à 12/12/2009 .

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias consecutivos por período, iniciando em 01/09/2014 e com término em 29/11/2014.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de setembro de 2014.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 01 de setembro de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretária Municipal de Administração e Finanças.

PORTARIA Nº 073/2014

PORTARIA 073, DE 05 DE SETEMBRO DE 2014.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei 118/94.

Considerando o atestado médico apresentado pelo servidor Flavio Gonçalves Cardoso onde consta que o mesmo apresenta-se incapacitado para o trabalho;

Considerando que a legislação vigente dá amparo a concessão de licença para tratamento de saúde;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde ao servidor Público Municipal, Flavio Gonçalves Cardoso até o mesmo apresentar a Comunicação de Decisão do fim do Benefício emitido pelo médico pericial do INSS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 05 de setembro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 05 de setembro de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretária Municipal de Administração e Finanças.

PORTARIA Nº 074/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

PORTARIA Nº 074 DE, 05 DE SETEMBRO DE 2014.

"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, MARIA DO CARMO GONÇALVES ZOLLIM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 211 da lei 118/94.

Considerando o atestado médico encaminhado ao Departamento Pessoal, onde consta que a referida servidora deverá entrar em licença- maternidade apartir de 03/09/2014, por 180 (cento e oitenta) dias.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Gestação à servidora Publica Municipal, Maria do Carmo Gonçalves Zollim, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 03/09/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 03/09/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 05 de setembro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 05 de setembro de 2014.

Alissandra Paganini Alves Silvério
Secretária Municipal de Administração e Finanças.

PORTARIA Nº 075/2014

PORTARIA Nº 075, DE 05 DE SETEMBRO DE 2014.

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL À PROFESSORA ADRIANA SCHEFFER HESPANHOL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere os Incisos V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal, combinado com os Artigos 16 e 20 da Lei Nº. 736 de 29 de abril de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão Funcional à Professora Adriana Scheffer Hespagnol, do Nível MAG-LP 3A, para o Nível PG - 4 A, conforme Art. 17 parágrafo único e Art. 20 inciso IV, da Lei Municipal Nº. 736 de 29 de Abril de 2011, por ter concluído o Curso de Pós Graduação "LATO SENSU" na modalidade Interdisciplinaridade, ministrado na UNICID S/P.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 05 de setembro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 05 de setembro de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretária M. de Administração e Finanças.

PORTARIA Nº 076/2014

PORTARIA Nº 076, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

"INTERROMPE À PEDIDO LICENÇA INTERESSE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica interrompida à pedido a Licença Interesse da Servidora Isabel Carvalho do Amaral, que trata o artigo 1º da Portaria nº 095 de 01 de novembro de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 08 de setembro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração

e Finanças, em 08 de setembro de 2014.

Alissandra Paganini Alves Silvério
Secretária Municipal de Administração e Finanças.

PORTARIA Nº 077/2014

PORTARIA Nº. 077, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

“CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA DO QUADRO EFETIVO DO MUNICÍPIO, PRICILA MAGNUS SANTOS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53, da Lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis Nº. 737/2011 e 952/2014.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder progressão funcional da Letra “D p/ E” à Servidora Pública Municipal do quadro efetivo, Pricila Magnus Santos.

Parágrafo Único: A progressão que trata o “Caput” do Artigo 1º, esta de acordo com o Art.6º, Anexos II e IV, Grupo: II da Lei 737/2011 e Anexos I, Grupo II da Lei 952/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 08 de setembro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 08 de setembro de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 100/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

DECRETO Nº 100, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

Sergio Delfino Joaquim, Prefeito Municipal em exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 53, e seus incisos da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica delegado poderes ao Sr. Paulo Ernesto Pellanda, CRM Nº9993, quanto a responsabilidade para responder pela AUTORIZAÇÃO HOSPITALAR, nas seguintes unidades de Saúde:

- 1 -Hospital de Caridade Nossa Srª de Fatima - Praia Grande - SC;
- 2 -Hospital Nossa Srª dos Navegantes - Torres - RS;
- 3 -Hospital Dom Joaquim de Sombrio - SC;
- 4 -Hospital Regional Deputado Afonso Ghizzo - Araranguá - SC;
- 5 -Hospital São João Batista de Criciúma - SC;
- 6 -Hospital São José - Criciúma - SC;
- 7 -Casa de Saúde Rio Maina - SC;
- 8 -Hospital São Judas Tadeu - Meleiro - SC;
- 9 -Hospital Municipal Henrique Laje - Lauro Miller - SC;
- 10 -Hospital - Timbé do Sul - SC;
- 11 -Hospital Bom Pastor - Florianópolis - SC;
- 12 -Hospital Nossa Srª da Conceição - Urussanga - SC;
- 13 -Hospital Nossa Srª da Conceição - Tubarão - SC;

14-Hospital São Sebastião - Turvo - SC.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 107/2007.

Passo de Torres, 11 de agosto de 2014.

Sergio Delfino Joaquim
Prefeito Municipal em exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 11 de agosto 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretária M. de Administração e Finanças

Decreto Nº 101/2014

DECRETO Nº. 101, DE 25 DE AGOSTO DE 2014.

“ALTERA AS DISPOSIÇÕES DO ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 263/2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o contido na comunicação interna 001/2014, dando conta do erro material cometido no Decreto 263/2012;

CONSIDERANDO, ainda, que efetivamente a servidora nomeada vem cumprindo a carga horária de 20 horas;

CONSIDERANDO, finalmente, que a carga horária para a função a que a servidora vem exercendo já estava prevista no edital de concurso publico;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeada, Andréa de Souza Ferreira para exercer o cargo de Professora de Língua Portuguesa (20 horas semanais), do Grupo Docente, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, aprovado no Concurso Público, Edital Nº 001/2011, e homologado em 06 de outubro de 2011.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 28 de agosto de 2012.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 25 de agosto de 2014.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 25 de agosto de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretária Municipal de Administração e Finanças.

Decreto Nº104/2014

DECRETO Nº. 104, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

"EXONERA KARLA TRAVI, DO CARGO DE ASSESSOR ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerada Karla Travi, do cargo de Assessor Especial - DAS - 2.

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de setembro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de setembro de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretária Municipal de Administração e Finanças.

Decreto Nº105/2014

DECRETO Nº. 105, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

"EXONERA AMILTON LOPES ROLDÃO DO CARGO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO DA PESCA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerado Amilton Lopes Roldão, do cargo de Chefe de Departamento da Pesca - DAS - 4.

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de setembro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de setembro de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretária de Administração e Finanças

Decreto Nº106/2014

DECRETO Nº. 106, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.

"NOMEIA KARLA TRAVI PARA EXERCER O CARGO DE CHEFE DE GABINETE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeada, Karla Travi para exercer o cargo de Chefe de Gabinete - DAS 2, com remuneração específica em Lei.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 02 de setembro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de setembro de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretária Municipal de Administração e Finanças.

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO 033/2014 SAÚDE

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 33/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DE PASSO DE TORRES

CONTRATADA: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA AMESC.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS

PARA USO NO POSTO DE SAÚDE DESTE

MUNICIPIO, PELO CONSORCIO AMESC

VALOR: R\$ 92.487,40

VIGÊNCIA: 31/12/2014

FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93 MODALIDADE LI-

CITAÇÃO: DL 24/2014

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: (13) 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.00 01,

(15) 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.00.006,

(17) 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.00.0095

PASSO DE TORRES, 08 DE SETEMBRO DE 2014.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Contrato 128/2014 Pmpt

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 128/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE

PASSO DE TORRES

CONTRATADA: ANA PAULA BARBOSA

OBJETO: MINISTRAÇÃO DE AULAS DE OFICINA

DE FELTRO EM PARCERIA COM O GRUPO DA

TERCEIRA IDADE QUE POSSAM VIABILIZAR A PROMOÇÃO

DA SAÚDE, DA QUALIDADE DE VIDA E DA AUTOESTIMA.

CONFORME PROJETO "ARTE DE VIVER GRUPO DE IDOSOS(AS)".

VALOR: R\$ 1.131,11

VIGÊNCIA: 30/11/2014

FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

(48) 2.034 3.3.90.00.00.00.00.00 0695

PASSO DE TORRES, 20 DE AGOSTO DE 2014.

SERVIO DELFINO JOAQUIM

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

EXTRATO DE CONTRATO 129/2014 PMPT

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 129/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
CONTRATADA: BELLA SAÚDE COMERCIO LTDA - ME
OBJETO: FORNECIMENTO DE ACESSÓRIOS E INSTALAÇÃO FUNCIONAL DO CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO DA SECRETARIA DE PESCA DO MUNICIPIO
VALOR: R\$ 8.329,00
VIGÊNCIA: 31/12/2014
FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93
LICITAÇÃO: CV 78/2014
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:
4.4.90.00.00.00.00.00 0100 (95)

PASSO DE TORRES, 29 DE AGOSTO DE 2014.
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 130/2014 PMPT

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 130/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
CONTRATADA: ODONTOCRIL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS ODONTOLOGICOS LTDA EPP
OBJETO: FORNECIMENTO DE ACESSÓRIOS E INSTALAÇÃO FUNCIONAL DO CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO DA SECRETARIA DE PESCA DO MUNICIPIO
VALOR: R\$ 445,00
VIGÊNCIA: 31/12/2014
FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93
LICITAÇÃO: CV 78/2014
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:
4.4.90.00.00.00.00.00 0100 (95)

PASSO DE TORRES, 29 DE AGOSTO DE 2014.
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 131/2014 PMPT

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 131/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
CONTRATADA: DOUGLAS FERNANDO DE CARVALHO RAIMUNDO
OBJETO: AQUISIÇÃO DE CARTUCHOS DE TONERS E RECARGAS DE CARTUCHOS E TONERS, PARA REPOSIÇÃO NAS IMPRESSORAS DESTE CENTRO ADMINISTRATIVO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESCOLAS MUNICIPAIS
VALOR: R\$ 21.185,00
VIGÊNCIA: 31/12/2014
FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93
LICITAÇÃO: CV 79/2014
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:
3.3.90.00.00.00.00.00 0100 (14)
3.3.90.00.00.00.00.00 0058 (33)
3.3.90.00.00.00.00.00 0695 (48)
3.3.90.00.00.00.00.00 0695 (52)
3.3.90.00.00.00.00.00 0703 (171)

PASSO DE TORRES, 02 DE SETEMBRO DE 2014.
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 132/2014 PMPT

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 132/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
CONTRATADA: BRUNO SCHEFFER VARGAS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA USO NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E CAMISETAS PARA O PROJETO - CAMINHANDO PELA NOSSA TERRA.
VALOR: R\$ 7.971,00
VIGÊNCIA: 31/12/2014
FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93
LICITAÇÃO: CV 83/2014
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:
3.3.90.00.00.00.00.00 0052 (79)
3.3.90.00.00.00.00.00 0703 (171)

PASSO DE TORRES, 08 DE SETEMBRO DE 2014.
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 133/2014 PMPT

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 133/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
CONTRATADA: DILCEU ROLDÃO SPINDLER - ME
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS E MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO NO CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL (CRAS) DESTE MUNICIPIO.
VALOR: R\$ 4.843,20
VIGÊNCIA: 31/12/2014
FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93
LICITAÇÃO: CV 80/2014
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:
(168) 2.034 3.3.90.00.00.00.00.00.0148

PASSO DE TORRES, 08 DE SETEMBRO DE 2014.
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 134/2014 PMPT

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 134/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
CONTRATADA: EDUARDO KRAS FERNANDES - ME
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS E MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO NO CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL (CRAS) DESTE MUNICIPIO.
VALOR: R\$ 5.903,00
VIGÊNCIA: 31/12/2014
FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93
LICITAÇÃO: CV 80/2014
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:
(168) 2.034 3.3.90.00.00.00.00.00.0148

PASSO DE TORRES, 08 DE SETEMBRO DE 2014.
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 034/2014 SAÚDE

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 34/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DE PASSO DE TORRES

CONTRATADA: BRUNO SCHEFFER VARGAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAMISETAS E BONES SERIGRAFADOS
PARA USO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE, CONFORME PROJE-
TO SAÚDE DO HOMEM

VALOR: R\$ 3.920,00

VIGÊNCIA: 31/12/2014

FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93 LICITAÇÃO CV
22/2014DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: (14) 2.031..3.3.90.00.00.00.00.0
064

PASSO DE TORRES, 11 DE SETEMBRO DE 2014.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

PREFEITO MUNICIPAL

Passos Maia

PREFEITURA

Relatório Resumido da Execução Orçamentária 4º Bimestre

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.793.917,00	14.793.917,00	2.617.193,16	17,69	10.867.053,65	73,46	3.926.863,35
RECEITAS CORRENTES	14.793.900,00	14.793.900,00	2.270.456,55	15,35	9.471.607,04	64,02	5.322.292,96
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.022.000,00	1.022.000,00	88.535,31	8,66	427.152,11	41,80	594.847,89
IMPOSTOS	960.000,00	960.000,00	85.545,74	8,91	383.642,13	39,96	576.357,87
TAXAS	54.000,00	54.000,00	2.989,57	5,54	43.509,98	80,57	10.490,02
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	52.000,00	52.000,00	7.725,21	14,86	30.918,88	59,46	21.081,12
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	52.000,00	52.000,00	7.725,21	14,86	30.918,88	59,46	21.081,12
RECEITA PATRIMONIAL	144.700,00	144.700,00	66.233,04	45,77	219.650,55	151,80	-74.950,55
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	144.700,00	144.700,00	66.233,04	45,77	219.650,55	151,80	-74.950,55
RECEITA AGROPECUÁRIA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	8.023,10	160,46	-3.023,10
Outras Receitas Agropecuárias	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	8.023,10	160,46	-3.023,10
RECEITA DE SERVIÇOS	125.000,00	125.000,00	12.591,00	10,07	63.574,05	50,86	61.425,95
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.360.300,00	13.360.300,00	2.091.733,93	15,66	8.702.258,80	65,14	4.658.041,20
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	13.196.300,00	13.196.300,00	2.050.150,15	15,54	8.556.666,58	64,84	4.639.633,42
Transf. de Conv.	164.000,00	164.000,00	41.583,78	25,36	145.592,22	88,78	18.407,78
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	84.900,00	84.900,00	3.638,06	4,29	20.029,55	23,59	64.870,45
Multas e Juros de Mora	12.600,00	12.600,00	1.381,66	10,97	8.306,99	65,93	4.293,01
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	7.000,00	7.000,00	1.235,90	17,66	4.491,96	64,17	2.508,04
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	15.000,00	15.000,00	572,50	3,82	3.495,60	23,30	11.504,40
RECEITAS DIVERSAS	50.300,00	50.300,00	448,00	0,89	3.735,00	7,43	46.565,00
RECEITAS DE CAPITAL	17,00	17,00	346.736,61	627,12	1.395.446,61	509,47	-1.395.429,61
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	17,00	17,00	346.736,61	627,12	1.395.446,61	509,47	-1.395.429,61
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	17,00	17,00	346.736,61	627,12	1.395.446,61	509,47	-1.395.429,61
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	14.793.917,00	14.793.917,00	2.617.193,16	17,69	10.867.053,65	73,46	3.926.863,35
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	14.793.917,00	14.793.917,00	2.617.193,16	17,69	10.867.053,65	73,46
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	14.793.917,00	14.793.917,00	2.617.193,16	17,69	10.867.053,65	73,46
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	960.077,18	—	—	639.273,49	—
Superávit Financeiro	—	960.077,18	—	—	639.273,49	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	% (g/f)	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	14.793.917,00	3.739.289,86	18.533.206,86	2.104.821,42	12.706.103,42	57,95	2.453.686,86	10.739.992,72	57,95	7.793.214,14
DESPESAS CORRENTES	14.194.300,00	164.181,68	14.358.481,68	1.898.177,09	9.880.928,09	64,44	2.252.744,59	9.253.126,79	64,44	5.105.354,89
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.763.460,00	-496.782,35	8.266.677,65	1.241.010,32	4.934.895,78	59,69	1.240.199,66	4.934.085,12	59,69	3.332.592,53
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	40.000,00	0,00	40.000,00	3.563,03	14.392,38	35,98	3.563,03	14.392,38	35,98	25.607,62
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.390.840,00	660.964,03	6.051.804,03	653.603,74	4.931.639,93	71,13	1.008.981,90	4.304.649,29	71,13	1.747.154,74
DESPESAS DE CAPITAL	579.617,00	3.575.108,18	4.154.725,18	206.644,33	2.825.175,33	35,79	200.942,27	1.486.865,93	35,79	2.667.859,25
INVESTIMENTOS	524.617,00	3.575.108,18	4.099.725,18	192.487,74	2.780.639,85	35,18	186.785,68	1.442.330,45	35,18	2.657.394,73
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	55.000,00	0,00	55.000,00	14.156,59	44.535,48	80,97	14.156,59	44.535,48	80,97	10.464,52
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	14.793.917,00	3.739.289,86	18.533.206,86	2.104.821,42	12.706.103,42	57,95	2.453.686,86	10.739.992,72	57,95	7.793.214,14
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	14.793.917,00	3.739.289,86	18.533.206,86	2.104.821,42	12.706.103,42	2.453.686,86	10.739.992,72	7.793.214,14
SUPERÁVIT (XII)	—	—	—	—	—	—	127.060,93	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	14.793.917,00	3.739.289,86	18.533.206,86	2.104.821,42	12.706.103,42	2.453.686,86	10.867.053,65	7.793.214,14

FONTE:

Passos Maia, 12/09/2014

IVANDRE BOCALON PREFEITO MUNICIPAL	FLAVIO ROBERTO ROSSI CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7	KARINA PERIN GIOMBELLI CONTROLE INTERNO
---------------------------------------	---	--

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			R\$ 1,00
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	14.793.917,00	14.793.917,00	2.617.193,16	17,69	10.867.053,65	73,46
RECEITA TRIBUTÁRIA	14.793.900,00	14.793.900,00	2.270.456,55	15,35	9.471.607,04	64,02
IMPOSTOS	1.022.000,00	1.022.000,00	88.535,31	8,66	427.152,11	41,80
TAXAS	960.000,00	960.000,00	85.545,74	8,91	383.642,13	39,96
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	54.000,00	54.000,00	2.989,57	5,54	43.509,98	80,57
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	52.000,00	52.000,00	7.725,21	14,86	30.918,88	59,46
RECEITA PATRIMONIAL	52.000,00	52.000,00	7.725,21	14,86	30.918,88	59,46
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	144.700,00	144.700,00	66.233,04	45,77	219.650,55	151,80
RECEITA AGROPECUÁRIA	144.700,00	144.700,00	66.233,04	45,77	219.650,55	151,80
Outras Receitas Agropecuárias	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	8.023,10	160,46
RECEITA DE SERVIÇOS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	8.023,10	160,46
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	125.000,00	125.000,00	12.591,00	10,07	63.574,05	50,86
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	13.360.300,00	13.360.300,00	2.091.733,93	15,66	8.702.258,80	65,14
Transf. de Conv.	13.196.300,00	13.196.300,00	2.050.150,15	15,54	8.556.666,58	64,84
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	164.000,00	164.000,00	41.583,78	25,36	145.592,22	88,78
Multas e Juros de Mora	84.900,00	84.900,00	3.638,06	4,29	20.029,55	23,59
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	12.600,00	12.600,00	1.381,66	10,97	8.306,99	65,93
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	7.000,00	7.000,00	1.235,90	17,66	4.491,96	64,17
RECEITAS DIVERSAS	15.000,00	15.000,00	572,50	3,82	3.495,60	23,30
RECEITAS DE CAPITAL	50.300,00	50.300,00	448,00	0,89	3.735,00	7,43
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	17,00	17,00	346.736,61	627,12	1.395.446,61	509,47
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	17,00	17,00	346.736,61	627,12	1.395.446,61	509,47
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	14.793.917,00	14.793.917,00	2.617.193,16	17,69	10.867.053,65	73,46
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	14.793.917,00	14.793.917,00	2.617.193,16	17,69	10.867.053,65	73,46
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	14.793.917,00	14.793.917,00	2.617.193,16	17,69	10.867.053,65	73,46
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	960.077,18	—	—	639.273,49	—
Superávit Financeiro	—	960.077,18	—	—	639.273,49	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	% (g/f)	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	14.793.917,00	3.739.289,86	18.533.206,86	2.104.821,42	12.706.103,42	57,95	2.453.686,86	10.739.992,72	57,95	7.793.214,14
DESPESAS CORRENTES	14.194.300,00	164.181,68	14.358.481,68	1.898.177,09	9.880.928,09	64,44	2.252.744,59	9.253.126,79	64,44	5.105.354,89
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.763.460,00	-496.782,35	8.266.677,65	1.241.010,32	4.934.895,78	59,69	1.240.199,66	4.934.085,12	59,69	3.332.592,53
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	40.000,00	0,00	40.000,00	3.563,03	14.392,38	35,98	3.563,03	14.392,38	35,98	25.607,62
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.390.840,00	660.964,03	6.051.804,03	653.603,74	4.931.639,93	71,13	1.008.981,90	4.304.649,29	71,13	1.747.154,74
DESPESAS DE CAPITAL	579.617,00	3.575.108,18	4.154.725,18	206.644,33	2.825.175,33	35,79	200.942,27	1.486.865,93	35,79	2.667.859,25
INVESTIMENTOS	524.617,00	3.575.108,18	4.099.725,18	192.487,74	2.780.639,85	35,18	186.785,68	1.442.330,45	35,18	2.657.394,73
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	55.000,00	0,00	55.000,00	14.156,59	44.535,48	80,97	14.156,59	44.535,48	80,97	10.464,52
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	14.793.917,00	3.739.289,86	18.533.206,86	2.104.821,42	12.706.103,42	57,95	2.453.686,86	10.739.992,72	57,95	7.793.214,14
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	14.793.917,00	3.739.289,86	18.533.206,86	2.104.821,42	12.706.103,42	2.453.686,86	10.739.992,72	57,95
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	127.060,93	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	14.793.917,00	3.739.289,86	18.533.206,86	2.104.821,42	12.706.103,42	2.453.686,86	10.867.053,65	58,64
								7.793.214,14

FONTE:

Passos Maia, 12/09/2014

IVANDRE BOCALON PREFEITO MUNICIPAL	FLAVIO ROBERTO ROSSI CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7	KARINA PERIN GIOMBELLI CONTROLE INTERNO
---------------------------------------	---	--

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 4º BIMESTRE

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")									
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)	
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)			
							% (b/Total b)		% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.793.917,00	18.533.206,86	2.104.821,42	12.706.103,42	2.453.686,86	10.739.992,72	100,00	57,95	7.793.214,14
Legislativa	738.000,00	738.000,00	73.632,99	426.588,81	96.154,70	401.169,24	3,74	54,36	336.830,76
Ação Legislativa	738.000,00	738.000,00	73.632,99	426.588,81	96.154,70	401.169,24	3,74	54,36	336.830,76
Administração	1.482.000,00	1.482.000,00	172.562,96	1.139.814,58	230.625,97	1.001.343,22	9,32	67,57	480.656,78
Administração Geral	1.482.000,00	1.482.000,00	172.562,96	1.139.814,58	230.625,97	1.001.343,22	9,32	67,57	480.656,78
Segurança Pública	41.800,00	51.085,13	14.983,00	30.457,60	14.983,00	30.457,60	0,28	59,62	20.627,53
Policimento	41.800,00	51.085,13	14.983,00	30.457,60	14.983,00	30.457,60	0,28	59,62	20.627,53
Assistência Social	1.091.501,00	1.302.300,88	202.896,53	813.322,28	189.960,69	753.139,99	7,01	57,83	549.160,89
Assistência à Criança e ao Adolescente	30.000,00	30.000,00	29.997,00	29.999,27	5.187,00	5.599,27	0,05	18,66	24.400,73
Assistência Comunitária	1.061.501,00	1.272.300,88	173.309,53	783.323,01	184.773,69	747.540,72	6,96	58,76	524.760,16
Saúde	3.929.693,00	4.443.595,14	524.842,96	3.070.034,20	750.320,62	2.802.226,72	26,09	63,06	1.641.368,42
Atenção Básica	3.613.492,00	4.115.171,00	473.825,16	2.839.265,42	685.288,76	2.571.457,94	23,94	62,49	1.543.713,06
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	124.500,00	124.500,00	20.946,75	90.565,04	34.960,81	90.565,04	0,84	72,74	33.934,96
Vigilância Sanitária	12.200,00	12.200,00	3.122,00	9.645,20	3.122,00	9.645,20	0,09	79,06	2.554,80
Vigilância Epidemiológica	10.000,00	10.000,00	468,00	8.700,00	468,00	8.700,00	0,08	87,00	1.300,00
Alimentação e Nutrição	164.500,00	176.723,14	26.481,05	121.858,54	26.481,05	121.858,54	1,13	68,95	54.864,60
Abastecimento	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.001,00
Educação	4.266.053,00	5.200.977,28	689.973,34	2.924.009,65	608.770,02	2.662.239,32	24,79	51,19	2.538.737,96
Ensino Fundamental	3.709.052,00	4.643.976,28	593.163,02	2.701.188,74	511.959,70	2.439.418,41	22,71	52,53	2.204.557,87
Educação Infantil	530.001,00	530.001,00	96.810,32	222.820,91	96.810,32	222.820,91	2,07	42,04	307.180,09
Educação Especial	27.000,00	27.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00
Cultura	60.000,00	60.000,00	11.891,82	42.191,82	17.141,82	39.491,82	0,37	65,82	20.508,18
Difusão Cultural	60.000,00	60.000,00	11.891,82	42.191,82	17.141,82	39.491,82	0,37	65,82	20.508,18
Urbanismo	232.203,00	1.419.816,08	10.764,38	1.330.394,69	38.344,16	332.446,81	3,10	23,41	1.087.369,27
Infra-Estrutura Urbana	70.003,00	1.257.616,08	2.072,16	1.189.498,30	22.072,16	191.642,63	1,78	15,24	1.065.973,45
Serviços Urbanos	162.200,00	162.200,00	8.692,22	140.896,39	16.272,00	140.804,18	1,31	86,81	21.395,82
Habituação	5.001,00	41.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.000,00
Habituação Urbana	5.001,00	41.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.000,00
Saneamento	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.001,00
Saneamento Básico Urbano	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.001,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.793.917,00	18.533.206,86	2.104.821,42	12.706.103,42	2.453.686,86	10.739.992,72	100,00	57,95
Gestão Ambiental	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	867.002,00	1.578.646,20	83.913,35	1.280.627,16	131.786,48	1.248.746,50	11,63	79,10
Extensão Rural	817.000,00	940.609,40	83.713,35	643.177,16	131.586,48	611.296,50	5,69	64,99
Promoção da Produção Agropecuária	50.002,00	638.036,80	200,00	637.450,00	200,00	637.450,00	5,94	99,91
Indústria	10.001,00	10.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	10.001,00	10.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	1.559.202,00	1.694.324,15	261.074,06	1.291.513,53	294.031,71	1.168.657,76	10,88	68,97
Transporte Rodoviário	1.559.202,00	1.694.324,15	261.074,06	1.291.513,53	294.031,71	1.168.657,76	10,88	68,97
Desporto e Lazer	95.000,00	95.000,00	17.652,38	81.549,63	22.271,38	75.549,63	0,70	79,53
Desporto Comunitário	95.000,00	95.000,00	17.652,38	81.549,63	22.271,38	75.549,63	0,70	79,53
Encargos Especiais	388.460,00	388.460,00	40.633,65	275.599,47	59.296,31	224.524,11	2,09	57,80
Outros Encargos Especiais	388.460,00	388.460,00	40.633,65	275.599,47	59.296,31	224.524,11	2,09	57,80
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	14.793.917,00	18.533.206,86	2.104.821,42	12.706.103,42	2.453.686,86	10.739.992,72	100,00	57,95

FONTE:

Passos Maia, 12/09/2014

IVANDRE BOCALON	FLAVIO ROBERTO ROSSI	KARINA PERIN GIOMBELLI
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7	CONTROLE INTERNO

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		14.793.917,00	18.533.206,86	2.104.821,42	12.706.103,42	2.453.686,86	10.739.992,72	100,00	57,95	7.793.214,14
Legislativa		738.000,00	738.000,00	73.632,99	426.588,81	96.154,70	401.169,24	3,74	54,36	336.830,76
Ação Legislativa		738.000,00	738.000,00	73.632,99	426.588,81	96.154,70	401.169,24	3,74	54,36	336.830,76
Administração		1.482.000,00	1.482.000,00	172.562,96	1.139.814,58	230.625,97	1.001.343,22	9,32	67,57	480.656,78
Administração Geral		1.482.000,00	1.482.000,00	172.562,96	1.139.814,58	230.625,97	1.001.343,22	9,32	67,57	480.656,78
Segurança Pública		41.800,00	51.085,13	14.983,00	30.457,60	14.983,00	30.457,60	0,28	59,62	20.627,53
Policimento		41.800,00	51.085,13	14.983,00	30.457,60	14.983,00	30.457,60	0,28	59,62	20.627,53
Assistência Social		1.091.501,00	1.302.300,88	202.896,53	813.322,28	189.960,69	753.139,99	7,01	57,83	549.160,89
Assistência à Criança e ao Adolescente		30.000,00	30.000,00	29.587,00	29.999,27	5.187,00	5.599,27	0,05	18,66	24.400,73
Assistência Comunitária		1.061.501,00	1.272.300,88	173.309,53	783.323,01	184.773,69	747.540,72	6,96	58,76	524.760,16
Saúde		3.929.693,00	4.443.595,14	524.842,96	3.070.034,20	750.320,62	2.802.226,72	26,09	63,06	1.641.368,42
Atenção Básica		3.613.492,00	4.115.171,00	473.825,16	2.839.265,42	685.288,76	2.571.457,94	23,94	62,49	1.543.713,06
Assistência Hospitalar e Ambulatorial		124.500,00	124.500,00	20.946,75	90.565,04	34.960,81	90.565,04	0,84	72,74	33.934,96
Vigilância Sanitária		12.200,00	12.200,00	3.122,00	9.645,20	3.122,00	9.645,20	0,09	79,06	2.554,80
Vigilância Epidemiológica		10.000,00	10.000,00	468,00	8.700,00	468,00	8.700,00	0,08	87,00	1.300,00
Alimentação e Nutrição		164.500,00	176.723,14	26.481,05	121.858,54	26.481,05	121.858,54	1,13	68,95	54.864,60
Abastecimento		5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.001,00
Educação		4.266.053,00	5.200.977,28	689.973,34	2.924.009,65	608.770,02	2.662.239,32	24,79	51,19	2.538.737,96
Ensino Fundamental		3.709.052,00	4.643.976,28	593.163,02	2.701.188,74	511.959,70	2.439.418,41	22,71	52,53	2.204.557,87
Educação Infantil		530.001,00	530.001,00	96.810,32	222.820,91	96.810,32	222.820,91	2,07	42,04	307.180,09
Educação Especial		27.000,00	27.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00
Cultura		60.000,00	60.000,00	11.891,82	42.191,82	17.141,82	39.491,82	0,37	65,82	20.508,18
Difusão Cultural		60.000,00	60.000,00	11.891,82	42.191,82	17.141,82	39.491,82	0,37	65,82	20.508,18
Urbanismo		232.203,00	1.419.816,08	10.764,38	1.330.394,69	38.344,16	332.446,81	3,10	23,41	1.087.369,27
Infra-Estrutura Urbana		70.003,00	1.257.616,08	2.072,16	1.189.498,30	22.072,16	191.642,63	1,78	15,24	1.065.973,45
Serviços Urbanos		162.200,00	162.200,00	8.692,22	140.896,39	16.272,00	140.804,18	1,31	86,81	21.395,82
Habitação		5.001,00	41.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.000,00
Habitação Urbana		5.001,00	41.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.000,00
Saneamento		5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.001,00
Saneamento Básico Urbano		5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.001,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.793.917,00	18.533.206,86	2.104.821,42	12.706.103,42	2.453.686,86	10.739.992,72	100,00	7.793.214,14
Gestão Ambiental	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Agricultura	867.002,00	1.578.646,20	83.913,35	1.280.627,16	131.786,48	1.248.746,50	11,63	329.899,70
Extensão Rural	817.000,00	940.609,40	83.713,35	643.177,16	131.586,48	611.296,50	5,69	329.312,90
Promoção da Produção Agropecuária	50.002,00	638.036,80	200,00	637.450,00	200,00	637.450,00	5,94	586,80
Indústria	10.001,00	10.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.001,00
Promoção Industrial	10.001,00	10.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.001,00
Transporte	1.559.202,00	1.694.324,15	261.074,06	1.291.513,53	294.031,71	1.168.657,76	10,88	525.666,39
Transporte Rodoviário	1.559.202,00	1.694.324,15	261.074,06	1.291.513,53	294.031,71	1.168.657,76	10,88	525.666,39
Desporto e Lazer	95.000,00	95.000,00	17.652,38	81.549,63	22.271,38	75.549,63	0,70	19.450,37
Desporto Comunitário	95.000,00	95.000,00	17.652,38	81.549,63	22.271,38	75.549,63	0,70	19.450,37
Encargos Especiais	388.460,00	388.460,00	40.633,65	275.599,47	59.296,31	224.524,11	2,09	163.935,89
Outros Encargos Especiais	388.460,00	388.460,00	40.633,65	275.599,47	59.296,31	224.524,11	2,09	163.935,89
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	14.793.917,00	18.533.206,86	2.104.821,42	12.706.103,42	2.453.686,86	10.739.992,72	100,00	7.793.214,14

FONTE:

Passos Maia, 12/09/2014

IVANDRE BOCALON	FLAVIO ROBERTO ROSSI	KARINA PERIN GIOMBELLI
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7	CONTROLE INTERNO

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 4º BIMESTRE

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014	
	Set/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Agos/2014		TOTAL (Últ. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.408.467,95	1.318.842,10	1.413.788,69	2.090.418,98	1.407.556,99	1.439.444,60	1.217.735,91	1.473.765,25	1.471.977,07	1.262.563,58	1.257.617,12	1.334.836,48	17.097.023,72	16.897.100,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	207.728,04	78.200,97	30.747,22	68.945,16	47.334,38	35.799,94	38.519,28	101.093,96	59.075,98	56.793,26	53.316,47	35.218,84	812.773,50	1.022.000,00
I.P.T.U.	1.476,49	995,25	0,00	1.507,65	0,00	0,00	4.256,69	49.039,63	3.867,22	4.430,51	1.022,71	506,23	367.102,38	70.000,00
I.R.R.F	166.620,94	34.615,57	16.997,71	18.891,25	22.866,46	15.308,68	15.480,37	15.654,53	15.663,91	18.662,32	16.513,93	0,00	357.275,67	250.000,00
I.S.S.	37.511,91	37.502,32	13.018,25	47.165,97	15.169,65	16.608,53	13.744,12	16.879,80	28.667,10	30.887,94	33.274,14	33.781,03	324.210,76	600.000,00
I.T.B.I.	1.566,26	4.521,26	360,20	0,00	2.534,16	2.197,17	774,05	4.249,41	872,94	281,20	0,00	447,70	17.804,35	40.000,00
Outras Receitas Tributárias	552,44	566,57	371,06	1.380,29	6.764,11	1.695,56	4.264,05	15.270,59	10.004,81	2.521,29	2.505,69	483,88	48.380,34	62.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.362,78	3.762,42	3.857,26	3.607,63	4.271,16	3.539,06	3.931,77	3.891,33	3.770,16	3.790,19	0,00	7.725,21	45.508,97	52.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	17.633,43	22.039,27	978,16	22.186,04	22.487,31	29.073,21	22.659,35	25.686,04	27.314,69	26.196,91	33.871,20	32.361,84	282.487,45	144.700,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	189,63	1.535,67	5.376,00	921,60	0,00	0,00	8.023,10	5.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	10.158,18	7.763,49	5.310,89	3.228,60	10.188,16	4.889,50	5.685,10	12.018,79	12.974,95	5.226,55	5.133,60	7.457,40	90.035,21	125.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.167.966,67	1.205.506,24	1.357.710,19	1.971.268,82	1.321.971,30	1.360.743,87	1.144.838,64	1.326.416,52	1.360.812,80	1.167.643,65	1.162.148,69	1.251.581,29	15.798.467,68	15.463.500,00
Cota-Parte do F.P.M.	352.678,29	352.690,56	490.575,88	601.209,67	499.576,36	635.192,90	376.793,29	430.046,10	573.089,30	429.779,99	369.126,63	448.426,05	5.559.185,02	6.100.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	333.762,64	324.496,95	356.345,62	354.834,54	386.133,11	386.287,83	373.619,22	364.296,81	370.304,96	375.683,42	349.116,90	366.261,99	4.323.143,99	4.000.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	18.550,22	17.249,56	8.402,22	7.078,23	6.796,13	11.937,39	21.819,55	24.859,31	23.761,53	34.293,47	26.661,57	26.197,03	227.609,21	200.000,00
Cota-Parte do I.T.R.	14.094,85	78.417,03	3.310,14	6.913,14	3.860,55	17.178,61	732,45	207,08	185,28	400,48	221,80	8.658,51	134.179,92	130.000,00
Outras Transferências Correntes	241.820,62	230.950,40	272.296,59	775.063,72	197.821,36	108.778,22	168.759,47	300.305,39	167.646,54	125.112,27	218.316,08	189.826,88	2.994.696,54	2.447.500,00
Transferências da LC 61/1989	4.681,69	5.004,75	5.551,56	5.933,43	6.188,69	5.239,48	5.119,67	5.573,53	6.062,12	5.773,83	5.931,54	6.114,10	67.174,40	64.000,00
Transferências da LC 87/1996	1.474,96	1.474,96	1.474,96	1.474,96	1.635,38	1.635,38	0,00	1.635,38	1.635,38	1.635,38	1.635,38	1.635,38	17.347,50	22.000,00
Transferências do FUNDEB	200.903,40	195.222,03	219.753,22	218.619,13	219.956,72	214.494,05	197.995,99	199.492,92	218.127,69	194.964,81	191.139,79	204.461,35	2.475.131,10	2.500.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.618,85	1.569,71	15.184,97	21.324,73	1.312,68	5.399,02	1.913,14	3.122,74	2.652,49	1.991,42	3.146,16	491,90	59.727,81	84.900,00
DEDUÇÕES (II)	145.048,31	155.865,17	173.131,89	195.496,42	180.838,40	207.894,11	155.616,64	165.323,44	195.007,52	167.221,80	150.538,61	171.458,44	2.063.440,75	2.103.200,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	145.048,31	155.865,17	173.131,89	195.496,42	180.838,40	207.894,11	155.616,64	165.323,44	195.007,52	167.221,80	150.538,61	171.458,44	2.063.440,75	2.103.200,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.263.419,64	1.162.976,93	1.240.626,80	1.894.922,56	1.226.726,59	1.231.550,49	1.062.120,27	1.308.441,81	1.276.969,55	1.095.341,78	1.107.078,51	1.163.378,04	15.033.882,97	14.793.900,00

FONTE:
Passos Maia, 12/09/2014

IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

FLAVIO ROBERTO ROSSI
CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7

KARINA PERIN GIOMBELLI
CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 4º BIMESTRE

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		R\$ 1,00			
RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
				No Bimestre	Até o Bimestre/2014
					Até o Bimestre/2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00	0,00
Receta de Contribuições dos Segurados		0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial		0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições		0,00	0,00	0,00	0,00
Receta Patrimonial		0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00
Receta de Serviços		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS		0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)		0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS		DESPESAS LIQUIDADAS			
		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	No Bimestre	Até o Bimestre/2014
					Até o Bimestre/2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS					
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA					
Valor					0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Passos Maia, 12/09/2014

IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

FLAVIO ROBERTO ROSSI
CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7

KARINA PERIN GIOMBELLI
CONTROLE INTERNO

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Recetas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS					
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA					
Valor					0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Passos Maia, 12/09/2014

IVANDRE BOCALON PREFEITO MUNICIPAL	FLAVIO ROBERTO ROSSI CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7	KARINA PERIN GIOMBELLI CONTROLE INTERNO
---------------------------------------	---	--

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 4º BIMESTRE

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	152.834,41	122.455,52	108.298,93
DEDUÇÕES (II)	3.124.248,75	3.243.568,83	3.294.374,84
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.271.439,14	4.728.821,71	4.285.383,92
Demais Haveres Financeiros	10.559,30	0,00	6.595,40
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	157.749,69	1.485.252,88	997.604,48
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.971.414,34	-3.121.113,31	-3.186.075,91
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-2.971.414,34	-3.121.113,31	-3.186.075,91

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2014 (C - A)
VALOR	-64.962,60	-214.661,57

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Passos Maia, 12/09/2014

IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

FLAVIO ROBERTO ROSSI
CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7

KARINA PERIN GIOMBELLI
CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 4º BIMESTRE

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	14.649.200,00	2.204.223,51	9.251.956,49	8.433.967,30
Receita Tributária	1.022.000,00	88.535,31	427.152,11	575.396,89
I.P.T.U.	70.000,00	1.528,94	63.122,99	59.169,71
I.S.S.	600.000,00	67.055,17	189.012,31	467.718,89
I.T.B.I.	40.000,00	447,70	11.356,63	11.340,48
I.R.R.F.	250.000,00	16.513,93	120.150,20	2.906,81
Outras Receitas Tributárias	62.000,00	2.989,57	43.509,98	34.261,00
Receita de Contribuição	52.000,00	7.725,21	30.918,88	29.569,99
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	52.000,00	7.725,21	30.918,88	29.569,99
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	144.700,00	66.233,04	219.650,55	151.039,09
(-) Aplicações Financeiras	144.700,00	66.233,04	219.650,55	151.039,09
Transferências Correntes	13.360.300,00	2.091.733,93	8.702.258,80	7.752.913,35
F.P.M.	4.880.000,00	654.042,19	3.009.624,70	2.858.343,78
I.C.M.S.	3.200.000,00	572.303,24	2.362.964,09	1.942.970,27
Convênios	164.000,00	41.583,78	145.592,22	103.038,21
Outras Transferências Correntes	5.116.300,00	823.804,72	3.184.077,79	2.848.561,09
Demais Receitas Correntes	214.900,00	16.229,06	91.626,70	76.087,07
Dívida Ativa	15.000,00	572,50	3.495,60	6.947,06
Diversas Receitas Correntes	199.900,00	15.656,56	88.131,10	69.140,01
RECEITAS DE CAPITAL (II)	17,00	346.736,61	1.395.446,61	341.250,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	17,00	346.736,61	1.395.446,61	341.250,00
Convênios	17,00	346.736,61	1.395.446,61	341.250,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	17,00	346.736,61	1.395.446,61	341.250,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	14.649.217,00	2.550.960,12	10.647.403,10	8.775.217,30
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	14.358.481,68	2.252.744,59	9.253.126,79	8.730.372,34
Pessoal e Encargos Sociais	8.266.677,65	1.240.199,66	4.934.085,12	4.954.806,29
Juros e Encargos da Dívida (IX)	40.000,00	3.563,03	14.392,38	20.044,77
Outras Despesas Correntes	6.051.804,03	1.008.981,90	4.304.649,29	3.755.521,28
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	14.318.481,68	2.249.181,56	9.238.734,41	8.710.327,57
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	4.154.725,18	200.942,27	1.486.865,93	972.700,48
Investimentos	4.099.725,18	186.785,68	1.442.330,45	732.902,21
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	55.000,00	14.156,59	44.535,48	239.798,27
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	4.099.725,18	186.785,68	1.442.330,45	732.902,21

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	20.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	18.438.206,86	2.435.967,24	10.681.064,86	9.443.229,78
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-3.788.989,86	114.992,88	-33.661,76	-668.012,48
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	639.273,49	0,00
Superávit Financeiro	-	-	639.273,49	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-49.700,00

FONTE:

Passos Maia, 12/09/2014

IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

FLAVIO ROBERTO ROSSI
CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7

KARINA PERIN GIOMBELLI
CONTROLE INTERNO

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	14.649.200,00	2.204.223,51	9.251.956,49	8.433.967,30
Receita Tributária	1.022.000,00	88.535,31	427.152,11	575.396,89
I.P.T.U.	70.000,00	1.528,94	63.122,99	59.169,71
I.S.S.	600.000,00	67.055,17	189.012,31	467.718,89
I.T.B.I.	40.000,00	447,70	11.356,63	11.340,48
I.R.R.F.	250.000,00	16.513,93	120.150,20	2.906,81
Outras Receitas Tributárias	62.000,00	2.989,57	43.509,98	34.261,00
Receita de Contribuição	52.000,00	7.725,21	30.918,88	29.569,99
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	52.000,00	7.725,21	30.918,88	29.569,99
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	144.700,00	66.233,04	219.650,55	151.039,09
(-) Aplicações Financeiras	144.700,00	66.233,04	219.650,55	151.039,09
Transferências Correntes	13.360.300,00	2.091.733,93	8.702.258,80	7.752.913,35
F.P.M.	4.880.000,00	654.042,19	3.009.624,70	2.858.343,78
I.C.M.S.	3.200.000,00	572.303,24	2.362.964,09	1.942.970,27
Convênios	164.000,00	41.583,78	145.592,22	103.038,21
Outras Transferências Correntes	5.116.300,00	823.804,72	3.184.077,79	2.848.561,09
Demais Receitas Correntes	214.900,00	16.229,06	91.626,70	76.087,07
Dívida Ativa	15.000,00	572,50	3.495,60	6.947,06
Diversas Receitas Correntes	199.900,00	15.656,56	88.131,10	69.140,01
RECEITAS DE CAPITAL (II)	17,00	346.736,61	1.395.446,61	341.250,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	17,00	346.736,61	1.395.446,61	341.250,00
Convênios	17,00	346.736,61	1.395.446,61	341.250,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	17,00	346.736,61	1.395.446,61	341.250,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	14.649.217,00	2.550.960,12	10.647.403,10	8.775.217,30
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	14.358.481,68	2.252.744,59	9.253.126,79	8.730.372,34
Pessoal e Encargos Sociais	8.266.677,65	1.240.199,66	4.934.085,12	4.954.806,29
Juros e Encargos da Dívida (IX)	40.000,00	3.563,03	14.392,38	20.044,77
Outras Despesas Correntes	6.051.804,03	1.008.981,90	4.304.649,29	3.755.521,28
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	14.318.481,68	2.249.181,56	9.238.734,41	8.710.327,57
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	4.154.725,18	200.942,27	1.486.865,93	972.700,48
Investimentos	4.099.725,18	186.785,68	1.442.330,45	732.902,21
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	55.000,00	14.156,59	44.535,48	239.798,27
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	4.099.725,18	186.785,68	1.442.330,45	732.902,21

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	20.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	18.438.206,86	2.435.967,24	10.681.064,86	9.443.229,78
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-3.788.989,86	114.992,88	-33.661,76	-668.012,48
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	639.273,49	0,00
Superávit Financeiro	-	-	639.273,49	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-49.700,00

FONTE:

Passos Maia, 12/09/2014

IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

FLAVIO ROBERTO ROSSI
CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7

KARINA PERIN GIOMBELLI
CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 4º BIMESTRE

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 7 (LRF art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS						
	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	157.749,69	157.749,69	-	-	-	-	-	-	-	-
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	157.749,69	157.749,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	4.853,87	4.853,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO	0,00	4.379,14	4.379,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIME	0,00	10.121,00	10.121,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA CIDADANIA E REFORMA AGRARI	0,00	6.961,14	6.961,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PL	0,00	19.686,21	19.686,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	0,00	11.649,20	11.649,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES	0,00	30.521,06	30.521,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E DO DESEN	0,00	66.578,07	66.578,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	157.749,69	157.749,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Passos Maia, 12/09/2014

IVANDRE BOCALON PREFEITO MUNICIPAL	FLAVIO ROBERTO ROSSI CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7	KARINA PERIN GIOMBELLI CONTROLE INTERNO
---------------------------------------	---	--

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 4º BIMESTRE

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	972.600,00	972.600,00	86.183,35	387.529,60	39,84
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	80.600,00	80.600,00	2.166,55	66.877,06	82,97
1.1.1- IPTU	70.000,00	70.000,00	1.528,94	63.122,99	90,18
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	600,00	600,00	19,67	60,31	10,05
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	6.000,00	6.000,00	391,33	2.382,35	39,71
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	4.000,00	4.000,00	226,61	1.311,41	32,79
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	40.000,00	40.000,00	447,70	11.356,63	28,39
1.2.1- ITBI	40.000,00	40.000,00	447,70	11.356,63	28,39
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	602.000,00	602.000,00	67.055,17	189.145,71	31,42
1.3.1- ISS	600.000,00	600.000,00	67.055,17	189.012,31	31,50
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	2.000,00	2.000,00	0,00	133,40	6,67
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	250.000,00	250.000,00	16.513,93	120.150,20	48,06
1.4.1- IRRF	250.000,00	250.000,00	16.513,93	120.150,20	48,06
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	10.516.000,00	10.516.000,00	1.609.986,88	6.980.959,23	66,38
2.1- Cota-Parte FPM	6.100.000,00	6.100.000,00	817.552,68	3.762.030,62	61,67
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.970.000,00	5.970.000,00	817.552,68	3.762.030,62	63,02
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	130.000,00	130.000,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	4.000.000,00	4.000.000,00	715.378,89	2.953.704,24	73,84
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	22.000,00	22.000,00	3.270,76	11.447,66	52,03
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	64.000,00	64.000,00	12.045,64	46.002,97	71,88
2.5- Cota-Parte ITR	130.000,00	130.000,00	8.880,31	31.444,76	24,19
2.6- Cota-Parte IPVA	200.000,00	200.000,00	52.858,60	176.328,98	88,16
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	11.488.600,00	11.488.600,00	1.696.170,23	7.368.488,83	64,14
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	437.600,00	437.600,00	74.343,88	261.581,76	59,78
5.1- Transferências do Salário-Educação	240.000,00	240.000,00	38.137,35	164.099,02	68,37
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	64.000,00	64.000,00	13.504,00	40.512,00	63,30
5.4- Transferências Diretas - PNATE	132.000,00	132.000,00	22.537,94	56.344,85	42,69
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	1.600,00	1.600,00	164,59	625,89	39,12
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	164.003,00	164.003,00	143.520,39	458.308,83	279,45
6.1- Transferências de Convênios	164.003,00	164.003,00	143.520,39	458.308,83	279,45
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	231.000,00	231.000,00	2.028,02	115.501,45	50,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	832.603,00	832.603,00	219.892,29	835.392,04	100,33
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.103.200,00	2.103.200,00	321.997,05	1.393.898,96	66,28
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.220.000,00	1.220.000,00	163.510,49	752.405,92	61,67
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	800.000,00	800.000,00	143.075,65	590.740,15	73,84
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	4.400,00	4.400,00	654,14	2.289,49	52,03
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	12.800,00	12.800,00	2.409,13	9.200,60	71,88
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	26.000,00	26.000,00	1.776,06	6.288,90	24,19
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	40.000,00	40.000,00	10.571,58	32.973,90	82,43
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.505.000,00	2.505.000,00	397.301,40	1.648.236,29	65,80
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.500.000,00	2.500.000,00	395.601,14	1.640.633,32	65,63
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	5.000,00	5.000,00	1.700,26	7.602,97	152,06
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	396.800,00	396.800,00	73.604,09	246.734,36	62,18
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.753.000,00	1.753.000,00	286.393,48	988.125,72	56,37
13.1- Com Educação Infantil	300.000,00	300.000,00	65.375,81	168.003,93	56,00
13.2- Com Ensino Fundamental	1.453.000,00	1.453.000,00	221.017,67	820.121,79	56,44
14- OUTRAS DESPESAS	752.000,00	752.702,71	212.720,16	657.598,71	87,36
14.1- Com Educação Infantil	40.000,00	40.000,00	30.413,51	37.166,99	92,92
14.2- Com Ensino Fundamental	712.000,00	712.702,71	182.306,65	620.431,72	87,05
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.505.000,00	2.505.702,71	499.113,64	1.645.724,43	65,68
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.645.724,43
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* $(13 - (16.1 + 17.1)) / (11) \times 100$ %					59,95
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério $(14 - (16.2 + 17.2)) / (11) \times 100$ %					39,90
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício $(100 - (19.1 + 19.2))$ %					0,15
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)*	2.872.150,00	2.872.150,00	424.042,56	1.842.122,21	64,14
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	515.000,00	515.000,00	96.810,32	212.824,61	41,33
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.185.950,00	3.186.652,71	389.222,03	1.847.572,03	57,98
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.165.000,00	2.165.702,71	403.324,32	1.440.553,51	66,52
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.020.950,00	1.020.950,00	-14.102,29	407.018,52	39,87
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.700.950,00	3.701.652,71	486.032,35	2.060.396,64	55,66
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					246.734,36
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					7.602,97
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					702,71
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO * 4					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					255.040,04
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					1.805.356,60
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 $((38) / (3) \times 100)$ %					24,5
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	240.500,00	240.500,00	36.340,64	174.972,80	72,75
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	362.103,00	1.296.324,57	86.397,03	470.796,84	36,32
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	602.603,00	1.536.824,57	122.737,67	645.769,64	42,02
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	4.303.553,00	5.238.477,28	608.770,02	2.706.166,28	51,66

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.640.633,32	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		7.602,97	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		1.648.236,29	0,00

Passos Maia, 12/09/2014

IVANDRE BOCALON	FLAVIO ROBERTO ROSSI	KARINA PERIN GIOMBELLI
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7	CONTROLE INTERNO

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 702,71, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	972.600,00	972.600,00	86.183,35	387.529,60	39,84
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	80.600,00	80.600,00	2.166,55	66.877,06	82,97
1.1.1- IPTU	70.000,00	70.000,00	1.528,94	63.122,99	90,18
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	600,00	600,00	19,67	60,31	10,05
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	6.000,00	6.000,00	391,33	2.382,35	39,71
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	4.000,00	4.000,00	226,61	1.311,41	32,79
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	40.000,00	40.000,00	447,70	11.356,63	28,39
1.2.1- ITBI	40.000,00	40.000,00	447,70	11.356,63	28,39
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	602.000,00	602.000,00	67.055,17	189.145,71	31,42
1.3.1- ISS	600.000,00	600.000,00	67.055,17	189.012,31	31,50
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	2.000,00	2.000,00	0,00	133,40	6,67
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	250.000,00	250.000,00	16.513,93	120.150,20	48,06
1.4.1- IRRF	250.000,00	250.000,00	16.513,93	120.150,20	48,06
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	10.516.000,00	10.516.000,00	1.609.986,88	6.980.959,23	66,38
2.1- Cota-Parte FPM	6.100.000,00	6.100.000,00	817.552,68	3.762.030,62	61,67
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.970.000,00	5.970.000,00	817.552,68	3.762.030,62	63,02
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	130.000,00	130.000,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	4.000.000,00	4.000.000,00	715.378,89	2.953.704,24	73,84
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	22.000,00	22.000,00	3.270,76	11.447,66	52,03
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	64.000,00	64.000,00	12.045,64	46.002,97	71,88
2.5- Cota-Parte ITR	130.000,00	130.000,00	8.880,31	31.444,76	24,19
2.6- Cota-Parte IPVA	200.000,00	200.000,00	52.858,60	176.328,98	88,16
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	11.488.600,00	11.488.600,00	1.696.170,23	7.368.488,83	64,14

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	437.600,00	437.600,00	74.343,88	261.581,76	59,78
5.1- Transferências do Salário-Educação	240.000,00	240.000,00	38.137,35	164.099,02	68,37
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	64.000,00	64.000,00	13.504,00	40.512,00	63,30
5.4- Transferências Diretas - PNATE	132.000,00	132.000,00	22.537,94	56.344,85	42,69
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	1.600,00	1.600,00	164,59	625,89	39,12
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	164.003,00	164.003,00	143.520,39	458.308,83	279,45
6.1- Transferências de Convênios	164.003,00	164.003,00	143.520,39	458.308,83	279,45
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	231.000,00	231.000,00	2.028,02	115.501,45	50,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	832.603,00	832.603,00	219.892,29	835.392,04	100,33

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.103.200,00	2.103.200,00	321.997,05	1.393.898,96	66,28
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.220.000,00	1.220.000,00	163.510,49	752.405,92	61,67
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	800.000,00	800.000,00	143.075,65	590.740,15	73,84
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	4.400,00	4.400,00	654,14	2.289,49	52,03
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	12.800,00	12.800,00	2.409,13	9.200,60	71,88
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	26.000,00	26.000,00	1.776,06	6.288,90	24,19
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	40.000,00	40.000,00	10.571,58	32.973,90	82,43
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.505.000,00	2.505.000,00	397.301,40	1.648.236,29	65,80
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.500.000,00	2.500.000,00	395.601,14	1.640.633,32	65,63
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	5.000,00	5.000,00	1.700,26	7.602,97	152,06
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	396.800,00	396.800,00	73.604,09	246.734,36	62,18

ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.753.000,00	1.753.000,00	286.393,48	988.125,72	56,37
13.1- Com Educação Infantil	300.000,00	300.000,00	65.375,81	168.003,93	56,00
13.2- Com Ensino Fundamental	1.453.000,00	1.453.000,00	221.017,67	820.121,79	56,44
14- OUTRAS DESPESAS	752.000,00	752.702,71	212.720,16	657.598,71	87,36
14.1- Com Educação Infantil	40.000,00	40.000,00	30.413,51	37.166,99	92,92
14.2- Com Ensino Fundamental	712.000,00	712.702,71	182.306,65	620.431,72	87,05
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.505.000,00	2.505.702,71	499.113,64	1.645.724,43	65,68
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.645.724,43
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					59,95
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					39,90
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					0,15
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)*	2.872.150,00	2.872.150,00	424.042,56	1.842.122,21	64,14
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	515.000,00	515.000,00	96.810,32	212.824,61	41,33
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.185.950,00	3.186.652,71	389.222,03	1.847.572,03	57,98
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.165.000,00	2.165.702,71	403.324,32	1.440.553,51	66,52
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.020.950,00	1.020.950,00	-14.102,29	407.018,52	39,87
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.700.950,00	3.701.652,71	486.032,35	2.060.396,64	55,66
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					246.734,36
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					7.602,97
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					702,71
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO * 4					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					255.040,04
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					1.805.356,60
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					24,5
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	240.500,00	240.500,00	36.340,64	174.972,80	72,75
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	362.103,00	1.296.324,57	86.397,03	470.796,84	36,32
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	602.603,00	1.536.824,57	122.737,67	645.769,64	42,02
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	4.303.553,00	5.238.477,28	608.770,02	2.706.166,28	51,66

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.640.633,32	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		7.602,97	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		1.648.236,29	0,00

Passos Maia, 12/09/2014

IVANDRE BOCALON	FLAVIO ROBERTO ROSSI	KARINA PERIN GIOMBELLI
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7	CONTROLE INTERNO

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 702,71, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recurso de impostos foi de R\$ 0,00.

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 4º BIMESTRE

Município de Passos Maia - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	500,00	0,00	0,00	500,00
Investimentos	500,00	0,00	0,00	500,00
TOTAL	500,00	0,00	0,00	500,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Passos Maia, 12/09/2014

 IVANDRE BOCALON
 PREFEITO MUNICIPAL

 FLAVIO ROBERTO ROSSI
 CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7

 KARINA PERIN GIOMBELLI
 CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 4º BIMESTRE

Município de Passos Maia - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	0,00		0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	4.154.725,18	1.486.865,93	0,00	2.667.859,25
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	4.154.725,18	1.486.865,93	0,00	2.667.859,25
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-4.154.725,18	-1.486.865,93		-2.667.859,25

FONTE:

Passos Maia, 12/09/2014

 IVANDRE BOCALON
 PREFEITO MUNICIPAL

 FLAVIO ROBERTO ROSSI
 CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7

 KARINA PERIN GIOMBELLI
 CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 4º BIMESTRE

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	972.510,00	972.510,00	387.520,43	39,85
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	70.000,00	70.000,00	63.122,99	90,18
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	40.000,00	40.000,00	11.356,63	28,39
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	600.000,00	600.000,00	189.012,31	31,50
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	250.000,00	250.000,00	120.150,20	48,06
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	510,00	510,00	51,14	10,03
Dívida Ativa dos Impostos	8.000,00	8.000,00	2.515,75	31,45
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	4.000,00	4.000,00	1.311,41	32,79
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	10.494.000,00	10.494.000,00	6.969.511,57	66,41
Cota-Parte FPM	6.100.000,00	6.100.000,00	3.762.030,62	61,67
Cota-Parte ITR	130.000,00	130.000,00	31.444,76	24,19
Cota-Parte IPVA	200.000,00	200.000,00	176.328,98	88,16
Cota-Parte ICMS	4.000.000,00	4.000.000,00	2.953.704,24	73,84
Cota-Parte IPI-Exportação	64.000,00	64.000,00	46.002,97	71,88
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	11.466.510,00	11.466.510,00	7.357.032,00	64,16

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	1.115.800,00	1.115.800,00	673.569,72	60,37
Provenientes da União	1.115.800,00	1.115.800,00	673.569,72	60,37
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	2,00	2,00	321.980,00	16.099.000,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	100,00	100,00	3.922,32	3.922,32
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.115.902,00	1.115.902,00	999.472,04	89,57

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	3.681.090,00	3.680.390,00	2.455.878,51	66,73	2.369.156,38	64,37
Pessoal e Encargos Sociais	2.434.000,00	2.228.717,65	1.297.126,25	58,20	1.296.315,59	58,16
Outras Despesas Correntes	1.247.090,00	1.451.672,35	1.158.752,26	79,82	1.072.840,79	73,90
DESPESAS DE CAPITAL	79.102,00	581.481,00	492.297,15	84,66	311.211,80	53,52
Investimentos	79.102,00	581.481,00	492.297,15	84,66	311.211,80	53,52

Continua 1/4

Município de Passos Maia - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS P

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)		DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
						Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL		79.102,00		581.481,00		492.297,15	84,66	311.211,80	53,52
Investimentos		79.102,00		581.481,00		492.297,15	84,66	311.211,80	53,52
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)		3.760.192,00		4.261.871,00		2.948.175,66	69,18	2.680.368,18	62,89
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO									
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS		0,00		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL		0,00		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS		1.239.902,00		1.725.081,00		1.238.584,99	42,01	1.036.476,72	38,67
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS		1.239.800,00		1.239.800,00		790.104,99	26,80	769.082,07	28,69
Recursos de Operações de Crédito		0,00		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos		102,00		485.281,00		448.480,00	15,21	267.394,65	9,98
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS		0,00		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹		-		-		0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²		0,00		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE		0,00		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)		1.239.902,00		1.725.081,00		1.238.584,99	42,01	1.036.476,72	38,67
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)		2.520.290,00		2.536.790,00		1.709.590,67	27,16	1.643.891,46	24,22
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5									
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]									
540.336,66									

Continua 2/4

Município de Passos Maia - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2013		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE		
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS						
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013		0,00	0,00		0,00			
TOTAL (VIII)		0,00	0,00		0,00			
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26								
		LIMITE NÃO CUMPRIDO						
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
		-	-		-			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)								
		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
				Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100	
Atenção Básica		3.613.492,00	4.115.171,00	2.839.265,42	96,31	2.571.457,94	95,94	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial		124.500,00	124.500,00	90.565,04	3,07	90.565,04	3,38	
Vigilância Sanitária		12.200,00	12.200,00	9.645,20	0,33	9.645,20	0,36	
Vigilância Epidemiológica		10.000,00	10.000,00	8.700,00	0,30	8.700,00	0,32	
TOTAL		3.760.192,00	4.261.871,00	2.948.175,66	100,00	2.680.368,18	100,00	

FONTE:

- ¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
- ² O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- ³ O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- ⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
- ⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
- ⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula IV/(h+i) - (15 x IIIb)/1001

Continua 3/4

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

Passos Maia, 12/09/2014

IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

FLAVIO ROBERTO ROSSI
CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7

KARINA PERIN GIOMBELLI
CONTROLE INTERNO

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	972.510,00	972.510,00	387.520,43	39,85		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	70.000,00	70.000,00	63.122,99	90,18		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	40.000,00	40.000,00	11.356,63	28,39		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	600.000,00	600.000,00	189.012,31	31,50		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	250.000,00	250.000,00	120.150,20	48,06		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	510,00	510,00	51,14	10,03		
Dívida Ativa dos Impostos	8.000,00	8.000,00	2.515,75	31,45		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	4.000,00	4.000,00	1.311,41	32,79		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	10.494.000,00	10.494.000,00	6.969.511,57	66,41		
Cota-Parte FPM	6.100.000,00	6.100.000,00	3.762.030,62	61,67		
Cota-Parte ITR	130.000,00	130.000,00	31.444,76	24,19		
Cota-Parte IPVA	200.000,00	200.000,00	176.328,98	88,16		
Cota-Parte ICMS	4.000.000,00	4.000.000,00	2.953.704,24	73,84		
Cota-Parte IPI-Exportação	64.000,00	64.000,00	46.002,97	71,88		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	11.466.510,00	11.466.510,00	7.357.032,00	64,16		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	1.115.800,00	1.115.800,00	673.569,72	60,37		
Provenientes da União	1.115.800,00	1.115.800,00	673.569,72	60,37		
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	2,00	2,00	321.980,00	16.099.000,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	100,00	100,00	3.922,32	3.922,32		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.115.902,00	1.115.902,00	999.472,04	89,57		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	3.681.090,00	3.680.390,00	2.455.878,51	66,73	2.369.156,38	64,37
Pessoal e Encargos Sociais	2.434.000,00	2.228.717,65	1.297.126,25	58,20	1.296.315,59	58,16
Outras Despesas Correntes	1.247.090,00	1.451.672,35	1.158.752,26	79,82	1.072.840,79	73,90
DESPESAS DE CAPITAL	79.102,00	581.481,00	492.297,15	84,66	311.211,80	53,52
Investimentos	79.102,00	581.481,00	492.297,15	84,66	311.211,80	53,52

Continua 1/4

Município de Passos Maia - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA				INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE		
Inscritos em 2013				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º										
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013				SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
				0,00	0,00			0,00		
				0,00	0,00			0,00		
TOTAL (VIII)				0,00	0,00			0,00		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26				LIMITE NÃO CUMPRIDO						
				SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
				-	-			-		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)				DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
						Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100	
				Atenção Básica	3.613.492,00	4.115.171,00	2.839.265,42	96,31	2.571.457,94	95,94
				Assistência Hospitalar e Ambulatorial	124.500,00	124.500,00	90.565,04	3,07	90.565,04	3,38
				Vigilância Sanitária	12.200,00	12.200,00	9.645,20	0,33	9.645,20	0,36
Vigilância Epidemiológica	10.000,00	10.000,00	8.700,00	0,30	8.700,00	0,32				
TOTAL				3.760.192,00	4.261.871,00	2.948.175,66	100,00	2.680.368,18		

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
² O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
³ O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula IV/(h+i) - (15 x IIIb)/1001

Continua 3/4

Município de Passos Maia - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Passos Maia, 12/09/2014

IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

FLAVIO ROBERTO ROSSI
CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7

KARINA PERIN GIOMBELLI
CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 4º BIMESTRE

Município de Passos Maia - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Passos Maia, 12/09/2014

 IVANDRE BOCALON
 PREFEITO MUNICIPAL

 FLAVIO ROBERTO ROSSI
 CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7

 KARINA PERIN GIOMBELLI
 CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 4º BIMESTRE

Município de Passos Maia - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	14.793.917,00	
Previsão Atualizada		—	14.793.917,00	
Receitas Realizadas		2.617.193,16	10.867.053,65	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	639.273,49	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	14.793.917,00	
Créditos Adicionais		—	3.739.289,86	
Dotação Atualizada		—	18.533.206,86	
Despesas Empenhadas		2.104.821,42	12.706.103,42	
Despesas Liquidadas		2.453.686,86	10.739.992,72	
Superavit Orçamentário		—	127.060,93	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		2.104.821,42	12.706.103,42	
Despesas Liquidadas		2.453.686,86	10.739.992,72	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			15.033.582,97	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-214.661,57	0,00
Resultado Primário		-49.700,00	-33.661,76	67,73
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	157.749,69	0,00	157.749,69	0,00
EXECUTIVO	157.749,69	0,00	157.749,69	0,00
TOTAL:	157.749,69	0,00	157.749,69	0,00
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.805.356,60	25%	24,50
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		988.125,72	60%	59,95
Liquidadas		988.125,72		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		1.486.865,93	2.667.859,25	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Município de Passos Maia - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	500,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.643.891,46	15,00	22,34
Liquidadas	1.643.891,46		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)			0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Passos Maia, 12/09/2014

 IVANDRE BOCALON
 PREFEITO MUNICIPAL

 FLAVIO ROBERTO ROSSI
 CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7

 KARINA PERIN GIOMBELLI
 CONTROLE INTERNO

Paulo Lopes

PREFEITURA

Portaria Nº 330/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 330/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

EXONERAR A PEDIDO, a Servidora Pública Municipal, Talisneia Sousa Candido, brasileira, portadora do CPF nº 041.103.229-10, matrícula nº 11041 ocupante do Cargo de Professora ACT, nomeada pela portaria nº 294/2014, a disposição na Secretaria Municipal de Educação, por motivos pessoais.

Município de Paulo Lopes-SC, em 10 de Setembro de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 331/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 332/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e exposição de motivo nº 63/2014, resolve:

AMPLIAR CONTRATO POR PRAZO TEMPORÁRIO, a Servidora Pública Municipal, Adirléia Sousa da Silva, brasileira, portadora do CPF nº 868.446.369-20, matrícula nº 11024, ensino superior incompleto, classificada na sexta posição do Processo Seletivo nº 008/2013, para atuar no Cargo de Professora, em substituição a titular Caitia Salvelina Bernardo Bitencourt, com carga horária de 20hs semanais, disposição da Secretaria Municipal de Educação, até 18/10/2014, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 10 de Setembro de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 332/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 332/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e exposição de motivo nº 63/2014, resolve:

AMPLIAR CONTRATO POR PRAZO TEMPORÁRIO, a Servidora Pública Municipal, Adirléia Sousa da Silva, brasileira, portadora do CPF nº 868.446.369-20, matrícula nº 11024, ensino superior incompleto, classificada na sexta posição do Processo Seletivo nº 008/2013, para atuar no Cargo de Professora, em substituição a titular Caitia Salvelina Bernardo Bitencourt, com carga horária de 20hs semanais, disposição da Secretaria Municipal de Educação, até 18/10/2014, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 10 de Setembro de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 333/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 333 /2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação vigente, Resolve:

TORNAR SEM EFEITO a portaria de nº 304/2014 que colocou a disposição da Secretaria Municipal de Educação, o Servidor Público Municipal efetivo e estável, João dos Passos Custódio, brasileiro, portador do CPF nº 522.157.849-20, matrícula nº 10929, ocupante do Cargo de Motorista, que retorna a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social _ RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 11 de Setembro de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 334/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 334/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

COLOCAR A DISPOSIÇÃO, da Secretaria Municipal de Saúde, a Servidora Pública Municipal efetiva e estável, Ivonete Lochs Herdt, nomeada pela portaria nº 043/2012, brasileira, portadora do CPF nº 898.753.899-00 matrícula nº 10740 ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Município de Paulo Lopes - SC, em 11 de Setembro de 2014.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 335/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 335/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal vigente, resolve:

DESIGNAR, Eduardo Manoel da Rosa, brasileiro, casado, portador do CPF nº 000.176.079-30, matrícula nº 987, ocupante do Cargo de Fiscal de Tributos, para proceder como Leiloeiro, no leilão a ser realizado no dia 16/09/2014, às 09h00min, conforme Edital de Licitação nº 02/2014 de 28/08/2014.

Município de Paulo Lopes - SC, em 12 de setembro de 2014.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira

Secretário Municipal de Administração

Balanco Orçamentário

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	15.771.800,00	15.771.800,00	2.458.581,30	15,59	10.259.338,33	65,05
RECEITAS CORRENTES	14.771.800,00	14.771.800,00	2.343.563,50	15,87	9.761.500,17	66,08
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.313.000,00	1.313.000,00	186.235,38	14,18	874.781,14	66,62
IMPOSTOS	1.050.000,00	1.050.000,00	172.174,88	16,40	702.610,74	66,92
TAXAS	263.000,00	263.000,00	14.060,50	5,35	172.170,40	65,46
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	400.000,00	400.000,00	67.881,99	16,97	268.739,44	67,18
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	400.000,00	400.000,00	67.881,99	16,97	268.739,44	67,18
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	32.366,02	0,00	121.256,88	0,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	32.366,02	0,00	121.256,88	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	25.000,00	25.000,00	1.215,00	4,86	4.215,00	16,86
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.346.800,00	12.346.800,00	2.028.190,23	16,43	8.359.276,89	67,70
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	12.331.800,00	12.331.800,00	2.028.190,23	16,45	8.359.276,89	67,79
Transf. de Instituições Privadas	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. de Pessoas	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	687.000,00	687.000,00	27.674,88	4,03	133.230,82	19,39
Multas e Juros de Mora	80.000,00	80.000,00	14.667,21	18,33	59.755,99	74,69
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	25.000,00	25.000,00	313,34	1,25	1.711,20	6,84
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	82.000,00	82.000,00	12.694,33	15,48	71.737,08	87,48
RECEITAS DIVERSAS	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	26,55	0,01
RECEITAS DE CAPITAL	1.000.000,00	1.000.000,00	115.017,80	11,50	497.838,16	49,78
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	115.017,80	0,00	492.838,16	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	115.017,80	0,00	492.838,16	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	15.771.800,00	15.771.800,00	2.458.581,30	15,59	10.259.338,33	65,05
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	15.771.800,00	15.771.800,00	2.458.581,30	15,59	10.259.338,33	65,05
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	15.771.800,00	15.771.800,00	2.458.581,30	15,59	10.259.338,33	65,05
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	337.854,76	—	—	246.123,48	—
Superávit Financeiro	—	337.854,76	—	—	246.123,48	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	15.771.800,00	3.501.376,69	19.273.176,69	3.915.065,42	12.034.829,87	2.487.711,11	9.408.643,19	48,82
DESPESAS CORRENTES	13.147.500,00	-123.891,66	13.023.608,34	1.776.841,08	8.693.340,45	2.037.492,16	8.062.897,03	61,91
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.222.000,00	-100.246,42	8.121.753,58	1.269.932,25	5.037.404,82	1.269.932,25	5.037.404,82	62,02
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.000,00	0,00	2.000,00	194,38	775,08	194,38	775,08	38,75
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.923.500,00	-23.645,24	4.899.854,76	506.714,45	3.655.160,55	767.365,53	3.024.717,13	61,73
DESPESAS DE CAPITAL	2.614.300,00	3.625.268,35	6.239.568,35	2.138.224,34	3.341.489,42	450.218,95	1.345.746,16	21,57
INVESTIMENTOS	2.284.300,00	3.625.268,35	5.909.568,35	2.138.079,96	3.013.363,62	450.074,57	1.017.620,36	17,22
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	330.000,00	0,00	330.000,00	144,38	328.125,80	144,38	328.125,80	99,43
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	15.771.800,00	3.501.376,69	19.273.176,69	3.915.065,42	12.034.829,87	2.487.711,11	9.408.643,19	48,82
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (c)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COMI REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	15.771.800,00	3.501.376,69	19.273.176,69	3.915.085,42	12.034.829,87	2.487.711,11	9.408.643,19	9.864.533,50
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	850.695,14	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	15.771.800,00	3.501.376,69	19.273.176,69	3.915.085,42	12.034.829,87	2.487.711,11	10.259.338,33	9.864.533,50

FONTE:

PAULO LOPES , 10/09/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS Prefeito Municipal	LUCENI F. SILVANO FERMIANO Secretária de Finanças	LUCIANE FIRMINA SILVANO Diretora de Controle Interno	LUCENI F. SILVANO FERMIANO Contadora CRC/SC 35.664/O-1
---	--	---	---

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)									
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			R\$ 1,00	
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)									
Legislativa	15.771.800,00	19.273.176,69	3.915.065,42	12.034.829,87	2.487.711,11	9.408.643,19	100,00	48,82	9.864.533,50
Ação Legislativa	1.120.000,00	1.120.000,00	110.381,35	468.359,04	110.381,35	468.359,04	4,98	41,82	651.640,96
Administração	3.372.000,00	3.492.000,00	287.571,41	1.856.274,49	305.173,11	1.701.099,58	18,08	48,71	1.790.900,42
Administração Geral	1.977.000,00	2.097.000,00	241.271,88	1.604.551,57	251.732,12	1.455.080,24	15,47	69,39	641.919,76
Administração Financeira	1.395.000,00	1.395.000,00	46.299,53	251.722,92	53.440,99	246.019,34	2,61	17,64	1.148.980,66
Assistência Social	395.000,00	425.000,00	48.266,14	214.110,45	50.951,67	185.239,89	1,97	43,59	239.760,11
Assistência ao Idoso	40.000,00	40.000,00	0,00	15.000,00	0,00	1.250,00	0,01	3,13	38.750,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	105.000,00	105.000,00	12.153,32	63.222,80	14.477,31	60.201,81	0,64	57,34	44.798,19
Assistência Comunitária	250.000,00	280.000,00	36.112,82	135.887,65	36.474,36	123.788,08	1,32	44,21	156.211,92
Saúde	3.858.000,00	3.980.500,00	644.662,03	2.434.465,94	686.965,57	2.362.255,50	25,11	59,35	1.618.244,50
Atenção Básica	3.858.000,00	3.980.500,00	644.662,03	2.434.465,94	686.965,57	2.362.255,50	25,11	59,35	1.618.244,50
Educação	4.347.000,00	5.139.434,76	672.139,91	3.097.600,89	756.261,27	2.913.371,13	30,96	56,69	2.226.063,63
Ensino Fundamental	3.580.000,00	4.406.434,76	597.445,46	2.725.397,11	647.494,45	2.570.825,08	27,32	58,34	1.835.609,68
Educação Infantil	723.000,00	689.000,00	74.694,45	332.203,78	101.823,97	322.861,62	3,43	46,86	366.138,38
Educação Especial	44.000,00	44.000,00	0,00	40.000,00	6.942,85	19.684,43	0,21	44,74	24.315,57
Cultura	91.000,00	170.980,98	130.012,98	140.139,37	2.791,62	12.918,01	0,14	7,56	158.062,97
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	91.000,00	170.980,98	130.012,98	140.139,37	2.791,62	12.918,01	0,14	7,56	158.062,97
Urbanismo	813.000,00	884.989,74	0,00	762.738,59	137.746,77	583.488,28	6,20	65,93	301.501,46
Infra-Estrutura Urbana	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Serviços Urbanos	810.000,00	780.000,00	0,00	760.000,00	137.746,77	580.749,69	6,17	74,46	199.250,31
Transportes Coletivos Urbanos	1.000,00	102.989,74	0,00	2.738,59	0,00	2.738,59	0,03	2,66	100.251,15
Habitatção	38.000,00	67.000,00	465,00	3.265,00	465,00	3.265,00	0,03	4,87	63.735,00
Habitatção Urbana	38.000,00	67.000,00	465,00	3.265,00	465,00	3.265,00	0,03	4,87	63.735,00
Saneamento	82.000,00	231.500,00	158.878,97	195.468,35	88.808,97	125.398,35	1,33	54,17	106.101,65
Saneamento Básico Rural	82.000,00	231.500,00	158.878,97	195.468,35	88.808,97	125.398,35	1,33	54,17	106.101,65
Agricultura	261.000,00	286.000,00	32.874,42	203.748,55	39.487,45	184.364,73	1,96	64,46	101.635,27
Extensão Rural	261.000,00	286.000,00	32.874,42	203.748,55	39.487,45	184.364,73	1,96	64,46	101.635,27
Transporte	1.278.800,00	3.363.771,21	1.820.803,01	2.624.571,95	298.352,76	836.706,90	8,89	24,87	2.527.064,31
Transporte Rodoviário	1.278.800,00	3.363.771,21	1.820.803,01	2.624.571,95	298.352,76	836.706,90	8,89	24,87	2.527.064,31

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	15.771.800,00	19.273.176,69	3.915.065,42	12.034.829,87	2.487.711,11	9.408.643,19	100,00	48,82
Desporto e Lazer	106.000,00	102.000,00	9.010,20	34.087,25	10.325,57	32.176,78	0,34	31,55
Desporto Comunitário	106.000,00	102.000,00	9.010,20	34.087,25	10.325,57	32.176,78	0,34	31,55
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	15.771.800,00	19.273.176,69	3.915.065,42	12.034.829,87	2.487.711,11	9.408.643,19	100,00	48,82

FONTE:

PAULO LOPES , 10/09/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Secretária de Finanças

LUCIANE FIRMINA SILVANO
Diretora de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.123.000,00	1.123.000,00	179.571,96	751.842,01	66,95
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	237.000,00	237.000,00	16.782,90	209.625,55	88,45
1.1.1- IPTU	175.000,00	175.000,00	9.937,70	166.764,15	95,29
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2.000,00	2.000,00	218,97	484,19	24,21
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	40.000,00	40.000,00	4.596,63	29.802,20	74,01
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	20.000,00	20.000,00	2.027,60	12.775,01	63,88
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	145.000,00	145.000,00	37.585,28	79.672,99	54,95
1.2.1- ITBI	145.000,00	145.000,00	37.585,28	79.672,99	54,95
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	511.000,00	511.000,00	87.788,98	331.605,58	64,89
1.3.1- ISS	500.000,00	500.000,00	87.237,50	325.235,71	65,05
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	2.000,00	2.000,00	157,73	426,19	21,31
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	7.000,00	7.000,00	241,15	4.483,72	64,05
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	2.000,00	2.000,00	152,60	1.459,96	73,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	230.000,00	230.000,00	37.414,40	130.937,89	56,93
1.4.1- IRRF	230.000,00	230.000,00	37.414,40	130.937,89	56,93
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	9.651.000,00	9.651.000,00	1.517.956,75	6.602.116,84	68,41
2.1- Cota-Parte FPM	6.000.000,00	6.000.000,00	817.552,68	3.857.285,62	64,29
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.000.000,00	6.000.000,00	817.552,68	3.857.285,62	64,29
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.100.000,00	3.100.000,00	551.490,74	2.281.705,90	73,60
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	15.000,00	15.000,00	2.490,92	8.718,22	58,12
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	50.000,00	50.000,00	9.179,05	35.047,56	70,10
2.5- Cota-Parte ITR	6.000,00	6.000,00	761,15	2.761,80	46,03
2.6- Cota-Parte IPVA	480.000,00	480.000,00	136.482,21	416.597,74	86,79
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	10.774.000,00	10.774.000,00	1.697.528,31	7.353.958,85	68,26
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	355.000,00	355.000,00	63.716,51	237.208,14	66,82
5.1- Transferências do Salário-Educação	250.000,00	250.000,00	41.513,82	178.484,49	71,39
5.2- Transferências Diretas - PDDE	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	60.000,00	60.000,00	12.012,00	36.036,00	60,06
5.4- Transferências Diretas - PNATE	25.000,00	25.000,00	6.356,60	11.820,08	47,28
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	3.834,09	10.867,57	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	873,50	3.578,94	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	873,50	3.578,94	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	417.000,00	417.000,00	46.227,73	352.289,42	84,48
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	772.000,00	772.000,00	110.817,74	593.076,50	76,82
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.930.200,00	1.930.200,00	303.590,96	1.320.521,57	68,41
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.200.000,00	1.200.000,00	163.510,49	771.556,92	64,30
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	620.000,00	620.000,00	110.298,00	456.340,51	73,60
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	3.000,00	3.000,00	498,18	1.743,63	58,12
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	10.000,00	10.000,00	1.835,81	7.009,35	70,09
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	1.200,00	1.200,00	152,21	552,31	46,03
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	96.000,00	96.000,00	27.296,27	83.318,85	86,79
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.300.000,00	2.300.000,00	382.919,63	1.595.421,02	69,37
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.300.000,00	2.300.000,00	378.366,19	1.580.045,86	68,70
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	4.553,44	15.375,16	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	369.800,00	369.800,00	74.775,23	259.524,29	70,18
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.570.000,00	1.570.000,00	267.306,77	986.413,25	62,83
13.1- Com Educação Infantil	240.000,00	240.000,00	35.237,00	155.093,55	64,62
13.2- Com Ensino Fundamental	1.330.000,00	1.330.000,00	232.069,77	831.319,70	62,51
14- OUTRAS DESPESAS	730.000,00	767.854,76	34.120,18	202.612,89	26,39
14.1- Com Educação Infantil	225.000,00	195.000,00	6.945,27	60.617,35	31,09
14.2- Com Ensino Fundamental	505.000,00	572.854,76	27.174,91	141.995,54	24,79
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.300.000,00	2.337.854,76	301.426,95	1.189.026,14	50,86
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.189.026,14
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					61,83
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					12,70
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					25,47
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					37.357,06
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					37.357,06
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	2.693.500,00	2.693.500,00	424.382,08	1.838.489,71	68,26
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	626.000,00	567.000,00	54.959,73	240.290,67	42,38
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.049.000,00	3.116.854,76	402.527,24	1.551.514,66	49,78
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.835.000,00	1.902.854,76	259.244,68	973.315,24	51,15
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.214.000,00	1.214.000,00	143.282,56	578.199,42	47,63
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.675.000,00	3.683.854,76	457.486,97	1.791.805,33	48,64
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					259.524,29
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					15.375,16
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					37.357,06
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					312.256,51
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					1.479.548,82
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					20,12
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	171.000,00	171.000,00	60.097,18	70.895,02	41,46
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	281.000,00	1.064.580,00	221.313,26	831.634,78	78,12
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	452.000,00	1.235.580,00	281.410,44	902.529,80	73,05
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	4.127.000,00	4.919.434,76	738.897,41	2.694.335,13	54,77

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	440.615,11	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.580.045,86	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.559.338,86	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	1.169.985,75	0,00
49.2 Restos a Pagar	389.353,11	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	15.375,16	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	476.697,27	0,00

PAULO LOPES, 10/09/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS Prefeito Municipal	LUCENI F. SILVANO FERMIANO Secretária de Finanças	LUCIANE FIRMINA SILVANO Diretora de Controle Interno	LUCENI F. SILVANO FERMIANO Contadora CRC/SC 35.664/O-1
---	--	---	---

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 37.357,06, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO MÊS DE AGOSTO DE 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO
MÊS DE AGOSTO DE 2014

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	166.764,15
1.2 - ITBI	79.672,99
1.3 - ISS	325.235,71
1.4 - FPM	3.857.285,62
1.5 - IRRF	130.937,89
1.6 - ICMS	2.281.705,90
1.7 - IPI	35.047,56
1.8 - IPVA	416.597,74
1.9 - ITR	2.761,80
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	8.718,22
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	34.085,92
1.12 - Multas e Juros de Mora	15.145,35
TOTAL	7.353.958,85

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 25% das Receitas Oriundas de Impostos	1.838.489,71
2.2 - Cota-Parte do FUNDEB	1.580.045,86
2.3 - Rendimento de Aplicação - FUNDEB	15.375,16
2.3 - Convênios	774.680,72
TOTAL	4.208.591,45

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Contribuição ao FUNDEB	1.320.423,37	1.320.521,57	98,20
3.2 - Professor em Efetivo Exercício - Fundeb 60%	957.252,61	986.413,25	29.160,64
3.3 - Manutenção do Ensino - Fundeb 40%	638.168,41	175.758,83	-462.409,58
3.4 - Manutenção do Ensino - 25% Constitucional	518.066,34	602.055,99	83.989,65
3.5 - Convênios e Transferências	774.680,72	1.010.921,74	236.241,02
TOTAL	4.208.591,45	4.095.671,38	-112.920,07

OBS.: 1 - Este formulário deverá ser publicado bimestralmente. Art. 72 da Lei de Diretrizes e Bases.2 - O atendimento aos percentuais mínimos exigidos, deverão ser apurados trimestralmente;
Art. 69, § 4º da Lei de Diretrizes de Bases.

Paulo Lopes, 10 de setembro de 2014.

% APLICADO : 26,14%

Aplicado a maior : 84.087,85

PREFEITO MUNICIPAL

CONTADOR

SECR. MUNIC. DA EDUCAÇÃO

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
	(a)	NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.993.164,25	0,00
Pessoal Ativo	6.814.719,93	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	178.444,32	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	87.176,18	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	87.176,18	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	6.905.988,07	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	6.905.988,07	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	14.580.834,32	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	47,36	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	7.873.650,53	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	7.479.968,01	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%	7.086.285,48	
FONTE:		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

PAULO LOPES, 10/09/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Secretária de Finanças

LUCIANE FIRMINA SILVANO
Diretora de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE MÊS DE AGOSTO DE 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE
MÊS DE AGOSTO DE 2014

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	166.764,15
1.2 - ITBI	79.672,99
1.3 - ISS	325.235,71
1.4 - FPM	3.857.285,62
1.5 - IRRF	130.937,89
1.6 - ICMS	2.281.705,90
1.7 - IPI	35.047,56
1.8 - IPVA	416.597,74
1.9 - ITR	2.761,80
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	8.718,22
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	34.085,92
1.12 - Multas e Juros de Mora	15.145,35
TOTAL	7.353.958,85

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 15% das Receitas Oriundas de Impostos	1.103.093,83
2.2 - Rendimento de Aplicação	20.510,11
2.3 - Convênios PAB / PSF / PACS / etc.	1.226.102,43
TOTAL	2.349.706,37

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Gastos com Saúde - 15% Constitucional	1.103.093,83	1.504.231,42	401.137,59
3.2 - Convênios e Transferências	1.246.612,54	815.327,74	-431.284,80
			0,00
			0,00
			0,00
TOTAL	2.349.706,37	2.319.559,16	-30.147,21

% aplicado = 20,45%

Aplicado a maior = 401.137,59

Paulo Lopes, 10 de setembro de 2014.

PREFEITO MUNICIPAL

CONTADOR

SECR. MUNIC. DA SAÚDE

Penha

PREFEITURA

Pp51/2014 - Pmp

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 88/2014 - PMP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2014 - PMP

Objeto: AQUISIÇÃO DE PALLETS DUPLA FACE E CONTENTORES DE PLÁSTICO PARA SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PENHA/SC.

Recebimento dos Envelopes até: 29/09/2014 às 17:00horas, na Secretaria de Administração, Avenida Nereu Ramos, 08, Centro, Penha/SC.

Abertura do Processo: 30/09/2014 às 09:00 horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, SITE www.penha-sc.gov.br e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23, ou (47) 3345-0200 Ramal 231. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 12 de setembro de 2014.

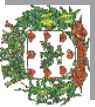
Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Peritiba

PREFEITURA

RREO 4º Bimestre 2014



Município de PERITIBA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)		% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) RECEITAS CORRENTES RECEITA TRIBUTÁRIA IMPOSTOS TAXAS RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO RECEITA PATRIMONIAL RECEITAS IMOBILIÁRIAS RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS RECEITA DE SERVIÇOS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS Transf. de Conv. OUTRAS RECEITAS CORRENTES Multas e Juros de Mora INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES RECEITA DA DÍVIDA ATIVA RECEITAS DIVERSAS RECEITAS DE CAPITAL ALIENAÇÃO DE BENS ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	12.550.000,00 12.390.000,00 418.130,00 335.000,00 83.130,00 122.000,00 2.000,00 120.000,00 50.000,00 50.000,00 50.000,00 170.000,00 170.000,00 11.541.758,00 11.466.758,00 75.000,00 88.112,00 16.020,00 0,00 43.000,00 29.092,00 160.000,00 0,00 0,00 160.000,00 0,00 0,00 0,00 0,00	12.550.000,00 12.390.000,00 418.130,00 335.000,00 83.130,00 122.000,00 2.000,00 120.000,00 50.000,00 50.000,00 50.000,00 170.000,00 170.000,00 11.541.758,00 11.466.758,00 75.000,00 88.112,00 16.020,00 0,00 43.000,00 29.092,00 160.000,00 0,00 0,00 160.000,00 0,00 0,00 0,00 0,00	1.853.053,15 1.712.199,01 58.405,63 49.614,60 8.791,03 16.459,37 0,00 16.459,37 45.594,93 28.459,00 17.135,93 33.672,32 1.544.909,69 1.532.924,09 11.985,60 13.157,07 4.400,92 259,60 6.580,71 1.915,84 140.854,14 3.000,00 3.000,00 40.354,14 97.500,00 0,00 97.500,00	14,77 13,82 13,97 14,81 10,58 13,49 0,00 13,72 91,19 0,00 34,27 19,81 13,39 13,37 15,98 14,93 27,47 0,00 15,30 6,59 88,03 0,00 0,00 25,22 0,00 0,00	8.462.984,71 7.276.581,41 320.235,45 257.449,26 62.786,19 66.296,69 0,00 66.296,69 81.855,69 28.459,00 53.396,69 91.744,08 6.655.151,53 6.619.194,73 35.956,80 61.297,97 12.965,24 288,48 39.724,28 8.319,97 1.186.403,30 3.100,00 3.100,00 186.392,30 996.911,00 468.280,00 528.631,00	67,43 58,73 76,59 76,85 75,53 54,34 0,00 55,25 163,71 0,00 106,79 53,97 57,66 57,73 47,94 69,57 80,93 0,00 92,38 28,60 0,00 0,00 116,50 0,00 0,00 0,00	4.087.015,29 5.113.418,59 97.894,55 77.550,74 20.343,81 55.703,31 2.000,00 53.703,31 -31.855,69 -28.459,00 -3.396,69 78.255,92 4.886.606,47 4.847.563,27 39.043,20 26.814,03 3.054,76 -288,48 3.275,72 20.772,03 -1.026.403,30 -3.100,00 -3.100,00 -26.392,30 -996.911,00 -468.280,00 -528.631,00
	RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)						—
	SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)						4.087.015,29
	OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)						0,00
	Operações de Crédito Internas						0,00
	Mobiliária						0,00
	Contratual						0,00

Continua 1/3

Continua 1/3



Município de PERITIBA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	12.550.000,00	12.550.000,00	1.853.053,15	14,77	8.462.984,71	67,43
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	12.550.000,00	12.550.000,00	1.853.053,15	14,77	8.462.984,71	67,43
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	61.110,00	—	—	28.295,14	—
Superávit Financeiro	—	61.110,00	—	—	28.295,14	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	12.550.000,00	1.422.266,22	13.972.266,22	1.631.171,84	9.061.407,55	2.228.043,75	7.861.790,05	56,27	6.110.476,17
DESPESAS CORRENTES	10.545.500,00	452.156,52	10.997.656,52	1.347.906,25	7.386.542,46	1.715.484,33	6.312.370,96	57,40	4.685.285,56
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.304.000,00	29.524,43	5.333.524,43	793.507,78	3.373.997,93	802.370,63	3.240.699,02	60,76	2.092.825,41
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	59.000,00	0,00	59.000,00	0,00	59.000,00	6.440,50	36.202,59	61,36	22.797,41
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.182.500,00	422.632,09	5.605.132,09	554.398,47	3.953.544,53	906.673,20	3.035.489,35	54,16	2.569.662,74
DESPESAS DE CAPITAL	1.979.500,00	970.109,70	2.949.609,70	283.265,59	1.674.865,09	512.559,42	1.549.419,09	52,53	1.400.190,61
INVESTIMENTOS	1.463.500,00	981.829,70	2.445.329,70	216.265,59	1.312.865,09	410.482,51	1.271.593,13	52,00	1.173.736,57
INVERSOES FINANCEIRAS	345.000,00	-11.720,00	333.280,00	67.000,00	193.000,00	75.000,00	177.000,00	53,11	156.280,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	171.000,00	0,00	171.000,00	0,00	169.000,00	27.076,91	100.825,96	58,96	70.174,04
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	12.550.000,00	1.422.266,22	13.972.266,22	1.631.171,84	9.061.407,55	2.228.043,75	7.861.790,05	56,27	6.110.476,17
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3



Município de PERITIBA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	12.550.000,00	1.422.266,22	13.972.266,22	1.631.171,84	9.061.407,55	2.228.043,75	7.861.790,05	6.110.476,17
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	601.194,66	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	12.550.000,00	1.422.266,22	13.972.266,22	1.631.171,84	9.061.407,55	2.228.043,75	8.462.984,71	6.110.476,17

FONTE:

PERITIBA, 12/09/2014

NEUSA KLEIN MARASCHINI	ADRIANA BOLL
Prefeita Municipal	Controladora Geral CRC-023751/O-6 Controlador Geral do Município



Município de PERITIBA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00



Município de PERITIBA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 01/01/2014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

PERITIBA , 12/09/2014

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

ADRIANA BOLL
Contadora Geral CRC-023751/O-6

REGINA INÊS BRAND
Controlador Geral do Município



Município de PERITIBA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	3.100,00	-3.100,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	3.100,00	-3.100,00
TOTAL	0,00	3.100,00	-3.100,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	18.348,33	3.100,00	21.448,33

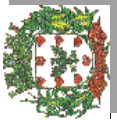
FONTE:

PERITIBA , 12/09/2014

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

ADRIANA BOLL
Contadora Geral CRC-023751/O-6

REGINA INÊS BRAND
Controlador Geral do Município



Município de PERITIBA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	340.520,00	340.520,00	262.990,38	77,23
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	85.000,00	85.000,00	94.448,85	111,12
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	50.000,00	50.000,00	32.716,14	65,43
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	100.000,00	100.000,00	64.028,06	64,03
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	100.000,00	100.000,00	66.256,21	66,26
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	1.320,00	1.320,00	858,48	65,04
Dívida Ativa dos Impostos	3.000,00	3.000,00	3.211,21	107,04
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	1.200,00	1.200,00	1.471,43	122,62
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	11.299.760,00	11.299.760,00	6.257.568,77	55,38
Cota-Parte FPM	7.500.000,00	7.500.000,00	3.857.285,62	51,43
Cota-Parte ITR	760,00	760,00	104,40	13,74
Cota-Parte IPVA	220.000,00	220.000,00	194.354,44	88,34
Cota-Parte ICMS	3.500.000,00	3.500.000,00	2.163.952,63	61,83
Cota-Parte IPI-Exportação	49.000,00	49.000,00	33.529,22	68,43
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	30.000,00	30.000,00	8.342,46	27,81
Desoneração ICMS (LC 87/96)	30.000,00	30.000,00	8.342,46	27,81
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	11.640.280,00	11.640.280,00	6.520.559,15	56,02

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	653.500,00	653.500,00	534.513,98	81,79
Provenientes da União	606.500,00	606.500,00	485.412,54	80,04
Provenientes dos Estados	47.000,00	47.000,00	49.101,44	104,47
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	6.500,00	6.500,00	5.002,65	76,96
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	660.000,00	660.000,00	539.516,63	81,74

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	2.536.000,00	2.713.026,00	2.060.347,26	75,94	1.723.384,37	63,52
Pessoal e Encargos Sociais	1.254.000,00	1.307.206,00	856.321,68	65,51	832.998,97	63,72
Outras Despesas Correntes	1.282.000,00	1.405.820,00	1.204.025,58	85,65	890.385,40	63,34

Continua 1/4



Continuação 2/4

Município de PERITIBA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	275.000,00	255.600,00	80.132,04	31,35	80.132,04	31,35
Investimentos	275.000,00	255.600,00	80.132,04	31,35	80.132,04	31,35
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.811.000,00	2.968.626,00	2.140.479,30	72,10	1.803.516,41	60,75
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	653.500,00	778.706,00	482.495,26	22,54	439.818,45	24,39
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	653.500,00	778.706,00	482.495,26	22,54	439.818,45	24,39
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	653.500,00	778.706,00	482.495,26	22,54	439.818,45	24,39
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.157.500,00	2.189.920,00	1.657.984,04	49,56	1.363.697,96	36,36
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]						
385.614,09						

Continua 2/4



Município de PERITIBA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA					PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
Inscritos em 2013	0,00	0,00	17.032,34	-17.032,34	0,00	
TOTAL	0,00	0,00	17.032,34	-17.032,34	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
		0,00	0,00	0,00		
TOTAL (VIII)	0,00	0,00			0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
	SALDO INICIAL	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)				
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
Atenção Básica Assistência Hospitalar e Ambulatorial Suporte Profilático e Terapêutico Vigilância Epidemiológica Alimentação e Nutrição	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (j/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
			1.231.812,37	57,55	1.148.545,29	63,68
			633.376,20	29,59	422.250,80	23,41
			248.827,57	11,62	210.021,51	11,65
			23.274,41	1,09	19.510,06	1,08
3.188,75	0,15	3.188,75	0,18			
TOTAL	2.811.000,00	2.968.626,00	2.140.479,30	100,00	1.803.516,41	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
² O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da L.C. 141/2012

Continua 3/4



Município de PERITIBA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i)] - (15 \times IIIb)/100]$

PERITIBA, 12/09/2014

NEUSA KLEIN MARASCHINI Prefeita Municipal	ADRIANA BOLL Contadora Geral CRC-023751/O-6	REGINA INÊS BRAND Controlador Geral do Município
--	--	---



Município de PERITIBA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

PERITIBA , 12/09/2014

NEUSA KLEIN MARASCHINI
 Prefeita Municipal

ADRIANA BOLL
 Contadora Geral CRC-023751/O-6

REGINA INÊS BRAND
 Controlador Geral do Município



Município de PERITIBA - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO			No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS				
Previsão Inicial			—	12.550.000,00
Previsão Atualizada			—	12.550.000,00
Receitas Realizadas			1.853.053,15	8.462.984,71
Déficit Orçamentário			—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			—	28.295,14
DESPESAS				
Dotação Inicial			—	12.550.000,00
Créditos Adicionais			—	1.422.266,22
Dotação Atualizada			—	13.972.266,22
Despesas Empenhadas			1.631.171,84	9.061.407,55
Despesas Liquidadas			2.228.043,75	7.861.790,05
Superavit Orçamentário			—	601.194,66
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO			No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas			1.631.171,84	9.061.407,55
Despesas Liquidadas			2.228.043,75	7.861.790,05
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida				10.960.535,68
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)			0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)			0,00	0,00
Liquidadas			0,00	0,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados			0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)			0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-224.077,00	-417.446,89	186,30
Resultado Primário		-235.000,00	495.334,22	-210,78
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	175.842,39	15.515,84	138.344,51	21.982,04
EXECUTIVO	151.107,48	14.815,84	131.104,51	5.187,13
LEGISLATIVO	7.240,00	0,00	7.240,00	0,00
EXECUTIVO	17.494,91	700,00	0,00	16.794,91
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	15.715,66	60,00	15.655,66	0,00
EXECUTIVO	15.715,66	60,00	15.655,66	0,00
TOTAL:	191.558,05	15.575,84	154.000,17	21.982,04
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.802.877,44	25%	27,65
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		481.421,82	60%	68,52
Liquidadas		481.421,82		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			0,00	

Continua 1/2



Município de PERITIBA - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Despesa de Capital Líquida			1.549.419,09	1.400.190,61
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			3.100,00	-3.100,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		1.363.697,96	15,00	20,91
Liquidadas		1.363.697,96		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

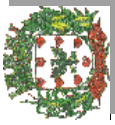
- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

PERITIBA, 12/09/2014

NEUSA KLEIN MARASCHINI
 Prefeita Municipal

ADRIANA BOLL
 Contadora Geral CRC-023751/O-6

REGINA INÊS BRAND
 Controlador Geral do Município



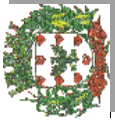
Município de PERITIBA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
						% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
Legislativa	12.550.000,00	13.972.266,22	1.631.171,84	9.061.407,55	2.228.043,75	7.861.790,05	56,27
Ação Legislativa	635.000,00	635.000,00	0,00	248.861,04	145,12	197.454,00	31,10
Administração	635.000,00	635.000,00	0,00	248.861,04	145,12	197.454,00	31,10
Administração Geral	1.568.000,00	1.628.137,70	188.981,39	1.048.041,65	220.345,52	887.158,36	54,49
Administração Financeira	1.323.000,00	1.448.137,70	157.287,77	948.672,33	192.951,32	809.388,50	55,89
Segurança Pública	245.000,00	180.000,00	31.693,62	99.369,32	27.394,20	77.769,86	43,21
Policimento	54.500,00	54.500,00	3.292,71	12.815,53	921,77	8.535,59	15,66
Defesa Civil	37.500,00	37.500,00	520,71	9.105,54	921,77	7.597,60	20,26
Assistência Social	17.000,00	17.000,00	2.772,00	3.709,99	0,00	937,99	0,01
Assistência ao Idoso	532.000,00	635.485,71	93.523,42	300.591,20	99.378,08	280.833,91	3,57
Assistência à Criança e ao Adolescente	32.500,00	36.500,00	6.393,11	14.706,98	6.643,58	14.195,20	0,18
Assistência Comunitária	45.000,00	45.000,00	0,00	2.493,79	0,00	2.493,79	0,03
Saúde	454.500,00	553.985,71	87.130,31	283.390,43	92.734,50	264.144,92	3,36
Atenção Básica	2.811.000,00	2.968.626,00	424.812,32	2.140.479,30	542.209,29	1.803.516,41	22,94
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.873.500,00	1.994.706,00	356.494,53	1.231.812,37	371.604,73	1.148.545,29	14,61
Suporte Profilático e Terapêutico	650.000,00	640.000,00	0,00	633.376,20	105.562,70	422.250,80	5,37
Vigilância Epidemiológica	256.000,00	302.420,00	64.220,21	248.827,57	59.270,80	210.021,51	2,67
Alimentação e Nutrição	27.500,00	27.500,00	2.395,92	23.274,41	3.694,40	19.510,06	0,25
Educação	4.000,00	4.000,00	1.701,66	3.188,75	2.076,66	3.188,75	0,04
Alimentação e Nutrição	2.450.000,00	2.961.768,43	336.444,62	2.234.929,87	434.754,48	2.014.730,35	25,63
Ensino Fundamental	35.000,00	45.000,00	4.886,91	30.788,57	9.048,04	30.369,31	0,39
Ensino Médio	1.457.000,00	1.941.918,43	234.162,76	1.602.914,98	281.534,85	1.472.530,44	18,73
Ensino Superior	107.000,00	97.000,00	-6.251,34	47.213,30	2.926,96	33.573,35	0,43
Educação Infantil	112.000,00	112.000,00	0,00	109.967,00	24.027,00	67.147,00	0,85
Educação de Jovens e Adultos	734.000,00	763.850,00	103.646,29	444.046,02	117.217,63	411.110,25	5,23
Cultura	5.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	259.000,00	259.000,00	63.880,74	180.433,02	62.348,53	165.286,44	2,10
Direitos da Cidadania	259.000,00	259.000,00	63.880,74	180.433,02	62.348,53	165.286,44	2,10
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	6.000,00	7.720,00	0,00	5.784,48	1.285,44	3.856,32	0,05
	6.000,00	7.720,00	0,00	5.784,48	1.285,44	3.856,32	0,05

Continua 1/3



Município de PERITIBA - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.550.000,00	13.972.266,22	1.631.171,84	9.061.407,55	2.228.043,75	7.861.790,05	6.110.476,17
Urbanismo	388.000,00	388.000,00	24.503,92	230.198,50	43.531,70	180.726,29	207.273,71
Infra-Estrutura Urbana	25.000,00	25.000,00	63,64	193,26	193,26	193,26	24.806,74
Serviços Urbanos	363.000,00	363.000,00	24.440,28	230.005,24	43.338,44	180.533,03	182.466,97
Habituação	428.000,00	350.280,00	17.000,00	132.090,00	28.359,23	104.425,00	245.855,00
Habituação Rural	100.000,00	100.000,00	12.000,00	50.090,00	9.251,37	29.996,62	70.003,38
Habituação Urbana	328.000,00	250.280,00	5.000,00	82.000,00	19.107,86	74.428,38	175.851,62
Saneamento	40.000,00	40.000,00	0,00	25.060,61	0,00	17.260,61	22.739,39
Saneamento Básico Rural	30.000,00	30.000,00	0,00	16.149,39	0,00	16.149,39	13.850,61
Saneamento Básico Urbano	10.000,00	10.000,00	0,00	8.911,22	0,00	1.111,22	8.888,78
Gestão Ambiental	35.000,00	35.000,00	0,00	8.000,00	0,00	8.000,00	27.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	35.000,00	35.000,00	0,00	8.000,00	0,00	8.000,00	27.000,00
Agricultura	1.165.500,00	1.458.000,00	210.803,06	902.552,01	400.701,96	815.376,69	642.623,31
Extensão Rural	1.132.000,00	1.424.500,00	210.803,06	901.922,81	400.701,96	814.747,49	609.752,51
Promoção da Produção Agropecuária	33.500,00	33.500,00	0,00	629,20	0,00	629,20	32.870,80
Indústria	222.000,00	222.000,00	130.408,91	172.702,55	119.768,87	157.316,84	64.683,16
Promoção Industrial	210.000,00	210.000,00	130.408,91	172.702,55	119.768,87	157.316,84	52.683,16
Produção Industrial	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
Comércio e Serviços	55.000,00	55.000,00	2.057,20	2.128,03	2.057,20	2.128,03	52.871,97
Turismo	55.000,00	55.000,00	2.057,20	2.128,03	2.057,20	2.128,03	52.871,97
Comunicações	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Telecomunicações	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Energia	135.000,00	135.000,00	7.609,30	101.992,40	19.284,10	71.140,84	63.859,16
Energia Elétrica	135.000,00	135.000,00	7.609,30	101.992,40	19.284,10	71.140,84	63.859,16
Transporte	1.156.000,00	1.528.748,38	87.834,12	864.444,12	160.009,64	817.775,03	710.973,35
Transportes Coletivos Urbanos	6.000,00	6.000,00	17,00	17,00	17,00	17,00	5.983,00
Transporte Rodoviário	1.150.000,00	1.522.748,38	87.817,12	864.427,12	159.992,64	817.758,03	704.990,35
Desporto e Lazer	120.000,00	120.000,00	15.066,89	75.490,28	21.529,84	55.620,16	64.379,84
Desporto Comunitário	120.000,00	120.000,00	15.066,89	75.490,28	21.529,84	55.620,16	64.379,84
Encargos Especiais	450.000,00	450.000,00	24.953,24	374.812,96	71.412,98	270.649,18	179.350,82
Serviço da Dívida Interna	450.000,00	450.000,00	24.953,24	374.812,96	71.412,98	270.649,18	179.350,82

Continua 2/3



Município de PERITIBA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.550.000,00	13.972.266,22	1.631.171,84	9.061.407,55	2.228.043,75	7.861.790,05	100,00	56,27
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	12.550.000,00	13.972.266,22	1.631.171,84	9.061.407,55	2.228.043,75	7.861.790,05	100,00	56,27

FONTE:

PERITIBA , 12/09/2014

NEUSA KLEIN MARASCHINI	ADRIANA BOLL
Prefeita Municipal	Controladora Geral do Município

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.



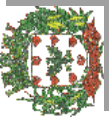
Município de PERITIBA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												R\$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO		Sel/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
RECEITAS CORRENTES (I)		1.004.870,88	884.553,30	1.022.137,72	1.399.151,42	1.189.128,71	1.152.758,82	916.165,91	1.061.327,06	1.114.290,25	1.065.710,26	993.250,09	1.034.451,00	12.802.095,92	14.587.072,00
RECEITA TRIBUTÁRIA		30.557,04	20.038,16	13.251,60	84.990,88	14.906,69	30.719,27	24.510,87	20.900,82	22.856,45	147.893,12	30.966,69	27.438,94	469.030,33	410.500,00
I.P.T.U.		1.216,56	311,54	455,82	1.787,28	0,00	0,00	0,00	0,00	5.271,08	76.186,62	7.941,62	5.049,53	98.220,05	85.000,00
I.R.R.F.		6.683,68	5.760,97	6.791,81	8.760,08	7.415,33	6.481,92	7.567,72	7.588,60	7.138,69	6.002,69	7.850,34	0,00	153.100,75	100.000,00
I.S.S.		750,00	8.300,00	3.660,00	3.496,00	6.490,00	8.259,14	1.200,00	6.637,00	1.200,00	2.000,00	3.460,00	3.480,00	48.922,14	50.000,00
I.T.B.I.		1.551,36	5.656,02	2.181,53	4.630,49	988,72	15.671,28	15.571,22	6.600,55	9.017,36	6.103,23	5.482,65	3.306,38	76.762,79	75.500,00
Outras Receitas Tributárias		7.246,32	7.606,42	8.869,37	7.636,57	8.899,21	7.899,44	8.300,37	8.339,41	8.197,66	8.151,23	20.938,98	8.449,32	98.865,37	122.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		4.594,92	2.849,98	1.979,94	2.272,67	2.891,24	5.502,48	5.324,85	10.024,10	6.356,32	6.161,77	20.938,98	24.655,95	93.552,80	50.000,00
RECETA PATRIMONIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECETA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECETA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECETA DE SERVIÇOS		24.252,82	14.897,15	7.281,00	15.397,04	5.977,34	6.263,79	10.024,17	8.530,52	11.881,74	15.364,20	22.888,19	10.783,13	153.572,09	170.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		909.387,37	827.985,95	967.420,41	1.267.474,44	1.140.845,78	1.096.226,61	861.148,49	1.007.650,39	1.059.898,86	885.605,31	864.170,57	957.828,04	11.845.642,22	13.753.710,00
Cota-Parte do FPM		352.676,29	352.683,71	490.375,88	505.993,66	594.831,36	635.192,90	376.793,29	430.046,10	573.089,30	429.779,99	399.126,63	448.426,05	5.559.217,16	7.500.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.		272.653,08	265.120,46	295.007,45	294.020,28	287.528,29	249.282,97	275.117,53	269.482,02	277.809,99	276.968,43	237.717,02	270.046,38	3.260.753,90	3.500.000,00
Cota-Parte do IPVA		23.081,31	17.613,77	10.677,08	6.626,87	13.613,91	42.860,47	18.274,52	23.215,46	23.652,29	21.401,46	23.935,99	27.396,34	252.353,47	220.000,00
Cota-Parte do ITR		806,45	854,44	5,39	31,66	77,79	0,00	0,00	0,00	0,00	13,10	0,00	6,45	1.802,34	760,00
Outras Transferências Correntes		175.361,85	108.124,57	77.318,44	367.319,21	145.685,24	72.832,83	103.180,57	194.770,09	87.140,43	64.417,27	126.737,74	119.511,43	1.642.599,67	1.453.950,00
Transferências da LC 61/1989		3.060,03	4.088,00	4.533,00	4.634,20	4.508,00	3.816,00	3.729,00	4.063,00	4.419,00	4.210,30	4.325,29	4.458,63	49.844,45	49.000,00
Transferências da LC 87/1996		1.205,07	1.205,07	1.205,07	1.205,07	1.191,78	1.191,78	0,00	1.191,78	1.191,78	1.191,78	1.191,78	1.191,78	13.162,74	30.000,00
Transferências do FUNDEB		80.541,29	78.295,93	88.098,10	87.643,49	93.209,41	91.049,66	84.046,52	84.881,94	92.592,07	87.622,88	81.136,12	86.790,98	1.035.908,49	1.000.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		28.832,41	11.206,54	24.135,40	21.379,82	15.648,45	6.027,23	6.857,16	5.882,02	5.099,22	6.534,63	6.544,61	5.295,62	143.443,11	80.862,00
DEDUÇÕES (II)		130.092,03	128.311,83	160.336,88	163.927,19	180.408,37	188.176,04	135.054,36	149.906,70	176.031,40	147.751,52	131.258,97	150.304,95	1.841.560,24	2.259.952,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		130.092,03	128.311,83	160.336,88	163.927,19	180.408,37	188.176,04	135.054,36	149.906,70	176.031,40	147.751,52	131.258,97	150.304,95	1.841.560,24	2.259.952,00
RECETA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)		874.778,85	756.271,97	861.800,84	1.235.224,23	1.008.720,34	964.582,78	781.111,55	911.420,36	938.258,85	921.958,74	822.261,12	884.146,05	10.960.535,68	12.327.120,00
FONTE:															
PERITIBA															

NEUSA KLEIN MAFASCHINI
Prefeita Municipal

ADRIANA BOLL
Contadora Geral

REGINA INÊS BRAND
Controlador Geral do Município



Município de PERITIBA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

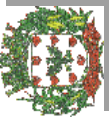


Continuação 2/3

Município de PERITIBA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA				
Valor				0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3



Município de PERITIBA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atual	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

PERITIBA , 12/09/2014

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

ADRIANA BOLL
Controladora Geral CRC-023751/O-6

REGINA INÊS BRAND
Controlador Geral do Município



Município de PERITIBA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	164.904,01	141.117,01	132.623,10
DEDUÇÕES (II)	630.210,50	1.474.735,77	1.015.376,48
Disponibilidade de Caixa Bruta	641.053,33	1.578.954,90	1.164.200,86
Demais Haveres Financeiros	4.872,83	1.707,28	1.145,58
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	15.715,66	105.926,41	149.969,96
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-465.306,49	-1.333.618,76	-882.753,38
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-465.306,49	-1.333.618,76	-882.753,38

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2014 (C - A)
VALOR	450.865,38	-417.446,89

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-224.077,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

PERITIBA , 12/09/2014

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

ADRIANA BOLL
Contadora Geral CRC-023751/O-6

REGINA INÊS BRAND
Controlador Geral do Município



Município de PERITIBA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	12.340.000,00	1.695.063,08	7.223.184,72	6.328.289,75
Receita Tributária	418.130,00	58.405,63	320.235,45	285.018,32
I.P.T.U.	85.000,00	12.991,15	94.448,85	86.376,18
I.S.S.	100.000,00	21.833,11	64.028,06	51.914,99
I.T.B.I.	50.000,00	6.940,00	32.716,14	29.908,65
I.R.R.F.	100.000,00	7.850,34	66.256,21	49.168,91
Outras Receitas Tributárias	83.130,00	8.791,03	62.786,19	67.649,59
Receita de Contribuição	122.000,00	16.459,37	66.296,69	59.671,09
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	122.000,00	16.459,37	66.296,69	59.671,09
Receita Patrimonial Líquida	0,00	28.459,00	28.459,00	0,00
Receita Patrimonial	50.000,00	45.594,93	81.855,69	23.280,94
(-) Aplicações Financeiras	50.000,00	17.135,93	53.396,69	23.280,94
Transferências Correntes	11.541.758,00	1.544.909,69	6.655.151,53	5.811.792,24
F.P.M.	6.000.000,00	654.042,19	3.078.512,97	2.858.311,64
I.C.M.S.	2.800.000,00	422.210,87	1.731.125,83	1.589.144,20
Convênios	75.000,00	11.985,60	35.956,80	47.989,17
Outras Transferências Correntes	2.666.758,00	456.671,03	1.809.555,93	1.316.347,23
Demais Receitas Correntes	258.112,00	46.829,39	153.042,05	171.808,10
Dívida Ativa	43.000,00	6.580,71	39.724,28	46.834,35
Diversas Receitas Correntes	215.112,00	40.248,68	113.317,77	124.973,75
RECEITAS DE CAPITAL (II)	160.000,00	140.854,14	1.186.403,30	239.744,86
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	160.000,00	40.354,14	186.392,30	107.244,86
Alienação de Ativos (V)	0,00	3.000,00	3.100,00	132.500,00
Transferências de Capital	0,00	97.500,00	996.911,00	0,00
Convênios	0,00	97.500,00	528.631,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	468.280,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	97.500,00	996.911,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	12.340.000,00	1.792.563,08	8.220.095,72	6.328.289,75
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	10.997.656,52	1.715.484,33	6.312.370,96	5.713.713,39
Pessoal e Encargos Sociais	5.333.524,43	802.370,63	3.240.699,02	2.983.181,52
Juros e Encargos da Dívida (IX)	59.000,00	6.440,50	36.202,59	28.002,54
Outras Despesas Correntes	5.605.132,09	906.673,20	3.035.469,35	2.702.529,33
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	10.938.656,52	1.709.043,83	6.276.168,37	5.685.710,85
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.949.609,70	512.559,42	1.549.419,09	507.241,16
Investimentos	2.445.329,70	410.482,51	1.271.593,13	397.215,09
Inversões Financeiras	333.280,00	75.000,00	177.000,00	75.000,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	75.000,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	333.280,00	75.000,00	177.000,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	171.000,00	27.076,91	100.825,96	35.026,07
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	2.778.609,70	485.482,51	1.448.593,13	397.215,09



Município de PERITIBA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	25.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	13.742.266,22	2.194.526,34	7.724.761,50	6.082.925,94
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-1.402.266,22	-401.963,26	495.334,22	245.363,81
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	28.295,14	431.555,31
Superávit Financeiro	-	-	28.295,14	431.555,31
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-235.000,00

FONTE:

PERITIBA, 12/09/2014

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

ADRIANA BOLL
Contadora Geral CRC-023751/O-6

REGINA INÊS BRAND
Controlador Geral do Município



Município de PERITIBA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS			
	Inscritos		Saldo		Inscritos		Saldo	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013			Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013		
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	15.715,66	-	-	17.494,91	158.347,48	15.515,84	21.982,04
EXECUTIVO								
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	15.715,66	60,00	0,00	17.494,91	151.107,48	15.515,84	21.982,04
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE P	0,00	1.522,02	0,00	0,00	0,00	7.032,22	0,00	346,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PERITIBA	0,00	1.963,91	0,00	0,00	0,00	20.805,84	0,00	0,00
FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL DE PERITIBA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.000,00	12.000,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO E VICE	0,00	54,00	0,00	0,00	0,00	10.015,20	1.985,00	0,00
SEC. MUN. AGRIC.,IND.,COM., E MEIO AMBIENTE	0,00	18,00	0,00	0,00	0,00	28.399,05	0,00	2.841,13
SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES	0,00	6.532,42	60,00	0,00	11.638,91	16.147,87	1.500,00	10.938,91
SECRETARIA DE SERVIÇOS MUNICIPAIS	0,00	3.063,50	0,00	0,00	5.856,00	12.992,16	0,03	7.856,00
SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇ	0,00	2.561,81	0,00	0,00	0,00	18.715,14	20,81	-0,00
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.240,00	0,00	0,00
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.240,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	15.715,66	60,00	0,00	17.494,91	158.347,48	15.515,84	21.982,04

FONTE:

PERITIBA, 12/09/2014

NEUSA KLEIN MARASCHINI	ADRIANA BOLL	REGINA INÊS BRAND
Prefeita Municipal	Controladora Geral CRC-023751/O-6	Controlador Geral do Município



MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
Entidade: MUNICÍPIO DE PERITIBA - PREFEITURA

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	339.420,00	339.420,00	50.290,49	262.309,54	77,28
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	89.320,00	89.320,00	13.663,58	99.272,52	111,14
1.1.1- IPTU	85.000,00	85.000,00	12.991,15	94.448,85	111,12
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	220,00	220,00	113,83	173,12	78,69
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	3.000,00	3.000,00	364,10	3.179,12	105,97
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	1.100,00	1.100,00	194,50	1.471,43	133,77
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	50.000,00	50.000,00	6.940,00	32.716,14	65,43
1.2.1- ITBI	50.000,00	50.000,00	6.940,00	32.716,14	65,43
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	100.100,00	100.100,00	21.836,57	64.064,67	64,00
1.3.1- ISS	100.000,00	100.000,00	21.833,11	64.028,06	64,03
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	-	0,00	3,46	4,52	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	-	0,00	0,00	32,09	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	100.000,00	100.000,00	7.850,34	66.256,21	66,26
1.4.1- IRRF	100.000,00	100.000,00	7.850,34	66.256,21	66,26
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	11.299.760,00	11.299.760,00	1.407.822,34	6.257.568,77	55,38
2.1- Cota-Parte FPM	7.500.000,00	7.500.000,00	817.552,68	3.857.285,62	51,43
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.500.000,00	7.500.000,00	817.552,68	3.857.285,62	51,43
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.500.000,00	3.500.000,00	527.763,40	2.163.952,63	61,83
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	30.000,00	30.000,00	2.383,56	8.342,46	27,81
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	49.000,00	49.000,00	8.783,92	33.529,22	68,43
2.5- Cota-Parte ITR	760,00	760,00	6,45	104,40	13,74
2.6- Cota-Parte IPVA	220.000,00	220.000,00	51.332,33	194.354,44	88,34
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	11.639.180,00	11.639.180,00	1.458.112,83	6.519.878,31	56,02
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	194.000,00	194.000,00	31.040,04	115.124,60	59,34
5.1- Transferências do Salário-Educação	120.000,00	120.000,00	18.819,60	80.910,20	67,43
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	45.000,00	45.000,00	6.300,00	18.900,00	42,00
5.4- Transferências Diretas - PNAE	29.000,00	29.000,00	5.488,58	13.721,45	47,32
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	431,86	1.592,95	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	75.000,00	75.000,00	11.985,60	35.956,80	47,94
6.1- Transferências de Convênios	75.000,00	75.000,00	11.985,60	35.956,80	47,94
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	13.000,00	13.000,00	6.233,66	505.594,08	3.889,19
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	282.000,00	282.000,00	49.259,30	656.675,48	232,86
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.259.952,00	2.259.952,00	281.563,92	1.258.892,31	55,70
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.500.000,00	1.500.000,00	163.510,49	778.772,65	51,92
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	700.000,00	700.000,00	105.552,53	432.826,80	61,83
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	6.000,00	6.000,00	476,70	1.668,45	27,81
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	9.800,00	9.800,00	1.756,62	6.698,02	68,35
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	152,00	152,00	1,29	20,87	13,73
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	44.000,00	44.000,00	10.266,29	38.905,52	88,42
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.000.000,00	1.000.000,00	167.927,10	702.569,45	70,26
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.000.000,00	1.000.000,00	167.927,10	701.329,68	70,13
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	1.239,77	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-1.259.952,00	-1.259.952,00	-113.636,82	-557.562,63	44,25
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					



MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
Entidade: MUNICÍPIO DE PERITIBA - PREFEITURA

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	705.000,00	705.000,00	132.298,53	481.421,82	68,29
13.1- Com Educação Infantil	250.000,00	250.000,00	65.798,21	235.417,65	94,17
13.2- Com Ensino Fundamental	455.000,00	455.000,00	66.500,32	246.004,17	54,07
14- OUTRAS DESPESAS	295.000,00	304.318,43	56.239,52	236.463,42	77,70
14.1- Com Educação Infantil	50.000,00	50.000,00	7.281,25	34.103,51	68,21
14.2- Com Ensino Fundamental	245.000,00	254.318,43	48.958,27	202.359,91	79,57
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.000.000,00	1.009.318,43	188.538,05	717.885,24	71,13
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					717.885,24
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %					68,52
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %					33,66
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					-2,18
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	2.909.795,00	2.909.795,00	364.528,21	1.629.969,58	56,02
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	687.000,00	692.000,00	106.334,63	372.805,04	53,87
23.1- Creche	35.000,00	45.000,00	3.968,89	19.267,39	42,82
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	35.000,00	45.000,00	3.968,89	19.267,39	42,82
23.2- Pré-escola	352.000,00	347.000,00	29.286,28	84.016,49	24,21
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	352.000,00	347.000,00	29.286,28	84.016,49	24,21
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.279.000,00	1.270.318,43	229.463,61	873.749,54	68,78
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	700.000,00	709.318,43	115.458,59	448.364,08	63,21
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	579.000,00	561.000,00	114.005,02	425.385,46	75,83
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	1.966.000,00	1.962.318,43	335.798,24	1.246.554,58	63,52
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-557.562,63
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					1.239,77
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-556.322,86
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					1.802.877,44
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					27,65

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	120.000,00	120.000,00	35.276,73	101.912,57	84,93
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	74.000,00	566.450,00	15.409,70	503.106,93	88,82
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	194.000,00	686.450,00	50.686,43	605.019,50	88,14
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	2.160.000,00	2.648.768,43	386.484,67	1.851.574,08	69,90



MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
Entidade: MUNICÍPIO DE PERITIBA - PREFEITURA

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	701.329,68	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.239,77	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	1.239,77	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.239,77	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	701.329,68	0,00

PERITIBA, 12/09/2014

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

ADRIANA BOLL

Contadora Geral CRC-023751/O-6

REGINA INÊS BRAND

Controlador Geral do Município

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.



Município de PERITIBA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	0,00		0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	2.949.609,70	1.549.419,09	0,00	1.400.190,61
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	2.949.609,70	1.549.419,09	0,00	1.400.190,61
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-2.949.609,70	-1.549.419,09		-1.400.190,61

FONTE:

PERITIBA , 12/09/2014

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

ADRIANA BOLL
Contadora Geral CRC-023751/O-6

REGINA INÊS BRAND
Controlador Geral do Município

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Portaria N.º 306, de 05 de Setembro de 2014.

PORTARIA N.º 306, DE 05 DE SETEMBRO DE 2014.

HOMOLOGA EXAME MÉDICO ADMISSIONAL E DECLARA LEANDRA APARECIDA AMALCABURIO APTA PARA EXERCER O CARGO DE ATENDENTE DE CRECHE, CONCURSO PÚBLICO 001/2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no item 12.2 e 12.3 do edital de concurso público n.º 001/2014;

Considerando o parecer do Laudo médico;

RESOLVE:

Art. 1.º Homologar o exame médico Admissional e declarar apto para o trabalho a candidata LEANDRA APARECIDA AMALCABURIO, para exercer o cargo de ATENDENTE DE CRECHE.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 05 DE SETEMBRO DE 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 311, DE 09 DE SETEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 311, DE 09 DE SETEMBRO DE 2014.

NOMEIA LEANDRA APARECIDA AMALCABURIO PARA O CARGO PUBLICO DE ATENDENTE DE CRECHE, CONCURSO PUBLICO 001/2014, CONFORME ESPECIFICA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o Concurso Publico nº 001/2014:

Considerando o disposto no Edital de Concurso Público nº 001/2014;

Considerando o resultado dos exames médicos realizados pela candidata aprovada em concurso público;

Considerando o disposto na Portaria nº 306, de 05 de Setembro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear mediante concurso público, a partir de 09 de Setembro de 2014, LEANDRA APARECIDA AMALCABURIO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob n. 070.481.809-43, para o cargo efetivo de "ATENDENTE DE CRECHE", carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, sob regime jurídico estatutário, na forma que dispõe a Lei Complementar Municipal n.º 016, de 17 de novembro de 1992, vinculado ao regime Próprio de Previdência (IPREPI), com o salário inicial previsto em Lei, lotada na Secretaria de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 09 de Setembro de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Termo Aditivo 032/2014

(Ementa)

TERMO ADITIVO 032/2014

CONTRATO N.º: 228/2014

OBJETO: Projeto de muro de contenção necessários para execução da obra referente pavimentação asfáltica - trecho/rodovia Pinheiro Preto a Iomerê. Estudo Ambiental e obtenção de licenças ambientais, junto ao órgão da FATMA/SC, necessárias para pavimentação de 06 km de asfalto ligando a cidade de Pinheiro Preto até a cidade de Iomerê.

LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS. nº 010/2014

EMPRESA CONTRATADA: GEO CONSULTORES ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE

VALOR DO CONTRATO: As partes acima epigrafadas acordam PRORROGAR O PRAZO do Contrato de Prestação de Serviços nº 228/2014, onde seu término será para 31/10/2014.

DATA DO CONTRATO: 11 de Setembro de 2014.

PREFEITO

Euzebio Vieceli

Pomerode

PREFEITURA

Edital de Licitação Pregão Presencial N.º 040/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 040/2014

Processo Administrativo n.º 086/2014.

Objeto: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO, TIPO SPLIT, PARA O 3º GRUPAMENTO DE BOMBEIROS MILITAR DE POMERODE, COM SEDE NA RUA DOS ATIRADORES, N.º 45, CENTRO, POMERODE/SC, INCLUINDO TODOS OS SERVIÇOS NECESSÁRIOS PARA A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS APARELHOS, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 14:00 horas do dia 26/09/2014.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 14:00 horas do dia 26/09/2014.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode - Rua XV de Novembro, n.º 525, Centro - Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode/SC, 12 de Setembro de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

Ponte Serrada

PREFEITURA

Extrato 0028 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0028/2014- FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0020/2014- FMS

O Município de Ponte Serrada torna público, que fará Licitação na modalidade Pregão Presencial objetivando a AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO NOVO DESTINADO AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PONTE SERRADA.

Recebimento de Envelopes: até as 08:50MIN do dia 29/09/2014.
Abertura: às 09h00min horas do dia 29/09/2014.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11:30min e das 13:00 às 17:00h e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 12 de setembro de 2014.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

Porto Belo

PREFEITURA

- Registro de Preço - 040/2014 PMPB - 031/2014 FMS - 015/2014 Fumtur - 012/2014 Fmc - 023/2014 Fmeduca - 020/2014 FMAS - 014/2014 FME - 011/2014 Famap

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão - Registro de Preço - 040/2014 PMPB - 031/2014 FMS - 015/2014 FUMTUR - 012/2014 FMC - 023/2014 FMEDUCA - 020/2014 FMAS - 014/2014 FME - 011/2014 FAMAP

Tipo de licitação: Menor preço Global;

Objeto: Contratação de solução de conectividade sem fio, área de registro na cidade de Porto Belo - SC, para acesso à Internet, correio eletrônico, mensagens de texto, por meio de aparelhos móveis e serviços de telefonia, nas modalidades de Serviço Móvel Pessoal, para comunicação de voz e dados, com características de serviço pós-pagos, via rede móvel, com tecnologia digital. Devendo os serviços oferecer as facilidades de roaming nacional e internacional automático e dispositivos móveis de acessibilidade à internet, fornecidos em regime de comodato para atender a Prefeitura Municipal de Porto Belo/SC, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital. Recebimento das Propostas: Até 09:00 horas do dia 24/09/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 09:01 horas do dia 24/09/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo. O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail licitacao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 12 de setembro de 2014.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

Porto União

PREFEITURA

Decreto Nº 534/2014

DECRETO Nº 534, de 09 de setembro de 2014.

Dispõe sobre a equiparação da tarifa do transporte coletivo urbano e rural no Município de Porto União - SC, ao estabelecido no Município de União da Vitória - PR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, e § 1º, Inciso III, do artigo 174, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Decreto nº 157, de 29 de junho de 2009, que prorroga emergencialmente o Termo de Permissão para operação do serviço público de Transporte Coletivo, com a empresa TRANSPORTES COLETIVOS NOSSA SENHORA DA PIEDADE LTDA.;

CONSIDERANDO o Decreto nº 591, de 17 de agosto de 2007, que dispõe que a permissionária prestadora de serviços de Transporte Coletivo será remunerada por tarifa, no mesmo valor da praticada em União da Vitória - PR, sendo definida por Decreto;

CONSIDERANDO o reajustamento tarifário definido pelo Decreto Municipal nº 292, de 05 de setembro de 2014, do Município de União da Vitória - PR, poder concedente da empresa que presta o serviço em caráter emergencial e precário no Município de Porto União - SC, ademais, o histórico de isonomia tarifária nestes dois entes federativos conurbados;

CONSIDERANDO que a prestação dos serviços de transporte público no Município de Porto União - SC e de União da Vitória - PR, caracteriza prestação de serviço conurbado, justificando assim a isonomia tarifária,

DECRETA:

Art. 1º Fica equiparada a tarifa do transporte coletivo urbano e rural no Município de Porto União - SC, ao estabelecido em União da Vitória - PR, através do Decreto Municipal nº 292, de 05 de setembro de 2014, em R\$ 2,60 (dois reais e sessenta centavos) o valor da TARIFA DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO, e de R\$ 6,00 (seis reais) a TARIFA DE TRANSPORTE COLETIVO RURAL (interior), com vigência a partir de 15 de setembro de 2014.

Art. 2º Revogam-se o Decreto nº 740, de 02 de fevereiro de 2012, e as demais disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de 15 de setembro de 2014, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 09 de setembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Portaria Nº 967/2014 - RH

PORTARIA Nº 967, de 21 de agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho nº 123/2014, de Vilma de Fátima Pinto da Silva, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, no período de 15 de agosto a 10 de outubro de 2014 ou até a posse das candidatas concursadas convocadas para assumirem as vagas junto aos Núcleos de Educação Infantil do município.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 15 de agosto de 2014.

Porto União - SC, em 21 de agosto de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 987/2014 - RH

PORTARIA Nº 987, de 29 de agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "g", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Art. 20, § 1º da Lei Municipal nº 2055/94, de 20 de outubro de 1994 que dispõe sobre a posse e o exercício no cargo público;

CONSIDERANDO o requerimento formulado pela interessada, com parecer favorável pela Assessoria Jurídica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, de 25 de agosto a 09 de setembro de 2014, o prazo para a candidata Rubia Patrícia Kuryluk de Camargo, aprovada no Concurso Público Municipal nº 001/2013, assumir a vaga para o cargo de Auxiliar de Enfermagem, a qual foi aprovada em 6º lugar.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 25 de agosto de 2014.

Porto União - SC, em 29 de agosto de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 988/2014 - RH

PORTARIA Nº 988 de 01 de setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO João Antonio da Silva do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de setembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 989/2014 - RH

PORTARIA Nº 989, de 02 de setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO, a partir de 02 de setembro de 2014, referente ao período aquisitivo de maio de 2007 a maio de 2012, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, ao servidor Agnaldo Gonçalves, ocupante do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de setembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria Nº 990/2014 - RH

PORTARIA Nº 990, de 04 de setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Erica Rogenski de Faria das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de setembro de 2014.

Porto União - SC, em 04 de setembro de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 991/2014 - RH

PORTARIA Nº 991, de 04 de setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 01 de agosto de 2014 a 31 de julho de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Mariano Bordon Sosa, para exercer as funções do cargo de Médico - Plantonista, previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de haver esgotado a lista de candidatos aprovados em concurso público para o cargo.

Art. 2º O servidor contratado acima mencionado, exercerá suas atividades junto a Unidade de Saúde Centro, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2014.

Porto União - SC, em 04 de setembro de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 992/2014 - RH

PORTARIA Nº 992, de 04 de setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora contratada Josilde Tusset, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 27 de agosto a 17 de dezembro de 2014, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em razão do pedido de rescisão de contrato de Katia Leslie dos Santos do Prado que estava substituindo a servidora efetiva Alaíze Franciele Pogogelski Dolinski que se encontra em Licença Maternidade.

Art. 2º A servidora exercerá suas atividades no Núcleo Educacional Frei Deodato, vinculado à Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 27 de agosto de 2014.

Porto União, SC em 04 de setembro de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria Nº 993/2014 - RH

PORTARIA Nº 993, de 04 de setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Carmen Cristine Scheramp, para mais 10 (dez) horas semanais, no período de 01 de agosto a 17 de dezembro de 2014, com vencimentos na Classe "C", referência "10", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos - EJA 2º segmento do município, na Escola Estadual Nilo Peçanha.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2014.

Porto União, SC em 04 de setembro de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Rio do Sul

PREFEITURA

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 298/2013

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 298/2013 firmado em 16/09/2013, com término previsto para 30/04/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) PATRICIA REGINA DOS SANTOS FERREIRA DE SOUZA portador(a) do CPF nº 920.656.869-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 298/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 298/2013, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2014 e encerrando-se em 30/05/2014.”

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 30/04/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

PATRICIA REGINA DOS SANTOS FERREIR

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:..

Nome:..

CPF:..

CPF:..

4º Termo Aditivo Contrato Administrativo Nº 298/2013

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 298/2013 firmado em 16/09/2013, com término previsto para 30/05/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) PATRICIA REGINA DOS SANTOS FERREIRA DE SOUZA portador(a) do CPF nº 920.656.869-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 298/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 298/2013, iniciando-se a prorrogação em 31/05/2014 e encerrando-se em 27/06/2014.”

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 16/05/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

PATRICIA REGINA DOS SANTOS FERREIR

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:..

Nome:..

CPF:..

CPF:..

6º Termo Aditivo Contrato Administrativo Nº 298/2013

6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 298/2013 firmado em 16/09/2013, com término previsto para 30/05/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. CARLOS ALBERTO LUITHARDT, na qualidade de Secretário de Administração Interino, com delegação de competência previsto na Portaria nº 0731/2014, de 24 de junho de 2014, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) PATRICIA REGINA DOS SANTOS FERREIRA DE SOUZA portador(a) do CPF nº 920.656.869-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 298/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 298/2013, iniciando-se a prorrogação em 28/06/2014 e encerrando-se em 08/08/2014.”

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27/06/2014.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

Secretário de Administração Interino

PATRICIA REGINA DOS SANTOS FERREIRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:..

Nome:..

CPF:..

CPF:..

7º Termo Aditivo Contrato Administrativo Nº 298/2013

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 298/2013 firmado em 16/09/2013, com término previsto para 08/08/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) PATRICIA REGINA DOS SANTOS FERREIRA DE SOUZA portador(a) do CPF nº 920.656.869-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 298/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 298/2013, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 05/09/2014."

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

PATRICIA REGINA DOS SANTOS FERREIRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

Nome:.

CPF:.

CPF:.

Portaria Nº 1006/RH

PORTARIA N. 1006/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor JACKSON OSMAR NUNES DA SILVA, matrícula n. 105899/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Fiscal de Tributos, a segunda Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2011 a 2014, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de setembro de 2014, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de setembro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 1007/RH

PORTARIA N. 1007/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora IVANILDE DE OLIVEIRA, matrícula n. 77917/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, a quarta Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2010 a 2013, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de outubro de 2013, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de setembro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PREGÃO PRESENCIAL 137/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 137/2014

OBJETO: Aquisição de leite em pó indicado para lactentes para atender alunos da rede municipal de ensino, setor de merenda escolar, Secretaria de Educação

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 25/09/2014, às 11:00h., no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 11:30h do dia 25/09/2014. , no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de Processos Licitatórios.

Rio do Sul (SC), 12 de setembro de 2014.

CARISO SÁVIO GIACOMINI

Prefeito de Rio do Sul em exercício

PORTARIA Nº 1001/RH

PORTARIA Nº. 1001/RH

CARISO SAVIO GIACOMINI, Prefeito Municipal em exercício de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 0901/2014/RH de 18/08/2014, a qual nomeia SANDRA REGINA GOUDINHO para exercer o cargo de provimento efetivo AUXILIAR DE SERVIÇOS

GERAIS FEMININO, 40h, em virtude da desistência (em anexo), nos termos do Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de setembro de 2014.

CARISO SAVIO GIACOMINI

Prefeito Municipal em exercício

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dr

PORTARIA Nº 1009/RH

PORTARIA Nº. 1009/RH

CARISO SAVIO GIACOMINI, Prefeito Municipal em exercício de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, ZENILDA RODRIGUES, para exercer o cargo de provimento efetivo de COZINHEIRO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de setembro de 2014.

CARISO SAVIO GIACOMINI

Prefeito Municipal em exercício

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dr

Portaria Nº 1008/RH

PORTARIA Nº. 1008/RH

CARISO SAVIO GIACOMINI, Prefeito Municipal em exercício de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, SONIA REGINA POLI, para exercer o cargo de provimento efetivo de COZINHEIRO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de setembro de 2014.

CARISO SAVIO GIACOMINI

Prefeito Municipal em exercício

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dr

Portaria Nº 0998/RH

PORTARIA Nº. 1002/RH

CARISO SAVIO GIACOMINI, Prefeito Municipal em exercício de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder prorrogação do prazo para posse, nos termos do Parágrafo 3º, Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010, a ELIANE BRAATZ, nomeado pela Portaria nº 0883/RH de 18 de agosto de 2014, publicada em 25 de agosto de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, 40h, vinculado ao quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de setembro de 2014.

CARISO SAVIO GIACOMINI

Prefeito Municipal em Exercício

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dr

Portaria Nº 1010/RH

PORTARIA Nº. 1010/RH

CARISO SAVIO GIACOMINI, Prefeito Municipal em exercício de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a cessão da servidora ILEI FILIPPI, ocupante do cargo de provimento efetivo AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, com jornada de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação, para atuar no Conselho Tutelar do Município de Rio do Sul, fundamentado pelo Art. 148 da Lei Complementar n. 207 de 28 de setembro de 2010 e alterações posteriores.

Art. 2º A servidora referida no artigo anterior irá desempenhar atribuições próprias de seu cargo e caberá ao Município o ônus da remuneração devida a mesma.

Parágrafo Único - A servidora cedida deverá apresentar mensalmente ao Departamento de Recursos Humanos seu controle mensal de frequência.

Art. 3º A cessão se dará até 31/12/2016, com possibilidade de prorrogação.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de setembro de 2014.

CARISO SAVIO GIACOMINI

Prefeito Municipal em exercício

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dr

Edital CMDCA Nº 08/2014

EDITAL CMDCA Nº 08/2014

EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA DE PROJETOS PARA FINANCIAMENTO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE/FIA.

- ANO 2014 -

1 - INFORMAÇÕES GERAIS:

1.1. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e regimentais, divulga processo de seleção de projetos voltados a área da infância e adolescência para organizações governamentais e não governamentais registradas no CMDCA.

1.2. O projeto aprovado será firmado mediante Convênio Financeiro, com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA) de Rio do Sul/SC, devendo a entidade proponente apresentar projeto e plano de trabalho, expondo como a organização atuará, conforme o presente edital.

1.3. Fazem parte deste edital:

- a) Anexo I - Formato do projeto;
- b) Anexo II - Documentos exigidos para assinatura do convênio;
- c) Anexo III - Plano de Trabalho;
- d) Anexo IV - Declarações;
- e) Anexo V - Termo de Referencia (para entidades governamentais);

2 - OBJETIVO

2.1 - Selecionar projetos com o objetivo de incentivar, apoiar, promover, atender, valorizar e dar visibilidade a práticas das entidades governamentais e não governamentais registradas no CMDCA e que contribuam para a promoção, garantia, defesa e atendimento de crianças e adolescentes.

3 - DO RECURSO FINANCEIRO

3.1. O CMDCA destinará a quantia de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), sendo que cada projeto deverá ter valor máximo de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Até o limite deste valor, a entidade poderá apresentar mais de um projeto e em diferentes linhas de atuação da política pública aqui definida, porém a prioridade é contemplar um projeto por entidade, ficando os demais projetos, se necessário, em banco de projetos para financiamento futuro.

3.2. Os projetos serão financiados de acordo com a disponibilidade de recursos na conta do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/FIA e de acordo com o Plano de Ação e Aplicação do FIA 2013/2014.

4 - DOS EIXOS

4.1. O projeto deve contemplar, cumulativamente ou não, aspectos que envolvam necessariamente ações relacionadas a uma das seguintes políticas públicas:

- I - Enfrentamento às violências na promoção da saúde física e mental;
- II - Ações socioeducativas para garantia de direitos e defesa da criança e do adolescente;
- III - Fortalecimento das relações familiares e comunitárias.

4.2. Todos os projetos devem estar direcionados para o município de Rio do Sul.

4.3. Não serão financiados projetos de políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo próprio e ainda; pagamento de funcionários e equipamentos para o setor administrativo da entidade bem como aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e adolescência, de acordo com o Art. 16, parágrafo único, da Resolução 137/2010

do Conanda. E ainda, não serão financiados projetos com prazo de execução superior a 12 (doze meses).

5 - TERMO DE COMPROMISSO

5.1 - A entidade proponente, aceita as condições estabelecidas por este Edital e responsabiliza-se por todas as informações contidas na sua proposta e no seu cadastramento, comprometendo-se a comprovar a veracidade destas quando for solicitada.

5.2 - A entidade deverá utilizar identificação fornecida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente indicando que o referido projeto foi contemplado com recursos do FIA.

5.3 - Os bens que atendam os critérios de aquisição pelo convênio, para execução do projeto, ao término do contrato, somente permanecerão na entidade beneficiada se houver caráter de continuidade de seu uso sem fins lucrativos, caso contrário o CMDCA destinará para outros programas, projetos ou serviços não governamentais ou governamentais, que atendam crianças e/ou adolescentes, com registro no CMDCA.

5.4 - A não observância destas condições implica em cancelamento automático da proposta e na exclusão do proponente de qualquer solicitação futura, estando também sujeita às penalidades previstas em lei.

6 - REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO EDITAL

6.1. A qualquer tempo o presente Edital poderá ser revogado ou anulado pelo CMDCA, por motivo de interesse público, no todo ou em parte, sem que isso implique o direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

7 - REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

7.1 - Poderão participar desta seleção de projetos sociais as instituições registradas no CMDCA que atendam aos seguintes requisitos:

I - Estar em dia com o registro no CMDCA;

II - Estar com a prestação de contas aprovada, caso já tiver projeto aprovado em anos anteriores.

7.2 As entidades interessadas em inscrever projetos, mas que ainda não estão cadastradas no CMDCA, deverão proceder primeiramente o registro no referido conselho.

8 - INSCRIÇÃO

8.1. As entidades interessadas em participar do processo de seleção deverão protocolar através de ofício seus projetos na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA), sito à Rua Rocha Pombo, nº 95, Bairro Eugênio Schneider - Rio do Sul /SC, no horário das 07h30min às 11h30min, no período de quinze de setembro de dois mil e quatorze (15/09/2014) a quinze de novembro de dois mil e quatorze (15/11/2014), devendo atender:

I. Enviar o Projeto no formato estabelecido no Anexo I em 01 (uma) via impressa e em meio digital (CD ou DVD),

II. Apresentar três orçamentos para cada objeto/profissionais a ser adquirido/contratados, com CNPJ/CPF, nome, papel timbrado e/ou carimbo da empresa/pessoa física.

III. Para as entidades governamentais: deverão ainda apresentar Termo de Referência estabelecido no Anexo V.

8.2 - No ato da inscrição, não serão necessários anexar os documentos discriminados no Anexo II - "Documentos exigidos para assinatura do convênio".

8.3 - Não haverá cobrança de taxa de inscrição e não serão aceitas inscrições via fax ou por correio.

8.4 - Em caso de necessidade de diligências, quando as inscrições suscitarem dúvidas ou contiverem informações incompletas, os interessados terão prazo de 48 (quarenta e oito horas) para o envio das respostas necessárias ao esclarecimento de dúvidas

ou complementação de informações, sob pena de desclassificação automática.

8.5. Com a inscrição do projeto, a entidade autoriza desde já, sem quaisquer ônus, a utilização do nome, imagem e voz dos dirigentes e demais profissionais envolvidos com a prática, bem como o projeto no todo ou em parte, seja para fins de pesquisa ou divulgação em qualquer meio de comunicação, por prazo indeterminado.

9 - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E AVALIAÇÃO

9.1. A Comissão Especial do CMDCA analisará o atendimento dos critérios de elegibilidade das proponentes e o enquadramento dos projetos nas normas deste Edital. A seleção será desenvolvida nas seguintes etapas:

I. Habilitação, com abertura das propostas e seleção dos projetos entre 15/09/2014 à 15/12/2014, de modo a verificar os requisitos deste edital.

II. Visitas de campo, caso necessário, que ratificarão as informações prestadas e coletarão dados adicionais, se for o caso.

III. Os projetos habilitados passarão por deliberação em reunião plenária do CMDCA, de forma a garantir a adequação dos projetos inscritos aos objetivos deste Edital;

9.2. Em havendo projeto de alguma entidade que constitui o Conselho, o representante desta ficará impedido de votar sobre o seu projeto.

9.3. Os projetos aprovados pelo CMDCA serão encaminhados a Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação, que procederá a tramitação burocrática do termo de convênio/subvenção.

9.4. Os critérios de avaliação são:

I - Cumprimento dos objetivos - adequação ao tema; qualidade técnica do Projeto, metodologia aplicada - clareza, pertinência e exequibilidade dos objetivos, atividades e resultados esperados - 30 pontos;

II - Impacto social da iniciativa, benefícios gerados com a implantação do projeto, a contribuição para o fortalecimento da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e benefícios sociais gerados para o público diretamente ou indiretamente envolvido, e a participação da comunidade - 45 pontos;

III - Caráter econômico (benefícios econômicos gerados para a comunidade); 10 pontos;

IV - Inovação Criatividade (práticas inovadoras que promovam a garantia de direitos) 15 pontos;

9.5. A pontuação total será de 0 a 100 (zero a cem) e serão escolhidos os projetos com maior pontuação.

9.6. O critério de desempate será a instituição mais antiga.

10 - ROTEIRO OBRIGATÓRIO DO PROJETO:

10.1. O projeto deve ser apresentado no modelo fornecido no Anexo I denominado "Formato do Projeto", deste Edital.

11 - DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

11.1. O resultado da seleção estará disponível na página da Prefeitura www.riodosul.sc.gov.br, após aprovação em reunião plenária do CMDCA.

11.2. A entidade também será notificada por e-mail sobre a aprovação de seu projeto (salientando que será utilizado o e-mail informado no projeto).

11.3. Os projetos/instituições vencedoras receberão a importância a eles destinados de acordo com o cronograma de desembolso de cada um, devendo ser o desembolso em, no mínimo, 03 (três) parcelas.

11.4. Será vedado o repasse em parcela única.

12 - DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA ASSINATURA DO CONVÊNIO

12.1 - A partir da divulgação da aprovação do projeto,

impreterivelmente a entidade terá até 15 (quinze dias) úteis, para protocolar a seguinte documentação por ofício, na Secretaria de Assistência Social e de Habitação de Rio do Sul.

I - Documentação completa discriminada no Anexo II, em duas vias e atualizadas;

II - Plano de Trabalho estabelecido no Anexo III, a ser entregue em via digital e será assinado quando solicitado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação;

III - Declarações estabelecidas no Anexo IV, devidamente assinadas e em papel timbrado da instituição.

12.2 - As entidades que não cumprirem a entrega da documentação completa no prazo aqui estabelecido perderão automaticamente o direito de recebimento do recurso no ano calendário deste Edital, salvo justificativa fundamentada e aprovada pelo Conselho Municipal.

12.3 - Se houver necessidade de nova documentação, poderá ser requerida a entidade.

13 - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

13.1 - Os projetos/entidades selecionados devem prestar contas junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação de Rio do Sul, até 30 (trinta dias) após a conclusão de cada etapa, sendo que o repasse de nova parcela estará condicionado à aprovação da parcela anterior.

13.2 - A prestação de contas será analisada em conjunto com o CMDCA.

13.3 - Quando da prestação de contas, deverá ser apresentada a nota fiscal original que relacione os itens adquiridos contendo marca, quantidade, preço unitário e preço total de cada item.

13.4 - No caso de cursos e palestras deverá ser apresentada lista de presença dos participantes com número do RG ou CPF, fotos do evento além de outros documentos comprobatórios que a entidade julgar pertinente apresentar para comprovar a realização do evento.

13.5 - Ressalta-se que na conta bancária exclusiva não será admitida nenhum movimentação financeira que não seja do projeto. E ainda a prestação de contas deve obedecer a instrução normativa nº 14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Lei 8.666/1993 e outras da Controladoria do Município.

14 - CRONOGRAMA/PRAZOS

I - Lançamento do Edital: 15/09/2014.

II - Apresentação dos projetos: até o dia 15/11/2014.

III - Análise pela Comissão Especial: até o dia 15/12/2014.

IV - Divulgação dos resultados/projetos escolhidos: Até 19/12/2014.

V- Entrega da documentação do convênio/subvenção: 15 (quinze) dias úteis após a publicação da aprovação pelo CMDCA.

15 - INFORMAÇÕES ADICIONAIS

15.1. A liberação do recurso deverá acontecer até trinta (30) dias após a divulgação do projeto aprovado, seguindo cronograma apresentado por cada entidade.

15.2. A responsabilidade de todos os encargos sociais e fiscais (taxas, impostos, contribuições e afins) é de responsabilidade exclusiva do conveniado.

15.3. O descumprimento de qualquer uma das regras que regulamentam o presente edital acarretará a desclassificação da entidade.

15.4. Os casos omissos serão resolvidos pelo CMDCA, bem como as decisões sobre a seleção dos projetos serão irrecorríveis.

15.5. A qualquer momento durante a execução do projeto, este poderá ser fiscalizado pelos Conselheiros do CMDCA.

15.6. Esclarecimentos e informações adicionais acerca do conteúdo deste edital poderá ser obtido junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, sito à Rua Rocha Pombo,

no horário das 07h30min às 11h30min, com Angela ou Shanna, ou por telefone (47) 3525-4084 ou e-mail ass.conselhos@riodosul.sc.gov.br.

JULIO CESAR ALVES

Presidente CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rio do Sul/SC

ANEXO I - FORMATO DO PROJETO

1 - Redação: devem ser redigidos conforme normas da ABNT (espaçamento entre linhas 1,5 cm; fonte Times New Roman ou Arial; altura da fonte 12; margem superior e esquerda 3 cm; margens direita e inferior 2,5 cm; alinhamento justificado; folha A4, impressa no formato "retrato").

2 - Resumo do Projeto (deve estar sozinho na primeira pagina)

Entidade	Razão Social completa
Endereço	Rua, número, bairro
Telefone	Número
Responsável pelo projeto/fone/e-mail (deve conter 2 pessoas)	Nome completo
Nome do Projeto	Nome completo
Objetivo geral	Desenvolver a criatividade das crianças. (Exemplo)
Objeto a ser financiado	Material pedagógico e lúdico (exemplo)
Público alvo/faixa etária	Crianças de 7 a 14 anos (exemplo)
Quantidade de atendimento	55 crianças (exemplo)
Horário de funcionamento do projeto	Matutino, vespertino ou noturno
Valor solicitado ao CMDCA	R\$1206,50 (exemplo)
Valor Total do Projeto	R\$2.000,00 (exemplo)

2.1 DADOS INSTITUCIONAIS

1 - Nome do projeto / Título:

2 - Instituição responsável e logotipo - se houver.

3 - Endereço

4 - Telefone

5 - Ano de fundação da organização.

6 - Missão da organização.

7 - Diretoria.

8 - Pessoas responsáveis pelo projeto.

Nome	Função	Telefone/ e-mail
Fulana de tal	Coordenação (exemplo)	3422 2222 - ppta@ig.com
Fulano	Orientadora	3422.2222 - bneve@entidade.org.br

2.2 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A entidade diz quem é e o que faz. Descreve as suas atividades. É um breve histórico.

3 - APRESENTAÇÃO COM JUSTIFICATIVA DO PROJETO

O solicitante do recurso deve apresentar de uma forma clara, sucinta e objetiva o seu projeto para o financiador entendê-lo. O solicitante do recurso deve explicar e responder às questões: por que e para que executar o projeto? Deve descrever as demandas verificadas no contexto que levaram à elaboração deste projeto. Mencione dados específicos para justificar tais demandas.

3.1 - OBJETO A SER FINANCIADO

Descrição do que será o objeto do financiamento. Isso deve estar claro, objetivo e especificando o tipo ("atendimento") desde que esteja de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA. Atenção: objeto é o que será comprado o que diferente de objetivo

que significa o que pretende atender, o resultado esperado com o projeto.

4. PÚBLICO ALVO

Quem direta e indiretamente serão os beneficiários deste projeto. Quantos recebem 100% de gratuidade e quantos são os beneficiários diretos pagantes parcial ou integralmente (quando for o caso). De preferência deve quantificar os beneficiários diretos e indiretos. Enviar em anexo relação com os nomes e o percentual de desconto (gratuidade) da mensalidade recebido por cada beneficiário.

População	Nº de atendimento direto	Nº de atendimentos indiretos	Quantidade de atendimentos gratuitos	Quantidade de atendimentos com gratuidade parcial	Quantidade de atendimentos com pagamento integral
Crianças					
Adolescentes					
Jovens (18 a 25 anos)					
Adultos					
Famílias (se houver)					
Técnicos/profissionais					
Total					

5 - OBJETIVOS

5.1 - Geral

Qual o impacto, mudança de contexto, que este projeto visa causar?

5.2 - ESPECIFICOS

Informe quais são as condições/situações que serão contempladas devido à realização das ações propostas neste projeto. Os objetivos específicos devem ser claros e mensuráveis. O que vai ser feito para atingir o objetivo geral.

6 - ATIVIDADES EXECUTADAS:

Objetivo	Resultados Esperados		Atividades Principais	Período
	Quantitativos	Qualitativos		

7 - METODOLOGIA

Descrever detalhadamente, passo a passo, a metodologia que será utilizada para realização das ações planejadas.

8 - INDICADORES DE RESULTADOS

Para cada atividade principal, preencha a tabela abaixo informando quais são os indicadores que serão verificados para determinar o cumprimento dos objetivos específicos do projeto.

Os indicadores são verificações, acontecimentos, ocorrências ou dados mensuráveis que comprovam que o projeto teve efeitos e causou mudanças no grupo beneficiário. Por exemplo: Para mostrar que houve fortalecimento comunitário, um indicador possível é o aumento do número de associados na Associação da comunidade. Todo indicador precisa ser mensurável.

Atividade	Indicadores de Progresso	Meios de verificação

9 - CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Exemplo

Atividade	Período											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
Aquisição de violão	X											
Contratar professor	X											
Aulas	X	X	X	X	X							

10 - EQUIPE TECNICA DA ENTIDADE

Devem constar os nomes, formação e funções das pessoas envolvidas na elaboração do projeto. Se os profissionais são contratados com registro ou voluntários e a carga horária de cada um.

Nome	Formação	Função	Carga horária semanal	Vínculo empregatício

11 - DESCRIÇÃO DA CONTRAPARTIDA

Descreva quais os recursos materiais, humanos e tecnológicos, espaço físico e parcerias com que a organização já conta e que serão utilizados na execução deste projeto.

11.1 - Contrapartida

Caso existir a contrapartida deve ser mencionado. Deve ser real e pode ser financeira ou não. Por exemplo: sala de aula para execução de curso...

11.2 - Parceiros

Também deve mencionar outras parcerias estabelecidas para execução do projeto, fontes de apoio e de financiamento - caso existam, especificando as funções de cada uma.

Organização	Principais funções no projeto
Nome completo	
Nome completo	

12 - SUSTENTABILIDADE

Descreva os elementos abaixo e outros que favoreçam a continuidade do projeto e de seus resultados em longo prazo.

13 - FINANCEIRO

Presença de outras fontes de financiamento ou empreendimento de autofinanciamento. Devem constar os nomes.

13.1 - TÉCNICO

Recursos humanos.

13.2 - COMUNITÁRIO

Apropriação do projeto pela comunidade.

14 - COMUNICAÇÃO DO PROJETO

Como a entidade solicitante de recursos irá divulgar suas ações aos parceiros, líderes, autoridades governamentais, público interno, sociedade em geral e formadores de opinião nos assuntos relacionados à criança e ao adolescente em Rio do Sul.

É obrigação da entidade divulgar o recebimento de recursos do FIA por meio de comunicação visual (placa, "banner") fornecido pelo CMDCA ou confeccionada pela entidade conforme modelo fornecido pelo CMDCA.

Por exemplo:

Tipo de Mídia	Quantidade
1 - Folders, panfletos e outros impressos	XXXX
2 - Mala direta	XXXX
3 - Página na internet	XXXX

15 - ORÇAMENTO

O orçamento deve conter os itens que serão adquiridos e os respectivos preços, se possível com descrição de marcas pesquisadas. Para cumprir as exigências legais, Lei 8.666/93, é importante que seja apresentado, em anexo, orçamentos de três fornecedores para cada produto a ser adquirido, em papel timbrado do fornecedor.

O orçamento deve estar de acordo com o preço de mercado porque o CMDCA analisa os custos reais da solicitação e, valores subfaturados ou superfaturados podem fazer com que o projeto não seja aprovado.

Ex. 1:

Objeto	Quantidade	Valor unitário R\$	Valor total R\$
Palestrante	30 h	50,00	1.500,00
Apostila	40 un	30,00	1.200,00
Total			2.700,00

Ex. 2:

Objeto	Quantidade	Valor unitário R\$	Valor total R\$
TV 29"	1 un	599,00	599,00
DVD	1 un	200,00	200,00
Instalar equipamento multimídia e revisar instalação elétrica	10 h eletricitista	15,00	150,00
Fio 10mm	100 m	4,00	400,00
TOTAL R\$			1.349,00

16 - CRONOGRAMA

Desenvolver quadro sintético e de fácil visualização das etapas do projeto; definir o calendário com margem de segurança, representando capacidade física, organizacional e financeira da entidade.

Exemplo:

NATUREZA DA DESPESA	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	TOTAL 1o SEM
1. CUSTOS FIXOS							R\$
TOTAL GERAL R\$							

17 - VALOR DO PROJETO

Deve constar o valor solicitado ao CMDCA para execução do projeto.

Ex:

Valor solicitado ao CMDCA: R\$

Valor da contrapartida: R\$ _____

Valor total do projeto: R\$

Rio do Sul, ____ de _____ de 20__

Assinatura do responsável / Cargo

ANEXOS:

Os anexos podem ser: relação de crianças e adolescentes atendidas; cópia dos orçamentos de fornecedores utilizados para

elaborar o custo do projeto incluindo quantidades e as marcas orçadas, fotos, etc.

Obs.: Exemplos foram citados de forma fictícia

ANEXO II - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA SOLICITAÇÃO DE CONVÊNIO OU SUBVENÇÃO:

Providenciar 2 (duas) cópias desta documentação, atualizada.

1. Ofício de entrega da documentação, em papel timbrado da Entidade, à Secretária de Assistência Social;
2. Plano de Trabalho preenchido, a ser enviado de forma digital, constante no Anexo III (enviar também para o e-mail: ass.conselhos@riodosul.sc.gov.br). Este plano posteriormente deverá ser assinado pela entidade, quando solicitado pelo setor responsável.
3. Declarações estabelecidas no Anexo IV, devidamente assinadas (Declaração de Responsabilidade, Adimplência, Contrapartida).
4. CNPJ da Entidade - original impresso (internet) www.receita.fazenda.gov.br
5. Cópia, do Certificado de Inscrição no CMDCA;
6. Cópia, do Atestado de Funcionamento emitido pelo CMAS (quando aplicável);
7. Cópia, do Estatuto Social da Entidade, devidamente registrado em Cartório;
8. Cópia rubricada, do balancete financeiro do exercício anterior devidamente aprovado pelo Conselho Fiscal da Instituição;
9. Relatório de atividades a serem realizadas no período do convênio (plano de ação) com assinatura do presidente;
10. Cópia da lei de utilidade pública municipal ou Certidão da Câmara de Vereadores que reconheça a utilidade pública (quando aplicável);
11. Cópia da ata de Posse da atual Diretoria da entidade;
12. Cópia, do RG e CPF do presidente da Instituição;
13. Comprovante de residência do presidente da Entidade.
14. Certificado de Regularidade do FGTS - original impresso (internet) www.caixa.gov.br;
15. Certidão Negativa de Débitos do INSS - original impressa (internet) <http://www.dataprev.gov.br/consultas/cons-empresas.shtm>;
16. Certidão Negativa de Débito Municipal;
17. Declaração de funcionamento regular da entidade 3 (três) anos, expedida pela Câmara de Vereadores;
18. Certidão de regularidade da Secretaria da Receita Federal (SRF) e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que pode ser obtida via internet, através do endereço <http://receita.fazenda.gov.br>;
19. Certidão de regularidade as Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), que pode ser obtida via internet, através do endereço <http://www.sef.sc.gov.br>; (CND)
20. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, que pode ser obtida via Internet, através do endereço <http://www.tst.jus.br>;
21. Declaração de responsabilidade pelo recebimento, aplicação na forma do avençado e prestação de contas dos recursos públicos;
22. Cópia atualizada do Alvará Sanitário da unidade executora;
23. Cópia atualizada do Alvará de localização da unidade executora;
24. Certidão Negativa de Débito de Prestação de Contas a ser solicitado no órgão responsável pelo recebimento e análise das prestações de contas (Secretaria da Fazenda/FMAS/FMDCA);
25. Comprovante de abertura de Conta Corrente (específica p/ convênio/Subvenção), (Banco do Brasil);

ANEXO III - PLANO DE TRABALHO

Entregar em via digital.

Plano de Trabalho / Atendimento

1 - Dados Cadastrais

Órgão Entidade Concedente NÃO PREENCHER				CNPJ
Endereço:				
Cidade	UF	CEP	DDD Telefone	Esfera Administrativa Municipal
Nome do Responsável				
Cédula de Identidade/ Órgão Expedidor		Cargo	Função	Matrícula
Endereço				CEP

Órgão / Entidade Proponente - NOME DA ENTIDADE					CNPJ 00.000.000/000-00
Endereço Rua xxxxx, Nº 000 - Bairro xxxx					
Cidade	UF	CEP	DDD / Telefone		Entidade Filantrópica Sem Fins Lucrativos
Conta corrente	Banco		Agência		Praça de Pagamento Rio do Sul
Nome do Responsável NOME DO PRESIDENTE					CPF 000.000.000-00
Cédula de Identidade / Órgão Expedidor 000.000 -SSP-SC					Função Presidente
Endereço Do representante legal Rua xxxxx, Nº 000 - Bairro xxxxx					CEP 89201-835

2 - Descrição

Título: do Projeto	Período de Execução	
	Início - APE	Término - 8M APE
Objeto:		
Justificativa:		

APE - após a publicação do Extrato

Plano de Trabalho / Atendimento

3 - Metas

N.º	Descrição por tipo de atendimento	Quantidade
01	Crianças e Adolescentes entre 7 e 14 anos (Exemplo)	20

4 - Cronograma de Execução

Etapa	Especificação	Qtde	1º mês R\$	2º, 3º, 4º, 5º e 6º mês R\$	Total R\$	Início	Término
	TOTAL						

5 - Plano de Aplicação

Natureza da Despesa		Concedente	Proponente	Valor Total
Código	Especificação	R\$	R\$	R\$
	NÃO PREENCHER			

6 - Cronograma de Desembolso

Concedente

Meta	1o Mês	2o Mês	3o Mês	4o Mês	5o Mês	6o Mês
Meta	7o Mês	8o Mês	9o Mês	10o Mês	11o Mês	12o Mês
	---	---	---	---	---	---

Plano de Trabalho/Atendimento

7 - Declaração

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto à Prefeitura Municipal de Rio do Sul, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistem qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Municipal ou qualquer órgãos ou entidade da Administração Pública Municipal, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos do Município, na forma deste Plano de Trabalho/Atendimento.

PEDE DEFERIMENTO.

Rio do Sul, de de 20__.

Proponente:

FULANO DE TAL,

Presidente do XXXXX.

8 - Aprovado pelo Concedente

Local e data:	
Concedente:	
Nome do Prefeito, Prefeito Municipal.	
Nome do Secretário, Secretária de Assistência Social e Gestora do FMDCA.	

ANEXO IV - DECLARAÇÕES

PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Na qualidade de representante legal do (a) _____, estabelecido(a) _____, inscrito (a) no CNPJ/MF sob o n.º _____, declaramos para os devidos fins que nos comprometemos a receber, aplicar e prestar contas dos recursos que nos forem concedidos pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, na forma de Convênio.

Para maior clareza, firmamos a presente declaração.

Rio do Sul(SC), ____ de _____ de 2014.

Nome, cargo e assinatura do Presidente da Instituição.

PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO

DECLARAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA

O _____ (nome e cargo do responsável), inscrito no CPF n.º _____, declara, sob as penas do art. 299 do Código Penal, de que não se encontra em mora e nem em débito junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal Direta e Indireta.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração.

Rio do Sul, de de 2014.

Nome, cargo e assinatura do Presidente da Instituição.

PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO

DECLARAÇÃO DE CONTRAPARTIDA

_____ (nome e cargo do responsável pela Entidade), declara, que a _____ (entidade), dispõe de recursos próprios, no valor de R\$ _____, relativos à contrapartida no convênio a ser celebrado com o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, visando atender o _____ (projeto/programa), neste Município.

Rio do Sul, de de 2014.

Nome, cargo e assinatura do Presidente da Instituição.

ANEXO V - TERMO DE REFERÊNCIA - SOMENTE PARA ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

TERMO DE REFERÊNCIA (Deve conter os seguintes Elementos):	
1 - Indicação do objeto de forma precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização;	
2 - Critério de aceitação do objeto	
3 - Justificativa da necessidade da contratação	
4 - Estimativa do custo, diante de orçamento detalhado juntados aos autos, considerando os preços praticados no mercado.	
5 - Definição dos métodos e estratégia de suprimento	
6 - Prazo de execução do objeto da licitação. Cronograma físico-financeiro, se for o caso	
7 - Deveres do contratado e do contratante	
8 - Procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato	
9 - Sanções por inadimplemento.	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

Pregão Presencial Nº 42/2014 FMS

Prefeitura de Rio do Sul
Secretaria Municipal de Saúde
Divisão de Suprimentos - Setor de Compras
EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2014 FMS

OBJETO: Aquisição de relógios de ponto para registro e controle de funcionários de diversos setores e unidades da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul - SC.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DE PROPOSTAS: Até as 10:00 horas do dia 23/09/2014.

CREDENCIAMENTO e SESSÃO DE LANCES: As 10:30 horas do dia 23/09/2014, na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Rio do Sul.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, Rua Tuiuti, 154, centro, Setor de Compras, fone (47) 3531 1437, pelo e-mail luis.oliveira@riodosul.sc.gov.br ou no site www.riodosul.sc.gov.br, no link Licitações - Editais Secretaria da Saúde.

Rio do Sul (SC), 15 de setembro de 2014.

CARISO SÁVIO GIACOMINI
Prefeito Municipal em exercício

LUIZ CARLOS ZANIS
Secretário Municipal de Saúde

Pregão Presencial Para Registro de Preços Nº 46/2014 FMS de Rio do Sul

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2014 FMS DE RIO DO SUL

OBJETO: Registro de preços para aquisição de tiras reagentes para dosagem de glicemia, com fornecimento de 500 aparelhos compatíveis com a tira cotada, em regime de comodato, para atender necessidade do Departamento de Atenção à Saúde desta secretaria.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DE ENVELOPES: 22 DE SETEMBRO DE 2014 ÀS 8:30.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: 22 DE SETEMBRO DE 2014 ÀS 09:00.

LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, na Praça 25 de Julho, 01, Centro, Rio do Sul/SC.

CONTATO: Davi Emanuel Klahmann de Souza Telefone: (47) 3531-1414
e-mail: davi.souza@riodosul.sc.gov.br

ÁREA RESPONSÁVEL: Setor de Compras e Licitações
ÁREA REQUISITANTE: Departamento de Atenção à Saúde

O edital na íntegra pode ser obtido no site www.riodosul.sc.gov.br na aba 'Prefeitura', link Licitações - Editais da Prefeitura Municipal. As empresas interessadas em participar desta Licitação deverão

comunicar sua intenção ao Departamento de Compras e Licitações através do endereço rua Tuiuti, 154, Centro, Rio do Sul - SC, ou fax (47) 3531-1427 ou (47) 3531-1414, encaminhando preenchido o anexo 07, Declaração de Retirada de Edital. O Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul não aceitará em hipótese alguma, reclamações posteriores de não envio de alterações por parte de empresas que não tenham se identificado como interessadas em participar da licitação. Ainda, nenhuma responsabilidade caberá ao Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul pelo não recebimento dessas alterações devido a endereço eletrônico e número de fax incorreto ou defeitos em qualquer desses equipamentos.

Rio do Sul (SC), 15 de Setembro de 2014.

CARISO SÁVIO GIACOMINI
Prefeito em exercício de Rio do Sul

LUIZ CARLOS ZANIS
Secretário Municipal de Saúde

Contrato Nº. 064/2014 FMS

CONTRATO Nº. 064/2014, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, E DE OUTRO LADO, O (A) ADEMIR CLAUDINO DOS SANTOS VISANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM CONSULTAS/ATENDIMENTOS MÉDICOS EM GASTROENTEROLOGIA, CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 32/2013, publicado no DOM/SC nº. 1287, de 24/07/2013, pgs. 285.

O município de Rio do Sul, pessoa jurídica de direito público, representado neste ato pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde, Dr. Luiz Carlos Zanis, com sede nesta cidade, na Rua Tuiuti, nº 154, Centro, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO e, Ademir Claudino dos Santos inscrito (a) no CPF / CNPJ sob nº XXX.828.619-XX, residente / localizado no município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, doravante denominado CONTRATADO, celebram este TERMO DE CONTRATO, que reger-se-á sob as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objetivo a execução, pelo CONTRATADO, de serviços médicos em CONSULTAS/ATENDIMENTOS, para prestar atendimento ambulatorial aos usuários do SUS, conforme valor unitário e detalhamento abaixo:

Código	Descrição do Procedimento	Valor
0301010072	Consulta Médica em Atenção Especializada	30,00

Parágrafo Único - O serviço do CONTRATADO está referido a uma base populacional conforme Plano de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde/FMS, e será ofertado com base nas indicações técnicas do planejamento da saúde, mediante compatibilização das necessidades da demanda e a disponibilidade de recursos financeiros.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O serviço técnico referido na Cláusula Primeira será executado pelo (a) profissional médico (a) Ademir Claudino dos Santos inscrito (a) no CPF sob nº XXX.828.619-XX com registro no conselho CRM sob o nº. 2894, RQE nº 161, e deverá ser executado nas dependências físicas da Policlínica de Referência do município de Rio do Sul.

CLÁUSULA TERCEIRA - NORMAS GERAIS

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO não poderá cobrar dos pacientes, seus acompanhantes, seus responsáveis ou seus prepostos, qualquer valor ou complementação do valor pago pelo serviço técnico profissional prestado nos termos deste contrato.

Parágrafo Segundo - O CONTRATADO é responsável por qualquer cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante, por pessoa sua empregada ou por seu preposto, pela execução neste paciente do serviço técnico profissional objeto deste contrato.

Parágrafo Terceiro - Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercida pela Secretaria Municipal de Saúde/FMS sobre a execução do objeto deste contrato, os contraentes reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do Sistema Único de Saúde - SUS, decorrente da Lei Orgânica da Saúde.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Para o cumprimento do objeto deste contrato o CONTRATADO se obriga a oferecer ao paciente todo o recurso técnico profissional necessário ao seu atendimento.

Parágrafo Único - O CONTRATADO se obriga, ainda, a:

- I - Manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes;
- II - Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
- III - Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;
- IV - Justificar ao paciente, ou ao seu responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato previsto no contrato;

CLAUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONTRATADO

O CONTRATADO é responsável pela indenização de danos causados aos pacientes, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticados por ele, seus empregados ou seus prepostos, ficando-lhe assegurado o total acesso a todas as formas de defesa.

Parágrafo Primeiro - A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do SUS, não inclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo - A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por efeitos relativos a prestação de serviços nos estritos termos do art. 14 da Lei nº.8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

A Secretaria Municipal de Saúde/FMS pagará mensalmente ao CONTRATADO, pelo valor total dos serviços efetivamente realizados durante o mês, multiplicando-se ao valor unitário de R\$ 30,00 (trinta reais) de acordo com a cláusula primeira.

Parágrafo Único - A alteração do limite financeiro poderá ser efetuado, em apenas e tão somente por comum acordo entres as partes, desde que haja demanda que as justifiquem.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas dos serviços realizados por força deste contrato correrão, no presente exercício, à conta de dotação consignada no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 40 Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 01 Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade: 2.080 - BLMAC - Manutenção da Gestão Plena (MAC)

Parágrafo Primeiro - O Ministério da Saúde, de acordo com as Portarias Ministerial nº. 2.801/98, Portaria/GM nº. 1.286, de 26/10/1993 e Portaria/MS/GM nº. 204, de 29/01/2007, é o órgão responsável pelo envio de recursos ao MUNICÍPIO, para o pagamento dos serviços objeto deste contrato.

Parágrafo Segundo - nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão à conta das dotações próprias que forem aprovadas para os mesmos.

CLÁUSULA OITAVA - DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço estipulado neste contrato será pago da seguinte forma:

I - O CONTRATADO encaminhará mensalmente os comprovantes dos atendimentos realizados ao setor competente da Secretaria/ Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria até o (25º) dia útil do mês da prestação do serviço. Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle e Avaliação, o CONTRATADO receberá, 100% (cem por cento) do valor total do serviço produzido;

II - Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento nas contas, por culpa da SECRETARIA/FMS, esta garantirá o CONTRATADO o pagamento, no prazo avançado neste contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior ao do processamento com problemas, acertando-se as diferenças que eventualmente ocorrerem no pagamento seguinte, mas ficando exonerado do pagamento de multas e sanções financeiras obrigando-se, entretanto, a corrigir monetariamente os créditos de outros acréscimos porventura incidentes nas diferenças apuradas em favor do CONTRATADO;

III - As contas rejeitadas, quanto ao mérito, serão objeto de análise pelo órgão de Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e passíveis de ressarcimento ao cofre público, respeitando-se o total acesso a todas as formas de defesa ao CONTRATADO.

IV - O pagamento será feito mediante a apresentação da Nota Fiscal eletrônica, onde será informado ao Contratado o valor correspondente ao faturamento do mês em conta corrente do contratado.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE DO PREÇO

Os valores estabelecidos na Cláusula Sexta poderão ser reajustados, desde que haja entendimento entre as partes, e independem de termo aditivo, sendo, necessário anotar no processo administrativo da SECRETARIA/FMS a origem e autorização do reajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR

Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria, o CONTRATADO receberá da Secretaria Municipal de Saúde, 100% (cem por cento) do valor total dos serviços/atendimentos realizados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CONTROLE, AVALIAÇÃO,

AUDITORIA, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO.

A execução do presente contrato será inicialmente avaliada pela Divisão de Controle e Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

Parágrafo Primeiro - Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa do CONTRATADO poderá ensejar a não prorrogação deste contrato ou a revisão das condições ora estipuladas.

Parágrafo Segundo - A fiscalização exercida pela SECRETARIA/FMS sobre os serviços ora contratados não eximirá o CONTRATADO da sua plena responsabilidade perante a SECRETARIA/FMS ou para com os pacientes e terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução do contrato.

Parágrafo Terceiro - O CONTRATADO facilitará a SECRETARIA/FMS o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores da SECRETARIA/FMS, designados para tal fim.

Parágrafo Quarto - Em qualquer hipótese é assegurado ao CONTRATADO amplo direito de defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

Fica o CONTRATADO sujeito a multa de 30 (trinta por cento) sobre o valor mensal do contrato, por infração de qualquer cláusula ou condição deste contrato sem prejuízo das demais penalidades previstas na Legislação referente a licitações e contratos administrativos, assegurado o direito a defesa.

Parágrafo Primeiro - O valor da multa será descontado dos pagamentos devidos pela SECRETARIA/FMS ao CONTRATADO.

Parágrafo Segundo - Para obtenção do valor anual do contrato, SECRETARIA/FMS, utilizará a média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, referente aos 12 (doze) últimos meses pagos.

Parágrafo Terceiro - Caso o contrato possua menos de 12 (doze) meses de vigência, o valor anual do contrato será obtido pela média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, desde o início da vigência do contrato multiplicado por 12 (doze).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

Constituem motivos para rescisão do presente contrato, o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das multas previstas na Cláusula Décima Segunda.

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO reconhece desde já os direitos da SECRETARIA/FMS em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo - Em caso de rescisão do contrato, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo a população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias para ocorrer a rescisão. Se neste prazo o CONTRATADO negligenciar a prestação dos serviços ora contratados a multa cabível poderá ser duplicada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS PROCESSUAIS

Dos atos de aplicação de penalidade prevista neste contrato, ou de sua rescisão, praticados pela SECRETARIA/FMS, cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Primeiro - Da decisão do Secretário Municipal de Saúde em rescindir o presente contrato cabe, inicialmente, pedido de reconsideração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Segundo - Sobre o pedido de reconsideração formulado nos termos do parágrafo primeiro, o Secretário Municipal de Saúde deverá manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias e poderá, ao recebê-lo, atribuir-lhe eficácia suspensiva, desde que o faça motivadamente diante de razões de interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DURAÇÃO

O prazo de vigência deste contrato é desde a sua assinatura até 31/12/2014, com renovação anual, de comum acordo entre as partes, observando-se o artigo 57 da lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES

Qualquer das alterações do presente contrato será objeto de termo aditivo, na forma da legislação referente a licitações e contratos administrativos, excetuando-se o disposto na Cláusula Nona.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

O presente contrato será publicado, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina/DOM/SC no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Rio do Sul, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes e pelo Conselho Municipal de Saúde.

E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio do Sul, 09 de Setembro de 2014.

Dr. Luiz Carlos Zanis

Secretário Municipal de Saúde

Dr. Ademir Claudino dos Santos

Testemunhas:

1) Luciane Araujo Mattana
Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria
CPF XXX.569.600-XX

2) Fabíola kreusch
Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria
CPF XXX.134.899-XX

Salto Veloso

PREFEITURA

Decreto Nº 044 - de 09 de Setembro de 2014

DECRETO Nº 044 - DE 09 de SETEMBRO DE 2014.
ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA EXCESSO DE ARRECAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO , ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.470/2012 de 13/12/2012;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 387.620,00 (Trezentos e oitenta e sete mil seiscentos e vinte reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Projeto/Atividade: 4.005 - MANUT. DAS ATIV. ADMINISTRATIVA E FINANCEIRAS
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 387.620,00
Fonte: 01.89.00000
RED: 142

Art. 2º - A suplementação de que se trata o artigo anterior, será utilizado o Excesso de Arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito.
Salto Veloso - SC, 09 de Setembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 045 - DE 09 DE SETEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 045 - DE 09 DE SETEMBRO DE 2014.
ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE , SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Orçamentária Municipal 1.470/2012 de 13/12/2012;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 7.422,50 (Sete Mil Quatrocentos e Vinte e Dois Reais e Cinquenta Centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02. CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 4.005 - MANUTENÇÃO DAS ATIV. DA ADM. E FINANÇAS
Categoria Econômica 3.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
Modalidade de Aplicação 90 - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 5.165,00
Fonte: 01.00.00000
RED: 3

Órgão: 02. CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 4.005 - MANUTENÇÃO DAS ATIV. DA ADM. E FINANÇAS
Categoria Econômica 3.3 - DESPESAS CORRENTES
Modalidade de Aplicação 90 - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 1.777,50
Fonte: 01.00.00000
RED: 7

Órgão: 02. CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 4.005 - MANUTENÇÃO DAS ATIV. DA ADM. E FINANÇAS
Categoria Econômica 4.4 - INVESTIMENTOS
Modalidade de Aplicação 90 - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 480,00
Fonte: 01.00.00000
RED: 9

Art. 2º - Para suporte de que se trata o Artigo anterior, fica Utilizado o mesmo valor da Anulação da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 02. CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 4.005 - MANUTENÇÃO DAS ATIV. DA ADM. E FINANÇAS
Categoria Econômica 3.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
Modalidade de Aplicação 90 - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 7.422,50
Fonte: 01.00.00000
RED: 5

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.de Salto Veloso - SC, 09 de Setembro de 2014.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 0014-2014

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTRATO N.º : 0014/2014.
CONTRATANTE : PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO.
CONTRATADO : MARIA DO CARMO DE SOUZA VENTURIN.
OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.
VIGÊNCIA : 09/09/2004 até a realização de Concurso Público..
AMPARO LEGAL....: Constituição Federal, inciso IX, Art. 37; Lei Orgânica Municipal, art. 23, inciso III, alínea a; Lei nº. 881/97, de 20.08.97; Edital de Processo Seletivo 001/2014.
FUNÇÃO : AUXILIAR DE LIMPEZA .
LOCAL : SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.
CARGA HORÁRIA....: 40 HORAS.
SALÁRIO BASE: R\$ 891,51 .

PORTARIA Nº. 257/2014

PORTARIA Nº. 256/2014

SUSPENDE LICENÇA PRÊMIO DE SERVIDORA MUNICIPAL

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade e conforme a legislação em vigor,

Resolve:

Artigo 1º. Suspende a Licença Prêmio, por motivo de Imperiosa Necessidade de Serviço Público, da servidora municipal Jovilde Lazzari Conte, matrícula nº 408, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Alimentação e Nutrição, devendo a servidora retornar às suas atividades laborais no dia 10 de setembro do corrente ano.

Artigo 2º. A servidora deverá retornar às atividades antes do vencimento do período de Licença Prêmio, por interesse da Administração Municipal.

Artigo 3º. O saldo da Licença Prêmio que corresponde a 22 (vinte) dias lhe serão concedidos em época oportuna, conforme nova programação.

Artigo 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 09 de Setembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 258/2014

PORTARIA Nº. 258/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Artigo 1º. Fica exonerada, a pedido a partir desta data, a Srta. JOSIELE APARECIDA SCHAITLE, da função de Agente Comunitária de Saúde - 40 horas, da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 09 de Setembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 4º BIM

Município de Salto Veloso - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.192.220,00	16.192.220,00	3.166.904,20	19,56	12.417.894,40	76,69	3.774.325,60
RECEITAS CORRENTES	16.192.200,00	16.192.200,00	2.779.284,20	17,16	10.972.934,40	67,77	5.219.265,60
RECEITA TRIBUTÁRIA	531.500,00	531.500,00	73.187,27	13,77	465.310,14	87,55	66.189,86
IMPOSTOS	428.000,00	428.000,00	51.280,76	11,98	300.341,43	70,17	127.658,57
TAXAS	59.500,00	59.500,00	7.805,02	13,12	70.017,69	117,68	-10.517,69
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	44.000,00	44.000,00	14.101,49	32,05	94.951,02	215,80	-50.951,02
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	528.000,00	528.000,00	144.891,15	27,44	501.919,15	95,06	26.080,85
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	440.000,00	440.000,00	95.363,01	21,67	434.925,34	98,85	5.074,66
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	88.000,00	88.000,00	49.528,14	56,28	66.993,81	76,13	21.006,19
RECEITA PATRIMONIAL	834.050,00	834.050,00	425.210,28	50,98	1.184.860,96	142,06	-350.810,96
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	834.050,00	834.050,00	425.210,28	50,98	1.184.860,96	142,06	-350.810,96
RECEITA AGROPECUÁRIA	2.200,00	2.200,00	1.537,03	69,86	4.428,68	201,30	-2.228,68
Outras Receitas Agropecuárias	2.200,00	2.200,00	1.537,03	69,86	4.428,68	201,30	-2.228,68
RECEITA DE SERVIÇOS	87.500,00	87.500,00	28.645,96	32,74	84.066,93	96,08	3.433,07
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.114.020,00	14.114.020,00	2.079.999,30	14,74	8.644.401,04	61,25	5.469.618,96
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	14.054.020,00	14.054.020,00	2.072.283,66	14,75	8.628.969,74	61,40	5.425.050,26
Transf. de Conv.	60.000,00	60.000,00	7.715,64	12,86	15.431,30	25,72	44.568,70
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	94.930,00	94.930,00	25.813,21	27,19	87.947,50	92,64	6.982,50
Multas e Juros de Mora	31.350,00	31.350,00	12.010,86	38,31	20.866,38	66,56	10.483,62
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.200,00	2.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.200,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	9.900,00	9.900,00	12.164,68	122,88	31.966,05	322,89	-22.066,05
RECEITAS DIVERSAS	51.480,00	51.480,00	1.637,67	3,18	35.115,07	68,21	16.364,93
RECEITAS DE CAPITAL	20,00	20,00	387.620,00	100,00	1.444.960,00	800,00	-1.444.940,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	387.620,00	0,00	387.620,00	0,00	-387.620,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	387.620,00	0,00	387.620,00	0,00	-387.620,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	20,00	20,00	0,00	0,00	1.057.340,00	700,00	-1.057.320,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	20,00	20,00	0,00	0,00	1.057.340,00	700,00	-1.057.320,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	850.050,00	850.050,00	141.606,43	16,66	554.329,06	65,21	295.720,94
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	850.050,00	850.050,00	141.606,43	16,66	554.329,06	65,21	295.720,94
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	850.050,00	850.050,00	141.606,43	16,66	554.329,06	65,21	295.720,94
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	850.050,00	850.050,00	141.606,43	16,66	554.329,06	65,21	295.720,94
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	17.042.270,00	17.042.270,00	3.308.510,63	19,41	12.972.223,46	76,12	4.070.046,54

Continua 1/3

Município de Salto Veloso - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas						
Mobiliária	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	17.042.270,00	17.042.270,00	3.308.510,63	19,41	12.972.223,46	76,12
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	17.042.270,00	17.042.270,00	3.308.510,63	19,41	12.972.223,46	76,12
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	311.646,19	—	—	195.149,93	—
Superávit Financeiro	—	311.646,19	—	—	195.149,93	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	16.192.220,00	1.804.736,19	17.996.956,19	2.124.048,44	11.339.717,12	2.393.743,07	9.983.233,50	55,47
DESPESAS CORRENTES	14.321.250,00	272.586,89	14.593.836,89	1.848.328,73	9.812.277,01	2.124.518,86	8.724.398,89	59,78
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.380.440,00	46.031,89	7.426.471,89	1.058.382,24	4.096.806,75	1.060.847,49	4.094.389,27	55,13
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	195.000,00	-60.000,00	135.000,00	0,00	80.929,07	0,00	80.929,07	59,95
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.745.810,00	286.555,00	7.032.365,00	789.946,49	5.634.541,19	1.063.671,37	4.549.080,55	64,69
DESPESAS DE CAPITAL	508.920,00	1.532.149,30	2.041.069,30	275.719,71	1.527.440,11	269.224,21	1.258.834,61	61,68
INVESTIMENTOS	497.920,00	1.407.149,30	1.905.069,30	275.719,71	1.397.038,71	269.224,21	1.128.433,21	59,23
INVERSOES FINANCEIRAS	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	10.000,00	125.000,00	135.000,00	0,00	130.401,40	0,00	130.401,40	96,59
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.362.050,00	0,00	1.362.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	850.050,00	0,00	850.050,00	119.825,12	426.578,33	119.825,12	426.578,33	50,18
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	850.050,00	0,00	850.050,00	119.825,12	426.578,33	119.825,12	426.578,33	50,18

Continua 2/3

Município de Salto Veloso - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
	850.050,00	0,00	850.050,00	119.825,12	426.578,33	119.825,12	426.578,33	423.471,67
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)								
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	17.042.270,00	1.804.736,19	18.847.006,19	2.243.873,56	11.766.295,45	2.513.568,19	10.409.811,83	8.437.194,36
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)								
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XII)	17.042.270,00	1.804.736,19	18.847.006,19	2.243.873,56	11.766.295,45	2.513.568,19	10.409.811,83	8.437.194,36
SUPERÁVIT (XIII)								
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	17.042.270,00	1.804.736,19	18.847.006,19	2.243.873,56	11.766.295,45	2.513.568,19	12.972.223,46	8.437.194,36

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.410.236,94

FONTE:

Salto Veloso, 12/09/2014

CLAUDEMIR CESCA
PREFEITO MUNICIPAL

ALVARO ANTÔNIO BISCARO
CONTADOR

Município de Salto Veloso - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.192.220,00	17.996.956,19	2.124.048,44	11.339.717,12	2.393.743,07	9.983.233,50	95,90	8.013.722,69
Legislativa	483.450,00	483.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	483.450,00
Ação Legislativa	483.450,00	483.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	483.450,00
Administração	2.158.550,00	2.158.550,00	186.351,23	1.480.884,36	261.009,18	1.203.880,98	11,56	954.669,02
Administração Geral	2.158.550,00	2.158.550,00	186.351,23	1.480.884,36	261.009,18	1.203.880,98	11,56	954.669,02
Segurança Pública	49.000,00	51.981,66	1.347,69	24.204,46	3.403,82	18.540,22	0,18	33.441,44
Policimento	49.000,00	51.981,66	1.347,69	24.204,46	3.403,82	18.540,22	0,18	33.441,44
Assistência Social	651.611,00	747.745,05	67.643,18	394.141,28	76.520,00	359.854,70	3,46	387.890,35
Assistência à Criança e ao Adolescente	22.000,00	22.000,00	2.641,34	9.777,11	2.732,60	9.630,78	0,09	12.369,22
Assistência Comunitária	629.611,00	725.745,05	65.001,84	384.364,17	73.787,40	350.223,92	3,36	375.521,13
Previdência Social	850.000,00	850.000,00	133.894,88	500.621,98	136.358,92	492.232,74	4,73	357.767,26
Previdência do Regime Estatutário	850.000,00	850.000,00	133.894,88	500.621,98	136.358,92	492.232,74	4,73	357.767,26
Saúde	3.030.833,00	3.147.584,46	460.368,22	2.364.842,27	514.749,64	2.105.626,54	20,23	1.041.957,92
Atenção Básica	2.870.432,00	2.959.083,07	434.338,53	2.284.221,07	492.788,13	2.034.168,96	19,54	924.914,11
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	34.000,00	43.704,41	0,00	9.704,41	0,00	9.704,41	0,09	34.000,00
Vigilância Sanitária	20.000,00	31.827,55	4.162,66	9.715,13	4.162,66	8.630,33	0,08	23.197,22
Vigilância Epidemiológica	15.400,00	15.400,00	0,00	406,98	0,00	406,98	0,00	14.993,02
Alimentação e Nutrição	86.000,00	92.568,43	21.867,03	60.794,68	17.798,85	52.715,86	0,51	39.852,57
Abastecimento	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.001,00
Educação	3.404.014,00	4.117.410,37	788.921,83	2.730.635,15	824.530,39	2.354.320,16	22,62	1.763.090,21
Ensino Fundamental	2.217.414,00	2.901.250,37	629.612,27	2.014.790,43	633.980,75	1.646.681,81	15,82	1.254.568,56
Educação Infantil	1.150.000,00	1.179.560,00	159.309,56	715.702,88	190.549,64	707.496,51	6,80	472.063,49
Educação de Jovens e Adultos	34.600,00	34.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.600,00
Educação Especial	2.000,00	2.000,00	0,00	141,84	0,00	141,84	0,00	1.858,16
Cultura	159.000,00	159.000,00	0,00	137.484,50	20.106,42	77.524,90	0,74	81.475,10
Difusão Cultural	159.000,00	159.000,00	0,00	137.484,50	20.106,42	77.524,90	0,74	81.475,10
Urbanismo	735.604,00	781.930,68	104.197,56	530.844,23	124.543,24	457.764,75	4,40	324.165,93
Infra-Estrutura Urbana	25.004,00	71.330,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	71.330,68
Serviços Urbanos	710.600,00	710.600,00	104.197,56	530.844,23	124.543,24	457.764,75	4,40	252.835,25
Habitação	12.001,00	12.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.001,00
Habitação Urbana	12.001,00	12.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.001,00

Continua 1/3

Município de Salto Veloso - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Saneamento	16.192.220,00	17.996.956,19	2.124.048,44	11.339.717,12	2.393.743,07	9.983.233,50	95,90	8.013.722,69
Saneamento Básico Urbano	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.500,00
Gestão Ambiental	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.500,00
Preservação e Conservação Ambiental	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.500,00
Agricultura	813.003,00	833.003,00	105.421,97	588.993,06	116.595,01	505.488,00	4,86	327.535,00
Extensão Rural	813.003,00	833.003,00	105.421,97	588.993,06	116.595,01	505.488,00	4,86	327.535,00
Indústria	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
Promoção Industrial	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
Comércio e Serviços	4.502,00	4.502,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.502,00
Turismo	4.502,00	4.502,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.502,00
Transporte	1.930.102,00	2.426.877,65	255.841,21	1.868.906,22	286.832,29	1.730.687,84	16,63	696.189,81
Transporte Rodoviário	1.930.102,00	2.426.877,65	255.841,21	1.868.906,22	286.832,29	1.730.687,84	16,63	696.189,81
Desporto e Lazer	141.500,00	141.500,00	20.060,67	83.282,49	17.736,17	78.402,49	0,75	63.097,51
Desporto Comunitário	141.500,00	141.500,00	20.060,67	83.282,49	17.736,17	78.402,49	0,75	63.097,51
Encargos Especiais	385.000,00	697.370,32	0,00	634.877,12	11.357,99	598.930,18	5,75	98.440,14
Outros Encargos Especiais	385.000,00	697.370,32	0,00	634.877,12	11.357,99	598.930,18	5,75	98.440,14
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.362.050,00	1.362.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.362.050,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Legislativa	850.050,00	850.050,00	119.825,12	426.578,33	119.825,12	426.578,33	4,10	423.471,67
Ação Legislativa	11.550,00	11.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.550,00
Administração	95.000,00	95.000,00	13.232,44	54.210,70	13.232,44	54.210,70	0,52	40.789,30
Administração Geral	95.000,00	95.000,00	13.232,44	54.210,70	13.232,44	54.210,70	0,52	40.789,30
Assistência Social	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Assistência Comunitária	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Saúde	99.000,00	99.000,00	18.512,60	75.802,80	18.512,60	75.802,80	0,73	23.197,20
Atenção Básica	99.000,00	99.000,00	18.512,60	75.802,80	18.512,60	75.802,80	0,73	23.197,20
Educação	380.000,00	380.000,00	65.215,58	223.875,19	65.215,58	223.875,19	2,15	156.124,81
Ensino Fundamental	260.000,00	260.000,00	38.750,22	157.842,77	38.750,22	157.842,77	1,52	102.157,23
Educação Infantil	120.000,00	120.000,00	26.465,36	66.032,42	26.465,36	66.032,42	0,63	53.967,58

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Salto Veloso - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	850.050,00	850.050,00	119.825,12	426.578,33	119.825,12	426.578,33	4,10	50,18
Cultura	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Urbanismo	40.000,00	40.000,00	6.078,42	19.157,22	6.078,42	19.157,22	0,18	47,89
Serviços Urbanos	40.000,00	40.000,00	6.078,42	19.157,22	6.078,42	19.157,22	0,18	47,89
Agricultura	64.000,00	64.000,00	10.354,16	32.378,96	10.354,16	32.378,96	0,31	50,59
Extensão Rural	64.000,00	64.000,00	10.354,16	32.378,96	10.354,16	32.378,96	0,31	50,59
Transporte	154.000,00	154.000,00	6.431,92	21.153,46	6.431,92	21.153,46	0,20	13,74
Transporte Rodoviário	154.000,00	154.000,00	6.431,92	21.153,46	6.431,92	21.153,46	0,20	13,74
Desporto e Lazer	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto Comunitário	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	17.042.270,00	18.847.006,19	2.243.873,56	11.766.295,45	2.513.568,19	10.409.811,83	100,00	55,23

FONTE:

Salto Veloso, 12/09/2014

CLAUDEMIR CESCO
PREFEITO MUNICIPAL

ALVARO ANTÔNIO BISCARO
CONTADOR

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Salto Veloso - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

ESPECIFICAÇÃO		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014	
		Set/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Agos/2014		TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)															
RECEITA TRIBUTÁRIA															
I.P.T.U.	8.144,78	523,11	532,77	1.818,34	479,39	0,00	22.154,21	69.397,13	23.243,03	1.597,91	1.148,69	1.764,60	130.803,96	43.000,00	
IRR.F	76,20	1.167,41	1.145,02	155.476,88	61,55	96,98	24.293,47	0,00	0,00	0,00	2.228,70	0,00	184.546,21	165.000,00	
I.S.S.	11.246,66	12.508,26	8.665,48	31.497,19	3.466,07	20.462,79	8.815,89	8.898,58	11.651,11	13.870,73	7.785,27	26.654,84	100.000,00	100.000,00	
I.T.B.I.	4.571,25	1.355,00	3.260,00	1.950,00	0,00	8.740,38	3.433,95	13.013,57	10.783,93	4.900,00	8.259,87	34.387,79	20.000,00	20.000,00	
Outras Receitas Tributárias	8.233,47	3.160,97	3.086,54	8.217,59	0,00	26.256,07	28.746,06	41.019,84	26.322,41	20.717,82	13.506,40	8.400,11	187.679,28	103.500,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES															
RECEITA PATRIMONIAL	33.714,42	49.930,28	43.995,17	69.157,10	37.497,59	60.921,78	41.312,59	38.406,07	33.939,44	144.950,53	81.895,96	62.995,19	528.000,00	528.000,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	35.486,74	38.091,94	29.031,55	53.298,02	31.834,56	171.941,56	106.591,32	178.031,09	262.643,66	8.608,49	127.187,71	298.022,57	834.090,00	834.090,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	1.524,83	0,00	8,56	63,99	1.824,27	301,36	888,17	648,86	2.200,00	2.200,00	2.200,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	9.053,08	14.388,63	5.186,65	26.951,60	0,00	17.311,55	2.910,57	11.095,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.247.107,86	1.148.875,12	1.491.395,20	1.642.679,36	1.484.032,79	1.336.406,42	1.146.172,54	1.294.326,11	1.307.263,25	1.153.893,01	1.127.962,44	1.298.117,10	16.775.080,00	16.775.080,00	
Cota-Parte do F.P.M.	352.678,29	352.683,71	490.575,88	505.993,66	594.831,36	635.192,90	376.793,29	430.046,10	573.083,30	429.779,99	369.126,63	448.427,05	6.100.000,00	6.100.000,00	
Cota-Parte do I.C.M.S.	474.187,33	442.986,97	518.014,08	554.778,16	414.167,73	391.488,46	397.155,13	386.702,73	385.148,05	384.530,23	342.138,10	430.900,43	6.700.000,00	6.700.000,00	
Cota-Parte do I.P.V.A.	34.748,80	38.617,38	27.003,88	11.695,36	28.738,45	32.761,51	48.569,83	45.547,92	48.436,31	30.372,01	52.421,51	47.946,58	374.000,00	374.000,00	
Cota-Parte do ITR.	1.021,06	939,57	11,61	19,91	0,00	0,00	15,67	0,00	0,00	19,65	10,10	0,00	2.037,57	2.200,00	
Outras Transferências Correntes	170.667,95	119.345,19	221.593,65	339.487,96	194.890,72	51.559,25	116.615,06	198.762,77	94.000,05	96.311,12	162.651,16	155.709,30	1.269.860,00	1.269.860,00	
Transferências da LC 61/1989	6.911,81	7.388,76	8.196,06	8.759,84	6.000,65	5.569,55	5.442,18	5.925,48	6.524,20	6.138,47	6.306,12	6.500,21	79.663,33	99.000,00	
Transferências da LC 87/1996	2.177,55	2.177,55	2.177,55	2.177,55	1.738,40	1.738,40	0,00	1.738,40	2.086,08	1.738,40	1.738,40	1.738,40	30.000,00	30.000,00	
Transferências do FUNDEB	204.715,07	184.735,99	223.822,49	222.766,92	223.665,48	218.096,35	207.590,28	225.602,71	197.979,26	206.003,14	193.600,42	207.895,13	2.200.000,00	2.200.000,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	14.156,77	5.936,61	70.410,34	204.546,24	392,76	20.468,36	18.331,14	10.807,04	1.960,55	10.074,44	14.158,81	11.654,40	94.930,00	94.930,00	
DEDUÇÕES (II)															
Contrib. Patroinal Reg. Próprio Prev.	196.884,96	190.547,62	225.614,66	263.170,75	268.342,84	294.054,10	241.494,53	259.635,03	284.462,84	356.528,80	249.600,85	281.034,13	3.731.090,00	3.731.090,00	
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	22.540,20	22.068,39	16.423,41	46.466,06	20.031,92	26.901,38	25.288,13	27.885,50	25.904,29	128.457,59	36.759,35	32.116,65	320.000,00	320.000,00	
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	174.344,76	168.479,23	209.091,25	216.664,69	209.247,08	213.349,95	165.630,23	173.807,23	266.750,49	168.807,40	158.914,30	188.195,94	2.661.040,00	2.661.040,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.176.730,74	1.085.955,37	1.463.205,04	1.933.576,40	1.268.421,87	1.388.560,35	1.161.331,20	1.406.983,87	1.411.376,56	1.007.148,59	1.157.167,56	1.438.591,90	15.122.150,00	15.122.150,00	

FONTE:

Salto Veloso, 12/09/2014

CLAUDEMIR CESCA
PREFEITO MUNICIPALALVARO ANTONIO BISCARO
CONTADOR

Município de Salto Veloso - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		R\$ 1,00		
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.020.000,00	1.020.000,00	457.013,35	1.410.236,94
RECEITAS CORRENTES	1.020.000,00	1.020.000,00	457.013,35	1.410.236,94
Receita de Contribuições dos Segurados	320.000,00	320.000,00	68.876,00	323.344,81
Pessoal Civil	320.000,00	320.000,00	68.876,00	323.344,81
Ativo	320.000,00	320.000,00	68.876,00	323.344,81
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	700.000,00	700.000,00	388.137,35	1.086.892,13
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	700.000,00	700.000,00	388.137,35	1.086.892,13
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	1.020.000,00	1.020.000,00	457.013,35	1.410.236,94
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Salto Veloso - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	1.020.000,00	1.020.000,00	457.013,35	1.410.236,94
541.944,05				
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA				
Valor				0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
317.881,04				
317.881,04				
317.881,04				
317.881,04				
Continua 2/3				

Continuação 3/3

Município de Salto Veloso - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	317.881,04
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	317.881,04

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Salto Veloso, 12/09/2014

CLAUDEMIR CESCO
PREFEITO MUNICIPAL

ALVARO ANTÔNIO BISCARO
CONTADOR

Município de Salto Veloso - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	514.630,56	384.229,16	384.229,16
DEDUÇÕES (II)	11.316.228,43	13.111.853,61	13.769.574,32
Disponibilidade de Caixa Bruta	11.442.140,48	13.233.066,85	13.958.329,28
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	125.912,05	121.213,24	188.754,96
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-10.801.597,87	-12.727.624,45	-13.385.345,16
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-10.801.597,87	-12.727.624,45	-13.385.345,16

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2014 (C - A)
VALOR	-657.720,71	-2.583.747,29

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-9.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Salto Veloso, 12/09/2014

CLAUDEMIR CESCA
PREFEITO MUNICIPAL

ALVARO ANTÔNIO BISCARO
CONTADOR

Município de Salto Veloso - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	16.208.200,00	2.495.680,35	10.342.402,50	9.584.047,34
Receita Tributária	531.500,00	73.187,27	465.310,14	404.609,13
I.P.T.U.	143.000,00	2.913,29	119.784,96	130.236,00
I.S.S.	100.000,00	34.440,11	101.305,28	82.125,51
I.T.B.I.	20.000,00	11.698,66	52.570,49	40.616,73
I.R.R.F.	165.000,00	2.228,70	26.680,70	63.900,40
Outras Receitas Tributárias	103.500,00	21.906,51	164.968,71	87.730,49
Receita de Contribuição	1.378.050,00	286.497,58	1.056.248,21	678.648,90
Receitas Previdenciárias	320.000,00	68.876,00	323.344,81	477.462,16
Outras Contribuições	1.058.050,00	217.621,58	732.903,40	201.186,74
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	834.050,00	425.210,28	1.184.860,96	108.375,79
(-) Aplicações Financeiras	834.050,00	425.210,28	1.184.860,96	108.375,79
Transferências Correntes	14.114.020,00	2.079.999,30	8.644.401,04	8.344.263,70
F.P.M.	4.880.000,00	653.050,29	3.084.836,80	2.858.311,64
I.C.M.S.	5.360.000,00	615.458,07	2.500.365,20	2.866.810,44
Convênios	60.000,00	7.715,64	15.431,30	15.803,32
Outras Transferências Correntes	3.814.020,00	803.775,30	3.043.767,74	2.603.338,30
Demais Receitas Correntes	184.630,00	55.996,20	176.443,11	156.525,61
Dívida Ativa	9.900,00	12.164,68	31.966,05	20.293,39
Diversas Receitas Correntes	174.730,00	43.831,52	144.477,06	136.232,22
RECEITAS DE CAPITAL (II)	20,00	387.620,00	1.444.960,00	513.259,73
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	458.259,73
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	387.620,00	387.620,00	55.000,00
Transferências de Capital	20,00	0,00	1.057.340,00	0,00
Convênios	20,00	0,00	1.057.340,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	20,00	0,00	1.057.340,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	16.208.220,00	2.495.680,35	11.399.742,50	9.584.047,34
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	15.443.886,89	2.244.343,98	9.150.977,22	8.087.069,33
Pessoal e Encargos Sociais	8.276.521,89	1.180.672,61	4.520.967,60	3.949.691,06
Juros e Encargos da Dívida (IX)	135.000,00	0,00	80.929,07	70.694,70
Outras Despesas Correntes	7.032.365,00	1.063.671,37	4.549.080,55	4.066.683,57
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	15.308.886,89	2.244.343,98	9.070.048,15	8.016.374,63
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.041.069,30	269.224,21	1.258.834,61	1.111.245,09
Investimentos	1.905.069,30	269.224,21	1.128.433,21	1.065.164,05
Inversões Financeiras	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	135.000,00	0,00	130.401,40	46.081,04
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.906.069,30	269.224,21	1.128.433,21	1.065.164,05
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	1.362.050,00	-	-	-

Município de Salto Veloso - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	1.362.050,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	18.577.006,19	2.513.568,19	10.198.481,36	9.081.538,68
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.368.786,19	-17.887,84	1.201.261,14	502.508,66
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	195.149,93	0,00
Superávit Financeiro	-	-	195.149,93	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-692.050,00

FONTE:

Salto Veloso, 12/09/2014

CLAUDEMIR CESCA
PREFEITO MUNICIPAL

ALVARO ANTÔNIO BISCARO
CONTADOR

Município de Salto Veloso - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS				
	Em Exercícios Anteriores	Inscritos		Saldo	Em Exercícios Anteriores	Inscritos		Pagos	Saldo
		Em 31 de Dezembro de 2013	Em 31 de Dezembro de 2013			Em 31 de Dezembro de 2013	Em 31 de Dezembro de 2013		
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	125.912,05	125.912,05	-	-	33.544,42	32.556,81	32.556,81	648,00
EXECUTIVO	0,00	125.912,05	125.912,05	0,00	0,00	32.896,42	32.556,81	32.556,81	0,00
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	125.912,05	125.912,05	0,00	0,00	32.896,42	32.556,81	32.556,81	0,00
CHEFIA EXECUTIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	648,00	0,00	0,00	648,00
INST PREV DOS SERV PUB DO MUNICÍPIO SALTO V	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PUBL	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	125.912,05	125.912,05	0,00	0,00	33.544,42	32.556,81	32.556,81	648,00

FONTE:

Salto Veloso, 12/09/2014

CLAUDEMIR CESCA	ALVARO ANTÔNIO BISCARO
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADOR

MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	439.000,00	439.000,00	55.740,00	320.564,52	73,02
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	154.000,00	154.000,00	7.372,53	140.008,05	90,91
1.1.1- IPTU	143.000,00	143.000,00	2.913,29	119.784,96	83,77
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2.200,00	2.200,00	115,89	318,43	14,47
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	6.600,00	6.600,00	2.305,59	16.219,99	245,76
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	2.200,00	2.200,00	2.037,76	3.684,67	167,49
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	20.000,00	20.000,00	11.698,66	52.570,49	262,85
1.2.1- ITBI	20.000,00	20.000,00	11.698,66	52.570,49	262,85
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	100.000,00	100.000,00	34.440,11	101.305,28	101,31
1.3.1- ISS	100.000,00	100.000,00	34.440,11	101.305,28	101,31
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	165.000,00	165.000,00	2.228,70	26.680,70	16,17
1.4.1- IRRF	165.000,00	165.000,00	2.228,70	26.680,70	16,17
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	13.305.200,00	13.305.200,00	1.707.253,53	7.385.281,46	55,51
2.1- Cota-Parte FPM	6.100.000,00	6.100.000,00	817.553,68	3.857.286,62	63,23
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	3.900.000,00	3.900.000,00	817.553,68	3.857.286,62	98,90
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	2.200.000,00	2.200.000,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	6.700.000,00	6.700.000,00	773.038,53	3.132.231,86	46,75
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	30.000,00	30.000,00	3.476,80	12.516,48	41,72
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	99.000,00	99.000,00	12.806,33	48.406,86	48,90
2.5- Cota-Parte ITR	2.200,00	2.200,00	10,10	45,42	2,06
2.6- Cota-Parte IPVA	374.000,00	374.000,00	100.368,09	334.794,22	89,52
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	13.744.200,00	13.744.200,00	1.762.993,53	7.705.845,98	56,07
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	60.004,00	60.004,00	7.715,64	272.771,30	454,59
6.1- Transferências de Convênios	60.004,00	60.004,00	7.715,64	272.771,30	454,59
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	326.100,00	326.100,00	115.316,02	276.900,53	84,91
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	386.104,00	386.104,00	123.031,66	549.671,83	142,36
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.661.040,00	2.661.040,00	347.110,24	1.484.802,62	55,80
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.220.000,00	1.220.000,00	164.503,39	772.449,82	63,32
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.340.000,00	1.340.000,00	157.580,46	631.866,66	47,15
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	6.000,00	6.000,00	695,36	2.433,76	40,56
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	19.800,00	19.800,00	2.561,28	9.560,41	48,28
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	440,00	440,00	2,10	9,16	2,08
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	74.800,00	74.800,00	21.767,65	68.482,81	91,55
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.200.000,00	2.200.000,00	401.495,55	1.674.422,77	76,11
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.200.000,00	2.200.000,00	401.495,55	1.674.422,77	76,11
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-461.040,00	-461.040,00	54.385,31	189.620,15	-41,13
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.766.600,00	1.817.631,89	256.486,07	1.046.804,40	57,59
13.1- Com Educação Infantil	530.000,00	530.000,00	88.639,37	301.208,67	56,83
13.2- Com Ensino Fundamental	1.236.600,00	1.287.631,89	167.846,70	745.595,73	57,90
14- OUTRAS DESPESAS	444.400,00	560.900,00	229.046,88	465.681,58	83,02
14.1- Com Educação Infantil	121.000,00	121.000,00	34.487,63	94.762,55	78,32
14.2- Com Ensino Fundamental	323.400,00	439.900,00	194.559,25	370.919,03	84,32
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.211.000,00	2.378.531,89	485.532,95	1.512.485,98	63,59
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.512.485,98
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					62,52
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					27,81
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - ((19.1 + 19.2)) %					9,67
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					51.031,89
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					51.031,89
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ²	3.436.050,00	3.436.050,00	440.748,38	1.926.461,50	56,07
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	651.000,00	651.000,00	123.127,00	395.971,22	60,83
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.560.000,00	1.727.531,89	362.405,95	1.116.514,76	64,63
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.560.000,00	1.727.531,89	362.405,95	1.116.514,76	64,63
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.211.000,00	2.378.531,89	485.532,95	1.512.485,98	63,59
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					189.620,15
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					51.031,89
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					240.652,04
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					1.271.833,94
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					16,5
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	220.000,00	246.785,31	0,00	172.691,97	69,98
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.419.014,00	1.944.661,60	417.352,17	927.410,95	47,69
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.639.014,00	2.191.446,91	417.352,17	1.100.102,92	50,20
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	3.850.014,00	4.569.978,80	902.885,12	2.612.588,90	57,17

MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.674.422,77	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		1.674.422,77	0,00

Salto Veloso, 12/09/2014

CLAUDEMIR CESCA	ALVARO ANTÔNIO BISCARO
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADOR

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 51.031,89, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de Salto Veloso - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	0,00		0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	2.041.069,30	1.258.834,61	0,00	782.234,69
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	2.041.069,30	1.258.834,61	0,00	782.234,69
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-2.041.069,30	-1.258.834,61		-782.234,69

FONTE:

Salto Veloso, 12/09/2014

CLAUDEMIR CESCA
PREFEITO MUNICIPAL

ALVARO ANTÔNIO BISCARO
CONTADOR

Município de Salto Veloso - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2013	723.271,74	244.136,62	479.135,12	10.265.976,41
2014	791.414,88	282.884,60	508.530,28	10.774.506,69
2015	749.794,12	294.054,24	455.739,88	11.230.246,57
2016	706.538,76	315.079,72	391.459,04	11.621.705,61
2017	668.906,11	322.458,55	346.447,56	11.968.153,17
2018	610.650,85	393.083,29	217.567,56	12.185.720,73
2019	570.069,02	416.484,97	153.584,05	12.339.304,78
2020	520.679,85	467.952,99	52.726,86	12.392.031,64
2021	467.557,59	533.076,78	-65.519,19	12.326.512,45
2022	431.150,71	553.919,23	-122.768,52	12.203.743,93
2023	400.516,04	560.199,83	-159.683,79	12.044.060,14
2024	349.029,83	628.523,09	-279.493,26	11.764.566,88
2025	317.499,25	643.026,19	-325.526,94	11.439.039,94
2026	286.935,52	655.862,80	-368.927,28	11.070.112,66
2027	250.904,74	686.773,99	-435.869,25	10.634.243,41
2028	229.137,73	678.691,30	-449.553,57	10.184.689,84
2029	189.495,04	721.597,23	-532.102,19	9.652.587,65
2030	154.380,78	754.478,06	-600.097,28	9.052.490,37
2031	139.370,72	733.063,24	-593.692,52	8.458.797,85
2032	131.237,44	694.315,83	-563.078,39	7.895.719,46
2033	111.414,01	690.848,50	-579.434,49	7.316.284,97
2034	90.450,98	392.614,03	-302.163,05	7.014.121,92
2035	73.210,27	685.546,06	-612.335,79	6.401.786,13
2036	55.691,67	681.696,84	-626.005,17	5.775.780,96
2037	52.566,24	638.642,41	-586.076,17	5.189.704,79
2038	36.131,42	635.860,22	-599.728,80	4.589.975,99
2039	35.011,83	591.744,62	-556.732,79	4.033.243,20
2040	32.792,55	552.784,58	-519.992,03	3.513.251,17
2041	25.353,53	530.481,17	-505.127,64	3.008.123,53
2042	21.485,73	500.092,14	-478.606,41	2.529.517,12
2043	19.023,47	467.754,36	-448.730,89	2.080.786,23
2044	18.648,04	431.502,19	-412.854,15	1.667.932,08
2045	18.556,73	396.416,09	-377.859,36	1.290.072,72
2046	18.469,29	363.110,56	-344.641,27	945.431,45
2047	17.182,40	335.110,68	-317.928,28	627.503,17
2048	17.182,40	304.937,22	-287.754,82	339.748,35
2049	0,00	276.810,22	-276.810,22	62.938,13
2050	0,00	250.736,73	-250.736,73	-187.798,60
2051	0,00	226.287,43	-226.287,43	-414.086,03
2052	0,00	203.546,85	-203.546,85	-617.632,88
2053	0,00	182.409,76	-182.409,76	-800.042,64
2054	0,00	162.493,65	-162.493,65	-962.536,29
2055	0,00	144.226,10	-144.226,10	-1.106.762,39
2056	0,00	127.725,55	-127.725,55	-1.234.487,94
2057	0,00	112.022,92	-112.022,92	-1.346.510,86
2058	0,00	98.298,12	-98.298,12	-1.444.808,98
2059	0,00	85.500,40	-85.500,40	-1.530.309,38
2060	0,00	73.833,30	-73.833,30	-1.604.142,68
2061	0,00	64.194,54	-64.194,54	-1.668.337,22
2062	0,00	55.503,64	-55.503,64	-1.723.840,86
2063	0,00	47.212,44	-47.212,44	-1.771.053,30
2064	0,00	40.286,30	-40.286,30	-1.811.339,60
2065	0,00	34.321,57	-34.321,57	-1.845.661,17
2066	0,00	28.682,18	-28.682,18	-1.874.343,35
2067	0,00	24.303,77	-24.303,77	-1.898.647,12
2068	0,00	20.017,56	-20.017,56	-1.918.664,68
2069	0,00	16.708,50	-16.708,50	-1.935.373,18
2070	0,00	13.861,08	-13.861,08	-1.949.234,26
2071	0,00	11.463,87	-11.463,87	-1.960.698,13
2072	0,00	9.344,32	-9.344,32	-1.970.042,45

Município de Salto Veloso - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exercício anterior) + (c)
2073	0,00	7.475,73	-7.475,73	-1.977.518,18
2074	0,00	6.098,25	-6.098,25	-1.983.616,43
2075	0,00	4.959,06	-4.959,06	-1.988.575,49
2076	0,00	3.991,07	-3.991,07	-1.992.566,56
2077	0,00	3.094,65	-3.094,65	-1.995.661,21
2078	0,00	2.422,51	-2.422,51	-1.998.083,72
2079	0,00	1.874,97	-1.874,97	-1.999.958,69
2080	0,00	1.209,12	-1.209,12	-2.001.167,81
2081	0,00	872,54	-872,54	-2.002.040,35
2082	0,00	674,09	-674,09	-2.002.714,44
2083	0,00	523,10	-523,10	-2.003.237,54
2084	0,00	403,61	-403,61	-2.003.641,15
2085	0,00	328,02	-328,02	-2.003.969,17
2086	0,00	267,51	-267,51	-2.004.236,68
2087	0,00	250,04	-250,04	-2.004.486,72

Projeção atuarial elaborada em 31/12/2013 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Salto Veloso, 12/09/2014

CLAUDEMIR CESCA
PREFEITO MUNICIPAL

ALVARO ANTÔNIO BISCARO
CONTADOR

Município de Salto Veloso - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/MÊS AGOSTO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	387.620,00	-387.620,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	387.620,00	-387.620,00
TOTAL	0,00	387.620,00	-387.620,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Mês		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	5,00	0,00	0,00	5,00
Investimentos	5,00	0,00	0,00	5,00
TOTAL	5,00	0,00	0,00	5,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	387.620,00	387.620,00

FONTE:

Salto Veloso, 12/09/2014

CLAUDEMIR CESCA
PREFEITO MUNICIPAL

ALVARO ANTÔNIO BISCARO
CONTADOR

Município de Salto Veloso - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 14/12012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	439.000,00	439.000,00	320.564,52	73,02
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	143.000,00	143.000,00	119.784,96	83,77
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	20.000,00	20.000,00	52.570,49	262,85
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	100.000,00	100.000,00	101.305,28	101,31
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	165.000,00	165.000,00	26.680,70	16,17
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.200,00	2.200,00	318,43	14,47
Dívida Ativa dos Impostos	6.600,00	6.600,00	16.219,99	245,76
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	2.200,00	2.200,00	3.684,67	167,49
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	13.305.200,00	13.305.200,00	7.385.281,46	55,51
Cota-Parte FPM	6.100.000,00	6.100.000,00	3.857.286,62	63,23
Cota-Parte ITR	2.200,00	2.200,00	45,42	2,06
Cota-Parte IPVA	374.000,00	374.000,00	334.794,22	89,52
Cota-Parte ICMS	6.700.000,00	6.700.000,00	3.132.231,86	46,75
Cota-Parte IPI-Exportação	99.000,00	99.000,00	48.406,86	48,90
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	30.000,00	30.000,00	12.516,48	41,72
Desoneração ICMS (LC 87/96)	30.000,00	30.000,00	12.516,48	41,72
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	13.744.200,00	13.744.200,00	7.705.845,98	56,07

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00
Provenientes da União	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	15.400,00	15.400,00	7.169,06	46,55
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	19.400,00	19.400,00	7.169,06	36,95

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	2.986.530,00	3.084.880,48	2.366.788,98	76,72	2.116.247,07	68,60
Pessoal e Encargos Sociais	1.518.830,00	1.518.830,00	1.062.169,87	69,93	1.061.670,07	69,90
Outras Despesas Correntes	1.467.700,00	1.566.050,48	1.304.619,11	83,31	1.054.577,00	67,34
DESPESAS DE CAPITAL	52.302,00	64.134,55	13.061,41	20,37	12.466,41	19,44
Investimentos	52.302,00	64.134,55	13.061,41	20,37	12.466,41	19,44

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Salto Veloso - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	52.302,00	64.134,55	13.061,41	20,37	12.466,41	19,44
Investimentos	52.302,00	64.134,55	13.061,41	20,37	12.466,41	19,44
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.038.832,00	3.149.015,03	2.379.850,39	75,57	2.128.713,48	67,60
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVEF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	667.800,00	777.978,03	444.345,91	18,67	423.444,45	19,89
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	667.800,00	777.978,03	444.345,91	18,67	423.444,45	19,89
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	667.800,00	777.978,03	444.345,91	18,67	423.444,45	19,89
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.371.032,00	2.371.037,00	1.935.504,48	56,90	1.705.269,03	47,71
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/10%]						
549.392,13						

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Salto Veloso - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2013				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º				RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
				SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013				0,00	0,00	0,00		
TOTAL (VIII)				0,00	0,00	0,00		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 24 E 26				LIMITE NÃO CUMPRIDO				
				SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
				-	-	-		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)				DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
						Até Bimestre (l)	% ((Total l)*100	Até Bimestre (m)
								(m/Total m)*100
Atenção Básica				2.969.432,00	3.058.083,07	2.360.023,87	99,17	2.109.971,76
Assistência Hospitalar e Ambulatorial				34.000,00	43.704,41	9.704,41	0,41	9.704,41
Vigilância Sanitária				20.000,00	31.827,55	9.715,13	0,41	8.630,33
Vigilância Epidemiológica				15.400,00	15.400,00	406,98	0,02	406,98
TOTAL				3.038.832,00	3.149.015,03	2.379.850,39	100,00	2.128.713,48
								100,00

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
6 No último bimestre, será utilizada a fórmula IV/(h+i) - (15 x IIIb)/1001

Continua 3/4

Município de Salto Veloso - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

Assinatura do Prefeito Municipal

Salto Veloso, 12/09/2014

CLAUDEMIR CESA
PREFEITO MUNICIPAL

ALVARO ANTÔNIO BISCARO
CONTADOR

Município de Salto Veloso - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Salto Veloso, 12/09/2014

 CLAUDEMIR CESCA
 PREFEITO MUNICIPAL

 ALVARO ANTÔNIO BISCARO
 CONTADOR

Município de Salto Veloso - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	17.042.270,00
Previsão Atualizada		—	17.042.270,00
Receitas Realizadas		3.308.510,63	12.972.223,46
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	195.149,93
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	17.042.270,00
Créditos Adicionais		—	1.804.736,19
Dotação Atualizada		—	18.847.006,19
Despesas Empenhadas		2.243.873,56	11.766.295,45
Despesas Liquidadas		2.513.568,19	10.409.811,83
Superavit Orçamentário		—	2.562.411,63
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		2.243.873,56	11.766.295,45
Despesas Liquidadas		2.513.568,19	10.409.811,83
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			16.279.057,14
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		457.013,35	1.410.236,94
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Liquidadas		0,00	0,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		457.013,35	1.410.236,94
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		-9.000,00	-2.583.747,29
Resultado Primário		-692.050,00	1.201.261,14
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		33.544,42	339,61
EXECUTIVO		33.544,42	339,61
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		125.912,05	0,00
EXECUTIVO		125.912,05	0,00
TOTAL:		159.456,47	339,61
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.271.833,94	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.046.804,40	60%
Liquidadas		1.046.804,40	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		1.258.834,61	782.234,69

Continua 1/2

Município de Salto Veloso - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	791.414,88	431.150,71	131.237,44	17.182,40
Despesas Previdenciárias (V)	282.884,60	553.919,23	694.315,83	335.110,68
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	508.530,28	-122.768,52	-563.078,39	-317.928,28
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			387.620,00	-387.620,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	5,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		1.705.269,03	15,00	22,13
Liquidadas		1.705.269,03		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Salto Veloso, 12/09/2014

CLAUDEMIR CESCA
PREFEITO MUNICIPAL

ALVARO ANTÔNIO BISCARO
CONTADOR

Santa Cecília

PREFEITURA

Demonstrativo Consolidado da Despesa com Pessoal da Câmara Municipal de Santa Cecília SC

Município de SANTA CECÍLIA - Poder Legislativo
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2013 a AGOSTO/2014

L.R.F., Artigo 55, Inciso "a" - Anexo I

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADADA 09/2013 a 08/2014
DESPESAS LÍQUIDA COM PESSOAL	731.979,21
Pessoal Ativo	731.979,21
Pessoal Inativo e Pensionista	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	-
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	-
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	-
(-) Inativos com Recursos Vinculados	-
REPASSE PREVIDENCIÁRIO AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III)	-
Contribuições Patronais	-
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (IV) = (I - II + III):	731.979,21
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	32.638.636,89
% DO TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (IV / V) * 100	2,24
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III, Art. 20 da LRF) - 6%	1.958.318,21
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, Art. 22 da LRF) - 5,7%	1.860.402,30

FONTE:

¹ Valores referentes à movimentação financeira concedida ao RPPS relativos à contribuição patronal.

SANTA CECÍLIA - SC, 05/09/2014

AMILTON ANTONIO DA COSTA
Presidente

VOLNEI WINTER
Contador - CRC/SC-022330/O-0

Fonte: Setor de Contabilidade

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 010 de 09 de Setembro de 2014.

LEI COMPLEMENTAR Nº 010 DE 09 DE SETEMBRO DE 2014.

Estabelece normas sobre a instalação e funcionamento de atividades destinadas a realização de Feiras e Eventos temporários no Município de Santa Rosa do Sul e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Santa Rosa do Sul aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A realização de feiras e eventos comerciais, de vendas a varejo, de caráter temporário, somente poderão funcionar com a prévia licença do Poder Público Municipal, que será expedida mediante requerimento do interessado, observado o disposto nesta Lei Complementar e demais normas aplicáveis à matéria.

§ 1º. Consideram-se feiras ou eventos comerciais, para efeitos desta Lei Complementar, as instalações destinadas à comercialização de produtos, bens e serviços ao consumidor final, de vendas a varejo, em espaço unitário ou dividido em "stands" individuais, com a participação de um ou mais comerciantes, cujo funcionamento será em caráter eventual, em período previamente determinado, podendo ocorrer em épocas festivas ou não.

§ 2º. Para efeitos desta Lei Complementar, cada "stand" deverá ter área mínima de 20 m² (vinte metros quadrados), o que deverá ser comprovado mediante a apresentação de "layout" e planta do local onde será realizada a feira ou o evento.

§ 3º. O disposto no § 1º, não se aplica às feiras anexas ou realizadas em função de eventos patrocinados, incentivados ou estimulados pelo Município, desde que os produtos, bens e serviços oferecidos na feira se relacionem diretamente com o ramo de atividade do evento, bem como às feiras de artesanato e agrícolas, devidamente autorizadas pela Prefeitura Municipal e aquelas promovidas por entidades de caráter filantrópicas e sem fins lucrativos.

§ 4º. Para efeitos de enquadramento no § 3º deste artigo, caracteriza-se como evento qualquer acontecimento de especial interesse, como: espetáculos culturais, artísticos ou religiosos, congressos, convenções, exposições industriais ou comerciais e de negócios, competições, feiras de automotores, além de outros considerados de interesse turístico, assim certificados e reconhecidos pela Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, através de parecer da Secretaria de Administração.

Art. 2º As feiras e eventos comerciais de que trata o art. 1º, só poderão ser realizadas em espaços privados com autorização prévia do proprietário do imóvel, sendo necessário que o imóvel ofereça condições compatíveis de segurança, higiene, saúde e meio ambiente, estabelecidos nesta e nas demais leis pertinentes, aplicáveis a todos os estabelecimentos comerciais.

§ 1º. A feira ou evento comercial somente poderá ser realizado por empresa promotora de eventos, devidamente registrado junto à Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, a qual será responsável direto pela feira ou evento.

§ 2º. Toda unidade comercial que pretenda se estabelecer para comercializar seus produtos na feira ou eventos comerciais, deverá obter a competente licença de funcionamento junto à Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, independente daquela obtida pela promotora da feira ou do evento a ser realizado, a qual será expedida de acordo com as disposições desta Lei Complementar, sendo vedada a licença à pessoa física.

Art. 3º Para obter a licença de funcionamento e localização, toda unidade comercial, além da empresa promotora, deverá encaminhar requerimento à Fiscalização do Município, com sede nesta prefeitura, instruído com os seguintes documentos e providências: I - cópia autenticada do estatuto social, contrato social ou requerimento de firma individual, registrada na Junta Comercial de Santa Catarina;

II - sendo a empresa constituída sob a modalidade de sociedade anônima,

cooperativa, associação, além de outras, cuja legislação exige como documento constitutivo o estatuto social, cópia autenticada de ata da assembleia geral que elegeu a diretoria;

III - cartão de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, do Ministério da Fazenda;

IV - cartão de inscrição municipal do Município de Santa Rosa do Sul, assim como a comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes da Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina;

V - certidão da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, do estabelecimento, para comprovar o funcionamento regular da empresa;

VI - certidão negativa de débitos federais, estaduais e municipais, da empresa e se seus representantes legais, comprovando a regularidade fiscal do INSS e FGTS;

VII - o pagamento da respectiva taxa para a concessão da licença requerida, que será de 1.000 (um mil) UFM - Unidade Fiscal Municipal para a empresa promotora e de 100 (cem) UFM - Unidade Fiscal Municipal, para cada empresa participante;

VIII - havendo execução pública de obra literária, artística, musical, científica ou fonograma do local, quando providas pela feira ou evento, deverá ser entregue comprovante de recolhimento da respectiva contribuição autoral junto ao ECAD - Escritório Central de Arrecadação e Distribuição de Direitos Autorais ou entidade respectiva;

IX - aprovação prévia dos órgãos municipais competentes, quanto a localização, funcionamento, acessos e eventuais interferências na operação do sistema viário local, à ordem, ao sossego e à tranquilidade da vizinhança;

X - comprovação de disponibilização de estacionamento próprio no local, com área correspondente ao percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) da área edificada.

XI - alvará de funcionamento expedido pelo Corpo de Bombeiros, acompanhado de Laudo Técnico;

XII - sanitários fixos, para o sexo masculino e feminino, extensivo aos portadores de deficiência física, dentro do local destinado ao público consumidor, em número suficiente e que atenda aos fins de ocupação pela feira ou evento.

XIV - alvará expedido pela Polícia Civil e registro da feira ou evento junto a Polícia Militar;

XV - seguro de responsabilidade civil contra terceiros, incêndio e acidente pessoal dos frequentadores, com apólices quitadas;

XVI - comprovantes de compra, produção e origem dos bens, serviços e produtos a serem comercializados;

XVII - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, ato de registro ou autorização exigido pelo órgão competente, quando a atividade, assim o exigir.

§ 1º. Nos casos das feiras ou eventos realizados por empresas especializadas, exigir-se-á a comprovação do recolhimento de Imposto Sobre Serviço - ISS relativos aos serviços prestados.

§ 2º. A licença de funcionamento será expedida pelo prazo previsto para a duração do evento.

§ 3º. A licença de funcionamento somente poderá ser expedida após vistoria "in loco" das instalações pelos órgãos competentes, com relação às exigências estabelecidas nesta Lei Complementar.

Art. 4º Quando da realização de feiras ou eventos comerciais, além das exigências elencadas no art. 3º, as empresas promotoras deverão apresentar:

I - autorização do proprietário do imóvel particular, para a

realização da feira ou evento;

II - certidão atualizada, com no máximo de 15 (quinze) dias, da matrícula do imóvel junto ao respectivo cartório de registro de imóveis, para fins de comprovação da propriedade e demais taxas municipais;

III - cópia do contrato de locação da unidade individual da edificação destinada e licenciada para o uso de feira ou evento comercial, caso haja relação locatícia.

Art. 5º No alvará de licença deverá constar, entre outros, o local, período e horário de funcionamento, de acordo com o estabelecido pelas entidades representativas de classe.

Art. 6º. O horário de funcionamento da feira ou eventos comerciais deverá ser igual ao do comércio do município, salvo acordo prévio firmado entre os promotores da feira com as entidades de classe representativas dos empregados e empregadores do setor pertinente.

Art. 7º O Município, após satisfeitas todas as exigências de cunho legal, terá um prazo de até 60 (sessenta) dias, para liberar o alvará de funcionamento da feira ou evento comercial.

Art. 8º O funcionamento de feiras e eventos, quando não tiverem cumprido as exigências, documentos, ou realizados em desacordo com esta lei, sujeitará o infrator, ou seja, a empresa promotora, e, ou, as unidades comerciais participantes, à imediata interdição do local, apreensão dos bens e ao pagamento de multa no valor de 3.000 (três mil) UFM - Unidade Fiscal Municipal, ficando ainda, impedido para realização de novos eventos pelo prazo de 02 anos, contados a partir da constatação da infração.

Art. 9º No que couber, essa Lei proverá as alterações necessárias na Lei nº 92, de 05/12/1991.

Art. 10º Esta lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Rosa do Sul, em 09 de setembro de 2014.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Wilfried Hemmer

Secretário de Administração e Finanças

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

Decreto Nº 262/2014

DECRETO Nº 262/2014

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto exonerada, a Servidora Pública Municipal Sra. Carla Patricia Fedrizzi, matrícula nº 1259/9, CPF: 081.633.159.62, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, 40 Horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11 de Setembro de 2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 11 de Setembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI

Secretário de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 1157/6

Decreto Nº 263

DECRETO Nº 263, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.

HOMOLOGA JULGAMENTO PROFERIDO PELA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, DO PROCESSO LICITATÓRIO N. 571 /2014

MODALIDADE: Pregão N. 22/2014.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas que lhe confere a Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94 e alterações:

HOMOLOGA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pela Portaria n. 1592014, de 20/05/14, sobre o Processo de Licitação n. 571/2014, Pregão N.22/2014, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ATUALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO, EM ESPECÍFICO, APROXIMADAMENTE 4.000 (quatro mil) BENS MÓVEIS E IMÓVEIS, ENVOLVENDO AS SEGUINTE ATIVIDADES:.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionada (s):

Empresa	Itens	Descrição do Item	Qtde	Valor homologado
PUBLICA ASSESSORIA EM CONTABILIDADE E GESTAO EIRELI ME	1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO DE PATRIMÔNIO, sendo; - Assessoria na implantação de procedimentos e controles para atendimento das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) com: - Formação e capacitação do GTCON (Grupo Técnico de Contabilidade) no Município, envolvendo assuntos como a Nova Contabilidade, o Novo Plano de Contas, Novas Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas do Balanço; - Reconhecimento da provisão de décimo e férias e da perda da dívida ativa; - Reconhecimento da provisão e passivos contingentes referentes a processos judiciais; - Outros aspectos às NBCASP. (treinamento mínimo de 8 (oito) horas horas.	1,00	4.950,00
PUBLICA ASSESSORIA EM CONTABILIDADE E GESTAO EIRELI ME	2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ATUALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO, EM ESPECÍFICO, APROXIMADAMENTE 4.000,00 (quatro mil) BENS MÓVEIS E IMÓVEIS, ENVOLVENDO AS ATIVIDADES PERTINENTES.	1,00	35.000,00

°Valores expressos em reais

Nome do Fornecedor	Valor Total	
PUBLICA ASSESSORIA EM CONTABILIDADE E GESTAO EIRELI ME	39.950,00	trinta e nove mil novecentos e cinquenta reais

°Valores expressos em reais

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso em, 11 de setembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI

Secretário de Gestão e Des. Econômico

Matricula nº 1157/6

Extrato Contratual Nº 79

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 79/2014

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Avenida Tancredo Neves, CNPJ n. 01.612.847/0001-90, neste ato representado por seu Prefeito Jacob Gilmar Junges, brasileiro, casado, portador do CPF n. 525.785.509-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa PUBLICA ASSESSORIA EM CONTABILIDADE E GESTAO EIRELI ME estabelecida na cidade de Chapeco

- SC, CNPJ n.16.457.852/0001-42, neste ato representado pelo Sr. CLAISNEI ANDRE VANI, residente e domiciliado em Chapeco, CPF/RG n. 063.765.529-00 0 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ATUALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO, EM ESPECÍFICO, APROXIMADAMENTE 4.000 (quatro mil) BENS MÓVEIS E IMÓVEIS, ENVOLVENDO AS SEGUINTE ATIVIDADES:, em decorrência do Processo Licitatório n. 571/2014, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

DO OBJETO E DA GARANTIA

Este contrato tem por objeto o fornecimento pela CONTRATADA, de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ATUALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO, EM ESPECÍFICO, APROXIMADAMENTE 4.000 (quatro mil) BENS MÓVEIS E IMÓVEIS, ENVOLVENDO AS SEGUINTE ATIVIDADES:, conforme especificações e quantidades a seguir, pelos preços registrados em decorrência da proposta de preços apresentada no Pregão nº 22/2014.

DO PREÇO, REAJUSTE E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pelo fornecimento ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 39.950,00(trinta e nove mil novecentos e cinquenta reais) correspondente às quantidades fornecidas e de acordo com os preços devidamente registrados.

DA VINCULAÇÃO

O presente contrato vincula-se ao Pregão nº 22/2014 e à proposta do Contratado, nos Termos da Lei de Licitações e Contratos.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 11/09/14.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

CLAISNEI ANDRE VANI

Contratada

DECRETO Nº 264 - LOTAÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS

DECRETO Nº 264/2014

DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto lotados os veículos e máquinas da Prefeitura Municipal para o exercício de 2014 conforme a seguir discriminado:

Gabinete do Prefeito Municipal:

Fiat/Siena Placa MLV 6742

Fundo da Infância e Adolescência (Conselho Tutelar)

Palio Weekend Placa MLM 2970

Secretaria da Administração

Gol Placa HSA-4843

Fiat Uno MLI - 6240

Secretaria Municipal de Educação:

Micro Ônibus MLH 7455

Micro Ônibus MKW 6886

Ônibus Placa MLN 3555

Ônibus Placa LBE-9266

Ônibus Placa MHI-3781

Micro Ônibus Placa MGC-5389

Kombi Placa LZQ-9676
Fiorino Placa AIU-2301

Secretaria Municipal de Saúde Pública:
Fiat/Siena Placa MLI 6230
Fiat/Palio Weekend Placa MJM 8733
Fiat/Doblô Placa MJZ 3892
Fiat/Ducato Placa MGC 0247
Ambulância Placa MHM 0646
Sanderô Placa MHX 6135
Fiat/Uno MLF 1217
Fiat/Uno Way Placa MLM 7091

Secretaria Municipal de Infraestrutura:
Caminhão IVECO Placa QHD 5594
Caminhão Placa MBI-3024
Motoniveladora
Motoniveladora New Holland RG140B
Logan Placa MHQ 8759
Pá Carregadeira
Trator de Pneu John Deer nº 01
Caminhão MGK-3928
Caminhão MGK-3988
Caminhão Truck ATE-2422
Retroescavadeira Randon RD-406(1)
Retroescavadeira Randon RD-406(2)
Gol Placa DEE-6726

Secretaria Municipal de Assistência Social:
Corsa Placa MLV - 1476

Secretaria Municipal de Agricultura:
Moto Placa MDC-5595
Trator de Pneu Massey Ferguson nº 02
Trator de Pneu John Deer nº 03
Trator de Pneu TL 75 E nº 04
Trator de Pneu TL 65 E nº 05
Trator de Pneu John Deer nº 06
Escavadeira Hidráulica Doosan
Fiat Strada Working MLV 6622
Retroescavadeira Caterpillar (03)
Trator de Esteiras New Holland
Caminhão Mercedes Benz Placa OKH 1225

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário e em especial o Decreto nº 224/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 11 de Setembro de 2014.
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

São Bento do Sul

PREFEITURA

Decreto Nº 0673/2014

DECRETO Nº 0673, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VI-
GENTE DA EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - EMHAB.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,
Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;
Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.285/2013 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) no orçamento vigente da Empresa Municipal de Habitação e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 16 - EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Unidade: 01 - Empresa Municipal de Habitação

Atividade: 2.055 - Manutenção da Estrutura Administrativa da EMHAB

(10) 3.3.90.36.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. Pessoa Física
R\$ 3.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 16 - EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Unidade: 01 - Empresa Municipal de Habitação

Atividade: 2.055 - Manutenção da Estrutura Administrativa da EMHAB

(15) 3.3.91.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 1.000,00

(17) 4.4.90.52.00.00.00 100 - Equip. Material Permanente

R\$ 2.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de setembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Portaria Nº 6467/2014

PORTARIA Nº 6467, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014

Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal LIZIONETE PEDROSO DO AMARAL BEPPLER, ocupante do cargo de Professor Anos Iniciais, na Secretaria Municipal de Educação, averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00129/14-1, de 03 anos, 08 meses e 06 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 6029, de 10 de setembro de 2014.

Art. 2º Conceder averbação de Tempo de Serviço/Contribuição de 03 meses e 19 dias para fins de aposentadoria - conforme Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição nº 541/2014 do Estado de

Santa Catarina.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de setembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Listagem Portarias Nº 09/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 6449, de 10 de setembro de 2014. Exonera Coordenador de Serviços, a partir de 01 de setembro de 2014. Fania Rosa Sosa. Coordenador de Serviços de Programa de Hortas Comunitárias. SEMAS.

Portaria nº 6450, de 10 de setembro de 2014. Nomeia Coordenador de Setor, a partir de 01 de setembro de 2014. Fania Rosa Sosa. Coordenador de Setor de Programa de Hortas Comunitárias. SEMAS.

Portaria nº 6451, de 10 de setembro de 2014. Admite Servidor Temporário, a partir de 09 de setembro de 2014. Carla da Silva. Professor Educação Infantil, 20 horas semanais. CEIM Tempo Mágico. SEMED.

Portaria nº 6452, de 10 de setembro de 2014. Admite Servidor Temporário, a partir de 09 de setembro de 2014. Luciana Koppes. Atendente Educativo, 30 horas semanais. EBM Alexandre Pfeiffer. SEMED.

Portaria nº 6453, de 10 de setembro de 2014. Admite Servidor Temporário, a partir de 09 de setembro de 2014. Maria Isabel Alves da Rosa. Atendente Educativo, 30 horas semanais. EBM Antonio Tremi. SEMED.

Portaria nº 6454, de 10 de setembro de 2014. Admite Servidor Temporário, a partir de 09 de setembro de 2014. Solange Anton dos Santos. Atendente Educativo, 30 horas semanais. EBM Newton Mendes. SEMED.

Portaria nº 6455, de 10 de setembro de 2014. Admite Servidor Temporário, a partir de 09 de setembro de 2014. Zulmira de Fátima Adão Carneiro. Auxiliar de Serviços, 40 horas semanais. EBM Alfredo Diener. SEMED.

Portaria nº 6456, de 10 de setembro de 2014. Admite Servidor Temporário, a partir de 09 de setembro de 2014. Claudia Paes Albuquerque. Professor Educação Infantil, 20 horas semanais. EBM Alexandre Pfeiffer. SEMED.

Portaria nº 6457, de 10 de setembro de 2014. Admite Servidor Temporário, a partir de 09 de setembro de 2014. Tatiane Detiuk. Professor Educação Infantil, 20 horas semanais. CEIM Adolfo Prinz. SEMED.

Portaria nº 6458, de 10 de setembro de 2014. Admite Servidor Temporário, a partir de 09 de setembro de 2014. Vania Siqueira Lima. Atendente Educativo, 30 horas semanais. EBM Maria Waltrudes. SEMED.

Portaria nº 6459, de 10 de setembro de 2014. Admite Servidor Temporário, a partir de 09 de setembro de 2014. Fabiane Haelsner. Atendente Educativo, 30 horas semanais. CEIM Trenzinho Maluco. SEMED.

Portaria nº 6460, de 10 de setembro de 2014. Admite Servidor Temporário, a partir de 09 de setembro de 2014. Valdete Terezi-nha Fuckner. Atendente Educativo, 30 horas semanais. EBM Rodolfo Berti. SEMED.

Portaria nº 6461, de 10 de setembro de 2014. Admite Servidor Temporário, a partir de 09 de setembro de 2014. Lucia Drygla Mendes. Professor Educação Infantil, 20 horas semanais. CEIM Neide de Fátima Lobermeyer. SEMED.

Portaria nº 6462, de 11 de setembro de 2014. Opera Remoção de Servidor, a partir de 05 de setembro de 2014. Natalio Rodrigues de Almeida, Auxiliar de Serviços, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos para o quadro da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Portaria nº 6463, de 11 de setembro de 2014. Admite Servidor Temporário, a partir de 09 de setembro de 2014. Sabrina Apareci-da Pereira. Auxiliar de Serviços. 40 horas semanais. SEMOB.

Portaria nº 6464, de 11 de setembro de 2014. Admite Servidor Temporário, a partir de 09 de setembro de 2014. Iolanda Pscheidt. Auxiliar de Serviços. 40 horas semanais. SEMOB.

Portaria nº 6465, de 11 de setembro de 2014. Nomeia Servidor Público, a partir de 10 de setembro de 2014. Liana Leal de Barros. Enfermeiro. Grupo Ocupacional 05. Nível I. Classe A. 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 6466, de 11 de setembro de 2014. Concede Licença Prêmio, relativa ao triênio 2008/2011, período de 08/09/2014 a 07/10/2014. Lourdes Justina de Avila. Auxiliar de Serviços. SEMAS.

São Bento do Sul, 15 de setembro de 2014.

FERNANDO TURECK

PREFEITO MUNICIPAL.

IPRESBS

Portaria IPRESBS Nº 319/2014

PORTARIA IPRESBS Nº 319/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 04/09/2014 a 03/10/2014, a servidora AMANDA BAUM LINO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 20/08/2014 a 03/09/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

produzindo efeitos a partir de 04/09/2014.

São Bento do Sul, 11/09/2014.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 320/2014

PORTARIA IPRESBS Nº 320/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 18/09/2014 a 17/10/2014, ao servidor JOSÉ VILMAR VARELA ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Rede de Água e Esgoto, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 03/09/2014 a 17/09/2014, compete ao SAMAE.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 18/09/2014.

São Bento do Sul, 11/09/2014.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 321/2014

PORTARIA IPRESBS Nº. 321/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 13/09/2014 a 03/10/2014, concedido a servidora MARI TERESINHA PICKOCZ CAMPOLINO ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Finais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 134/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 13/09/2014.

São Bento do Sul, 11/09/2014.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 322/2014

PORTARIA IPRESBS Nº. 322/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, em decorrência de acidente de trabalho, pelo período de 13/09/2014 a 07/11/2014, concedido à servidora ANDREA CRISTINA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, através da Portaria IPRESBS nº. 198/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 13/09/2014.

São Bento do Sul, 11/09/2014.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 323/2014

PORTARIA IPRESBS Nº. 323/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, em decorrência de acidente de trabalho, pelo período de 30/08/2014 a 31/01/2015, concedido à servidora ANISIA RUDNICK RIBEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 099/2012, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30/08/2014.

São Bento do Sul, 11/09/2014.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 324/2014

PORTARIA IPRESBS Nº 324/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 18/09/2014 a 17/10/2014, a servidora VERA LUCIA WEIHERMANN ILG, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Biblioteca, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da

Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 03/09/2014 a 17/09/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 18/09/2014.

São Bento do Sul, 11/09/2014.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 325/2014

PORTARIA IPRESBS Nº 325/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, concedido pela Portaria IPRESBS nº 216/2014, à servidora CHARLENE MARA GRANDE ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/09/2014 em virtude de Licença Maternidade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 04/09/2014.

São Bento do Sul, 12/09/2014.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 326/2014

PORTARIA IPRESBS Nº 326/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 08/09/2014 a 02/10/2014, a servidora ROGERIA WEBER KOSMALA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Consultório Dentário, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 18/08/2014 a 01/09/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 08/09/2014.

São Bento do Sul, 12/09/2014.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 327/2014

PORTARIA IPRESBS Nº 327/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 11/09/2014 a 30/09/2014, a servidora ANA MARIA MOCELIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 27/08/2014 a 10/09/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 11/09/2014.

São Bento do Sul, 12/09/2014.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

São José do Cedro

PREFEITURA

Extrato de Convênio 019/2014 - Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convênio Nº 1.399/2009-4

Concedente: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.

Conveniente: CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DE SANTA CATARINA - CBMSC

Vigência: 16/01/2014 a 16/01/2019.

Objeto: O prazo estabelecido no instrumento original, objetivando a cessão de veículo para servir de apoio ao Cessionário, fica mediante este instrumento, prorrogado por 5 (cinco) anos, a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, podendo, no interesse das partes, ser renovado por Termo Aditivo, conforme legislação vigente.

DECRETO Nº. 179/2014 - SF

DECRETO Nº. 179/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com artigo 7º e o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$1.000,00 (hum mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - F.M.A.S

01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.103 CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS

"435" 3.3.90.39.00.00.3.0053 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa JurídicaR\$ 1.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 1.000,00(hum mil reais), das verbas a seguir discriminadas:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - F.M.A.S

01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.103 CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS

"434" 3.3.90.36.00.00.3.0053 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 1.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 11 de setembro de 2014.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 11 de setembro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

Decreto Nº. 180/2014 - Sf

DECRETO Nº. 180/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 4.286 de 09 de setembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo Aditivo ao Convênio Nº014/2014 e repassar a ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE SOCIAL, EDUCACIONAL E CULTURAL APRISCO, inscrita no CNPJ nº 11.712.456/0001-09, com sede administrativa na Rua Odilo Antônio Link 1621, fundos, neste Município de São José do Cedro, de Setembro a Dezembro do exercício de 2014, a importância mensal fixa no valor de R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) por mês, totalizando R\$54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais) para manutenção das atividades destinadas ao atendimento em abrigo de crianças de 0 a 12 anos do Município e que se encontrem em situação de risco e ou vulnerabilidade social.

Parágrafo único. O valor a ser repassado mensalmente corresponde a 05 (cinco) vagas ao custo unitário de R\$2.700,00 (dois mil e setecentos reais) cada, ocupadas ou não.

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a repassar R\$2.310,00 (dois mil, trezentos e dez reais) em quota única, a título de ressarcimento de despesas de abrigamento de criança em vaga excedente durante 03 (três) dias do mês de Julho e 31 (trinta e um) dias do mês de agosto/2014, determinado pelo Poder Judiciário.

Art. 3º. O Atendimento das crianças será efetuado mediante encaminhamento do Fórum da Comarca.

Art. 4º. O repasse dos recursos de que trata o Artigo 1º, será efetuado depois de formalizado o respectivo aditivo, cuja prestação de contas deverá ser organizada e apresentada nos termos da Instrução Normativa nº TC 14/2012, alterada pela Instrução Normativa nº TC 0016/2013, com efeitos retroativos a 29 de Julho de 2014.

Art. 5º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias:

13 FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA - F.I.A.

01 DEPARTAMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

2.075 MANUT. PROGRAMA DE REINserÇÃO DO ADOLESCENTE
"257"3.3.50.43.00.00.1.0000 Subvenções Sociais R\$56.310,00

Art. 6º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$39.510,00 (trinta e nove mil, quinhentos e dez reais), destinado ao programa e verba a seguir discriminados:

13 FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA - F.I.A.

01 DEPARTAMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

2.075 MANUT. PROGRAMA DE REINserÇÃO DO ADOLESCENTE
"257"3.3.50.43.00.00.1.0000 Subvenções Sociais R\$39.510,00

Art. 7º. Para cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 39.510,00 (trinta e nove mil, quinhentos e dez reais), das seguintes dotações orçamentárias:

13 FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA - F.I.A.

01 DEPARTAMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

2.076 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA INFANTO - JUVENIL
"260"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$1.201,00

"261"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa JurídicaR\$600,00

2.111 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA LIBERDADE ASSISTIDA

"262"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$1.500,00

"263"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$1.500,00

2.112 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PREST.SERV.COMUNID.

"265"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa JurídicaR\$ 621,09

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-FMAS

02 COORDENADORIA DE HABITAÇÃO

1.057 AQUISIÇÃO DE ÁREA DE TERRAS P/CONST.UNID.HABIT.

"343"4.4.90.51.00.00.1.0000 Aquisição de Imóveis R\$28.951,88

1.056 CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS

"344"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações R\$ 5.136,03

Art. 8º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 10 de setembro de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 10 de setembro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

Decreto Nº. 181/2014 - Sf

DECRETO Nº. 181/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 4.287 de 09 de setembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

04 SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE SJCEDRO
1.084 AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, MÁQUINAS, MOTORES E EQUIPAMENTOS

"400"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e material permanente R\$65.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), das verbas a seguir discriminadas:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

04 SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE SJCEDRO
1.083 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS

"399"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e material permanente R\$65.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 10 de setembro de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 10 de setembro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Lei Nº 2.179, de 12 de Setembro de 2014.

LEI Nº 2.179, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a efetuar o pagamento de indenização por composição amigável, em virtude de ação judicial, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar o pagamento de indenização por danos morais no montante de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), em virtude de composição amigável firmada nos autos do Processo Judicial nº 0300238-11.2014.8.24.0066, em trâmite no juízo da Comarca de São Lourenço do Oeste/SC, na forma de ação indenizatória movida pelo Sr. João da Rocha, inscrito no CPF sob o nº 663.727.639-15, conforme Termo de Acordo e demais peças processuais constantes no Anexo Único da presente Lei.

Parágrafo único. O pagamento da indenização a que se refere o caput deste artigo será efetuado em parcela única, mediante depósito em conta corrente de titularidade do patrono do autor da ação, até a data de 23 de setembro de 2014.

Art. 2º Para a cobertura das despesas da presente Lei serão utilizados recursos do orçamento municipal em execução, mais especificamente, os recursos financeiros decorrentes da seguinte rubrica orçamentária: 06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00 (14/2014).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de setembro de 2014.

GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
(Lei nº 2.179, de 12 de setembro de 2014)

PEÇAS PROCESSUAIS

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de setembro de 2014.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.947 de 12 de Setembro de 2014.

DECRETO Nº 4.947 DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar - superávit financeiro, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013, e de acordo com o inciso I, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional

suplementar, superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.		
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.		
10.305.4506.2.020		56	Aplicações Diretas
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000			R\$ 10.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013 e o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de setembro de 2014.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 116/2014

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 116/2014

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 116/2014 - Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia Nº 008/2014.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL DE MÃO DE OBRA, PARA CONSTRUÇÃO DE CABECEIRA DE PONTES EM CONCRETO ARMADO Á SEREM EXECUTADAS SOBRE O RIO GUAPORÉ E RIO LIMOEIRO LOCALIZADOS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

FORNECEDOR: PANDINI CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA EPP - CNPJ: 03.210.836/0001-09.

VALOR: R\$ 108.671,89 (cento e oito mil e seiscentos e setenta e um reais e oitenta e nove centavos).

TOTAL: R\$ 108.671,89 (cento e oito mil e seiscentos e setenta e um reais e oitenta e nove centavos).

DATA DE ASSINATURA: 27/08/2014.

VIGÊNCIA: 27/08/2014 à 31/12/2014.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas						
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	53.820.432,00	53.820.432,00	9.878.354,05	18,35	37.718.261,69	70,08
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	53.820.432,00	53.820.432,00	9.878.354,05	18,35	37.718.261,69	70,08
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)		3.243.999,33	—	—	2.226.904,51	—
Superávit Financeiro	—	3.243.999,33	—	—	2.226.904,51	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	53.820.832,00	6.522.563,62	60.343.395,62	7.542.591,72	40.656.659,24	9.352.496,45	33.185.783,23	54,99	27.157.612,39
DESPESAS CORRENTES	45.522.349,00	2.585.029,17	48.107.378,17	5.849.316,27	34.176.783,36	7.960.769,77	28.547.226,43	59,34	19.560.151,74
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	22.190.949,00	-758.078,99	21.432.870,01	3.136.986,96	12.180.581,70	3.139.077,96	12.172.415,70	56,79	9.260.454,31
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	200.000,00	0,00	200.000,00	35.969,68	159.667,51	35.969,68	159.667,51	79,83	40.332,49
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	23.131.400,00	3.343.108,16	26.474.508,16	2.676.359,63	21.836.534,15	4.785.722,13	16.215.143,22	61,25	10.259.364,94
DESPESAS DE CAPITAL	8.268.483,00	3.937.534,45	12.206.017,45	1.693.275,45	6.479.875,88	1.391.726,68	4.638.556,80	38,00	7.567.460,65
INVESTIMENTOS	6.818.483,00	4.132.534,45	10.951.017,45	1.568.504,57	5.980.845,35	1.266.955,80	4.139.526,27	37,80	6.811.491,18
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.450.000,00	-195.000,00	1.255.000,00	124.770,88	499.030,53	124.770,88	499.030,53	39,76	755.969,47
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	—	30.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	53.820.832,00	6.522.563,62	60.343.395,62	7.542.591,72	40.656.659,24	9.352.496,45	33.185.783,23	54,99	27.157.612,39

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	53.820.832,00	6.522.563,62	60.343.395,62	7.542.591,72	40.656.659,24		9.352.496,45	33.185.783,23	54,99	27.157.612,39
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—		—	4.532.478,46	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	53.820.832,00	6.522.563,62	60.343.395,62	7.542.591,72	40.656.659,24		9.352.496,45	37.718.261,69	62,51	27.157.612,39

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 11/09/2014

JOÃO EDUARDO LINHARES	GERALDINO CARDOSO	ANTONIO JOCENEI WAISS DOS
ANALISTA DE CONTROLE INTER	PREFEITO MUNICIPAL	CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	53.820.832,00	60.343.395,62	7.542.591,72	40.656.659,24	9.352.496,45	33.185.783,23	100,00	54,99
Legislativa	1.570.000,00	1.570.000,00	171.518,36	768.471,11	200.570,42	693.600,62	2,09	44,18
Ação Legislativa	1.570.000,00	1.570.000,00	171.518,36	768.471,11	200.570,42	693.600,62	2,09	44,18
Judiciária	1.016.000,00	966.000,00	45.601,23	388.804,85	55.879,81	369.229,06	1,11	38,22
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	416.000,00	366.000,00	45.601,23	208.256,96	50.123,23	201.969,26	0,61	55,18
Defesa Civil	600.000,00	600.000,00	0,00	180.547,89	5.756,58	167.259,80	0,50	27,88
Administração	4.729.000,00	4.579.000,00	451.671,19	3.427.276,66	626.583,38	2.697.687,45	8,13	58,91
Administração Geral	4.042.000,00	4.173.762,23	435.905,94	3.150.625,76	578.665,70	2.477.519,59	7,47	59,36
Controle Interno	346.000,00	196.000,00	15.765,25	70.893,13	16.326,57	66.429,09	0,20	33,89
Outras Transferências	341.000,00	209.237,77	0,00	205.757,77	31.591,11	153.738,77	0,46	73,48
Defesa Nacional	50.000,00	50.000,00	1.952,52	3.990,70	1.952,52	3.959,80	0,01	7,92
Defesa Civil	50.000,00	50.000,00	1.952,52	3.990,70	1.952,52	3.959,80	0,01	7,92
Segurança Pública	320.000,00	557.503,54	50.116,70	437.566,73	50.988,73	401.185,51	1,21	71,96
Administração Geral	320.000,00	557.503,54	50.116,70	437.566,73	50.988,73	401.185,51	1,21	71,96
Assistência Social	1.819.401,00	2.003.833,15	278.388,47	1.451.838,57	341.260,65	1.137.124,28	3,43	56,75
Assistência à Criança e ao Adolescente	263.000,00	232.722,73	21.421,03	117.152,14	24.688,96	106.791,47	0,32	45,89
Assistência Comunitária	1.556.401,00	1.771.110,42	256.967,44	1.334.686,43	316.571,69	1.030.332,81	3,10	58,17
Saúde	10.781.551,00	12.826.184,71	1.298.953,44	9.783.284,07	2.366.221,99	7.993.100,98	24,09	62,32
Atenção Básica	8.899.951,00	10.749.598,03	1.098.827,86	8.135.095,21	1.997.861,05	6.711.197,69	20,22	62,43
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.790.600,00	1.887.210,41	161.539,69	1.528.728,37	268.591,65	1.169.528,40	3,52	61,97
Vigilância Epidemiológica	91.000,00	189.376,27	38.585,89	119.460,49	99.769,29	112.374,89	0,34	59,34
Educação	16.996.566,00	19.193.530,27	3.036.079,09	13.125.534,47	3.243.712,07	11.204.284,65	33,76	58,38
Ensino Fundamental	11.945.064,00	13.740.806,60	2.440.271,06	10.012.255,09	2.910.448,93	8.486.128,14	25,57	61,76
Ensino Médio	20.000,00	20.000,00	7.000,00	10.040,00	7.000,00	10.040,00	0,03	50,20
Ensino Superior	161.000,00	76.000,00	0,00	73.616,40	8.179,60	40.898,00	0,12	53,81
Educação Infantil	4.870.502,00	5.356.723,67	588.808,03	3.029.622,98	318.083,64	2.667.218,51	8,04	49,79
Cultura	818.001,00	1.283.130,15	105.088,40	694.605,59	228.488,35	666.860,38	2,01	51,97
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	50.001,00	50.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	768.000,00	1.233.129,15	105.088,40	694.605,59	228.488,35	666.860,38	2,01	54,08

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	53.820.832,00	60.343.395,62	7.542.591,72	40.656.659,24	9.352.496,45	33.185.783,23	100,00	54,99
Urbanismo	6.911.804,00	7.604.674,15	1.170.139,35	4.355.083,65	758.820,88	2.686.749,04	8,10	35,33
Difusão Cultural	460.000,00	460.000,00	22.814,02	225.442,58	28.627,35	115.443,04	0,35	25,10
Infra-Estrutura Urbana	4.931.803,00	5.879.673,15	1.147.325,33	3.384.453,08	706.903,13	2.380.506,36	7,17	40,49
Serviços Urbanos	1.520.001,00	1.265.001,00	0,00	745.187,99	23.290,40	190.799,64	0,57	15,08
Habitação	308.001,00	308.001,00	6.635,08	30.550,70	6.635,08	27.889,36	0,08	9,05
Habitação Urbana	308.001,00	308.001,00	6.635,08	30.550,70	6.635,08	27.889,36	0,08	9,05
Saneamento	230.702,50	879.176,30	0,00	817.973,80	129.145,42	754.966,70	2,27	85,87
Saneamento Básico Rural	11.202,50	11.202,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	219.500,00	867.973,80	0,00	817.973,80	129.145,42	754.966,70	2,27	86,98
Gestão Ambiental	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	2.815.799,50	3.649.920,34	372.494,43	2.357.832,84	419.898,37	2.158.550,57	6,50	59,14
Extensão Rural	2.588.799,50	3.492.920,34	340.433,71	2.234.681,00	380.548,65	2.061.897,73	6,21	59,03
Promoção da Produção Agropecuária	227.000,00	157.000,00	32.060,72	123.151,84	39.349,72	96.652,84	0,29	61,56
Indústria	805.000,00	473.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	210.000,00	210.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produção Industrial	595.000,00	263.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia	1.023.000,00	1.153.000,00	-22.114,28	1.064.337,64	294.401,05	761.091,32	2,29	66,01
Energia Elétrica	1.023.000,00	1.153.000,00	-22.114,28	1.064.337,64	294.401,05	761.091,32	2,29	66,01
Transporte	366.004,00	373.181,01	139.543,70	158.575,39	43.541,90	47.117,39	0,14	12,63
Transporte Rodoviário	366.004,00	373.181,01	139.543,70	158.575,39	43.541,90	47.117,39	0,14	12,63
Desporto e Lazer	1.050.002,00	858.261,00	275.783,48	665.534,43	317.734,67	591.202,76	1,78	68,88
Desporto Comunitário	880.002,00	630.002,00	86.484,48	448.235,43	100.435,67	373.903,76	1,13	59,35
Lazer	170.000,00	228.259,00	189.299,00	217.299,00	217.299,00	217.299,00	0,65	95,20
Encargos Especiais	2.130.000,00	1.935.000,00	160.740,56	1.125.398,04	266.661,16	991.183,36	2,99	51,22
Outros Encargos Especiais	2.130.000,00	1.935.000,00	160.740,56	1.125.398,04	266.661,16	991.183,36	2,99	51,22

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	53.820.832,00	60.343.395,62	7.542.591,72	40.656.659,24	9.352.496,45	33.185.783,23	100,00	54,99	27.157.612,39
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	53.820.832,00	60.343.395,62	7.542.591,72	40.656.659,24	9.352.496,45	33.185.783,23	100,00	54,99	27.157.612,39

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 11/09/2014

JOÃO EDUARDO LINHARES	GERALDINO CARDOSO	ANTONIO JOCENEI WAISS DOS
ANALISTA DE CONTROLE INTER	PREFEITO MUNICIPAL	CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014	
	Sem/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014		TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	4.563.377,37	4.379.696,03	4.804.609,20	4.323.338,90	5.033.030,59	4.921.919,08	6.946.122,36	4.612.316,69	4.378.663,61	4.302.133,57	4.370.590,82	5.853.877,24	58.389.975,46	57.769.950,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	415.794,28	344.293,08	449.849,11	378.503,42	259.526,96	724.313,08	1.703.049,28	400.349,42	361.350,34	343.725,45	453.942,88	513.227,58	6.347.932,88	6.298.500,00
I.P.T.U.	55.227,89	49.947,30	48.509,24	34.396,65	2.398,85	263.620,99	1.328.425,75	64.546,44	59.666,06	69.204,28	66.613,73	74.748,36	2.117.297,54	1.250.000,00
I.R.R.F.	76.939,57	46.023,90	83.597,31	86.783,79	31.986,73	38.893,77	42.172,65	53.744,35	52.441,40	46.765,72	47.774,94	49.650,51	656.464,64	660.000,00
I.S.S.	180.496,90	171.371,59	174.281,61	167.362,47	153.323,65	237.533,31	132.875,99	200.760,41	161.519,69	134.683,36	218.799,18	253.477,22	2.186.656,38	1.940.000,00
I.T.B.I.	63.371,91	59.290,51	127.430,71	73.086,29	40.495,14	121.088,39	70.052,39	32.864,28	52.619,61	62.945,79	81.693,12	107.255,65	882.193,79	820.000,00
Outras Receitas Tributárias	39.759,01	17.659,78	16.930,24	16.884,22	31.322,59	63.486,62	129.521,50	48.433,94	35.109,58	29.956,30	39.061,91	28.095,84	495.320,53	1.628.500,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	66.058,28	67.683,40	69.053,30	-806.415,67	65.219,09	81.539,23	145.611,97	76.172,22	71.653,73	71.541,33	73.133,23	74.076,06	55.328,17	970.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	57.417,02	37.952,01	43.170,91	32.510,74	28.099,16	42.506,84	64.749,71	63.664,65	65.017,97	105.862,00	38.116,36	103.250,08	682.326,45	339.800,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	4.332,61	2.503,55	505,16	20,00	0,00	72,50	100,00	25,00	54,00	246,00	0,00	486,00	8.344,82	30.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	109.897,00	143.888,62	50.913,38	550,00	7.689,53	120.933,18	400,00	66.140,48	180.226,22	6.478,34	0,00	54.393,76	741.590,51	332.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.817.817,33	3.693.419,05	4.120.990,86	4.588.431,61	4.593.120,60	3.875.773,46	4.889.107,59	3.950.935,28	3.657.033,67	3.720.380,16	3.720.220,61	4.308.758,12	48.975.988,34	48.675.550,00
Cota-Parte do FPM	705.556,58	705.357,41	961.151,74	1.480.182,79	1.189.662,73	1.270.385,79	753.586,58	860.092,19	1.146.176,61	859.559,97	738.253,26	896.852,12	11.596.629,77	11.950.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	1.244.386,14	1.209.840,31	1.328.583,45	1.322.946,68	1.275.024,27	1.212.174,62	1.229.718,11	1.198.484,90	1.218.250,77	1.235.945,20	1.148.545,18	1.197.545,38	14.821.448,01	15.200.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	198.164,50	185.067,33	92.746,04	56.552,94	141.237,54	186.890,72	243.074,43	227.628,30	249.590,42	214.402,62	253.922,23	238.840,55	2.288.117,62	2.300.000,00
Cota-Parte do ITR	4.273,00	4.534,14	175,49	6,57	8,73	117,27	63,96	98,97	91,32	50,66	62,54	198,86	9.682,51	7.700,00
Outras Transferências Correntes	688.841,57	637.583,84	648.800,93	663.167,03	632.875,55	333.725,01	1.632.195,23	633.781,25	-77.049,98	350.143,70	595.330,01	923.759,08	7.669.153,22	6.577.850,00
Transferências da LC 61/1989	17.454,96	18.659,49	20.698,22	22.121,92	20.369,29	17.945,14	16.850,73	18.336,09	19.943,51	18.995,14	19.513,30	20.114,54	230.302,33	220.000,00
Transferências da LC 87/1996	5.499,17	5.499,17	5.499,17	5.499,17	5.499,17	5.382,65	0,00	5.382,65	5.382,65	5.382,65	5.382,65	5.382,65	59.675,23	70.000,00
Transferências do FUNDEB	953.841,41	928.867,36	1.043.335,62	1.037.951,51	1.328.559,84	849.852,26	993.618,55	1.001.130,93	1.094.646,37	1.035.900,22	959.211,44	1.026.063,94	12.350.979,65	12.350.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	92.650,85	89.956,32	70.126,48	1.297.38,80	79.395,25	76.680,79	63.103,81	55.029,64	43.319,68	53.900,29	85.177,74	799.476,64	1.638.466,29	1.124.100,00
DEDUÇÕES (II)	435.026,68	425.945,83	485.513,09	483.823,46	526.336,85	538.439,06	448.821,82	462.004,42	527.970,93	465.917,82	433.135,13	471.715,78	5.705.890,87	5.955.940,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	435.026,68	425.945,83	485.513,09	483.823,46	526.336,85	538.439,06	448.821,82	462.004,42	527.970,93	465.917,82	433.135,13	471.715,78	5.705.890,87	5.949.540,00
MJ de Mera de Outras Contrib - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00
MJ Mera Divida Ativ de Outras Contrib - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
FONTE:	4.128.950,69	3.953.750,20	4.318.796,11	3.839.515,44	4.506.693,74	4.383.380,02	6.397.300,54	4.150.312,27	3.850.792,68	3.832.215,75	3.937.455,69	5.381.961,46	52.684.124,59	51.814.010,00
SÃO LOURENÇO DO OESTE - 11/09/2014														

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 11/09/2014

JOÃO EDUARDO LINHARES
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO JOCENEI WAIS DOS SANTOS
CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.267.012,32	1.963.698,76	1.842.519,20
DEDUÇÕES (II)	4.588.763,54	9.840.565,60	10.192.477,36
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.629.535,94	9.840.565,60	10.192.477,36
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	40.772,40	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.321.751,22	-7.876.866,84	-8.349.958,16
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-2.321.751,22	-7.876.866,84	-8.349.958,16

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2014 (C - A)
VALOR	-473.091,32	-6.028.206,94

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-1.173.149,34

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 11/09/2014

JOÃO EDUARDO LINHARES
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS
CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	51.495.610,00	9.277.176,32	36.043.567,58	32.631.887,85
Receita Tributária	6.298.500,00	967.170,46	4.759.492,99	4.192.909,56
I.P.T.U.	1.250.000,00	141.362,09	1.929.226,46	1.786.650,98
I.S.S.	1.940.000,00	472.276,40	1.493.143,81	1.211.359,75
I.T.B.I.	820.000,00	188.948,77	569.014,37	440.075,35
I.R.R.F.	660.000,00	97.425,45	363.120,07	297.624,68
Outras Receitas Tributárias	1.628.500,00	67.157,75	404.988,28	457.198,80
Receita de Contribuição	970.000,00	147.209,29	658.946,86	603.620,69
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	970.000,00	147.209,29	658.946,86	603.620,69
Receita Patrimonial Líquida	15.000,00	0,00	12.596,59	0,00
Receita Patrimonial	339.800,00	141.408,61	511.308,94	291.832,38
(-) Aplicações Financeiras	324.800,00	141.408,61	498.712,35	291.832,38
Transferências Correntes	42.726.010,00	7.223.262,43	28.919.222,29	26.777.885,73
F.P.M.	9.560.000,00	1.308.084,35	6.171.657,19	5.716.623,12
I.C.M.S.	12.160.000,00	1.876.872,60	7.772.551,42	7.346.037,40
Convênios	431.000,00	416.799,13	747.950,40	1.144.126,05
Outras Transferências Correntes	20.575.010,00	3.621.506,35	14.227.063,28	12.571.099,16
Demais Receitas Correntes	1.486.100,00	939.534,14	1.693.308,85	1.057.471,87
Dívida Ativa	364.000,00	163.847,78	301.101,41	229.734,73
Diversas Receitas Correntes	1.122.100,00	775.686,36	1.392.207,44	827.737,14
RECEITAS DE CAPITAL (II)	2.000.022,00	459.769,12	1.175.981,76	2.374.911,97
Operações de Crédito (III)	2.000.000,00	0,00	0,00	2.078.839,72
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	31.910,00	0,00
Transferências de Capital	22,00	459.769,12	1.144.071,76	296.072,25
Convênios	22,00	245.460,59	245.460,59	296.072,25
Outras Transferências de Capital	0,00	214.308,53	898.611,17	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	22,00	459.769,12	1.144.071,76	296.072,25
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	51.495.632,00	9.736.945,44	37.187.639,34	32.927.960,10
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	48.107.378,17	7.960.769,77	28.547.226,43	25.423.502,32
Pessoal e Encargos Sociais	21.432.870,01	3.139.077,96	12.172.415,70	10.881.641,91
Juros e Encargos da Dívida (IX)	200.000,00	35.969,68	159.667,51	118.374,59
Outras Despesas Correntes	26.474.508,16	4.785.722,13	16.215.143,22	14.423.485,82
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	47.907.378,17	7.924.800,09	28.387.558,92	25.305.127,73
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	12.206.017,45	1.391.726,68	4.638.556,80	5.470.964,59
Investimentos	10.951.017,45	1.266.955,80	4.139.526,27	4.861.377,20
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.255.000,00	124.770,88	499.030,53	609.587,39
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	10.951.017,45	1.266.955,80	4.139.526,27	4.861.377,20

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	30.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	58.888.395,62	9.191.755,89	32.527.085,19	30.166.504,93
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-7.392.763,62	545.189,55	4.660.554,15	2.761.455,17
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	2.226.904,51	0,00
Superávit Financeiro	-	-	2.226.904,51	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-2.705.000,00

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 11/09/2014

JOÃO EDUARDO LINHARES
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS
CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	40.772,40	40.772,40	-	-	-	-	-	-	-	-
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	40.772,40	40.772,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	25.822,76	25.822,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	0,00	6.600,00	6.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SD	0,00	8.349,64	8.349,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	40.772,40	40.772,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 11/09/2014

JOÃO EDUARDO LINHARES	GERALDINO CARDOSO
ANALISTA DE CONTROLE INTERNC	PREFEITO MUNICIPAL
	ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SA
	CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	4.938.700,00	4.938.700,00	1.094.253,26	4.717.282,17	95,52
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.461.700,00	1.461.700,00	320.375,70	2.234.788,69	152,89
1.1.1- IPTU	1.250.000,00	1.250.000,00	143.170,65	1.932.292,86	154,58
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	3.700,00	3.700,00	4.181,22	7.681,94	207,62
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	160.000,00	160.000,00	126.162,02	198.548,62	124,09
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	48.000,00	48.000,00	46.861,81	96.265,27	200,55
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	820.000,00	820.000,00	192.015,85	574.499,37	70,06
1.2.1- ITBI	820.000,00	820.000,00	192.015,85	574.499,37	70,06
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.997.000,00	1.997.000,00	484.436,26	1.544.874,04	77,36
1.3.1- ISS	1.940.000,00	1.940.000,00	472.359,47	1.494.165,93	77,02
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	6.000,00	6.000,00	1.239,25	2.676,96	44,62
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	36.000,00	36.000,00	6.481,22	26.513,44	73,65
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	15.000,00	15.000,00	4.356,32	21.517,71	143,45
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	660.000,00	660.000,00	97.425,45	363.120,07	55,02
1.4.1- IRRF	660.000,00	660.000,00	97.425,45	363.120,07	55,02
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	29.747.700,00	29.747.700,00	4.524.614,26	19.375.586,09	65,13
2.1- Cota-Parte FPM	11.950.000,00	11.950.000,00	1.635.105,38	7.714.571,25	64,56
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	11.950.000,00	11.950.000,00	1.635.105,38	7.714.571,25	64,56
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	15.200.000,00	15.200.000,00	2.346.090,56	9.715.688,43	63,92
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	70.000,00	70.000,00	10.765,30	37.678,55	53,83
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	220.000,00	220.000,00	39.627,84	151.367,74	68,80
2.5- Cota-Parte ITR	7.700,00	7.700,00	262,40	693,31	9,00
2.6- Cota-Parte IPVA	2.300.000,00	2.300.000,00	492.762,78	1.755.586,81	76,33
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	34.686.400,00	34.686.400,00	5.618.867,52	24.092.868,26	69,46
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.635.000,00	1.635.000,00	293.659,40	1.224.128,58	74,87
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.120.000,00	1.120.000,00	213.602,42	905.995,49	80,89
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	380.000,00	380.000,00	44.640,00	183.912,00	48,40
5.4- Transferências Diretas - PNAE	105.000,00	105.000,00	20.737,58	51.843,95	49,38
5.5- Outras Transferências do FNDE	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	10.000,00	10.000,00	14.679,40	82.377,14	823,77
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	220.005,00	220.005,00	294.052,94	505.757,84	229,88
6.1- Transferências de Convênios	220.005,00	220.005,00	294.052,94	505.757,84	229,88
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.000,00	1.000,00	4.947,63	12.094,32	1.209,43
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.856.005,00	1.856.005,00	592.659,97	1.741.980,74	93,86
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	5.949.540,00	5.949.540,00	904.850,91	3.875.241,81	65,14
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	2.390.000,00	2.390.000,00	327.021,03	1.542.914,06	64,56
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	3.040.000,00	3.040.000,00	469.217,96	1.943.137,01	63,92
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	14.000,00	14.000,00	2.153,06	7.535,71	53,83
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	44.000,00	44.000,00	7.925,08	30.273,07	68,80
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	1.540,00	1.540,00	52,46	138,59	9,00
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	460.000,00	460.000,00	98.481,32	351.243,37	76,36
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	12.380.000,00	12.380.000,00	1.994.586,55	8.320.156,17	67,21
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	12.350.000,00	12.350.000,00	1.985.275,38	8.288.983,55	67,12
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	30.000,00	30.000,00	9.311,17	31.172,62	103,91
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	6.400.460,00	6.400.460,00	1.080.424,47	4.413.741,74	68,96
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	7.428.000,00	7.428.000,00	1.216.455,10	4.313.764,45	58,07
13.1- Com Educação Infantil	3.428.000,00	3.428.000,00	347.025,89	1.245.610,03	36,34
13.2- Com Ensino Fundamental	4.000.000,00	4.000.000,00	869.429,21	3.068.154,42	76,70
14- OUTRAS DESPESAS	4.952.000,00	4.961.821,67	573.739,19	3.405.187,26	68,63
14.1- Com Educação Infantil	1.240.000,00	1.309.821,67	-155.575,45	1.020.973,70	77,95
14.2- Com Ensino Fundamental	3.712.000,00	3.652.000,00	729.314,64	2.384.213,56	65,29
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	12.380.000,00	12.389.821,67	1.790.194,29	7.718.951,71	62,30
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					7.718.951,71
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %					51,85
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %					40,93
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					7,23
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	8.671.600,00	8.671.600,00	1.404.716,88	6.023.217,07	69,46
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.810.500,00	4.980.321,67	253.360,24	2.406.855,52	48,33
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	9.979.060,00	10.168.060,00	2.148.200,82	7.162.388,36	70,44
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	7.712.000,00	7.652.000,00	1.598.743,85	5.452.367,98	71,25
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.267.060,00	2.516.060,00	549.456,97	1.710.020,38	67,96
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	14.789.560,00	15.148.381,67	2.401.561,06	9.569.243,88	63,17
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					4.413.741,74
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					31.172,62
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					9.821,67
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					4.454.736,03
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					5.114.507,85
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					21,23

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.126.000,00	1.126.000,00	189.411,17	262.278,79	23,29
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	730.006,00	2.298.148,60	543.358,20	969.980,26	42,21
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.856.006,00	3.424.148,60	732.769,37	1.232.259,05	35,99
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	16.645.566,00	18.572.530,27	3.134.330,43	10.801.502,93	58,16

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		9.821,67	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		8.288.983,55	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		7.563.973,26	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		7.563.973,26	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		31.172,62	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		766.004,58	0,00

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 11/09/2014

JOÃO EDUARDO LINHARES	GERALDINO CARDOSO	ANTONIO JOCENEI WAISS DOS S
ANALISTA DE CONTROLE INTERI	PREFEITO MUNICIPAL	CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 9.821,67, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	2.000.000,00	0,00		2.000.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	12.206.017,45	4.638.556,80	0,00	7.567.460,65
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	12.206.017,45	4.638.556,80	0,00	7.567.460,65
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-10.206.017,45	-4.638.556,80		-5.567.460,65

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 11/09/2014

JOÃO EDUARDO LINHARES
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS
CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	31.910,00	-31.910,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	31.910,00	-31.910,00
TOTAL	0,00	31.910,00	-31.910,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	25.175,41	31.910,00	57.085,41

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 11/09/2014

JOÃO EDUARDO LINHARES
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS
CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	4.938.700,00	4.938.700,00	4.717.282,17	95,52
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.250.000,00	1.250.000,00	1.932.292,86	154,58
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	820.000,00	820.000,00	574.499,37	70,06
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.940.000,00	1.940.000,00	1.494.165,93	77,02
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	660.000,00	660.000,00	363.120,07	55,02
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	9.700,00	9.700,00	10.358,90	106,79
Dívida Ativa dos Impostos	196.000,00	196.000,00	225.062,06	114,83
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	63.000,00	63.000,00	117.782,98	186,96
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	29.747.700,00	29.747.700,00	19.375.586,09	65,13
Cota-Parte FPM	11.950.000,00	11.950.000,00	7.714.571,25	64,56
Cota-Parte ITR	7.700,00	7.700,00	693,31	9,00
Cota-Parte IPVA	2.300.000,00	2.300.000,00	1.755.586,81	76,33
Cota-Parte ICMS	15.200.000,00	15.200.000,00	9.715.688,43	63,92
Cota-Parte IPI-Exportação	220.000,00	220.000,00	151.367,74	68,80
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	70.000,00	70.000,00	37.678,55	53,83
Desoneração ICMS (LC 87/96)	70.000,00	70.000,00	37.678,55	53,83
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	34.686.400,00	34.686.400,00	24.092.868,26	69,46

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	4.084.852,00	4.084.852,00	2.868.051,50	70,21
Provenientes da União	3.768.852,00	3.768.852,00	2.673.572,11	70,94
Provenientes dos Estados	316.000,00	316.000,00	194.479,39	61,54
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.000,00	1.000,00	532,43	53,24
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	4.085.852,00	4.085.852,00	2.868.583,93	70,21

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	10.542.549,00	11.710.966,21	8.883.775,41	75,86	7.476.654,65	63,84
Pessoal e Encargos Sociais	5.069.949,00	4.950.070,01	3.224.317,72	65,14	3.221.317,72	65,08

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	10.542.549,00	11.710.966,21	8.883.775,41	75,86	7.476.654,65	63,84
Outras Despesas Correntes	5.472.600,00	6.760.896,20	5.659.457,69	83,71	4.255.336,93	62,94
DESPESAS DE CAPITAL	239.002,00	1.115.218,50	899.508,66	80,66	516.446,33	46,31
Investimentos	239.002,00	1.115.218,50	899.508,66	80,66	516.446,33	46,31
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	10.781.551,00	12.826.184,71	9.783.284,07	76,28	7.993.100,98	62,32
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	4.084.852,00	6.089.485,71	4.284.358,88	43,79	3.232.618,48	40,44
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	4.084.850,00	5.579.892,39	3.833.823,74	39,19	2.974.797,36	37,22
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	2,00	509.593,32	450.535,14	4,61	257.821,12	3,23
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	4.084.852,00	6.089.485,71	4.284.358,88	43,79	3.232.618,48	40,44
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	6.696.699,00	6.736.699,00	5.498.925,19	32,48	4.760.482,50	21,88
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						19,76
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]⁶						1.146.552,26

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2013		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE		
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
		0,00	0,00		0,00			
TOTAL (VIII)								
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013								
		0,00	0,00		0,00			
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26								
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
		-	-		-			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)								
Atenção Básica Assistência Hospitalar e Ambulatorial Vigilância Epidemiológica		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
				Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100	
		8.899.951,00	10.749.598,03	8.135.095,21	83,15	6.711.197,69	83,96	
		1.790.600,00	1.887.210,41	1.528.728,37	15,63	1.169.528,40	14,63	
		91.000,00	189.376,27	119.460,49	1,22	112.374,89	1,41	
TOTAL		10.781.551,00	12.826.184,71	9.783.284,07	100,00	7.993.100,98	100,00	

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
² O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
³ O valor apresentado na interseção com a coluna "j" ou com a coluna "h+j"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
⁵ Durante a aversão o valor será para o montante atualizado no art. 23 da LC 141/2012.

Continua 3/4

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

1Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
2No último bimestre, será utilizada a fórmula $[VI/(h+i)] - (15 \times IIIb)/100]$

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 11/09/2014

JOÃO EDUARDO LINHARES ANALISTA DE CONTROLE INTERNO	GERALDINO CARDOSO PREFEITO MUNICIPAL	ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS CONTADOR CRC/SC 031534/O-9
---	---	--

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial	—	53.820.432,00	
Previsão Atualizada	—	53.820.432,00	
Receitas Realizadas	9.878.354,05	37.718.261,69	
Déficit Orçamentário	—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	—	2.226.904,51	
DESPESAS			
Dotação Inicial	—	53.820.832,00	
Créditos Adicionais	—	6.522.563,62	
Dotação Atualizada	—	60.343.395,62	
Despesas Empenhadas	7.542.591,72	40.656.659,24	
Despesas Liquidadas	9.352.496,45	33.185.783,23	
Superavit Orçamentário	—	4.532.478,46	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO			
Despesas Empenhadas	7.542.591,72	40.656.659,24	
Despesas Liquidadas	9.352.496,45	33.185.783,23	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			52.684.124,59
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)	0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)	0,00	0,00	
Liquidadas	0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		-1.173.149,34	-6.028.206,94
Resultado Primário		-2.705.000,00	4.660.554,15
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	40.772,40	0,00	40.772,40
EXECUTIVO	40.772,40	0,00	40.772,40
TOTAL:	40.772,40	0,00	40.772,40
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		5.114.507,85	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		4.313.764,45	60%
Liquidadas		4.313.764,45	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	2.000.000,00
Despesa de Capital Líquida		4.638.556,80	7.567.460,65

Continua 1/2

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			31.910,00	-31.910,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre		Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	4.760.482,50		15,00	19,76
Liquidadas	4.760.482,50			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 11/09/2014

JOÃO EDUARDO LINHARES
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS
CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

Schroeder

PREFEITURA

Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº. 07/2014-FAS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2014-FAS
PROCESSO Nº. 15/2014-FAS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: aquisição de brinquedos e jogos para atender as necessidades da Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência deste instrumento.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 26 de setembro de 2014 às 08h45min.
Abertura do Processo: 26 de setembro de 2014 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 15 de setembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 81/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 81/2014-PMS

PROCESSO Nº. 171/2014-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR GLOBAL

OBJETO: contratação de empresa especializada na Gestão dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário para a Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 29 de setembro de 2014 às 08h45min.
Abertura do Processo: 29 de setembro de 2014 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 15 de setembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 76/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER/SC
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500
e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 76/2014-PMS

PROCESSO Nº. 162/2014-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de data e de item referente ao Edital de Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 76/2014-PMS, tendo em vista conserto, montagem, balanceamento, geometria, cambagem e aquisição de câmaras e protetores para atender as Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; e Secretaria Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, ficando assim determinado:

Leia-se:

1.1- Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 - Habilitação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

- a) Data: 26 de setembro de 2014
- b) Local: Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.
Setor de Licitações, localizado no piso térreo da nova Sede da Prefeitura Municipal, sito à rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.
- c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 14h.
- d) Abertura do processo: às 14h15min.

3.1.3- O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 26 de setembro de 2014 às 14h, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-b.

ANEXO IX
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 76/2014-PMS
TERMO DE REFERÊNCIA

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para conserto, montagem, balanceamento, geometria, cambagem e aquisição de câmaras e protetores para atender as Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Agricultura, Indústria

e Comércio, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; e Secretaria Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO REFERÊNCIA	VALOR R\$ TOTAL REFERÊNCIA
01	Conserto de pneu veículo - Aro 13 a 18	40	Unidades	25,00	1.000,00
02	Conserto de pneu veículo - microônibus	10	Unidades	33,00	330,00
03	Conserto de pneu trator agrícola	20	Unidades	110,00	2.200,00
04	Conserto de pneu - caminhão - Aro 20	120	Unidades	55,00	6.600,00
05	Conserto pneu retro-escavadeira	25	Unidades	120,00	3.000,00
06	Conserto de pneu moto niveladora	20	Unidades	120,00	2.400,00
07	Conserto de pneu Carregadeira	10	Unidades	120,00	1.200,00
08	Montagem pneu veículo - aro 13 a 18	80	Unidades	20,00	1.600,00
09	Montagem pneu veículo - microônibus	30	Unidades	25,00	750,00
10	Montagem pneu caminhão - aro 20	120	Unidades	48,00	5.760,00
11	Montagem pneu trator agrícola	10	Unidades	95,00	950,00
12	Montagem pneu carregadeira	10	Unidades	112,00	1.120,00
13	Montagem pneu moto niveladora	20	Unidade	90,00	1.800,00
14	Montagem pneu retro-escavadeira	25	Unidade	90,00	2.250,00
15	Serviço de balanceamento - aro 13 a 18 (roda)	80	Unidade	15,00	1.200,00
16	Serviço de Geometria - aro 13 a 18 (roda)	80	Unidade	19,00	1.520,00

17	Serviço de Cambagem - 13 a 18 (roda)	30	Unidade	49,00	1.470,00
18	Serviço de balanceamento - microônibus (roda)	20	Unidade	70,00	1.400,00
19	Serviço de Geometria - microônibus (roda)	20	Unidade	80,00	1.600,00
20	Serviço de Cambagem - microônibus (roda)	20	Unidade	120,00	2.400,00
21	Câmara de ar 1000 X 20	80	Unidade	120,00	9.600,00
22	Protetor para pneu 1000 X 20	80	Unidade	60,00	4.800,00
TOTAL R\$ REFERÊNCIA					54.950,00

Schroeder, 12 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Sombrio

PREFEITURA

Decreto Nº. 176/2014

DECRETO Nº 176, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE SOMBRIO - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da lei nº 2111 de 10 de Dezembro de 2013, (Lei Orçamentária).

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Sombrio, crédito suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

11.01 - SAMAE - Serv. Aut. Munic. De Água e Esgoto
2.035 - Operação do Sistema de Abastecimento de Água
3.3.90.00.00.00.00.00.0020 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º. A abertura de crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do excesso de arrecadação da fonte 20.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 02 de setembro de 2014.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Decreto Nº. 177/2014

DECRETO Nº 177, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.
TRANSPOE RECURSOS ENTRE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da lei nº 2111 de 10 de Dezembro de 2013, (Lei Orçamentária).

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 413.976,08 (quatrocentos e treze mil, novecentos e setenta e seis reais e oito centavos), na seguinte dotação orçamentária:

05.04 - DIREET. DE ASSIST. TÉCNICA E ADMINISTRATIVA
2.026 - Manutenção do Ensino Infantil
3.3.50.00.00.00.00.00.0088 - Transf. a Inst. Privadas s/ fins lucrativos R\$ 413.976,08

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta da anulação da seguinte dotação orçamentária.

05.04 - DIREET. DE ASSIST. TÉCNICA E ADMINISTRATIVA
2.026 - Manutenção do Ensino Infantil

3.1.90.00.00.00.00.00.0089 - Aplicações Diretas R\$ 413.976,08

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 02 de setembro de 2014.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Decreto Nº. 178/2014

DECRETO Nº 178, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da lei nº 2111 de 10 de Dezembro de 2013, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 214.764,62 (duzentos e quatorze mil, setecentos e sessenta e quatro reais e sessenta e dois centavos), nas seguintes dotações do orçamento vigente:

04.03 - DIRETORIA DE SERVIÇOS URBANOS
2.009 - Manutenção do Sistema de Iluminação Pública
3.3.90.00.00.00.00.00.0017 - Aplicações Diretas R\$ 38.802,64

05.04 - DIRET. DE ASSIST. TEC. ADMINISTRATIVA
2.026 - Manutenção do Ensino Infantil
3.3.90.00.00.00.00.00.0083 - Aplicações Diretas R\$ 1.827,53
2.027 - Manutenção do Transporte Escolar
3.3.90.00.00.00.00.00.0084 - Aplicações Diretas R\$ 21.494,81
2.028 - Alimentação Escolar
3.3.90.00.00.00.00.00.0082 - Aplicações Diretas R\$ 51.007,55

06.01 - SEC. MUN. DE BEM ESTAR SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA
06.02 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE SOMBRIO
2.012 - Gestão da Política de Assist. Social
3.3.90.00.00.00.00.00.0040 - Aplicações Diretas R\$ 37.559,50
3.3.90.00.00.00.00.00.0074 - Aplicações Diretas R\$ 58.024,00
2.018 - Benefícios Eventuais
3.3.90.00.00.00.00.00.0067 - Aplicações Diretas R\$ 6.048,59

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação das fontes 17, 83, 84, 82, 40, 74 e 67

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 02 de setembro de 2014.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DECRETO Nº. 179/2014

DECRETO Nº 179, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SOMBRIO - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da lei nº 2111 de 10 de Dezembro de 2013, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Fundo Municipal de Saúde de Sombrio - SC, crédito suplementar no valor de R\$ 199.123,37 (cento e noventa e nove mil, cento e vinte e três reais e trinta e sete centavos), nas seguintes dotações do orçamento vigente:

07.02 - Fundo Municipal de Saúde

2.020 - Atendimento de Saúde Pública

3.1.90.00.00.00.00.00.0030 - Aplicações Diretas R\$ 65.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0033 - Aplicações Diretas R\$ 22.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0034 - Aplicações Diretas R\$ 16.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0044 - Aplicações Diretas R\$ 19.400,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0027 - Aplicações Diretas R\$ 31.723,37

2.022 - Serviço de Combate a Epidemiologia

3.3.90.00.00.00.00.00.0036 - Aplicações Diretas R\$ 34.000,00

2.023 - Serviço de Vigilância Sanitária

3.3.90.00.00.00.00.00.0038 - Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o art. 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação das fontes de recursos 30, 33, 34, 44, 27, 36 e 38.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 02 de setembro de 2014.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

PORTARIA Nº. 117/2014

PORTARIA Nº 117 DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1414, de 20 de maio de 2003.

RESOLVE:

Designar o servidor efetivo, Senhor PAULO WESLEY RHEINHEIMER DA ROSA Secretário de Escola, matrícula nº 5315, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, nomeado pela Portaria 03/2011 para atuar junto a E. E. B. Municipal Professora Alda dos Santos Vargas, do Bairro Januária, nesta cidade de Sombrio - SC.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fica revogada a Portaria nº 21, de 01 de fevereiro de 2012.

Município de Sombrio-SC, 10 de setembro de 2014.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Timbé do Sul

PREFEITURA

Portaria 83/2014

PORTARIA Nº 83, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.
Concede Licença Maternidade

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 467/88, de 16 de dezembro de 1988.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA MATERNIDADE à Servidora Denize Zanzi, matrícula nº 2786, ocupante do Cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul, pelo período de 120 dias.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 11 de Setembro de 2014.
Eclair Alves Coelho
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti
Secretário de Administração e Finanças

Timbó

PREFEITURA

Portaria Nº 1256, de 04 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 1256, DE 04 DE AGOSTO DE 2014
Admite candidata para o exercício de emprego público efetivo de Agente Comunitário de Saúde.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990,

CONSIDERANDO-SE a criação do Quadro de Pessoal sob a forma de emprego público para atendimento do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), pela Lei Complementar nº 339, de 30 de novembro de 2007 e alterações;

CONSIDERANDO-SE a classificação dos candidatos no Concurso Público/Processo Seletivo nº 01/2013,

RESOLVE:

Art.1º ADMITIR, com base nos arts. 11, inciso I, e 12 da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, e Lei Complementar nº 137, de 02/07/98, e alterações, a seguinte candidata abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público/Processo Seletivo nº 01/2013:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
(Fundo Municipal de Saúde)

Emprego Público: Agente Comunitário de Saúde
Ref.,Salarial: SG-07
Jornada Semanal: 40h

Tirolezes - Área 2

NOME	CPF
Edeltraud Dálcia Weiss	658.125.819-91

Art. 2º CONVOCAR a candidata admitida para, nos termos dos arts.19 à 22 da Lei Complementar nº 01, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98 c/c Edital de Concurso Público nº 01/2013, realizar o exame médico e comprovar o atendimento dos requisitos necessários a posse no emprego público.

Parágrafo único. Torna-se automaticamente SEM EFEITO O PRESENTE ATO DE PROVIMENTO, se a candidata admitida não cumprir no prazo legal, os requisitos necessários à efetiva posse no emprego público.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº Fct-039, de 05 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº FCT-039, de 05 de AGOSTO de 2014

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal Débora Toniolo Rau, ocupante do cargo de Bibliotecária, a contar de 04 de agosto do corrente.

O Diretor Presidente da FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ - FCT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13 da LC nº 171/2000, e alterações, e pelo art. 9º Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de Dezembro de 1993,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO à Servidora Pública Municipal DÉBORA TONIOLO RAU, contratada temporariamente para o cargo de Bibliotecária, pela Portaria nº FCT-024, de 18 de março de 2014, do Quadro de Servidores Públicos da Fundação Cultural de Timbó, a contar de 04 de agosto do corrente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICIPIO DE TIMBÓ, em 05 de agosto de 2014; 144º ano de Fundação: 80º ano de Emancipação Política.

JORGE R FERREIRA

DIRETOR PRESIDENTE FCT

ATA DECISÃO PROPOSTA TOMADA DE PREÇO N. 25 2014 SAMAE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE JULGAMENTO DA PROPOSTA DA TOMADA DE PREÇO Nº. 25/2014 - SAMAE

Às catorze horas, do decimo segundo dia, do mês de setembro de dois mil e catorze, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, nomeada pela Portaria 792/2014, sob a presidência da Sra. Carmelinde Brandt, estando presentes os membros Pamela A. Campregher Floriano e Andrea Taise Franz (designada pela Portaria nº 1228, de 22 de julho de 2014) para avaliação do parecer técnico emitido acerca da proposta da empresa participante da Tomada de Preço nº. 25/2014 - SAMAE. Do parecer técnico, emitido pelo engenheiro do SAMAE, Sr. Rafael Cisneiros Neto, sobre a análise dos documentos da proposta, o mesmo constatou que a empresa TERRABASE TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES LTDA, cumpriu com as condições/requisitos exigidos no Edital (item 8 - Da Proposta de Preços). Ante o exposto e com fundamento na referida análise técnica, a Comissão de Licitações decide pela classificação da proposta, declarando vencedora a empresa TERRABASE TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES LTDA., no valor total de R\$ 182.814,90 (cento e oitenta e dois mil oitocentos e catorze reais e noventa centavos). Nada mais havendo, a Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão. Registre-se, publique-se, intimem-se.

CARMELINDE BRANDT
Presidente

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO
Secretária

ANDREA TAISE FRANZ
Membro

Três Barras**PREFEITURA****Lei Nº 3.134 de 20 de Agosto de 2014**

LEI Nº 3.134 DE 20 DE AGOSTO DE 2014

DESAFETA BEM DE USO COMUM DO POVO E AUTORIZA DOAÇÃO AOS PROPRIETÁRIOS CONFRONTANTES.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica desafetada a área de uso comum do povo, situada na área central, denominada "Travessa Natal Ossaif" entre a Rua Pedro Merhy Seleme e a Rua Roberto Olsen.

Art. 2º. Fica autorizada a doação da área pública de que trata o artigo anterior, na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada proprietário confrontante, na extensão da divisa de cada imóvel.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC., em 20 de agosto de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

DECRETO Nº 4.409 DE 25 DE JULHO DE 2014

DECRETO Nº 4.409 DE 25 DE JULHO DE 2014

ACRESCENTA ATRIBUIÇÕES AO CARGO DE PSICÓLOGO ESTABELECIDAS NO DECRETO Nº 3.542 DE 14 DE OUTUBRO DE 2009.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC., no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam acrescidas as atribuições abaixo a alínea "m" do inciso I do § 1º do art. 1º do Decreto nº 3.542, de 14 de outubro de 2009.

"Desenvolver trabalhos multiprofissionais ao compor as equipes de referência da Assistência Social (NOB/RH-SUAS). Realizar as atividades de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, Programas, Projetos, Benefícios e Serviços. Atuar em consonância com as diretrizes e objetivos da PNAS e das Proteções Sociais, cooperando para a efetivação das políticas públicas de desenvolvimento social e para a construção de sujeitos cidadãos. Atuar de modo integrado à perspectiva interdisciplinar, em especial nas interfaces entre a Psicologia e o Serviço Social, buscando a interação de saberes e a complementação de ações, com vistas à maior resolutividade dos serviços oferecidos. Atuar de forma integrada com o contexto local, com a realidade municipal e territorial, fundamentada em seus aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais. Atuar baseado na leitura e inserção no tecido comunitário, para melhor compreendê-lo, e intervir junto aos seus moradores. Atuar para identificar e potencializar os recursos psicossociais, tanto individuais como coletivos, realizando intervenções nos âmbitos individual, familiar, grupal e comunitário. Atuar para favorecer processos e espaços de participação social, mobilização social e organização comunitária, contribuindo

para o exercício da cidadania ativa, autonomia e controle social, evitando a cronificação da situação de vulnerabilidade. Manter-se em permanente processo de formação profissional, buscando a construção de práticas contextualizadas e coletivas. Atuar com prioridade de atendimento aos casos e situações de maior vulnerabilidade e risco psicossocial. Atuar nos serviços: socioeducativo-geracionais, intergeracionais e com famílias; sócio-comunitário; reabilitação na comunidade; outros; Benefícios: transferência de renda (bolsa-família e outra); Benefícios de Prestação Continuada - BPC; benefícios eventuais - assistência em espécie ou material; outros. Programas e Projetos: capacitação e promoção da inserção produtiva; promoção da inclusão produtiva para beneficiários do programa Bolsa Família - PBF e do Benefício de Prestação Continuada; projetos e programas de enfrentamento à pobreza; projetos e programas de enfrentamento à fome; grupos de produção e economia solidária; geração de trabalho e renda. Elaborar plano de trabalho em conjunto com a equipe interdisciplinar. Atuar no diagnóstico participando das entrevistas, visitas domiciliares e nas escolas e no atendimento individual das crianças e adolescentes. Fornecer laudos e pareceres de acordo com a necessidade e solicitação do Ministério Público e Poder Judiciário. Prestar escuta qualificada, individual ou grupal, visando à identificação da necessidade dos indivíduos e famílias, promovendo o encaminhamento adequado a cada caso específico, trabalhando com as famílias, as relações interpessoais, objetivando identificar a existência de conflitos individuais e grupais com vista ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários dos usuários. Engajar-se na luta pela minimização dos casos de violência, através do atendimento ao sujeito vitimizado e seus familiares. Realizar intervenções técnicas pontuais para introduzir ao adolescente a questão da responsabilidade de seus atos. Articular uma rede de programas e serviços presentes no município. Orientar o adolescente e sua família para que encontrem alternativas que possam garantir um futuro digno ao adolescente, por ora em situação de marginalidade. Direcionar o trabalho para a prevenção, e terapêutica como diagnóstico, elaboração de instrumentais como pareceres, relatórios, atendimento direto a adolescentes, crianças, famílias, idosos, priorizando a escuta terapêutica, considerando as situações de sofrimento oriundas do processo socioeconômico ao qual estão expostos os usuários dos serviços do SUAS, além, da articulação com a rede sócio assistencial local. Manter atualizado o prontuário de casos estudados; responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias à execução das atividades próprias do cargo; executar tarefas afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão."

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 25 de julho de 2014.
ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

DECRETO Nº 4.407 DE 25 DE JULHO DE 2014.

DECRETO Nº 4.407 DE 25 DE JULHO DE 2014.

HOMOLOGA A NOMINATA DO CONSELHO DO FUNDEB, PARA O MANDATO 2014/2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC., no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, a necessidade de adequar a composição do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo

de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Conselho do FUNDEB;

CONSIDERANDO, a Lei nº 2.712/2007 que não declinou expressamente que, dos representantes indicados no inciso VI, o segundo titular e seu suplente, foram indicados por entidades de estudantes secundaristas;

DECRETA :

Art. 1º. Fica homologada a nominata do Conselho Municipal de de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, para o mandato 2014/2016, que passará a ser composto da seguinte forma:

I - REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

1º TITULAR: Léa Aparecida Padilha
SUPLENTE: João Eduardo Bishop

2º TITULAR: Tadeu Kurpiel Júnior
SUPLENTE: Marcos Aurélio Budant

II - REPRESENTANTE DOS PROFESSORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

TITULAR: Édina Josiane Augustinho Wendt
SUPLENTE: Julcimar Benedita Pires Dobrochinski

III - REPRESENTANTE DOS DIRETORES DAS ESCOLAS BÁSICAS MUNICIPAIS

TITULAR: Marlene Pecharka Corrêa
SUPLENTE: Viviane Adur Wogeinaki

IV - REPRESENTANTE DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

TITULAR: Marizete Aparecida Gauloski Mazarovictz
SUPLENTE: Alsione Kachimareck Carlos de Maria

V - REPRESENTANTES DOS PAIS DE ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

1º TITULAR: Lia Maria Rauen
SUPLENTE: Sâmia Watchel Seleme

2º TITULAR: Maria Juliana do Nascimento
SUPLENTE: Maria Bileski Guimarães

VI - REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

a. Educação Básica:

1º TITULAR: Maria Helena Turkot
SUPLENTE: Adriane Badaz

b. Secundaristas:

2º TITULAR: Fabiana Margarida da Silva
SUPLENTE: Daiane Resende

VII - REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TITULAR: Marilze Rosana Jancmionka Beckert
SUPLENTE: Ivete Soek Ricardo de Jesus

VIII - REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR

TITULAR: Solange Soares de Souza
SUPLENTE: Andressa de Fátima Gonçalves Porner

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 4.396 de 26 de junho de 2014.

Três Barras - SC, 25 de julho de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

Decreto N 4.408 de 25 de Julho de 2014

DECRETO N 4.408 DE 25 DE JULHO DE 2014'

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO ÁREA DE TERRAS COM 1.010,00 M² DE PROPRIEDADE DE ETAVA - TRANSPORTES VALINHOS LTDA..

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC., no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a área de 1.010,00 m² (um mil e dez metros quadrados), situado no lugar denominado Km 2, município de Três Barras, nas proximidades do Trevo da BR - 303 e também nas proximidades da Rigesa Ltda., fazendo frente para a "Rua Boleslau Polanski", na extensão de 20,00 metros, dividindo de um lado com terras da Família Jascuf, na extensão de 49,50 metros, do outro lado com terras do Expresso Santa Catarina, na extensão de 51,00 metros e pelos fundos com terras de Isidorio Simplicio, na extensão de 20,00 metros, objeto da matrícula nº 11.725 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas.

Art. 2º. A declaração de utilidade pública constante do art. 1º, deste Decreto, fundamenta-se no Decreto-lei nº 3.365/41, artigo 5º, alíneas "i".

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 25 de julho de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

Decreto Nº 4.410 de 28 de Julho de 2014.

DECRETO Nº 4.410 DE 28 DE JULHO DE 2014.

APROVA PLANTA DE DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE ANA MARIA SKORI, SITUADO NO LUGAR DENOMINADO BARRA GRANDE, TRÊS BARRAS - SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo

artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovada a planta de desmembramento de área do imóvel de propriedade de Ana Maria Skori, localizada na Rua Boleslau Polanski, Barra Grande, Três Barras - SC, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 11.235 - livro de registro geral nº 02. Área total do imóvel 820,00 m² (oitocentos e vinte metros quadrados), subdividido em 02 (dois) lotes, que apresentam as seguintes medidas e confrontações:

I - Lote 121-A com 429,85 m², com a seguinte descrição: Para quem da Rua Boleslau Polanski se encontra; à Frente, com a Rua Boleslau Polanski na extensão de 13,00 metros lineares; aos Fundos, com o Lote nº 120 na extensão de 11,00 metros lineares; ao Lado Direito, com o Lote nº 121-B na extensão de 22,95 metros, ângulo à direita, mais 17,00 metros lineares, ângulo à esquerda, com o Lote nº 119 na extensão de 17,05 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com os Loteamentos de Bartholomeu Schmiluk e Augusto Stocloska na extensão de 44,00 metros lineares.

II - Lote 121-B com 390,15 m², com a seguinte descrição: Para quem da Rua Boleslau Polanski se encontra; à Frente, com a Rua Boleslau Polanski na extensão de 17,00 metros lineares; aos Fundos, com o Lote nº 121-A na extensão de 17,00 metros lineares; ao Lado Direito, com o Lote nº 119 na extensão de 22,95 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 121-A na extensão de 22,95 metros lineares.

Art. 2º. O presente desmembramento de área em seus lotes utilizará o sistema viário, rede de água e energia elétrica já existentes.

Art. 3º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Imóveis da Comarca.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 28 de julho de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer

Diretor

Decreto Nº 4.411 de 28 de Julho de 2014.

DECRETO Nº 4.411 DE 28 DE JULHO DE 2014.

APROVA PLANTA DE DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE DÉCIO ROBERTO ROEDER E SILMARA REGINA TEODOROVITZ ROEDER, SITUADO NO DISTRITO DE SÃO CRISTÓVÃO, TRÊS BARRAS - SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovada a planta de desmembramento de área do imóvel de propriedade de Décio Roberto Roeder e Silmara Regina Teodorovitz Roeder, localizada na Avenida Abrahão Mussi, Distrito de São Cristóvão, Três Barras - SC, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 32.772 - livro de registro geral nº 02. Área total do imóvel 3.522,79 m² (três

mil, quinhentos e vinte e dois metros e setenta e nove centímetros quadrados), subdividido em 08 (oito) lotes, que apresentam as seguintes medidas e confrontações:

I - Lote 04 com 424,60 m², com a seguinte descrição: Para quem da Avenida Abrahão Mussi se encontra; à Frente, com a Avenida Abrahão Mussi na extensão de 13,69 metros lineares; aos Fundos, com o Lote nº 07 na extensão de 12,00 metros lineares; ao Lado Direito, com o Lote nº 05 na extensão de 38,68 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 05-C-2 na extensão de 32,09 metros lineares.

II - Lote 05 com 503,69 m², com a seguinte descrição: Para quem da Avenida Abrahão Mussi se encontra; à Frente, com a Avenida Abrahão Mussi na extensão de 13,69 metros lineares; aos Fundos, com o Lote nº 07 na extensão de 12,00 metros lineares; ao Lado Direito, com o Lote nº 06 na extensão de 45,27 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 04 na extensão de 38,68 metros lineares.

III - Lote 06 com 550,92 m², com a seguinte descrição: Para quem da Avenida Abrahão Mussi se encontra; à Frente, com a Avenida Abrahão Mussi na extensão de 12,74 metros lineares; aos Fundos, com o Lote nº 07 na extensão de 11,61 metros lineares; ao Lado Direito, com a Rua João Elias Adur na extensão de 51,41 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 05 na extensão de 45,27 metros lineares.

IV - Lote 07 com 427,89 m², com a seguinte descrição: Para quem da Rua João Elias Adur se encontra; à Frente, com a Rua João Elias Adur na extensão de 12,00 metros lineares; aos Fundos, com o Lote nº 05-C-2 na extensão de 12,00 metros lineares; ao Lado Direito, com o Lote nº 08 na extensão de 35,71 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 06 na extensão de 11,61 metros, com o Lote nº 05 na extensão de 12,00 metros e com o Lote nº 04 na extensão de 12,00 metros, totalizando 35,61 metros lineares.

V - Lote 08 com 429,14 m², com a seguinte descrição: Para quem da Rua João Elias Adur se encontra; à Frente, com a Rua João Elias Adur na extensão de 12,00 metros lineares; aos Fundos, com o Lote nº 05-C-2 na extensão de 12,00 metros lineares; ao Lado Direito, com o Lote nº 09 na extensão de 11,81 metros, com o Lote nº 10 na extensão de 12,00 metros e com o Lote nº 11 na extensão de 12,00 metros, totalizando 35,81 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 07 na extensão de 35,71 metros lineares.

VI - Lote 09 com 394,55 m², com a seguinte descrição: Para quem da Rua André Pereira se encontra; à Frente, com a Rua André Pereira na extensão de 12,10 metros lineares; aos Fundos, com o Lote nº 08 na extensão de 11,81 metros lineares; ao Lado Direito, com o Lote nº 10 na extensão de 33,00 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com a Rua João Elias Adur na extensão de 33,00 metros lineares.

VII - Lote 10 com 396,00 m², com a seguinte descrição: Para quem da Rua André Pereira se encontra; à Frente, com a Rua André Pereira na extensão de 12,00 metros lineares; aos Fundos, com o Lote nº 08 na extensão de 12,00 metros lineares; ao Lado Direito, com o Lote nº 11 na extensão de 33,00 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 09 na extensão de 33,00 metros lineares.

VIII - Lote 11 com 396,00 m², com a seguinte descrição: Para quem da Rua André Pereira se encontra; à Frente, com a Rua André Pereira na extensão de 12,00 metros lineares; aos Fundos, com o Lote nº 08 na extensão de 12,00 metros lineares; ao Lado Direito, com o Lote nº 05-C-2 na extensão de 33,00 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 10 na extensão de 33,00

metros lineares.

Art. 2º. O presente desmembramento de área em seus lotes utilizará o sistema viário, rede de água e energia elétrica já existentes.

Art. 3º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Imóveis da Comarca.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 28 de julho de 2014.
ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer
Diretor

Decreto Nº 4.412 de 28 de Julho de 2014.

DECRETO Nº 4.412 DE 28 DE JULHO DE 2014.

APROVA PLANTA DE DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE DÉCIO ROBERTO ROEDER E SILMARA REGINA TEODOROVITZ ROEDER, SITUADO NO DISTRITO DE SÃO CRISTÓVÃO, TRÊS BARRAS - SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovada a planta de desmembramento de área do imóvel de propriedade de Décio Roberto Roeder e Silmara Regina Teodorovitz Roeder, localizada na Avenida Abrahão Mussi, Distrito de São Cristóvão, Três Barras - SC, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 32.771 - livro de registro geral nº 02. Área total do imóvel 2.729,08 m² (dois mil, setecentos e vinte e nove metros e oito centímetros quadrados), subdividido em 06 (seis) lotes, que apresentam as seguintes medidas e confrontações:

I - Lote 01 com 439,90 m², com a seguinte descrição: Para quem da Avenida Abrahão Mussi se encontra; à Frente, com a Avenida Abrahão Mussi na extensão de 13,06 metros lineares; aos Fundos, com o Lote nº 14 na extensão de 11,45 metros lineares; ao Lado Direito, com o Lote nº 02 na extensão de 41,56 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 05-C-1 na extensão de 35,28 metros lineares.

II - Lote 02 com 509,53 m², com a seguinte descrição: Para quem da Avenida Abrahão Mussi se encontra; à Frente, com a Avenida Abrahão Mussi na extensão de 13,01 metros lineares; aos Fundos, com o Lote nº 13 na extensão de 11,40 metros lineares; ao Lado Direito, com o Lote nº 03 na extensão de 47,83 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 01 na extensão de 41,56 metros lineares.

III - Lote 03 com 580,91 m², com a seguinte descrição: Para quem da Avenida Abrahão Mussi se encontra; à Frente, com a Avenida Abrahão Mussi na extensão de 13,01 metros lineares; aos Fundos, com o Lote nº 12 na extensão de 11,40 metros lineares; ao Lado Direito, com o Lote nº 05-C-3 na extensão de 54,09 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 02 na extensão de 43,83 metros lineares.

IV - Lote 12 com 399,00 m², com a seguinte descrição: Para quem da Rua André Pereira se encontra; à Frente, com a Rua André Pereira na extensão de 11,40 metros lineares; aos Fundos, com o Lote nº 03 na extensão de 11,40 metros lineares; ao Lado Direito, com o Lote nº 13 na extensão de 35,00 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 05-C-3 na extensão de 35,00 metros lineares.

V - Lote 13 com 399,00 m², com a seguinte descrição: Para quem da Rua André Pereira se encontra; à Frente, com a Rua André Pereira na extensão de 11,40 metros lineares; aos Fundos, com o Lote nº 02 na extensão de 11,40 metros lineares; ao Lado Direito, com o Lote nº 14 na extensão de 35,00 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 12 na extensão de 35,00 metros lineares.

VI - Lote 14 com 400,74 m², com a seguinte descrição: Para quem da Rua André Pereira se encontra; à Frente, com a Rua André Pereira na extensão de 11,45 metros lineares; aos Fundos, com o Lote nº 01 na extensão de 11,45 metros lineares; ao Lado Direito, com o Lote nº 05-C-1 na extensão de 35,00 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 13 na extensão de 35,00 metros lineares.

Art. 2º. O presente desmembramento de área em seus lotes utilizará o sistema viário, rede de água e energia elétrica já existentes.

Art. 3º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Imóveis da Comarca.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 28 de julho de 2014.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer
Diretor

Decreto Nº 4.413 de 28 de Julho de 2014.

DECRETO Nº 4.413 DE 28 DE JULHO DE 2014.

RATIFICA O DECRETO Nº 4.232 DE 25 DE ABRIL DE 2013 - APROVA PLANTA DE DESMEMBRAMENTO EM CONDOMÍNIO DE ÁREA DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE EDILSON SALVADOR E CAMILA SALVADOR, LOCALIZADO NO NÚCLEO RESIDENCIAL BARRA GRANDE, TRÊS BARRAS - SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica ratificado o inteiro teor do Decreto nº 4.232 de 25 de abril de 2013, que aprovou a planta de desmembramento de área do imóvel de propriedade de Edilson Salvador e Camila Salvador, localizada na esquina formada pelas Ruas Acácio Júlio Porfírio e Manoel Salvador, Núcleo Residencial Barra Grande, Km 6, Três Barras - SC, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 28.849 - livro de registro geral nº 02. Área total do imóvel 900,20 m² (novecentos metros e vinte centímetros quadrados), subdividido em 02 (dois) lotes.

Art. 2º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade

deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 28 de julho de 2014.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer
Diretor

Tunápolis

PREFEITURA

Estado de Santa Catarina Município de Tunapolis Chamada Pública 03/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE TUNAPOLIS

CHAMADA PÚBLICA 03/2014.

Proc.108/2014. O Prefeito de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de prerrogativas legais e considerando o disposto no art.21, da Resolução/CD/FNDE nº38, de 16/07/2009, torna público para o conhecimento dos interessados, que estará realizando CHAMADA PUBLICA para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação escolar/PNAE. A recepção da documentação para Habilitação e a entrega dos projetos da venda acontecerá de 07/10/2014 á 15/10/2014 das 7:30 ás 11:30 e das 13h ás 17h e a abertura dos envelopes acontecerá no dia 22/10/2014 ás 9h no setor de compras e licitações. Maiores informações pelo telefone (0xx49) 36321122. Os interessados poderão adquirir cópia integral do edital no Setor de Compras, na Rua João Castilho nº111, Tunápolis, SC, nos horários : 7:30 ás 11:30 e 13h ás 17h de segunda a sexta feira.

Tunápolis, 12 de setembro 2014

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

DECRETO 1640

DECRETO Nº 1640/2014 DE 15 DE SETEMBRO DE 2014.

AUTORIZA A EXCLUSÃO DA DIVIDA ATIVA DOS CRÉDITOS QUE ESPECIFICA.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal, do artigo 14, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 101 de 04 de maio de 2000, do Código Tributário Municipal, Lei 097/1990 de 14 de dezembro de 1990;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado ao setor de Tributos do Município a respectiva baixa do cadastro do débito do Sr. Rui Bamberg - Ação de Execução Fiscal nº 034.12.002275-7, em função do Município ter adjudicado os bens penhorados (Um metro cúbico e meio) 1,5 m³ de madeira tipo eucalipto, em planchas de 4 cm de espessura, largura e comprimento variados, avaliado em R\$ 900,00 (novecentos reais), material este que será utilizado pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo do Município, devendo para tanto dar a baixa do cadastro a seguir identificado:

Receita: Serviços De Máquina e Agricultura

Cadastrado do contribuinte	Nº da inscrição dívida ativa	Data do vencimento	Valor original	Valor correção	Valor juro	Valor Multa	Valor atualizado
1541	9388	04/11/2011	R\$ 30,29	R\$ 5,93	R\$ 12,67	R\$ 0,72	R\$ 49,61

Receita: Taxa Consumo de Água e Esgoto

Cadastrado do contribuinte	Nº da inscrição dívida ativa	Data do vencimento	Valor original	Valor correção	Valor juro	Valor Multa	Valor atualizado
1541	14868	15/02/2006	R\$ 13,50	R\$ 0,00	R\$ 13,91	R\$ 0,27	R\$ 27,68
1541	14870	15/02/2008	R\$ 9,96	R\$ 0,00	R\$ 7,87	R\$ 0,20	R\$ 18,03
1541	14874	15/03/2006	R\$ 11,50	R\$ 0,00	R\$ 11,73	R\$ 0,23	R\$ 23,46
1541	14878	15/04/2005	R\$ 8,72	R\$ 0,00	R\$ 9,85	R\$ 0,17	R\$ 18,74
1541	14879	15/04/2006	R\$ 13,30	R\$ 0,00	R\$ 13,43	R\$ 0,27	R\$ 27,00
1541	14882	15/05/2005	R\$ 8,72	R\$ 0,00	R\$ 9,77	R\$ 0,17	R\$ 18,66
1541	14883	15/05/2006	R\$ 13,30	R\$ 0,00	R\$ 13,30	R\$ 0,27	R\$ 26,87
1541	14889	15/07/2006	R\$ 11,60	R\$ 0,00	R\$ 11,37	R\$ 0,23	R\$ 23,20
1541	14892	15/08/2005	R\$ 13,90	R\$ 0,00	R\$ 15,15	R\$ 0,28	R\$ 29,33
1541	14893	15/08/2006	R\$ 4,00	R\$ 0,00	R\$ 3,88	R\$ 0,08	R\$ 7,96
1541	14901	15/10/2005	R\$ 13,90	R\$ 0,00	R\$ 14,87	R\$ 0,28	R\$ 29,05
1541	14902	15/10/2006	R\$ 3,00	R\$ 0,00	R\$ 2,85	R\$ 0,06	R\$ 5,91
1541	14903	15/10/2007	R\$ 7,90	R\$ 0,00	R\$ 6,56	R\$ 0,16	R\$ 14,62
1541	14906	15/11/2006	R\$ 7,60	R\$ 0,00	R\$ 7,14	R\$ 0,15	R\$ 14,89
1541	14907	15/11/2007	R\$ 5,19	R\$ 0,00	R\$ 4,26	R\$ 0,10	R\$ 9,55
1541	14910	15/12/2006	R\$ 3,00	R\$ 0,00	R\$ 2,79	R\$ 0,06	R\$ 5,85
1541	14911	15/12/2007	R\$ 5,83	R\$ 0,00	R\$ 4,20	R\$ 0,10	R\$ 10,13
1541	49390	15/09/2010	R\$ 269,95	R\$ 89,36	R\$ 172,45	R\$ 7,17	R\$ 538,93

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,
em 15 de setembro de 2014.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em Controladoria Interna.

Lei 1190

LEI Nº1.190/2014 DE 09 DE SETEMBRO DE 2014.

Autoriza a cobrança de Contribuição de Melhoria e dá outras providências.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a cobrar a título de Contribuição de Melhoria as obras realizadas relativas a construção dos passeios públicos em concreto usinado a serem realizados nos imóveis urbanos com testada para as ruas onde será executada a pavimentação asfáltica, sendo as seguintes Ruas: Santa Cruz (do cruzamento com a Rua Caaró até o término onde será efetuada a pavimentação asfáltica); São Miguel (do cruzamento com a Rua Santa Maria até o cruzamento com a Rua Padre Luiz Froener e Cruzamento com a saída para Linha Fátima, onde será efetuada a pavimentação asfáltica); Caaró (do cruzamento com a Rua São Pedro até o cruzamento com a Rua Santa Cruz).

Art. 2º Fica autorizado o Poder Executivo a não tributar a

Contribuição de Melhoria das obras de asfaltamento realizadas nas Ruas Santa Cruz (do cruzamento com a Rua Caaró até o Cemitério Público Municipal); São Miguel (do cruzamento com a Rua Santa Maria até o cruzamento com a Rua Padre Luiz Froener e Cruzamento com a saída para Linha Fátima); Caaró (do cruzamento com a Rua São Pedro até o cruzamento com a Rua Santa Cruz), em virtude dos imóveis com testada para as ruas relacionados já terem pago a contribuição de melhoria relativa a obra de calçamento com pedras irregulares.

Art. 3º O valor tributado a título de Contribuição de Melhoria - Passeios Públicos - que o contribuinte beneficiado pagará será de 100% (cem por cento) do custo do material e o custo referente a mão de obra será arcado pela Prefeitura Municipal, com as obras de passeio público, tendo a referida cobrança como limite geral o custo da obra e como limite individual a valorização do imóvel beneficiado.

Art. 4º Para fins de efetivação do cálculo da área de passeio público será a metragem linear da testada do lote multiplicado por 2 (dois).

Art. 5º A Contribuição de Melhoria será cobrada nas seguintes formas e condições:

I - integralmente em 30 (trinta) dias do recebimento do lançamento, com 10% (dez por cento) de desconto, para pagamento à vista;

II - em 60 (sessenta) dias, do recebimento do lançamento, sem acréscimos e sem descontos;

III - em 6 (seis) parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira parcela 30 (trinta) dias após o recebimento do lançamento;

IV - em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira 30 (trinta) dias após o recebimento do lançamento;

V - em 18 (dezoito) parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira parcela, 30 (trinta) dias do recebimento do lançamento; Parágrafo único: o valor de cada parcela não deverá ser inferior a 50% (cinquenta por cento) da UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal), em conformidade com o Art. 188 do Código Tributário Municipal Lei n.º 097/90 de 14 de dezembro de 1990 e §3º da Lei Complementar n.º 023/2010 de 02 de setembro de 2010.

Art. 6º O pagamento em parcelas enseja o acréscimo de juros de 1% (um por cento) ao mês e de correção monetária conforme o IGPM, de acordo com o estabelecido no Código Tributário Municipal Lei n.º 097/90 de 14 de dezembro de 1990 e Lei Complementar n.º 023/2010 de 02 de setembro de 2010.

Art.º 7º Caso o contribuinte opte pelo pagamento parcelado, deverá manifestar a opção através de requerimento dirigido à Autoridade Fazendária, devidamente protocolado no Setor de Tributos, pelo menos 20 (vinte) dias antes do vencimento da primeira parcela. Sendo que no requerimento deverá constar o número de parcelas desejadas.

Art. 8º O atraso no pagamento das prestações sujeita o contribuinte aos acréscimos previstos no Art. 185 do Código Tributário Municipal Lei n.º 097/90 de 14 de dezembro de 1990.

Art. 9º O contribuinte poderá impugnar o lançamento da Contribuição de Melhoria em até 20 (vinte) dias contados do recebimento da Notificação de Lançamento, conforme Art. 217 do Código Tributário Municipal Lei n.º 97/1990 de 14 de dezembro de 1990.

Art. 10 A falta de impugnação ou pagamento nos prazos estabelecidos sujeitará a inscrição em Dívida Ativa conforme Art. 186, com as incidências legais e Cobrança Judicial, conforme Art. 244 do Código Tributário Municipal Lei n.º 97/1990 de 14 de dezembro de 1990.

Art. 11 Ficam isentos do pagamento da contribuição de melhoria - passeios públicos, os imóveis onde as referidas obras de melhoria já foram executadas pelo proprietário do imóvel, desde que estas estejam em perfeito estado de conservação. Devendo, portanto o Setor de Projetos e Obras do Município efetuar o devido levantamento.

Art. 12 As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 13 É parte integrante da presente Lei: I- Memorial descritivo

do projeto, II - Relação de imóveis beneficiados.

Art. 14 Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias contados da data de sua publicação.

Tunápolis - SC em 09 de Setembro de 2014

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada
em data supra.

Elisabeth Inês Heberle Scherer

Secretária de Administração, Finanças e Planejamento.

ANEXO I

MEMORIAL DESCRITIVO

OBRA: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE PAVIMENTAÇÃO EM PEDRAS EXISTENTE.

ENDEREÇO: RUA SÃO MIGUEL, CENTRO, TUNÁPOLIS, SC.

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

1. INFORMAÇÕES GERAIS:

O presente memorial descritivo tem por finalidade especificar a execução dos serviços e o emprego dos materiais que farão parte das obras de Pavimentação Asfáltica em CBUQ sobre pavimentação em pedras existente e sobre leito natural nas ruas acima identificadas, conforme planta em anexo.

Será fornecido ao empreiteiro um jogo completo e aprovado dos projetos e especificações técnicas dos serviços a serem executados na obra, sendo que o mesmo está obrigado a executar os serviços de perfeito acordo com os projetos e detalhes.

Poderá a fiscalização paralisar ou mandar refazer alguma das etapas da obra, quando as mesmas não se apresentarem de acordo com as especificações, detalhes ou normas técnicas.

Todo o material empregado na obra deverá receber aprovação da fiscalização antes de ser utilizado e deverá estar de acordo com as especificações dos projetos e deste memorial. Caso algum material não esteja especificado, fica implícito que o mesmo deve seguir aos padrões de qualidade exigidos pelas normas da ABNT aplicáveis a cada caso.

Deverá ser fixado em local visível placa de identificação da obra, com dimensões de 1,50 x 2,00 metros em chapa de aço galvanizado fixada em estrutura de madeira pintada. A placa deverá ser fixada na esquina das Ruas São Miguel e Santa Maria.

2. LOCALIZAÇÃO DA OBRA:

O local onde será executado o serviço pertence ao perímetro urbano do Município de Tunápolis - SC, conforme mapa de localização geral em anexo.

3. RECUPERAÇÃO, PREPARO E LIMPEZA DA RUA

Deverão ser verificados todos os locais onde o pavimento existente e o meio fio apresentam defeitos. Nestes locais, deverá ser feita a correção de modo a garantir a resistência e planeza da superfície que irá receber a pavimentação asfáltica e a uniformidade dos meio fios.

Deverá ser regularizado o meio fio nos locais onde, após a pavimentação asfáltica, sua altura ficará insuficiente para a condução adequada das águas pluviais. A regularização será feita mediante levantamento do meio fio de modo a conformar a sargeta com capacidade de vazão adequada das águas pluviais.

Antes da aplicação da pintura de ligação, todas as ruas a serem pavimentadas deverão ser lavadas com jatos de água com o objetivo de remover todos os materiais soltos (areia, matérias orgânicas, etc). Deverão ser removidos também os possíveis óleos e graxas existentes sobre a pavimentação com pedras.

4. PINTURA DE LIGAÇÃO

A pintura de ligação consiste numa pintura ligante, que recobre a camada da base (calçamento), e tem por função proporcionar a ligação entre a camada de base (calçamento) e a capa de rolamento em CBUQ.

O material utilizado para a pintura de ligação é derivado do petróleo, conhecido como emulsão asfáltica RR-2C, sendo a taxa de aplicação do material na ordem de 0,6 litros/m².

A pintura de ligação será executada após a base estar perfeitamente limpa e seca, utilizando-se para tal o caminhão espargidor. O material betuminoso deverá ser aplicado de maneira uniforme, sempre através de barras de aspersão e sob pressão. Antes do início da distribuição do material deve-se verificar se todos os bicos da barra de distribuição estão abertos. A aplicação poderá ser executada manualmente utilizando-se a caneta sob pressão acoplada ao caminhão espargidor.

A área a ser pintada deve estar seca ou ligeiramente umedecida. É vedado proceder o serviço com a superfície molhada ou quando a temperatura do ar seja inferior a 10º C ou ainda em condições atmosféricas desfavoráveis.

A área que apresentar taxas abaixo da mínima especificada deverá receber uma segunda aplicação de forma a completar a quantidade recomendada. Não é permitido o trânsito sobre a superfície pintada.

A medição dos serviços de pintura de ligação será feita por metro quadrado de plataforma concluída.

5. REVESTIMENTO EM CONCRETO ASFÁLTICO

Concreto asfáltico é um revestimento flexível, resultante da mistura a quente, em uma usina adequada, de agregado mineral graduado, material de enchimento e material betuminoso, espalhado e compactado a quente sobre uma base pintada.

Deverá ser empregado como material betuminoso o cimento asfáltico CAP-50/70.

O agregado graúdo deve ser de pedra britada, com partículas de forma cúbica ou piramidal, limpas, duras, resistentes e de qualidade razoavelmente uniforme. O agregado deverá ser isento de pó, matérias orgânicas ou outro material nocivo e não deverá conter fragmentos de rocha alterada ou excesso de partículas lamelares ou chatas.

O agregado miúdo é composto de pedrisco e pó de pedra, de modo que suas partículas individuais apresentem moderada angulosidade, sejam resistentes e estejam isentas de torrões de argila ou outra substância inadequada.

O teor de asfalto será de 5,8% a 6,4%, sendo que a porcentagem de betume se refere a mistura de agregados considerada como 100%.

O revestimento será em CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente) e deve obedecer a faixa C especificada pelo DNER.

O CBUQ será executado sobre a superfície após a realização da pintura de ligação. O CBUQ deverá deixar a usina a uma temperatura máxima de 165º C, e chegar no local da obra a uma temperatura não inferior a 120º C. O transporte deste material deverá ser feito através da utilização de caminhões providos de caçamba metálica juntamente com lonas para a proteção e conservação da temperatura.

A aplicação do CBUQ sobre a pista deverá ser realizada através de motoniveladora e vibroacabadora, obedecendo as espessuras do projeto. A rolagem deverá ser feita com a utilização do rolo pneumático e o fechamento com o rolo liso (tandem).

A rolagem deve ser iniciada à temperatura de 120º C e encerrada sem que a temperatura reduza a menos de 80º C. A compactação deverá ser iniciada nas bordas e progredir longitudinalmente para o centro, de modo que os rolos cubram uniformemente em cada passada pelo menos a metade da largura de seu rastro de passagem anterior. Nas curvas, a rolagem deverá progredir do lado mais baixo para o mais alto, paralelamente ao eixo da guia e nas mesmas condições do recobrimento do rastro.

Os compressores não poderão fazer manobras sobre a camada

que está sofrendo rolagem. A compressão requerida em lugares inacessíveis aos compressores será executada por meio de soquete manual ou placa vibratória.

As depressões ou saliências que aparecem após a rolagem deverão ser corrigidas pelo afrouxamento e compressão da mistura até que a mesma adquira densidade igual ao material circundante.

A camada de reperfilagem será com espessura de 3 cm e a camada de capa asfáltica com espessura de 4 cm.

Deverá ser apresentado Laudo Técnico de Controle Tecnológico da pavimentação asfáltica com os resultados dos ensaios realizados em cada etapa dos serviços conforme exigências normativas do DNIT.

6. PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE O LEITO NATURAL EXISTENTE

A terraplanagem será executada pela empresa executora. Quando houver aterro o mesmo deverá ser executado em camadas sucessivas de 20,00 centímetros, devidamente compactadas com rolo para evitar futuros recalques do solo.

A empresa executora realizará os serviços de limpeza e nivelamento da rua. A limpeza consiste na remoção de toda e qualquer matéria orgânica, com cuidado de permitir o fácil escoamento das águas pluviais. Toda e qualquer camada vegetal nas áreas que receberão aterro deverão também ser retiradas. Cabe ao empreiteiro vencedor da licitação local no terreno a posição da caixa de rua e meios-fios, conforme projeto em anexo.

a) BASE DE MACADAME HIDRÁULICO

O material a ser empregado na camada de base deverá ser proveniente, exclusivamente de produtos de britagem previamente classificados, o índice de Suporte Califórnia deverá ser igual ou superior a 80%. A execução constará das operações de mistura, fornecimento, espalhamento, compactação, umedecimento e acabamento dos materiais importados, de modo que, após a compactação seja obtida a espessura de projeto.

b) IMPRIMAÇÃO

A imprimação consiste numa pintura ligante e impermeabilizante, que recobre a camada da base. Além disto, tem por função fixar as partículas soltas na superfície da base. O material utilizado para a pintura impermeabilizante é derivado do petróleo, conhecido como asfalto diluído (CM-30); a taxa de aplicação do material deverá ser na ordem de 1,2 L/m². Após a cura do CM-30 (72 horas), aplica-se a pintura de ligação e posteriormente o C.B.U.Q. O material betuminoso deverá ser aplicado de maneira uniforme, sempre através de barras de aspersão e sob pressão. Antes do início da distribuição do material, deve-se verificar se todos os bicos da barra de distribuição estão abertos. A aplicação poderá ser executada manualmente utilizando-se a caneta sob pressão acoplada ao caminhão espargidor. A área a ser imprimada deve-se encontrar seca ou ligeiramente umedecida. É vedado proceder a imprimação com a superfície molhada ou quando a temperatura do ar seja inferior a 10ºC ou ainda em condições atmosféricas desfavoráveis. A área imprimada que apresentar taxas abaixo da mínima especificada deverá receber uma segunda aplicação de forma a completar a quantidade recomendada. Não se deve permitir o trânsito sobre a superfície imprimada.

7. MEIO-FIO

O concreto utilizado na confecção do meio fio deverá atender as normas da ABNT, especialmente as seguintes normas:

NBR 6118. Projeto e execução de obras de concreto armado; procedimento.

NBR 12654. Controle tecnológico de materiais componentes do concreto: procedimento.

NBR 12655. Concreto - preparo, controle e recebimento: procedimento.

NBR 5739. Concreto - Ensaio de compressão de corpos-de-prova cilíndricos.

Os meio fios deverão atender aos detalhes do presente projeto e possuir resistência de 20 MPa. Deverão ser apresentados ao

departamento de engenharia os laudos de rompimento de corpos de prova do concreto utilizado para a execução do meio fio. O meio-fio será em concreto simples podendo devendo ser moldado "in loco". As dimensões do meio-fio serão conforme projeto. Deverão estar perfeitamente alinhados. Nas entradas e saídas de veículos o espelho deverá ter altura máxima de 5,00 centímetros. Os meio fios terão dimensões de 15 x 30 cm, com embutimento de 15 cm e arredondamento da aresta aparente com diâmetro de 5 cm, conforme detalhe em projeto.

8. PINTURA

A pintura das faixas de pedestres serão na cor branca-neve, em faixas de 4 metros de comprimento e 0,40 metros de largura, intercaladas a cada 0,40 metros. A tinta será a base de resina acrílica emulsionada em água, aplicada de forma a produzir marcas com bordas claras e nítidas, com películas de cor e largura uniforme. A espessura úmida deverá ser de 0,6 mm, com uma única aplicação. Deverão ser incorporados 250 g de microesferas de vidro, tipo Drop-on, para cada m2 aplicado. Deverá ser feita a pintura das faixas horizontais, sendo a faixa de eixo das pistas na cor amarela com largura de 10 cm e a faixa das laterais na cor branca com largura de 10 cm e comprimentos de segmentos conforme padrão existente nas ruas, com pintura em tinta acrílica.

Depois de aplicada a pintura, esta deverá ser protegida até sua secagem.

9. SINALIZAÇÃO

A sinalização deverá ser realizada conforme as posições indicadas em projeto.

As placas serão metálicas, fixadas em postes metálicos de aço galvanizado, por meio de molduras ou braçadeiras em aço galvanizado e parafusos com arruelas. O poste deverá ser enterrado 75,0 cm da sua base e mantenha uma altura de 190 cm da placa em relação ao solo. A placa terá espessura mínima de 1,50 mm, sendo que as películas refletivas que constituirão os sinais, sendo fundo, símbolos, orlas e letras deverão ser constituídas por lentes microesféricas agregadas a resina sintética e encapsuladas em camada de ar cobertas por um plástico transparente e flexível, o que lhe for deve conferir uma superfície lisa e plana, portanto as mesmas deverão ser semi-refletivas.

As placas de forma octogonal terão altura e largura igual a 65 cm. As placas indicativas de nome de rua serão com dimensões de 45x25 cm.

10. CALÇADAS

Após a regularização e apiloamento manual do terreno nos locais onde serão executadas as calçadas, deverá ser executado um contrapiso com 5 cm de espessura, desempenado. Nos locais onde ocorrerá o acesso de veículos a cada lote, deverá ser feito o rebaixo, conforme indicado em projeto, com reforço em barras de aço. As calçadas serão rebaixadas junto as travessias de pedestres, não sendo permitido a ocorrência de desnível entre o término do rebaixamento da calçada e a via. Os rebaixamentos das calçadas serão na direção do fluxo de pedestres e terão inclinação constante de 8,33%, conforme detalhe em projeto. Os rebaixamentos de calçadas situados em lados opostos da via deverão estar alinhados entre si.

Conforme detalhes em projeto, deverão ser executadas lajotas em concreto com sinalização tátil e direcional, com dimensões de 25x25 cm e espessura de 20 mm. As lajotas deverão ser posicionadas conforme indicado no detalhe.

Somente serão posicionadas lajotas de sinalização tátil direcional e de alerta nas travessias, acessos e onde existam obstáculos suspensos entre 0,60 m e 2,10 m de altura do piso acabado.

Na borda externa de todos os passeios deverá ser executada mureta em concreto armado com altura saliente de 10 cm em relação ao nível do passeio acabado, conforme detalhe em projeto. Esta

mureta tem a finalidade de guia de balizamento direcional e deve ser interrompida em todos os acessos, onde deverá ser executada sinalização no piso, conforme detalhe.

11. LIMPEZA GERAL

A obra deverá ser entregue limpa e com a pista de rolamento em perfeitas condições de tráfego.

12. OBSERVAÇÕES

- Todos os materiais e serviços deverão ser de primeira qualidade;
- Antes de qualquer execução dos elementos em concreto asfáltico deverá ser comunicado ao Departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal de Tunápolis;
- Todos os quantitativos indicados no orçamento, não eximem a empresa vencedora de efetuar sua própria medição;
- Por tratar-se de empreitada global, deverão ser executados todos os serviços previstos no memorial descritivo, planilha orçamentária, projetos, incluindo-se materiais e mão-de-obra, sem direito de suplementação de recursos nas previstos nos serviços indicados;
- Toda medição deverá ser solicitada no Departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal de Tunápolis;
- Qualquer irregularidade constatada será imediatamente comunicada à empresa executora oficialmente, cabendo retificação do material ou serviço, sob pena de retenção de pagamento;
- Ao final das obras da empresa executora antes da liberação da última parcela, deverá apresentar no Departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal de Tunápolis a CND - Certidão Negativa de Débitos para com o INSS, sob pena de retenção de pagamentos.

OBRA: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE PAVIMENTAÇÃO EM PEDRAS EXISTENTE.

ENDEREÇO: RUAS SANTA CRUZ e CAARÓ, CENTRO, TUNÁPOLIS, SC.

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

1. INFORMAÇÕES GERAIS:

O presente memorial descritivo tem por finalidade especificar a execução dos serviços e o emprego dos materiais que farão parte das obras de Pavimentação Asfáltica em CBUQ sobre pavimentação em pedras existente e sobre leito natural nas ruas acima identificadas, conforme planta em anexo.

Será fornecido ao empreiteiro um jogo completo e aprovado dos projetos e especificações técnicas dos serviços a serem executados na obra, sendo que o mesmo está obrigado a executar os serviços de perfeito acordo com os projetos e detalhes.

Poderá a fiscalização paralisar ou mandar refazer alguma das etapas da obra, quando as mesmas não se apresentarem de acordo com as especificações, detalhes ou normas técnicas.

Todo o material empregado na obra deverá receber aprovação da fiscalização antes de ser utilizado e deverá estar de acordo com as especificações dos projetos e deste memorial. Caso algum material não esteja especificado, fica implícito que o mesmo deve seguir aos padrões de qualidade exigidos pelas normas da ABNT aplicáveis a cada caso.

Deverá ser fixado em local visível placa de identificação da obra, com dimensões de 1,50 x 2,00 metros em chapa de aço galvanizado fixada em estrutura de madeira pintada. A placa deverá ser fixada na esquina das Ruas Santa Cruz e Caaró.

2. LOCALIZAÇÃO DA OBRA:

O local onde será executado o serviço pertence ao perímetro urbano do Município de Tunápolis - SC, conforme mapa de localização geral em anexo.

3. RECUPERAÇÃO, PREPARO E LIMPEZA DA RUA

Deverão ser verificados todos os locais onde o pavimento existente e o meio fio apresentam defeitos. Nestes locais, deverá ser feita

a correção de modo a garantir a resistência e planeza da superfície que irá receber a pavimentação asfáltica e a uniformidade dos meio fios.

Deverá ser regularizado o meio fio nos locais onde, após a pavimentação asfáltica, sua altura ficará insuficiente para a condução adequada das águas pluviais. A regularização será feita mediante levantamento do meio fio de modo a conformar a sargeta com capacidade de vazão adequada das águas pluviais.

Antes da aplicação da pintura de ligação, todas as ruas a serem pavimentadas deverão ser lavadas com jatos de água com o objetivo de remover todos os materiais soltos (areia, matérias orgânicas, etc). Deverão ser removidos também os possíveis óleos e graxas existentes sobre a pavimentação com pedras.

4. PINTURA DE LIGAÇÃO

A pintura de ligação consiste numa pintura ligante, que recobre a camada da base (calçamento), e tem por função proporcionar a ligação entre a camada de base (calçamento) e a capa de rolamento em CBUQ.

O material utilizado para a pintura de ligação é derivado do petróleo, conhecido como emulsão asfáltica RR-2C, sendo a taxa de aplicação do material na ordem de 0,6 litros/m².

A pintura de ligação será executada após a base estar perfeitamente limpa e seca, utilizando-se para tal o caminhão espargidor. O material betuminoso deverá ser aplicado de maneira uniforme, sempre através de barras de aspersão e sob pressão. Antes do início da distribuição do material deve-se verificar se todos os bicos da barra de distribuição estão abertos. A aplicação poderá ser executada manualmente utilizando-se a caneta sob pressão acoplada ao caminhão espargidor.

A área a ser pintada deve estar seca ou ligeiramente umedecida. É vedado proceder o serviço com a superfície molhada ou quando a temperatura do ar seja inferior a 10º C ou ainda em condições atmosféricas desfavoráveis.

A área que apresentar taxas abaixo da mínima especificada deverá receber uma segunda aplicação de forma a completar a quantidade recomendada. Não é permitido o trânsito sobre a superfície pintada.

A medição dos serviços de pintura de ligação será feita por metro quadrado de plataforma concluída.

5. REVESTIMENTO EM CONCRETO ASFÁLTICO

Concreto asfáltico é um revestimento flexível, resultante da mistura a quente, em uma usina adequada, de agregado mineral graduado, material de enchimento e material betuminoso, espalhado e compactado a quente sobre uma base pintada.

Deverá ser empregado como material betuminoso o cimento asfáltico CAP-50/70.

O agregado graúdo deve ser de pedra britada, com partículas de forma cúbica ou piramidal, limpas, duras, resistentes e de qualidade razoavelmente uniforme. O agregado deverá ser isento de pó, matérias orgânicas ou outro material nocivo e não deverá conter fragmentos de rocha alterada ou excesso de partículas lamelares ou chatas.

O agregado miúdo é composto de pedrisco e pó de pedra, de modo que suas partículas individuais apresentem moderada angulosidade, sejam resistentes e estejam isentas de torrões de argila ou outra substância inadequada.

O teor de asfalto será de 5,8% a 6,4%, sendo que a porcentagem de betume se refere a mistura de agregados considerada como 100%.

O revestimento será em CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente) e deve obedecer a faixa C especificada pelo DNER.

O CBUQ será executado sobre a superfície após a realização da pintura de ligação. O CBUQ deverá deixar a usina a uma temperatura máxima de 165º C, e chegar no local da obra a uma temperatura não inferior a 120º C. O transporte deste material deverá ser feito através da utilização de caminhões providos de caçamba metálica juntamente com lonas para a proteção e conservação da

temperatura.

A aplicação do CBUQ sobre a pista deverá ser realizada através de motoniveladora e vibroacabadora, obedecendo as espessuras do projeto. A rolagem deverá ser feita com a utilização do rolo pneumático e o fechamento com o rolo liso (tandem).

A rolagem deve ser iniciada à temperatura de 120º C e encerrada sem que a temperatura reduza a menos de 80º C. A compactação deverá ser iniciada nas bordas e progredir longitudinalmente para o centro, de modo que os rolos cubram uniformemente em cada passada pelo menos a metade da largura de seu rastro de passagem anterior. Nas curvas, a rolagem deverá progredir do lado mais baixo para o mais alto, paralelamente ao eixo da guia e nas mesmas condições do recobrimento do rastro.

Os compressores não poderão fazer manobras sobre a camada que está sofrendo rolagem. A compressão requerida em lugares inacessíveis aos compressores será executada por meio de soquete manual ou placa vibratória.

As depressões ou saliências que aparecem após a rolagem deverão ser corrigidas pelo afrouxamento e compressão da mistura até que a mesma adquira densidade igual ao material circundante.

A camada de reperfilagem será com espessura de 3 cm e a camada de capa asfáltica com espessura de 4 cm.

Deverá ser apresentado Laudo Técnico de Controle Tecnológico da pavimentação asfáltica com os resultados dos ensaios realizados em cada etapa dos serviços conforme exigências normativas do DNIT.

6. PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE O LEITO NATURAL EXISTENTE

A terraplanagem será executada pela empresa executora. Quando houver aterro o mesmo deverá ser executado em camadas sucessivas de 20,00 centímetros, devidamente compactadas com rolo para evitar futuros recalques do solo.

A empresa executora realizará os serviços de limpeza e nivelamento da rua. A limpeza consiste na remoção de toda e qualquer matéria orgânica, com cuidado de permitir o fácil escoamento das águas pluviais. Toda e qualquer camada vegetal nas áreas que receberão aterro deverão também ser retiradas. Cabe ao empreiteiro vencedor da licitação locar no terreno a posição da caixa de rua e meios-fios, conforme projeto em anexo.

a) BASE DE MACADAME HIDRÁULICO

O material a ser empregado na camada de base deverá ser proveniente, exclusivamente de produtos de britagem previamente classificados, o índice de Suporte Califórnia deverá ser igual ou superior a 80%. A execução constará das operações de mistura, fornecimento, espalhamento, compactação, umedecimento e acabamento dos materiais importados, de modo que, após a compactação seja obtida a espessura de projeto.

b) IMPRIMAÇÃO

A imprimação consiste numa pintura ligante e impermeabilizante, que recobre a camada da base. Além disto, tem por função fixar as partículas soltas na superfície da base. O material utilizado para a pintura impermeabilizante é derivado do petróleo, conhecido como asfalto diluído (CM-30); a taxa de aplicação do material deverá ser na ordem de 1,2 L/m². Após a cura do CM-30 (72 horas), aplica-se a pintura de ligação e posteriormente o C.B.U.Q. O material betuminoso deverá ser aplicado de maneira uniforme, sempre através de barras de aspersão e sob pressão. Antes do início da distribuição do material, deve-se verificar se todos os bicos da barra de distribuição estão abertos. A aplicação poderá ser executada manualmente utilizando-se a caneta sob pressão acoplada ao caminhão espargidor. A área a ser imprimada deve-se encontrar seca ou ligeiramente umedecida. É vedado proceder a imprimação com a superfície molhada ou quando a temperatura do ar seja inferior a 10ºC ou ainda em condições atmosféricas desfavoráveis. A área imprimada que apresentar taxas abaixo da mínima especificada deverá receber uma segunda aplicação de forma a completar a quantidade recomendada. Não se deve permitir o trânsito sobre a superfície imprimada.

7. MEIO-FIO

O concreto utilizado na confecção do meio fio deverá atender as normas da ABNT, especialmente as seguintes normas:

NBR 6118. Projeto e execução de obras de concreto armado; procedimento.

NBR 12654. Controle tecnológico de materiais componentes do concreto: procedimento.

NBR 12655. Concreto - preparo, controle e recebimento: procedimento.

NBR 5739. Concreto - Ensaio de compressão de corpos-de-prova cilíndricos.

Os meio fios deverão atender aos detalhes do presente projeto e possuir resistência de 20 MPa. Deverão ser apresentados ao departamento de engenharia os laudos de rompimento de corpos de prova do concreto utilizado para a execução do meio fio.

O meio-fio será em concreto simples podendo devendo ser moldado "in loco". As dimensões do meio-fio serão conforme projeto. Deverão estar perfeitamente alinhados.

Nas entradas e saídas de veículos o espelho deverá ter altura máxima de 5,00 centímetros.

Os meio fios terão dimensões de 15 x 30 cm, com embutimento de 15 cm e arredondamento da aresta aparente com diâmetro de 5 cm, conforme detalhe em projeto.

8. PINTURA

A pintura das faixas de pedestres serão na cor branca-neve, em faixas de 4 metros de comprimento e 0,40 metros de largura, intercaladas a cada 0,40 metros. A tinta será a base de resina acrílica emulsionada em água, aplicada de forma a produzir marcas com bordas claras e nítidas, com películas de cor e largura uniforme. A espessura úmida deverá ser de 0,6 mm, com uma única aplicação. Deverão ser incorporados 250 g de microesferas de vidro, tipo Drop-on, para cada m2 aplicado.

Deverá ser feita a pintura das faixas horizontais, sendo a faixa de eixo das pistas na cor amarela com largura de 10 cm e a faixa das laterais na cor branca com largura de 10 cm e comprimentos de segmentos conforme padrão existente nas ruas, com pintura em tinta acrílica.

Depois de aplicada a pintura, esta deverá ser protegida até sua secagem.

9. SINALIZAÇÃO

A sinalização deverá ser realizada conforme as posições indicadas em projeto.

As placas serão metálicas, fixadas em postes metálicos de aço galvanizado, por meio de molduras ou braçadeiras em aço galvanizado e parafusos com arruelas. O poste deverá ser enterrado 75,0 cm da sua base e mantenha uma altura de 190 cm da placa em relação ao solo. A placa terá espessura mínima de 1,50 mm, sendo que as películas refletivas que constituirão os sinais, sendo fundo, símbolos, orlas e letras deverão ser constituídas por lentes microesféricas agregadas a resina sintética e encapsuladas em camada de ar cobertas por um plástico transparente e flexível, o que lhe for deve conferir uma superfície lisa e plana, portanto as mesmas deverão ser semi-refletivas.

As placas de forma octogonal terão altura e largura igual a 65 cm. As placas indicativas de nome de rua serão com dimensões de 45x25 cm.

10. CALÇADAS

Após a regularização e apiloamento manual do terreno nos locais onde serão executadas as calçadas, deverá ser executado um contrapiso com 5 cm de espessura, desempenado. Nos locais onde ocorrerá o acesso de veículos a cada lote, deverá ser feito o rebaixo, conforme indicado em projeto, com reforço em barras de aço. As calçadas serão rebaixadas junto as travessias de pedestres, não sendo permitido a ocorrência de desnível entre o término do rebaixamento da calçada e a via. Os rebaixamentos das calçadas serão na direção do fluxo de pedestres e terão inclinação constante de

8,33%, conforme detalhe em projeto. Os rebaixamentos de calçadas situados em lados opostos da via deverão estar alinhados entre si.

Conforme detalhes em projeto, deverão ser executadas lajotas em concreto com sinalização tátil e direcional, com dimensões de 25x25 cm e espessura de 20 mm. As lajotas deverão ser posicionadas conforme indicado no detalhe.

Somente serão posicionadas lajotas de sinalização tátil direcional e de alerta nas travessias, acessos e onde existam obstáculos suspensos entre 0,60 m e 2,10 m de altura do piso acabado.

Na borda externa de todos os passeios deverá ser executada mureta em concreto armado com altura saliente de 10 cm em relação ao nível do passeio acabado, conforme detalhe em projeto. Esta mureta tem a finalidade de guia de balizamento direcional e deve ser interrompida em todos os acessos, onde deverá ser executada sinalização no piso, conforme detalhe.

11. LIMPEZA GERAL

A obra deverá ser entregue limpa e com a pista de rolamento em perfeitas condições de tráfego.

12. OBSERVAÇÕES

a) Todos os materiais e serviços deverão ser de primeira qualidade;

b) Antes de qualquer execução dos elementos em concreto asfáltico deverá ser comunicado ao Departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal de Tunápolis;

c) Todos os quantitativos indicados no orçamento, não eximem a empresa vencedora de efetuar sua própria medição;

d) Por tratar-se de empreitada global, deverão ser executados todos os serviços previstos no memorial descritivo, planilha orçamentária, projetos, incluindo-se materiais e mão-de-obra, sem direito de suplementação de recursos nas previstos nos serviços indicados;

e) Toda medição deverá ser solicitada no Departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal de Tunápolis;

f) Qualquer irregularidade constatada será imediatamente comunicada à empresa executora oficialmente, cabendo retificação do material ou serviço, sob pena e retenção de pagamento;

g) Ao final das obras da empresa executora antes da liberação da última parcela, deverá apresentar no Departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal de Tunápolis a CND - Certidão Negativa de Débitos para com o INSS, sob pena de retenção de pagamentos.

Leandro Scheffer

Engenheiro Civil - CREA-SC 65293-3

Responsável Técnico.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal.

ANEXO II**RELAÇÃO DE IMÓVEIS BENEFICIADOS**

Rua	Cod Imóvel	CodProp	Proprietário do Imóvel	Descrição do Imóvel	Área Imóvel	Testada (m)
São Miguel	309	374	JOSÉ FRI-DOLINO FREIBERGER	Lote 402	922,60	20,55
São Miguel	280	4320	RODINEI KAUTZ-MANN	Lote 401	945,00	19,90
São Miguel	269	352	CECÍLIA SCHA-EFER WEBER	Parte Lote 400	1000,00	20,90

Rua	Cod Imóvel	CodProp	Proprietário do Imóvel	Descrição do Imóvel	Área Imóvel	Testada (m)
São Miguel	326	384	JOSÉ RABUSKE	Parte Lote 400	1161,00	20,90
São Miguel	801	975	JOSÉ RENATO WOLF	Lote 399-A	500,00	14,28
São Miguel	325	1856	AUDREI DELAZERI	Lote 399-B	551,00	15,42
São Miguel	19	200	ALCINO SPECHT	Lote 398-B	512,00	16,00
São Miguel	144	59	EDSON LUIZ SCHNEIDER	Lote 398-A	516,00	13,80
São Miguel	381	418	NOELI MICHELS	Lote 397	1025,00	29,50
São Miguel	84	2205	MARTINHO BAUMGRATZ	Parte Lote 396	483,61	14,98
São Miguel	364	1163	JOÃO BATISTA HOFER FILHO	CHÁCARA 15	19390,00	169,70
São Miguel	120	265	DÁRIO SCHROEDER	Lote 383	727,90	68,70
São Miguel	8	4209	SUELI FLACH DA SILVA	P/L384 P/L 385	431,53	19,96
São Miguel	419	193	MARLENE MARIA WELTERBERTOLLO	P/L384 e P/L385	470,35	18,29
São Miguel	461	350	IVO BENO NAUE	Lote 384-B	537,00	22,20
São Miguel	9	2272	RUI LAUSCHNER	Parte Lote 385	480,12	29,58
São Miguel	40	216	ANTÔNIO FREIBERGER	Lote 386	877,00	19,95
São Miguel	546	526	ARNILDO AFONSO EPPING	Lote 173	316,75	13,20
São Miguel	545	695	MARIA LUCIA KÖHLER	Lote 160	326,75	12,85
São Miguel	78	1273	MARIA CLÁUDIA KNAPP	Lote 387-B	488,30	19,50
São Miguel	542	796	IRENE GRETZLER	Lote 120	416,75	13,50
São Miguel	535	804	ASTOR NICODEN	Lote 147	421,75	13,05
São Miguel	543	1525	MARCOS LUIZ GOSSLER	Lote 132	381,75	12,40
São Miguel	539	366	JORGE LISOT	Lote 79	434,60	13,55
São Miguel	538	2199	CARLITO KÖRBES	Lote 67	407,55	12,35
São Miguel	540	840	ILOI BOLSONI	Lote 93	425,55	13,35
São Miguel	541	840	ILOI BOLSONI	Lote 106	416,75	13,35

Rua	Cod Imóvel	CodProp	Proprietário do Imóvel	Descrição do Imóvel	Área Imóvel	Testada (m)
São Miguel	219	3056	HENRIQUE SANTO CASANOVA	Lote 394	1575,00	20,00
São Miguel	261	3058	IVANOR LUIZ AGOSTINI	Parte Lote 395-B	2000,00	27,58
São Miguel	115	1423	VALCEDIR FABI	Parte Lote 395-D	457,00	33,85
Caaró	271	354	IVONE HENN	Parte Lote 122	460,00	21,20
Caaró	50	1590	ROSALVO PAULI	Parte Lote 123	711,00	24,75
Caaró	146	280	SIMPLÍCIO EIDT	Lote 121	1100,00	21,20
Caaró	145	280	SIMPLÍCIO EIDT	Lote 120	1105,00	21,20
Caaró	314	377	JOSÉ KLEIN	Lote 124	1129,00	25,90
Caaró	162	289	ADEMIR ROQUE FOLL-MANN	Lote 125	1110,00	26,15
Caaró	11	196	DIOVANA STRIEDER SCHACKER	Lote 119	1160,00	20,70
Santa Cruz	162	289	ADEMIR ROQUE FOLL-MANN	Lote 125	1110,00	64,40
Santa Cruz	267	127	AUTO MECÂNICA GRIEBELER LTDA - ME	Lote 103-A	460,00	17,63
Santa Cruz	297	1240	LILIAN MARIA RITTER EIDT	Lote 103-B	546,90	21,73
Santa Cruz	459	467	ROQUE ROHR	Lote 102	768,10	33,60
Santa Cruz	332	1810	ALVINO BOURSCHIED	Lote 126-C	368,00	24,94
Santa Cruz	254	434	ODILO ADÃO THOMAS	Lote 96	953,00	39,30
Santa Cruz	253	434	ODILO ADÃO THOMAS	Lote 95	1102,00	40,50
Santa Cruz	350	401	LÚCIA VEIGA	Lote 126	406,00	22,04
Santa Cruz	35	829	ROBERTO MIGUEL BAUMGRATZ	Lote 136	862,00	27,45
Santa Cruz	335	389	LAURO JOSÉ EIDT	Lote 93	1714,00	79,90

Rua	Cod Imóvel	CodProp	Proprietário do Imóvel	Descrição do Imóvel	Área Imóvel	Testada (m)
Santa Cruz	453	635	MARLI DALIN-GHAUS BAUM-GRATZ	Lote 135	1016,00	24,95
Santa Cruz	305	635	MARLI DALIN-GHAUS BAUM-GRATZ	Lote 134	504,00	12,55
Santa Cruz	690	833	MARLENE DALIN-GHAUS MOCELIN	Lote 134-A	504,00	12,55
Santa Cruz	304	874	RAFAEL BAUM-GRATZ	Parte Lote 133	492,00	12,45
Santa Cruz	432	2092	OTÍLIA MARIA BRACHT VOLLMER	Parte Lote 133	527,00	24,90
Santa Cruz	700	1171	MARIA FRAGOSO FELTRIN	Parte Lote 132	509,00	12,55
Santa Cruz	613	769	ROMERO CLÁUDIO NEITZKE	Parte Lote 132	509,00	12,55
Santa Cruz	236	330	ILARIO WIS-NIEWSKI	Parte Chácara 11-A	2465,00	59,63
Santa Cruz	748	330	ILARIO WIS-NIEWSKI	Parte Chácara 11-B	901,00	62,67
Santa Cruz	184	193	MARLENE MARIA WELTER BER-TOLLO	Parte Lote 69	493,95	22,00
Santa Cruz	183	2664	SILESIA STRIEDER VICENTE	Lote 68	942,80	25,10
Santa Cruz	182	2102	MARCIANE RUHOFF	Lote 67	937,82	25,08
Santa Cruz	99	29	CRES-CÊNCIA LUNKES	Lote 66	942,80	25,10
Santa Cruz	455	2268	MARLENE BAUM-GRATZ DALMO-NEK	Lote 65	934,83	25,08
Santa Cruz	200	1610	LIRIA TERESINHA THOMAS	Parte Chácara 11	610,00	50,33
Santa Cruz	20	201	VENILDA FRAGOSO	Parte Chácara 11	600,00	20,00
Santa Cruz	800	667	LARI ROQUE STAUB	Parte Chácara 10	1500,00	18,00
Santa Cruz	772	1265	JOÃO GUIDO KERKHOFF	Parte Chácara 10	13300,00	76,93

Rua	Cod Imóvel	CodProp	Proprietário do Imóvel	Descrição do Imóvel	Área Imóvel	Testada (m)
Santa Cruz	735	2136	TERE-ZINHA WINTER	Lote 7-C	900,00	12,00
Santa Cruz	763	911	CANÍSIO GROTH	Lote 7-B	2800,00	50,00

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Vargem Bonita

PREFEITURA

Contrato Adm. 068/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 068/2014

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Coronel Vitorio, nº 966 - Centro - Vargem Bonita - SC, inscrita no CNPJ nº 95.996.187/0001-31, representado por sua Prefeita Municipal, Sra. Melânia Aparecida Roman Meneghini, brasileira, casada, CPF nº 710.974.499-04, Identidade nº 1.517.455, residente e domiciliada na Avenida XV de Novembro, 1515 em Vargem Bonita - Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa Agropecuária e Ferragens Medeiros, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.497.027/0001-70, com sede à Av. Coronel Rupp, nº 2693, Térreo, Subsolo, Centro, Catanduvas - SC., neste ato representada pelo seu representante Sr. Manoel José Medeiros, inscrito no CPF sob nº 385.676.609-04 e CI nº. 1.022.325 SSP/SC, residente e domiciliado na cidade de Joaçaba - SC, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do Processo Licitatório Nº 014/2014, na modalidade de Pregão nº. 017/2014, firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE SEMENTE DE AVEIA PRETA, Seleccionada, com germinação mínima de 80%, pureza mínima 98% - safra 2013 ou 2014, acondicionada em embalagens de 40 KG, conforme PROPOSTA efetuada pela Contratada, e Município de Vargem Bonita, que será regida conforme Proposta de Preços homologada no Processo Licitatório vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE

2.1. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 48.300,00 (quarenta e oito mil e trezentos reais.) conforme descritos na Ata de Julgamento do processo licitatório independente de transcrição, parte integrante deste Contrato e QUADRO DO OBJETO abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	UN	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
01	SEMENTE DE AVEIA PRETA, Seleccionada, com germinação mínima de 80%, pureza mínima 98% - safra 2013 ou 2014, acondicionada em embalagens de 40 KG.	46.000	kg	1,05	48.300,00

2.2. O preço ajustado entre as partes é fixo e irrevogável.

2.2.1. O preço poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias da data de entrega, importando os valores conforme a proposta apresentada, por itens fornecidos e na quantidade efetivamente entregue,

mediante apresentação de Documento Fiscal, devidamente certificado pelo órgão competente receptor do objeto licitado, e após a liquidação da despesa e aceite do objeto contratado.

3.1.1. Os valores financeiros serão oriundos do Ativo Financeiro do Município.

3.2. O pagamento, nos termos acima, será efetuado, exclusivamente, em conta corrente da contratada, que será informada nos termos do ANEXO I deste Edital.

3.3. As eventuais despesas relativas aos pagamentos correrão à conta da contratada.

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO, FORMA, CONDIÇÕES E LOCAL DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS.

4.1. Os itens, objeto deste Contrato, deverão ser fornecidos de forma parcelada, em atendimento à demanda solicitada pelo setor municipal requisitante, cujos quantitativos totais estimados serão divididos proporcionalmente pelo número de meses do exercício orçamentário de 2014.

11.3. A Contratada entregará o objeto desta licitação nas condições, especificações e garantias oferecidas e de acordo com a proposta comercial apresentada.

11.6. O fornecimento dos produtos somente poderá ser efetuado pela Contratada, vedada, portanto, a sublocação do mesmo.

11.7. Os quantitativos descritos constituem previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los na sua totalidade.

11.8. As despesas decorrentes da entrega dos itens objeto deste contrato, como também, outras despesas que porventura ocorreram, em virtude da execução desta etapa do processo, correrão às expensas da Licitante Contratada.

CLÁUSULA QUINTA - PRAZO

5.1. O prazo de vigência deste contrato estará adstrito à vigência dos Créditos Orçamentários do Exercício de 2014, tendo seu início na data da assinatura e publicação do Contrato Administrativo.

CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2014 do Município de Vargem Bonita:

6.1.1. Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2014, Nº 974/2013.

Código Reduzido	Un. Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento Despesa	Saldo Disponível
89	07.01	2.029	33.90.00.0000	

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

7.1 O presente Contrato encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz do Edital de Licitação Nº /017/2014 - Pregão Nº 013/2014, Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais legislação vigente e específica.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO E MULTA

8.1. A Prefeitura Municipal de Vargem Bonita poderá declarar rescindido o presente contrato, independentemente de interpelação ou de procedimento judicial, sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente contrato.

8.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 Elegem o foro da Comarca de Catanduvas - Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Vargem Bonita, 19 de março de 2014.

Melânia A. Roman Meneghini
CONTRATANTE

Manoel José Medeiros
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1ª _____

Nome:

CPF:

2ª _____

Nome:

CPF:

Visto Jurídico

Contrato Adm. 069/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº069/2014

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Coronel Vitória, nº 966 - Centro - Vargem Bonita - SC, inscrita no CNPJ nº 95.996.187/0001-31, representado por sua Prefeita Municipal, Sra. Melânia Aparecida Roman Meneghini, brasileira, casada, CPF nº 710.974.499-04, Identidade nº 1.517.455, residente e domiciliada na Avenida XV de Novembro, 1515 em Vargem Bonita - Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa Empresa Jornalística O Fato ME pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 19.752.004/0001-54, com sede à Rua Santa Catarina, nº. 215, Sala A, na cidade de Catanduvas - SC, neste ato representada pela sócia administradora Neusa D'Ávila, inscrito no CPF sob nº. 837.190.839-34 e CI nº. 5.434.470-8 residente e domiciliado à Rua Santa Catarina, s/n, na cidade de Catanduvas - SC, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Convite nº. 003/2014, firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a Contratação de veículo de comunicação impresso - jornal, conforme Proposta de Preços homologada no Processo Licitatório vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE

2.1. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais) conforme descritos na Ata de Julgamento do processo licitatório independente de transcrição, parte integrante deste Contrato e Tabela abaixo:

ITEM	QDADE	UNID.	DESCRIÇÃO	PREÇO UNI- TÁRIO	VALOR TOTAL
01	6.000	CM/CO- LUNA	Veículo de comunicação impresso - jornal de circulação regional, com no mínimo de 150 assinaturas comprovadas no município, tiragem mínima de 450 exemplares, edição semanal, para as finalidades de divulgação de programas, campanhas, eventos, avisos, cronogramas de serviços, reuniões, e todo tipo de atividade das secretarias municipais da saúde, educação, obras e transportes, agricultura, administração, fazenda e tributação, que demandem notificação, convite, esclarecimentos e/ou chamamento à população residente no perímetro do município.	3,60	21.600,00
			TOTAL GERAL		R\$ 21.600,00

2.2. O preço ajustado entre as partes é fixo e irrevogável.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento dos valores contratados pelo Município serão efetuados até o 10º dia útil do mês subsequente ao da execução do serviço, e após a liquidação da despesa e aceitação dos serviços executados.

3.2. Os pagamentos serão efetuados mediante a apresentação de Nota Fiscal específica, constando a descrição dos serviços, seu quantitativo, número do processo licitatório, do Pregão e do respectivo Contrato Administrativo, a qual deverá estar em acordo com as normas do Departamento Contábil da Prefeitura Municipal.

3.3. Os pagamentos, nos termos acima, serão efetuados, exclusivamente, em conta corrente da contratada.

3.4. As eventuais despesas relativas aos pagamentos correrão à conta da contratada.

CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE FORNECIMENTO E LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.

4.1. A contratada prestará os serviços licitados dentro da vigência dos créditos orçamentários do Exercício de 2014.

4.2. As quantidades contratadas poderão sofrer alterações quantitativas para mais, nas formas da Lei Federal Nº 8.666/93, através de procedimento administrativo.

4.3. A licitante Contratada executará os serviços, dentro das normas estabelecidas para o setor e com as garantias oferecidas na Proposta.

4.4. Os serviços contratados serão solicitados e autorizados pelo Município, após o cumprimento dos trâmites legais do presente Processo.

CLÁUSULA QUINTA - PRAZO

5.1. A contratada prestará os serviços licitados dentro da vigência dos créditos orçamentários vigentes no Exercício, tendo seu início na data da assinatura e publicação do Contrato Administrativo.

5.2. As quantidades contratadas poderão sofrer alterações quantitativas para mais, nas formas da Lei Federal Nº 8.666/93, através de procedimento administrativo.

CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2014.

Código Reduzido	Un. Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento Despesa	Saldo Disponível
19	04.01	2.008	33.90.00.0000	390.000,00

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

7.1. O presente Contrato encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz da Lei nº. 8.666/93 e alterações, e demais legislação específica.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO E MULTA

8.1. A Prefeitura Municipal de Vargem Bonita poderá declarar rescindido o presente contrato, independentemente de interpelação ou de procedimento judicial, sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente contrato.

8.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1. Elegem o foro da Comarca de Catanduvas - Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Vargem Bonita, 20 de março de 2014.

Melânia Roman Meneghini
Prefeita Municipal de Vargem Bonita

Neusa D'Ávila
Contratado

TESTEMUNHAS:

1ª _____ 2ª _____

Visto Jurídico

Contrato Adm. 070/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 070/2014

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Coronel Vitorio, nº 966 - Centro - Vargem Bonita - SC, inscrita no CNPJ nº 95.996.187/0001-31, representado por sua Prefeita Municipal, Sra. Melânia Aparecida Roman Meneghini, brasileira, casada, CPF nº 710.974.499-04, Identidade nº 1.517.455, residente e domiciliada na Avenida XV de Novembro, 1515 em Vargem Bonita - Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa Izantur Transportes Ltda EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.118.664/0001-85, com sede à Linha Pingador, s/n, Interior na cidade de Irani - SC neste ato representada pelo sócio Sr. Ilizandro Pagnoncelli, inscrito no CPF sob n.º 017.772.539-77 e CI nº. 14/C 3.188.228, residente e domiciliado à Linha Pingador, s/n, Interior na cidade de Irani - SC, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão nº. 015/2014 firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O EXERCÍCIO DE 2014, conforme itinerários descritos no edital.

Parágrafo único: Fazem parte do presente termo,

independentemente de transcrição, todos os documentos que compõem o processo licitatório, na modalidade de PREGÃO nº 015/2014, inclusive a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO E REVISÃO

O valor total do presente contrato é de R\$ 66.789,00 (sessenta e seis mil setecentos e oitenta e nove reais) sendo que o pagamento dos serviços executados no mês, será efetuado até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao vencido, mediante emissão e apresentação de nota fiscal.

§ 1º - O valor diário do transporte escolar poderá ser revisado quando houver alteração dos valores dos combustíveis oficialmente autorizados pelo governo federal, quando poderá ocorrer a revisão dos mesmos, mediante proposição formal de qualquer das partes, nos termos do art. 65, II, "d" da Lei 8.666/93, sendo usado como base o valor do combustível apresentado na planilha quantitativa da composição do cálculo do transporte escolar diário.

§ 2º - Se houver reajustes autorizados pelo Governo Federal, os mesmos serão somados e a se dará a cada seis meses, será aplicado no valor por km.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

I - Cabe a CONTRATANTE:

- efetuar o pagamento do objeto do presente contrato, de acordo com o estabelecido na Cláusula Segunda;
- manter pessoa ou constituir uma Comissão Especial designada pela Prefeita Municipal, visando a fiscalização dos serviços;
- encaminhar a publicação resumida do instrumento de contrato e seus aditamentos, se ocorrerem, em mural e/ou jornal de circulação regional;
- arcar com as despesas concernentes à publicação do extrato do contrato e seus aditivos se ocorrerem;
- as demais responsabilidades determinadas no contrato.

II - Cabe a Contratada:

- Executar o transporte escolar, objeto do presente contrato, no Município de Vargem Bonita, em todos os dias letivos, de acordo com a proposta apresentada no processo licitatório, e demais cláusulas enunciadas;
- Arcar com as despesas administrativas, tais como tributos, salário dos empregados e encargos sociais e outros que forem necessárias a execução do contrato;
- Destinar para o transporte dos alunos, veículos em bom estado de conservação, devidamente assegurado para fins de transporte de estudantes;
- No caso de necessidade de manutenção ou reparos, apresentar veículos substitutos nas mesmas condições previstas;
- Facilitar todas as atividades de fiscalização da Comissão;
- Fornecer todas as informações e elementos necessários, sempre que a Comissão solicitar;
- Outras obrigações mencionadas no contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para a execução do objeto do presente edital correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2014, conforme segue:

Código Reduzido	Un. Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento Despesa	Saldo Disponível
51	05.01	2.016	33.90.00.0000	345.000,00

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

I - Pela inexecução total ou parcial do contrato o Contratante poderá aplicar as seguintes sanções contratuais: advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação, impedimento

de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e declaração de inidoneidade, com fulcro nos arts. 86 e 87, da Lei nº 8.666 de 21/6/93 e suas alterações.

a) a recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, implicará na multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;

b) em caso de descumprimento de cláusulas contratuais não previstas nos itens acima, multa de até 15% (quinze por cento) do valor contratado, de acordo de com a gravidade da infração.

c) as penalidades acima poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666 de 21/6/93 e suas alterações.

II - Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

I - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Capítulo III, Seção V, da Lei nº 8.666, de 21/06/93, no seguintes casos:

a) por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE pelos motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e suas alterações;

b) amigavelmente, por acordo entre as partes, mediante formalização através de aviso prévio, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes;

c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

d) no caso de dolo, culpa, simulação ou fraude na execução do presente contrato;

e) quando, pela reiteração de impugnações feitas pela CONTRATANTE, ficar evidenciada a incapacidade da CONTRATADA para dar execução ao contrato ou para prosseguir na sua execução;

f) se a CONTRATADA falir, entrar em concordata, em liquidação ou dissolução ou, ainda, ocorrer alteração em sua estrutura social que impossibilite ou prejudique a execução dos serviços contratado;

g) se a CONTRATADA transferir o presente contrato, ou a sua execução, no todo ou em parte, sem prévia autorização da CONTRATANTE.

h) o descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interposição judicial e/ou extrajudicial.

II - Fica reconhecido, nos termos da Lei, os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO.

O presente contrato terá vigência a partir da sua assinatura até o adimplemento total das obrigações. O início da sua execução dar-se-á a partir de 01 de abril de 2014, com duração até 31 de dezembro de 2014. O Contrato poderá ser prorrogado se houver interesse de ambas as partes e de acordo com a Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA- DOS DIREITOS DAS PARTES

O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21.06.93, suas alterações e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

I - O CONTRATANTE exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução do objeto deste contrato, a qualquer hora, pela Secretaria de Educação do Município, ou por meio de pessoa designada, sendo realizada individual ou conjuntamente (por intermédio de Comissão especial), para todos os efeitos.

II - O Município realizará semestralmente, inspeção nas condições do transporte escolar, conforme determina o art. 136, II, do CTB,

concedendo, se for o caso, a autorização aludida do dispositivo legal a ser afixada na parte interna do veículo, em local visível;

III - A fiscalização exercida não reduz nem exclui a responsabilidade do contratado, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade;

IV - Fica expressamente proibido a presença de pessoas estranhas ao ambiente escolar nos veículos de transporte, inclusive, qualquer tipo de carona;

V - As empresas deverão respeitar os limites de lotação dos veículos e que todos os ocupantes tenham cintos de segurança a sua disposição;

VI - O Município de Vargem Bonita anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das incidências observadas, podendo ainda fazer relatórios sobre o comportamento do contrato, sendo permitido multas por infrações cometidas pela Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS RECURSOS

Os recursos interpostos às decisões proferidas pela fiscalização somente serão acolhidos nos termos do Capítulo V da Lei nº 8.666, de 21/6/93 e suas alterações, se dirigidos diretamente a Prefeita, e protocolado na Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único: Os recursos não dirigidos conforme determinação desta cláusula não serão conhecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ENCARGOS

As despesas dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais correrão por conta da contratada, ficando esta, ainda, responsável pela correta aplicação da legislação atinente à segurança do trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

I - Na contagem dos prazos estabelecidos neste contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

II - Só se iniciam e vencem os prazos referidos no item anterior em dia de expediente da Prefeitura de Vargem Bonita.

III - Quaisquer questões decorrentes da execução do contrato, que possam ser suscitadas entre o Município de Vargem Bonita e o contratado, serão resolvidos de acordo com a legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMATERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VINCULAÇÃO.

O presente contrato vincula-se ao processo licitatório que lhe deu origem, nos termos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMAQUINTA - DO FORO

Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o Foro de Catanduvas/SC, que é comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Vargem Bonita, 25 de março de 2014.

Melânia Roman Meneghini
Prefeita Municipal

Ilizandro Pagnoncelli
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1ª _____

2ª _____

Nome:

Nome:

Visto Jurídico

CONTRATO ADM. 074/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº074/2014

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Coronel Vitório, nº 966 - Centro - Vargem Bonita - SC, inscrita no CNPJ nº 95.996.187/0001-31, representado por sua Prefeita Municipal, Sra. Melânia Aparecida Roman Meneghini, brasileira, casada, CPF nº 710.974.499-04, Identidade nº 1.517.455, residente e domiciliada na Avenida XV de Novembro, 1515 em Vargem Bonita - Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa Concursul - Assessoria e Consultoria Ltda ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 13.701.906/0001-85, com sede à Rua Joinville, nº. 73, Centro, na cidade de Xanxerê - SC, neste ato representado pelo sócio administrador Sr. Volcir Canuto inscrito no CPF sob n.º 385.935.309-82 e CI nº. 1070544, residente e domiciliado à Rua Avenida Marombas, s/n, Brunópolis - SC, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Convite nº. 004/2014 firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA para prestação dos seguintes serviços:

ITEM	QDA-DE	UNID.	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	09	Mês	Contratação de empresa para a prestação dos serviços de Consultoria e Assessoria no gerenciamento da gestão pública municipal em conformidade com as especificações e condições fixadas neste ato convocatório e seus Anexos. Os serviços de assessoria serão prestados mediante carga horária mínima de 24 (vinte e quatro) horas mensais a serem prestadas na Prefeitura Municipal de VARGEM BONITA, devendo a contratada orientar na organização do Departamento Municipal de Licitações, assessorar e orientar as Secretarias Municipais quanto aos aspectos das compras municipais, assessorar o Executivo Municipal nas diversas áreas da Gestão Pública, visando o bom desempenho do planejamento anual do Município. O contratado deverá, além do comparecimento mínimo de 24 horas mensais, ficar à disposição quando solicitado, para orientações mediante pareceres, projetos e outros com acesso direto as ferramentas de internet e telefonia.	3.880,00	34.920,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE

2.1. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 34.920,00 (trinta e quatro mil, novecentos e vinte reais) conforme descritos na Ata de Julgamento do processo licitatório independente de transcrição, parte integrante deste Contrato.

2.2. O preço ajustado entre as partes é fixo e irrevogável.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento dos valores contratados pelo Município serão efetuados mensalmente, até o 10º. Dia útil do mês subsequente ao mês de sua execução, e após a liquidação da despesa e aceitação dos serviços executados.

3.2. Os pagamentos serão efetuados mediante a apresentação de Nota Fiscal específica, ou outro Documento Legal, constando a descrição dos serviços, seu quantitativo, número do processo licitatório, do Pregão e do respectivo Contrato Administrativo, a qual deverá estar em acordo com o Relatório de Serviço, obrigatoriamente anexado à Nota Fiscal ou do Documento Legal.

3.3. Os pagamentos, nos termos acima, serão efetuados, exclusivamente, em conta corrente da contratada, que será informada nos termos do ANEXO 01 deste Edital.

3.4. As eventuais despesas relativas aos pagamentos correrão à conta da contratada.

CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE FORNECIMENTO E LOCAL DA PRESTAÇÃO

4.1. Os serviços serão realizados na sede do município de Vargem Bonita - SC, e/ou, em locais designados pela Contratante.

4.2. A Contratada deverá manter atualizado o RELATÓRIO DE SERVIÇOS, constituído da anotação das seguintes ocorrências: serviços realizados, projetos propostos, resultados obtidos e demais ações executadas e fatores importantes que mereçam ser relatados dentro do período.

4.3. Os serviços contratados serão solicitados e autorizados pelo Município.

CLÁUSULA QUINTA - PRAZO

5.1. A contratada prestará os serviços licitados dentro da vigência dos créditos orçamentários vigentes para o Exercício de 2014, tendo seu início na data da assinatura e publicação do Contrato Administrativo.

5.2. As quantidades contratadas poderão sofrer alterações quantitativas para mais ou para menos, nas formas da Lei Federal Nº 8.666/93, através de procedimento administrativo.

CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2014.

Código Reduzido	Un. Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento Despesa	Saldo Disponível
19	04.01	2.008	33.90.00.0000	

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

7.1. O presente Contrato encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz da Lei nº. 8.666/93 e alterações, e demais legislação específica.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO E MULTA

8.1. A Prefeitura Municipal de Vargem Bonita poderá declarar rescindido o presente contrato, independentemente de interpelação ou de procedimento judicial, sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, bem

como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente contrato.

8.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1. Elegem o foro da Comarca de Catanduvas - Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Vargem Bonita, 02 de abril de 2014.

Melânia Roman Meneghini

Prefeita Municipal de Vargem Bonita

Volcir Canuto

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1ª _____ 2ª _____

Visto Jurídico

Contrato Adm. 076/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 076/2014

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Coronel Vitória, nº 966 - Centro - Vargem Bonita - SC, inscrita no CNPJ nº 95.996.187/0001-31, representado por sua Prefeita Municipal, Sra. Melânia Aparecida Roman Meneghini, brasileira, casada, CPF nº 710.974.499-04, Identidade nº 1.517.455, residente e domiciliada na Avenida XV de Novembro, 1515 em Vargem Bonita - Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa Associação Recreativa de Árbitros do Meio Oeste Catarinense pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.107.081/0001-06, com sede à Rua Minas Geral, s/n, na cidade de Herval D' Oeste - SC, neste ato representada pelo seu presidente Sr. Luiz Carlos Ferreira Brandão inscrito no CPF sob n.º 468.324.409-87 e CI nº. 107.4002 residente e domiciliado à Rua Minas Gerais, s/n, na cidade de Herval D' Oeste - SC, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão nº. 018/2014 firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente Contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA para prestação dos seguintes serviços:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QDE	UN	PREÇO UNITÁRIO PROPOSTO R\$	PREÇO TOTAL PROPOSTO R\$
01	SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTSAL COM O TEMPO DE 40 MINUTOS, INCLUSO DOIS (2) ÁRBITROS POR JOGO E UM (01) MESÁRIO, COM DESPESAS DE LOCOMOÇÃO, ALIMENTAÇÃO E HOSPEDAGEM INCLUSAS NO PREÇO UNITÁRIO.	20	Jogos	149,50	2.990,00

02	SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTSAL COM O TEMPO DE 40 MINUTOS, INCLUSO DOIS (2) ÁRBITROS POR JOGO.	100	Jogos	99,50	9.950,00
03	SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTEBOL SUIÇO COM O TEMPO DE 40 MINUTOS, INCLUSO DOIS (2) ÁRBITROS POR JOGO E UM (01) MESÁRIO, COM DESPESAS DE LOCOMOÇÃO, ALIMENTAÇÃO E HOSPEDAGEM INCLUSAS NO PREÇO UNITÁRIO.	30	Jogos	149,50	4.485,00
04	SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTEBOL SUIÇO COM O TEMPO DE 40 MINUTOS, INCLUSO DOIS (2) ÁRBITROS POR JOGO.	120	Jogos	99,50	11.940,00
05	SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE VOLEIBOL MISTO, VOLEIBOL MASCULINO E VOLEIBOL FEMININO, COM JOGOS DE 3 A 5 SET'S, INCLUSO (2) DOIS ÁRBITROS POR JOGO E UM (01) MESÁRIO, COM DESPESAS DE LOCOMOÇÃO, ALIMENTAÇÃO E HOSPEDAGEM INCLUSAS NO PREÇO UNITÁRIO.	100	Jogos	149,50	14.950,00
Total					44.315,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE

2.1. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 44.315,00 (Quarenta e quatro mil, trezentos e trinta e cinco reais) conforme descritos na Ata de Julgamento do processo licitatório independente de transcrição, parte integrante deste Contrato.

2.2. O preço ajustado entre as partes é fixo e irrevogável.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento dos valores contratados pelo Município serão efetuados mensalmente, até o 10º. Dia útil do mês subsequente ao mês de sua execução, e após a liquidação da despesa e aceitação dos serviços executados.

3.2. Os pagamentos serão efetuados mediante a apresentação de Nota Fiscal específica, ou outro Documento Legal, constando a descrição dos serviços, seu quantitativo, número do processo licitatório, do Pregão e do respectivo Contrato Administrativo, a qual deverá estar em acordo com o Relatório de Serviço, obrigatoriamente anexado à Nota Fiscal ou do Documento Legal.

3.3. Os pagamentos, nos termos acima, serão efetuados, exclusivamente, em conta corrente da contratada, que será informada nos termos do ANEXO I do Edital da Licitação.

3.4. As eventuais despesas relativas aos pagamentos correrão à conta da contratada.

CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE FORNECIMENTO E LOCAL DA PRESTAÇÃO

4.1. O local de fornecimento dos serviços será indicado pelo Departamento Municipal de Esportes do Município de Vargem Bonita - SC, e será sempre em Ginásios de Esportes e Quadras Esportivas do município de Vargem Bonita - SC.

4.2. A Contratada deverá manter atualizado o RELATÓRIO DE SERVIÇOS, constituído da anotação das seguintes ocorrências: data do serviço, local do serviço, horário diário de início e fim do serviço, assinatura dos responsáveis pelo serviço e assinatura do responsável pelo Departamento Municipal de Esportes.

4.3. Os serviços contratados serão solicitados e autorizados pelo Município, na medida da imperiosa necessidade de sua realização.

CLÁUSULA QUINTA - PRAZO

5.1. A contratada prestará os serviços licitados dentro da vigência dos créditos orçamentários vigentes no Exercício, tendo seu início na data da assinatura e publicação do Contrato Administrativo.

5.2. As quantidades contratadas poderão sofrer alterações quantitativas para mais, nas formas da Lei Federal Nº 8.666/93, através de procedimento administrativo.

CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2014.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

7.1. O presente Contrato encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz da Lei nº. 8.666/93 e alterações, e demais legislação específica.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO E MULTA

8.1. A Prefeitura Municipal de Vargem Bonita poderá declarar rescindido o presente contrato, independentemente de interpelação ou de procedimento judicial, sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente contrato.

8.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

/

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1. Elegem o foro da Comarca de Catanduvas - Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Vargem Bonita, 14 de abril de 2014.

Melânia Roman Meneghini
Prefeita Municipal

Luiz Carlos Ferreira Brandão
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1ª _____

2ª _____

Visto Jurídico

CONTRATO ADM. 081/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 081/2014

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Coronel Vitorio, nº 966 - Centro - Vargem Bonita - SC, inscrita no CNPJ nº 95.996.187/0001-31, representado por sua Prefeita Municipal, Sra. Melânia Aparecida Roman Meneghini, brasileira, casada, CPF nº 710.974.499-04, Identidade nº 1.517.455, residente e domiciliada na Avenida XV de Novembro, 1515 em Vargem Bonita - Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa Concretos Água Doce Ltda pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.334.470/0001-91, com sede à Av. Independência, 1832, Água Doce - SC, neste ato representado pelo seu sócio administrador Sr. Josué Ítalo Luchese Piaia inscrito no CPF sob n.º 055.477.549-27 e CI nº. 4.954986 residente e domiciliado à Rua Mauá, nº95, Centro, na cidade de Água Doce, SC, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão nº. 019/2014 firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, BLOCOS, TIJOLOS, conforme PROPOSTA efetuada pela Contratada e Município de Vargem Bonita, que será regida conforme Proposta de Preços homologada no Processo Licitatório vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE

2.1. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 28.533,50 (vinte e oito mil, quinhentos e trinta e três reais e cinquenta centavos) conforme descritos na Ata de Julgamento do processo licitatório independente de transcrição, parte integrante deste Contrato e QUADRO DO OBJETO abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	UN	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
1	TUBO DE CONCRETO SIMPLES 20cm x 1,00m, TRAÇO DO CONCRETO 3X1	350	un	17,95	6.282,50
2	TUBO DE CONCRETO SIMPLES 30cm x 1,00m, TRAÇO DO CONCRETO 3X1	600	un	22,70	13.620,00
4	TUBO DE CONCRETO SIMPLES 50cm x 1,00m, TRAÇO DO CONCRETO 3X1	180	un	47,95	8.631,00
Total					28.533,50

2.2. O preço ajustado entre as partes é fixo e irrevogável.

2.2.1. O preço poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias da data de entrega, importando os valores conforme a proposta apresentada, por itens fornecidos e na quantidade efetivamente entregue, mediante apresentação de Documento Fiscal, devidamente certificado pelo órgão competente receptor do objeto licitado, e após

a liquidação da despesa e aceite do objeto contratado.

3.1.1. Os valores financeiros serão oriundos do Ativo Financeiro do Município.

3.2. O pagamento, nos termos acima, será efetuado, exclusivamente, em conta corrente da contratada, que será informada nos termos do ANEXO I deste Edital.

3.3. As eventuais despesas relativas aos pagamentos correrão à conta da contratada.

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO, FORMA, CONDIÇÕES E LOCAL DA ENTREGA DO EQUIPAMENTOS.

4.1 - Os itens, objeto desta licitação, deverão ser fornecidos de forma parcelada, em atendimento à demanda solicitada pelo setor municipal requisitante;

4.2 - Os produtos fornecidos deverão atender às normas de qualidade exigidas na descrição do Objeto;

4.3 - Por ocasião do recebimento dos produtos, o Município reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se a contratada a promover a devida substituição, observando-se os prazos contratuais.

4.4 - Caso o Licitante vencedor estiver sediado a mais de 30 (trinta) Km da Sede da Prefeitura Municipal de Vargem Bonita, situada à Rua Cel. Vitorio, 966, as despesas provenientes da entrega dos produtos, objeto desta Licitação, correrão às expensas do Licitante vencedor.

4.5 - O Município se responsabilizará pela retirada dos Itens licitados, quando o Licitante vencedor estiver sediado em até 30 (trinta) Km da sede da Prefeitura de Vargem Bonita.

4.6 - O aceite dos produtos não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.

4.7 - O fornecimento dos produtos somente poderá ser efetuado pela proponente vencedora, vedada, portanto, a sublocação do mesmo.

4.8 - Os quantitativos descritos constituem mera previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los;

CLÁUSULA QUINTA - PRAZO

5.1. O prazo de vigência deste contrato estará adstrito à vigência dos Créditos Orçamentários do Exercício de 2014, tendo seu início na data da assinatura e publicação do Contrato Administrativo.

CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2014 do Município de Vargem Bonita:

6.1.1. Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2014, Nº 974/2013.

Código Reduzido	Un. Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento Despesa	Saldo Disponível
78	06.01	2.025	33.90.00.0000	55.000,00

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

7.1 O presente Contrato encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz do Edital de Licitação Nº 024/2014 - Pregão Nº 019/2014, Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais legislação vigente e específica.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO E MULTA

8.1. A Prefeitura Municipal de Vargem Bonita poderá declarar rescindido o presente contrato, independentemente de interpelação

ou de procedimento judicial, sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente contrato.

8.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 Elegem o foro da Comarca de Catanduvas - Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Vargem Bonita, 14 de abril de 2014.

Melânia A. Roman Meneghini
Contratante

Josué Ítalo Luchese Piaia
Contratado

TESTEMUNHAS:

1ª _____

2ª _____

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

CONTRATO ADM. 089/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 090/2014

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Coronel Vitorio, nº 966 - Centro - Vargem Bonita - SC, inscrita no CNPJ nº 95.996.187/0001-31, representado por sua Prefeita Municipal, Sra. Melânia Aparecida Roman Meneghini, brasileira, casada, CPF nº 710.974.499-04, Identidade nº 1.517.455, residente e domiciliada na Avenida XV de Novembro, 1515 em Vargem Bonita - Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa Mepita Mecânica Pesada Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.831.545/0001-49, com sede à Rua Costa e Silva, nº 2290, Centro, Catanduvas - SC, neste ato representado pelo seu sócio administrador Sr. Raul Pancera, inscrito no CPF sob n.º 914.999.849-87 e CI nº. 11/C 3.157.873 residente e domiciliado à Rua Costa e Silva, nº 2290, Centro, Catanduvas - SC, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Convite 005/2014 firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS, NA RECUPERAÇÃO DE TRATOR DE ESTEIRA KOMATSU D-50, consistindo no fornecimento da mão de obra e peças, conforme Proposta de Preços homologada no Processo Licitatório vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE

2.1. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 51.334,94 (cinquenta e um mil, trezentos e trinta e quatro reais e noventa e quatro centavos) conforme descritos na Ata de Julgamento do processo licitatório independente de transcrição, parte integrante deste Contrato e Tabela abaixo:

ITEM	QDADE	UNID.	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	01	SVS	SERVIÇOS	13.999,20	13.999,20
02	01	PEÇAS	PEÇAS	37335,74	37.335,74
			TOTAL GERAL		51.334,94

2.2. O preço ajustado entre as partes é fixo e irrevogável.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento dos serviços contratados será efetuado da seguinte forma: 01 (uma) parcela, correspondente à 1/3 (um terço) do valor contratado, na entrega do serviço, e o saldo, dividido em mais 02 (duas) parcelas de igual valor, com vencimento a cada 30 (trinta) dias, contados da data do pagamento da primeira parcela.

3.2. Os pagamentos serão efetuados mediante a apresentação de Nota Fiscal específica, constando a descrição dos serviços, seu quantitativo, número do processo licitatório, do Pregão e do respectivo Contrato Administrativo, a qual deverá estar em acordo com as normas do Departamento Contábil da Prefeitura Municipal.

3.3. Os pagamentos, nos termos acima, serão efetuados, exclusivamente, em conta corrente da contratada.

3.4. As eventuais despesas relativas aos pagamentos correrão à conta da contratada.

CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE FORNECIMENTO E LOCAL DA PRESTAÇÃO

4.1. Os serviços serão executados na Oficina do CONTRATADO, obedecendo sempre as normas e técnicas que regulam este tipo de atividade.

4.2. Os serviços contratados serão iniciados após e autorização do Setor competente da Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA QUINTA - PRAZO

5.1. A contratada prestará os serviços licitados dentro da vigência dos créditos orçamentários vigentes no Exercício, tendo seu início na data da assinatura e publicação do Contrato Administrativo.

5.2. As quantidades contratadas poderão sofrer alterações quantitativas para mais, nas formas da Lei Federal Nº 8.666/93, através de procedimento administrativo.

CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2014.

Código Reduzido	Un. Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento Despesa	Saldo Disponível
82	06.01	2.027	33.90.00.0000	520.000,00

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

7.1. O presente Contrato encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz da Lei nº. 8.666/93 e alterações, e demais legislação específica.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO E MULTA

8.1. A Prefeitura Municipal de Vargem Bonita poderá declarar rescindido o presente contrato, independentemente de interpelação ou de procedimento judicial, sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades

previstas pela Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente contrato.

8.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1. Elegem o foro da Comarca de Catanduvas - Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Vargem Bonita, 05 de maio de 2014.

Melânia Roman Meneghini
Prefeita Municipal de Vargem Bonita

Raul Pancera
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Visto Jurídico

Contrato Adm. 090/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 090/2014

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Coronel Vitório, nº 966 - Centro - Vargem Bonita - SC, inscrita no CNPJ nº 95.996.187/0001-31, representado por sua Prefeita Municipal, Sra. Melânia Aparecida Roman Meneghini, brasileira, casada, CPF nº 710.974.499-04, Identidade nº 1.517.455, residente e domiciliada na Avenida XV de Novembro, 1515 em Vargem Bonita - Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa Mepita Mecânica Pesada Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.831.545/0001-49, com sede à Rua Costa e Silva, nº 2290, Centro, Catanduvas - SC, neste ato representado pelo seu sócio administrador Sr. Raul Pancera, inscrito no CPF sob nº 914.999.849-87 e CI nº. 11/C 3.157.873 residente e domiciliado à Rua Costa e Silva, nº 2290, Centro, Catanduvas - SC, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Convite 005/2014 firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS, NA RECUPERAÇÃO DE TRATOR DE ESTEIRA KOMATSU D-50, consistindo no fornecimento da mão de obra e peças, conforme Proposta de Preços homologada no Processo Licitatório vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE

2.1. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 51.334,94 (cinquenta e um mil, trezentos e trinta e quatro reais e noventa e quatro centavos) conforme descritos na Ata de Julgamento do processo licitatório independente de transcrição, parte integrante deste Contrato e Tabela abaixo:

ITEM	QDADE	UNID.	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	01	SVS	SERVIÇOS	13.999,20	13.999,20
02	01	PEÇAS	PEÇAS	37335,74	37.335,74
			TOTAL GERAL		51.334,94

2.2. O preço ajustado entre as partes é fixo e irrevogável.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento dos serviços contratados será efetuado da seguinte forma: 01 (uma) parcela, correspondente à 1/3 (um terço) do valor contratado, na entrega do serviço, e o saldo, dividido em mais 02 (duas) parcelas de igual valor, com vencimento a cada 30 (trinta) dias, contados da data do pagamento da primeira parcela.

3.2. Os pagamentos serão efetuados mediante a apresentação de Nota Fiscal específica, constando a descrição dos serviços, seu quantitativo, número do processo licitatório, do Pregão e do respectivo Contrato Administrativo, a qual deverá estar em acordo com as normas do Departamento Contábil da Prefeitura Municipal.

3.3. Os pagamentos, nos termos acima, serão efetuados, exclusivamente, em conta corrente da contratada.

3.4. As eventuais despesas relativas aos pagamentos correrão à conta da contratada.

CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE FORNECIMENTO E LOCAL DA PRESTAÇÃO

4.1. Os serviços serão executados na Oficina do CONTRATADO, obedecendo sempre as normas e técnicas que regulam este tipo de atividade.

4.2. Os serviços contratados serão iniciados após a autorização do Setor competente da Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA QUINTA - PRAZO

5.1. A contratada prestará os serviços licitados dentro da vigência dos créditos orçamentários vigentes no Exercício, tendo seu início na data da assinatura e publicação do Contrato Administrativo.

5.2. As quantidades contratadas poderão sofrer alterações quantitativas para mais, nas formas da Lei Federal Nº 8.666/93, através de procedimento administrativo.

CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2014.

Código Reduzido	Un. Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento Despesa	Saldo Disponível
82	06.01	2.027	33.90.00.0000	520.000,00

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

7.1. O presente Contrato encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz da Lei nº. 8.666/93 e alterações, e demais legislação específica.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO E MULTA

8.1. A Prefeitura Municipal de Vargem Bonita poderá declarar rescindido o presente contrato, independentemente de interpelação ou de procedimento judicial, sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente contrato.

8.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1. Elegem o foro da Comarca de Catanduvas - Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Vargem Bonita, 05 de maio de 2014.

Melânia Roman Meneghini
Prefeita Municipal de Vargem Bonita

Raul Pancera
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Visto Jurídico

Contrato Adm. 091/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº091//2014

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Coronel Vitorio, nº 966 - Centro - Vargem Bonita - SC, inscrita no CNPJ nº 95.996.187/0001-31, representado por sua Prefeita Municipal, Sra. Melânia Aparecida Roman Meneghini, brasileira, casada, CPF nº 710.974.499-04, Identidade nº 1.517.455, residente e domiciliada na Avenida XV de Novembro, 1515 em Vargem Bonita - Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa Laudi Tiepo - ME pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.086.654/0001-78, com sede à Rodovia SC 283, s/n, Bairro Fragosos, Concórdia - SC, neste ato representado pelo seu sócio administrador Sr. Laudi Tiepo, inscrito no CPF sob nº. 526.230.419-20 e CI nº. 1559771 residente e domiciliado à Rua Adolfo Bortolini, 105, Bairro Primavera, Concórdia - SC, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Convite 007/2014 firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE DEQUE INFANTO JUVENIL/INFANTIL, E CERCA PALITO PARA FECHAMENTO DE ÁREA DE RECREAÇÃO consistindo no fornecimento da mão de obra e peças, conforme Proposta de Preços homologada no Processo Licitatório vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE

2.1. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 21.900,00 (vinte e um mil e novecentos reais), conforme descritos na Ata de Julgamento do processo licitatório independente de transcrição, parte integrante deste Contrato e Tabela abaixo:

ITEM	QDE	UNID.	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Equi	Deque Infante Juvenil médio, com duas torres, com as seguintes dimensões básicas: 3 metros de altura, 4,00 metros de largura e 7,30 metros de comprimento, confeccionada com palanques em madeira de eucalipto tratado, com 3,50 metros de comprimento, diâmetro entre 18 a 20 cm, pintado com tinta de primeira qualidade em 4 cores, com 9 brinquedos montados, conforme croqui do Objeto em Anexo, devidamente instalado na área de recreação do Bairro Domicilia Cassiano, na cidade de Vargem Bonita.	7.600,00	7.600,00
2	1	Equi	Deque Infantil com duas torres, com as seguintes dimensões básicas: 2,50 metros de altura, 3,00 metros de largura e 6,90 metros de comprimento, confeccionada com palanques em madeira de eucalipto tratado, com 3,5 metros de comprimento, diâmetro entre 18 a 20 cm, pintado com tinta de primeira qualidade em 4 cores, com 9 brinquedos montados, conforme croqui do Objeto em Anexo devidamente instalado na Creche CEI Pingo de Ouro, na localidade de Campina da Alegria, município de Vargem Bonita.	7.000,00	7.000,00
3	1	Equi	Cerca Palito para fechamento de área de recreação na Creche CEI Pingo de Ouro, na localidade de Campina da Alegria, município de Vargem Bonita, com 73,6 metros de perímetro, confeccionada em madeira de eucalipto tratado, com palanques de 1,00 metro de altura, com diâmetro entre 12 a 14 Cm, pintados na cor verde, azul, amarelo e vermelho, conforme croqui do Objeto em Anexo, devidamente instalados no local.	7.300,00	7.300,00
		Total	R\$	21.900,00	

2.2. O preço ajustado entre as partes é fixo e irrevogável.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento dos valores contratados pelo Município serão efetuados à vista, e após a liquidação da despesa e aceitação dos serviços executados.

3.2. Os pagamentos serão efetuados mediante a apresentação de Nota Fiscal específica, constando a descrição dos serviços, seu quantitativo, número do processo licitatório, do Pregão e do respectivo Contrato Administrativo, a qual deverá estar em acordo com as normas do Departamento Contábil da Prefeitura Municipal.

3.3. Os pagamentos, nos termos acima, serão efetuados, exclusivamente, em conta corrente da contratada,

3.4. As eventuais despesas relativas aos pagamentos correrão à conta da contratada.

CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE FORNECIMENTO E LOCAL DA PRESTAÇÃO

4.1. Os serviços serão executados na Oficina do CONTRATADO, obedecendo sempre as normas e técnicas que regulam este tipo de atividade.

4.3. Os serviços contratados serão iniciados após e autorização do Setor competente da Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA QUINTA - PRAZO

5.1. A contratada prestará os serviços licitados dentro da vigência dos créditos orçamentários vigentes no Exercício, tendo seu início na data da assinatura e publicação do Contrato Administrativo.

5.2. As quantidades contratadas poderão sofrer alterações quantitativas para mais, nas formas da Lei Federal Nº 8.666/93, através de procedimento administrativo.

CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2014.

Código Reduzido	Un. Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento Despesa	Saldo Disponível
53	05.01	2.017	33.9*0.00.0001	44.000,00
78	06.01	2.025	33.90.00.0000	55.000,00

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

7.1. O presente Contrato encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz da Lei nº. 8.666/93 e alterações, e demais legislação específica.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO E MULTA

8.1. A Prefeitura Municipal de Vargem Bonita poderá declarar rescindido o presente contrato, independentemente de interposição ou de procedimento judicial, sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente contrato.

8.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1. Elegem o foro da Comarca de Catanduvas - Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Vargem Bonita, 06 de maio de 2014.
Melânia Roman Meneghini
Prefeita Municipal de Vargem Bonita

Laudi Tiepo
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1ª _____ 2ª _____
Nome: _____ Nome: _____
CPF: _____ CPF: _____

Visto Jurídico

Contrato Adm. 092/2014

CONTRATO Nº 092/2014

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O Município de Vargem Bonita, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Coronel Vitório, nº 966, inscrita no CNPJ sob n.º 95.996.187/0001-31, representada neste ato pela Prefeita Municipal Sra. Melânia Roman Meneghini, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado a Cooperativa de Produção e Consumo Agroindustrial de Jaborá - COOPERJABORÁ, com sede à Rodovia SC 463, Km 14.5, Interior, município de Jaborá, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob n.º 05.813.465/0001-85, neste ato representado pela sua Presidente Sra. Edacir Maria Cervelin, brasileira, inscrita no CPF nº 941.903.569-72, doravante denominada CONTRATADO, fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 001/2014, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública matriculados na Rede Municipal de Ensino, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Sexta, todos de acordo com a chamada pública n.º 001/2014, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

O início para entrega das mercadorias será imediatamente, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 20 de dezembro de 2014.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública n.º 001/2014.

b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 53.960,00 (cinquenta e três mil e novecentos e sessenta reais), conforme listagem anexa a seguir:

Item	Produto	Un	Quantidade	Preço un	Preço Total
1	Macarrão caseiro tipo espaguete embalagem 500 gr	Ban	200	4,00	800,00
2	Agnoline de gado embalagem de 1 kg	Kg	100	20,00	2.000,00
3	Agnoline de Frango embalagem de 1 kg	Kg	300	20,00	6.000,00
4	Cuca Caseira sem recheio	Un	450	6,50	2.925,00
5	Cuca Caseira com recheio	Un	450	7,00	3.150,00
6	Farinha de Milho embalagem de 5 kg	Pct	100	8,50	850,00
7	Biscoito Caseiro, vários sabores, embalagem de 1 kg	Pct	125	12,00	1.500,00
8	Carne bovina em cubos (3x3) , sem gordura, resfriada, sem osso, embalada em filme PVC transparente ou saco plástico, não embutida, contendo marcas e carimbos oficiais de acordo com as portarias do Ministério da Agricultura e Vigilância Sanitária. Deve possuir identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente	Pct	800	15,90	12.720,00

9	Carne bovina moída, tipo 1, sem gordura, resfriada, sem osso, embalada em filme PVC transparente ou saco plástico, não embutida, contendo marcas e carimbos oficiais de acordo com as portarias do Ministério da Agricultura e Vigilância Sanitária. Deve possuir identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Acondicionada em embalagem de 01 quilo	Pct	400	19,00	7.600,00
10	Pernil suíno desossado, 1ª qualidade, cortado em cubos (3x3). Embalado a vácuo, embalagem de 03 kg, com inspeção SIF, SIE, SIM, procedência impressa na embalagem, informação nutricional, sem camada de gordura visível e congelado. Na entrega o produto não poderá ter validade inferior a 04(quatro) meses e data de fabricação máxima de 30(trinta) dias antes da entrega. Transporte refrigerado	Pct	400	10,90	4.360,00
11	Músculo bovino 1ª qualidade, cortado em cubos. Embalado a vácuo, embalagem de 03kg, com inspeção SIF, SIE, SIM, procedência impressa na embalagem, informação nutricional, sem camada de gordura visível e congelado. Na entrega o produto não poderá ter validade inferior a 04(quatro) meses e data de fabricação máxima de 30(trinta) dias antes da entrega. Transporte refrigerado	Pct	400	10,70	4.280,00

12	Pernil suíno moído, 1ª qualidade com inspeção SIF, SIE, SIM, procedência impressa na embalagem, informação nutricional, com no máximo 16% de gordura e congelado. Embalagem de 01kg. Na entrega o produto não poderá ter validade inferior a 04(quatro) meses e data de fabricação máxima de 30(trinta) dias antes da entrega. Transporte refrigerado.	Pct	300	8,50	2.550,00
13	Suco de Uva Natural Concentrado embalagem de 1,5lts	Vidro	150	11,50	1.725,00
14	Doce em pasta, 1ª qualidade, data de validade, cadastro na Vigilância Sanitária e procedência na embalagem. Em embalagem de 700 gr. Sabores: uva, figo, goiaba e morango.	Vidro	150	10,00	1.500,00
15	Ovos: ovos de galinha, amarelo, casca dura e lisa, livre de rachaduras e sujidades. Deve possuir identificação do produto. A embalagem deve estar em conformidade com a resolução 105 de 19/05/99 Anvisa. Deverá possuir identificação do produto, prazo de validade e peso líquido. Deverá ser acondicionada em cartelas de 2,5 dúzias e embalada em papel filme pvc.	Dúzia	500	4,00	2.000,00
Total			R\$	53.960,00	

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Código Reduzido	Un. Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento Despesa
29	05.01	2010	33.90.3007
30	05.01	2011	33.90.3007
31	05.01	2011	33.90.3007
32	05.01	2011	33.90.3007
33	05.012	2011	33.90.3007

CLÁUSULA NONA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- fiscalizar a execução do contrato;
- aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, do Conselho de Alimentação Escolar - CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 001/2014, pela Resolução CD/FNDE nº 038/2009 e pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- por acordo entre as partes;
- pela inobservância de qualquer de suas condições;
- quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA:

É competente o Foro da Comarca de Catanduvas para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Vargem Bonita, SC, 07 de maio de 2014.

Melania Roman Meneghini,
Prefeita Municipal.

Edacir Maria Cervelin
Contratada

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Visto Jurídico

Contrato Adm. 071/2014**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 071/2014**

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Coronel Vitória, nº 966 - Centro - Vargem Bonita - SC, inscrita no CNPJ nº 95.996.187/0001-31, representado por sua Prefeita Sra. Melânia A. Roman Meneghini, brasileira, casada, CPF nº 710.974.499-04 Identidade nº 1517445, residente e domiciliada na Avenida XV de Novembro, nº 1515, Centro, em Vargem Bonita - Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 61.198.164/0001-60, com sede à Av. Rio Branco, 1489, Rua Guaianases, 1238, Bairro Campos Eliseos, São Paulo - SP, neste ato representada pelo seu representante legal Sr. Fábio Alex Colombo, inscrito no CPF sob n.º 110.960.738-54 e CI nº. 20.489.208-9, residente e domiciliado na Rua Guaianases, nº 1238, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão nº. 022/2014 firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS E SEGURO EMPRESARIAL DE PRÉDIO PÚBLICO, DA PREFEITURA MUNICIPAL, que será regida conforme Proposta de Preços homologada no Processo Licitatório vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE

2.1. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 35.552,25 (Trinta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e vinte e cinco centavos) conforme descritos na Ata de Julgamento do processo licitatório independente de transcrição, parte integrante deste Contrato e QUADRO DO OBJETO conforme Anexo I.

2.2. O preço ajustado entre as partes é fixo e irrevogável.

2.2.1. O preço poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento será efetuado em 03 (três) parcelas, sendo que a primeira, no valor de R\$ 11.852,25 (Onze mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e vinte e cinco centavos) terá seu vencimento em 30 (trinta) dias após a contratação, e as demais, com vencimento a cada 30 (trinta) dias, importando em 2 (duas) parcelas de R\$ 11.850,00 (Onze mil, oitocentos e cinquenta reais), conforme a proposta apresentada, por itens fornecidos e na quantidade efetivamente entregue, mediante apresentação de Documento Fiscal, devidamente certificado pelo órgão competente recebedor do objeto licitado, e após a liquidação da despesa e aceite do objeto contratado.

3.1.1. Os valores financeiros serão oriundos do Ativo Financeiro do Município.

3.2. O pagamento, nos termos acima, será efetuado, exclusivamente, em conta corrente da contratada, que será informada nos termos do ANEXO I deste Edital.

3.3. As eventuais despesas relativas aos pagamentos correrão à conta da contratada.

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO, FORMA, CONDIÇÕES E LOCAL DA ENTREGA DOS SERVIÇOS

4.1. Os itens, objeto deste Contrato, deverão ser fornecidos conforme solicitação do setor municipal requisitante.

11.3. A Contratada entregará o objeto desta licitação nas

condições, especificações e garantias oferecidas e de acordo com a proposta comercial apresentada.

11.6. O fornecimento dos serviços somente poderá ser efetuado pela Contratada, vedada, portanto, a sublocação do mesmo.

11.7. Os quantitativos descritos constituem previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los na sua totalidade.

11.8. As despesas decorrentes da entrega dos itens objeto deste contrato, como também, outras despesas que porventura ocorreram, em virtude da execução desta etapa do processo, correrão às expensas da Licitante Contratada.

CLÁUSULA QUINTA - PRAZO

5.1. O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data da sua contratação, podendo ser prorrogado ou aditivado por iguais e sucessivos períodos, até o limite previsto no Inciso II do Artigo 57 da Lei 8.666/93, desde que, devidamente justificado através de ato do Poder Executivo Municipal.

CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2014 do Município de Vargem Bonita:

6.1.1. Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2014, Nº 974/2013.

Código Reduzido	Un. Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento Despesa	Saldo Disponível
117	09.03	2.040	33.90.00.0000	92.000,00

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

7.1 O presente Contrato encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos à luz do Edital de Licitação Nº 022/2014 - Pregão Nº 017/2014, Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais legislação vigente e específica.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO E MULTA

8.1. A Prefeitura Municipal de Vargem Bonita poderá declarar rescindido o presente contrato, independentemente de interposição ou de procedimento judicial, sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente contrato.

8.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 Elegem o foro da Comarca de Catanduvas - Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 Integra o presente Contrato:

ANEXO I - Quadro do Objeto contendo a relação de veículos e máquinas segurados.

Vargem Bonita, 01 de abril de 2014.
Melânia A. Roman Meneghini
Prefeita Municipal

Fábio Alex Colombo
Contratado

TESTEMUNHAS:

1ª _____

Nome:

CPF:

2ª _____

Nome:

CPF:

ANEXO I

ITEM	PLACA	RENAVAN CHASSI	ANO	DESCRIÇÃO	SEGURO: TOTAL OU TERCEIRO	APP			DANOS			BONUS	VALOR MÁXIMO SEGURO
						MOR- TE	INVA- LIDEZ	DMH	CORPORAIS	MATERIAIS	MORAIS		
01	MBT 3201	755348036	2000 2000	CAMINHÃO BASCULANTE FORD CARGO 1621 - 208CV Seguro Contra Terceiros RCF	3º				300.000,00	100.000,00	80.000,00	10	1.168,50
02	GLR 6431	131857460	1990 1990	CAMINHÃO FOR CARGO - PRANCHA - 243CV Seguro Contra Terceiros RCF	3º				300.000,00	100.000,00	80.000,00	00	1.168,50
03	MFZ 9460	79713909	2001 2002	CAMINHÃO BASCULANTE FORD CARGO 1621 - 208CV Seguro contra Terceiros RCF	3º				300.000,00	100.000,00	80.000,00	10	1.168,50
04	MLW 3932		2013 2014	CAMINHÃO BASCULANTE FORDE CARGO 6X4 CASCO: 100% FIPE FRANQUIA REDUZIDA COM MÁXIMO DE R\$ 2.800,00	Total				300.000,00	100.000,00	80.000,00	08	3.697,50
05	MLW 3842		2014 2014	CAMINHÃO BASCULANTE FORDE CARGO 6X4 CASCO: 100% FIPE FRANQUIA REDUZIDA COM MÁXIMO DE R\$ 2.800,00	Total				300.000,00	100.000,00	80.000,00	07	3.697,50
06				A CONTRATAR									
07	MEB 0781	824103335	2004 2004	ÔNIBUS MARCOPOLLO VOLARE A6 24P - 131CV Seguro contra Terceiros RCF	3º				300.000,00	100.000,00	80.000,00	10	1.339,50
08	MCH 4544	831006218	2004 2004	BESTA KIA GS GRAND 3.0 16P - 85CV Seguro contra Terceiros RCF	3º				300.000,00	100.000,00	80.000,00	10	1.185,00
09	MBM 1094	783304528	2002 2002	ÔNIBUS MARCOPOLLO VOLARE A8 - 28P - 145CV Seguro contra Terceiros RCF	3º				300.000,00	100.000,00	80.000,00	10	1.383,75
10	MHK	163492719	2009 2009	ÔNIBUS MARCOPOLLO VOLARE V8L - 33P - 115CV Seguro contra Terceiros RCF	3º				300.000,00	100.000,00	80.000,00	04	1.641,75
11	CBM 1099	315897384	1989 1989	ÔNIBUS MERCEDES BENZ 1313V - 52P - 149CV Seguro contra Terceiros RCF	3º				300.000,00	100.000,00	80.000,00	09	2.089,50

12	LSP 1020	850787912	2005 2005	MICRO ÔNIBUS CITRO- EN MOD. JUMPER 2.8 HDI - 16P - 90CV Seguro contra Terceiros RCF	3º	68.000,00	300.000,00	100.000,00	80.000,00	10	1.185,00
13	MJB 7617	356107140	2011 2012	KOMBI ESCOLAR 1.4 - 15P - 80CV Seguro contra Terceiros RCF	3º	68.000,00	300.000,00	100.000,00	80.000,00	07	1.185,00
14	MCL 9868	791531473	2002 2003	ÔNIBUS ESCOLAR VO- LARE A8 MARCOPOLLO - 28P Seguro contra Terceiros RCF	3º	68.000,00	300.000,00	100.000,00	80.000,00	10	1.383,75
15	MKL 8085	560999127	2013 2013	CAMIONETE MONTANA LS - GM - 2P - 102CV CASCO: 100% FIPE FRANQUIA REDUZIDA COM MÁXIMO DE R\$ 1.188,00	Total	40.000,00	300.000,00	100.000,00	80.000,00	00	1.149,00
16	MLL 2276	586891773	2013 2014	CLASSIC LS - GM - 05P CASCO: 100% FIPE FRANQUIA REDUZIDA COM MÁXIMO DE R\$ 1.006,00	Total	40.000,00	300.000,00	100.000,00	80.000,00	00	1.189,50
17	MLE 1680	599409916	2013 2014	CAMIONETE MONTALA LS 1.4 - 2P - 102CV CASCO: 100% FIPE FRANQUIA REDUZIDA COM MÁXIMO DE R\$ 1.188,00	Total	40.000,00	300.000,00	100.000,00	80.000,00	00	1.149,00
18	MIN 6089	268729425	2010 2011	HONDA CIVIC SEDAN LXL 1.8 - 5P - 140CV CASCO: 100% FIPE FRANQUIA REDUZIDA COM MÁXIMO DE R\$ 1.312,00	Total	40.000,00	300.000,00	100.000,00	80.000,00	07	1.273,50
19	MID 9324	202852695	2010	FIAT UNO MILLE 1.0 FIRE ECONOMY FLEX CASCO: 100% FIPE FRANQUIA REDUZIDA COM MÁXIMO DE R\$ 1.138,00	Total	40.000,00	300.000,00	100.000,00	80.000,00	04	836,25
20	SEM PLACA		2005	ESCAVADEIRA HIDRÁU- LICA PC 160LC KOMATSU VD R\$ 300.000,00 Seguro contra Terceiros RCF	3º	20.000,00	300.000,00	100.000,00	80.000,00	00	1.256,25
21	SEM PLACA		2011	MOTONIVELADORA NEW HOLLAND 170.B VD R\$ 250.000,00 Seguro contra Terceiros RCF	3º	20.000,00	300.000,00	100.000,00	80.000,00	00	1.256,25
22				A CONTRATAR							
23	SEM PLACA		2013	MOTONIVELADORA CASE 8445B (PAC 2) VD R\$ 457.750,00 Seguro contra Terceiros RCF	3º	20.000,00	300.000,00	100.000,00	80.000,00	00	1.256,25
24	LXE 0363	552459070	1984	CARREGADEIRA CATER- PILLAR 930R (DEINFRA) Seguro contra Terceiros RCF	3º	20.000,00	300.000,00	100.000,00	80.000,00	00	1.256,25
25	MJS 4634	472555316	2012	RETROESCAVADEIRA JCB 214E 86CV VD R\$ 100.000,00	3º	20.000,00	300.000,00	100.000,00	80.000,00	00	1.256,25
26				A CONTRATAR							

27	-.-	SEGURO PRÉDIO PÚBLICO	SEGURO EMPRESARIAL OCUPAÇÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM BONITA RUA CEL. VITÓRIO, 966 - CENTRO - V.BONITA - SC	COBERTURAS: 1. INCÊNDIO - EXPLOÇÃO E FUMAÇA R\$ 800.000,00 (SEM FRAN- QUIA); 2. VENDAVAL - IMPACTO DE VEÍCULOS E QUEDA DE AERONAVES R\$ 100.000,00 - FRANQUIA 10% DAS INDENIZAÇÕES COM MÍNIMO DE R\$ 1.200,00; 3. DANOS ELÉTRICOS R\$ 30.000,00 - FRANQUIA 10% DAS INDE- NIZAÇÕES COM MÍNIMO DE R\$ 900,00; 4. PERDA E PAGAMENTO DE ALUGUEL R\$ 30.000,00 (SEM FRAN- QUIA) DESPESAS FIXAS R\$ 50.000,00 (5 DIAS).	1.380,00
TOTAL GERAL MÁXIMO R\$					35.552,25

Videira

PREFEITURA

Pregão Presencial Nº 126/2014-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 126/2014-PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 126/2014 - PMV. 1. OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (CAL, CIMENTO, TIJOLOS E AREIA) PARA USO DAS SECRETARIAS DE AGRICULTURA, EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, POLÍCIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS. 2. TIPO: MENOR PREÇO - UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 25/09/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 11 de Setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0114/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0114/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARCIA MIRANDA

CPF: 035.828.059-13

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 15 de novembro de 2014

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0115/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0115/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CRISTIANE BRANCALEONI

CPF: 048.765.029-86

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 15 de novembro de 2014

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0122/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0122/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: GIOVANA ESTER DE LIMA

CPF: 086.527.109-70

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 15 de novembro de 2014

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0139/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0139/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FRANCIELE SIRLEI DA SILVA NORDT

CPF: 058.788.399-54

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 15 de novembro de 2014

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0280/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0280/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SIMONE TERRES CORDEIRO GOMES

CPF: 060.982.029-07

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 15 de novembro de 2014

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0283/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0283/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: TEREZINHA APARECIDA PELLIN PAULETTI

CPF: 746.021.529-53

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 15 de novembro de 2014

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0368/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0368/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARIA CARMEN CORDEIRO DOS SANTOS

CPF: 736.101.279-53

VIGÊNCIA: de 05 de março de 2014 até 15 de novembro de 2014

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0388/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0388/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARIA APARECIDA RIBEIRO LOSS

CPF: 828.936.679-53

VIGÊNCIA: de 12 de março de 2014 até 15 de novembro de 2014

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0413/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0413/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MIRIÃ FERNANDES DA ROCHA

CPF: 944.593.479-20

VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2014 até 15 de novembro de 2014

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0419/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0419/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DEBORA DE PAULA MIRANDA BAZE
CPF: 061.538.569-93
VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2014 até 15 de novembro de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0421/13

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0421/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ALINE ZAGO
CPF: 010.496.029-94
VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2013 até 31 de março de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0468/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0468/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: SILVIANI DAROL
CPF: 066.698.209-09
VIGÊNCIA: de 20 de maio de 2014 até 29 de maio de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Pregão Presencial Nº 127/2014-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 127/2014-PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 127/2014 - PMV. 1. OBJETIVO: AQUISIÇÃO DE TROFÉUS PARA SEREM ENTREGUES ÀS ESCOLAS, ACADEMIAS E GRUPOS DE DANÇA QUE PARTICIPARÃO DO "X FESTIVAL DE DANÇA DE VIDEIRA" PROMOVIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA, NO DIA 24 DE OUTUBRO DE 2014. 2. TIPO: MENOR PREÇO - UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 09:00 horas do dia 25/09/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 09:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 11 de Setembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 128/2014-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 128/2014-PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 128/2014 - PMV. 1. OBJETIVO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE SISTEMA DE SONORIZAÇÃO PARA ATENDER O EVENTO "X FESTIVAL DE DANÇA DE VIDEIRA", QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 24 DE OUTUBRO DE 2014, NO GINÁSIO POLIESPORTIVO MEDALHÃO, PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO - UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 26/09/2014.

Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 11 de Setembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1271/14

PORTARIA nº 1271/14
Remove servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº 129/12, e ainda à vista do contido na Comunicação Interna da Secretaria Municipal de Infraestrutura, na Comunicação Interna nº 522/2014, bem como, no Processo Administrativo nº 15467/2014;

RESOLVE

Art. 1º Remover, a partir de 01 de agosto de 2014, o servidor VALDECIR JOSÉ CHIAMULERA, ocupante do cargo efetivo de Operador de Trator de Pneus, Máquina de Varrição e Capina Mecânica, da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente para a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2014.

Videira, 10 de setembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.260/14

DECRETO Nº 11.260/14, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014
Altera disposições contidas no Decreto nº 11.014/14, de 10 de março de 2014, que "Nomeia Membros para a Comissão Especial de Análise para Concessão de Bolsa de Estudos".

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art.72, VI e IX, da lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 15.809/14,

DECRETA

Art. 1º O inciso II do Art. 1º, do Decreto nº 11.014/14, de 10 de março de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"(...)

II - Representantes do Clube de Diretores Lojistas de Videira:
Titular: IVONETE ZANI
Suplente: LARISSA SEEMANN PERONDI

(...)." (NR)

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de setembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Editais de Convocação Nº 057/14 - P.S. 002/2014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 057/2014
PROCESSO SELETIVO Nº 002/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecerem no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para o qual foram classificados no Processo Seletivo nº 002/2014:

CONVOCADOS	CARGO
1 - Vilmar F. da Silva	Auxiliar Operacional
2 - Jociane Kokowic	Auxiliar Operacional
3 - Andre Lucas C. Gonçalves	Auxiliar Operacional
4 - Idir Camargo	Auxiliar Operacional
5 - Adriana A. Costa	Auxiliar Operacional

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho - Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- Uma foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo;

Videira, 10 de setembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 11.255/14

DECRETO Nº 11.255/14, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

Regulamenta o Uso da Praça do Lazer, localizada no Parque Rio do Peixe, através de Autorização de Uso, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no inciso IX da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a grande demanda de vários segmentos da sociedade videirense por espaços físicos para realização de eventos culturais, esportivos, sociais e de saúde;

Considerando a inauguração da Praça do Lazer, localizada no Parque do Rio do Peixe, para atender especificamente ações de lazer da população com atividades voltadas para a promoção da saúde, ações sociais, culturais e esportivas;

Considerando, o disposto no artigo 125 da Lei Orgânica do Município de Videira, que disciplina o uso de bens municipais por terceiros, em especial Autorização de Uso;

Considerando a necessidade de instrumentalização jurídica para ordenar a cedência da Praça do Lazer para realização de eventos que sejam promovidos por esta municipalidade, como forma de preservar os objetivos pelos quais o espaço fora criado;

DECRETA

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto tem por objetivo regulamentar a autorização de uso da Praça do Lazer, localizada no Parque do Rio do Peixe, para finalidade de utilização por pessoas jurídicas e/ou físicas.

Art. 2º São objetivos específicos da Praça do Lazer:

I - Propiciar à população videirense um espaço adequado para práticas de lazer, favorecendo a recreação sadia e construtiva, valorizando ações que influenciam diretamente na qualidade de vida dos munícipes;

II - Disponibilizar espaços adequados para promoção de ações complementares de cultura, esporte, saúde e ação social.

CAPÍTULO II DA PRAÇA DO LAZER e DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Art. 3º A Autorização de Uso na Praça do Lazer compreenderá as seguintes estruturas/áreas:

- Anfiteatro;
- Academias 01 e 02;
- Cancha de Bocha;
- Estacionamento;
- Playground;
- Pista de Skate/Bike;
- Quadra Poliesportiva;
- Quadra de Areia;
- Street Ball.

Parágrafo único. As demais áreas da Praça do Lazer não estarão sujeitas ao presente decreto, sendo de uso comum à todos os munícipes.

Art. 4º Os eventos autorizados pela municipalidade deverão ser realizados no horário compreendido das 08h00min às 22h00min.

Parágrafo único. Existindo necessidade de exceder os horários definidos no caput deste artigo os requerentes deverão justificar na solicitação as razões para utilização de horário diferenciado.

CAPÍTULO III DA AUTORIZAÇÃO DE USO

Art. 5º A Autorização de Uso é o ato administrativo unilateral e discricionário pelo qual a Administração consente, a título precário, que o particular se utilize de qualquer bem público com exclusividade, para atividade ou usos específicos e transitórios.

§1º A Autorização de Uso será gratuita, pelo prazo máximo de até 90 (noventa) dias.

§2º A pessoa física ou jurídica que obtiver autorização para utilização da Praça do Lazer estará obrigada a obter licença ou autorização de órgãos municipais, estaduais ou federais, quando for necessário.

§3º É facultado, o uso privativo da Praça do Lazer, inclusive por parte de entidades religiosas, não havendo, para que se perfectibilize a autorização, discriminação de credo.

§4º A autorização se dará através de Portaria, de competência do Prefeito Municipal, à qual será anexado o Termo de Responsabilidade que deverá ser assinado pelo autorizatário.

CAPÍTULO IV DOS AUTORIZATÁRIOS

Art. 6º Poderão requerer Autorização de Uso para utilização da Praça do Lazer pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas, de direito público e/ou direito privado, para o desenvolvimento de atividades sem fins lucrativos, em ações relacionadas exclusivamente para cultura, esporte, saúde e ação social.

Parágrafo único. Fica expressamente vedada a liberação da Praça do Lazer à qualquer requerente que esteja em débito com o Município por mais de 30 (trinta) dias.

Art. 7º O(s) responsável(is) pela utilização da Praça do Lazer se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- I - manter sob sua guarda e responsabilidade o bem cujo uso fora autorizado;
- II - não dar à bem destinação diversa ou estranha àquela autorizada;
- III - não ceder, nem transferir, no todo ou em parte, o seu uso a terceiros;
- IV - fica proibida a venda de produtos alimentícios, fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou não;
- V - fica vedada a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar o bem público;
- VI - recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foram encontradas;
- VII - acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado e providenciar a limpeza do bem;
- VIII - zelar pela manutenção e conservação do bem, ao longo do período da autorização;
- IX - responder por todos os danos causados ao bem durante o período da autorização, observando-se o processo de reparação de danos;
- X - responder por danos pessoais e materiais causados a terceiros decorrente da realização da atividade;
- XI - responsabilizar-se, quando necessário, pelo cumprimento de toda a legislação trabalhista e previdenciária relativa ao seu

pessoal, ficando a Prefeitura Municipal de Videira isenta de qualquer responsabilidade neste sentido, inclusive com relação a acidentes de trabalho;

XII - providenciar, as suas expensas, todas as autorizações e medidas necessárias para a utilização do bem, inclusive aquelas relativas a licenças ou autorizações de órgãos municipais, estaduais ou federais, conforme o caso, bem como o pagamento de taxas e tributos (Bombeiros, Polícia, Prefeitura, etc.), ficando responsável pelo cumprimento das sanções aplicáveis pelo eventual inadimplemento das obrigações legais, inclusive em caso de equívoco ou de má-fé;

XIII - respeitar os horários de funcionamento do espaço;

XIV - respeitar a lotação máxima do bem a ser utilizado;

XV - arcar com as despesas de segurança, controle de acesso do público e limpeza (material de consumo e pessoal) para eventos realizados nas áreas da Praça do Lazer;

XVI - informar a desistência do uso do bem, na forma escrita e no prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos que anteceder a data programada para a utilização do bem;

XVII - observar as demais normas de funcionamento e utilização dos bens estabelecidos em legislação municipal, estadual, federal; XVIII - responder pelo descumprimento das normas previstas neste Decreto, ficando impedido de utilizar bem público pelo prazo de 01 (um) ano, sem prejuízo da responsabilização nas esferas penal, civil e administrativa.

CAPÍTULO V DO PROCESSAMENTO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO

Art. 8º A pessoa física ou jurídica interessada em obter autorização para utilização da Praça do Lazer deverá solicitar, por meio de Requerimento dirigido ao Prefeito Municipal, instruído com os seguintes documentos:

I - Se pessoa jurídica:

- a) CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica);
- b) indicação do responsável pelo evento;
- c) Carteira de Identidade, CPF (Cadastro de Pessoa Física) e comprovante de endereço do responsável pelo evento;
- d) Certidão Negativa de Débitos Municipais.

II - Se pessoa física:

- a) Carteira de Identidade;
- b) CPF (Cadastro de Pessoa Física);
- c) comprovante de endereço.
- d) Certidão Negativa de Débitos Municipais.

§1º Para a obtenção de autorização de uso da Praça do Lazer para a realização de eventos, o interessado também deverá informar, juntamente com o Requerimento, o tipo de apresentação, espetáculo ou evento a ser realizado, constando pelo menos:

- I - a finalidade;
- II - a data de realização;
- III - a previsão de duração;
- IV - a previsão de público;
- V - o projeto de segurança e incêndio do evento, quando solicitado pela Administração Pública.

§2º A pessoa física ou jurídica interessada em obter autorização para utilização da Praça do Lazer deverá protocolar o Requerimento de autorização com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data pretendida para realização do evento.

§3º A não apresentação dos documentos necessários implicará o indeferimento da autorização.

Art. 9º Os pedidos de autorização serão examinados e decididos observando-se, rigorosamente, a ordem cronológica de protocolo

do Requerimento.

§1º Existindo pedidos para a mesma data e local, não havendo a possibilidade de realizar os eventos concomitantemente, será respeitada a data e horário do protocolo do Requerimento.

§2º No caso de o interessado apresentar pedido sem a documentação necessária ou documentação incompleta, será considerado como data de protocolo a data de entrega do último documento, para efeito de exame e deliberação sobre autorização.

Art. 10 Os autorizatários deverão assinar Termo de Responsabilidade ao receberem o bem público, que será acompanhado de inventário realizado pela Administração, após vistoria.

Art. 11 Os autorizatários deverão, após a utilização, devolver o bem devidamente limpo e nas mesmas condições em que se encontrava, assinando o Termo de Devolução.

Parágrafo único. Em caso de danificação ou deterioração do bem, benfeitorias ou equipamentos, o autorizatário deverá arcar com as perdas e danos, e estará impedido de obter nova autorização pelo prazo de 01 (um) ano.

Seção I Da Cultura

Art. 12 Para atividades complementares de cultura no anfiteatro os interessados deverão respeitar o disposto na Lei Municipal nº 3.072/14 e no Decreto Municipal nº 11.113/14.

§1º Serão consideradas como manifestações culturais o canto, dança, mímica, coral, banda, dupla, trio, fantoches, marionetes, dança típica, grupos culturais, declamação de poesias de qualquer natureza, academias, associações artísticas independentes, artes cênicas, contação de histórias, atividades de expressão corporal, e todas as demais aqui não citadas, que atendam ao Programa Arte no Parque.

§2º Caso a solicitação seja para utilizar outra área/estrutura da Praça do Lazer, que não o anfiteatro, o requerente deverá respeitar as disposições deste Decreto.

Seção II Do Esporte

Art. 13 Para promoção de ações complementares de esporte os interessados poderão utilizar as seguintes estruturas/áreas: Academias 01 e 02; Cancha de Bocha; Pista de Skate/Bike; Quadra Poliesportiva; Quadra de Areia; Street Ball.

§1º Para a utilização das estruturas, constantes no caput deste artigo, para recreação e/ou atividades sem cunho competitivo será concedido tempo de utilização de até 01 (uma) hora, prorrogável por sucessíveis períodos caso não exista novos interessados ao término da primeira hora.

§2º Para a utilização das estruturas, constantes no caput deste artigo, para eventos de cunho competitivo e/ou promoção de campeonatos, haverá necessidade de requisição conforme disciplina o presente Decreto.

§3º Fica sob responsabilidade dos requerentes todas as questões relativas a itens e equipamentos de segurança, materiais esportivos, taxas e licenças, bem como equipamentos necessários para a realização dos eventos.

Seção III Da Saúde e Ação Social

Art. 14 Para promoção de ações complementares de saúde e ação social os interessados poderão utilizar todas as estruturas/áreas da Praça do Lazer estabelecidas no artigo 3º deste Decreto.

§1º Nas ações complementares de saúde e ação social: serão permitidas atividades de cunho social e comunitário como campanhas de conscientização, prevenção e promoção da saúde pública; arrecadação de doativos; distribuição de material educativo e informativo; atendimentos gratuitos à população; utilização do local como ponto de apoio, início e dispersão de concentrações populares como caminhadas e ações afins.

§2º Nas atividades que reúnam platéias estáticas a área a ser utilizada na Praça do Lazer será o anfiteatro, respeitada a agenda do local.

§3º Nas atividades que necessitem a instalação de barracas ou afins somente será permitida a utilização da área compreendida do estacionamento, sendo vedada a instalação de qualquer tipo de estrutura em outros locais da Praça do Lazer.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15 O autorizatário da Praça do Lazer, deverá utilizá-lo com todo o zelo e segurança, e deverá observar as normas e procedimentos do local e deste Decreto.

Art. 16 Não será autorizado a Praça do Lazer para a realização de shows, apresentações ou eventos que causem constrangimento ou ultraje público ao pudor, tais como representação, exibição ou espetáculo de caráter obsceno.

Art. 17 O autorizatário, por si, por seus prepostos e/ou representantes, obriga-se a manter o bem como recebeu, com perfeita conservação dos equipamentos disponibilizados, instalações elétricas, mecânicas e todas as dependências físicas, inclusive não permitindo escritos, pinturas ou colagens nos sanitários e paredes, bem como a zelar pela conservação das portas, trancas, cadeados e dos vidros das janelas, indenizando a Administração Pública, caso venha a ocorrer alguma dessas hipóteses.

Art. 18 É de inteira responsabilidade do autorizatário os danos físicos ou materiais sofridos por terceiros ou qualquer outra pessoa dentro do local do evento.

Art. 19 Nos termos da Lei n. 8.666/93 e da Lei Orgânica do Município as autorizações de uso gratuitas, precárias ou de curto prazo, de que trata o presente Decreto, feitas para fins culturais, esportivos, saúde e ação social, não se subordinam a processo licitatório.

Art. 20 Todos os cidadãos são partes legítimas para oferecer denúncia de inobservância deste Decreto junto ao órgão fiscalizador.

Art. 21 As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente do Município.

Art. 22 O autorizatário obriga-se a cumprir as disposições da Lei Municipal nº 2.558/11 e alterações, e do Decreto Municipal nº 9.838/11.

Art. 23 São partes integrantes deste Decreto, o Anexo I - Termo de Responsabilidade e o Anexo II - Termo de Devolução.

Art. 24 Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 08 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

ANEXO I

MINUTA DE TERMO DE RESPONSABILIDADE

DECRETO Nº 11.255/14

Pelo presente termo, de um lado, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, 188, inscrito no CNPJ sob nº 83.039.842/0001-84, representado, neste ato, por seu Prefeito Municipal; e do outro lado, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (Qualificação do Autorizatório), acordam e ajustam, nos termos do Decreto nº 11.255/14, o termo de responsabilidade da autorização de uso da Praça do Lazer da área XXXXXXXXXXXXXXXX, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente Termo tem por objeto a utilização, pelo AUTORIZATÁRIO, da Praça do Lazer, da área XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, para a realização exclusiva da atividade XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, no(s) dia(s) XXXXX, das XXXXX, do mês de XXXXX de 201X

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE USO

I - O bem público da presente autorização de uso somente poderá ser utilizado para a finalidade prevista na Cláusula Primeira.

II - A utilização do bem previsto na Cláusula Primeira deverá realizar-se, intransferivelmente, no(s) dia(s) estabelecido(s) na cláusula primeira.

III - O(s) responsável(is) pela utilização do bem se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- manter sob sua guarda e responsabilidade o bem cujo uso fora autorizado;
- não dar ao bem destinação diversa ou estranha à prevista na cláusula primeira deste Termo;
- não ceder, nem transferir, no todo ou em parte, o seu uso a terceiros;
- fica proibida a venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- fica vedada a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar o bem público;
- recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- condicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado e providenciar a limpeza do bem;
- zelar pela manutenção e conservação do bem, ao longo do período da autorização;
- responder por todos os danos causados ao bem durante o período da autorização, observando-se o processo de reparação de danos;
- responder por danos pessoais e materiais causados a terceiros decorrente da realização da atividade;
- responsabilizar-se, quando necessário, pelo cumprimento de toda a legislação trabalhista e previdenciária relativa ao seu pessoal, ficando a Prefeitura Municipal de Videira isenta de qualquer responsabilidade neste sentido, inclusive com relação a acidentes de trabalho;
- providenciar, as suas expensas, todas as autorizações e medidas necessárias para a utilização do bem, inclusive aquelas relativas a licenças ou autorizações de órgãos municipais, estaduais ou federais, conforme o caso, bem como o pagamento de taxas e

tributos (Bombeiros, Polícia, Prefeitura, etc.), ficando responsável pelo cumprimento das sanções aplicáveis pelo eventual inadimplemento das obrigações legais, inclusive em caso de equívoco ou de má-fé;

m) respeitar os horários de funcionamento do espaço, bem como os estabelecidos na cláusula primeira deste Termo;

n) respeitar a lotação máxima do bem a ser utilizado;

o) arcar com as despesas de segurança, controle de acesso do público e limpeza (material de consumo e pessoal) para eventos realizados nos largos, auditórios, galerias e nas áreas externas dos espaços;

p) informar a desistência do uso do bem, na forma escrita e no prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos que anteceder a data programada para a utilização do bem;

q) observar as demais normas de funcionamento e utilização dos bens estabelecidos em legislação municipal, estadual, federal;

r) responder pelo descumprimento das normas previstas neste Termo de Responsabilidade, ficando impedido de utilizar bem público pelo prazo de 01 (um) ano, sem prejuízo da responsabilização nas esferas penal, civil e administrativa.

IV - A fim de apurar eventuais danos cabe ao responsável pelo patrimônio municipal a guarda do bem, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições de uso do bem público quando da devolução do mesmo.

V - O Autorizatório declara sua ciência e concordância com todas as condições de uso estabelecidas.

VI - A Prefeitura Municipal de Videira ficará isenta de qualquer casualidade sobre o(s) participante(s) do referido bem, ficando o(s) autorizatório(s) inteiramente responsável(is) pelos mesmos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

O presente Termo de Responsabilidade vigorará somente no(s) dia(s) determinados na cláusula primeira, e deverá ser rigorosamente respeitado, sob pena de aplicação de sanções previstas em lei.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira/SC, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas desta autorização, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA	AUTORIZATÁRIO
-------------------------------	---------------

Testemunhas:

1. _____
Nome:

2. _____
Nome:

ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE DEVOLUÇÃO

DECRETO Nº 11.255/14

Pelo presente termo, declaramos ter recebido em devolução o bem público: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (Descrição detalhada do bem), que foi devidamente entregue a XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (Descrição do Autorizatório), através da Portaria nº XXXX/XX e do Termo de Responsabilidade nº XX/XX, na data de XX/XX/XX.

Após as devidas conferências, atestamos, sob as penas da lei, que o bem foi entregue faltando os itens: _____

_____, e/ou com os seguintes danos e avarias _____

Após as devidas conferências, atestamos, sob as penas da lei, que o bem foi entregue em sua totalidade, e em perfeito estado de conservação.

Data de Devolução: ____/____/____.

CONFERIDO POR: _____
SECRETARIA MUNICIPAL _____

AUTORIZATÁRIO

PORTARIA Nº 1270/14

PORTARIA nº 1270/14

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta na Comunicação Interna do Controle Interno;

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 11 de setembro de 2014 até 30 de setembro de 2014, o gozo de férias da servidora MIRIAM PASTORE VIECELLI, ocupante do cargo efetivo de Analista de Nível Superior, referente ao período aquisitivo de 21 de fevereiro de 2013 até 20 de fevereiro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 11 de setembro de 2014.

Videira, 09 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Edital de Convocação Nº 055/14 - P.S. 002/2014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 055/2014

PROCESSO SELETIVO Nº 002/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecerem no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para o qual foram classificados no Processo Seletivo nº 002/2014:

CONVOCADOS	CARGO
1 - Daniela Policena	Auxiliar Operacional
2 - Aurélio R. da Silva	

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Realização de Exame Médico Admissional;
- b) Carteira de Trabalho - Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- c) Uma foto 3x4;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo;

Videira, 09 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 11.258/14

DECRETO Nº 11.258/14, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.035/13 de 06 de dezembro de 2013.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 290.000,00 (Duzentos e noventa mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

07 - Secretaria Municipal de Educação
03 - Departamento de Ensino Infantil
2.039 - Manutenção do FUNDEB - Ensino Infantil
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0010.0 Aplicações Diretas
290.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 290.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

07 - Secretaria Municipal de Educação
03 - Departamento de Ensino Infantil
2.039 - Manutenção do FUNDEB - Ensino Infantil
3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0011.0 Aplicações Diretas
250.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.00.01.0011.0 Aplicações Diretas 40.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 290.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as

disposições em contrário.

Videira, 10 de setembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 11.259/14

DECRETO Nº 11.259/14, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.035/13, de 06 de dezembro de 2013.
DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 52.472,73 (cinquenta e dois mil, quatrocentos e setenta e dois reais e setenta e três centavos), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

10 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	
01 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente	
2.054 - Manutenção do Departamento de Agricultura	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0026 - Aplicações Diretas	52.472,73
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	52.472,73

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do provável excesso de arrecadação proveniente do Convênio TR 1044 entre o Estado de SC e o município de Videira para implantação do Programa de Prevenção ao Granizo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de setembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 11.257/14

DECRETO Nº 11.257/14, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.035/13, de 06 de dezembro de 2013.
DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 26.000,00 (Vinte e seis mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

07 - Secretaria Municipal de Educação
01 - Departamento de Educação
2.032 - Manutenção da Biblioteca
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000.0 Aplicações Diretas
26.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 26.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de setembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Edital de Convocação Nº 056/14 - P.S. 007/12

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 056/2014
PROCESSO SELETIVO Nº 007/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 007/2012:

CONVOCADO	CARGO
1 - Sidemar Alessandro Borges	Motorista IV - Caminhões e Caminhonetes

O convocado deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho - Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- Uma foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14

anos;
 j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
 k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
 l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
 m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
 n) Declaração de bens;
 o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
 p) Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo.

Videira, 09 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI
 Prefeito Municipal

Lei Nº 3.151/14

LEI N.º 3.151/14, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a repassar contribuição financeira ao Clube de Diretores Lojistas de Videira, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a repassar contribuição financeira ao Clube de Diretores Lojistas de Videira, nos termos da minuta anexa e que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 2º O objeto do presente repasse é a cooperação financeira do Município para promover o projeto "Natal da Gente 2014", o qual objetiva a iluminação natalina nos principais centros e logradouros públicos da cidade.

Art. 3º A participação do Município consistirá no repasse de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a serem pagos em 03 (três) parcelas, no decorrer dos meses de setembro, outubro e novembro do corrente ano.

Parágrafo Único O repasse fica condicionado à apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS e INSS.

Art. 4º A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias, constando os documentos previstos na Lei nº 4320/64, e os documentos constantes no artigo 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011.

Art. 5º Para atender as despesas decorrentes da presente Lei, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar, até o montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), à conta do superávit financeiro de 2013, a seguinte dotação orçamentária:

01 - Gabinete do Prefeito Municipal	
01 - Assessoria de Gabinete	
2.003 - Contribuições	
3.3.50.00.00.00.00.00.03.0000	
Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos	

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 10 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI
 Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
 Secretário de Administração

MINUTA DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO LEI Nº 3.151/2014

Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, nº 188, nesta cidade de Videira, SC, CNPJ nº 83.039.842/0001-84, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor WILMAR CARELLI, e o CLUBE DE DIRETORES LOJISTAS DE VIDEIRA, entidade civil, com sede no Município de Videira, SC, CNPJ nº 83.400.036/0001-90, declarado de Utilidade Pública pela Lei nº 61/86, neste ato representado por seu Presidente, visando à colaboração financeira do Município.

Aos dias do mês de de 2014, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA e o CLUBE DE DIRETORES LOJISTAS DE VIDEIRA, resolvem, nos termos da Lei nº 3.151/14, celebrar o presente Convênio, em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente instrumento é a cooperação do Município para promover o projeto "Natal da Gente 2014", o qual objetiva a iluminação natalina nos principais centros e logradouros públicos do Município de Videira.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA

I- divulgar o presente Convênio em conformidade com a forma de atendimento, uso e finalidade a que se destina;
 II- repassar o valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a serem pagos em 03 (três) parcelas, no decorrer dos meses de setembro, outubro, e novembro do corrente ano;
 III- promover a colocação, manutenção e retirada final dos materiais utilizados;
 IV- manter, sob sua custódia, o material de iluminação, após sua utilização nos festejos natalinos do corrente ano, para sua reutilização nos anos seguintes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CLUBE DE DIRETORES LOJISTAS DE VIDEIRA

I- realizar a compra do material necessário;
 II- responsabilizar pela contratação de mão de obra terceirizada, como: costureiras, artistas plásticas, soldador e pintor;
 III- responsabilizar pela contratação do Papai Noel e seu auxiliar (figurantes);
 IV- realizar a aquisição de balas para distribuição, de forma gratuita, as crianças;
 V- após a retirada, entregar o material de iluminação ao Município, para futuras reutilizações;
 VI- prestar contas, à Prefeitura, de todos os valores recebidos em até 30 (trinta) dias após o recebimento, conforme o art. 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio entra em vigor na data da publicação da Lei

que o ampara e terá validade até 31 de dezembro de 2014, podendo ser rescindido a qualquer época por mútuo acordo ou por descumprimento das obrigações nele estabelecidas, independentemente de interpelação judicial.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO DE ELEIÇÃO

As partes elegem o Foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que venham a surgir por força do presente convênio.

E, por assim, haverem concordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Convênio, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em três vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Videira, de de 2014.
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

CLUBE DE DIRETORES LOJISTAS
Presidente

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

CPF: _____

NOME: _____

CPF: _____

LEI Nº 3.150/14

LEI Nº 3.150/14, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 620.000,00 (seiscentos e vinte mil reais), no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Videira, com a seguinte dotação orçamentária:

03 - Secretaria Municipal de Administração	
01 - Administração	
2.015 - Inativos - FASM Patronal	
3.1.91.00.00.00.00.00.0.3.0000 - Aplicações Diretas	20.000,00
03 - Secretaria Municipal de Administração	
01 - Administração	
2.020 - Amortização e Encargos da Dívida	
4.6.90.00.00.00.00.00.0.3.0000 - Aplicações Diretas	600.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	620.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do Superávit Financeiro de 2013.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.261/14

DECRETO Nº 11.261/14, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.150/14, de 10 de setembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 620.000,00 (seiscentos e vinte mil reais), no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Videira, com a seguinte dotação orçamentária:

03 - Secretaria Municipal de Administração	
01 - Administração	
2.015 - Inativos - FASM Patronal	
3.1.91.00.00.00.00.00.0.3.0000 - Aplicações Diretas	20.000,00
03 - Secretaria Municipal de Administração	
01 - Administração	
2.020 - Amortização e Encargos da Dívida	
4.6.90.00.00.00.00.00.0.3.0000 - Aplicações Diretas	600.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	620.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do Superávit Financeiro de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 11.262/14

DECRETO Nº 11.262/14, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.151/14, de 10 de setembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Videira, com a seguinte dotação orçamentária:

01 - Gabinete do Prefeito Municipal	
01 - Assessoria de Gabinete	
2.003 - Contribuições	
3.3.50.00.00.00.00.00.03.0000 Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos	100.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	100.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do Superávit Financeiro de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de setembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Lei Complementar Nº 0151/14

LEI COMPLEMENTAR Nº 151/14, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.
Altera disposições contidas na Lei Complementar nº 129/12, que Dispõe sobre o novo estatuto dos servidores públicos do município de Videira, excluídos os servidores do magistério municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O §2º, do art. 215 da Lei Complementar nº 129/12 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 215

(...)

§2º No período de 12 (doze) meses, a contar da data da concessão, a licença será concedida sem prejuízo dos vencimentos do cargo, por até 90 (noventa) dias, prorrogável por igual prazo, em ambos os casos após a emissão do parecer favorável da Junta Médica Oficial.

(...)" (NR)

Art. 2º O Art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 221 A cada quinquênio de serviço prestado ao Serviço Público Municipal, o servidor terá direito à licença-prêmio remunerada de 3 (três) meses, que deverá ser usufruída obrigatoriamente antes da aposentadoria, salvo nos casos de aposentadoria por invalidez ou exoneração ou ainda nos casos em que tenha sido negado o

gozo, pelo Município, em razão do interesse público." (NR)

Art. 3º O Art. 223 da Lei Complementar nº 129/12 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 223 A contagem de tempo para a licença prêmio é suspensa no período de gozo de licenças previstas nos incisos III, V, VI e VIII do art. 185." (NR)

Art. 4º O Art. 224 da Lei Complementar nº 129/12 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 224 O gozo da licença prêmio dá-se em período integral ou fracionado em parcelas não inferiores a 1 (um) mês, devendo, em ambos os casos, ser requerido pelo servidor com antecedência de 45 (quarenta e cinco) dias." (NR)

Art. 5º Fica suprimido o §3º, do art. 227, da Lei Complementar nº 129/12.

Art. 6º O §6º, do Art. 227, da Lei Complementar nº 129/12 passa a vigorar com a seguinte redação:

"(...)

§6º O afastamento terá o prazo de 02 (dois) anos podendo ser prorrogado, sucessivamente, devendo ser devidamente justificada e homologada a prorrogação.

(...)" (NR)

Art. 7º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de setembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei Complementar nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

LEI COMPLEMENTAR Nº 0152/14

LEI COMPLEMENTAR Nº 152/14, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.
Altera disposições contidas na Lei Complementar nº 130/12, que Dispõe sobre o novo estatuto dos profissionais do magistério municipal de Videira, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O §2º, do art. 215 da Lei Complementar nº 130/12 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 215

(...)

§2º No período de 12 (doze) meses, a contar da data da concessão, a licença será concedida sem prejuízo dos vencimentos do cargo, por até 90 (noventa) dias, prorrogável por igual prazo, em ambos os casos após a emissão do parecer favorável da Junta Médica Oficial.

(...)” (NR)

Art. 2º O Art. 221 da Lei Complementar nº 130/12 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 221A cada quinquênio de serviço prestado ao Serviço Público Municipal, o servidor terá direito à licença-prêmio remunerada de 3 (três) meses, que deverão ser usufruídas obrigatoriamente antes da aposentadoria, salvo nos casos de aposentadoria por invalidez ou exoneração ou ainda nos casos em que tenha sido negado o gozo, pelo Município, em razão do interesse público.” (NR)

Art. 3º O Art. 223 da Lei Complementar nº 130/12 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 223A contagem de tempo para a licença prêmio é suspensa no período de gozo de licenças previstas nos incisos III, V, VI e VIII do art. 185.” (NR)

Art. 4º O Art. 224 da Lei Complementar nº 130/12 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 224O gozo da licença prêmio dá-se em período integral ou fracionado em parcelas não inferiores a 1 (um) mês, devendo, em ambos os casos, ser requerido pelo servidor com antecedência de 45 (quarenta e cinco) dias.” (NR)

Art. 5º Fica suprimido o §3º, do art. 227, da Lei Complementar nº 130/12.

Art. 6º O §6º, do Art. 227, da Lei Complementar nº 129/12 passa a vigorar com a seguinte redação:

“(…)

§6º O afastamento terá o prazo de 02 (dois) anos podendo ser prorrogado, sucessivamente, devendo ser devidamente justificada e homologada a prorrogação.

(...)” (NR)

Art. 7º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei Complementar nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ’AGNOL

Secretário de Administração

RETIFICAÇÃO PUBLICAÇÃO ENCERRAMENTO PR Nº 48/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

RETIFICAÇÃO PUBLICAÇÃO ENCERRAMENTO PR Nº 48/2014 - FMS

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que a licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2014-FMS, a qual tem por objeto a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE

HEMATOLOGIA PARA SER INSTALADO NO LABORATÓRIO DO PAME 24 HORAS, PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, foi encerrada sem vencedores, devido a incompatibilidade da única proposta apresentada com os valores previamente pesquisados pelo Departamento de Compras do Município. Informações na Av. Manoel Roque, 188, fone (49) 3566-9034 ou 3566-9012.

Videira, 08 de Setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2014- FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2014-FMS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 24/2014-FMS. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA DE VEÍCULOS, COM LOCAÇÃO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS, PARA A FROTA DA SECRETARIA DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO - POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 08/10/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 12 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Vitor Meireles**PREFEITURA****Aviso de Licitação 035/2014**

Processo de Licitação 035/2014

Modalidade: Pregão 010/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Pregão

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade Pregão, na forma presencial, objetivando AQUISICAO DE MATERIAL DE COPA E COZINHA E PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA USO NAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h00min, do dia 25 de Setembro de 2014 em sessão pública, no mesmo dirigido pelo pregoeiro designado o senhor Valdeli Jose Sebastiao, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 15 de Setembro de 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

Xaxim**PREFEITURA****Aviso de Pregão 088/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.

088/2014 - REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO N. 175/2014

O MUNICIPIO DE XAXIM - SC através do seu Prefeito Municipal COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Edital Pregão Presencial SRP n. 088/2014, até às 08h45min do dia 25 de setembro de 2014, e procederá a abertura da sessão às 09h00min do mesmo dia. Constitui-se objeto da presente licitação o registro de preços, com pedidos parcelados de placas de transito, conforme descrição completa constantes no anexo I do edital, tipo menor preço por item, conforme dispõem as Leis n. 8.666/93 consolidada, Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, e no que couber a legislação aplicável. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 12 de setembro de 2014.

Idacir Antônio Orso

Prefeito Municipal

DECRETO 372

DECRETO Nº. 372/2014.

Exonera servidor municipal em caráter temporário a pedido e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações e considerando:

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir de 11 de setembro de 2014, a servidora municipal LAURA FIABANE, ocupante da função de ENGENHEIRA CIVIL, portadora da matrícula 6873, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Infraestrutura, desta Prefeitura Municipal de Xaxim - SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 11 de setembro

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira

Diretor Geral de Administração e RH

Zortéa**PREFEITURA****Extrato de Edital Pregão Nº 018/2014 - Aquisição de Combustíveis**

MUNICÍPIO DE ZORTÉA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0042/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 0018/2014

OBJETO: Aquisição Fracionada de Combustíveis para veículos e máquinas da frota Municipal da Prefeitura de Zortéa, durante o ano de 2014. ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 09:00 horas, para abertura às 09:00 horas do dia 26/09/2014. Tipo - MENOR PREÇO POR ITEM. INFORMAÇÕES DO PROCESSO LICITATÓRIO: Prefeitura Municipal de Zortéa, sala de Licitações, Rua Otaviano Otoni Franceschi, nº 53 - Centro. E-mail: prefeitura@zortea.sc.gov.br - compras@zortea.sc.gov.br. HORÁRIO: Das 10:00 às 12:00 e das 15:00 h às 17:00horas. TELEFONE Nº (49) 3557 - 2019 - 3557-2011.

ZORTÉA - SC, 12/09/2014.

PAULO JOSÉ FRANCESCKI

PREFEITO MUNICIPAL

Consórcios**ARIS****Edital de Convocação Nº 08/2014 Conselho de Regulação**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 08/2014

O Presidente Interino do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Afonso Veiga Filho, no uso de suas atribuições legais,

Convoca:

Os senhores Conselheiros do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) para a reunião ordinária, com fundamento no artigo 38, § 3º do Decreto/ARIS n. 008/2011, a ser realizada no dia 26 de setembro de 2014, na cidade de Florianópolis, com a seguinte ordem do dia:

Data: 26 de setembro de 2014

Horário: Início às 13h30

Local: Sede da ARIS (Rua Santos Saraiva, n. 1.546, Estreito, Florianópolis/SC)

Ordem do dia:

- 1) Aprovação da ata da última reunião;
- 2) Relatório de Ouvidoria;
- 3) Apresentação das atividades da Diretoria de Regulação;
- 4) Apresentação dos trabalhos de elaboração e assinatura dos Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta nos municípios cujo prestador é a CASAN, no oeste de Santa Catarina;
- 5) Identificação dos municípios que tiveram usuários beneficiados pelo desconto nas tarifas em razão dos efeitos meteorológicos adversos de junho e julho de 2014;
- 6) Apresentação da modelagem tarifária do município de Rio Rufino;
- 7) Apresentação do início da modelagem tarifária de Itapema;
- 8) Apresentação dos grupos de indicadores definidos para regulação dos contratos de concessão, programa e dos serviços prestados por SAMAES e DAES, que encontram-se em processo de revisão tarifária;
- 9) Apresentação de relatório e voto do Processo Administrativo Punitivo nº10/2014. Autuada: CASAN - Município Bombinhas;
- 10) Assuntos Gerais.

Florianópolis, 10 de setembro de 2014.

Afonso Veiga Filho

Presidente Interino do Conselho de Regulação da ARIS